



Academia de Marinha

ACTAS XIV SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA

10 a 12 de Novembro de 2015



**CEUTA E A EXPANSÃO
PORTUGUESA**



COLABORAÇÃO



Academia Portuguesa
da História

PATROCÍNIO



Montepio

Valores que crescem consigo.

APOIO



LUSITANIAVIDA

Grupo Montepio

Ficha técnica

Título: Ceuta e a Expansão Portuguesa

Edição: Academia de Marinha, Lisboa

Coordenação e revisão: João Abel da Fonseca, José dos Santos Maia e Luís Couto Soares

Capa: Ceuta, gravura de George Bráunio (*Civitates Orbis Terrarum*, 1572)

Data: Novembro 2016

Tiragem: 250 exemplares

Impressão e acabamento: ACD PRINT, S.A.

Depósito legal: 409195/16

ISBN: 978-972-781-130-4

ÍNDICE

Organização do Simpósio	IX
Programa	XI
Comunicações	
Palavras do Presidente da Academia de Marinha Nuno Vieira Matias	17
Conferência de Abertura	
Ceuta: um marco no processo legitimador da Dinastia de Avis Maria Helena da Cruz Coelho	21
Dos feitos de Hércules aos feitos Lusitanos. Ceuta e o Estreito no Mundo Antigo e Medieval Vasco Gil Mantas	33
A empresa de Ceuta – dos antecedentes às circunstâncias que ditaram as causas próximas João Abel da Fonseca	63
O condicionalismo físico do Estreito de Gibraltar e a Expedição a Ceuta José Malhão Pereira	71
Puertos, abrigos y fondeaderos de Ceuta (siglos XIV-XVI) Fernando Villada Paredes	95
Meios culturais e religiosos em Ceuta entre 1400 e 1415: o testemunho de um historiador do Livro e das mentalidades Manuel Cadafaz de Matos	119
A conquista de Ceuta vista através de fontes italianas contemporâneas Francesco Guidi-Bruscoli	155
De Ceuta para o Atlântico. As primeiras expedições marítimas portuguesas José Rodrigues Pereira	167
A pesca e o corso nos antecedentes da Expansão Marítima Fernando Gomes Pedrosa	179

Ceuta Base-Escola do Corso Ultramarino Português João Marinho dos Santos	203
As tapeçarias de Pastrana no Contexto das Conquistas de Arzila e Tânger por D. Afonso V Abílio Pires Lousada	219
Ceuta e as duas políticas da Expansão Portuguesa António de Andrade Moniz	239
Os Painéis de S. Vicente de Fora, manifesto sociopolítico do Regente D. Pedro Maria Andrade Moniz	249
A Marinha na conquista de Ceuta em 1415 Luís Miguel Duarte	265
Ceuta e o Estreito: vantagens táticas e estratégia naval, no séc. XV Jorge Semedo de Matos	275
Informação e contra-informação na “Empresa de Ceuta”: a embaixada ao Duque da Holanda Margarida Garcez Ventura	291
Lisboa e o início dos Descobrimentos Portugueses José Manuel Garcia	297
O Corso e a Pirataria a partir de Ceuta: instrumento político e negócio popular Filipe Themudo Barata	325
Guerra e Corso em Ceuta durante a capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437) Nuno Silva Campos	337
“...As abelhas significamos nós outros e os pardais são os cristãos”. A visão do Mouro na Crónica de Zurara Pedro Gomes Barbosa	357
A Missionação Franciscana em Ceuta e na Maurit�ania Henrique Pinto Rema	367
Iconografia do Outro e do Exótico na arte sequencial � Conquista de Ceuta (séculos XV e XVI) Vítor Serrão	379
Repensar Ceuta. Da armada de conquista às armadas de patrulha (séculos XV e XVI) Amândio Morais Barros	397

D. Álvaro de Castro (Senhor de Cascais) em Ceuta: serviço militar e abastecimento durante as décadas de 1440 e de 1450 Marco Oliveira Borges	407
Ceuta na narrativa de Nicolau Lanckmann de Valckenstein (c.1467) Carlos Guardado da Silva	439
Em torno da Ordem de Cristo e da Conquista de Ceuta Fernando Larcher	451
Viagem ao Estreito em 1524. O Livro de Contas de Francisco Anes Gago Tiago Machado de Castro	463
Entre Ceuta, Tânger e o Estreito: o percurso norte-africano de D. João de Castro (1518-1544) Roger Lee de Jesus	493
Ceuta como tópico narrativo no discurso historiográfico da expansão portuguesa Ana Paula Avelar	513
Ceuta: da Primeira República ao Estado Novo. Aspectos iconográficos e historiográficos Rui da Costa Pinto	521
O Clube Militar Naval e os Centenários da Conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque (1915) Carlos Baptista Valentim	547
Ceuta: uma controvérsia historiográfica Sérgio Campos Matos	555
As comemorações do V Centenário da Tomada de Ceuta em 1915 vistas pelos relatos da Academia das Ciências de Lisboa e da Sociedade de Geografia de Lisboa Luís Aires-Barros	567
Conferência de Encerramento Ceuta e a Expansão: uma nova definição de Fronteira Marítima Portuguesa Luís Adão da Fonseca	577
Palavras do Presidente da Comissão Científica António Dias Farinha	585
Palavras do Presidente da Academia de Marinha Nuno Vieira Matias	589

ORGANIZAÇÃO DO SIMPÓSIO

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidência

Nuno Gonçalo Vieira Matias
Manuela Mendonça

Secretário

Adriano Beça Gil

Vogais

João Abel da Fonseca
Luís Couto Soares
Emanuel Gonçalves Agostinho

COMISSÃO CIENTÍFICA

Presidente

António Dias Farinha

Vice-presidente

Francisco Contente Domingues

Secretário

João Abel da Fonseca

Vogais

Luís Adão da Fonseca
Maria Helena da Cruz Coelho
João Paulo Azevedo de Oliveira e Costa
Luís Miguel Duarte
Filipe Themudo Barata

PROGRAMA

Dia 10 de Novembro

09:30 Recepção aos participantes e entrega de documentação

10:00 Sessão solene de Abertura
Palavras do Presidente

Conferência de Abertura pela académica
Maria Helena da Cruz Coelho

Ceuta: um marco no processo legitimador da dinastia de Avis

11:00 Intervalo

11:30 **1ª mesa**

Presidente: António Dias Farinha

Vasco Soares Mantas

**Dos feitos de Hércules aos feitos Lusitanos. Ceuta e o Estreito
no Mundo Antigo e Medieval**

João Abel da Fonseca

**A empresa de Ceuta – dos antecedentes às circunstâncias
que ditaram as causas próximas**

José Malhão Pereira

O condicionalismo físico do Estreito de Gibraltar e a Expedição a Ceuta

13:00 Almoço

14:30 **2ª mesa**

Presidente: João Abel da Fonseca

Fernando Villada

Puertos, abrigos y fundadores de Ceuta (siglos XIV-XVI)

Manuel Cadafaz de Matos

**Meios culturais e religiosos em Ceuta entre 1408 e 1415:
o testemunho de um historiador do Livro e das mentalidades**

Francesco Guidi–Bruscoli

The conquest of Ceuta seen through contemporary Italian sources

16:00 Intervalo

16:30 **3ª mesa**

Presidente: Vasco Soares Mantas

José Rodrigues Pereira

De Ceuta para o Atlântico. As primeiras expedições marítimas portuguesas

Fernando Gomes Pedrosa

A pesca e o corso nos antecedentes da Expansão Marítima

João Marinho dos Santos

Ceuta – Base Escola do Corso Ultramarino Português

18:00 Final dos trabalhos do 1º dia

Dia 11 de Novembro

09:30 **4ª mesa**

Presidente: Adriano Beça Gil

Abílio Pires Lousada

As tapeçarias de Pastrana no contexto das Conquistas de Arzila e Tânger por D. Afonso V

António de Andrade Moniz

Ceuta e as duas políticas da Expansão Portuguesa

Maria Celeste Moniz

Os Painéis de S. Vicente, manifesto sociopolítico do Regente D. Pedro

11.00 Intervalo

11:30 **5ª mesa**

Presidente: Francisco Contente Domingues

Luís Miguel Duarte

A marinha na Conquista de Ceuta em 1415

Jorge Semedo de Matos

Ceuta e o Estreito: Vantagens Táticas e Estratégia Naval, no Século XV

Margarida Garcez

**Informação e contra-informação na “Empresa de Ceuta”:
a embaixada ao Duque da Holanda**

13:00 Almoço

14:30 **6ª mesa**

Presidente: Luís Miguel Duarte

José Manuel Garcia

Lisboa e o início da Expansão Portuguesa

Filipe Themudo Barata

**O Corso e a pirataria a partir de Ceuta,
Instrumento político e negócio popular**

Nuno Silva Campos

**Guerra e Corso em Ceuta durante a capitania
de D. Pedro de Meneses (1415-1437)**

16:00 Intervalo

16:30 **7ª mesa**

Presidente: Filipe Themudo Barata

Pedro Gomes Barbosa

**“...As abelhas significamos nos outros e os pardais são os cristãos”.
A visão do Mouro na “Crónica” de Zurara**

Henrique Pinto Rema

Os Frades menores em Ceuta e na Mauritània

Vítor Serrão

**Iconografia do Outro e do Exótico na arte sequencial
à Conquista de Ceuta, séculos XV e XVI**

18:00 Final dos trabalhos do 2º dia

Dia 12 de Novembro

09:30 **8ª mesa**

Presidente: José Rodrigues Pereira

Amândio Barros

**Repensar Ceuta. Da armada de conquista às armadas
de patrulha (séculos XV e XVI)**

Marco de Oliveira Borges

**D. Álvaro de Castro (Senhor de Cascais) em Ceuta:
serviço militar e abastecimento durante as décadas de 1440-1450**

Carlos Guardado da Silva

Ceuta na narrativa de Nicolau Lanckman de Valckenstein (c. 1467)

11:00 Intervalo

11:30 **9ª mesa**

Presidente: Amândio Barros

Fernando Larcher

Em torno da Ordem de Cristo e da Conquista de Ceuta

Tiago Machado de Castro

Viagem ao Estreito em 1524. O Livro de Contas de Francisco Anes Gago

Roger Lee de Jesus

**Entre Ceuta, Tânger e o Estreito: o percurso norte-africano
de D. João de Castro (1518-1544)**

13:00 Almoço

14:30 **10ª mesa**

Presidente: José Malhão Pereira

Ana Paula Avelar

**Ceuta como tópico narrativo no discurso historiográfico
da expansão portuguesa**

Rui da Costa Pinto

**Ceuta: da Primeira República ao Estado Novo.
Aspectos iconográficos e historiográficos**

Carlos Manuel Valentim

**O Clube Militar Naval e os Centenários da Conquista de Ceuta
e da Morte de Afonso de Albuquerque (1915)**

16:00 Intervalo

16:30 **11ª mesa**

Presidente: Ana Paula Avelar

Sérgio Campos Matos
Ceuta: Uma controvérsia historiográfica

Luís Aires-Barros
**As comemorações do V centenário da tomada de Ceuta em 1915
vistas pelos relatos da ACL e SGL**

17:30 Intervalo

18:00 Sessão solene de Encerramento

Conferência de Encerramento pelo académico
Luís Adão da Fonseca
**Ceuta e a expansão: uma nova definição
da Fronteira Marítima Portuguesa**

Palavras do Presidente da Comissão Científica

Palavras do Presidente

PALAVRAS DO PRESIDENTE DA ACADEMIA DE MARINHA

Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada e Autoridade Marítima Nacional,

É uma honra e um enorme gosto dar as boas-vindas a Vossa Excelência a esta Academia agora sua numa dupla perspectiva. De facto, à feliz dependência orgânica da Academia em relação ao Comandante da Marinha junta-se o lustre de o termos, Senhor Almirante, como membro honorário, eleito na última Assembleia dos Académicos. Receba, também por isso, as nossas felicitações com os nossos especiais cumprimentos gratos por estar entre nós e por ter aceitado fazer parte da Academia de Marinha. Bem-vindo a bordo!

Cumprimento, também, os restantes ilustres membros da mesa e, em particular, gostaria de saudar a Senhora Presidente da Academia Portuguesa da História, agradecendo-lhe o empenho que teve em ser parte integrante da organização deste Simpósio

É igualmente com todo o prazer que dou as boas-vindas a esta nau de pedra às senhoras e senhores convidados (...), aos Senhores Almirantes e Generais, Senhoras e Senhores Académicos. Peço que se sintam bem nesta casa que é de mar pelos temas que nela tratamos, mas que navega apenas em termos intelectualmente figurados. Por isso, espero que não sintam o, para mim, já há tanto tempo esquecido enjoo.

Estou reconhecido pelas vossas presenças, assim como pelos apoios académicos já prestados e, principalmente, pelos que irão sendo desenvolvidos, ao longo deste nosso Simpósio.

Assumo assim, como obrigação de justiça prestar público reconhecimento às individualidades que aceitaram os nossos convites, para fazerem parte da Comissão Científica, ou para nos enriquecerem intelectualmente com as conferências que irão apresentar e que perpetuaremos com a publicação dos respectivos textos.

Sinto também ser minha obrigação lamentar profundamente uma ausência, a do Senhor Professor Doutor António de Almeida, antigo 2º tenente da Reserva Naval, que conservou sempre o espírito brilhante do Botão de Âncora e que, através da Fundação EDP tanto nos apoiou no Simpósio anterior e que agora, de novo, nos patrocinaria. Contudo, Deus assim o determinou, fez recentemente a sua última navegação para o Cais da Eternidade. Que descanse em paz!

Felizmente que, como diz o nosso povo, Deus quando fecha uma porta abre logo outra. E, de facto, a porta do sentido cívico da Direcção do Montepio, abriu-nos a sua compreensão patrocinadora, o que, muito reconhecidamente, publicamente agradecemos. Cumpre-me ainda agradecer o gentil apoio que também nos foi concedido pela Direcção da Lusitânia Vida.

A Academia de Marinha ao planear o seu XIV Simpósio de História Marítima para 2015, não podia ter deixado de considerar, lembrando, o evento de lançamento da nossa epopeia marítima, ocorrido há exactamente seiscentos anos e que se traduziu pela expedição, com a conquista e a ocupação de Ceuta. Tratou-se, verdadeiramente, do

começo da nossa expansão, a qual viria a alcançar, viria a ser, o maior império mundial até ao seu tempo, implantado nos vários continentes habitados, ligados pelas rotas marítimas que estruturámos através de três oceanos e cuja segurança garantimos pelo adequado senhorio do mar.

Pensámos, assim, que o tema teria de tratar essa epopeia e o título escolhido para o Simpósio foi: “*Ceuta e a Expansão Portuguesa*”. Naturalmente, que se trata de um assunto muito amplo na sua abrangência e, por isso, procurámos solicitar a atenção dos simposiastas para quatro subtemas que vale a pena considerar numa especialização das intervenções, a saber:

1. Antecedentes. A visão do interesse nacional. Os objectivos;
2. O Planeamento e a organização da expedição de 1415,
3. A execução da missão. Travessia e operação anfíbia;
4. A exploração do sucesso.

Peço, perante tão abrangente horizonte, aos oradores participantes, mais de três dezenas, que sejam verdadeiros simposiastas, no sentido de usarem de uma postura activa no desenvolvimento das ideias e de provocarem a reacção da assistência, certamente interessada. Convicto de que o farão, recebam desde já os nossos agradecimentos.

Foi em boa hora que a Academia de Marinha decidiu, consensualmente, escolher o indeclinável tema de Ceuta para centro de debate do XIV Simpósio. Como seu Presidente, considero que a decisão foi academicamente muito correcta e, igualmente, como cidadão, sinto uma grande alegria porque a epopeia começada em Ceuta me enche de um enorme orgulho, que se torna mesmo transbordante quando penso naquilo que os nossos antepassados realizaram na construção de um novo país, e no alargamento das suas fronteiras, tornado, de facto, visível a partir de Agosto de 1415!

E ponho ênfase na expressão “*tornado, de facto, visível a partir de Agosto de 1415*”, porque, na verdade, a epopeia começou antes, muito antes mesmo, através de um planeamento que considerou factores que ainda hoje são essenciais na consecução de grandes objectivos estratégicos dos Estados.

Na realidade, o nosso território, que começou no Condado Portucalense, encontrava-se, como disse Lucrécio, Bispo de Braga, em 561, “*no próprio extremo do mundo*”. Tinha um isolamento de “*finisterra*” que quase só o mar ajudava a quebrar pelos contactos que viabilizava com gentes de outros povos que por aqui iam passando. Foi também por mar que vieram os Cruzados que nos ajudaram na reconquista cristã do território, através de operações terrestres e anfíbias cuja eficácia ficou bem demonstrada no facto de a reconquista do Algarve ocorrer 242 anos antes da queda do último baluarte muçulmano na Península, Granada. Ou seja, numa altura em que nós já tínhamos atingido o Cabo da Boa Esperança, havia 3 anos!

Contudo, ponderemos que entre a conquista do Algarve, em 1249, e a saída para Ceuta mediarão 166 anos, isto é, um vastíssimo período de tempo em que o território do Reino de Portugal e dos Algarves ficou confinado pela difícil fronteira terrestre. E aí, de facto, as dificuldades de estabilização eram grandes, pois estava-se num tempo, numa

situação, como referiu Oliveira Martins, “*Quando à Europa humilhada o castelhano impõe a lei com a espada e o mosquete...*”.

Isto é, Portugal estava entalado entre a espada castelhana e a parede do mar. Contudo, e apesar de os nossos antepassados nunca se terem furtado a enfrentar, quando necessário, com coragem bem-sucedida, o aço toledano, como na vitória brilhante da Batalha Real de 14 de Agosto de 1385, foi por opção estratégica que decidiram derrubar os obstáculos do mar, desde os de distantes lendas, aos formados pelas barreiras da ignorância técnica e científica e pelo desconhecimento do que estaria para além do horizonte do mar de que havia notícia.

Por isso, a decisão de ir contra a barreira do mar, inicialmente sobre Ceuta, foi longamente discutida e amadurecida com opiniões a favor e contra, mas tendo a suportá-la, positivamente, o interesse do aumento do poder nacional, que podemos classificar de imperioso, se tivermos em conta a dimensão do espartilhado território e a ambição visionária de um povo corajoso com muita “*arte e engenho*”, que desejava “*alcançar a distância*”.

Para conseguir esse objectivo político, que o interesse nacional impunha a um povo que “não cabia no berço em que nascera”, houve que pensar, que delinear, uma estratégia, uma vez que, à partida, aumentar o poder nacional envolveria, pelo menos, os seguintes 6 objectivos estratégicos:

- (1) Alargamento das frágeis fronteiras de segurança;
- (2) Aumento do diminuto território;
- (3) Valorização da posição portuguesa perante o mundo cristão;
- (4) Desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico;
- (5) Desenvolvimento da reduzida economia;
- (6) Aumento do poder militar-naval.

Para começar a pôr em prática as linhas de acção conducentes à concretização de pelo menos alguns desses objectivos, Ceuta seria um bom passo inicial. Tal projecto, como ainda nos nossos dias se faz em termos de planeamento estratégico, teve de considerar um conjunto de factores, segundo uma metodologia coerente.

Por isso, todos lemos em Zurara e noutras fontes, por exemplo, os cuidados que houve:

- Na avaliação das ameaças previsíveis, onde, nomeadamente, a paz com Castela de 1411 teve lugar;
- No estabelecimento das alianças possíveis que permitiram a obtenção de meios materiais (sobretudo navios) no estrangeiro (norte da Europa);
- Na avaliação e incremento dos recursos e das forças disponíveis no País;
- No aperfeiçoamento das ainda incipientes tecnologias existentes;
- Na obtenção de conhecimentos sobre o previsível teatro de operações, em termos hidrográficos, topográficos, forças inimigas, população, etc;

- Na manutenção do segredo, visando alcançar a surpresa.
- Etc.

Por tudo o que aprendi sobre a epopeia de Ceuta, concluo que envolveu, para os meios da época, um brilhante planeamento estratégico do Estado para além de uma bem organizada e heróica execução, de onde foi possível, depois, extrair ensinamentos sem conta, postos em prática pelo extraordinário aluno chamado Henrique que, posteriormente, foi aprender mais, muito mais, para os lados de Sagres.

Como procurei aflorar, não faltará, pois, matéria para ponderação e para debate neste XIV Simpósio de História Marítima, onde também certamente aparecerão ideias inovadoras, fazendo jus ao lema desta casa “*PORMARES NUNCA DE OUTRO LENHO ARADOS*”.

Grato pela presença de SEXA o Sr. Almirante CEMA e de todos VExas, formulo votos de um proveitoso simpósio, a navegar com todo o pano.

Nuno Vieira Matias
Almirante

Conferência de abertura

CEUTA: UM MARCO NO PROCESSO LEGITIMADOR DA DINASTIA DE AVIS

Maria Helena da Cruz Coelho

“Uns fizeram tão grandes sepulturas e assim maravilhosamente obradas, cuja vista fosse azo de os presentes perguntarem pelo seu possuidor. Outros fizeram ajuntamento de seus bens, havendo autoridade de el-Rei, por que o fizessem morgado para ficar ao filho maior, de guisa que todos os que daquela linhagem descendessem, houvessem razão de se lembrarem sempre daquele que o primeiramente fizera. Outros se trabalharam de fazer tão excelentes feitos de armas, cuja grandeza fosse azo de sua memória ser exemplo aos que depois viessem... E porem dizia Alexandre, o grande rei da Macedónia – que a cousa que mais desejava...que depois da sua morte, seus feitos seriam assim cumpridamente escritos como os ele fizera”¹.

Estes eram, na escrita de Zurara, os pilares da memória perene dos homens virtuosos. D. João I legou a sua Boa Memória fundada em todos estes axiomas - uma monumental sepultura; o legado de um reino ao seu herdeiro; vitórias militares; crónicas dos seus feitos. E a empresa de Ceuta foi como que o corolário de todo este processo legitimador e propagandístico de um rei e de uma dinastia.

Mas começarei algum tempo antes. E por etapas.

D. João Mestre de Avis, filho natural de D. Pedro, ao ser cabeça da oposição à regência de D. Leonor Teles e ao ter liderado, juntamente com Nuno Álvares Pereira, as campanhas militares que se opuseram à invasão castelhana e ao ter resistido ao cerco de Lisboa, ganhou, qual Messias Salvador, o direito de ser Regedor, Defensor e Governador dos reinos de Portugal e do Algarve². Alcançou uma primeira legitimação de poder pela acção de defesa do reino.

Era preciso porém ir mais além, quando nova invasão do rei de Castela se anunciava. Porque só um rei se poderia opor a outro rei.

Deviam reunir-se Cortes em Coimbra, como ficara decidido em S. Domingos, na reunião de 2 de Outubro de 1384.

¹ ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por el-rei D. João I*, introdução e notas de Reis Brasil, Lisboa, Publicações Europa-América, 1992 (doravante citada CTC), cap. XXXVIII.

² COELHO, Maria Helena da Cruz (2008), *D. João I, o que recolheu Boa Memória*. Lisboa: Temas e Debates, pp. 41-74, onde se remete para muita outra bibliografia. Especificamente sobre o cerco de Lisboa, leia-se MARTINS, Miguel Gomes (2005), *A vitória do quarto cavaleiro. O cerco de Lisboa, de 1384*. Lisboa: Prefácio.

O Regedor, Defensor e Governador de Portugal avançou então de Torres Vedras para Coimbra, onde chegou a 3 de Março, sendo recebido em festa e profeticamente aclamado rei pelas vozes das crianças, nas palavras de Fernão Lopes³.

Nesta cidade, no paço real, reuniram-se, entre Março e Abril de 1385, as “revolucionárias” Cortes de Coimbra, desde logo porque as forças sociais do reino e não qualquer rei as convocara. Graças à sagaz argumentação jurídica de João das Regras, reforçada pela ameaça das armas de Nuno Álvares Pereira, e depois de acesos debates, foi vencida a oposição dos que defendiam os direitos dos filhos de Inês, por todos os de D. João de Castro. E, a 6 de Abril de 1385, João, o Mestre de Avis, era, por fim, aclamado Rei de Portugal⁴. Alcançava desde então a legitimidade jurídica de ser rei de Portugal, uma segunda etapa no seu percurso.

Mas para a plena afirmação da sua realeza tinha ainda dois grandes obstáculos a ultrapassar. Carecia da legitimidade de sangue, porque, embora filho de rei, era ilegítimo. Acrescia que era um eclesiástico, mestre da Ordem de Avis, não tendo assim liberdade para contrair matrimónio e ter descendência.

Por isso, quando as três Ordens presentes em Cortes lhe comunicaram a decisão, o Mestre de Avis recusou o cargo de rei, alegando justamente a ilegitimidade e os seus votos eclesiásticos⁵. Terá sido por certo uma negativa recomendada pelos seus legistas e conselheiros e encenada pelo monarca. Mas fundamental. Falava-se abertamente daquilo que anteriormente poderia ser uma obstrução à realeza. Logo, tais impedimentos não podiam mais ser apontados contra o Mestre, porque ele mesmo os declarara.

E neste contexto esta pretensa negação mobilizou todas as forças sociais para ultrapassar esses defeitos. Desde então D. João podia ser rei, não apenas porque fora escolhido em Cortes, mas também porque tivera a aprovação declarada de todos os corpos sociais, sobremaneira o eclesiástico, podendo tomar o consenso da Cortes como reconhecimento da delegação divina do poder real.

Uma embaixada partiu de imediato para Roma até junto do papa Urbano VI com uma súplica que rogava a ratificação de D. João I como rei, absolvendo-o de todos os impedimentos que o contrariassem. O pontífice terá expresso o seu consentimento, assinando a súplica, assim se firmando uma graça *per fiat*. Na verdade as bulas com a dispensa dos seus votos religiosos e com a legitimação do seu nascimento só vieram muito mais tarde, em 1391⁶.

D. João I, confrontado desde o início da sua realeza com estes escolhos, sabia bem que imperiosamente tinha de legitimar o seu poder pelas armas e pela linhagem de sangue.

A primeira oportunidade ofereceu-se-lhe de imediato. Na segunda semana de Julho de 1385, o rei castelhano estava de novo a invadir o reino, entrando pela Beira e inten-

³ LOPES, Fernão (1977), *Cronica del Rei Dom Joham I de Boa Memoria e dos Reis de Portugal o decimo. Parte Primeira* (doravante citada *CDJI*), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, cap CLXXXI.

⁴ *CDJI*, I, caps. CLXXXII-CXCII; COELHO, Maria Helena da Cruz (2008), *D. João I...*, pp. 78-90.

⁵ *CDJI*, I, cap. CXCII.

⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz (2008), *D. João I...*, pp. 88-89.

tando conquistar Lisboa, pois que “*tomada esta cidade... tomadas eram todallas outras vilas e cidades e o reyno todo*”⁷.

Como bem se sabe uma batalha campal teve lugar a 14 de Agosto de 1385, em que se opôs o exército castelhano, liderado pelo rei Juan I de Castela, e o exército português, chefiado por D. João I e comandado pelo seu braço armado Nuno Álvares Pereira. A batalha, iniciada já depois da hora de véspera, foi muito breve e não chegou talvez a durar uma hora. O excelente comando, estratégia e tática de D. Nuno, a escolha certa de uma excelente posição defensiva, com obstáculos naturais que dificultavam o acesso do exército inimigo, reforçada ainda por obstáculos artificiais, e o eficiente desempenho dos arqueiros ingleses e dos besteiros portugueses desbarataram por completo as forças militares castelhanas⁸. A vitória do rei de Portugal sobre o rei de Castela foi incontestada.

D. João I legitimava militarmente a sua realeza. Refundava pelas armas o título de rei, conseguido juridicamente em Cortes, e assegurava a continuidade do reino de Portugal. O memorial que ergueu à Virgem, a quem se encomendara, e que se transmutará no grandioso mosteiro de Santa Maria é o testemunho pétreo inabalável da sua realeza após esta vitória.

Certo é que este glorioso feito militar foi apenas o início do caminho para, em guerra, ir consolidando o seu poder no trono de Portugal. O percurso foi longo e entrecruzado de momentos decisivos com outros de grande indefinição, tendo um tratado de paz duradouro sido assinado apenas em 1411⁹.

Entretanto, logo dois anos depois de Aljubarrota, D. João I deu um novo passo na sua plena legitimação.

Em Fevereiro de 1387, D. João casou, no Porto, com D. Filipa de Lencastre. Escolheu, negando qualquer intervenção das Cortes quanto a essa matéria, a filha mais velha de João de Gand, seu aliado, e de Branca de Lencastre¹⁰.

A aliança inglesa era quase inevitável, dado os apoios que Portugal recebera de Inglaterra e a oposição de Portugal a Castela, que era aliada da França, no contexto da guerra dos Cem Anos. Poderia é certo ter preferido a filha legítima mais nova do duque, Catarina, fruto da sua união com Constança, filha de D. Pedro I de Castela. Mas essa opção envolvia ainda pretensões ao reino de Castela, que não estavam nas suas intenções.

⁷ *CDJI*, II, cap. XXVII. Sobre estes acontecimentos que temos vindo a referir e alguns outros posteriores leia-se DUARTE, Luís Miguel (2006), *Guerra pela Independência. Aljubarrota. 1383-1389*. Matosinhos: QuidNovi.

⁸ COELHO, Maria Helena da Cruz (2008), *D. João I...*, pp. 101-114, remetendo-se para as obras aí citadas. Destaquem-se, entre outras, MONTEIRO, João Gouveia (coord.) (2001), *Aljubarrota Revisitada*. Coimbra: Imprensa da Universidade; MONTEIRO, João Gouveia (2003), *Aljubarrota. 1385. A Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História; GOMES, Saul António (2007), *A Batalha Real (14 de Agosto de 1385)*. Calvaria: Fundação Batalha de Aljubarrota.

⁹ COELHO, Maria Helena da Cruz (2008), *D. João I...*, pp. 119-147.

¹⁰ No que diz respeito ao casamento e linhagem real, veja-se COELHO, Maria Helena da Cruz (2008), *D. João I...*, pp. 148-160. Para um maior aprofundamento sobre D. Filipa leiam-se as biografias de SILVA, Maria Manuela Santos, (2012), *Filipa de Lencastre, a rainha inglesa de Portugal (1360-1415)*. Lisboa: Círculo de Leitores; COELHO, Maria Helena da Cruz (2011), *D. Filipa. A inglesa rainha*. Matosinhos: QuidNovi.

O casal impunha-se pela maturidade dos anos e pela grande experiência de vida, nos quase trinta anos do rei e vinte e sete da rainha. Mas a união era arriscada. D. Filipa era uma mulher que de há muito ultrapassara os anos mais intensos da sua fertilidade. Podia ter dificuldade em conceber e sempre havia o risco de não gerar um filho varão. Todavia tudo correu pelo melhor.

Na verdade, embora de idade avançada, D. Filipa deu à luz, entre 1388 e 1402, oito crianças e perdeu um feto. Viu morrer dois dos seus filhos, mas sobreviveram cinco varões – Duarte, Pedro, Henrique, João, Fernando – e uma donzela, Isabel.

Estava assegurada uma vasta família de sangue, uma legítima linhagem real, estava plenamente garantida a sucessão legítima do trono por linha varonil. Mas será de recordar que existiam já dois filhos de D. João enquanto Mestre de Avis, D. Beatriz que desposou em 1405 o conde de Arundell, fortalecendo a aliança inglesa, e D. Afonso, futuro conde de Barcelos e duque de Bragança., que casou com a única filha de Nuno Álvares Pereira e foi a raiz da casa de Bragança.

Acresce que D. João, depois das bodas matrimoniais, reuniu Cortes no Porto, na segunda quinzena de Fevereiro de 1387, em que instituiu a casa do rei e a da rainha. Viabilizava a constituição da família alargada da corte régia, integrando o seu séquito de vassalos e a sua domesticidade, um tecido social que partilhava os espaços materiais e simbólicos da realeza e um corpo de pessoal e de instituições que acompanhavam o desempenho público e privado do monarca.

Desde o ano de 1387, estavam lançadas as bases para a formação da linhagem real e para a estruturação da corte régia, uma corte que se mostrou hábil na liderança do governo do reino, que se elevou aos mais distintos padrões culturais, cortesãos e cavaleirescos e que alcançou as mais prestigiantes alianças diplomático-matrimoniais no seio da Cristandade.

Antes de prosseguir importa realçar que, a par da documentação da chancelaria régia, a grande fonte para o conhecimento deste percurso de vida e etapas legitimadoras de D. João I é Fernão Lopes, cronista a quem D. Duarte encomendou a cónica dos feitos de D. João I e que, em seguida, o regente D. Pedro corroborou¹¹. Tal narração terá sido escrita entre 1434 e 1449, num tempo em que as relações com Castela se encontravam já apaziguadas e se encontravam fortalecidos as relações de Portugal com os reinos peninsulares por alianças matrimoniais. As suas Crónicas, nas quais a sua mundividência pessoal se articulava com as dos seus encomendantes, integravam-se no processo e mecanismo de legitimação de uma realeza que, tendo na sua raiz a mácula de sangue, se queria legitimar pelo carisma do poder político e militar.

Já a memória histórica do que a seguir vamos relatar se deve à prosa do cronista Gomes Eanes de Zurara, que terá escrito, de raiz ou sobre apontamentos de Fernão

¹¹ COELHO, Maria Helena da Cruz (2008), *D. João I...*, pp. 332-338. E sobre este cronista, leiam-se, entre muitos outros, AMADO, Teresa (1997), *Fernão Lopes contador de História. Sobre a Crónica de D. João I*. Lisboa: Editorial Estampa; MONTEIRO, João Gouveia (1988), *Fernão Lopes, Texto e Contexto*. Coimbra: Livraria Minerva.

Lopes, a *Crónica da Tomada de Ceuta*, ente 1449 e 1450¹². O seu pensamento historiográfico comprometia-se agora com o de D. Afonso V na expressão de uma vontade cruzadística e mentalidade cavaleiresca, que valorizava os heróis régios ou nobres e dava relevo aos feitos individuais sobre os colectivos. Na empresa de Cavalaria e Cruzada que foi a conquista de Ceuta, D. João I encontrava-se já acompanhado pela sua linhagem e sob a sua liderança política se reagrupou a maioria da nobreza portuguesa, na nova mensagem legitimadora.

Mas atentemos um pouco mais de perto na narrativa deste feito. Não antes sem afirmar, numa reflexão a que a leitura contínua da Crónica me remete, que há uma enunciação e discurso na prosa de Zurara que nos torna reféns da sua narrativa.

Claros se me afiguram os seus objectivos, fossem eles os do encomendante, D. Afonso V, ou tenham sido os do protagonista, D. João I, se é que não convergiam ambos. Desejava-se gravar a mensagem de que empresa de Ceuta fora ditada por uma vontade régia, mas por ela e para ela se quis em primeiro lugar associar os descendentes, passando a ser um feito militar do rei e da sua linhagem. Em consentâneo pretendia-se legar a memória de que este feito militar fora ponderado de acordo com o querer de todo o reino e para ele se mobilizaram todas as forças sociais, com interesses múltiplos e variados, na almejada reconciliação social interna do mesmo. A narrativa terá sido depois composta de acordo com estes propósitos, numa plasticidade muito bem conseguida entre o acontecido e o contado.

Procuremos seguir esses meandros.

Como já se disse uma paz duradoura havia sido estabelecida em 31 de Outubro 1411¹³ entre Portugal e Castela pelo tratado de Ayllón. E é justamente por esse acontecimento que se inicia a Crónica de Zurara.

Se a defesa do reino estava assegurada, a situação interna não se apresentava fácil. As tentativas de D. João I de restringir as moradias, de recuperar os bens doados à nobreza, de reclamar o privilégio de só o rei ter vassalos levaram a que, entre 1397 e 1400, mais de dezena e meia de nobres se exilassem e sobretudo que o Condestável do reino se indignasse ao ponto de também ele ameaçar abandoná-lo¹⁴. Sem campanhas militares ou terras para recompensar serviços e fidelidades, a política régia dificilmente controlava a nobreza. Por outro lado o monopólio muçulmano no Estreito de Gibraltar e o corso e a pirataria moura eram uma constante ameaça à segurança e liberdade dos mercadores nas suas rotas comerciais.

Olhando para um reino fechado em terra, só do mar poderia vir a recomposição. Portugal compusera-se em território e em poder de um reino na luta para sul contra os

¹² COELHO, Maria Helena da Cruz (2008), *D. João I...*, pp. 338-339; BAQUERO MORENO, Humberto (1987), "O valor da crónica de Zurara sobre a conquista de Ceuta", in *A Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus em Homenagem a Luís de Albuquerque*, vol. II. Lisboa: Presença, pp. 191-202.

¹³ Leia-se o clausulado deste tratado em *Monumenta Henricina* (1960), ed. da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, II. Coimbra: Atlântida (doravante citada *MH*), doc. 5.

¹⁴ COELHO, Maria Helena da Cruz (2008), *D. João I...*, pp. 294-296.

muçulmanos. Nesse mesmo sentido devia prosseguir a tomada de terras e a expansão, estimulada por um renovado espírito cruzadístico, dobrado de motivações socioeconómicas¹⁵. Com essa política o rei de Portugal firmaria a plena legitimação frente a Castela e a plena afirmação na Cristandade.

D. João I pôe os olhos sobre o reino de Granada e oferece-se ao regente, Fernando de Aragão, para auxiliar na empresa o reino de Castela, que tinha o direito de conquista de tal reino¹⁶. A resposta foi diplomaticamente negativa.

O destino alternativo, desejando-se abrir aos cristãos o estreito de Gibraltar parecia ser, inevitavelmente, Ceuta, que o monarca e seus conselheiros bem conheceriam. Na verdade em actividades de saques, de destruição de navios corsários ou de ocupação temporária de portos por castelhanos e portugueses, Ceuta era destino bem sabido. A conquista dessa cidade abriria aos portugueses e aos demais reinos cristãos, esse domínio marítimo em que o Atlântico e Mediterrâneo se complementavam nas relações de trocas.

Mas na prosa de Zurara, antes do nome da cidade surgir, abre-se um capítulo em que se relata a intenção de D. João I armar os seus filhos cavaleiros em festas na cidade de Lisboa, achando estes, no que foram apoiados pelo seu meio-irmão o conde de Barcelos, pequeno feito para a sua alta estirpe¹⁷. E logo depois o destino a seguir, Ceuta, surge sob a proposição do vedor da fazenda João Afonso de Alenquer, que haveria tomado conhecimento dessa “*rrica e muy fermosa*” cidade por informações de um criado que lá mandara para resgatar cativos¹⁸.

Como já o afirmei, no real vivido por certo esta iniciativa teria sido uma deliberação do monarca, que, por informações secretas, conheceria a oportuna fragmentação política muçulmana, e, haveria discutido a empresa, muito à puridade, com alguns dos seus privados eclesiástico e leigos, que a teriam aprovado. Mas depois a proposta, por parte de um oficial da corte, dava ensejo a pôr em marcha todos os passos da ponderação e do conselho que um rei sábio e justo devia seguir. Em acto e em discurso.

O projecto foi entusiasticamente acolhido pelos infantes D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique e tê-lo-iam defendido com denodo junto de seu pai, – que apenas recebera “*o feito, como quem o tinha em jogo*”, diz o cronista¹⁹ – advogando que o mesmo seria serviço de Deus, honra para o rei por se esforçar nesse serviço e nobre causa para armar os seus filhos cavaleiros. D. João quis então uma pronúncia explícita – como era imprescindível – por parte de um pequeno grupo de conselheiros, fiéis e sabedores, em que se contavam os seus confessores, Frei João Xira e o Doutor Frei Vasco Pereira, os principais letrados e

¹⁵ Basta recordar que ainda antes da assinatura do tratado de paz em Outubro de 1411, D. João I recebera, em resposta a um pedido seu, a bula *Eximie deuocionis* do papa João XXIII que lhe permitia receber o auxílio das Ordens Militares para a guerra justa contra cristãos, sarracenos ou outros inimigos do reino (MH, I, doc. 147), bem nos demonstrando que D. João I já antes da formalização da paz com Castela pensava na luta contra os muçulmanos. Sobre o contexto cristão-português e o muçulmano em que decorreu a conquista de Ceuta, leia-se DUARTE, Luís Miguel (2015), *Ceuta. 1415. Seiscentos anos depois*. Lisboa: Livros Horizonte.

¹⁶ CTC, cap.VII.

¹⁷ CTC, cap. VIII.

¹⁸ CTC, cap. IX.

¹⁹ CTC, cap. IX.

alguns notáveis do concelho de Lisboa²⁰. Garantiram-lhe estes que a empresa era serviço de Deus, o que já fora demonstrado pelo apoio divino que os reis seus antepassados haviam recebido na luta contra os muçulmanos, saindo vitoriosos e expandindo o reino e a fé cristã. Estava garantida, à luz do direito civil e canónico, a legalidade da acção.

As novas dúvidas que o cronista põe na boca do monarca teriam em vista mobilizar os infantes para se comprometerem com a viabilização prática da empresa, que exigia moeda para suportar as despesas, organização de uma frota para transportar homens e armas, recrutamento de gentes para a armada e abastecimento dos navios em armas, animais e mantimentos²¹. Alvar de Santa Maria na *Cronica de Juan II* dá também conta, ainda que com certa acrimónia, de todos estes encargos e medidas²².

E logo aqui Zurara faz emergir a figura do infante D. Henrique, aquele que o rei ouve em particular conselho e que será o principal herói da sua crónica.

Com a garantia do envolvimento dos seus mais velhos filhos varões o cronista apresenta o rei a manobrar de imediato para concretizar a empresa.

Ordenou D. João I que o prior do Hospital, D. Álvaro Camelo, e o capitão do mar, Afonso Furtado, embarcassem numa condigna frota, com a missão, que seria apenas um pretexto, de irem junto da rainha da Sicília oferecer-lhe uma aliança de matrimónio com o infante D. Pedro. Missão fracassada, como de antemão se sabia, porque a rainha desejava apenas uma aliança com o herdeiro da coroa, D. Duarte. Na realidade o verdadeiro objectivo seria tocar, à ida e à vinda, em Ceuta, e tudo observar e estudar pormenorizadamente. E aí a viagem foi um êxito. Afonso Furtado informará que havia boa praia e bons ancoradouros e o prior do Hospital descreveu, com uma maquete improvisada, todas as valências geoestratégicas naturais e militares da praça²³.

E é já com o propósito tomado e mesmo com o conhecimento do alvo que a narrativa cronística coloca o monarca a agir para obter mais amplos consensos, o que nos pode fazer ponderar sobre a sequência destes procedimentos no real vivido.

Agora D. João queria consultar duas pessoas, a saber, a rainha e o Condestável, cujo parecer condicionaria o de muitos outros. Na verdade, como escreve Zurara, sendo D. Filipa “*amada de todos geralmente... se ela em este feito não dá consentimento nenhum dos do povo nem ainda dos outros maiores, nunca porão mão em este feito com nenhuma fiuza nem esforço*”²⁴. O prestígio e altos feitos do Condestável exigiria do mesmo modo a sua total adesão, dado que “*tem assim as gentes do reino chegadas a sua amizade, que se ele, por ventura, contradisser este conselho, todos teriam que não era feito direitamente*”²⁵.

²⁰ CTC, caps. X, XII.

²¹ CTC, caps. XII a XV.

²² Através do artigo de MATA CARRIAZO, Juan da (1981), “La conquista de Ceuta en la ‘Crónica de Juan II de Castilla’ de Alvar García de Santa Maria”, *Anais*, II série, 27. Lisboa: Academia Portuguesa da História, pp. 281-296, lê-se no capítulo 367 da referida Crónica, que ao assunto se refere, sendo o autor do estudo o editor da dita Crónica.

²³ CTC, caps. XVI-XVIII.

²⁴ CTC, cap. XIX.

²⁵ CTC, cap. XIX.

Estes eram de facto dois pilares da sociedade de corte e do reino que era preciso captar, fosse em que momento fosse. Mas porque o monarca já tinha indefectivelmente os filhos a seu lado, foram eles que tomaram a seu cargo o ónus desta missão. Missão que se apresentou fácil e de êxito imediato.

D. Filipa regozijou-se com a ideia dos seus filhos se honrarem como cavaleiros ao serviço de Deus e se se opôs à ida do monarca, cuja decisão ficou adiada, não deixou de ser sensível às justificações cruzadísticas expostas por D. João I²⁶.

Por sua vez D. Nuno, depois da intermediação do infante D. Pedro, veio a encontrar-se com D. João I em Montemor-o-Novo e, ao tomar conhecimento dos seus planos, aprovou-os com a convicção de que “*este feito nom foy achado per uos...soamente que foy rreuelado per Deos*”²⁷, para que o rei alcançasse merecimento espiritual perante o Senhor.

No discurso cronístico a guerra justa de Cruzada contra os inimigos da fé cristã estava uma vez mais sancionada e justificada.

Na prática ficava assegurada a participação da rainha que, cabeça de um séquito de mulheres, as podia doutrinar para influenciarem o ânimo dos seus maridos e prometidos, bem como exercer a sua política de influências e de diplomacia sobremaneira na Península e em Inglaterra. A adesão do Condestável garantiria ao soberano o apoio dos homens da sua casa e clientela e o empenho de muitos outros senhores que lhe eram próximos.

Certo é que decorridos cerca de três anos em preparativos depois destas diligências ainda se estava num impasse²⁸. Então um conselho muito alargado foi convocado para Torres Novas com os mais altos oficiais e grandes do reino²⁹.

Era esta uma terceira mobilização, agora da nobreza do reino e mesmo de fora dele, como sabemos, bem expressa na arrebatada voz de comando do fiel João Gomes da Silva que terá respondido às proposições do rei, do condestável e dos infantes com a saborosa expressão “*nom ssei all que diga ssenom rruços alem*”³⁰.

Refere Zurara que D. João I, antes da reunião, ouvira missa dedicada ao Espírito Santo, convocando o Divino Espírito para iluminar o discernimento dos homens, numa demonstração clara da profunda influência franciscana na sua espiritualidade e nesta empresa. E porque assim aconteceu, nunca mais deixaram, pai e filhos, de ouvir todas as semanas uma missa oficiada em seu louvor.

E não me deterei aqui com todo o detalhe dos preparativos da campanha, nem com os apoios vindos de Inglaterra ou com as desconfianças sentidas pelos reinos vizinhos, por todos os de Aragão, mas também o de Granada, nem mesmo com o assombro da reunião de uma armada nunca vista de mais de 200 embarcações e cerca de 20.000 homens., tema este em aberto que, por certo, será ainda muito debatido³¹.

²⁶ CTC, cap. XX.

²⁷ CTC, cap. XXII.

²⁸ CTC, caps. XXIII, XIV.

²⁹ Vejam-se alguns estudos sobre este conselho na obra de SILVA, Carlos Guardado da (coord.) (2015), *A conquista de Ceuta. Conselho régio de Torres Vedras*. Colibri-Câmara Municipal de Torres Vedras.

³⁰ CTC, cap. XXXV.

³¹ SANTOS, José Loureiro dos (2012), *Ceuta. 1415. A Conquista*. Lisboa: Prefácio, pp. 62-71.

Mas na linha condutora do meu pensamento quero apenas salientar um grande escolho que ainda teve de ser ultrapassado – a morte de D. Filipa, a 18 de Julho de 1415. Zurara não hesita em referir que por essa altura se adensavam os maus presságios – havia peste em terra e nos navios, o sol ficara “*cris*” nos dias da doença da rainha, um mau agouro, como se acreditava; e por fim a rainha amada por todos, falecera³². Neste impasse os infantes declaram que cumpririam a vontade do pai, da mesma forma que este afirma ponderar a dos filhos e do conselho, reafirmando-se a coesão da linhagem real. O conselho divide-se ao meio com os infantes e quatro conselheiros a favor e os restantes sete contra, aí se encontrando o Condestável.

Presente os infantes e três conselheiros da posição contrária, D. Duarte resumiu perante D. João I as duas ponderações e os seus fundamentos. E no discurso prenunciado pelo monarca todos os sinais foram lido ao revés. Se todos eles conduziam à tristeza e à penitência, tal só significava que num serviço de Deus os homens deviam ser primeiro limpos dos seus pecados. Por sua vez a morte da rainha, elevando-a à corte celeste, só poderia servir para que, como intermediária privilegiada, as suas orações, rogando a vitória, fossem atendidas por Deus. Trata-se de uma justificação eminentemente religiosa em que não posso deixar de “ouvir” os conselhos dos seus confessores, por todos o franciscano Frei João Xira que sempre esteve ao lado no rei neste feito. E uma vez mais a vontade real teve a primazia. Mas não será a última.

A armada sai então do Restelo no dia de Santiago, 25 de Julho de 1415. Chegada a Lagos, no Domingo, dia 28 de Julho, D. João encarregou Frei João Xira de, em solene pregação, dar a conhecer o destino da viagem e a missão de luta contra o infiel em Ceuta, anunciando a bula de cruzada com a promessa da absolvição dos pecados e salvação das almas. Agora este franciscano via-se escolhido para, numa derradeira mobilização, incutir nos homens do povo que suportavam a armada, o espírito de Cruzada que os galvanizasse para a acção.

Sabemos que a armada partiu a 9 de Julho, mas, dadas as correntes e o nevoeiro só parte dela chegou a Ceuta, enquanto a restante foi arrastada para Málaga. Houve que esperar pelo reagrupamento da armada e depois de tal ter acontecido ainda uma vez mais D. João teve de enfrentar opiniões contrárias do seu conselho que agora se cindiam em três partidos – um, onde se incluíam os infantes, defendia a conquista de Ceuta, outro a tomada de Gibraltar e um terceiro pugnava pelo regresso a Portugal³³. E D. João tomou a sua última decisão: “*minha vontade é o dia de hoje, a Deus prazendo, ser sobre a cidade de Ceuta...*”³⁴. E determinou a estratégia a pôr em prática.

Torna-se manifesto que a Crónica reitera, quase à saciedade, que o projecto de Ceuta é uma vontade do rei e da sua linhagem.

³² CTC, cap. XLVII.

³³ CTC, caps. LXII, LXIII.

³⁴ CTC, cap. LXIII.

E de facto, no dia 21 de Agosto de 1415, a praça de Ceuta estava conquistada – não me detendo aqui sobre as peripécias militares acontecidas e que outros já trataram³⁵. Quatro dias depois, na sua mesquita, sagrada como templo cristão, depois da missa e, de novo, da pregação de Frei João Xira, o confessor franciscano do rei que o aconselhou e apoiou espiritualmente em toda a campanha, D. João I armava cavaleiros os seus filhos, Duarte, Pedro e Henrique³⁶. Não falarei também aqui dos debates para a escolha do seu fronteiro, que veio a recair sobre D. Pedro de Meneses, na recuperação da linhagem dos Meneses ao serviço do poder real³⁷, nem das campanhas para a sustentar ou das diligências para a elevação da diocese de Ceuta³⁸.

Porque na economia do trabalho que apresento importa por fim sopesar o que representou Ceuta no projecto político de D. João I e como se repercutiu no memorial e propaganda da realeza.

Com a empresa de Ceuta D. João I legitimava, pela derradeira vez, um rei e um reino. A vitória de Ceuta ampliava e redimensionava Aljubarrota. A memória batalha real apagara-se um tanto nos subsequentes recontros militares com Castela, alguns deles inconclusivos e sem grande fama ou proveito, ainda que absolutamente necessários para defender o reino e a realeza avisina até conseguir a paz definitiva.

Com a conquista de Ceuta D. João I retornava ao seu memorial guerreiro primevo, o de um rei vitorioso pelas armas. Mas esta guerra em África não lhe fora imposta mas tão só ditada pela sua vontade. Era uma guerra de Cruzada, que transmutava o rei de Avis, que fora cavaleiro pela sua causa, em cavaleiro de Cristo. Numa transferência simbólica da cidade da revolução para a cidade da legitimação sacralizadora, em Ceuta arvorou-se a bandeira do santo padroeiro de Lisboa. O rei que vencera Castela, era agora o rei que vencia os inimigos da Cristandade e que oferecia à Igreja uma messe para lançar a boa semente à terra, e às cidades e reinos europeus a libertação de constrangimentos de navegação e comércio.

Com a tomada de Ceuta, D. João I pôde ter os infantes seus filhos armados cavaleiros pelos mais nobres ideais, numa guerra santa. Legitimava e honrava a sua linhagem, ratificava a sucessão do trono, redimia e purificava a realeza de Avis para além do seu tempo.

Com a vitória de Ceuta, o reino de Portugal conhecia novas âncoras para rasgar o mar e conquistar a terra. O seu nome, a sua fama e o seu prestígio impunha-se à Cris-

³⁵ Sobre todos os pormenores da conquista da praça leia-se MONTEIRO, João Gouveia, COSTA, António Martins (2015), *1415. A conquista de Ceuta. O relato empolgante da última grande vitória de D. João I*. Lisboa: Manuscrito.

³⁶ CTC, cap. XCVI.

³⁷ ZURARA, Gomes Eanes de (1988), *Crónica do Conde Dom Pedro de Menezes*, nota de apresentação de José Adriano de Freitas Carvalho. Porto: Edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses. E sobre o devir de Ceuta na posse dos portugueses ver BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond e BRAGA, Paulo Drumond (1998), *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*. Ceuta, Instituto de Estudos Ceutíes; BRAGA, Paulo Drumond (2015), *Uma lança em África*. Lisboa: Esfera dos Livros.

³⁸ Para mais pormenores sobre esta diocese e alguns territórios que lhe estiveram anexos, consulte-se MARQUES, José (2015), “A diocese de Ceuta na solicitude pastoral de D. Frei Justo Baldino (1478-1493)”, *Bracara Aiugusta*, LX, pp. 5-33.

tandade que lhe ficava devedora pela libertação dos mares da ameaça muçulmana e pela porfiada acção em prol da expansão da fé cristã.

Ainda na praça de Ceuta, D. João mandou mensageiros comunicar a vitória ao alcaide de Tarifa e ao rei de Aragão³⁹, fazendo divulgar a boa nova pelos reinos cristãos.

A partir de 1416, D. João I passou a intitular-se nos documentos oficiais da sua chancelaria rei de Portugal e do Algarve e “Senhor de Cepta”⁴⁰, assim se fazendo reconhecer pelos seus súbditos.

A delegação portuguesa que seguiu para o Concílio de Constança, onde terá chegado em meados de 1416, anunciou à cúria pontifícia e a toda a Cristandade, pelo discurso do Doutor Gil Martins⁴¹, o glorioso feito de Ceuta empreendido pelo rei de Portugal.

Com as suas palavras se compaginava o arauto de Lamego que, para preparar os seus pares para essa embaixada, escrevia que “*o rei D. João I... depois de feita a paz, considerando ele que os infiéis de África causavam muitos danos e destruições em Espanha aos seguidores de Cristo, e contra as leis divinas seguiam a doutrina do impio Maomé, e igualmente que o estreito de Gibraltar, no mar Mediterrâneo, estava nas mãos desses sarracenos, e que estes podiam em duas horas atravessar o estreito e o mar até Espanha para invadir a Cristandade, como acontecera várias vezes em que havia levado ajuda ao rei sarraceno de Granada... armou uma destemida e poderosíssima frota e com muitos de outros reinos que vieram em seu auxílio e com os seus quatro filhos mais velhos, com um exército escolhido e valoroso... aprouve ao Altíssimo que entrasse na cidade de Ceuta, que é um porto de mar, derrotasse os sarracenos que intentavam defendê-la e a conquistasse para si*”⁴².

A prova cabal da nomeada deste feito concretizou-se na bula de cruzada *Rex regnum* em que o papa Martinho V reconheceu a Portugal a posse da praça e outras terras que D. João I viesse a conquistar, e concedeu aos combatentes nestes feitos as indulgências e privilégios de cruzados⁴³, na bula *Sane charissimus* em que recomenda aos poderes temporais e espirituais a ajuda nessa guerra com as mesmas condições⁴⁴ ou ainda na bula *Romanus pontifex*, todas de 4 de Abril de 1418, em que delega nos arcebispos de Braga e Lisboa de as ponderações e diligências para a constituição da diocese de Ceuta. E a reforçar os actos⁴⁵ as longas e elogiosas arengas desses diplomas pontifícios atestam bem o seu impacto junto da Santa Sé.

³⁹ CTC, caps. XC, XCI.

⁴⁰ *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História* (1945), publicados e prefaciados por MARQUES, João Martins da Silva, *Suplemento ao volume I (1057-1460)*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura (doravante citado DP), doc. 668, de 8 de Fevereiro de 1416.

⁴¹ Leia-se o referido discurso em *Chartularium Universitatis Portugalensis* (1969?), ed. de SÁ, Artur Moreira de, III, Lisboa: Instituto de Alta Cultura-Instituto Nacional de Investigação Científica, 1968-1970, doc. 671, pp. 91-94.

⁴² NASCIMENTO, Aires Augusto (ed.) (1977), *Livro dos Arautos. De Ministerio Armorum, Script. Anno MCCCCXVI ms. Lat. 28, J. Rylands Library (Manchester)*, estudo codicológico, histórico, literário, linguístico, texto crítico e tradução. Lisboa: Mirandela & C^a, pp. 262- 264.

⁴³ MH, II, doc. 143, pp. 282-286.

⁴⁴ DP, I, doc, 237.

⁴⁵ MH, II, doc. 143, pp. 287-289.

Na memória de Ceuta, D. João I, estando já doente ainda quis ouvir missa no altar de S. Vicente, o santo que se tornou o protector das campanhas portuguesas em terras de África, da mesma maneira que já depois de morto o seu corpo foi depositado no altar de S. Vicente sobre magnífico e ornamentado trono e aí esteve exposto e foi acompanhado e sufragado com missas e orações durante mais de 70 dias antes de ser trasladado para o Mosteiro da Batalha⁴⁶.

E quando por fim os seus restos mortais foram depositados na Capela do Fundador, o epitáfio do seu túmulo reza os seus feitos gloriosos, em que se narra com assinalável detalhe a vitória da batalha real contra os castelhanos e a campanha de África, em que com os seus filhos maiores e duzentas e vinte velas tomou Ceuta. Reforça estas ideias maiores o verso inscrito numa das colunas da sacra capela anunciando “*neste túmulo se encontra o feliz rei João... que derrubou o soberbo rei de Castela com um pequeno exército e subjogou (a si) Ceuta com uma grande armada*”.

Na memória e propaganda da dinastia de Avis este feito inscreve-se para sempre.

Por isso o procurador de Frederico III, Nicolau Lanckman de Valckenstein, assim relata os tópicos de um discurso então pronunciado nas festividades de despedida de D. Leonor antes de partir para Itália: “*Aquí ouvi narrar a permanência da fé cristã no reino de Portugal: de que modo os reis de Portugal se expuseram à morte, contra os bárbaros e africanos, como ensina a experiência no grande e alargado domínio de Ceuta*”⁴⁷ (p. 37).

Do mesmo modo o deão de Vergy, enviado pelo duque da Borgonha, ao pugnar pelos interesses do falecido infante D. Pedro e seus filhos, e apelando à clemência do rei cruzado e cavaleiro, D. Afonso V, não hesita em proclamar a gloriosa lembrança de seu avô, que vitoriosamente defendeu o reino frente a Castela e submeteu ao reino de Portugal a inexpugnável cidade de Ceuta⁴⁸.

E eis, assim, a empresa de Ceuta a compor a Boa Memória do rei fundador da dinastia de Avis, D. João I, inscrita na sua grandiosa sepultura, plasmada no redimensionamento do reino transmitido ao seu herdeiro, fixada no acrescento das vitórias militares dos antepassados e narrada pelos cronistas e reproduzida, em tom encomiástico, pelos discursos de portugueses e estrangeiros.

⁴⁶ COELHO, Maria Helena da Cruz (2008), *D. João I...*, pp. 378-379.

⁴⁷ NASCIMENTO, Aires A. (ed) (1992), *Leonor de Portugal, imperatriz da Alemanha. Diário de viagem de embaixador Nicolau Lanckman de Valkenstein*, ed. do texto latino e tradução de NASCIMENTO, Aires A. e com a colaboração de BRANCO; Maria João e ROSA, Maria de Lurdes. Lisboa: Edições Cosmos, p. 37.

⁴⁸ *Quatro Discursos proferidos em Évora pelo deão de Vergy, J. Jouffroy, enviado do duque de Borgonha a el-rey D. Affonso V* (1914), in MARTINS, Oliveira, *Os filhos de D. João I*, 3ª ed.. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, pp. 425-465.

DOS FEITOS DE HÉRCULES AOS FEITOS LUSITANOS. CEUTA E O ESTREITO NO MUNDO ANTIGO E MEDIEVAL

Vasco Gil Mantas

O renome do Estreito de Gibraltar, que os contemporâneos da Antiguidade Clássica denominavam poeticamente como Colunas de Hércules (Ἡράκλειοι Στήλαι - *Columnae Herculis*), ou mais prosaicamente através da versão romana Estreito de Cádiz (*Fretum Gaditanum*), sublinhando assim o indiscutível predomínio deste centro portuário na região, foi enriquecido pela presença da cidade de Ceuta na sua margem africana. Ceuta é considerada como memória do prelúdio da moderna expansão europeia, de que se mantém como um dos últimos redutos, o que lhe atribui singular valor simbólico, naturalmente aberto às interpretações de quem vê a história com diferentes, ou opostas, perspectivas. Trata-se, portanto, de uma área votada desde muito cedo ao jogo dos imaginários mitológicos, históricos e políticos, não poucas vezes imbricados uns nos outros. Se a todos estes factores, já de si propícios a complexos desenvolvimentos, adicionarmos os aspectos estratégicos, sempre presentes nas preocupações de quem controlou esta estreita passagem entre mares e continentes, apreenderemos imediatamente a complexidade das situações que aqui se foram vivendo ao longo dos séculos, em grande parte relacionadas com a cidade de Ceuta (Fig.1).



Fig.1 – Vista geral do território e da cidade de Ceuta, com o Jebel Musa ao fundo.

Procuraremos apenas analisar as grandes linhas das relações de Ceuta com o Estreito de Gibraltar numa perspectiva de *longue durée*, justificável, como veremos, apesar da aceleração da história contemporânea, cada vez mais assente na precariedade, dificultar

a procura de continuidades. O caso de Ceuta, aqui centrado nas relações da cidade com o Estreito e nas suas funções como interface entre a África e a Europa, permite identificar aspectos comuns a todas as épocas históricas incluídas no cenário temporal que elegemos e que se estende do período pré-romano até à conquista portuguesa da cidade, pretexto para comemorações que devem ser entendidas exactamente como tal, honrando o passado sem ignorar as realidades do presente.

Não esqueçamos que Ceuta faz parte, como Gibraltar, de uma região não isenta de problemas e de particular relevância estratégica¹, sublinhada desde logo pelos 85 000 navios que atravessam o Estreito anualmente, situando-o entre os principais choke points do mundo, cujo controlo e praticabilidade são essenciais na paz ou na guerra². Perante uma situação de crescentes ameaças na área mediterrânica, cada vez menos difusas após o falhanço das quimeras da *Primavera Árabe*, não se limitando já ao arrastado fenómeno da imigração ilegal da África para a Europa, agora ofuscado por outras tragédias que ninguém soube ou quis evitar, enclaves como Gibraltar e Ceuta voltam a ganhar a importância que a ilusão de um mundo pacificado lhes retirara, na aparência. Se o determinismo geográfico como teoria explicativa de certos fenómenos históricos se encontra hoje um tanto em desuso, não deixa de se verificar a constância de funções desenvolvidas ao longo dos séculos, como no caso das cidades do Estreito, salvaguardando, mais uma vez, a primeira das condições enumeradas por Mahan no que se refere ao exercício do poder naval, a posição geográfica³.

Tentaremos traçar um quadro sintético do que foi a história de Ceuta desde os tempos em que a mitologia escolheu a zona para nela situar alguns dos feitos do herói Hércules, que em Cádiz teve um dos seus principais santuários, excelente exemplo da prática da *interpretatio* religiosa nas culturas da Antiguidade mediterrânica, que aqui encontraram as portas de um mundo novo. Ceuta, ou pelo menos a zona onde se situa a cidade, teve lugar importante neste cenário de fronteira do desconhecido⁴, como veremos, fronteira que sempre se presta a fantasias mirabolantes, onde os homens vão substituindo os deuses e os heróis à custa dos seus próprios trabalhos, sem que estes, de uma ou outra forma, desapareçam nos fumos do tempo.

Para além de todas as mudanças que a história impôs, ou talvez melhor, de que ela é feita, mesmo quando hegemonias mais ou muito menos duradouras impuseram unidade às duas margens do Estreito, com isso favorecendo ou desfavorecendo a posição de Ceuta, o sentimento de que a cidade estava no limiar de alguma coisa que se situava fora afirma-se através da análise da cartografia medieval, como no célebre planisfério de

¹ S. Truver, "The Strait of Gibraltar and the Mediterranean", *International Straits of the World*, 4, Alexandria (VA), 1980; V. G. Mantas, "O Estreito de Gibraltar e o seu valor simbólico e estratégico", in C. G. Silva (coord.), *A Conquista de Ceuta. Conselho Régio de Torres Vedras*, Torres Vedras, 2015, pp. 11-35.

² L. Alexander / J. Morgan, "Choke points of the world ocean: a geographic and military assessment", *Ocean Yearbook*, 7, 1988, pp. 76-84.

³ A. T. Mahan, *The Influence of Sea Power upon History. 1660-1783*, Nova Iorque, 1987, pp. 29-35.

⁴ J.M. Roddaz, "Aux marges de l'Oikoumène: la quête des confins à la fin de la République et au début de l'Empire", in F. Prados / I. García / G. Bernard (eds.), *Confines: El Extremo del Mundo Durante la Antigüedad*, Alicante, 2012, pp. 95-108.

al-Idrisi⁵, geógrafo provavelmente nascido em Ceuta cerca de 1100, o qual coloca Ceuta não apenas nos limites do mundo mediterrânico, mas sim na fronteira de um grande desconhecido (Fig.2), pontuado de ilhas vagamente situadas, quando não absolutamente fantasistas, muitas das quais tiveram lugar destacado na literatura medieval muçulmana e cristã⁶.



Fig.2 – Cópia de 1454 do planisfério de al-Idrisi (*Bodleian Library*, Oxford).

Este aspecto cartográfico, valorizado pelo facto de Gibraltar ainda não existir quando o mapa foi elaborado, pois a fundação da outra chave do Estreito remonta apenas a 1166, provável ano de falecimento de al-Idrisi, impunha uma leitura que projectava a situação da cidade como posto avançado do mundo habitado. Tratava-se de uma circunstância um pouco bizarra, só compreensível considerando o fraco conhecimento do Atlântico para sul de Safim, que al-Idrisi considerava ter sido em tempos o último porto africano do Ocidente islâmico⁷, pois o grande comércio caravaneiro com o interior, até à curva do Níger, era então uma realidade pujante, que não deixa de transparecer na obra do geógrafo. Ambos os aspectos devem ser considerados por altura da análise das motivações portuguesas em relação a Ceuta. Com efeito, nem lá devemos ter aprendido muita coisa de navegação atlântica, assim como a conquista da cidade, se inspirada por razões comerciais, se revelou uma ilusão.

⁵ S. Maqbul Ahmad, “Cartography of Sharif al-Idrisi”, in J. B. Harley / D. Woodward (eds.), *The History of Cartography*, 2 (1), Chicago, 1992, pp. 154-174; Paul Lunde, “The Indian Ocean and the Global Trade”, *Saudi Aramco World*, 56 (4), 2005, p. 17.

⁶ Al-Idrisi, *Description de l’Afrique et de Espagne par Edrisi* (trad. R. Dozy / M. J. de Goeje), Leida, 1866, p. 197; Ch. Picard, “Récits merveilleux et réalité d’une navigation en Océan Atlantique chez les auteurs musulmans”, *Actes des Congrès de la Société des Historiens Médiévistes de l’Enseignement Supérieur Public*, 25 (1), Paris, 1995, pp. 75-88; A. Augusto Nascimento, *Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*, Lisboa, 2002.

⁷ Al-Idrisi, p. 225.

Não é possível interpretar a história da cidade a não ser no contexto do Estreito de Gibraltar. Em termos pragmáticos este acidente geográfico pode definir-se como um simples local de travessia regular, não só entre o Mediterrâneo e o Atlântico, naturalmente, como entre a África e a Europa, em ambos os casos nos dois sentidos, ainda que na Antiguidade o primeiro aspecto tenha sido considerado dominante, por razões culturais e políticas, o que não sucedeu a partir do alvorecer da Idade Média, quando o segundo eixo ganha um valor acrescentado, num ou noutro sentido. A importância estratégica desenvolve-se gradualmente a partir do momento em que se instala o efeito de fronteira tal como há muito foi definido por Henri Pirenne⁸, numa tese que relaciona o fim da Antiguidade com um acontecimento em que o Estreito surge no centro da acção, a invasão árabe-berbere da Península Ibérica em 711. Que o Estreito de Gibraltar não se limita a um *choke point* marítimo, pois facilita desde sempre a passagem entre dois continentes, com forte carga de confrontação associada, é evidenciado pela simples observação de uma qualquer imagem de satélite (Fig.3). Seja como for, mais do que um simples fosso este pequeno espaço aquático constitui uma autêntica fronteira moral, talvez mais verdadeira que o *Limes*, como defendia Andres Alföldi a propósito de Romanos e Bárbaros, ao longo do Reno e do Danúbio⁹. Ceuta teve e tem um lugar nesta complicada dinâmica histórica



Fig.3 – O Golfo de Cádiz, o Estreito de Gibraltar e o Mar de Alborão (STS-59 / NASA).

A problemática que envolve a cidade não deixa de suscitar algumas questões de certa complexidade, sobretudo se tivermos em conta que a História, como outras ciências humanas, é fortemente marcada por pressões de ordem cultural e política, enfrentadas com

⁸ H. Pirenne, *Mohammed and Charlemagne*, Londres, 1939, pp. 147-185; *As cidades da Idade Média*, Lisboa, 1973, pp. 9-25; A. C. Hess, *The Forgotten Frontier: A History of the Sixteenth-century Ibero-African Frontier*, Chicago-Londres, 2010.

⁹ Andreas Alföldy, “The Moral Frontier on Rhine and Danube”, *Limes Kongress*, Durham, 1952, pp. 1-16.

maior ou menor êxito por parte dos investigadores. É evidente que uma atitude imparcial permite contornar este tipo de dificuldades, o que, reconhecamos, nem sempre é fácil. A ausência de colegas marroquinos neste Simpósio é um sintoma destas dificuldades, parte das quais evitámos escolhendo um período muito lato e que termina com a conquista portuguesa de Ceuta. Mas este facto histórico tem para a historiografia portuguesa um relevante valor simbólico, difícil de evitar e que o facto de a cidade ter escolhido a soberania espanhola, reconhecida por Portugal em 1668, não atenua, porque há mais alguma coisa para além disso. Quer isto dizer que as duas grandes cidades do Estreito, Gibraltar e Ceuta, não podem escapar a recorrentes interpretações e visões nacionalistas envolvendo vários protagonistas. Pensar o contrário seria irrealista e pouco sensato.

Como é sabido, as mais antigas interpretações em torno das características do Estreito como área de passagem entre espaços naturais e culturais diferentes, limiar do que Pierre Lévêque nomeou como o *Extremo Ocidente*¹⁰, reproduzem conceitos etnocêntricos muito claros, interpretando o mundo de dentro para fora, a partir do Mediterrâneo. Mas esta circunstância não deixa de ser ambígua, pois este finisterra, para além dos relatos mais ou menos tenebrosos, palco de fabulosas façanhas, não deixa de ser considerada, qual Oeste americano *avant la lettre*, uma terra de grandes oportunidades, uma fronteira aberta aos aventureiros e empreendedores. Por esta razão, e sem falsos preconceitos pós-modernistas, devemos reconhecer que as diferenças culturais então existentes entre o mundo mediterrânico e o mundo atlântico determinaram que assim fosse, pelo que pouco ou nada conhecemos da visão contrária, a daqueles considerados bárbaros. Para estes, talvez as maravilhas estivessem para lá do Estreito, naquele mar que um dia seria chamado Mediterrâneo.

Toda a região que se abre a ponte de Ceuta foi desde muito cedo palco de narrativas mitológicas, envolvendo deuses e heróis, em grande parte reflectindo a memória das primeiras navegações na área, fenícias, púnicas, gregas e etruscas, menos seguras neste último caso¹¹. Trata-se de um fenómeno normal, transferido do Mediterrâneo para o Atlântico, mas com uma diferença significativa, pois enquanto o aquele foi perdendo os mistérios sob o impacte das navegações e das colonizações de uns e de outros, as margens atlânticas, apesar de funcionarem como grande faixa de circulação, sobretudo na época romana¹², permaneceram como limiar de um espaço intransponível, no qual não era difícil imaginar elementos de temor e fantasia. Foram os navegantes e comerciantes fenícios e cartagineses que introduziram na área a oeste do estreito de Gibraltar elementos culturais de que resultou um ambiente orientalizante influenciador das culturas locais, o que é claramente visível no litoral português¹³. Desta forma surgiu uma espécie de mercado comum, cujo centro foi indiscutivelmente a cidade de *Gadir*, hoje Cádiz, que exerceu

¹⁰ P. Lévêque, *L'aventure grecque*, Paris, 1964, pp. 204-205.

¹¹ F. Braudel, *La Méditerranée. L'espace et l'histoire*, Paris, 1985, pp. 104-123; *Diodoro Sículo*, 5, p. 20.

¹² V. G. Mantas, "Os romanos e a navegação nos mares exteriores", *Memórias da Academia de Marinha*, 43, 2013, pp. 341-347.

¹³ A. Margarida Arruda, "Orientalismo e Orientalizante. Génese e aplicação dos conceitos na Idade do Ferro do Centro / Sul de Portugal", *Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, 1992, pp. 33-48.

a sua influência sobre múltiplos estabelecimentos europeus e africanos, constituindo o chamado *Círculo do Estreito*¹⁴.

Embora pouco tenha sobrevivido do que Fenícios e Cartagineses imaginaram sobre a mitologia do Estreito e do Atlântico, não deixa de ser interessante verificar que algumas das dificuldades que a literatura medieval aponta para a navegação oceânica são idênticas às que Avieno refere na *Ora Maritima*, obra do século IV redigida sobre material muito mais antigo, em parte proveniente de fontes púnicas e gregas¹⁵. Que esta área extrema do mundo conhecido tinha para estes povos um valor simbólico especial, independentemente dos interesses materiais que determinaram a sua actividade, confirma-o a presença de importantes santuários como o de Cádiz, primeiro dedicado a Baal e depois a Melkart, antes de gregos e romanos o terem identificado com Hércules¹⁶, grande viajante mítico no cenário ocidental (Fig.4). Não menos relevante era o santuário, tipicamente fenício-púnico, do Cabo de S. Vicente, *locus celeberrimus* do mundo antigo como pretendido limite do mundo habitado pelos homens, o *Promontorium Sacrum* das civilizações clássicas, junto à Ponta de Sagres, a que a visão romântica da saga portuguesa tão grande notoriedade atribuiu.



Fig.4 – Brasão da cidade de Cádiz, com o mítico fundador Hércules entre as colunas.

¹⁴ B. Cunliffe, *Facing the Ocean. The Atlantic and its peoples*. Oxford, 2001, pp. 265-275; A. Arruda, “Importações ‘púnicas’ no Algarve: cronologia e significado”, in A. Tavares / M. J. Ferro / J. L. Cardoso (orgs.), *Os Púnicos no Extremo Ocidente*, Lisboa, 2001, pp. 69-98.

¹⁵ Avieno, *Orla Maritima* (trad. J. R. Ferreira), Coimbra, 1992, pp. 9-13.

¹⁶ A. García y Bellido, “Hercules Gaditanus”, *Archivo Español de Arqueología*, 36, 1963, pp. 70-153; A. Rodríguez Ferrer, “El templo de Hercules-Melkart. Un modelo de explotación económica y prestigio político”, *Actas del I Congreso Peninsular de Historia Antigua*, 2, Santiago de Compostela, 1988, pp. 101-110.

É a mitologia e a literatura clássica, greco-romana, que estabelece o *corpus* de tradições relacionadas com o Estreito e as suas áreas vizinhas, incluindo Ceuta, fazendo participar como figura central Hércules, para além de outros não menos famosos, como Ulisses. As narrativas greco-romanas, largamente repetidas, modificadas e ampliadas na Idade Média com elementos hebraico-islâmicos, atribuíam a Hércules a abertura do Estreito e a colocação de dois pilares, um em cada margem, as célebres Colunas de Hércules. Há consenso em considerar, na margem europeia, o Rochedo de Gibraltar como representando o mítico *Mons Calpe*, o que não acontece quanto à identificação do pilar africano, o *Mons Abyla*, que alguns situam no Monte Hacho, na extremidade da Península de Almina, em Ceuta, enquanto outros o identificam com o *Jebel Musa*, na Serra Anyera, cuja denominação árabe tanto pode referir-se a Moisés como a Musa Ibn Nusair, governador omíada de Ceuta e comandante de Tarik Ibn Ziyad, cujo nome sobrevive em Gibraltar, outrora *Jebel Tarik*. Cremos ser fortemente simbólica a mudança sofrida pelos orónimos clássicos dos Pilares, tornando-os representativos de uma nova ordem cultural e política, não europeia.

Vejam rapidamente alguns apontamentos sobre os cenários fantásticos em torno do Estreito e de Ceuta, cidade cuja entrada se faz tarde nas fontes escritas. Parte das narrativas que aqui se situam, ou foram situadas, corresponde às aventuras de Hércules, no âmbito dos seus célebres trabalhos, dois dos quais, o roubo dos bois de Gerião, ser monstruoso cujos domínios se localizavam na zona do Estreito, e o roubo dos pomos de ouro das ninfas Hespérides, filhas do gigante Atlas, as quais viviam no Jardim das Hespérides, algures no Extremo Ocidente, eventualmente junto ao Monte Atlas, no actual território marroquino, antes que a liberdade poética o fosse trasladando para novas paragens ignotas, como fez Camões, situando-o em Cabo Verde¹⁷. O mesmo poeta situa o túmulo do gigante Anteu, morto por Hércules, no Monte Musa, onde foram identificados restos arqueológicos eventualmente relacionados com um lugar de culto¹⁸. Segundo o mito, foi para encurtar caminho para ocidente que Hércules abriu o Estreito¹⁹, marcando os seus limites com os dois Pilares, *Calpe e Abyla* (Fig.5). Outro famoso herói do mundo clássico e da literatura de todas as épocas, Ulisses, teria vivido vários anos com a ninfa Calipso, mãe de Atlas, numa ilha junto ao Monte Musa, ilha que, de acordo com as laboriosas e imaginativas pesquisas de Victor Bérard, seria a de Perejil, perto da baía de Benzú²⁰.

¹⁷ M. H. Rocha Pereira, “O jardim das Hespérides”, *Estudos Sobre a Grécia Antiga*, Coimbra, 2014, pp. 25-35; Camões, *Os Lusíadas*, 5.8.

¹⁸ Camões, *Elegias*, 2.

¹⁹ C. Posac Mon, “Panorama mitológico de Ceuta”, *Cuadernos del Archivo Municipal*, 1, 1988, pp. 23-24.

²⁰ V. Bérard, *Calypso et la mer de l'Atlantide. Les navigations d'Ulysse*, 3, Paris, 1929, pp. 243-250.



Fig.5 – A divisa de Carlos V e as Colunas de Hércules na Câmara de Sevilha.
(foto Ignacio Gavira)

Devemos sublinhar que a atmosfera de fantasia que envolve as origens de Ceuta não é exclusiva desta região, embora tenha prevalecido até muito tarde por razões especiais, em que o factor oceânico pesou bastante. Um fenómeno natural que ocorre com frequência durante o Estio, ocultando o cume do Monte Musa, mergulhado em nuvens, é referido de forma semelhante na *Ora Maritima* de Avieno a propósito do *Mons Zephyrus*, que talvez se possa identificar com a algarvia Serra de Monchique²¹, comprovando reacções idênticas condicionadas pelo sentimento religioso da Antiguidade, quando vividas num ambiente pouco conhecido ou no limiar de regiões obscuras, onde os *mirabilia* não só eram considerados possíveis como aceites com credulidade, fenómeno vulgar na zona do *Círculo do Estreito*, como se depreende de vários relatos do naturalista, magistrado e almirante, Plínio-o-Velho²².

As narrativas fantásticas da Antiguidade continuaram na Idade-Média, agora com uma diferença significativa, pois referem-se directamente a Ceuta, procurando traçar-lhe uma história “verídica”, afastando-se gradualmente das vagas localizações atribuídas anteriormente às deambulações de heróis como Hércules, tão vagas elas eram para além do Estreito que a historiografia ibérica da Idade Moderna está repleta de cidades invocando a sua fundação por figuras como Hércules ou Ulisses, ou pelo menos, a sua passagem por aqui e por ali, em parte devido às fontes de origem islâmica, circunstância que o português Gaspar Barreiros não se coibiu de criticar, na linha do que autores antigos,

²¹ Avieno, *Or.Mar.*, pp. 225-241.

²² Plínio-o-Velho, *N.H.* 9, pp. 9-10; 6, pp. 203-205.

como Luciano, já tinham feito em relação às fantasias que se contavam do Atlântico²³. Em Cádiz, por exemplo, eruditos modernos não hesitaram em atribuir a Hércules duas estruturas turriformes, talvez balizas para a navegação, por vezes relacionadas com os pilares²⁴, uma das quais sobreviveu até ao século XVIII.

Convém recordar que os textos do período islâmico utilizam com frequência referências a vestígios antigos, cuja atribuição nem sempre é fácil de determinar, para justificar ou apoiar as suas afirmações. Assim, a abertura do Estreito de Gibraltar é atribuída por Ibn-Hauqal não a Hércules, como insistem al-Bakri e al-Himiari, mas a Alexandre Magno, apoiando a sua afirmação naquilo que considerou vestígios dos trabalhos do macedónico perto de Tarifa: *Destas obras, a que foi construída sobre a costa andaluza é ainda perfeitamente visível nos dias em que o mar está claro, perto do lugar chamado aç-Çafiba. Estende-se em linha recta e ar-Rabi fê-la medir. Nós vimo-la com os nossos olhos e navegámos, ao longo do Estreito, ao lado desta construção que os habitantes das duas ilhas chamam al-Kantara*²⁵.

Esta atitude de admiração e fantasia apoiada em restos visíveis é característica das fontes islâmicas, apesar de tudo riquíssimas em informações sobre monumentos da Antiguidade, muitos dos quais, como o Farol e o Templo de Hércules em Cádiz²⁶, há muito desapareceram. Tudo se torna mais complicado quando intervêm as falsas etimologias, normalmente motivadas pela pretensa ligação a uma figura bíblica conhecida, como é o caso de Ceuta nas fontes islâmicas e hebraicas, que parece terem sido particularmente influentes neste caso. Naturalmente que o princípio é muito simples, baseando-se numa semelhança, não poucas vezes forçada. Por isso mesmo, o exemplo de *Olisipo* é muito ilustrativo desta prática, uma vez que se pretendeu relacionar o topónimo com Ulisses, incorrendo num duplo erro, pois o nome do herói grego é Odisseus e, como é evidente, só nas fontes poéticas antigas por aqui deambulou²⁷.

Vejamos então o que se passou em Ceuta. Parece confirmada a derivação do topónimo a partir do numeral *Septem*, elemento do topónimo latino *Septem Fratres* (Sete Irmãos), que traduz o grego *Hepta Adelphoi*, com toda a probabilidade referência às elevações existentes nas cercanias de Ceuta²⁸, circunstância muito vulgar na toponímia antiga. Como também é normal, o segundo elemento do topónimo caiu, restando *Septem*, que

²³ Gaspar Barreiros, *Chorographia de alguns lugares*, Coimbra, 1561, pp. 21-22; Luciano, *Uma história verídica* (trad. C. Magueijo), Lisboa, 1976, pp. 18-19.

²⁴ J. Antonio de Estrada, *Población general de España*, Madrid, 1768, pp. 363-364.

²⁵ Ibn Hauqal, *Configuration de la Terre: Kitab surat al-Ard* (trad. J. Kramers / G. Wiet), I, Beirute-Paris, 1964, pp. 198-199.

²⁶ A. T. Fear, "The tower of Cadiz", *Faventia*, 122-123, 1990-1991, pp. 199-211; Ordoñez Agulla, "El faro de Gades y las fuentes medievales", *Actas do II Congresso Peninsular de História Antiga*, Coimbra, 1993, pp. 247-277.

²⁷ V. G. Mantas, "Ulisses e Penélope na Lusitânia", in F. Oliveira (coord.), *Ulisses e Penélope*, Coimbra, 2003, pp. 145-166.

²⁸ Isidoro, *Etym.* 15.1.73; J. Closa Farrés, "Leyendas y tradiciones históricas en las fuentes clásicas de Ceuta", *Cuadernos del Archivo Municipal*, 1, 1988, pp. 39-46; E. Lipiński, *Itineraria Phoenicia*, Lovaina, 2004, pp. 422-425.

surge nas fontes bizantinas do século VI como *Septum* ou *Septon*²⁹, enquanto um pouco depois o *Anónimo de Ravena*, recorrendo a documentação em grande parte atribuível ao Baixo-Império, designa o Estreito de Gibraltar como *Fretum Septem*³⁰, sugerindo o desenvolvimento de Ceuta, inclusive do ponto de vista militar, e conseqüente declínio da designação clássica do Estreito, concorrendo com outra designação usual, *Fretum Gaditanum*.

Vários autores do período islâmico, alguns dos quais natos em Ceuta ou tendo vivido na cidade, não hesitaram em atribuir a fundação da cidade a um neto de Noé, um tal *Sebt*, nome que transcreve a forma *Sept*, considerando a ausência da letra P no alfabeto árabe. Um destes autores, al-Ansari, não hesitou, no século XV, em afirmar que o túmulo do neto do patriarca se achava nas faldas do Monte Hacho, onde poderão ter existido ruínas antigas, suporte desta afirmação, como era usual na época. Na verdade, esta figura bíblica nem sequer está bem identificada, pois encontramos apenas um *Set* como filho de Adão, o que, digamos em abono da verdade, nada adianta em relação à fundação autêntica de Ceuta. Estas tradições transmitidas literariamente encontram eco posterior, como aconteceu com Gomes Eanes de Zurara³¹, que retoma as versões islâmicas, atribuindo a fundação a um tal *Seu*, a partir de escritos de Abu-l-Abbas es-Sebti. Fontes judaicas medievais também contribuíram, e na verdade poderão ter sido estas a transmitir a lenda aos autores islâmicos³², para a difusão da tradição, elegendo eventualmente como fundador *Sem*, filho de Noé e aludindo também a figuras bíblicas como *Havilah* e *Sabtha*. Creio não valer a pena continuar a enumerar este rol de fantasias, sem esquecer que as lendas com frequência reflectem factos reais, ainda que diferentes. Passemos pois a fontes mais seguras, escritas e arqueológicas.

Quanto às primeiras, as referências a Ceuta como núcleo urbano surgem tardiamente, o que não permite duvidar da existência de uma povoação que, apesar de não ser originariamente de grande importância, se inseria no conjunto de povoados marítimos secundários pertencentes ao *Círculo do Estreito* na sua fase fenício-púnica. Portanto, é possível fazer remontar a presença de um povoado em Ceuta logo no período fenício, talvez a relacionar com o estabelecimento em *Gadir*, ainda que as fontes escritas antigas sejam omissas sobre isso. Todavia, o achado no mar em torno de Ceuta de numerosas âncoras em pedra e de ânforas púnicas sugeriam essa presença³³, com a ressalva que as âncoras em pedra são de datação quase sempre ambígua. Mais recentemente, em 2004, na *Plaza de África*, situada na zona antiga da cidade junto à Catedral, foi escavado um *habitat* fenício, datado pelos materiais arqueológicos, em especial cerâmicos³⁴, dos sécu-

²⁹ Procópio, *De Aed.* 6.7.14; *De Bell.*, 5.6.

³⁰ Anónimo de Ravena: 305.43.

³¹ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de El-Rei D. João I*, 1, Lisboa, 1899, p. 21.

³² A. Baeza Herrazti, “La fundación de Ceuta y la fábula de Noé”, *Cuadernos del Archivo Municipal*, 1, 1988, pp. 11-16.

³³ J. Bravo Pérez, “Fondearon los fenicios sus naves en las costas de Ceuta?”, *Cuadernos del Archivo Municipal*, 1, 1988, pp. 5-9; J. Ramón, “Las ânforas fenicio-púnicas de Ceuta”, in D. Bernal Casasola (ed.), *Juan Bravo Pérez y la Arqueología Subacuática en Ceuta. Un Homenaje a la Perseverancia*, Ceuta, 2004, pp. 95-106.

³⁴ F. Villada / J. Ramón / J. Suárez, “Nuevos datos en torno a los inicios del povoamento de la ciudad de Ceuta: avance preliminar de la excavación de la Plaza de la Catedral”, *Akros*, 6, 2007, pp. 125-134.

los VII-VI a.C. Devemos sublinhar que a natureza aparentemente insular do sítio (Fig.6), com praias facilmente abordáveis, corresponde aos locais preferidos pelos estabelecimentos fenício-púnicos, aqui um pequeno porto de abrigo com relações comerciais à distância, de nome por ora desconhecido.



Fig.6 – Condição insular de Ceuta no *Atlas* de Pedro Teixeira (Österreichische Nationalbibliothek, Viena).

Bastante mais tarde surgem referências geográficas mais claras, ainda que nenhuma delas possa, com segurança, atribuir-se ao núcleo populacional existente em Ceuta, referências que se encontram sobretudo em autores como Estrabão, Pompónio Mela, Plínio-o-Velho e Ptolomeu³⁵, aos quais devemos acrescentar o Itinerário de Antonino. Por outro lado, não é fácil, a partir das indicações transmitidas por estas fontes, localizar com precisão quer *Septem Fratres*, quer *Abyla*, tanto mais que, por exemplo, em relação a este orónimo os códices de Ptolomeu nos brindam com seis variantes. De qualquer

³⁵ Ptolomeu, 4.1.

maneira, trata-se sempre de descrever acidentes geográficos e não uma povoação, a situar em Ceuta, entre *Septem Fratres* e *Abyla*, pontos que poderemos identificar com *Jebel Musa*, na Serra de Anyera, e com o Monte Hacho.

Estrabão alude à presença de elefantes e de denso arvoredo junto ao troço mais curto do Estreito³⁶, o que parece apontar para o Monte Musa, elefantes que também são referidos por Plínio-o-Velho: [...] *ipsa provincia ab oriente montuosa fert elephantos, in Abila quoque monte et quos Septem Fratres a simili altitudine appellant. Freto imminente iuncti Abilae*³⁷. Um pouco antes, no principado de Cláudio, o hispânico Pompónio Mela descreve o Estreito atribuindo a mesma interpretação numérica e orográfica ao vocábulo: *Ex his tamen quae commemorare non piget montes sunt alti qui continenter et quasi de industria in ordinem exposit ob numerum Septem, ob similitudinem Fratres nuncupantur*³⁸.

De todos estes autores se pode deduzir a pouca importância urbana da povoação então existente em Ceuta, pertencente ao reino mauritano até à anexação concretizada por Cláudio. Pompónio Mela, que conhecia bem a região por ter nascido na actual Algeciras (*Iulia Traducta*), não hesita em sublinhar a modéstia das povoações da margem sul do Estreito, com natural distinção para *Tingis* (Tânger), classificando-as globalmente como *parvis oppidis e parvae urbes*, o que nos parece significativo. É lamentável que se tenham perdido os escritos, por vezes utilizados por Plínio-o-Velho, do lusitano Cornélio Boco, os quais certamente conteriam muita informação sobre a região africana do Estreito de Gibraltar, evitando-nos dúvidas e erros, sempre possíveis nestas circunstâncias. Quanto à existência de elefantes, difíceis de admitir na zona de Almina, nada tem de extraordinária, pois fizeram parte normal da fauna norte-africana ainda no período romano, embora já em acentuada decadência³⁹.

Tudo considerado, podemos reconhecer a presença de uma povoação em Ceuta pelo menos desde o século VII a.C., sem que seja possível determinar, por enquanto, se existiu algum hiato entre esta e a povoação dos inícios do domínio romano, o que parece ser contrariado pelo achado de materiais púnicos e outros dos séculos IV-II a.C. Antes de passarmos a analisar a Ceuta romana devemos considerar os dados do *Itinerário de Antonino*, também eles não isentos de problemas quanto à localização das duas estações indicadas para a região, no troço entre *Tingis* e *Rusadir* (Melilha), *Ad Septem Fratres* e *Ad Abilem*⁴⁰. Desde logo se levanta o problema, pouco usual neste roteiro viário, de indicar em milhas e não em estádios um percurso que se enuncia como marítimo até *Portus Divinus* (Mers-el-Kébir). O *Itinerário* situa *Ad Septem Fratres* a 60 milhas, ou seja, a 90 quilómetros de Tânger, e *Ad Abilem* a 14 milhas de *Septem Fratres*, correspondentes a 21 quilómetros. Sublinhamos que as coordenadas de Ptolomeu colocam *Tingis* a 93 quilómetros de *Septem Fratres*, muito próximo do valor indicado pelo *Itinerário de Antonino*. Assim, é provável que a indicação contida no *Itinerário* refira apenas a possibilidade de

³⁶ Estrabão, 17.3.6.

³⁷ Plínio-o-Velho, *N.H.* 5.18.

³⁸ Mela, 1, pp. 23-24.

³⁹ E.-F. Gautier, *Le passé de l'Afrique du Nord. Les siècles obscurs*, Paris, 1952, pp. 39 e 170-187.

⁴⁰ *Itinerário de Antonino*, 9, pp.1-4.

se efectuar o percurso entre *Tingis* e *Portus Divinus* também por mar (*a Tingi litoribus navigatur usque ad Portus divinos*), descrevendo depois uma via terrestre de traçado difícil de precisar.

Seguindo de ocidente para oriente as posições estão aparentemente correctas, se localizarmos *Abyla* no Monte Hacho, mas já as distâncias resultam difíceis de explicar, pois são exageradas. Por outro lado, não esqueçamos que estas estações não se situavam exactamente nos locais que serviam, embora não muito distantes, como mostra o uso do acusativo⁴¹. Um percurso terrestre, por Hakama, coloca Ceuta a 80 quilómetros de Tânger, mas não resolve o problema da localização de *Ad Abilem*, admitindo que esta se situaria no mesmo itinerário. Tratando-se, por hipótese, de uma rota de cabotagem poderíamos considerar um fundeadouro na zona de Alcácer Ceguer, a cerca de 21 quilómetros de Ceuta, e um erro no cômputo da distância entre este ponto e Tânger, como é frequente acontecer com os dados do *Itinerário*, talvez uma troca na ordem dos algarismos. Mas como explicar que não se aportasse directamente em Ceuta, comprovada como está a existência de um activo porto romano na cidade? Outra alternativa será considerar a existência de uma estrada de *Tingis* para sueste, a partir da qual se iniciavam ramais em direcção a *Septem Fratres* e *Abilem*.

Devemos referir que a zona de Ceuta sofreu sempre de um certo isolamento em relação ao território envolvente, o que contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento de uma economia e de um estilo de vida assentes em actividades marítimas. A proximidade do Rife, região montanhosa de muito difícil controlo através dos tempos graças à sua belicosa população⁴², não deixou de se fazer sentir nas relações com o *hinterland*, circunstância que a excelente posição sobre o Estreito compensou amplamente. Podemos aceitar a existência em Ceuta de um enclave portuário romano alto-imperial, tipo *positio* ou *statio*⁴³, cujo fundeadouro principal parece ter sido a norte da cidade, apesar de nos meses do Estio o vento dominante ter a direcção NE-SW, originando os chamados ventos de Poente e de Levante. Por outro lado, tudo leva a crer, a partir de uma referência de al-Bakri recorrendo a testemunhos anteriores⁴⁴, que o actual fosso de São Filipe já existisse como canal navegável, permitindo a passagem em segurança para a zona portuária a sul da cidade. De acordo com alguns indícios é possível que a principal área portuária romana estivesse localizada perto da couraça das fortificações medievais, a norte do núcleo urbano, facilmente identificável junto ao castelo na célebre gravura de George Braúnio (Fig.7).

⁴¹ J. M. Roldán Hervás, *Itineraria Hispana. Fuentes antiguas para el estudio de las vías romanas de la Península Ibérica*, Madrid, 1975, pp. 31-33.

⁴² C. Vismara, “Le Rif orientale côtier dans les pages de voyageurs, explorateurs, historiens, archéologues, géographes: de Jean-Léon l’Africain à nos jours”, *Antiquités Africaines*, 50, 2014, pp. 141-142.

⁴³ V. G. Mantas, “Portos marítimos romanos”, *Memórias da Academia de Marinha*, 30, 2000, pp. 24-29.

⁴⁴ Al-Bakri, *Déscription de l’Afrique Septentrionale* (trad. M. G. de Slane), Paris, 1859, p. 234.



Fig.7 – A cidade de Ceuta na gravura de George Bráunio (*Civitates Orbis Terrarum*, 1572).

Podemos deduzir que nos primeiros tempos do principado de Augusto a importância do porto seria ainda relativa, pois sabemos por Estrabão que as ligações marítimas entre as duas margens do Estreito se efectuavam preferencialmente entre *Tingis* e *Baelo* (Bolonha), não muito distante de Tarifa⁴⁵, circunstância que reflecte diferenças de estatuto em relação a *Septem Fratres*, confirmadas indirectamente pela elevação a colónia e a município daquelas duas cidades pelo imperador Cláudio, no quadro da anexação do reino mauritano, o que não sucedeu com esta. Naturalmente, a indicação de Estrabão não contraria os contactos a partir de Ceuta, mas sugere uma condição secundária, em parte dependente de centros económicos situados na margem setentrional, como os testemunhos arqueológicos parecem comprovar em relação a este período histórico⁴⁶.

Também não sabemos exactamente, e a parca epigrafia romana de Ceuta não ajuda a resolver a questão, em que momento a aglomeração passou a ser denominada pelo topónimo simplificado *Septem*, tanto mais que as fontes disponíveis mantêm até tarde a designação de tipo geográfico *Septem Fratres*. A título de apontamento lembramos que na representação do Estreito de Gibraltar no *Atlas* de Pedro Teixeira Albernaz figura um conjunto de sete elevações a ocidente da cidade, separado por um vale, talvez o do uádi

⁴⁵ Estrabão, 3.1.8.

⁴⁶ D. Bernal Casasola, “Septem Fratres, ciudad portuária y comercial entre Juba II y Justiniano”, *Arqueología en las Columnas de Hércules*, Ceuta, 2013, pp. 15-16.

El Marsa, de outro grupo de elevações ao longo da costa⁴⁷. Ficaria por aqui o *Ad Septem Fratres* do *Itinerário de Antonino*, considerando o actual hidrónimo árabe (El Marsa), que alude a um porto, provavelmente o de Marsa Musa?

Quanto ao problema do estatuto romano da cidade, e dado que a epigrafia ceutense do período romano é quase inexistente, pouco se pode adiantar. Como dissemos, na fase de promoções claudianas no *Círculo do Estreito*, parece nada ter acontecido, sugerindo que Ceuta fosse então uma aglomeração secundária, o que não implica obrigatoriamente mediocridade económica. Como noutras situações bem conhecidas, poderíamos considerar a hipótese se tratar de uma *civitas* não integrada na hierarquia urbana romana, controlando um *territorium* bem definido e ocupado, o que não parece ter acontecido⁴⁸. Assim, julgamos melhor considerar a primeira destas situações, provavelmente alterada em fase posterior, como sugere, ainda que o testemunho aconselhe prudência na sua interpretação, um fragmento de inscrição onde se pode ler apenas ORDO, possível referência à *Ordo Decurionum*, o corpo de magistrados de uma cidade de estatuto romano⁴⁹.

Neste caso, todavia, tanto mais que a paleografia não ajuda, parece-nos difícil que o referido fragmento date do século II, preferindo atribuí-lo ao século III, quando muitas cidades peregrinas foram dotadas do direito latino, isto se quisermos manter a proposta favorável a uma referência administrativa. É muito possível que, durante a dinastia dos Severos, a cidade tenha ascendido a uma posição administrativa superior, aproveitando as consequências previsíveis da *Constitutio Antoniniana* de 212, promoção que nos parece difícil antes desse período histórico⁵⁰. Durante o Baixo-Império o termo *civitas* foi utilizado de forma generalizada para designar centros populacionais com funções administrativas, económicas ou militares relevantes, como terá acontecido com *Septem*, perdendo-se gradualmente os preciosismos jurídico-administrativos característicos do Alto Império. Não queremos deixar, porém de contribuir com uma proposta diferente. Tratando-se, como parece, de uma inscrição honorífica, podemos interpretar o que restou da epígrafe como referência a um notável de cognome *Cordus*, usado entre outros hispano-romanos por *Q. Iulius Cordus*, senador de Évora, na Lusitânia⁵¹, o qual poderia ter estendido a sua acção à região do Estreito, devido a interesses económicos, o que possibilitaria para o monumento de Ceuta uma datação de inícios do século II.

O que parece certo, e aqui os trabalhos arqueológicos comprovam-no de forma clara, é que a cidade se desenvolveu no istmo, entre os dois fossos, crescendo significativamente a partir do século III, quando se verificam grandes transformações na estrutura

⁴⁷ Felipe Pereda / Fernando Marías (eds.), *El Atlas del Rey Planeta. La "Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos" de Pedro Texera (1634)*, Hondarríbia, 2002, pp. 344-346, pp. 357-358, fls.58-60.

⁴⁸ Bernal Casasola, 2013, pp. 23-25.

⁴⁹ J. M. Pérez / J. Hoyo / D. Bernal, "Epígrafe inédito hallado en Ceuta. Acerca del estatuto jurídico-administrativo de Septem Fratres", *Latomus*, 58, 1999, pp. 839-849.

⁵⁰ C. Posac Mon, "Aproximación a la historia de Ceuta", *I Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar*, Madrid, 1988, p. 10.

⁵¹ R. Étienne, "Sénateurs originaires de la province de la Lusitanie", *Tituli*, 5, 1982, pp. 525-526; M. de Cerio Erasun, "Los senadores originarios de Lusitania (1982-2012)", *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie 2, *Historia Antigua*, 25, 2012, pp. 332-334.

económica do Estreito, em parte motivadas pelas lutas civis que levaram Septímio Severo ao poder e por incursões bárbaras, umas e outras implicando o fim do chamado *Círculo do Estreito*, substituído por uma estrutura comercial mais aberta, fora do domínio de *Gades*, cidade em plena decadência no século IV. Não se conservaram vestígios monumentais de *Septem*, devido às reconstruções que se verificaram ao longo de séculos de permanente ocupação. Seja como for, a cidade atravessa, no período tardo-romano, uma fase de acrescida prosperidade, eventualmente reforçada pela ligação administrativa à Hispânia a partir do governo de Diocleciano, quando parte da Mauritânia Tingitana foi evacuada militarmente⁵², valorizando também desta forma o valor militar do Estreito e das cidades que o rodeavam, desde logo *Septem* (Fig.8).

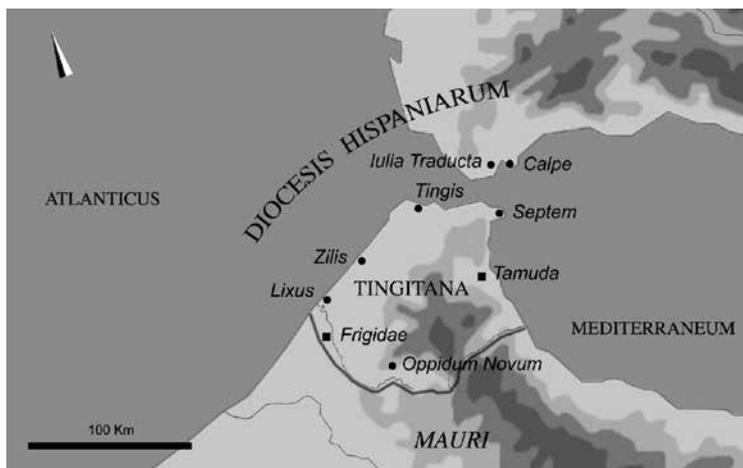


Fig.8 – O território da *Mauritania Gaditana* após a reforma provincial de Diocleciano.

As actividades comerciais, baseadas na produção de preparados piscícolas, sem esquecer outras, como o fabrico da púrpura, permanecem florescentes no período, com demonstram os grandes complexos de tipo industrial escavados na cidade, em especial o da Calle Queipo de Llano, junto ao qual se escavou uma basílica funerária, datável do século IV ou V, provavelmente sob a invocação de algum mártir, como em tantos outros casos⁵³. Nesta basílica, encontram-se sepulturas tipo *mensa*, identificadas em Portugal nas ruínas de Tróia, sublinhando as semelhanças económicas e culturais entre o sítio lusitano e *Septem*. A localização das necrópoles identificadas sugere para a cidade uma superfície entre 12 e 20 hectares, muito razoável para um centro urbano ocidental desta natureza. As alterações verificadas no final do século III devem ter conduzido à fortificação

⁵² J. Carcopino, “La fin du Maroc romain”, *Mélanges d’Archéologie et d’Histoire*, 57, 1940, pp. 349-387; N. Villaverde Vega, *Tingitania en la Antigüedad Tardía (siglos III-VII)*, Madrid, 2001, pp. 62-63 e 266-268.

⁵³ Bernal Casasola, 2013, pp. 26-29.

da cidade, defendendo alguns investigadores que subsistem ainda vestígios dessas obras, certamente reforçadas no período do domínio bizantino.

O século V foi complicado pelo desmoronamento do Império do Ocidente, iniciando-se um período de convulsões políticas e militares que conferiram de novo especial valor ao controlo do Estreito de Gibraltar a partir da *Mauritania Gaditana*. Todavia, a invasão deu-se a partir da Europa, ainda que com ajuda do lado africano, quando os Vândalos em 426 passaram o Estreito, iniciando a caminhada militar que os levou até Cartago, que tomam em 439. Apesar de várias tentativas romanas para retomar os territórios africanos, a maior parte da Mauritània fica numa situação de independência *de facto*, sob o mando de chefes berberes, os quais assumem um lugar cada vez mais activo nos acontecimentos regionais. O controlo da Península Ibérica pelos Visigodos, aliados nominais do Império, colocou eventualmente as cidades africanas do Estreito, *Tingis* e *Septem*, sob o seu poder, assim continuando até à intervenção bizantina no século VI. Como é evidente, *Septem* torna-se numa guarda avançada do reino visigótico face à instabilidade do lado africano, mantendo-se simultaneamente como escala do movimento marítimo entre o Mediterrâneo e o Atlântico, que continua a existir embora numa escala muito mais reduzida⁵⁴.

Os Bizantinos assumiram o controlo do Estreito no âmbito da política de *Renovatio Imperii* do imperador Justiniano, que procurava restabelecer as fronteiras ocidentais do antigo Império Romano no Oceano⁵⁵. Não o fizeram simultaneamente nas duas margens, pois se ocupam Ceuta em 533 ou 534, apenas em 550 se instalam na margem norte, na *Spania*, muito teoricamente recuperada para o Império, a ponto de a partir de 624 as reminiscentes possessões bizantinas na Península Ibérica terem sido integradas na *Mauritania Secunda. Pars Hispanica*⁵⁶, cuja capital poderá ter sido *Septem*. A função principal da cidade nessa época, e o desaparecimento dos estabelecimentos produtores de preparados piscícolas nos inícios do século VI aponta no mesmo sentido, é nitidamente de ordem militar, testa-de-ponte em território africano de difícil controlo e guarda do Estreito (Fig.9), para o que contava com uma força naval constituída por drómones⁵⁷. As forças bizantinas assumiram uma posição defensiva a partir de 615, agravada pela perda das últimas possessões peninsulares em 624, situação que se manteve até meados do século VII, quando o presidio passa ao domínio visigótico.

⁵⁴ Cunliffe, pp. 477-481; C. Fabião, “O Ocidente da Península Ibérica no século VI: sobre o Pentanumium de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixes da casa do governador da Torre de Belém”, Lisboa, *Apontamentos de Arqueologia e Património*, 4, 2009, pp. 25-50.

⁵⁵ M. Vallejo Girvés, “El umbral del Imperio? Dispar fortuna de Hispania y las Columnas de Hércules en la literatura de época justiniana”, *Erytheia. Revista de Estudios Bizantinos y Neogriegos*, 23, 2002, pp. 39-75.

⁵⁶ Ch. Diehl, “L'Afrique byzantine”, *Revue d'Études Byzantines*, 1946, 4 (1), pp. 71-134.

⁵⁷ D. Bernal Casasola, “Ceuta en la Antigüedad Clásica”, in F. Villada (coord.), *Historia de Ceuta*, 1, Ceuta, 2009, p. 178; *Código de Justiniano*, 1.27.2.2.

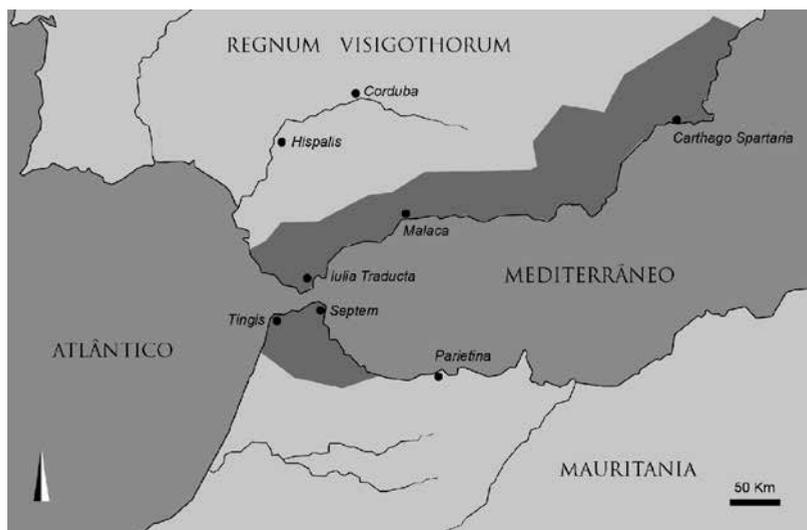


Fig.9 – Ceuta e as possessões bizantinas na área do Estreito de Gibraltar no século VII.

Este último episódio visigótico não é dos mais claros. Se podemos compreender facilmente o interesse dos reis visigodos em manter o controlo do Estreito por razões defensivas e económicas, menos por reflexos ideológicos, a verdade é que a possessão se tornou perigosa no contexto da confusão política instalada na Península Ibérica, onde as sobrevivências romanas são agora mera ilusão. O avanço imparável dos muçulmanos no Norte de África piorou a situação, apesar das frequentes revoltas berberes contra o invasor. Em 682, Uqba Ibn Naf ataca *Tingis* sendo repellido por uma figura ambígua, o Conde Julião (*Ilyan*). Execrado pela historiografia tradicional como o homem que entregou a Península Ibérica aos muçulmanos, a sua identidade real é ainda largamente discutida. Governador bizantino para uns, talvez de origem berbere, visigodo para outros, é possível que se trate apenas de um título atribuído ao governador militar da área do Estreito (*Iulia Traducta - Septem*), que poderia ser um tal Simplicius ou Urbano, este referido numa crónica moçárabe⁵⁸.

O historiador Ibn Khaldun refere muito claramente que Julião era *senhor de Algeciras e de Ceuta*⁵⁹, cabendo-lhe o controlo do Estreito. Seja como for, parece compreensível que o governador de Ceuta, face ao perigo redobrado que se fazia sentir nas cercanias da cidade e perdido por qualquer razão o apoio do lado visigodo, o que não é difícil de entender perante as inconsequências da política interna visigoda, que teria conduzida a Ceuta muitos refugiados, tenha entrado em acordo com o invasor muçulmano, procu-

⁵⁸ E. Gozalbes Cravioto, “El Comes Iulianus (Conde Julián de Ceuta), entre la historia y la literatura”, *Al-Qantir*, 11, 2011, pp. 3-35; L. García Moreno, “Teudemiro de Orihuela y la invasión islámica”, in B. Arízaga Bolumburu et alii (eds.), *Mundos Medievales: Espacios, Sociedades y Poder*, Santander, 2012, pp. 539-540.

⁵⁹ Ibn Khaldun, *Histoire des Berbères* (trad. M. de Slane), 1, Argel, 1852, p. 345.

rando desviar o perigo berbere, acabando mais tarde por auxiliar Musa Ibn Nusair num cenário de guerra civil visigótica na preparação do desembarque na Península Ibérica, levado a cabo por Tarik em 711, a partir de Ceuta e com os resultados que conhecemos, seguramente não desejados por todos os que nele colaboraram⁶⁰. Para os muçulmanos o Estreito será, a partir de agora, o Estreito de Ceuta (*al-Sabti*), circunstância que não eliminará o efeito de fronteira, frequentemente superior ao de elemento de ligação, menos ainda de unidade. A invasão e o seu resultado vitorioso, quase inesperado, alteraram definitivamente a geopolítica do Estreito, criando uma barreira cultural que, mesmo quando episodicamente se renovou a unidade política das duas margens, sempre se fez sentir.

Os dois primeiros séculos posteriores à conquista muçulmana pertencem a um período obscuro, marcando a entrada da cidade no contexto das rivalidades e particularismos que frequentemente causaram arrastados episódios de anarquia e violência. Neles devemos ver o resultado da estrutura política tradicional da sociedade islâmica, das resistências regionalistas e, no caso particular de Ceuta, o impacto do permanente valor estratégico da cidade. Se a tudo isto somarmos a oposição entre populações urbanas e populações rurais⁶¹, habitual no cenário do *Magrib al-Aqsa*, compreenderemos facilmente as razões da agitada história de *Sabta*, cujos pormenores deixaremos aos especialistas, concentrando-nos apenas nalguns aspectos mais marcantes.

As vicissitudes começaram rapidamente com a grande revolta berbere de 739, encontrando-se as forças califais cercadas na cidade em 741, recusando-se o governador do al-Andalus a socorrê-las até que procedeu à sua evacuação marítima. Os Berberes destruíram a cidade que permaneceu mais ou menos abandonada até cerca de 830, quando foi refundada e recebeu o nome de *Medyekesa*, que pouco tempo subsistiu. A partir desse momento Ceuta é governada pelos Banu Isam, vassalos relutantes dos Idrísidas, fundadores do primeiro Estado marroquino cuja capital foi inicialmente Walili, ou seja, a antiga cidade romana de *Volubilis*⁶². Por esta época desenvolviam-se grandes transformações políticas na Península Ibérica, onde em 756 Abderramão I instituiu um emirato independente em Córdova, o que terá consequências na vida de Ceuta e, mais uma vez, no valor militar do Estreito.

O emirato cordovês deu lugar, entre 931 e 1009 ao califado de Córdova, que transformou Ceuta num posto avançado contra os apoiantes magrebins dos Fatimitas, estabelecendo al-Hakam II uma frota para garantir a segurança do Estreito, demasiadamente frequentado por navios normandos. Ceuta foi dotada de uma nova muralha, de que restam vestígios importantes, edificada a partir de 957 e terminada cerca de 962. À morte do califa sucedeu-lhe o filho, Hisham II, tutelado pelo vizir Abu Amir, o célebre Almançor, que encontrou a situação omíada muito enfraquecida no Magrebe. Nado em

⁶⁰ García Moreno, pp. 540-542.

⁶¹ M. Peyrouton, *Histoire générale du Maghreb*, Paris, 1966, pp. 81-90.

⁶² Gautier, pp. 299-307; J. Conant, *Staying Roman. Conquest and Identity in Africa and the Mediterranean, 439-700*, Nova Iorque, 2012, pp. 289 e 294; Villaverde Vega, pp. 168-173 e 354-357.

Algeciras, este caudilho conhecia bem o valor do Estreito e das praças que o controlavam e tratou de reforçar a capacidade militar de Ceuta⁶³, como grande base de operações construindo, como refere al-Idrisi⁶⁴, uma grande fortaleza no *Jebel al-Mina*, o Monte Hacho actual. Ainda assim, só em 998 foi possível controlar eficazmente a instabilidade existente no território magrebino, muito pouco antes do fim do califado cordovês (Fig.10), com a morte de Almançor em 1002.

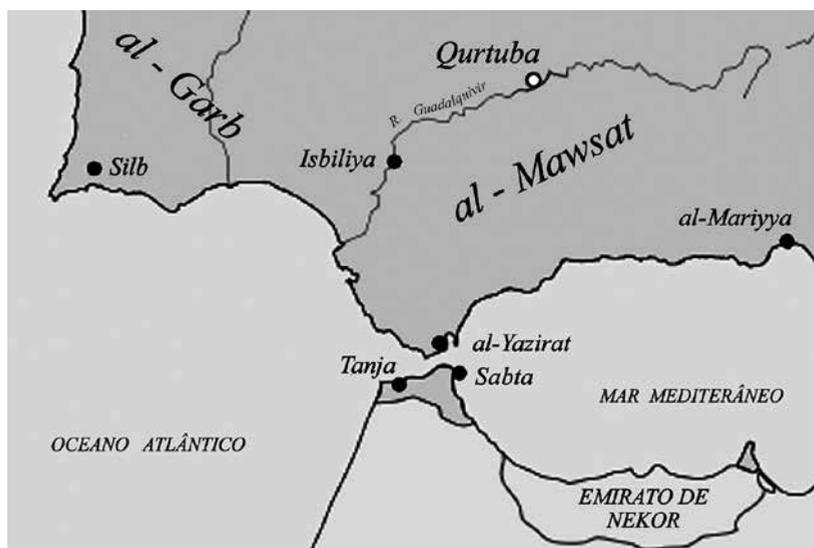


Fig.10 – O Califado de Córdoba e o Estreito de Gibraltar nos finais do século X.

Os Omíadas procuraram garantir o controlo do Estreito não apenas para assegurarem as suas posições africanas como para cerrar o passo às incursões nórdicas, frequentes e perigosas. Com efeito, se os pequenos poderes cristãos peninsulares não exibiam inicialmente veleidades agressivas com algum significado militar no mar, já o mesmo não sucedia com os ataques de iniciativa viquingue ou normanda, sobretudo no século IX, quando se verificaram acções contra cidades como Lisboa, Sevilha, Cádiz e Arzila, a que se sucederam múltiplas incursões contra o litoral cristão, nos dois séculos seguintes⁶⁵. As medidas empreendidas pelos Omíadas para contrariar estas incursões, que se estenderam também pelo Levante hispânico, foram relativamente bem-sucedidas. As águas do Estreito passaram a ser guardadas por uma numerosa frota, enquanto outra esquadra

⁶³ C. Gozalbes Cravioto, “Las fortificaciones de la Ceuta medieval. Una aproximación a su estructura”, *I Congreso Internacional Fortificaciones en al-Andalus*, Algeciras, 1998, pp. 401-408.

⁶⁴ Al-Idrisi, p. 200.

⁶⁵ J. Riosalido, “Los Vikingos en al-Andalus”, *Al-Andalus Magreb. Estudios Árabes e Islámicos*, 1997, pp. 335-344; Cunliffe, pp. 492 e 513-514.

guardava as costas da Marca Superior⁶⁶. Não faltam achados na Escandinávia comprovando o resultado dos saques obtidos nestes ataques⁶⁷, tornados cada vez mais difíceis pelo dispositivo naval muçulmano, entretanto implantado, que contava também com numerosos postos de vigia e *ribāt* ao longo da costa⁶⁸. A travessia do Estreito tornou-se difícil, o que é sugerido pelo facto da maioria dos principais ataques se situar a ocidente, concentrando-se nos séculos X e XI em objectivos na Galiza.

Não podemos considerar que o Estreito tenha possuído especial valor simbólico durante a maior parte da Idade Média, sobretudo depois da queda do Califado de Córdoba, a não ser talvez para os nórdicos (*al-Urdumāniyyūn*), que viam na colossal estátua de Hércules em Cádiz a indicação de que perto se abria um mar repleto de presas incontáveis, como sucedeu com a aventureira expedição do dinamarquês Hasteinn, que em 863 foi repellido no al-Andalus, atacando depois Tãnger e Ceuta, antes de se internar no Mediterrâneo, onde acabaria por saquear Luna, crendo ser Roma. A região do Estreito vai ser afectada pelas vicissitudes históricas que acompanharam o período dos impérios berberes almorávida e almóada e as suas tentativas de unificar o Magrebe⁶⁹, contrariadas pela instabilidade interna e pela luta permanente com os reinos cristãos peninsulares.

A ideia de que o Estreito era um portal a resguardar ressalta na chave ainda hoje presente no brasão de Gibraltar, fortaleza fundada em 1160 pelo sultão almóada Abd al-Mumin para controlar, juntamente com Ceuta, as duas margens do Estreito. A fortaleza de Gibraltar só será definitivamente ocupada pelos castelhanos em 1462, quase meio século depois da tomada de Ceuta pelas forças portuguesas. Não menos significativo é o motivo heráldico presente na bandeira medieval islâmica de Ceuta, provavelmente do século XIII ou XIV, anterior ao último domínio merínida, que se inicia em Ceuta em 1327, figurando duas chaves⁷⁰, clara alusão ao controlo do Estreito (*al-Zuqqaq*). Uma lenda gaditana transmitida pelo ceutense al-Himiari a partir de um texto anterior, talvez de al-Bakri, sugere esta realidade estratégica: *Conta-se que nunca se pôde chegar ao centro do Mar Ocidental até ao dia em que caiu em terra a chave que tinha na mão a personagem representada na estátua. A partir de então foi possível ir por mar até Salé, ao Sus e a outros lugares. Assim se admite vulgarmente no país*⁷¹. A negação do uso do mar implícita nesta historieta parece evidente, ainda que a eficácia destes pontos de apoio terrestres (Fig.11), antes do desenvolvimento da artilharia pirobalística, dependesse de forças navais estacionadas nos portos ou cruzando nas suas proximidades.

⁶⁶ J. Lirola Delgado, *El poder naval de al-Andalus en la época del califado Omeya*, Granada, 1993, pp. 40-45, 110-119 e 257-260; Ch. Picard, *L'Océan Atlantique musulman: de la conquête arabe à l'époque almohade*, Paris, 1997, pp. 7-96.

⁶⁷ Holger Arbman, *Os Vikings*, Lisboa, 1967, pp. 93-97.

⁶⁸ Lirola Delgado, pp. 347-349.

⁶⁹ Peyrouton, pp. 91-106; J. Servier, *Les Berbères*, Paris, 1994, pp. 55-63.

⁷⁰ Mantas, 2015, p. 14; C. Gozalbes Cravioto, "La bandera de la Ceuta medieval", in F. Villada (coord.), *Historia de Ceuta*, 1, Ceuta, 2007, pp. 230-231.

⁷¹ C. Sánchez Albornoz, *La España Musulmana*, 2, Madrid, 1977, p. 264.

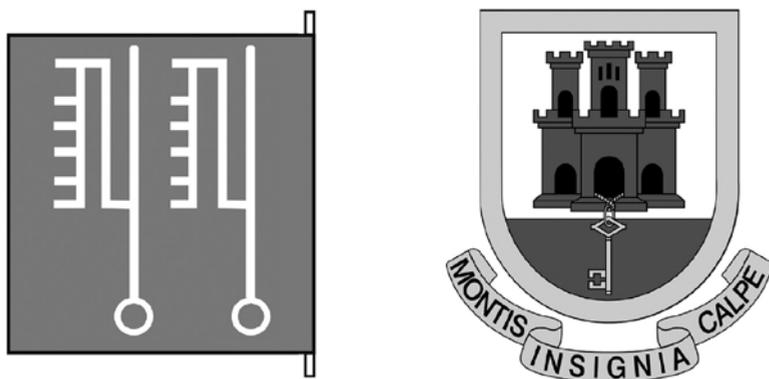


Fig.11 – Brasões de Gibraltar e da Ceuta merínida, com as chaves do Estreito.

A fragmentação do califado deu azo em Ceuta, no cenário dos reinos Taifas que surgiram no al-Andalus, ao domínio dos Hamudies, de Málaga e dos Barwagatas, entre 1009 e 1084, quase sempre em ambiente de permanente instabilidade e belicosidade. Em 1084 os Almorávidas apoderam-se violentamente da cidade, integrada no grande império que aqueles organizaram a partir de uma confederação de tribos saarianas⁷². O degradar da situação militar das Taifas peninsulares, agravada pela queda de Toledo em 1085, levou a um pedido de socorro por parte dos governantes andaluzes, aproveitado Yusuf Ibn Tashfin para passar à Península, onde esmaga as forças cristãs em Zalaca, em 1086. Os governantes almorávidas compreenderam a importância de Ceuta, elemento essencial de uma política de intervenção no al-Andalus (Fig. 12), reforçando as defesas do porto, que suplantará Almeria como principal porto militar islâmico na zona depois da queda deste em 1147. Entre 1106 e 1142 pelo menos quatro grandes expedições partiram de Ceuta, sofrendo a cidade um forte ataque normando em 1143⁷³.

A Reconquista começava a aproximar-se do Estreito quando aos Almorávidas sucedem os Almóadas (1146-1232). Ibn Khaldun refere várias vezes as funções do porto de Ceuta, ao qual ficam subordinados o de Tânger e outros, no controlo do Estreito e como porto de embarque de expedições no al-Andalus muçulmano e cristão⁷⁴. É neste cenário que se insere a primeira referência a actividades navais portuguesas na zona do Estreito, centradas na figura nebulosa de D. Fuas Roupinho, o qual teria atacado Ceuta, acabando por ser vencido pela frota almóada, que contava com esquadrões em Ceuta, Cádiz e Sevilha, numa segunda incursão, em 1180 ou 1181, muito provavelmente na costa algarvia⁷⁵. Foi em Ceuta que embarcou em 1184 para a sua desastrosa campa-

⁷² J. Paéz López / I. Cortés Martínez (dirs.), *Mauritania y España. Una historia común. Los Almorávides unificadores del Magreb y Al-Andalus*, Granada, 2003.

⁷³ H. Fehrat, *Sabta des origines au XIV^{ème} siècle*, Rabat, 1993, pp. 190-191.

⁷⁴ F. Villada / J. Hita Ruiz, “Medina Sabta”, in F. Villada (coord.), *Historia de Ceuta*, 1, 2009, pp. 217-224; Ibn Khaldun, 4, 1856, pp. 63 e 101.

⁷⁵ T. Queimado da Silva, “Os feitos de D. Fuas Roupinho na crónica de 1419”, *Revista Portuguesa de História*, 43, 2012, pp. 91-104.

nha portuguesa o emir Abu Yakub Yusuf, mortalmente ferido no cerco de Santarém⁷⁶. Neste contexto de conflito declarado entre Portugueses e Almóadas, Ceuta surge como um objectivo lógico para qualquer expedição que ultrapasse a simples *razzia* costeira. Vítimas das habituais dissensões internas e da pressão crescente dos reinos cristãos e das forças opostas ao centralismo no Magrebe, os Almóadas sucumbem, abrindo-se um novo período de autonomia para Ceuta (1232-1239), protagonizado por representantes dos grandes interesses comerciais marítimos, ocorrendo por essa altura um episódio obscuro no qual parece possível discernir uma intervenção portuguesa, talvez destinada a contrariar o comércio genovês com Ceuta⁷⁷, excelente ponto de partida para uma crescente intromissão nas águas atlânticas.



Fig.12 – A cidade de Ceuta, charneira dos territórios controlados pelos Almorávidas.

⁷⁶ J. Mattoso, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, 2006, pp. 266-269.

⁷⁷ F. Villada / Hita Ruiz, pp. 225-226.

Daqui para diante Ceuta mudará muitas vezes de governante, oscilando entre poderes locais efémeros, domínios peninsulares, como o de Múrcia e o de Granada, antes de tombar definitivamente sob o domínio dos Merínidas, em 1386, os quais já haviam governado Ceuta noutras ocasiões. Durante este período, sobretudo após a derrota islâmica no Salado, em 1340, a intervenção de Castelhanos e Aragoneses torna-se mais presente e vigorosa, particularmente desde que os primeiros controlam, partir de 1343, Algeciras. Os Merínidas mostraram sempre grande interesse por Ceuta, procedendo ao reforço das suas fortificações, destacando-se a construção de uma fortaleza palatina, controlando a cidade e com conveniente comandamento sobre o Estreito, o Afrag ou al-Mansura (Fig.13), construção iniciada por Abu Said em 1328 e de que restam ainda numerosos vestígios⁷⁸, tradicionalmente conhecidos como *Ceuta la Vieja*, ruínas bem representadas na gravura da obra de Bráunio, que parece figurar com razoável veracidade o aspecto de Ceuta no século XVI. Porém, pelos finais do século XIV a cidade e o porto de Ceuta dependem cada vez mais de uma dinâmica externa, em que os diferentes interesses europeus se manifestam abertamente, primeiro pela abertura do Estreito e logo pelo seu controlo directo.



Fig.13 – Muralhas restauradas do complexo fortificado de al-Mansura, em Ceuta.

Apesar de todas as complicações provocadas pela dificuldade que a sociedade islâmica demonstra em aceitar um poder político centralizado regular, que fez *Sabta* oscilar periodicamente entre a tirania e a anarquia, a cidade tornou-se um empório comercial e intelectual de primeira importância, graças à sua situação privilegiada, poderosas fortificações e evidente capacidade naval, com frequência decisiva na salvaguarda dos seus interesses durante séculos⁷⁹. Em Ceuta podemos distinguir duas funções essenciais, do ponto de vista económico: em primeiro lugar a de placa de comunicações marítimas

⁷⁸ M. Cherif, *Ceuta aux époques almohade et mérinide*, Paris, 1996; F. Villada Paredes / P. Gurriarán Daza (coords.), *al Mansura. La ciudad olvidada*, Ceuta, 2013.

⁷⁹ J. Derek Latham, “On the strategic position and defence of Ceuta in the later Muslim period”, in J. M. Barral (ed.), *Orientalia Hispanica*, 1, Leida, 1974, pp. 445-464.

entre a África e a Europa e entre o Mediterrâneo e o Atlântico; em segundo lugar a de terminal das grandes pistas terrestres do comércio com o interior africano⁸⁰. O controlo das águas do Estreito, ou pelo menos a garantia da sua livre utilização, era fundamental para o em qualquer destas situações, sem esquecer os problemas de subsistência alimentar da cidade, muito dependentes do exterior.

A pesca manteve na época do domínio muçulmano relevante importância, sem esquecer a exploração de corais, destacando-se como espécies o atum, a cavala e o linguado⁸¹, peixe que na tradição islâmica local aparece relacionado com a fábula de Moisés. A navegação era normalmente limitada ao período estival⁸², destacando-se a navegação de alta e baixa cabotagem e a navegação de alto mar. Em todas elas Ceuta desempenhou funções de porto de escala e de entreposto onde se estabelecem gradualmente grandes armazéns relacionados com o comércio com os estados cristãos, substituindo-se Génova e Pisa, a partir do século XII, à Sicília⁸³. O azeite do al-Andalus e os couros magrebins constituíam parte importante do movimento comercial de Ceuta, destinados sobretudo ao Oriente. Ao longo do século XIII a influência em Ceuta dos reinos peninsulares, nomeadamente Aragão e Castela, aumenta rapidamente, assim como a diplomacia pontifícia procura facilidades para os missionários franciscanos, nem sempre com bons resultados⁸⁴. Sob os Merínidas, o consulado genovês em Ceuta controla todo o comércio desta república italiana com o al-Andalus, o que transmite uma ideia clara sobre o valor do porto de Ceuta⁸⁵.

A navegação de longo curso contava, no Mediterrâneo, com duas rotas principais, uma ao longo da costa africana, em direcção à Tunísia e ao Egipto, outra mais a norte, eventualmente tocando a costa da Península Ibérica, seguindo depois a velha rota romana pelas Baleares e a Sardenha, rumo à costa italiana. Parte deste comércio era efectuado em navios cristãos ou possuídos em parceria, de que existem numerosas referências documentais⁸⁶. Ceuta era igualmente um porto importante para os muçulmanos do al-Andalus ou de África desejosos de cumprir a peregrinação a Meca (*Hadjj*), aproveitando a rota para Alexandria. Assim fez, por exemplo, Abu Hamid al-Garnati, que descreve a sua longa viagem, iniciada em 1115, ano em que se deteve em Ceuta, num livro repleto de notas do maior interesse, algumas referindo-se à cidade africana⁸⁷, notas em parte de carácter maravilhoso, como a referência ao *Roc*, o grande pássaro fantástico que encon-

⁸⁰ Alessia Amato, “Ceuta islamica: incrocio marítimo tra Garb al-Andalus e Mediterraneo Orientale, Secoli VIII-XIII”, *VIII Jornadas de Historia de Ceuta. Barcos, Puertos y Navegación en la Historia de Ceuta*, Ceuta, 2008, pp. 257-271.

⁸¹ E. Gosalbes Cravioto, “Navegacion y relaciones portuárias en la Ceuta antigua”, *VIII Jornadas de Historia de Ceuta. Barcos, Puertos y Navegación en la Historia de Ceuta*, Ceuta, 2008, pp. 237-255; F. Villada / Hita Ruiz, pp. 251-253.

⁸² Lirola Delgado, pp. 338-342.

⁸³ Picard, 1997, pp. 50-51; Amato, pp. 264-268.

⁸⁴ F. Villada / Hita Ruiz, pp. 270-271.

⁸⁵ F. Villada / Hita Ruiz, p. 229.

⁸⁶ Derek Latham, p. 449.

⁸⁷ I. Bejarano Escanilla / L. Werner, “Abu Hamid Al-Garnatis World of Wonders”, *Aramco World*, 66 (2), 2015, pp. 36-39.

tramos também na história de Simbad, incluída na compilação conhecida como *As Mil e Uma Noites*⁸⁸. O avanço da Reconquista prejudicou, naturalmente, este tipo de movimento, verificando-se, por outro lado, um acréscimo, nem sempre bem recebido, de refugiados muçulmanos e judeus.

O comércio terrestre, muitas vezes dificultado pela travessia de territórios sob controlos diversos, ligava Ceuta, por Fez e Sidjilmassa⁸⁹, ao Mali e à curva do Níger, através do Saara (Fig.14), com possibilidade de comunicação, a partir de Gao ao Sudão⁹⁰. Uma caravana entre Ceuta e Tombuctu levaria, em condições normais, cerca de nove semanas para cobrir o percurso, o que implica para uma viagem de ida e volta uma duração não inferior a vinte semanas. O comércio africano encontra-se bem descrito pelo tangerino Ibn Batuta⁹¹, que escreveu por meados do século XIV, correspondendo os seus términos, *grosso modo*, aos limites geográficos considerados no mapa do ceutense al-Idrisi. Este movimento comercial procurava em primeiro lugar ouro, escravos, peles e marfim, conduzindo para sul cobre, cereais, sal e artigos manufacturados. Ceuta sofrerá as consequências de uma grande instabilidade política ao longo da segunda metade do século XIV, quando os Merínidas se eclipsam e se realinham as políticas pelo controlo do Estreito de Gibraltar. Cabe aqui perguntar onde se encontrava a frota de Ceuta em 1415, se ainda existia, uma vez que não se registou nenhuma oposição naval à armada portuguesa.



⁸⁸ U. Marzolph / R. van Leeuwen / H. Wassouf, *The Arabian Nights Encyclopedia*, 1, Santa Barbara, 2004, pp. 703-704.

⁸⁹ R. Messier / A. Fili, “La ville caravanière de Sijilmasa: du mythe historique à la réalité archéologique”, in A. Silva / V. Enamorado (dirs.), *La Ciudad en al-Andalus y el Magreb*, Granada, 2002, pp. 501-510.

⁹⁰ Attilio Gaudio, “Les civilisations du Sahara, Verviers, 1967: 182-210; R. Botte, Les réseaux transsahariens de la traite de l’or et des esclaves au Haut Moyen Âge: VIII^e-XI^e”, *L’Année du Maghreb*, 7, 2011, pp. 27-59.

⁹¹ Ibn Batuta, *Travels in Asia and Africa 1325-1354*, (trad. H. A. Gibb), Londres, 2005, pp. 317-339.

Fig.14 – O Magrebe e as principais rotas saarianas do comércio medieval islâmico.

Os progressos da arqueologia medieval em Ceuta verificados nas últimas décadas permitem hoje ter uma ideia mais precisa do que foi a cidade antes da conquista portuguesa, embora não se tenham mantido vestígios monumentais em número significativo⁹², sobretudo devido às alterações urbanísticas sofridas durante seis séculos, parte das quais relacionadas com o carácter essencialmente militar da cidade. É de lamentar, por exemplo, a destruição em 1891 das ruínas da Madraça al-Yadida, escola corânica de boa arquitectura, símbolo da vida cultural de Ceuta, ainda que não rivalizasse com a mais liberal Madraça al-Sarriyya, fundada em 1238, que contava com uma biblioteca de 40 000 volumes⁹³. Embora não seja fácil determinar a população de Ceuta, calculada talvez por excesso em cerca de 30 000 pessoas, contando população flutuante própria de um centro portuário e comercial, possuímos algumas descrições da cidade, destacando-se as de al-Idrisi, al-Bakri e al-Ansari⁹⁴, as quais, descontando as fantasias e os exageros habituais, permitem fazer uma ideia do valor real da Ceuta islâmica, o qual não escapou à perspicácia dos dirigentes portugueses, ainda que nos possamos questionar sobre quais eram, efectivamente, os objectivos de uma tão custosa empresa como foi a conquista e a manutenção da cidade, onde, na gravura de Bráunio, se vêem vastas áreas arruinadas.

A expedição a Ceuta levanta problemas complicados, sobretudo se considerarmos que se colocou a possibilidade de abandonar a cidade atendendo às dificuldades que a sua manutenção implicava. A tese defensora do valor de Ceuta como grande centro comercial e abastecedor de cereais de que Portugal era deficitário não resiste a uma análise realista, mesmo superficial, pois, como é lógico, o tráfico que por ali se fazia foi desviado para outros portos magrebins, aparentemente não marroquinos, se tivermos em conta o falhanço das tentativas de reactivação dos portos de Arzila e Larache⁹⁵. Ceuta terminou por se transformar num presídio cercado, permanentemente mantido do exterior e obrigando a repetir feitos sobre feitos para a sua conservação. Não esqueçamos, porém, o valor do corso, uma importante fonte de rendimentos para a Coroa e para os particulares que o exerciam, obrigando a considerá-lo, na verdade, como uma das principais razões económicas da sustentação das praças em Marrocos⁹⁶, para além dos efeitos positivos na defesa afastada da costa portuguesa, dificultando os assaltos perpetrados pelos navios

⁹² Vallé Bermejo, “Descripción de Ceuta muçulmana en el siglo XV”, *Al-Andalus*, 25, 1962, pp. 398-442; F. Villada Paredes, “Ceuta en vísperas de la conquista portuguesa”, in C. Guardado da Silva (coord.), *A conquista de Ceuta. Conselho Régio de Torres Vedras, Torres Vedras*, 2015, pp. 65-96.

⁹³ V. Martínez Enamorado, “Las madrasas de Ceuta”, in F. Villada (coord.), *Historia de Ceuta*, 1, 2009, pp. 298-299.

⁹⁴ Al-Idrisi, pp. 199-201; Al-Bakri, pp. 234-238; Al-Ansari, “Ijtsar al-Ajbar. Une description de Ceuta musulmane au XV^e siècle (trad. E. Lévi-Provençal)”, *Hespéris*, 12, 1931, pp. 145-176.

⁹⁵ R. Ricard, *Contribution a l'étude du commerce génois au Maroc durant la période portugaise (1415-1550)*, 3, Argel, 1937, pp. 53-73.

⁹⁶ G. Gozalbes Busto, “Aspectos del corso en el Estrecho de Gibraltar (primer siglo de la Ceuta portuguesa)”, *I Congreso Internacional el Estrecho de Gibraltar*, 2, 1988, pp. 297-308; “Un episodio de corsarismo português contra una aldea nazarí de Marbella en el siglo XV”, *Isla de Arriarán. Revista Cultural y Científica*, 13, 1999, pp. 7-20.

mouriscos e otomanos, estes a partir do século XVI, e complicando significativamente a sempre agitada vida política marroquina⁹⁷.

Numa época em que surgia a Espanha moderna e se preparava o final da Reconquista, o controlo de Ceuta constituiu uma inegável mais-valia diplomática e estratégica para Portugal e um símbolo de triunfo, no ponto de encontro do antigo mundo mediterrânico e do novo mundo atlântico, ponto de partida para ir mais além na expansão africana, orgulhosamente ostentada na titulatura real portuguesa depois de 1471: *Rei de Portugal e dos Algarves, d'Aquém e d'Além Mar em África*. Na nova geoestratégia do Estreito, Ceuta e depois Gibraltar passam a ser, mais que chaves do Mediterrâneo, portais do Atlântico face à poderosa ameaça otomana (Fig.15). Esta dinâmica de *Open Gate / Closed Gate* persiste nos nossos dias, para além de tudo o que se possa dizer sobre a evolução da guerra convencional⁹⁸, conferindo a Ceuta um redobrado valor simbólico e estratégico na sua relação com o Estreito de Gibraltar.

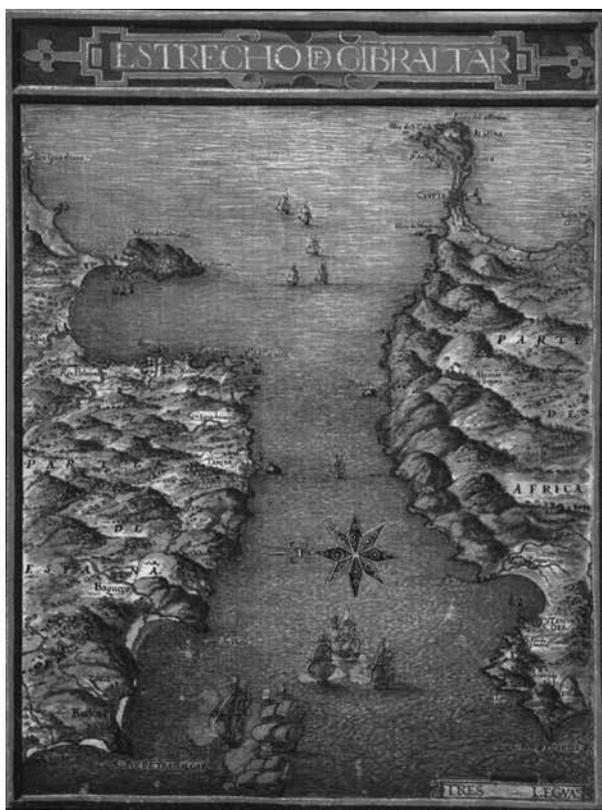


Fig.15 – O Estreito no *Atlas* de Pedro Teixeira (Österreichische Nationalbibliothek, Viena).

⁹⁷ Othmane Mansouri, “La prise de Ceuta et ses conséquences pour l’histoire du Maroc”, in C. Guardado da Silva (coord.), *A Conquista de Ceuta. Conselho Régio de Torres Vedras*, Torres Vedras, 2015, pp. 115-122.

⁹⁸ A. Guillerm, *La marine de guerre moderne (1915-2015)*, Paris, 1996, pp. 104-107.

Cenário de representação de poderes e contrapoderes, onde se confrontam diariamente interesses do mundo que se diz global, ali permanece a memória de impérios do passado, mantida como vitrina de uma história triunfal, enquanto os que sentem negativamente essa mesma história procuram anular os seus vestígios políticos, o que nem sempre é garantia de futuro, atendendo aos ensinamentos da visão biológica das sociedades e da história, tão clara em Ibn Khaldun⁹⁹. Ceuta contemporânea não deixa de suscitar sentimentos contraditórios à visão portuguesa do passado, como símbolo do que foi e já não é, embora permaneça, algo onde sobreviveu, de alguma forma, a monarquia dualista. Sempre houve e haverá interesses divergentes no Estreito, onde se encontram e defrontam as expressões mais ocidentais de duas culturas, cujo entendimento, por demais desejado e conveniente, parece difícil no imediato. Terminamos lembrando o que al-Garnati escreveu acerca das maçãs da região de Sintra, que permitiriam a quem as comesse distinguir entre o possível e o impossível¹⁰⁰, fenómeno que, neste momento, apenas nos confirmaria que o real poder no Estreito é alheio aos que habitam as suas margens (Fig.16), como tantas vezes sucedeu no espaço temporal entre os miríficos feitos de Hércules e os sofridos feitos lusitanos¹⁰¹.



Fig.16 – O porta-aviões *USS Harry S. Truman* navega ao largo do Jebel Musa (foto USN).

⁹⁹ Gautier, pp. 113-120.

¹⁰⁰ Bejarano Escanilla / L. Werner, p. 37.

¹⁰¹ Agradecemos cordialmente ao Dr. Villada Paredes as informações que nos facultou e ao Dr. Luís Madeira (FLUC) a preparação das figuras desta comunicação.

A EMPRESA DE CEUTA – DOS ANTECEDENTES ÀS CIRCUNSTÂNCIAS QUE DITARAM AS CAUSAS PRÓXIMAS

João Abel da Fonseca

I – OS ANTECEDENTES

*“Cá nós de uma parte nos cerca o mar e da outra
temos muro no reino de Castela”*

Zurara

O significado desta frase tem merecido, por parte dos historiadores, a consideração da resposta mais simples sobre quais as motivações da jornada para a conquista de Ceuta, não fora ela escrita pelo cronista Zurara, exactamente na obra em que se ocupou deste episódio maior da nossa História – a *Crónica da Tomada de Ceuta*. Jorge Borges de Macedo, na sua *História Diplomática Portuguesa – constantes e linhas de força*, precisamente, no capítulo intitulado “A defesa do equilíbrio”, alerta-nos para uma evidência. O conceito de «nação situada», forjado pelo historiador, esclarece uma permanência da nossa identidade desde a fundação da nacionalidade e que ganhou substância no reinado de D. Dinis. É-nos possível afirmar que já se pode identificar uma estrutura de pensamento naval e, mais ainda, um objectivo geoestratégico a implementar. D. Dinis foi o obreiro da decisão sobre o futuro de Portugal numa perspectiva de espaço, que ultrapassando a fronteira terrestre consignada no Tratado de Alcanizes, em 1297, alargou-se a um outro bem mais vasto, no mar, qual fronteira estratégica de segurança, garante da soberania, e que numa articulação entre o Mediterrâneo e o Atlântico, encontrou novos limites – o meridional no estreito de Gibraltar e, mais tarde, o setentrional no canal da Mancha, já no reinado de D. Fernando, que levou este monarca à celebração do Tratado de Westminster, em 1373, no seguimento do de Tagilde, do ano anterior. D. João I, entre a Primavera de 1384 e a de 1386 conduziu uma intensa actividade diplomática que terminaria com a assinatura do Tratado de Windsor, e a sua Convenção Marítima anexa, a 9 de Maio daquele último ano. Este tratado foi o garante da construção de uma centralidade desenhada de forma a consubstanciar, na retaguarda, a salvaguarda da independência do reino face à constante ameaça castelhana. Borges de Macedo, na mesma obra, vem a considerar que: “*Portugal, com esta aliança, ao lado da independência como estado, conservou a sua função europeia de garantir uma área essencial de tráfego internacional, livre das hegemonias peninsulares*”. A conquista de Ceuta, em 1415, representaria, assim, o reforço dessa política de garante estratégico da soberania, face, ainda, aos contínuos ataques da pirataria oriunda do Norte de África.

Nos antecedentes da vocação expansionista portuguesa, de que Ceuta foi um passo importante, não poderemos esquecer a expedição luso-florentino-genovesa às Canárias, em 1341, no reinado de D. Afonso IV, em que também participaram castelhanos, e

sobressaíram os capitães Angiolino dela Tegghia di Corbizzi, florentino, e Niccoloso da Reccho, genovês, tão curiosamente relatada por Giovanni Boccaccio. Importa, contudo, perceber que o permanente corso e pirataria berberesca, a que estava sujeita a orla marítima portuguesa, levaram D. Dinis à necessidade de constituir, em 1280, logo no início do reinado, um sistema de defesa costeira, providenciando a criação de uma armada de guarda-costas sediada no Algarve, especialmente em Tavira, declarando ser o *Estreito* o seu espaço preferencial de navegação, como já sublinhou, neste Auditório, Luís Adão da Fonseca, na sua Conferência de Abertura do XII Simpósio, em 2011. Esta mesma realidade levava já Afonso X, o *Sábio*, a ordenar uma expedição marítima punitiva a Salé, em 1260, enviando uma armada que, na impossibilidade de se conseguir manter naquele porto, por lá permaneceu escassos dois meses, optando por abandonar a cidade depois de a saquear e incendiar. Quando Borges de Macedo se referia ao facto de que “*no caso da Península a expansão marítima para áreas novas vem suscitar um conceito de espaço completamente diferente e que os estados hispânicos são, primeiro que ninguém, chamados a considerar*”, estava por certo atento aos considerandos do Tratado de Monteagudo e do Acordo de Sória, de 1291, em que os monarcas peninsulares dividiram entre si a costa magrebina, deixando para Portugal os territórios a ocidente de Ceuta.

No Tratado de Alcalá de Henares, celebrado em 19 de Dezembro de 1308 entre Fernando IV de Leão e Castela e os embaixadores de Jaime II de Aragão, ficou aprovado por ambas as partes que o primeiro atacaria as praças de Algeciras e Gibraltar, competindo ao segundo conquistar a cidade de Almeria. Enviada, de seguida, uma embaixada ao papa Clemente V (já se encontrando este em Avinhão), logo em 24 de Abril de 1309, mediante a bula *Indesinentis cure*, o pontífice autorizava a pregação da cruzada nos domínios de Jaime II, outorgando para a empresa os dízimos que tinham sido destinados à conquista da Córsega e da Sardenha. Sabemos como durante seis meses, entre Julho de 1309 e Janeiro de 1310, Algeciras foi sitiada, embora não tomada, o que veio a acontecer com Gibraltar, que capitulou em 12 de Setembro de 1309. Em 3 de Maio de 1309 fora celebrado, entretanto, o Tratado de Barcelona – uma aliança militar firmada entre Jaime II de Aragão e o sultão merínida Abu al-Rabi Sulayman, rei de Marrocos, mediante a qual o segundo contratava os serviços de uma frota e um exército de mercenários cristãos aragoneses para a conquista de Ceuta, em poder do sultão Muhammad III, rei nasrida de Granada. Na verdade, Ceuta foi conquistada em 21 de Julho de 1309 e entregue ao rei de Marrocos.

Certo é, também, que Henrique III de Castela, em 1400, mandou preparar uma esquadra que veio a destruir o porto de Tetuão e, em 1406, as Cortes, reunidas em Toledo, apoiaram a proposta do rei para passar à guerra com Granada, o que só a morte daquele veio obstaculizar. Ceuta era, contudo, a chave do Mediterrâneo, como Zurara a classificou na *Crónica de D. Pedro de Meneses*, e o apetite pela sua conquista jamais poderia estar ausente do espírito dos reis cristãos peninsulares.

Muito sumariamente, recordamos que D. Dinis já obtivera do papa João XXII, a bula *Apostolice Sedis*, de 23 de Maio de 1320, que concedia à Coroa, por três anos, o dízimo das rendas eclesiásticas de todo o reino, e que consentia e agradecia toda a intervenção no sentido da conquista dos territórios *nullius diocesis*, insistindo na guerra

contra os Mouros, não sem deixar de considerar a acção do rei português em defesa da Cristandade, acrescentando que equiparava a armação de galés no Estreito de Gibraltar à cruzada e, deste modo, legitimava a estratégia naval da monarquia lusitana, o que não passou despercebido a Luís Adão da Fonseca. As bulas da Cruzada tinham, para além do mais, o forte incentivo de patrocinarem, em boa parte, o financiamento das expedições, bem como o reconhecimento da guerra justa e a absolvição perpétua para todos os que morressem a lutar contra os infiéis. D. Afonso IV recebeu de Bento XII, a *Gaudeamus et exultemus*, de 30 de Abril de 1341, com as indulgências necessárias à conquista do reino de Fez, com a hipótese para o reino de Granada, concedida por um biénio e cedendo ao rei, para o efeito, o dízimo das rendas eclesiásticas do reino. Ainda neste reinado, em 10 de Janeiro de 1345, e dirigida ao rei, Clemente VI assinou a bula *Nuper pro parte* e, dirigida ao arcebispo de Braga e aos bispos de Évora e de Viseu, datada de 21 de Fevereiro de 1355, a *Romana mater ecclesia*, de Inocêncio VI. Já no reinado de D. Fernando estas bulas seriam renovadas através de duas outras, ambas denominadas *Accedit nobis*, de Gregório XI – uma em 2 de Abril de 1376, dirigida aos eclesiásticos e, a outra, de 12 de Outubro de 1377, ao rei. Estes dados permitem-nos ajuizar da permanente vontade, já dos soberanos portugueses, já do papado, em prosseguir na luta contra os Sarracenos.

II – AS CAUSAS PRÓXIMAS

Muito embora não haja conhecimento da bula da Cruzada utilizada na conquista de Ceuta, sabemos que Fr. João Xira a pregou em Lagos, a 28 de Julho de 1415, absolvendo de culpas e de penas, por meio dela, todos os que iam na armada. Alguns autores têm vindo a identificá-la com a *Eximiae devotionis affectus*, concedida a D. João I pelo "antipapa" de Pisa, João XXIII (Baldassare Cossa), a 20 de Março de 1411. Não cabem aqui considerações sobre a política externa portuguesa, nas suas relações com o papado, neste período chamado de «Grande Cisma», que decorreu entre 1387 e 1417, tendo terminado no Concílio de Constança. Sabemos que durante os anos de 1410-1415, na cadeira romana sentava-se Gregório XII, o já octogenário veneziano Angelo Correr, na de Avinhão o aragonês Pedro de Luna, como Bento XIII, bem como o supracitado, Baldassare Cossa, um napolitano eleito e sagrado em Bolonha, reconhecido com a adopção do nome de João XXIII.

O que não podemos deixar de sublinhar é o facto de ter toda a pertinência que tivesse sido solicitada uma bula, muito embora se saiba que Castela se encontrava fora de uma qualquer das obediências. D. João I tinha que considerar e temer uma iniciativa bélica enquanto a expedição a Ceuta decorresse, ainda que se encontrasse suspensa a guerra com o reino vizinho, pelo estabelecido nas tréguas de Segóvia de 1402, assinadas por 10 anos.

Humberto Baquero Moreno chamou a atenção para a figura do trinitário D. Frei Sebastião de Meneses, segundo Fr. Jerónimo de S. José, na sua *Historia Chronologica da Esclarecida Ordem da SS. Trindade*, embaixador de D. João I à Corte de Carlos VI de França, em 1385 e, mais tarde, em 1410, à Cúria, junto de João XXIII. O cronista refere que esta última embaixada teve como finalidade prestar obediência a este "antipapa" bem

como, e passamos a citar, «dar-lhe parte da conquista, que determinava fazer da Africa, para augmentar os dominios da Igreja, a cujo fim se achava já prompta huma fortissima armada». A bula acima referida bem pode ter sido a resposta do pontífice. O cronista prossegue à frente, referindo-se à tomada de Ceuta: “*Deo o nosso iliustre Embaixador noticia desta grande victoria, em nome do seu Soberano ao mesmo Papa, a qual estimou tanto, pelo bem da Igreja, que querendo obsequiar ao Rei, e remunerar com premio ao seu Embaixador, o nomeou Arcebispo de Carthago, e Patriarca da Africa, sagrando-o em o nosso Convento de S. Thomé de Formis, cujas dignidades confirmou o Papa Martinho V. em o anno de 1417, pela desistencia que fez o dito João XXIII. no Concilio Geral Constanciense*”.

O carácter provisório das tréguas de 1402 fazia Portugal aspirar a um acordo definitivo de paz ou, pelo menos, a renovação das existentes, razão pela qual isso mesmo foi tentado em 1406, 1407 e 1408, sabendo como era favorável à paz a co-regente de Castela, irmã de D. Filipa, Catarina de Lencastre, viúva de Henrique III, desde finais de 1406, e mãe do pequeno Juan II. Veremos, à frente, como tal só foi possível em 1411, muito embora, a partir daquelas tréguas de 1402, alguns fidalgos portugueses exilados em Castela tenham logo regressado a Portugal. Na verdade, a nobreza castelhana via com maus olhos a ascensão dos portugueses, alguns ali estabelecidos desde 1385, beneficiados pela mão da rainha D. Beatriz, sendo que é bem conhecida, por exemplo, a atribuição do título de conde de Ilhó a seu primo D. Pedro de Meneses. Se a D. João I interessava garantir a paz na fronteira, a Castela importava resolver um problema interno que se adensou com a morte de Henrique III, em 1406, deixando o único herdeiro com um ano e meio de idade. O monarca português não podia, contudo, face às tréguas celebradas, impedir o regresso da fidalguia portuguesa ao reino, se bem que tal lhe viesse a causar os constrangimentos que se podem adivinhar.

Continuando a reflectir sobre as causas da expedição a Ceuta, convém, desde já, apoiados nas informações de Zurara, considerarmos algumas passagens da *Crónica* que nos ajudam a responder à questão: Quando e como teria nascido a ideia? No capítulo LXIII, em que é relatado o que se passou no que ficou conhecido como o Conselho da Ponta do Carneiro, depois da primeira tentativa frustrada de desembarque em Ceuta, o rei pronunciou-se nestes termos: “*Ora, disse ele, vos quero responder a tudo o que me falaste acerca de meus feitos. E, quanto é ao que dizeis que me torne para meu reino, parece-me que assaz seria de grande minguia haver acerca de seis anos, que ando em este trabalho, fazendo sobre ele tantas circunstâncias como sabeis, pelas quais o mundo está com as orelhas abertas para ouvir o fim da vitória*”. Podemos então concluir que a ideia de ir sobre Ceuta nascera, pelo menos, em 1409.

Uma outra passagem, quando os Portugueses já se encontravam na cidade de Ceuta, no capítulo LXXIV, intitulado “*Como os Infantes partiram dali e das razões que lhe João Afonso, vedor da fazenda, disse quando chegou a eles*”, parece-nos de capital importância sublinhar: “*Cristo Jesus Nosso Senhor foi aquele, a quem directamente poderemos dar a honra deste feito, empero não ficam os homens que em ele trabalharam sem mui grande parte da honra. Entre os quais João Afonso, vedor da fazenda, merece a sua parte, por ser por ele movida uma tão santa e tão honrada cousa*”. Pensamos poder retirar desta passagem a informação de que o vedor da fazenda João Afonso teria sido um dos inspiradores da

empresa, quiçá transmitindo ao monarca as suas preocupações no que respeitava à crise monetária e social que atingia o reino, com a nobreza desocupada, e que também afligia os mercadores envolvidos no comércio internacional.

Zurara, no capítulo VIII, alude à expedição a Ceuta como uma alternativa às grandes festas em Lisboa, durante as quais D. João I pretendia armar cavaleiros os seus três filhos. No capítulo seguinte faz o vedor da fazenda, encontrar-se com os infantes, para durante a conversa, João Afonso de Alenquer lhes dar a ideia da conquista de Ceuta – feito adequado para que príncipes da sua linhagem ganhassem a honra propiciatória de uma tal investidura.

No momento em que o rei já se tinha decidido a avançar com o projecto da ida a Ceuta, no capítulo XXIV da *Crónica* de Zurara, uma fala de D. João I, encontrando-se em Santarém, ao ser visitado pelos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique, ao transmitir-lhes a sua decisão, anuncia-lhes a vontade de reunir o seu conselho em Torres Vedras, pelo próximo São João, “*onde entendo propor este feito e determinar o termo certo em que com a Graça de Deus hajamos de partir*”. Neste mesmo capítulo podemos ler um comentário de Zurara: “*Cá segundo achamos des que neste feito primeiramente foi falado até aquele ponto, eram passados melhoria de tres anos*”. Ora se o conselho secreto de Torres Vedras se reuniu afinal, em Julho de 1414, pelo Santiago, como hoje sabemos, graças à investigação de Baquero Moreno, podemos concluir que tendo aquela fala precedido o evento, conjugada com esta última informação do cronista, a entrevista do vedor com os infantes teria ocorrido em meados de 1411.

Todos estes dados nos levam ainda a crer que a projectada aventura magrebina bem pode ter apressado as negociações com Castela, com vista à celebração do Tratado de Paz, que veio a concretizar-se em 31 de Outubro de 1411, para vigorar a partir de 1 de Março de 1413 (data em que terminavam as anteriores tréguas), garantindo, deste modo, uma estabilidade na fronteira que permitiria ao rei poder dedicar-se àquela, com alguma tranquilidade. A Paz de Ayllón não foi, mesmo assim, estabelecida com carácter definitivo (só em 30 de Outubro de 1431, a Paz de Medina del Campo o consagraria), porque encontrava-se viva a rainha D. Beatriz (que só viria a falecer, segundo Álvaro García de Santa María, na *Cronica de Juan II de Castilla*, em 1419, por queda de cavalo). De qualquer modo, como já referimos atrás, muitos fidalgos exilados em Castela já tinham regressado ao reino, tal fora o caso de D. Pedro de Meneses, pelo menos desde 1403, já que em 6 de Maio daquele ano se encontrava em Santarém, junto do rei, com quem discutiu assuntos relacionados com a transmissão de propriedades, possivelmente no sentido de reclamar os bens familiares que haviam sido confiscados e que lhe caberiam por herança. Zurara, na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* escreve: “*o Muy Nobre Rey dom Joham avendo aquelle amor com seus naturaes, que todo bom Principe deve aver, fez vir pera estes Regnos a esta Condessa, e a este seu filho com ella, e lhe fez tornar todo-los bens, que avia de seu Patrimonio*”. A condessa D. Maior de Portocarreiro tinha regressado com seu filho. Nuno Silva Campos, no seu estudo sobre o primeiro capitão de Ceuta, vem a notar que já em 8 de Fevereiro de 1387, D. João I, numa atitude reconciliatória, havia doado à avó de D. Pedro de Meneses, D. Guiomar Lopes Pacheco de Vilalobos, a condessa velha de Ourém, todos os bens que tinham sido do seu marido, D. João Afonso Telo, tio da

rainha D. Leonor Teles e que bem sabemos ter perdido a vida em Aljubarrota lutando do lado de Castela.

O monarca confrontava-se com a necessidade imperiosa de tentar promover o convívio possível entre os exilados que regressavam e os seus sempre fiéis vassalos, sem que se entregassem a lutas fratricidas. O empenhamento solicitado a toda a nobreza para seguir junta, na expedição a Ceuta, que é atestado por Zurara ao relatar-nos o Conselho secreto de Torres Vedras, apoia a nossa convicção de que a empresa, para além de traduzir uma afirmação do poder régio, constituiu um projecto de reconciliação nacional, propiciador de um entendimento que a todos unisse naquele imperativo.

Outros acontecimentos, entretanto ocorridos, podem bem ter adensado a vontade de D. João. Um primeiro tem a ver com a morte, em 31 de Maio de 1410, de Martinho I de Aragão, sem deixar herdeiros directos, sendo que lhe viria a suceder o co-tutor do rei-menor de Castela, Fernando de Antequera, escolhido no Compromisso de Caspe, de 25 de Junho de 1412, deixando a regência que partilhava com D. Catarina de Lencastre, para assumir o seu reino, como Fernando I de Aragão. Também em Junho de 1412, a rainha D. Beatriz, filha de D. Fernando e de D. Leonor Teles, vendo que a sua pretensão ao trono de Portugal não tinha mais o apoio da corte castelhana se recolhera a um convento em Toro. Acontece que, ainda em 1412, faleceu D. Beatriz Pereira de Alvim, como bem sabemos única filha e herdeira do condestável D. Nuno Álvares Pereira e casada, desde 1401, com D. Afonso, conde de Barcelos, filho bastardo de D. João I, correndo vozes, em Castela, de que se teria colocado como possível a intenção de recasar a rainha D. Beatriz com o filho mais velho do rei, como relata numa das suas cartas, o apelidado de «espião», Ruy Dias de Vega. A acreditar na informação, tal seria mais um embaraço para D. João I.

Se em D. João I se pressente um desejo de centralização do seu poder, atestado na decisão em restringir fortemente o domínio dos nobres, como bem se pode deduzir do que ficou escrito no capítulo LXIII da *Crónica do Condestabre*, e ainda no capítulo LVIII da mesma, em que tal se traduz pela resistência eficaz do monarca às pretensões da nobreza, que tinham conseguido cativar D. Nuno Álvares Pereira para seu procurador nas Cortes de Braga, de 1387, não é menos verdade que convinha a alguns nobres uma saída para a sua precária situação económica e financeira, que a passagem a Marrocos podia solucionar. Quanto aos mercadores a informação não escasseia. No capítulo XXXIV da *Crónica da Tomada de Ceuta* é referido pelos embaixadores granadinos que os naturais daquele reino costumavam vir a Portugal com as suas mercadorias, e os mercadores portugueses frequentavam Granada como se dela fossem naturais, ao que D. João I respondia não haver razão para assim deixar de acontecer. O comércio com Marrocos vem bem explicitado no capítulo LXXXI da *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* onde se pode ler que os Mouros, quase todos os anos, compravam a fruta do Algarve com moeda de ouro, e que os navios portugueses visitavam regularmente os portos marroquinos. Sabemos bem, porque alguns historiadores o afirmam com provas, tal é o caso de Vitorino Magalhães Godinho, que em anos de escassez no reino de Fez os mercadores portugueses chegavam mesmo a ir aos portos da Flandres, da Inglaterra e da Bretanha comprar cereais para os venderem aos mouros com lucros avultados, como acontecera em 1414.

Às considerações anteriores acresce a nomeação, em 10 de Maio de 1413, do franciscano Frei Aimaro de Aurillac, confessor da rainha D. Filipa de Lencastre, para bispo de Marrocos, a pedido de D. João I, no ano anterior (dois outros documentos papais, ambos datados de 5 de Março de 1421, vêm a criar a diocese de Ceuta, para ela transferindo, como seu primeiro bispo, durante a presença portuguesa na praça, aquele mesmo prelado).

III – CONCLUSÃO

Zurara terminou, em 1450, a sua *Crónica da Tomada de Ceuta*, por muitos considerada a terceira e última parte da *Crónica de D. João I*, escrita a pedido de D. Afonso V para aureolar a figura do seu avô, primeiro rei da nova dinastia, dita de Avis, evidenciando a sua superior capacidade na gestão dos destinos do reino, ou seja, reforçando a sua legitimação, mas também para dar suporte às ambições do jovem monarca em realizar iguais feitos em África. Nisso se empenhou o cronista com a pujança dos seus dotes, que lhe mereceram de Mateus Pisano o cognome de *Magnus Historiographus*, e que João de Barros viria a descrever como homem diligente, com estilo claro e vivaz, acrescentando que “*se alguma cousa há bem escrita das crónicas deste tempo, é da sua mão*”. Na verdade, o resultado tem vindo a ser considerado, o que pode bem chamar-se de *Crónica do Infante D. Henrique na Conquista de Ceuta*, já porque tal correspondia, igualmente, a um desejo de D. Afonso V, já porque aprazaria ao Infante, que estava vivo e se mostrara disponível para ajudar Zurara a relatar o sucedido. A aura de D. João I, depois da tomada de Ceuta, correu a Europa, e as suas qualidades de rei exemplar foram reconhecidas pela Santa Sé. Na bula *Sane charissimus*, de Martinho V, dada em Constança a 4 de Abril de 1418, onde ainda se encontrava reunido o concílio e nele participava uma delegação portuguesa (recebida solenemente em 5 de Julho de 1416), D. João I é considerado pelo papa “*rex, catholicae fidei pugil et athleta fortissimus*”. Concedida durante a realização daquela reunião magna da Igreja, é-nos possível adivinhar o impacto de um tal elogio. No mesmo dia, Martinho V expediu duas outras bulas com destino a Portugal – a *Rex regnum*, pela qual prescreve o reconhecimento ao reino português da praça de Ceuta, confere o domínio de todos os lugares que se viessem a conquistar ao rei de Portugal e aos seus sucessores, e ordena às autoridades eclesiásticas a pregação da Cruzada durante todo o tempo de vida de D. João I, para além de exortar todos os reis, senhores e homens livres cristãos a tomar armas em auxílio do rei de Portugal; e a *Romanus pontifex* em que possibilita a elevação daquela a cidade, bem como da mesquita a sé catedral, recordando aos arcebispos de Braga e de Lisboa a instituição de um bispado em Ceuta. A permissão de se negociar com os Mouros será dada só uns meses mais tarde, a 3 de Julho de 1418, pela bula *Super gregem dominicum*. No ano de 1419, quatro novas bulas: duas dirigidas a D. João I, ambas datadas de 26 de Março, a *In apostolicae dignitatis specula* e a *Abeo qui humani*, concedendo aos moradores de Ceuta a eleição de um confessor para remissão dos seus pecados, por um período de sete anos; a *Decens esse videtur*, de 4 de Abril, e a *Cum omni virtutum exercitio*, de 28 de Setembro, dirigidas a todos os fiéis cristãos para que prestem auxílio e favor ao rei português na sua luta contra os mouros, na seqüên-

cia do forte cerco sofrido por Ceuta, que obrigou D. João I a enviar uma armada, com novos custos avultadíssimos. Em 2 de Junho de 1420 são expedidas duas outras bulas: a *Quia dilatationem*, para mais uma vez se contribuir com os meios que permitissem o reforço da defesa da cidade, e a *In eminentia specula*, em resposta a um pedido do Infante D. Pedro, autorizando a construção de um mosteiro franciscano em Ceuta. O papa, como podemos avaliar por todas estas bulas, tinha uma preocupação especial no sentido de que Ceuta pudesse permanecer bem defendida, tal era a importância reconhecida a este baluarte cristão, implantado no seio do Islão, a par da vigilância sobre o Estreito, que importava a toda a Cristandade nas suas relações comerciais com o Mediterrâneo.

Em 1415, a tomada de Ceuta, representa, quanto a nós, uma inevitabilidade estratégica da política de D. João I, se bem que consista num primeiro momento da Expansão Portuguesa. Passados uns anos, “*e ainda na órbita de Ceuta, depois do seu descerco, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira atingem Porto Santo em 1419, para no ano seguinte, e já com Bartolomeu Perestrelo, se introduzirem na ilha da Madeira*”, como bem aponta Maria Helena da Cruz Coelho. A chegada a Porto Santo daqueles dois navegantes, ambos pertencentes à Casa do Infante D. Henrique, deve-se ao acaso, muito embora represente o início dos Descobrimientos Portugueses, que assim se acolhe à serendipidade. A empresa de Ceuta, em conclusão, consistiu, para nós, um projecto de reconciliação nacional, afirmação do poder régio e legitimação da nova dinastia – construir uma armada, ultrapassar um estreito e tomar uma cidade, para salvar um reino. Mas permita-se-nos terminar com Camões, ao exaltar «O de Boa Memória»:

Não sofre o peito forte, usado à guerra,
 Não ter immigo já a quem faça dano;
 E assi, não tendo a quem vencer na terra,
 Vai cometer as ondas do Oceano.
 Este é o primeiro Rei que se desterra
 Da Pátria, por fazer que o Africano
 Conheça, polas armas, quanto excede
 A Lei de Cristo à Lei de Mafamede.

Eis mil nadantes aves pelo argento
 Da furiosa Tethys inquieta,
 Abrindo as pandas asas vão ao vento,
 Pera onde Alcides pôs a extrema meta.
 O monte Abyla e o nobre fundamento
 De Ceita toma, e o torpe Maometa
 Deita fora, e segura toda Espanha
 Da Juliana, má, e desleal manha.

Os Lusíadas, Canto IV, 48-49

O CONDICIONALISMO FÍSICO DO ESTREITO DE GIBRALTAR E A EXPEDIÇÃO A CEUTA

José Malhão Pereira

Introdução

A conquista de Ceuta, que envolveu um elevado número de meios navais operando numa zona marítima de características muito peculiares, só terá tido êxito, na minha opinião, porque o planeamento do assalto a uma cidade portuária fortificada, o tipo de navios empregues na missão e as decisões táticas tomadas durante a sua execução, foram as mais adequadas às características físicas, hidrográficas e meteorológicas da área.

De facto, as características físicas do Estreito de Gibraltar, que liga o Mediterrâneo ao Atlântico (ver figura 1), com um comprimento de pouco mais de 30 milhas, e largura de cerca de 7 milhas na sua parte mais estreita (entre Tarifa e a costa Africana a sueste), com costas alcantiladas e importantes massas continentais geradoras de instabilidade atmosférica, tanto na meseta Ibérica como no Norte de África, tornam as condições de navegação na sua área, para veleiros e navios a remos, extremamente difíceis.

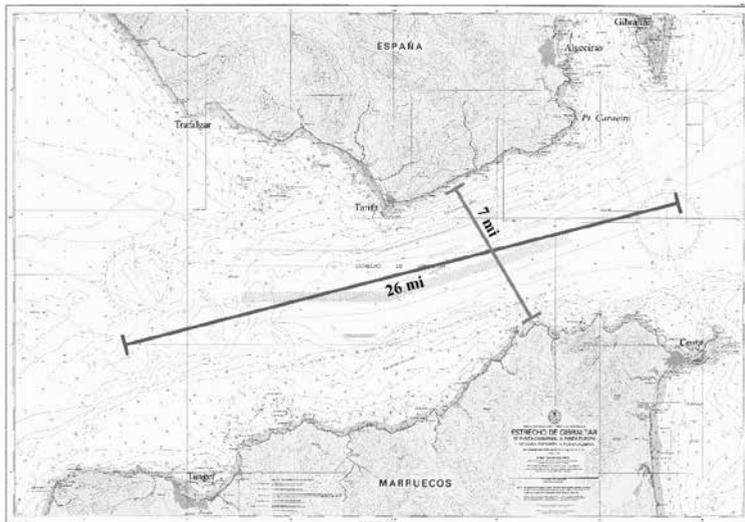


Fig. 1. Carta hidrográfica atual do Estreito de Gibraltar.
Assinalados os pontos mais conspícuos.

Note-se que as costas Europeia e Africana do lado oeste do Mediterrâneo, são também entre si estreitas em relação a todo o leste deste Mar, sendo como que um prolongamento do Estreito de Gibraltar. Ver figura 2.



Fig. 2. A parte oeste do Estreito correspondente também a um afunilamento das suas costas.

O meu objetivo será o de analisar inicialmente e com algum detalhe, as condições físicas da área, nomeadamente os ventos e as correntes dominantes, os abrigos proporcionados pelos fundeadouros e respetivas características hidrográficas, e as características físicas das costas africana e europeia.

Depois desse estudo, far-se-á uma reconstituição gráfica da expedição, tendo em conta as características dos navios e as condições de vento e mar encontradas. De facto, todas estas operações se efetuaram com navios de vela e de remo, cujas condições de navegação e manobra não são idênticas.

Isto permitirá, não só tirar algumas conclusões imediatas sobre o modo como se executou, em princípios do século XV, um assalto anfíbio de tão elevada envergadura, como também proporcionará aos estudiosos da matéria outros factores para reflexão e estudo.

Basear-me-ei, neste estudo, em publicações náuticas da especialidade e ainda na minha experiência pessoal, visto que conheço muito bem o Estreito de Gibraltar, que atravessei nos dois sentidos por mais de duas dezenas de vezes, a bordo de veleiros familiares e acompanhado pela minha Família¹.

A *Crónica* de Zurara será naturalmente a minha fonte histórica principal², sendo o excelente estudo histórico-militar de Loureiro dos Santos um guia permanente³.

¹ De facto, durante cerca de 40 anos, a nossa família de cinco elementos, teve oportunidade de navegar no nosso veleiro no Mediterrâneo, pelo que se atravessou o Estreito de Gibraltar cerca de três dezenas de vezes. Foram portanto escalados com frequência os portos de Tárfia, Barbate de Franco, Gibraltar, Algeciras, Ceuta e Al Mediq, entre outros.

² *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I, Composta por Gomes Eannes de Zurara*, ed. Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

³ José Loureiro dos Santos, *Ceuta, 1415. A Conquista*, Lisboa, Tribuna da História, 2004.

Ventos e correntes no Estreito de Gibraltar

De ambos os lados do Estreito, as costas são alcantiladas e tinham à época, os importantes portos de abrigo de Tarifa, Algeiras e Gibraltar, do lado Europeu, e Tanger, e Ceuta do lado Africano (Ver ainda a figura 1). O fundo tem a secção em U, e na sua parte central quase atinge os mil metros, como se mostra na imagem, que corresponde a uma carta hidrográfica recente. O vento que sopra no Estreito, devido às suas características físicas, só tem praticamente duas direcções possíveis: Oeste ou Poente ou Leste ou Levante. Vejamos o seu comportamento médio, recorrendo a um programa de computador atualmente muito popular, auxiliar dos desportistas náuticos, o *Windguru*.

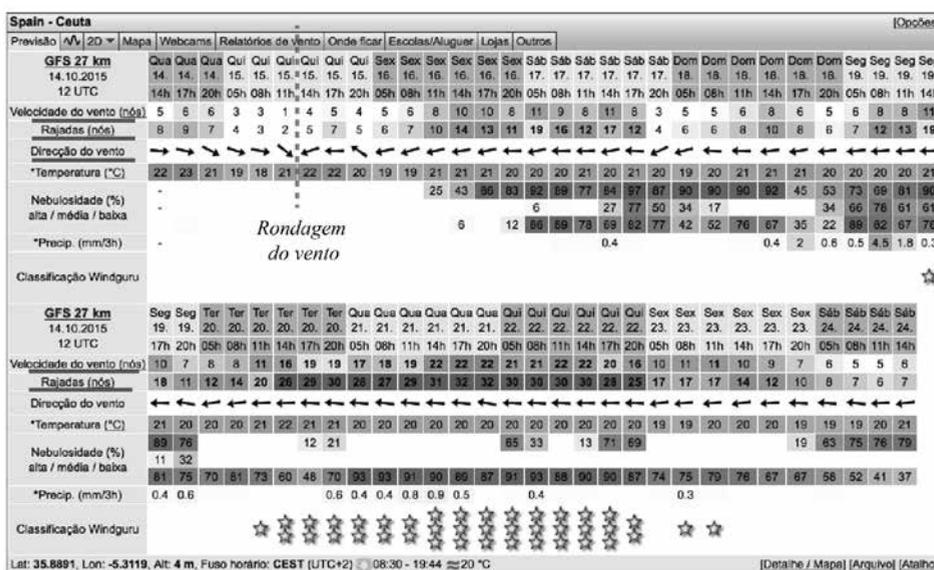


Fig. 3. Previsão da direcção e intensidade do vento em Ceuta nos dias 14 a 24 de Outubro de 2015. Note-se que o vento ronda (bruscamente), de poente para levante no dia 15.

Veja-se na imagem (fig. 3), uma previsão para 10 dias e para Ceuta de vários elementos meteorológicos, de 14 a 24 de Outubro deste ano, fornecida em dois blocos horizontais de 5 dias cada um, e analisemos apenas a informação sobre o vento, que está sublinhado a encarnado. Note-se que cerca do meio-dia do dia 15 o vento que soprava de Oeste (Poente na gíria local), passou a soprar de Leste, ou Levante, pouco tempo depois. Note-se ainda, que durante os restantes dias do período, o vento se manteve de levante.

Spain - Tarifa (wave: NWW3 50 km 14.10.2015 12 UTC)		[Opções]																														
Previsão	NW	2D	Mapa	Webcams	Relatórios de vento				Onde ficar	Escolas/Aluguer			Lojas	Outros	WG spot																	
GFS 27 km 14.10.2015 12 UTC		Qua	Qua	Qui	Qui	Qui	Qui	Qui	Sex	Sex	Sex	Sex	Sex	Sáb	Sáb	Sáb	Sáb	Sáb	Sáb	Dom	Seg	Seg	Seg	Seg								
		14h	17h	20h	05h	08h	11h	14h	17h	20h	05h	08h	11h	14h	17h	20h	05h	08h	11h	14h	17h	20h	05h	08h	11h	14h	17h	20h	05h	08h	11h	14h
Velocidade do vento (nós)		9	11	5	1	1	1	1	0	8	9	11	16	16	16	16	17	17	16	13	13	10	8	9	9	10	7	9	11	11	11	14
Rajadas (nós)		12	13	6	2	2	2	2	3	2	10	12	17	22	24	25	29	28	24	22	19	15	11	13	13	13	8	13	17	19	19	25
Vento corrig. (nós)		11	13	6	1	1	1	1	0	11	13	17	24	25	25	26	25	23	20	19	15	12	13	14	15	10	14	16	17	17	21	
Direção do vento		→	→	→	→	→	→	→	→	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	
Ondulação (m)		0.7	0.7	0.7	0.5	0.5	0.4	0.4	0.4	0.4	0.4	0.5	0.7	0.8	0.9	1.1	1.2	1.2	1.3	1.3	1.4	1.9	1.7	1.5	1.4	1.3	1.4	1.4	1.3	1.4		
Período da vaga (s)		6	5	5	16	15	15	14	14	13	13	13	11	4	4	5	6	6	6	7	7	9	9	9	9	9	8	8	8	8	8	
Direção da vaga		→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	
*Temperatura (°C)		22	22	20	19	19	20	22	22	20	19	19	21	22	21	20	20	20	21	21	21	20	20	21	22	22	20	20	20	20	21	
Nebulosidade (%) alta / média / baixa		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	54	77	67	85	88	86	92	97	93	90	90	91	92	18	44	82	78	84	92	
*Precip. (mm/3h)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19	48	65	59	64	64	
Classificação Windguru		☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	☆	
GFS 27 km 14.10.2015 12 UTC		Seg	Seg	Ter	Ter	Ter	Ter	Ter	Qua	Qua	Qua	Qua	Qui	Qui	Qui	Qui	Qui	Sex	Sáb	Sáb	Sáb	Sáb	Sáb									
		19h	20h	20h	20h	20h	20h	20h	21h	21h	21h	21h	22h	22h	22h	22h	22h	23h	24h	24h	24h	24h	24h									
		17h	20h	05h	08h	11h	14h	17h	20h	05h	08h	11h	14h	17h	20h	05h	08h	11h	14h	17h	20h	05h	08h	11h	14h	17h	20h	05h	08h	11h	14h	
Velocidade do vento (nós)		19	12	11	13	15	20	23	26	26	24	26	39	30	30	31	31	32	30	28	26	18	18	17	16	14	11	9	8	9		
Rajadas (nós)		30	19	22	24	27	31	35	37	38	35	36	40	42	42	40	41	42	40	39	37	28	28	24	23	21	15	12	11	-		
Vento corrig. (nós)		27	17	17	19	23	30	35	37	38	36	39	44	46	46	46	45	43	43	38	27	27	27	25	24	21	16	13	13	13		
Direção do vento		←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	←	
Ondulação (m)		1.5	1.6	1.6	1.6	1.7	1.9	2.2	2.3	2.7	2.6	2.7	2.9	3.1	3.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Período da vaga (s)		8	9	8	8	8	7	7	7	8	8	8	8	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Direção da vaga		→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	→	
*Temperatura (°C)		21	20	20	20	21	22	21	21	20	20	20	21	21	20	20	20	20	20	20	19	19	20	21	21	19	19	19	19	20	22	
Nebulosidade (%) alta / média / baixa		83	75	5	-	-	13	29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
*Precip. (mm/3h)		0.3	3.2	1.5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Classificação Windguru		☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	☆☆	

Fig. 4. Previsão da direção e intensidade do vento em Tarifa nos mesmos dias da fig. anterior. Note-se o brutal aumento da intensidade, apesar de os portos estarem separados por apenas 16 milhas. Note-se ainda a rapidez da rondagem do vento de poente para levante.

Veja-se agora a figura 4, referente a Tarifa, e observe-se que a rondagem do vento de poente para levante se deu à mesma hora, mas que a intensidade do vento poderá atingir, em alguns dos dias do período, quase 50 nós. Isto é devido ao facto de que Tarifa se situa na região mais estreita do Estreito e a imagem que apresento a seguir (fig. 5) de um outro interessante programa que dá informação sobre o vento em qualquer parte do globo⁴, e neste caso para o dia 6 de Novembro, mostra claramente o comportamento do mesmo, que se está a afunilar no Estreito de Gibraltar. As costas comportam-se como um tubo de Venturi.

⁴ Trata-se do programa *earthwind*, que dá, em tempo quase real (refresca a informação de três em três horas), a direção e intensidade do vento à superfície, em toda a terra. Ver <http://earth.nullschool.net>.



Fig. 5. Elucidativa imagem extraída do programa *earthwind* no dia 6 Nov. 2015 e correspondente à zona do Mediterrâneo que nos interessa, onde se vê o vento leste a afunilar ao passar pelo Estreito, aumentando de intensidade e orientando-se segundo as costas.

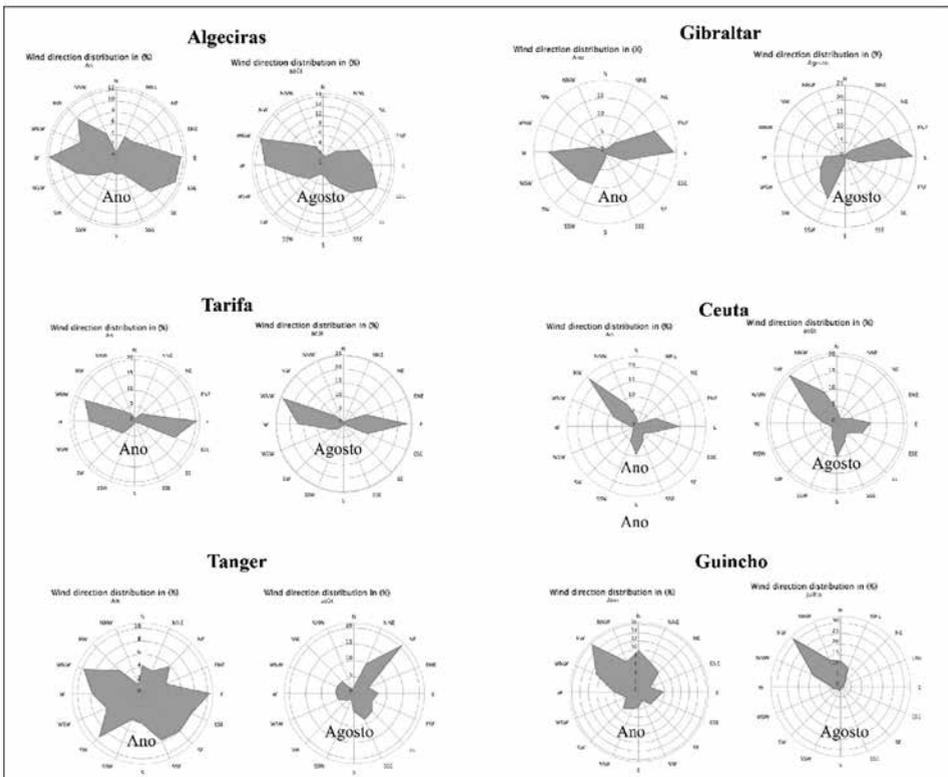


Fig. 7. Estatísticas da direção do vento nos portos que interessam ao nosso estudo, para o ano e mês de Agosto. Note-se que nos quatro portos de cima, os ventos são em média dos quadrantes Noroeste (poente) e quadrante Sueste (levante).

As duas imagens em Anexo I (correspondentes à figura 6), mostram a previsão para Ceuta e Tarifa para o período de 6 a 16 de Novembro, que abrange os dias em que estamos a colaborar neste importante Seminário. Veja-se que se manterá o Levante e que em Tarifa a sua intensidade média é quase dupla⁵.

Vejamos agora as estatísticas anuais da direção do vento (em diagrama polar), para o mês de Agosto relativas aos portos de Algeciras, Gibraltar, Tarifa e Ceuta, que são as áreas onde as operações navais se realizaram mais intensamente (fig. 7). Para comparação com dois portos que já não sofrem tanto da influência do Estreito, (um deles pouco e nada o outro), apresentamos as mesmas estatísticas respetivamente para Tanger e Praia do Guincho.

Notemos que nos primeiros três portos, o vento dominante para todo o ano, incluindo Agosto, é muito próximo das direções oeste e leste. No porto de Ceuta, o vento dominante por todo o ano é o NW, sendo mais frequente em Agosto. Esta predominância deve-se ao facto de que o vento Oeste ou poente, que sopra no Estreito, inflete para a direita nas proximidades de Ceuta, acompanhando a orientação da costa. O vento leste e sueste são menos frequentes. As estatísticas do vento em Málaga, muito importantes para este estudo, serão apresentadas oportunamente.

Confirmam-se portanto as informações iniciais sobre o comportamento do vento na área, que é em geral do Levante ou Poente, com velocidade muito mais intensa na zona mais estreita e com outro efeito importante, o de acompanhar, a sotavento, a curvatura das costas e o de soprar com muita intensidade nas baías montanhosas, especialmente na Baía de Ceuta com o Poente fresco, tendo um comportamento, nessas condições, muito semelhante ao que se passa na nossa conhecida costa de Sesimbra.

Quanto a correntes, é conhecido o facto de que o Mediterrâneo sofre uma intensa evaporação que não é compensada pela precipitação ou pelas descargas dos rios, pelo que há uma corrente permanente para leste no Estreito. Esta corrente é submarina, desloca-se a cerca de 150 metros de profundidade, mas não deixa de afetar as de superfície e as de maré, que associadas à orografia submarina provocam remoinhos violentos. Adiantemos para já que a informação atual sobre correntes tem como referência a hora da preia-mar em Gibraltar⁶. Os estudos efetuados permitiram elaborar tabelas das quais um exemplo se apresenta na imagem (fig. 8), onde as correntes estão representadas graficamente. Notem-se na imagem⁷ os vetores a vermelho, correspondentes à corrente superficial, sempre para leste e os vetores a azul, correspondentes à corrente de maré, de direção variável. Essas correntes são extremamente influenciadas pelo vento e também, naturalmente, pela idade da Lua (marés vivas ou mortas).

⁵ Temos tido oportunidade de, desde que este programa foi divulgado, observar no local as previsões anunciadas, e chegamos à conclusão que estão muito próximas da realidade. Muitas vezes por exemplo, verificamos que a rondagem do vento, o início da chuva, a variação da direção da ondulação etc., se dão conforme previsto com ligeiras diferenças em tempo (e nos outros fatores apresentados), que não costumam ultrapassara as 2 ou 3 horas.

⁶ Veja-se Colin Thomas, *The Straits Sailing Handbook*, Gibraltar, Ocean Marine Ltd, 1999.

⁷ Idem, p. 35.

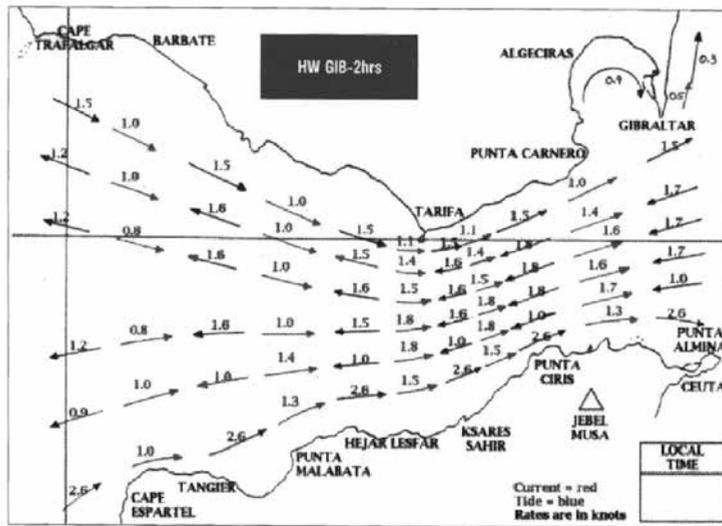


Fig. 8. Diagrama de marés e correntes no Estreito de Gibraltar. A referência é a hora da preia-mar em Gibraltar. Para obter a direção e intensidade da corrente em determinada área, basta somar algebricamente as velocidades apensas a cada vetor. Neste caso, duas horas antes da preia-mar em Gibraltar, são aditivas só junto à costa da atual Espanha.

Como se poderá ver na imagem obtida no programa *Starry Night*, posicionado para Gibraltar e para 12 de Agosto de 1415, início do período das operações entre Algeciras e Ceuta (ver Anexo II, fig. 9), a Lua, cuja idade eram 7,5 dias (marés mortas), está a passar no meridiano às 18.07, e que no dia 21 de Agosto, em Ceuta, e na noite do assalto definitivo a Ceuta, a Lua cheia passava no meridiano às 00.33, e seriam marés vivas (Anexo II, fig.10)⁸. Admitindo que o estabelecimento do porto são cerca de duas horas, a preia-mar em Gibraltar teria sido por volta das 8 da manhã do dia 12 de Agosto e cerca das duas da manhã de 21 de Agosto. Fiquemos para já com este raciocínio, que nos irá ajudar a perceber que corrente haveria na área nos dias da ação de ataque anfíbio à cidade.

Conjetura da derrota dos navios de D. João I de Lisboa a Algeciras

Depois destas considerações de ordem hidrográfica, meteorológica e física, analisemos as operações navais no seu aspeto náutico e meteorológico, começando por conjeturar a derrota da armada de D. João I. Durante essa conjetura gráfica e nas que se lhe seguirão, farei os comentários que me parecerem adequados. Note-se mais uma vez, que admito os dados fornecidos por Zurara como muito próximos da realidade e que as interpretações de carácter histórico-militar de Loureiro dos Santos serão uma referência permanente. A armada partiu de Lisboa a 25 de Julho de 1415 (ver fig. 11) e era cons-

⁸ Informações obtidas depois de introduzir no referido programa as coordenadas de Ceuta e a data e colocando a Lua no momento da passagem no meridiano do lugar.

tituída por navios de apoio logístico de grande porte e outros de menor tonelagem, e ainda de navios essencialmente de combate naval. Seriam então os da primeira categoria 88 naus, 4 cocas, 5 barcas e 120 embarcações de inferior tonelagem, e os da segunda, 15 galés e 5 galeotas. O total, andaria portanto, por 237 navios⁹. Não entrarei na discussão, possivelmente ainda existente, sobre a quantidade e qualidade da armada.

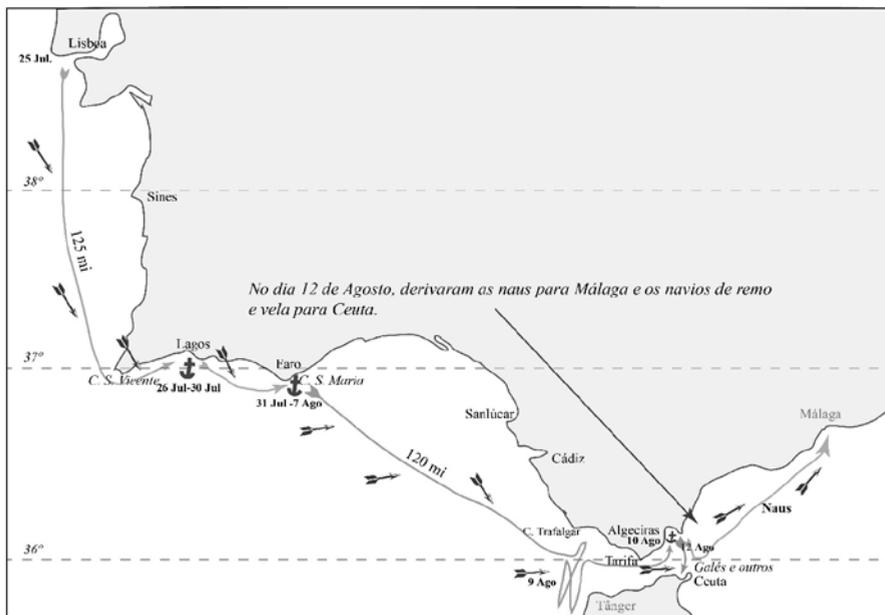


Fig. 11. Movimentos da Armada de D. João I desde a largada de Lisboa até à primeira tentativa de assalto à cidade.

Segundo Zurara o Rei “... levava a capitania das gallees, e o Infante Dom Pedro das naaos, leuamdo cada huú seu foroll pera rregimento das outras.”¹⁰. O cronista descreve também, com muito detalhe a organização administrativa da força naval.

Com vento favorável de noroeste, habitual naquela época do ano, toda a Armada percorreu sem novidade, as cerca de 125 milhas que a separavam de Lagos, fundeando frente a esta cidade na noite de Sábado, 26 de Julho de 1415, o que corresponderá a uma média aproximada de 4 nós, o que é coerente com as características da Armada, navegando em companhia. Ao dobrar o C. de S. Vicente, Zurara narra a homenagem feita às relíquias do Santo por toda a Armada¹¹.

A 31 de Julho passou-se a Faro, onde se permaneceu, devido à calmaria, uma semana fundeado. A 7 de Agosto, 4^a feira, largou para o Estreito, muito possivelmente à tarde, visto ser hábito que o poente que se segue à calmaria comece a soprar depois

⁹ Baseei-me nos números indicados por Loureiro dos Santos no seu trabalho. Ver *op. cit.*, p. 66.

¹⁰ Cf. *op. cit.*, p. 153.

¹¹ Cf. *op. cit.* p. 156.

das duas da tarde. Navegou-se em demanda da boca do Estreito com o vento favorável, o que é habitual na época, isto é, de sudoeste durante a tarde e princípio da noite e dos quadrantes de Norte durante a noite e manhã. Contudo o vento era fraco, terão havido calmas durante a noite, pelo que apenas a 9 de Agosto à tarde, as cerca de 120 milhas que separam Faro da boca do Estreito foram percorridas.

Aí, estando a soprar o poente, D. João I ordenou que se bordejasse à entrada do Estreito de modo a evitar que de terra vissem a Armada, e durante a noite, atravessou o Estreito, fundeando finalmente em Algeciras a 10 de Agosto.

Façamos aqui ligeira pausa para imaginar o que teriam sentido os habitantes de Tarifa, quando viram de madrugada parte da Armada desfilando frente à cidade, que de seguida foi coberta pelo nevoeiro. Quando o Sol rompeu, o nevoeiro levantou, e ficaram visíveis todos os navios, provocando da parte de um habitante, o comentário de que se “... *todallas árvores de Portugal fossem desfeitas em madeira, e todollos homes se tornassem carpinteiros, nam poderiam em toda sua vyda fazer tamanha multidão de navios...*”¹².

Movimentos da Armada antes da operação de assalto anfíbio à cidade

Nota prévia

Para analisar estes movimentos que são descritos pelo cronista de modo pouco claro nos seus aspetos náuticos e meteorológicos, teremos a necessidade de reter as seguintes ideias, que complementam as considerações de ordem física que foram expostas acima:

- na ausência de um *Regimento* para a missão ou de *Regimentos* para a hierarquia executiva da missão, que certamente teriam sido promulgados por D. João I, temos que nos socorrer dos ténues indícios deixados pelo cronista na sua narrativa, que nos permitirão compreender melhor o desenrolar da ação;
- atendendo às características náuticas das naus, aos ventos dominantes na área e às características físicas das costas, sempre que as mesmas naus sejam arrastadas para dentro do Mediterrâneo devido ao vento poente (partindo do meridiano que une Gibraltar a Ceuta), só de lá conseguirão regressar, quando o vento rondar para levante. De facto, estes navios não conseguiriam bordejar de modo eficiente, e como a corrente é predominantemente para leste (apesar de por ação da maré se poder inverter), o tempo que demorariam a chegar à zona de combate poderia corresponder a semanas, se entretanto conseguissem aproveitar algumas ligeiras variações da direção do vento e da corrente junto à costa da atual Espanha;
- as estatísticas do vento em Agosto em Málaga, mostram que o mesmo predomina do noroeste quando há poente na área (ver fig. 12).

¹² Cf. *op. cit.*, p. 167.

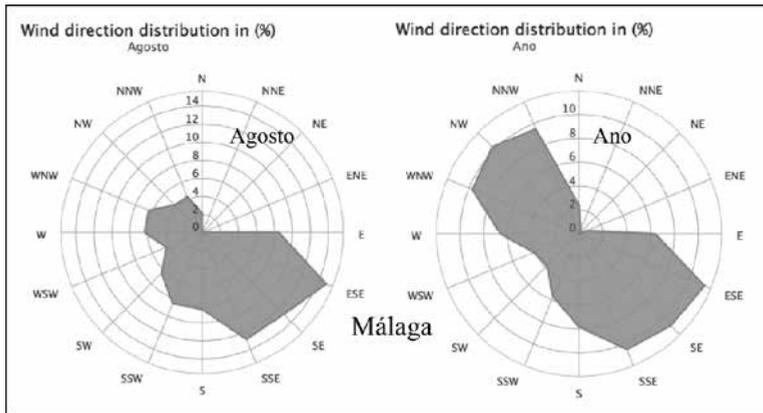


Fig. 12. Estatísticas do vento para Málaga. Note-se que o poente tem em média a direção noroeste, o que corresponde ao porto de Málaga dar abrigo.

Pela orientação da costa se nota (ver figura 15, mais adiante), que este porto abriga desse vento, facto que é confirmado pela informação dada pelo *Mediterranean Pilot*¹³.

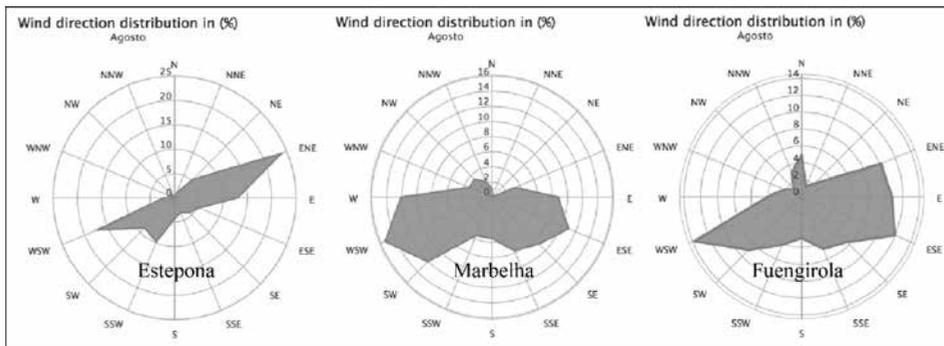


Fig. 13. Estatísticas do vento para Agosto, para três portos da costa de Espanha entre Gibraltar e Málaga. Note-se que o vento poente é predominantemente de sudoeste. Analise-se a figura 15, onde estes três portos estão assinalados e veja-se que os mesmos não dão abrigo ao poente, que tem a orientação média de sudoeste.

Em três dos portos atuais entre Málaga e a Ponta Europa, as estatísticas do vento em Agosto estão representadas na figura 13, e mostram que o vento poente nesse mês predomina de sudoeste, pelo que esses portos, dada a sua orientação física (ver a figura 15), não dão abrigo a esse vento, que sopra quase paralelo à costa provocando ondulação.

¹³ Ver *Mediterranean Pilot*, Vol. I, Strait of Gibraltar, South Coast of Spain, The Balearica Islands and the African Coast From Cape Spartel to Gulf of Gabes, Washington, Hydrographic Office, 1930, p. 101. Ver ainda a fig...., onde é nítido o abrigo provocado pela baía de Málaga.

- As estatísticas diárias de vento, as informações dos roteiros e a minha experiência pessoal, mostram que o vento, poente ou levante, cai normalmente ao entardecer, intensificando-se depois ao fim da manhã seguinte. Nestas circunstâncias, o melhor período para navios de remo com pano auxiliar efetuarem operações de busca de outros navios ou inclusivamente apoiarem operações de desembarque, é o noturno.

APPENDIX III
METEOROLOGICAL TABLES
GIBRALTAR
Latitude 36° 06' N., longitude 5° 21' W. Height above mean sea level, 65 feet (16.2 m.)
 [From the British Admiralty Sailing Directions]
 (Meteorological table compiled from 15 to 71 years' observation, 1803-1923)

Month	Pressure at mean sea level, reduced to 32° F. and latitude 45°		Air temperature										Relative humidity	Cloud amount scale, 0 to 10	Rain		Wind										Number of days gale	Number of days squally
	Mean		Mean daily		Mean monthly			Extreme		Average fall	Number of days	Maximum fall in 24 hours			Number of days	Percentage of observations from—												
	Inches	Fahrenheit	° F	° F	° F	° F	° F	° F	° F							° F	North	North-east	East	South-east	South	South-west	West	North-west	Calm			
																										Per cent.		
January	30.15	55	61	49	67	41	75	33	79	45	5.06	10	7.54	2.6	1	1	20	7	1	4	26	27	4	1	0.3			
February	30.12	56	62	50	69	43	81	33	77	4.9	4.22	10	4.29	3.6	0	0	30	10	1	5	28	28	3	1	0.1			
March	30.03	57	65	51	71	44	78	37	77	4.9	4.81	11	7.54	3.7	0	0	35	8	0	7	32	22	3	0.3				
April	30.00	61	67	54	76	48	87	43	76	4.0	2.68	6	5.80	3.5	0	0	38	10	0	6	30	24	3	0.1				
May	30.00	65	72	58	81	53	89	46	73	3.8	1.73	6	2.20	3.2	0	0	33	9	0	5	31	16	3	0.1				
June	30.06	70	76	63	87	57	97	49	71	2.7	1.77	2	1.77	2.2	0	0	34	11	0	5	28	18	3	0.1				
July	30.03	73	82	67	90	62	100	55	72	2.2	1.04	0.5	1.43	3.2	0	0	40	9	0	5	23	14	4	0.1				
August	30.03	75	83	69	91	63	100	57	72	2.6	1.12	1	1.89	3.1	0	0	44	8	0	4	24	12	6	0.0				
September	30.05	72	79	66	87	59	95	50	75	4.0	1.38	4	5.71	3.0	0	1	46	7	0	5	24	10	5	0.1				
October	30.03	66	72	60	81	52	95	44	77	4.4	3.31	8	5.44	3.0	0	1	37	7	0	9	23	15	4	0.2				
November	30.06	60	66	54	73	47	79	35	79	4.9	6.38	11	6.80	3.4	0	1	34	6	0	5	29	20	4	0.9				
December	30.12	56	62	50	69	42	77	30	75	6.3	5.59	11	5.89	3.4	1	1	32	6	0	4	29	27	5	1				
Mean Total	30.06	64	71	57	83	53	93	45	75	3.9	3.81	84	7.54	3.3	0	1	34	8	2	5	27	19	4	0.1				
Extreme values	30.00	79	89	74	100	60	100	30	70	1.5	0.30	0	7.54	4.0	0	0	46	7	0	5	24	10	5	0.1				
Number of years' observations	65-67	64-67	48	56-60	54-61	58-80	58-61	15	15-16	65-68	68-71	68					15-16				33-39	42						

¹ Adjusted to mean of 24 hours. ² Maximum fall during the 24 hours from one morning observation to the next.
³ Day with 0.3 mm. rain or more. ⁴ Mean of highest each year and lowest each year.
 Hours of observation, 7h., 12h. and 21h. G. C. T. Authority: M. S. data in British Meteorological Office.

Fig. 14. Tabelas meteorológicas para Gibraltar. Notem-se as estatísticas anuais do vento e as do mês de Agosto.

- Outro importante fator a ter em consideração é o de que a percentagem de calmas em Agosto é de 4%, segundo o *Mediterranean Pilot* já referido. Na tabela que desta publicação extraímos (ver Figura 14)¹⁴, verificamos mais uma vez que em Gibraltar o vento é predominantemente de Leste (34% do ano), ou de Oeste ou Noroeste (27+19 = 46 %), sendo como se disse as calmas apenas 4%. Isto significa que na área do Estreito há praticamente sempre vento, que ronda de leste para oeste muito rapidamente (rever as figuras 3 a 7), tornando difícil a permanência em segurança nos fundeadouros quando estes ventos se intensificam.

¹⁴ Cf. *Op. cit.* p. 353.

Primeira tentativa de assalto à cidade, de 12 a 14 de Agosto

Já em Algeciras, depois do conselho no dia 12, D. João I decidiu atacar Ceuta. Para isso, teve que dar ordem de suspender e percorrer as cerca de 17 milhas que separam a cidade do seu fundeadouro. Contudo, Zurara afirma que “... *sobreveu uma grande cerraçam, que fez grande ampacho a toda a frota pera governar dereitamente onde queria, e porque as correntes sam ali muy grandes, lançaram toda a frota das naaos caminho de Málaga afora huua em que hia Estevam Soares de Melo...*”¹⁵.

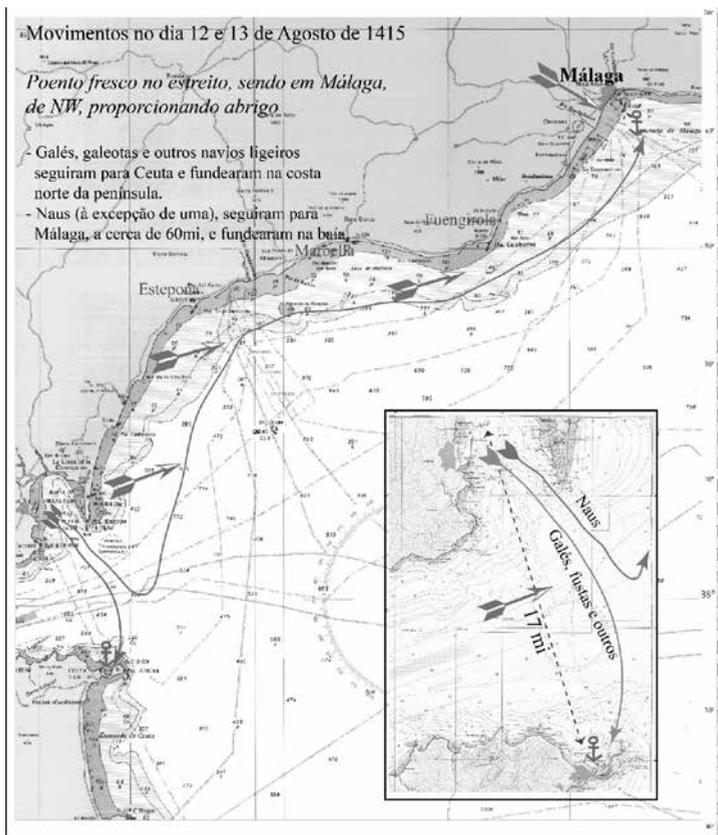


Fig. 15. Movimentos da Armada no dia 12 (e 13) de Agosto. Frota das naus, com D. Pedro, navegou para Málaga. Galés e outros navios de menor tonelagem, conseguiram atingir Ceuta, onde fundearam.

Diz ainda o cronista que as galés e fustas e outros navios pequenos conseguiram fundear frente à cidade do lado Norte. Portanto, Zurara refere claramente que foram as naus que seguiram para Málaga. A minha interpretação (ver figura 15), baseada nas

¹⁵ Cf. *op. cit.*, p. 169.

considerações anteriores, é a de que se estava num período de vento poente, que como se poderá ver pela análise da gravura terá permitido aos navios de remo, com pano latino auxiliar, e as embarcações mais ligeiras, cingirem-se mais ao vento. As naus, de péssima bolina, não conseguiram chegar a Ceuta, que lhes proporcionaria algum abrigo, e tiveram que virar em roda e seguir para o abrigo mais adequado, o de Málaga. Com poente fresco, a cerração é normal.

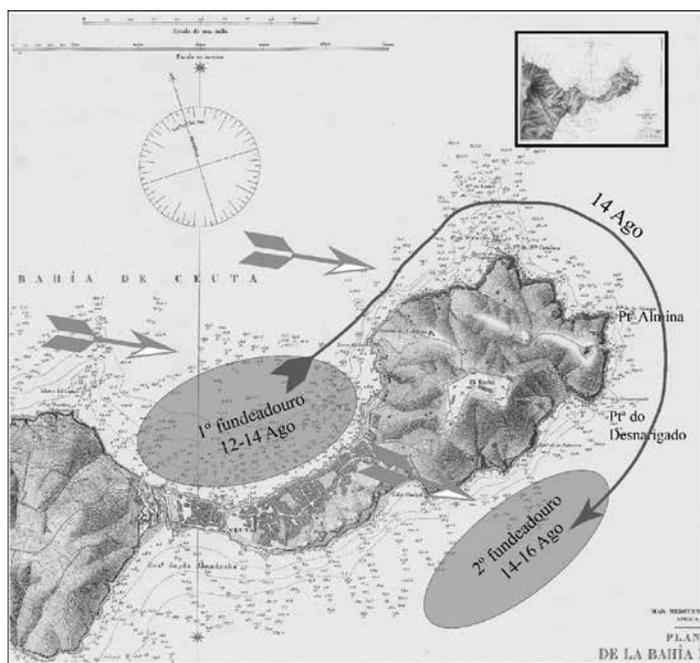


Fig. 16. Excerto de carta hidrográfica do século XIX da península de Ceuta (ver inserta a carta original). Sondas em metros. Assinalados os dois fundeadouros usados por D. João I com toda a armada, à exceção da frota das naus, comandadas por D. Pedro.

A corrente não seria tão forte como Zurara afirma, até porque, como vimos, não se estava em período de marés vivas. Contudo a corrente na atual Ponta Europa, e só junto a esta ponta poderia ser forte atendendo à análise que fizemos das correntes na área e ao diagrama apresentado na fig 8. Note-se que este diagrama foi escolhido de acordo com a hora de início das operações que teria sido cerca das 6 da manhã e a hora da preia-mar em Gibraltar nesse dia (8 da manhã)¹⁶.

¹⁶ De facto, e se o programa de astronomia não erra, a corrente na manhã de 12 de Agosto seria fraca ou nula na atual Ponta Europa. Admitindo que a preia-mar em Gibraltar foi cerca das 17 30 (1 hora depois da passagem da Lua no meridiano – estabelecimento do porto aproximado), que foi às 1633, como vimos, e da tabela correspondente aos períodos de cinco horas antes da preia-mar em Gibraltar. Veja-se também que os vetores vermelho e azul se opõem, e que a corrente até poderá ser de entrada no Estreito.

Vejam agora um excerto de uma carta hidrográfica do século XIX (fig. 16), da península de Ceuta, que nos mostra claramente sondas, a orientação das costas e a orografia do terreno¹⁷. Na mancha elíptica lá desenhada no lado Norte, está o fundeadouro usado no período de 12 a 14 de Agosto. Zurara narra em seguida os acontecimentos, tendo havido algumas escaramuças com os defensores da cidade, mas sem resultado palpável, até porque a D. João I faltava a importante frota de D. Pedro, que terá fundeado em Málaga.

Quanto à navegação para Málaga (a 60 milhas de distância, correspondentes a cerca de 10 a 12 horas de navegação), admito que a mesma se deva ao facto de os navios necessitarem de local para fundear em companhia, esperando pela rondagem do vento para leste ou lés-sueste, que lhes permitisse reunir-se aos restantes navios. D. João I deverá ter contratado pilotos experientes (ou eles à partida, faziam já parte das guarnições dos navios fretados, nacionais ou estrangeiros), que conheciam a área e que sabiam que Málaga era o melhor porto para o efeito. De facto, um *Pilot Inglês* de 1930, afirma que a enseada de Málaga tem excelentes condições de abrigo para o vento Poente. Além disso, a rondagem do vento para leste permitiria a reunião futura, que foi o que aconteceu por duas vezes.

Vejam-se também as considerações acima, na *nota prévia*, sobre Málaga. Consideramos que no eventual *Regimento* se terá previsto, dadas as condições físicas da área e o conhecimento que delas tinham o “Estado Maior” de D. João I, que quando soprasse o poente, que obrigaria as naus a dispersarem-se no Mediterrâneo, o porto de reunião seria Málaga.

De 14 a 16 de Agosto

No dia 14, como as condições piorassem no porto, que segundo a minha interpretação terá sido devido ao aumento da intensidade do vento poente, e tal como Duarte Pacheco preconiza, El-Rei mandou suspender, dobrar a Pt. de Almina e fundear do outro lado, como na figura 16 se indica, perto da atual Ponta do Desnarigado. Note-se contudo que Zurara dá como razão do movimento a vontade que D. João I tinha de esperar desse lado pelas naus, que estavam em Málaga. A nossa interpretação é o do aumento de intensidade do poente, que tornava o fundeadouro do lado norte insustentável sendo o do lado sul o que proporcionava abrigo.

Note-se que Duarte Pacheco, na primeira década do séc. XVI indica que “... *quando venta Levante, podem pousar as naus, de dentro de Almina, da banda da loeste, onde está uua praia; e chamam ali ‘o porto de El-rei’.* E pousarão nas vinte braças e estarão meia légua de terra, em fundo limpo. E ventando Ponente, podem pousar detrás de Almina, em outro

¹⁷ Note-se que na figura inserta, que corresponde à totalidade da carta, se poderá melhor apreciar, a oeste, as montanhas contíguas à península de Ceuta.

tal fundo, da banda do levante.”¹⁸. Estava-se, no dia 14 nesta última condição, visto que o poente teria aumentado de intensidade, e como, por exemplo afirma o *Mediterranean Pilot* já mencionado, “*Bahia de Ceuta [a costa Norte]..., affords no shelter for large vessels except from southerly to southeasterly winds, as fresh southeasterly winds cause a considerable sea, and with those from the westward there are heavy squalls from the mountains.*”¹⁹

Foi no dia 14 que D. João I ordenou ao Infante D. Henrique que chamasse as naus de D. Pedro, pelo que o Infante seguiu com a sua galé ao encontro da frota do irmão.

O que é de facto espantoso é como foi possível, de noite, encontrar o “farol” da nau do príncipe. Depois de contactado por D. Henrique, D. Pedro ordenou a toda a frota de naus que se apressassem para se reunirem à Armada, não havendo indícios da sua localização no texto de Zurara. Contudo, no mesmo texto de Zurara, se dá um leve indício da organização da Armada quanto a comunicações e coordenação de movimentos. Vejamos o seguinte excerto, correspondente ao período de preparação da Armada, em Lisboa:

*Ja o Iffamte Dom Pedro aaquelle tempo estaua na frota, como auelle que tijnha a capitania de todallas naaos. e assy tijnha a sua naao certo sinall, per que ouuesse de seer conhecida amtre todallas outras, ca leuaua huú gramde estemdarte, auamtajado de todollos outros, e huu foroll de noute segumdo custume. mas a capitania de todallas gallees era JelRey. E depois que o Iffamte Dom Hamrrique fallou aaquelles senhores, tornaromsse ambos os Iffamtes e comde pêra a frota, pemssamdo que a doemça da Rainha nom era aquella que depois pareço. ca loguo no dia seguimte o Iffamte Duarte mandou chamar os Iffamtes seus jrmaãos, fazemdolhe saber, como a Rainha sua senhora e madre sse sentia mujto mall.*²⁰

Entretanto Zurara conta, entre outros, o seguinte episódio: “*E os Iffantes ambos foramse em sua galle. E a sexta feira polla manham çedo hindo assi sua viagem, aconteceu que um peixe voando pollo ar...*”. Estávamos então já na sexta-feira, que era o dia 16, dois dias depois de D. Henrique ter ido na sua galé ao encontro de D. Pedro sendo natural que tal acontecesse, visto que as naus estavam em Málaga, a 60 milhas de distância da boca do Estreito. Admito que o encontro com D. João I se terá dado nesse dia ou no seguinte e que os acontecimentos que se seguem foram motivados pela rondagem do vento para levante, que se deve ter iniciado no dia 15. De facto, o cronista informa que:

“... sobreveo huua grande tormenta, pollo qual foi neçessario que se ElRey dahy partisse pera outra parte, porque o lugar era tal que a frota nam podia aly rreparair,..., e assi

¹⁸ Ver Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, ed. Damião Peres, 3ª ed., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1988, pp. 52, 53. Está Duarte Pacheco a informar claramente as condições físicas da península de Ceuta apesar de que a sonda indicada não serem coerentes com realidade. De facto, a distância a que a sonda de 20 braças se encontra da terra não se coaduna com a realidade física da península de Ceuta, conforme se poderá ver na carta hidrográfica que mais adiante se mostra.

¹⁹ Cf. *op. cit.*, pp. 93, 94. Sublinhado nosso.

²⁰ Cf. *op. cit.*, p. 123. Sublinhado nosso.

forom as gallees em muy grande prigo ao dobrar da ponta da Almina, e as naaos nam poderam tam asinha fazer sua volta. E andando assim rreparando ao mar abrandou a tormenta, e quando quiserom seguir a viagem das galles, que eram tornadas as Aljaziras onde primeiro esteuerom, lançouas a corrente a via de Malaga segundo ante fezerom.”²¹

Tudo leva a crer que o ancoradouro (onde muito provavelmente alguns navios andavam a pairar, beneficiando do abrigo do vento poente) se tornara inseguro por o vento ter rondado para levante. Terá sido este vento, que permitiu o regresso das naus de D. Pedro, entre os dias 15 e 16. De facto, como acima afirmámos, só levante permitiria o regresso das naus de Málaga.

A partir do dia 16 o cronista é mais uma vez pouco claro. Contudo, da transcrição acima se poderá depreender que as naus já estariam reunidas ao resto da Armada e que tiveram que fazer um bordo ao mar contra o sueste que soprou com violência, para não derivarem para a costa, enquanto que as galés, fustas e outros navios mais pequenos conseguiram, com dificuldade é certo, dobrar a ponta Almina, conforme decisão do Rei, que decidiu suspender, dobrar essa ponta e ir fundear em Algeciras.

Dado que depois se informa que “...abrandou a tromenta...”, e que as naus tiveram de seguir novamente para Málaga, somos levados a admitir que o vento Sueste rondou para poente, obrigando as naus a regressar a Málaga. Note-se que, como acima se justifica, as naus não regressariam a Málaga com vento levante. Estes movimentos estão esquematizados na figura 17.

De 17 a 21 de Agosto

Mais uma vez teve D. João I que enviar D. Henrique, na sua galé, buscar as naus. O cronista é pouco claro, mas admitimos que tenha sido na noite de 17 de Agosto que se iniciou a ação, tendo o Infante “... de noite...”, ouvido “... as vozes da companhia que vinha em huua naao...”.

Considero mais uma vez, que atendendo às condições de navegação na área expostas acima o vento teria rondado para levante, mas que sendo de noite seria muito fraco, permitindo à galé seguir para Málaga.

O que é verdade é que na narração de Zurara depreende-se que as naus conseguiram regressar, o que terão feito durante os dias 18 e 19 de Agosto e isso só aconteceria com levante, pelas razões acima expostas. O Infante, por ordem de El-Rei saiu de noite mais uma vez, para trazer naus, e com vento fraco ou nulo como é habitual na área, poderá ter aproveitado a propulsão humana. A Armada reuniu-se finalmente na Ponta Carneiro, pouco a sul de Algeciras mas já mais perto de Ceuta, como a figura inserta ilustra.

²¹ Cf. *op. cit.*, pp. 175, 176. Sublinhado nosso.

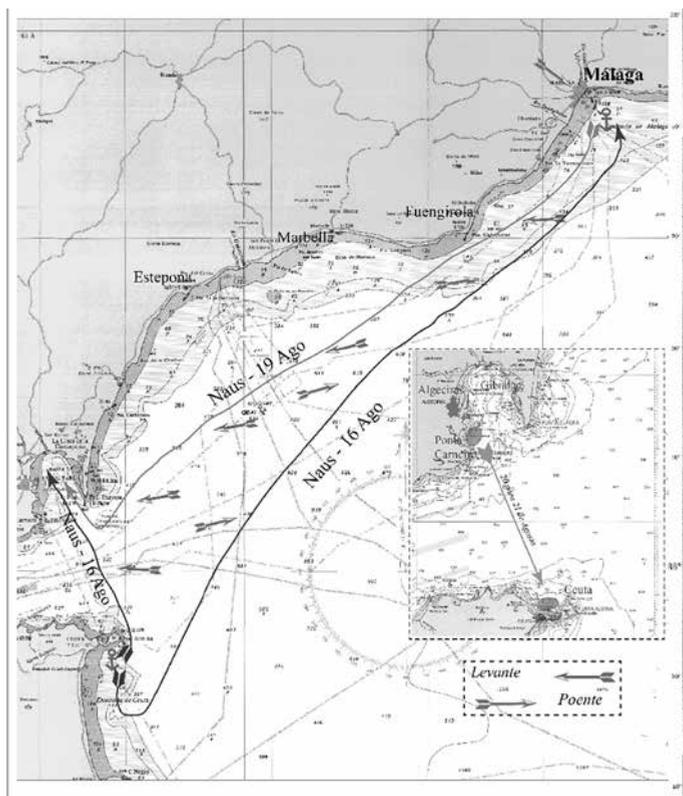


Fig. 17. Movimentos da Armada nos dias 16 a 19 de Agosto. Galés e outros navios de menor tonelagem fundearam em Algeciras, depois de dobrar a Ptª Almina com dificuldade, com levante. Notem-se os baixos a norte dessa ponta (vêem-se claramente na fig. 15).

Dia 18 para 19, regresso das naus de Málaga com poente, juntando-se ao restante da Armada na enseada da Ponta Carneiro.

Ataque a Ceuta

Dá-se então a 20 de Agosto a célebre reunião final, que tão bem descreve Zurara e os navios dirigem-se de noite para a cidade, em coluna, tendo D. João recomendado a D. Henrique que auxiliasse as naus para não derivarem para fora do Estreito. Essa recomendação é muito importante e reveladora das qualidades de chefia de sua Majestade. Veja-se o seguinte excerto da Crónica correspondente às instruções que D. João I dá para o assalto final: “*Outrossi disse elRey, porque a corremte nom aja lugar de nos lamçar as naaos caminho de Mallega, como ja fez duas uezes, terees maneira de leuar uossas gallees per tall hordenamça, que posto que alguú dos nauios de nossa companhia queira escorregar per força da corrente, que nom aja lugar de correr mais auamte.*”²²

²² Cf. *op. cit.*, p. 187. Sublinhado nosso.

A armada fundeou no lado Norte do istmo de Ceuta, devendo o vento ser muito fraco e Poente. Note-se que o poente cai à noite, tendo muito certamente sido a decisão de suspender de noite a mais acertada. Como vimos, também a Lua estava cheia nessa noite, outro factor para a decisão de largar de noite. As complexas manobras de suspender terão sido muito auxiliadas pelo Luar.

Atendendo aos objetivos desta minha comunicação, e dado que nunca compreendi muito bem como foi possível fundear um tão grande número de navios em espaço tão curto, tive o cuidado de colocar à escala, em locais onde as sondas o permitem, todos os tipos de navios empregues nesta grande operação anfíbia. Usei para o efeito o plano hidrográfico constante da figura 16, já anteriormente mostrado. O estudo foi feito como a imagem documenta, dando a cada tipo de navio a área que ocupará de acordo com o seu diâmetro de giração, quando fundeado.

Contudo, atendendo a indícios dados pelo cronista (que apresentarei abaixo) e ainda ao facto de que, em espaço tão reduzido, seria conveniente que os navios maiores, quando fundeados, reduzissem o seu raio de giração, dados os fundos elevados nas áreas mais a norte do fundeadouro, como se poderá verificar pela análise da carta. Por isso o uso de um segundo ferro seria aconselhável. E tal terá sido concretizado pelos marinheiros de D. João I.

Veja-se o seguinte excerto da *Crónica*, correspondente à largada da Armada para Portugal a 2 de Setembro:

*Os nauios que auiam de partir, eram ja todos prestes, e huos tijham as uergas altas e soamente estauam sobre huúa amcora, e outros amdauam ja aa uella. E tamto que elRey foi demtro na gallee, mamdou fazer sinall com suas trombetas, per que todollos outros nauios desfálldrassem suas uellas seguimdo sua uiagem, na quall cousa foi posta pequena deteemça. e assy começaram todos demcaminhar com muy grande prazer caminho do Algarue...*²³

A imagem final é a que se apresenta na figura 19 no Apêndice III. Fiz os possíveis para que lá estejam os 237 navios, que serão mais nitidamente visíveis na ampliação da imagem no Apêndice IV. Aqui se poderá compreender o espanto dos habitantes de Tarifa!

Conclusões

O desenrolar das operações é conhecido e está sobejamente estudado. Quero apenas, depois de fornecer estes breves subsídios para um estudo mais profundo desta ação militar naval, alguns comentários, sugestões de âmbito náutico, geográfico e histórico relacionados com a operação e tirar algumas conclusões. Considero que o facto de ter alguma experiência de mar em veleiros e de participação em operações anfíbias, possa ser útil aos historiadores.

²³ Cf. *op. cit.*, pp. 225, 226. Sublinhado nosso. Se os navios "... soamente estauam sobre huúa ancora..." é porque já tinham içado a outra.

- Falei pouco na ondulação no Estreito. Contudo a mesma só se faz sentir muito curta e cavada, quando vento forte sopra contra corrente forte, sendo também muito desagradável, especialmente para pequenas embarcações, a agitação provocada pelos violentos remoinhos. A minha Família bem os conhece. A falta de agitação marítima violenta notou-se no comportamento físico de D. João I, que nunca enjoou durante a operação. Talvez a tensão provocada pela imensa responsabilidade que caía nos seus ombros evitasse que sua Majestade, que enjoava numa viagem da Moita para o Cais da Ribeira, nunca tivesse a oportunidade de exercer essa tão digna atitude, da qual não me excludo também!
- Considero admirável o modo como foi organizada a Armada, em todos os aspetos logístico e operacional. Não compreendo muito bem como foi possível comandar frotas de diversas categorias e procedências, guarnecidas por pessoal estrangeiro, que apesar de muito murmurar não deixou de cumprir a sua missão. Suponho que D. João I já tinha em seu poder e obrigara os príncipes a estudar, o ATP1!
- O cronista fala em pranchas para o desembarque. Seria interessante aprofundar melhor quais as técnicas empregues para o desembarque. Aparentemente só as galés têm pranchas, que são mencionadas em pelo menos 4 locais da *Crónica*.²⁴
- O cronista descreve as operações anfíbias com pouco detalhe mas não deixa de falar, ainda no século XV, no estabelecimento de uma testa de ponte na praia, seguindo evidentemente a tática que D. João I executou.
- A ideia do monarca deixar aos habitantes da cidade uma possibilidade de fuga foi genial. Se os tivessem sitiado possivelmente passariam a sitiados.
- A escolha do fundeadouro anterior ao desembarque final (Ponta Carneiro), cerca de três milhas mais perto do objetivo, foi outra manobra tática acertada, porque permitiu poupar cerca de uma hora ao trajeto.
- Dadas, como vimos atrás, as dificuldades de navegação no Estreito, D. João I deve ter-se rodeado de marinheiros que o conheciam. Aliás já em séculos anteriores Portugal navegara na área em ações ofensivas, como bem documenta e analisa Saturnino Monteiro, no primeiro volume dos seus *Batalhas Combates*²⁵. Os movimentos da frota de navios redondos, onde vinham embarcados centenas de combatentes e futuros habitantes da cidade, foram exemplarmente resolvidas apesar das dificuldades provocadas pelo vento e correntes. Note-se que D. João I ordenou sempre a sua busca de noite, em navios a remos e vela, procurando um

²⁴ CF. *op. cit.* p. 187 - "... lamçarees logo uossas pranchas em terra, e sahirees o mais espachadamente que poderdes..."; p. 189 - "...uos me uerees primeiramente sabir polla prancha desta minha gallee..."; p. 199 - "...E estando assy o Iffante Dom Hamrrique com a prancha prestes..."; p. 203 - "E o Iffante Dom Hamrrique, porque tijna sua prancha alguú pouco afastada da terra..."; p. 208 - "comsijramdo como todos nom podiam caber na prancha, quiseram arremedar ho Iffante lamçamdosse em huú batell, foram tantos juntamente...". Todos estes cenários decorrem a bordo de galés.

²⁵ Ver Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Lisboa, VIII volumes, vol. I, 1985.

farol. O uso deste tipo de sinalização dos navios requeria algum estudo. O cronista afirma que D. Henrique viu de noite o farol do irmão. Haveria certamente faróis com características diferentes. Veja-se mais uma vez o excerto, acima, da página 123 da *Crónica*.

- As galés provaram a sua indispensabilidade na conquista de Ceuta, dadas as características físicas da área.
- Como poderemos ver na imagem, o fundeadouro teria fundos algo elevados e muita pedra. Contudo, não há notícias de problemas ocorridos com os navios. À exceção e um abalroamento referido por Zurara, outro tipo de acidente, avaria ou desastre náutico não é relatado e possivelmente não aconteceu ou não foi significativo, o que é deveras interessante. É notória a preocupação que D. João I teve em colher informações hidrográficas adequadas, sendo patente a sua clara noção da dimensão da armada que teria de comandar e da eventual exiguidade de espaço dos fundeadouros. Veja-se algumas das perguntas que fez aos seus “espíões” a quando do seu regresso: “...se aquella amcoraçom era sobre pedra ou sobre área, ou sobre bassa, ou se per uemtura era allí o mar tam alto que os gramdes nauios podessem amcorar preto dos muros da çidade, ou se per uemtura por aazo das marees ou corremtes seriam os nauios em alguí trabalho na emchemte ou uazamte da maree.”²⁶ Contudo, e como vimos, apesar de os seus navios terem sido “tresmalhados” duas vezes, D. João I decidiu aproveitar as condições meteorológicas favoráveis dos dias 20 e 21 de Agosto, e num só dia tomou a cidade. Até certo ponto fê-lo de surpresa, visto que Çala-ben Çala, vendo que a Armada se dispersara, pensou que não haveria ataque e dispensou grande parte dos reforços que anteriormente requisitara.
- A *Armada Invencível* foi vencida pela meteorologia. D. João I negociou com ela e ganhou. – D. João I demonstrou mais uma vez as suas altas qualidades de liderança, demonstradas não só no êxito da missão como também no estilo que deu à sua execução. As diferentes reuniões que promoveu e que exemplarmente dirigiu, e a sua humildade em perguntar a opinião dos seus colaboradores, aliada ao facto de que venceu bem quem tinha a responsabilidade da decisão, são dignos de um grande chefe militar.
- Gostaria de acentuar ainda que esta operação anfíbia bem sucedida e a manutenção futura do necessário equilíbrio político neste território, são de facto a primeira e última lança em África da Europa. E foi pelo Mar que a conseguimos.

Finalmente considero que talvez fosse adequado o estudo desta operação nos Cursos Superiores Militares, e que parafraseando uma importante personalidade política do passado recente, poderei dizer que *há mais vida além de Mahan*.

²⁶ Ver *Crónica*, p. 58.

Apêndice I

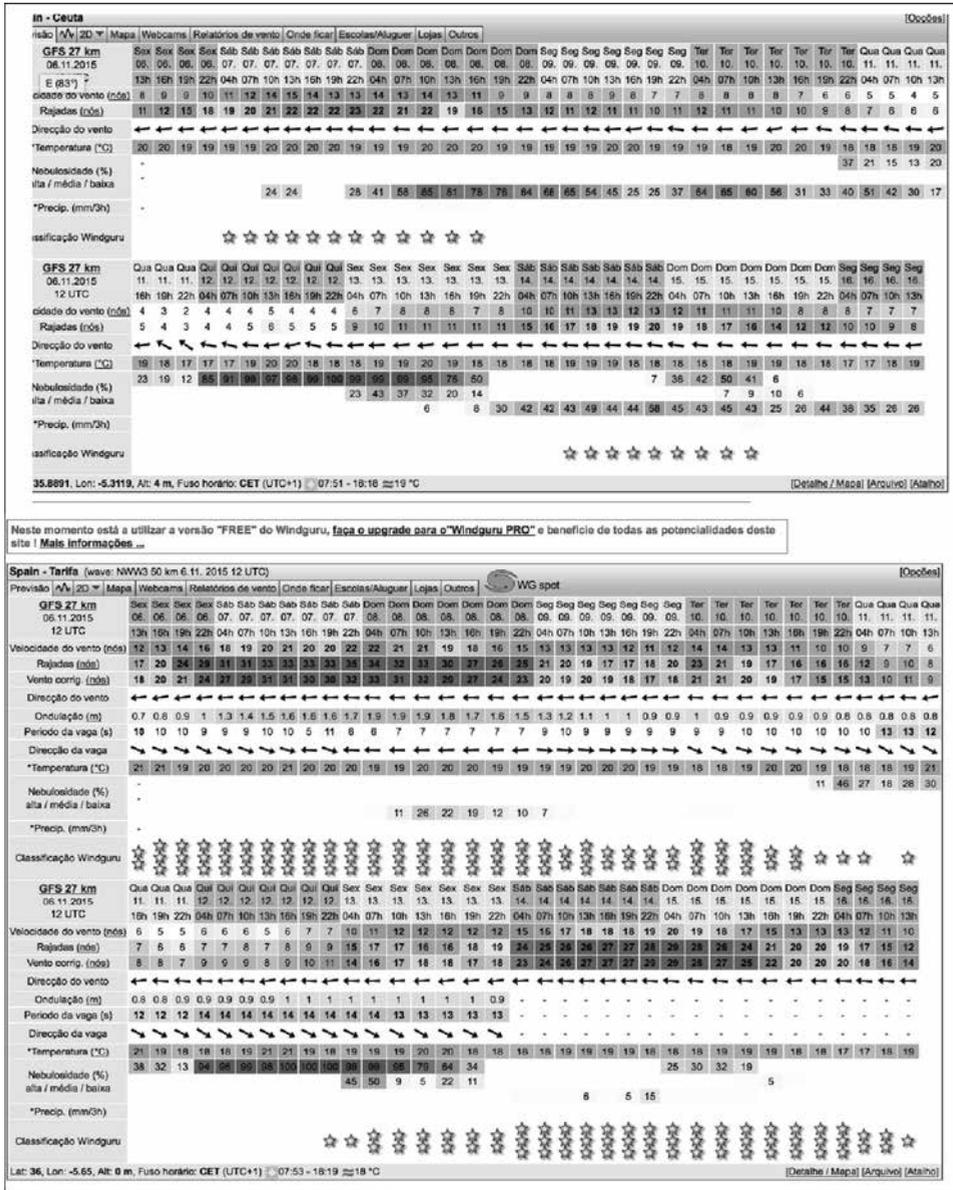


Fig. 6. Vento (e outros elementos meteorológicos) em Ceuta e Tarifa nos dias 6 a 16 de Novembro de 2015. Note-se a regularidade da direção do vento e o aumento de intensidade em Tarifa, a parte mais estreita do Estreito.

Apêndice II

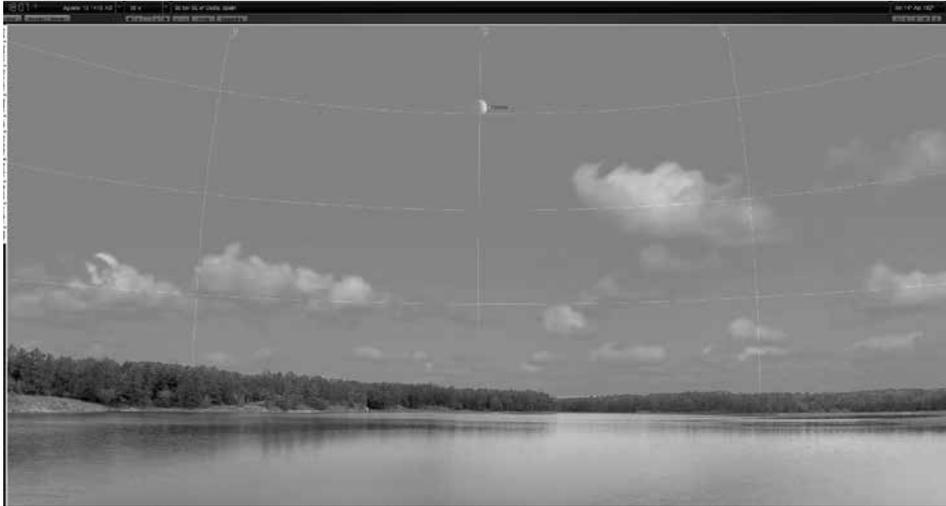


Fig. 9. Lua de 7.5 dias, passando no meridiano de Gibraltar em 12 de Agosto de 1415 às 18h07.

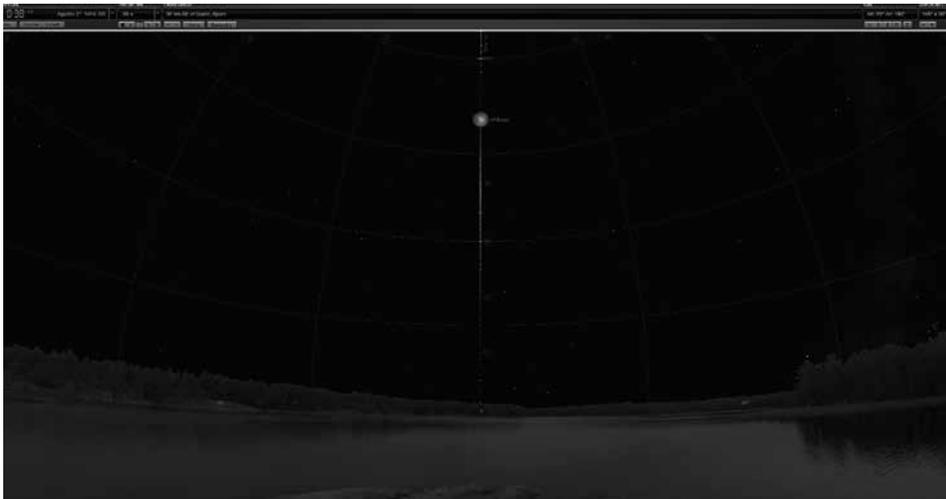
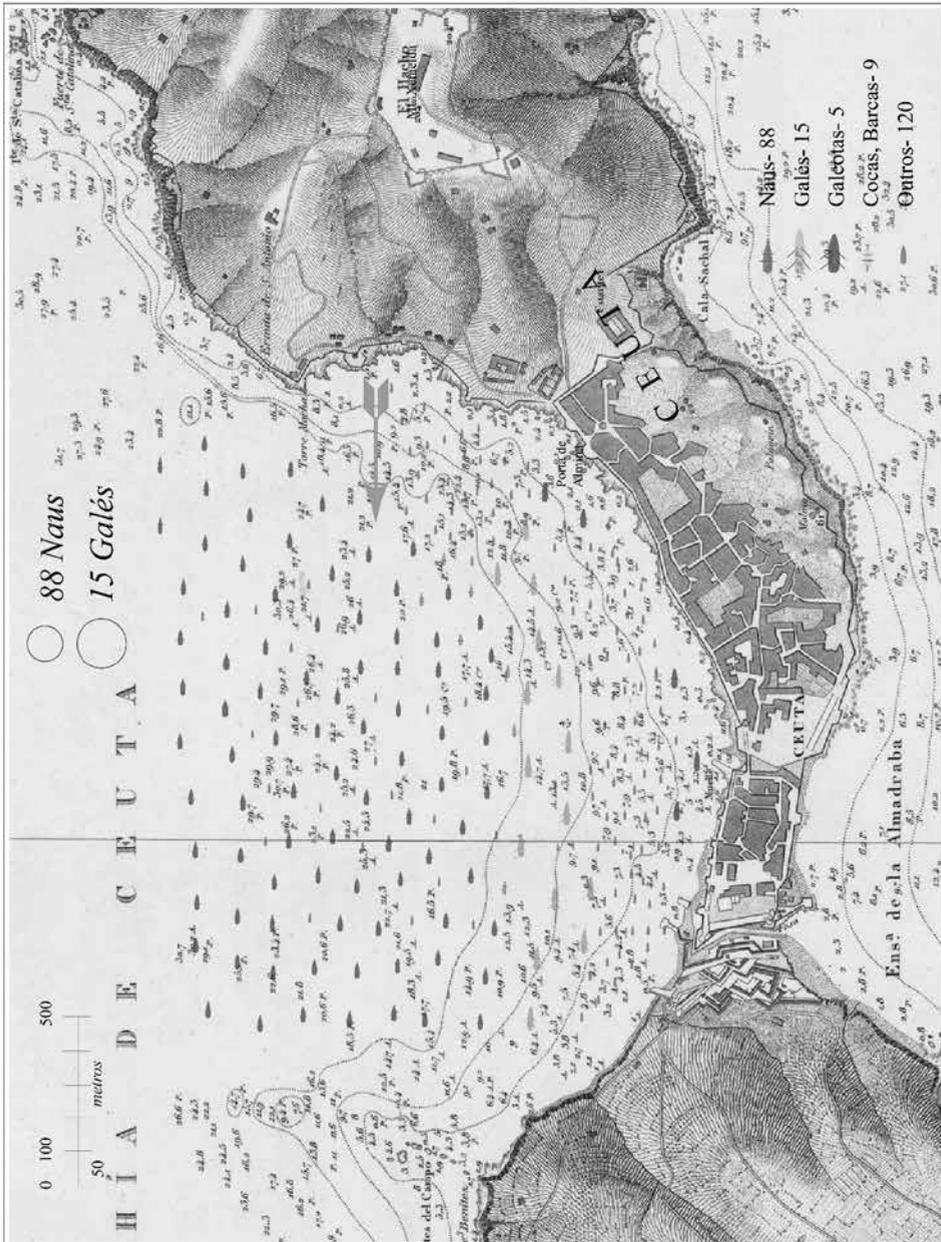


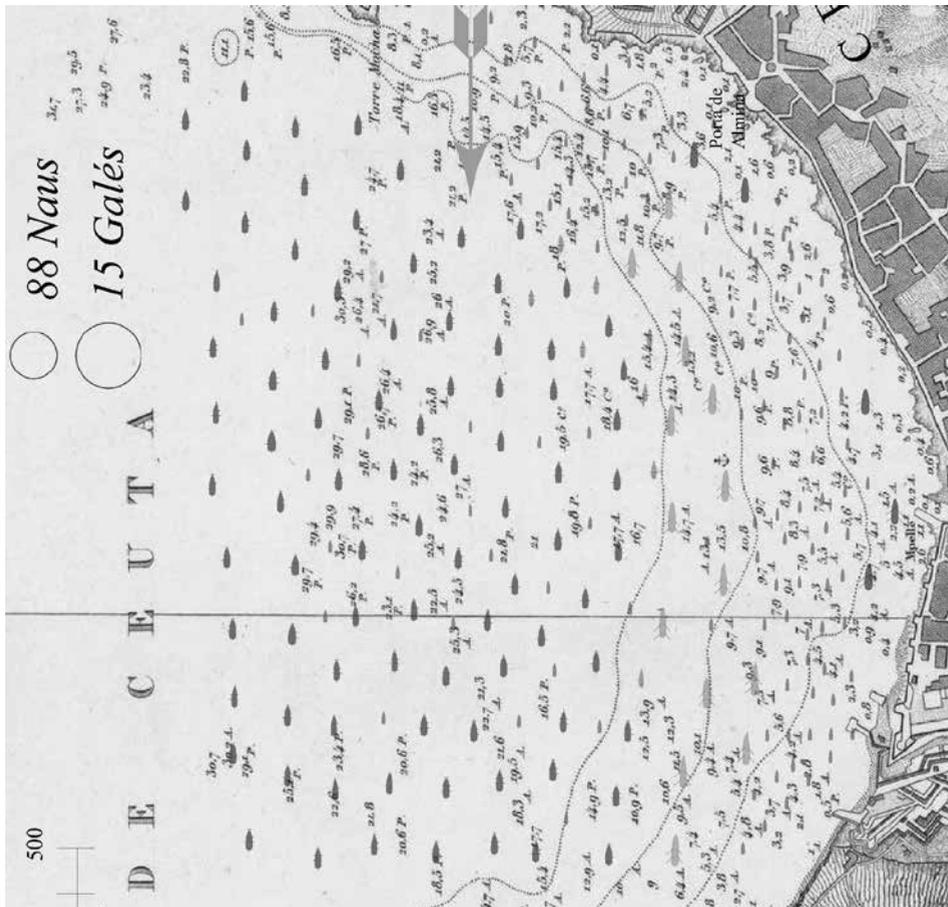
Fig. 10. Lua cheia pouco depois da meia-noite de 21 de Agosto de 1415, dia do assalto anfíbio a Ceuta.

Apêndice III



Apêndice IV

Ampliação da figura anterior, destacando a Baía norte de Ceuta, com as suas sondas, costas e com os navios fundeados da Armada de D. João I



PUERTOS, ABRIGOS Y FONDEADEROS DE CEUTA (SIGLOS XIV-XVI)

Fernando Villada Paredes

Durante la edad Media, especialmente a partir del siglo XI, Ceuta fue una de las principales ciudades del estrecho de Gibraltar.

Su puerto fue punto de partida tanto de las materias primas de su territorio como de las artesanías elaboradas en la propia ciudad. Sirvió también de rótula que articulaba circuitos comerciales mucho más amplios entre los puertos mediterráneos y los de la fachada atlántica magrebí. Dicho de otro modo, se convirtió en estos siglos en uno de los principales nodos del comercio entre el mundo musulmán y el mundo cristiano y viceversa.

Al amparo de este tráfico, atestiguado en múltiples fuentes escritas, su papel como escala para el tránsito de pasajeros es especialmente significativo, aunque no exclusivamente, en el paso entre la península Ibérica y el norte de África.

Pero el aprovechamiento de su entorno marítimo no quedó limitado a este rol de emporio comercial o de puerto de tránsito del estrecho de Gibraltar. Se manifestó asimismo en una actividad pesquera de notable intensidad destinada esencialmente al consumo local pero en parte también dedicada a la salazón y exportación y, en consecuencia, insertada en la actividad mercantil¹.

Todo ello generó una ciudad que, aunque integrada en los parámetros propios de la sociedad islámica medieval, desarrolló ciertas singularidades que se manifestaron en muy diversos ámbitos (político, social, urbanístico, cultural, religioso, etc.) (FERHAT, 1993).

Como no podía ser de otro modo una ciudad “*rica y muy hermosa*”, como la califica Zurara, despertó la codicia de las principales potencias regionales de cada momento. Por eso su defensa tuvo siempre una importancia capital. También en este aspecto los ceutíes hicieron del dominio del mar un pilar esencial para su subsistencia (CHERIF, 1996, pp. 99-108).

Con la conquista portuguesa de 1415 esta situación se vio alterada radicalmente. Aislada en un entorno hostil, despojada en consecuencia de lo que allí se producía y siendo imposible continuar cumpliendo el cometido de bisagra del comercio euro-africano parecería que su puerto estaba condenado a tener un papel secundario. No fue así ni mucho menos. Durante los siglos de dominio portugués el puerto fue para sus nuevos habitantes la vía principal de comunicación con la península Ibérica y en consecuencia fuente principal para el abastecimiento. Las rutas comerciales en los que partici-

¹ Abu Hamid al-Garnati señala que los judíos y los cristianos compraban el pescado, lo cortaban en tiras y lo salaban para transportarlo a países lejanos (GOZALBES, 2002, p. 274) y Zurara menciona unas *saleguas* en la costa sur de la Ciudad (ZURARA, 1915, p. 175). Sobre el papel del pescado en la alimentación de la Ceuta islámica véase HITA, VILLADA, 2012.

paba Ceuta en momentos precedentes se vieron modificados pero fueron sustituidos por otros ligados a Portugal y el sur de la península Ibérica principalmente. Además, el dominio del mar continuó siendo un elemento esencial de la defensa y propició el desarrollo de un lucrativo corso. También la pesca continuó cumpliendo un papel fundamental en la alimentación en este periodo.

A pesar de su importancia para la comprensión de la historia ceutí, el estudio de su puerto en estos siglos de tránsito entre la edad Media y la Moderna se encuentra sin embargo en un estado muy inicial aún. Esto se explica dado que exige una aproximación interdisciplinar que valore fuentes de información muy distintas (archivísticas, arqueológicas, cartográficas, etc.) que obliga a la formación de equipos de especialistas en campos de investigación muy diferentes que presten atención a los diversos aspectos (económicos, sociales, urbanísticos, etc.) en que se manifiesta su influencia. Exige además un profundo conocimiento de las dinámicas comerciales de aquellos otros puertos con los que Ceuta o bien intercambiaba productos o con aquellos otros con los que competía. Este objetivo excede en mucho los límites de este artículo. Por ello, en este caso, se abordará únicamente un aspecto puntual de esta amplia cuestión cual es el de la ubicación del puerto y de las instalaciones relacionadas con su actividad, incidiendo especialmente en presentar los vestigios documentados en los últimos años a través de la investigación arqueológica.

1. El marco geográfico

Ceuta se encuentra edificada sobre una estrecha península en la orilla sur del estrecho de Gibraltar, ensanchada a partir del siglo pasado a través de diversos proyectos en los que se ha ganado terreno al mar que han modificado notablemente la primitiva línea de costa².

Esta configuración peninsular y su estrecha vinculación con su entorno marítimo es una característica repetida hasta la saciedad en descripciones y crónicas medievales³.

² La modificación del frente marítimo ceutí es una de las claves, aunque no la única, que permite explicar la parquedad de hallazgos hasta el momento (VILLADA, 2015, pp. 219-221).

³ Los ejemplos son abundantísimos. Así ibn Hawqal la califa de ciudad “*agradable, situada a orillas del mar*” (GOZALBES, 2002, p. 270) y al-Bakri destaca que “*est situé sur le bord de la mer Romaine, c’est-à-dire sur le Bahr ez-Zocac “la mer du détroit”, qui communique avec l’océan Environnant (l’Atlantique). Elle est bâtie sur une péninsule très-étroite, qui s’avance dans la mer en se dirigeant d’occident en orient, et dont les côtes de l’est, du nord et du sud sont entourés par les flots. Il serait possible aux habitants de faire communiquer la baie [qui est au sud avec celle] qui est au nord, et de convertir ainsi leur péninsule en une île tout à fait séparée du continent*” (AL BAKRI, 1859, p. 234). También en el siglo XII el Kitab al-Istibsar se hace eco de la descripción de al-Bakri cuando señala que “*La madina Sabta está a orillas del mar, que es el vahar al Zuqaq, el mar del Estrecho. El mar la circunda al Este, Norte y sur. No tiene con la tierra más que un paso, por el lado de Occidente*” (GOZALBES, 2002, p. 275).

^{Se} la compara con un brazo con el puño cerrado extendido en el mar, un laúd vuelto del revés o, como hace al-Dimisqui, con una media luna, “*La madina Sabta es etapa para viajeros y comerciantes. Está rodeada por el mar, como una media luna, hilal. Lo notable de ella es que está construida próxima al mar*” (GOZALBES, 2002, p. 278).

^{Incluso} en el siglo XVI podemos encontrar aún descripciones muy semejantes “*Esta cidade tem hũa serra alta redonda que entra no mar, e de hũa banda e outra d’esta ponta combate o mar, saluo que ha hy hum pedaço soo de terra como de tyro de besta*” (FERNANDES, 1938, p. 20)

Está situada en el punto de inflexión del arco Bético-Rifeño, dos conjuntos montañosos de origen alpino, escarpados y relativamente jóvenes lo que explica su accidentado relieve, con pendientes acusadas que alcanzan un valor medio de un 30%. En consecuencia su red hidrográfica está formada por arroyos de escasa longitud de acusado carácter torrencial que, en muchos casos, permanecen secos durante el estío (VARGAS-MACHUCA, MORA, 2008, p. 11).

En su extremo oriental se sitúa el monte Hacho con una altura máxima de unos 200 metros sobre el nivel del mar que ha jugado desde la Antigüedad un papel clave para el control de la navegación configurándose como una atalaya privilegiada sobre el estrecho de Gibraltar. La costa en este lugar es, en general, abrupta y solo accesible en pequeñas calas.

Tras el Hacho, el terreno se estrecha y desciende progresivamente en la Almina con un litoral de altos acantilados en el sur, dónde se sitúan las colinas que son el origen del topónimo de la ciudad (*Septem Fratres*), y más suave hacia el norte.

Tras la Almina encontramos la Ciudad o Istmo, un espacio aproximadamente rectangular de 470 por 180 metros aproximadamente, de topografía más suave pero también con mayor elevación en el lado sur (13 metros sobre el nivel del mar aproximadamente).

A partir de ahí el terreno se ensancha de nuevo y gana progresivamente altura hasta alcanzar la cota máxima de 349 metros sobre el nivel del mar en el monte Anyera.

El litoral ceutí tiene una longitud de aproximadamente 20 kilómetros y es muy variado. Los fondos son de tipología mixta, especialmente rocosos al norte y mixtos de arena pizarrosa y roca en la bahía sur. En términos generales la costa es más accesible desde la bahía norte que desde la sur formando la Almina y en cierta medida también el Istmo un anfiteatro volcado hacia las aguas del Estrecho.

La presencia de islotes y lajas sumergidas es una dificultad añadida para la aproximación a la costa siendo especialmente peligrosos con determinados vientos⁴.

La existencia de estos peligrosos arrecifes es ya advertida en las fuentes medievales. Al-Bakri menciona que, una vez pasado el puerto de Dannil y la población de Hourara, existía una roca que afloraba del mar conocida como la piedra negra (AL-BAKRI, 1859, p. 242). Da este nombre también a una mezquita al-Badisi indicando que se encontraba en el exterior de la ciudad (AL-BADISI, 1926, p. 91) y Al-Ansari menciona dos cementerios que llama de las piedras negras (AL-ANSARI, 1962, p. 412). Estos arrecifes son señalados también en la cartografía de época portuguesa y posterior dándole Teixeira en

⁴ En la Crónica da Tomada de Ceuta Zurara describe un episodio en el que algunos musulmanes salieron a la playa y se situaron en un *penedo que estava no mar* de dónde fueron expulsados por los portugueses (ZURARA, 1915, p.170). También da cuenta de las dificultades de la flota para rodear el Hacho al levantarse un inesperado temporal (ZURARA, 1915, p. 175).

el siglo XVII el nombre de islas de Martin Vaez (TEXEIRA, 2002) e islotes del Campo después⁵. Hoy se encuentran sepultados bajo las actuales instalaciones portuarias.

Al otro extremo de la bahía norte los llamados isleos de Santa Catalina son otro punto de dificultad en la navegación debido al escaso fondo, la presencia de arrecifes y a las fuertes corrientes y vientos que, en caso de tempestad, arrastran los navíos a este lugar⁶.

Este punto ha sido escenario de trágicos naufragios. En 1692 se hundieron en este lugar los buques franceses *L'Assuré* y *La Sage* (CORREA, 1999, pp. 284-285; BRAVO, BRAVO, 1989), Más recientemente, en 1949, los pesqueros *Lobo Grande*, *San Carlos* y *Los Mellizos* naufragaron víctimas de una repentina y violenta tempestad que los arrastró hasta estos arrecifes perdiendo la mayor parte de sus tripulantes (LEÓN, 2011) y en nuestro siglo ya se han producido otros incidentes (LLORCA, 2014, p. 20).

En la bahía sur los altos acantilados del Hacho y la Almina están jalonados también de rocas y altos acantilados permitiendo únicamente el desembarco en puntos muy concretos.

El régimen eólico se caracteriza por la alternancia de vientos de componente este y oeste principalmente, que en ocasiones cambian su dirección repentinamente, debido a la topografía costera (PALOMARES, 2002, pp. 33-51). Esto, unido a las fuertes corrientes marinas y situaciones de escasa visibilidad (LLORCA, 2014 pp. 32-51), obliga a un conocimiento preciso de estas condiciones para navegar estas aguas y fondear en sus puertos.

⁵ Las dificultades que representan estos islotes son señaladas, como indicamos, en numerosos derroteros y cartas (entre otros, TOFIÑO, 1787; RIUDAVETS, 1860; FERREIRO, 1860). Son descritos así: *Al S. 48° ½ E. De la misma Punta de Torre Blanca 1 ½ milla de distancia, ya en la Ensenada de Ceuta, está la Punta de Benites, é Islotes del Campo, que son dos rasos, dexando canal de medio cable entre estos y aquella, con dos brazas de fondo de piedra. Al N. a dos cumplidos de bote se encuentra una braza de fondo, á 1/3 de cable 6 y á cable y medio 9, todo piedra. Medio cable de distancia á la parte del N.E. está una piedra ahogada.*

^{Un tiro de fusil del Isote mas foráneo de Punta de Torre Blanca (enfilado con Punta Leona) al S. 83° E. hay una laxa del tamaño del caco de un Navío toda de piedra, con fondo de 3 á 4 brazas, menos en lo que mas altéa, que solo hay una braza en la extensión de una Lancha. Entre dicha laxa y la Costa hay de 9 á 10 brazas piedra, cuyo canal es de un cable, por lo que lo estrechan unos Islotes que salen de la Costa como 2/3 de la misma medida. Por la parte de fuera de ésta laxa se encuentran 9 y 10 brazas de fondo todo de piedra. Las enfilaciones para ponerse sobre ella son la ya dicha del Isote mas saliente de Punta de Torre Blanca por Punta Leona, y las ruinas de la Torre Blanca por el punto superior de Sierra Bullones, ó al M. 66° O; y también la Punta Bermeja por el canto del N. E. de las Murallas de Ceuta la vieja, que es un recinto de Muralla y Torreones antiguos con almenas. De modo que los que del O. Fueren á fondear á Ceuta, para no peligrar en dicha laxa es menester que descubran todas las murallas de Ceuta la vieja por Punta Bermeja, antes de poner Torre Blanca por Sierra Bullones (TOFIÑO, 1787, vol. 1, p. 25-26).}

⁶ *Al E. ¼ S.E. de la Punta de Torre Blanca distancia de 3 ½ millas se halla la Punta de Santa Catalina, que es lo mas septentrional de la Almina de Ceuta, la qual baxa con Islotillos. Entre ambas Puntas está la Ensenada de Ceuta, y su fondeadero entre dichos Escollos del Campo y los de Santa Catalina desde 8 á 14 brazas arena con algunas piedras sueltas, procurando, que abierta la Calle del Obispo, que es la que principia en el costado del N. de la Casa del Gobernador, que es la mas visible al principio de la Almina frente de la Muralla con 4 balcones: y no estando precisamente baxo de ésta enfilación es el fondo de cascajo. Debe amarrarse N.E. S.O. con el Ajuste á aquella parte. Toda la Almina está rodeada de piedras, que apenas velan, y la que mas se aleja es la distancia de medio cable (TOFIÑO, 1787, vol. 1, p. 26).*

2. El puerto de Ceuta en la edad Media

Debido a su posición geográfica Ceuta fue durante toda la edad Media, también antes, lugar clave para el paso del estrecho de Gibraltar. Las referencias a su papel fundamental en el traslado de los ejércitos musulmanes para la conquista de al-Andalus son constantes en las crónicas del periodo.

Tras la conquista de los omeyas cordobeses en 931, la ciudad se convierte en pieza clave para el trasiego de hombres y mercancías para el Califato cordobés en su política de intervención en el norte de África. Este papel se incrementó incluso en centurias posteriores con almorávides, almohades y mariníes, de tal modo que, durante siglos, Ceuta y la región que de ella dependía se convirtió en el principal puerto militar y comercial de la orilla norteafricana del estrecho de Gibraltar.

Las referencias en las fuentes árabes al puerto ceutí y a otros puertos y fondeaderos próximos son tan frecuentes como escuetas (RODRÍGUEZ, 2005). Sin ánimo de ser exhaustivos citaremos algunas de ellas.

Es opinión unánime en cuantos cronistas transmiten la conquista de al-Andalus destacar el papel protagonista de Ceuta y de su gobernador, Julián o Ilyan, en estos hechos al facilitar los medios necesarios para facilitar el paso del ejército musulmán a la península Ibérica.

Una de las más antiguas noticias es la de ibn Abd al-Hakam al-Misri (m. 870) que señala como el transporte entre ambas orillas se realizó en naves facilitadas por Julián. Los barcos eran pocos y las tropas, árabes y fundamentalmente beréberes, numerosas lo que obligó a realizar muchas travesías nocturnas simulando ser barcos de comerciantes sin levantar sospechas por ello. No se cita Ceuta expresamente en el relato pero siendo naves de Julián y el lugar de desembarco Gibraltar todo hace suponer que fue Ceuta o algún lugar cercano el punto de partida (ABD AL-HAKAM, 1966, p. 42).

Algunos años más tarde el bagdadí al Mas'udi (893-956) describe el estrecho de Gibraltar dividiéndolo en dos partes. A la occidental llama Syta, a la oriental Zuqaq. Especifica que este *es el paso para quien desee ir del Magrib al Andalus y del Andalus al Magrib* (GOZALBES, 2002, p. 268).

Ibn Hawqal, autor también del siglo X, realiza una breve descripción de Ceuta y menciona explícitamente la bondad de su puerto⁷ (GOZALBES, 2002, p. 271).

También cita el puerto ceutí Ahmad ibn Musa al-Razi (889-955) indicando que es muy cercano para *pasar allende la mar* (AL-RAZI, 1975, p. 103).

A Ceuta dedica al-Bakri varias páginas llenas de datos de interés sobre su topografía e historia, fuente para otros muchos autores que describieron la ciudad. No hace alusión sin embargo a su puerto pero recoge con detalle el itinerario marítimo que une Tánger y Ceuta, posiblemente tomando a al-Warraq como fuente. Menciona en la costa del estrecho de Gibraltar, entre otros hitos:

⁷ Gozalbes traduce *tiene un puerto casi a punto*. Otros autores, como Simon Pierre, ofrecen una traducción distinta *Elle a un port favorablement situé* (IBN HAWQAL, 2015).

- el puerto de Bab el-Yemm, una rada sin abrigo, específica;
- el de Musa, mencionado también por ibn Hawqal, buen puerto incluso en invierno en que las naves están al abrigo de todos los vientos con excepción del que procede del sudeste;
- la isla de Toura con su puerto;
- el de Beliunes;
- el de Dannil (Daniel).

De su relato se deduce pues la existencia de varios puertos y fondeaderos próximos a Ceuta aprovechados por los navegantes (AL-BAKRI, 1859, pp. 239-242).

Contemporáneo de al-Bakri, al-Udri ofrece datos acerca sobre el tiempo que se tarda en la travesía entre Algeciras y Ceuta (GOZALBES, 2002, p. 274).

Nuevamente, entre finales del siglo X y comienzos del XI, al-Zayyat corrobora que Ceuta es el puerto y el paso al país de al-Andalus (AL-ZAYYAT, 1989).

El geógrafo ceutí al-Idrisi (1099-1166 ca.) ofrece un valioso inventario de las principales características de su ciudad natal pero en él no se menciona el puerto. Alude sin embargo a la importancia de sus pesquerías, especialmente la del atún, en que los ceutíes eran especialmente habilidosos. No es el primer ni el último autor que hace alusión a esta riqueza piscícola y de otros productos marinos como el coral (HITA, VILLADA, 2012).

Para Yaqut (1179-1229) el puerto de Ceuta es el mejor de toda esta costa (GOZALBES, 2002, p. 280).

La crónica anónima *Al hulal al-Mawsiyya* (terminada en 1381-1382) pone de relieve la importancia que para almorávides y almohades tuvo el puerto ceutí en su pretensión de dominar al-Andalus. Señala que fue Yusuf ibn Tasufin en 1091 el que levantó el muro inferior del puerto y que, ya bajo los almohades, el califa Abu Yaqub Yusuf hizo construir el arsenal de Ceuta (ANÓNIMO, 1952, p. 87 y 188).

También ibn Idari testimonia este papel esencial de Ceuta para el dominio del mar y de las comunicaciones con la península ibérica, un rol que se mantuvo o incluso se incrementó con los azafes durante cuyo mandato la ciudad se enriqueció notablemente a través del comercio marítimo (IBN IDARI, 1952; IBN IDARI, 1963).

Abu-l-Fida (1273-1331) insiste en indicar que Ceuta es el lugar de paso entre ambas orillas y que los barcos pueden llegar a vela a su puerto situado en el lado oriental (ABU-L-FIDA, 1848, p. 186).

Ya en el siglo XIV al-Umari menciona de nuevo que Ceuta es uno de los grandes puertos de mar porque los navíos musulmanes y cristianos acuden allí en gran número de todas las regiones y de todas las partes del mundo (GOZALBES, 2002, p. 286) e ibn Jatib (1313-1374) alaba, entre otras cualidades de la ciudad, la frenética actividad de sus puertos (IBN AL-JATIB, 2002, p. 156).

Un compilador como al-Qalqasandi (1355-1418) que recoge noticias de otras muchas obras anteriores nos informa de que el puerto de Ceuta se encuentra a levante de la población precisando que frente a Ceuta, en tierras de España, se encuentra la ciudad de Algeciras. Entre ambas, el Mediterráneo es tan angosto que, si la atmósfera está serena,

se ve una población desde la otra, y esta circunstancia ha sido causa de que, en este lugar, se denomine a dicho mar “*mar de la calle*” (AL-QALQASANDI, 1951, p. 25).

El recuerdo de esta hegemonía del puerto ceutí permanecía en el recuerdo de Valentim Fernandes (m. 1518 ca.) un siglo después:

Esta foy hũa das principaes cidades no tempo dos Mouros, assy em edificios como em riquezas e noblezas e mercadorias. E aquí auia a principal descarregaçam d’ellas pera toda a terra do sertoão. E estaua em tanta prosperidade que quantos nauios passassem pello dito estreito, quer de leuante ou poente, auiaam de amaynar as velas, e qual nao que esto nom fezesse logo as galees dos Moros ha seguiaam e a tomauan.

(FERNANDES, 1938, p. 19)

Como hemos visto las menciones del puerto ceutí en época islámica son abundantes y elogiosas pero apenas ofrecen datos más específicos. Quizás la excepción más notable es la de al-Ansari, escrita algunos años después de la conquista portuguesa, sin duda la más completa y rica de las conservadas⁸.

Tras señalar la existencia de treinta puertos (*al-marasi*) entre *Qabb Munt* (cabo Negro), al este de la bahía *Farrata* en el mar meridional, y las proximidades de Alcazar-seguer, indica que el puerto de la ciudad (*marsa al-Madina*) es conocido con el nombre de *Hufriat Mujtar* y que está situado en *Bahr al-Ramla* (el mar de arena), es decir en la bahía norte.

Según su opinión es un puerto excelente, bien protegido de casi todos los vientos, aunque no del denominado *al-rih al-Barrani*, nordeste según la traducción de Turki (AL-ANSARI, 1982-83), p. 153), terral o levante para Vallvé (AL-ANSARI, 1962, p. 436). Combate este viento especialmente junto a las atarazanas, en las inmediaciones de la almadraba de *al-Sabaka*, excepto en la parte que está frente a *Bab al-Halfawiyyin* (puerta de los esparteros).

Para entrar correctamente, el barco debe atravesar el paso de la isla de arena y entonces la ruta se abre sin obstáculos. Estando en esta posición, aborda el puerto con un fondo de ocho brazas. Si no lo hace así encalla en la arena. Añade que es un puerto al abrigo de todos los vientos, soplen estos del nordeste o de cualquier otra dirección. Para una más detallada descripción de este puerto y de otros fondeaderos remite a otra obra suya perdida hoy (AL-ANSARI, 1962, pp. 436-437; AL-ANSARI, 1982-83, p. 153-154).

Estas detalladas instrucciones parecen reflejar un conocimiento empírico labrado a través de centurias de uso de este puerto que permitía sortear los puntos más comprometidos para la navegación. Y es que, como se señaló antes, a pesar de las reiteradas

⁸ Para recabar información estratégica para la preparación de la conquista portuguesa, alegando la excusa del envío de una embajada a Sicilia, fueron enviados espías para reconocer su puerto y sus defensas. Pero de estos valiosos datos apenas recoge Zurara detalle alguno más allá de generalidades tales como que Ceuta tenía muy buena playa y fondeadero. Indica también que se realizó una maqueta dónde se detallaban los datos precisos para realizar el ataque (ZURARA, 1915, p. 51-59).

alabanzas a la bondad de su puerto, la existencia de islotes y puntos de escaso calado, la potencia de las corrientes y la fuerza con que combate el viento dificultaba, en determinadas circunstancias, la aproximación a tierra.

Contar con dos bahías, una al norte y otra al sur, es otra de las ventajas del puerto ceutí pues en ellas pueden buscar refugio según convengan los barcos como indica Duarte Pacheco Pereira cuando señala que con viento de levante es preferible ancorar en la bahía norte, en el llamado puerto del Rey, mientras que con poniente es preferible hacerlo en la *banda do leuante* (PEREIRA, 1892, p. 23).

A raíz de las indicaciones dadas por los autores árabes, especialmente por al Ansari, parece seguro que el puerto de Ceuta, Hufat Mujtar, se situaba en la bahía norte la que a priori ofrecía las mejores características⁹.

Determinar su situación exacta es más difícil aunque los testimonios de Abu-l-Fida y al-Qalqasandi parecen apuntar a que se encontraba en el lado oriental lo que podría confirmarse por la presencia en este lugar de unas cisternas que servían para el aprovisionamiento de agua de los navíos (FERNANDES, 1938, pp. 19-20). Un lugar que no debemos olvidar se encuentra muy próximo al punto en el que se inició la toma de Ceuta en 1415.

La investigación arqueológica ha detectado hasta el momento únicamente la existencia de un fondeadero al este del actual muelle España lo que unido al origen islámico de la puerta de Santa María hace suponer que este punto debió ser usado también como embarcadero.

3. Equipamientos relacionados con la actividad portuaria

Muchas instalaciones que pueden ser relacionadas con las actividades portuarias son mencionadas por diversas fuentes, especialmente al-Ansari.

Así, en lo relativo a la defensa, la vigilancia de la costa estaba basada en buena medida en la existencia de atalayas y torres vigía. Según ibn Marzuq, muchas de ellas habían sido construidas bajo el reinado de Abu-l-Hasan y hacían posible que un aviso recorriese el litoral desde Salé hasta Argel en una sola noche (IBN MARZUQ, 1979, p. 330).

Al-Ansari, respecto a Ceuta, menciona dieciocho torres de vigilancia (*al-Maharis*) que se extienden por ambas bahías. Entre ellas destaca *al-Tala al-Kabir*, en la cima del

⁹ Menciona al-Ansari, como se dijo, las dificultades de las naves cuando sopla viento de levante en la zona de *madrib al-Sabaka*. Esta almadraba es mencionada en varias ocasiones por al-Ansari. Así sitúa allí el cementerio del arrabal de Afuera dentro de las murallas del mar (AL-ANSARI, 1962, p. 410; AL-ANSARI 1982-83, p. 126), especificando más adelante que existían dos cementerios con esa denominación (AL-ANSARI, 1962, p. 436; AL-ANSARI 1982-83, p. 152) y que el cementerio de *madrib al-Sabika* estaba fuera de Bab al-Ahmar (AL-ANSARI, 1962, p. 411; AL-ANSARI 1982-83, p. 127). Indica también que Abu Said derribó las murallas del arrabal de Afuera hasta *madrib al-Sabika* (AL-ANSARI, 1962, p. 429; AL-ANSARI 1982-83, p. 145). Cita además el foso que separa los tres arrabales que discurre desde *al-Sattabin* hasta *madrib al-Sabika* (AL-ANSARI, 1962, p. 432), aunque Turki ofrece una traducción distinta en que no es mencionada esta almadraba sino la de Halawiyin (AL-ANSARI 1982-83, p. 147). De todo ello parece deducirse que este lugar se encontraba en el límite del arrabal de Afuera, posiblemente en el emplazamiento hoy ocupado por el puerto.

monte Hacho, construida por los almorávides. Estaba flanqueada por una gran calahorra en cuyo interior había una mezquita que controlaba el paso de las embarcaciones desde su privilegiada ubicación.

Debe recordarse además en lo que afecta a la defensa la existencia de sólidas murallas que protegen la ciudad entre las que podemos citar, por ejemplo, el muro del puerto construido por Yusuf ibn Tasufin (1061-1106) (ANÓNIMO, 1952, p. 87) o la fortaleza sobre el mar, bury al-Ma, levantada por el sultán maríní Abu-l-Hasan Ali entre 1331 y 1351, conservada hoy parcialmente en el espigón de la Ribera. Ibn Marzuq describe su construcción como una obra magnífica:

Lo más admirable que levantó fueron las torres, para lo cual reunió gente experta en edificaciones y alarifes constructores, antes de proceder a su edificación, para que su fábrica se hiciera según sus planos y deseos y se llevaran a cabo en las mejores condiciones. Entre ellos está el Castillo del Agua (Bury al-Ma) que edificó mar adentro, en medio de las olas, en el mar de Bassul, en el litoral de Ceuta. Yo asistí a su construcción. Todo el mundo coincidía en que era imposible edificarlo allí. Se acarrearón rocas del tamaño de peñas y piedras que era imposible desplazar sin cálculos (handasa) y medidas y sin la ayuda de rodillos (ayal): se arrojaron allí del mar y sobre él hizo levantar el imponente castillo que allí es tan famoso. Ordenó luego hacer un puente que desde la costa iba a este castillo, por el cual podían circular los animales y comunicaba con él la tierra firme.

(IBN MARZUQ, 1979)

También cita al-Badisi la existencia de un faro (AL-BADISI, 1926, p. 99) y al-Ansari menciona el cementerio del faro (*al-manara*) ubicado en el monte Hacho (AL-ANSARI, 1962, p. 406; AL-ANSARI, 1982-83, p. 123).

Existían también alhóndigas, 360 según al-Ansari (AL-ANSARI, 1962, p. 425; AL-ANSARI, 1982-83, P. 139-140), algunas de ellas de los comerciantes cristianos que vivían en la ciudad, una oficina de la Aduana en sus inmediaciones, mercados, talleres artesanos diversos, etc. Sabemos además de la existencia de cisternas destinadas a proveer de agua a las naves que pagaban por este servicio:

Em tempo dos Mouros estaua nesta cidade hũa muy fremosa e grande cisterna, a qual oje neste dia está ainda, quem ha cabe e se quebra e tambem os Christãos a quebram por repeito dos Mouros que allí se metiam e escondiam. Esta cisterna he feyta d'abobada e tem dentro iije e tantos pilares de pedra. Esta cisterna he tam grande como huum lugar de vc vezinhos, e he toda ladrilhada com azulejos ou tilollos vidrados. Em esta cisterna colhiam os Mouros tanta agoa, alem das fontes que nacam em a dita ciudades, que quantos nauios chegassem allí e quisessem tomar agoa auiam de pagar certa contia pera os edificios d'aquella cisterna.

(FERNANDES, 1938, pp. 19-20)

Se refiere a este aljibe posiblemente al-Ansari al indicar que existe una fuente en el aljibe de la Almina que mandó construir Abu-l-Qasim al-Azafi. Tenía dos estanques comunicados, magníficamente contruidos y revestidos de losas de piedra tallada (AL-ANSARI, 1962, p. 426). Es citado también por distintas fuentes tras la conquista como Zurara, Pisano, Mascarenhas, etc. (GOZALBES, 1998, p. 472; sobre el agua en la Ceuta medieval véase también GOZALBES, 1989, p. 790 e HITA, LERÍA, 2012).

En definitiva, existían en Ceuta un amplio número de edificios y equipamientos que tenían en la actividad portuaria su razón de ser fundamental y de los que, al menos hasta el momento, no ha sido identificado resto alguno en las excavaciones arqueológicas llevadas a cabo.

4. El puerto de Ceuta durante los siglos XV y XVI

A pesar de la importancia que tuvo el dominio del mar para Ceuta pocos datos ofrecen las fuentes escritas sobre las características del puerto tras la conquista portuguesa.

Si se acepta que estaba situado en época islámica al este de la bahía, en las inmediaciones del lugar dónde se encontraban el gran aljibe de la Almina, cabe señalar que debido al abandono de buena parte de la Almina quedaría fuera del ámbito efectivo de ocupación por los portugueses, circunscrito en buena medida a la antigua medina islámica situada en el Istmo (VILLADA, 2010; HITA, VILLADA, 2015). Por ello se puede suponer que otros puntos más cercanos a la población fueron usados habitualmente. Sería el caso del situado en la zona del Albacar, en las inmediaciones del actual foso navegable (en esos momentos aún inexistente)¹⁰, conectado con la población a través de la puerta de Santa María complementado en la bahía sur con el situado junto al espigón de la Ribera (el antiguo *Bury al-Ma* de construcción mariní) desde el que se podía acceder a través de la puerta de la Ribera.

Contamos ya a partir del siglo XVI con planos de la ciudad que contribuyen a trazar su fisonomía de manera más precisa. Perdido el mapa incluido en el *De Esmeraldo de Situ Orbis* de Pacheco Pereira, son los del *Libro de los marineros* del almirante turco Piri Reis los más antiguos que se conservan.

Se conocen dos versiones de esta obra, realizadas en 1521 y 1525-26 respectivamente, ligeramente diferentes entre sí. La primera estaba destinada a ser usada por los marinos que surcan las costas mediterráneas. La segunda, de mayor calidad en la ejecución de los planos y más bella caligrafía, es una versión de la anterior escrita para el sultán Solimán el Magnífico y reproducida por cartógrafos oficiales (PIRI REIS, 2007, p. 23). Los datos sobre la región del estrecho de Gibraltar deben fecharse a fines del siglo XIV cuando el autor participó en diversas operaciones desarrolladas en el Mediterráneo occidental.

¹⁰ Como se indicará más adelante la llegada de la imagen de la Virgen de África parece se produjo a través de la llamada puerta de Santa María situada en ese lugar. Las crónicas citan reiteradamente el término “*coracha*” para referirse a algunos sectores de las defensas ceutíes. Debieron ser corachas marítimas de las que podemos asegurar la existencia de al menos una de origen islámico sobre la bahía sur aunque es posible que existiesen otras al norte como parece desprenderse del testimonio de Boytac (véase más adelante).

En el texto que acompaña el mapa señala que el estrecho es denominado *Sebte* por el castillo de este nombre del lado sur que perteneció a los musulmanes pero que en esos momentos se hallaba en poder de los portugueses¹¹. Este castillo está situado en una montaña que domina el mar (monte Hacho) pero precisa que cuando escribe está arruinado. Después, señala que hay otro castillo al pie de esta montaña. Sin duda, hace referencia al espacio fortificado habitado por los portugueses en el istmo. Cerca de este último castillo, en el lado oeste-suroeste, se encuentra un *gran puerto*, con su entrada hacia el noroeste, en cuyo interior ancoran los navíos en un lugar con 8 brazas de profundidad. Allí está la puerta del castillo que se abre al mar y delante un muelle donde amarran los barcos y para echar el ancla lo hacen a oeste-noroeste¹².

Ofrece además algunas notas de interés sobre el acceso y salida del puerto indicando que cerca del castillo viejo (monte Hacho) hay una pequeña isla, sin paso entre ella y el castillo para embarcaciones. Únicamente en el lado suroeste de esta pequeña isla hay un lugar en que varan las galeras y otros barcos pequeños.

La pequeña isla a que se refiere Piri Reis debe ser la de Santa Catalina.

Esta información, que recuerda los consejos recogidos por al-Ansari para la aproximación al puerto ceutí aunque con menor detalle, pone de relieve el conocimiento del autor de las características del puerto ceutí.

Las imágenes del estrecho de Gibraltar que acompañan el texto recogen con algunas diferencias entre ellas, sobre todo en la bahía sur, lo expresado en el mismo. Sobre la cima del Hacho una fortificación aislada domina el paso del Estrecho. El perímetro de la península aparece fortificado por una cerca reforzada por torres. En la zona del istmo, otra fortificación, también con torres, rodeada un abigarrado caserío abriéndose al noroeste un espacio libre (la actual plaza de África). Allí se sitúan dos puertas. Una comunica esta fortificación con el continente mientras la otra, como se indica en el texto, se abre hacia un malecón del puerto al que se encuentra amarrado un barco. A la entrada de la bahía, una isla dificulta el acceso al interior.

Otra imagen que debe ser tenida en cuenta para nuestro propósito es el grabado recogido en el *Civitates Orbis Terrarum* de Braun. La imagen de Ceuta se encuentra en el primero de sus seis volúmenes. Aunque publicado en 1572 la vista parece corresponder a la primera mitad del siglo como puede deducirse de que las obras de remodelación del frente defensivo occidental no aparecen reflejadas.

Se trata de una lámina a vista de pájaro tomada desde el norte pudiendo observarse tanto la ciudad como su entorno terrestre y marítimo inmediato. En ambas bahías han sido representados varios navíos de distinta tipología y tamaño.

En lo que aquí interesa es de destacar la existencia de varias corachas marítimas que se adentran en la bahía norte, las únicas visibles dado el punto de vista desde que se realiza el grabado, entre las que se abre una puerta que podemos interpretar como

¹¹ La fecha de la conquista ofrecida es errónea pues la sitúa en el año 869 de la hégira (1464-65).

¹² Es posible que este muelle no sea más que una antigua coracha marítima islámica utilizada con tal función.

la de Santa María. Puede deducirse que, abrigado por esas corachas, se encontraría el desembarcadero conectado con la ciudad por la puerta que se dibuja.

Sobre estas corachas se ha conservado un valioso documento de 1514. Se trata del *Auto de Medición* de Boytac y Bastiao Luiz que reseña las obras llevadas a cabo en esos momentos en Alcácer (Alcazarseguer), Tánger y Ceuta.

De las referidas a Ceuta una parte esencial se llevó a cabo en las corachas. La interpretación de los datos contenidos en el documento no es sin embargo sencilla. Correia ha propuesto una explicación de sus puntos más controvertidos.

Distingue en primer lugar una coracha en el lado sur, de Santa María, construida en época islámica (*el Bury al-Ma marini*). Al norte debieron existir otras dos antiguas, quizás las reflejadas en la imagen del *Civitates Orbis Terrarum*, y otra, denominada también de Santa María, sobre el puerto del mismo nombre, que el texto califica como “*coyraça nova*” (CORREIA, 2008, pp. 113-115).

Sabemos que, tras las reformas de las defensas de mediados del siglo XVI, el foso navegable fue también lugar de refugio de las embarcaciones: *en el lienzo de muro que va sobre la plaza habrá un foso de sesenta palmos de largo y de alto lo que fuese necesario, por si pudiesen varar navíos de remos de una parte a otra del foso, de mar a mar, cuando sea necesario. Este foso se abrirá en cuadrado y tendrá dos cabrestantes equipados para varar dichos navíos* (RUIZ, 2002, p. 465).

Un siglo después continuaban recalando allí las naves¹³.

Pero además los planos del siglo XVII indican que existen otros puertos en Ceuta además de varias calas susceptibles de ser aprovechadas para el desembarco.

Uno de ellos, a oriente de la bahía norte en la playa de San Amaro, es denominado puerto del Rey¹⁴. El otro es el de la cisterna, un poco a occidente del anterior. Allí se encontraban las cisternas de las que Valentín Fernandes (FERNANDES, 1938, pp. 19-20) indica que, en época islámica, las embarcaciones se aprovisionaban de agua pagando por ello, como indicamos más arriba.

También en la vista del atlas de Teixeira de 1635 aparece señalado el puerto del Rey, no así el de la Cisterna. Nombra además las calas del Desnarigado y Oxeixal (Sarchal) en el lado sur (TEIXEIRA, 2002).

En un plano de 1643 atribuido a Lope de Acuña (AGS, MPD, 12, 078) vuelven a dibujarse ambos puertos, el del Rey y el de la Cisterna y, más al oeste, diversas calas (de *Figueira*, del *Desnarigado*, *Fontecubierta* y *Seixal*). Allí se cita también la *Ribeira dos navios* con su puerta, situada al sur del istmo y la *porta da Ribeira de S. Maria*, al norte.

De 1662 se conservan tres planos atribuidos a G. Aflicto.

¹³ *El foso [tiene] por el suelo de su fondo diez braças, passa el agua de la mar por el de una parte á otra; tiene de fondo, quando es plena mar nueve palmos, i quando baxa queda casi en seco; recojense en el fragatas, bergantines, i barcas* (MASCARENHAS, 1915, p. 11).

¹⁴ [La península ceutí] *tiendese al oriente de la ciudad enfigura larga, i haciendo una vuelta, i punta al Norte, forma un seno capaz de muchas galeras con el puerto, q'am conserva el nombre del Rey en memoria de auer desembarcado Don Juan el Primero quando la gano de los Moros* (MASCARENHAS, 1915, p. 12). También Correa de Franca recoge esta explicación del topónimo (CORREA, 1999, p. 116).

El primero es un mapa general de las costas del estrecho de Gibraltar (AGS, MPD, 19, 77) con indicación de algunos elementos relevantes para la navegación. En el caso de Ceuta se señala el “*surgidero*” en la bahía norte y, entre otros puntos, los arrecifes de Santa Catalina, la cala de Figuera y la del Desnarigado.

El segundo (AGS, MPD, 8, 87), una planta completa de Ceuta, permite un mayor detalle en la descripción. Se señalan ambos puertos (del Rey y de la Cisterna) así como las mismas calas que en el de 1643 variando la denominación de Fontecubierta por la de Murato Araes. Aporta además un dato de interés, el de la reconstrucción de varios puntos de la muralla antigua alrededor del Hacho para impedir desembarcos por sorpresa del enemigo.

El último de los tres (AGS, MPD, 19, 164) está centrado en la zona ístmica. La actual puerta de la Ribera es llamada de la Marina y frente a ella está un arenal en que se desembarca (playa de la Ribera). Al Norte se reseña la puerta del Desembarcadero (actual puerta de Santa María) y en el extremo del albacar en la embocadura del foso navegable un “*desembarcadero antiguo*”¹⁵. Una confirmación del uso de este lugar con esta función lo tenemos en el grabado de J. Peeters de alrededor de 1665. La vista que se ofrece de Ceuta es desde el norte y está interpretada bastante libremente tanto desde el punto de vista topográfico como cronológico (no aparece rastro alguno de las grandes transformaciones llevadas a cabo en las defensas ceutías a mediados del siglo anterior). No obstante, en lo que aquí concierne, debe subrayarse la presencia de dos navíos ancorados junto a una de las corachas frente a una puerta que se abre en el muro.

El puerto durante el periodo portugués mantuvo una importancia vital para Ceuta aunque por circunstancias distintas a las de época medieval. La información que hemos analizado no permite ir más allá de meras conjeturas sobre su configuración. Las fuentes del siglo XVII señalan el puerto del Rey y el de la Cisterna al este de la bahía norte, en una zona en que parece estuvo situado el puerto islámico por lo que puede ser planteada una cierta continuidad entre ambos avalada por la cita del puerto del Rey por Pacheco Pereira. Pero este lugar, debido a la contracción del ámbito urbano, quedaba fuera de sus límites por lo que, tanto para el refugio de las naves como para el desembarco de hombres y mercancías, debieron ser usados tanto la zona del Albacar al norte como la playa de la Ribera al sur. Se menciona también que los navíos de remos se guarnecían en el foso navegable.

Parece que no fueron llevadas a cabo grandes obras complementarias para facilitar el atraque sino que se aprovecharon estructuras preexistentes, las corachas, remodeladas en parte pero más atendiendo a necesidades defensivas que de otra naturaleza. Única-

¹⁵ Este desembarcadero del Albacar aparece en distintos planos todavía a fines del siglo XVII por ejemplo en el de 1695 de Clemens Paelio (<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b77594056>, consulta 11.01.2016) en que con el número 14 se dibuja una escalerilla que da acceso al mar, en el de Borrás, de fecha similar al anterior aproximadamente, en que con la letra H se sitúa en el Albacar un desembarcadero (<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8441413g.r>, consulta 12.01.2016). También en el de 1690 conservado en el Archivo General de Simancas (AGS, MPD, 59, 087) en que se indica en este lugar la existencia de un muelle con su desembarcadero y escaleras que bajan al agua.

mente las atarazanas parecen haber sido remodeladas y ampliadas a mediados del siglo XVI pero apenas más sabemos de ellas. Además, la cisterna que servía para la aguada en época islámica parece en desuso ya en el siglo XVII aunque su recuerdo se mantuvo en la toponimia.

5. La construcción naval y las atarazanas

Al objeto de ejercer su hegemonía naval era esencial que Ceuta contase con los medios necesarios para la construcción, mantenimiento y protección de las embarcaciones.

Para la construcción naval es preciso, en primer lugar, un emplazamiento apropiado con acceso garantizado al mar facilitado en el caso ceutí por su geografía peninsular.

Además es indispensable contar con las materias primas necesarias, madera, hierro, etc., bien en sus proximidades o a través de rutas de abastecimiento seguras y fiables. Según indica al-Ansari, en el caso de Ceuta, todos los productos necesarios para la construcción naval procedían de su territorio más inmediato:

No es necesario extenderme en este resumen a las tierras de labor, cortijos y caseríos, que se suceden desde estas aldeas hasta el extremo del Rif por la parte de levante y hasta Qsar Kutama, de la región de al-Habt, a occidente. Tampoco citaré los rebaños, la producción de manteca, cera, frutas frescas y secas, los ríos y arroyos que cruzan estos lugares, las clases de árboles, los bosques de cedro, encinas, tejos, bojés y otros árboles de maderas excelentes y variadas, las minas de hierro y rejalgar (?) y otros productos de los que se beneficia la región para la construcción de barcos y para cuanto se refiere a la guerra justa.

(AL-ANSARI, 1962, p. 441)

Por último, aunque no de menor importancia, se requiere contar con artesanos de diversos oficios – carpinteros de ribera y de lo blanco, calafates, torneros, herreros, tejedores, cordoneros, etc. – en número suficiente. A todo ello habría de añadirse la presencia de artesanos, hornos, almacenes, etc. para asegurar la alimentación tanto de los hombres dedicados a la fabricación de las embarcaciones como a su avituallamiento (CASADO, 2002).

No conocemos con exactitud la fisonomía de las atarazanas islámicas pero Torres Balbás, basándose en modelos orientales y en los restos conservados en la península Ibérica ofreció una descripción de su posible aspecto. Se trataría de grandes edificios en forma de cuadrilátero, protegidos por altos muros en algún caso (Málaga por ejemplo), reforzados por torres y situados en las desembocaduras de ríos o lugares accesibles a las embarcaciones, a veces con un muelle. Tenían dos recintos. Uno dedicado a almacén o a actividades artesanales organizado en torno a un patio. El otro, compuesto por grandes naves sostenidas por pilares en las que penetraba el mar, para la construcción, conserva-

ción y reparación de las naves (TORRES, 1946; sobre el uso y significado de *dar al-sina'a* y otros términos en autores árabes véase PICARD, 1997, pp. 266-279.).

Posiblemente estas edificaciones encierran una realidad bastante compleja y diversa tanto desde el punto de vista de su configuración como de su sistema administrativo.

Así, desde el punto de vista arquitectónico, parece que en Mahdiya los almacenes destinados al acopio de los enseres y productos comerciales son los únicos edificios cubiertos en tanto que en el Cairo el astillero estaba probablemente a cielo abierto aunque rodeado de muros. En otros muchos casos parece que los arsenales estaban desprovistos de edificaciones (AA.VV., 2004, p. 90).

Recientemente Pedrosa ha señalado que en época medieval la construcción naval se realizaba inicialmente y de forma habitual en las playas siendo las atarazanas (taraceñas o tercenas en portugués) edificios cubiertos para guardar en seco las galeras y otros navíos. Según este autor, únicamente a partir de mediados del siglo XV, pasó a designar cualquier edificio destinado a almacenar trigo, carbón, material de artillería o cualquier otro producto (PEDROSA, 2013). En este sentido cabe recordar que al-Badisi recoge la noticia de la construcción de una barca en la orilla de Bahr al-Basul (AL-BADISI, 1926, p. 98).

La construcción de las atarazanas ceutíes es atribuida al sultán almohade Abu Yaqub Yusuf en el siglo XII (ANÓNIMO, 1952, p. 188; MASCARENHAS, 1915, p. 25, precisa que son del año 1190).

Otra noticia de interés en cuanto a su funcionamiento es la que ofrece al-Nuwairy ya en el siglo XIV que señala que:

La ciudad de Ceuta tiene treinta y una puertas. Una de ellas, hacia tierra y las restantes pertenecientes a sus atarazanas hacia el mar, en cada una de ellas hay una galera montada sobre caballetes de madera nivelados, de modo que si ocurre un ataque de los francos o viene una flota, los comandantes hacen salir estas galeras, las sueltan de los caballetes y las lanzan hacia el mar de un solo golpe, habiendo sido cargadas por los arqueros, sus comandantes, armas y provisiones.

(MOSQUERA, 1994, p. 36)

A inicios del siglo XIV sabemos además que existía en Ceuta un responsable de las atarazanas (MOSQUERA, 1994, p. 374).

Un siglo después son citadas expresamente por al-Ansari de cuyo testimonio se deduce que estaban cercanas al arrabal de Afuera.

También las fuentes portuguesas mencionan las atarazanas. Zurara se refiere a ellas al indicar que, tras la conquista, allí fueron encontradas cuatro galeras y una galera real, muchos viotes, ballestas y escudos, una bombardas y mucha pólvora, cera, sebo, pez, dardos, anclas, etc., confirmando su uso no únicamente como varadero de naves sino también como almacenes donde se guardaban los pertrechos relacionados con la navegación, incluido el armamento (ZURARA, 1915, p. 264). Las menciona también en su crónica de D. Pedro de Meneses en diferentes ocasiones (ZURARA, 1792, p. 24, 110,

etc.), deduciéndose del contexto su proximidad a una coracha y a las murallas de la ciudad.

Conocemos además que en Ceuta se construyeron embarcaciones en este momento. De una de ellas, una fusta, sabemos incluso su nombre *Santiago Pee de Prata* fletada por D. Pedro de Meneses poco después de la partida del Rey y que resultó muy apropiada para la navegación (ZURARA, 1792, p. 310).

Una fuente importante para determinar con mayor precisión la situación de las atarazanas es el proyecto de construcción de la Muralla Real de Benedito de Rávena. Se mencionan en tres ocasiones. Dice allí, según la traducción de Ruiz Oliva (RUIZ, 2002, p. 465), lo siguiente:

- *El otro lienzo que corre encima de las atarazanas también debe lindar con el baluarte nuevo que se ha de hacer de la parte de la Ciudad.*
- *Las atarazanas que ahora están hechas serán reparadas en lo necesario, y se harán algunas más, de manera que tanto en unas como en otras puedan caber bien 10 navíos de remos.*
- *El portal que va a las atarazanas será igualmente de 8 palmos de luz y 10 de alto.*

Como es sabido únicamente se conserva el texto del proyecto y no el dibujo que lo acompañaba lo que ha llevado a diversas interpretaciones de la ubicación exacta de los elementos allí citados. No obstante, en este caso, existe consenso en situar las atarazanas en el ángulo noroeste de la Ciudad. Ruiz Oliva identifica la puerta de las atarazanas con la posterior puerta del Campo por lo que cabe interpretar que las atarazanas se encontrarían en las proximidades del Albacar (RUIZ, 2002, p. 41). También al norte, en una situación similar a la propuesta por Ruiz, ubica Correia esta puerta (CORREIA, 2008, p. 120). Matos precisa que las atarazanas, convenientemente ampliadas como indica el texto de Benedito de Rávena, estarían situadas entre el actual baluarte de los Mallorquines y la puerta de Santa María (MATOS, en prensa).

En definitiva, a mediados del siglo XVI, las atarazanas ceutíes estaban ubicadas en la bahía norte, cercanas al principal acceso a la Ciudad.

En 1648 todavía eran visibles los restos de dos antiguas atarazanas, una en el mar de levante y la otra en el de poniente (MASCARENHAS, 1915, p. 13).

6. Arqueología

A diferencia de en otros campos, la investigación arqueológica no ha sido demasiado afortunada en lo que concierne a la identificación de vestigios portuarios de los periodos islámico y portugués. Ello es consecuencia de distintos factores, entre los que destacan tanto el tipo de investigación desarrollada como la profunda transformación sufrida por el frente costero norte a lo que debe añadirse la dificultad de rastrear a través del registro material estas actividades que en muchas ocasiones se realizaban sin necesidad de contar con equipamientos adicionales o estos eran construidos con materiales perecederos (VILLADA, 2015, p. 219-221).

No obstante, excavaciones recientes han permitido documentar algunas estructuras que pueden ser relacionadas con las puertas, espigones y corachas antes mencionados.

Nos referimos, en primer lugar, a una intervención desarrollada en el interior del llamado baluarte de los Mallorquines (campañas en 2002 y 2006), al este de la puerta principal de acceso a la ciudadela portuguesa.

Su construcción destruyó la mayor parte de la secuencia arqueológica salvo en la esquina nordeste donde quedó preservada dentro de un refuerzo de la estructura. Allí se documentó una potente estructura de mampostería careada amortizada por el baluarte y que rompía a su vez los lienzos de la muralla omeya. Teniendo en consideración los niveles asociados a esta estructura y las relaciones estratigráficas antes señaladas su construcción puede ser fechada en el siglo XV o inicios de la centuria posterior. Por su ubicación, naturaleza constructiva y dirección ha sido interpretada como una de las corachas señaladas por las fuentes escritas (VILLADA, 2013, p. 15; VILLADA, 2015; HITA, VILLADA, en prensa).

Próxima a este baluarte, en el frente norte del recinto amurallado, se encuentra la puerta de Santa María. Permitía, protegida por una de las corachas que aparece en el grabado de Braun, el acceso desde la pequeña playa formada a los pies del baluarte de los Mallorquines a través de una rampa. Fue excavada en 2004 determinándose que fue posiblemente construida en época omeya aunque su uso perduró hasta muchos siglos después. En época portuguesa su utilización es segura como atestiguan tanto la secuencia estratigráfica documentada como el hecho de que tradicionalmente se ha defendido que a través de esta puerta fue introducida en Ceuta la imagen de Nuestra Señora de África, enviada por el Infante D. Enrique (VILLADA, 2013, p. 15; SUÁREZ, VILLADA, FERNÁNDEZ, 2015).

Otra reciente excavación llevada a cabo en 2014, esta vez en el interior del baluarte situado al NO, el del Torreón, ha permitido documentar estructuras quizás también relacionadas con este entorno portuario. Efectivamente una estructura perteneciente a la cerca omeya de Ceuta, adosada a construcciones anteriores, atraviesa el interior del baluarte en dirección sur-norte. Tiene aproximadamente 2,5 m de espesor y está conservada hasta una altura máxima de 1,40 m. Su situación y cota permite proponer su identificación con las estructuras, quizás parte de un espigón o coracha, del extremo norte del frente occidental fortificado de Ceuta. Su datación a mediados del siglo X no ofrece duda aunque parece que se mantuvo en uso durante varias centurias.

En lo que a la investigación arqueológica terrestre se refiere, las últimas de las intervenciones que cabe citar se han desarrollado en el frente sur de la Ciudad. De una parte ha sido realizado en 2015 un análisis de estratigrafía muraria en el espigón del Sur o de la Ribera que ha permitido identificar, parcialmente oculta por reformas del siglo XVIII, los vestigios del espigón islámico que formaba *bury al-Ma*. De otra, en la puerta de la Ribera, que conecta la playa de este nombre con la ciudad, se han realizado catas paramentales que han revelado distintas fábricas históricas, algunas de ellas de indudable filiación portuguesa (HITA, VILLADA, en prensa).

La arqueología subacuática cuenta en Ceuta con una larga tradición que se vincula a la figura de Juan Bravo Pérez quién a mediados del siglo XX comenzó las primeras recuperaciones junto a varios escafandristas ceutíes (BERNAL, 2004). Sus investigaciones se centraron en el estudio de las anclas y ánforas que aparecían en gran cantidad en el litoral ceutí para concentrarse posteriormente en el pecio de un navío francés naufragado en los isleos de Santa Catalina a fines del siglo XVIII (BRAVO, BRAVO, 1989). Paradójicamente del periodo islámico, tan fructífero en recuperaciones en tierra, apenas fueron localizados restos, excepción hecha de algunas tinajas que forman parte hoy de la colección del Museo de Ceuta. En lo que afecta a la etapa portuguesa únicamente pueden citarse dos versos de bronce y alguna otras piezas de menor entidad procedentes todos ellos de un navío hundido en la bahía norte (VILLADA, HITA, SUÁREZ, 2011; HITA, VILLADA, 2015).

En 2007-2008 fue elaborada la *Carta Arqueológica Submarina de Ceuta* (NORIEGA, 2008). La información oral y publicada sobre las recuperaciones realizadas fue confrontada con las prospecciones realizadas definiéndose de este modo distintas áreas de protección y servidumbre arqueológica en razón de la aparición en las mismas de testimonios de tiempos pasados.

Una de ellas se encontraba en la dársena del actual puerto. Las prospecciones indicaban la posible existencia de un naufragio que por la datación asignada al material recuperado había sido fechado de manera provisional en el siglo XVI.

En 2012 se llevó a cabo una nueva intervención arqueológica subacuática a fin de caracterizar con más precisión este lugar.

La nueva prospección arqueológica permitió determinar tres puntos de interés correspondientes a dos fondeaderos, ambos de amplia cronología (siglos XII-XX), y a un pecio medieval islámico (siglos XIII-XIV) (MATA, 2012).

Culminada la fase de prospección se llevaron a cabo diversos sondeos arqueológicos en estos tres puntos obteniéndose los siguientes resultados:

- En uno de los fondeaderos (Dársena I) se realizaron 11 sondeos de 2 m de diámetro en las zonas de mayor concentración de piezas arqueológicas con una potencia media de 1,40 m. La secuencia documentada comenzaba con un nivel superficial (UE1) de 30-40 cm de espesor correspondiente a época contemporánea (s. XIX-XX). A continuación la UE 2, de apenas 10 cm, no presentaba materiales arqueológicos significativos considerándose una interfaz en la secuencia. Bajo la anterior, en la UE 3, de una potencia aproximada de 40-50 cm, se recuperó una moneda resellada del reinado de Felipe III junto a proyectiles de plomo de sección circular posiblemente para mosquetes. A medida que se profundiza en esta UE la aparición de cerámicas de época medieval comienza a incrementarse. Este nivel reflejaría la existencia de un fondeadero activo desde el periodo bajomedieval hasta los siglos XVI-XVII. Las unidades inferiores (UE IV, V y VI) no presentan material arqueológico significativo desde un punto de vista arqueológico.

- En el segundo de los fondeaderos (Dársena III) se realizaron 8 sondeos con una estratigrafía bastante semejante. Tras un primer nivel fechado en los siglos XIX y XX los inferiores muestran materiales de amplia cronología que denotan el uso de este fondeadero a partir del siglo XI.
- En el lugar interpretado a raíz de las prospecciones efectuadas como un posible pecio medieval (Dársena II) se llevaron a cabo un total de 21 sondeos, de 2 m de diámetro, con potencias que oscilan entre 1 y 1,5 m. La estratigrafía se caracterizaba por la pronta aparición de materiales islámicos, sobre todo en los niveles más superficiales, bastante bien conservados. Responden a una amplia tipología y pueden ser datadas en general entre los siglos XII y XIV. También se han localizado diversas piezas relacionadas con la navegación (muerto de fondeo de piedra, un ancla pétreo y un ancla de hierro) y con la pesca (pesas de pesca en plomo) así como un escandallo de plomo, elementos estos últimos de difícil adscripción cronológica por su dilatado uso.

La aparición de piezas en buen estado de conservación, de cronología bastante homogénea y sin continuidad en los niveles inferiores de los sondeos ha llevado a sus excavadores a sugerir su origen en un pecio, posiblemente producto de un naufragio, situado más al norte, cerca de la actual bocana del puerto. Desde allí, por circunstancias naturales o antrópicas, pudieron ser desplazados hasta el punto en que fueron localizados.

7. Conclusiones

El papel esencial que el puerto de Ceuta desempeñó en el periodo analizado contrasta vivamente con la escasez de estudios sobre él mismo. La parquedad de las fuentes disponibles y la inexistencia de un proyecto interdisciplinar focalizado en este estudio explican esta situación.

No obstante, como se ha puesto de manifiesto en estas páginas, existen datos significativos que merecen ser analizados en profundidad.

En el caso particular de la arqueología las intervenciones realizadas demuestran que estamos aún en un estado muy inicial de la investigación pero que los resultados hasta ahora son significativos. No cabe duda que la continuidad en la investigación, especialmente en aquellos lugares más propicios como por ejemplo las inmediaciones de San Amaro y en general la franja litoral entre el muelle de Alfau y los isleos de Santa Catalina, permitirá obtener datos de extraordinario valor sobre la historia marítima de Ceuta.

En cuanto a la arqueología terrestre llama la atención como la alteración sufrida en los terrenos del frente marítimo histórico hace que los avances se circunscriban exclusivamente al interior de los elementos fortificados en los que ha pervivido en el subsuelo la secuencia de ocupación. También fases correspondientes a los siglos estudiados aquí están presentes en sus estructuras actuales reaprovechan vestigios de otras más antiguas.

Fuentes Árabes

ANÓNIMO (1952), *Al hulah al-Masiyya. Crónica árabe de las dinastías almorávide, almohade y benimerín*, traducción de A. Huici Miranda, Tetuán.

Muhammad ibn al-Qasim al-ANSARI (1962), “Descripción de Ceuta musulmana en el siglo XV”, trad. y notas J. Vallvé Bermejo, *Al-Andalus*, vol. 27, nº 2, pp. 398-441.

Muhammad ibn al-Qasim al-ANSARI (1982-83), “La physonomie monumentale de Ceuta: Un hommage nostalgique a la ville par un de ses fils: (Traduction annotée de son Ihtisar al-ahbar)”, traducción y notas A. Turki, *Hespéris-Tamuda*, vol XX-XXI, pp. 113-162.

Abd el-Haq al-BADISI (1926), *El-Maqsad (Vies des saints du Rif)*, traducción anotada de G. S. Colin, Archives Marocaines, vol. XXVI, Paris.

Abu Obeid al-BAKRI (1859), *Description de l’Afrique Septentrionale*, trad. de Mac Guckin de Slane, Paris.

ABU-L-FIDA (1848), *Géographie d’Aboulfèda*, traducido por M. Reinaud, Paris.

Ibn Abd al-HAKAM (1996), *Conquista de África del Norte y de España*, traducción y notas Eliseo Vidal Beltrán, Valencia.

IBN HAWQAL (2015), *Kitab Surat al-Ard*, trad. Simon Pierre <http://www.culture-islam.fr/con-trees/maghreb/ibn-hawqal-kitab-surat-al-ard-v-960-n-e-ceuta-et-tanger-idrissides-et-omeyyades> [consultado el 15.12.2015].

Ibn IDARI al-Marrakusi (1952), *Al Bayan al Mugrib fi ijtisar ajbar muluk al Andalus wa al Magrib*, traducción A. Huici Miranda.

Ibn IDARI al-Marrakusi (1963) *Al Bayan al Mugrib. Nuevos fragmentos*, traducción A. Huici Miranda.

IBN AL-JATIB, (2002), *Mi’yar al Ikhtiar*, trad. de H. Ferhat incluida en “Savoire et négoce á Ceuta aux XIIe et XIIIe siècle”, pp. 156-157, *Ceuta en el Medioevo: La Ciudad en el Universo árabe*, Ceuta.

IBN MARZUQ (1979), *El Musnad. Hechos memorables de Abū-l-Ḥasan, sultán de los benimerines*, trad. M. J. Viguera, Madrid.

Abu-l-Abbas Ahmad AL-QALQASANDI. (1951), *Marruecos a comienzos del siglo XV* según, trad. Luis Seco de Lucena, Tetuán.

Ahmad ibn Musa al-RAZI (1975), *Crónica del moro Rasis*, edición Diego Catalán y María Soledad de Andrés, Madrid.

Ishaq ibn al-Hasan abi-l-Husayn al-ZAYYAT (1989), *El Dikr al-Aqalim (Tratado de Geografía Universal)*, edición de Francisco Castelló, Barcelona.

Otras Fuentes

A. CORREA DE FRANCA (1999), *Historia de la mui noble y fidelissima ciudad de Ceuta*, edición M. Carmen del Camino, Ceuta.

V. FERNANDES (1938), *Description de la Côte d’Afrique de Ceuta au Sénégal*, edic. de P. de Cenival y Th. Monod, Paris.

- M. FERREIRO et al. (1860), *Carta esférica de la costa de África en el estrecho de Gibraltar que comprende desde el río de las Ostras hasta Ceuta y sus fondeaderos*, Madrid, 1860, 2ª ed.
- J. MASCARENHAS (1915), *História de la Ciudad de Ceuta. Sus sucesos militares, y políticos; memorias de sus santos y prelados, y elogios de sus Capitanes Generales escrita en 1648*, editor A. de Dornelas, Lisboa.
- D. PACHECO PEREIRA (1892), *Esmeraldo de situ orbis*, edición Rafael Eduardo de Azevedo Basto, Lisboa.
- PIRI REIS (2007), *Kitab-I Bahriye. Libro para navegantes*, J. E. Lechuga de Serantes coordinador, Madrid.
- J. PEETERS (1665), “Ceuta”, en *Diverse Viste delli Luoghie Contrade di Barbaria e il Stretto di Gibraltar*, Amberes.
- BENEDITO DE RÁVENA (inédito), [*Proyecto de construcción de la Muralla Real de Ceuta*], Archivo Nacional de Torre do Tombo, Corpo cronológico, parte 1, maço 69, n. 125.
- P. TEXEIRA (2002), *El atlas del Rey Planeta. La Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos*, ed. Felipe Pereda y Fernando Marías, San Sebastián.
- TOFIÑO DE SAN MIGUEL, V. (1787), *Derrotero de las costas de España en el Mediterráneo y su correspondiente de África para inteligencia y uso de las cartas esféricas*, 2 vols., Madrid.
- ZURARA, G.E. (1792), *Chronica do Conde Dom Pedro de Menezes*, ed. José Correa da Serra, Collecção de livros inéditos de historia portuguesa dos reinados de D. Joaó I, D. Duarte, D. Affonso V e D. Joaó III, tomo II, 1792, p. 213 y ss.
- ZURARA, G.E. (1915), *Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João I*, Lisboa.

Bibliografía

- AA.VV. (2004), “Ports et commerce maritime islamiques. Présentation du programme APIM (Atlas des ports et itinéraires maritimes du monde musulman)”, en *Actes des congrés de la Societé des historiens médiévistes de l’enseignement public. 35e congrés. Ports maritimes et ports fluviaux au Moyen Age*, La Rochelle, pp. 79-97.
- BERNAL CASASOLA, D. (ed.) (2004), *Juan Bravo y la arqueología subacuática en Ceuta. Un homenaje a la perseverancia*, Ceuta.
- BRAVO PÉREZ, J. / BRAVO SOTO, J. (1989), *La flota que no llegó a su destino (Naufragio de dos navíos franceses en Ceuta, 1692)*, Granada.
- CASADO, J. L. (2002), “Construcción naval y navegación”, *Historia de la ciencia y de la técnica en la Corona de Castilla*, II, Salamanca, pp. 435-501.
- CHERIE, M. (1996), *Ceuta aux époques almohade et mérinide*, Paris.
- CORREIA, J. (2008), *Implantação da Cidade Portuguesa no norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto.
- FERHAT, H. (1993), *Sabta des origines au XIVème siècle*, Rabat.
- GOZALBES BUSTO, G. (2002), “Ceuta y el estrecho en las fuentes árabes”, en *Ceuta en el Medievo: la ciudad en el universo árabe*, Ceuta, pp. 263-290.

- GOZALBES CRAVIOTO, C. (1989), “El agua en la Ceuta medieval: Obtención, almacenamiento y distribución”, *I Coloquio de Historia y medio físico*, Almería.
- GOZALBES CRAVIOTO, C. (1998), “El gran aljibe medieval de la Almina de Ceuta”, *Homemaje a Carlos Posac Mon*, tomo I, pp. 471-487, Ceuta.
- HITA RUIZ, J.M. / LERÍA AYORA, A. (coord.) (2012), *Agua, cerámicas y ciudad en la Ceuta medieval*, Ceuta.
- HITA RUIZ, J.M. / VILLADA PAREDES, F. (2012), “El pescado en la alimentación de la Ceuta islámica”, en *Memória dos sabores do Mediterrâneo*, Mértola, pp. 69-82.
- HITA RUIZ, J.M. / VILLADA PAREDES, F. (2015), “De Madina a Cidade. El caso de Ceuta”, Texeira, A., Villada, F., Da Silva, R. (eds.), *Lisboa, 1415, Ceuta: historia de dos ciudades, história de duas cidades*, Ceuta, pp. 37-40.
- HITA RUIZ, J.M. / VILLADA PAREDES, F. (2015), “Verso”, Texeira, A., Villada, F., Da Silva, R. (eds.), *Lisboa, 1415, Ceuta: historia de dos ciudades, história de duas cidades*, Ceuta, pp. 250-253.
- HITA RUIZ, J.M. / VILLADA PAREDES, F. (en prensa), “Puertas y corchas de la Muralla Real de Ceuta”, *Congreso internacional Los orígenes de la expansión europea*, Ceuta, 1-3 de octubre de 2015.
- LEÓN ROJAS, J. (2011), “12 de diciembre de 1949: tragedia en el Estrecho”, *Aljaranda*, 83, pp. 11-17.
- LLORCA NIETO, M. (2014), *Análisis de la influencia de las condiciones meteorológicas en la navegación por el estrecho de Gibraltar*, Barcelona (<http://hdl.handle.net/2099.1/22222>) (consulta 21.02.2016).
- MATA, J. (dir.) (2012), *Intervención arqueológica subacuática en la Dársena de Ceuta (Ciudad Autónoma de Ceuta)*, Inédito (original depositado en la Consejería de Educación, Cultura y Mujer de la Ciudad Autónoma de Ceuta).
- MATOS, J. B. (en prensa), *De Mar contra la Tierra. Mazagan, Ceuta y Diu, primeras fortificaciones abaluartadas en la expansión portuguesa. Estudio Arquitectónico*, Tesis Doctoral, Ceuta.
- MOSQUERA MERINO, M. C. (1994), *La señoría de Ceuta en el siglo XIII (Historia política y económica)*, Ceuta.
- NORIEGA, J. (dir.) (2008), *Carta arqueológica subacuática de Ceuta*, inédito (original depositado en la Consejería de Educación, Cultura y Mujer de la Ciudad Autónoma de Ceuta).
- PALOMARES LOSADA, A. M. (2002), *Caracterización del régimen de vientos y desarrollo de un modelo de predicción eólica a escala local en el estrecho de Gibraltar*, Madrid (<http://eprints.ucm.es/4452/>) (consulta 20.02.2016).
- PEDROSA, F. G. (2013) *As tercenais medievais e a terçanabal do Infante D. Henrique*, Lisboa (http://academia.marinha.pt/PT/edicoes/Documents/Tercenas_medievais.pdf).
- PICARD, CH. (1997), *L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*, Paris.
- RIUDAVETS Y TADURY, P. (1860), *Derrotero general del Mediterráneo*, Madrid.

RODRÍGUEZ GÓMEZ, M. D. (2005), “La evolución urbanística medieval de los principales fondeaderos del Haba según los viajeros y otras fuentes. I: Tetuán y Ceuta”, en J. P. Monferrer Sala y M. D. Rodríguez Gómez, *Entre Oriente y Occidente. Ciudades y viajeros en la Edad Media*, Granada.

RUIZ OLIVA, J. A. (2002), *Fortificaciones militares de Ceuta: siglos XVI-XVIII*, Ceuta.

SUÁREZ PADILLA, J., VILLADA PAREDES, F. y FERNÁNDEZ AHUMADA, G. (2015), “Un tramo singular del frente norte de las Murallas de Ceuta: La puerta de Santa María”, en Teixeira, A., Villada, F., Da Silva, R. (eds.), *Lisboa, 1415, Ceuta: historia de dos ciudades, história de duas cidades*, Ceuta, pp. 245-247.

TORRES BALBÁS, L. (1946), “Atarazanas hispano-musulmanas”, *al-Andalus*, XI, pp. 175-209.

VARGAS-MACHUCA, A.; MORA GÓMEZ, M., (2008), *Platerce. Plan territorial de protección civil*, Ceuta.

VILLADA PAREDES, F. (2013), “De huma parte cercados do mar, e da outra dos imigos... Notas sobre a defesa de Ceuta desde 1415 até ao reinado de D. Manuel I (1415-1521)”, *Artis*, 1, pp. 9-19.

VILLADA PAREDES, F. (2015), “Los puertos del estrecho de Gibraltar en los siglos XIV y XV. Una perspectiva arqueológica”, en E. Aznar y R. Zalacaín (coords.), *De mar a mar. Los puertos castellanos en la Edad Media*, La Laguna, pp. 213-256.

VILLADA, F., HITA, J. M., SUÁREZ (2011), “Vestigios arqueológicos del periodo portugués (1415-1668) en Ceuta”, *Congreso Internacional de História Portugal e o Magrebe / Congrès International d’Histoire Portugal et le Magrebe*, Lisboa-Lagos 2008, Lisboa.

MEIOS CULTURAIS E RELIGIOSOS EM CEUTA ENTRE 1400 E 1415: O TESTEMUNHO DE UM HISTORIADOR DO LIVRO E DAS MENTALIDADES

Manuel Cadafaz de Matos

In memoriam Profs. **V. Magalhães Godinho** (1918-2011); **Mohamed Sijelmassi** (Marrocos, 1938-2007); no período em que este trabalho teve concluída a sua produção, foi executado, entre as ruínas de Palmyra, **Khaled al-Assad** (1934-18/VIII/2015), defensor do secular património árabe (agora destruído)

Uma questão subsiste, à qual procuramos trazer, aqui, algumas respostas. Ao longo de séculos procurou-se fazer passar a mensagem – mesmo entre historiadores credenciados – de que a entrada, em Agosto de 1415, dos Portugueses em Ceuta (violenta, à maneira de *vikings*, segundo António José Saraiva), foi um triunfo dos valores do Cristianismo sobre os *inimigos da fé*. Um triunfo da Cultura europeia milenar sobre a *barbárie*.

O Cristianismo, como defensor de uma verdade única, abrangente e em crescimento – na sua pretensa hegemonia espiritual, bélica e tática – procurava sobrepor-se ao Islão. A ausência de tolerância (ou mesmo alguns desígnios de incidência económica), continuava nesse primeiro quartel do século XV a fazer imperar – ao revés da ideologia de alguns santos, crentes e sábios cristãos – um culto também de intolerância.

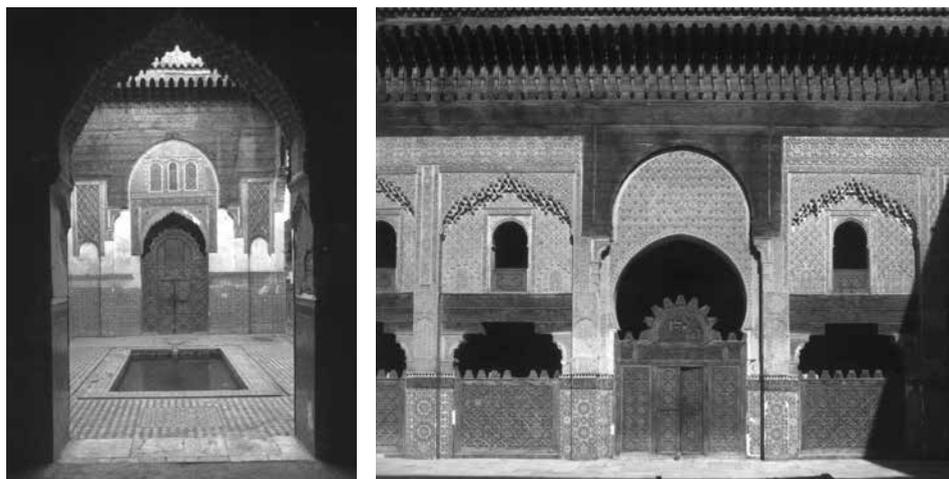
No presente estudo, focado na área da História do Livro Árabe, procura-se paten-tear, no essencial, todo um universo espiritual, cultural e científico que o mundo muçul-mano detinha já nesse período, em particular no norte de África, na região marroquina.

O ensino e formação no contexto da *madrasa*

Numa análise comparativa entre as tradições do recurso ao livro e o papel dos calí-grafos, entre o Extremo Oriente e a África do norte ao longo do período medieval, os historiadores do livro confrontam-se com os mais variados e interessantes testemunhos. Segundo informações chegadas desse período e, em particular do Médio Oriente, a arte da transmissão dos textos encontrava-se bem viva, em meios urbanos como Bagdad, o Cairo, ou Tunes, tal como nas principais cidades de Marrocos.

Um facto (entre outros) que o prova cabalmente, foram as condições em que o cien-tista Ibn Sina – mais conhecido no ocidente europeu por Avicena (Boukhara, 980-1037) – produziu uma tão abundante como empolgante obra desde o domínio das Ciências (e sobretudo da Medicina) a outras esferas do saber que hoje poderíamos enquadrar na esfera das Ciências do Homem.

Torna-se fácil detectar, assim, em termos sincrónicos e numa viagem imaginária do Oriente para o Ocidente, o papel e a função de instituições como a madrasa. Estas perspectivam-se, na sua diversidade (mas também na sua unicidade), a pugnar, neste mesmo período e no essencial, pela defesa dos valores da fé, mas também da Cultura e da Ciência. Referimo-nos à tipologia da *madrasa* existente em cidades – para além da de Damasco – como as de Alepo (Ásia Menor), Bujía, Argel, Ceuta¹ Fez², ou Marraquexe.



Dois aspectos da *madrasa* existente na cidade de Fez, Marrocos.
Apud A. Toremocha Silva, 2006: 79; e V. Enamorado Martínez, 2006: 345.

Quanto ao sul da Península Ibérica, no mesmo contexto islâmico – não falando das universidades onde a tradição islâmica era cultivada e transmitida – veja-se o caso da instituição da *madrasa* em cidades como Granada ou Málaga.

¹ Virgílio Martínez Enamorado, *Epigrafia y Poder. Inscripciones árabes de la Madrasa al-Yadida de Ceuta*, Cidade Autónoma de Ceuta, Conselho de Educação e Cultura / Museu de Ceuta, 1998; Fernando Villada Paredes, “Ceuta en vísperas de la conquista portuguesa”, in *A conquista de Ceuta, Conselho Régio de Torres Vedras* (coord. Carlos Guardado da Silva), Lisboa, Câmara Municipal de Torres Vedras / Colibri, Maio de 2015, pp. 65-96.

² Cfr. António Toremocha Silva, A *madrasa* de Fez ‘Al-Sahrig’, 1322-1323, in “A Los nazaries de Granada y los merinies del Magreb”, na antologia de estudos *Ibn Jaldún, El Mediterráneo en el siglo XIV. Auge y declive de los Imperios* (coordenação de M^a. Jesús Viguera Molins (2 vols.), vol. I, 2006, pp. 74-81. Veja-se ainda a foto aqui reproduzida (com agradecimento ao respectivo autor e editores), in p. 79; e Virgílio Martínez Enamorado, no mesmo catálogo, onde edita por sua vez uma foto referente à *madrasa* al-At-tarin, da mesma cidade de Fez, no seu estudo “Saber, poder e madrasas...”, ainda constante da mesma antologia de estudos *Ibn Jaldún, El Mediterráneo...*, ant. cit. pp. 342-347, em particular in p. 345.

Importa sublinhar, por outro lado, que a difusão da *madrasa* constitui, de igual modo, uma revolução muito particular no domínio da educação. Deve-se a R. Bulliet o ter sustentado este ponto de vista, em 1994, numa argumentação com alguma novidade.

– Ver **Documento II**.

Observando-se a tipologia diversificada da *madrasa* marroquina, de entre os séculos XII e XV, Mohamed Sijelmassi especifica que esta instituição – cuja construção é sempre impregnada do estilo da sua época – pode ser sempre associada, em quaisquer dos seus aspectos, à universidade de hoje. Constituída “*por um local de ensino, sumptuosamente decorado com arabescos de zellij, ela comportava também uma mesquita para os crentes orarem*”. Havia o espaço em que “*eram alojados quer os estudantes, quer alguns professores, uma biblioteca contendo por vezes centenas de milhares de manuscritos de todos os géneros que tanto os estudantes, os investigadores, ou os leitores de passagem, na sua itinerância, podiam consultar*”⁴.

Ao longo da Idade Média na região de Marrocos a *madrasa* era uma instituição amplamente generalizada. Soberanos, príncipes e mecenas tinham estado na base da fundação – desde a mais antiga que é conhecida, a de Fez, que remonta já ao século IX⁵ – das implantadas em outras cidades como Ceuta, Rabat, ou Marraquexe.

São conhecidas, deste modo, as formas de interacção destas instituições de formação espiritual e de ensino, acarinhadas por soberanos e príncipes, com outras unidades de estudo e difusão espiritual, durante a difusão do Islão por terras do centro-sul da Península Ibérica. Compreende-se neste contexto, pois, o conjunto de códices de autores árabes que, sobretudo desde os séculos XI e XII ou foram traduzidos em cidades como Toledo, ou engrossaram colecções bibliográficas como as bibliotecas árabes existentes em urbes como Granada, ou Sevilha, e, séculos depois, a colecção do mosteiro do Escorial.

Cada uma dessas colecções bibliográficas de códices islâmicos foram fundadas em circunstâncias culturais e históricas e, até, em contextos políticos diferenciados. Uma delas, a seiscentista, do Escorial, nasceu de circunstâncias sócio-culturais bastante adversas, tendo até estado na origem de um contencioso diplomático entre Marrocos e Castela⁶.

⁴ Mohamed Sijelmassi, “Le manuscrit miroir du passé”, in *Enluminures des Manuscrits Royaux au Maroc (Bibliothèque al-Hassania)*, compilação e estudo de Mohamed Sijelmassi, Paris, ACR Édition, 1987 (com prefácio pelo islamólogo francês André Miquel, Professor do Collège de France), p. 10.

⁵ Esta *madrasa* de Fez tinha sido fundada já em 857, por uma mulher de cultura marroquina, Fatima al-Fatin al-Fihrya.

⁶ Na segunda década do século XVII, em 1612, Moulay Zaidane tinha-se visto forçado a abandonar o reino de Marrocos e a cidade de Marraquexe em particular. Viajando numa nau tentando alcançar o seu novo lugar de fixação, essa embarcação – com o seu séquito (e na qual se transportava tão valiosa biblioteca de fontes bastante raras em códice) – acabaria por ser capturada por piratas castelhanos, quando se aproximava já da cidade de Agadir. Tais interceptores, depois de algumas vicissitudes, acabariam por ver todos esses fundos ser conduzidos para a Biblioteca de Sua Magestade do rei de Espanha, no Palácio do Escorial. Pelo menos por duas vezes, durante os séculos XVII e XVIII, o Reino de Marrocos procurou negociar o regresso de tão valiosos códices ao local de onde tinham saído. Tais negociações, porém, nunca tiveram quaisquer resultados e essas valiosas ainda hoje se encontram no Escorial, onde têm sido objecto de diversificados programas de investigação e de edição.

Formação espiritual e cultural do foro público-institucional ao foro privado (a manutenção da tradição) no plano da *madrassa*: uma situação já em declínio em começos do século XV?

Entre os séculos XIII e XV, o conhecimento e o saber das populações árabes em geral – num contexto de ausência de domínio dos signos da escrita (em termos de iliteracia, mas não sendo tal verdade em relação à imagem) – transmitia-se particularmente, na maioria das situações, no plano da oralidade.

Nessa sociedade islâmica urbana medieval, a sociedade *de informação e de conhecimento* não se processavam apenas no âmbito de uma escrita directa, ou seja, captada por uma leitura directa. Isso porque é sabido que imperava então, nesse período, *grosso modo*, o analfabetismo.

Em termos sociais, existia então uma profunda barreira, no plano da formação espiritual e cultural, entre as realidades urbanas e as aldeãs ou de carácter regional. Nestas últimas eram então obviamente gritantes os referidos índices de analfabetismo.

Nas sociedades árabes urbanas, por seu lado, existia uma nítida demarcação entre ao papel da família (na primeira formação ou infantil) e a formação propiciada a adolescentes e adultos, a um nível de foro público-institucional e a um nível de foro privado (no plano da manutenção da tradição).

Era nesse contexto urbano que a *madrassa*, num plano institucional, cumpria um papel institucional formativo, muitas vezes formando, como já atrás referimos, elites viradas para a continuidade das oligarquias no poder. E para avaliar esse papel interventivo social da *madrassa* na África do norte, pode recuar-se até já à primeira metade do século XIII e à implantação da mais antiga instituição desse tipo em Ceuta.

Houve a registar, depois, a própria evolução do próprio sistema de ensino nessas instituições formativas de carácter urbano. V. Enamorado sustentou, a este respeito, que a instauração na *madrassa*, ao longo do século XIV, de “*um sistema de ensino absolutamente normalizado*” acaba por pressupor, ao mesmo tempo, “*o declinar do esplendor cultural islâmico*”⁷.

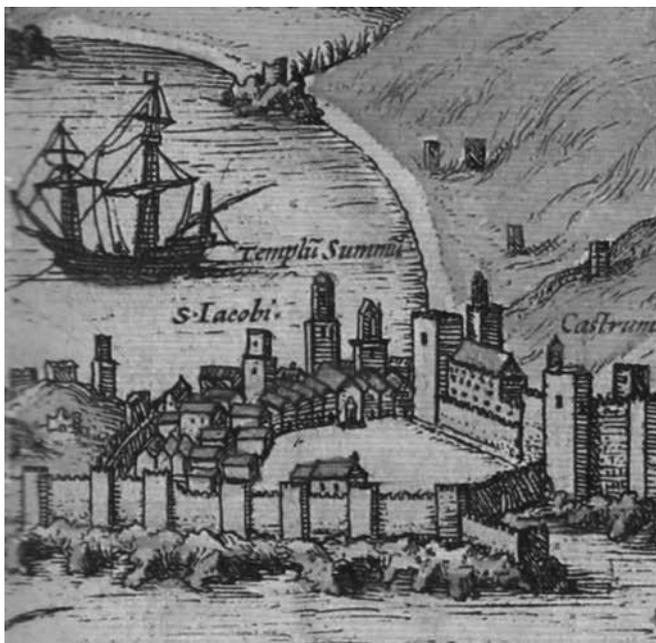
Quanto à cidade de Ceuta, a mais antiga instituição desse tipo fora a *madrassa al-Shâriyya*, que havia sido fundada já em 1238⁸. Tudo parece indicar, assim, que quando anos depois, em 1415, os portugueses se apoderaram de Ceuta o procedimento acabaria por ser o mesmo que o seguido na cidade de Silves, no Algarve, em 1189⁹: destruir, na *legalidade* imposta, o principal templo de oração local, a mesquita – sedimentado nos

⁷ V. Enamorado, 1998: 17; idem, 2002: 40.

⁸ Essa data foi atribuída por Ibn’ Abd al-Malik al-Marrâkushî, na biografia de al-Sharrî in *Dhayl*, vol. VIII, 198, ao escrever um elogio à actuação daquele como fundador da referida *madrassa*. Remete-se a este respeito para V. Enamorado, “Epigrafia y poder. Inscripciones arabes de la madrasa al-Djadida”, Ceuta, Museu de Ceuta, 1998, p. 53.

⁹ Manuel Cadafaz de Matos, “Alguns aspectos simbólicos e, sobretudo ideológicos associados à edificação da primitiva Sé de Silves”, in idem, *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo*, estudo de introdução (pp. 7-152), Lisboa, Edições Távola Redonda e Câmara Municipal de Silves, 1999, pp. 35-38.

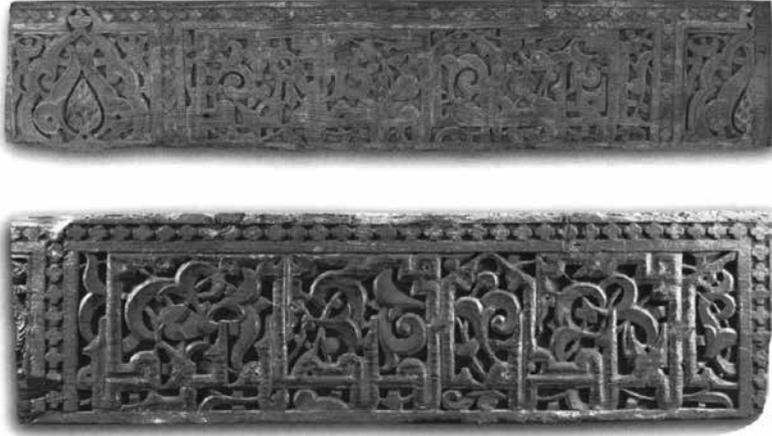
procedimentos da cultura e da espiritualidade local – e em seu lugar fazer edificar um templo cristão, neste caso a igreja de Sant’Iago.



Igreja de Sant’Iago, em Ceuta, numa gravura de Jorge Bráunio, de 1582 (da colecção do CEHLE); e actual catedral de Ceuta.

Dessa primitiva *madrassa* ceutí – mesmo sabendo-se que já no século XIX mãos sem respeito pela cultura antiga em Ceuta tenham feito desaparecer o que se mantinha da antiga *madrassa* – foram identificados em boa hora já ao longo do século XX, por

historiadores como Virgílio Martínez Enamorado e Fernando Villada, alguns válidos testemunhos arqueológicos que fazem reavivar o sentido dessa instituição nos tempos do seu esplendor medieval.



Dois frisos em madeira, de c. 1347, presumivelmente provenientes da madrasa de Ceuta. (Apud V. Enamorado, 2006, in catálogo *Ibn Jaldún*, II, pp. 73; e 242).

Tudo parece apontar, pois, que quando os portugueses acabaram – pela conquista de Ceuta – por destruir o sistema de ensino de formação e ensino que ainda vigorava na *madrasa* local, em Agosto de 1415, esse modelo operativo já conhecia, nessa fase, um significativo declínio (comparativamente com fases anteriores).

Da História da Leitura operativa quer no contexto das *madâris* quer no foro privado e grupal

A partir do carácter formativo no contexto da *madrasa*, importa reavaliar, assim, mesmo que de um ponto de vista sumário, o *modus operandi* da História da Leitura nesse período tardo-medieval da Cultura árabe. Pretende-se significar, afinal, o espaço intercalar que vai de um autor (ainda que anónimo) ao destinatário/usufruidor – mesmo que através de um *leitor intermediário* – desse mesmo texto.

O autor, aquele põe um texto ou uma obra em *circulação* – num espaço transitivo e sem volta de regresso possível (pois ao ser lido e interpretado um texto deixa de ser o mesmo) – dá-lhe em si vida própria, autonomiza-o ao nível do *soi-même* ricoeuriano.

Um texto escrito, sustenta um velho correspondente nosso, Paul Zumthor (1915-1995), “é apenas uma transição entre eu e ele, um outro definitivamente ausente de nossa comunidade...”¹⁰.

¹⁰ Paul Zumthor, *Parler du Moyen Âge*, versão em língua portuguesa a cargo de Jerusa Pires Ferreira, São Paulo, Perspectiva, 2009, p. 116.

As sociedades árabes (aliás, nesse âmbito, tal como as europeias), neste quadro temporal de transição do século XIV para o século XV, continuavam, grosso modo, a caracterizar-se pelo amplo analfabetismo, atrás referido.

Após a segunda metade do século XV e a partir do efeito *tipográfico-gutemberguiano*, as sociedades europeias, mas também as muçulmanas, vieram a beneficiar de um novo paradigma, o da reprodutibilidade técnica dos textos (aliviando de alguma forma o trabalho dos calígrafos) – um domínio da escrita *crescente*. Nesse período, tais alfabetos eram muitas vezes, sobretudo em contextos urbanos, induzidos à compreensão dos conteúdos da escrita, com recurso a imagens (como no contexto cristão europeu sucedia, num plano catequético, pelo recurso a gravuras bíblicas, com o seu carácter narrativo).

No contexto do Islão, neste fascinante terreno da História da Leitura medieval, ocorrem fenómenos de uma particular importância no domínio da comunicação para alfabetos.

Essa comunicação era feita, muitas vezes, a partir de manuscritos, com recurso a outrem, ou seja, os *leitores intermediários*. Tais manuscritos reunidos, colecionados e em poder de sábios e homens afectos à cultura, não constituíam um bem na sua fixação, *estáveis* por assim dizer. Eram uma matéria-prima também *móvel*, que no circuito dos calígrafos, escribas ou homens de cultura, facilmente partiam para outras paragens, levados por viajantes dos mais diversos, sempre à procura de (novos) leitores, ou de quem reconhecesse neles um poder, *inclusive*, venal.

O manuscrito dessa época – segundo a filosofia e o carácter do projecto *BMED: S.P.M.G.*, que temos vindo a coordenar, encontra-se associado a uma quádrupla vertente: a de *Semântica, Poder, Mobilidade e Globalização* (precisamente a aludida sigla SPMG).

Nesse sentido, portanto, no contexto da História da Leitura do mundo islâmico medieval, tais manuscritos constituíam por vezes, num dado plano urbano ou mesmo rural, o epicentro de *reuniões de formação* caracterizadas por dois polos complementares: de um lado os *leitores intermediários* e, do outro, as comunidades interessadas na formação, nas bases iniciáticas ou de desenvolvimento dos saberes até aí adquiridos. E essa forma interventiva no social decorria praticamente sempre em *alta voz*.

A arabista francesa Jacqueline Sublet¹¹, que estudou em rigor este fenómeno, estabeleceu que, nesses contextos, era “*a leitura em alta voz que facultava aos leitores e aos auditores a ocasião de poderem intervir, cada um por sua vez, por meio de inscrições, nas margens e nos espaços em branco de um dado códice ou manuscrito*”. E adianta que essa era uma forma de “*perpetuar, assim (paradoxalmente, por escrito) os mecanismos da transmissão oral*”¹²

¹¹ Jacqueline Sublet (n. 1934), ex-membro do IRHT (CNRS), em Paris, foi uma das responsáveis do projecto *Onomasticon Arabicum*. Ela é a autora, entre centenas de trabalhos no âmbito da Cultura Árabe, da tese (1989) sobre o tema *Le Nom en Islam: étude onomastique du nom propre dans le Proche-Orient médiéval*, a qual veio a ser editada em 1991 sob o título *Le voile du nom: essai sur le nom propre arabe*.

¹² Jacqueline Sublet, “Les marges du manuscrit arabe, espace de la transmission orale”, in *Le Livre au Moyen Âge*, sob a direcção de Jean Glenisson, Paris (Presses du CNRS, 1988), nova edição, Paris, CNRS Éditions, 2002, pp.109-111 (de onde reproduzimos, com a devida vénia à BnF e ao Projecto coordenado por esta islamóloga, duas ilustrações de códices árabes aqui apresentados neste contexto específico da História da Leitura). Cfr., ainda, Manuel Cadafaz de Matos, “Projecto *Onomasticon Arabicum* nas suas duas fases complementares, com particular incidência sobre a Idade Média, celebra primeiro centenário de actividade editorial”, in *Revista Portuguesa de História do Livro*, vol. 35-36, Lisboa, CEHLE, 2015, pp. 731-752.



No fólho do primeiro códice, à esquerda (Paris, BnF, Arabe, 709. fl. 2) o leitor encontra-se, segundo J. Sublet, perante “uma recolha de tradições proféticas redigida no século IX, com uma *atestação das suas transmissões* até ao século XII. No fólho do outro códice, à direita (Paris, BnF, Arabe, 1237. fl. 1), apresentam-se, para além do título, quer *marcas de posse*, quer *certificações de leitura*, de um Mss. do séc. XVI.

Pode assim estabelecer-se, em síntese, que os *certificados* e *licenças* testemunham, de facto, que o texto árabe foi lido em voz alta, portanto vocalizado, em presença da autoridade competente. Evocam, sobretudo, o método de transmissão oral do saber tal como ela foi praticada desde os seus primórdios no mundo do Islão¹³.

Pelos elementos gráficos presentes em tal transmissão, neste ou naquele códice islâmico medieval, percepção-se cabalmente, portanto, esse mesmo mecanismo. O próprio mestre escreve, num determinado fólho do manuscrito, o respectivo *certificado de audição*. E explicita, nalguns casos, como deu a tal auditor a sua licença de transmissão¹⁴.

Da circulação de códices (até 1445) na Idade Média em Marrocos à instituição de algumas bibliotecas locais: da do Xequê Alhasane Axárrí de Ceuta, à Al-Hassania, de Rabat

Entre Agosto de 1415 e Fevereiro de 1422, um residente na cidade de Ceuta, Mohâmêde bem Alcáçime, pesaroso pela conquista militar dessa praça – pelo rei de Portugal, D. João I seus filhos e outros aristocratas e militares que aí o acompanharam –

¹³ Jacqueline Sublet, *op. cit.*, p. 111, col. 1.

¹⁴ Jacqueline Sublet, *op. cit.*, p. 111, col. 2.

tinha redigido um *Sumário dos feitos históricos de que ficaram vestígios em Ceuta*¹⁵. Trata-se de um documento que apresenta, para além dos aspectos da dramática situação então ali vivida pela população árabe, algumas relevantes incidências também quanto à vida cultural em tal cidade¹⁶.

Nessa narrativa é feita uma clara alusão, quer à situação social, quer à formação cultural-espiritual das populações locais que era aí dada na *madrasa*. Não se abordando neste documento, na especificidade, a vida das bibliotecas na cidade. Estas instituições específicas, com efeito, contavam-se nesse primeiro quartel do século XV, no entanto, num número inferior ao das que já ali tinham existido num período anterior (como referimos adiante). É essa descrição que retomamos também aqui.

Da vida cultural e espiritual nas bibliotecas de Ceuta após 1415 e do seu decréscimo para cerca de um quarto das outrora existentes

Contavam-se então, com efeito, sessenta e duas bibliotecas científicas: quarenta e cinco encontravam-se, noutros tempos, em casa de famílias nobres e poderosas, como as do Banu Ajuze cujo epónimo, a quem esta família deve a fama de que goza, “*estudou Direito e outras matérias em Cairuão, com Abu Mohâmede ben Abi Zeide e pelos seus tratados*”.

Há outras famílias notáveis além desta: a do juiz Bem Abdalá bem Alçá Atamimi, que foi um dos professores do juiz Abu Alfadie Iade: a do alfaqui, juiz e asceta Abu Abdalá Mohâmede ben Abdalá o Omíada – associado a um dos mausoléus mais notáveis – e que foi igualmente professor deste último; a do alfaqui e tradicionalista Abu Alabás Alazefi Alacmi, homem de esmerada educação, para além de várias outras de renome na época.

É um facto que entre o período de esplendor cultural de Ceuta – mas, mais concretamente, depois da conquista de Ceuta, pelos Portugueses, em Agosto de 1415 e o mês de Fevereiro de 1422, em que Mohâmede ben Alcácime concluiu a redacção deste seu texto – o número das bibliotecas nessa cidade tinha decrescido enormemente. Estava agora reduzido apenas a cerca de um quarto das outrora existentes. Das 62 que antigamente aí se contavam, há algum tempo atrás só sobrevivam, de facto.

Esse cronista árabe faz alusão, de uma forma bem específica, a esta questão. Das dezassete bibliotecas que existiam no seu tempo, nove estavam instaladas em casas que haviam pertencido a alguns alfaquis e chefes militares do século XIV dessa mesma cidade, como o juiz Alhadrami. Este – que se presume ser um cidadão que, nessa época, também já era filho de um juiz – havia nascido c. 1296-1297, tinha recebido (aponta J. Figanier em nota) uma educação esmerada em Ceuta e em Granada, para onde foi deportado durante uma parte da sua vida¹⁷.

¹⁵ Remete-se, para este efeito, para Mohâmede bem Alcácime, “Descrição de Ceuta Muçulmana no século XV”, após tradução para a língua francesa pelo arabista Lévi-Provençal, Lisboa, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, tomo XIII, 2ª. Série, nº. 1, 1947, pp. 11-52, em particular in pp. 26-27.

¹⁶ Mohâmede bem Alcácime, “Descrição...”, edição portuguesa ant. cit., p. 27.

¹⁷ Entre as funções que este Abu Mohâmede veio a desempenhar – regista ainda Figanier – contaram-se as de secretário do sultão Mohâmede Almaclu e do vizir Arrondi, antes de vir a falecer, na cidade de Tunes, em 1448-1349.

Outras figuras de relevo da cidade, também elas, possuíam aí as suas bibliotecas. Era o caso dos filhos de Ibne Abi Haja e outras pessoas de igual relevo na sociedade local ceuti.

Das oito bibliotecas restantes, constituídas em bens ‘de mão morta’ a favor dos estudiosos, a mais importante, pela antiguidade, era uma célebre biblioteca, de fundação remota e com livros raros, que pertenceu ao xeque Abu Alhaçane Axxárrí – dotado de significativa cultura científica¹⁸ e associado ao patronímico Algafequi – e que se encontrava na escola de seu nome. Esta biblioteca específica tinha sido mandada construir por ele, a inteiras expensas suas, sendo a primeira de Marrocos constituída “*em legado pio, para os homens de ciência, pelo que Deus lho deverá tomar em conta*”, alude ainda o cronista.

Esta biblioteca do xeque Abu Alhaçane Axxárrí encontrava-se então, nesse ano de 1422, frente a uma das duas existentes na mesquita antiga. É apresentada, na mesma fonte que aqui seguimos, a sua localização precisa, ou seja, do lado oriental do pátio e nas imediações da porta Axxauáine (que constituía uma das entradas deste templo).

Esta importante livraria de xeque Abu Alhaçane Axxárrí detinha, com efeito (registrou ainda então Mohâmede ben Alcáçime), uma colecção de livros verdadeiramente rica. Todas as artes e ramos do saber se encontravam nela representados por livros numerosos, entre os quais bastantes obras poéticas¹⁹.

Para além das históricas bibliotecas de Ceuta já referidas – nesse aludido primeiro quartel do século XV – as restantes encontravam-se dispersas por toda a cidade. Duas situavam-se na Escola Nova, uma junto à mesquita Alcufale; a outra, na mesquita do cemitério Zaglu, ou seja, do maior templo dessa cidade, depois da mesquita principal, com sete naves, dois pátios e um grande minarete, obra do Governador de Ceuta, o alfaqui Abu Alcáçime Alazefi.

Todas essas referidas bibliotecas não esgotam o conjunto das existentes nessa cidade, no primeiro quartel do século XV. Uma outra desse período que importa ainda ser tomada em conta, era a aí existente na mesquita do arrabalde inferior²⁰.

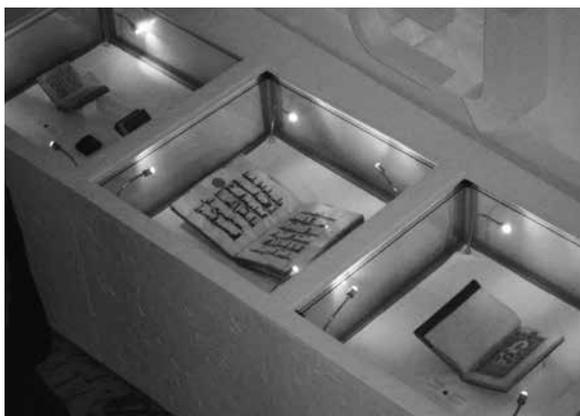
Para uma tipologia sumária dos livros então em circulação em bibliotecas marroquinas como as de Ceuta, c. de 1422 (e de alguns códices iluminados, dos sécs. XI-XV, em circulação posterior). A sobrevivência de alguns códices matriciais na biblioteca *Al-Hassania*, de Rabat

É precisamente neste contexto da História das Bibliotecas e da História da Leitura medieval que temos vindo a proceder também – no âmbito de um outro projecto particular, *LAR-IM, O Livro Árabe num contexto mediterrânico na Idade Média, sécs. IX-XV* – ao levantamento e inerente análise dos conteúdos de alguns dos códices, referentes a Marrocos, ao tempo da conquista da cidade de Ceuta pelos Portugueses. Tais códices tanto eram produzidos, como objecto de leitura, nessa região. Eles circulavam e eram integrados nas bibliotecas da especialidade, como a do xeque Abu Alhaçane Axxárrí, dessa mesma cidade.

¹⁸ Cfr. a edição deste texto, por Joaquim Figanier (1947), p. 20.

¹⁹ Idem, *ibidem*, na edição por Joaquim Figanier (1947), loc. cit.

²⁰ Mohâmede ben Alcáçime, ainda na aludida edição por Joaquim Figanier (1947), loc. cit.



Um aspecto da biblioteca marroquina al-Hassania, da cidade de Rabat, onde se conservam alguns dos mais antigos códices da História do Livro Árabe em conexão com o mundo islâmico medieval; e particularidade de uma exposição, naquela biblioteca.

Nesta apreciação tomamos, como linha de referência, quinze códices iluminados de entre o séc. XI e o séc. XV contantes – outrora como hoje – dos fundos antigos da biblioteca marroquina al-Hassania de Rabat²¹.

Tais códices daquela biblioteca de Rabat – com uma parte deles produzidos, seguramente, nessa região – foram primeiramente identificados e tratados, num plano bibliográfico, por Mohammed Sijelmassi²². Tais fontes permitiram-nos, no seu estudo,

²¹ No segundo semestre de 2015 dirigimos um ofício, na qualidade de coordenador do projecto *LAR-IM, O Livro Árabe num contexto mediterrânico na Idade Média, sécs. IX-XV*, ao director da biblioteca al-Hassania, de Rabat, Doutor Ahmed Chawqui Binebine, sobre os objectivos do nosso projecto, já é pública, tendo sido editada in *Revista Portuguesa de História do Livro*, vol. 35-36, Lisboa, CEHLE, 2015, pp. 698-699.

²² Mohamed Sijelmassi, *Enluminures des Manuscrits Royaux au Maroc*, edição *ant. cit.* (1987). Quando nos anos 80 trabalhámos em Paris com Vicent Mansour Monteil, ainda ali conhecemos este rigoroso bibliógrafo (e médico enciclopedista) marroquino Mohamed Sijelmassi. Ele foi o autor de valiosas obras como *L'Art calligraphique de l'Islam*, de 1976 (em co-autoria com Abdelkébir Khatibi). Ele veio a falecer aos 75 anos de idade, em Casablanca, em 2007. Cfr., ainda, Latifa Benjelloun-Laroui, *Les bibliothèques au Maroc*, Paris, Maisonneuve & Larose, 1990.

a identificação de algumas das tipologias sumárias dos principais livros e autores então representados em Ceuta, em 1422, na aludida biblioteca daquele bibliógrafo marroquino, Abu Alhaçane Axxárri.

Nos meios culturais como o da biblioteca do referido xeque ceutí, não faltavam os códices votados, com efeito – para além das já aludidas obras poéticas – a temas como a ciência e a religião, alguns considerados hoje de produção já muito tardia (em que viveram os seus respectivos autores).

Os códices referenciados por M. Sijelmassi, nem sempre correspondem, cronologicamente, na sua produção caligráfica, ao século em que viveu o seu autor, mas a alguns séculos depois (de que não se tornou possível aventar, mesmo seguindo aquele bibliógrafo marroquino, uma datação específica. Não se trata, no entanto, na grande maioria dos casos, de códices copiados (caligraficamente) em períodos muito distantes da conquista de Ceuta pelos Portugueses.

A um nível sincrónico, muitos destes códices da biblioteca al-Hassania, de Rabat, identificados por Sijelmassi, também circulavam por via da cópia em bibliotecas da cidade de Ceuta. Aí continuavam então, com efeito, a ser interpretados ou estudados no âmbito de uma História da Leitura de edições de um período anterior, ou seja, neste caso de carácter diacrónico.

Pode sistematizar-se, em síntese, no seguinte quadro, os códices de referência adiante abordados, mesmo de uma forma sumária, neste nosso projecto. Fomos, para o efeito, inspirados pelo referido estudo modelar de M. Sijelmassi²³.

1. Alguns códices do século XI

1- Mss. 1067, Al-Majriti Muslimat (falec. 1007), *Rutbat al-bakim...* (M. Sijelmassi, 1987, p. 22. col. 2); (cópia calígrafa tardia de 1721); (B.a-Has.-Rab.).

2- Mss. 1449, Avicena (falec. 1037), *Cânones* [Medicina] (M. Sijelmassi, 1987, p. 23. col. 1). (B.a-Has.-Rab.).

3- Mss. 1810, al-Kudai Abu Abdellah, *Kitab al-akhbar...* (M. Sijelmassi, 1987, p. 23. col. 1); (B.a-Has.-Rab.).

4- Mss. 3466, Al-Birūnī (nasc. 973; falec. 1048-1052), *Al-Taḥḥim fi...* (M. Sijelmassi, 1987, p. 24. col. 1); (B.a-Has.-Rab.).

5- Mss. 8773, Al-Birūnī, *Al-Taḥḥim fi...* (M. Sijelmassi, 1987, p. 24. col. 1); (B.a-Has.-Rab.).

²³ Retemos, ainda, com saudade, o incansável historiador de História do Livro e os incentivos pessoais que nos dirigiu.

2. Século XII

6- Mss. 286, *Corão* (M. Sijelmassi, 1987, p. 21. col. 2); (B.a-Has.-Rab.).

7- Mss. 2, *Corão*, com o texto fixado pelo calígrafo Abd al-Rahman... (falec. em 1398); (M. Sijelmassi, 1987, p. 20. col. 3); (B.a-Has.-Rab.).

8- Mss. 939, Malik ibn Anas (711-795), *Muwata al-Imam Malik (Teoria do Direito: sobre os julgamentos)*, (M. Sijelmassi, 1987, p. 22. col. 1); (B.a-Has.-Rab.).

9- Mss. 1781, Malik ibn Anas (711-795), *Muwata al-Imam Malik, (Teoria do Direito: sobre os julgamentos)* (M. Sijelmassi, 1987, p. 23. col. 1); (B.a-Has.-Rab.).

3. Século XIV

10- Mss. 1440, Aydimir b. Ali... (falec. 1344), *Kitab al-burham...* (sobre Alquimia); (M. Sijelmassi, 1987, p. 22. col. 3); (B.a-Has.-Rab.).

11- Mss. 7760, Aydimir b. Ali... (falec. 1344), (Ciências Corânicas); M. Sijelmassi, 1987, p. 25. col. 1); (B.a-Has.-Rab.).

12- Mss. 12617, Muhamed b. Ismail..., *Al-Jamii al-Sahih* (M. Sijelmassi, 1987, p. 25. col. 3); (B.a-Has.-Rab.).

4. Século XV

13- Mss. 8120, Farous – Badi Mohamed b. Yaacub, *Dicionário*; (M. Sijelmassi, 1987, p. 25. col. 1); (B.a-Has.-Rab.).

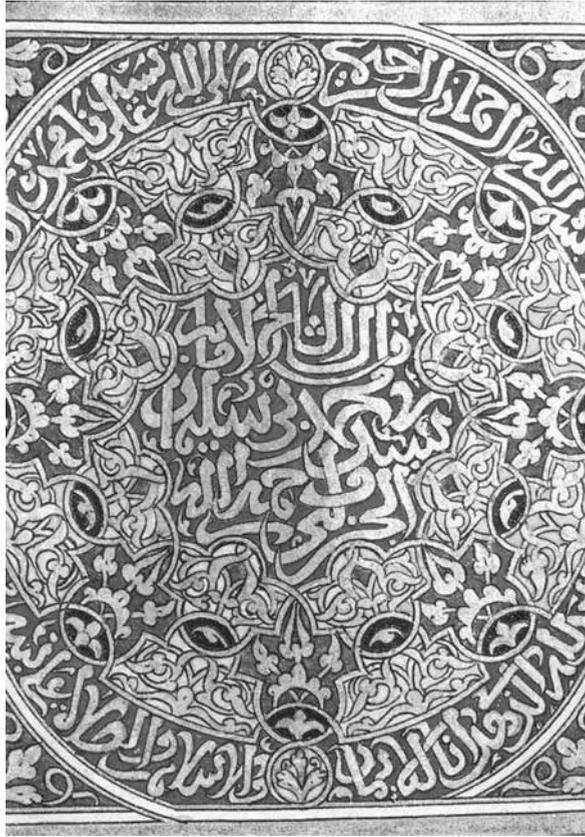
14- Mss. 9752, Farous – Badi Mohamed b. Yaacub, *Dicionário*; (M. Sijelmassi, 1987, p. 25. col. 1); (B.a-Has.-Rab.).

15- Mss. 1911, Al-Fasi Taqi al-Din..., *Shifa al-gharam...*; (M. Sijelmassi, 1987, p. 23. col. 2); (B.a-Has.-Rab.).

Alguns códices marroquinos de autores árabes do século XI

Quanto ao período de transição entre os séculos X e XI, saliente-se a actividade intelectual desenvolvida em Marrocos por Al-Majriti Muslimat b. Ahmred b. Qasim b. Abdelah, falecido em 1007. Ele foi o autor de uma obra na área da Psicologia, que integra o Mss. 1067²⁴, sobre o tema *Rutbat al-hakim wa ahaq al-nataaj bi al-taqdim*.

²⁴M. Sijelmassi, 1987, p. 22. col. 2; idem, p. 69. O códice iluminado desta obra existente em Rabat, na biblioteca al-Hassania constitui uma cópia bastante tardia, de 1721, tendo sido calígrafo, neste caso, Abd al-Wahid b. al-Hasnawi al-Tahaalibi.



Código 1067 (Fundos da Biblioteca al-Hassania, Rabat).

Nesse domínio científico, circulavam já então regularmente na região marroquina, códices de Medicina, da autoria de Avicena (leia-se Abi Ali al-Husayn b. Abdellah Ibn Sina), falecido em 1037. Trata-se obviamente do médico e filósofo medieval²⁵ que veio a ser amplamente traduzido do árabe em Toledo²⁶ e deixou obras-primas como como *Cânones (Kitab al-Qanun)*²⁷.

Na referida biblioteca al-Hassania de Rabat identificámos uma das múltiplas lições de texto dessa última obra em árabe. Esta lição de texto, nos fundos aí depositados incor-

²⁵ E. A. Tuotto, *Avicena bibliography*, in <http://medbibliography.com/2006/avicena>.

²⁶ J. C. Santoyo, *Sobre la traducción. Textos clásicos y medievales*, León, Universidad de León, 2011. Veja-se ainda, e em particular, no âmbito da teoria médica aviceniiana, C. Burnett, “The coherence of the arabic-latin translation program in Toledo in the twelfth century”, in *Science in Context*, n.º. 14, 2001, pp. 249-288.

²⁷ Maria José Forjaz de Lacerda estudou, entre outras fontes da bibliografia médica medieval, o *Cânone* de Avicena. Cfr., desta autora, o estudo “O impacto da Medicina árabe na História da Medicina. Da Medicina árabe à Medicina do Renascimento”, in *D'Aquém, D'Além e d'Ultramar. Homenagem a António Dias Farinha* (2 vols.), Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa, 2015, I, pp. 823-835, em particular in pp. 829-830.

pora o Mss. 1449²⁸. Tal testemunho pode, aliás, ser perspectivado em comparação com muitos outros do mesmo autor existentes em diversas instituições da Europa medieval, e ainda, com duas cópias existentes em Bagdad²⁹.



Código 1449 (Fundos da Biblioteca al-Hassania, Rabat).

²⁸ M. Sijelmassi, 1987, p. 23. col. 1; idem, p. 122.

²⁹ Ilustrações respeitantes a um código da obra *Cânone...*, de Avicena, da coleção do Museu Nacional de Damasco (que aqui se reproduzem, com a devida vénia quer à direcção daquela instituição, quer destes dois estudiosos) foram editadas por M^a. Concepción Vasquez de Benito, “Tratados medicos árabes, latinos y outros del siglo XIV” (pp. 266-275) e Francisco Sánchez Garrido, in “Ibn Jaldún y el nacimiento humano” (pp. 286-291), na obra colectiva *Ibn Jaldún...*, em particular in vol. I, respectivamente in pp. 267 e 289.



Duas ilustrações respeitante ao *Cânone... de Medicina*, de Avicena, do Museu Nacional de Damasco.

Importa precisar, no entanto, que sendo este códice de Avicena existente em Marrocos de temática estritamente médica, ele também veio a tratar de outras áreas em afinidade para a época como a Alquimia. Este autor persa – detendo-se (na sua vasta obra) sobre a temática *ex humorum hominia putredine oriuntur* – acabaria por deixar registado que:

um homem pode até fazer, com cevada, um ser vivo; e se ele tomar estrume de cavalo, ou outra coisa que não cevada ('quod non est aliud quam hordeum'), e o mesmo seja posto num lugar convenientemente quente ('in loco calido apto'), daí nascerão cálculos-de-animal, do mesmo modo que alguns seres sem vida nascem do humor putrefacto do homem.

Por sua vez de um autor contemporâneo de Avicena, al-Kudai Abu Abdellah (falec. em 1062), é o Mss. 1810³⁰, com a obra *Kitab al-akhbar fi al-hikam wa al-amthal wa al-adab*, em caligrafia magrebiana.

³⁰ M. Sijelmassi, 1987, p. 23. col. 1; idem, p. 57.



Códice 1810 (Fundos da Biblioteca al-Hassania, Rabat).

De referir, ainda, um autor de igual modo contemporâneo, Al-Bīrūnī, (conhecido ainda como Afzal Muḥammad ibn Aḥmad Abū al-Reḥān). Ele é também o autor de pelo menos dois não menos valiosos códices medievais, onde aborda o tema da Astronomia, os quais circularam em Marrocos e subsistiram até ao tempo presente na referida biblioteca al-Hassania, de Rabat.

Num deles – sob o título *Al-Tafhim fi sinaat al-tanjim*, um testemunho caligráfico tardio desta obra, o Mss. 3466³¹, com data de produção, apesar de tudo desconhecida – esse cientista e filósofo procede como que a um *estado de ciência* sobre os avanços que considera mais pertinentes, numa das áreas das suas investigações, a Astrologia.

O outro códice, o Mss. 8773³², na mesma temática como já referimos e sob o mesmo título árabe, tanto poderá ser a continuidade das investigações até então desenvolvidas por esse cientista, como uma cópia do antecedente. Na realidade não o sabemos, em virtude de não termos tido acesso, nos fundos da referida biblioteca daquela cidade marroquina, a esclarecimentos sobre o conteúdo dos mesmos. Sabe-se apenas que enquanto o primeiro é votado à Astrologia, o segundo é votado à Astronomia.

Este pensador árabe tinha nascido em Setembro de 973 em Kath, na região de Khwarezm – cidade da actual República do Uzbequistão – e falecido em Gazni, em 1048 ou, eventualmente, cerca de 1052. Tratou-se de un erudito khorezmiano que votou os

³¹ M. Sijelmassi, 1987, p. 24. col. 1.

³² M. Sijelmassi, 1987, p. 25. col. 1.

seus estudos à Matemática, à Astronomia, à Física, tendo sido ainda um médico, farmacólogo, enciclopedista, filósofo, astrólogo, historiador, viajante e perceptor.

Os seus biógrafos estabelecem que ele contribuiu decisivamente para o progresso da Cultura e da Ciência árabe, Tal registou-se, sobretudo – para além da Astrologia e da Astronomia atrás referenciadas – nos domínios das Matemáticas, da Filosofia, da Medicina e das Ciências em geral. Ele ficou particularmente associado a uma tese sobre a rotação da Terra em torno do seu próprio eixo e da sua revolução à volta do Sol. O que não deixa de ser notório é que, na segunda década do século XV – em que os portugueses chegaram a Ceuta – se tratava de um autor que continuava a ser lido nas bibliotecas, inclusive nas marroquinas, e aí comentado por parte dos eruditos locais.

Códices com testemunhos caligráficos do Corão respectivamente de entre os séculos (VII-) XI-XIV

Na sua riqueza caligráfica e decorativa afirmam-se hoje, num elevado número, os códices, com o texto integral do Corão³³ ou apenas com alguns dos princípios corânicos³⁴, produzidos – desde a Alta Idade Média e, em particular, desde o século VII – tanto em territórios do Islão como em outros países onde viveram fieis deste credo. Eles chegaram até à actualidade – têm suscitado alguns dos mais interessantes trabalhos de interpretação e releitura³⁵ – e oferecem-se hoje a crentes e a investigadores (tanto em bibliotecas institucionais como privadas), um pouco por todo o mundo.

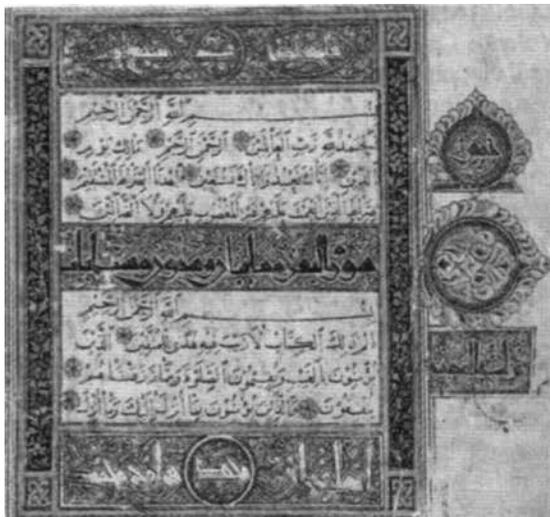
Importa relembrar que o *Corão* (*Qur'an*, recitação) reagrupou as palavras de Alah (ou seja, as revelações feitas ao Profeta, mensageiro do Islão, Maomé (*Muhammad*, o louvado) pelo Arcanjo Gabriel, seguindo os postulados da tradição muçulmana pela qual ele foi revelado a Maomé a partir dos anos de 610-612 até ao seu desaparecimento

³³ Entre abundante bibliografia sobre o tema (e tendo nós, neste âmbito, privilegiado seguir as fontes francesas), referenciamos, aqui, entre outros, os de Alfred-Louis de Prémare, *Aux origines du Coran, questions d'hier, approches d'aujourd'hui*, Paris, Téraèdre, col. “L'Islam en débats”, 2004; Anne-Vernay Nouri, *L'art du livre arabe, du manuscrit au livre d'artiste*, Paris, Bibliothèque nationale de France, 2001; Alfred-Louis de Prémare, “L'histoire du Coran comme document écrit”, in *Le Coran et la Bible*, 1998, nº. 115 François Déroche, *Le Coran*, Puf, col. “Que sais-je? ”, 2014, 4.ª edição; Jacques Jomier, *Dieu et l'homme dans le Coran, L'aspect religieux de la nature humaine joint à l'obéissance au Prophète de l'islam*, Cerf, col. “Patrimoines – Islam”, 1996; Jacques Jomier, *Les Grands Thèmes du Coran*, Le Centurion, 1978; Maurice Bucaille, *La Bible, le Coran et la science: Les écritures saintes examinées à la lumière des connaissances modernes*, Pocket, Seghers, 1976, col. “Agora”, 1998; ou Régis Blachère, *Introduction au Coran*, Maisonneuve et Larose, 1947.

³⁴ Claude Gilliot, “Un verset manquant du Coran ou réputé tel”, in Marie-Thérèse Urvoy (sob a dir. de) *En hommage au Père Jomier, O.P.* Cerf, col. “Patrimoines – Islam”, 2002, p. 35-52; Mehdi Azaiez e Sabrina Mervin, *Le Coran, nouvelles approches*, CNRS éditions, 2013.

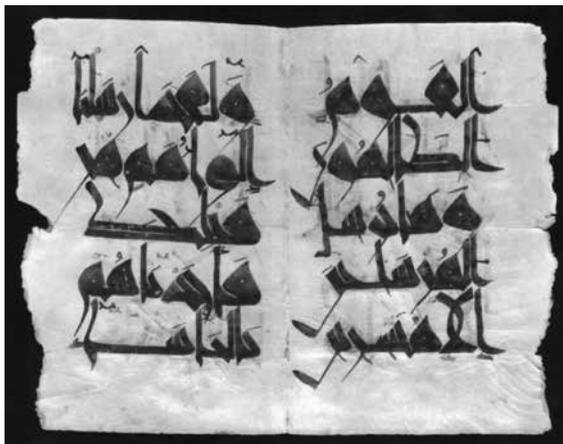
³⁵ Cfr., neste contexto, os trabalhos de Angelika Neuwirth, Nicolai Sinai et Michael Marx (editores), *The Qur'an in Context. Historical and Literary Investigations into the Qur'anic Milieu*, Brill, 2010; Jacqueline Chabbi, *Le Coran décrypté: Figures bibliques en Arabie*, Fayard, 2008; George Grigore, *Les contraires - al-'aḍḍād - dans le Coran et leur équivalence dans les traductions*, Bucarest, Center for Arab Studies, 2004; Jean-Luc Monneret, *Les grands thèmes du Coran* (com prefácio de Dalil Boubaker), Dervy, 2003; ou, ainda, Olivier Carré, *Mystique et politique: le Coran des islamistes. Commentaire coranique de Sayyid Qutb (1906-1966)*, Cerf, col. “Patrimoines – Islam”, 2004.

terreno, no ano de 632. Neste contexto da fé islâmica e da propagação dos seus postulados, o mais antigo testemunho documentado, existente na BnF, com os preceitos Corânicos, data de poucas décadas depois dessa data.- Ver **Documento III**.



Um códice com uma das edições medievais do Corão, depositado na *Bibliothèque nationale de France*.

Entre alguns dos aspectos referentes à circulação de testemunhos corânicos, mereceu-nos uma particular atenção, já quanto ao século XI, o caso do *Corão da Hadinah*, ou seja, *da Ama*. Trata-se de um códice cujo trabalho caligráfico foi levado a cabo por Ali ibn Ahmad al-Warraq. Foi destinado a uma senhora de nome Fátima, que ocupava as prestigiadas funções de ama do emir zirida Abu Manad Badis.



Corão, em caracteres cúficos, da Mesquita Grande do Cairo (séc. XI).

Esse emir acabou por doar este importante testemunho do Corão, em 1020, à mesquita grande do Cairo.

Importa reter, de igual modo, algumas das principais características – caligráficas, mas não só – deste valioso códice. Ostentando um formato de tipo oblongo – o que era usualmente seguido em Ifriqiya – o texto é desenvolvido, num plano de cinco linhas por página. O mesmo foi por sua vez iluminado, ao nível de uma dimensão plena de cada fólio e em toda a sua elegância. A reter, ainda, que os caracteres caligráficos apresentam significativas similitudes com o “cúfico oriental”.

Uma leitura diacrónica de alguns versículos corânicos, entre o Magreb e o sul de Portugal recém fundado do séc. XII

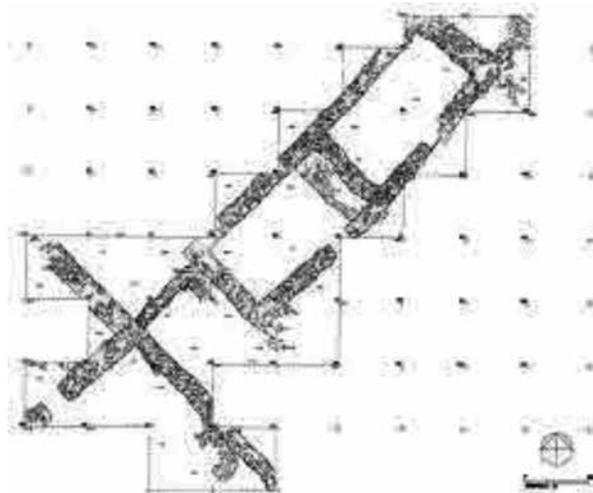
Quanto a aspectos específicos da leitura do Corão na ampla bacia do Mediterrâneo nesse período dos séculos XI e XII, os arqueólogos Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes trouxeram, há alguns anos, um contributo bastante significativo. Em resultado das suas escavações, em 2012, no *Ribat* de Ponta da Atalaia, em Arrifana, no concelho de Aljezur, em 2012, estes investigadores:

entre o espólio metálico [vieram a encontrar] restos de pequeno tubo-amuleto, de cobre/bronze e dois pequenos rolos de chumbo, que ainda não abrimos, dado reflectirem as actividades sócio-religiosas decorrentes das funções próprias de um ribat (...). O tubo-amuleto, de pequenas dimensões, corresponde a artefacto com funções apotropaicas, dado que tais peças guardavam frases do Corão, escritas sobre papel ou pergaminho, que se acreditava não só protegerem como, de certo modo, predestinarem a vida de quem as usava. Os rolos de chumbo, eram introduzidos nas paredes das mesquitas e geralmente contêm frases, pintadas, gravadas ou em relevo, de carácter religioso onde se expressava a Fé³⁶.

Em termos de uma prática de leitura corânica medieval, Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, no estudo destes valores ali encontrados, apoiaram-se, de igual modo, em Ibn-al-Talla e, no nosso tempo, nas pesquisas de L. Molina, que permitem interpretar, de uma forma mais segura, tal achado. Este último investigador, com efeito, relewa a passagem de que “*O ribat terminará em todo o lado menos na ilha do al-Andaluz, no Magreb Extremo, onde será o mais meritório de toda a face da Terra*”³⁷.

³⁶ Rosa Varela Gomes, Mário Varela Gomes, “O *Ribat* da Arrifana (Aljezur, Algarve). Resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, n.º. 7, pp. 483-573 (p. 82, de separata de 92 pp.). Agradecemos ao arqueólogo Luís Fontes, da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, o ter-nos dado conhecimento deste valioso achado do concelho de Aljezur, tendo-nos apoiado inclusivamente no enquadramento da leitura de tais peças.

³⁷ Maomé, segundo Ibn-al-Talla, em L. Molina, *Una Descripción Anónima de Al-Andalus*. 2, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1983, p. 24 (citação feita aliás por Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes neste trabalho aqui identificado).



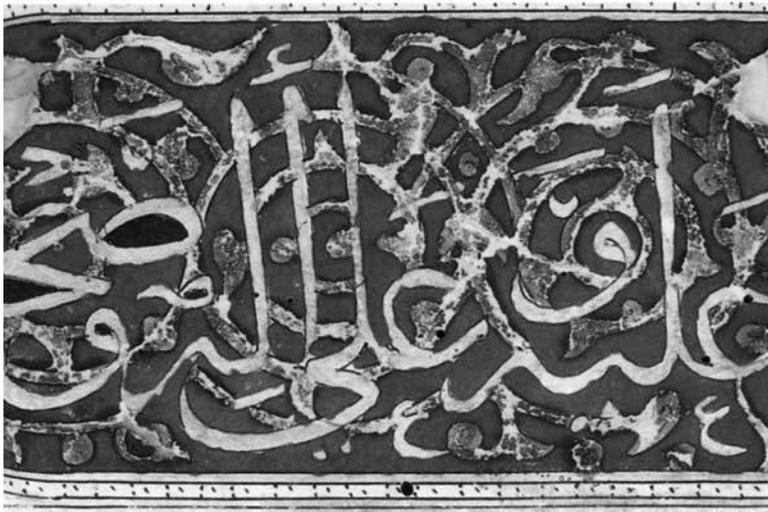
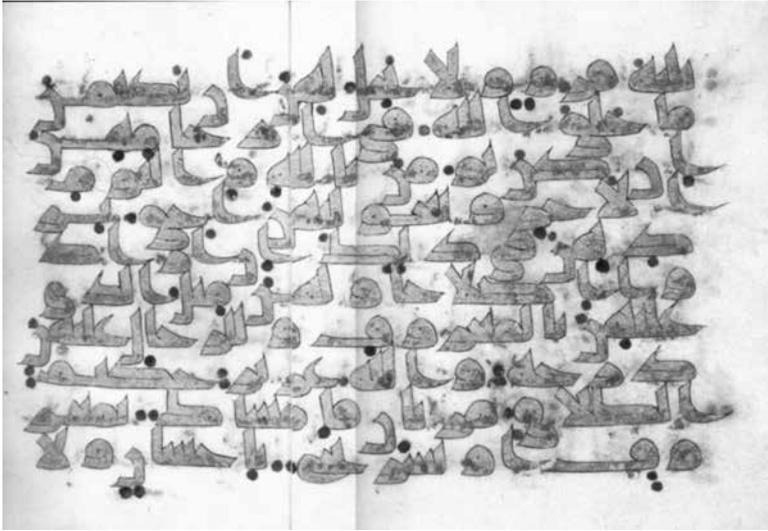
Ribat da Arrifana, Aljezur, Algarve, planta das estruturas escavadas em 2012, no Sector 2, segundo os arqueólogos Rosa e Mário Varela Gomes, (a quem agradecemos a possibilidade de publicação, aqui, destes resultados dos seus trabalhos).

Entre essa época de circulação do *Corão* em códice e a fase inicial do século XV³⁸ (em que os portugueses chegaram a Marrocos), terão circulado no Magreb numerosos testemunhos dessa obra sacra. Só que, desse período mais arcaico, tais testemunhos documentais perderam-se irremediavelmente.

Quanto às mais antigas bibliotecas de Ceuta terão decerto existido – e não pode haver hoje mais do que uma mera presunção neste contexto – também já múltiplos testemunhos do *Corão* na biblioteca do xeque ceutí, Abu Alhaçane Axxárrí. Partindo dessa antiga livraria à *redescoberta* dos fundos de livrarias de outras cidades próximas de Marrocos desse período antigo, os investigadores de História do Livro árabe contam ainda hoje, entre os códices existentes nessa temática religiosa, com o Mss. 286³⁹, do século XII.

³⁸ Nesse período quatrocentista a transmissão do texto do *Corão* só podia ainda ser assegurada por calígrafos. Isso porque tendo a imprensa surgido em meados desse século XV, outras obras em caracteres árabes – e o *Corão* em particular – passaram a ter uma reprodutibilidade tipográfica várias décadas depois. Quanto aos primórdios da edição impressa em árabe, ela ocorreu com a obra *Kitab salat al-sawa'i (Horolion ou Livro de Orações)*, na cidade italiana de Fano (a sul de Veneza), onde participámos no Outono de 2014 à celebração de tal efeméride. – Cfr. Manuel Cadafaz de Matos, “[Carta a] Scientific Committee, Università dei Saperi Giulio Grimaldi, Fano” (com publicação da reprodução do frontispício dessa obra raríssima), in *Revista Portuguesa de História do Livro*, vol. 33-34, Lisboa, CEHLE, 2014, pp. 695-696. Importa salientar, por outro lado, quanto às primeiras edições do *Corão* já pela arte tipográfica, a reprodução de *Alcoranus Arabice*, Veneza, 1537, obra por muitos anos considerada já perdida, mas de que se conhece já um exemplar.

³⁹ M. Sijelmassi, 1987, p. 21, col. 2; idem, pp. 50-51.



Códices com o *Corão* n.ºs. 286 e 2 (Fundos da Biblioteca al-Hassania, Rabat).

Tudo parece assim indicar – crendo-se que esse referido Mss. 2 da Biblioteca Al-Hassania seja de produção geográfica magrebiana – que tal lição de texto do *Corão*, presumivelmente pelo calígrafo al-Amidi al Safi, tenha antecedido cronologicamente a produção de um outro testemunho desta obra *fundadora* do Islão, hoje conhecido na Europa atlântica. Referimo-nos a um (outro) *Corão*, em escrita *magreb*, com produção atribuída aos séculos XIII-XIV, existente hoje na Irlanda, na Biblioteca Chester Beatty, da cidade de Dublin.



Antigo fólio do Corão, em escrita *magreb*, datando dos séculos XIII ou XIV, patente ao público na Biblioteca Chester Beatty, em Dublin, na Irlanda.

Outro testemunho do *Corão*, de um período decerto não muito mais tardio, é o que se encontra anexado a um códice da autoria de Sharaf al-Din Muhamed b. Said al-Bu-sayri, falecido em 1296. Os dados em presença permitiram ao bibliógrafo M. Sijelmassi ajuizar que no segundo caso vertente deste outro códice do *Corão* ali existente o Mss. 2⁴⁰, o calígrafo (por ter estado associado a essa obra anteriormente referenciada) possa ter sido Abd al-Rahman b. Ibrahim al-Amidi al-Safii, que veio a falecer mais tarde, em 1398.

Na área do Direito e dos estudos Sociais, também circularam no século XIV, como é reconhecido habitualmente pelos estudiosos de jurisprudência árabe, os tratados de um

⁴⁰ M. Sijelmassi, 1987, p. 20. col. 3; idem, p. 227. Tanto este testemunho caligráfico do *Corão*, como o anteriormente referido, ainda hoje integram a coleção da biblioteca al-Hassania, de Rabat.

autor de um período relativamente anterior (já do século VIII). Tratou-se de Malik ibn Anas (711-795), de seu nome completo Abou Abd Allâh Mâlik b. Anas b. Mâlik b. Āmir b. Amr b. al-Hārith b. Ghaymân b. Khuthayl b. Amr b. am-Hārith al-Asbahî. Tratou-se do filho de Anas bin Malik e de Aaliyah bint Shurayk al-Azdiyya.

Este erudito medieval, natural da cidade de Medina (de uma família originária do Iémen, da tribo Al-Asbahi), apesar de ter vivido numa época já relativamente distante, conhecera o período de transição entre o dos califas Omíadas e o dos Abássidas. Ficou a dever-se-lhe o empenho de ter aprofundado os estudos do Direito, e outros de incidência social e científica, como poucos do seu tempo o fizeram (em particular nos novos territórios árabes conquistados).

Mâlik ibn Anas – ainda apreciado e seguido como teórico, nas sociedades árabes (ao tempo em que em 1415 os Portugueses conquistaram a praça de Ceuta) – teve a particularidade no seu tempo de ter difundido alguns tratados bem conhecidos. Foi o caso de alguns sobre jurisprudência que ainda hoje são considerados como de referência na evolução da História do Direito nos países do Islão como *Al-Muwwatta al-Imam Malik (Sobre os Julgamentos)*. Esta obra (a par de outros tratados do mesmo autor) circulou também vastamente nas bibliotecas de Marrocos entre os séculos XIV e XV. Dela existiram na biblioteca al-Hassania de Rabat, pelo menos, dois códices, o Mss. 939⁴¹ e o Mss. 1781⁴².

Mâlik b. Anas havia também editado no seu tempo, por outro lado, diversos tratados específicos de incidência social e religiosa. Fora o caso de *Kitâb As-Surûr (O livro da felicidade)*, com que ele procurara atingir, na sua época, os mais vastos auditórios de leitores.

No âmbito da História da Ciência ele editou, por exemplo, *Kitâb fî An-Nujûm wa Hisâb Dawrân Iz-Zamân wa Manâzil Il Qamar (Livro das estrelas, do cálculo do tempo e das posições da lua)*. Já no âmbito da reflexão filosófica veio a publicar de igual modo *Risâlah ilâ Ibn Wahb fil Qadar wa Ar Radd 'alal Qadariyyah* (ou seja, uma *Carta a Ibn Wahb respeitante à predestinação e à refutação dos Qadaritas*).

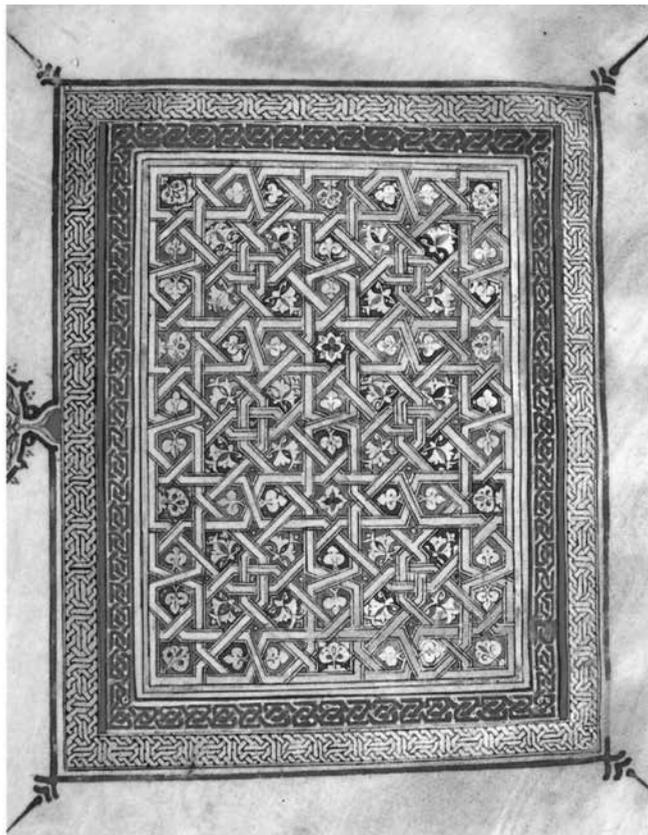
A progressão da vida religiosa islâmica não fora, de outro modo, alheia à incidência de alguns tratados de Ibn Malik. A ele se ficara a dever também, com efeito, um códice sobre o tema *Tafsîr Gharîb Al-Qur'ân Al-Karîm* (ou seja, *Interpretação das singularidades do Nobre Corão*). Poder-se-á referir, ainda, que na primeira metade do século XIV, no tocante à Filosofia medieval, Ibn Malik continuava a ser um pensador ainda bastante lido.

Presumivelmente na primeira metade do século XIV foi caligrafado um outro manuscrito que também circulou na região marroquina por esse período. Tratou-se de um da autoria de Muhamed b. Ismail al-Bukhari, sobre as tradições muçulmanas. Apresenta o título sob o título *Al-Jamii al-Sahib*, constituindo o Mss. 12617⁴³ – tanto em caligrafia “cúfica” (id. p. 53) como “magrebiana” (id. p. 56) –, da mesma biblioteca al-Hassania de Rabat.

⁴¹ M. Sijelmassi, 1987, p. 22. col. 1.

⁴² M. Sijelmassi, 1987, p. 23. col. 1.

⁴³ M. Sijelmassi, 1987, p. 25. col. 3; idem, pp. 48-49; 52-53; e 56.



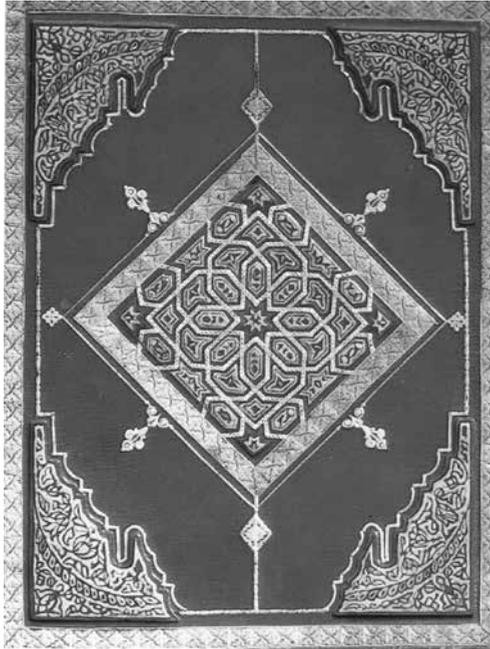
Código 12617 (Fundos da Biblioteca al-Hassania, Rabat).

Das teorias do alquimista árabe medieval Geber, do séc. IX, ao *corpus* latino do Pseudo-Geber, de c. 1310 no testemunho do código marroquino 1440, da biblioteca al-Hassania, de Rabat

Entretanto na primeira metade desse século XIV (e num período não muito distante do trabalho anterior) vieram a ser compilados, por Aydimir b. Ali al-Djaldaki – que falecera em 1344 – presumivelmente em Marrocos, pelo menos dois códigos. Ambos se encontram também depositados na biblioteca al-Hassania em Rabat.

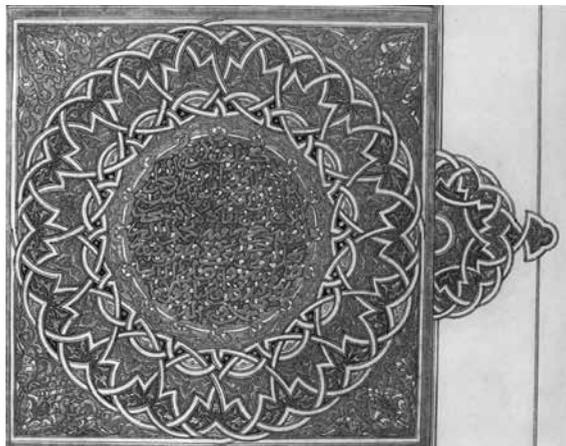
O primeiro deles foi votado às Ciências Corânicas. Apresenta o título *Ghayat al-surur fi-sharhi diwan al-shudhur*, ou seja, o Mss. 7760⁴⁴.

⁴⁴ M. Sijelmassi, 1987, p. 25. col. 1; idem, p. 232.



Código 7760 (Fundos da Biblioteca al-Hassania, Rabat).

O segundo desses códices, sobre o qual nos iremos agora deter em pormenor, é respeitante à temática da Alquimia. Este ostenta o título de *Kitab al-burham fi asrar ilm al-mizan*, constituindo o Mss. 1440⁴⁵. Esta obra, um tratado de ciência hermética, intitulou-se *Demonstração da Ciência da Balança*, sendo dividida em quatro partes.



Código 1440 (Fundos da Biblioteca al-Hassania, Rabat).

⁴⁵ M. Sijelmassi, 1987, p. 22. col. 3; idem, pp. 120; 130; e 137.

Neste códice o autor, al-Djaldaki, reuniu um vasto patamar de disciplinas do saber medieval, entre as quais a História Natural, a Teologia, ou o domínio da Pedra Filosofal. Esta obra, de natureza compósita, foi redigida sob a forma de prefácios e comentários a diversos autores que ele conheceu, entre os quais Apolónio de Tyana ou, também, Jabir. Quanto a este último, mais não era do que o bem conhecido Geber, cujos ensinamentos circularam abundantemente entre os alquimistas da Idade Média cristã⁴⁶.

À primeira vista poderia julgar-se que uma parte substancial dos textos do segundo destes códices, compilado por Aydimir b. Ali al-Djaldaki, teria sido produzido, (como deixa subentendido M. Sijelmassi⁴⁷) a partir dos textos do alquimista medieval Geber. Afinal tão não se terá passado assim, como passaremos a apurar.

Cerca de quatro séculos depois de ter vivido o alquimista árabe persa, Jabir ibn Hayyan – que na tradição medieval alquimista latina europeia ficou conhecido por Geber e que deixou diversos tratados em língua árabe em que escreveu – veio a ser constituído, cerca de 1310, um *corpus* latino (de certo modo paralelo a alguns escritos de Al Razi⁴⁸), que, em rigor científico, é hoje atribuído ao Pseudo-Geber. Detenhamo-nos, assim, primeiramente sobre Gerber.

Jābir ibn Hayyan (c. 721-c. 815) foi um cientista contemporâneo dos primeiros Abássidas (que reinaram entre c. 750 e c. 800), tendo sido um dos principais impulsioneiros do conhecimento da Alquimia, nos começos da era islâmica⁴⁹. Com uma obra literária e científica plurifacetada⁵⁰, alguma crítica sustenta que foi a vasta soma de trabalhos, nas áreas da Filosofia, da Astrologia, das Matemáticas, da Música, da Medicina, da Magia e da Religião e da Alquimia, que o iria imortalizar.

Já nesse período distante, Geber não punha de parte a hipótese de admitir que as substâncias, que tinham a particularidade de purificar os metais vis e de os transformar em metais nobres (oure e prata), podem servir também de medicamentos universais, de modo a curar todas as doenças e a manter, até mesmo, a *eterna juventude*. Mesmo apesar da sua formação – na área das experiências pré-científicas para esse período dos séculos VIII e IX em que viveu – este experimentador *avant la lettre* acabaria por abrir as portas a todos os tipos de especulação alquímica. Muito antes de reputados teóricos europeus como o francês Nicolas Flamel.

⁴⁶ M. Sijelmassi, 1987, p. 120.

⁴⁷ M. Sijelmassi, na descrição deste códice 14440 da biblioteca al-Hassania, *op. cit.*

⁴⁸ Na área da Alquimia, a crítica científica tem apontado que, em relação a determinados tratados que tradição pretendia continuar ver associados a Geber, tal não sucedia de facto assim. Veja-se o caso do tratado sobre Alquimia, conservado na Biblioteca do Estado da Baviera, o *Codex latinus monacensis* 2848. Este, pretensamente, será uma tradução latina de uma obra sobre a 'pedra filosofal', da autoria do alquimista persa Abū Bakr Muḥammad ibn Zakarīyā Rāzī.

⁴⁹ Paul Kraus, *Jābir ibn Hayyān: Contribution à l'histoire des idées scientifiques dans l'Islam* (1942), Paris, Les Belles Lettres, col. "Sciences et philosophie arabes", 1987.

⁵⁰ *Al-Fihrist*, constitui a mais antiga biografia de Jābir ibn Hayyan que foi escrita no século IX por Ibn al-Nadīm, um bibliógrafo e erudito que viveu na cidade de Bagdad. É um facto que, em tal biografia, foram perpetuados vários elementos de carácter estritamente lendário. Mesmo assim, ainda se continua a considerar que parte das obras atribuídas a esse alquimista persa do século IX, referenciadas nessa biografia em apêndice, poderão mesmo ter sido escritas por ele naquele período.

A crítica tem apontado que toda a vasta obra de Jābir ibn Hayyan não poderá ter sido trabalho apenas de um único autor (sabendo-se até que uma parte da terminologia científica apresentada em muitos desses tratados conhecidos foi algum tempo depois introduzida por Ḥunayn ibn Ishāq al-'Ibādī (c. 809-873).

Nesta complexidade de interações textuais, no contexto da Alquimia árabe, entre Jābir ibn Hayyan, o seu biógrafo Ḥunayn ibn Ishāq al-'Ibādī, Razi e, quatro séculos depois, o Pseudo-Geber, a crítica tem-se empenhado, ao longo dos últimos decénios, em proceder, tanto quanto possível, a atribuir a cada um deles a sua quota-parte em codo este emaranhado e complexidade de transmissão dos mais variados testemunhos, nessa área, ao longo de cerca de quatro séculos.



Presumível retrato que parece remeter não para a figura de Geber (do séc. IX), mas para Pseudo-Geber (do séc. XIV).

Do que hoje nos parece não restarem dúvidas⁵¹, é que, em termos de História do Livro – e, no essencial, na passagem de testemunhos (a partir de uma tradição caligráfica não autógrafa, como provou Marcelin Berthelot⁵², no século XIX) – o códice marroquino nº. 1440, sobre Alquimia, existente na biblioteca al-Hassania de Rabat, reflecte mais, no seu testemunho caligráfico em língua árabe, mais a incidência dos escritos do Pseudo-Geber, de 1310, do que dos arcaicos textos de Geber. Detenhamo-nos assim, mesmo que em síntese, sobre essa figura do Pseudo-Geber e dos seus ensinamentos essenciais.

⁵¹ Debatermos, entre outros temas, a complexidade da transmissão destes testemunhos documentais árabes – de Geber ao Pseudo-Geber e ao longo desses quatro séculos – com o islamólogo Vincent Mansour Monteil (em sua casa em Paris, quando com ele trabalhámos nos anos oitenta).

⁵² Marcelin Berthelot deixou cabalmente demonstrado que uma parte das obras latinas de Jābir ibn Hayyān / Geber não podiam vir, de facto, desse autor, uma vez que datavam, antes, dos fins do século XIII. E afirma-o com rigor porque aquele cultor da Alquimia descreve substâncias químicas, sobretudo ácidos minerais desconhecidos dos árabes e que remontam ao séc. XIII.- Veja-se, de Marcelin Berthelot (1827-1907), *La chimie au Moyen Âge*, 1893, p. 336-350. Saliente-se, por outro lado, que data apenas do séc. XIII, o mais conhecido dos livros de Alquimia, intitulado *Summa perfectionis*.

Há hoje um consenso no sentido de que esses escritos do Pseudo-Geber integram trabalhos como *Summa perfectionis magisterii Liber fornacum; De investigatione perfectionis* (Sobre a investigação da Perfeição); e *De inventione veritatis* (ou Sobre a descoberta da verdade)⁵³.

Quanto à identidade do primeiro desses tratados – atribuído até c. 1991 ao Pseudo-Geber – algumas pertinentes questões continuam ainda hoje sem encontrar resposta. Depois das investigações de William R. Newman⁵⁴, pensa-se hoje haver uma comum identidade (no que toca especificamente à produção dessa obra) com o pensador medieval Paulo de Taranto⁵⁵, um alquimista franciscano que viveu no sul de Itália no século XIII, quando nessa região a catedral de Bari ⁵⁶ atraía um significativo número de fiéis).

Considera-se, mesmo, que parte destes tratados já terão sido compilados por alguns dos seus seguidores tardios. Assim, ou os textos do referido códice 1140 são ainda devidos ao Pseudo-Geber; ou, em alternativa, vieram a ser compilados – pelo organizador deste volume, Aydimir b. Ali al-Djaldaki, entre c. 1310⁵⁷ e 1344, ano da sua morte como atrás referimos – até por algum dos discípulos desde último.

Essa *tradição* textual alquímica viria a ser continuada, por outro lado, por mais de dois séculos antes de esse *corpus* (mantido numa coesão textual ininterrupta, no seio da cultura árabe) conhecer novas formas de multiplicação ao nível da sua reprodutibilidade

⁵³ Syed Nomanul Haq, *Names, Natures and Things: The Alchemists Jabir ibn Hayyan and his Kitab al-Ahjar* (Livro das Pedras), [Boston Studies in the Philosophy of Science, p. 158] (Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1994); Donald Routledge Hill, “The Literature of Arabic Alchemy” in *Religion: Learning and Science in the Abbasid Period*, uma edição de M.J.L. Young, J.D. Latham and R.B. Serjeant (Cambridge University Press, 1990), pp. 328-341, esp. pp 333-335; E. J. Holmyard (ed.) *The Arabic Works of Jabir ibn Hayyan*, uma tradução por Richard Russel em 1678. Nova Iorque, E. P. Dutton (1928); ou, ainda, Geber, *The Summa Perfectionis of Pseudo-Geber, edição crítica, tradução e estudo por William R. Newman*. A respeito do trabalho de exegese deste último investigador remete-se para *New Light on the Identity of Geber*, Sudhoffs Archiv, vol.69, 1985, pp. 76-90.

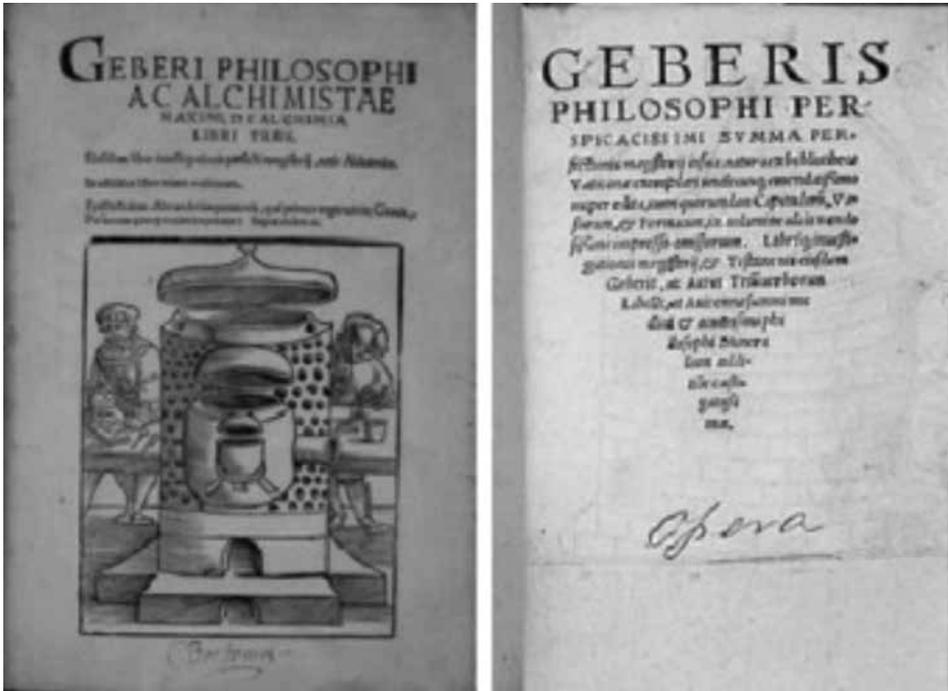
⁵⁴ William R. Newman, um dos mais credenciados especialistas nesta matéria, no vasto estudo (de c. 250 págs.), que integra a sua edição de *The Summa perfectionis of Pseudo-Geber: A critical edition, translation, and study*, com 400 págs. de texto latino e 150 págs. de texto em inglês também anotado; ou, também, William R. Newman, “Technology and alchemical debate in the late Middle Ages”, in *Isis*, vol. 80, 1989, pp. 423-445 (trad. it. in Chiara Crisciani / Michela Pereira, *L'arte del sole e della luna. Alchimia e filosofia nel medioevo*, Spoleto, Centro italiano di studi sull'alto Medioevo, 1996, pp. 292-313). Cfr., de igual modo, Robert P. Multhau, na revisão a “*The “Summa perfectionis” of Pseudo-Geber: A Critical Edition, Translation and Study*, po William R. Newman”, in *Speculum* (Medieval Academy of America), vol. 69, No. 2 (Apr., 1994), pp. 540-542. Assinale-se, por outro lado, que William R. Newman faz coincidir, como autor desta obra, *Summa perfectionis*, a identidade do Pseudo-Geber com a de Paulo de Taranto.

⁵⁵ William R. Newman, *Atoms and Alchemy: Chymistry and the Experimental Origins of the Scientific Revolution*, Chicago: The University of Chicago Press, 2006, p. 35. Cfr., ainda, “Paul Taranto, *Theorica et practica*”, in William R. Newman, *Promethean Ambitions: Alchemy and the Quest to Perfect Nature*, Chicago, The University of Chicago Press, 2004, p. 69.

⁵⁶ Gioia Bertelli, *Maria que est episcópio. La cattedrale di Bari dalle origini al 1034*, Bari, Edipuglia, 1994.

⁵⁷ Considera-se, neste âmbito, que o *corpus* textual do Pseudo-Geber, como atrás referimos, se situa já c. 1310.

orgânica. Tal veio a ocorrer só a partir da segunda metade do século XV na Europa, por via da arte tipográfica⁵⁸.



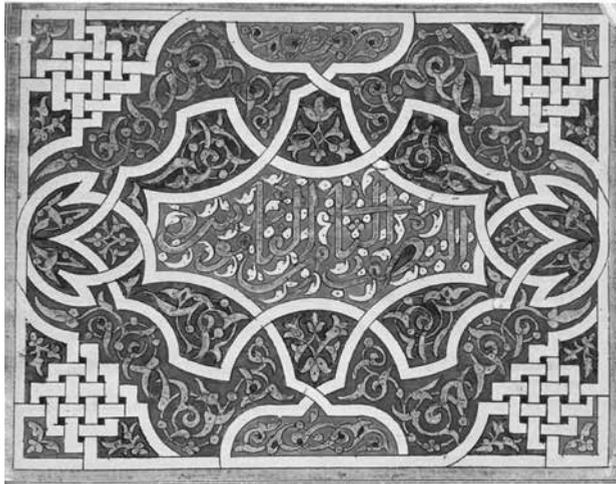
À esq.: *Geberi philosophi ac alchymistae maximi de alchimia libri tres*, 1531 (dos fundos de Livro Antigo da Chemical Heritage Foundation). À dir.: *Geberis philosophi perspicacissimi, summa perfectionis magisterii*, 1542.

Manuscritos produzidos no século XV (num período não muito distante da tomada de Ceuta pelos portugueses)

De um período já relativamente próximo (tanto num plano anterior como posterior) da tomada da cidade islâmica de Ceuta por D. João I, é um reduzido número de manuscritos também existentes na mesma biblioteca al-Hassania de Rabat.

⁵⁸ *Geberi philosophi ac alchymistae maximi de alchimia libri tres*. Edição de Estrasburgo, de 1529. Strasbourg; recolha de várias obras latinas, incluindo *Summae perfectionis metallorum*, na edição de J. Petreium, em Nuremberga, em 1541; *Summae perfectionis magisterii in sua natura. Deniq. libri Investigationis Magisterii et Testamenti ejusdem Gebri, ac Aurei Trium. Verborum libelli, et Avicennae, summi medici et acutissimi philosophi*. Em termos de edição crítica mais recente, vejamos, de igual modo, as numerosas edições, com variantes, como a edição de Brunonem Tancken, de 1682; “La Somme de la perfection, ou l’Abrégé du magistère parfait de Geber”, in Salmon Guillaume, *Bibl. des Philos. Chymique*, tomo II, de 1678 (e o tomo I da edição posterior, já de 1741, Paris). Quanto ao período contemporâneo, retenha-se a edição da responsabilidade de Guy Trédaniel, entre 1976-1992, em dois tomos; ou, ainda, a edição *Oeuvre chymique de Géber*, de 1992.

Não deixa de ser pertinente assinalar-se, aqui, que de um período relativamente curto antes da conquista de Ceuta pelos portugueses, se torna possível identificar, precisamente, a produção de dois códices arábicos, ainda existentes na biblioteca marroquina. Trata-se de duas obras da autoria de Fayrous - Badi Mohamed b. Yacuub, que veio a falecer precisamente no ano da conquista de Ceuta, em 1415. Trata-se de dois *Dicionários*, ambos referenciados da mesma forma (não sabemos se um cópia do outro), *Al-Kamous al-Mouhit*, ou seja, os Mss. 8120⁵⁹ e 9752⁶⁰.



Código 9752 (Fundos da Biblioteca al-Hassania, Rabat).

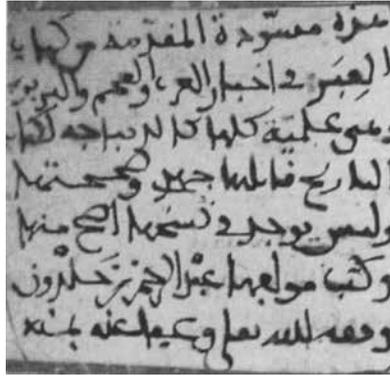
A um nível estruturalmente sincrónico quanto à referida vitória militar de D. João I naquela praça marroquina, poderíamos registar, por outro lado, a produção de um códice, com uma obra de Ibn Khaldûn – de nome completo Abu Zayd ‘Abd al-Rahman ibn Muhammad ibn Khaldûn al-Hadrami (Tunes, 27 de Maio de 1332⁶¹ - Cairo, 17 de Março de 1406) – *Al-Târif*, ou seja, a sua *Autobiografia*, composta já no período final da sua vida no Egipto. Trata-se, neste caso, de um códice depositado nas colecções (certamente que de proveniência marroquina) da biblioteca Ahmet III, de Istambul, Turquia⁶².

⁵⁹ M. Sijelmassi, 1987, p. 25. col. 1.

⁶⁰ M. Sijelmassi, 1987, p. 25. col. 1; idem, p. 105.

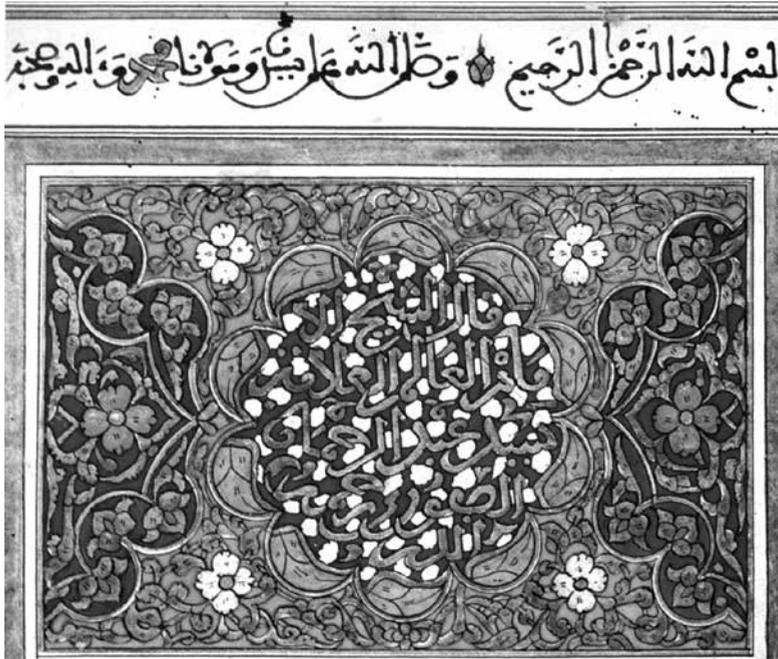
⁶¹ O nascimento, na cidade de Tunes, de Ibn Khaldûn (filho de uma família, de origem iemenita, que algum tempo antes tinha chegado ali proveniente de Sevilha) ocorreu pouco mais de uma dezena e meia de anos depois de aí ter terminado uma parte fulcral da actividade missionária e intelectual do franciscano Ramon Llull (c. 1232-1315). Remete-se para o nosso trabalho referente à perspectiva de Ramon Llull, não isenta de alguma utopia, em conquistar as gentes do povo árabe para o seio do Cristianismo, com algumas missões no Norte de África entre 1291/92 e 1314.

⁶² Jumaa Cheikha, “Los manuscritos de Ibn Jaldún y análisis de su escritura”, in *Ibn Jaldún, El Mediterraneo en el Siglo XIV. Auge y declive delos Impérios.- Estudios* (coordenação científica de M^a. Jesús Viguera Molíns), Sevilha, Fundación El legado andalusí, 2006, pp. 352-361.



Elementos caligráficos autógrafos, apostos por Ibn Khaldûn neste códice da biblioteca Ahmet III, de Istambul, não muito antes da sua morte em 1406.

A produção em códice, essencialmente marroquina mas não só, do período que mediou entre os séculos XI e V pode ainda ser complementada por um outro manuscrito por nós identificado, referente a três décadas apenas depois da conquista de Ceuta pelos portugueses, em 1445. Trata-se, neste caso, do Mss. 1911⁶³.



Códice 1911 (Fundos da Biblioteca al-Hassania, Rabat).

⁶³ M. Sijelmassi, 1987, p. 23. col. 2; idem, p. 139.

Referimo-nos, neste passo, à cópia de uma outra obra da autoria de Al-Fasi Taqi al-Din Muhamed b. Ahmed al-Hasani, no domínio da História e sob o título *Shifa al-gharam biaakhbaar al-balad al-haram*. Este integra, de igual modo, os fundos da biblioteca de Rabat, desconhecendo-se, neste caso, o nome do calígrafo.

Epílogo

Abordámos, aqui, apenas algumas das temáticas desta dezena e meia de códices marroquinos. Eles poderiam, pois – em toda a sua acuidade textual, tanto religiosa, como cultural, filosófica e científica – continuar a ser objecto de leitura em Ceuta, quando em 1415 os portugueses conquistaram a cidade, nas numerosas bibliotecas (das mais de sessenta anteriormente existentes) que continuavam activas nessa cidade que passou a ser *lusiada*.

Essas fontes continuavam, assim, a justificar cabalmente o seu papel, a sua existência.

Documentos

I

Funcionalidade e filosofia política da madrasa no contexto da cultura islâmica norte africana e mediterrânica (Apud L. Golvin, 1992: 94; 1984: 308-309)

[A *madrasa*, no tocante à sua implantação, constituía um centro especializado na criação de elites; quanto a esta instituição, no Magreb, ela deve ser perspectivada] *como um autêntico centro formador de dirigentes por parte dos distintos poderes consolidados desde o século XIII; ela constituía, com efeito, um novo ‘aparelho’ de poder com vista, por um lado, a formar funcionários de todos os escalões e a controlar assim os futuros servidores do Reino. Tinha ainda a função, por outro lado, de extirpar a anterior ‘heresia almóada’ até ao seu último sinal de vida*⁶⁴.

II

A madrasa constituiu um sustentáculo a uma revolução no contexto da educação no mundo islâmico, na perspectiva de R. Bulliet

[A *madrasa* constituiu um esclarecido sustentáculo para uma ‘revolução’ no contexto da educação no mundo islâmico ao longo da Idade Média]. *Os dias de proliferação descontrolada nos estudos muçulmanos tinham acabado. Assim como tinham terminado os dias da independência escolástica, na medida em que os scholars [como transmissores do saber] com nomeações para as madrasas – tanto os de carácter privado como os apadrinhados regimentalmente – tinham sido objecto de despedimento*⁶⁵.

III

Entre os mais antigos fólhos corânicos, um do século VII existente na BnF

É preciso hoje remontar ao século VII da era cristã para se encontrarem os mais antigos testemunhos contidos nos (referenciados como) “mais antigos fólhos corânicos até hoje conservados”, neste caso na Bibliothèque nationale de France. É esta pois, segundo

⁶⁴ L. Golvin, “La Medersa, nouvel ‘outil’ du pouvoir”, *Autrement*, 13, 1992, p. 94; idem, “Quelques réflexions sur la fondation d’une Medersa à Grenade”, *Actas del XII Congreso de la Unión Européene d’Arabes et d’islamizantes* (Málaga, 1984), Madrid, pp. 308-309; e Virgilio Martínez Enamorado, “Saber, poder y madrasas en tiempos de Ibn Jaldún”, in *Ibn Jaldún. El Mediterráneo en el siglo XIV. Auge y declive de los Imperios*, Sevilha, Fundación El legado andalusí, 2006, pp. 342-353, em particular in p. 344.

⁶⁵ R. Bulliet, *Islam. The view from the edge*, 1994, Columbia University Press, p. 149.

a BnF, a descrição destes fólhos dispersos, dispersos, desse mais antigo testemunho do Corão ali existente:

Meados do século VII. Tinta sobre pergaminho, 29,1×24,5 cm., com a cota 'BnF, Manuscrits orientaux, arabe 328, fls. 10 à 14'. Copiadas sobre pergaminho num formato vertical, estas páginas do Corão pertencem a um conjunto de 61 fólhos considerado como o mais antigo exemplar actualmente conservado. Na ausência de manuscritos datados de antes do século IX, foi na base de critérios paleográficos e ortográficos que se fez remontar estes fragmentos ao século VII (ou seja, à segunda metade do I século da Hégira). Foram escritos num estilo que no século XX veio a ser identificado como hijâzî em referência a Ibn al-Nadîm, célebre autor árabe do século X, que descreveu no seu Fihrist (Catálogo) as primeiras tipologias de escrita empregadas quer em Meca quer em Medina, cidades do Dedjaz. O árabe utiliza um alfabeto consonântico onde apenas as consoantes e as vogais são anotadas. Os signos diacríticos, postos por cima ou por baixo de certos caracteres, permitem diferenciar as letras de forma semelhante e precisar a natureza das vogais breves. Nas grafias antigas estes signos, assim como a vocalização, encontram-se ausentes ou apenas parcialmente presentes, tornando a leitura do texto sagrado de algum modo incerta⁶⁶.

⁶⁶ Cfr. Maurice Gloton, *Le Coran: la parole de Dieu*, Dar Albouraq, 2007, p. 101.

A CONQUISTA DE CEUTA VISTA ATRAVÉS DE FONTES ITALIANAS CONTEMPORÂNEAS*

Francesco Guidi-Bruscoli

*Vene nuove in Veniexia...
l'armada del re de Portogalo eser stada a Seta,
e prexa quela per bataia grandissima, e a quela
de fose morti de homeni mori da plù de xxm in suxo*

Com estas palavras, no dia 2 Novembro 1415, em Veneza dava-se o anúncio que Ceuta tinha sido conquistada pelos portugueses. A notícia tinha sido enviada de Montpellier para Génova a 17 de Outubro, e depois de Génova para Veneza a 24 de Outubro. O veneziano Antonio di Marco Morosini inseriu-a no seu *Diario*, que contém notícias do período de 1414-1433¹.

A importância desta fonte não-portuguesa para a história de um dos eventos-chave da expansão portuguesa foi já assinalada pelo Professor Joaquim Veríssimo Serrão num artigo publicado em 1961². Como base para o seu estudo, Veríssimo Serrão usou uma versão incompleta francesa do Códice de Morosini, a única ao tempo disponível³. Este artigo, pelo contrário, baseia-se na edição integral do Códice, publicada apenas em 2010 e que, por conseguinte, integra as informações previamente disponíveis com a totalidade das anotações presentes no documento⁴. Recentemente, pudemos analisar as imagens digitais de todo o manuscrito disponibilizadas *online*⁵.

¹* Agradeço a Susana Bastos Mateus pelas correcções linguísticas deste texto. Sobre as muito limitadas informações referentes a Antonio Morosini (nascido c. 1368 e morto depois de 1433), consulte-se Andrea NANETTI, “Morosini, Antonio”, in *Dizionario Biografico degli Italiani*, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, vol. 77, 2012, *ad vocem* (disponível online: [http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-morosini_\(Dizionario_Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-morosini_(Dizionario_Biografico)/) [ultimo acesso: 20 Junho 2016]). O Diário de Morosini está encadernado juntamente a uma crónica que relata eventos de 1094 a 1413.

² Joaquim VERÍSSIMO SERRÃO, “A conquista de Ceuta no Diário veneziano de António Morosini”, in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos*, 6 vols, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, III, pp. 543-550.

³ *Chronique d'Antonio Morosini. Extraits relatifs a l'histoire de France*, orgs. Germain Lefèvre-Pontalis and Léon Dorez, 4 vols, Paris, Libraire Renouard, 1899-1902 (em particular o vol. 2, que abrange os anos 1414-1428).

⁴ *Il Codice Morosini. Il mondo visto da Venezia (1094-1433)*, org. Andrea Nanetti, 4 vols, Spoleto, Fondazione Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 2010.

⁵ A cota do manuscrito original é: Viena, Österreichische Nationalbibliothek, codd. 6586-6587 (ex *Foscarini*, CCXXXIV-CCXXXV). As imagens digitais estão disponíveis on-line em: <http://www.engineeringhistoricalmemory.com/> e http://ehmazure.cloudapp.net/case_studies/morosini-codex/ [ultimo acesso: 20 Junho 2016].

1. A Dissimulação do objectivo da Armada

A Coroa portuguesa terá começado a pensar numa expedição a Ceuta, presumivelmente, apenas após a assinatura do tratado de paz com Castela em 1411: uma empresa desse tipo implicava unir os ideais nobiliárquicos da luta contra os mouros aos interesses dos mercadores em busca dos lucros que o controlo do comércio Norte-Africano poderia garantir. Esta colaboração duraria nas décadas seguintes e seria instrumental também para as viagens de exploração ao longo da costa ocidental africana⁶.

É bem conhecido que os portugueses tentaram dissimular o verdadeiro propósito da sua empresa. O plano para atacar Ceuta permaneceu secreto, especialmente para os estrangeiros. Mas, claramente, uma frota de tamanha dimensão não poderia ser equipada (e, em seguida, navegar) sem ser notada. O que os portugueses poderiam tentar esconder, isso sim, era o verdadeiro destino do seu empreendimento. Portanto – entre soberanos, governadores, diplomatas e comerciantes de outras nações – os boatos começaram a correr, por vezes até mesmo contradizendo-se uns aos outros (de uma maneira que certamente agradou à Coroa portuguesa, cujo sigilo poderia “ser protegido” pela confusão). Até ao início do século XV, muitos estrangeiros viviam em Lisboa e estavam certamente ansiosos para recolher (e dar a conhecer) o máximo de informações possíveis sobre os acontecimentos que estavam a decorrer. Neste caso particular, no entanto, não foi fácil obter informações fidedignas.

1.1 O falso desafio contra Holanda

Durante a longa preparação da frota (que recebeu um impulso decisivo em 1414) e enquanto D. João I não se mostrou disposto a declarar a finalidade de tal empresa, muitos questionavam-se sobre o que se passaria e os estrangeiros, obviamente, tentaram avaliar se isso lhes traria qualquer dano. Portugal não tinha um grande problema político imediato para resolver no exterior nem qualquer inimigo evidente para lutar, e isso fez de qualquer território um alvo potencial. No período que antecedeu à partida, cresceu o boato que o objectivo da expedição era as costas da Holanda, onde os navios portugueses tinham sido repetidamente atacados por piratas. Para fundamentar este boato, João I decidiu enviar Fernão Fogaça para William da Baviera, o Conde da Holanda: o objectivo declarado desta embaixada era a intenção de desafiar o Conde (“*fosse portador de hum desafio*”). Em segredo, porém, Fogaça pediu a William para confirmar publicamente este desafio, embora o verdadeiro propósito da empresa portuguesa fosse outro⁷:

El-Rei D. João de Portugal, meu senhor, está a organizar com todos os senhores do seu reino um grande feito para serviço de Deus e acrescentamento da sua honra, e isto porque ele entende ir, neste próximo ano, sobre os inimigos da Santa fê.

⁶ Carmen M. RADULET, *Documenti delle scoperte portoghesi, I – Africa*, Bari, Adriatica Editrice, 1983, pp. 30-31.

⁷ Gomes Eanes de ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Lisboa, Editorial Escol, s.d., ch. xxviii, pp. 63-66.

O Conde da Holanda estava ansioso por agradar a D. João I e após a saída do embaixador Português “*começou a preparar algumas coisas, de tal maneira que em todo o seu senhorio outra coisa não se poderia entender, senão que tinha guerra aberta com o reino de Portugal*”⁸.

1.2 Os receios de Aragão

Entre os reinos mais preocupados com os próximos (e misteriosos) eventos contavam-se, em especial, os reinos vizinhos. O rei de Aragão, por exemplo, encarou a preparação com muita ansiedade, tanto mais quanto Portugal tinha acabado de suspender a sua hostilidade contra Castela. Piratas portugueses, além disso, foram empreendendo ataques nos mares que banhavam os domínios de Aragão, quer nas margens da península, quer ao redor das ilhas (Ilhas Baleares e Sicília). Numa carta enviada de Ibiza para Fernando I de Aragão, a 2 de Janeiro de 1415, Juan Otger, governador da ilha, informou-o que havia um boato de que os portugueses preparavam uma frota para navegar ao Levante (“*se falha estol per anar en alguna part de Leuant*”). Como Ibiza se encontrava ao longo dessa rota, o governador pediu permissão para preparar a sua defesa, se necessário⁹:

E yo, senyor molt victorios, vehent que aquesta pobra djlla es en mijg del passatge e en frontera e esta circujda de bons ports, he fetes algunes proujsions, per les quales se pogues ensejir la deffenso de la dita jlla, si cas, senyor, fos que o per temps qujls portas en los dits ports o per lur volentat hi volguessen venjr a dampnjficar.

No geral, houve uma sensação de desconfiança em relação à Coroa portuguesa e às suas acções, quer no campo diplomático, quer no mar. Na Primavera de 1415, alguns meses antes da partida da frota, o rei aragonês ainda procurava desesperadamente informações, tanto por meio de cartas oficiais enviadas ao seu homólogo português como através da acção de espões, cujos relatórios transmitiam a sensação de desconfiança e perigo¹⁰.

1.3 Discussões em Castela

Também em Castela, apesar do tratado de paz assinado em Ayllon em 1411, as suspeitas eram, de facto, generalizadas. Alguns castelhanos duvidavam que Portugal realmente tivesse a intenção de atacar o Conde da Holanda; se a frota estava de facto direcionada para o Mar do Norte, talvez tivesse outra finalidade. Mercadores genoveses que viviam em Lisboa escreveram aos seus parceiros em Sevilha que as coisas eram diferentes:

⁸ ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ch. xxix, p. 66. Sobre esta questão, veja-se também Margarida GARCEZ, *Informação e contra-informação na “Empresa de Ceuta”: a embaixada ao duque da Holanda*, neste volume.

⁹ *Monumenta Henricina*, 15 vols, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960-74, vol. 2, doc. 48, pp. 120-121.

¹⁰ Anna UNALI, *Ceuta 1415. Alle origini dell’espansione europea in Africa*, Roma, Bulzoni Editore, 2000, pp. 219-225, 233-234.

“a maioria dos mais sensatos” (sic!) pensaram que na verdade a frota seria dirigida contra Sevilha e, portanto, aconselharam os seus parceiros a proteger as suas mercadorias, a fim de evitar o risco de perdas. Esta carta deve ter tido alguma difusão, porque o bispo de Ávila, falando em frente do conselho do rei, utilizou as seguintes palavras:

E os Genoveses que vivem em Lisboa, que assim o escreveram, alguma coisa conhecem e sabem, porque disso avisaram os seus amigos.

A fiabilidade dos observadores genoveses era, por outro lado, posta em causa pelo adelantado de Caçorla que – durante o mesmo conselho com o rei – sustentou que o que os genoveses escreveram “*não é coisa razoável*” dada a existência (e vigência) do tratado de paz entre Castela e Portugal¹¹. O argumento do *adelantado* foi convincente e o rei de Castela enviou uma embaixada a João I. Não é o objetivo desta apresentação o de seguir os acontecimentos desta embaixada, nem a história das relações castelhano-portuguesas, mas é interessante salientar – no entanto – que mercadores italianos foram certamente um veículo para a transmissão de informações mesmo em círculos não italianos.

1.4 As preocupações dos muçulmanos de Granada

Se os vizinhos cristãos de Portugal temiam um ataque e foram mantidos afastados de qualquer informação, não foi diferente a situação do soberano muçulmano de Granada, Yussef III: a somar às suas preocupações, fomentadas por uma presença cada vez menor de comerciantes portugueses nos seus territórios (que ele interpretou como um sinal de um possível ataque), estavam as implicações religiosas. Mesmo neste caso, no entanto, a embaixada enviada a João I voltou sem receber qualquer garantia precisa¹².

1.5 Boatos e segredos

Quando os embaixadores aragoneses se deslocaram a Portugal em nome do rei Fernando, a fim de perguntar se João I tinha a intenção de atacar qualquer território do reino de Aragão (em particular a Sicília), sentiram-se no direito de perguntar porque “*es fama publica e se diu es escriu por molts e tants e tals*”¹³. É evidente que a recusa do rei português a responder, a fim de manter o segredo, não aliviou os temores dos vizinhos.

Os boatos sobre a empresa em preparação difundiram-se bem além dos limites das regiões vizinhas, em ambos os lados do Estreito de Gibraltar. Presumivelmente, o grau de preocupação diminuiu à medida que aumentava a distância em relação a Portugal, mas a curiosidade sobre a realização de uma frota tão grande deve ter atraído as diplomacias de muitos países. Além disso, o rei português tinha bem presente que o seu país não poderia armar tantos navios sem recorrer a navios estrangeiros dos Países Bascos, Galiza,

¹¹ ZURARA, *Crónica da Tomada de Ceuta...*, ch. xxxi, pp. 71-72.

¹² UNALI, *Ceuta 1415...*, pp. 229-230.

¹³ UNALI, *Ceuta 1415...*, p. 227.

Bretanha, Inglaterra e, principalmente, da Alemanha e da Flandres. Isso contribuiu para a difusão em toda a Europa de notícias não confirmadas sobre o evento. Além disso, havia cerca de 1.700 *mareantes* estrangeiros, para além de c. 19.000 *alistados* portugueses, e de uma série de nobres provenientes de vários países europeus em busca de glória e riqueza¹⁴. E eles participaram mesmo sem conhecer a finalidade, a qual foi realmente mantida secreta, como o demonstra o seguinte exemplo¹⁵:

Veiu um gentilhomem alemão, que todavia declarou que não se alistaria na armada sem que D. João lhe tivesse feito saber para onde ela se dirigia; e, tendo-lhe sido isto recusado, regressou às suas terras, não deixando, porém, D. João de lhe dar magníficos presentes.

Não é nenhuma surpresa, portanto, que, embora nenhum veneziano (nem qualquer outro italiano) seja conhecido por ter participado de tal empresa, um tal acontecimento tenha tido ecos em algumas fontes de Veneza.

2. Os ecos em Veneza

A cidade de Veneza no final da Idade Média era, não só um dos principais portos comerciais da Europa, mas também um centro chave para a circulação de informações, mais-valia de grande importância para o desenvolvimento do comércio. Uma potência marítima e comercial como Veneza precisava, portanto, de uma rede eficiente de informadores espalhados pela Europa. Os relatórios dos embaixadores venezianos constituem ainda hoje uma fonte muito confiável para o estudo de muitos acontecimentos históricos¹⁶; não obstante, a República de Veneza também recolhia informações provenientes de cartas escritas por cidadãos particulares, especialmente mercadores.

Alguns problemas podem derivar de um fluxo de informação proveniente de fontes não controladas. É por isso que, algumas décadas depois de Morosini, os *diaristas* venezianos Girolamo Priuli e Marino Sanuto foram muito cuidadosos em anotar o nome do remetente da carta, o lugar, a data e todas as outras fontes que inseriam nos seus diários, os quais abrangem, respectivamente, os anos 1494-1512 e 1496-1533. Mas, mesmo eles, às vezes, relataram notícias não confirmadas porque quando a informação era tão procurada e o sigilo tão firmemente mantido, até mesmo boatos desempenharam um papel fundamental no palco diplomático e nem sempre eram fiáveis¹⁷.

¹⁴ UNALI, *Ceuta 1415...*, pp. 244-245, 251-253.

¹⁵ *Livro da guerra de Ceuta, escrito por Mestre Mateus de Pisano em 1460*, org. Roberto Corrêa Pinto, Lisboa, Academia das Ciências, 1915, p. 26.

¹⁶ *Relazioni degli Ambasciatori veneti al Senato*, org. Eugenio Albèri, 15 vols, Florença, Società editrice fiorentina, 1839-63.

¹⁷ Francesco GUIDI-BRUSCOLI, "Circolazione di notizie e andamento dei mercati nel basso Medioevo", in *Fama e publica vox nel Medioevo*, Actas do Congresso Internacional (Ascoli Piceno, 4-5 Dezembro 2009), ed. by Isa Lori Sanfilippo e Antonio Rigon, Roma, Istituto storico italiano per il medioevo, 2011, p. 140.

2.1 A preparação da armada no Diário de Antonio Morosini

O Diário de Morosini pode oferecer revelar alguns dados sobre a consciencialização, por parte dos venezianos, do que se ia passando em relação à empresa de Ceuta. A primeira vez em que Morosini se refere à frota portuguesa é a 10 de Julho de 1415, apenas duas semanas antes da partida da armada, embora deva ser dito que a informação se encontrava desactualizada em quase um mês, pois tinha chegado a Veneza através de um mensageiro que tinha partido de Flandres a 18 de Junho. Neste primeiro documento não só o destino da frota foi localizado no Norte, mas foi dito que a armada portuguesa já havia atingido Calais. O mensageiro refere que cerca de 150 navios (principalmente cocas) tinham chegado para juntar forças com uma numerosa (300 navios) armada inglesa destinada a atacar a França:

lo re de Portogalo, de là, aveva fato so forzo e armado da choche CXXX e fusti de galie XX; e dise queste eser zionte a Chades [leia-se Chales = Calais]

Que os ingleses se estavam a preparar para o retomar da guerra era verdade, mas não com a ajuda da vasta armada portuguesa, que ainda estava a ser equipada em Lisboa e no Porto. No entanto, a coincidência de tanto a Inglaterra como Portugal se encontrarem a armar grandes frotas no mesmo período fez a hipótese de uma acção conjunta parecer viável aos observadores externos. A principal preocupação para os venezianos, de qualquer maneira, deve ter sido o destino das suas quatro galés: não houve nenhuma notícia sobre elas, as quais estavam a navegar no que era, claramente, uma área perigosa¹⁸.

Um mês depois, entre os dias 16 e 19 de Agosto, mais cartas chegaram, desta vez de Valência. Nesta data, os portugueses estavam alguns dias de distância do desembarque em Ceuta, mas as cartas tinham sido escritas pelo menos um par de semanas antes da partida da armada de Portugal (uma tinha sido enviada por Bernardo Bonagiunta no dia 13 de Julho, as outras antes do dia 10 de Julho). As informações referidas foram possivelmente ainda mais enganosas do que as anteriores: a primeira carta menciona uma frota de 150 navios portugueses já “chegada” (mas não está claro se havia chegado a Valência ou às regiões do Norte da Europa); mas, além disso, havia treze galés prontas a pedido do (anti)papa Bento XIII, que teve que navegar de Valência para Nice a fim de se encontrar com o imperador, Sigismundo do Luxemburgo:

l'armada del re de Portogalo eser zionta per una parte de choche CL; e oltra de questo armade iera da galie XIII a requixicion de papa Benedeto, sovra de le qual quello dever montar per vegnir a Niza de Prodenza per eser a parlamento con l'inperador nuovo aleto sovra i fati de la renonciacion del papado.

Bento era, ao tempo, residente no conjunto dos territórios da Coroa de Aragão, enquanto Sigismundo partia de Constança, onde o Concílio organizado para acabar com

¹⁸ *Il Codice Morosini...*, vol. 2, n.º 227, pp. 609-610; *Chronique d'Antonio Morosini...*, vol. 2, pp. 18-25.

o Cisma se estava a realizar. Curiosamente, outra crónica veneziana, a *Vite dei Dogi* por Marin Sanuto, que presumivelmente atraiu algumas das suas informações de Morosini, relata que a frota que levou Bento XIII a Nice foi enviada pelo rei de Aragão¹⁹.

As outras cartas referidas por Morosini, escritas provavelmente alguns dias antes das anteriormente mencionadas, anunciam a partida no dia 10 de Julho duma frota portuguesa com vinte galés e 150 navios. A frota era tanto para Bento XIII como para Luis II de Anjou, a fim de restabelecer-lhe o trono napolitano. Mas de acordo com outros, o objetivo era a prisão do antipapa João (que na época estava cativo na Alemanha)²⁰:

se raxiona de fermo l'iera per lo papa Zane Benedeto e per lo re Alvixe, per meterlo in Napoli. Ma vien dito e scritto, a hora per la prexa de papa Zane, non se sa chomo seguirà, né dove l'ariverà, ma credese pur anderà prima in Prodenza.

Nesta passagem da obra de Morosini João (“Zane”) é mencionado duas vezes, na primeira das quais o nome se encontra riscado e substituído por Bento (“Benedeto”); por isso, é possível que também estas cartas unicamente mencionassem Bento.

De qualquer modo, o que está claro é que a confusão foi generalizada e não importa se os informantes estavam em Lisboa, em Valência ou na Flandres: o destino da grande armada portuguesa ainda não estava claro. Este deve ter certamente agradado à Coroa portuguesa, cuja preparação estava agora quase concluída sem qualquer fuga de informações.

Em Agosto mais notícias chegaram, esta vez enviadas da Inglaterra por Giacomo Sabbatini a seu irmão Niccolò, em Veneza (a carta foi enviada a 19 de Julho). Esta carta narra a preparação de uma grande frota pelo rei da Inglaterra, que queria “*tegnir el paso*” aos genoveses, que tinham atacado um navio mercantil Inglês. Além disso, Giacomo Sabbatini informou seu irmão que o rei português estava pronto a enviar 200 navios, a fim de ajudar Henrique IV (irmão da esposa de João I, Filipa de Lencastre) contra a França, recém-aliado do duque de Borgonha²¹:

E apreso avesemo tute nave che l' re de Portogalo quello aveva posudo aver, tolto l'aveva al soldo so, fazendo numero sia CC. E oltra de questo el predito re aver fato una armada, che serano in mar da vele in tuto plu' de MIIII^C in suxo, per eser contra la Franza.

A *Vite dei Dogi* de Sanuto apresentam a notícia com números ligeiramente diferentes, mas com a indicação do mesmo alvo, França: “*Il Re d'Inghilterra fece armata di 300*

¹⁹ *Il Codice Morosini...*, vol. 2, n° 249, p. 618; *Chronique d'Antonio Morosini...*, vol. 2, pp. 36-39. Marino SANUTO, *Vitae Ducum venetorum italice scriptae ab origine urbis, sive ab anno CCCCXXI usque ad annum MCCCCXIII*, in Ludovico Antonio Muratori (org.), *Rerum Italicarum Scriptores*, vol. XXII, Milão, Typographia Societatis Palatinae in Regia Curia, 1733 (rist. anast. Bolonha, Forni, 1981), col. 895.

²⁰ *Il Codice Morosini...*, vol. 2, n° 251, p. 618; *Chronique d'Antonio Morosini...*, vol. 2, pp. 40-43.

²¹ *Il Codice Morosini...*, vol. 2, n° 258, 259, p. 621; *Chronique d'Antonio Morosini...*, vol. 2, pp. 42-45.

*Vele tra le quali 125 Navi. E il Re di Portogallo armò 130 Navi, e 20 Galere, tutte contro il Re di Francia*²².

Vamos resumir alguns pontos antes de prosseguir. No verão de 1415 uma grande armada estava em preparação nos portos portugueses, cujo destino foi mantido em segredo. Observadores de todos os cantos da Europa procuravam antecipar onde ela iria intervir e alguns receavam que fosse atacar seus territórios. Mas, até ao último momento não conseguiram recolher informações fiáveis. Então, no dia 25 de Julho, a frota de cerca de duzentos navios²³ saiu em rumo ao Sul. Nem mesmo neste momento, no entanto, o destino oficial (Ceuta) foi declarado, ainda que este se tenha tornado aparente quando a armada parou em Lagos, de 27 de Julho a 7 de Agosto.

2.2 A partida e a vitória

Morosini refere que a próxima notícia chegou a Veneza a 14 de Setembro, graças a uma carta enviada de Valência pela companhia de Messer Matteo, um florentino, para o seu compatriota Giovanni di Francesco (presumivelmente em Veneza). Neste ponto, tudo ficou claro:

Ezi de Sibia, l'armada del re de Portogalo fuora era, e chalase sovra Seta, e na quela época CC navili e galie XXV, e sovra quela XLV milia combattadori. Ed è buona nuova. Posa avemo quela vada sovra mori; Dio i dia vituoria. E sè se dixè 'Uno re moro vuol tornar cristian'.

Para os venezianos (e, presumivelmente, para muitos soberanos europeus) foi um alívio. Todas as preocupações foram finalmente dissipadas. Os portugueses tinham equipado uma frota de 225 navios (dos quais 25 galés), com 45.000 combatentes, e estavam a dirigir-se para Ceuta, para lutar contra os mouros. “*Que Deus lhes dê a vitória*”, foi o comentário²⁴.

E, apesar do mau tempo na rota, o que causou algum atraso, a vitória foi obtida com bastante facilidade, poucas horas após a chegada a Ceuta, no dia 21 de Agosto. A notícia do sucesso foi escrita por Morosini apenas no dia 2 de Novembro, como vimos. A informação, desta vez, veio de Montpellier através de Génova e relatava que Ceuta tinha sido conquistada depois de uma batalha feroz e saqueada, e os mouros sofreram pesadas perdas, porque mais de 20.000 mouros morreram. Sanuto, fazendo referência aos meses de Setembro e Outubro, menciona a conquista de Ceuta em duas passagens diferentes: na primeira ele relata o sucesso (“*fecero danno in que' paesi a' Mori*”), indicando exatamente os mesmos números de navios e pessoas descritas por Morosini. Na segunda,

²² SANUTO, *Vitae Ducum venetorum...*, col. 896.

²³ As estimativas do número de embarcações (naus, galés, cocas e outras) variam entre 190 e 270, de acordo com diferentes fontes contemporâneas; um número não inferior a 50 seria de embarcações estrangeiras (UNALI, *Ceuta 1415...*, pp. 251-253, 256).

²⁴ *Il Codice Morosini...*, vol. 2, n° 289, 291, p. 630; *Chronique d'Antonio Morosini...*, vol. 2, pp. 54-55.

menciona simplesmente a conquista, indicando que a bordo da armada seguia o filho bastardo do rei de Portugal (“*il Bastardo di Portogallo*”)²⁵.

A 12 de Novembro de 1415 as quatro galés da *muda de Fiandra* (a frota enviada para a Flandres) chegaram ao porto de Veneza. Conforme mencionado acima, em Julho Morosini inquietava-se pelo destino desta frota, que partira de Veneza no dia 7 de Abril. Agora, a boa notícia do seu retorno foi acompanhada por duas outras novas, uma verdadeira e uma falsa. A primeira foi a da conquista de Ceuta pelos portugueses:

vene nuove, e simel per tera per avanti per uno chorier vegnudo, confermando la nuova vera del re de Portogalo, aver per bataia prexo Seta.

A segunda foi a morte do rei Fernando de Aragão; logo depois, no entanto, chegaram cartas que negaram a morte do rei (na verdade apenas morreu a 2 de Abril 1416)²⁶.

No Verão e no início do Outono de 1415, portanto, circulava muita informação sobre a conquista de Ceuta: todas cartas apresentavam algumas inexactidões, mas os acontecimentos foram finalmente esclarecidos e todos os receios se dissiparam, após o que as referências a Ceuta se tornaram frequentes, inclusive no códice Morosini.

A seguinte referência está numa carta de Sevilha, escrita a 28 de Junho de 1516 por Bernardo de Antonio Michiel para Luca Michiel de San Marzilian. O conteúdo, que foi incluído por Morosini em Setembro, foi acerca das novas conquistas realizadas pelos portugueses após Ceuta: em particular as de “Tranzier” (Tânger), “Arcila” (Asilah) e “Archasar Chibit” (Alcácer Ceguer?), mas eles continuavam a fim de derrotar a dinastia merínida em Marrocos (“*seguitando soa ’ventura, e spierase se farà signor de Belmarin por avanti*”)²⁷.

Finalmente, Ceuta é mencionada novamente no final de 1419, graças à chegada de Valencia da coca de Bartolomeo di Giacomo: o rei Português tinha derrotado os mouros em vários lugares como Maiorca, Ceuta e Granada, adquirindo grande prestígio e reconhecimento em toda a Cristandade (“*per la qua novela aquistado grandissimo honor in tuta cristantade*”)²⁸.

* * *

Parece incrível que o verdadeiro destino de uma armada de tal extensão possa ter sido mantido segredo por tanto tempo: a preparação levou algum tempo e o número de navios (para não falar de marinheiros e homens de armas) era muito grande. Uma frota de cerca de duzentos navios em preparação nos portos portugueses não poderia deixar de ser detectada e, de facto, a notícia foi conhecida em todos os cantos da Europa; no

²⁵ *Il Codice Morosini...*, vol. 2, n° 320, p. 640; *Chronique d'Antonio Morosini...*, vol. 2, pp. 64-65. SANUTO, *Vitae Ducum venetorum...*, col. 898.

²⁶ *Il Codice Morosini...*, vol. 2, n° 324, pp. 641-642; *Chronique d'Antonio Morosini...*, vol. 2, pp. 66-69.

²⁷ *Il Codice Morosini...*, vol. 2, n° 445, pp. 689-690.

²⁸ *Il Codice Morosini...*, vol. 2, n° 802, pp. 844.

entanto, a Coroa portuguesa necessitava manter o mais rigoroso segredo, a fim de obter a vantagem da surpresa, ao atacar Ceuta.

Muitas questões políticas estavam em jogo no teatro europeu, cada uma implicando diferentes alianças e envolvimento militares: entre os principais assuntos, a Guerra dos Cem Anos entre Inglaterra e França e o Grande Cisma na Igreja preocuparam certamente mais de um actor, por razões políticas, dinásticas ou comerciais. Dada a magnitude da frota portuguesa, parecia natural pensar num seu envolvimento em algum desses palcos. Notavelmente, os observadores que escreveram do Norte da Europa (Flandres e Inglaterra) esperavam uma intervenção nessa área, enquanto os informadores sediados na Ibéria imaginavam um envolvimento ibérico ou no Mediterrâneo. O primeiro pareceu viável, dadas as relações anglo-portuguesas e a simultânea preparação de uma grande frota inglesa, destinada a atacar França: a ajuda portuguesa aos seus aliados ingleses parecia, por outras palavras, uma opção. Talvez uma intervenção no âmbito Ibérico pudesse parecer menos lógica, mas o sigilo que acompanhou a preparação da frota suscitou todos os tipos de medos. A incerteza estimulou a busca de informações, e a ânsia de transmitir notícias causou a propagação de boatos não confirmados e às vezes falsos. De qualquer forma, quando a missão foi confirmada e, portanto, todos os medos foram dissipados, as menções à empresa de Ceuta tornam-se menos frequentes na obra de Morosini: aparentemente, também os venezianos – que não receavam um ataque contra si, mas acompanhavam cuidadosamente o equilíbrio político na Europa e no Levante – estavam satisfeitos com o resultado do esforço português e reduziram o seu nível de atenção a esse cenário.

Apêndice

Aqui sintetizam-se as informações fornecidas por Morosini quando a empresa se encontrava em preparação e depois da conquista de Ceuta.

Antes da conquista

Carta enviada	Origem da notícia	Remetente	Destinatário	Chegada da notícia em Veneza	Notícia
C 18.06.15	Flandres	“os nostros”		10.07.15	Frota (130 cocas e 20 galés) chegada em Calais para ajudar Inglaterra contra França
C ante 10.07.15	Valência	“os nostros”		16.08.15	Frota (150 navios e 20 galeras) pronta a dirigir-se à Provença (?) para ajudar o antipapa Bento XIII e restaurar Luis II de Anjou
C 13.07.15	Valência	Bernardo Bonagiunta		19.08.15	150 cocas chegadas (?); 13 galés prontas para levar papa Bento XIII para Nice
C 18.07.15	Inglaterra	Iacomo Sabbatini	Niccolò Sabbatini08.15	200 navios em direcção ao Canal da Mancha (?) para ajudar Inglaterra contra França
C 18.08.15	Valência	Matteo & co., florentinos	Giovanni di Francesco	13.09.15	200 navios e 25 galés em direcção a Ceuta contra os mouros

Depois da conquista

	Carta enviada	Origem da notícia	Remetente	Destinatário	Chegada da notícia em Veneza	Portador da notícia	Notícia
C	17.10.15	Montpellier via Génova	?		02.11.15		Ceuta conquistada por mais de 150 navios
R	-	-	-		12.11.15	Galés desde Flandres capitão Piero Loredan	Ceuta conquistada
C	28.06.16	Sevilha	Bernardo Michiel	Luca Michiel de San Marzilian	antes 08.09.16		Conquista de “Tranzier”, “Arcila” e “Archasar Chibit” pelos Portugueses
R	-	Valência	-		26.11.19	Coca de Bartolomeo di Iacomo	Vitórias portuguesas em Maiorca, Ceuta, Granada

C = carta

R = relatos orais

DE CEUTA PARA O ATLÂNTICO. AS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES MARÍTIMAS PORTUGUESAS

José Rodrigues Pereira

Tem sido geralmente aceite que os descobrimentos marítimos portugueses se iniciaram, sob a direcção do Infante D. Henrique, após a conquista de Ceuta em 1415. Alguns autores, no entanto, afirmam que mesmo antes da expedição a Ceuta o Infante D. Henrique desejava conhecer o que existia para além das ilhas Canárias e referem tentativas de exploração e/ou ocupação de novos territórios antes daquela data.

Para além das viagens luso-genovesas às ilhas Canárias (1336-1340), patrocinadas por D. Afonso IV, a costa ocidental africana já teria sido explorada antes do Século XV; estas expedições, que terão atingido o Golfo da Guiné, realizaram-se de forma esporádica e sem a persistência e a forma sistemática e contínua que tiveram as expedições henriquinas¹.

Quintela² e Faria e Sousa³ afirmam que as primeiras expedições às costas da Berberia se iniciaram no ano de 1412.



Figura 1 - Infante D. Henrique.
Óleo de Elisa Felismino. Biblioteca Central de Marinha.

¹ MAUNY, Raymond. *Les Navigations Médiévales sur les Côtes Sahariennes Antérieures à la Découverte des Portugais*.

² QUINTELLA, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa*.

³ SOUSA, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa*.

Segundo Costa Quintela⁴, terá sido em 1412 que o Infante mandou uma embarcação correr a costa da Berberia e que terá atingido o cabo Não (28° 30'N).

Tendo-se empenhado no socorro de Ceuta, em 1418, ali se demorou o Infante por três meses onde, segundo alguns autores⁵, terá procurado obter informações sobre os reinos de Fez e de Marrocos e as terras mais a Sul daqueles reinos.

No ano seguinte (1419), continuaram as viagens, e os navegadores passaram 60 léguas além do cabo Não; enviados numa expedição à Berberia, Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira arribaram a uma ilha a que puseram o nome de Porto Santo.

Em 1420, os mesmos navegadores, acompanhados de Bartolomeu Perestrelo, visitaram a ilha da Madeira, que assim foram os primeiros territórios descobertos pelas iniciativas de D. Henrique. Segundo a tradição⁶, uma *nuvem negra* permanente que se avistava de Porto Santo, terá levado os navegadores à ilha da Madeira, cuja colonização se iniciou logo naquele ano.

As viagens de descobrimento, dirigidas pelo Infante, podem ser divididas em quatro fases distintas:

A **primeira fase** (1412-1433) é a do estudo dos ventos e correntes do Atlântico Central e da consequente descoberta das ilhas atlânticas;

A **segunda fase** (1434-1440), a época das descobertas na costa ocidental africana, é assinalada pelas expedições de pequenos navios com o objectivo de avançar o mais possível para sul e tentar contactos amigáveis com os indígenas;

A **terceira fase** (1441-1446), o período das grandes esquadras de caravelas, é caracterizada pela busca do lucro fácil através da apanha de lobos-marinhos, do comércio do ouro e da captura de escravos;

A **quarta fase** (1447-1460) é marcada pela presença de navegadores e comerciantes italianos (Cadamosto, Noli, Usodimare, etc) e a eles pertencem as mais pormenorizadas descrições dessas navegações.

Segundo os cronistas, Gomes Eanes de Azurara⁷ (século XV) e João de Barros⁸ (século XVI) especialmente, o Infante mandava anualmente 2 ou 3 navios à descoberta.

Nestas viagens situaremos as expedições às Canárias, à Madeira e a transposição dos Cabos Não e Bojador, este último geralmente considerado um enorme feito por ser então o limite do Oceano conhecido. Saliente-se que do Cabo Não ao Cabo Bojador demoraram-se doze anos apesar de representar apenas uma distância de 200 milhas.

⁴ **QUINTELLA**, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa*, I Parte, Primeira Memória.

⁵ **QUINTELLA**, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa* e **SOUSA**, Manuel Faria e. Ásia Portuguesa.

⁶ **QUINTELLA**, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa* e **SOUSA**, Manuel Faria e. Ásia Portuguesa.

⁷ **ZURARA**, Gomes Eanes de. *Crónica de Guiné*.

⁸ **BARROS**, João de. *Da Ásia*.

Também segundo Quintela⁹, D. Henrique comprara a Maciote Betencourt o senhorio das ilhas de Lançarote, Forte Ventura, Gomeira e Ferro do arquipélago das Canárias. Em 1424 enviou D. Henrique uma esquadra com 2.500 infantes e 120 cavaleiros sob o comando de D. Fernando de Castro, governador da sua casa. Depois de algumas conversões dos nativos ao cristianismo, Castro regressou a Portugal e D. Henrique teve de enviar nova expedição, comandada por Antão Gonçalves para proteger as populações convertidas. Seguiram-se ainda outras expedições com a mesma finalidade em 1425, 1427 e 1432.

A descoberta, pelo piloto Diogo de Silves, da primeira ilha açoriana, Santa Maria, acontece em 1427; esta descoberta, realizada certamente no regresso a Portugal de uma viagem às costas da África Ocidental, aconteceu **sete anos antes** da ultrapassagem do Cabo Bojador, o que vem confirmar a necessidade do estudo do regime de ventos e correntes no Atlântico como meio de obter a garantia de regresso da costa africana.

Em 1431 Frei Gonçalo Velho Cabral, comendador de Almourol, foi enviado para os Açores tendo reconhecido as ilhas de Santa Maria e os ilhéus das Formigas. No ano seguinte o mesmo navegador voltou aos Açores tendo desembarcado na ilha de Santa Maria.

A 30 de Outubro de 1431 assinou-se o *Tratado de Paz Perpétua com o Reino de Castela* (Quintela).

Em 14 de Agosto de 1433 faleceu o Rei D. João I, enquanto o Infante continuava as tentativas para que os seus navegadores passassem além do cabo Bojador. Em 1433 (Quintela refere o ano de 1432) foi Gil Eanes enviado pelo Infante para passar além do cabo Bojador; não o tendo conseguido, regressou pelas Canárias onde fez alguns cativos.

Só no ano seguinte, o mesmo navegador ultrapassaria aquele obstáculo geográfico.

A passagem do Bojador seria temida pelos navegadores do Infante, não pelo receio do lendário *Mar Tenebroso* dos geógrafos árabes, mas pela dificuldade do regresso que se efectuava contra os ventos dominantes.

O regresso de além Bojador só é possível, navegando à vela, fazendo a *Volta pelo Largo*, procurando ali ventos mais favoráveis mas afastando muito os navios da costa, o que não era habitual naquela época.

O cabo Bojador que começa a encurvar de muito longe, ficando perpendicular à terra e *bojando* para oeste cerca de 40 léguas (108 milhas) – é deste muito *bojar* que lhe chamaram Bojador; esta situação obrigava os navegadores a afastarem-se do rumo que levavam e seguir outro para Oeste um número considerável de milhas, situação inédita para a época.

No Cabo, havia uma restinga que se avistava de longe, prolongando-se para Oeste cerca de 16 milhas e as águas que ali corriam provocavam um tal movimento que parecia saltarem. Era este fenómeno, que aos navegadores parecia tenebroso.

Será assim possível que no início das descobertas os navios do Infante tenham cruzado o Atlântico em várias direcções obtendo um conhecimento empírico dos ventos

⁹ QUINTELLA, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa*, I Parte, Primeira Memória.

dominantes com vista ao estudo das rotas de regresso da costa africana. Estas rotas oceânicas estavam também ligadas à introdução da navegação astronómica.

Os navegadores portugueses adquirem conhecimento que da Berbéria, navegando para o mar largo aos rumos Oés-noroeste e depois Noroeste, atingiriam uma zona de ventos Oeste que os traria de regresso à costa portuguesa. Também saberiam que se navegassem demasiado para Oeste cairiam numa zona de calmarias e ventos fracos e que designavam, pelo aspecto das algas nela existente, como *Mar da Baga* (hoje Mar dos Sargaços).

Nessas pesquisas poderá ter o Infante empenhado os seus navios durante os anos de 1419 a 1434.

Barros¹⁰ levanta uma ponta do véu ao afirmar que Gil Eanes falhou a tentativa de 1433 por encontrar *ventos desfavoráveis* – eventualmente alteração de ventos – que fez o seu regresso pelas Canárias e ainda que vinha decidido a repetir a viagem no ano seguinte. Pode admitir-se que ele tenha sido surpreendido por uma tempestade de ventos Leste, frequentes naquela zona e hoje bem descritos nos roteiros de navegação, mas que, sendo pouco conhecidos naquela época, o levassem a não se aventurar em águas desconhecidas com ventos diferentes do habitual. No ano seguinte, com o auxílio dos alísios de Nordeste o famoso promontório foi ultrapassado sem dificuldades pelo mesmo navegador.



Figura 2 - As Primeiras viagens de Descobrimto.
Desenho do autor e José Cabrita.

¹⁰ **BARROS**, João de. *Da Ásia*.

No ano de 1435 Gil Eanes numa barca, acompanhado por Afonso Gonçalves Baldaia num barinel, continuaram a exploração da costa; navegaram mais 80 léguas para Sul até uma enseada a que deram o nome de Angra dos Ruivos, pelo muito peixe que ali havia. Ali apenas detectaram a presença de rastros de homens e de camelos. Era o primeiro local da nova área geográfica que os portugueses iam descobrir.

Em 1436 (1435 segundo Quintela) os dois navegadores terão voltado à costa africana progredindo 120 léguas para além do cabo (70 léguas além da Angra dos Ruivos, Zurara; 40 milhas, Quintela; 30 léguas, F. e Sousa), até uma enseada que designaram por Angra dos Cavalos porque ali desembarcaram Heitor Homem e Diogo Lopes de Almeida com dois cavalos e que efectuaram a primeira incursão no interior destes novos territórios.

Segundo Zurara¹¹, navegaram ainda mais 50 léguas (12 léguas segundo F. e Sousa¹²) até à Pedra da Galé (21° 50'N); Quintela diz que avançaram 40 milhas até ao rio do Ouro, onde havia lobos-marinhos e atribui-lhe o ano de 1435. Ainda segundo este autor o Rio do Ouro dista 40 milhas da Pedra da Galé.

Com o desastre resultante da Expedição a Tânger, interromperam-se as viagens de exploração marítima.

No entanto, segundo o cronista João de Barros¹³, terá havido cerca de 1438 uma expedição portuguesa que atingiu a Ilha de Fernando Noronha, também designada S. Mateus. A informação é obtida através de uma expedição de Castela que em 1525 encontra vestígios da expedição lusíada. Face à sua não referência em outras fontes há a hipótese de os navegadores não terem regressado ao Reino.

Entretanto, em 9 de setembro de 1438 faleceu o monarca D. Duarte, um ano após a desastrosa expedição contra Tânger.

Termina aqui o que poderemos designar por segunda fase dos descobrimentos henriquinos, e que decorre desde 1434 a 1440.

Este período foi caracterizado, como atrás foi citado, pelo objectivo da pesquisa e investigação de novas terras nos seus aspectos científicos, humanos e comerciais.

Cifrou-se num avanço das navegações de 500 milhas para sul do cabo Bojador e 900 milhas para oeste da costa portuguesa, ou seja a exploração de uma área do Atlântico Norte superior a um milhão de km² (+/- 300.000 milhas quadradas), tarefa ciclópica face aos limitados meios técnicos daquela época.

Só há notícias de novas viagens em 1440, tendo D. Henrique enviado duas caravelas que nada adiantaram aos descobrimentos (Quintela¹⁴ e Zurara¹⁵).

No ano de 1441 Antão Gonçalves foi enviado até ao Rio do Ouro para ali recolher lobos-marinhos (F. e Sousa¹⁶ atribui-lhe o ano de 1440); mas depois de cumprida a missão o navegador desembarcou num local que ficaria conhecido como Porto do Cavaleiro, em busca de algum habitante tendo feito dois prisioneiros com os quais voltou ao Reino.

¹¹ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica de Guiné*.

¹² SOUSA, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa*.

¹³ BARROS, João de. *Da Ásia*.

¹⁴ QUINTELLA, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa*, I Parte, Primeira Memória.

¹⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica de Guiné*.

¹⁶ SOUSA, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa*.

Chegou, entretanto, àquele local outra caravela comandada por Nuno Tristão, cavaleiro da Casa do Infante, que trazia instruções para navegarem até à Pedra da Galé. Nuno Tristão armou cavaleiro Antão Gonçalves, razão para a denominação daquele local. Foi o primeiro a receber tal honra nos novos territórios.

Nuno Tristão decidiu ali encalhar a sua caravela para a reparar antes de continuar a sua viagem para Sul até ao Cabo Branco, enquanto Antão Gonçalves regressava ao Reino. Foi a primeira vez que se reparou um navio naqueles novos territórios.

Em 1442 largou novamente Antão Gonçalves para ir ao Porto do Cavaleiro resgatar alguns cativos que trouxera (Quintela¹⁷, Zurara¹⁸ e F. e Sousa¹⁹); conseguiram trocá-los por 10 escravos e algum ouro.

No ano seguinte (1443) Nuno Tristão voltou à costa africana e passando 25 léguas além do Cabo Branco atingiu as ilhas de Arguim; desembarcou nas ilhas de Adeget e das Garças onde fez vários cativos (Quintela²⁰, Zurara²¹ e F. e Sousa²²). Capturaram ainda 14 nativos de um grupo que se deslocava em 20 almadias e que remavam com os pés (Quintela²³, Zurara²⁴ e F. e Sousa²⁵).

No ano de 1444 Lançarote organizou uma frota de 6 caravelas para irem às ilhas de Arguim em busca de escravos. Na ilha de Naar capturaram 150, em Tider mais 60 (Quintela²⁶ e F. e Sousa²⁷); segundo Zurara foram 927 os cativos trazidos ao Reino nesta expedição.

Quintela²⁸ afirma que foi nesse ano de 1444 que se descobriu a ilha de São Miguel (Açores); seguiram-se, até 1450, as de Jesus Cristo (Terceira), São Jorge, Pico, Faial e Graciosa (1450).

Quintela²⁹ refere ainda que, em 1444, Dinis Fernandes armou um navio para ir aos descobrimentos; chegou ao rio Senegal e, continuando para Sul, chegou ao cabo Verde. (F. Sousa³⁰ atribui-lhe o ano de 1446).

Em 1445 partiu Gonçalo de Sintra para continuar os descobrimentos além do cabo Branco e das ilhas de Arguim; tendo fundeado numa baía 16 léguas a Norte daquele cabo. Tentou internar-se por um esteiro com a lancha, levando consigo 12 homens, mas ficou em seco na vazante; atacados por mais de 200 nativos, ali morreu com mais 7 homens, tendo o local ficado conhecido como angra de Gonçalo de Sintra (22° 50'N); fica 14 léguas além do Rio do Ouro. Foram os primeiros portugueses mortos nestas expedições.

¹⁷ **QUINTELLA**, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa*, I Parte, Primeira Memória.

¹⁸ **ZURARA**, Gomes Eanes de. *Crónica de Guiné*.

¹⁹ **SOUSA**, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa*.

²⁰ **QUINTELLA**, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa*, I Parte, Primeira Memória.

²¹ **ZURARA**, Gomes Eanes de. *Crónica de Guiné*.

²² **SOUSA**, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa*.

²³ **QUINTELLA**, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa*, I Parte, Primeira Memória.

²⁴ **ZURARA**, Gomes Eanes de. *Crónica de Guiné*.

²⁵ **SOUSA**, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa*.

²⁶ **QUINTELLA**, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa*, I Parte, Primeira Memória.

²⁷ **SOUSA**, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa*.

²⁸ **QUINTELLA**, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa*, I Parte, Primeira Memória.

²⁹ Idem.

³⁰ **SOUSA**, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa*.

Além de Gonçalo de Sintra faleceram neste recontro Lopo Caldeira, Lopo de Alvelos, Jorge, criado do Infante, o piloto Álvaro Gonçalves e 3 marinheiros. Algumas referências dão a sua morte nas ilhas Tider ou Naar em 1443. Foram as primeiras baixas portuguesas conhecidas nas viagens de descobrimento.

Também nesse ano se iniciou a construção da feitoria de Arguim, que só ficaria concluída depois de 1461 (Quintela³¹).

Em 1445 (segundo Quintela³²) fez o genovês Aluise Cadamosto a sua primeira viagem à costa africana na companhia de Vicente Dias; atingiram o rio Senegal (descoberto em 1440 (?) por 3 caravelas do Infante) a 280 milhas do cabo Branco. Navegaram mais 80 milhas e atingiram o *Pais de Budomel* donde regressaram ao Senegal.

Aqui surgiram mais duas caravelas com o genovês António de Noli e que vinham prosseguir os descobrimentos além de Cabo Verde, distante dali cerca de 180 milhas italianas (143 milhas portuguesas).

Continuaram os 3 navios a sua navegação até ao rio Barbecim (14° N) e, mais adiante, atingiram outro rio largo, onde não desembarcaram, continuando a navegar até ao rio Gâmbia (13° 24'N) onde fundearam e foram atacados pelos nativos nas suas almadias; travaram o primeiro combate naval nos territórios descobertos (Quintela³³).

No ano de 1445 (segundo Zurara³⁴) seguiram para a costa africana Antão Gonçalves, Garcia Mendes (ou Gomes Pires?) e Diogo Afonso tendo deixado no rio do Ouro João Fernandes e trazido um nativo voluntário (1446 segundo Quintela³⁵ e F. Sousa³⁶).

Voltariam no ano seguinte (1446) a Arguim e atingiram o cabo do Resgate onde recolheram João Fernandes e deixaram o nativo que tinham trazido na viagem anterior; mais adiante, no cabo Branco, aprisionaram 55 nativos. João Fernandes foi o primeiro europeu a internar-se nos territórios ao Sul do Saara.

Ainda em 1446 (segundo F. Sousa³⁷) Nuno Tristão fez mais uma viagem à costa africana regressando com 20 cativos. Dinis Fernandes foi noutra navio ao rio Senegal e chegou ao Cabo Verde, também em 1446 (F. Sousa³⁸ e Quintela³⁹).

Gonçalo Pacheco armou em 1446 uma embarcação cujo comando deu a Dinis Aires da Grã que, com Álvaro Gil e Mafaldo em outras duas caravelas, fizeram escala no Cabo Branco e ilha de Arguim onde tomaram 104 nativos. Nesta operação morreram 7 portugueses de uma lancha que ficou em seco na maré baixa da ilha das Garças (Quintela⁴⁰ e F. Sousa⁴¹).

³¹ **QUINTELLA**, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa*, I Parte, Primeira Memória.

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ **ZURARA**, Gomes Eanes de. *Crónica de Guiné*.

³⁵ **QUINTELLA**, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa*, I Parte, Primeira Memória.

³⁶ **SOUSA**, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa*.

³⁷ **SOUSA**, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa*.

³⁸ Idem.

³⁹ **QUINTELLA**, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa*, I Parte, Primeira Memória.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ **SOUSA**, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa*.

Ainda no ano de 1446 os habitantes de Lagos, com Lançarote no comando, e Gil Eanes como segundo comandante, armaram 13 caravelas e uma fusta a que se juntariam navios de outros portos – totalizando 27 navios – para irem às ilhas de Arguim em busca de escravos. Nesta expedição foram descobertas a ilha Goreé (14° 40' 10" N junto ao cabo Verde e o cabo dos Mastros – a Sul da baía de Rufisco (Quintela⁴² e F. Sousa⁴³). Quintela separa as expedições de Lançarote e Gil Eanes.

No mesmo ano partiu Nuno Tristão numa caravela com instruções de passar além do cabo dos Mastros. Percorrendo mais de 60 léguas além do cabo Verde, entrou na foz de um grande rio que decidiu explorar com o seu batel; 13 almadias com cerca de 80 nativos cercaram e atacaram o batel com setas envenenadas. Morreram Nuno Tristão e outros tripulantes que com ele se encontravam; a caravela regressaria a Portugal com o escrivão e 4 grumetes, levando mais de dois meses na torna-viagem. Esse rio, 320 km (173 milhas marítimas) a Sul de Cabo Verde, ficaria conhecido pelo rio de Nuno. Mas as investigações divergem quanto à sua exacta localização.

Durante alguns anos aceitou-se que este incidente tenha acontecido no *Nunez River* na actual República da Guiné ou no rio Geba (República da Guiné Bissau)⁴⁴.

É actualmente aceite que possa ter sido no rio Gâmbia, mas Teixeira da Mota, após aturadas pesquisas admite como mais provável que esta acção se tenha desenrolado no *Saloum River* (rio de Barbacins) localizado em 13°57'47"N e 16°45'10"W e que a sua morte tenha ocorrido no *Diombos River* (rio do Lago) em 13°47'57"N e 16°36'19"W.

Em 1446 Álvaro Fernandes passou além do rio de Nuno Tristão e atingiu o rio Tabite onde não desembarcou face à oposição dos nativos.

No ano de 1447 Gomes Pires foi ao Rio do Ouro tentar estabelecer comércio regular com os naturais; mas as ciladas dos nativos levaram-no a atacar duas aldeias capturando 80 pessoas que trouxe para o Reino (Quintela⁴⁵).

No mesmo ano seguiram também para a costa africana Fernão Afonso com o dinamarquês Balart até ao cabo Verde onde este foi morto com a tripulação da lancha que se virou na praia.

Alguns autores falam também da possibilidade de se ter efectuado uma viagem ao Brasil anterior a 1448. Acontece que na parte inferior esquerda da carta, que o cartógrafo André Bianco desenhou em 1448, é apresentado um troço de costa, limite setentrional dum território que as legendas, colocadas na própria carta, informam ser uma *ioxola hotinticha* e uma outra indicação diz *xe longa a ponente 1500 mia*, o que leva a supor a hipótese de ter havido uma viagem que atingiu a costa brasileira anterior a 1448.

Segundo F. Sousa⁴⁶, começou no ano de 1449 o povoamento dos Açores e continuou a construção da Fortaleza de Arguim por Soeiro Mendes, que seria o seu alcaide-mor.

⁴² QUINTELLA, Inácio da Costa. *Anais da Marinha* Portuguesa, I Parte, Primeira Memória.

⁴³ SOUSA, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa*.

⁴⁴ Também são indicados os rios Cacheu e Casamansa.

⁴⁵ QUINTELLA, Inácio da Costa. *Anais da Marinha* Portuguesa, I Parte, Primeira Memória.

⁴⁶ SOUSA, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa*.

Em 1458 D. Afonso V efectuou uma expedição a Marrocos, conquistando Alcácer-Seguer, tendo sido acompanhado por seu tio o Infante D. Henrique.

No ano de 1460 foram descobertas por Diogo Gomes e o genovês António de Noli as primeiras ilhas de Cabo Verde: Maio, Santiago e São Cristóvão (Boavista) e Lana (Sal).

Nesse ano ainda Pero de Sintra e Soeiro da Costa atingem a região da Serra Leoa (8° 30' N) que representaria o limite das expedições henriquinas.

A 13 de Novembro de 1460 morreu em Lagos, com 62 anos de idade, o Infante D. Henrique, Grão-mestre da Ordem de Cristo, Duque de Viseu, senhor da Covilhã, cognominado o *Navegador*, embora apenas tenha navegado até ao Norte de África.

No entanto, sob a sua direcção, os portugueses descobriram e exploraram uma extensa área marítima compreendida entre os paralelos de 40° N e 8°30' N e os meridianos 8° 30' W e 31° 30' W de Gw representando cerca de 6.000.000 de km² (1.76 milhões de milhas quadradas) uma área semelhante à actual zona de responsabilidade SAR.



Figura 3 - Os Descobrimentos Henriquinos (1434-1460).
Desenho do autor e José Cabrita.

Ao ultrapassarem o Cabo Verde, ponto mais ocidental do continente africano, eram já conhecidos dos navegadores portugueses os regimes dos alísios, dos ventos de Oeste e a zona de calmaria do *mar da Baga*. De outro modo é difícil inserir no esforço dos descobrimentos henriquinos as viagens de Diogo de Silves, Gonçalo Velho e Diogo de Teive e que levaram à descoberta e posterior povoamento do arquipélago dos Açores.

Em favor dos argumentos apresentados apontam-se os seguintes factos:

- * **Porto Santo** e **Madeira** são oficialmente descobertas depois de expedição de socorro a Ceuta em 1418.
- * O **Cabo Bojador** foi ultrapassado em 1434 quando já eram conhecidas as ilhas dos Açores do Grupo Oriental e talvez algumas do Central.
- * Na mesma época era já referenciado o **Mar da Baga** ou dos Sargaços.
- * Quando já é conhecido todo o arquipélago dos Açores (1452) os portugueses encontravam-se no Cabo Roxo, junto ao Rio Cacheu e a 850 milhas a Sul do Cabo Bojador, o que significa um avanço de cerca de 45 milhas por ano; e repare-se que de Santa Maria às Flores são aproximadamente 400 milhas, isto é, metade daquela distância.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Luís. *Curso de História da Náutica*. Biblioteca da Expansão Portuguesa. Publicações Alfa. Lisboa, 1989.

BARROS, João de. *Da Ásia* (9 volumes). Livraria San Carlos. Lisboa, 1973.

CORTESÃO, Jaime. *A Política de Sigilo nos Descobrimentos nos Tempos de D. Henrique e de D. João II*. Coleção Henriquina. Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique. Lisboa, 1960; *História dos Descobrimentos Portugueses* (3 volumes). Círculo de Leitores. Lisboa, 1979.

COSTA, Abel Fontoura da. *Descobrimentos Marítimos Africanos dos Portugueses com D. Henrique, D. Afonso V e D. João II*. I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo. Lisboa, 1938.

COUTINHO, Gago. *Náutica dos Descobrimentos* (2 volumes). Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1968.

DOMINGUES, Francisco Contente. *Arqueologia Naval*. Edições Culturais da Marinha. Lisboa, 2003; *Navios e Viagens. A Experiência Portuguesa nos Séculos XV e XVI*. Tribuna da História. Lisboa, 2008.

DOMINGUES, Francisco Contente; MATOS, Jorge Semedo de. *A Guerra Naval no Norte de África*. Edições Culturais da Marinha. Lisboa, 20003.

EÇA, Vicente Almeida d'. *Lições de História Marítima Geral* (4 volumes). Ministério da Marinha, Lisboa, 1973.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*. Edições D. Quixote. Lisboa, 2008.

MAUNY, Raymond. *Les Navigations Médiévales sur les Côtes Sahariennes Antérieures à la Découverte des Portugais*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.

MONOD, Theodore. *L'Ile D'Arguim*. Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, 1983.

OLIVEIRA, João Brás de. *Algumas Palavras Acerca da Marinha Portuguesa e da Sua Influência na Prosperidade da Nação*. Dissertação para o concurso da 5ª Cadeira da Escola Naval. Typographia da viúva Sousa Neves. Lisboa, 1885; *Narrativas Navais* (2 volumes). Ministério da Marinha. Lisboa, 1970.

PERES, Damião. *História dos Descobrimentos Portugueses*. Vertente. Porto, 1983.

QUINTELLA, Inácio da Costa. *Anais da Marinha Portuguesa* (4 volumes). Ministério da Marinha, Lisboa 1973-75.

RIBEIRO, Orlando. *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Fundação da Casa de Bragança, 1955.

SOUSA, Manuel Faria e. *Ásia Portuguesa* (6 volumes). Livraria Civilização, 1945.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica de Guiné*. Livraria Civilização, 1973.

Voyages en Afrique Noire d'Alvise Ca'da Mosto (1455 & 1456). Editions Chandeigne / UNESCO. Paris, 2003.

A PESCA E O CORSO NOS ANTECEDENTES DA EXPANSÃO MARÍTIMA

Fernando Gomes Pedrosa

A pesca foi o berço das navegações, a escola de todos os homens do mar. O corso foi a escola da guerra marítima. Os antecedentes da Expansão Marítima envolvem duas fases: a primeira até à conquista de Ceuta (1415), a segunda até à chegada de Vasco da Gama à Índia (fins do séc. XV). A nossa atenção incidirá em especial no Mediterrâneo e na costa ocidental de África.

Os corsários portugueses actuavam no Mediterrâneo talvez desde o séc. XIII, e com toda a certeza a partir dos primeiros anos do XIV, e visitavam regularmente o norte de África pelo menos desde 1308. À lista dos já conhecidos ao serviço do rei de Portugal, juntaremos outros que ainda não estavam referenciados, como o almirante Manuel Pessanha. O espanhol Pedro Navarro tornou-se um mito, uma lenda, relacionado com vários episódios da história portuguesa; no início da carreira foi corsário, afundado e ferido por um navio mercante português.

Quanto à pesca, focaremos em especial a praticada na costa de África, e também a exportação de pescado para o Mediterrâneo. Nas artes, merece destaque o acedar, antecessor mais antigo do cerco americano, rede atual das traîneiras.

1. A PESCA NA COSTA DE ÁFRICA

Os reis tentaram povoar a orla marítima e incentivar a pesca, concedendo privilégios aos povoadores e aos pescadores, entre os quais a isenção de tributos aos jovens e também aos adultos que quisessem aprender, prevista em diversos forais do séc. XIII. A partir de 1401 estabeleceram coutos de homiziados para os que se quisessem acolher a salvo das perseguições da justiça. Com estes e outros incentivos a pesca desenvolveu-se e irradiou para águas longínquas. Os do Porto já no séc. XIII iam à Galiza, instalando arraiais em terra para salgarem o pescado¹, e continuaram nessa faina porque um documento de 1420 menciona os que vão pescar à Galiza e “*a outras partes fora do nosso Senhorio*”².

A conquista de Ceuta em 1415 permitiu o livre acesso aos mares africanos, criando uma zona tradicional de pesca que se centrava no castelo de Arguim e era delimitada a sul pelo Cabo Branco; como já disse alguém, os pescadores terão sido os “*achadores*” de terras que outros mais tarde “*descobriram*”. Na Terra Alta, chamada Terra da Pescaria, da Angra

¹ Foral de Gaia (1255) e Elisa Ferreira Priegue, *Galicia en el comercio marítimo medieval*, Santiago de Compostela, Fundación “Pedro Barrie de la Maza”, 1988, p. 136.

² João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, Suplemento ao vol. I, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944, pp. 323, 324 (doravante, DP).

dos Ruivos ao Rio do Ouro havia “*muita infinda pescaria*” que atraiu também pescadores estrangeiros, transgredindo o monopólio conferido na bula *Romanus Pontífex* (1454) e outros diplomas papais que vedavam o comércio e a pesca nos mares portugueses sem licença régia³.

Desde finais do séc. XIV, e com toda a segurança desde as primeiras décadas do XV, pescadores andaluzes, e certamente também portugueses, frequentavam o banco canário-sahariano e as costas do Senegal, Gambia e Guiné, para pescarem os sáveis de Azamor, as pescadas, sardinhas e pargos do Cabo de Gué, os chernes, bogas e corvinas do Cabo Bojador, ou o pescado “*lical*”, as lixas e cações muito abundantes no Rio do Ouro⁴. Uma das espécies mais valiosas era o atum, que a partir do reinado de D. Afonso V se pescava entre Tânger e Arzila e no cabo Espartel⁵. Segundo Diego de Torres⁶, a fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Gué foi erguida por Diogo Lopes de Sequeira em 1505, “*por causa de la pesqueria de las pescadas y de muchos otros pescados que mueren en aquella mar*”. Outra espécie muito mencionada é o tazarte, variedade de atum, muito parecido com o bonito: a cidade de Azamor, quando foi conquistada, tinha cada ano de renda, “*somente da pescaria dos sáveis, cações e outros peixes a que chamam tazartes, que no levante têm a mesma valia dos atuns*”, 7 a 8 mil cruzados⁷. Em 1494, diz Cristóvão Colombo que à volta da ilha Española há grande pescaria de “*caçones, como al cavo de Bojador, en Guinea, alli donde tenían el debate los de Palos con los portugueses, porque es cosa rrica*”⁸.

A foca (lobo-marinho), muito cobiçada por causa do óleo e da pele, abundava nas Canárias (Ilha de Lobos), nos Açores (em especial na Ilha de Santa Maria), na Madeira (deu origem ao topónimo Câmara de Lobos) e no Rio do Ouro. Em 1436 Afonso Gonçalves Baldaia viu à entrada do Rio do Ouro cerca de 5 mil lobos-marinhos, de que fez grande pescaria, atraindo ao local muitos portugueses⁹. Os navios iam preparados para três atividades distintas consoante a oportunidade surgisse: comércio, curso ou pesca. Gomes Pires, patrão de uma caravela do rei, foi ao Rio do Ouro em 1446: cativou alguns mouros e não podia trazer mais “*por causa do sal que levavam deste reino, e isto a fim de fazerem salga nas peles dos lobos-marinhos, quando outra presa não pudessem cobrar ou porventura entrar no resgate com os mouros, que lançassem todo aquele sal fora como de facto*

³ Vitorino Magalhães Godinho, *Os descobrimentos e a economia mundial*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1982-1983, vol. II, p. 498, e IV, pp. 129 e ss.

⁴ Manuel González Jiménez, “La Baja Andalucía a fines del Medievo”, *Arquipélago. História*, Universidade dos Açores, vol. 11 (1988), pp. 9-48, p. 23; A. Rumeu de Armas, “Las pesquerías españolas en la costa de Africa (siglos XV-XVI)”, *Anuario de Estudios Atlánticos*, Madrid-Las Palmas, 1977, nº 23, pp. 350-355.

⁵ DP, III, p. 134; V.M. Godinho, *op. cit.*, vol. IV, p. 130.

⁶ *Relación del origen y sucesso de los Xarifes y del estado de los Reinos de Marruecos (...)*, Sevilla, 1585, p. 66.

⁷ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, Lisboa, em casa de Francisco Correa, 1566-1567, Parte III, xlvii.

⁸ Montserrat Léon Guerrero, *El segundo viaje colombino*, Tesis de Doctorado, Universidad de Valladolid, 2000, p. 443.

⁹ V.M. Godinho, *op. cit.*, IV, p. 131; Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné*, cap. X.

fizeram”¹⁰. Em 1454, D. Afonso V doou ao infante D. Henrique todos os rios, mares e pescarias desde o cabo (não indica o nome mas deve ser o Bojador) até onde chegarem as caravelas; como ocorriam frequentes litígios entre armadores e pescadores, que já eram dirimidos informalmente pelo infante, a doação inclui a jurisdição cível das “*comtemdas he demamdas que dos ditos resgates, pescarias ou presas naçerem ou depemderem*”¹¹.

Eram várias as espécies de mugilídeos/muges abundantes em Portugal (tainha, fataça, negráo, garrento, mogueira, liza, etc.), que habitavam nas águas costeiras e entravam nas rias, portos e rios em cardumes enormes. O seu valor comercial desceu muito em tempos recentes, por causa da poluição, mas antes foram das espécies mais pescadas e comercializadas. Facultavam pescarias tão importantes que atraíam mercadores estrangeiros: em 1460 os italianos Lourenço Berardi e Giovanni Morosini participavam em Portugal na pescaria de muges (“*peschiera demugini*”)¹². Até justificavam viagens à Terra Alta, Arguim e Cabo Branco: em 1593 pagava-se na Casa do Pescado de Lisboa a sisa da tainha salgada da Terra Alta¹³.

2. A EXPORTAÇÃO DE PESCADO PARA O MEDITERRÂNEO

Um documento de 1302, sobre os direitos do almirantado em Sevilha, indica muitos pescados: sardinha “*arençada*” (fumada), “*en pila*” (salgada) ou fresca, arenque, atum fresco ou salgado, sável salgado, “*pijota*” (pescada) fresca, corvina e baleia. Boa parte do pescado procedia de Portugal (sardinha e atum) e, algumas espécies concretas, como as “*pijotas*” frescas e as corvinas, frescas ou salgadas, vinham do Algarve, trazidas por pescadores algarvios e castelhanos¹⁴. O foral da portagem de Lisboa, anterior a 5.10.1377, indica a exportação de baleia para Flandres e outros lugares, sardinha salgada e fumada para Aragão e Sevilha, pescada e outras espécies, secas e fumadas¹⁵. O atum exportava-se para várias regiões, em especial a Itália.

Nas últimas décadas do séc. XIV mercadores de Barcelona exportavam de Portugal grandes quantidades de sardinha, mas ao redor do ano 1370 e dos seguintes, pescadores portugueses e galegos captam em seu benefício o tráfico para a Catalunha que eles haviam iniciado. Valência, Maiorca e Barcelona são as praças prediletas e também descarregam

¹⁰ *Monumenta Henricina*, vol. IX, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henriques, 1968, doc. 120, p. 163.

¹¹ Alberto Iria, “Novas cartas régias afonsinas acerca dos descobrimentos e privilégios do infante D. Henrique. Documentos inéditos”, *Studia* nº25, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, pp.76,77.

¹² Virgínia Rau, “Bartolomeo Di Iacopo Di Ser Vanni, mercador-banqueiro florentino ‘estante’ em Lisboa nos meados do séc. XV”, in *Do Tempo e da História*, vol. IV, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, 1971, p. 103.

¹³ Francisco Carneiro, “Relação de todas as rendas da Coroa deste Reyno de Portugal (...)”, ano de 1593, ed. Francisco Mendes da Luz, separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XIX, 1949, p. 33.

¹⁴ José Manuel Calderón Ortega, *El Almirantazgo de Castilla. Historia de una institución conflictiva (1250-1560)*, Universidad Alcalá de Henares, 2003, pp. 290, 295.

¹⁵ DP, supl. I, pp. 51 e ss.

em portos secundários da costa. Os portugueses mais documentados são os do norte: Caminha, Viana, Ponte de Lima, Vila do Conde. Aparecem muitos desde que começa a haver uma documentação regular dos portos de Valência e Barcelona, c. 1380. A maior parte do congro para a Andaluzia e o reino de Aragão vai em barcos portugueses¹⁶. Um documento de 1405 menciona também os de Leça, Matosinhos e seus termos que vão a Aragão vender pescado¹⁷. Chegam todos os anos por volta do mês de dezembro, negociam as quantidades a vender e os preços, e descarregam os navios. Com o dinheiro das vendas compram mercadorias e regressam procurando vender tudo à medida que vão tocando nos portos¹⁸.

No período entre 1464 e 1493 regista-se em Valência a chegada de Portugal de sardinha, pescada e congro, por esta ordem, praticamente todos os anos. Por vezes também atum, bonito e enguia¹⁹. Diz Jerónimo Munzer em 1494 ou 1495 que a sardinha de Setúbal é exportada para Espanha, Roma, Nápoles e Constantinopla²⁰.

3. O CORSO

A guerra no mar faz-se principalmente através de corsários, que muitas vezes actuam por conta própria à revelia das instruções dadas pelo rei. Um pretexto para os roubos consiste no direito de visita, pelo qual podem fiscalizar qualquer navio amigo ou neutro para impedir que transporte mercadoria inimiga, o que dá origem a excessos desmedidos e às subsequentes represálias. E como a guerra contra os mouros é permanente e “*santa*”, podem visitar qualquer navio mercante cristão que se aproxime do norte de África. Outras vezes é o rei que, fazendo guerra sem a declarar, os manda piratear navios de nações amigas. Em suma, no mar vigora a “*lei da selva*”.

O corso foi um “*instrumento básico da política externa portuguesa*”²¹. A “*guerra declarada*” é um fenómeno raro, extraordinário, mas a “*guerrilha*” está inscrita no quotidiano, através do corso, forma de violência institucionalizada que permite aos estados exercerem pressão e atacarem os navios mercantes antagonistas, numa estratégia de longo prazo, de desgaste, atrição, mais eficaz do que a “*guerra declarada*”. Todos praticam o corso. Os portugueses também, contra muçulmanos e cristãos de várias nacionalidades. Passava pela costa portuguesa quase toda a rede comercial dessa época. O volume das mercado-

¹⁶ Elisa Ferreira Priegue, *Galicia (...)*, pp. 144, 145, 647, e “O desenvolvimento da actividade pesqueira dende a Alta Idade Média o século XVII”, in Cármen Fernández Casanova (coord.), *Historia da pesca en Galicia*, Universidade de Santiago de Compostela, 1998, p. 72.

¹⁷ DP, supl. I, p. 79.

¹⁸ Filipe Themudo Barata, *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1998, pp. 119, 169-171.

¹⁹ José Hinojosa Montalvo, “Intercambios comerciales entre Portugal y Valencia a fines del siglo XV: el Dret Portogues”, in *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. II, Porto, 1987, pp. 770-773.

²⁰ Basílio de Vasconcelos, *Itinerário do Dr. Jerónimo Munzer*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 25.

²¹ Filipe Themudo Barata, *op. cit.*, p. 303.

rias transportadas por via marítima entre o Mediterrâneo e o norte da Europa seria cerca de 40 vezes superior ao volume das que seguiam por terra.

Além dos corsários propriamente ditos, qualquer navio mercante ou de pesca ia preparado para ações bélicas. Num contrato de afretamento, em que Rodrigo Afonso de Lisboa se compromete, perante Bertoleto de Crognano, da Gasconha, a ir a Valência e, na volta, trazer sal de Ibiza para Génova, ficou estabelecido que não poderia atacar navios de Génova, Savona, Pisa, Florença, Veneza, Nápoles e Maiorca²². Em 1487 os portugueses “*Alfonso Yáñez, Antonio Yáñez y Diego Alfonso, patrones de carabela*”, iam para Valência vender pescado; ao largo do cabo de Gata, no mar de Almería, avistaram um “*caro*” (navio mouro) que ia para Malta com 30 mouros, armas e vitualhas; investiram contra ele e tomaram-no; continuaram a viagem para Valência, e aí venderam o pescado e 24 mouros (os outros 6 mouros devem ter morrido no combate). Isto é, iam vender pescado e acabaram por vender pescado e mouros²³.

O rei, para incentivar o corso, pode emprestar navios e armas e acionar dois mecanismos: 1º não exigir a fiança; 2º doar o “*quinto*” das presas, aumentando assim o valor do saque. Fiança é o valor em numerário que os corsários devem depositar antes da largada para indemnizar os danos que causarem a navios amigos ou neutros. Nesta época áurea da expansão marítima, de intensa luta pelo domínio dos mares, os reis de Portugal não só incentivaram os seus corsários mas também contrataram alguns estrangeiros.

Tavira foi na época muçulmana uma base de corsários²⁴ e assim continuou depois. Em 1332 o rei emprazou a um deles, Afonso Garcia, casas em Tavira onde antes morara outro, Bartolomeu Bernaldiz²⁵; no mesmo ano, 1332, doou a Afonso Gameiro, “*meu corsário*”, o foro de umas casas em Tavira²⁶. Em 1303 navios portugueses, em três ocasiões seguidas, capturaram em águas de Málaga embarcações mouras e valencianas²⁷. “*Abulianes*”, de Lisboa, e os seus comitres “*Esteban Peguero, Domingo Estévenez, Vicente Martino*”, de Tavira, e o lisboeta “*Salvador Juan*”, protagonizam em águas de Málaga, no dia 8.8.1303, um acto qualificado em Maiorca como pirático, ao assaltarem o lenho de carga do valenciano Pedro Mir, e depois a coca *Sancta Anna* de Gautier Caxiso, da qual era patrão o genovês Juan Cansat. As autoridades de Maiorca queixaram-se ao rei de Portugal, D. Dinis, em dois documentos. Num, sobre o lenho de Pedro Mir, dizem que foi

²² Filipe Themudo Barata, *op. cit.*, p. 296.

²³ Vicenta Cortes, *La esclavitud en Valencia durante el reinado de los Reyes Catolicos*, Valencia, 1964, p. 228.

²⁴ Christophe Picard, *L'Océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade (...)*, Paris, Maisonneuve & Larose, Unesco, 1997, pp. 357, 418.

²⁵ D. P., I, p. 50.

²⁶ Sandra Cavaco e Jaquelina Covaneiro, “O castelo e o povoamento de Tavira. Traços evolutivos do islâmico ao cristão”, in Isabel Cristina F. Fernandes (coord.), *Fortificações e território na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. I, Lisboa, Edições Colibri/Campo Arqueológico de Mértola, 2013, p. 431, citam J. Veríssimo Serrão, “Tavira. Um percurso na história (séculos XII-XVIII)”, in Rui Gonçalves Guedes (ed.), *Tavira. História viva*, s.l., 2001, p. 26.

²⁷ Filipe Themudo Barata, *op. cit.*, p. 305; J. Enrique Coca Castañer, “Comercio exterior del reino de Granada”, in *Actas del II Coloquio de Historia Medieval Andaluza*, Sevilha, 1982, p. 354. Málaga pertencia ao reino muçulmano de Granada.

apresado por “*III galeres grosses e III lenys de portegal*”, que depois o levaram para o porto de Málaga. No outro, sobre a coca, dizem que foi apresada por “*tres galee et unum lembus armatus piratarum portugalem*”²⁸. Comitre era o termo usado em Espanha para designar o comandante da galé, que em Portugal era chamado alcaide. *Leño*, *leny* ou *lembus* é uma designação genérica, que aqui deve corresponder a navio de remo mais pequeno do que a galé. Uma galé desta época nunca teria menos de 100 homens, pelo que três galés grossas implicam uma tripulação muito superior à habitual em ações de corso.

Os corsários portugueses atuavam no norte de África pelo menos desde 1308, quando um lenho comandado por Vicente Marti e Domingo Vicente, que andava a corso nas águas de Bona, foi capturado por aragoneses²⁹; Bona é a actual Annaba, na Argélia.

3.1 Manuel Pessanha

Em 1.2.1317, o rei D. Dinis contratou o genovês Manuel Pessanha para exercer o cargo de almirante; numa das cláusulas do contrato ele obriga-se a ter sempre 20 homens de Génova “*sabedores de mar*”, idóneos para alcaides e arrais das galés do rei. Poucos dias depois (10.2.1317) nomeia-o almirante-mor e comunica a nomeação a “*todos os meus vassallos cossairos e a todos os outros alcaides de galés e arrais e oficiais que a este officio pertencem*”. E logo a seguir (23.2.1317) confirma a nomeação: mando a todos os meus vassallos corsários, alcaides das galés, arrais e oficiais que a este officio pertencem, e a todos os outros homens de mar que com eles forem em frota ou em armada, ou em outra “*cossaria de mar*”, que lhe sejam obedientes, e tenha todos os poderes que “*os outros meus almirantes, de direito e de costume*”, sempre tiveram nos homens da “*cossaria de mar*”³⁰. Nestes e noutros documentos corsário aparece como sinónimo de marinheiro da armada real. Em 9.4.1338: “*Outrossi tenho por bem e mando que sse Eu ffezer armada de ffrota per mjm ou pelos meus Cossayros (...)*”³¹. Em 6.12.1399: carta régia de segurança aos mercadores de Inglaterra, Flandres, França e Bretanha, enviada ao “*almirante capitam mor da nossa frota e aos nossos patrões e a quaeesquer cosairos do nosso senhorio*”.

Os genoveses eram conceituados especialistas na arte de construir e conduzir galés. No ano em que Manuel Pessanha foi contratado, 1317, o rei de Inglaterra adquiriu galés genovesas. Uns genoveses trabalhavam no Clos des Galées, em França, e outros exerceram cargos de almirante em Castela: Hugo Vento (em 1264), Benedetto Zacaria (de 1291 a 1295; foi depois almirante em França), Egidio Bocanegra (de 1341 a 1367), Ambrosio Bocanegra (de 1370 a 1373)³².

²⁸ Antonio Ortega Villoslada, “Oporto y Mallorca en la primera mitad del siglo XIV”, comunicação apresentada no *II Encontro “O Mar – Patrimínios, usos e representações”*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Outubro de 2011, p. 4.

²⁹ Filipe Themudo Barata, *op. cit.*, pp. 317, 469.

³⁰ DPI, pp. 27-32.

³¹ DPI, p. 54.

³² Francisco Javier García de Castro, *La marina de guerra de la Corona de Castilla en la Baja Edad Media (...)*, Tesis Doctoral, Universidad de Valladolid, Instituto Universitario de Historia Simancas, 2011, pp. 132, 145, 147, 174, 179.

Ainda no reinado de D. Dinis, que faleceu em 1325, o almirante Manuel Pessanha apresou 120 “*gerres de vi*” (jarros de vinho) a uns mercadores de Valência. Estes apresentaram queixa ao rei de Catalunha-Aragão, o qual requereu justiça ao rei de Portugal. Não a obtendo, concedeu licença ou carta de marca aos seus súbditos para apresarem bens a portugueses até ao valor correspondente aos 120 jarros de vinho e as despesas correspondentes. Uma carta de marca permitia ao agredido ressarcir-se em qualquer navio da nacionalidade do agressor, ou seja, qualquer navio português. Em 1332, uns mercadores prenderam no porto de Valência o mercador de Lisboa Juan Pérez de Limpas e exigiram-lhe uma grande quantia em dinheiro para o libertarem. Os litígios continuaram, porque se sabe que no tempo de D. Afonso IV (1325-1357) os súbditos dos dois monarcas possuíam cartas de marca, o que demonstra que se faziam muitos ataques de navios catalães a navios portugueses e vice-versa. Em 1333, o rei de Portugal e o município de Lisboa apresentaram uma reclamação ao rei de Catalunha-Aragão: indo a nau do mercador de Lisboa Francisco Pérez de Barcelos a Maiorca, comprar mercadorias, foi atacada por galés do almirante catalão Francesc Carros, que roubaram toda a mercadoria, mataram alguns homens e feriram outros. No ano seguinte, 1334, o rei de Portugal e o município de Lisboa apresentaram outra reclamação ao mesmo rei: tinham mandado 16 naus carregar trigo à Sicília, 10 a La Licata e 6 a Sciacca, mas estas últimas 6 foram apresadas por galés catalães³³.

3.2 Afonso Ramos

Em 1366, um lenho armado por portugueses de Tavira e com licença régia, comandado pelos estrangeiros Domingos Barraga, de Algeciras, e Marcos Alacante, de Tarifa, assaltou no porto de Alcudia (Maiorca) uma barca de Guillermo Juliano que transportava mercadorias do judeu Jacob Xambell e outros cidadãos valencianos; levaram depois a barca para Mozena, terra de mouros, e aí venderam os judeus que trazia e parte da mercadoria, enquanto o resto foi transportado para Tavira³⁴.

À volta do mesmo ano, 1366, Joan Saranyó, mercador de Valência, levava mercadorias numa barca para One (actual Honein, na Argélia) quando foi atacado por um lenho do corsário português Afonso Ramos, morador em Tavira, o qual levou a barca a One, onde o negociador de Joan Saranyó se viu obrigado a pedir emprestado ao governador do lugar 225 dobras de ouro para resgatar a barca e parte da mercadoria; as restantes mercadorias, não resgatadas, foram levadas pelo corsário³⁵. Afonso Ramos foi corsário do rei

³³ Josefina Mutgé i Vives, “Relaciones entre Alfons El Benigne de Catalunya-Aragó i Alfons IV de Portugal”, *XV Congreso de Historia de la Corona de Aragón*, Actas, tomo II, Gobierno de Aragón, 1997, pp. 477-492, pp. 485-487.

³⁴ Filipe Themudo Barata, *op. cit.*, pp. 167, 306, 321-322.

³⁵ Josefina Mutgé i Vives, “La piratería entre la Corona de Aragón y los reinos de Castilla y Portugal en el siglo XIV. Contribución a su estudio”, *V Jornadas Hispano-Portuguesas de Historia Medieval*, Cádiz, 2003, p. 392.

D. Fernando, que lhe doou um forno na ribeira de Tavira e uma vinha, em 18.8.1373³⁶, e o foro de uma vinha e figueiral em Almargem, termo de Tavira, em 3.5.1381³⁷.

Pouco depois desta última doação, em julho de 1381, largou de Lisboa para o Guadalquivir uma grande armada constituída, segundo Fernão Lopes³⁸, por 21 galés, uma galeota e 4 naus, que, devido a uma sucessão de erros cometidos pelo almirante português, o conde D. João Afonso Telo, irmão da rainha, sofreu na batalha de Saltes, junto a Sevilha, uma pesada derrota, com a captura de muitos homens e navios. Afonso Ramos não é aqui mencionado por nenhum cronista, português ou espanhol, mas participou na batalha. Em 1516, passados 135 anos, realizou-se em Sevilha um inquérito sobre o funcionamento das atarazanas no presente e no passado. Dois cómitres ouviram dizer aos seus antepassados que estiveram nas atarazanas 24 galés portuguesas, apresadas em Saltes, numa batalha em que a armada portuguesa era comandada pelo “capitão Afonso Ramos”³⁹. É a melhor homenagem que se podia prestar a este corsário: não ficou registado nas crónicas, mas o seu nome ainda passava de geração em geração; baseado em Tavira, sua terra natal, muitas tropelias deve ter praticado contra os sevilhanos.

3.3 As Cruzadas do Séc. XV

Antes da conquista de Ceuta (1415), os portugueses já visitavam regularmente o norte de África, em ações de corso, de comércio e outras: em 1413, um navio português que transportava peregrinos muçulmanos de Valência para Bugia foi atacado por uma nau castelhana e uma galé maiorquina⁴⁰. Depois passou a ser uma base avançada do corso português: “*Como a Cidade de Cepta seja casy huma chave do mar Medio Terreno, quaesquer Navios que se armavão contra os infieis vinham alli fazer devisa*”⁴¹. Corso popular, devastador, dirigido pelo rei e os nobres, como os infantes D. Henrique e D. Pedro, e praticado um pouco por todos os marítimos. As crónicas mencionam muitas ações de corso. Uma única presa podia valer uma fortuna.

A tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos, em 1453, causou a maior consternação na Cristandade. Várias vezes, antes e depois desta data, o Papa proclamou a cruzada contra eles e exortou os soberanos cristãos a pegarem em armas. Um dos soberanos que aderiu foi o duque de Borgonha Filipe o Bom, casado com Isabel de Portugal, filha de D. João I, que enviou armadas contra turcos e mamelucos desde 1441 até 1464⁴². Tinha ao seu serviço vários portugueses, entre os quais Martim Afonso de Oliveira, que

³⁶ D.P. supl. I, p. 408.

³⁷ *Monumenta Henricina*, vol. IV, Coimbra, 1962, p. 329.

³⁸ *Crónica de el-rei D. Fernando*, Cap. 124.

³⁹ Juan Manuel Bello León y Alejandro Martín Perera, *Las atarazanas de Sevilla a finales de la Edad Media*, Sociedad Española de Estudios Medievales, Editum. Ediciones de la Universidad de Murcia, 2012, pp. 54-55.

⁴⁰ Filipe Themudo Barata, *op. cit.*, p. 305.

⁴¹ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, Coleção de Livros Inéditos de História Portuguesa, tomo II, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1792, p. 360.

⁴² Jules Finot, *Projet d'expédition contre les Turcs, préparé par les conseillers du duc de Bourgogne, Philippe-le-Bon (janvier 1457)*, Lille, L. Quarré, 1890, pp. 44 e ss.

participou em expedições de 1441 e 1444; em 1445, no comando de uma caravela, penetrou no Mar Negro e fez algumas “presas de guerra”, que na viagem de regresso vendeu a membros da tripulação e a compradores de várias nacionalidades⁴³.

Outro português ao serviço do duque de Borgonha, João Pires, de Lisboa, era oficial numa galé em 1444 e patrão (comandante) das galés em 1450; no comando de uma caravela, em 1452, apresou entre a ilha de Chipre e a Palestina dois monges do mosteiro de Saint-Jean d’Outre-Jourdain com muito dinheiro⁴⁴, e nesse mesmo ano foi nomeado patrão dum barinel, mas acabou por ser aprisionado em 1453 por catalães nos mares de Barcelona sob a acusação de ser pirata⁴⁵. Em 1455, o Papa perdoou-lhe os ilícitos praticados no mar e autorizou-o a trazer a bordo sacerdote que diga missa, ministre os sacramentos e tenha largos poderes de absolvição e indulgência⁴⁶. Isto é, os corsários no Mediterrâneo são entendidos como cruzados.

Em cada ano saíam do reino “muitos navios de armada”, lê-se numa carta régia de 27.5.1450 que doou à rainha D. Isabel a dízima de certos artefactos denominados “da marçaria” (ouro, seda, aljôfar, etc.) e o quinto dos mouros apresados⁴⁷. “De armada” significa de corso, como se vê no tratado que o rei D. João II celebrou em 1484 com o imperador da Alemanha. Os dois comprometeram-se a dar ordem aos concelhos e oficiais dos portos de mar para não deixarem sair quaisquer “capitães nem gente de guerra de qualquer estado e condição que sejam, que vão de armada sobre mar”, sem deles tomarem suficiente fiança. “E que se algum dos ditos príncipes trouxer alguns navios de guerra sobre mar”, nesse caso os concelhos e oficiais “não haverão senão o conhecimento ou mandato do senhor”, e se tais navios e gentes de guerra fizerem algum dano ao outro príncipe e seus aliados, “logo o dito príncipe que tiver enviado os ditos navios será teúdo de fazer a reparação e de punir e corrigir os delinquentes que tiverem feito o dito dano”⁴⁸. Em resumo, se o rei tiver “navios de guerra sobre o mar”, estes não depositam fiança; o rei é responsável pelos danos que causarem. Só depositam fiança os navios que “vão de armada sobre mar”, isto é, os corsários, que levam “gente de guerra” e vão preparados para investir e abordar os contrários.

Alguns dos principais corsários eram fidalgos da casa real, ligados diretamente ao rei, como o almirante Pedro de Albuquerque, Pero de Ataíde, designado “o corsário”

⁴³ Henri Taparel: “Un épisode de la politique orientale de Philippe Le Bon: les bourguignons en Mer Noire (1444-1446)”, *Annales de Bourgogne*, Dijon, n.º 217, Janvier-Mars 1983, pp. 5, 11, 28.

⁴⁴ Jacques Paviot, *La politique navale des ducs de Bourgogne: 1384-1482*, Presses universitaires de Lille, 1995, p. 136; Jacques Paviot, *Portugal et Bourgogne au XVème siècle (...)*, Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, CNCDP, 1995, pp. 119-378.

⁴⁵ Luís Adão da Fonseca, *Navegación y corso en el Mediterraneo Occidental – Los portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, Universidad de Navarra, 1978, p. 105.

⁴⁶ Eduardo Borges Nunes, “Guerra santa - santa pirataria: um caso português de 1455”, in *Brotéria*, vol. 90, Lisboa, 1970, n.º 2.

⁴⁷ DP I, p. 475.

⁴⁸ Manuela M. Matos Fernandes, “Alguns aspectos das relações externas de D. João II”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, vol. I, Porto: Universidade do Porto / CNCDP, 1989, p. 333-358, p. 350.

nos textos coevos, e Vasco Anes de Corte Real, alcaide-mor de Tavira, armador-mor e fronteiro-mor do Algarve, fundador da família dos Corte Reais⁴⁹.

3.4 A Guerra Marítima de 1475-79

Pelo menos desde 1469, o rei de Portugal promoveu uma guerra não declarada contra os castelhanos, em especial andaluzes, enviando navios “*de armada*” que não depositavam fiança: “(...) *demos lugar ao dito Pero de Ataíde e a alguns outros que armassem sem darem fiança por lhes fazermos favor de armarem continuamente [contra] os ditos andaluzes (...)*”⁵⁰. É bem explícito o testemunho do cronista Alonso de Palencia. “*Era ya antiguo en los marineros lusitanos un necio orgullo, fundado en las correrias que á su antojo realizaban desde el Estrecho de Gibraltar, por el Océano, islas occidentales y costa de Guinea. Lla osadía de estos envalentonados marineros á que dió pábulo la apatia del rey D. Enrique, les impulsó á atacar á los barcos de pesca andaluces que por la costa del mar de Marruecos empleaban las redes llamadas jábegas para sacar cierto pescado muy abundante en las aguas próximas á Tãnger. Pronto se apoderaron de muchos de aquellos barcos con sus tripulantes y aparejos*”. E corriam também as costas da Andaluzia e de Cádiz apresando barcos pesqueiros e de mercadorias⁵¹. Esta guerra não declarada estendeu-se depois às costas da Catalunha: em Junho de 1472, o rei de Aragão verbera ataques de muitos corsários portugueses a navios comerciais aragoneses, sem justa causa, havendo paz entre Aragão e Portugal⁵².

A partir de 1475, a confrontação entre os reinos de Portugal e Castela que culminou na batalha terrestre de Toro, deu origem no mar a uma guerra aberta, na qual o príncipe D. João (futuro rei D. João II) empregou os seus corsários, contratou corsários estrangeiros e concedeu incentivos a todos (marinheiros, pescadores e outros) os que quisessem armar navios ou caravelas, e “*além disso lhes faremos quaisquer favores que pudermos*”⁵³. Não envolveu nenhuma armada real, só os corsários e os que quisessem armar em corso.

A defesa da costa do Algarve estava a cargo de Álvaro Mendes Cerveira, escudeiro fidalgo da casa real, designado em documentos espanhóis “*pirata*” e “*capitão da armada do rei de Portugal*”, que em 1473 apresara um navio comercial de Ribadeo⁵⁴. Os cronistas espanhóis relatam uma batalha travada em 4.4.1476, ao largo do estreito de Gibraltar, entre a armada de Álvaro Mendes Cerveira, constituída por uma carraca de Génova que trazia mercadorias para Portugal, várias caravelas e quatro naus, uma das quais a *Borra-lha*, que teria a bordo 500 homens, e uma armada espanhola, de 6 galés, 5 caravelas e

⁴⁹ Fernando Gomes Pedrosa, *Os homens dos Descobrimentos e da Expansão Marítima. Pescadores, marinheiros e corsários*, Câmara Municipal de Cascais, 2000.

⁵⁰ Visconde de Santarém, *Quadro elementar (...)*, tomo III, Paris, Em casa de J. P. Aillaud, 1843, pp. 102 e ss.

⁵¹ Alonso de Palencia, *Cronica de Enrique IV*, tomo IV, Madrid, Revista de Archivos, 1908, pp. 7, 52.

⁵² Adão da Fonseca, *Navegación y corso (...)*, pp. 98 e ss.

⁵³ DP III, p. 176.

⁵⁴ António de la Torre e Luís Suarez Fernández, *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, vol. I, Valladolid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1958, p. 366. Aqui chamado Alvar Mendes Çenteveian.

3 grandes naus da Biscaia, entre as quais a *Zumaya*, comandada por Juan Martinez de Mendaro⁵⁵. Uma tábua votiva na igreja paroquial de Zumaya pretende representar o combate travado entre a nau *Zumaya*, na qual Juan de Mendaro morreu, e a *Borralha*, que foi incendiada⁵⁶. Contrariamente ao que se diz, esta nau *Borralha*, incendiada na batalha de 1476, não é a nau do mesmo nome, do Porto, mestre Diogo Afonso, mencionada em documentos da confraria de S. Pedro de Miragaia em 1479 e 1486⁵⁷. A *Borralha*, do Porto, mestre Diogo Afonso, está documentada com 260 tonéis e 43 tripulantes no porto de L'Ecluse, em 1470⁵⁸.

3.5 Corso no Mediterrâneo em finais do Séc. XV

Os corsários portugueses atuaram continuamente no Mediterrâneo ao longo dos sécs. XIV e XV. Vamos destacar alguns confrontos no final desse período.

Em 1480, os turcos tomaram a cidade de Otranto, na Itália, e o Papa pediu socorro, tendo o rei D. Afonso V enviado uma armada poderosa dirigida pelo bispo de Évora D. Garcia de Meneses⁵⁹. Esta armada não chegou a encontrar os turcos e foi acusada pelo Papa de ter praticado atos de pirataria no sul de Itália⁶⁰. Chegou também a notícia, em dezembro de 1479, do cerco que os turcos faziam à ilha de Rodes, sede da Ordem de S. João de Jerusalém (depois Ordem de Malta). Foi em socorro D. Diogo Fernandes de Almeida, futuro Prior do Crato, com um navio de 120 homens, que no caminho, junto à ilha de Elba, foi atacado por duas galés do corsário genovês Montenegro. D. Diogo tomou-lhe uma das galés, seguiu viagem e participou depois em combates navais ao serviço da Ordem de S. João de Jerusalém⁶¹. Mais tarde, D. Diogo Fernandes de Almeida, já Prior do Crato, comandou outra armada que foi para Rodes em 1499-1503 e obteve vitórias contra os turcos⁶².

Nos fins de maio de 1498, o corsário otomano Kemal Reis surpreende em Aboukir dois navios de um corsário português, uma barge de 300 a 400 botas, fortemente equipada de artilharia, com 80 homens, e um pequeno galeão. No verão de 1502, uma nave turca foi apresada por uma portuguesa, e pelo menos 10 navios corsários portugueses

⁵⁵ Alonso de Palencia, *op. cit.*, p. 207; Eduardo Aznar Vallejo, “La expedición de Charles de Valera a Guinea. Precisiones históricas y técnicas”, *En la España medieval*, nº 25, Madrid, Universidad Complutense, 2002, pp. 403-423.

⁵⁶ Gervasio de Artiñano y de Galdácano, *La arquitectura naval española (en madera)*, Barcelona, Oliva de Vilanueva, 1920, p. 259.

⁵⁷ Amândio Morais Barros, “O Porto contra os corsários (A expedição de 1469)”, *Revista da Faculdade de Letras*, História, Porto, III série, vol. I, 2000, pp. 11-27, p. 19.

⁵⁸ Jacques Paviot, *Portugal et Bourgogne au XVème siècle (...)*, pp. 62 e 440-441.

⁵⁹ Rui de Pina, *Crónica de D. Afonso V*, cap. 210.

⁶⁰ Ivo Carneiro de Sousa, “A expansão otomana e a reação portuguesa no reinado de D. Afonso V (1453-1481)”, *Os reinos ibéricos na Idade Média (...)*, vol. II, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2003, pp. 567-579, p. 573.

⁶¹ Francisco Rodrigues Lobo, *Cartas dos Grandes do Mundo* (1612), ed. Ricardo Jorge, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934, pp. 54-55.

⁶² Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, t. II, p. 11; António de la Torre e Luís Suarez Fernández, *op. cit.*, vol. III, 1963, pp. 113-114.

andavam nas águas de Chipre. Em novembro desse ano, o embaixador de Veneza em Rodes intervém junto da Ordem de S. João de Jerusalém para libertar a carga de um navio veneziano que um destes corsários havia apresado⁶³. Os corsários portugueses que andavam nas águas de Chipre apresaram pelo menos outro navio, que foram vender ao porto de “*Griga*” (?), e queriam depois ir para Rodes porque a Ordem de S. João de Jerusalém ia fazer armada contra os turcos⁶⁴.

Em 1499 um “*Loupsaute*”, capitão do rei de Portugal, apresou perto de Valência o navio francês Magdeleine que seguia com mercadorias de Rouen para Valência e Alicante; o rei de Portugal foi condenado a pagar 2.700 libras, valor do navio, e mais 4.000 libras, valor da mercadoria⁶⁵.

3.6 O Conde Pedro Navarro

Diz Gonzalo Fernández de Oviedo⁶⁶ que em 1499 o corsário espanhol Pedro Navarro atacou uma nau portuguesa mas foi ferido por um “*tiro de pólvora*”. Marino Sanuto menciona este corsário desde 1497: andaria no Mediterrâneo com um galeão e duas fustas. Segundo uma carta de 18.11.1498, a nave do veneziano Andrea Badoer, vinda de Creta com vinho, patrão Piero de Cataro, foi apresada por um corsário português. Outra carta diz que uma nave de Bernardo Barbarigo, também veneziano, foi apresada por uma barza portuguesa, a qual veio com açúcar da Madeira e estava em Salónica a carregar trigo; esta barza foi a que apresou também a nave de Andrea Badoer. Em 1500, informam de Palermo que o corsário Pedro Navarro foi morto e a sua nave afundada por uma barza portuguesa; soube-se depois que ficou apenas ferido⁶⁷. Os termos nave e barza não são rigorosos podendo ser traduzidos para nau. Temos aqui um navio português ou dois. Uma nau mercante que veio com açúcar da Madeira e foi a Salónica carregar trigo terá apresado as naves de Andrea Badoer e Bernardo Barbarigo. Esta mesma nau ou outra foi atacada por Pedro Navarro, mas defendeu-se com artilharia, conseguindo afundar o corsário. Os navios que levavam açúcar da Madeira para o Mediterrâneo eram vítimas frequentes: em 1497, corsários franceses assaltaram nos mares da Sicília 9 caravelas e tomaram pelo menos uma; só duas chegaram a Veneza⁶⁸.

Pedro Navarro tornou-se depois um mito, uma lenda, relacionado com vários episódios da história portuguesa. Nenhum dos seus biógrafos menciona a batalha contra uma nau mercante portuguesa: ou a omitem ou dizem ter sido travada contra uma

⁶³ Jean Aubin, *Le latin et l'astrolabe*, vol. III, Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006, pp. 126, 127.

⁶⁴ *I Diarii di Marino Sanuto*, Veneza, Regia Deputazione Veneta di Storia Patria, tomo IV, 1880, p. 486.

⁶⁵ E. Gosselin, *Documents authentiques et inédites pour servir à l'histoire de la marine normande (...)*, Rouen, 1876, pp. 8-11.

⁶⁶ *Quinquagena* 1ª, Estancia XXXIX, p. 94, cit. por Martin de los Heros, “Historia del conde Pedro Navarro (...)”, in *Colección de documentos inéditos para la historia de España*, tomo XXV, Madrid, Imprenta de la Viuda de Calero, 1854, p. 32.

⁶⁷ *I Diarii di Marino Sanuto*, tomo I, p. 771; tomo II, pp. 138, 165; tomo III, p. 555.

⁶⁸ V. Magalhães Godinho, *op. cit.*, vol. IV, p. 86.

armada turca; é mais honrosa uma derrota perante os turcos. Quando recuperou da ferida foi oferecer os seus serviços ao famoso Gonzalo Hernandez de Córdoba, dito El Gran Capitan, que em julho de 1500 havia chegado a Messina para ir combater os turcos em Cefalonia. Poucas semanas depois evidenciou-se no ataque à fortaleza de São Jorge de Cefalonia e, numa ascensão meteórica, chegou rapidamente a n.º 2 do Gran Capitan. O rei Fernando de Aragão nomeou-o em 1505 conde de Oliveto e no ano seguinte pôs à sua disposição uma armada com 6.000 homens para a conquista da ilha de Gerbes⁶⁹.

Em 1508, o rei de Fez cercou Arzila e tomou a vila, ficando os portugueses reduzidos ao castelo. Pediu-se socorro à Andaluzia, e Pedro Navarro, que estava em Gibraltar com a armada de Castela, acorreu trazendo 3.500 homens⁷⁰. O rei de Portugal manifestou o seu agradecimento de tal modo que, numa carta assinada em Tavira, no dia 5 de novembro, lhe concedeu uma quantia em dinheiro igual à que recebiam os condes portugueses: “*o comde Pedro Navarro (...) aja de nos daquy em diamte em cada hum anno outro tanto dinheiro d’asentamento como per nosa ordenamça am de nos os comdes de nosos regnos que sam cemto e dous myll e oytocentos e sesenta e quatro reis*”⁷¹. Afirma Bernardo Rodrigues⁷² que o rei de Fez chegou a Arzila no dia 14 de outubro. Assim, no espaço de 22 dias, entre 14 de outubro e 5 de novembro, uma embarcação foi de Arzila a Gibraltar pedir socorro a Pedro Navarro, este seguiu para Arzila, e depois da libertação da vila outra embarcação navegou de Arzila até Tavira, onde o rei assinou a carta de mercê. Foi tudo muito rápido.

O mito de Pedro Navarro ocupa um lugar importante na lenda do corsário português Pedro Galego, divulgada por Inácio da Costa Quintela:⁷³ em 1546 um Pedro Galego, morador em Viana e filho do João Galego que construiu o galeão *S. João* (Botafogo), aliciou alguns amigos, com os quais comprou uma caravela, em que meteu quatro peças de ferro e pôs-se a corso; depois de algumas vitórias no mar, no regresso entrou em Cádiz, onde estava o conde Pedro Navarro com uma esquadra de galés; ignorando as cortesias navais, não abateu a bandeira nem salvou a capitania de Espanha; foi perseguido e disparou sobre a galé capitania, “*com que lhe cortou o mastro, e uma bala de coxia matou alguma gente e feriu gravemente numa perna o conde*” Pedro Navarro. Quintela cita Francisco de Santa Maria⁷⁴ e Frei Manuel Homem. Este, numa obra publicada em 1655, tem muitos pormenores sobre a aventura de Pedro Galego no Mediterrâneo, onde fez “*grandes presas que navegavam para Constantinopla e outros portos*”, e regressou cheio de ouro e fazenda, acrescentando que esta história era contada muitas vezes pelo “*padre mestre frei*

⁶⁹ José M. Doussinague, “Fernando el Católico y la prisión de Pedro Navarro”, *Príncipe de Viana*, n.º 31, Gobierno de Navarra, 1948, pp. 179-203, p. 180.

⁷⁰ Damião de Góis, *op. cit.*, parte II, fl. 49.

⁷¹ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, p. 212.

⁷² *Anais de Arzila*, crónica inédita do século XVI (...), vol I, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 11.

⁷³ *Anais da Marinha Portuguesa*, I parte, terceira memória, Lisboa, Ministério da Marinha, 1975 (1ª ed. Lisboa, Academia Real das Ciências, 1839-1840), pp. 55-56.

⁷⁴ *Anno Histórico* (...), tomo I, Lisboa, na Oficina de Domingos Gonçalves, 1744, p. 382.

*João de Valadares, da Ordem dos Pregadores*⁷⁵. Frei João de Valadares talvez seja o prior do mosteiro de S. Domingos em Lisboa que foi lente da Universidade de Coimbra⁷⁶.

Em 1734, António da Costa Valle editou o opúsculo de Jorge Coelho, *Memória do celebrado galeão São João chamado vulgarmente o Bota Fogo*, que será de meados do séc. XVI. Nele se diz que o galeão foi construído por “*João Galego, natural de Viana, pai do valente Pero Galego*”. Só em 1655 aparece na obra de Frei Manuel Homem a descrição da aventura de Pedro Galego, que era contada muitas vezes pelo “*padre mestre frei João de Valadares, da Ordem dos Pregadores*”, e foi mais tarde divulgada por Inácio da Costa Quintela. Haverá um fundo de verdade, porque se diz em meados do séc. XVI que Pero ou Pedro Galego era valente, sem especificar, e o corso afligia toda a costa e também aliciava alguns portugueses. Mas sobre esse fundo de verdade ergueu-se uma narrativa inverosímil porque Pedro Navarro morreu em 1528, muito antes de 1546.

4. DO ACEDAR AO CERCO AMERICANO

Na costa portuguesa continental os ventos dominantes sopram de norte e noroeste. Deles só estão abrigadas duas zonas: a de Sesimbra, desde o Cabo Espichel até Setúbal, e a costa sul do Algarve, desde o Cabo de S. Vicente até ao Guadiana. Havia ainda uma terceira, relativamente abrigada, a de Atouguia (Peniche)⁷⁷. Foi nestas três zonas que se introduziu, na segunda metade do séc. XV, uma importante rede de cerco de grandes dimensões, o acedar, especialmente vocacionado para a pesca de sardinha. Também na segunda metade do séc. XV, na costa sul do Algarve e em Sesimbra, surgiu outra importante inovação técnica: um novo tipo de armação de atum (almadrava)⁷⁸.

4.1 O Acedar

O acedar é um cerco móvel que exigia locais abrigados do vento e da ondulação, documentado pela primeira vez nas Cortes de 1481-82, que pedem a proibição dos que pescam em Sesimbra e Atouguia (Peniche): “*Senhor, hum dano e sem razão se faz em vossos Regnos dos acedares que os pescadores teem em Cezimbra e na Atouguia, com os quaes cercão a sardinha no mar: está visto e sabido per todos, que amte que os cedares fossem feitos entrava a sardinha no rio de Lisboa e em Setuval em tanta abastança, que todo o Regno era*

⁷⁵ P. Fr. Manuel Homem, *Memória da disposição das armas castelhanas que injustamente invadirão o reino de Portugal no anno de 1580 (...)*, na Oficina de Miguel Manescal da Costa, 1763 (1ª ed. Lisboa, na Oficina Crasbeckiana, 1655), pp. 49-57.

⁷⁶ Fernando Taveira da Fonseca, “Uma questão política: a exclusão dos lentes dominicanos das cátedras universitárias de Coimbra”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI (2002-2003), pp. 423-444 (vol. I), p. 428.

⁷⁷ Peniche pertencia ao termo de Atouguia até se desanexar em 1609. Em muitos documentos os ditos pescadores de Atouguia são de Peniche.

⁷⁸ Este atum é o vermelho (*Thunnus thynnus thynnus*), também chamado comum, rabil ou rabilho, que pode ter mais de 3 metros de comprimento e 500 quilos de peso. Pelo menos até ao início do séc. XX, quando num documento surge a palavra atum, é o vermelho; só em data mais recente passou a incluir a albacora, o bonito e outros.

abastado, de que nascia a vossas rendas gram proveito, e depois que husarom de os teer e pescar com elles a sardinha mais nom entrou nem morreo nos ditos rios, pelo qual nom tam somente traz dano a vossas rendas, e a todo o povoo, a que vinha gram proveito de a levarem fora deste Regno, e vinrem por ella os estrangeiros, que muitas mercadorias trazião, mas ainda se rrecrecem mortes de homeens e quebramento de barcas e perdimento de rredes nas costas do mar onde a sardinha arriba, pollos impedimentos, maaõ cheiro e fedor pollo trabalhar que fazem os acedares, que trabalham com as ondas do mar, jazendo assy como jazem lamçados, ho que he causa de se a sardinha muito afastar da costa e se meter longe no peego do mar, e os pescadores per necessidade constrangidos ha vâao de mar em fora buscar (...) a que matam he tam pouca que nom he nada, e se fosse dentro nos Rios matalayam em abastança como sempre e escuzar-se-ya mortes de homees, e perdas das barcas e redes (...) mande V. Alteza, que pois sta visto e experimentado o que dito he, que tirem os ditos acedares, que jazem jazemtios ao mar como V. mercee bem sabe, e se tirem as enxavegas, e pesquem com ellas assi como antes pescavão os pescadores, e emtrará a sardinha como antes entrava nos rios, e esto se experimente por 3 ou 4 annos (...). Responde o rei: *continuem os acedares enquanto não for evidente que causam danos*⁷⁹.

Em resumo: 1) Os acedares “*cercam a sardinha*” e “*trabalham com as ondas do mar, jazendo assim como jazem lançados*”. 2) Por causa dos impedimentos, mau cheiro e fedor que provocam, a sardinha afasta-se da costa e vai para “*o pego do mar*” (grandes profundidades). 3) Pesquem com xávegas (“*enxavegas*”), redes de arrasto para a praia, assim como antes pescavam. Os acedares, redes de cerco de grandes dimensões, “*jazem lançados*” durante a recolha do peixe que pode demorar vários dias. Quanto ao mau cheiro, foi a única parte que Viterbo aproveitou no seu *Elucidário*: “*Acedares: espécie de redes mal cheirosas que apartavam a sardinha ao largo (...)*”⁸⁰. Retorquiu João Pedro Ribeiro⁸¹, bem, que o mau cheiro não passava de “*fantasia imaginosa*”. Trata-se de mais um episódio da rivalidade entre pescadores de artes diferentes: a nova arte de cerco era muito mais produtiva do que as usadas até então.

Poucos anos depois, em 1484 ou 1485, o acedar chegou a Lagos, que em 1490 já tinha 22 desde há 5 ou 6 anos. Também aqui aumentou de tal modo as capturas que passou a ser necessário importar de Castela sal em grande quantidade⁸². Na mesma época foi levado para uma ou duas fortalezas africanas: uma carta de quitação, relativa ao que o recebedor do Armazém da Guiné recebeu e despendeu no período de 1480 a 1487, inclui 2 “*açodares de tança*”⁸³. Tança será tancha, pesca com rede fundeada; o acedar, depois

⁷⁹ Constantino Botelho de Lacerda Lobo, “Memória sobre as pescarias de Portugal”, *Jornal de Coimbra*, n.ºs 7, 8, 9 e 10, Junho a Outubro de 1812, pp. 158-159; Henrique da Gama Barros, *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª ed., dir. Torquato de Sousa Soares, tomos I a XI, Lisboa, Sá da Costa, 1945-1954, t. VI, p. 89.

⁸⁰ Joaquim Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram (...)*, 2ª edição, Lisboa, A. J. Fernandes Lopes, 1865 (1ª ed. 1798-1799), tomo I, p. 30.

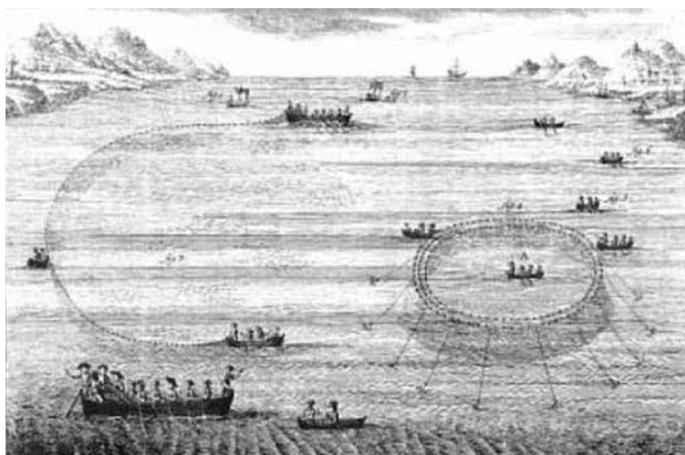
⁸¹ *Dissertações cronológicas e críticas sobre a história e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal*, tomo IV, Parte II, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1829, p. 109.

⁸² DP, III, pp. 362-364; H. Gama Barros, *op. cit.*, t. IX, pp. 296, 297.

⁸³ *Arquivo Histórico Português*, ed. Anselmo Braamcamp Freire, vol. I, Lisboa, 1903, p. 402.

de fazer o cerco, permanece fundeado enquanto se recolhe o peixe. Chegou também a Setúbal onde passou a ser a principal arte de pesca desde os inícios do séc. XVI. Com muito bom tempo podia ainda ir para outras zonas. Num litúgio com sentença de 1520, entre o Mestre da Ordem de Santiago e o comendador de Sesimbra, sobre dízimas do pescado, diz-se que os de Sesimbra pescam com os seus acedares dentro da foz do rio de Setúbal, e os têm nos mares “*aducentes e comarcões a Setúbal*”, e vão com eles a Troya, a Melides e a Sines, que são lugares da Ordem⁸⁴.

Fazia o cerco completo e conseguia impedir a fuga do peixe porque tinha redes de altura suficiente para que a tralha inferior assentasse no fundo do mar. Isto significa que só podia trabalhar relativamente perto da praia, até uma profundidade correspondente à altura máxima das redes, que seria cerca de 33 metros segundo alguns autores galegos. Andrés Canoura Quintana⁸⁵ indica entre 18 e 24 braças. A. A. Baldaque da Silva⁸⁶, para uma rede semelhante que apareceu nos fins do séc. XIX, chamada galeão, afirma que pode chegar aos 40 metros, sendo porém de 18 a 28 a altura de água mais favorável à sua manobra. O acedar foi também a primeira armação fixa de sardinha, documentada em Atouguia (Peniche) desde 1482⁸⁷ e mais tarde chamada “*redonda*”, quando na década de 1860 apareceram as armações “*à valenciana*”.



Cerco ou cedazo⁸⁸

⁸⁴ Biblioteca Nacional de Lisboa, Fundo Geral, ms. 90, nº 9.

⁸⁵ *A pesca na Galicia do século XVII*, s/l, Xunta de Galicia, Consellería de pesca e assuntos marítimos, 2007, pp. 41-42.

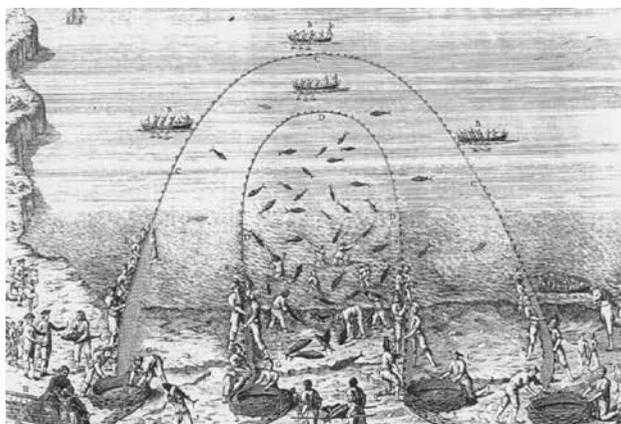
⁸⁶ *Estado actual das pescas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp. 235 e ss.

⁸⁷ *História Florestal, Aquícola e Cinegética*, Colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Chancelarias Reais, dir. C. M. L. Baeta Neves, vol. III, Lisboa, Direcção Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1982, p. 44.

⁸⁸ António Sañez Reguart, *Diccionario Histórico de los artes de la pesca nacional*, tomo II, Madrid, En la Imprenta de la Viuda de Don Joaquin Ibarra, 1791, pp. 240-241.

Apareceu também na Galiza, onde foi chamado cerco nas Rias Baixas e cedazo na Corunha, e passou a ser a rede principal que permitiu a abundância de capturas de sardinha. Admitia-se que fosse de origem galega, como evolução de outras redes de cerco mais pequenas, as sacadas, que se lançavam da praia em semicírculo, mas uma tese de doutoramento apresentada agora, em 2012⁸⁹, demonstra que só chegou às Rias Baixas em 1484, e à Corunha, mais a norte, nas Rias Altas, à volta de 1488, e que resultou de uma transferência de tecnologia da pesca de atum (almadravas) para os cercos de sardinha.

Na Andaluzia, a almadrava era um cerco móvel, chamado de “*vista*” ou “*tiro*”, com o qual se atalhava a passagem dos atuns, alando-os depois para a praia. Lançava duas redes de grandes dimensões: a *sedal*, para aprisionar o cardume, e a *cinta*, por fora da sedal, para apanhar os atuns que escapassem desta. A palavra *sedal* também se grafava *açadal*, e daqui derivou *acedar*, nome que foi dado à rede de cerco destinada à pesca de sardinha.



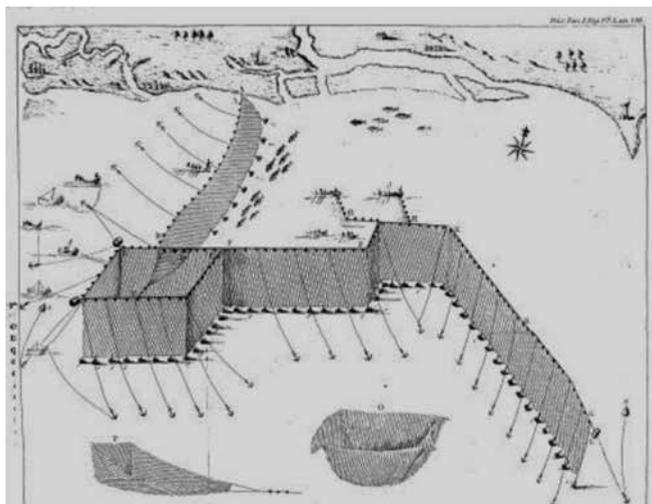
Almadrava de vista ou tiro (António Sáñez Reguart)

Em Portugal, todas ou quase todas as almadravas, pelo menos a partir da década de 1480, seriam do tipo a que os espanhóis chamavam de “*buche*” (bicho em português) ou “*siciliano*”, constituído por uma parte fixa e outra móvel, com embarcações e redes que orientam o cardume para a parte fixa. As redes móveis que se lançavam para barrar o caminho ao atum e orientá-lo para a parte fixa foram também chamadas *acedares*⁹⁰. E a embarcação que as transporta, “*barca do acedar*”. Em 1506 o feitor das almadravas, em Lagos, recebeu duas “*barquas de açodar com seus mastos, vellas e aparelhadas de todo pera navegar*”⁹¹. Havia portanto duas redes, muito diferentes, com o mesmo nome. Esta, que barrava o caminho ao atum nas almadravas, e a outra, documentada em Sesimbra e Arouguia (Peniche) em 1481, que era um cerco de sardinha.

⁸⁹ Juan Juega Puig, *El comercio marítimo de Galicia (1525-1640)*, Universidade de Santiago de Compostela, Tesis de Doctorado, 2012 (<http://hdl.handle.net/10347/4039>).

⁹⁰ Fernando Gomes Pedrosa, “O acedar de Sesimbra”, *Revista Akra Barbarion*, Câmara Municipal de Sesimbra, nº 1, 2015.

⁹¹ *Arquivo Histórico Português*, ed. Anselmo Braamcamp Freire, vol. III, Lisboa, 1905, p. 472.



Almadraba de buche del Rio del Terrón, Huelva (António Sañez Reguart).
Quando o cardume pretende voltar para trás, a companhia lança três redes, chamadas acedares, no lado direito da imagem, para lhe barrarem a passagem.

O acedar que barra o caminho ao cardume de atum e o orienta para a parte fixa da almadrava deve ter sido introduzido por sicilianos no Algarve e em Sesimbra: segundo o manuscrito *Notícias das almadravas do reino do Algarve*⁹², do séc. XVIII, talvez 1725, uns sicilianos que pescavam no Algarve desde o ano de 1440 já usavam “*asodares [acedares] que cercão o atum*”. Nesta época, estão muito documentados em Sesimbra os sicilianos em atividades relacionadas com a pesca de sardinha e atum. A estas especialistas, que introduziram os acedares nas almadravas do Algarve e de Sesimbra, terá ocorrido a ideia de adaptar as mesmas redes à pesca de sardinha, criando assim a rede de cerco chamada acedar. Esta rede resultou, portanto, de uma transferência de tecnologia da pesca de atum (almadravas) para os cercos de sardinha. Sesimbra tinha almadravas. Atouguia (Peniche), não, nunca teve. E a Galiza também não. As de Sesimbra eram as que se armavam mais a norte. Assim, esta importante rede de cerco é originária de Sesimbra.

O acedar fazia o cerco completo, impedindo a fuga do peixe, porque a tralha inferior assentava no fundo do mar, ou seja, não podia pescar a profundidades superiores à altura máxima da rede. Esta limitação perdurou noutras redes posteriores, semelhantes. Só em 1884 chegou a Portugal, proveniente dos Estados Unidos, o chamado *cerco americano*, rede que consegue fechar completamente o cerco sem ser necessário assentá-la no fundo do mar, permitindo assim a pesca a qualquer profundidade. O acedar de Sesimbra, antecessor mais antigo do *cerco americano*, é o mais importante contributo português, conhecido, para a tecnologia das pescas.

⁹² Biblioteca Nacional de Lisboa, FG, Res., cód. 224, fl. 27.

4.2 A Barca do Acedar

A embarcação que transportava o acedar era a “*barca do acedar*”. Não temos informação sobre o seu formato mas precisava de cumprir dois requisitos funcionais: 1) ter capacidade para transportar uma rede de grandes dimensões; 2) fazer o cerco, a remos, com a maior velocidade possível, para o que devia ter muitos remadores. O acedar foi de Sesimbra para a Galiza e lá era manobrado em embarcações chamadas *trincado* nas Rias Baixas (Pontevedra) ou *galeón* nas Rias Altas (Corunha), com cerca de 25 tripulantes, a maior parte dos quais remadores. Segundo os documentos do séc. XVII oscilaram entre os 22 e os 25 côvados de quilha (12,5 a 14,5 metros)⁹³.

A barca do acedar também foi usada na guerra. É a barca de cerco mencionada pelo bispo do Algarve numa carta de 1534: os navios que o rei manda a Azamor não servem; “*he melhor dez ou doze barcas de serco porque emtram por canall e fora delle e jogãõ artilharia*”; “*faram mais guerra e defesa que nhuua cousa*”⁹⁴. Carta de D. António de Noronha ao rei, Mamora, 1515: pede 10 mil homens ou então deixar a fortaleza com muita gente e artilharia, mantimentos para 6 meses, 6 caravelas armadas, 2 albetogas e meia dúzia de “*barquas d’açodares*”, para serviço da dita fortaleza, “*a saber, pera lenha e pera pesquarem e pera augoa*”⁹⁵.

4.3 A Traina ou Traiña em Espanha

Em França, está documentada desde o séc. XII a *senne* (*saine* ou *seine*), rede que apresentou vários formatos e foi usada de diversas formas⁹⁶. Noutras zonas de França era *traine*. O acto de arrastar é “*à la traine*”: “*Dans la baie d’Arcachon, la pêche à la Senne se fait toute l’année, à la traine*”. Por isso a rede era designada, indiferentemente, *senne* ou *traine*: redes *seines* que na Gasconha se chamavam *traynes*⁹⁷. A palavra *seine* passou para Inglaterra e designa hoje várias redes, como a *beach seine* e a *purse seine*. A *traine* passou para Espanha, sob as formas *traina* ou *traíña*, nomes que se deram a diversos tipos de redes, em especial de cerco ou arrasto. Está documentada pelo menos desde 1306, em Laredo⁹⁸. Das palavras *traina* e *traíña* derivou, já no séc. XX, a portuguesa *traineira*.

⁹³ Andrés Canoura Quintana, *op. cit.*, pp. 82-86.

⁹⁴ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. IV, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1964, pp. 449-452.

⁹⁵ *Les sources inédites de l’Histoire du Maroc*, publiées par Pierre de Cenival, tomo I (1486-1516), Paris, Paul Geuthner, 1934, p. 719.

⁹⁶ Henri de la Blanchère, *La pêche et les poissons. Nouveau dictionnaire général des pêches*, Paris, Librairie Ch. Delagrave, 1868, pp. 724 e ss.

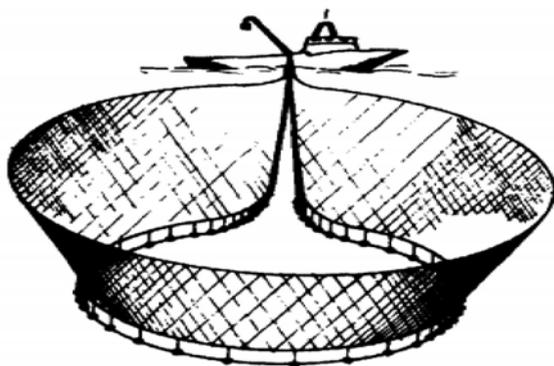
⁹⁷ Jacques Bernard, *Navires et gens de mer a Bordeaux (vers 1400-vers 1550)*, vol. I, Paris, S. E. V. P. E. N., 1968, p. 193.

⁹⁸ Agustín Rodríguez Fernández, “La pesca en Laredo durante el siglo XVII”, *Anuario del Instituto de Estudios Marítimos Juan de la Cosa*, vol. VI, Santander, Institución Cultural de Cantabria, 1988, pp. 9-111, p. 23.

4.4 O Galeão de pesca

Uma rede de cerco que na Galiza se chamava *traina* ou *trainon* e era manobrada por uma embarcação maior (*trainon* ou *galeón*) e várias menores⁹⁹ foi levada para Isla Cristina em 1867, para Vila Real de Santo António em 1877¹⁰⁰, e recebeu cá o nome de galeão. Isto é, deu-se à rede o nome da sua embarcação principal. Em 1886 já Setúbal tinha 5 galeões. Ainda não fechava completamente o cerco, pelo que a tralha inferior precisava de assentar no fundo do mar¹⁰¹.

À volta de 1826 apareceu em Rhode Island (Estados Unidos), na pesca fluvial, a primeira rede que conseguia fechar completamente o cerco; para esse efeito tinha uma fiada de argolas bordando toda a tralha inferior e, pelo interior das argolas, um cabo; feito o cerco e alado o cabo, a rede ficava fechada. Uma rede semelhante foi usada na pesca marítima de Gloucester alguns anos mais tarde, em 1857, e, expandindo-se para todo o mundo, chegou ao norte de Espanha em 1882¹⁰², ao Algarve em 1884¹⁰³, e viria a chamar-se *cerco de jareta*, *traina* ou *tarrafa* em Espanha e *cerco americano* em Portugal. A *xareta* (em Espanha, *xareta* ou *jareta*), também chamada retenida, é o cabo que passa no interior das argolas que bordam a tralha inferior da rede e permitem o seu fechamento.



Cerco de jareta (cerco americano)¹⁰⁴

⁹⁹ Ramon Otero Pedrayo (dir.), *Historia de Galiza*, vol. 2, Madrid, Akal Editor, 1979, pp. 348, 362.

¹⁰⁰ Carminda Cavaco, *O Algarve Oriental. As vilas, o campo e o mar*, Faro, Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, 1976, vol. II, p. 226.

¹⁰¹ Baldaque da Silva, *op. cit.*, pp. 140, 235.

¹⁰² David B. Thomson, *Seine Fishing. Bottom fishing with rope warps and wing trawls*, Farnham – Surrey – England, Fishing News Books Ltd, 1981, p. 1; Aingeru Astui Zarraga, “Kantauriko bragerodun ingurasarea, inportazioa ala bilakaera?”, in *Itsas Memoria, Revista de Estudios Marítimos del País Vasco*, nº 3, Donostia – San Sebastián, 2000, pp. 223 e ss, p. 223.

¹⁰³ *Coleção de leis e disposições diversas com relação à pesca e serviços marítimos dos portos (...), anos de 1896 a 1905*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, p. 714; em 1891, na costa portuguesa, ainda só estava no Algarve (Baldaque da Silva, *op. cit.*, p. 242).

¹⁰⁴ Mariano Cueva Sanz, *Artes y aparejos. Tecnología pesquera*, Madrid, Subsecretaria de la Marina Mercante. Inspección General de Enseñanzas Marítimas y Escuelas, 1974, p. 126.

Segundo José Braz Roquete¹⁰⁵ o primeiro cerco americano que chegou ao Algarve foi adquirido na América pela empresa de conservas do Cabo Carvoeiro e estabeleceu-se em Portimão. Apareceu depois em Setúbal e Lisboa: uma estatística de 1899 indica 4 cercos americanos em Setúbal e 2 em Lisboa¹⁰⁶. E foi para Peniche em 1904: um relatório desse ano informa que lá se matriculou recentemente um galeão (o primeiro) para pescar com cerco americano tendo como auxiliares mais 3 embarcações; este galeão pertence ao porto de pesca de Porto Novo que fica 12 milhas ao sul¹⁰⁷.

O cerco americano só terá chegado à Galiza em 1900, procedente do Cantábrico, para onde viera da América; recebeu o nome de traíña ou cerco de xareta¹⁰⁸. No ano de 1902 apareceu na Galiza outro, maior, a que chamavam tarrafa ou cerco de xareta¹⁰⁹, vindo da Andaluzia. As primeiras tarrafas a chegarem à Andaluzia, a partir de 1888, foram compradas em Boston, e passaram a pescar com o mesmo barco galeão, usado com a traíña ou traíñon que fora importada da Galiza. Segundo uma informação do *Ayuntamiento* de Isla Cristina, em 1908, “*las embarcaciones dedicadas a la pesca con el arte de tarrafa, llamados galeones, son todos (...) destronados ó sea sin cubierta corrida, pero de 8 a 10 toneladas en adelante y las ultimamente construídas llegan a 18 toneladas*”; cada galeão necessita de 4 a 6 embarcações auxiliares e de mais de 85 a 90 homens para tripularem todas elas¹¹⁰.

Tarrafa é palavra portuguesa derivada do árabe “*tarráha*”, que significa “*arrojar*”, e designou várias redes de pesca, entre as quais uma manual, redonda, com pesos à borda, já utilizada na Antiguidade¹¹¹. Esta rede era chamada “*tarráya*” na maior parte das costas espanholas do Mediterrâneo e “*tarrafe*” nas Astúrias¹¹².

4.5 A Confusão entre Galeão e Cerco Americano

A rede traíña ou traíñon, usada na Galiza a bordo de uma embarcação chamada traíñon ou galeón, veio a partir de 1867 para a Andaluzia e o Algarve, e recebeu o nome

¹⁰⁵ “Setúbal e o problema da pesca”, *Boletim da Pesca*, Lisboa, Grémio dos armadores de navios da pesca do bacalhau, da sardinha e do arrasto, n.º 26, Março 1950, p. 89.

¹⁰⁶ Inês Amorim, “A sustentabilidade dos recursos piscatórios em Portugal na 2ª metade do século XIX: manter a pesca, e/ou conservar o peixe – um quadro conflitual”, Actas do I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona (org. Inês Amorim, Stefania Barca). *Cescontexto, Debates*, nº 1, Março 2013, Centro de Estudos Sociais, Univ. Coimbra, (http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/ficheiros/cescontexto_debates_i.pdf), pp. 121 e ss.

¹⁰⁷ *Colecção de leis e disposições diversas com relação à pesca e serviços marítimos dos portos (...), anos de 1896 a 1905*, p. 719.

¹⁰⁸ Ramon Otero Pedrayo, *op. cit.*, pp. 347-348.

¹⁰⁹ Francisco Calo Lourido, *As artes de pesca*, Cuadernos Museo do Pobo Galego 1, Santiago de Compostela, 1980, p. 57.

¹¹⁰ Segundo Ríos Jiménez, *Orígenes de la pesca industrial en la provincia de Huelva* (www.unizar.es/eueez/cahe/segundorios.pdf), pp. 5, 10.

¹¹¹ R. Dozy et W. H. Engelmann, *Glossaire des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe*, 2ª. ed., Leyde, E. J. Brill, 1869, p. 213.

¹¹² António Sañez Reguart, *op. cit.*, tomo V, p. 301.

de galeão. Isto é, deu-se à rede o nome da embarcação. Ainda só podia pescar relativamente perto da praia até uma profundidade correspondente à altura máxima da rede.

Depois, a partir de 1884, veio da América outra rede, o cerco americano, que também recebeu o nome de galeão. Esta, muito mais evoluída, já podia pescar a qualquer profundidade. Quando o cerco americano chegou, a outra rede, traíña ou traíñon, foi abandonada. Todavia, como em Portugal se deu à rede o nome da sua embarcação principal, galeão, e esta passou de uma rede para outra, gerou-se uma grande confusão.

Outra fonte de confusão é a palavra traina ou traíña que ao longo dos séculos vai passando de umas redes para outras.

Na Póvoa de Varzim, em 1900, um negociante queria usar uma rede de cerco chamada traina igual às da Galiza; no mesmo ano um comprador de peixe residente em Matosinhos pediu para usar “*uma rede de cerco americano de pesca volante*” igual às dos pescadores de Setúbal e Algarve¹¹³. Estas duas redes são iguais ou muito semelhantes. A traina será o cerco americano que nesse ano de 1900 chegou à Galiza e a que também se dava o nome de cerco de xareta. O cerco americano igual ao dos pescadores de Setúbal e Algarve é a rede que chegou ao Algarve em 1884, adquirida na América, e que depois, na Andaluzia e na Galiza, foi chamada tarrafa ou cerco de xareta. Estas redes não têm dimensões fixas, podendo ser maiores ou menores, mas em princípio o cerco americano de Setúbal e Algarve é maior: na Galiza, a tarrafa era maior do que a traina.

Segundo uma informação, que não conseguimos fundamentar, em 1910 uns galegos levaram para Peniche um cerco de xareta, também chamado traíña, com uma traíñeira (embarcação) a remos. Mas esta traineira só terá chegado em 1913, trazida de Vigo¹¹⁴. Contrariamente ao que se diz, estas traíña e traineira não foram as primeiras em Peniche: o galeão que lá se matriculou em 1904 era uma traineira, porque pescava com traíña (cerco americano).

O galeão e o cerco americano de Setúbal e Algarve seriam maiores. Afirma José Braz Roquete¹¹⁵: “*Cerca de 1930 começa a usar-se no Norte o cerco americano, que ali denominada de traineira e é conhecido nos meios técnicos e oficiais com o nome de grande traineira. Depois de 1933 começam a aparecer no Centro e no Sul as chamadas pequenas traineiras, que tiveram a sua origem em Peniche*”. As datas, 1930 e 1933, não estão correctas, mas a distinção era esta, entre grande traineira e pequena traineira. Os cercos americanos só foram introduzidos no Departamento Marítimo do Norte em 1913¹¹⁶ porque antes estiveram proibidos¹¹⁷.

¹¹³ Luís Martins, *Mares Poveiros* (...), Póvoa de Varzim, Câmara Municipal, 2007, p. 55.

¹¹⁴ Luis Correia Peixoto, *Apontamentos para a história da pesca da sardinha e da construção naval em Peniche*, Câmara Municipal de Peniche, 1991, p. 57.

¹¹⁵ *op. cit.*, p. 91.

¹¹⁶ Inês Amorim, “Técnicas de pesca na costa portuguesa; melhorar ou inventar? Um percurso de investigação”, *Zainak*, Cuadernos de Antropología – Etnografía (...), nº 25, Donostia-San Sebastián, Sociedad de Estudios Vascos, 2003, pp. 349-368, p. 361.

¹¹⁷ *Colecção de leis e disposições diversas com relação à pesca e serviços marítimos dos portos* (...), anos de 1896 a 1905, p. 638.

O galeão é uma das embarcações tradicionais de Setúbal. Julga-se que só está documentado em finais do séc. XIX, quando chegou o galeón ou traíñon galego, que manobrava a rede de cerco chamada traíña ou traíñon, mas no essencial é a embarcação que já no séc. XVI se chamava galeão na Corunha, trincado em Pontevedra e barca do acedar em Setúbal e outros portos portugueses. Tinha a mesma função: transportar uma rede de grandes dimensões e fazer o cerco com a maior velocidade possível.

4.6 O Galeão de guerra

O galeão de guerra, navio redondo, de vela e alto bordo, construído exclusivamente para a guerra, apareceu no séc. XVI, de origem obscura. Já demonstrámos¹¹⁸ que está documentado pela primeira vez em Portugal, na Carreira da Índia, em 1519¹¹⁹. Mas como em Espanha o termo galeão designou navios e embarcações muito diferentes, desde os mais pequenos aos maiores, de pesca, comércio ou guerra, alguns autores atribuem-lhe origem espanhola: “o galeão [de guerra] foi um navio de origem genuinamente espanhola”¹²⁰. Esta afirmação não tem qualquer fundamento: pelo menos durante a primeira metade do séc. XVI, todos os galeões espanhóis eram de pesca ou mercantes, com mais ou menos armamento. Nenhum foi construído exclusivamente para a guerra.

Uma armada de 9 navios, 4 naus e 5 galeões, organizou-se em 1528 com destino às Molucas e foi depois para a Itália. Um manuscrito de 1536, que é um quase inventário, com mastros, velas, artilharia, etc., e não menciona as tonelagens, demonstra que as naus eram mais importantes do que os galeões. São as 4 indicadas primeiro, ficando os 5 galeões para o fim. As 2 primeiras naus e os 2 primeiros galeões são os seguintes:

- Nau capitana (não indica nome). O inventário não está completo. No mastro grande, papafigo com 480 varas de lona pondavy e 2 monetas com 352 varas. No traquete, papafigo com 280 varas e 2 monetas com 352 varas. Não indica velas de gávia, mezena e cevadeira, que tem certamente, como se vê nos outros navios. Artilharia: 8 “*tiros serpentinos de metal*”, de 19 quintais cada um; 6 canhões de 14 quintais cada um; 6 meios canhões de 9 q.; 2 “*canhões grandes, compridos*”, de 30 q., 7 falconetes de 8 q., 2 meias colubrinas de 13 q., e um “*busanillo*” pequeno de metal que pesa 1 quintal. São 32 peças, todas de bronze, como se vê nos outros navios. É, de longe, o mais artilhado, muito mais do que qualquer outra nau ou galeão;
- Nau *San Antonio*. No mastro grande, papafigo com 378 varas de lona pondavy, 2 monetas com 308 varas, “*el treo y vela de gavia mayor*” com 162 varas. No

¹¹⁸ Fernando Gomes Pedrosa, *Alguns documentos inéditos sobre caravelas e galeões portugueses do século XVI*, Academia de Marinha, vol. 39, Memórias 2009, Lisboa, 2013, pp. 185-203, p.199.

¹¹⁹ Archivo General de Índias (doravante, AGI), Patronato, 259, R. 1, fl 4 v.

¹²⁰ David Munuera Navarro, *Musulmanes y cristianos en el Mediterráneo. La costa del sureste peninsular durante la Edad Media (SS. VIII-XVI)*, Tesis doctoral, Universidad de Murcia, 2010 (<http://hdl.handle.net/10803/11019>), p. 49.

traquete, papafigo com 180 varas, 2 monetas com 171 varas e vela de gavia com 57 varas. No “*botalo de proa*” (gurupés), cevadeira de 192 varas. A mezena tem 160 varas. É o navio com maior área vélica, a seguir à capitana, mais do que qualquer outra nau ou galeão. Artilharia: 2 tiros serpentinos de 19 q., 4 canhões de 11 q., 4 meios canhões de 9 q., 3 falconetes de 8 q. (todas estas peças de bronze), e um arcabuz de ferro forjado;

- Galeão *Santiago*. No mastro grande, papafigo e 2 monetas com 361 varas, e vela de gavia com 91 varas. No traquete, papafigo e 2 monetas com 196 varas. Cevadeira, 90 varas. Mezena, 97 varas. Artilharia de metal e ferro: 2 tiros serpentinos de 19 q., 1 canhão pedrero de 14 q., 2 meios canhões de 9 q., 2 falconetes de 8 q., 1 meia colubrina de 13 q;
- Galeão *Cuerpo Santo*. No mastro grande, papafigo e 2 monetas com 180 varas, e vela de gavia com 72 varas. No traquete, papafigo e 2 monetas com 154 varas. Cevadeira, 72 varas. Mezena, 87 varas. Artilharia: 2 canhões de 14 q., 2 meios canhões de 9 q., 2 falconetes de ferro forjado com 2 servidores cada, 4 berços com 2 servidores cada de ferro.

Os galeões têm menos uma vela (a gavia do traquete), menos varas em cada vela e menos artilharia¹²¹.

Em 1532, Hernán Cortés organizou uma armada de 2 pequenos bergantins, sensivelmente iguais, que partindo de Acapulco navegaram no Pacífico. O escrivão da armada fez dois alardos com a lista detalhada de todos os componentes e do armamento. Eram, ao todo, 53 homens. Os alardos chamam “*capitana*” ou “*nao capitana*” ao bergantim onde vai o capitán general, e “*galeón*” ou “*galeón de la mar*” ao outro¹²². Não há qualquer rigor na terminologia: diz-se bergantim, nau ou galeão, indiferentemente. Este documento mostra que o galeão é “*hierarquicamente*” inferior à nau.

Em resumo, os documentos estão redigidos em termos vagos e imprecisos porque a terminologia antiga é ambígua e flutuante: os mesmos termos designam navios, embarcações ou redes diferentes, e o mesmo navio, embarcação ou rede pode ser designado de diversas formas.

¹²¹ AGI, Patronato, 45, R. 20, fls. 26 v. e ss., 30 v. e ss., 37 v. e ss., 40 v. e ss., 46 v. e ss. AGI, Patronato, 45, R.21, fls. 3 e ss.

¹²² Esteban Mira Caballos, “La expedición enviada por Hernán Cortés al Mar del Sur en 1532: noticias inéditas”, *Alcántara*, nº 70 (2009), Cáceres, pp. 103-123, pp. 106, 113.

CEUTA BASE-ESCOLA DO CURSO ULTRAMARINO PORTUGUÊS

João Marinho dos Santos

Na *Crónica do Conde D. Pedro Meneses*, em mais uma referência panegírica ao primeiro Capitão-mor e Governador de Ceuta, Gomes Eanes de Zurara relevará deste modo a sua incansável actividade guerreira: “[...] *se hũa vez cessavão os feitos da terra, logo entravão os feitos do maar por que aquelle comde nunca sabia estar ocioso naquelle officio...*”¹.

Relevemos, também nós, o sentido ofensivo da guerra que, a partir da base ou fortaleza da cidade conquistada a 21 de Agosto de 1415, os portugueses encetaram, para honra, proveito e fama do seu Rei, do Reino e da Cristandade, não esquecendo, contudo, que o seu objectivo vital ou principal, devidamente explicitado por D. João I antes de regressar ao Reino, era resistir à esperada ameaça moura. Citemos, a propósito: “[...] *eu [terá dito o rei] nom vos lexo aquy tâto por ofemder, como pera defemder bem e que, quando se fazer poder com bom resguardo, nõ me desprazerá de fazerdes aos ymfes qualquer dano que se poder e de sayrdes a eles...*”². Assim, considerando que a melhor defesa era o ataque e que os fidalgos “*se anojavam de estarẽ ouciosos*” dentro das muralhas, ainda antes de findar o ano de 1415 o Capitão-mor passou a organizar saídas muito próximas a pé, por falta de cavalos³. Por outro lado, em Novembro desse ano, fez armar (com alguns besteiros) duas zavras e desferiu os primeiros ataques a aldeias litorâneas, em que participaram forças mistas (marítimas e terrestres), fazendo (por ser mais seguro) o regresso pelo litoral⁴.

Não percamos de vista esta complementaridade dos meios militares, mas retenhamos, igualmente, o crescente distanciamento das acções armadas a partir do centro, ou seja, da base Ceptense, elegendo, para alvos principais, as aldeias, os portos e as embarcações tidas por mais ricas. Para conferir eficácia e rapidez de movimento aos efectivos marítimos, o Capitão-mor procurou (re)constituir uma pequena frota de embarcações predominantemente ligeiras sob o seu comando, e, para atingir os mesmos resultados por terra, preocupou-se em formar um corpo de cavalaria. Explicitemos.

Tendo em conta os amplos meios navais que o “Rei da Boa Memória” logrou mobilizar para conquistar Ceuta (até 270 velas, segundo o seu alferes-mor e, mais precisamente, 242, no cômputo registado por Mateus de Pisano), surpreende a parcimónia

¹ *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, edição e estudo de Maria Teresa Brocardo, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997, p. 599.

² *Ibidem*, p. 206.

³ *Ibidem*, p. 231.

⁴ Cf. *A Guerra Naval no Norte de África (Séculos XV-XIX)*, organização de Francisco Contente Domingues e Jorge Semedo de Matos, com prólogo de António Dias Farinha, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003.

das embarcações deixadas na cidade em 1415⁵. A surpresa talvez depressa se dissipe, se tivermos presente que a maior parte dos navios eram fretados e que D. João I e o seu Conselho sabiam que os mouros não tinham “*tamanho poder per o mar como per a terra*”. Mas, que meios navais terá deixado em concreto?

Nas terecenas da cidade, os portugueses encontraram quatro galés vulgares e uma galé real, com algum material naval e de guerra⁶. Estariam operacionais? Pela “abastança” de aparelhos náuticos inventariados, admitimos que sim, tendo D. João I confiado a micer Itam ou micer Tom a capitania de duas galés para guarda (sublinhe-se) do Estreito de Gibraltar⁷. D. Pedro de Meneses, porém, tendo em conta a parcimónia destes meios e, ainda mais, a sua pouca adequação ao corso no “Estreito”, deu ordens para se construir uma “nobre fusta” de dez bancos de lado, remável e veleira, a que foi adicionando outras embarcações com idênticas características. São conhecidos, pelo menos, um bergantim, uma galeota, uma barca grande de 30 tonéis e duas pequenas, a que foi conferido suficiente potencial com os navios apreendidos entretanto no corso e mobilizados em parcerias com privados. Caravos ou carevos, barinéis, bergantins, batéis, fustas, fustalha ligeira, galeotas e galés (poucas) passarão a entrar em cena sob as ordens directas do “Conde” ou as dos seus capitães e patrões. Mas, ensaiemos a caracterização sumária destas embarcações típicas do Mediterrâneo, confirmando que, na generalidade, se tratava de navios de pequena e média tonelagens, ao mesmo tempo veleiros e remáveis (logo, versáteis, quanto à propulsão) e velozes⁸. Assim:

O caravo ou carevo vogava com vela latina, o que o tornava ligeiro e funcional com o aproveitamento dos ventos laterais. O bergantim (também bragantim ou fragatim) era mais rápido do que o caravo, tendo, em geral, de 8 a 10 bancos por banda e aparelhando igualmente (mas não necessariamente) com vela latina, podendo dispor de paveses nos bordos (para protecção da setaria) e um esporão na proa (para ofender no combate). A caravela e a nau são mais conhecidas, pelo que nos dispensamos de as caracterizar, lembrando, no entanto, que a designação genérica de “nau” poderia aplicar-se a um navio de porte relativamente grande com pano redondo. Já a galé era, igualmente, um navio militar mas de porte elevado, ainda que variável, como a galé real ou grossa (com cerca de 30 bancos por banda), a galé bastarda (com 26), a subtil (com 24), a galeaça ou galeota e o galeão. Desde há muito conhecidas e utilizadas pelos portugueses, ainda

⁵ Cf. carta do primeiro, datada do Restelo a 24 de Julho de 1415, e dirigida, com autorização do Rei português, ao Arcebispo de Santiago, in *Monumenta Henricina*, vol. II, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, p. 164 e narrativa do segundo, intitulada *Incipiunt Gesta Illustrissimi Regis Johannis de Bello Septensi*, c. 1460, in *Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza...*, Lisboa, Na Officina da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1790, p. 43.

⁶ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rey D. João I*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, p. 264 e *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 303.

⁷ *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 303.

⁸ Cf., entre outros, Adolfo A. Silveira Martins, *A Arqueologia Naval Portuguesa (séculos XIII-XVI). Uma aproximação ao seu estudo Ibérico*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa, 2001; e Francisco Contente Domingues, *Os Navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

assim o Conde D. Pedro de Meneses, como se disse, preferiu as galés em favor das fustas, que pertenciam ao campo dos navios longos, remáveis e/ou veleiros, eram mais pequenas que aquelas e, por tal, adequavam-se melhor ao “Estreito”, de fundo por vezes baixo⁹. Refira-se que as melhores fustas dos mouros eram as de 13 a 15 bancos, por banda, e com uma centena de homens a bordo. Uma barca grande poderia ter uma “companha” de 70 a 80 homens (sendo, portanto, um navio médio) e o seu potencial de deslocação era susceptível de arrastar um caravo ou um batel. Contudo, a barca (exceptuando a de pescar) era mais um navio de cabotagem, pelo que aparelhava, por regra, com um só mastro e uma vela redonda. Já o barinel era superior em tonelagem e calado à barca, podendo ser também remável.

Quanto às condições físicas do mar de Ceuta, Zurara refere, como factores adversos, os fortes ventos e as correntes, verificando-se, muitas vezes, “cerração” ou nevoeiro, pelo que não faltavam tempestades com desastres navais associados ao latrocínio, pirataria e corso¹⁰. São palavras do Cronista, a este respeito: “*Outras vezes podem perigar no maar que he cousa comũ e que casy todollos dias acontece, ou os filhareem cossareos e ladrões, como vedes que fazem cada dia...*”¹¹ No norte de Marrocos, Ceuta e Tânger eram, então, os melhores portos, contudo a navegação, mesmo assim, tinha de tomar os devidos cuidados. Concretamente, Duarte Pacheco Pereira, em começos de Quinhentos, haverá de recomendar, quanto ao porto de Ceuta: “*e quando venta levante podem pousar as naaos [navios grandes] de dentro de Almina na banda aloeste onde esta huma praia e chamom aly o Porto de Elrey e pousará nas vinte brasas e estarom mea legua da terra em fundo limpo, e ventando ponente podem pousar detraz d’Almina em outro tal fundo da banda do levante*”¹². E, quanto ao de Alcácer Ceguer: “[...] *porem todo navio que ouver de pousar em Alcacer veja na bahia onde esta uma caravella pintada, e se for navio pequeno podera aly pousar e se for grande algum tanto mais ao mar*”¹³.

Retomemos a reconstituição da ofensiva portuguesa na frente terrestre, lembrando que, até para fazer jus ao acrescentamento da sua fidalguia e das de alguns dos “seus”, o primeiro Capitão-mor de Ceuta depressa entendeu que “*lbe convinha ter bos cavalos pera se ajudar dos ymigos da terra*”¹⁴. Ou seja, militar e socialmente, necessitava de equídeos, não só em quantidade como em qualidade, porque sabia que os mouros dispunham de bons cavaleiros, que montavam à “jineta” (com os estribos curtos), logrando deste modo bons resultados sobre os contrários. Tentando contrariar tal supremacia, o “Condé” mandará queimar, regularmente, os pastos nas zonas em que os mouros costumavam

⁹ Saturnino Monteiro, na comunicação “A Evolução do Pensamento Naval Português” (Lisboa, Academia de Marinha, 1993) também confirma o pouco uso da galé no Atlântico descoberto pelos portugueses.

¹⁰ Para destrinça destes conceitos, cf., por exemplo, Luís R. Guerreiro, *O Grande Livro da Pirataria e do Corso*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996 ou Ana Maria Pereira Ferreira, “O essencial sobre o corso e a pirataria”, Lisboa, IN. – CM., 1985, pp. 4-5.

¹¹ *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 189.

¹² *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 23.

¹³ *Ibidem*, p. 24.

¹⁴ *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 303.

alimentar as suas montadas quando atacavam Ceuta¹⁵. No que concerne à evolução da nossa cavalaria, Gomes Eanes de Zurara registou que, na praça Ceptense, inicialmente apenas três fidalgos andavam a cavalo, crescendo depois, progressivamente, o número dos equídeos, sobretudo quando foram encomendados em Castela¹⁶. Retenha-se que, numa operação vulgar (como ir à lenha ou à erva), por questão de segurança, convinha mobilizar duas dezenas de cavaleiros.¹⁷ Em finais de 1416, porém, os “nossos” já logravam organizar “entradas” ou “cavalgadas” com uma centena e meia de cavalos, alguns deles de boa qualidade, por serem tomados em embarcações com oferendas ou dádivas destinadas a mouros ricos e poderosos. Em 1417, o próprio D. João I escreverá ao Rei de Aragão a solicitar-lhe autorização para sacar do seu reino da Sicília alguns bons cavalos, com a finalidade de fazer a guerra em Ceuta¹⁸. Contudo, quando a fragosidade do terreno era maior, a cavalaria tinha intervenção limitada, mas também um cavalo poderia salvar a vida a um combatente.

Quer em terra quer por mar, além da importância do movimento, depressa os portugueses se aperceberam, também, da vantagem das armas de tiro certo, ainda que de menor cadência, pelo que preferirão a besta ao arco de frecha, sendo raro, no início, o uso de trons, isto é, de armas pirobalísticas. Para aumentar a cadência do disparo da besta, farão o revezamento dos besteiros, ou seja, enquanto uns atiravam, os outros armavam. Porém, em meados de Quinhentos, ainda Fernão de Oliveira, autor de *A Arte da Guerra do Mar*, continuará a ser adepto do uso do arco e da frecha, porque (dizia) “*enquanto armays hũa besta ou atacays hũ arcabuz, [a] tira hũa frecha [isto é, um arco] vinte tiros*”¹⁹. Além de que, acrescentava o autor, o efeito dizimador do arco e da besta era praticamente o mesmo, não se comparando, porém, como é óbvio, ao das armas pirobalísticas, pelo que os portugueses de Ceuta utilizarão, cada vez mais, o trom e outras bombardas no curso litorâneo. Por sua vez, os mouros dispunham de idênticas armas de tiro (neurobalísticas e pirobalísticas), não se verificando portanto, neste domínio técnico, superioridade de qualquer contendor.

Não se deixe, pois, de conferir suficiente relevância ao papel (decisivo), por esta altura e tanto na guerra terrestre como na marítima, dos “populares” besteiros, os quais, sendo do “conto” (estando registados na comarca da sua habitação), podiam ser mobilizados até aos 60 ou 70 anos, desde que, obviamente, estivessem em boas condições físicas. O Poder central, conforme a respectiva documentação confirma, recompensava-os, sendo mais distinguidos, compreensivelmente, os cavaleiros-besteiros. Assinale-se a reprodução social e militar, em Ceuta, da estrutura ainda bastante medieval da sociedade portuguesa em começos do século XV, bem visível na divisão tripartida em “fidalgos”, “escudeiros” e “populares”. Os primeiros eram, por norma, quadros militares, enquanto

¹⁵ *Ibidem*, p. 609.

¹⁶ *Ibidem*, pp. 231 e 233.

¹⁷ *Ibidem*, pp. 236 e 539.

¹⁸ In *Monumenta Henricina*, vol. II, p. 309.

¹⁹ *A Arte da Guerra do Mar*, Coimbra, por João Alverez impressor, 1555, p. 61.

os últimos não dispunham de formação guerreira, pelo que os escudeiros (“criados” dos fidalgos) tinham que enquadrá-los técnica e taticamente, sem esquecer o apoio anímico.

Além das proeminências da velocidade do cavalo e do navio, e do tiro certo, acabará por afirmar-se como princípio tático de grande importância para os “nossos” a observância da surpresa nas acções ofensivas e o conhecimento prévio nas defensivas. Para tanto, era conveniente dispor de informação mediata e imediata, explicitando o cronista Zurara que o “Conde” procurava a primeira em várias fontes. Citemos: “[...] *como passavã allgũs dias que ho comde não avia lymgoa [informação] de seus comtrarios, ou per cartas de estantes genoeses, ou per mouros a que o conde dava de seus dinheiros por terê cuydado de ho avisar de semelhantes cousas, ou pello allfaqueque [resgatador de cativos]...*”²⁰.

Importante informador do “Conde” foi o seu tio Martim Fernandes Portocarreiro, alcaide de Tarifa, o qual lhe escrevia com regularidade. À informação regular procurava juntar outra recente e adquirida através do “olhar” e do “ouvir”, ou seja, recorrendo a auxiliares imprescindíveis nesta “guerra nova”, como os “descobridores” do terreno, as “vigias ou atalaias”, as “escutas”, as guias de caminhos e atalhos (“atalhadores”)... Tais recolhas poderiam durar dias, procurando os agentes actuarem sincronicamente em terra e no mar, para complementarem os respectivos elementos informativos e os transmitirem, celereamente, ao centro decisor²¹. Foi o que se verificou em Junho de 1417, quando a aldeia de Almarça foi “entrada” por três fustas e por duzentos peões, entre infantes e besteiros²². Verificando-se a desordem a debandada dos “nossos” numa cavalgada, o princípio tático a observar era procurar caminhos litorâneos. Mais: quando uma embarcação inimiga era obrigada a encalhar, com frequência já estava no local um pequeno grupo de cavaleiros e infantes, sendo esta outra situação típica da cooperação naval e terrestre e reveladora de adequada organização.

Explicitemos, então, o quadro organizativo mais comum de uma “entrada” terrestre. Na dianteira postavam-se alguns cavaleiros, sobretudo para enquadrar a “gente de pé” (“lanceiros” e outros), seguindo-se o corpo ou a capitania dos besteiros e fechando, de novo, com a cavalaria ou com mais besteiros bem atentos para sustentar um possível ataque à retaguarda. Quanto ao número da “gente de pé” em acção, poderia rondar o meio milhar (mas, quase sempre, era inferior), sendo capitaneada directamente por um ou mais agentes a cavalo e, entre outras funções, cabia-lhe manejar a lança, participar na luta corpo a corpo e executar o saque (“roubo”) às casas e lugares habitados, com o sequente transporte dos bens. É que não havia (não devia haver) cavalgada ou curso marítimo sem pilhagem, embora se corresse o perigo de, nesta fase, haver mais desordem, porque até os nossos cavaleiros chegavam a desmontar para despojarem os mouros mortos.

Não raro, as acções terrestres e marítimas cuidadosamente preparadas e até bem executadas revertiam em contra-ataques dos mouros, já porque também eles espivavam os “nossos”, actuavam em número muitíssimo superior (quase sempre), eram corajosos e ardilosos e tinham o apoio da população local. Nesta situação difícil, os portugueses ou

²⁰ *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 381.

²¹ *Ibidem*, p. 254.

²² *Ibidem*, pp. 410-411.

dispersavam-se pelos matos espessos, escondendo-se, ou procuravam reorganizar-se em grupo, ou fugiam isoladamente, buscando, como se disse, o caminho de mar até logram pedir auxílio à fortaleza ou a uma embarcação. Na repartição das presas, a prestação do precioso e decisivo (quantas vezes) auxílio militar era devidamente tida em conta, cabendo, por regulamentação, dois terços aos participantes e o outro aos reforços²³. Tradicionalmente estabelecida e até regulamentada estava a repartição da “boa presa” feita no corso pela frota real de galés, cabendo ao rei o corpo do navio, os aparelhos, os homens e os artigos de luxo que fossem encontrados no convés; os bens vulgares da embarcação e o saque em pilhagem feita em terra eram repartidos segundo normas específicas pelos tomadores, pertencendo igualmente ao rei tudo o que fosse encontrado no fundo da nave. Escapavam à repartição as embarcações com menos de 25 tonéis, pertencendo neste caso ao patrão do navio²⁴.

Retenhamos que a guerra marítima, em termos de organização e execução, não diferia muito da terrestre. Assim, se substituirmos os equídeos da “cavalgada” por uma pequena frota de navios ligeiros, disposta a tirar partido da surpresa e equipada com “gente de pé” (escudeiros e lanceiros) e um pequeno grupo de besteiros que soubesse desferir tiro certo para dentro da nave inimiga, encontraremos notórias similitudes. Mais: cada embarcação formava também a sua “companha” ou companhia, hierarquicamente comandada por um capitão previamente nomeado ou escolhido *ad hoc*, e integrando “patrão”, gente especializada em “aferrar” e “entrar”, remadores ou galeotes, marinheiros... Esclareciam os especialistas que a técnica de aferragem convinha ser bem calculada, para evitar o abaloamento com possível afundamento de ambas as naves. Mas, na guerra do mar, tal como nas cavalgadas, considerava-se igualmente importante saber armar “ciladas”, a ponto de Fernão de Oliveira, especializado na guerra do mar, afirmar que “*os bos capitães fazem a guerra per sua manha mais que per força...*”²⁵. Como exemplos de ciladas dos mouros no mar, citemos a artimanha de esconder parte da tripulação no porão (“arcas” da nave) ou o recurso a armas manuais arcaicas, usando, por exemplo, as pedras do lastro do navio. Contudo, também os “nossos” recorriam, com frequência, à simulação, dando mostras concretamente de abandonar o teatro da operação para regressarem pouco depois e causarem surpresa. Quando o potencial naval era desigual, a parte mais fraca poderia optar pela fuga da tripulação a nado, evitando ou minimizando assim o cativo. Porém, com frequência, os combates causavam mais mortes que salvamentos e, portanto, menor quantidade de cativos. O desejável, pois, para o vencedor era que navio e carga não se perdessem, mesmo que a luta tivesse que durar horas ou até dias, já que, exigindo menos investimento económico-financeiro, o corso e a pirataria eram mais rentáveis que o comércio. Em Tunes, realizar-se-ão muitas das transacções do que era tomado no mar.

²³ *Ibidem*, p. 265.

²⁴ Cf. carta régia, de 3 de Junho de 1388, in *Descobrimientos Portugueses – Documentos*, por João Martins da Silva Marques, vol. I, Lisboa, Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944, pp. 190-191.

²⁵ *Ob. cit.*, pp. 115 e 117.

No saque corsário tanto naval como terrestre, tudo, praticamente, interessava, mas as presas humanas (homens, mulheres e crianças), devido aos condicionalismos socio-económicos e político-militares da época, eram as preferidas, podendo os de categoria social superior serem resgatáveis por alto preço e todos serem vendáveis. Um exemplo: o residente Álvaro Fernandes, capitão de navios e de grande fama entre os mouros do Norte de África, ainda que não tivesse sangue nobre, foi certa vez resgatado em troca de 10 mouros cativos e seleccionados²⁶. O Conde D. Pedro de Meneses tinha fama de saber negociar ele próprio os seus cativos, embora recorresse a alfaqueques, com a vantagem de poder obter, como se disse, informações sobre os seus inimigos, através destes bons informadores. Contemplado com o “quinto” cedido pelo rei, depressa enriqueceu, como se inferirá desta partilha, embora extraordinária: em 1419 aquando dos combates para retomar o controlo total de Ceuta, Zurara registou que dos cativos mouros que puderam ser contados acharam-se 986, mas “*outros muitos foram dentro [da cidade] que a este comto não vierã, porque aquelles que os tinha escondiã-nos do comde por nõ demandarem o quimto*”²⁷.

Invoquemos, a propósito, ainda que sumariamente, as principais circunstâncias históricas do importante tráfego dos “cativos”. Jacques Heers, entre outros, lembrará que, particularmente no ocaso da Idade Média, muitos cativos mouros e cristãos eram utilizados, como escravos, em todos os tipos de trabalho e Herbert S. Klein relevará que a economia do açúcar no Mediterrâneo, a partir da primeira cruzada, exigiu uma força laboral mista de escravos, servos e trabalhadores livres²⁸. Com mão de obra escrava negra, a expansão da cana açucareira, atingiu, como se sabe, as Ilhas Atlânticas e o “Novo Mundo”, mas lembremos, ainda, que em algumas casas senhoriais do Mediterrâneo a presença do servo e do escravo era sinal de *status social* proeminente, pelo que a Espanha Islâmica, entre os séculos VIII e X, atingiu um primeiro *pico* no importante mercado de escravos cristãos. Posteriormente, verificar-se-á maior procura, o que suscitará a organização dos resgates dos cristãos e levou os “mediterrâneos” a apropriarem-se de escravos africanos, muito antes da chegada dos portugueses à Guiné, ou seja, através das rotas trans-saarianas.

Entre outros corsários e piratas, que por vezes se digladiavam, distinguir-se-ão os de Valência, Barcelona e Maiorca, os quais enriquecerão neste tráfego que, sendo geral, tendia a ser vertical, ou seja, a não deixar de fora qualquer sociedade, independentemente do credo religioso. Quanto ao possível proveito, Zurara dá o exemplo do cavaleiro Luís Gonçalves que, ao capturar numa viagem de Ceuta para Portugal uma rica carraca fretada por mouros, viveu sempre abastado²⁹. E quanto à ausência de ética cristã, o mesmo informador narrará terem ido duas galés castelhanas ao porto de Ceuta, em 1430, e, no regresso, terem sido surpreendidas a saltar os “nossos” nas proximidades

²⁶ *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, pp. 599-600.

²⁷ *Ibidem*, p. 521.

²⁸ Cf. de Jacques Heers *Escravos e servidão doméstica na Idade Média, no mundo mediterrânico*, tradução, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983 e de Herbert Klein, *O Comércio Atlântico de Escravos. Quatro Séculos de Comércio Escravagista*, tradução, Lisboa, Editora Replicação, 2002.

²⁹ *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 579.

da cidade, comportando-se, assim, como “corsários vilãos”³⁰. Quanto aos portugueses, mesmo antes de Ceuta ser conquistada, também já eles ali resgatavam escravos, de que é exemplo a actividade do próprio Vedor da Fazenda, João Afonso, o qual conhecia a cidade e a sua importância por esse motivo³¹.

Nas ruas estreitas da Ceuta portuguesa assistir-se-á, pois, com frequência, ao desfile dos mouros cativos, atados por cordas e apresentados como valiosos troféus de guerra, sob o olhar dos alfaqueques e, sobretudo, dos frades franciscanos, dominicanos e trinitários, uma vez que todos eles terão larga intervenção também no Norte de África como resgatadores³².

Mais: com a conquista portuguesa, cresceu consideravelmente o número de “cativos” na cidade, a ponto de ali se instalar um alfaqueque-mor³³.

Quando, por volta de 1450, começar a funcionar a feitoria de Arguim para a permuta de escravos, ouro e especiarias africanas, um “guinéu” valerá no mercado a terça parte de um “mouro”, sendo, portanto, este o “cativo” ou escravo por excelência³⁴. Também humanitariamente valerá pouco a vida do pagão ou “gentio”, pelo que convinha promovê-lo religiosa e civilmente. Segundo Gomes Eanes de Zurara, até 1446, terão ido, além do Bojador, 51 caravelas portuguesas que resgataram 927 cativos, enquanto Luís de Cadamosto informará que, em meados de Quatrocentos, vinham, anualmente, para Portugal entre 800 e 1.000 “guinéus”, podendo tais números falharem um por defeito e o outro por excesso³⁵. Ou talvez não. É que será Zurara quem informará, igualmente, que o algarvio Lançarote, numa só viagem, trouxe da Guiné 235 cativos, de que couberam 47 ao Infante³⁶. Alguns destes escravos chegados ao Algarve saíam, por mar e terra, para a Andaluzia e Castela³⁷. Mas, não percamos de vista o papel de Ceuta como base-escola do curso ultramarino português.

Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, regista, desta forma, a função militar-religiosa que coube à cidade conquistada pelos portugueses: “*Como a cidade de Cepta seja casy hũa chave do mar Medio Terreno, quaesquer navios que se armavão contra os ymfes vinham ally fazer devisa*”³⁸. Esta devisa ou fronteira (“frontaria”) do “mundo cristão” e do “mundo infiel ou mouro”, assinalada e emblematizada pela cidade, exigiu que ela funcionasse, efectivamente, como base terrestre e naval de uma

³⁰ *Ibidem*, p. 642.

³¹ *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 33.

³² Cf., entre outros, Belchior Garcia Navarro, *Redenciones de cautivos en Africa (1723-1725)*, introdução histórica de Fr. Manuel Vasquez Pajaro (pp. 7-26), Madrid, Instituto Jeronimo Zureta, 1946.

³³ Cf., designadamente, uma carta régia, assinada pelo regente D. Pedro a 20 de Abril de 1446, in *Descobrimientos Portugueses – Documentos*, vol. I, pp. 415-416.

³⁴ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos Feitos de Guiné*, vol. II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1949, p. 410.

³⁵ *Ibidem*, pp. 347-348 e 424 e *Viagens de Luís Cadamosto e de Pedro de Sintra*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988, p. 104.

³⁶ *Crónica dos Feitos de Guiné*, p. 123.

³⁷ Cf., por exemplo, uma carta régia de 23 de Julho de 1462, in *Descobrimientos Portugueses – Documentos*, vol. III, pp. 31-32.

³⁸ *Ob. cit.*, p. 369.

“guerra nova” para os “nossos”. Guerra nova, pelo desconhecimento do terreno e pela frequência inusitada de “ciladas” ou emboscadas, podendo haver várias numa mesma operação. Esta situação de novidade anunciou-la-á o cronista Zurara ao reconstituir o episódio em que o “Conde” foi advertido por um familiar de ter exposto a própria vida imprudentemente numa operação militar: “*Porẽ este lugar [na serra da Ximeira] nẽ a guerra que se ẽ elle hade fazer nõ he da forma das outras guerras...*”³⁹. Tiveram, pois, os portugueses de aprender estratégias e táticas operacionais, em parte novas para eles, como o hábito (sublinhe-se) de *descobrir o terreno* tanto terrestre como marítimo, e de armar ciladas frequentes e adequadas, conforme faziam os inimigos. Uma das modalidades era os nossos besteiros meterem-se em covas e atirarem à passagem dos cavaleiros mouros. Enfim, pela fragosidade do terreno e pelo reduzido número de combatentes, nunca os portugueses poderiam experimentar, em Ceuta, uma “batalha campal” do tipo tradicional, com guerreiros assim descritos: “*todos cubertos de ferro [armaduras] por cuja rezam o seu movimento nom pode seer sem grande força e trabalho, e nós [mouros] desevoltos e ligeiros chegaremos a elles quando quisermos*” – terá rejubilado, apesar de tudo, Sala Ben Sala, ao observar os portugueses quando entraram na cidade de Ceuta em 1415⁴⁰. Esperavam-nos, por certo, inevitáveis derrotas, se não alterassem as suas técnicas e táticas militares. Tiveram que o fazer.

Não faltam exemplos de portugueses que se foram especializando no novo tipo de guerra, como um Pedro Ximenez, criado do “Conde”, que “*sabia muito nos feitos do mar e ainda da terra quanto à cerca daquela costa*”⁴¹; ou um escudeiro do infante D. Henrique, Diogo Gil de nome, que o bem-serviu na “*guerra dos Mouros, assy per mar como per terra*”⁴².

Concretamente, no curso da Mauritània e da Guiné actuarão residentes de Lagos que se haviam distinguido nas acções armadas de Ceuta, tendo ficado célebre um certo Palenço⁴³.

Em finais de 1415, já o Capitão-mor de Ceuta armava, como se disse, zavras equipadas com besteiros, indo alguns ao longo da costa, enquanto outros ensaiavam os caminhos da Serra (Serra de São Gens ou da Ximeira), bastante frondosa e fragosa, onde os mouros os esperarão, muitas vezes, em aldeias vigiadas e providas de tapumes e cavas. Tudo o que podia interessar e era susceptível de ser levado integrava o “roubo” dos atacantes. A parte maior cabia ao rei, que prescindiu, como se disse, do “quinto” do saque “das cavalgadas e presas do mar e da terra”, a favor do “Conde” e dos seus sucessores, tal como é lembrado e outorgado numa carta, assinada pelo Regente a 16 de Julho de 1445, para o 3º Capitão-mor, o Conde de Arraiolos⁴⁴. Entretanto, no Reino, os infantes D. Henrique e D. Pedro, também serão premiados com o mesmo benefício, por duas cartas de D. Duarte, datadas, respectivamente, de 25 de Setembro e 6 de Novembro de

³⁹ *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 293.

⁴⁰ *Crónica da Tomada de Ceuta*, p. 198.

⁴¹ *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 431.

⁴² *Crónica dos Feitos de Guiné*, p. 408.

⁴³ *Ibidem*, pp. 218-219 e 223.

⁴⁴ In *Descobrimientos Portugueses – Documentos*, vol. I, p. 442.

1433⁴⁵. A carta em que D. Pedro é beneficiado faz explícita menção à armação “*de algũus navyos pera andarem de cosso no estreito*” de Gibraltar e, quanto à isenção do “quinto” com que foi contemplado o Infante, por carta régia de 3 de Fevereiro de 1446, esse privilégio aplicou-se, expressamente, tanto ao que fosse apropriado nas Canárias, como às presas (designadamente cativos “mouros”) feitas a sul do Bojador, direito já reconhecido, neste caso, por carta de 22 de Outubro de 1443⁴⁶.

Sendo a actividade corsária, quando lícita, também fonte de honra, compreende-se que os referidos infantes já a viessem exercendo em vida do pai, como se prova por uma acção de corso praticada por uma fusta do Infante, junto de Targa, em 1427/1428. Aliás, Zurara é claro quando afirma que “[...] *depois da tomada de Cepta, sempre [o Infante] trouxe continuamente navyos armados contra os infiees*”, isto é, fazia-lhes guerra de corso⁴⁷. Com efeito, são conhecidos os nomes de alguns “criados” seus, como os de Palenço e Álvaro de Cadaval, os quais, por carta do Infante, de 12 de Maio de 1428, foram abonados para andarem de armada, contra os mouros, numa galeota do seu patrono⁴⁸; ou o de Gonçalo Velho, Comendador da Ordem de Cristo, que actuará no “Estreito de Ceuta” quando já o corso e as descobertas geográficas (em consociação) se aproximavam da “Terra dos Negros” ou “Guiné”. Então, os moradores da vila de Lagos podiam invocar que “*despois que Cepta foe tomada ataa o presente sempre serviram e servem com seus corpos e navyos na guerra dos Mouros, por serviço de Deos e delRey nosso senhor*”⁴⁹. É sabido, com efeito, que muitas armações corsárias do Infante zarpavam de Lagos e de outros centros, como Tavira, Lisboa e Madeira.

Parte da experiência acumulada por cristãos e mouros, tanto na prática da pirataria como na do corso do Mediterrâneo Ocidental, acabou, pois, por proporcionar a alguns portugueses um manancial de conhecimentos, que lhes foram de grande utilidade nos espaços futuramente “descobertos”. Com efeito, o cronista Zurara regista, já em 1416, a cooperação de residentes em Ceuta com piratas e corsários de Tarifa e Cartagena, dois importantes centros do corso cristão, citando, entre outros, um capitão cartaginês que comandava um bergantim e que dava por nome Diogo Vasques, além de um outro, João Requelme, proprietário de uma galeota. Certa vez, a galeota chegou “aberta” a Ceuta e o “Conde” convidou o patrão da embarcação inoperacional a pilotar uma sua⁵⁰. Noutro exemplo de cooperação e de troca de conhecimentos, D. Pedro de Meneses desafiou o *comitre* de uma embarcação do rei de Castela a comandar uma acção corsária contra a vila moura de Larache. O *comitre* não aceitou o desafio, mas instruiu de tal modo os

⁴⁵ In *Monumenta Henricina*, vol. IV, Coimbra, 1962, pp. 266 e 281.

⁴⁶ In *Descobrimientos Portugueses – Documentos*, vol. I, pp. 445-446 e 435-436, respectivamente.

⁴⁷ *Crónica dos Feitos de Guiné*, p. 42.

⁴⁸ In *Descobrimientos Portugueses – Documentos*, Suplemento do vol. I, p. 115.

⁴⁹ *Crónica dos Feitos de Guiné*, pp. 215-216.

⁵⁰ *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, pp. 369 e 411. Cf., a propósito do corso dos cristãos e granadinos no “Estreito”, Guillermo Gozalves Busto, “Aspetos del corso en el Estrecho de Gibraltar (primer siglo de la Ceuta portuguesa)”, *Entre Portugal y España: Ceuta*, Ceuta, Instituto de Estudos Ceuties, 2001, pp. 25-52.

“nossos” que lograram um retundo êxito na operação⁵¹. Mareantes biscainhos integravam, igualmente, as companhias dos corsários e piratas de Ceuta, sendo-lhes reconhecido um largo conhecimento das actividades do mar. Detecta-se a sua presença, juntamente com as de galegos e italianos, nos portos portugueses, desde há muito, com a garantia de protecção oficial, se se limitassem a comerciar. Quanto aos corsários castelhanos, Gomes Eanes de Zurara informará haver então muitos, embora se destacassem dois que não tinham pejo em atacar os próprios “cristãos”, pelo que o Regente português decidiu, em 1446, dar plenos poderes D. Álvaro de Castro, Senhor de Cascais, para, com uma armada, castigar os corsários que continuamente atacavam o litoral reinol, o qual esteve em Ceuta nesta missão⁵².

De tal modo a aprendizagem das lides corsárias marcou os “nossos” que Zurara estranhará a morte, por descuido, do explorador-corsário Gonçalo de Sintra na Guiné, já que estava costumado a andar em navios de armada, “*per mandado de seu senhor [o infante D. Henrique], e fora em muy grandes cousas tambem na costa de Graada, como da parte de Cepta...*”⁵³. Outro exemplo: o do capitão Mafaldo, que actuou com êxito no curso da zona de Arguim e “*era homem que havia husado em aquelle mester, ca andara muitas vezes no trafego dos mouros...*”⁵⁴.

É sabido que o papel de Ceuta, como base-escola do curso ultramarino, foi bloqueado temporariamente no Bojador, só se vencendo este *limes* do “mundo cristão” depois de resolvidas algumas dificuldades técnicas, como a do tipo de navio susceptível de fazer a torna-viagem. Duarte Pacheco Pereira, no seu *Esmeraldo de Situ Orbis*, registará que, dos navegantes enviados ali pelo infante D. Henrique, “[...] *nenhum ousava de se alargar ao mar e passar alem deste procel, e entom se tornavam a costa de Berberia e de Grada onde andavam de armada pera tomarem algumas presas com que forrassem a despeza da armaçam...*”⁵⁵. E o próprio Gil Eanes, quando em 1433 não conseguiu (uma vez mais) ultrapassar o famoso Cabo, rumou às Canárias, “*donde trouxe certos cativos com que se tornou pera o regno*”⁵⁶. Neste arquipélago, os portugueses continuarão, até bem tarde, a fazer as suas investidas de curso, sob a autorização e o incitamento do Infante e com vista a obter, sobretudo, escravos guanchos. Sirvam de exemplos desta persistência: a viagem de oito caravelas e uma fusta que foram, em 1450, ao curso nas ilhas de Lançarote e Gomeira; e uma outra, logo no ano seguinte, com cinco caravelas. Tais informes constam de uma queixa do rei castelhano, D. João II, ao invocar que as

⁵¹ *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 423.

⁵² *Ibidem*, pp. 550-551. Cf., também, carta régia de 11 de Agosto de 1446, in *Descobrimientos Portugueses – Documentos*, vol. I, pp. 446-447. Cf. Luís Adão da Fonseca, *Navegación y curso en el Mediterráneo Occidental. Los Portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, Universidad de Navarra – Facultad de Filosofia y Letras, 1978.

⁵³ *Crónica dos feitos de Guiné*, p. 141.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 177.

⁵⁵ *Esmeraldo de Situ Orbis*, p. 39.

⁵⁶ *Crónica dos feitos de Guiné*, p. 54.

Canárias e a Guiné eram terras da sua jurisdição política, contencioso que se distendeu, como é sabido, até ao tratado de Alcáçovas-Toledo⁵⁷.

Algumas “entradas” nas Canárias visavam compensar as expedições, pouco proveitosas, na costa africana entre o Bojador e o rio Senegal, ou seja, na “Terra de Zaara (Sahara)”, por haver ali escassas povoações azenegues. Serão procurados, em alternativa, outros tipos de bens, que não apenas os raros cativos, indo a preferência para as tartarugas, o óleo e as peles dos lobos-marinhos, enquanto não surgirem o ouro, as especiarias e, sobretudo, mais gente para cativar⁵⁸. Estas circunstâncias são suficientes para fundamentar a sintonia entre a obtenção do proveito e a exploração geográfica, ou, se preferirmos, para explicar a clara coincidência entre o objectivo económico e o “descobrimento” do espaço ignoto aos europeus. Já relevámos, na “guerra de Ceuta”, a importância conferida à surpresa, devendo referir-se, agora, que tanto na Mauritânia como na Guiné será a crescente dificuldade de atacarem sem serem pressentidos que sugeriu aos portugueses que “*lhes convinha buscar [descobrir] outras partes*”⁵⁹. Insistimos: em nosso entender foi a necessidade da surpresa que estabeleceu a conexão entre o curso e os descobrimentos geográficos.

Genericamente, o processo de captura de azenegues e guinéus será semelhante ao descrito por Zurara, ao referir que, em 1427/1428, uma fusta do Infante fez uma acção de curso junto de Targa, tendo 15 homens ficado a bordo e 52 ido em batéis dar “salto” a um lugar⁶⁰. Explicitando melhor, na *Crónica dos Feitos de Guiné*, o Cronista reconstitui a “ordenança”, adoptada e adaptada pelos portugueses de meados de Quatrocentos ao curso naquelas paragens, sugerindo que a frota de escassas caravelas constituía como que uma base naval ou fortaleza ambulatória (o equivalente ao papel da Ceuta portuguesa), donde desgarravam pequenos batéis, cada um com menos de uma dezena de homens (na sua maioria lanceiros e besteiros) e capitaneados por cavaleiros ou escudeiros. Alguns dos corsários saltavam dos batéis e, nas areias do deserto ou nas terras palúdicas da Guiné, a pé e até por vezes a cavalo, procuravam “descobrir” sinais humanos de possíveis presas. Entre eles e os dos batéis mantinha-se, contudo, suficiente contacto, recomendado pelo capitão da frota para não haver desordenação. Por regra, aproveitavam a claridade da noite para, ao amanhecer, desencadear o “salto”, sem serem pressentidos, pelo que, entre as caravelas e os batéis, chegava a haver distâncias de duas e três léguas. Mesmo assim, azenegues e guinéus continuarão a estar de sobre-aviso nas suas aldeias e nas fainas da pesca, da agricultura e da pecuária. Dos “azenegues xirmeiros” (pescadores), para o distinguir dos “sertanejos” (caçadores e tratantes), dirá Valentim Fernandes que eram ictiófagos, mas eram “*tã povres e tã mezquinhos que nõ tem pam, nẽ azeite nẽ lenha nẽ sal*

⁵⁷ Cf. cartas do rei de Castela, de 25 de Maio de 1452 e 10 de Abril de 1454, in *Monumenta Henricina*, vol. XI, Coimbra, 1970, pp. 174-179 e 340-345. Cf., entre outros, Elias Serra Rafols, *Los portugueses en Canarias*, La Laguna, 1941.

⁵⁸ *Crónica dos Feitos de Guiné*, pp. 303-306.

⁵⁹ *Ibidem*, pp. 184-185.

⁶⁰ *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 633.

*nẽ cebolla nẽ nenhũa outra cousa que pertẽce ao humano usu*⁶¹. Tinham, porém, os corpos para serem cativos.

Havendo resistência aos invasores, estes “*matam em elles [contrários] muy sem piedade*”, enquanto outros fogem, mas, logrando reorganizarem-se, armavam ciladas, o que não era difícil na Guiné densamente arborizada, bastante povoada e com gente treinada na guerra⁶². Com adargas redondas, azagaias, espadas curtas e arqueadas, lanças e arcos de flechas envenenadas, estes “negros”, no dizer de Cadamosto, “matam-se como feras” e, mais ainda, os intrusos, quando podem⁶³. Assim, os “nossos” serão obrigados a levarem, nas embarcações, além de arcos e bestas, trons e colubretas (peças pequenas de artilharia do grupo das colubrinas) e a organizarem-se por corpos militares, a saber: o dos escudeiros e lanceiros (postados à proa) e, atrás, o dos arceiros e besteiros, com um ou outro bombardeiro⁶⁴. Em caso de insucesso, os “crístãos” também recorrem à fuga, constituindo perigos especiais a chusma de setas envenenadas ou o batel não vogar por ficar em seco com a descida da maré. A propósito, Valentim Fernandes dirá que “*as baixas de Arguy nõ se naveguã senõ de dia e cõ a sonda na mão e cõ preamar*”⁶⁵. Crescendo as dificuldades, maior era, naturalmente, a relação entre o corso e a guerra, o que concorria para o reforço da honra, a par do proveito económico. Assim, não raro os que se distinguiam eram promovidos a cavaleiros no próprio local da peleja, como sucedeu, por exemplo, quando Nuno Tristão armou Antão Gonçalves no designado “Porto do Cavaleiro”⁶⁶. Registe-se que o aumento da honra estará na proporção do perigo ou da sua ameaça, do estatuto social do servidor e da dignidade do servido, que, no período que estamos a considerar, era o infante D. Henrique e, em última instância, o monarca. Só nestas circunstâncias a guerra era honrosa e, logicamente, justa (contra os mouros) ou lícita (contra os gentios), porque decidida e requerida por uma autoridade em nome de Deus e constituir um “serviço” também em prol do bem comum. Por sua vez, ir cada vez mais longe no desconhecido, era, naturalmente, correr maiores riscos e portanto ter direito a um maior galardão, não faltando exemplos, na nossa história, quanto à aplicação deste critério (caso, por exemplo, da primeira viagem de Vasco da Gama).

Para evitar desmandos que se afastassem dos objectivos do corso honrado, o *Corsário-mor* (o Infante) teve necessidade de o regular, através de regimentos (orais ou também escritos?)⁶⁷. De acordo, aliás com o que se vinha observando na Europa em formação, já que o designado “Libro del Consulado” (com as ordenações dos reis de Aragão, sobre o corso) está datado do século XII e, nas centúrias seguintes, mais se legis-

⁶¹ *O Manuscrito “Valentim Fernandes”, leitura e revisão de provas por António Baião, Lisboa, 1940, p. 42.*

⁶² *Ibidem*, p. 194.

⁶³ *Viagens de Luís de Cadamosto e de Pedro de Sintra*, p. 122.

⁶⁴ *Crónica dos Feitos de Guiné*, pp. 260 e 315. Cf. João Marinho dos Santos, *A Guerra e as Guerras na Expansão Portuguesa – Séculos XV e XVI*, Lisboa, Grupo do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.

⁶⁵ *Ob. cit.*, p. 41.

⁶⁶ *Crónica dos Feitos de Guiné*, p. 94.

⁶⁷ *Ibidem*, vol. II, p. 116.

lou sobre o assunto. Com efeito, nem sempre era fácil destrinçar entre a pirataria, o corso e até o latrocínio, e, como lembrará Gomes Eanes de Zurara, o “mar de Ceuta” era, particularmente, um campo de “*cossareos e ladrões, como vedes que fazem cada dia...*”⁶⁸. Aqui, como no Mediterrâneo em geral, no dizer de Fernand Braudel, a pirataria era tão antiga como a própria história do “Mar Interior”⁶⁹. Quase a exigiam os agricultores ribeirinhos, os pescadores, os pequenos marchantes ou almocreves, que, pobres e quase vagabundos, necessitavam de completar as suas actividades profissionais com esse modo de vida clandestino. Já o corso legal estará mais associado à formação das cidades e aos poderes instituídos. Poderes que, sem porem de lado (antes pelo contrário), convicções religiosas e ideológicas, conseguem dialogar pragmaticamente no campo económico, como sucedeu, sobremaneira, durante o século X e a primeira metade do seguinte entre cristãos e mouros. Depois, particularmente entre 1260 e 1330, verificar-se-á o apogeu das Repúblicas Italianas, com destaque para as de Génova, Veneza e Pisa, também elas participantes activas no trato dos “cativos” sobretudo durante a “Longa Depressão”, suscitada pela peste negra e pelas crises demográficas e agrícolas, ou seja, *grosso modo* entre a segunda metade de Trezentos e a primeira meia centúria de Quatrocentos. Então, o Mediterrâneo passará por dificuldades acrescidas que exigiram a reanimação da actividade marítima tradicional ou estrutural ao nível dos labores e das trocas, sem esquecer a pirataria e o corso; no fundo, era necessário retomar o diálogo milenar, estreito e intenso, entre o mar e a terra⁷⁰.

A partir de meados do século XV, lembremos que o Mediterrâneo Ocidental será catalão, com Barcelona a atrair o comércio internacional (particularmente o dos escravos que a expansão da cultura do açúcar mais exigia), conforme a nomeação de um cônsul e procurador judicial dos portugueses na cidade, por carta de 22 de Outubro de 1446, deixa perceber. Citemos: a Barcelona “*muyto amiude váao naos e outros navios de nossos Regnos e senhorio...*”⁷¹. Por pouco tempo, porém. A anemia do Mediterrâneo, a partir da segunda metade do século XV, será praticamente geral, com o futuro, entretanto, a estar assegurado pelas nações e pelos navios do Atlântico. Por outras palavras, o centro da “economia-mundo europeia” deslocava-se do Mediterrâneo Central para o Noroeste Europeu, ainda que corso e pirataria se mantivessem intensos no “Mar Interior” até ao século XVII⁷².

Se ao nível da economia o referente “Mediterrâneo” empalideceu, o mesmo não se poderá dizer das ideias e dos ideais sociais, condensados no processo da “civilidade” ou “polidez”, tendo por base os ares das cidades antigas que foram evoluindo. Aqui, no

⁶⁸ *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, p. 189.

⁶⁹ *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico*, vol. II, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1983, p. 231.

⁷⁰ Cf., por ex. José Enrique Ruiz Domeneque, *El Sueño de Ulisses: la actividad marítima en la cultura mediterránea como un fenómeno de estructura*, in *El Mundo Mediterraneo de la Edad Media*, estudios, reunidos e presentados por Blanca Gari, Barcelona, Ediciones Argot, 1987, pp. 253-284.

⁷¹ Carta de Afonso V, in *Descobrimientos Portugueses – Documentos*, vol. I, pp. 447-48.

⁷² Sobre o eixo escravagista Guiné – Lisboa – Sevilha, a partir de meados do século XV, cf. Alfonso Franco Silva, “El Comercio de esclavos entre el Algarve y Andalucía en el siglo XV”, *Cadernos Históricos III*, Lagos, Comissão Municipal dos Descobrimientos, 1992, pp. 94-97.

“Velho Mar Interior” em particular, continuavam vivas as solidariedades: a da amizade, a mais forte; a da *fraternidade das armas*, corporizada em companhias ou companhas de soldados, marinheiros e capitães que, em terra e no mar, corriam os mesmos perigos e comiam o mesmo pão (ou o mesmo biscoito); a das confrarias religiosas e de assistência; a das corporações do trabalho em comum; a dos grupos de imigrados, acarinhados pela hospitalidade mediterrânea (a “xania” grega), que garantia a segurança das pessoas e dos seus bens.

Nos dias actuais, em que a Europa atrai pela riqueza e maior segurança, levas de imigrantes e refugiados chegam ao “Velho Mediterrâneo” em circunstâncias, quase sempre, deploráveis. Humanitariamente, a Europa não deverá deixar de praticar a solidariedade ou a hospitalidade mediterrânea, mas convirá também intervir nos países que geram estes preocupantes deslocamentos demográficos.

AS TAPEÇARIAS DE PASTRANA NO CONTEXTO DAS CONQUISTAS DE ARZILA E TÂNGER POR D. AFONSO V

Abílio Pires Lousada

1. ÁTRIO

Em 1471, D. Afonso V e o príncipe D. João, comandando uma expedição militar composta por cerca de 30 mil homens, conquistaram a praça de Arzila e tomaram as de Tânger e Larache, dando seguimento às que *O Africano* alcançou em Alcácer-Ceguer (1458) e Anafé (1464).

As campanhas africanas de D. Afonso V fundamentam a decisão política de D. João I relativa a uma presença dominadora de Portugal no Norte de África, iniciada com a conquista de Ceuta em 1415, materializam a ideia estratégica de controlo do litoral norte africano enquanto pontos de apoio à navegação atlântica ao longo da costa africana, permitem fazer muita cristandade em espírito de cruzada, atacando possessões muçulmanas num ambiente geopolítico marcado pela conquista de Constantinopla pelos turcos em 1453 e, no caso particular da tomada de Tânger, vinga o desastre militar ocorrido em 1437, no tempo de D. Duarte, e o martírio do infante D. Fernando.

As Tapeçarias de Pastrana, notável acervo artístico supostamente mandado tecer por D. Afonso V nas oficinas da Flandres e que é presentemente património do Museu Paroquial de Pastrana (Guadalajara-Espanha), representam, e legam para a posteridade, o feito de armas do Rei e da Nação da conquista de Arzila e da tomada de Tânger.

São quatro tapeçarias (4 metros de altura por 10 metros de largura) que, para além da arte flamenga típica da época, mostra em detalhe e de forma sequencial a conquista de Arzila em três tempos/tapeçarias – desembarque, cerco e assalto – e a tomada de Tânger, na quarta tapeçaria. O conjunto artístico esteve presente em Portugal, pela primeira vez, em 2010, e aberto ao público entre 12 de junho e 12 de setembro no Museu Nacional de Arte Antiga, com o título *A Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*.

É através da sequência observada no acervo artístico e do detalhe político e técnico-militar explícito em cada uma das quatro tapeçaria que nos propomos analisar a expedição africana de D. Afonso V que resultou na conquista de Arzila e na tomada de Tânger.

2. PORTUGAL MILITAR SÉCULOS XIV-XV¹

Entre o fim das guerras de reconquista travadas em território português (1249) e as expedições africanas de D. Afonso V há três grandes momentos orientadores da reorganização do aparelho militar que importa conhecer: reinado em paz de D. Dinis (1279-1325); fase de D. Fernando (1367-1383), marcado pela guerra com Castela; período de D. João I / D. Duarte (1385-1438), assinalada pela guerra da Independência e o início da Expansão Ultramarina.

Político de inelutável sentido de Estado e ímpar visão estratégica, D. Dinis define um aparelho militar para Portugal em tempo de paz, aproveitando as fronteiras de equilíbrio com Castela, firmadas em Alcanises em 1297. As reformas de maior alcance são, a nível terrestre, a criação dos besteiros de conto, contingentes quantificados a nível concelhio e coordenados pelo anadel, com carácter de permanência e mesteres do seu ofício, ou seja, especializados, cabendo ao anadel-mor a responsabilidade de alistamento e de organização em todo o reino, e a restauração dos castelos de fronteira (principalmente no Alentejo e na faixa leste do Côa) onde emerge uma torre de menagem que confere a cada fortaleza uma defesa avançada, dinâmica e inexpugnável. Os alardos, concentração e treino periódico dos contingentes, tornaram-se recorrentes.

Quanto à Marinha, numa altura em que a vigilância costeira, sobretudo face aos mouros, ganhava corpo, assumir-se-ia como vetor do poder nacional. Desenvolveram-se estaleiros em Lisboa, Porto, Vila Franca, S. Martinho do Porto, Vila do Conde, Viana do Castelo, criaram-se os marinheiros de conto, com a mesma especificidade organizativa da dos besteiros, cuja fonte de recrutamento eram os concelhos do litoral entre barqueiros e pescadores, desenvolveram-se as barcas (ligeiras, para transportar tropas em defesa de meios fluviais) e as naus (para longas viagens, com função de transporte de tropas e menos para utilização em combates navais), que ampliavam as tradicionais galés, galeotas e fustas. A tripulação era recrutada pelo sistema de vintenas do mar (assim designados pois quando as galés se armavam de cada 20 homens tirava-se um para o remo). O foro de cavaleiro era concedido a timoneiros, alcaide do mar, alcaides de galés. Apesar de não estarem bem demarcadas as funções militares e as de comércio da marinha numa época em que os combates navais eram uma extensão dos terrestres através de abalroamento e abordagem, criou-se o alto cargo de almirante-maior. Portanto, à semelhança do vetor militar terrestre, também o marítimo assumia um carácter permanente e profissionalizado.

Nota de relevo ainda para a criação da Ordem de Cristo, a partir dos escombros da do Templo, e a nacionalização das ordens militares de Avis, Santiago e Hospital, assumidas como corpos militares especializados do Reino.

¹ Bibliografia de referência: António Costa Canas, “A Marinha no Reinado de D. Fernando”, in *A Formação da Marinha Portuguesa. Dos Primórdios ao Infante*, Lisboa, Academia de Marinha, XII Simpósio de História Marítima, 2015; Carlos Selvagem, *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991; João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998; José Filipe de Barros Rodrigues, *Organização dos Exércitos, Organização Militar Portuguesa, Estratégia, Geografia e História, Secção IV, História Militar*, Lisboa, Escola do Exército, 1935-1936; Mário Jorge Barroca, “Da Reconquista a D. Dinis” in *Nova História Militar de Portugal*, Direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Monteiro, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003.

No reinado de D. Fernando outras alterações militares surgiram, em consequência das guerras que este monarca sustentou com Castela – em número de três e de consequências nefastas para a causa portuguesa – e da vinda de ingleses a Portugal para participarem em operações militares. Assim, o cargo de Alferes-mor foi desdobrado nos de Condestável, comandante militar do reino e responsável pela condução das operações militares, e de Marechal, adjunto do Condestável e a quem competia a justiça e administração dos assuntos administrativos da hoste. Outra modificação foi a designação de vanguarda, alas e retaguarda que substituíram as de dianteira, costaneiras e zaga, com que até essa altura eram designadas as três partes em que se dividia uma hoste em formação de combate.

Com o país em permanente estado de guerra, as principais cidades, com destaque para Lisboa e Porto, foram amuralhadas e foi instituído o serviço militar obrigatório às milícias concelhias. Se a lei das Sesmarias procurou rentabilizar o trabalho agrícola, a criação da Companhia das Naus visou a proteção da marinha mercante. Os assuntos do mar mereceram, de facto, a atenção de D. Fernando ao conceder livre uso de madeira das matas da coroa e isentar de impostos a construção de navios de grande porte e ao apoiar os artífices do mar como os calafates, carpinteiros, alcaides e petinais, isentando-os de impostos.

D. João I adequa militarmente o Reino entre o fim da guerra com Castela e a decisão de conquistar Ceuta: (i) regulamenta o serviço dos fidalgos aquontiadados de acordo com os bens próprios, de modo a garantir 2360 cavaleiros com lança; (ii) fixa o serviço montado das ordens militares em 3500 homens a cavalo; (iii) formaliza o regimento do anadel-mor de modo a avalizar a importante estrutura dos besteiros, incluindo-lhe os de garrucha (besteiros a cavalo); (iv) pelo regimento dos coudéis (responsáveis pelo serviço militar da peonagem) generaliza o serviço militar nos concelhos e proíbe ousos de machos/mulas no serviço militar montado; (v) alarga o serviço estipendiário (contrato a soldo de voluntários) e homiziado (remissão de penas de justiça mediante serviço militar). Mas sobretudo, D. João I faz adequado aproveitamento do vetor militar com carácter permanente e profissional legado por D. Dinis e da conscrição imposta por D. Fernando. Visível com a conquista de Ceuta.

D. Duarte complementou a reforma dos deveres militares da componente nobiliárquica do Reino através do Regimento de Coudéis. Por esta via, estatuiu-se as obrigações de pegar em armas para as classes sociais mais baixas, uniformizando-as proporcionalmente ao nível de cada súbdito e por províncias. O modelo assentava num processo de recenseamento e convocação, aferição de bens e meios a mobilizar, revista geral e periodicidade de treinos, hierarquização e sanções penais. Entretanto, os artilheiros, uma classe recrutada nos mesterais dos burgos, surgia como componente militar de crescente importância.

Relativamente à Marinha, ainda não nacionalizada, manteve o essencial da organização precedente, predominando a *Casa* do infante D. Henrique que se orientava na órbita da Ordem de Cristo, da qual o infante era administrador. Entretanto, a caravela, por força dos descobrimentos, era o instrumento privilegiado da atividade naval, que foi

aperfeiçoada, ficando mais veloz, flexível e adaptada a viagens de longo curso, com fins militares ou mercantis.

No reinado de D. Afonso V, sob impulso do infante regente D. Pedro, foram promulgadas *As Ordenações Afonsinas*, um conjunto de leis que regulava a vida do reino e era a sua expressão jurídica, nelas se incluindo o acervo das disposições militares reorganizadas nos reinados anteriores, desde D. Dinis a D. Duarte.

E de facto, a partir do segundo quartel do século XV, a par das expedições militares de conquista canalizadas para o Norte de África de forma a romper o isolamento de Ceuta, a costa atlântica assistia a um frémito de avanços navais e mercantis, iniciada com a descoberta do arquipélago da Madeira. Como bem escreveu Zurara “*cá nós de uma parte nos cerca o mar e da outra temos muro no reino de Castela*” (Zurara, 1992). Portugal, consciente dessa realidade geopolítica, alargaria a presença no Atlântico e fincaria influência no Mediterrâneo, tornando-se na primeira potência marítima ocidental (Macedo, s/d).

3. A ESTRATÉGIA PORTUGUESA EM ÁFRICA

A conquista de Ceuta a 21 de agosto de 1415 inicia um novo período estratégico em Portugal. Transita do velho mundo feudal e da fronteira de pressão e conflito face a Castela, para o mundo moderno da fronteira de equilíbrio e da expansão ultramarina. Terminada e vencida a Guerra da Independência, glorificada na mítica Batalha de Aljubarrota, Portugal libertava-se dos constrangimentos estratégicos que os reinos peninsulares lhe impunham e, como para além da terra só o mar (Coelho, 2005), aproveitou-se um extenso litoral cujos recursos complementassem a pobreza do solo continental.

É o tempo dos capitães de mar e de terra. Doravante, com a conquista de Ceuta Portugal cravava lança em África e iniciava a expansão ultramarina, fundamentava o posterior conceito estratégico de João II “*conter Castela em terra e batê-la no mar*” e dava corpo àquele que viria a ser o período áureo da portugalidade – o Império Ultramarino do século XVI.

A estratégia defensiva dava ligar à ofensiva.

Numa ação concretizada do mar para terra, Ceuta foi conquistada em cerca de 12 horas de combate, travado entre as forças portuguesas de D. João I e as do árabe Salah ben Salah. Para o efeito, o Rei de Boa Memória mobilizou mais de 220 embarcações, entre naus e galés de vários portes e tonelagens (de guerra, transporte e apoio logístico) e outras embarcações de menor envergadura, organizadas em Portugal e fretadas na Bretanha, Alemanha, Flandres, Inglaterra, com cerca de 2000 marinheiros e perto de 10 mil combatentes, entre homens de armas, besteiros, escudeiros e lanceiros (Santos, 2002).

A conceção estratégica subjacente à conquista converge em motivações diferenciadas: (i) razões relativas à segurança do Reino, pois o controlo de Ceuta, situada na confluência do Oceano Atlântico e do Mar Mediterrâneo, permitiria controlar o tráfego marítimo do Atlântico, manter uma certa pressão a sul do território castelhano e granadino e anular a incómoda base de pirataria muçulmana contra as costas do território português e a navegação de alto mar. E a sua conquista ocuparia e adestraria uma nobreza

belicosa há demasiado tempo a limpar armas; (ii) razões subjacentes ao bem-estar do Reino, atendendo que a crise vivida nas décadas anteriores impôs dificuldades económicas e financeiras materializadas na falta de cereais, mão-de-obra, matérias-primas e escassez de ouro para cunhar moeda. Ceuta inseria-se numa zona cerealífera, onde a abundância “estimulava apetites” e era um importante ponto de comércio, onde chegavam especiarias, ouro e escravos de África e do Oriente, transacionados depois para a Europa através de entrepostos comerciais como Génova. Ceuta abriria, assim, novas portas comerciais à burguesia; (iii) razões de prestígio do Reino, uma vez que alargaria a presença cristã em terras islâmicas, motivando um serviço a Deus sob os auspícios do vigário de Cristo em Roma; (iv) razões de preito pessoal, que com a conquista anularia o manto psicologicamente castrador de um rei bastardo enquanto, paralelamente, juraria cavaleiros os filhos legítimos D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique e o bastardo D. Afonso (Lousada, 2015).

Consumada a conquista, Ceuta tornava-se num espinho cravado no ambiente muçulmano magrebino. Refere Zurara que “*Como a Cidade de Cepta seja casy huma chave do mar Medio terreno, quaisquer Navios, que se armavaõ contra os infieis, vinham alli fazer devisa*” (Zurara, 1992). O que equivale a dizer que Ceuta se assumiu como símbolo português de prestígio internacional, fortaleza militar expedicionária, feitoria comercial e escola de guerra.

Coube a D. Pedro de Menezes, primeiro Capitão da praça, sustentá-la, desenhando para o efeito um comando que lhe daria honra, glória e riquezas, à medida das possibilidades e das necessidades; a guerra seria o quotidiano da região, feita de almogavarias em terra e de corso no Mediterrâneo (Campos, 2008). Ceuta permaneceu isolada no espaço mourisco do Norte de África até à conquista de Alcácer-Ceguer, em 1458 por D. Afonso V, seguindo-se-lhe Arzila e Tânger, em 1471.

Não obstante, relevam-se expedições anteriores determinadas a alargar a suserania no espaço Marroquino que redundaram em fracasso. A primeira das quais foi a pretensão de conquistar Tânger, estimulada pelos infantes D. Henrique e D. Fernando, com parecer em sentido contrário dos infantes D. João e, particularmente, D. Pedro que, ao alerta de que “*Ceuta é um grande sumidouro de gente e de dinheiro*”, acrescentou ser impraticável conquistar e povoar novas localidades à custa de um Reino tão minguado de gentes, pois isso seria trocar “*boa capa por mau capelo, pois era certo perder-se Portugal e não se ganhar a África*” (Pina, 1977). Premonitório face aos acontecimentos que ocorreriam em 1578!

D. Duarte decidiu-se pela conquista de Tânger. Porquê? É o próprio monarca que enumera por escrito as razões: (i) prestar serviço a Deus e dar seguimento à vontade de D. João I, expressas antes da sua morte; (ii) manter acesa a fama das armas portuguesas e tirar da ociosidade o exercício das armas de acordo com a vontade da nobreza do reino; (iii) por ver “*a guerra geral entre todos os cristãos e tais entre alguns príncipes que poderíamos ser requeridos de cujo requerimento bem não poderíamos haver escusa, e de fazer tal guerra se nos recresceriam grandes inconvenientes que não eram serviço de Deus e a nós grandes embargos de que todo éramos fora por fazer esta armada sobre os infieis*”, que era o caso das ações na Flandres contra os franceses e a ameaça moura a Castela; (iv) por ter recebido

apoio da maioria do Conselho régio e por ver a disposição de seus irmãos, do sobrinho do conde, dos capitães e de outra gente para tal feito, permitindo aferir a capacidade de atuação guerreira dos jovens de armas; (v) por se intuir que em Marrocos lavrava a guerra entre iguais, favorecendo as armas portuguesas (D. Duarte, 1982).

Para o efeito, organizaram-se duas frotas, uma em Lisboa, pelos infantes D. Henrique e D. Fernando, e outra no Porto, pelo conde de Arraiolos, que convergiram em Ceuta a 27 de agosto de 1437. As instruções do rei D. Duarte, que não participou na empresa, eram claras: (i) efetuar demonstrações de força em frente de Alcácer-Ceguer, Tânger e Arzila, de modo a tornar indefinido o objetivo a atingir, fixar as guarnições mouras e impedir o apoio mútuo entre praças; (ii) avançar com as tropas de assalto por terra, desde Ceuta até Tânger; (iii) estabelecer arraial em Tânger, mantendo ligação e apoiada na frota fundeada; (iv) não tentar mais do que três assaltos sucessivos, cujo insucesso poria fim à expedição, recolhendo-se a Ceuta e aguardando por reforços até março do ano seguinte (D. Duarte, 1982).

Contudo, a operação, com deficiente número de homens e munições e mal preparada em Ceuta, resultou num desastre militar. Sem esperar pelos reforços solicitados no estrangeiro, a 9 de setembro o infante D. Henrique pôs-se em marcha por Tetuão, à frente de 5 a 6 mil homens, enquanto o infante D. Fernando zarpu com a frota e fundeou ao largo de Tânger (Selvagem, 1991). A 13 desse mês, D. Henrique estava defronte de Tânger, onde assentou arraiais e organizou a operação, dando início à operação somente a 20 de setembro. O primeiro assalto, como de resto o segundo, desencadeado a 5 de outubro, fracassou. E fracassou porque os portugueses, e D. Henrique em particular, subestimaram a vontade e unidade mourisca da região, que se uniram em torno de Salah ben Salah, antigo governador de Ceuta, engrossando o número de combatentes (Duarte, 1993). Para além do facto da aproximação por terra a Tânger ter sido detetada, o local onde foi montado o arraial ficava afastado da frota de D. Fernando e o tempo decorrido entre a chegada aos termos de Tânger e o lançamento do assalto (8 dias) permitiu reforçar a defesa da praça em homens e material.

Apesar de ter sido rechaçado duas vezes, D. Henrique não desistiu e mandou vir de Ceuta escadas maiores, madeira para construir palanques para os espingardeiros e os besteiros e mais peças de artilharia e munições. Ultimava-se o derradeiro assalto quando chega a Tânger uma enorme massa de mouros decidida a sustentar a praça, enviados pelos reinos de Fez e de Marrocos. E desta forma, a 9 de outubro, D. Henrique e as forças que comandava foram atacadas e cercadas no arraial junto à praia; “*os portugueses passavam de sitiados a sitiados*” (Selvagem, 1991). Combateu-se tenazmente nas praias e no próprio arraial português mas, incapaz de romper o cerco, a 13 de outubro D. Henrique capitulou. Seguiram-se os termos da rendição, que permitiu a retirada portuguesa na condição de deixarem no campo todo o equipamento e armamento e o acordo de restituição de Ceuta. Para efeito, D. Fernando ficou refém de Salah ben Salah e D. Henrique levou consigo o filho do governador. Como é sabido, a restituição de Ceuta não foi aceite na corte portuguesa e o infante morreu cativo em Fez.

Na década de 1450, D. Afonso V recupera a política de expansão em Marrocos. Porque havia um resgate de honorabilidade a restaurar em Tânger, Ceuta sustentava-se com dificuldade, impunha-se cortar em definitivo a presença mourisca do estreito e antecipar pretensões castelhanas de controlo do Norte de África. Acresce que em 1453 Constantinopla caiu em poder dos otomanos do sultão Maomé II, temendo-se os seus efeitos na Europa cristã.

Decidido a conquistar Tânger, mas desaconselhado pelo governador de Ceuta, D. Sancho de Noronha, D. Afonso V decidiu-se por Alcácer-Ceguer, praça situada a meio caminho entre Ceuta e Tânger. Com a colaboração dos infantes D. Henrique e D. Fernando (irmão do rei) e o marquês de Valença, D. Afonso V reuniu uma armada considerável, superior a 200 velas, entre naus, galés e navios de carga, e cerca de 25000 combatentes. Em 21 de outubro de 1458, a armada portuguesa fundeou à vista de Alcácer-Ceguer. O ataque foi sustentado no fogo das bombardas contra as muralhas, os homens de armas acometeram as portas da fortaleza e foram encostadas escadas em vários pontos do sistema amuralhado para o assalto. Combateu-se durante todo o dia e pela noite adentro. Os mouros renderam-se na manhã de 23 de outubro. Alcácer foi utilizada como ancoradouro e a posse da cidade garantia tráfego mais livre no Mediterrâneo (Gomes, 2006), apesar de depender em tudo da metrópole para a sua sustentação. O comando foi concedido a D. Duarte de Menezes, filho do primeiro capitão de Ceuta.

Mas o objetivo estratégico (e psicológico) a atingir era Tânger e, a partir de 1462, o assunto voltou a debate na corte. Senhor de três praças, Ceuta, Alcácer e Tânger, D. Afonso V criou um “Algarve Além-mar” e, com ele, dominaria o estreito de Gibraltar. Assim, entre 1463-1464, as investidas a Tânger sucederam-se e, a cada investida, resultava um insucesso (Sérgio, 1988).

A primeira ofensiva ocorreu em novembro de 1463, desencadeada a partir de Alcácer-Ceguer, pois durante o percurso Lagos-Ceuta a armada e o efeito surpresa foram desarticulados pela intempérie. Planeou-se um ataque concêntrico, D. Afonso V comandava o contingente terrestre e Luís Mendes de Vasconcelos atacaria por mar. Incapazes de desembarcarem por o mar estar encrespado, as embarcações foram fustigadas pelo fogo de bombardas a partir das muralhas de Tânger, enquanto o rei, pensando ser o sinal para avançar, acometeu sobre as muralhas. Para retirar de imediato e debaixo de fogo.

A segunda teve lugar em Janeiro de 1464, cabendo a D. Fernando, infante e irmão do rei, a iniciativa. Saiu de Alcácer-Ceguer, em 19 de janeiro de 1464, com um curto contingente de cavaleiros e peões. Chegados a Tânger, um punhado de portugueses escalou as muralhas da fortaleza pela calada da noite decididos a tomar as torres principais. Intercetados, as sentinelas deram o alarme e os sitiados foram encurralados, ficando à mercê dos espingardeiros e besteiros mouros. D. Fernando foi obrigado a retirar para Alcácer, pagando um elevado tributo de sangue, mais um, por Tânger – 200 mortos e 100 prisioneiros, que contava alguns dos mais importantes fidalgos portugueses (Selva-gem, 1991).

Tânger, como se referiu o cronista Rui de Pina, era um “*desastrado caso*” (Pina, 1977) e atacá-la diretamente revelava-se contraproducente.

4. AS TAPEÇARIAS DE PASTRANA E AS CONQUISTAS DE ARZILA E TÂNGER

As Tapeçarias de Pastrana, notável acervo artístico de lã e seda tecidas em quatro panos de armar de generosas dimensões (4 metros de largura, por 10 metros de comprimento) e inestimável fonte histórica primária, representam o feito de armas do rei D. Afonso V e da Nação Portuguesa da conquista de Arzila e da tomada de Tânger, em 1471.

4.1. As Tapeçarias de Pastrana – Documento Histórico

Encomendadas à oficina de Pasquier Granier, em Tournai na Flandres, no último quartel do século XV, as tapeçarias têm finalidade decorativa e funcional. Enquanto obra de arte o seu papel ornamental e de ostentação e conforto é exemplar, próprio dos padrões senhoriais da época, com a originalidade de fugir ao esquema de ilustrações bíblicas, mitológicos ou da Antiguidade Clássica. Mas o seu carácter funcional amplia sobremaneira o seu interesse e importância, apresentando um carácter comemorativo, de exaltação do espírito de cruzada do rei e do príncipe, registado nas legendas das três peças sobre a conquista de Arzila. Uma imagem para a História do feito de armas português da Casa de Avis e um registo de glória que o “africano” D. Afonso V perpetua (Pimentel, 2010).

A verdade é que não é comum uma representatividade de tal envergadura ser encomendada pelo protagonista dos próprios feitos. Por isso, as tapeçarias de Pastrana deverão entender-se como panos para a História, uma fonte primária de investigação que vinca uma composição que articula a conjuntura da época, as condições políticas, económicas e culturais e as vontades individuais ou coletivas, onde evoluem personagens e acontecimentos (Pimentel, 2010).

As Tapeçarias permitem observar de forma minuciosa o facto histórico que os fautores da empresa decidiram legendar. Podemos acompanhar o relato em movimento das ações do rei, do príncipe e dos homens de armas portugueses na gesta africana: Arzila em três tempos, desembarque, cerco e assalto, e Tânger a um só tempo mas paragrafado em três momentos, chegada dos portugueses, cidade deserta e fuga dos mouros. O realismo das figuras portuguesas, o detalhe do armamento, equipamento, embarcações e heráldica é notável. O mesmo não se poderá dizer de determinadas indumentárias, da arquitetura tipicamente flamenga, da flora, mais de tipo oriental, ou da representação marítima algo exagerada (Pereira, 2007). Portanto, “*as composições das Tapeçarias de Pastrana são essencialmente narrativas, aspecto que justifica o preenchimento, a aglomeração confusa conforme à natureza dos acontecimentos, e numa visão demasiado próxima ao espectador*” (Pereira, 2007).

O Espírito cavaleiresco da época medieval em questão está perfeitamente enraizado na sociedade portuguesa e mostra-se claramente nas tapeçarias, sobressaindo o rei, “*justo, bélico, cristão*”, que o Rodízio que o representa bem caracteriza (Pimentel, 2010).

E para atestar da importância das Tapeçarias de Pastrana enquanto documento histórico original e incontornável é o facto de complementar omissões dos próprios cronistas, nomeadamente Rui de Pina, no que respeita à caracterização e tipologia de determinado equipamento e armamento militar e náutico.

Mas sobre as tapeçaras há questões a colocar, cujas respostas inequívocas se revelam inalcançáveis: (i) quem realmente mandou tecer os feitos de armas africanos nas oficinas flamengas; (ii) quem é o autor dos cartões pintados subjacentes à tecelagem posterior das Tapeçarias; (iii) por que razão as tapeçarias estão na Colegiada de Pastrana, Guadalajara/Espanha.

É dado como adquirido que foi D. Afonso V quem encomendou a obra. Afinal, num reinado tumultuoso que teve a montante os nefastos acontecimentos de Alfarrobeira que resultaram na morte de D. Pedro, príncipe, tutor e sogro do rei, e a jusante a inglória batalha de Toro e o apagamento de um sorumbático D. Afonso V que se dispôs a resignar, as façanhas de Arzila e de Tânger permitiam mostrar aos vindouros a glorificação mais marcante do seu reinado. Se foi o rei a encomendar fê-lo imediatamente após as conquistas ou, ao invés, depois do desaire de Toro, enquanto forma de sobrepor a um feito de má memória um de exaltação?

D. Afonso V faz-se representar em três das quatro tapeçarias de forma faustosa, liderante, combativa, corajosa e magnânima. O rei, como é sabido, esteve na região flamenga entre 1476 e 1477, por ocasião da sua viagem a França à procura de apoios para as campanhas contra Castela. Pode datar dessa altura a encomenda ou a ideia de encomenda. Mas perscrutando com mais subtilidade os panos, percebe-se que também o então príncipe D. João, há época com 16 anos, marca presença permanente junto do rei, em grande destaque e com fisionomia explícita, como que o secundando, onde a ação de comando é visível. Não havendo uma data inequívoca para a encomenda, não é exagerada a hipótese de ter sido do próprio D. João II a iniciativa, a partir de 1481, enquanto forma de “limpar” a memória do pai e, ao mesmo tempo, apregoar a sua própria gesta num início de reinado autoritário e proveitoso. Inclusive há uma inscrição a referir “jamais” no Rodízio do rei na Tapeçaria do Cerco, o que pode ser lido como uma referência a Toro.

A questão da autoria dos cartões a partir dos quais se fizeram as tapeçarias também é interessante. Atendendo à verosimilhança da narrativa tecida com os factos ocorridos, bem como a pormenores realistas relacionados com a caracterização das figuras régias, o armamento, o equipamento ou o material náutico, é crível que o autor dos cartões foi testemunha presencial dos acontecimentos militares de Arzila e Tânger. Paulo Pereira coloca a hipótese de esse autor ser Nuno Gonçalves, o autor dos Painéis de S. Vicente e pintor régio desde 1450, justificado pela iconografia militar e náutica das tapeçarias e no “*carácter português das cabeças, algumas identificadas como retratos (que igualmente figuram nos painéis), nos pormenores da heráldica muito realistas*” (Pereira, 2007).

Por fim, a questão que sempre assalta as mentes e que tem a ver quando, como e por que razão foram as tapeçarias parar a Espanha. Antes de mais é possível que as tapeçarias nunca chegaram a Portugal, pois não há registo de tal presença. Não foram reclamadas por D. Afonso V ou D. João II? Foram ofertadas eventualmente em que contexto e a quem? Uma hipótese verosímil é que tenham sido oferecidas, já numa fase tardia, por Rui Gomes da Silva a Filipe II de Espanha, que receberia o título de 1º duque de Pastrana. A verdade é que em 1628 as Tapeçarias foram referenciadas no palácio dos

Duques do Infantado em Guadalajara (Pereira, 2007). Depois, é pertinente ter presente que há época a Flandres gravitava na órbita hispânica e, por isso, Joaquim Veríssimo Serrão avança com a possibilidade de as tapeçarias terem saído diretamente da Flandres para a Espanha durante o governo do duque de Alba (Serrão, 1980).

É interessante notar que as tapeçarias estiveram desconhecidas para os portugueses até inícios 1915, altura em que os historiadores José de Figueiredo e Reynaldo Santos as identificaram na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Guadalajara, e as interpretaram histórica e iconograficamente.

4.2. Realidade e Representação – Conquista de Arzila e Tomada de Tânger

Situada 50 léguas a sudoeste de Tânger, Arzila era uma cidade de consideráveis dimensões. Sede de uma região rica em agricultura e consideravelmente povoada, ostentava dez torres e cinco portões. Não tinha um porto seguro e na altura estava algo isolada, com Tânger a norte em permanente estado de alerta e Fez a sul a viver uma luta interna pelo poder. O próprio capitão de Arzila, Mulei Xeque, estava na altura a cercar Fez, onde vingaria como sultão da nova dinastia Oatácida, no ano seguinte. Mas já não a tempo de resgatar Arzila.

Realidade Histórica

Tânger transformou-se numa maldição, agravada pelo facto de Castela ter, entretanto, conquistado o “rochedo” de Gibraltar aos muçulmanos, em 1463. Mas D. Afonso V não desistiu e a expansão no Atlântico ao longo da costa africana foi concedida por arrendamento a Fernão Gomes.

Decidiu-se por uma manobra estratégica indireta, ou seja, definiu Arzila como objetivo intermédio, cidade posicionada na costa meridional marroquina, junto ao Atlântico e a poucas léguas a sul de Tânger. A sua conquista deixaria Tânger numa situação crítica, pressionada por Arzila a sudoeste e Alcácer e Ceuta a nordeste. Para o efeito, o rei enviou em antecipação uma equipa de espionagem da sua confiança, constituída por Vicente Simões, conhecedor dos assuntos do mar, e Pêro de Alcáçova, escrivão da Fazenda, de modo a aferirem dos litígios e instabilidade política prevalecte no reino de Fez (Gomes, 2006).

Conhecedor da conjuntura magrebina, organizou então uma poderosa armada constituída por mais de 400 velas, sobressaindo as naus, caravelas, galés, urcas e carracas, com 30 000 homens embarcados, além de outro tipo de embarcações como as taforeias para transporte de cavalos, e batéis, caravelas de menor tonelagem e vasos de carroto para as operações de desembarque. O exército de terra e de mar era também considerável, identificando-se os homens de armas e escudeiros, besteiros, espingardeiros e bombardeiros. Notável, a crer nos cronistas, e questionável!

D. Afonso V zarpu de Lisboa rumo a Lagos a 15 de agosto de 1471, não sem antes ter dado “*Regimento aos almirantes de Portugal*”, ficando claro que a estratégia militar do Reino se orientava sobremaneira para as “*coisas do mar e do comércio*” (Selvagem, 1991).

A 17, as frotas organizadas em Lisboa e Porto reuniram-se em Lagos, contando com a presença, além do monarca, do príncipe herdeiro D. João, dos condes de Monsanto e de Marialva e de membros das ordens militares de Cristo e do Hospital.

A travessia decorreu sem sobressaltos e a 20 de agosto a poderosa armada portuguesa fundeava defronte de Arzila.

A 20 de agosto de 1471, portanto, os portugueses estavam prontos a desembarcar e a concretizar aquela que viria a ser uma típica operação anfíbia (Coelho, 2011). No entanto, a costa desabrigada e o mar altaneiro, associados aos perigosos recifes tornaram o desembarque uma tormenta. Fizeram-no e sujeitaram-se durante três dias a problemas de vária ordem. Efetivamente, o grosso da artilharia não pôde desembarcar, o palanque, que permitiria fincar uma improvisada trincheira na praia para daí fazer fogo protegido, teve ficar embarcado e os homens, pesadamente equipados e armados, sentiram a maior dificuldade para tomar posições de combate em terra, acabando cerca de 200 por se afogarem. De igual modo, uma caravela foi ao fundo. Enfim, a 23 tudo estava a postos, finalmente, para atacar Arzila.

O rei montou arraial e organizou as forças e o apoio de fogo num fosso profundo. O cerco estava montado. Seguiu-se fogo de bombarda sobre as muralhas e, a granel, por espingardeiros e besteiros sobre os defensores. Preparava-se o assalto e, entretanto, dois lanços de muralhas ruiu, obrigando os defensores a reparações imediatas. Estava aberta a brecha que daria motivação para do cerco se passar ao assalto. Que ficaria para o dia seguinte.

Altura em que das muralhas são hasteadas bandeiras em sinal de rendição. Tarde de mais. À possível parlamentação sucedeu um ataque geral a Arzila, com guerreiros a forçar entrada através das muralhas esburacadas, enquanto escadas eram encostadas noutros pontos para as escalar. A ânsia de sangue e de conquista sobrepôs-se a uma mera formalidade de rendição. Em Arzila não se repetiria Alcácer. Os defensores foram obrigados a abandonar a defesa a partir das muralhas e remeteram-se na mesquita e no castelo. As entradas foram forçadas por gente em fúria e, uma vez ultrapassadas, a mesquita foi ocupada e na alcáçova do castelo travou-se uma luta sem quartel, tornando o local um morticínio. Relata-se que cerca de 2 000 mouros foram passados a fio de espada e cerca de 5 000 ficaram cativos (Pina, 1977). Do lado português há mortes importantes a registar, nomeadamente D. João Coutinho, conde de Marialva, e D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto e camareiro-mor do rei.

Magnânimo, D. Afonso V prescindiu do seu quinto de despojos, deixando aos seus homens os rendimentos do saque. Entretanto, a 25 de agosto a mesquita, como era uso, foi transformada em igreja de Santa Maria da Assunção, local sagrado onde o príncipe D. João, então com 16 anos, foi armado cavaleiro pelo Rei. A cerimónia terá sido feita à vista do corpo do conde de Marialva, perante quem o rei terá proclamado ao príncipe: “*Fylho, Deos vos faça tam bom cavaleiro como este que aquy jaz*” (Pina, 1977).

Enquanto estes acontecimentos decorriam, na praça de Tânger viviam-se momentos de amargura e indefinição. Pressionada a nordeste por Alcácer, vendo a sudoeste Arzila ruir e sem esperanças de socorros a partir de Fez e demais regiões adjacentes, os

defensores e habitantes decidiram-se sobrevivência e consequente. A notícia chegou a Arzila e ao rei numa altura em que se debatia o regresso a Lisboa, deixando a praça guardada, ou aproveitar o ímpeto e secundar Arzila com um ataque a Tânger. Em 29 de agosto de 1471, uma expedição de reconhecimento, comandada por D. João, filho do 2º duque de Bragança, D. Fernando, foi enviada a Tânger, que confirmou a notícia; a cidade tinha sido abandonada pelos seus habitantes, largando bens e haveres, que a incendiaram.

E foi assim que um comovido D. Afonso V, na companhia de D. João, entrou, em inícios de setembro, na “maldita” praça de Tânger, deserta e em chamas e “*já sem o ardente desejo de sua destruição e vingança*” (Pina, 1977). Não pôde, como lhe convinha, D. Afonso V guerrear os mouros de Tânger, mas o usufruto da ocupação da praça rendeu proveitos assinaláveis, desde logo bombardas grossas, peças de artilharia e pólvora, entre outros bens “domésticos”.

E por ali se ficou, durante 17 dias, a saborear a tomada de uma fortaleza que tantos dissabores e temores causou às armas portuguesas. Foi também a partir de Tânger que negociou com o novo sultão de Fez a paz na região, que incluiu o resgate das ossadas do infante mártir D. Fernando por cativos de Arzila, e a paz na região por um período de 20 anos. Os marroquinos compreendem que teriam que conviver com os portugueses durante longo período de tempo. D. Afonso V ficava senhor dos termos das praças conquistadas em território marroquino, o que o motivou a alterar o título de “*rei de Portugal e do Algarve e senhor de Ceuta e de Alcácer Ceguer*” para “*rei de Portugal e dos Algarves d’além e aquém mar em África*” (Bethencourt e Chaudhuri, 1998).

O Africano, enquanto cognome do rei de Portugal, assumia-se.

É neste contexto que D. Afonso V decide encomendar na Flandres, para memória futura dos seus feitos em África, as Tapeçarias ditas de Pastrana. E que passamos a descrever à luz dos factos ocorridos.

Representação nas Tapeçarias de Pastrana²

Conforme já referido, são quatro as tapeçarias que foram legadas para a posteridade, três relativas à conquista de Arzila e outra à tomada de Tânger. Cada uma tece a esclarece uma sucessão de episódios insertos num acontecimento concreto, que importa analisar à luz a imagem e confrontar com a realidade dos factos.

O Desembarque em Arzila (Tapeçaria N.º 1)

² A Representação, isto é, a observação iconográfica das Tapeçarias, discorre nas notas pessoais do autor do presente ensaio colhidas aquando da presença das obras de arte e documento histórico em Portugal, expostas pelo Museu Nacional de Arte Antiga em 2010.

Complementarmente, apoiamo-nos nas descrições que sobre a temática fizeram os seguintes autores: António Filipe Pimentel, 2010; Inês Filipa Meira Araújo, 2012; Miguel Ángel Bunes, 2010; Reynaldo dos Santos, 1925.



Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga, Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana, Lisboa, 2010.

A inscrição, a encimar a tapeçaria enquadra, com detalhe exaustivo, o momento: *“O Sereníssimo e Vitoriosíssimo Afonso V, pela graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves d’Aquém e D’Além-Mar em África, como noutras ocasiões para exaltação da fé católica, assim também no ano do Nosso Senhor de 1471, a 15 dias do mês de Agosto, na festividade da Beata Virgem, navegando junto do Sereníssimo Príncipe João, seu primogénito e herdeiro, do porto de Lisboa passou a África com a sua frota de quatrocentas naus e outras embarcações e com um exército de 30 000 homens, para combater contra os mouros pela fé de Jesus Cristo. E como na terça-feira, sexto dia após a saída, entrou no porto de Arzila, opulentíssima cidade de mouros, no dia seguinte, quarta-feira, embora por mar, pela sua bravura, o desembarque dos soldados em terra tornou-se perigosíssimo, o Rei, de ânimo esforçado perante quaisquer dificuldades, cuidando que, por muitos motivos, nada lhe era mais adverso em tal conjuntura que a demora e a dúvida, prevalecendo sobre o risco da própria vida o grande ardor da fé, foi para terra apesar das muitas barcas que se tinham afundado e das ondas terem engolido alguns homens nobres, com suma dor para ele”*.

Há quatro momentos a observar nesta primeira tapeçaria: (i) chegada da armada a Arzila; (ii) desembarque; (iii) aproximação da hoste às muralhas; (iv) os mouros em ação de defesa em Arzila.

No primeiro momento, à esquerda emerge a imponência da embarcação real, com os mastros elegantemente a suportar cestos de gávea ricamente decorados. A embarcação está afastada da costa, furtando-se aos perigos do mar encrespado. A ondular ao longo de toda embarcação destaca-se o Rodízio, ou estandarte régio, a aspergir gotas, complementado pela Bandeira de Portugal de Avis e o pendão de São Jorge. Em todas as cenas e nas restantes tapeçarias a presença do Rodízio identifica a localização do rei. Entretanto, os batéis, com a cruz de São Jorge ou a Bandeira das “quinas”, com os guerreiros embarcados, dirigem-se para a costa.

De seguida, ao longo da orla inferior da parte central da tapeçaria, registam-se os desembarques e as dificuldades dos homens de armas pesadamente armados e equipados, a debaterem-se com as águas e os afogamentos consequentes. Na parte inferior o rei, na companhia do príncipe, avança embarcado e destemido em majestática armadura para a

costa, como que a exortar os homens à empresa que se avizinha. À sua volta, e em toda a sequência do acontecimento, os trombeteiros tocam a rebate e motivam à ação. O momento é de emulação guerreira.

No terceiro momento, na orla superior da parte central do pano, a hoste real aproxima-se das muralhas de Arzila em boa formatura e de forma decidida, deixando a armada para trás. À frente, como que a darem o exemplo, seguem o rei e o príncipe, com armadura vestida. Medem-se as características da fortaleza a cercar e as capacidades defensivas do inimigo a debelar.

O último momento, identificado na parte esquerda do pano, foca a cidade de Arzila, amuralhada e imponente, de traça arquitetónica fantasista porque norte-africana e não flamenga, e os mouros, posicionados nas ameias das muralhas, acompanham quase expectantes todas as sequências narradas, como que surpresos e a avaliar a situação. O pique, azagaia, espada curva, a barretina ou o estandarte com o crescente são identificativos da caracterização mourisca. Releva-se o pormenor de a parte inferior das muralhas apresentar brechas, sem contudo se vislumbrar fogo de artilharia (não consta a presença de peças), de colubrinas (está uma junto ao rei no segundo momento) ou espingardas.

Assinala-se, como complemento de toda a descrição, o cuidado posto nos traços faciais do rei e do príncipe, a armadura que se distingue das demais e o “ar” sereno e decidido com que dominam as cenas. Na verdade, a hoste portuguesa é toda ela constituída por homens de armas de soberba armadura ou cota de malha, capacetes, armados com piques (sobressaem pela quantidade), espingardas ou petrinais.

Representação – O Cerco de Arzila (Tapeçaria N.º 2)



Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga, Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana, Lisboa, 2010.

O enquadramento da representatividade do cerco na tapeçaria é não só elucidativo para o espetador como militarmente coerente. No topo superior, por baixo da inscrição que está ilegível, vêm-se as antenas perfiladas das embarcações fundeadas perto da costa, como que a bloquear o auxílio por mar aos defensores de Tânger. O topo inferior percorre um talude de madeira cavando um fosso protetor decorada com as insígnias da Bandeira de Avis, o Rodízio do rei e o pendão de S. Jorge, fincado nos extremos por vege-

tação estilizada meramente decorativa. O fosso amuralhado indica a negação de socorro por via terrestre aos sitiados e, ao mesmo tempo, concede proteção às forças portuguesas.

Ao centro está Arzila (pitorescamente tecida) e os respetivos defensores ao longo das muralhas, que fazem fogo e tiro sobre os atacantes. São visíveis brechas nas muralhas. A rodear a cidade estão os efetivos portugueses, que fazem um cerco apertado, destacando-se o rei e o príncipe e que estão em posições opostas, como que a indicar a férrea vontade de uma operação militar coesa e tenaz feita a partir de duas direções. À direita o rei, com armadura, montado a cavalo e com o bastão de comando na mão, à esquerda o príncipe, também protegido com armadura e a cavalo e que aponta na direção do rei, como que a o estado de prontidão das tropas.

A motivação, a crer nos trombeteiros e na expressão dos personagens, é imensa, e o arsenal bélico é considerável. Os piqueiros mantêm-se em grande número, enquanto símbolo de heroísmo guerreiro e vetor militar de coesão, os besteiros também são visíveis, a quem cabe o tiro de precisão dirigido ao inimigo, e surgem as armas de fogo portáteis como o petrinal e as colubrinhas de mão, destinadas a fazer fogo para ajuntamentos humanos. Muitos deles têm um punhal no cinto.

Mas o destaque, e porque de um cerco de trata, recai na artilharia. Que existe em grande número (7 peças) e posicionada em toda a extensão do sistema amuralhado mourisco, indo possivelmente além da realidade. Representada por bombardas e falconetes de bronze estriadas por fora, à artilharia compete bombardear as muralhas da fortaleza e preparar o campo de batalha para o assalto que se seguirá. Há uma peça ligeira colocada numa carreta de rodas estriadas e outras assentes em reparos de madeira, que permite a sua movimentação à medida das necessidades de fogo. Muitos dos artilheiros estão protegidos do fogo inimigo por manteletes de madeira. É interessante verificar o movimento de cordas das proteções a subir ou a descer os mantos de madeira. De igual modo, releva-se o pormenor do artilheiro (à esquerda/baixo) a tapar o buraco de pólvora da peça e outro (ao centro/baixo) a fazer ignição. Veem-se também balas das peças de artilharia, peças cuja maioria são estriadas por fora. Ainda mais dois detalhes a reter, o besteiro com arma no ombro atrás da proteção de madeira do artilheiro e as balas³.

Do lado mourisco, as muralhas de arzila em barro ou taipa revelaram-se impotentes face ao fogo de artilharia. Como é sabido, as bombardas destruíram dois lanços de muralhas, que aparecem referenciadas, curiosamente, na Tapeçaria 1. Os Mouros estão ricamente vestidos e defendem no centro do painel e ao longo de toda a muralha. Estão bem armados, com armas de choque, como as lanças (de ponta aguçada e banda lateral) em grande número, de estocada, como a típica espada curva muçulmana, e de fogo, petrinal de bronze, espingardas e colubrinhas de mão. O disparo das armas de fogo mouro é visível.

³ Relativamente à representação da artilharia na tapeçaria alusiva ao cerco é imperioso analisar o estudo de Varela Rubim, *A Artilharia Portuguesa nas Tapeçarias de Arzila*, 1987.

Representação – O Assalto a Arzila (Tapeçaria N.º 3)



Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga, Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana, Lisboa, 2010.

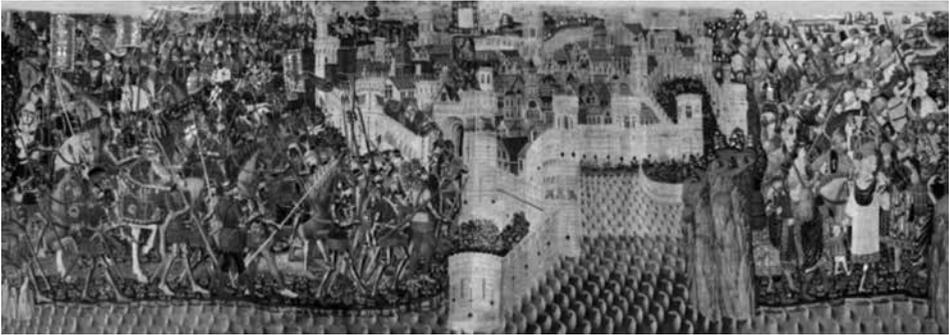
A tapeçaria respeitante ao assalto é encimada por uma inscrição explicativa do acontecimento: *“No dia seguinte, festividade de São Bartolomeu, a 24 do referido mês de Agosto, antes do nascer do sol, exortando o rei os soldados, uns pelas recentes brechas das muralhas, outros subindo pela escadas, entram com sumo ímpeto na cidade, onde também se registou uma luta mui encarniçada e grande mortandade dos que pelejavam a pé. Depois, a maior parte dos mouros refugiou-se tumultuosamente no interior do fortificadíssimo castelo, onde, sendo tão difícil a entrada, também foi grande o perigo e maior a mortandade que se seguiu. Prolongou-se até ao meio-dia por todas as partes um combate atroz, como costuma acontecer entre vencedores cheios de ira e vencidos em desespero. Dos mouros de ambos os sexos que sobreviveram à grande matança e das riquezas, a presa obtida foi maior do que era de esperar em vista do tamanho da cidade. Era o principal empório desta região. O liberalíssimo Rei doou todo o saque aos soldados”*.

De novo a tapeçaria é encimada pelas velas, numa espécie de observatório dos acontecimentos. Em baixo, o talude do fosso só é perceptível nas pontas. A cidade de Arzila surge agora no centro, rodeada de atacantes por todos os lados. E tal como a tapeçaria do cerco, a do assalto apresenta o campo português dividido em duas partes: à direita o rei, montado a cavalo e de espada em riste pronto a atacar a fortaleza, como que a dar o exemplo de guerreiro abnegado; à esquerda o príncipe, que agora empunha o bastão de comando. Ambos estão rodeados por um séquito de guerreiros e trombeteiros. Mas é curiosa a inversão de papéis! O rei comanda o assalto, o príncipe, mais resguardado, comanda o campo. Podemos inferir nesta mostra o espírito medieval da época, como podemos assumir a transferência de poderes de pai para filho que se verificou após Toro. Entendemos esta sequência como mais uma possibilidade a favor de D. João II enquanto autor da solicitação dos panos de armar.

Antes do assalto pregou-se a preitezia (rendição) no campo sitiado que, como sabemos, não teve acolhimento e os combates foram sem-quartel. E porque se trata de um assalto, os artilheiros e as peças de artilharia desapareceram. Estão presentes os piqueiros, besteiros, espingardeiros homens apeados manejando bombardas de mão e espadas.

É perceptível a ferocidade do combate. A hoste precipita-se contra as muralhas de Arzila, que são escaladas em vários pontos, onde os mouros resistem tenazmente. Há lanças cravadas nas muralhas e combates corpo-a-corpo. Um ou outro combatente inclinado para trás ou manchas de sangue em partes do corpo ou no equipamento dão uma imagem de baixas ocorridas em ambos os campos. Mas onde estão os mortos? Sem dúvida que houve mais interesse em evocar a combatividade heróica das armas lusitanas do que esbater esse preito através da mortandade que se lhe seguiu⁴.

Representação – Tomada de Tânger (Tapeçaria N.º 4)



Fonte: Museu Nacional de Arte Antiga, Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana, Lisboa, 2010.

A conquista de Tânger devia representar o momento mais alto do espírito de cruzada de D. Afonso V. Depois de décadas de opróbrio, em que a resistência da urbe angustiou sobremaneira o rei D. Duarte, custou a vida a D. Fernando e aniquilou o ânimo guerreiro do de D. Henrique, ambos infantes e irmãos do monarca, desonrou posteriormente D. Fernando, infante e irmão de D. Afonso V, e reclamou a vida de muita da nobreza portuguesa que combateu em África. Tânger tinha de secundar Arzila enquanto feito de armas portuguesas, o momento mais alto de um frémio glorioso.

Assim não aconteceu, conforme já descrevemos. D. Afonso V, talvez com certa amargura, ocupou uma cidade deserta, onde entrou sem resistência. A sua posse era de elevada importância estratégica e, inclusive, prestigiante internacionalmente. Mas uma coisa era conquistar uma fortaleza, que resiste tenazmente, submetendo-a de forma incondicional pela força das armas e outra, bem diferente, ocupá-la sem prova de força.

⁴ Inês Meira Araújo anota, com pertinência, que os momentos decisivos da conquista de Arzila, a tomada de assalto da mesquita e do castelo, não foram tecidos. O mesmo acontecendo com a cerimónia em que o príncipe D. João foi armado cavaleiro. E por isso pergunta se “*terá existido uma quarta tapeçaria que fechasse o ciclo de Arzila*” (Araújo, 2012).

[^] este respeito, convém ter presente que as Tapeçarias estiveram em relativo abandono durante século, de tal forma que as traças as danificaram gravemente. Só um minucioso trabalho de restauro, levado a efeito na década de 1950 na Real Fábrica de Santa Bárbara, as recuperou.

Porquanto menos heróica, é isto que nos mostra a Tapeçaria N.º 4, onde sobressaem quatro aspetos: no friso superior, ao contrário das outras tapeçarias, não existe inscrição; o rei e o príncipe não estão representados; ausência de combates; divisão da tapeçaria em três partes distintas e complementares.

Deserta, a cidade não se presta a que o rei-guerreiro marca presença. Se a D. Afonso V não foi dada a possibilidade de penetrar em Tânger como um conquistador, tão pouco o fará como mero ocupante. Nem tão pouco o príncipe, também ele um intrépido combatente que não está (ou não se fez) representado. Também por isso, a Bandeira de Avis, o Rodízio real ou o pendão de S. Jorge não constam. Na parte superior e ao centro vislumbra-se uma fortaleza na linha do horizonte, por trás de Tânger. Trata-se de Arzila, cujo significado pode remeter para a presença do rei enquanto se ultimam as formalidades de ocupação de Tânger por D. João de Bragança. Só então, posteriormente, D. Afonso V tomará posse da cidade, onde permanecerá durante 17 dias.

A Tapeçaria da tomada de Tânger surge representada em esquema e pode interpretada como quem lê um tríptico.

À direita a fuga dos mouros, com famílias a fugir em desespero com a proteção de ginetes e lanceiros. A caracterização das figuras é interessante, quer no que toca à dignidade do vestuário, tipicamente muçulmano e de nobre casta mas civil, limitando os artefactos bélicos a rodela, adagas e alguns capacetes, como ao semblante triste dos habitantes.

Ao centro Tânger, cidade magnificamente bela, voltada para o mar, que percorre toda a parte inferior da tapeçaria “desaguando” na fachada da fortaleza. Um sistema de muralhas perfeitas, com destaque para os torreões, que envolvem casas bem ordenadas e preservadas no seu interior, com canteiros de flores frondosas. É deveras apreciável a mesquita e os minaretes. O mar, a flora e a própria cidade, com características mais do norte da Europa que do norte de África, denotam o exotismo da tapeçaria. Com a cidade desabitada, emerge um guerreiro português de generosas proporções nas ameias das muralhas, empunhando a Bandeira de Avis, simbolizando a sua posse.

Por fim, à esquerda surge o contingente militar português em marcha na direção de Tânger. O primeiro comentário vai para a monumentalidade das personagens, de enormes proporções, como que a engrandecer as qualidades da hoste, apeados e a cavalo, e a grandiosidade dos equipamentos e armamentos, onde avultam o arnês completo ou cota de malha sob roupa acolchoada ricamente decoradas típica de cerimonial, capacetes ou barretes distintos e piques, espadas e estandartes. A nível militar, não se identificam vasos de guerra, peças de artilharia, espingardas ou até bestas. Os efetivos têm como missão ocupar Tânger, destacando a representação um preito festivo que o feito justifica. Tal como no caso mouro, a expressão facial dos portugueses é manifesta, rostos escorreitos, expressão séria própria de quem vai em ordem de marcha, e aberta atendendo ao seu alcance do feito a atingir.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Catálogo, de inquestionável qualidade explicativa e gráfica, que o Museu Nacional de Arte Antiga editou em 2010, aquando da presença das Tapeçarias de Pastrana

em Portugal, recebeu o título de *A Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*. Um título duplamente questionável. Em primeiro lugar, o termo invenção da glória é excessivo, porquanto as conquistas de Arzila e Tânger ocorreram realmente e foram de relevância estratégica. De tal forma, que a notícia mereceu difusão nas “chancelarias” europeias, ou seja, teve impacto internacional, merecendo da Santa Sé, pelo punho do papa Sisto IV, a bula *Clara Devotionis*, elogiando os inestimáveis feitos que o rei de Portugal D. Afonso V tinha prestado a toda a cristandade. Em segundo lugar, como bem anota Inês Araújo na sua dissertação de mestrado, a designação Tapeçarias de Pastrana é redundante, porque as envolve em outros acervos constantes da Colegiada de Pastrana. Assim, melhor seria, como vinca a autora, designá-las Tapeçarias de D. Afonso V ou, acrescentamos, nós Tapeçarias das conquistas de Arzila e Tânger por D. Afonso V, atendendo à existência em “estado vegetativo de conservação” de tapeçaria relativa à conquista de Alcácer-Ceguer pelo mesmo monarca.

Como última curiosidade, no período do Estado Novo o governo de Oliveira Salazar tentou, sem sucesso, junto do país vizinho resgatar as Tapeçarias presentes na Igreja Colegial de Pastrana. Então, em 1957, foram feitas em Madrid cópias das mesmas, que se encontram expostas na Casa Ducal de Bragança em Guimarães.

Bibliografia

- ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Tese de mestrado, 2012 (pdf web).
- BARROCA, Mário Jorge, “Da Reconquista a D. Dinis” in *Nova História Militar de Portugal*, Direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Monteiro, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003.
- BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Círculo de Leitores, 1998.
- BUNES, Miguel Ángel, “Catálogo”, in *Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2010.
- CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Menezes. O Primeiro Capitão de Ceuta*, Lisboa, Setecaminhos, 2008.
- CANAS, António Costa, “A Marinha no Reinado de D. Fernando”, in *A Formação da Marinha Portuguesa. Dos Primórdios ao Infante*, Lisboa, Academia de Marinha, XII Simpósio de História Marítima 8 e 9 de Novembro de 2011, 2015.
- COELHO, José Manuel M. F., *Operações anfíbias no reinado de D. Afonso V – reinado preambular das grandes epopeias marítimas*, Comunicação apresentada na Academia de Marinha, 21 de Junho de 2011 (pdf web).
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. João I*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2005.

D. DUARTE, *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, Lisboa, Editorial Estampa (Edição Diplomática), 1982.

DUARTE, Luís Miguel, “A Marinha de Guerra. A Pólvora e o Norte de África”, in *Nova História Militar de Portugal*, Direção de Themudo Barata e Nuno Severiano Monteiro, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2003.

GOMES, Saula António, *D. Afonso V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

LOUSADA, Abílio Pires, “Ceuta 1415. Riqua e muy Ferosa e Escola de Guerra Portuguesa”, in *Jornal do Exército*, Lisboa, agosto/setembro de 2015.

MACEDO, Jorge Borges de, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força. Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s/d.

MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

PEREIRA, Paulo, *História da Arte Portuguesa*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Volume 3, 2007.

PIMENTEL, António Filipe, “D. Afonso V e a invenção da glória. As Tapeçarias de Pastrana no Museu Nacional de Arte Antiga”, in *A Invenção da Glória. D. Afonso V e as Tapeçarias de Pastrana*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, 2010.

PINA, Rui de, *Crónicas*, Porto, Lello & Irmãos editores, 1977.

RODRIGUES, José Filipe de Barros, *Organização dos Exércitos, Organização Militar Portuguesa, Estratégia, Geografia e História, Secção IV, História Militar*, Lisboa, Escola do Exército, 1935-1936.

RUBIM, Nuno Varela, *A Artilharia Portuguesa nas Tapeçarias de Arzila*, Separata da Revista de Artilharia, 1987.

SANTOS, José Loureiro dos, *Ceuta 1415. A Conquista*, Lisboa, Prefácio, 2002.

SANTOS, Reynaldo dos, *As Tapeçarias da Tomada de Arzila*, Lisboa, 1925.

SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

SÉRGIO, António, *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1998.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, II Volume, 1980.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992.

CEUTA E AS DUAS POLÍTICAS DA EXPANSÃO PORTUGUESA

António de Andrade Moniz

António Sérgio, numa conferência de 1925, pronunciada em Lisboa, comentando Duarte Ribeiro de Macedo (*Discurso sobre a introdução das artes neste reino*), sintetizou em duas vertentes antagónicas, mas complementares, as políticas nacionais da Expansão: “a política da Fixação e a política do Transporte; a política da produção e a política da circulação; a política da estabilidade e a política do aventureirismo; a política nuclear e a política periférica; a política de D. Pedro e a política de D. Henrique; a política da boa capa e a política do mau capelo” (SÉRGIO, A., in *Ensaios*, II, 1977, 70).

Sérgio, como Macedo, não põe em causa as Navegações, mas a predominância da segunda sobre a primeira das políticas da Expansão.

Ceuta abriu as portas da Expansão para o Atlântico, para a África, para o Extremo Oriente e para o Brasil. Representa um marco fundamental da abertura portuguesa ao Mundo, mas também uma resposta, ainda que tardia de sete séculos, à invasão muçulmana (711), na sequência da reconquista do território nacional ao domínio islâmico, integrada na ideologia de cruzada, face ao poder crescente do Islão, uma resposta militar, de confrontação, mas também de intercâmbio de culturas e civilizações.

O Infante D. Pedro e, até certo ponto, D. João II, são os artífices simbólicos de uma Expansão comercial, mais do que militar, sobretudo se confrontarmos essa política com a do Infante D. Henrique e, sobretudo, D. Afonso V, o *Africano*.

Ceuta, como pilar da História de Portugal, continua a interpelar-nos na política de alianças e na rede de solidariedade com todos os povos do Mundo, nesta nova era tecnológica de partilha e intercomunicação global de pessoas e bens.

Refletir sobre o equilíbrio dialético destas duas políticas nacionais, numa contextualização histórica indispensável, é o objetivo desta comunicação.

Palavras-chave: política, expansão, comércio, conquista, diálogo intercultural.

Introdução

António Sérgio, numa conferência de 1925, pronunciada em Lisboa, comentando Duarte Ribeiro de Macedo (*Discurso sobre a introdução das artes neste reino*), sintetizou em duas vertentes antagónicas, mas complementares, as políticas nacionais da Expansão: “a política da Fixação e a política do Transporte; a política da produção e a política da circulação; a política da estabilidade e a política do aventureirismo; a política nuclear e a política periférica; a política de D. Pedro e a política de D. Henrique; a política da boa capa e a política do mau capelo” (SÉRGIO, A., in *Ensaios*, II, 1977, 70).

Sérgio, como Macedo, não põe em causa as Navegações, mas a predominância da segunda sobre a primeira das políticas da Expansão.

Ceuta abriu as portas da Expansão para o Atlântico, para a África, para o Extremo Oriente e para o Brasil. Representa um marco fundamental da abertura portuguesa ao Mundo, mas também uma resposta, ainda que tardia de sete séculos, à invasão muçulmana (711), na sequência da reconquista do território nacional ao domínio islâmico, integrada na ideologia de cruzada, face ao poder crescente do Islão, uma resposta militar, de confrontação, mas também de intercâmbio de culturas e civilizações.

O Infante D. Pedro e, até certo ponto, D. João II, são os artífices simbólicos de uma Expansão comercial, mais do que militar, sobretudo se confrontarmos essa política com a do Infante D. Henrique e, sobretudo, D. Afonso V, *o Africano*.

Vejamos como as duas políticas são perspectivadas nas crónicas, a partir de Ceuta.

1. A política de conquista

Zurara, na *Crónica da Tomada de Ceuta* (Cf. ZURARA, G. E. de, 1915, 8-83) apresenta Ceuta como um projeto, ainda medieval, de cruzada antimuçulmana, para glória divina, integrando a ideologia de cavalaria, para proveito e honra dos que na guerra se iniciavam. É neste sentido que os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique são armados cavaleiros em 1415, naquela cidade marroquina.

Rui de Pina, na *Crónica de D. Duarte*, configura a prudência do novo monarca, procurando reunir consensos à volta da questão central da expansão ultramarina, não deixando de abrir um contínuo debate sobre os prós e contras dessa expansão e as suas formas de concretização: a guerra de conquista, ou o comércio e o diálogo intercultural.

Os principais agentes dessa dicotomia são os infantes D. Henrique e D. Fernando, partidários da primeira via, e os infantes D. Pedro e D. João, partidários da segunda.

Num contexto internacional em que dominam a guerra dos cem anos e o cisma de Avinhão, a insatisfação do infante D. Fernando propõe, na ânsia de ambição, o prosseguimento do projeto de Tânger. D. Duarte, mostrando-se sensível aos conselhos do irmão D. Pedro, que apontavam para a fé, a justiça, a fortaleza, a liberalidade justa e prudente, o acolhimento, a gestão sábia e prudente, a firmeza nas decisões¹, instaura o debate sobre esse projeto, salientando as suas fragilidades, no contexto histórico em causa:

“[...] porem, ao presente, os tempos em que estamos ho nom padecem, porque aas gentes de meu Regno he agora mui necessário repouso com que, em suas fazendas e forças, cobrem o que nos trabalhos passados perderom; e certo, se assy nom fosse, a mym pareceria desagardecer a Deos ho beneficio da paz: e des-y minha fazenda, pelas grandes despesas que della sayrom, está muy gastada; e sobrisso sabees com quanta dificuldade e despesas Cepta se manteem, com outros inconvenientes que muyto impidem, para nom ser ração de se ysso comprir” (PINA. R. de, 1977, 515).

Apesar da obediência reiterada ao irmão por D. Henrique, o infante D. Fernando, como assinala o cronista, não deixa de ofender o monarca com a sua crítica desleal: “*nom*

¹ Cf. PINA, R. de, 1977, 496-497.

leixava de se agravar disso em sua ausência, e a pessoas de que ElRey ho soubesse: o que ElRey muyto sentia” (Ib., 516).

Aproveitando a chegada da Bula da Cruzada contra os Infiéis, do Papa Eugénio IV, em 1436, D. Henrique pressiona o irmão para a continuação do projeto militar de Ceuta, interpondo, para o efeito, a influência da rainha, D. Leonor de Aragão²:

[...] a mym parece que vós devees aver por bem, que eu passe em Cepta com aquella gente com que vos bem parecer: e sey que ho Ifante Dom Fernando folgará de me seguir: e em tanto veremos se, por algũa cautela, forças ou astucia, poderemos aver a vosso poder a cidade de Tangere, ou alguũ outro Lugar e ao menos; na guerra que fezer-mos, estimaremos a gente com que se o caso oferecer nos conviirá pelear: e se cobrar-mos o Logar, por ser da qualidade e forças que he, ganhar-se-há nelle boa parte de vossa Conquista: e quando assy nom soceder, nas forças dos Contrairos sentiremos se he bastante vosso poder, pera os conquistar” (Ib., 520).

No entanto, e perante as murmurações populares contra a expedição africana³, D. Duarte solicita aos irmãos conselho sobre a expedição africana, indagando as respetivas razões de cada partido⁴. A síntese das motivações favoráveis e opostas à guerra é feita pelo infante D. João. Apresentando uma dicotomia entre o siso e a cavalaria, a paz e a guerra, o certo e o incerto da aventura, o príncipe avalia quatro razões: o serviço de Deus, a honra, o proveito e o prazer.

O serviço de Deus é contrariado na política guerreira, por ser a guerra oposta ao ensinamento dos Papas, inimiga das Obras de Misericórdia e destruição de pessoas e fazendas. A guerra ao Mouro mais não é que “*dar ao Demo tantas almas*”. Por isso, certamente mais deve ser “*desserviço, que serviço nem louvor de Deos*” e “*nom pecaria menos que se fosse Christaaõ*” (Ib., 526).

Sendo contrária ao ensinamento das Escrituras, tal guerra não poderá ser legitimada pela concessão de indulgências, já que estas advêm das Obras de Misericórdia e os milagres ocorrem mais “*em terra e sangue de Christaaõs contra Christaaõs*” (Ib., 527). Aliás, esses milagres, se fossem realizados, seriam interpretados como fruto da “*fortaleza e saber*” humanos e não da “*Potencia Divina*” (Ib.).

As motivações dos que participam nas guerras são o desejo de honra e a esperança de ganho. Quanto ao desejo de honra, o exemplo das tentações de Jesus mostra que a vanglória é causa de pecado. Por outro lado, a guerra de África é de honra duvidosa “*e com perygo certo*” (Ib.). A arraia-miúda, por seu turno, é prejudicada com a guerra,

[...] porque o repayro, que tinham ganhado pera saas molheres e filhos, levam consigo pera o não tornar, e nom lhes fica a esperança de seus suores e trabalhos, em que se mantenham: estes hiram arrenegando, forçados de vosso medo, sem a alimpeza e liberdade das vontades” (Ib.).

² Cf. Ib., 518.

³ Cf. Ib., 522.

⁴ Cf. Ib., 523-525.

Quanto à esperança de ganho, também paira a incerteza, sem falar das “*mortes, doenças e cativos*” (*Ib.*, 528). Por isso, “*perder com tudo Portugal, por cobrar Tãnger e Arzilla, nom seria honrado, nem proveitoso escambo*” (*Ib.*).

O eventual quarto fundamento da guerra, o gosto e o prazer, também é desmontado em face das “*muytas despesas, trabalhos, cuidados, perigos do mar e da terra, mortindade, feridas, aleijoês, doenças, cativos, fomes, sedes, frios e quenturas demasiadas, com outras semelhantes paixões, que sam cousas com que a alma, em que he a casa do prazer, se entristece e anoja*” (*Ib.*).

Em contraposição, a defesa da guerra é baseada na repartição medieval das três ordens sociais: o clero (*oratores*), a nobreza (*bellatores*) e o povo (*laboratores*), não se entendendo a nobreza sem a defesa do povo “*per justiça e per armas*” (*Ib.*). A conceção do Mouro como infiel justificaria a guerra de África, lembrando a alternativa camonianiana do Velho do Restelo à expansão para o Oriente (Cf. *Ib.*, 528-529). Eliminadas as hipóteses de doação e compra de novas terras, restaria a Portugal a hipótese da conquista guerreira, a exemplo de Alexandre e de Roma (Cf. *Ib.*, 530).

Escusando pronunciar-se por qualquer destas posições que esboçou, o infante D. João deixa ao monarca a sua liberdade de escolha, seguindo-se a defesa da posição antibélica, por parte do Conde de Barcelos, seu irmão natural (Cf. *Ib.*, 531), e do infante D. Pedro. Como principais argumentos, este apresenta, de um ponto de vista pragmático, a falta de gente portuguesa para a conquista de Tãnger, Alcácer e Arzila; a interpretação da guerra como destruição e não como acrescentamento do Reino; a falta do domínio territorial para a obtenção dos despojos, já que a artilharia serviria mais a segurança dos conquistados do que a honra e proveito dos conquistadores; o assalto seria uma aventura perigosa, convindo mais rodeios, cautelas secretas e táticas ardilosas, para engano dos inimigos. Com efeito, segundo D. Pedro, Tãnger, sendo uma cidade muito povoada, exigiria muita gente para ser toda cercada, não contando com o eventual socorro dos vizinhos, da Berberia a Meca, dispostos a morrer pela causa comum, passando os Portugueses de cercadores a cercados, além das dificuldades de receberem auxílio por mar (frota, dinheiro, armas e artilharia). E conclui:

“E eu, Senhor, ey esta empresa d’Africa e Bellamarim por tam ardua e dificultosa, que a vós, e aos Reys d’Espanha todos juntos com vosso poder e postos em huũ acordo, daria bem que fazer: quanto mais a vós soo, que ainda que a conquistassees, nom teriees gente com que a povoassees e sostevessees, nem fortalezas em que a deffender. Pollo qual, Senhor, concrudo que meu parecer he, que agora nem em alguum tempo, Vossa Mercee nom se deve entremeter nesta guerra d’Africa, pera nella procurardes de ganhar mais do que ganhado; porque, esguardadas bem suas condiçooês, e degrãos perque a ella vaaõ, certo a meu juizo, nom he servyço de Deos, nem proveyto, nem honrra d’algum: antyes o contrayro disto nella se offerece a todos muy manifestamente; e pois aqui, Senhor, ho principal intento he servir a Deos, peço-vos por mercee, que saybaaes como ho devees fazer, e nom como querees ou podees” (*Ib.*, 534).

Apesar do reconhecimento régio do alto apreço pelo irmão D. Pedro, tendo “*seu saber em grande reputaçom e autoridade [...] porque neste Reyno e nos estranhos, honde andára, assi fora de todos estimado*” (*Ib.*, 535), D. Duarte consulta o Papa Eugénio IV sobre as condições da guerra justa, obtendo como resposta as seguintes situações: a defesa da própria terra; a conquista de terra dos Infieis, mas sem o contributo financeiro do povo (*Cf. Ib.*, 536).

Assim, se reinicia a expedição da guerra de África, a 22 de agosto de 1437, tendo como objetivos a tomada de Alcácer Ceguer, Tânger e Arzila (*Cf.*, 537-538). Apesar dos conselhos em contrário de D. Pedro, o infante D. Henrique empreende a conquista de Tânger (*Cf. Ib.*, 543-545), com dois combates (*Cf. Ib.*, 546-548), sendo cercado pelos Mouros (*Cf. Ib.*, 550-551), que exigiam a entrega de Ceuta (*Cf. Ib.*, 553-556), tendo o infante D. Fernando ficado refém, em Tânger, por Bem-Sala (*Cf. Ib.*, 558).

Após cinco meses de espera, em Ceuta, pela libertação do irmão (*Cf. Ib.*, 566), o infante D. Henrique regressa a Lisboa, para participar nas cortes de Leiria (1438), onde se debatem quatro opiniões: a entrega de Ceuta, em troca da libertação do infante D. Fernando, sustentada pelos irmãos D. Pedro e D. João; a espera da autorização papal para a referida libertação, defendida, entre outros, pelo arcebispo de Braga; o resgate do Infante a dinheiro ou grande número de cativos, ou a entrega de Ceuta; a negação da troca, sustentada pelo conde de Arraiolos, entre outros (*Cf. Ib.*, 567-568). O Rei, receando perder Ceuta, segue a segunda opinião (*Cf. Ib.*, 569). A sua morte é atribuída pelo cronista, entre várias causas, à tristeza pelo cerco e desastre de Tânger (*Cf. Ib.*, 573). O Infante Santo acabaria por morrer cativo, em Fez, em 1443, sendo os seus ossos trasladados para o Reino em 1473 (*Cf. Ib.*, 691. 828), depois da tomada de Arzila (*Cf. Ib.*, 690-691).

A política guerreira prossegue com as conquistas do Rei Africano, D. Afonso V, após a regência do tio e sogro, o Infante D. Pedro, a quem perseguiu até Alfarrobeira: a tomada de Alcácer Ceguer, em 1457, tendo o Rei 25 anos (*Cf. Ib.*, 772-776); a tomada de Anafé, em 1469 (*Cf. Ib.*, 816); a tomada de Arzila, em 1471 (*Cf. Ib.*, 820-824). Entretanto, Tânger, considerada “*tantas vezes sepultura de Yfantes de Portugal*” (*Ib.*, 808), onde um velho de grande autoridade, lembrando o futuro Velho do Restelo do poema camoniano, critica as desordens dos cristãos (*Cf. Ib.*), acaba por ser objeto da desistência militar por parte do Rei português, por não encontrar “*no Reyno o soprimento que era necessario*” “*para cercar e combater tamanha Cidade*” (*Ib.*, 818). Em 1473, porém, Tânger é abandonada pelos seus moradores, com temor da “*mortyndade e estrago de Arzilla*” (*Ib.*, 824), a qual “*leixaram vazia de suas pessoas e fazendas, e chea de muyto fogo, que as casas e relliquias della sem proveyto dos Christaaõs se destruysem e queymassem*” (*Ib.*). Tal estratégia resultou, já que a entrada na dita cidade é feita “*já sem o ardente desejo de sua destruyçam e vingança, em que sempre vivia*” (*Ib.*, 825). Com esta tomada, o Rei português passa a intitular-se “*Rey de Portugal, e dos Algarves, daaquem, e daalem mar em Africa*” (*Ib.*).

O ímpeto bélico do Rei Africano, desafiando o conselho dos principais fidalgos, caracterizou bem o seu reinado, pois só a febre o impediu de passar à África, em 1460, ano da morte de seu tio, o Infante D. Henrique (*Cf. Ib.*, 790).

O reinado de D. João II seria caracterizado por uma combinatória entre a política guerreira e a comercial.

2. A política comercial e o diálogo intercultural

Ainda em 1457, por ocasião da tomada de Alcácer Ceguer por D. Afonso V, o capitão D. Duarte de Meneses recebe uma carta do Rei de Fez, reclamando a entrega da cidade, em troca das relações comerciais: “*se te quyseres poer em nossas maaôs com algum onesto trato farás causa a ty proveitosa, e a esses que hi teens mais que a nós*” (*Ib.*, 781). Aquele comentou tal carta, ridicularizando o seu autor, com a minimização do trato, dizendo “*que lhe cometyam trato de paz como Mouros fracos que eram, e que estavam já de todo perdidos, pera segurarem a terra de mais dano, com fundamento de se quererem allevar*” (*Ib.*, 781).

A descoberta de S. Jorge da Mina, em 1482, permitiu empreender, embora de modo ainda pouco profundo, uma política comercial com aquela fortaleza, reedificada em 1481, sendo príncipe o futuro D. João II. Fernão Gomes, cidadão de Lisboa, foi o primeiro arrendatário daquela fortaleza (Cf. *Id.*, *Crónicas*, 894), onde “*ganhou muyto dinheyro*” (RESENDE, G. de, 1973, 30). Garcia de Resende não esconde a importância económica da Mina, onde o Rei de Portugal “*affentaffê trato com muytas e boas mercaderias pera com ellas fe auer muyto ouro, como tinha por verdadeira enformação, que alli fe vinha refgatar*” (*Ib.*). Diogo de Azambuja, cavaleiro da casa real, que “*tomou a Cidade de Safim aos Mouros*” (*Ib.*, 31), foi o primeiro capitão de S. Jorge da Mina.

A ardilosa estratégia política de D. João II fez constar que da Mina “*nam podião tornar nauios redondos por causa das correntes*” (*Ib.*), já que “*em todo o mar Oceano nam ha nauios latinos, fenam as carauelas de Portugal, e do Algarue, [...] por ninguem oufar dir aquellas partes*” (*Ib.*). De facto, a política do sigilo sempre pautou a atuação do monarca, como aconselhou a Pero de Alenquer (Cf. *Ib.*, 216-217). De resto, a importância náutica das caravelas é salientada por Garcia de Resende, bem como o papel do monarca no seu aproveitamento estratégico:

“e por ferem muyto ligeiras, e pequenas, que as naos groffas lhe não podiam fazer nojo com feus tiros, foram tam temidas no mar as carauellas de Portugal muyto tempo, que nenhuns nauios por maneira em que traziam os ditos tiros, e fe trouxeram depois como agora trazem geralmente em todas as partes, o que dantes não era, e el Rey foy o primeiro que o inuentou” (*Ib.*, 256).

O estímulo ao proveito económico dos comerciantes portugueses a partir da Mina, por parte de D. João II, é claramente exposto pelo Rei ao capitão da Mina, Lopo Soares: “*Lopo Soarez, eu vos mando a Mina, não feçais tam peço que venhaes de la pobre*” (*Ib.*, 252). E acrescenta o cronista:

“Folgaau el Rey que feus officiaes não lhe roubaffem fua fazenda, e foubeffem fazer feu proueito. E fendo tam ciofo da Mina, e guardandoha tanto, ouue por mais feu proueito dar aos homens fauor, e muyto grandes foldos, e affi muyto grandes castigos quando

errauam, fem perdoar a ninguem, porque por amor, ou temor folgaffem de o feruir, e d'isto diffe que fe achaua melhor que de tudo quanto prouou. Porque os homens por não perderem os grandes ordenados não fe queriam aventurar a iffo por pouca coufa, e outros com temor do aspero castigo, que fábiam que auiam de auer, fazendo o que não deuiam” (Ib.).

O castigo a quem defraudou a fazenda real foi o que ocorreu com um piloto e dois marinheiros que o monarca mandou matar por terem fugido para Castela, depois de terem furtado dinheiro da Mina (Cf. *Ib.*, 260).

João de Barros dá relevo às objeções do senhor da Aldeia das Duas Partes, o príncipe Caramança, ao Capitão Diogo d'Azambuja, à construção da fortaleza de S. Jorge, embora estivesse disposto ao comércio do ouro, na sua linguagem poética, cheia de sabedoria e reflexão psicológica, colhida na experiência pessoal:

“Porém querendo efguardar a natureza de hum homem tão principal, como elle Capitão era, e affi daquella luzida gente, que o acompanhava, via que homens de tal qualidade fempre haviam de querer coufas conformes a elles; e porque o animo de tão generofa gente, como era a fua, mal fe poderia conformar com a pobreza, e fimplicidade daquella barbara terra de Guiné, donde ás vezes podiam recrefcer contendas, e paixões entre todos, lhe pedia houueffe por bem que os navios fofem, e vieffem como fohiam, cá per efa maneira fempre eftariam em paz, e concordia; porque os amigos, que fe viam de tarde em tarde, com mais amor fe tratavam, que quando fe vizinham; e ifto caufava o coração do homem, por fer como as ondas do mar, que batiam naquelle recife de pedras, que alli eftava, o qual mar pela vizinhança que tinha com elle, e lhe impedir eftender-fe pela terra á fua vontade, quebrava tão fortemente no vizinho, que de bravo, e foberbo levantava fuas ondas té o Ceo, e com efa furia fazia dous damnos, hum a fi mefmo açanhando-fe, e outro ao vizinho em o ferir” (BARROS, J., 1973, I, 164-165).

A história das relações entre Portugal e o príncipe negro Bemohi, do reino guineense de Ieloso, é um exemplo triste de insucesso de um projeto de diálogo intercultural e partilha material, que se iniciou bem, mas teve um desenlace trágico. Tendo sido expulso do seu território, “*por trayçam dos feus*”, veio, em 1488, a Lisboa pedir “*a el Rey focorro, ajuda, e justiça*” (RESENDE, G. de, *Ib.*, 112), a quem elogia, declarando querer fazer-se cristão, desejo que é satisfeito, tendo sido armado cavaleiro (Cf. *Ib.*, 116). Em troca, recebeu a ajuda de 20 caravelas armadas, com o “*regimento de fazer hũa fortaleza na entrada do rio de Cenaga*” (*Ib.*) e uma igreja:

“A qual fortaleza el Rey folgou tambem de mandar fazer, porque tinha por certo que o dito rio bem metido pollo fertam vinha polla cidade de Tambucutum, e per Mombarce, em que são os mais ricos tractos, e feyras douro, que dizem que ha no mundo, que de toda a Berberia de Leuante, e Poente ate Ierufalem fe proue, e baftece. Parecendo a el Rey que a dita fortaleza para efcapola, e fegurança do trato feria neste rio em tal lugar grande fegurança pera os feus, e pera totalas mercadarias” (Ib., 117).

Por interesse pessoal de regressar ao reino “*e receo de morrer la, polla terra fer doentia, fem caufa algũa*”, o Capitão Pero Vaz da Cunha “*matou o dito Bemohi às punhaladas dentro em feu navio, fem fazer detença, nem fortaleza*” (Ib.).

A descoberta do rio Congo, em 1485, por Diogo Cão, permite estabelecer uma política de interação comercial e cultural com os habitantes do Manicongo, com relevo para a conversão religiosa dos reis e nobres daquele território.

O problema do desconhecimento da língua local é solucionado com a vinda ao Reino de negros, alguns deles fidalgos, que são bem acolhidos, vestidos de “*finos panos, e fedas*”, honrados e favorecidos, sendo devolvidos à sua terra, ainda que tivessem desconfiado de que tal não viesse a acontecer (Cf. Ib., 221-223). O espanto e o prazer do rei e habitantes locais ante a chegada dos seus compatriotas, “*vendoos em trajos tão honrados, tornados com tanta paz e faude*” (Ib., 223), leva-os a festejar e enaltecer o rei de Portugal, bem como a acolher favoravelmente a proposta de conversão ao cristianismo. Em sinal de reconhecimento, é enviado a Lisboa o embaixador Caçuta, com “*hum prefente de muytos dentes dalefantes, e coufas de marfim lauradas, e muytos panos de palma bem tecidos, e com finas cores*” (Ib., 224), o qual foi batizado com o nome de João da Silva. Entre os pedidos que endereçou ao rei de Portugal conta-se o envio de frades e clérigos para a missionação, pedreiros e carpinteiros para a construção de igrejas, lavradores para a domesticação do gado e ensino da agricultura, mulheres para o ensino da panificação, “*porque leuaria muyto contentamento por amor delle, que as coufas do feu Reyno fe pareceffem com as de Portugal*” (Ib., 225). De modo semelhante, solicitou a alfabetização e cristianização de “*certos moços pequenos de feu Reyno, que lhe mandaua [...] por faberem ambas as lingoas, e costumes*” (Ib.).

Após o batismo, em 1491, o rei do Congo faz mercê de 30 léguas de terra ao longo da costa marítima, e dez léguas de sertão, “*com todolos vaffalos e rendas della*” (Ib., 228). Em sinal de conversão religiosa, “*logo mandou por todolos idolos de fua terra, e perante os Frades os mandou todos queimar, e derribar, e desfazer todalas cafas, e altares em que eftauão*” (Ib.). A receção festiva aos Portugueses e a saudação hiperbólica ao rei de Portugal como “*fenhor do mundo*” manifestam a abertura congoleza à potência estrangeira e seus projetos. Em sinal de reconhecimento pela oferta portuguesa de ricas peças de seda e brocados, o rei exclama:

“*Certamente o Rey que tanta virtude, e tanta nobreza ha, este fo he o fenhor do mundo, e merece de o feruïrem, porque fem lho merecer me faz tantas merces, vede que fara aos que o feruïrem: e todos lhe deziam que era assi, e que elle lhe era em grande obrigaçam*” (Ib., 231).

A construção da igreja demora 13 meses, após a qual se criam as condições para a conversão do reino, na sequência do costume “*cujus regis est religio*”, tendo em conta a alta apreciação do cristianismo pelos indígenas, até do ponto de vista temporal, como aconselha ao rei um dos seus fidalgos: “*E por iffo fenhor faze Christãos todos teus fidalgos, e vassalos, e com eles fabe certo, que em tudo ferá teu poder muyto mayor*” (Ib., 234). O acolhi-

mento reverencial da bandeira com a Cruz, oferecida pelo rei de Portugal, simboliza esta abertura africana à nova proposta cultural que lhe é apresentada (Cf. *Ib.*, 236). A vitória do rei congolês contra os vassallos revoltosos de algumas ilhas, com a ajuda dos cristãos, é interpretada como favorecimento da bandeira da Cruz: “*De maneira que com a ajuda del Rey de Portugal, e por o dito Rey fer favorecido da bandeyra da Cruz que leuaua, elle ouue a victoria de feus imigos como defejaua*” (*Ib.*, 237).

A missão confiada a Afonso de Paiva e João da Covilhã de demandarem a terra do Preste João é assinalada por Rui de Pina, bem como o desejo, já em 1486, de descobrir a Índia por mar (Cf. PINA, R. de, *Ib.*, 938).

Garcia de Resende, em 1495, referencia a preparação da armada, confiada a Vasco da Gama, para essa descoberta, a qual não chegou a partir, por causa do falecimento do monarca (Cf. RESENDE, G., *Ib.*, 273).

Conclusão

Ceuta representa, de facto, a antecâmara das duas políticas da Expansão portuguesa: a da conquista e a do comércio e do diálogo intercultural. Ambas interagem na estratégia real, embora tenham sido privilegiadas de modo diferenciado: a primeira, por D. Afonso V; a segunda, pelo regente D. Pedro e D. João II. Podemos questionar as vantagens de uma e de outra, como o fez D. Duarte. Podemos também colocar reservas à segunda, sem o apoio da primeira. De qualquer modo, ambas se completam, ainda que possamos pôr em causa hoje, à luz dos Direitos Humanos, a legitimidade da primeira.

Referências bibliográficas

BARROS, João de, *Da Ásia*, Década I, P. I, Lisboa, ed. fac-similada da regia Officina Typografica, 1778, Livraria Sam Carlos, 1973.

PINA, Rui de, *Crónicas*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, reimpressão fac-similada, conforme à edição de 1798, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

SÉRGIO, António, *Ensaio II*, Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 1977.

ZURARA, Gomes Eannes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915.

OS PAINÉIS DE S. VICENTE DE FORA, MANIFESTO SOCIOPOLÍTICO DO REGENTE D. PEDRO

Maria Andrade Moniz



Introdução

Nascido a 9 de Dezembro de 1392, o quarto e segundo filho sobrevivente de D. João I e de D. Filipa de Lencastre parecia em tudo vocacionado para um destino de sucesso e de glória. Inteligente, ávido de conhecimento das Humanidades, curioso, leal e afetivo, com uma ânsia de rasgar novos horizontes para si e para o seu país, recebera do sangue inglês da mãe um forte sentido pragmático no resolver questões difíceis que se lhe punham. Possuía ainda uma gentileza natural e fortíssimas convicções que lhe estruturavam o carácter.

Assim, passou os primeiros quarenta anos de vida, gozando da tranquilidade das terras do seu ducado de Coimbra, por mercê do pai, as quais procurava administrar com inteligência e diplomacia na resolução de conflitos, enquanto se esforçava por lhes dar maior desenvolvimento económico. Era adorado pelas populações.

A morte prematura de D. Duarte, em 1438, ao fim de apenas cinco anos de reinado, e a crise nacional que ela gerou vieram arrancar D. Pedro a essa vida pacífica e feliz. Eleito Regente e Defensor do Reino nas cortes de Lisboa de 1439, foi obrigado a enfrentar terríveis e implacáveis inimigos, determinados em o derrubarem e apagarem as ideias novas que trouxera das suas viagens pela Europa, entre as quais se destacava o reforço do poder real face a uma alta nobreza demasiado poderosa já, a qual se revelava um fator de instabilidade e um obstáculo à modernização e ao progresso económico do país.

É este processo histórico que iremos procurar seguir, relacionando-o com a grande obra que encomendou e na qual projetava as suas ideias inovadoras para o Portugal de então.

1. O Infante D. Pedro, a sua regência e a sua vida trágica

Como ultimamente vem sendo reconhecido pelos investigadores¹, o Infante D. Pedro de Avis, 1º Duque de Coimbra, tem sido das personalidades nacionais mais maltratadas e injustiçadas pela investigação histórica, a partir de D. Afonso V, seu sobrinho e genro, que por ele sentia um profundo ódio², pelo menos nos anos iniciais do seu reinado efetivo, movendo-lhe uma perseguição absoluta, a qual desencadeou a tragédia de Alfarrobeira, confronto em que D. Pedro perdeu a vida, atingido mortalmente por uma seta de besta, quando se dirigia ao encontro do rei, para que este finalmente o ouvisse. O incidente está ainda demasiado envolvido em bruma, que é urgente dissipar, para que *a nação possa ter*, finalmente, acesso à verdade dos factos.

Efetivamente, a versão ainda dominante continua a apresentar a tragédia de Alfarrobeira como um confronto militar entre dois exércitos, se bem que muito desequilibrados em número de homens e de meios: o de D. Afonso V e o do Infante D. Pedro. Contudo, esta tese oferece ao estudioso inúmeras fragilidades, parecendo mais convir à proclamação oficial que declarava D. Pedro traidor. Partindo das características pessoais e das profundas convicções do Infante, das quais deu provas contínuas ao longo da sua vida, tal tese não tem qualquer fundamento. Ao sair do seu ducado de Coimbra, deixando familiares e amigos numa situação altamente perigosa, e vindo ao encontro do seu rei, D. Pedro pretendia tão-somente ser recebido por D. Afonso V, a fim de, pessoalmente, em sua presença, se poder defender da pesadíssima carga de calúnias que os seus inimigos permanentemente lhe lançavam, minando o poder de decisão do jovem e impreparado rei³. Não se pode esquecer que este o banira da corte. Partiu com um pequeno exército de defesa pessoal, segundo a prática habitual dos grandes nobres de então, tanto mais que, ao abandonar as suas terras, os riscos de ataques dos seus poderosos inimigos aumentavam muito significativamente. Além disso, o cronista Rui de Pina aponta-nos dois outros fatores determinantes: nas suas falas aos seus homens, desde que saíra de Coimbra, D. Pedro sempre lhes exigiu contenção face às provocações (embora o não tenha conseguido na fase final)⁴; por outro lado, o cronista fez questão de registar a indumentária com que o Infante se apresentava ao rei, como um nobre e não como um guerreiro: no

¹ O Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro, organizado pela Universidade de Coimbra, de 25 a 27 de Novembro de 1992, marcou a grande viragem na orientação da investigação. As atas das diversas comunicações então apresentadas foram publicadas na revista *Biblos*, Vol. LXIX (1993).

² Cf. Pina, R. de, 1977, *passim*.

³ Apesar da sua grande experiência política, o Infante D. Pedro parece ter sido sempre marcado por uma inexplicável ingenuidade e por uma sempre renovada crença de que os comportamentos reprováveis dos homens se podiam alterar. Deu provas disso em momentos cruciais, o que acabou por arrastá-lo para o seu fim trágico: “[...] porque tinha aynda esperança que quando ElRey sobre elle chegasse e o visse, que teria lembrança de quanto servyço lhe fizera, e nom se esqueceria d’outros muytos seus merecymentos, com que lhe fizesse algum bom e seguro partydo, e que pera outros lho lembrarem e fazerem fazer nom acabava de desconfiar do Ifante Dom Anrique, e d’outros muitos a que já fizera honrra e mercêe” (Ib., p. 745).

⁴ “E sobre tudo encomendou aos Capitaães ho castygo, paz, e asossego de sua jente, e principalmente que se nom escandalizassem, nem alevantassem por cousas que ouvyssem [...]” (Ib., p. 740).

dia da sua morte, vestia uma simples cota de malha sob uma veste de veludo e uma cervilheira na cabeça⁵. Temos de convir, que não era a armadura adequada a quem se lançava deliberadamente num tão perigoso confronto. Além disso, a cota de malha defendê-lo-ia dos golpes de espada, mas não de uma seta de besta, com que, traiçoeiramente, foi morto⁶.

Por outro lado, o incidente que desencadeou o conflito armado em Alfarrobeira não deixa de nos levantar sérias dúvidas de interpretação. Rui de Pina diz que a causa se atribuiu a um erro de um bombardeiro do Infante, o qual fez cair uma bombarda junto da tenda do rei, o que naturalmente desencadeou a fúria dos atacantes, que se abateram sobre os homens de D. Pedro, em número muito inferior⁷. Como seria possível que militares experientes como o Infante e, sobretudo, Álvaro Vaz de Almada, que tudo superentendia, pudessem ter confiado a um soldado tão pouco experiente uma tão importante função? Parece-nos bem mais plausível que tal personagem tivesse recebido ordens expressas para assim proceder, tal como aconteceu com o eficaz besteiro, bem escolhido, que matou D. Pedro⁸. Efetivamente, se tal não tivesse acontecido, seria difícil prever a evolução dos acontecimentos, já que aquela era a primeira vez que D. Afonso V e o Infante se voltavam a encontrar pessoalmente. Essa era, aliás, a maior esperança de D. Pedro⁹. Os seus implacáveis inimigos nunca poderiam permitir tal reencontro.

Quais as razões de tanto ódio régio? Por que razão a sua morte e a obstinada e crua guerra feita às suas propostas políticas e económicas significaram um tão profundo golpe na adaptação de Portugal à modernidade europeia?

Homem invulgarmente inteligente e culto, de temperamento ávido de grandes sonhos e projetos, intuiu a necessidade de abrir novos horizontes ao país, já que esses grandes rasgos alicerçavam a nova dinastia, autoconfiante na consolidação do seu poder, após a vitória sobre a poderosa Castela.

Partiu em 1425, com um grupo de fiéis amigos, de idêntica formação, entre os quais se destacava Álvaro Vaz de Almada, rumo a essa Europa nova e desafiadora dos

⁵ “[...] o qual [D. Pedro] por armas defensivas trazia somente vistida huuma cota de malha, e em cyma huuma jornee de veludo cremesym, e na cabeça huuma cirvilheira” (Ib., p. 746).

⁶ “[...] e andando o Ifante assy revolto nesta peleja, foy nos peytos ferydo de huuma seta que lhe atravessou o coraçam, de que a poucos passos e menos oras cahio logo morto, sem antes nem despois receber outra feryda, e o bésteiro que o ferio, bem foy conhecido e avido por assaz destro em seu ofycio, o qual com outros de seu mester segundo fama, foram em especial pellos ymygos do Ifante escolhidos e ordenados contra elle, pera mais cedo abryvyarem sua morte” (Ib., p. 747).

⁷ “E Alvaro Bryto Pestana, que tynha entam carregado dos espyngardeiros d’ElRey, lhes mandou outrosy, que de hum cabeça em que estavam tyrassem aos do Yfante em que se fez algum dano, e o Yfante vendo começos de tanto mal, pelo em alguma maneira desviar, mandou poer fogo a algumas bombardas que trazia encartadas, e que tyrassem aos do cabeça de que cria que o dano recebido procedia, donde por mão tento e pouco resguardo d’algum bombardeiro dos do Yfante sahio a pedra de huuma bombarda, que foy dar junto com a tenda d’ElRey, sobre que muyta e nobre jente logo acudio, cuydando que na pessoa d’ElRey fyzera algum dano como pubrycamente se disse, o que nom fez. E porém foy por ysto tanto alvoroço na jente d’ElRtey, e com tamanha yndinaçam contra o Yfante e os seus, que logo sem outro mandado nem repartyda ordenança de pelleja como se esperava, guyados somente de sua sanha, deram muy fortemente no arrayal do Yfante, e romperam e entraram per muytas partes” (Ib., p. 746).

⁸ Cf. Nota 6 *supra*.

⁹ Cf. Nota 3 *supra*.

velhos hábitos ibéricos. Essa longa e marcante viagem de três anos, em que percorreu os vários países europeus, projetou fora do país as glórias da jovem dinastia de Avis, capaz de gerar um príncipe ‘perfeito’, como o Infante D. Pedro. Efetivamente, o acolhimento que lhe foi feito por todas as cortes, incluindo a papal, não poderia ter sido mais caloroso e respeitador. Logo em Inglaterra, recebeu, com Álvaro Vaz de Almada, a notabilíssima condecoração da Ordem da Jarreteira. Participaram ambos na guerra que Segismundo da Hungria travava contra os Otomanos, tendo o Infante sido recompensado com o título de Duque de Treviso e Álvaro de Almada com o de Conde de Avranches. Regressaram pelo sul, visitando as prósperas repúblicas italianas. Da riquíssima Veneza, D. Pedro trouxe para o irmão Henrique o *Livro de Marco Polo* e as últimas novidades da cartografia de então, a partir das quais foi possível avançar nos Descobrimentos com mais segurança.

Contudo, o que o Infante D. Pedro trouxe de mais profundo dessa viagem europeia foi a clara percepção de que a Europa estava em profunda transformação económica, impulsionada pelo fortalecimento da burguesia empreendedora, geradora de um enriquecimento até aí desconhecido. Partira como príncipe ibérico medieval (se bem que com ideias já muito próprias); regressava como uma personalidade renascentista e profundamente empreendedora. Já de Bruges escrevera ao irmão Duarte, com sábios conselhos de governação. De Aragão trouxe a companheira, D. Isabel, filha do Conde de Urgel, herdeiro legítimo do trono de Aragão, mas derrotado pelo ambicioso Fernando Trastâmara, castelhano. Viria a morrer na prisão. O seu inimigo, tornado Fernando I de Aragão em 1412, iniciava um novo ramo dos Trastâmaras, estendendo o poder desta família ao norte e nordeste da Ibéria e avançando no seu sonho de dominar todos os reinos cristãos da península. O seu filho D. João II, rei consorte de Navarra e regente de Aragão na ausência do irmão Afonso V (ocupado nas suas possessões na Sicília e em Nápoles), juntamente com o outro irmão, D. Henrique, ficaram conhecidos na História de Espanha como os Infantes de Aragão. Turbulentos e ambiciosos, foram uma fonte de permanente instabilidade política nos principais reinos ibéricos de então.

Também em Portugal a sua influência nefasta se fez sentir, já que eram irmãos da rainha D. Leonor. A morte prematura de D. Duarte veio incendiar Portugal, quase o lançando numa nova guerra civil. Contra as expectativas e a lúcida prudência governativa pela qual D. Duarte pautara o seu breve reinado, sempre apoiado na auscultação das cortes, o testamento real fazia a rainha viúva, D. Leonor de Aragão, herdeira absoluta, com todos os poderes, até à maioridade de D. Afonso V. Efetivamente, a inesperada e prematura morte do rei, aliada à perplexidade criada pela abertura do testamento real, desde logo preanunciavam uma grande e inevitável agitação política, o início de um período de perigosa perturbação, em nada favorável aos projetos de modernização do país que D. Pedro trazia. Portugal mergulhava, estranhamente, numa nova crise, demasiado semelhante à de 1383-85. Significativamente, consciente da gravidade da situação, Fernão Lopes redigia a sua *Crónica de D. João I* neste período, reavivando a memória nacional.

Como apoiante da facção da rainha, logo se perfilou a maior parte da alta nobreza, chefiada pelo Conde de Barcelos, D. Afonso, filho bastardo de D. João I, que, junta-

mente com seu filho primogénito, o Conde de Ourém, planejaram e conspiraram permanentemente a ruína de D. Pedro. Sua aliada era também a maior parte do alto clero, sobressaindo, desde sempre, a figura de D. Pedro de Noronha, arcebispo odiado de Lisboa. No campo oposto e tal como acontecera em 1383-85, destacavam-se as populações das cidades e vilas do país, que, nas cortes de Lisboa de 1439, fizeram eleger Regente e Defensor do Reino o Infante D. Pedro, sustentado incondicionalmente pelo Infante D. João, Duque de Beja, seu irmão mais novo, e pelo Infante D. Henrique, Duque de Viseu, já com grandes hesitações¹⁰. Iniciou-se então o período da governação de D. Pedro, de cerca de dez anos, em tudo oposto ao que ele planeava para o seu país.

Enquanto Duque de Coimbra, num vasto domínio que se estendia até Aveiro, ele investira no desenvolvimento económico do seu ducado¹¹, encorajando, em Aveiro, a atividade da pesca e a comercialização do sal e, em Coimbra, as vastíssimas obras da irrigação das terras do Baixo Mondego, projeto no qual pacientemente investiu toda a sua habilidade diplomática, quer junto dos concelhos, quer junto das difíceis instituições religiosas, sempre ciosas do seu poder. Mas a obra avançou. Tentou ainda lançar *as bases dos Estudos Gerais de Coimbra*¹² e procedeu a um notável esforço de recuperação dos monumentos e igrejas da região, sendo um patrono das artes¹³.

Ao ser investido na regência, viu-se obrigado a percorrer continuamente o país, enquanto procurava desesperadamente solução para as constantes conspirações da rainha e seus aliados, sempre em estreita comunicação destabilizadora com os irmãos, os Infantes de Aragão, os quais incitava a invadirem o reino e a obrigarem o Regente a repô-la no exercício das funções governativas, que o testamento real lhe conferira. Efetivamente, a situação política nacional era muito grave, visto que, além de já serem reis de Aragão e de Navarra, também o Infante D. Henrique Trastâmara tinha conseguido posicionar-se no topo das decisões governativas em Castela, aproveitando a menoridade do rei castelhano, D. João II, de temperamento fraco, que chegou a estar sob a tutela do rei de Navarra. Opunham-se a este colossal poder e ao sonho de se tornarem senhores de toda a Ibéria, o Condestável castelhano, D. Álvaro de Luna, e seus aliados, os quais, em reviravoltas constantes de luta pelo poder, ora governavam, ora eram afastados. Inteligentemente, D. Pedro procurou uma aliança de entreajuda com o Condestável castelhano, já que o

¹⁰ Ao longo de toda a crise que marcou a regência de D. Pedro, o Infante D. Henrique parece ter assumido uma atitude de confortável distanciamento, que se foi agravando depois da morte do Infante D. João, em 1442. Face às gravíssimas acusações caluniosas que os inimigos do Infante D. Pedro urdiam, Rui de Pina é muito crítico em relação a D. Henrique: “*Partiusse ElRey de Santarem pera Lixboa, onde o Ynfante Dom Anrique que era no Algarve lhe veo fallar, e porque sentiu que a vida e honra do Ynfante seu Irmão com maneiras falsas de seus ynygos era maltratada, e se despunha a destruyçam e perigo, atalhou a yssu algum tanto, mas non com aquella fortalleza e escarmento, que elle a seu Irmão devya e o mundo esperava, o que lhe fora bem possyvel se quiserá*”. (PINA, R. de, 1977, p. 703).

¹¹ Cf., Maria Helena da Cruz Coelho, “O Infante D. Pedro, duque de Coimbra”, in *Biblos*, Universidade de Coimbra, pp. 17-57.

¹² Cf. M. Augusto Rodrigues, “O Infante D. Pedro e a Universidade”. in *Biblos*, *ib.*, pp. 345-362.

¹³ Cf. Francisco Pato Macedo, “O Infante D. Pedro – patrono e mecenas” in *Biblos*, *ib.*, pp. 459-490 e Pedro Dias, “Escultores e pintores que trabalharam para o Infante D. Pedro, duque de Coimbra”, in *Biblos*, *ib.*, pp. 491-505.

inimigo era comum. Chegou a enviar-lhe reforços militares por várias vezes, enquanto as embaixadas castelhanas enviadas ao Regente se sucediam, sempre com ameaças de invasão do reino, solicitada pela rainha.

Esta situação de permanente conflito duraria até 1445, data da morte da rainha, em Castela (Toledo), para onde fugira após a aventura de Crato, de cujo Mestre recebera total apoio nas suas pretensões. Numa fase em que os Infantes de Aragão viam limitadas as suas ambições em Castela (D. Henrique vem a morrer meses depois da irmã, também em 1445), perdidas as ambições políticas e na miséria, D. Leonor tinha há pouco negociado com D. Pedro o regresso a Portugal, o qual se dispunha a acolhê-la e a restituí-la nos proventos das terras que lhe pertenciam enquanto rainha.

Esta data e estes factos são fundamentais na análise que apresentamos. Tudo indica que D. Leonor foi envenenada. Quais os responsáveis? *Fácil e cómodo foi atribuí-lo* ao Condestável D. Álvaro de Luna, em Castela, e a D. Pedro, em Portugal, tese com muito pouca credibilidade, no nosso ponto de vista. Em primeiro lugar, porque a personalidade de fortes convicções e a integridade moral de D. Pedro jamais o permitiriam. Por outro lado, não seria inteligente envolver-se num assassinato tão problemático, quando o regresso da rainha a Portugal já estava completamente acordado. Pelo contrário, essa acusação servia, em pleno, os interesses de D. Afonso, Conde de Barcelos e primeiro Duque de Bragança, por mercê do Regente D. Pedro: que vantagem teria numa aliada enfraquecida, especialmente nessa fase, com dívida de gratidão e dependente do inimigo? A sua morte traiçoeira por envenenamento serviria, sim, totalmente, o fundamental objetivo deste ambicioso e nada escrupuloso D. Afonso: acusar D. Pedro do crime cometido, assim envenenando o espírito influenciável do jovem rei, D. Afonso V, filho da rainha, a cuja tutela fora retirado¹⁴. Rui de Pina dá-nos notícia da impressionante dimensão da fúria persecutória com que os inimigos do Infante D. Pedro prepararam a sua perdição e morte. Para além do envenenamento de D. Leonor, acusaram-no ainda de ter urdido

¹⁴ *É muito curioso que no final das Cortes de Lisboa de 1439, que elegeram o Infante D. Pedro Regente e Defensor do reino, à semelhança de seu pai na crise de 1383-85, um procurador da cidade do Porto, João Gonçalves, tenha claramente previsto os inúmeros e graves perigos para o reino, se o futuro rei continuasse a ser educado pela rainha D. Leonor de Aragão. Infelizmente, tal influência nefasta já se havia cimentado no espírito do príncipe D. Afonso, tornando-o demasiado vulnerável às conspirações insidiosas dos inimigos de D. Pedro. Registamos a mensagem profética: “[...] digovos que por se escusarem muytos danos, e grandes inconvenientes que se nom escusam, ElRey nom deve fycar em poder da rainha como está [...]. Prymeiramente a criação d’ElRey por ser em poder de molher, he a elle muy danosa, e sempre por yso fycará fraco e feminado. Que pera qualquer homem pryvado he aleijam sobre todos, quanto mais pera Rey [...] Outrosi de sua creaçam, per tal maneira está muy evydenste o perigo do Ynfante Dom Pedro Regente, e também nosso; porque segundo a Senhora Raynha, ysto que acordamos synte por sua desonrra, e grande perda de seu Estado [...] nom he duvydar, que criaria ElRey em odio contra ho Regente e contra nós, de que ao diante poderia por yso cometer huma grande crueldade, em que nom averia remedio. Porque como naturalmente aquellas cousas, que os moços recebem na terra hidade, se lhe emprantam no coraçom, e em sua memoria pera sempre. Esta pryncypalmente se lhe emprantaria muito mais, por lhe ser dita tam a meude, e com tantas lagrimas” (Ib., pp. 643-44).*

a morte dos irmãos D. Duarte e D. João¹⁵, sendo possuído por uma insaciável sede de poder¹⁶. A intriga monstruosa desabrochou em pleno, precipitando a queda e a destruição de D. Pedro e a dos seus amigos fiéis, sobretudo Álvaro Vaz de Almada, com quem, no desespero final, fez um pacto de sangue: se um deles morresse, o outro logo o seguiria. Foi o que aconteceu em Alfarrobeira, a 20 de Maio de 1449, não sem ambos terem mostrado, com grande coragem, o seu valor de dignos cavaleiros da Ordem da Jarreteira¹⁷.

Mesmo morto, D. Afonso V foi cruel e desumano para com o seu ilustre tio e sogro, cujo brilho pessoal o ensombrou. O cadáver do Regente ficou insepulto durante três dias¹⁸.

Efetivamente, o ódio de D. Afonso V foi arrebatador, numa paixão cega e voluptuosa pela total destruição do Regente, do seu património, do próprio ducado de Coimbra, dos bens de todos aqueles sobre quem caía a suspeita de apoio ao Infante, proclamado traidor¹⁹.

¹⁵ É muito possível que também D. Duarte e o Infante D. João, suporte fundamental das políticas e da ação de D. Pedro, para não falar de vários outros membros do ramo legítimo da família real, tenham sido envenenados. Cf. *infra* o caso da rainha D. Isabel, filha de D. Pedro e mulher de D. Afonso V. A propósito, merece referência especial o livro de Georges Minois, 1997, sobre o assassinato político na Europa no período 1400-1800. É impressionante o recurso a esta prática, como forma de eliminar adversários na luta pelo poder. As armas preferenciais foram o punhal e o veneno.

¹⁶ “[...] porque [o Infante D. Henrique] achou contra o Ynfante artygos formados em que se afirmava, que com cobyça de reynar matara ElRey Dom Duarte seu Irmaão, e em Castella dera ordem aa morte da Raynha Dona Lyanor, e assy aa do Ynfante dom Joam. Com outras muytas abomynações de que se tiravam Inquyriçoës, em que por seu sobornamento lhe nom falleciam testemunhas falsas, com que parecia que o provavam” (*Ib.*, p. 703).

¹⁷ Quanto a D. Pedro: “[...] deram muy fortemente no arrayal do Yfante, e romperam e entraram per muytas partes, cuja jente, e pela mayor parte a de pée nom podendo soffrer tanta força, com tamanho medo e perygo esquecidos do emparo e defesa do Yfante, o leixaram e começaram do tomar a fogida por sua salvaçam, e o Yfante vendo tamanha afronta, andando a cavallo se pos logo a pée com leves armas, socorrendo aos lugares de moor necessityde e fraqueza com grande esforço [...] E como quer que o Ifante dalguns Cavaleiros de sua guarda fosse requerydo que se retraesse, aconselhados da força e multydam da jente que viam contraira, a que nom podia já resistir, elle o nom quis fazer, antes com sua cara esperta e segura, posposto todo o medo e perygo, rompendo per sua jente em que já via muitos mortos e feridos, seguiu adyante”. (*Ib.*, pp. 746-7). Quanto a Álvaro Vaz de Almada: “[...] e tomou suas armas pera com ellas bonrar sua sepultura, que era a terra em que avia de cair, e sabio a pée pelo arrayal, que de todallas partes era já entrado, e vencydo, e como foy conhecydo logo os d’ElRey huns sobre os outros carregaram sobr’elle cometendoo de todas partes pera o matar, mas elle logo com huma lança que cortaram, e depois com sua espada os firia, e escarmentava de maneira, que os que a prymeira vez o cometiam, de mortos ou ferydos nom volvyam a elle a segunda, e assy pelejou hum grande pedaço como muy valente e acordado cavalleiro [...] porque em quanto andou em pée e se pode revolver, nunca sua carne recebeo golpe que a cortasse. E em fym vencido já de muyto trabalho, e longo cansaço, disse em altas vozes. Ó corpo ja sento que nom podes mais, e tu mynha alma já tardas. E com isto se leixou cair tendido no chaaõ, e huns dizem que disse, ora fartar rapazes, e outros ora vingar villanagem. Cujo corpo que ja nam resistia, foy logo de tantos golpes ferydo, que em breve despedio a alma de sy pera hir acompanhar a do Yfante como lhe tinha prometydo”. (*Ib.*, p. 748).

¹⁸ “Ho corpo do Yfante jouve todo aquelle dia sem alma descuberto no campo á vista de todos, e sob a noite o lançaram homens tys sobre hum pavés, e ho meteram hy logo em huma pobre casa, onde antre corpos já vazios d’almas e fedorentos, jouve três dias sem candeia, nem cobertura, nem oraçam, que por sua alma pubryca se dissesse nem ousasse dizer, o que foy grande prasmo e vitupério da Casa Real” (*Ib.*, p. 749).

¹⁹ Cf. Moreno, H. Baquero, 1979, Vol. I, Cap. X “A confiscação de bens e a concessão de cartas de perdão aos partidários do Infante D. Pedro”, pp 581-660 e Vol. II, “Partidários do Infante D. Pedro em Alfarrobeira”, pp. 995-1085.

Nas grandes convulsões políticas que marcaram o *século XV ibérico*, o veneno parece ter sido a arma eficaz e preferencial, porque anónima²⁰, aproximando a Ibéria da Itália no recurso frequente ao assassinato político²¹. Também cinco dos seis filhos do malogrado Regente parecem ter sido vítimas: o seu primogénito, D. Pedro, Ex Condestável e posterior rei de Aragão²², D. João, feito rei de Chipre pelo seu casamento com a princesa herdeira, valoroso cavaleiro contra o poder otomano²³, D. Brites/Beatriz, casada com o senhor de Ravenstein²⁴. Quanto a D. Jaime, quarto filho do Infante D. Pedro, feito prisioneiro em Alfarrobeira, conseguiu também fugir e acolher-se na corte protetora da tia, em Bruges. Sob a poderosa influência da duquesa D. Isabel de Portugal, chegou a ser cardeal em Roma, além de arcebispo de Lisboa, se bem que ausente. A sua morte precoce, antes de completar vinte e seis anos, em Florença, apesar das suas qualidades humanas e da sua cultura, não deixa de levantar dúvidas também. Só a filha mais nova, D. Filipa, parece ter sido poupada ao flagelo do veneno, recolhida por vontade própria no Mosteiro de Odivelas, certamente desiludida e magoada com os homens e buscando em Deus consolação. Quanto a D. Isabel, igualmente filha de D. Pedro e rainha de Portugal pelo seu casamento com D. Afonso V, morreu aos vinte e três anos, no mesmo ano em que trouxera ao mundo o futuro D. João II e conseguira que o rei, finalmente, permitisse a trasladação digna da ossada de D. Pedro para o Mosteiro da Batalha, junto dos pais e irmãos legítimos, o que, segundo Rui de Pina, teve a clara oposição do Duque de Bragança e do seu filho, o Conde de Ourém, opositores implacáveis, que viam na grande ligação afetiva entre o rei e a rainha, sobretudo depois do nascimento do futuro D. João II, uma preocupante ameaça aos seus projetos e à sua sede insaciável de poder. Prova de que tais temores se confirmavam foi o facto de D. Isabel ter conseguido de D. Afonso V tal permissão. Significativamente, ela própria viria a morrer muito pouco tempo depois

²⁰ Cf. Minois, Georges, 1997, *passim*. Cf. Nota 15 *supra*.

²¹ Ver Nota anterior.

²² O triste percurso de vida desta notável personagem ficou registado numa das suas obras, talvez a maior, a *Tragédia de la Insigne Reina Doña Isabel*. Na sua edição desta obra, Carolina Michaëlis de Vasconcelos refere a perseguição que Juan II de Navarra e Aragão (um dos Infantes de Aragão) moveu ao Ex Condestável D. Pedro, tornado rei de Aragão e Conde de Barcelona pela linha materna, até à sua destruição e morte. A sua caracterização deste tirano é clara: “D. Juan, Rei de Navarra como viúvo de D. Blanca, e nesta qualidade espoliador e perseguidor de seu filho, o culto e humano D. Carlos de Viana [...] o nosso Condestável, neto e herdeiro de uma Infanta de Aragão e de D. Jaime de Urgel, o Desditoso, foi chamado e aclamado, ao cabo de outros sete anos pelos Catalães rebeldes, contra esse mesmo tirano e astuto mas tenacíssimo senhor”, Condestável D. Pedro de Portugal, 1922, p.35.

²³ Neste caso, é o próprio Condestável quem o declara nesta sua obra: “Don Juan, tu hermano, mancebo a toda virtud dado, de spiritu e persona dispuesta a grandes cosas, el que salio, muerto el padre, fuyendo de casa de la muy devota e muy virtuosa infante su madre, solo e menguado niño, así como Orestes. E despues estovo en Castillia contigo, e lo embiaste para la corte del rey de Françia, donde honorablemente fue recebido a casa de aquella muy noble princesa su tia, duquesa de Bregoña, ado esta. Sabe que en breve sera príncipe de Antiochia, casado com la princesa de Chipre, aquella isla antiguamente nombrada Çitharea. E passando alli com grande honor avra animosamente el regimiento del reyno; e passados pocos dias morira com amargoso venino, segund otros muchos príncipes han fenescido”. *Ib.*, p. 116.

²⁴ Neste caso, é Carolina Michaëlis quem o afirma: “D. Brites, a esposa de Adolfo de Cleve e Ravenstein, que apesar das suas resplandecentes virtudes, nem mesmo em Bruges, debaixo da protecção dos tios, escapou à sua sina, acabando de peçonha”, *Ib.*, p. 38.

de tal ter acontecido²⁵. A sua morte também não deixa de levantar suspeitas de envenenamento, já que o Duque de Bragança sempre se opusera a tal casamento, procurando ligar o rei a uma neta sua, o que nunca conseguiu. Efetivamente, a teia de acusações insidiosas urdidas pelo Duque de Bragança e pelo Conde de Ourém *não pouparam a delicada e doce D. Isabel, acusada de adultério*²⁶. Neste caso, porém, a acusação não teve êxito, devido ao facto de a ligação entre o casal régio ser muito forte. Além disso, ao receber a notícia da morte do pai, o cronista fez questão de, subtilmente, deixar registada a causa da sua morte prematura, já que ela própria, desaparecido o pai, intuiu o seu fim próximo, planeado pela fúria criminosa e ilimitada dos seus inimigos²⁷. Mas Rui de Pina vai ainda mais longe e declara que a morte da infeliz rainha apresentava sinais de envenenamento²⁸. A imensa dor que a sua morte causou no Condestável D. Pedro, seu irmão mais velho, exilado em Castela, é o tema da sua obra mais conhecida, *Tragédia de la Insigne Reina Doña Isabel*, dedicada por ele ao irmão D. Jaime, em Roma.

Na sequência de Alfarrobeira e no auge da cegueira da sua fúria, o impreparado D. Afonso V promoveu a seu especial conselheiro D. Afonso, Duque de Bragança, o grande conspirador. A política régia seguia um rumo totalmente oposto aos projetos do Infante D. Pedro, numa obsessão quase exclusiva pelas conquistas marroquinas²⁹. A empresa dos Descobrimentos foi sendo progressivamente abandonada, pois todo o erário se gastava nas despesas de guerra. As vilas e cidades, bem como os seus concelhos, entraram em decadência, enquanto a burguesia e o povo eram esmagados por impostos. Só a nobreza via fortalecido o seu poder e os seus bens, pela irresponsável distribuição de mercês, honras e rendas régias. O descalabro tornou-se caótico quando o rei resolveu entrar em guerra com os poderosos Reis Católicos de Castela e Aragão, em defesa dos

²⁵ “*Fezesse do dito saimento com E’ssa, e com toda outra perfeiçam, e solenidade, que se podia e devia fazer a hum tal Pryncepe natural, sem alguma magoa falecido. Acabado o qual, entrando já o inverno, ElRey e a Raynha se foram pera a Cidade d’Evora, onde a Raynha adoceco logo de fruxo de sangue, de que nos paços de Sam Francisco onde pousava, a dois de Dezembro do dito ano de mil e quatrocentos cinquenta e cinco logo falleceo*” (Pina, R., *op. cit.*, p. 771).

²⁶ “*Porque os contrarios do Ynfante, vendo que a Rainha era ja pera elle a soo esperança e remedio de sua salvação, e que per suas perfeiçõs corporaaes e muytas bondades, ElRey lhe tinha e teria cada vez moor afeyçam, com que a ella e a sua vontade se daria mais, trabalharam por todallas maneiras de o apartarem della [...] E porque este camynho nom sobcedia de todo aa sua vontade, cometeram outro mui errado e muyto pera reprimir; porque fizeram nestes dias prender Dom Alvaro de Castro, Camareiro Mor d’ElRey, que depois foy Conde de Monsanto, asacandolhe falsamente, que dizia amores aa Rainha, por tal que da pena de morte ou desterro que elle por tal caso merecia, nacesse infamyaa aa Rainha com que a ElRey de todo avorrecesse. Mas o imigo da perdiçam que nestes feitos andava por medianeiro, nom pode tanto danar, que mais nom remedease o verdadeiro conbecymto que ElRey tynha das muitas e limpas bondades da Rainha, e da grande lealdade do Conde, com que o logo soltou, e depois muyto honrou e acrescentou*”. (Pina, R. de, *ib.*, p. 736).

²⁷ “*[...] lhe foy dada a triste certydam da morte de seu Padre, que ella com pubrycos synaaes de mortal dor muito sentio e chorou, e nom como alhea mas como sua própria morte, e nom era sem causa; porque em caso que nom ouvesse nella tantos dias nem tam madura ydade, de que se esperasse perfeito conbecimento nas cousas, era porém naturalmente abastada de muyta discrição e prudencia com que sentio bem, que aallém da grande perda que na pryvaçam de seu Padre, nom sendo vivo recebia, aynda sua vida com morte antecipada se despunha a craro perigo como foy*”. (*Ib.*, pp. 754-5).

²⁸ “*A causa de sua morte segundo foy accidental, e arrebatada, per maginaçam dos mais foy atribuyda a peço-nha, que dos imigos de seu Padre por sua segurança disseram que lhe fora hordenada*” (*Ib.*, p. 771).

²⁹ Cf. Pina, R. de, *ib.*, *passim*.

direitos sucessórios da sua segunda mulher. Já nessa altura, D. Afonso V evidenciava uma notável decadência. Não fora a preciosa e oportuna ajuda do príncipe D. João, seu filho e sucessor, a batalha de Toro teria sido um total desastre nacional e uma insuportável humilhação. Morreu poucos anos depois, em grande depressão, a que não teriam sido alheios os remorsos pelo seu desumano tratamento dado a D. Pedro.

Tendo crescido sob a influência de D. Filipa, irmã de sua mãe e filha mais nova do Infante D. Pedro, refugiada no Mosteiro de Odivelas, D. João II foi educado no respeito e na veneração pelo seu ilustre avô materno. Desde sempre lhe admirou a inteligência, a cultura e a visão de grande estadista. Fê-lo o seu maior inspirador na política a seguir no futuro, não só nos projetos de dinamização económica e na política de expansão ultramarina, mas também na necessidade absoluta de reforçar o poder régio e de travar as insaciáveis ambições da nobreza³⁰. O seu carácter reservado e avesso à bajulação oportunista de há muito preocupava a alta nobreza nacional. Mal habituados à experiência do passado, tentaram fazer prevalecer a teia das intrigas e das conspirações, procurando envolver na sua causa os poderosos Reis Católicos de Castela e Aragão, na exata sequência do que fizera D. Afonso, primeiro Duque de Bragança, pela sua ligação à rainha D. Leonor de Aragão e aos seus ambiciosos e turbulentos irmãos, durante a regência de D. Pedro. Porém, D. João II não era um regente, mas o rei. Bem informado sobre todas as investidas que o terceiro Duque de Bragança, D. Fernando, aliado a D. Diogo, Duque de Viseu e cunhado do rei, teciam entre si, mandou prender e fez julgar o primeiro, posteriormente condenado e decapitado publicamente em Évora, enquanto, em relação ao segundo, se lhe antecipou na tentativa de assassinato e o apunhalou pessoalmente, em Setúbal. Se bem que de uma maneira violenta, a alta nobreza percebeu que os tempos tinham mudado. Retraiu-se e guardou para mais tarde a desforra. Em nossa opinião, ela terá vindo, novamente, pela mão anónima e traiçoeira do veneno, nos anos que se seguiram à morte do príncipe herdeiro, D. Afonso, abertas que estavam as portas à sucessão. Há fortes suspeitas de que a nova vítima terá sido o próprio D. João II. Entretanto, o país mudara o rumo da sua História, pela mão firme e pela inteligência brilhante do Príncipe Perfeito. O Infante D. Pedro fora vingado.

2. O Infante D. Pedro e os Painéis de S. Vicente de Fora

Na interminável e extremamente complexa diversidade de opiniões dos historiadores de arte que têm vindo a estudar os Painéis, sobretudo desde a publicação do livro do Dr. José de Figueiredo *O Pintor Nuno Gonçalves*, em 1910, realçamos algumas das mais relevantes questões colocadas: a autoria da obra, a sua datação, a identificação das mais destacadas personagens representadas, o local a que se destinava.

O exame dendrocronológico realizado pelo Prof. Peter Klein, da Universidade de Hamburgo, a pedido do Instituto Português de Conservação e Restauro, em 2001, veio trazer alguma autoridade científica às múltiplas opiniões em polémica. As tábuas sobre

³⁰ Cf. Pina, R. de, *ib, passim*, e Resende, G. de, 1991, *passim*.

as quais a pintura fora feita eram de árvores do Báltico, provavelmente de Riga, considerada a madeira por excelência na construção das naus. A confirmá-lo, o facto de terem resistido, armazenadas sem cuidado algum, no Mosteiro de S. Vicente de Fora, por quase quatrocentos anos. Mais ainda, Peter Klein avançava com uma datação provável, a partir de 1443. Desde então, tornou-se mais fácil a avaliação e os estudiosos vêm tendo alguma unanimidade na data de 1445 como ano provável da conclusão da pintura.

Estávamos no período da regência de D. Pedro e não no reinado de D. Afonso V, como o Dr. José de Figueiredo propunha, e com ele a esmagadora maioria dos estudiosos. Sendo assim, e antes de avançarmos com a nossa proposta de identificação de algumas das principais personagens retratadas, convém salientar o ambiente palaciano e não propriamente religioso, em que tais figuras foram colocadas, apesar da presença do ‘santo’ nos dois painéis centrais. Tentemos interligar estas duas questões.

Baseados no estudo do Dr. José Saraiva, publicado no seu livro *Os Painéis do Infante Santo*, em 1925, (muito interessante, pois revela bom conhecimento das crónicas da época e perspectiva as suas propostas a partir do estudo das marcas de personalidade de alguns dos retratados), pensamos que o cavaleiro ajoelhado no Painel do Regente³¹ será o próprio Infante D. Pedro, encomendador da obra. A sua postura de firmeza e de determinação e a sua vassalagem mística em relação à mensagem que o ‘santo’ transmite e que só ele lê, não nos deixam dúvidas. *Rodeando a figura central, estarão os membros da Família Real, na linha legítima dos Infantes de Avis, ainda vivos: o Infante D. Henrique, atrás de D. Pedro, e D. Isabel de Barcelos, Duquesa de Beja, viúva do Infante D. João, suporte incondicional da política do Regente, falecido em 1442. A sua atitude é reveladora da amargura em que mergulhou depois das mortes do marido e do único filho varão, o condestável D. Diogo, ocorrida escassos meses depois da do pai, Na segunda geração de infantes, encontram-se os adolescentes D. Afonso V (à direita), de fisionomia inexpressiva, e D. Isabel (à esquerda), sua futura esposa e prima, filha de D. Pedro, em quem se nota a tristeza de quem acompanhava a dolorosa instabilidade política da época.*

No Painel do Arcebispo, identificamos Álvaro Vaz de Almada, Capitão-Mor do Mar e Alcaide-Mor de Lisboa, companheiro de armas e de vida de D. Pedro, ajoelhado à esquerda, de expressão igualmente firme, heróica mesmo, recebendo com determinação a mensagem que o ‘santo’ lhe transmite através da sua mão direita; o Condestável D. Pedro, filho primogénito do Regente, ajoelhado à direita, na melancolia que o acompanhou toda a vida³²; o Arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, homem arrogante, aliado fiel da rainha D. Leonor e do Duque de Bragança, de quem era cunhado, inimigo

³¹ Adotamos a designação proposta pelo Dr. José Saraiva, em substituição de *Painel do Infante*.

³² Na sua *Tragédia de la Insigne Reina Doña Isabel*, são longos os queixumes em que o Condestável recorda a figura exemplar do pai, cuja vida, nos últimos anos, foi causa da sua tristeza e do seu desenganho em relação ao mundo e aos homens. Sobre este invulgar príncipe, também Sá de Miranda e António Ferreira escreveram: “*Príncipe no mundo raro/ tratado ás escuras mal*”, (Sá de Miranda, *Carta a el Rey*, vv. 213 e 203), o que fora vítima “*do injusto e cruel ódio de Alfarrobeira e contra o qual se quebraram sangue e leis*”, (António Ferreira, *Epitáfios* 3 e 4), ambos citados por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Op. Cit.*, p. 25.

implacável do Regente. Note-se o vigor da sátira pré-viceentina com que foi retratado, não só pela sua altivez e pelas jóias exibidas, mas também pela servidão imbecil do membro do clero que só a ele vê, mesmo na presença do ‘santo’. Ainda no mesmo painel, ao fundo, no lado direito, podemos identificar o velho cronista Fernão Lopes, com os seus escritos debaixo no braço, relembrando à cidade de Lisboa a crise de 1383-85. *Há ainda quem identifique a personagem ao seu lado como sendo o próprio Nuno Gonçalves*. No Painel dos Frades, que os críticos unanimemente consideram serem cistercienses, identificamos D. Estêvão d’Aguiar, abade de Alcobaça (1431-1446), em primeiro plano, ajoelhado, grande amigo do Infante D. Pedro, que logo no início da sua regência o convidou para fazer parte do Conselho do rei, devido à grande admiração e à total confiança que nele depositava³³. No Painel da Relíquia, concordamos com a identificação da personagem de negro como sendo a do rabi de Lisboa, exibindo a sua Torah, de escrita indecifrável. Também podemos assinalar a personagem do peregrino que, com a do velho homem do povo, prostrado em oração no Painel dos Pescadores, constitui o testemunho da vivência religiosa que D. Pedro defendia, a de humildade face ao Divino, na perfeita consciência da fragilidade humana. A oposição ao Arcebispo não poderia ser mais gritante. Por fim, pensamos que a relíquia, exibida sobre veludo verde, pertencia ao mártir S. Vicente, tal como o ataúde que se vê ao alto. É o santo padroeiro de Lisboa.

Tendo em conta todos os aspetos referidos, propomos como local de destino do políptico o Paço d’Alcáçova, residência real e fortificação de Lisboa, local do nascimento de D. Pedro, cidade sempre fiel à defesa da independência nacional, protagonizada por D. João I, que amava e que a amava. A ela se dirige D. Pedro, através das várias classes representadas no políptico, para que saiba continuar a defender heroicamente a independência do país, tornando-se modelo para toda a nação, tal como acontecera em 1383-85. Os painéis de S. Vicente, de Nuno Gonçalves, que Francisco de Holanda chegou a ver na Sé de Lisboa, seriam certamente outros, destruídos pelo terremoto e pelo fogo que lhe sucedeu.

Abordemos agora a questão da identificação do ‘santo’, peça-chave do enigma que é o políptico. Ele surge-nos esplendoroso nas suas vestes luxuosas, tendo no rosto uma serenidade mística, alguém pertencente a uma natureza não terrena, apresentado numa dupla missão, a de evangelizador e profeta (a Bíblia, aberta numa passagem do Evan-

³³ “Logo que o Infante D. Pedro ficou só na regência, em Dezembro de 1439, tratou de rodear-se de pessoas da sua amizade e confiança; e nesse intuito, em 9 de Janeiro imediato, dirigiu a D. Estêvão a carta seguinte: ‘D. Abade, amigo. O Infante D. Pedro vos envio muito saudar, como aquelle de cujo acrecentamento virtuoso me prazeria. Façovos saber, que esguardando eu vossa discríção, prudencia & virtudes, & boa afeição, & amor, que aveis a ElRey meu Senhor, & proveito de deus regnos me pareceo serdes bem pertencente para o Cõselho do dito Senhor: & porem com acordo de meus Irmaons vos hei por seu Conselheiro; posto que vos nom fosse dado juramento segundo em tal auto acostuma: eu confio tanto de vossa grande bondade, & lealdade, q̃ vos guardareis aquellas cousas, q̃ a bom & leal conselheiro pertencem. Escrita em a mui nobre, & mui leal Cidade de Lixboa 9 dias de Janeiro: Vicente martins a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesu Christo de 1440” (Saraiva, José, 1925, 181-182).

gelho de S. João, num Latim perfeitamente legível³⁴) e a de rei (a vara do poder). Os estudiosos têm seguido maioritariamente duas interpretações: a tese vicentina, proposta pelo Dr. José de Figueiredo e seus seguidores, que veem na personagem S. Vicente, e a tese fernandina, proposta pelo Dr. José Saraiva e seus seguidores, que a identificam com o Infante Santo. Não concordamos nem com uma, nem com outra, pois pensamos que a mensagem que o Regente pretendia transmitir à cidade de Lisboa era bem mais profunda e abrangente, bem de acordo com a sua personalidade profundamente religiosa e bem documentada nas obras dos padres e doutores da Igreja³⁵. Em nossa opinião, é o próprio Cristo glorioso, liberto dos estigmas do sofrimento e da paixão (as cordas), nos seus atributos bíblicos de Rei, Profeta e Sacerdote, quem domina todo o políptico, transmitindo à sociedade portuguesa a esperança numa nova fase da História nacional, ultrapassadas as ameaças que haviam pairado sobre a nação após a morte de D. Duarte, sob uma permanente tensão de pressões externas e internas. Mas uma segunda mensagem é transmitida: uma clara missão de expansão da Fé, na construção do império que se sonhava e que D. Pedro estruturara, ao trazer de Itália, a D. Henrique, as cartas de marear mais recentes. São, pois, duas mensagens de esperança na vitória sobre as muitas dificuldades. Por isso, esta figura emblemática se repete nos dois painéis *centrais*. Daí, também, a profunda devoção de todas as classes presentes. Notemos que estas duas mensagens têm dois destinatários específicos, marcados pelo vigor com que as recebem, significativamente colocados a par, de costas um para o outro, em painéis diferentes, por isso individualizados, embora unidos no mesmo fervor e na mesma determinação: o Regente, no painel da esquerda e Álvaro Vaz de Almada, no da direita. A D. Pedro, Cristo dirige-se através da uma passagem da Bíblia, que só ele lê. É-lhe atribuída a missão de governar durante a menoridade do rei, mantendo o país unido e assegurando-lhe a independência e a paz necessárias ao seu desenvolvimento, apesar de todas as dificuldades. Esta interpretação é reforçada pela passagem do Evangelho exibida (João, XIV, 29-31), quando Jesus, no chamado “*Discurso Sacerdotal*”, na Última Ceia, se refere ao poder do Maligno, que nada pode contra Ele, enquanto profetiza a sua paixão e morte, declarando a sua total obediência ao Pai, no cumprimento da sua missão³⁶. Também o Regente plenamente a assumia, tendo embora em conta a brisa suave de esperança numa viragem dos acontecimentos, devido à paz que acordara com a rainha. Não se sabe até que ponto as acusações de envenenamento de D. Leonor, que lhe foram lançadas, o teriam atingido no momento da conclusão dos painéis. De qualquer forma, o vigor da atitude com que foi representado *não nos deixa dúvidas quanto à sua total obediência à vontade divina*, na previsão do seu eventual destino trágico, afinal cumprido em Alfarrobeira. A segunda mensagem é dirigida a Álvaro Vaz

³⁴ *Pater maior me est / Et nunc dixi vobis / priusquam fiat, ut / cum factum fuerit, credatis / Jam non multa lo- / quar vobiscum Venit e-/nim princeps mundi / huius et in me nō / habet quiquam / Sed ut cognoscat / mundus quia diligo / patrem et sicut mandare* (O Pai é maior do que eu – E agora vo-lo disse antes que suceda, para que – quando suceder o acrediteis. – Já não falarei muito – convosco, porque vem – o príncipe deste mundo – e em mim não – tem parte alguma. Mas para que conheça – o mundo que amo – o Pai e faço como ele mandou.) – Saraiva, José, 1925, 150-151.

³⁵ Veja-se a recorrente citação de autores clássicos e eclesiásticos no *Tratado da Virtuosa Benfeitoria*.

³⁶ Cf. Nota 34 *supra*.

de Almada, através da mão direita de Cristo, o qual, no painel da direita, é representado com a Bíblia fechada e com a vara do poder. A este grande cavaleiro era pedido que defendesse a cidade de Lisboa (enquanto seu alcaide-mor) e assegurasse a atividade marítima (enquanto capitão-mor do mar). A missão no empenho da expansão da Fé está implícita no projeto ultramarino, tendo-o marcado desde o início, como se sabe.

Ainda uma palavra quanto à questão da autoria de Nuno Gonçalves. Não nos parece provável a repetição da marca de autoria, na bota direita de D. Pedro e na base do botim de D. Afonso V, tanto mais que são elementos muito próximos, como referia a Prof. Rosa Marreiros, da Universidade de Coimbra, em 2002, no seu opúsculo *A Faixa do Botim de D. Afonso V nos Painéis de Nuno Gonçalves: 'Um calcanhar de Aquiles'?*, no comentário que fez ao trabalho de Jorge de Almeida e Maria Manuela de Albuquerque, publicado em 2000, no qual estes autores procuraram chegar a tal comprovação. É possível, sim, que tal marca esteja registada na bota do Regente-encomendador da obra, tal como o próprio Dr. José de Figueiredo já defendia, mas tal terá que ser provado por meios radiológicos, devido às más condições em que a pintura subsistiu durante séculos e que muito a danificaram.

Mas Rosa Marreiros publicou ainda o documento precioso em que D. Afonso V declara *reintegrar* ao seu serviço o pintor Nuno Gonçalves, datado de 1450, certamente considerando a qualidade da sua pintura e porque o coração já se lhe amolecera mais na fúria persecutória contra todos os que haviam sido fiéis ou servido o Regente. Nesta lenta transformação, conducente à passagem de perdões reais, forte influência terá tido a sensível e sofredora rainha D. Isabel, filha de D. Pedro e mulher de D. Afonso V, que ele realmente amava.

Conclusão

Uma nota final, ironia do destino: a fúria implacável de D. Afonso V contra o Regente D. Pedro não conheceu quaisquer limites, manipulado no seu temperamento fraco pelas redes infernais de intrigas urdidas pelos inimigos do Infante. Nem a belíssima pintura de Mestre Nuno Gonçalves lhe resistiu. Mandou arrancar o políptico da parede para onde tinha sido pintado e lançou as tábuas nas arrecadações sombrias do Mosteiro de S. Vicente de Fora, sem sequer terem a proteção das muralhas de Lisboa, para que mais facilmente fossem destruídas. Mas a vontade régia não é totalmente soberana. Foi precisamente esse ato de fúria de poder que acabou por preservar os Painéis, poupando-os ao terrível terremoto de Lisboa e aos incêndios que lhe sucederam, um pouco por toda a cidade. Por acaso, em *várias visitas realizadas por estudiosos ao Mosteiro*, nos finais do século XIX, os Painéis chamaram-lhes à atenção. Parece até que, num dos casos, as tábuas serviam de andaimes a obras³⁷... Reclamaram e lutaram pela restituição da digni-

³⁷ “Já em 1882, o pintor Columbano, acompanhado da irmã D. Maria Augusta e do crítico de arte Alberto Henriques de Oliveira, se ter dirigido a S. Vicente – talvez a pedido do entalhador Leandro Braga que afirmara ter visto as ditas tábuas a servir de andaimes às obras que se realizavam no mosteiro [...]” (Freitas, Paula e Gonçalves, Maria de Jesus, 1987, p. 17).

dade da pintura quatrocentista, o que acabou por levá-la, definitivamente, ao lugar que lhe é devido no nosso património artístico, o Museu Nacional de Arte Antiga.

É tempo que também o Infante D. Pedro seja repostos no lugar cimeiro que lhe é devido na História nacional e na memória dos Portugueses.

Contudo, para que se possa chegar à verdade dos factos históricos, na grande complexidade que envolve, quer a rica personalidade do Infante D. Pedro, quer a difícil época em que viveu, é fundamental que a investigação assente num estudo de intensa interdisciplinaridade entre História nacional e ibérica, Antiguidade Clássica, Ciências Teológicas e até Direito (tendo em conta a obra de D. Pedro *Tratado da Virtuosa Benfeitoria*), para além da História de Arte, com o contributo tecnológico da Física moderna. Importante também é recuperar as crónicas dos autores quatrocentistas, sobretudo Rui de Pina, mas também Garcia de Resende, que de muito perto conviveram com D. João II. Só então será possível ultrapassar a perspectiva de Zurara, que tem sido dominante, mas demasiado *próxima* do Infante D. Henrique e veiculadora da política de D. Afonso V.

Referências bibliográficas

- AAVV, *Nuno Gonçalves novos documentos. Estudo da pintura portuguesa do Séc. XV*, Instituto Português de Museus/Reproscan, 1994.
- ALMEIDA, Jorge Filipe de, ALBUQUERQUE, Maria Manuela Barroso de, *Os Painéis de Nuno Gonçalves*, Lisboa, Editorial Verbo, 2000.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, “O Infante D. Pedro, duque de Coimbra”, in *Biblos*, Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro, 25 a 27 de Novembro de 1992, Universidade de Coimbra, Vol. LXIX, 1993, pp. 17-57.
- CONDESTÁVEL D. Pedro de Portugal, *Tragedia de la Insigne Reina Doña Isabel*, 2ª edição, revista e prefaciada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.
- DIAS, Pedro, “Escultores e pintores que trabalharam para o Infante D. Pedro”, in *Biblos*, Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro, 25 a 27 de Novembro de 1992, Universidade de Coimbra, Vol. LXIX, 1993, pp. 491-505.
- FIGUEIREDO, J. de, *O Pintor Nuno Gonçalves*, Lisboa, 1910.
- FREITAS, Paula, GONÇALVES, Maria de Jesus, *Painéis de S. Vicente de Fora. Uma questão inútil?*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.
- MACEDO, Francisco Pato de, “O Infante D. Pedro – patrono e mecenas”, in *Biblos*, Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro, 25 a 27 de Novembro de 1992, Universidade de Coimbra, Vol. LXIX, 1993, pp. 459-490.
- MARREIROS, Rosa, *A Faixa do Botim de D. Afonso V nos Painéis de Nuno Gonçalves: um “calcanhar de Aquiles”?*, Coimbra, 2002.
- MINOIS, Georges, *Le couteau et le poison. L’assassinat politique en Europe (1400-1800)*. Fayard, Paris, 1997.
- MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira*, 2 vols., Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1979.
- PINA, Rui de, *Crónicas*, Porto, Lello & Irmão, 1977.
- RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991, reimpressão fac-similada da nova edição segundo a de 1798.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, “O Infante D. Pedro e a Universidade”, in *Biblos*, Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro, 25 a 27 de Novembro de 1992, Universidade de Coimbra, Vol. LXIX, 1993, pp. 345-365.
- SARAIVA, José, *Os Painéis do Infante Santo*, Leiria, 1925.

A MARINHA NA CONQUISTA DE CEUTA EM 1415

Luís Miguel Duarte

1. Desde quando Portugal tem uma marinha de guerra?

Teria de ser forçosamente esta interrogação a abrir o presente texto. Procurei responder-lhe no capítulo que dediquei à história da marinha de guerra portuguesa na Idade Média, em 2003. O que então escrevi foi o seguinte: “*depende das nossas exigências ao definir o que entendemos por marinha de guerra. Se por ela entendemos um número mínimo e constante de barcos exclusivamente vocacionados para lutar, com um comando próprio e ‘profissional’, desde o vértice até à direcção de cada galé, com um núcleo estável de tripulantes e de soldados que se mantém operacional o ano inteiro e que não faz mais nada senão a guerra, então não é ainda [na Idade Média] que podemos falar dela. Se nos contentarmos com um comando operacional especializado, capaz de rapidamente mobilizar, treinar e dirigir em combate naval ou em manobras mais sofisticadas de apoio a um combate terrestre uma armada apreciável de galés e de naus, o marco cronológico é sem dúvida o contrato com os Pessagno no reinado de D. Dinis [em 1317] (...). Se formos ainda mais modestos no pedir e nos contentarmos com a existência provada de galés integradas em manobras dos exércitos reais, seja em meras funções de transporte, seja em tarefas de cerco ou mesmo, excepcionalmente, em combates navais, podemos situar o nascimento da nossa marinha de guerra durante o reinado de D. Afonso Henriques; devidamente esclarecidos os termos da questão, não tenho problemas em optar por esta derradeira hipótese.*”¹... Passados estes anos, acredito que a minha apreciação continua válida: no início do século XV, quando se prepara a expedição militar a Ceuta, podemos dizer que o rei de Portugal tinha condições de mobilizar num prazo de tempo razoável uma dúzia de boas galés, e dispunha, para elas, de um comando ‘profissional’ e especializado, provavelmente mais alguns genoveses experientes em várias funções mas, em geral, o que podia ser realmente decisivo: tripulações bem treinadas, rotinadas, inclusivamente com uma longa prática de acções militares em mares pouco amigáveis².

Características essenciais: é quase só uma armada de transporte de soldados³ e de outros materiais de logística (armas, peças de artilharia, engenhos desmontáveis de madeira, alimentos sólidos e líquidos, alguns cavalos – muito poucos) e de defesa no mar; uma armada de galés e de intervenções temporárias (apesar de, durante a campa-

¹ Luís Miguel Duarte, “A marinha de guerra”, in José Mattoso, dir., *Nova História Militar de Portugal*, vol. 1 (obra colectiva dirigida por Nuno Severiano Teixeira e General Themudo Barata, Lisboa: Círculo de Leitores, 2003), p. 298.

² O facto de associarmos sempre o reinado de D. Fernando a desastres militares, alguns deles navais, faz-nos esquecer que foi ele que mandou uma frota de galés portuguesas defender *em permanência* as costas do sul do reino de Inglaterra dos ataques das marinhas castelhana e francesa.

³ Bem como auxiliares de todo o tipo e clérigos não combatentes.

nha inglesa de finais do século XIV, ter funcionado como sido uma verdadeira armada de guerra), com uma cadeia de comando estabelecida e bastante experiente. Em tempo de paz, os barcos são utilizados no comércio externo e adaptados à função. Estes barcos têm excelentes características: não precisam de vento, podendo mesmo navegar tranquilamente contra ele, têm um fortíssimo poder de choque frontal, muita estabilidade e uma boa capacidade de carga. Além disso, se os remadores forem, como geralmente são, homens livres, podem rapidamente converter-se em soldados em caso de necessidade.

Ainda antes de confirmadas as tréguas de 1411 com os regentes de Castela, e mais abertamente depois dessa data, D. João I e os seus mais próximos companheiros pessoais (pertencendo ou não ao Conselho Régio ou não; incluindo ou não os seus filhos mais velhos) tomam a decisão de organizar uma demonstração espectacular da capacidade militar portuguesa, procurando atingir vários objectivos (ocupar a nobreza mais jovem – incluindo os três impacientes infantes Duarte, Pedro e Henrique – e permitir-lhe um baptismo de sangue; intimidar os castelhanos; procurar apagar, nas cortes europeias, o estigma de uma dinastia bastarda e ‘mal-nascida’ e, ao mesmo tempo, se possível, conquistar uma terra, um porto, uma ilha, que fortalecesse estrategicamente a defesa de Portugal, fosse nos mares do Norte da Europa, fosse no Mediterrâneo ou no enfiamento dele). Das duas uma: ou o rei de Portugal decidia atacar Castela (o que, na altura, seria um acto suicida), ou precisava de uma marinha de transporte / de guerra. Para onde quer que fosse, tinha de ir de barco.

Houve certamente reuniões, muitas, cuidadosas e secretas, para calcular com a maior aproximação possível o número de soldados mobilizáveis em Portugal e estimar a quantidade expectável de combatentes que pudessem chegar de outros destinos. Ao mesmo tempo fez-se uma lista de engenhos de guerra – escadas, palanques de madeira, engenhos de tiro neurobalístico e uma gigantesca torre de assalto – e de mantimentos, através de uma multiplicação simples: um soldado, por dia, em carne seca e vinho, consome x ; multiplica-se isso por vários milhares, digamos uns quinze – e por três meses, porque acreditamos que foi essa a duração máxima que se estimou para a campanha, com viagens de ida e de volta incluídas. As rações de combate estavam calculadas desta maneira: por cada homem, três fangas de pão cozido duas vezes (bis + coito), o que daria qualquer coisa como 120 kg; três cântaros e meio de vinho (56 litros, ou, se quisermos, 74 garrafas das nossas⁴), mais carne e peixe, tudo estimado para três meses.

2. O número de barcos necessário e o possível

Chegou-se a um número: quinze – uma frota de quinze boas galés seria uma frota imponente em qualquer parte do mundo; completá-la-iam outras tantas *fustas*. A primeira coisa a fazer era saber ao certo quantas galés existiam em Portugal e em que condições estava cada uma delas. As galés exigiam constante manutenção, quer andassem na água, quer estivessem recolhidas em armazéns. Julgo que o almirante informou o rei

⁴ Para 90 dias, seria um pouco menos do que uma garrafa das actuais, de 0,75 l, por dia. Mas era um vinho muito menos alcoólico (e, pelos nossos critérios, imbebível).

de que havia 11 galés disponíveis e que era necessário construir algumas novas. Obtida a luz verde de D. João I, Carlos Pessanha convocou de imediato os seus carpinteiros e calafates, bem como as tripulações de marinheiros e remadores. Duas notas: havia em Portugal várias taracenas (vários estaleiros) com capacidade técnica e experiência para as construir; depois, algumas das que faltava fazer são confiadas à responsabilidade dos Mestres das Ordens Militares⁵: os documentos falam concretamente em galeotas (de 60 remos cada uma) feitas pelos três mestres no rio Zêzere, em Punhete.

Às galés era necessário juntar larguíssimas dezenas de barcos à vela de todo o tipo, mas sobretudo naus com uma boa capacidade de transporte e de carga de combatentes, de armas e de provisões. Nos principais portos portugueses (Viana, Porto, Aveiro, Lisboa, Setúbal, Lagos) e em vários portos europeus do Atlântico e do Mar do Norte havia uma boa quantidade dessas naus, propriedade de mercadores e armadores portugueses; havia que requisitá-las para o serviço da Coroa, e que aproveitar os contactos comerciais do país a dois níveis: publicitar a necessidade de navios com as respectivas tripulações nos portos do Norte da Europa onde se encontravam portugueses, e contactar aqueles barcos estrangeiros que costumavam vir ao Porto, a Lisboa ou ao Algarve, à “*carregaçam*”. Havia tabelas internacionais de frete de embarcações, que os responsáveis portugueses conheciam e teriam de respeitar, mesmo negociando.

Nesta parte da organização surgiram problemas: esperava-se um bom contingente de navios ingleses, mas o rei daquele país proibiu que os barcos do seu reino aceitassem qualquer frete, de privados ou de outros países, uma vez que precisava de todos os que estivessem disponíveis para a grande invasão do continente que preparava, na sua guerra com o rei de França, e que culminaria na batalha de Azincourt, cujo sexto centenário foi recentemente evocado, tal como o da conquista de Ceuta. Por outro lado, um dos regentes de Castela, Fernando de Antequera, que se tornou em 1412 rei de Aragão, parece ter emitido uma proibição semelhante para as marinhas castelhana e aragonesa, porque receava que Portugal pretendesse atacar territórios castelhanos ou aragoneses (ou muçulmanos, mas que ele considerava de conquista exclusiva castelhana). E com isto D. João I via-se de repente privado de recorrer às marinhas inglesa, galega, cantábrica, basca e levantina. Ou seja, limitado aos barcos franceses⁶ e dos actuais Países Baixos. Felizmente para ele, o aceno de um contrato certamente atractivo falou mais alto do que as proibições régias nos portos bascos e biscainhos da costa norte da Península Ibérica, e apresentaram-se em Lisboa vários barcos castelhanos, cuja tonelagem e tripulação conhecemos graças ao relato de um espião aragonês. Esse espião teve aliás a gentileza de nos informar sobre outros barcos, flamengos, e sobre parte dos portugueses. Os dados são os seguintes⁷:

⁵ Avis, Cristo e Hospital. Faltou Santiago, cujo mestrado estava transitoriamente vago ao tempo, entre a morte de Mem Rodrigo de Vasconcelos, que deve ter ocorrido por 1414, e a nomeação do Infante D. João, em 1418.

⁶ Que estariam muito pouco virados para ajudar Portugal, dado o histórico das relações entre os dois países, bem como o facto de a França estar na iminência de uma invasão inglesa.

⁷ Publiquei recentemente este quadro, em *Ceuta, 1415. Seiscentos anos depois*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015, p. 89.

Barcos da Biscaia e da Galiza

Proprietário	Mestre	Localidade	Tonelagem	Tripulação
Pero Otays	Furtun Sánchez ¹	Zarauz	300 t.	50 marinheiros
Alfonso López ²	Pero Díaz de Ortega ³	Bilbau	230 t.	40 marinheiros
Furtun Yanez de Saraspe	O próprio	Bermeo	130 t.	24 marinheiros
Sebastian López	O próprio	Deva	120 t.	24 marinheiros
San Juan de Ubila		Motrico	120 t.	23 marinheiros
Juan de Deva		Deva	120 t.	21 marinheiros
San Juan Dondara		Deva	110 t.	20 marinheiros
Juan de Garmina		Ondarroa	120 t.	23 marinheiros
Juan de Lasao		Deva	120 t.	24 marinheiros
Pero Yanez de Larrauri		Deva	100 t.	19 marinheiros
Gonçalo Sánchez de Lyandre		Santander	120 t.	22 marinheiros
Gomez de Figuera		Las Arenas (Galiza)	133 t.	26 marinheiros
A nau do Ferrol ⁴		Ferrol	120 t.	21 marinheiros

1. Barcos alemães e flamengos, 22: 18 naus e quatro cocas (incluindo a grande nau da Flandres, de 500 toneladas); no total, 4.700 toneladas e 660 marinheiros;

2. Da Bretanha, quatro naus pequenas (de 80 toneladas e vinte marinheiros cada), para um total de 320 t. e 80 homens;

3. Da Inglaterra, oito naus e duas barcas, perfazendo 850 toneladas e 200 homens (vinte por embarcação) – ou seja, o interdito régio não foi totalmente respeitado.

⁸ Primo do proprietário.

⁹ Despenseiro do rei de Castela.

¹⁰ Vassalo do rei de Castela.

¹¹ A participação desta nau não estava assegurada, porque ainda não tinha recebido qualquer soldo.

Finalmente, os barcos portugueses:

1. Ancoradas em frente a Lisboa, nove naus e duas barcas de mercadores portugueses, pagas como as de fora, somando 1.400 toneladas e 200 mareantes¹²;
2. Estava a ser construído um enorme barinel, nas taracenas, que devia ficar pronto em Maio, armando 300 toneladas e com 40 marinheiros;
3. Também tinha começado a ser construída outra nau, mas não estaria pronta a tempo;
4. O rei tinha disponíveis nove galés grandes e três galeotes pequenos;
5. No porto de Portugal, isto é, no Porto, estavam seis galés e duas galeotas já prontas; também aguardavam aí 18 naus e barcas, atingindo duas mil toneladas e mobilizando 400 mareantes;
6. Em Faro, uma nau e uma barca: 160 toneladas e 35 homens.

Se quanto às galés não tenho qualquer dúvida em afirmar que eram quinze, foram quinze e vieram catorze¹³, já quanto aos barcos de vela, julgo que além destes, que sabemos identificar e caracterizar com bastante certeza, foram muitos outros, talvez de menor calado. Curiosa a informação do espião Ruy Díaz Vega: em Portugal estava a ser construída uma boa nau, mas não ia ficar pronta a tempo. Não sei como acabou esta história: poderão dizer-me: ‘à portuguesa’, não ficou pronta a tempo; ou poderão dizer-me: ‘à portuguesa’, fizeram um *forcing* final, quase um milagre, e acabaram o barco a tempo de ir a Ceuta. Nunca o saberemos, nem é importante. A estes barcos havia que somar outros com que D. João I contava: oito barcos portugueses que estavam na Flandres, quatro naus biscainhas e mais quatro que seriam trazidas por um cidadão de Londres.

Estas naus eram pagas segundo uma tabela: o mestre, quinze coroas por mês, o *gravite* [piloto?] dez e o marinheiro cinco; o leque salarial é estreito. O frete da nau custaria uma coroa mensal por tonelada¹⁴.

3. Organização e embarque

Por estes anos Portugal tinha sem dúvida os mecanismos de recrutamento, inspeção, convocatória e embarque de tropas, de marinheiros e de remadores razoavelmente rotinado e oleado. Três das comarcas mais populosas do país, Beiras, Trás-os-Montes e sobretudo o Entre Douro e Minho, e aquelas onde havia sem dúvida maiores contingentes dos fidalgos – dos “capitães” – concentraram soldados, tropas e mantimentos no

¹² Ruy Díaz informa que essas naus “*tienen pocos omes de mar*”.

¹³ Porque ficou uma em Ceuta, ao serviço da guarnição.

¹⁴ O referido barinel português que estava em construção, por exemplo, poderia assim custar ao tesouro régio 900 coroas, se estivesse três meses ao serviço da Coroa (ver o meu livro *Ceuta, 1415...*, pp. 88-91).

Porto e aí embarcaram, sob a chefia do Infante D. Henrique. Conhecemos os comandantes das galés:

Do Porto saíam sete galés, cada uma com o seu capitão, que eram os seguintes: o Infante D. Henrique; o conde de Barcelos, D. Afonso; D. Fernando de Bragança (filho do Infante D. João de Castro, por sua vez filho do rei D. Pedro e de Inês de Castro); o marechal Gonçalo Vasques Coutinho; João Gomes da Silva, alferes do Rei; Vasco Fernandes de Ataíde, governador da Casa do Infante D. Henrique (ainda havemos de falar muito deste) e Gomes Martins de Lemos, que tinha sido aio de D. Afonso, Conde de Barcelos. Juntemos-lhes os oito comandantes das galés que esperavam em Lisboa: o Infante D. Pedro (mais tarde seria o rei no lugar dele, e ele mudaria para uma nau), na segunda o Mestre de Cristo, na terceira D. Afonso de Cascais, na quarta o prior do Hospital, na quinta o almirante Lançarote Pessanha, na sexta o filho do almirante, Carlos Pessanha, na sétima o capitão Afonso Furtado (o espião que espiou pouco e mal) e na última João Vasques de Almada.

Precisamente por estes anos, em Portugal começou-se a investir fortemente nas decorações, librés e em toda a heráldica e simbologia, quer das galés, quer dos tripulantes. Fez-se uma primeira experiência, aparentemente espectacular, nas duas galés que foram espiar o porto de Ceuta, e cujo destino público e oficial era a Sicília, numa missão diplomática, e uma grande aposta sobretudo na frota que partiu do Porto, por iniciativa (e a expensas) do Infante D. Henrique. No seu entusiasmo ‘henriquino’, Zurara esquece que foi com o rei D. Fernando que se enviou pela primeira vez a Barcelona uma galé de prestígio sumptuosamente decorada, que parece ter espantado os catalães¹⁵.

Esta chamada ‘frota do Porto’ reuniu-se à de Lisboa (onde embarcaram os contingentes da Estremadura e do Entre Tejo e Guadiana; isso inclui presumivelmente os das ordens militares, de cuja intervenção especificamente nada sabemos, embora se fale aqui e além dos respectivos Mestres¹⁶).

Três observações simples sobre o embarque: muitos milhares de soldados e de marinheiros andavam pela Ribeira de Lisboa, possivelmente a divertirem-se e a passar o tempo; e quando os sinais de aviso das trombetas se ouviram, eles tiveram um prazo relativamente curto para se meterem em batéis e embarcarem cada qual na sua nave. Em segundo lugar, o espião aragonês diz-nos que, na confusão da partida, dois barcos chocaram entre eles e foram ao fundo, causando um número indeterminado de vítimas; Zurara

¹⁵ Capitaneando uma frota de sete galés, a enorme e espaçosa galé real, com vários quartos, ia “*mui nobremente guarneçada de estandarte, e muitos pendões e tenda, e aparelhos de cordas de seda* [onde havia de vir a Infanta aragonesa que se iria casar com o rei português]. *E nela o rei mandou pôr por nobreza muitos e grandes dentes de porcos monteses, encastoados ao longo da coxia de ambas as partes da galé, e todos os remos pintados, e outros lugares por formosura.*” (F. Lopes, *Crónica de D. Fernando*, ed. De Giuliano Macchi, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, cap. 49, “Como o Conde partiu de Lisboa para Aragão, e como chegou lá com todo o haver que levava”, pp. 165-167). A descrição continua: “*Os galeotes eram todos vestidos de uma maneira, e iam em ela quarenta besteiros (...) todos vestidos de outra libré e cintos cobertos de veludo preto com as armas de El Rei bordadas.*”

¹⁶ O de Avis ficou no reino. Como combateram os seus monges-soldados? É possível que tenha havido ainda um número muito pouco significativo de barcos que se concentraram em Lagos, à espera dos outros.

não fala nisso. Seria possível um choque com esta gravidade em Belém? Por último: grassava a peste em Lisboa e nas terras próximas. Essa peste fizera já uma vítima, a mais ilustre das vítimas, D. Filipa de Lencastre. Talvez tivesse chegado a bordo de um dos muitos barcos portugueses e estrangeiros que se reuniram em Lisboa. Uma coisa era certa: o vírus também embarcou na armada, em Belém, foi e veio a bordo dos navios; e se entre os fidalgos só um morreu em combate, Vasco de Ataíde, enquanto a epidemia ceifou pelo menos doze, entre os soldados do povo só podemos imaginar e multiplicar este número por outro grande. Não deve haver muitos lugares onde uma peste se sinta mais em casa do que a bordo de um destes antigos veleiros ou de uma galé, com os homens amontoados em precárias condições de higiene, muito calor e alimentação deficiente.

Com ou sem acidentes, assim partiu, de Lisboa, a armada de Ceuta: à frente a galé real, na qual iam também os Infantes D. Duarte e D. Henrique, seguida de mais catorze relativamente semelhantes; depois delas iam os grandes veleiros de maior arqueação e tonelagem. E no fim, provavelmente, uma multidão de barcos mais pequenos, de simples apoio e reduzida capacidade de transporte de homens e de bens. Tudo isto se fez ao som de muita música estridente, de guerra, e no meio de muitos pendões, muitos estandartes, muitas librés coloridas (bastantes delas de seda).

4. Problemas da viagem

Não vou retomar aqui a discussão sobre as vantagens relativas dos barcos à vela sobre as galés ou vice-versa. Mas há um ponto que nem sequer pode ser discutido: um barco à vela sem vento não sai do sítio, a não ser que seja rebocado¹⁷. Foi isso que aconteceu em Lagos, onde a frota se concentrara, onde fora divulgado publicamente o objectivo da expedição, Ceuta, e publicada a bula de cruzada. Estava tudo pronto. Faltou o vento. E faltou durante uma semana, com calor, peste a bordo das embarcações e gente a adoecer e a morrer, os mantimentos a serem gastos e a possibilidade crescente de o destino final transpirar para os inimigos. Quando finalmente a armada se pode fazer ao mar, para transpor as escassas léguas entre Lagos e Algeciras, onde voltou a ancorar (relembro a necessidade de as galés fazerem frequentes escalas, para se abastecerem de água e darem descanso aos remadores), sobreveio uma espessa cerração, que podia ter provocado choques ou ao invés afastamento de navios, o que parece não ter acontecido. Mas quando as duas componentes da armada, as quinze galés, capitaneadas pelo rei D. João I, que tinha consigo o seu filho mais velho e sucessor, D. Duarte, e o Infante D. Henrique, mais as muitas dezenas¹⁸ de navios à vela, capitaneados pelo Infante D. Pedro¹⁹, finalmente se reuniram à vista das muralhas de Ceuta, fizeram-no por pouco tempo. O vento, o tal que faltara em Lagos, desencadeou-se agora com toda a sua violência, numa tempestade assustadora. E tal foi a força desta tempestade que as galés foram arrastadas até Algeciras

¹⁷ Só se for rebocado.

¹⁸ Mais de centena e meia?

¹⁹ De cujo navio, certamente imponente, nada sabemos. Nem o nome.

e as embarcações à vela, pasme-se, até Málaga²⁰. Não temos motivo para duvidar da violência desta tempestade. E no entanto:

- a. Zurara não nos fala de naufrágios nem de uma única baixa, o que é notável²¹;
- b. O autor anónimo da *Crónica do Condestabre* diz preto no branco que os barcos da gente de Nuno Álvares Pereira não se moveram uma braça do sítio onde estavam ancorados, aguentando estoicamente duas noites de verdadeiro inferno no mar; e sugere que o velho soldado terá sido bem mais corajoso do que o rei de Portugal, que levou as suas galés para a segurança do abrigo da baía de Algeciras.

Aliás o episódio repetiu-se, quase igual ao primeiro: recomposta a armada na sua unidade, perto das muralhas de Ceuta, uma segunda tempestade, tão fera como a primeira, produziu exactamente os mesmos resultados: galés em Gibraltar, embarcações de vela em Málaga. Estávamos em pleno Agosto: os dois episódios dizem-nos bastante sobre as condições de navegação no Mediterrâneo, mesmo em distâncias curtas e, pensaríamos nós, mais do que seguras à partida. Uma última constatação: indo o rei e os filhos mais velhos a bordo, não parece ter sobrado para o almirante de Portugal nenhum papel de relevo, e quase nem se dá por ele. Pelo menos o cronista não deu²².

E assim chegamos às vésperas do desembarque. Uma vez mais, algumas notas soltas: o perigo de incêndios a bordo²³; como é natural, com as noites quentes os homens dormiam sobretudo nas cobertas, ao ar livre. Por fim, tanto quanto me é possível saber, os barcos não estavam armados com peças de fogo (mesmo se levaram algumas para utilizar no cerco e no ataque, o que também não é cem por cento seguro); quem está à espera dos cronistas para tentar reconstituir a misteriosíssima história da instalação e do uso de artilharia pirobalística a bordo das galés e das naus bem pode desesperar. Isso levanta outra questão muito interessante: se os barcos não iam armados com peças de fogo, em que consistiam as adaptações, de carpintaria naval, que muitos deles receberam para a expedição? Altear e reforçar os parapeitos laterais e os castelos de bordo?

5. O desembarque

Ao contrário de outros investigadores que muito respeito, não dou especial valor às manobras tácticas que terão sido ensaiadas: basicamente, e dada a configuração geográfica da praça, o ‘engodo’ seria simular o ataque pelo lado sul da península, como manobra de diversão, para que o verdadeiro ataque se realizasse do lado norte. E desvalorizo isto

²⁰ Que era um dos alvos sussurrados para o ataque português, e que por isso entrou em pânico e pediu socorro a Granada quando viu chegar as velas de D. Pedro.

²¹ Mais notável ainda se foi verdade o acidente com mortos à largada de Belém.

²² Ou seja, o Infante D. Henrique nem dele se lembrou, quando recordou / reinventou a expedição, algumas décadas depois.

²³ O episódio de um candeeiro que pega fogo; para o atirar ao mar o Infante D. Henrique ter-se-ia queimado nas mãos com gravidade.

por duas razões: Ceuta é estreita, nos sítios das praias (que eram mais numerosas do que hoje, e diferentes); em poucos minutos os defensores podiam atravessar a cidade e mudar de muralhas. Além disso, o desembarque não podia ser simulado pelos barcos grandes, porque a profundidade da água junto às praias era pequena²⁴. Teve de ser feito em batéis: homens, armas, engenhos de guerra, tudo. Esta necessidade de batéis em grande número, eles que foram os verdadeiros veículos do desembarque, é que, na minha opinião, merece bastante destaque.

Os muçulmanos tinham excelentes tradições marinheiras, como ficou bem demonstrado pelos estudos de Christophe Piccard²⁵ e, a partir de determinado momento da história da sua presença no Ocidente, no Gharb, passaram a dispor de uma poderosa e temível marinha de guerra²⁶, comandada por um almirante. Essa marinha não deu sinal de vida; é provável até que ao tempo não estivesse activa, e mais não fosse do que um conjunto de barcos dispersos por vários portos, entre os quais Ceuta. Se o testemunho de Zurara é verdadeiro, neste porto de Ceuta os portugueses encontraram algumas galés e outros barcos pequenos.

Se a ida foi terrível, o regresso foi um passeio. Só houve duas pequenas histórias para recordar: a galé real ia à frente, com um farol²⁷; não percebo bem porquê, perdeu-se das outras, falhou o destino, que era Faro, e foi dar à foz do Guadiana, em Castro Marim – isto com um mar calmo. Em segundo lugar: a esmagadora maioria dos expedicionários deve ter ganho semelhante azar às ondas que, assim que puseram pé em terra no Algarve, nem pensaram em aproveitar a boleia dos barcos para regressar a casa, embora a viagem fosse muito mais rápida e mais cómoda, e muitos se tenham visto e desejado para encontrar, no Algarve, cavalgadas (às vezes simples mulas) que os transportassem durante centenas de quilómetros.

Os barcos estrangeiros passaram por Lisboa, para serem pagos, antes de voltarem aos portos de origem e à actividade que os ocupava quase sempre: o comércio internacional. Aceitaram serem pagos em sal porque devem ter compreendido rapidamente que, de outro modo, o vedor-mor da Fazenda não teria boa moeda em quantidade para lhes pagar o devido.

²⁴ Essa era uma das missões que fora confiada a Afonso Furtado, o capitão-mor, na sua viagem de espionagem e de reconhecimento do objectivo; mas chegado a Lisboa, à presença do rei, ‘fechou-se em copas’ e, estranhamente, nada disse.

²⁵ Ou por um livro interessantíssimo de Christophe Picard, *La Mer des Califes. Une histoire de la Méditerranée musulmane (VIIe-XIIe siècle)*. Paris: Seuil, 2014. Veja-se ainda, do mesmo autor, *L’Océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l’époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d’al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*. Paris: Maisonneuve et Larose, 1997.

²⁶ Ou de Xavier de Planhol, desaparecido há poucos meses, *L’Islam et la mer: la mosquée et le matelot, VII^e XXI^e siècles*. Paris: Perrin, 2000.

²⁷ Lembremos que D. Fuas Roupinho pode ter sido morto numa batalha naval precisamente ao largo de Ceuta.

²⁸ Suponho que uma lanterna especialmente poderosa.

6. A armada de Ceuta

D. João I deixou uma galé em Ceuta, capitaneada pelo filho do Almirante. Façamos contas rápidas: somada às seis que lá estavam, ficavam sete. Bem bom para começo de uma pequena frota de guerra. A verdade é que essa eventual frota nunca existiu, nunca funcionou como tal, e é fácil de compreender porquê: imaginemos galés de 200 tripulantes, entre remadores e outros marinheiros; sete exigiriam 1.400 tripulantes, ou seja, metade da guarnição que ficou a guardar Ceuta. Além disso as galés são relativamente pesadas e lentas a manobrar. A partir de Ceuta não se ia fazer uma guerra naval convencional: ia-se vigiar o estreito e praticar pirataria. Para isso eram precisos barcos muito mais leves e rápidos, capazes de avistar uma presa potencial e caírem sobre ela num breve espaço de tempo. Os barcos mais indicados eram as *fustas*, da família das galés mas bem mais pequenas, como a *Santiago Pé de Prata*, uma fusta de dez bancos que Dom Pedro de Meneses mandou construir em Ceuta e que, segundo Zurara, saiu perfeita: muito veloz e boa de manobrar; o que quer dizer que entre os que ficaram em Ceuta havia bons e experientes carpinteiros navais (e talvez calafates e cordoeiros).

Em síntese: a armada que foi organizada pelo rei de Portugal para a conquista de Ceuta, sem dúvida a maior que partiu de território nacional durante muitos séculos, continua a ter uma função quase exclusiva de transporte; continua a não ser permanente – terá, quando muito, uma base mínima de galés que eu diria semi-permanente²⁸; continua a não utilizar artilharia a bordo (e demorará ainda bastante a fazê-lo, e mais ainda a fazê-lo com eficácia). E por último, mantém-se basicamente dividida em dois grandes corpos – o das galés e o dos navios à vela – sendo que o primeiro, o das galés, é sem dúvida o mais nobre: é lá que vão o rei e quase todos os seus filhos; e os principais fidalgos e mestres de ordens militares capitaneiam as suas galés. Como se a galé fosse o mais parecido, no mar, com o que era o comando de um contingente em terra. Faltam ainda alguns anos para que os barcos de alto bordo e de vela demonstrem, neste mesmo Mediterrâneo, a sua superioridade militar sobre as galés.

²⁸ Porque passa grande parte do tempo ocupada no comércio; ou então em terra, nos armazéns ou taracenas, não em condições de se fazer imediatamente ao mar.

CEUTA E O ESTREITO: VANTAGENS TÁCTICAS E ESTRATÉGIA NAVAL, NO SÉCULO XV

Jorge Semedo de Matos

Introdução

Após vários anos de preparativos minuciosos, saiu de Lisboa a 25 de Julho de 1415 – dia de Santiago – a esquadra que viria a consumir a conquista de Ceuta a 21 de Agosto do mesmo ano. Levava a bordo o rei de Portugal, D. João I, o príncipe herdeiro, D. Duarte, e os infantes mais velhos, D. Pedro e D. Henrique. Começava assim a aventura da presença portuguesa no Norte de África¹, que se prolongaria até ao abandono de Mazagão, em 1769. Foram três séculos e meio de um percurso quase sempre conflituoso, feito de vitórias e derrotas que, nalguns casos, abalaram profundamente o país, provocando traumas que se arrastaram por décadas. Recordamos o caso de Tânger, em 1437, com o cativo dramático do infante D. Fernando; ou a tragédia de Alcácer Quibir, onde sucumbiu o rei de Portugal, D. Sebastião, e onde emergiram as condições da crise dinástica que determinou a ascensão de Filipe II. E realço esta ideia de uma presença prolongada, porque Ceuta foi uma das suas bandeiras mais importantes, que não caiu com o cativo de D. Fernando, nem foi abandonada quando D. João III, numa política de realismo em relação ao Norte de África, mandou retirar de quase todas as praças. Ficaram apenas Mazagão, Tânger e, naturalmente, Ceuta².

Nesse longínquo ano de 1415, Portugal dava o primeiro passo da Expansão para além do continente europeu, apossando-se de uma cidade localizada sobre a mais importante passagem de África para a Península Ibérica, ponto fulcral do secular conflito entre a cristandade e o islão, e estreita porta que separa (ou une) o Mediterrâneo e o Atlântico. Por ali tinham atravessado os exércitos muçulmanos que invadiram a Península, desde o século VIII, e por ali passava todo o comércio marítimo que decorria entre o mar interior e o Norte da Europa. Mas, como dizia, começava com esta conquista um período de três séculos e meio da presença portuguesa no Norte de África. Porém, apesar das dificuldades intensas que esta presença teve, por vezes com momentos dramáticos, a historiografia portuguesa – e a europeia, de um modo geral – tratou-a sempre de uma forma secundária, se comparada com outras áreas do Império e outras vertentes da Expansão. E importa dizer ainda que, se são relativamente poucos os trabalhos sobre esta presença – enquanto acontecimento secular e intenso –, são ainda mais escassos os estudos sobre a componente naval envolvida. Com grande dificuldade se encontram análises ou considerações

¹ A conquista de Ceuta, em 1415, mara, além disso o início da Expansão Portuguesa e Europeia, encetando um processo que se prolongou por vários séculos, com consequências que vieram até ao presente.

² Recordo que Ceuta permaneceu portuguesa até à aclamação de D. João IV, em 1640. Nessa altura a cidade manteve-se fiel a Filipe IV.

operacionais que tenham em conta a actuação específica dos navios ou o papel do espaço marítimo circundante, apesar de que quase todas as operações de monta envolveram meios navais, desenrolaram-se a partir do mar e tiveram lugar na costa ou em zonas ribeirinhas. Há como que uma timidez do historiador em analisar as potencialidades de um instrumento militar que tem especificidades que estão para além da experiência do dia-a-dia e da intuição comum. Como é que se faz a guerra com navios? Que capacidades se obtêm utilizando navios? Que condições determinam o sucesso ou insucesso dos navios em combate? São perguntas cuja resposta não é óbvia e a complexidade do problema faz com que esta componente histórica e operacional da guerra nem sempre mereça um tratamento suficiente, para que fiquem claros os elementos que a compõem e determinam os seus resultados.

Sempre que se pensa nas motivações portuguesas na conquista de Ceuta – um tema sobre o qual já correram rios de tinta e jamais resolvido – pensa-se em questões de natureza religiosa e objectivos de cruzada, objectivos económicos relacionados com o comércio africano ou com o trigo marroquino, pensa-se no prestígio dos três príncipes de Avis que ali foram armados cavaleiros (como uma boa parte dos filhos da nobreza emergente de Aljubarrota), mas raramente se considera a posição estratégica de Ceuta numa perspectiva de exercício do poder naval. De um modo geral, quando a cidade e a península onde se encontra são associadas a vantagens de guerra, o enfoque é colocado sobre a passagem da Península Ibérica para África: às possibilidades de invasão da Berbéria, ou o tamponamento da via de acesso à Península, para os exércitos norte-africanos. A importância da posição de Ceuta, para o controlo da navegação entre o Mediterrâneo e o Atlântico, fica na sombra da metáfora sugerida pela imagem de uma passagem marítima estreita encravada entre a Europa e a África. Uma espécie de porta que se abre ou fecha e por onde têm de passar os navios, sem que se perceba claramente em que consiste esse fechar e abrir da porta. O Estreito tem cerca de 7,5 milhas náuticas (aproximadamente 13900 metros),³ de forma que a ideia de “porta”, apesar de parecer evidente quando se olha para um mapa de pequena escala, não é tão óbvia quando se está no local. Sobretudo porque os meios de observação e de combate daquela época não tinham capacidade para alcançar navios, a partir de terra, mesmo a tão curta distância. O que se fazia então a partir de Ceuta? Que importância teria isso para Portugal? A resposta a estas perguntas e a compreensão da forma de actuar é fundamental para que se perceba o real valor estratégico de Ceuta – a correcta avaliação da metáfora da porta –, que me parece ser a razão mais persistente da presença secular dos portugueses naquele local.

Julgo, então, que será útil revisitar a dimensão do comércio marítimo mediterrânico português, antes e depois da conquista, observar a sua componente de trocas e o curso (ou pirataria) que lhe está associado, para depois evidenciar o que representou para ele a presença portuguesa em Ceuta. Salientar sobretudo a forma de actuar a partir da praça, nomeadamente as vantagens desta posição que proporcionavam superioridade táctica nas acções navais.

³ Cerca de cinco vezes a largura do Tejo, entre Belém e Porto Brandão.

O comércio marítimo com o Mediterrâneo

Para falar do comércio marítimo português anterior à Expansão é incontornável começar por referir o Mediterrâneo. É bem verdade que o país teve também acesso aos mercados do Norte, nomeadamente as praças francesas, inglesas e dos Países Baixos, mas a primeira escola foi colhida no mar interior, cuja actividade remonta ao período romano. Portugal dá os seus primeiros passos no século XII, quando o panorama marítimo do Mediterrâneo era bem diferente do que tinha lugar quando Roma ditava as suas leis, mas o fervilhar de navios, circulando de porto para porto, desde os confins do Líbano até às Colunas de Hércules, continuava o principal motor da actividade económica do sul da Europa e Norte de África.

Os séculos VIII, IX e X viram surgir e afirmar-se no Mediterrâneo outro protagonista, vindo dos confins da Arábia, armado de uma nova fé e energia que lhe permitiram uma predominância razoável, sem um domínio absoluto. Os seus maiores opositores foram os bizantinos, que não conseguiram impedir o domínio da Sicília, de algumas cidades do sul da península italiana, das Baleares e de toda a Península Ibérica. Conquistaram toda a orla marítima norte-africana e, até ao final do século X, poucas foram as potências que conseguiram fazer-lhes frente. Apesar de tudo, a capacidade marítima de cidades como Veneza, Génova ou Pisa conseguiu sobreviver à sua vaga devastadora. Com a entrada no século XI, contudo, a Europa ganhará também um novo alento: o fulgor que desencadeou a primeira cruzada e que, com a ajuda dos normandos, permitiu expulsar o islão do sul de Itália. Com ele cresceu o poder das cidades italianas e, um pouco mais tarde, da Catalunha que se apossou das Baleares no princípio do século XII. O século XIII seria de grande domínio de Aragão, que integrava as Baleares e a Catalunha, estendendo o seu poder a outras regiões do Mediterrâneo sobre quem exerceu tutela directa ou submeteu à vassalagem. No final do século XIII, o almirante Roger de Lauria proclamava que, no Mediterrâneo ocidental, até os peixes ostentavam as cores de Aragão, dando uma ideia da sua acção e poder sobre este espaço marítimo.⁴

O século XIV é, efectivamente, o século de Aragão no Mediterrâneo e é, também, o século em que a política peninsular vai aproximar este reino com Portugal, conduzindo os dois países para uma aliança que espelha uma gestão equilibrada da política externa dos reinos peninsulares: Portugal buscou a amizade de Aragão, procurando apoio para equilibrar o grande poder de Castela, e Aragão recebeu-a de bom grado, pelas mesmas razões. O casamento do rei D. Dinis com Isabel de Aragão, cujo contrato foi assinado em 1281⁵, selou a relação entre os dois reinos e balanceou Portugal para o destino marítimo que, de algum modo, se desenhava no ocidente peninsular.

⁴ Roger de Lauria nasceu na Catânia, em Lauria ou Scalea, por meados do século XIII, entrando ao serviço do rei de Aragão ainda adolescente e recebendo o bastão de almirante das mãos de Pedro III, de Aragão, a 20 de Março de 1283. Planells de Maza y Planells Clavero, *Roger de Lauria: el Gran Almirante del Mediterraneo*, Madrid, 2011, p. 51 e p. 106.

⁵ Isabel era filha de Pedro III, de Aragão, em cujo reinado o reino consolidou o seu poder no Mediterrâneo, através da acção do almirante Roger de Lauria. *Ibidem, passim*.

Em Maio de 1293, uma carta de confirmação de D. Dinis estabelece que os mercadores portugueses devem pagar 20 soldos de estrelins por todas as barcas com mais de 100 tonéis, que carreguem em portos portugueses com destino à “Flandres, Inglaterra, Normandia, Bretanha e Arrochela”. O mesmo sucederia com as fretadas para Sevilha e outras partes, sendo que as barcas com menos de 100 tonéis pagariam apenas 10 soldos. Esta quantia destinava-se a que houvesse na Flandres “100 marcos de prata ou o seu valor, e o restante em Portugal, para despender em seus negócios e pleitos”⁶. Trata-se de um documento estruturante, no contexto do desenvolvimento do comércio marítimo português, mas o que importa relevar é o facto de que ele mostra a dimensão desse comércio, na altura em que Génova cruzava o estreito de Gibraltar, para chegar ela própria aos mercados do norte. Filipe Themudo Barata explica muito bem a dinâmica desta actividade comercial marítima,⁷ a caminho do Norte, seguindo as rotas que foram de normandos e vikings, ou as dos cruzados que vieram à Península e que colaboraram na conquista de Lisboa, de Alcácer do Sal e de Silves. Coincide esta medida organizativa da coroa com a ligação ao reino de Aragão, já selada pelo casamento, acompanhada pelo crescente movimento de navios e o estabelecimento de interesses portugueses nos portos de Valência, Barcelona e Maiorca. Aos Genoveses interessava pouco o comércio português, talvez porque não tinha dimensão suficiente para as suas ambições e recursos, quando comparado com a dimensão dos seus interesses noutras rotas, mas começaram também a frequentar os portos nacionais nesta via de acesso ao Norte, beneficiando do apoio e da protecção necessária.

A actividade é crescente ao longo de todo o século XIV, acompanhando o apogeu do reino de Aragão no Mediterrâneo, ajustando-se depois ao crescimento da actividade genovesa, na passagem para o século XV. Numa primeira fase, encontramos os navios portugueses, com tripulações nacionais, mas fretados pelos genoveses em rotas comerciais que vão até ao Levante. Mas a dimensão destes negócios multiplica-se após a conquista de Ceuta e, sobretudo, com a produção açucareira no arquipélago da Madeira. E, a par deste movimento comercial, é possível encontrar portugueses com várias ocupações e interesses a visitar os portos de Génova, Pisa, Florença ou Roma (*Civita Vecchia*), com especial relevância para prelados e embaixadores.⁸ É gente que, não sendo investidora ou participante directa nos negócios, se insere e mergulha no caldo político que é o Mediterrâneo do século XV, colhendo e transmitindo informações, abrindo portas, perspectivando negócios, e adquirindo conhecimentos sobre a vida financeira, política e até científica (ou técnico-científica). Assistimos a uma entrada paulatina pelas teias do Mediterrâneo, sem que país assuma o protagonismo de potência dominante, mas aprendendo e colocando-se estrategicamente a marcar posição e a definir os contornos do seu próprio espaço.

⁶ Silva Marques, ed., *Descobrimientos Portugueses, Documentos para a sua História, vol I, Lisboa, 1988, p. 21.*

⁷ Filipe Themudo Barata, *Navegação, comércio e relações políticas: os portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466), Lisboa, 1988, p. 79 e ss. Deve ver-se também, do mesmo autor, Comércio e Navegação de Portugal com o levante peninsular (1280), Évora, 1987.*

⁸ Jacques Heers, *L'expansion maritime portugaise à la fin du Moyen-Age: la Méditerranée*, Lisboa, 1956, p. 12 e ss.

Diz Braudel que “A pirataria, no Mediterrâneo, é tão antiga como a história [...] Deve mesmo a esta antiguidade um ar mais natural (diremos mais humano?) do que noutras partes.”⁹ Tê-lo-á dito com ironia, ao apresentá-lo desta forma, sabendo como por trás desta prática está frequentemente um sofrimento sem medida?... Talvez, não seja essa a situação. Entendo que Braudel quis dar ao corso, não uma dimensão humana, mas uma visão integrada. Ele explica muito bem que “o corso é a guerra lícita, tornada assim por uma declaração formal de guerra ou por patentes, passaportes, instruções, comissões...”, o que é, efectivamente, verdade, mas não é o cerne da questão. O que me parece fundamental compreender é a forma como esta prática faz parte da vida corrente de quem anda no mar ou vive nas zonas ribeirinhas.

“... o corso [mediterrânico] é uma pirataria antiga, envelhecida no local, com os seus usos, os seus compromissos, as suas negociações. Ladrões e roubados não estão previamente de acordo, como numa perfeita *Commedia dell'Arte*, mas estão sempre prontos a discutir, depois a entenderem-se. Daí essas múltiplas redes de convivência e de cumplicidade”¹⁰

Ou seja, o corso faz parte da vida das gentes que o praticam ou sofrem mais ou menos conformados. Mas é também um instrumento da política dos Estados, como uma forma de baixa intensidade de fazer a guerra, usada como um exercício de pressão entre Estados, admitida como legítima. Uma violência permanente e aceite como fazendo parte da vida no mar, que vai afrontando inimigos declarados ou latentes, e perturbando concorrentes comerciais. Quando sucedia entre elementos de nacionalidades que não estavam em guerra – e às vezes até entre protagonistas cujos países tinham tratados de amizade, protecção, segurança, etc. – choviam os protestos, exigiam-se compensações, pediam-se desculpas, mas o mal estava feito. O facto de haver uma regulação formal estava longe de ter eficácia absoluta, porque reinava sobretudo a ganância e o jogo político: os mais fortes resistem com dificuldade à tentação de tomar presas e os processos, quando os há, arrastam-se por anos, com mercadorias retidas em portos ou perdidas, e as tripulações cativas ou retidas sem remédio fácil ou imediato. Formalmente é sempre feito em nome do Estado e contra inimigos (ou representantes de inimigos) concretos, mas a regulação é pouca e a arbitrariedade é muita. Por isso se entende muito bem que a capacidade de fazer o corso, numa determinada área oceânica, constitui sempre um valor específico de cada Estado, utilizado com habilidade e artimanha no xadrez da política externa, de onde se retiram também vantagens económicas: acresce, naturalmente, a este papel político, o lucro elevado das próprias presas, que reverte para os armadores, capitães, guarnições, bem como para os soberanos, que fornecem as cartas de marca ou de corso, cobrando uma percentagem dos ganhos. Todos os países têm regras sobre a distribuição destas presas, que falam da natureza das mercadorias (navios, cativos, armas,

⁹ Fernand Braudel, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, 2º vol, Lisboa, 1984, p. 231.

¹⁰ *Ibidem*, p. 232.

outros) e a forma como cada um pode usufruir das mesmas, definindo as percentagens que cabem a cada parte. O corso é, pois, uma instituição inerente ao Mediterrâneo e a medida da capacidade de cada país para o fazer representava um valor concreto, económico e político.

A vinda de Manuel Pessanha para Portugal, no reinado de D Dinis, e o contrato que assinou em 1 de Fevereiro de 1317, assumindo o cargo de almirante da coroa de Portugal, insere-se num processo que visa o exercício do poder nas águas portuguesas e até onde for possível estender o raio da acção das suas galés. As qualificações que trás, e de que o país era mais carente, eram a capacidade de fazer a guerra no mar utilizando galés; sendo que uma das actividades a que devia dedicar-se era, naturalmente, o corso. O contrato define o regime de utilização das embarcações e gentes, permitindo que se dediquem ao comércio, quando não forem necessárias, e regulando a forma de distribuição dos saques de corso. Manuel Pessanha não poderia tomar cativos para si, nem armas, “porque estas cousas som livremente dos Reis”¹¹, mas podia ficar com um quinto das restantes mercadorias, de que se incluem os cascos das embarcações apesadas.

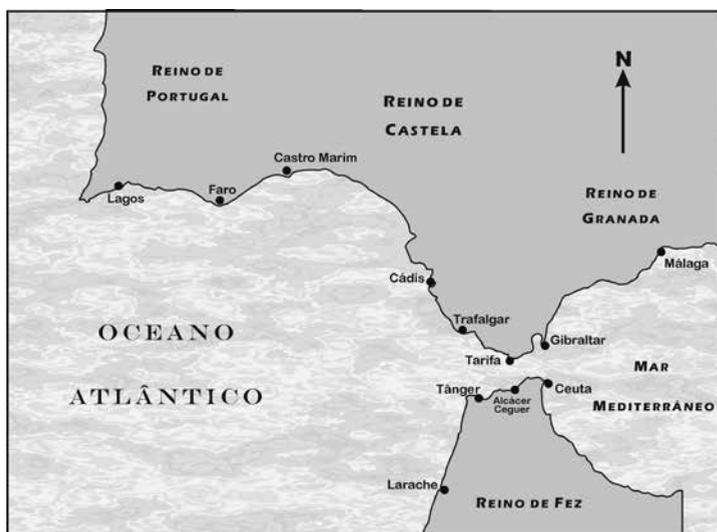


Fig. 1 – Entrada do Mediterrâneo e Golfo das Éguas

O investimento de D. Dinis fez nesta marinha tinha uma dimensão muito apreciável, que só se justificava pelos resultados esperados com a nova organização dotada de melhores capacidades. Formalmente ela tinha como objectivo a segurança na costa portuguesa, com especial relevância para o Algarve (mais devassado) e para o próprio Estreito de Gibraltar. Tinha especial relevo a protecção do comércio que circulava na costa e que se dirigia aos portos nacionais. Para algumas situações específicas, foram publicados

¹¹ Silva Marques, ed. *Descobrimientos Portugueses, Documentos para a sua História, vol I, Lisboa, 1988, p.29.*

outros diplomas que reforçavam a protecção a navios vindos daqui ou dali, por razões de aliança política ou de mercadorias de que havia maior carência em Portugal. E a nova esquadra tinha ainda funções próprias na guerra externa, sendo usada por Afonso IV, D. Pedro e D. Fernando. A sua acção na guerra contra os mouros de Granada foi especialmente relevante na batalha travada em 1342, no próprio Estreito, a quando da invasão que uniu Portugal e Castela, numa aliança de Afonso IV e Afonso XI.¹² Porém, sendo estas as actividades da armada que mereceram maior atenção na documentação posterior, por serem as razões directas evocadas do investimento,¹³ o corso foi seguramente aquela que proporcionou maiores rendimentos para a coroa, para o próprio Manuel Pessanha e para os seus servidores directos. Era recorrente o ataque a navios e portos do Norte de África islâmico, mas deve acrescentar-se que fizeram acções de corso contra navios franceses, biscainhos ou castelhanos: alvos mais ou menos sistemáticos (consoante as circunstâncias) de acções cujo objectivo era diminuir as capacidades e margem de manobra de concorrentes comerciais.

Olhando para a actividade comercial marítima envolvendo navios e armadores portugueses – que cresce significativamente a partir do reinado de D. Dinis –, associada, naturalmente, ao corso exercido pelas galés do rei e por outros navios de armadores portugueses, creio que se evidenciam de forma mais clara os interesses portugueses no espaço marítimo que envolve o Estreito de Gibraltar e a região a ocidente do mesmo, entre a costa algarvia e marroquina. Cruzavam esse golfo – designado na época por Golfo das Éguas – os navios e embarcações norte africanas, aqueles que se dirigiam a Cádiz ou Sevilha e todos os que vinham a Portugal ou que se dirigiam ao Norte da Europa. E se, sobre alguns havia uma autoridade compartilhada com Castela, sobre todos os outros Portugal podia e queria exercer o seu próprio poder. E o valor desse poder era definido pela capacidade de o exercer no mar, com as suas próprias embarcações em circunstâncias vantajosas.

Se visualizarmos bem a dimensão deste valor nacional, enquadrado no Portugal medievo e antes das primeiras iniciativas da Expansão ultramarina, facilmente compreendemos o que pretendiam a coroa e as forças vivas do país com a conquista de Ceuta. E essas forças vivas, com interesses directos no mar (comércio e corso), eram a coroa e quase todas as casas nobres portuguesas, dispondo de meios materiais e grande influência política, que armavam navios, financiavam cargas e fretes e promoviam o corso. Gente com relações familiares e teias de influências em Aragão, em Castela ou em Roma.

¹² Esta guerra, que uniu vários reinos cristãos ibéricos, tem uma expressão lírica no episódio da formosíssima Maria, de *Os Lusíadas*, e culminou com a batalha do Salado, em 1340. No mar, defrontaram-se uma armada cristã, com Simão Bocanegra e Manuel Pessanha, com uma vitória retumbante e decisiva, em 1342. Desta vitória a comunidade de Génova deu eco à acção do seu compatriota Carlos Pessanha (filho de Manuel Pessanha), ao serviço do rei de Portugal, numa inscrição que consta da fachada da igreja de Santo Estêvão. Silva Marques, *op cit*, Vol I, suplemento, p. 279. Da acção da armada de Manuel Pessanha, em Portugal, ver Mário Viana, “O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média”, in *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*, Logroño, 2012, p. 321 e ss.

¹³ A luta contra os mouros justificou a bula de João XXII, concedendo a dízima dos rendimentos eclesiásticos, por três anos. Mário Viana, *op. cit.*, p. 322.

Com o começo da dinastia de Avis, emergindo uma nova nobreza e sobretudo com a criação das casas dos príncipes (infantes), verificamos um acréscimo de actividade mercantil e de curso no Mediterrâneo. E, como o curso exige navios de grande mobilidade, normalmente com remos, a possibilidade de ter um porto seguro e apoiado em Ceuta, aumentou grandemente as capacidades já existentes com os portos algarvios e ocidentais. Esta questão é muito potenciada pelas características náuticas do Estreito e pela posição que Ceuta tem sobre ele, permitindo o domínio eficaz do espaço marítimo. Mas essa questão será abordada no capítulo seguinte.

Vantagens tácticas

A sorte das armas terá sempre algo de imprevisto e incontrolável decorrente do facto de envolver seres humanos em luta pela vida. Assim acontece ainda hoje, apesar dos sofisticados meios tecnológicos em presença, mas acontecia de forma muito mais óbvia e determinante nos séculos XIV ou XV, quando os combates assentavam na força e habilidade dos combatentes. Um imprevisto, uma circunstancia do momentâneo, uma hesitação fora de tempo, podem alterar o que seria a vitória ou a derrota. Pensemo-lo tal e qual como numa partida de futebol da actualidade. Todos sabemos da maior capacidade técnica e das melhores condições do que reconhecemos ser os “gigantes do futebol”, mas o acaso pode ditar circunstâncias que dão uma hipótese aos “tomba gigantes”. E se eles souberem aproveitar esse acaso favorável e evitar um contragolpe, podem acabar vitoriosos. A situação nem sequer é rara, para que possamos ter sobre ela quaisquer dúvidas. Sair para um combate tinha, portanto, uma dose enorme de incerteza, que se considerava estar nas mãos de Deus.

Contudo – como no futebol actual – um conjunto de factores e vantagens podem ditar a maior ou menor probabilidade de vitória. A nossa experiência do dia-a-dia permite-nos intuir que, num combate terrestre, tem vantagem quem está numa posição mais elevada, mesmo que disponha de menos forças ou menos meios. O atacante que tem de subir uma elevação, transportando as suas armas e necessitando de arremessar projecteis para o topo, está sempre numa posição mais difícil e desfavorável do que aquele que se encontra no cimo. É fácil de compreender. E no mar? Como é que este tipo de vantagens, ou desvantagens, se fazem sentir entre dois navios que combatem?

Estas perguntas nem sempre têm resposta fácil, mas é óbvio que as diferenças de altura não existem na superfície do mar, a não ser que sejam construídas na própria plataforma do navio. E isso acontecia com os vasos destinados à guerra, adaptados para um forma de combate que, antes do desenvolvimento da artilharia, tinha sempre como objectivo a captura do próprio navio. Mas colocam-se problemas com ventos, correntes, proximidade de obstáculos, manobrabilidade, etc. A capacidade militar dos navios variava consoante as suas características e meios de combate disponíveis, mas percebe-se que, dispondo de um ponto de observação, sobranceiro a um porto abrigado, de onde se avistam os outros navios com grande antecedência (avaliando as suas condições para combate, tipo e características da plataforma, quantidade de pessoal e capacidades

de velejar), se forem inimigos e tiverem condições para ser apresados, com facilidade os próprios se preparam, saindo com as suas embarcações no momento exacto, para surpreender e tirar proveito das forças da natureza (vento e corrente).

No caso específico de Ceuta parecem-me ser evidentes estas condições de observação sobre a navegação que cruza o Estreito. Deve notar-se que esse movimento marítimo de entrada e saída do Mediterrâneo, de maneira nenhuma pode ser alvejado a partir de terra, atendendo à largura do estreito e às poucas capacidades da artilharia daquele tempo¹⁴. Contudo, a possibilidade de observar quem vem e como vem, permite que se saia com as embarcações adequadas, na altura própria, atacando-as ou dando-lhes passagem, consoante o caso. A atalaia construída pelos almorávidas no topo da Almina – monte Hacho –, a que os mouros chamavam “o mirador”, num dia claro, permite avistar todo o Estreito até Tarifa, para Ocidente, e até Málaga, para Oriente¹⁵. A possibilidade de ver sem ser visto e usar os meios adequados, sem que o outro se aperceba, lançando o ataque da maneira mais favorável ao atacante, dá ao observador a garantia de actuar com vantagem táctica sobre os adversários e, conseqüentemente, com melhores condições para ter sucesso.

A vantagem táctica é a situação criada (ou decorrente) por um dos contendores adquirindo melhores condições para derrotar o seu inimigo. Depende de um conjunto de circunstâncias que têm a ver com a arte da guerra e com o emprego dos meios disponíveis: atacar sempre o inimigo quando ele está mais fraco. Em cada instante da História da Guerra – e a Guerra Naval não é uma excepção – o uso das armas e a técnica de combate definem a maneira de obter esta vantagem táctica. Como vimos acima, em terra ela pode advir de uma das partes estar numa posição mais elevada, de estar protegido e poder arremessar projecteis, de surpreender o outro desorganizado atacando-o com uma formação ordenada e mais eficaz.

As armadas do Mediterrâneo, constituídas por navios de vela e remo (normalmente galés, galeças e fustas) combatiam em formações ordenadas, em que uma das partes procurava desagregar a formatura da outra, encurralá-la em espaços apertados, dividí-la em pedaços isolando pequenos elementos de combate mais frágeis. Mas não é esse tipo de combate que se apresenta aos ocupantes de Ceuta, que pretendem exercer a sua autoridade sobre os navios que cruzam o Estreito. Neste caso, estamos a falar de acções de combate contra navios isolados ou agrupados em pequeno número. Todavia, quem sai de um porto para atacar quem passa escolhe e decide todas as condições para lançar esse ataque. Escolhe a quantidade de soldados, as armas, o tipo de embarcação (sai, por exemplo, com fustas contra os navios de vela) e o momento para o fazer, de acordo com as condições náuticas do espaço. Terá em conta que, normalmente, tem vantagem quem está a barlavento, podendo manter sempre a iniciativa e atacar ou fugir, enquanto quem está a sotavento não pode fazer outra coisa que não seja preparar-se para a defesa e espe-

¹⁴ Vimos atrás que o Estreito tem cerca de 7,5 M de largura, o que coloca a navegação fora do alcance da artilharia insípida do princípio do século XV ou mesmo dos aperfeiçoamentos que lhe sucederam até ao século XIX.

¹⁵ Luís Miguel Duarte, *Ceuta 1415. Seiscentos anos depois*, Lisboa, 2015, p. 128.

rar. Terá vantagem ainda, quem tem a embarcação mais ligeira, mais manobrável e mais bem equipada para o combate, quem tem mais gente de armas e armamento de maior eficácia para o combate à distância. De uma forma geral, uma fusta armada e bem guardada de remadores terá vantagens contra qualquer navio de transporte de carga, e essa vantagem aumenta se conseguir encurralá-lo num espaço confinado (uma baía, perto de um cabo), onde ele tenha dificuldade em manobrar. Nalguns casos poderá aproximar-se com segurança e avariá-lo, diminuindo ainda mais a sua capacidade de manobra, e continuando a circular livremente, fustigando-o até que se renda.

É difícil enumerar exaustivamente todas as possíveis situações de combate em que uma das embarcações tira benefício da sua situação em relação a vento, corrente, manobrabilidade, número de homens e tipo de armas, mas creio que os casos genéricos enumerados permitem perceber algumas particularidades do combate no mar, naquele tempo. Olhando para as condições dos dois portos de Ceuta – a norte e a sul – vê-se que oferecem abrigo aos dois ventos predominantes do Estreito (o *Levante* e o *Poniente*), permitindo manter sempre as embarcações em segurança, com condições para largar quando é preciso, analisando e medindo todas as suas capacidades militares, permitindo planear e manter a capacidade de decisão. Em última análise, nos casos em que o adversário se apresente com grande superioridade e não seja possível a vantagem táctica, pode escolher-se não o atacar e deixá-lo seguir o seu caminho.

Em 1415, a quando da conquista de Ceuta pelos portugueses, ficou na cidade uma guarnição comandada por D. Pedro de Meneses¹⁶, dispondo de meios de combate em terra e armamento adequado à defesa da cidade contra os ataques vindos do sertão. Mas também lá ficaram navios. D. João I ordenou que duas galés suas ali permanecessem, sob o comando de Miçey Tom¹⁷, mas revelaram-se de pouca eficácia para as acções que podiam ser desenvolvidas a partir da cidade. Estou em crer que a galé, sendo uma verdadeira máquina de guerra para o mar, era um navio demasiado grande para os espaços confinados do Estreito, sobretudo, porque era difícil manobrá-las e aparelhá-las com a ligeireza exigida pelo contexto náutico e físico daquele local e do tipo de missões que interessava desenvolver. Mas ficaram também algumas galeotas – mais pequenas e mais manobráveis – e fustas, que parecem ter sido as embarcações mais eficazes para o tipo de combates que se desenvolveram a partir dali. Ficou célebre aquela “nobre fusta que o comde primeiramente mandou fazer a que chamarão Samtiago Pee de Prata” – como diz Zurara, acrescentando que – “tamto que ell rrey partio, logo o comde comsyderou que nõ soamente

¹⁶ D. Pedro era filho de D. João Afonso Telo, conde de Vila Real, integrando uma casa em que as figuras mais gradas, permaneceram fiéis ao rei de Castela, em 1383. Caído em desgraça, recupera a possibilidade de voltar a Portugal e integra a expedição a Ceuta. Aproveitando a hesitação de outras figuras nobres preferidas para o cargo de capitão de Ceuta, ofereceu os seus préstimos e abriu as portas para um prestígio que a sua casa não mais perderia. Em 1424 recebeu o título de conde de Vila Real, que fora de seu pai, e em 1433, quando D. Duarte subiu ao trono, foi atribuído o título de conde de Viana do Alentejo. João Cosme, “D. Pedro de Meneses”, in *Dicionário de História da Expansão*, vol 2, Lisboa, 2016, p. 718.

¹⁷ “hirmão do allmirante Miçer Lamçarote, o quall ficou por capitam de duas galles por mandado dell rrey [...] porque as galles são navios grandes, ou por não ser sua dita em esta parte melhor, não achamos cousa notavell que fezessem”. Cf. Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Lisboa, 1997, p. 303.

lhe comvinha ter bos cavalos pera se ajudar dos ymigos da terra, mas aynda navios pera sojugar aquella parte do mar que lhe era vezinha.”¹⁸ Tratava-se de uma fusta de 10 bancos, “que saiu muito ligeira assim de remos como de vela”, de que ficou patrão Afonso García de Queirós¹⁹, homem fidalgo “esforçado e muy usado na guerra dos mouros”.



Fig. 2 – Estreito de Gibraltar

Na *Crónica de D. Pedro de Meneses*, de Zurara, encontramos fustas, galeotas, bergantins, lenhos, caravos e naus. E havia-os pertencentes ao rei, a fidalgos privados que os armavam por sua conta e a comerciantes diversos, nacionais e estrangeiros. Desenvolviavam acções de corso a partir de Ceuta, ou faziam base em Ceuta, deslocando-se para muitos outros locais, na costa de Granada ou do Norte de África, onde esperavam pela passagem de navios magrebinos ou granadinos, atacando-os quando lhes parecia que não podiam escapar nem resistir. Todas as casas senhoriais dos séculos XV e XVI, em Portugal, se dedicaram ao corso e tiveram navios armados para essa actividade, a partir do momento em que os portugueses se estabeleceram em Ceuta. A Crónica... é prolífera na descrição dessas acções, sugerindo que era uma actividade constante para a guarnição daquela praça.

Em 1418, quando o rei de Granada e o de Fez se preparavam para montar cerco à cidade, trocando ente si mensagens que eram levadas por embarcações que cruzavam o estreito, chegou a notícia de Tarifa de que um “lenho”²⁰ de Alcácer Ceguer passara a

¹⁸ *Ibidem*, p. 303.

¹⁹ Quem o referencia como fidalgo é Zurara, acrescentando que “desamava” muito os mouros, desde que deles fora cativo em tempos. *Ibidem*. P. 304. É de realçar, contudo, o facto de ser fidalgo o patrão da fusta, como eram fidalgos todos os que comandavam estas pequenas embarcações de combate, actuando como se fossem pequenas hostes de cavalaria, no corso ou na protecção de portos e armadas.

²⁰ Embarcação de remo mais pequena que a fusta.

Gibraltar para levar mensageiros. Soube-se ainda que iria encontrar-se com dois caravos, que ali estavam, carregados com bestas e outras armas, destinadas ao rei de Fez. Prepararam-se para o ataque Diogo Vazquez de Porto Carreiro e Lourenço Annes de Padua, saindo pela noite e cruzando o Estreito para apresar as três embarcações. Combinaram que Diogo Vazquez seguiria à frente, por ter a embarcação mais ligeira²¹, e quando avistassem os mouros, passariam pelos navios que estivessem mais ao largo para atacarem a que estava mais encostada a terra. Parecia-lhes que depois tomariam os outros com facilidade. Assim aconteceu: atacaram o caravo que estava perto da praia, saltaram para dentro dele, “cortaram-lhe as pallomeiras”²² e apresaram a tripulação e mercadorias. Mas, ouvindo barulho das duas fustas que estavam por perto, fazendo algum alarido, “nó se atreverão a cometer a pelleja com has outras e deram-lhe a poupa.”²³ Todavia, logo que o caravo “foy despachado” em Ceuta, mandou D. Pedro que duas fustas atravessassem de novo o Estreito e fossem até Ponta Carneiro, presumindo que poderiam encontrar os outros, que o vento levante levaria para fora, nessa direcção. Não as viram mais, mas pelo meio-dia, avistaram duas velas que entraram em Gibraltar, atacando-as nessa noite e apanhando-as “casy desperceebidas”.

Estes episódios eram o dia a dia da vida da cidade, descritos amiúde por Zurara, mostrando bem o ritmo da actividade corsária desenvolvida a partir de Ceuta, após a conquista. Chegavam a D. Pedro informações constantes sobre os movimentos dos mouros e mantinham-se sempre com as embarcações preparadas para sair na melhor altura. Saíam de noite, de madrugada, de dia, jogando com os ventos e as correntes que dependiam das condições da maré, aprendendo a complexa meteorologia do Estreito para dela colher os seus benefícios. E associaram-se frequentemente aos portugueses, corsários catalães e genoveses e muitos outros, do Mediterrâneo ou de outras partes. Assim aconteceu, ainda em 1417, com João Requelme, de Cartagena, que foi a Ceuta pedir que um navio português o acompanhasse para uma presa. Da acção resultou o apresamento de um caravo, com 14 mouros e mercadoria; um bergantim, que fugiu para terra, mas de que foram apesados um mouro e uma moura com uma filha, bem como o navio; e ainda um outro caravo que vinha a proteger o bergantim, “de que resultou o roubo da mercadoria e o cativoiro de seis mouros.”²⁴

O rei promovia intensivamente o corso e apoiava os seus corsários com doações e proveitos de vária ordem²⁵, e faziam-no igualmente mercadores e oficiais da administração, procurando aumentar os lucros dos fretes e de outras acções comerciais. E as operações podiam prolongar-se até à costa ocidental africana, como aconteceu com as fustas de Álvaro Fernandes, a atacar dois outros navios em frente de Larache, pouco depois do

²¹ “porque não serey tan asynha sentydo”. *Crónica...*, p. 407.

²² Humberto Leitão, no *Dicionário de Linguagem de Marinha sugere que sejam proizes (cabos para amarrar a proa a terra), e a explicação parece-me muito razoável, entendendo que se trata de uma expressão de origem catalã. Sabemos bem a relação que Portugal e a Catalunha tinham nesta altura.*

²³ *Crónica...* p. 407.

²⁴ Abel Cruz, “A guerra de corso e a pirataria no Mediterrâneo Ocidental ao tempo do conde D Pedro de Meneses (1415-1437)”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV-XIX)*, Lisboa, 2003, p. 73.

²⁵ F. Themudo Barata, *Navegação, comércio...* p. 326.

cercos de 1418. “Foi certamente baseado nos proventos derivados do corso, que o primeiro Governador de Ceuta, D. Pedro de Meneses, ergueu a fortuna da sua casa senhorial.”²⁶

Os ataques assim conduzidos, tinham como alvo corrente a navegação islâmica que passava perto do Estreito, estendendo-se, contudo, aos próprios corsários mouros sempre que havia notícias dos seus movimentos no mar, ou informações sobre ataques que pretendiam fazer às costas castelhanas ou portuguesas. Exerciam o poder no mar, em todas as suas dimensões (à medida da época), oferecendo segurança aos amigos e aliados, comerciais ou militares, assolando todos os concorrentes ou adversários.

Zurara – a quem se deve a mais detalhada descrição deste tipo de acções, na fase do governo de D. Pedro – não era um especialista na guerra no mar, nem nas condições meteorológicas que, de algum modo, afectam a forma de navegar no Estreito, mas a *Crónica do Conde D. Pedro* está cheia de referências a ventos de levante e poniente, à corrente no Estreito e a múltiplos outros detalhes da navegação naquelas paragens. Só se deslocou a Ceuta muitos anos depois destes episódios, quando escreveu a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, mas ouviu as descrições de quem usou e manipulou com arte esses elementos da natureza, de forma a surpreender os inimigos ou tirar vantagens na sua perseguição.

Conclusão

Formalmente e de acordo com a exaltação das crónicas e panegíricos, Ceuta foi para o país um desígnio alimentado pela fé cristã, sempre empenhada na luta contra o islão. Zurara enceta o assunto como uma ideia do vedor da fazenda, João Afonso, quando se falava no ritual de armar os príncipes cavaleiros,²⁷ mas todo o discurso está marcado pela ideia da legitimação da guerra na afirmação da fé – a ideia da cruzada. Mas mesmo as cruzadas aconteceram num contexto europeu próprio, hoje bem estudado, com explicações que vão muito além das razões de fé. E Ceuta foi, também, alvo de outros discursos historiográficos, tentando aclarar o feito nas suas componentes económicas e políticas. Alcançar o comércio do Norte de África – nomeadamente o rico comércio do ouro do Sudão – ou a busca de cereais, foi a hipótese levantada. Mas não resistiu à realidade dos factos, porque o comércio do ouro que, eventualmente, passasse por Ceuta, passaria a fazer-se por outro lado qualquer. De igual modo se verificou que o trigo marroquino não estava próximo daquela cidade mas na parte ocidental do reino. Todos estes argumentos esbarravam – a meu ver – numa questão crucial: mesmo que alguém, ao tempo da

²⁶ São muitos os exemplos dados por Filipe Themudo Barata. *Ibidem*, p. 326 e 327.

²⁷ Considerar que uma empresa com a dimensão económica e humana da conquista de Ceuta poderia ter sido feita para armar os príncipes cavaleiros, soa naturalmente a absurdo pela extravagância que tal representaria. Sobretudo se nos lembrarmos dos custos exorbitantes da expedição. Em todo o caso, cada português terá ido para Ceuta com as suas próprias razões e, quando se pensa nos três filhos mais velhos de D. João I, deve associar-se-lhes todos os filhos da nobreza emergente de Aljubarrota, desprestigiados perante a Europa, pela forma como alcançaram o seu lugar. Todos os argumentos têm o seu lugar próprio, mas só serão compreendidos se forem analisados na sua verdadeira dimensão. E a dimensão deste argumento ultrapassa a ideia de três príncipes de Avis, devendo ver-se na afirmação internacional de uma elite vasta que ainda não encontrou o seu lugar.

conquista, imaginasse obter esse tipo de benefícios, com muita facilidade verificou que os mesmos não eram alcançáveis, não havendo razões para que a posição de Ceuta fosse mantida à custa de tantos sacrifícios e dramas. Mesmo o “superior desígnio” de guerra ao islão revelou-se com muitas limitações, quando era feita a partir daquela posição em terra, devido às condições físicas da geografia regional.²⁸

Há, de facto, uma última motivação para aquela presença além-mar que se manteve por algum tempo e que pode ter pesado nas decisões dos soberanos. Refiro-me ao papel de tampão, entre o Norte de África e a Península Ibérica, para os movimentos de tropas apeadas. Desde o século VIII que o Estreito foi o local privilegiado de passagem para os exércitos árabes ou berberes que entraram na Península, sendo certo que há data da conquista, em 1415, os mouros ainda estavam em Granada e precisavam dessa ligação segura. Mas esta foi, também, uma vantagem que se desvaneceu em 1492, com a queda do reino Nasrida granadino.²⁹

Creio que Ceuta tem de ser estudada e interpretada muito para além do momento da conquista e, bem entendido, das motivações de 1415. Ceuta foi exigida pelo reino de Fez, em 1437, como única forma de resgatar o infante D. Fernando e não foi entregue. Aparentemente, D. Duarte, apesar de não ter feito a entrega enquanto vivo e reinante, quando morreu em 1438 deixou escrito em testamento que a cidade devia ser dada para resgate de seu irmão. E em 1441 foi organizada uma expedição, comandada por D. Fernando de Castro, que tomaria posse como governador e negociaria a passagem para a soberania de Fez. Contudo, os navios foram atacados por genoveses em circunstâncias muito pouco claras, D. Fernando foi morto sucedendo-lhe na missão o filho D. Álvaro que nunca conseguiu acordar as condições da troca.³⁰ Mais uma vez, Ceuta não foi entregue. Era – como disse D. Pedro na célebre carta de Bruges – um sumidouro de gente e dinheiro, mas assim ficou, mesmo quando D. João III, por meados do século XVI, reestruturou toda a presença no Norte de África, procedendo à entrega de variadíssimas praças portuguesas. Ficou apenas com Mazagão, Tânger e Ceuta.

Para justificar este procedimento é preciso encontrar nela um valor continuado, suficientemente forte para que tenha justificado o sacrifício da sua manutenção. Algo que está para além do entusiasmo de 1412-15 e que, de algum modo, entrou na consciência nacional e na maneira de viver de muitos portugueses. Não encontro outra razão que não esteja na relação da cidade com o Mediterrâneo e os benefícios que daí se colheram sempre. Benefícios que não se descobriram em 1415, bem entendido, mas que se vislumbraram muito antes disso, quando o comércio português e o corso que lhe esteve sempre associado, alcançaram a dimensão que tinha no final do século XIV.

²⁸ A única vez que se tentou uma operação militar no Norte de África, lançada a partir de Ceuta, foi a malograda expedição de Tânger, de 1437, com as consequências que sabemos.

²⁹ Em boa verdade, Gibraltar caiu na posse de Castela em 1462, fechando definitivamente o corredor de invasão da Península.

³⁰ Os mouros não queriam fazer a entrega do refém, sem tomarem posse da cidade e D. Álvaro queria que o infante D. Fernando fosse, pelo menos, levado para uma cidade perto do mar (sugeriu Arzila). O Infante morreu a 25 de Julho de 1443 sem que esta dificuldade fosse ultrapassada, sugerindo-me que nenhuma das partes tinha vontade em chegar a acordo.

Como tivemos ocasião de ver, desenvolveu-se, sobretudo, a partir do reinado de D. Dinis e do seu casamento com Isabel de Aragão, transformando-se num elemento fundamental da economia nacional e razão de ser da sua própria independência. Os portugueses entraram paulatinamente no mundo marítimo mediterrânico, relacionando-se com as potências estabelecidas, em alianças diplomáticas de equilíbrio, tendo em conta as circunstâncias e o poder de cada um: primeiro Aragão, mais tarde Génova, ou Pisa, por vezes Castela. E entraram nesse jogo dispondo sempre de um valor próprio na sua costa e nos seus portos, onde tinham de passar os navios que demandavam o Norte. Quando se aventuraram em Ceuta, alargaram este valor à boca do Mediterrâneo, exercendo um poder de natureza diferente daquele que estamos habituados a considerar: o poder sobre o uso do mar, praticado (neste caso) a partir de Ceuta, na forma como foi dito supra.

Hoje, as considerações de natureza estratégica são suportadas por uma área disciplinar estruturada, que não está patente na documentação medieval ou moderna. É difícil e ingrato tentar encontrar linhas de orientação estratégica de longo prazo no comportamento dos poderes do século XV ou XVI, quando elas próprias não as documentaram. Não o conhecemos na forma organizada como hoje está definida a estratégia. Mas é inegável a existência de pensamento político que não depende apenas de um soberano e que se apoia num conjunto de conselheiros e representantes de forças vivas que têm a ver com interesses de vária ordem. No caso português, no reinado de D. João I, são tomadas várias medidas que é impossível não relacionar com um objectivo concreto ligado a este comércio internacional que vai do Mediterrâneo ao Norte. A assinatura do Tratado de Windsor, em 1386, é uma delas e a conquista de Ceuta, em 1415, é outra. São dois elementos de uma só política, onde está patente a complementaridade funcional de Portugal e Grã-Bretanha, sobre uma determinada rota marítima. E é bem evidente que esta conquista, com todas as valências que trouxe ao país, foi um valor essencial no jogo internacional de alianças em que Portugal se envolveu.

Fontes e Bibliografia

BARATA, Filipe Themudo. *Comércio e Navegação de Portugal com o levante peninsular (1280): Subsídios para a história do comércio externam português medieval*, Provas de aptidão pedagógica na Universidade de Évora, Évora, 1987.

———. *Navegação, Comércio e Relações Políticas: Os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Filipe II*, 2º vol, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984.

COSME, João. “D. Pedro de Meneses”, in *Dicionário de História da Expansão*, Direcção de Francisco Contente Domingues, vol 2, Lisboa, 2016, p. 718.

CRUZ, Abel dos Santos. “A guerra de corso e pirataria no Mediterrâneo Ocidental ao tempo do conde D. Pedro de Meneses (1415-1437)”, in *A Guerra Naval no Norte de África*, organização de Francisco Contente Domingues e Jorge Semedo de Matos, Lisboa, Edições Culturais de Marinha, 2003, pp. 57-99.

CUNHA, Rosalina Branca da Silva. *Subsídios para o estudo da Marinha de Guerra na 1ª Dinastia, Separata da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, Tomo XX, 2ª série, n.º 1, 1954, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1955.

DUARTE, Luís Miguel. *Ceuta 1415. Seiscentos anos depois*, Lisboa, Livros Horizonte, 2015.

GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa, 1962.

———. *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, 2.ª edição, Lisboa, Dom Quixote, 2008.

HEERS, Jacques. *L'expansion maritime portugaise à la fin du Moyen-Age: la Méditerranée*, Lisboa, 1956, separata da *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2ª série, n.º2, Lisboa, 1956.

LOPES, David. “A Expansão em Marrocos”, in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Dir. de António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias, vol. I, Lisboa, Ática, 1937, pp. 131-221.

MARQUES, João Silva, ed. *Descobrimentos Portugueses, Documentos para a sua História*, vol I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

MATOS, Jorge Semedo de. Introdução de *A Guerra Naval no Norte de África*, organização de Francisco Contente Domingues e [...], Lisboa, Edições Culturais de Marinha, 2003, pp.13-33.

PLANELLS DE LA MAZA, Antoni J. y PLANELLS CLAVERO, Antoni J. *Roger de Lauria: el Gran Almirante del Mediterraneo*, Madrid, Bubok Publishing, 2011.

SAMPAYO, Luiz Teixeira de. *Antes de Ceuta*, separata do *Arquivo de História e Bibliografia*, I, Coimbra, 1923.

VIANA, Mário. “O almirantado e a jurisdição sobre os homens do mar em Portugal na Idade Média”, in Jesus Ángel Telechea, Michel Bochaca, Amélia Aguiar Andrade, coord. *Gentes de mar en la ciudad atlántica medieval*, Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 2012.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Edição diplomática de Larry King, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978.

———. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Edição e estudo de Maria Teresa Brocardo, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

———. *Crónica da Tomada de Ceuta*, Introdução e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Edições Europa-América, 1992.

INFORMAÇÃO E CONTRA-INFORMAÇÃO NA “EMPRESA DE CEUTA”: A EMBAIXADA AO DUQUE DA HOLANDA

Margarida Garcez Ventura^{1*}

Este trabalho bem se poderia intitular: “*A embaixada ao duque de Holanda: entre o real e o possível*”... um título que afastaria qualquer suposição de uma abordagem ao modo quase positivista do facto em si e que, pelo contrário, tornaria manifesto o que verdadeiramente me interessa². O facto é a embaixada enviada por D. João I ao duque da Holanda, em 1412, com a finalidade de, sem revelar a intenção de tomar Ceuta, justificar, aos olhos do mundo, a poderosa frota³ que se iria preparar. Ou seja, o objectivo deste trabalho é sublinhar as interacções entre *o real e o possível*, não só como metodologia de análise histórica, mas como instrumento para a decifração de alguns acontecimentos tal como foram ligados pelos seus protagonistas.

Façamos uma primeira incursão no acontecimento que foi a embaixada ao duque da Holanda⁴.

A decisão da tomada da praça de Ceuta foi um processo longo e cuidadoso, passando do plano a que chamaríamos teológico ou ideológico – saber se era ou não serviço de Deus –, às questões de ordem estratégica e logística – mobilização de vontades, de gentes e de dinheiro – passando pela sempre presente avaliação geopolítica e geoestratégica no contexto da Península, da Cristandade e do Magreb. Desde cedo foi considerada a importância do efeito surpresa do ataque e, por isso, a necessidade de manter o projecto em segredo por meio de numerosas “dissimulações”⁵ que Zurara vai registando na sua Crónica.

Ultrapassadas as objecções iniciais, e tomada a decisão da conquista da praça de Ceuta, D. João I convoca para Torres Vedras⁶ alguns dos seus conselheiros mais velhos,

^{1*} A Autora segue o acordo ortográfico de 1990.

² Daí a ausência de recentes estudos sobre Ceuta (entre outros, os de Aires Nascimento, Luís Miguel Duarte, João Gouveia Monteiro e Paulo Drumond Braga).

³ Usamos “frota”, pois é este o nome que, explicitamente, vem nas *Ordenações Afonsinas* “quando som muitos [navios] ajuntados em huii”. Usa-se “armada” “quando são mais poucos” (*Ord. Af.*, Liv. I, Tit. 54, Arrº, 5). É manifesta a retoma da definição contida na *Partida II*, Tit. XXIV, Lei I: *Las Siete Partidas del Rey Dom Alfonso El Sabio*... por la Real Academia de la Historia, 3 Tomos, Madrid, Imprenta Real, 1807, T. II, p. 258.

⁴ Cfr. Vítor Manuel da Silva Viana Pinto, *De olhar atento e ouvidos à escuta... a espionagem militar na cronística portuguesa de quatrocentos: Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara*, Dissertação de Mestrado em História Militar apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015, p. 164. Embora trazendo informação relevante, o autor parece não distinguir, ao longo da sua exposição, estas acções e conceitos.

⁵ “*Fermosa dissimulaçam*” chama Zurara à embaixada à rainha da Sicília. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El Rei D. João I [CTC]*, Publicada por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, Cap. XV, p. 50.

⁶ *CTC*, Caps. XXV-XXVII.

homens que tinham estado consigo desde o início do percurso de conquista e consolidação do seu poder régio. Ouvida a Missa do Espírito Santo⁷, e antes de esclarecer o motivo da convocatória, o rei insiste no segredo que deverão guardar, invocando as palavras de Cristo aquando da transfiguração no Monte Tabor, e “*deu-lhes*” “*juramento no lenho da uera cruz e sobre o liuro dos euangelhos*”. O conselho de Torres Vedras teve por objectivo ordenar que esses fidalgos preparassem as “*cousas que forem neçessarias pera correjimento*” da sua “*hida*”. Começa, assim, a fase final, ou seja, a mobilização dos meios necessários para a conquista, incluindo a chamada de homens, o provimento de armas, cavalos e mantimentos, assim como os imprescindíveis navios.

Ora, tais preparativos não podiam ser realizados em segredo. Zurara dá-nos conta da inquietação que eles provocaram em todos os reinos peninsulares⁸, e de como D. João tirou partido do alarme causado... porque era bem possível que os portugueses se armassem contra Castela, ou contra Aragão, ou contra os mouros de Sevilha...

Mas, quanto mais tempo passava, mais urgente se tornava encontrar forma para “*emcubrir o auuiamento*” da frota, uma qualquer forma que chamasse a atenção de todos, desviando-os de querer indagar com certeza o objectivo da viagem que tão obviamente se preparava⁹. Uma manobra de diversão, portanto. O rei convocou então um outro conselho, ainda mais restricto, onde foi encontrado “*huñ muy proueitoso rremedio*”: “*que o duque d’Olamda fosse logo desafiado, e pera esto hordenaram que Fernam Fogaça que era ueedor do Iffamte Duarte, fosse portador daquelle desafio*”. Fernão Fogaça, que conduzirá a “*embaixada*”, foi rapidamente despachado e, após rápida viagem, apresentou-se na casa do duque, fazendo saber que era enviado pelo rei de Portugal, conforme se continha na sua “*carta de creemça*”¹⁰, solicitou-lhe uma audiência para que pudesse dizer ao que ia. Devidamente instalado, o duque manda-lhe dizer que seria oportunamente informado da data do encontro.

Até aqui nada de estranho no episódio nem no seu registo. Todavia, a partir deste ponto, seguem-se duas narrativas paralelas.

Uma, que corresponde à sequência do “desafio”, do repto, com valor jurídico que incluía a ameaça de retaliação por danos causados, os quais foram eloquentemente enumerados. Esse desafio tinha por finalidade avisar os prevaricadores sobre a intenção e capacidade de retaliação dos ofendidos. Essa história corresponde aos acontecimentos públicos, a que foram chamados a assistir os conselheiros convocados solenemente pelo próprio duque. É nesse plano que Fernão Fogaça apresenta as “*gramdes querellas e quei-xumes*” apresentados pelos portugueses: “*mujtos rroubos e dannos*” feitos pelos moradores do senhorio do duque sobre navios e mercadorias, pois não os deixavam passar ou atracar

⁷ “*Missa de Samto Spiritu offiçada com grande sollempnidade, por tal que a sua samta graça lhe podesse dar uerdadeyro conhecimento de todo o que naquelle feito por seu samto serviço emtemdiam de fazer.*” Para além desta intenção vd. outra contextualização no nosso *O Messias de Lisboa - Um Estudo de Mitologia Política (1383-1415)*, Prefácio de Martim de Albuquerque, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, pp. 97-98.

⁸ CTC, Caps. XXXI-XXXIV.

⁹ CTC, Cap. XXVIII.

¹⁰ Cfr. Rafael Bluteau, *Vocabulario portuguez e latino...*, Vol I p. 606: “*Carta de crença, que assegura, que se pode dar credito à pessoa, que a traz.*”

os navios nos seus mares e portos e, ainda, porque faziam “*rrepresarias emjustas e nom çertas*”. Uma e outra vez esses mercadores portugueses tinham requerido ao duque justiça e remédio, mas nunca receberam mais do que adiamentos. Fernão Fogaça acusa ainda o duque de cobrar impostos sobre as mercadorias assim conseguidas. O repto é finalmente clarificado: ou o duque, rapidamente, dá “*emenda*” “*com plena satisfação*” a todos estes desmandos, ou o rei de Portugal tem por desafiada a pessoa do duque e todos os seus súbditos, e todas as suas terras e senhorios, declarando-lhes guerra “*per mar e per terra*”. O discurso de Fernão Fogaça surtiu efeito: o duque e os conselheiros ficaram muito perturbados, mas logo o duque declarou que não temia nada que viesse do reino de Portugal ou mesmo de toda a Hispânia. Este é o real que foi publicitado junto dos conselheiros do duque e ao qual este reage.

Mas vejamos a outra história, anterior a esta. A assembleia que acabámos de descrever fora antecedida por um encontro entre o duque Fernão Fogaça: logo que foi aposentado, o enviado de D. João, “*muy secretamente*” fez saber ao duque que queria, antes de qualquer outra diligência, falar-lhe com ele “*apartadamente*”, pois queria comunicar-lhe a verdadeira razão da sua vinda e o que lhe havia depois de dizer “*de praça*” “*nom era senom cautellosamente por melhor emcubrimiento de seu proposito*”. Nessa audiência secreta foi explicada a finalidade dos preparativos que se realizavam por todo o reino: ir no ano seguinte combater os “*jmmijgos da samta ffe*”. O duque agradeceu ao rei de Portugal ter-lhe confiado “*tamanho segredo*”, e assegurou-lhe que, perante os seus senhores, reagiria ao desafio da forma que era expectável.

Zurara narra, pois, duas histórias: o objectivo da embaixada apresentado publicamente não era real, mas era possível. Nesse jogo reside a sabedoria da contra-informação montada pelo rei de Portugal (e de muitas outras ao longo da História...).

O cronista conclui a narrativa do episódio com uma informação que cobre todas as possíveis elucubrações de algum historiador mais imaginativo. Efectivamente, depois de narrar o desafio público e a reacção do duque (bem fingida) e dos seus conselheiros (bem genuína) escreve¹¹: “*E deusses de saber que esta desafiaçom trazia muy justa coor, porque çerto era que os naturaees daquelle duquado faziam muy grandes rroubos no mar em os nauios destes regnos*”. Voltando ao nosso tema: sobre o real – isto é, sobre as acções corsárias efectivamente perpetradas sobre navios portugueses – constrói-se o *possível*, que é o desafio levado por Fogaça.

Ao mesmo tempo que decorre esta embaixada, D. João I tira partido das notícias que os companheiros de Fernão Fogaça tinham posto a circular: que os principais capitães dessa armada iriam ser os infantes D. Pedro e D. Henrique. O rei converte as conversas (diríamos boatos) desses homens em informação fidedigna, simulando, porém, alguma reserva. A informação era falsa, a discrição régia fictícia, mas, uma vez mais, o possível abre a porta ao embuste eficaz¹².

¹¹ CTC, Cap. XXVIII, p. 85.

¹² Luís Miguel Duarte (“África”, in *Nova História Militar de Portugal*, Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, 4 Vols, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, Vol. I, p. 398) considera surpreendente o rigor na simulação.

Cabem agora algumas reflexões sobre o que fundamentou a eficácia da embaixada.

Antes de mais, o prestígio de um novo rei em nova dinastia, conseguido numa longa guerra. A capacidade bélica do reino de Portugal é um dado adquirido. Repare-se que o êxito da diplomacia portuguesa que foi o tratado de Windsor, assinado, como é sabido, a 9 de Maio de 1386, caminha a par com as vitórias militares¹³. A capacidade militar e a respectiva propaganda asseguram a negociação. As missões diplomáticas do tratado de Windsor estão sobejamente estudadas e demonstram a solidez da política externa portuguesa posta em prática por um conjunto de enviados com várias competências.

A chefia da missão a Inglaterra fora confiada a Lourenço Anes Fogaça, então chanceler de D. João I. Em 1387 o rei irá doar-lhe a vila de Odemira com as rendas e jurisdições iguais às do falecido almirante Manuel Pessanha¹⁴. Se trazemos aqui esta informação é para assinalar a sua relação com o mar (na sua dimensão bélica e mercantil) e porque o Fernão Fogaça, já então vedor do infante D. Duarte, é filho de Lourenço Anes Fogaça¹⁵. Embora não possamos falar de carreiras nem de especialização diplomáticas (conceito que só surge uns duzentos anos depois¹⁶), que não devem ser confundidas com acções de reconhecimento ou de espionagem, não deixa de ser necessário assinalar uma tendência de continuidade familiar, que se traduzirá em conhecimento sobre os contextos e sobre os modos de actuar junto dos outros senhores e outras instituições políticas, neste caso do ducado da Holanda. Esta embaixada, de que conhecemos tão pouco, permite-nos ir reconstruindo os processos da diplomacia régia, nos seus protagonistas e procedimentos¹⁷. E, se me permitem alguma ironia, Fogaça, por certo bem instruído pelos conselheiros régios, usou eficazmente a máxima de Umberto Eco tão querida a diplomatas (e a espões¹⁸): “*O engano é um estado da mente e é a mente de um Estado*”.

Novo rei e nova dinastia, num esforço de ganhar prestígio e estatuto político junto de reinos e senhorios da cristandade, libertando-se da asfixia ou do enredo peninsular e saindo para o atlântico norte¹⁹, no qual a Inglaterra é potência polarizadora de alianças, nomeadamente nos senhorios costeiros.

Como atrás referimos, Zurara notou que o fingimento, isto é, as queixas contra o apresamento de navios portugueses em águas e portos do ducado da Holanda – correspondiam a episódios verdadeiros de roubos no mar. Tratava-se do apresamento de navios cometidos por piratas, isto é, sem ordem do respectivo senhor. Todavia, diz o cronista, o duque retirava proveitos aduaneiros das mercadorias apresadas.

¹³ Cfr. *História da Marinha Portuguesa. Homens, Doutrinas e organização. 1139-1414*, Coord. Humberto Baquero Moreno, Lisboa, Academia de Marinha, 1998, pp.114s.

¹⁴ Armando Luís de Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1320-1433)*, Porto, INIC, 1990, p. 26.

¹⁵ Judite Antonieta Gonçalves de Freitas, *A Burocracia do “Eloquente” (1433-1439). Os textos, as normas, as gentes*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 181-183.

¹⁶ Cfr. Pedro Soares Martinez, *História Diplomática de Portugal*, Lisboa, Verbo, 1986, p. 547.

¹⁷ Impõem-se, para Portugal, estudos na linha dos de Stéphane Péquignot para a coroa de Aragão.

¹⁸ Umberto Eco, *Número Zero*, 3ª ed., Lisboa, Gradiva, 2015, p. 157.

¹⁹ Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força*, 2ª ed., Lisboa, Tribuna da História/Instituto de Defesa Nacional, 2006, pp. 72s.

Tal acontecia não obstante Guilherme da Baviera, conde de Hainaut, Holanda e Zelândia – porque é este o “duque” protagonista do episódio que nos ocupa – ser aliado do duque da Borgonha, João Sem Medo, por sua vez apoiado por Portugal²⁰. Cooperação reforçada, uma quinzena de anos depois, por matrimónios entre estes três protagonistas, mas que era já existente na cronologia que nos ocupa. Mas é sabido que nem as acções de pirataria nem as subsequentes acções de represália implicavam beligerância entre reinos ou senhorios²¹.

Haveria razões de queixa dos mercadores portugueses que frequentavam as rotas e portos do atlântico norte, sujeitando-se aos ataques de piratas ou corsários ingleses, flamengos, noruegueses ou holandeses²².

Fernão Fogaça menciona também “*represálias injustas*” contra navios portugueses. Ora, “represália” é um conceito jurídico que pressupõe anterior ataque. Quer dizer que súbditos do duque agiam na sequência de capturas feitas por portugueses. Nada de inverosímil e que, para não adiantar mais, se pode facilmente deduzir de documentação régia referente a assuntos do mar, desde D. Dinis. De facto, esses mercadores que cumprem rotas que vão das costas de Itália a da Sicília até aos portos de atlântico norte, poderiam agir como piratas ou corsários, pois é bem conhecida a fluidez destas diversas acções cometidas por navios e homens ao serviço de particulares ou do próprio rei²³.

Mas o contrário também é verdadeiro, com intensidade que cresce ao ritmo do incremento do comércio marítimo português com o norte da Europa²⁴. Assim, na cronologia que agora importa, entre 1409 e 1411 são conhecidos diferendos, nos portos do atlântico norte, entre mercadores portugueses, holandeses e zelandeses, todos súbditos de Guilherme²⁵.

Se os conselheiros do duque de Holanda acreditam no desafio, e se Zurara afirma a existência de navios apresados, há que acreditar, para além dos ténues indícios que nos chegaram. Enfim, o possível sustenta o real.

Mas... talvez a situação não fosse tão grave quanto Fernão Fogaça proclamava, tal como alvitrou o sábio bispo de Ávila, na sequência do alarme causado em Sevilha pelos preparativos da frota: a inimizade e os danos entre Portugal e o duque de Holanda não seriam tão grandes que justificassem tão grande frota, ainda mais comandada pelos infantes (como atrás dissemos este comando foi um «boato» que D. João I transformou em outra falsa informação).

²⁰ Jean Paviot, *Portugal et Bourgogne au XVe siècle*, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris, 1995 pp. 24s.

²¹ Ruy de Albuquerque, *As Represálias. Estudo de História do Direito Português (sécs. XV-XVI)*, p. 123.

²² Cfr. Luís R. Guerreiro, *O Grande Livro da Pirataria e do Corso*, Lisboa, Temas e Debates, 1997, pp. 40s.

²³ Cfr. Margarida Garcez Ventura, *Navegadores, piratas, corsários, guardiães da cristandade: portugueses no mediterrâneo em meados do século XV*, Sep. de *IACOBVS*, 27-28 (2010), pp. 119-128.

²⁴ Ana Maria Pereira Ferreira, *O essencial sobre o corso e a pirataria*, Lisboa, INCM, 1985, p. 22.

²⁵ Jean Paviot, *Portugal...*, pp. 162 e 165.

Certo é que a ficção resultou: manteve-se o segredo da expedição e o jogo com o possível alterou o *real*: Zurara afirma que nunca mais voltaram a acontecer tantos roubos, pois o duque ficou muito amigo de D. João pela confiança que nele depositara.

A embaixada ao duque de Holanda foi, pois, tão somente camuflagem para uma guerra, essa sim, verdadeira: a expedição a Ceuta.

A embaixada e suas sequelas foram um jogo de ilusões, fascinante para o historiador do ponto de vista metodológico; mas também é algo que nos entreabre a porta para a história da diplomacia e do seu entrosamento com as informações ou contrainformações recebidas e lançadas em muitos planos... até chegarmos ao que podemos chamar de “cripto- história diplomática”.

Pedindo desculpa pela redução comezinha da reflexão Kantiana de um filósofo recentemente falecido²⁶, direi, para concluir: “*possível é o que a estrutura do real permite que possa ser sem ter de ser*”.

²⁶ A nossa formulação surge das propostas de Jorge Borges de Macedo, no já longínquo ano de 1967. No entanto, lembramos agora o que escreveu António José de Brito, um amigo “de casa” falecido há dois anos. Cfr. António José de Brito, “O possível e o real”, in *Revista da Faculdade de Letras, Filosofia*, série II, Vol. 11, 1994, pp. 71-92, p. 92.

LISBOA E O INÍCIO DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES

José Manuel Garcia

A mais importante consequência que resultou da conquista de Ceuta em 21 de agosto de 1415 consistiu na circunstância de tal ato ter marcado de facto e simbolicamente o arranque do processo da Expansão Portuguesa, ainda que seja de reconhecer a evidência de que aqueles que fizeram tal conquista não poderiam adivinhar nessa ocasião uma tal realidade, pois quando a fizeram estavam a praticar um feito de armas de natureza cavaleiresca e medieval ligado a conceitos como a cruzada e a reconquista. Foi, contudo, o desenvolvimento desse processo então iniciado que levou à Expansão Portuguesa pelo mundo no qual o aspeto mais original e relevante nele surgido foi a realização dos Descobrimientos, pois estes surgiram na sequência daquela conquista, apesar de com ela não estarem diretamente relacionados. A comemoração dos seiscentos anos da tomada de Ceuta é assim uma boa ocasião para analisar o início dos Descobrimientos Portugueses.

O nosso propósito essencial é o de evidenciar como o papel de Lisboa foi decisivo no início do movimento expansionista português há seiscentos anos e em particular da sua referida faceta mais original que foi a dos Descobrimientos. Com efeito havendo a noção clara de que no empreendimento da conquista de Ceuta a ação da capital portuguesa foi decisiva, já tal clareza não transparece na divulgação de que um tal papel determinante ocorreu igualmente com o começo dos Descobrimientos. Com efeito podemos afirmar com toda a firmeza que os Descobrimientos se iniciaram em Lisboa¹.

Com este estudo visamos alcançar uma interpretação histórica que seja o mais correta e rigorosa possível de forma a apurar o tempo e o espaço onde se iniciaram os Descobrimientos, o que reputamos corresponder a uma iniciativa clarificadora e necessária a maior importância historiográfica. Antes de o fazermos deveremos ainda afirmar que se foram os portugueses que realizaram tal processo ele teve no seu arranque como figura decisiva de protagonista o infante D. Henrique pois foi a ele que se ficou a dever inequivocamente “*a autoria material da empresa*” dos Descobrimientos, como bem o referiu Luís Filipe Thomaz². Foi a sua vontade dotada de uma força tenaz em querer avançar para

¹ Para o presente estudo baseamo-nos sobretudo na documentação publicada na *Monumenta henricina*, edição de J. Dias Dinis, 15 volumes, Coimbra, 1960-1976 que citamos com a abreviatura MH seguida do número do respetivo volume e página, tendo atualizado a ortografia dos textos para mais fácil entendimento dos mesmos. Foi também a partir dessa edição que citamos a *Crónica dos feitos da Guiné* de Gomes Eanes de Zurara, que referenciamos apenas com a indicação do respetivo cap. seguido do seu número. Recorremos ainda aos nossos estudos publicados em *Descobrimientos*, volume I, Vila do Conde, Verso da História, 2015; «O infante D. Henrique e as terras do Barlavento algarvio», *Al-Rihana: revista cultural do município de Aljezur*, 6, Aljezur, 2013, pp. 11-27; *Documentação henriquina*, introdução e organização, Maia, Castoliva Editora, 1995; *Itinerários do infante D. Henrique*, Lisboa, Academia de Marinha, 1996; *As viagens dos Descobrimientos*, introdução, organização e notas, Lisboa, Editorial Presença (Coleção Métodos, 15), 1983.

² *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, p. 29.

um movimento histórico tão inovador que está na gênese de um tão importante processo como foi o dos Descobrimentos, o qual foi decisivo na História da Humanidade e para que nela Portugal ocupasse um lugar de relevo, que de outra forma não teria.

Sobre a determinação de quando se iniciou o processo dos Descobrimentos

Comecemos por apurar quando se começou a esboçar o esforço para se realizarem os Descobrimentos.

Gomes Eanes de Zurara, o bem informado cronista coevo dos tempos aqui em causa, afirmou categoricamente e de forma bem explícita em 1453 no capítulo 7 da sua *Crónica dos feitos de Guiné*, a propósito do infante D. Henrique, que:

*E vós deveis bem de notar que a magnanimidade deste príncipe, por um natural constrangimento, o chamava sempre pera começar e acabar mui grandes feitos, por cuja razão depois da tomada de Ceuta sempre trouxe continuamente navios armados contra os infiéis; e porque ele tinha vontade de saber a terra que ia além das ilhas de Canária e de um cabo que se chamava Boiador, porque até aquele tempo nem por escritura nem por memórias de nenhuns homens, nunca foi sabido determinadamente a qualidade da terra que ia além do dito cabo (...)*³.

Por esta frase deduz-se de forma bem incisiva que foi na sequência da “tomada de Ceuta” em 1415 que se veio a desencadear o fenómeno descobridor que ficou marcado decisivamente pelo feito de em 1434 Gil Eanes ter conseguido passar o referido cabo Bojador. Tinham então decorrido 19 anos desde que se dera a conquista de Ceuta, sendo de realçar que, segundo esse mesmo cronista, o esforço para iniciar os Descobrimentos cujo arranque foi marcado pela ultrapassagem daquele cabo teria começado 12 anos antes de em 1433 Gil Eanes ter feito a sua primeira tentativa de passar tal cabo⁴, o que apontaria para cerca de 1421.

De realçar que parte da afirmação acima referida poderá aproximar-se daquela que foi feita pelo infante D. Pedro quando passou ao infante D. Henrique em Penela em 22 de outubro de 1443 a carta em que lhe concedia o privilégio da exclusividade das autorizações das viagens a todos os que quisessem ir a sul do cabo Bojador, fundamentando-se para o fazer na declaração bem vincada do facto de ter sido ele quem iniciara o processo que levou aos Descobrimentos. Com efeito lê-se nesse documento que ele:

se meteu a mandar seus navios a saber parte da terra que era além do cabo de Bojador, porque até então não havia ninguém na cristandade que delo soubesse parte, nem sabiam se havia lá povoação ou não, nem diretamente nas cartas de marear nem mapa-mundo não estavam debuxadas, senão a prazer dos homens que as faziam, des(de) o dito cabo de Bojador por diante.

³ Cap. 7; MH V, p. 23.

⁴ MH V, p. 31.

E por ser cousa duvidosa e os homens se não atreverem de ir, mandou lá bem xiiijj (15) vezes até que soube parte da dita terra e lhe trouxeram dela, por duas vezes, uns xxxxbiiij (38) mouros presos. E mandou dela fazer carta de marear. E nos disse que sua vontade era de mandar seus navios mais adiante, saber parte da dita terra⁵.

Consideramos estas declarações devidas ao protagonista dos eventos aqui em causa e ao seu irmão que os conhecia, correspondem à realidade de que pelo menos 15 vezes D. Henrique mandou passar o cabo até o conseguir alcançar em 1434, as quais teriam sido feitas anualmente, como o referiu Zurara ao indicar que ele ia “*mandando em cada um ano àquela parte seus navios*”. Se recuarmos assim 15 anos a esse ano de 1434 teremos o ano de 1419 para o início da realização dessas tentativas.

Esta indicação do ano de 1419 leva-nos a refletir a propósito do início do arranque das tentativas do descobrimento do litoral africano que Zurara escreveu sobre a iniciativa que João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira tiveram no reconhecimento da ilha de Porto Santo que teria ocorrido talvez nos finais de 1419, senão já no início de 1420, pois refere que o fizeram “*depois da vinda que o infante fez do descerco de Ceuta*”, o que ocorreu em dezembro desse ano, tendo sido então que “*vendo o infante suas boas vontades, lhes mandou aparelhar uma barca, em que fossem de armada contra os mouros, encaminhando-os como fossem em busca de terra de Guiné, a qual ele já tinha em vontade de mandar buscar*”⁶. Esta referência à Guiné feita em 1453 num recuo talvez a 1419 poderá interpretar-se como contendo um anacronismo, pois em 1419 ainda não se falava em Portugal na Guiné. Nada obsta, contudo, a que se possa tratar de uma das primeiras tentativas de reconhecimento do litoral africano para sul de Marrocos no âmbito das ações de corso que então se praticavam, pois aproxima-se da indicação de Zurara sobre a intensão de passar o cabo Bojador pelo infante D. Henrique quando apontou “*que doze anos continuados durou o infante em aqieste trabalho, mandando em cada um ano àquela parte seus navios, com grande gasto de suas rendas; nas quais nunca foi algum que se atrevesse de fazer aquela passagem*”, reafirmando o mesmo logo de seguida ao situar o início das pesquisas africanas ao declarar: “*E, finalmente, depois de doze anos, fez o infante armar uma barca*” na qual enviou em 1433 o seu escudeiro Gil Eanes com ordens expressas para que passasse o cabo Bojador⁷. Por estas indicações e recuando doze anos a 1433, em que Gil Eanes partiu pela primeira vez para tal missão, verifica-se que os esforços de D. Henrique para que se passasse aquele cabo datariam de cerca de 1421, o que se aproxima dos finais de 1419 (ou já em 1420) em que teria sido realizada a expedição de Zarco e Teixeira. A hipótese que se nos afigura mais fiável para interpretar a informação relativa a 1419 é a de que D. Henrique quando perante João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira “*lhes mandou aparelhar uma barca, em que fossem de armada contra os mouros*” os tivesse enviado numa missão de corso em direção ao Sul, mais que propriamente a “*Guiné*”, na expectativa de que entretanto, além do corso, também pudessem recolher informações

⁵ MH VIII, pp. 107-108.

⁶ Cap. 83; MH II, pp. 358-359.

⁷ Cap. 9; MH V, pp. 31-33.

sobre a extensão do poder islâmico ao longo da costa africana, o que aliás corresponderia a uma das responsabilidades do infante como encarregado que era da defesa de Ceuta e foi um dos fatores apontados por Zurara para que o infante tivesse começado a ordenar a realização dos Descobrimientos pois ele era “*constrangido a querer saber o poder de seu i(ni)migo, trabalhando-se o dito senhor de o mandar saber determinadamente conhecer até onde chegava o poder daqueles inféis*”⁸. De notar assim que a possibilidade de datar as primeiras tentativas de proceder aos descobrimientos do litoral africano poderá coincidir com o reconhecimento do arquipélago da Madeira, que já era conhecido anteriormente, mas ainda não estava ocupado.

Terá sido desde cerca de 1419 que o infante não deixou de enviar navios para tentar passar o famoso cabo Bojador, o que de acordo com a citada carta de 1443 teria sido feito por quinze vezes. Uma dessas tentativas poderá corresponder à que Diogo Gomes teria sido feita em data imprecisa (1426?) por Gonçalo Velho, que teria passado por uma denominada “*Terra Alta*”⁹.

De entre as atividades de curso desta altura que poderão ter estado relacionadas com a exploração da costa marroquina uma delas poderá ter sido a que ficou assinada na notícia datada de 7 de maio de 1428 em que D. Duarte anunciou à Câmara de Lisboa que Palenço e Álvaro do Cadaval iam partir “*em uma galeota do infante D. Henrique meu irmão contra os mouros*”¹⁰. Foi cinco anos depois desta iniciativa que se deu a missão de ultrapassar o cabo Bojador de que em 1433 Gil Eanes foi encarregado expressamente pelo infante, ainda que ele não tivesse então alcançado o resultado pretendido, pois voltou para trás sem ter cumprido as ordens que recebera, tendo-se limitado a ir às Canárias capturar escravos. O infante, contudo, não tolerou tal insucesso e, desta vez persistindo na vontade de saber o que é que havia para lá desse obstáculo, voltou a mandar no ano seguinte esse seu escudeiro com o mesmo encargo tendo sido então que ele conseguiu finalmente em 1434 cumprir a ordem que recebera e começando assim o descobrimento do litoral africano até então desconhecido¹¹.

Sobre a determinação do local onde se iniciou o processo dos Descobrimientos

Se ficámos situados num tempo entre 1419 e 1421 para responder à questão de saber quando se iniciou o esforço do arranque do processo dos Descobrimientos, que avançou decisivamente em 1434, falta-nos agora situar no espaço onde é que tal movimento se iniciou, o que não tem sido devidamente avaliado e merece ser apurado e esclarecido em nome do rigor da História, tendo em conta a mais vasta, criteriosa e sistemática análise que nos foi possível realizar. Tal espaço foi Lisboa, cujo panegírico Zurara

⁸ Cap.7; MH V, p. 25.

⁹ *As viagens dos Descobrimientos*, introdução, organização e notas de José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1983, p. 30.

¹⁰ MH III, pp. 205-208.

¹¹ Cap. 9; MH V, pp. 31-33.

traçou ao referir que “*a cidade de Lisboa é a mais nobre do reino de Portugal, per semelhante os seus moradores, contando a maior parte polo todo, são mais nobres e de maiores fazendas*”¹².

Lisboa foi o espaço que protagonizou o papel decisivo do fenómeno do arranque dos Descobrimentos, os quais acabaram por surgir a partir de 1434, dezanove anos depois da armada que partiu à conquista de Ceuta ter deixado o Restelo no dia 25 de julho de 1415 e após quinze tentativas para o iniciar, rumando ao desconhecido sul.

Foi em 1434 que surgiu a novidade do encontro de portugueses com territórios explorados pela primeira vez, começando assim a modernidade das ações então desenvolvidas, apesar de nos primeiros anos elas ainda estarem marcadas pelo tipo de combates e assaltos de corso realizados em Marrocos contra povos islâmicos.

Foi na sequência do início da expansão marroquina e do povoamento da Madeira que se vieram a realizar as missões que levaram aos Descobrimentos, as quais parecendo inicialmente modestas tiveram as maiores repercussões. Esta realidade faz-nos evocar uma bem expressiva frase escrita em 1443 por Fernão Lopes na primeira parte da sua *Crónica de D. João I* quando ao apontar acontecimentos que estão na origem da crise revolucionária de 1383-1385 afirmou: “*Soem (costumam) às vezes os altos feitos haver começo per tais pessoas, cujo azo nenhum comum povo podia cuidar que per eles viesse*”¹³. Assim aconteceu com os navegadores portugueses que ao irem além do cabo Bojador começaram um processo com a importância dos Descobrimentos, o qual deu início a uma nova época na História da Humanidade. Esta constatação mais uma vez nos leva a evocar Fernão Lopes e tal como ele, “*com ousança de falar, como quem jogueta*”, pensar que aqui começou simbolicamente a por ele alegada “*sétima idade. Na qual se levantou outro mundo novo e nova geração de gentes*”¹⁴. De entre tais gentes destacou-se o infante D. Henrique que com a sua força de vontade e iniciativa veio a contribuir decisivamente para o início do conhecimento do mundo em toda a sua plenitude.

De seguida iremos proceder a uma análise sucinta das principais ações dos Descobrimentos henriquinos até 1445 para verificar o papel decisivo que Lisboa teve como espaço onde elas se iniciaram.

A primeira fase dos Descobrimentos Henriquinos no litoral africano: do cabo Bojador à Pedra da Galé

É um facto seguramente atestado que o cabo Bojador, conhecido no Mediterrâneo pelo nome de *Buyeder*, foi o limite das navegações medievais do litoral africano, o que se demonstra claramente pela observação do traçado do conjunto da cartografia produzida até 1448 e dos textos conhecidos, tendo sido por isso que a sua ultrapassagem veio a marcar o início dos Descobrimentos Portugueses. O cabo Bojador, atualmente denomi-

¹² Cap. 37; MH VIII, pp. 308-309.

¹³ *Crónica de D. João I, primeira parte* / Fernão Lopes, volume com apresentação de José Manuel Garcia que acompanha a reprodução fac-similada do códice iluminado da Biblioteca Nacional de Madrid (VIT. 28-5), Alfragide, Ediclube, 1995, cap. 5, p. 120.

¹⁴ *Idem, ibidem*, cap. 163, p. 404.

nado por Ras Buidur ou Boujdour, situa-se em 23° 7' N e dista cerca de 1.485 Km de Lisboa.

No decorrer da missão de ultrapassar esse cabo em 1434 Gil Eanes esforçou-se por conseguir agradar ao seu senhor e assim ser por ele ser devidamente recompensado, tendo-o conseguido dobrar e encontrado de seguida um território desértico. No sentido de atestar o sucesso da sua missão ele trouxe então para Portugal umas simbólicas “*rosas de Santa Maria*”¹⁵, que lhe serviram de testemunho para provar que tinha chegado a uma terra até então desconhecida na Europa. Estava assim vencida aquela barreira do medo que dominara os europeus. É de considerar a grande pertinência da expressiva afirmação feita por Zurara de que, apesar de “*o feito, quanto à obra, fosse pequeno, só pelo atrevimento foi contado como grande*”¹⁶. Desta forma podemos ponderar que o mais difícil foi abrir essa revelação do oculto ao conhecimento dos homens, tendo tal impulso ficado a dever-se ao infante, pois sem ele nem Gil Eanes nem qualquer outra pessoa teria ido então para além do cabo Bojador, por não se saber os riscos e possibilidade de proveito que lá haveria.

D. Henrique ao ter a satisfação de ver coroado de êxito o seu anseio de conseguir que se ultrapassasse aquele obstáculo ter-se-á consciencializado de que estava a iniciar o ciclo dos Descobrimentos e que eles iriam permitir conhecer a geografia física, humana e económica do litoral africano. Mesmo admitindo que um dos principais desejos iniciais do infante ao mandar os seus navios sempre mais para o sul fosse conhecer e contornar o inimigo islâmico que era combatido em Marrocos e conseguir aliados algures em África para reforçar esse combate, o que importa realçar é que desde então ele esteve apostado no avanço inovador que permitisse um conhecimento geográfico e humano do mundo no limite das suas possibilidades, além de poder vir a encontrar benefícios económicos. Era necessário alimentar uma curiosidade crescente e assim ir investigando e investindo sempre mais além para conseguir resultados, fossem de natureza económica, fossem de carácter militar.

Zurara não explicitou o local de onde Gil Eanes partiu em 1434 para realizar a sua viagem descobridora e onde foi entregar ao infante as referidas “*rosas de Santa Maria*”. Afigura-se-nos seguro que não o tenha feito no Algarve, como é tradicional indicar-se, pois o itinerário conhecido do infante não aponta para a possibilidade de que até 1438 o infante tivesse ido até essa região, para lá das suas rápidas passagens pela região em 1415 e 1419, o que veremos mais à frente. Face a tal situação temos por mais provável que os navegadores que fizeram Descobrimentos até 1444 tenham saído de Lisboa para os fazer, como de seguida iremos vendo.

O nome do infante D. Henrique evoca imediatamente a palavra Descobrimentos pelo que iremos captar alguns elementos que permitam enquadrar as etapas mais importantes da sua vida no contexto da Expansão Portuguesa compreendida entre 1415 e 1445, começando por assinalar que logo após a conquista de Ceuta D. João I lhe atribuiu a grande responsabilidade de o encarregar em 18 de fevereiro de 1416 de todas as coisas

¹⁵ Cap. 9; MH V, p. 33.

¹⁶ *Idem, ibidem.*

necessárias à defesa dessa cidade, ordenando aos seus oficiais que fizessem e despendessem tudo o que ele lhes mandasse, como se fosse ordem sua¹⁷.

Vejamos então os tópicos que nos revelam o que se sabe ao certo sobre as estadias do infante em Lisboa e no Algarve na conjuntura que aqui nos importa¹⁸.

Os primeiros testemunhos que situam o infante D. Henrique em Lisboa são relativos à sua participação nos preparativos para a expedição que conquistou Ceuta em 1415 e à sua defesa em 1419. A necessidade de tomar medidas tendo em vista a defesa de Ceuta de que estava encarregado desde 1416 levaram-no desde então a ter um maior cuidado com tal matéria a partir de Lisboa, onde entre as atuais Rua Augusta e Rua do Ouro, próximo da Praça do Comércio, se instalou a Casa de Ceuta, destinada a apoiar esta cidade, tendo sido essa instituição controlada por homens da casa senhorial do infante.

Nos anos 20 do século XV foram raras as passagens seguramente apuradas de D. Henrique por Lisboa, situando-se uma delas em 1420 e outra em 1424, neste caso quando adquiriu uma casa em Lisboa, não sendo também de excluir que por aqui possa ter passado quando foi a Sintra em 1425 e 1426.

De relembrar como já acima assinalámos que em 7 de maio de 1428 foi passado um alvará do infante D. Duarte à câmara de Lisboa ordenando que despachassem e deixassem partir Palenço e Álvaro do Cadaval, de armada contra os mouros numa galeota do infante, o que talvez ateste uma das tentativas frustradas por ele ordenadas para passar o cabo Bojador.

O infante D. Henrique esteve em Lisboa 1431, nomeadamente em 12 de outubro ao fazer aí a escritura de doação à Universidade das casas que possuía no Bairro dos Escolares para a sua instalação adequada visto ter sido o seu protetor.

D. Henrique passou grande parte da vida acompanhando a corte e absorvido nos complexos problemas da administração dos interesses da sua vasta casa senhorial e da Ordem de Cristo, marcando presença nos principais acontecimentos políticos e militares do seu tempo, bem como em cortes.

Quando se deu a primeira tentativa de Gil Eanes para ultrapassar o cabo Bojador em 1433 o infante esteve em Lisboa no dia 25 de Abril e aí terá continuado nos meses seguintes, pois ainda aí o encontramos em 14 de agosto, quando D. João I então morreu, e no dia seguinte, quando D. Duarte foi alevantado por rei. Em 18 de Agosto desse ano, o infante D. Henrique estava em Belas, e depois partiu para Sintra, onde esteve em 3, 25 e 26 de setembro, tendo acompanhando de seguida a transladação do corpo do pai de Lisboa para o Mosteiro da Batalha, entre 25 e 29 de outubro de 1433. É, pois, natural que Gil Eanes tenha recebido as ordens para realizar a sua primeira tentativa de passar o cabo Bojador do infante enquanto ele esteve em Lisboa, talvez depois da morte de D. João I.

Em 1434, sabemos que o infante esteve em Lisboa antes de 3 de novembro e aí continuou até que em dezembro foi para Almeirim. No ano seguinte sabemos que em 26 de agosto ele esteve em Sintra, não havendo de seguida registo de que tenha estado em Lisboa até 1437, pois teria andado por terras da Estremadura, Ribatejo e Alentejo.

¹⁷ MH II, pp. 240-241.

¹⁸ Sobre esta matéria cf. os nossos estudos em *Documentação henriquina*, Maia, Castoliva Editora, 1995 e *Itinerários do infante D. Henrique*, Lisboa, Academia de Marinha, 1996.

Face ao panorama que apresentámos temos como mais admissível a possibilidade de que em 1433 e 1434 Gil Eanes tenha saído e chegado a Lisboa, além de que era aí que ele então vivia, como veremos, apesar de ser natural de Lagos e de se poder admitir que por lá tivesse passado em 1434.

Nas suas atividades descobridoras Gil Eanes partiu na mesma barca com a qual em 1434 passara o cabo Bojador para de novo o ultrapassar, o que terá acontecido ainda nesse ano de 1434 ou já no seguinte de 1435, pois Zurara não aponta a data em que ele fez a viagem. Considerando que o infante esteve em Lisboa até dezembro de 1434 talvez não seja de excluir que tenha iniciado a viagem ainda neste mês. Nesta segunda viagem para lá do cabo Bojador o infante D. Henrique fê-lo acompanhar de um barinel comandado por Afonso Gonçalves Baldaia, tendo ambos chegado nesta viagem a um sítio que foi depois denominado Angra dos Ruivos, devido à abundância de peixes com este nome que aí se podiam pescar. Tal sítio corresponde atualmente a Garnet Bay (24° 50' N), ficando a cerca de 170 Km a sul do cabo Bojador, “*onde acharam terra sem casas e rasto de homens e camelos*”.

Em 1436, Afonso Gonçalves Baldaia foi de novo enviado por D. Henrique para continuar a exploração do litoral africano tendo então conseguido chegar a um local que teria denominado Porto da Galé mas ficaria conhecido por Pedra da Galé e depois Galha Point (22° 13' N), o qual estava a uns 330 Km da Angra dos Ruivos. Aí saíram em terra “*onde acharam redes, que trouxeram ao navio*”. Entretanto Baldaia passou por um extenso braço de mar que foi denominado Rio do Ouro (23° 40' N), por inicialmente ter sido identificado como um grande rio. Foi a norte dessa região, situada a cerca de 150 Km da Angra dos Ruivos, que Baldaia mandou seguir a cavalo dois jovens fidalgos chamados Heitor Homem e Lopo de Almeida com a missão de explorar essa região, tendo então encontrado um grupo de nativos, que foram os primeiros a serem avistados depois de se ter passado o cabo Bojador.

Uma importante reflexão que consideramos importante aqui fazer é a de que os dois primeiros descobridores que passaram o cabo Bojador foram escudeiros do infante D. Henrique e desempenharam cargos administrativos de algum relevo com veremos mais à frente.

Entre 1434 e 1436 foi descoberto o litoral entre 26° 7' N e 22° 13' N numa distância de cerca de 500 Km, o que nos leva a pensar que embora não fosse uma grande distância foi decisiva como arranque de um empreendimento que em 1441 haveria de ser retomado.

Observemos agora o que se sabe sobre estes dois primeiros descobridores portugueses: Gil Eanes e Afonso Gonçalves Baldaia.

Gil Eanes

Começamos por Gil Eanes, visto tratar-se do navegador que iniciou os Descobrimientos ao passar o cabo Bojador em 1434.

No capítulo IX da *Crónica dos feitos de Guiné*, que Gomes Eanes de Zurara intitulou «Como Gil Eanes, natural de Lagos, foi o primeiro que passou o cabo Bojador, e

como lá tornou outra vez, e com ele Afonso Gonçalves Baldaia», refere que em 1433, “*depois de doze anos, fez o infante armar uma barca, da qual deu a capitania a um Gil Eanes, seu escudeiro, que ao depois fez cavaleiro e agasalhou muito bem*”¹⁹. Verificamos, pois, que Gil Eanes era de Lagos, sendo antes e depois de passar o cabo Bojador por duas vezes, isto é, entre 1433 e 1435, escudeiro do infante D. Henrique, tendo sido só posteriormente que recebeu as honras de cavaleiro, sem que o cronista indique quando e como é que tal aconteceu.

Depois das alusões que Zurara faz a Gil Eanes no contexto das suas duas primeiras passagens do cabo Bojador ele só o voltou a referir quando abordou a primeira expedição à região de Arguim organizada em Lagos sob a chefia de Lançarote, a qual decorreu entre finais de maio e inícios de agosto de 1444. Numa das vezes em que Zurara então mencionou Gil Eanes identificou-o como sendo um dirigente dessa expedição, posicionando-o logo a seguir a Lançarote ao indica-lo da seguinte forma: “*e o segundo Gil Eanes, aquele que escrevemos que primeiramente passara o cabo do Bojador*”²⁰. É de destacar a circunstância desta identificação servir para indicar expressamente que se tratava do descobridor, pois sobre ele deixara de falar após a realização da expedição em que participara com Baldaia em 1434 ou 1435. Numa outra passagem posterior Zurara considerou Gil Eanes como sendo “*um bom cavaleiro e valente homem per sua mão*”²¹. Por estas referências deduz-se que Gil Eanes em 1444 já era cavaleiro, não o sendo ainda em 1443, como veremos mais à frente.

Zurara voltou a referir-se a Gil Eanes quando narrou a participação deste cavaleiro na segunda expedição de Lagos, que daqui saiu em 10 de agosto de 1445 em direção a Tider e ao Cabo Branco, nela voltando a destaca-lo quando o indica como “*cavaleiro, morador em aquela vila*” (de Lagos)²² e como um “*cavaleiro da casa do infante, de que vos já outras vezes falámos, que era natural de Lagos*”²³. De salientar esta necessidade repetidamente reafirmada a naturalidade de Gil Eanes, o que talvez se possa justificar se considerarmos a possibilidade de ele poder ter passado muito tempo fora desta povoação, em Lisboa.

Gil Eanes tinha um filho em Lagos que também participou nesta segunda expedição chefiada por Lançarote que se chamava Leonel Gil, sendo então “*moço da câmara*” do infante D. Henrique²⁴.

O Gil Eanes descobridor ainda foi referenciado por Zurara como tendo feito nova expedição a África em 1446, depois da morte de Nuno Tristão. É possível que Gil Eanes se tivesse mantido ativo em Lagos, pois não quis voltar para Lisboa em 1450, de forma a ocupar o ofício de escrivão que aí tinha, como de seguida vamos referir.

O Gil Eanes que estava em Lagos entre 1444 e 1446 foi identificado por Zurara, que escreveu em 1453 com base num texto de Afonso Cerveira de cerca de 1446, como

¹⁹ Cap. 9; MH V, p. 31.

²⁰ Cap. 19; MH VIII, p. 175

²¹ Cap. 20, MH VIII, p. 180.

²² Cap. 61, MH VIII, p. 340.

²³ Cap. 55; MH VIII, p. 349.

²⁴ Cap. 56; MH VIII, p. 354.

sendo cavaleiro do infante e natural de Lagos, mas só nesses anos de 1444-1446 é que o deu em Lagos e denominou cavaleiro, o que não fez para os anos de 1433 a 1435 durante os quais ele participou nas primeiras expedições de descobrimento em que ultrapassou o cabo Bojador, sendo então, segundo Zurara, escudeiro do infante. Esta circunstância leva-nos a admitir que na fase inicial dos Descobrimentos ele os terá feito a partir de Lisboa, por ser na zona do centro do país que o seu senhor o infante D. Henrique então andava não havendo qualquer registo que possa viabilizar a possibilidade de ele ter ido ao Algarve e sobretudo porque há referências documentais a este Gil Eanes que o dão em Lisboa antes de 1444.

Depois de equacionarmos as informações de Zurara acima reunidas sobre o Gil Eanes descobridor e explorador do litoral africano podemos apontar de seguida um conjunto de indicações que relacionam esse mesmo Gil Eanes com aquele que pensamos ser o mesmo homem, pois afigura-se-nos seguro que estamos perante o descobridor de 1433-1435 e participante nas expedições de Lagos de 1444 a 1446.

A primeira dessas referências é a que se encontra numa carta de 2 de março de 1443 em que um Gil Eanes, então “*escudeiro da casa do infante D. Henrique*”, foi nomeado pelo regente D. Pedro para o ofício de “*escrivão da nossa tábola grande do aver do peso da nossa mui nobre e mui leal cidade de Lisboa*”²⁵. Este Gil Eanes referenciado em Lisboa em 1443 era o Gil Eanes das expedições de Lagos de 1444 a 1446, pois ele foi então para essa povoação, de onde era natural, para aí poder servir melhor o infante D. Henrique e os seus próprios interesses. Esta situação é claramente explicitada, para que não houvesse dúvidas sobre o assunto, por um documento de 1450 alusivo a esse escrivão Gil Eanes onde ele é já então identificado como um “*cavaleiro*” do infante D. Henrique “*morador em Lagos*”. Referimo-nos à carta de D. Afonso V datada de Évora em 15 de abril de 1450, na qual este registou que o infante D. Henrique, que então estaria em Lagos:

*nos enviou dizer que Gil Eanes, seu cavaleiro, escrivão da nossa tábola grande do aver do peso da cidade de Lisboa, lhe disse que, porquanto ele é morador em Lagos e per si não pode servir o dito ofício, como cumpre a nosso serviço, lhe prazia de o deixar a ele, pera o haver de nós pera outro algum seu criado, pedindo-nos que lho quiséssemos outorgar pera Rodrigues Anes, seu criado e escudeiro*²⁶.

O rei perante este pedido do infante D. Henrique decidiu “*quebrar*” a carta que havia sido concedida a Gil Eanes em 1443, consentido na nova nomeação “*assim e pela guisa que o era aí o dito Gil Eanes, que o dito ofício tinha*”²⁷.

²⁵ MH VIII, pp. 30-31.

²⁶ MH X, pp. 214-215.

²⁷ Ver-o-Peso, a-ver-o-peso, haver-o-peso são variantes de uma palavra que designava a casa onde estavam as balanças da cidade e onde o comprador e vendedor levavam os objetos das suas transações para conhecer ou ver o seu verdadeiro peso e onde o fisco recebia do peso uma parte. Essa Casa desaparecida ficava então perto da atual igreja da Madalena em Lisboa, nas proximidades do desaparecido Largo do Pelourinho Velho.

Pelas indicações acima destacadas verifica-se que o escrivão e “*escudeiro*” Gil Eanes documentado em Lisboa em 1443, abandonara entretanto a cidade para ir viver para Lagos, de onde em 1450 renunciou aos rendimentos que tinha do ofício em Lisboa, por aí não viver e para que o infante D. Henrique os desse a um outro seu servidor, já que neste ano de 1450 o “*cavaleiro*” Gil Eanes não exercia o ofício e dele apenas obtinha os proveitos, que acumularia com as vantagens das suas atividades em Lagos desde 1444, tendo sido armado cavaleiro depois de 1443, quando ainda era escudeiro.

O nome Gil Eanes está referenciado em Lisboa pelos anos aqui considerados em mais documentos, sem que se possa saber com tanta segurança como no caso anterior se também estamos perante o Gil Eanes descobridor, ainda que tal possibilidade seja de ponderar. Num dos casos estamos perante um “*Gil Eanes de Lagos*” que, juntamente com “*Vicente Gonçalves de Lagos*”, surgem referenciados como “*escolares*” ao serem registados como testemunhas do auto de posse de casas na “*freguesia de São Tomé*” em Lisboa que foram dadas pelo infante D. Henrique para a Universidade, o qual foi feito em Lisboa em 12 de outubro de 1431²⁸. Perante este documento Jaime Cortesão defendeu a possibilidade de este Gil Eanes de Lagos ser o mesmo que em 1433 tentou e em 1434 conseguiu ultrapassar o cabo Bojador²⁹. A hipótese é aliciante devido á coincidência do lugar de nascimento desta figura pelo que nos podemos perguntar se será fácil aceitar haver duas pessoas diferentes com o nome Gil Eanes em Lisboa originárias de Lagos em 1431, 1433 e 1443, admitindo, como admitimos, que o Gil Eanes descobridor partiu de Lisboa em 1433 e 1434, cidade onde está provado que se encontrava em 1443.

A resolução do problema poderá passar pela aceitação ou não de que um “*escolar*” em Lisboa em 1431 pudesse ser o “*escrivão*” da “*Távola grande*” (...) em 1443.

Outro documento de Lisboa que alude a um Gil Eanes data de 8 de dezembro de 1433 e através dele verifica-se que uma personalidade com esse nome foi então confirmada no ofício já exercido no reinado de D. João I de “*escrivão dos navios que ao porto da nossa cidade de Lisboa vierem*”³⁰, o qual lhe foi confirmado em 21 de fevereiro de 1439³¹. Tanto quanto se pode apurar não há outras referências a esta personalidade que estava em Lisboa em 1433 e 1439, pelo que não sabemos se poderá ser a mesma a quem em 1443 foi dado o ofício de “*escrivão da nossa tábola grande do aver do peso*” de Lisboa, o que a ter acontecido poderia atestar nele o Gil Eanes descobridor que estava em Lisboa em 1443, tal como o estivera em 1433-1435.

A circunstância de no documento de 8 de dezembro de 1433 não se referir Gil Eanes como criado ou escudeiro do infante D. Henrique poderá ser um óbice à sua identificação com o descobridor, o mesmo se podendo dizer sobre a identificação do escolar de Lagos que se chamava Gil Eanes, ainda que neste caso o locativo de Lagos tenha força para manter a hipótese de ele ser o descobridor, não sendo ainda escudeiro do infante

²⁸ MH IV, pp. 9-10.

²⁹ Jaime Cortesão, *Os Descobrimientos Portugueses*, edição de José Manuel Garcia, volume II, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990, p. 329.

³⁰ MH IV, p. 296.

³¹ *Descobrimientos Portugueses*, edição de João Martins da Silva Marques, volume I, Lisboa, 1944, p. 276.

mas que com ele estaria relacionado por causa do documento ser relativo a D. Henrique. No caso da omissão da referência ao infante D. Henrique no documento do “*escrivão dos navios*” de Lisboa, tal omissão poderia resultar de se tratar de uma confirmação de uma realidade do tempo de D. João I, em que esse Gil Eanes talvez ainda não fosse escudeiro do infante. Também não será incompatível na identificação deste Gil Eanes com o Gil Eanes descobridor a circunstância de quatro anos depois ser confirmado em 1439 nessa função e ter vindo a ocupar em 1443 o ofício de “*escrivão da nossa távua grande...*”.

Afonso Gonçalves Baldaia

Quanto a Afonso Gonçalves Baldaia podemos dizer que se notabilizou ao ser mencionado por Zurara como segundo descobridor ao referi-lo como tendo acompanhado num barinel a barca de Gil Eanes na segunda viagem em que este ultrapassou o cabo Bojador 50 léguas e se foi a um local que se chamaria Angra dos Ruivos, o que terá acontecido talvez em 1435, senão ainda em 1434³². Ao narrar esta expedição Zurara identificou este Baldaia como sendo então “*copeiro*” do infante, voltando-o a referir a propósito da sua segunda viagem ao litoral africano realizada em 1436, durante a qual atingiu a Pedra da Galé³³. Pode deduzir-se pelo silêncio a que Zurara o votou depois que Baldaia não terá participado em qualquer outra expedição marítima. Este facto deduz-se ainda da circunstância de ele ter sido recompensado dos seus bons serviços descobridores através de uma carta de 20 de janeiro de 1437 em que foi nomeado “*almoxarife*” do “almoxarifado das nossas rendas e direitos da cidade do Porto” que o rei ali tinha, sendo então referenciado como “*criado do infante D. Henrique*”³⁴. Há a observar, no entanto, que a carta do rei D. Duarte onde Baldaia foi nomeado para tal ofício foi feita apenas em Santarém em 7 de março de 1437, na qual é já referenciado como “*escudeiro da casa do infante D. Henrique*”, tendo sido a pedido deste último que foi nomeado para “*nosso almoxarife das nossas sisas e direitos do almoxarifado da cidade do Porto*”³⁵, local onde veio a exercer essa atividade, sendo confirmado no cargo em 1439³⁶.

A circunstância de Baldaia ter sido colocado no Porto indicia que seria daí natural e teria sido apenas enquanto esteve ao serviço do infante pelos anos de 1434 e 1436, em que terá partido de Lisboa para o litoral africano, pois era daquela cidade que o infante então armava as suas expedições descobridoras, visto ser a mais importante e próxima das áreas por onde então se movimentava visto que, como observámos não há registo de que por esses anos de 1434 a 1436 ele tivesse ido ao Algarve.

³² Cap. 9, MH V, p. 34.

³³ Cap. 10; MH V, pp. 221-225.

³⁴ MH VI, pp. 13-14.

³⁵ MH VI pp. 29-30.

³⁶ MH, VII, p. 35.

A segunda fase dos Descobrimentos Henriquinos no litoral africano: da Pedra da Galé ao cabo Verde

Zurara dá conta de uma pausa nos Descobrimentos entre 1436 e 1441 ao referir que: “*Nos anos seguintes (a 1436) não achamos cousas notáveis que de contar sejam. Bem é que foram contra aquelas partes dous navios, cada um per sua vez, mas um se tornou, por tempo contrário, e o outro ia somente ao Rio do Ouro por peles e azeite daqueles lobos-marinhos, o qual havida sua carga, se tornou pera o reino*”. Esta viagem que tão sumariamente foi referida ocorreu em 1437 pois de seguida Zurara indicou “*E em este ano passou o nobre infante Dom Henrique em Tânger*”³⁷. Foi esta iniciativa que levou a um interregno nas explorações geográficas africanas pois desde então e até 1441 viveu-se em Portugal uma conjuntura desfavorável à realização de Descobrimentos.

Antão Gonçalves

Foi a partir de 1441, quando a conjuntura nacional ficou pacificada, que Zurara assinalou o recomeço dos Descobrimentos informando que “*fez o infante armar um navio pequeno, no qual mandou por capitão, um Antão Gonçalves, seu guarda-roupa, homem assaz de nova idade*”³⁸. Com tal ordem, que terá sido dada pelo infante depois de ter participado em 25 de maio de 1441 nas cortes reunidas em Torres Vedras, não se pedia para que este jovem avançasse na exploração geográfica do litoral africano, mas apenas que procedesse ao aproveitamento da região da embocadura do chamado Rio do Ouro, a qual já havia sido ultrapassada em 1436 por Afonso Gonçalves Baldaia. Antão Gonçalves, contudo, depois de ter cumprido a sua missão de carregar “*coirama e azeite daqueles lobos-marinhos*”, teve a iniciativa de avançar com mais oito companheiros para uma pequena exploração do interior da região onde estava, tendo assim conseguido capturar os dois primeiros cativos que foram feitos nesta parte de África.

De entre os vinte companheiros que fizeram esta viagem com Antão Gonçalves seguiam um Afonso Guterres, que Zurara declarou ser “*moço da câmara*” do infante D. Henrique³⁹, e Gil Gonçalves, que o mesmo cronista evocou no decorrer da sua participação numa expedição de 1445, na qual é dado como sendo escudeiro do infante D. Henrique⁴⁰.

Enquanto Antão Gonçalves estava na região do Rio do Ouro chegou lá Nuno Tristão, com o qual voltou ao interior tendo-se então capturado mais dez nativos e morto quatro. Na sequência deste evento Nuno Tristão armou Antão Gonçalves cavaleiro tendo por isso o local ficado conhecido por Porto do Cavaleiro.

Em 1442, Antão Gonçalves realizou nova viagem ao Rio do Ouro tendo então conseguido obter dez escravos e um pouco de ouro. Na primeira tentativa para realizar

³⁷ Cap.11; MH VII, p. 82.

³⁸ Cap. 12; MH VII, p 211-220.

³⁹ Cap. 12; MH VII, p. 212.

⁴⁰ Cap. 56; MH VIII, p. 354.

essa segunda viagem ao Rio do Ouro Zurara indicou expressamente que ele saiu de Lisboa, pois escreveu que “*Antão Gonçalves foi prestes com seus mouros e começando a fazer sua viagem sobreveio tão grande tormenta, que lhe foi necessário tornar outra vez a Lisboa, donde partira*”⁴¹. Zurara refere-se assim a uma partida abortada, mas que foi depois retomada com sucesso, talvez nesse mesmo ano de 1442. Por esta indicação pode deduzir-se com segurança que na sua primeira viagem Antão Gonçalves teria também saído de Lisboa, tanto mais que nada o ligava ao Algarve.

Em 1444, Antão Gonçalves realizou terceira viagem ao Rio do Ouro, onde deixou João Fernandes, tendo-o recolhido em 1445, depois de ter participado numa expedição ao Cabo Branco, de onde trouxe cinquenta e cinco escravos, cuja chegada a Lisboa foi narrada descrita por Afonso Cerveira cerca de 1446, a qual foi seguida por Zurara num texto que merece ser registada por revelar o impacto então teve nesta cidade, devido à grande quantidade de escravos descarregados:

(...) endereçaram seus navios contra o reino, diretamente a Lisboa, onde chegaram assaz contentes de sua presa.

Mas, qual seria aquele que não filhasse prazer de ver a multidão da gente que corria por ver aquelas caravelas?

Cá tanto que abaixaram suas velas os oficiais que arrecadam os direitos del-rei tomaram batéis da ribeira, por saber os navios donde eram e o que traziam.

E tanto que tornaram e as novas correram de uns nos outros, em breve espaço foi tanta a gente nas caravelas, que por pouco as não alagavam.

Nem eram menos no outro dia, quando tiravam os cativos dos navios, e os queriam levar a uns paços do Infante (localizados na zona da Rua das Escolas Gerais), que são um grande pedaço afastados da Ribeira (numa zona da atual Praça do Comércio perto das Rua Augusta e do Ouro), ca de todalas outras partes da cidade corriam para aquelas ruas por onde os haviam de levar.

Por certo, diz o autor desta estorya (Afonso Cerveira), bem se poderiam ali repreender muitos daqueles, que primeiro falei, que murmuravam sobre o começo deste feito, cá não havia aí entoncos algum que se quisesse contar por um daqueles; cá os clamores do povo eram tão grandes; quando viam levar aqueles cativos em cordas ao longo daquelas ruas, louvando as grandes virtudes do infante, que se algum se quisera atrever [a] falar o contrário, muito em breve lhe conviera de o desdizer, ou per ventura lhe prestara pouco, cá sobre a opinião do povo, maiormente posto em alvoroço, raramente se acha perdão pera nenhum que lhe fale sobre o contrário do que eles antre si trazem firmado; nem ainda me parece que podia ser homem de tão maliciosa condição que pudesse contradizer tamanho bem, do qual se seguiam tão grandes proveitos.

*O infante era em terra de Viseu, donde mandou receber seu quinto; e dos que ficaram fizeram os capitães sua venda na cidade, de que todos geralmente houveram grande proveito*⁴².

⁴¹ Cap. 14, MH VIII, p. 76.

⁴² Cap. 36; MH VIII, pp. 307-308 e *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do infante D. Henrique*, edição de Torquato de Sousa Soares, volume 2, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978, pp. 145-146.

Antão Gonçalves ainda voltou ao Rio do Ouro em 1447⁴³ mas acabou por se destacar como colaborador do infante D. Henrique, que o referenciou numa das suas últimas cartas datada da “*minha vila de Vila do Infante*” (Sagres) em 30 de setembro de 1460 como sendo “*meu cavaleiro, escrivão da minha puridade, alcaide-mor e comendador da dita minha vila de Tomar*”⁴⁴, pertencendo à Ordem de Cristo.

Entre outras funções Antão Gonçalves foi enviado em 1448 pelo infante D. Henrique como capitão da ilha de Lançarote, onde esteve até 1450, sendo seu secretário em 1454, quando estava na Raposeira (Algarve) tendo então contactado com Luís de Cadamosto quando este estava em Sagres aguardando por ventos favoráveis para poder continuar a sua viagem para a Flandres.

Nuno Tristão

Como atrás indicámos Zurara informou-nos que em 1441 quando Antão Gonçalves estava no Rio do Ouro, chegou aí Nuno Tristão numa “*caravela armada com especial mandado do seu senhor (o infante D. Henrique) que passasse além do Porto da Galé, o mais longe que pudesse e de si que se trabalhasse de filhar gente por qualquer maneira que pudesse*”. De acordo com o referido cronista Nuno Tristão era “*um cavaleiro mancebo, assaz valente e ardido, que fora criado de moço pequeno na câmara do infante*”⁴⁵.

Nuno Tristão veio a destacar-se como um dos principais descobridores desta segunda fase dos Descobrimentos iniciada precisamente em 1441, quando foi incumbido pelo infante D. Henrique de ultrapassar a Pedra da Galé, o que ele fez ao avançar até descobrir o Cabo Branco (20°47' N), que ficava a 166 Km a sul da acima referida Pedra da Galé.

De Nuno Tristão sabemos que era de Elvas, onde teve uma acalorada discussão na vereação local que o levou a ser condenado ao degredo dessa povoação. Esta pena veio-lhe a ser levantada pelo infante D. Pedro em Santarém em 22 de novembro de 1441, numa altura em que também lá se encontrava o infante D. Henrique⁴⁶. Tal carta de perdão terá sido concedida por intercessão deste senhor, considerando nomeadamente que Nuno Tristão é aí referido como sendo “*cavaleiro da casa do infante D. Henrique*”. É assim defensável a hipótese de que esta carta de perdão seria uma recompensa pelo esforço desenvolvido por este cavaleiro na recente viagem de descobrimento realizada até ao Cabo Branco, o que daria consistência à afirmação que consta no documento de que este era concedido “*por serviço que nos fizera*”.

A viagem de Nuno Tristão em 1441 ao Cabo Branco ter-se-á realizado a partir de Lisboa, tal como aconteceu com a do seu colega Antão Gonçalves, o mesmo tendo acontecido com as restantes viagens que ele de seguida fez ao litoral africano, já que não há qualquer alusão que o relacione com Lagos.

⁴³ Cap. 93; MH, IX, p. 224.

⁴⁴ MH, XIV, p. 12.

⁴⁵ Cap. 13; MH VII, pp. 215-220.

⁴⁶ MH VII, pp. 274-275.

É também de reter a referência de Zurara ao comentar que em 1441 Nuno Tristão reparou a sua caravela nas areias da região do Rio do Ouro, “*como se fosse ante o porto de Lisboa*”, o que por certo tinha por referência a cidade de onde havia saído.

Em 1443, tendo em conta o sucesso das missões acima mencionadas, “*fez o infante armar outra caravela, na qual mandou aquele nobre cavaleiro Nuno Tristão*”⁴⁷, que então passou o Cabo Branco uns 110 Km tendo chegado à ilha de *Adegete*, que João de Barros identificou como sendo a de Arguim (20° 35’ N). e depois à ilha chamada das Garças (talvez a moderna Ardent), que lhe ficava próximo. Foi na primeira destas ilhas que ele apanhou catorze nativos, que foram levadas com os sete portugueses que os capturaram num batel da caravela que ia cheio. Numa nova saída os Portugueses prenderam mais quinze nativos, perfazendo assim o número de vinte e nove pessoas.

Graças às ações acima descritas começou a verificar-se que a exploração da costa africana permitia obter lucros muito superiores ao do reduzido benefício alcançado com o óleo e as peles de lobos-marinhos do Rio do Ouro. Tal facto despertou a atenção para as regiões então descobertas por parte de pequenos nobres e mercadores levando-os a interessar-se pela participação em explorações e iniciativas levadas a cabo pelo infante, nomeadamente de Lagos, pelo que daí pediram em 1444 ao infante para fazer uma viagem a Arguim, o que ele consentiu, como veremos mais à frente.

Pensamos que Zurara interpretou bem a realidade social e mental dos homens que fizeram estas viagens quando refere:

*Assim foram estas cousas crescendo pouco e pouco, e as gentes tomando ousio de seguir aquela carreira, uns por servir, outros por ganhar honra, outros com esperança de proveito, ainda que cada uma destas duas cousas traga consigo ambas. E isto é, que em servindo aproveitavam em si e acrescentavam em sua honra*⁴⁸.

Ao analisarmos os grupos sociais dirigentes que fizeram os Descobrimientos verificamos que na sua maioria pertenciam à pequena nobreza e que muitos deles estavam dependentes do infante D. Henrique, podendo estar ligados a certas funções administrativas mais ou menos importantes.

Os homens que eram enviados para as regiões que na época passaram a ser genericamente denominadas de Guiné eram incentivados a irem sempre mais adiante.

Em 1444, Nuno Tristão foi enviado pela terceira vez pelo infante numa caravela “*contra aquelas partes*” tendo sido o primeiro que “*viu a terra dos negros*”⁴⁹, o que aponta para as proximidades da foz do rio Senegal (16° 11’ N).

Nuno Tristão voltou a navegar em 1446 indo até ao rio Jumbas, a sul do Cabo Verde, onde foi morto pelas setas envenenadas dos nativos⁵⁰.

⁴⁷ Cap. 17; MH VIII, pp. 79-81.

⁴⁸ Cap. 17; MH VIII, p. 79.

⁴⁹ Cap. 30; MH, VIII, pp. 240-244.

⁵⁰ Cap. 86; MH, IX, pp. 140-143.

Tudo aponta, pois, para a circunstância de que o intrépido servidor do infante D. Henrique que foi o alentejano Nuno Tristão estivesse relacionado com Lisboa, como o indicia ainda a circunstância de por um documento de 14 de novembro de 1454 se verificar que Beatriz Lourenço, “mulher que foi de Nuno Tristão”, morar em Lisboa⁵¹, tal como aconteceria por certo com o seu marido até ser morto na Guiné em 1446.

Dinis Dias

No ano de 1444, em que Nuno Tristão fez progredir os Descobrimentos ao conseguir chegar à foz do rio Senegal, região que então correspondia ao início da chamada “Terra dos Negros”, pois aí se demarcava a terra dos azenegues, de cor menos escura, da dos negros, o escudeiro de Lisboa Dinis Dias passou essa mesma foz do rio Senegal e descobriu o Cabo Verde (14º 43’ N) e a ilha de Palma na angra que lhe estava anexa e foi chamada de Bezeguiche, Gorée Island e Gorée Bay.

Tal como o descobridor Nuno Tristão, que se veio a distinguir a partir de Lisboa na fase dos Descobrimentos iniciada em 1441, também Dinis Dias se assinalou a partir desta mesma cidade, como referiu Zurara de forma bem expressiva:

Havia em Lisboa um nobre escudeiro, que fora criado del-rei Dom João, que foi avô del-rei Dom Afonso e padre deste venturoso príncipe, que se chamava Dinis Dias, o qual ouvindo novas daquela terra, e como as caravelas já iam tão longe desta costa, porque era homem desejoso de ver cousas novas, e de experimentar sua força, pero já este se alojava naquela cidade, que é uma das nobres das Espanhas, com proveitosos ofícios que lhe foram dados em galardão de seu serviço, foi-se ao infante Dom Henrique pedir-lhe que o avivasse como fosse àquela terra, ca considerando como era criado e feitura de seu padre, e como tinha coração e idade pera servir, que se não queria de todo deixar escorregar nos desenfadamentos do repouso.

O infante, agradecendo-lhe sua boa vontade, fez logo armar uma caravela na qual aviou como o dito Dinis Dias pudesse ir cumprir sua boa vontade. O qual, partido com sua companhia, nunca quis amainar até que passou a terra dos mouros e chegou à terra dos negros, que são chamados guinéus⁵².

A referência a que Dinis Dias tinha ouvido “novas daquela terra” resultava das informações que haviam sido trazidas a Lisboa por Nuno Tristão.

Tal como em 1444 Dinis Dias realizou a sua missão descobridora a partir de Lisboa foi igualmente daí que em 1445 este mesmo escudeiro “armou uma caravela de D. Álvaro de Castro”⁵³ para ir a Arguim, tendo Zurara esclarecido que ele era “aquele que primeira-

⁵¹ MH VII, p. 216.

⁵² Cap. 31; MH VIII, pp. 243-246.

⁵³ Cap. 71; MH IX, pp. 30-33.

mente passou à terra dos negros". Essa caravela juntar-se-ia a outras caravelas que, entretanto, partiram numa segunda expedição de Lagos em busca de escravos⁵⁴.

Nesse mesmo ano de 1445 Dinis Dias e Rodrigo Eanes de Trávassos regressaram a Portugal tendo feito "*vela diretamente a Lisboa, onde pagando o direito ao infante, receberam dele honra e mercê*"⁵⁵.

A mercê recebida por Dinis Dias consistiu em ser nomeado para o ofício de "*escrivão do Desembargo da nossa Casa do Cível, que está na cidade de Lisboa e isso mesmo por escrivão dante os nossos sobrejuizes da dita casa*", sendo nessa carta passada em Lisboa 18 de Agosto de 1446 declarado que ele havia sido "*escudeiro, criado dos senhores reis meu avô e padre*" (D. João I e D. Duarte)⁵⁶.

Por mais este documento se confirma como o descobridor Dinis Dias estava relacionado apenas com Lisboa, não voltando a haver referências a qualquer outra atividade sua além-mar.

Gonçalo de Sintra

Um dos homens que segundo Zurara participou na viagem de Nuno Tristão em 1441 foi Gonçalo de Sintra⁵⁷, o qual em 1440 ou já em 1441 se assinalou por ter ido a Marrocos negociar a libertação do infante D. Fernando, missão que não logrou sucesso⁵⁸. Segundo o referido cronista, Gonçalo de Sintra:

era um escudeiro, criado de moço pequeno em casa do infante. Creio que fora seu moço de estrebeira. E porque era homem que havia boa estatura de corpo e grande coração, acrescentara o infante muito em ele, encarregando-o sempre de cousas honrosas e grandes. E, depois algum tempo da vinda de Lançarote (7 de agosto de 1444), fez o infante armar uma caravela, na qual mandou aquele Gonçalo de Sintra por capitão, avisando-o antes de sua partida que se fosse diretamente à Guiné, e que per nenhum caso não fizesse o contrário.

O qual, seguindo sua viagem, chegou ao cabo Branco.

*E já vedes homens que cobiçam cobrar fama, desejando avantajarse sobre os outros, disse que, todavia, ele queria ir à ilha de Arguim; a qual dali era mui acerca, onde lhe parecia que com pequeno perigo poderia haver alguns prisioneiros*⁵⁹.

A ida de Gonçalo de Sintra à costa africana veio a ser marcada pela circunstância infeliz de ter sido uma das primeiras vítimas portuguesas da expansão por terras a sul do cabo Bojador, pois foi morto na ilha de Naar, uma das que se situam na zona de Arguim, a sul do cabo Branco.

⁵⁴ Cap. 51; MH VIII, p. 340.

⁵⁵ Cap. 74; MH IX, p. 39.

⁵⁶ MH VIII, p. 243.

⁵⁷ Cap. 13; MH VII p. 218.

⁵⁸ MH VII, p. 218.

⁵⁹ Cap. 27; MH VIII, pp. 215-219.

Foi devido ao infeliz desaparecimento (“*que se finou*”) de Gonçalo de Sintra que sabemos ter ele possuído o ofício de “*escrivão das nossas taracenas da cidade de Lisboa*”, pois tal facto é referido na carta que em 10 de dezembro de 1444 o infante e regente D. Pedro passou a Estevão Eanes, escudeiro do infante D. Henrique, a pedido deste, para substituir nesse ofício o defunto⁶⁰.

Este último registo mostra como Gonçalo de Sintra estava ligado a Lisboa, de onde saiu em 1444 a cumprir as ordens do seu senhor, o infante D. Henrique, tal como já daí saíra em 1441 com Nuno Tristão.

Sabemos ainda, e a mero título de exemplo, que em 8 de março de 1449 D. Henrique mandava fazer navios em Lisboa tendo-lhe então doado D. Afonso V “*as duas casas das nossas taracenas da cidade de Lisboa (...) junto com as casas de Ceuta, das quais taracenas se ora o dito infante serve*”⁶¹. Tal zona ficava sensivelmente numa zona perto da atual Rua do Ouro e da Praça do Comércio.

Diogo Pacheco

De entre os homens que em Lisboa se entusiasmaram com os lucros obtidos em 1445 com o início do comércio de escravos contava-se Gonçalo Pacheco, avô do famoso Duarte Pacheco Pereira.

A chegada de Antão Gonçalves a Lisboa em 1445 com cinquenta e cinco escravos foi bem referenciado por Zurara que aproveitou a ocasião para deixar um belo panegírico de Lisboa⁶² ao tratar de «Como a caravela de Gonçalo Pacheco, e outras duas caravelas, foram à ilha de Arguim».

Como a cidade de Lisboa é a mais nobre do reino de Portugal, per semelhante os seus moradores, contando a maior parte polo todo, são mais nobres e de maiores fazendas. E não seja algum tão simples que tome esta palavra grossamente, per que entenda que esta nobreza seja especial em aquestes mais que nos outros das outras cidades e vilas, cá os fidalgos e homens de grande criação, em qualquer parte são os nobres. Somente falo geralmente, porque como dizia Paulo Vergerio, na ensinança que fez dos moços fidalgos, que o esplendor da grande cidade é grã parte de nobreza.

Vendo aquestes ante os olhos tamanha riqueza como traziam aqueles navios, ganhada em tão breve tempo e com tamanha segurança, consideraram alguns como podiam haver parte daquele proveito.

E havia naquela cidade um escudeiro de nobre linhagem, da qual não mingua per bondade nem virtude, que se chamava Gonçalo Pacheco, o qual fora criado do infante e ali era tesoureiro-mor das cousas de Ceuta, homem de grande casa e que sempre trazia navios no mar contra os i(ni)migos; o qual parece que considerou sobre este feito. E escreveu logo ao infante que lhe desse lugar pera armar uma caravela mui nobre,

⁶⁰ MH VIII, pp. 235-236.

⁶¹ MH X, pp. 20-21.

⁶² Cap. 37; MH VIII, pp. 308-310.

que pouco havia que mandara fazer pera seu serviço, e isso mesmo pera outras duas caravelas que queriam acompanhar. Na licença houve pequeno empacho e muito menos no aparelhar das cousas que cumpriam pera sua armação.

Gonçalo Pacheco fez capitão de sua caravela um Dinis Eanes da Grã, sobrinho no primeiro grau de sua mulher, escudeiro que era do regente, e nas outras iam os senhorios delas, scilicet, Álvaro Gil, ensaiador da moeda, e Mafaldo, morador em Setúbal.

Os quais, postas as bandeiras da Ordem de Cristo em seus navios, fizeram seu caminho do cabo Branco.

E chegando ali acordaram todos três antre si, de não irem àquela aldeia que estava a uma légua do cabo, por razão do escrito que aí acharam, que pusera Antão Gonçalves, no qual avisava os que per ali passassem, que não tomassem trabalho de ir sobre aquela aldeia com esperança de proveito, porquanto ele fora em ela e a achara despovoada. E então acordaram de ir buscar outra, que seria duas léguas dali, e de feito chegaram a ela, e per essa guisa a acharam despovoada⁶³.

O início da participação de Lagos nas viagens para sul verificou-se a partir de 1444

Zurara induziu em erro os seus leitores quando escreveu em 1453 no capítulo 18 da sua *Crónica dos feitos de Guiné*, algumas considerações que poderiam levar a supor que os Descobrimentos se iniciaram em Lagos, o que não está correto, mesmo para a sua segunda fase iniciada em 1441, já que a primeira, iniciada em 1434, é anterior à da sua referência à expedição a Tãnger, ocorrida em 1437, a que alude, e por isso poderia não estar contemplada nessa sua declaração.

Comecemos por citar as suas palavras:

E porque depois da vinda de Tãnger, o infante comunalmente sempre estava no reino do Algarve, por razão de sua vila, que então mandava fazer, e as presas que aqueles traziam descarregavam em Lagos, foram os deste lugar os primeiros que moveram ao infante de lhe dar licença pera poder ir àquela terra, donde vinham aqueles mouros, cá não podia lá ir nenhum com navio armado sem sua especial licença, a qual cousa lhe el-rei outorgara, naquela carta onde lhe fez mercê do seu quinto, como já ouvistes⁶⁴.

Vejamos as manifestas incorreções aqui cometidas neste texto por ligeireza de Zurara analisando as suas palavras, à luz da documentação conhecida, começando pela afirmação de que “*depois da vinda de Tãnger, o infante comunalmente sempre estava no reino do Algarve, por razão de sua vila, que então mandava fazer*”. Esta informação só é verdadeira para o período em que o infante D. Henrique esteve de facto no Algarve que foi desde o seu regresso de Marrocos, após o desastre de Tãnger, o que ocorreu entre fevereiro de 1438 e setembro de 1439, pois nesta altura, aquando da morte o irmão

⁶³ Cap. 37; MH VIII, pp. 308-310.

⁶⁴ Cap. 18; MH VIII, pp. 172-174.

D. Duarte em Tomar em 9 de setembro de 1439, para lá foi rapidamente não havendo qualquer indício de que tivesse voltado ao Algarve antes de 1443⁶⁵.

O infante só terá regressado ao Algarve a partir de 1443, podendo-se mesmo datar com precisão uma das ocasiões em que para aí se deslocou a qual se situa em 10 de abril de 1443 pois regista-se num documento desta data que “*na Ribeira da cidade de Lisboa, em direito da fonte de Bonabuquer, estando aí em uma caravela pera se partir o muito honrado e prezado senhor o infante D. Henrique (...)*”⁶⁶. Esta notícia é muito significativa por nos revelar que era desse local de Lisboa situado frente ao arco do Penabuquel na atual rua do Jardim do Tabaco (perto do Museu do Fado) que o infante partia para as suas viagens ao Algarve, depois de aí fazer aguada.

Por outro lado, há a considerar que foi só precisamente neste ano de 1443 que em 27 de outubro, o infante D. Henrique obteve a doação da região de Sagres⁶⁷, pelo que só a partir de então é que poderia ter começado a pensar fazer a sua Vila do Infante e não antes, como deu a entender Zurara ao escrever que vulgarmente vivia no Algarve “*por razão de sua vila, que então mandava fazer*”. Tal situação só poderia ter começado a surgir desde então e mais concretamente em 1444, sendo que o primeiro testemunho escrito da presença do infante D. Henrique no local data apenas de 1446, quando as suas obras ainda seriam muito precárias como o testemunhou em 1453 Zurara.

Quanto à menção de Zurara das “*presas que aqueles traziam descarregavam em Lagos*” não se nos afigura testemunhado que tal tenha acontecido antes de 1444, pois quer na sua crónica quer nas restantes fontes que chegaram até nós não há qualquer testemunho de que tal tenha sido feito em Lagos antes da expedição de Lançarote que lá chegou em 7 de agosto de 1444. Ainda assim é plausível que alguns dos navegadores que fizeram viagens de e para Lisboa entre 1441 e 1443 possam ter passado por Lagos, pois é natural que esta povoação possa então ter constituído uma base de apoio para tal navegação, ainda que ela não esteja documentada e não fosse imprescindível na viagem para Lisboa, que por mar dista cerca de 280 Km.

O que pode ser considerado seguro é que homens de Lagos participaram nas ações dos Descobrimentos a começar por Gil Eanes, que era de Lagos, mas admitimos ter vivido em Lisboa até 1444. Igual participação em viagens de descobrimentos anteriores por parte de homens de Lagos é possível que tenha ocorrido, mas a partir de Lisboa.

Foi em 1444, na sequência do monopólio das navegações para sul do cabo Bojador passado ao infante D. Henrique em 22 de outubro de 1443⁶⁸, implicando a necessidade de lhe ser pedida licença prévia para fazer viagens nesse sentido, que foi organizada em Lagos uma primeira armada de seis caravelas comandadas por Lançarote, secundado por Gil Eanes, o qual pelo menos em 2 de março de 1443 ainda estivera em Lisboa, onde lhe

⁶⁵ Sobre a presença do infante D. Henrique no Algarve cf. José Manuel Garcia «O infante D. Henrique e as terras do Barlavento algarvio», *Al-Rihana: revista cultural do município de Aljezur*, 6, Aljezur, 2013, pp. 11-27.

⁶⁶ MH VIII, pp. 47-50.

⁶⁷ MH VIII, pp. 108-110.

⁶⁸ MH VIII, pp. 107-108.

foi passado o documento que o nomeava “*escrivão d nossa tábola grande de aver do peso*” dessa cidade.

A expedição aqui considerada partiu de Lagos pelos finais de maio de 1444 pois tendo descoberto em 10 de junho de 1444 a ilha de Naar⁶⁹, uma das de Arguim que Nuno Tristão havia descoberto em 1443. A expedição de Lançarote regressou a Lagos em 7 de agosto de 1444.

A realidade do que observámos deduz-se do texto acima citado de Zurara que vamos continuar a seguir:

E o primeiro que se entremeteu de requerer esta licença, foi um escudeiro, criado de moço pequeno na câmara do infante, o qual era já casado e almoxarife del-rei naquela vila de Lagos; e porque era homem de grande siso, conheceu bem o feito como estava, e o proveito que lhe podia trazer sua ida, se o Deus encaminhasse que poesse lá chegar. E considerando em isto, começou de falar com alguns seus amigos, movendo-os pera companhia daquele feito, a qual cousa lhe não foi cara de haver, porque além de ele ser bem-amado no lugar, os moradores dele comunalmente são homens honrosos, e que se trabalham de ser em boas cousas, especialmente em pelejas de mar, porque a sua vila jaz muito acerca da costa; é seu uso muito mais em navios que per terra. Porém ajuntou Lançarote seis caravelas bem armadas pera seguir sua tenção e 14 desy falou ao infante sobre a licença, dizendo que assim por lhe fazer serviço, como por sua honra e proveito, lhe pedia que lha outorgasse, contando-lhe as pessoas que iam com ele, e as caravelas que levavam, de que o infante foi mui ledto, e mandou logo fazer suas bandeiras com a cruz da Ordem de Jesu Cristo, das quais mandou que levasse cada uma caravela sua⁷⁰.

Concluimos afirmando que a análise quer da crónica de Zurara quer da documentação conhecida relativa à História dos Descobrimentos permite a afirmação de que eles se iniciaram em Lisboa.

⁶⁹ MH VIII, p. 175.

⁷⁰ Cap. 18; MH VIII, p. 174.

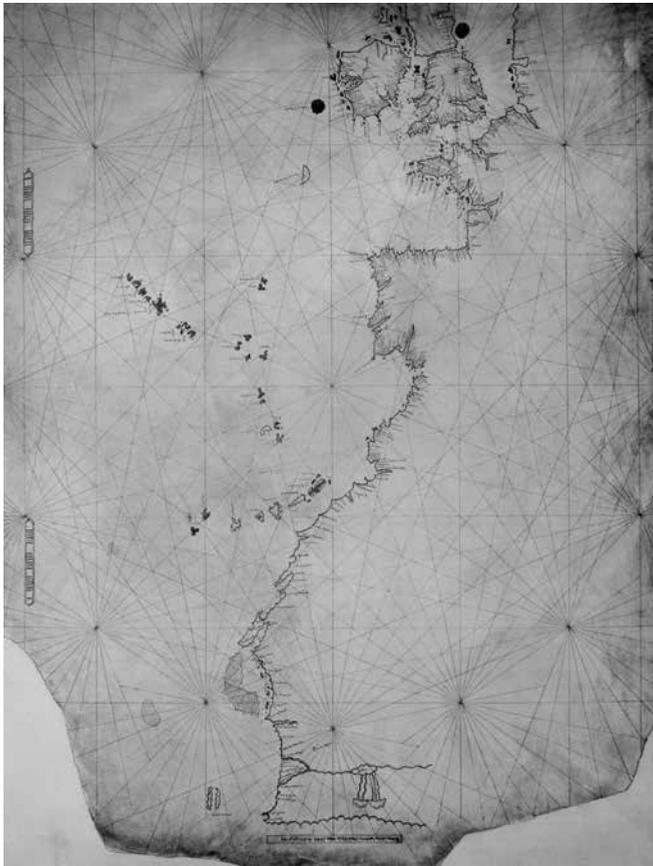
Quadro com as principais referências aos descobridores henriquinos até 1446

Nome	Data	Referência social	Descobrimto
“Gil Eanes, natural de Lagos”	1433	“Seu escudeiro, que ao depois fez cavaleiro e agasalhou muito bem”	Primeira tentativa de passar o cabo Bojador
	1434		Passagem do cabo Bojador
	1434 ou 1435		Angra dos Ruivos
	2 de março de 1443	“escudeiro da casa do infante D. Henrique” ofício de “escrivão da nossa tábola grande do aver do peso da nossa mui nobre e mui leal cidade de Lisboa”.	
	Finais de maio e inícios de agosto de 1444	“Aquele que escrevemos que primeiramente passara o cabo do Bojador”	Arguim
	1444	Cavaleiro	
	10 de agosto de 1445	“Cavaleiro da casa do infante, de que vos já outras vezes falámos, que era natural de Lagos”	Tider e ao Cabo Branco
	15 de abril de 1450	“cavaleiro” do infante D. Henrique “morador em Lagos”. “nos enviou dizer que Gil Eanes, seu cavaleiro, escrivão da nossa tábola grande do aver do peso da cidade de Lisboa, lhe disse que, porquanto ele é morador em Lagos e per si não pode servir o dito ofício, como cumpre a nosso serviço”	
Afonso Gonçalves Baldaia	1434 ou 1435	“Copeiro” do infante	Angra dos Ruivos
	1436		Pedra da Galé
	7 de março de 1437	“escudeiro da casa do infante D. Henrique” nomeado por D. Duarte “nosso almoxarife das nossas sisas e direitos do almoxarifado da cidade do Porto”.	

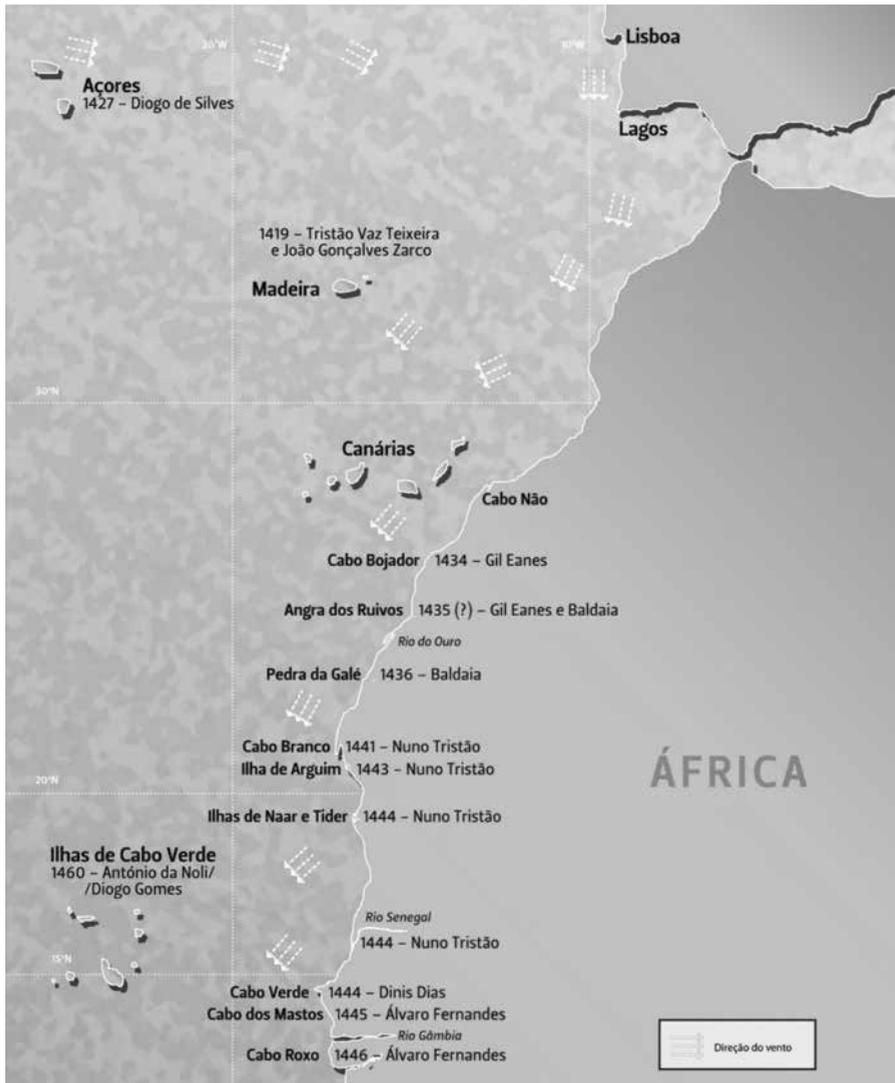
Antão Gonçalves	1441	“guarda-roupa, homem assaz de nova idade”, armado cavaleiro por Nuno Tristão	Rio do Ouro
	1442	“Ihe foi necessário tornar outra vez a Lisboa, donde partira”	
	1445	“endereçaram seus navios contra o reino, diretamente a Lisboa, onde chegaram assaz contentes de sua presa”.	
Nuno Tristão	1441	“um cavaleiro mancebo, assaz valente e ardido, que fora criado de moço pequeno na câmara do infante”. No rio do Ouro estando “como se fosse ante o porto de Lisboa”.	Cabo Branco
	22 de novembro de 1441	Carta de perdão “por serviço que nos fizera”.	
	1443		Ilha de Adegete (Arguim).
	1444,		Primeiro que “viu a terra dos negros” (rio Senegal).
	14 de novembro de 1454	Beatriz Lourenço, “mulher que foi de Nuno Tristão”, moradora em Lisboa	
Dinis Dias	1444	“Havia em Lisboa um nobre escudeiro”.	Ultrapassou o Cabo Verde.
	1445	Tendo feito “vela diretamente a Lisboa, onde pagando o direito ao infante, receberam dele honra e mercê».	
	18 de agosto de 1446	Ofício de “escrivão do Desembargo da nossa Casa do Cível, que está na cidade de Lisboa».	
Gonçalo de Sintra	1444	“Escrivão das nossas taracenas da cidade de Lisboa”	Morto na ilha de Narar (Arguim)



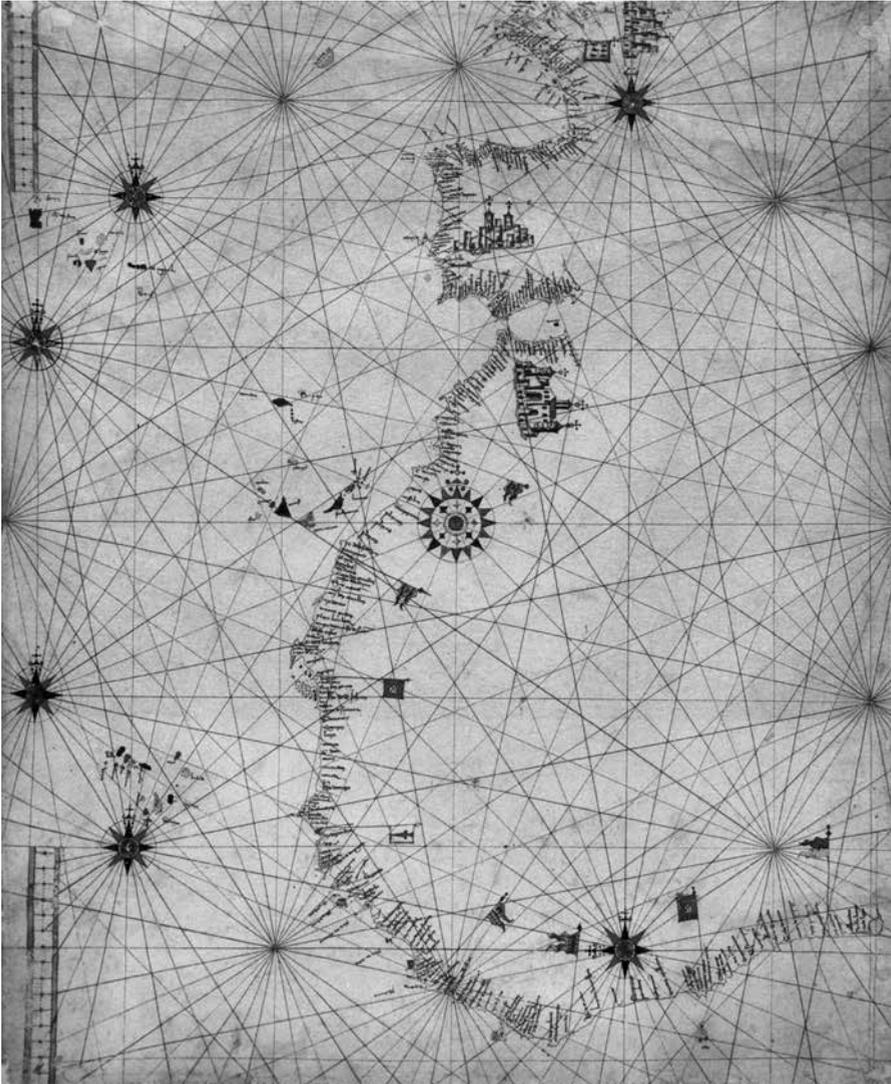
Lisboa numa das suas mais antigas imagens cujo original poderá ser anterior a 1515 a qual foi impressa numa gravura publicada em *Civitates orbis terrarum*, volume 1, Colónia, 1572.



Os Descobrimientos realizados até 1446 estão registados em trinta e cinco topónimos colocados entre o cabo Bojador e o cabo Roxo na carta feita em 1448 em Londres por Andrea Bianco (Biblioteca Ambrosiana, Milão). Esta carta teve por base uma carta portuguesa que se perdeu.



Descobrimientos Portugueses realizados até 1446
(Mapa de José Manuel Garcia José Manuel Malhão Pereira).



A mais antiga carta portuguesa conhecida com os descobrimentos feitos até ao golfo da Guiné, anónimo, cerca de 1482. Biblioteca Estense e Universitaria, Modena.

O CORSO E A PIRATARIA A PARTIR DE CEUTA: INSTRUMENTO POLÍTICO E NEGÓCIO POPULAR

Filipe Themudo Barata

Introdução

Num dos pontos de uma obra já com muitos anos, utilizei um título muito semelhante com o deste artigo. Ainda hoje me parece adequado e, por isso, volto a usá-lo, embora mais centrado na cidade de Ceuta e procurando dar-lhe um outro alcance. Alias, é um pouco nesse sentido que a historiografia actual tem tratado a questão do corso e da pirataria: ao lado do comércio regular, na época medieval (como aconteceu nos períodos anteriores e acontecerá nos séculos seguintes) e só considerando o Mediterrâneo, desenvolvia-se uma actividade mais ou menos regulamentada de pilhagem de cargas de navios e ataques a populações costeiras que só muito tarde acabará. Como se verá, apesar de estarem estabelecidas algumas regras para as práticas do corso, a forma como era praticado, numa análise actual torna difícil separá-lo claramente da pirataria, pois, como se imagina, esta indefinição de fronteiras claras entre a actividade legítima dos corsários e as acções de pirataria, tendiam a esbater-se em presença dos poderes islâmico.

O corso, instrumento básico da política externa medieval portuguesa

Primeiro a política de início do século XV e, com esse objectivo, começo por lembrar o que já afirmei noutros locais: a “*presença em Marrocos teve objectivos e desenvolvimentos distintos, em função do tempo e dos lugares. É perceptível como a lógica de ocupação das praças do estreito, em que Portugal promoveu as primeiras conquistas fora do reino, não foi a mesma daquela outra, mais a Sul, relacionada com a expansão marítima e o comércio*”¹. Por isso, o objectivo de controlo do Estreito de Gibraltar vinha na linha das políticas externas medievais que se poderiam considerar tradicionais, já que significava tentar controlar a ligação do Atlântico ao Mediterrâneo região em relação à qual Portugal tinha uma ligação evidente e por onde passava uma parte importante do movimento de mercadorias de então. Posto de outra forma, a tomada de Ceuta não foi o primeiro passo da expansão portuguesa e europeia, mas a ocupação de um ponto nevrálgico que ligava os mares conhecidos e navegados pelos europeus e daí decorre a ideia tantas vezes invocada de que Ceuta era a “chave” do Mediterrâneo. É neste contexto que importa perceber como, em 1415, se olhava Ceuta e toda esta área, porque é essa forma de olhar que, em grande

¹ BARATA, Filipe Themudo, “A Construção da Presença Portuguesa no Magrebe” in: *Património de Origem Portuguesa no Mundo: arquitectura e urbanismo. África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico*, Coordenação geral José Mattoso, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2010, p. 8.

medida, nos ajuda a compreender o que foi essa frenética actividade de exercício de violência a que chamamos corso ou pirataria. Também é verdade que, com o tempo e por razões diferentes, nos sucessivos discursos, tanto os políticos como os da historiografia nacional que procuraram explicar a expansão portuguesa, a conquista de Ceuta foi sendo percebida como o primeiro passo dessa mesma expansão e com ela se foi confundindo.

Depois o corso e a pirataria; se se pretendesse um indicador sobre a importância destas actividades na Baixa Idade Média, bastaria referir que, na troca de correspondência entre os diversos reinos, os problemas relativos às actividades de corsários e de piratas ocupavam, talvez, o principal lugar; para o comprovar basta consultar a documentação das diversas chancelarias, em especial as peninsulares. Podemos talvez conhecer melhor este universo – a sua complexidade, a sua extensão e, digamos, normalidade – com a documentação de alguns arquivos italianos, dado existirem disponíveis bastantes contratos de corso².

Para se perceber melhor como o ambiente era favorável a estas actividades, importa deixar algumas observações. Em termos históricos e genéricos, depois do século XIII, para Portugal, o corso e a pirataria eram a continuação, no mar, das práticas de pilhagem e rapina, tão conhecidas dos povos europeus e dos portugueses em particular; ora uma das regiões mais afectadas era aquela em que se moviam os interesses e as navegações portuguesas, ou seja, a área que ligava o Mediterrâneo ao Atlântico. Já noutra lugar³ se explicou, como aí, desde o século XIV, se vivia uma situação que, hoje, pode parecer estranha, mas, antes, era o quotidiano das populações ribeirinhas: a coexistência de tendências de carácter pacífico e cosmopolita⁴, com um estado de guerra endémico, tantas vezes difícil de controlar. Mas era assim que as coisas se passavam; como escreveu há muitos anos Charles-Emmanuel Dufourcq, a guerra, entre os séculos XIII e XV, era a situação normal e as pazes só determinavam uma interrupção momentânea do conflito, pelo prazo que fosse acordado, findo o qual as hostilidades recomeçariam⁵.

Hoje, temos tendência a olhar o corso e a pirataria como uma espécie de actividade caótica, sem regras e de mero exercício de violência, o que não era o caso. Em si mesmo, no direito e no quadro jurídico de então, eram consideradas como sendo de Corso as acções de nacionais de um reino no sentido de exercerem contra as pessoas e os bens de um outro estado, com o qual se encontravam em guerra, o máximo de danos, mas que estavam dependentes de uma prévia autorização régia, a chamada “carta de corso”. Por sua vez, como sendo de Pirataria eram considerados os actos de pilhagem e banditismo exercidos por alguém que não possuía nenhum título legítimo e o fazia em seu próprio

² CATALANI, Carlo Pennazzi, “Gli Atti Notarili per la Messa in Corsa”, in: *Studi e Materiali*, 4 (2008), pp. 1-12.

³ BARATA, Filipe Themudo, *Comércio e Navegação de Portugal com o Levante Peninsular (1280-1415)*, Provas de Aptidão Científica, Universidade de Évora, 1987, p. 168.

⁴ DUFOURCQ, Charles-Emmanuel, “Chrétiens et musulmans durant les derniers siècles du Moyen Age” in: *La Peninsula Ibérica y el Mediterráneo. O Centro-Occidental (siglos XIIIXV. Actas del I Congreso Internacional de Historia Mediterranea* (Palma, 17-22 Dezembro de 1973), Barcelona/Roma, 1980, pp. 207 e 208.

⁵ *Ibidem*, pp 210 e 211.

benefício. Se do ponto de vista conceptual a distinção parece clara, na prática não o era, pois eram evidentes as dificuldades de exercer uma autoridade efectiva no mar, as situações de base que conduziam à guerra ou à paz mudavam rapidamente e era geral a tendência para obter lucros fáceis. De facto, é até provável, como defendeu há muitos anos Edward Lewis, que, na Idade Média, o príncipe era sempre responsável pelos actos de pirataria cometidos pelos seus súbditos⁶.

Uma das cidades que, de forma sistemática, codificou o direito marítimo e os “usos do mar” foi a cidade de Barcelona, com o famoso *Libro del Consulado del Mar* (século XIII). É interessante ler a primeira passagem desta compilação relativa às actividades corsárias, pois percebe-se que havia, então, uma prática por todos reconhecida e, diga-se, exercida usada. Diz a primeira parte do artigo 275º do Título XII do “*Libro*”:

“Si un baxel armado, al salir o al volver de su corso, o en la navegación, se encuentra con alguna nave mercante, y el buque y la carga que lleva es de nación enemiga, “” sobre esto nada hay que declarar porque no hay quien ignore cómo se debe proceder, pues sobre este caso no es menester establecer razón alguna”⁷.*

Aliás, a consulta de todo este título relacionado com o uso da violência no mar e as formas de ataque ou negociação com navios de mercadorias ou inimigos transmite uma percepção básica de como se tentou coligir por escrito práticas comuns por todos praticadas.

Todavia, para se compreender ainda com mais rigor este quadro de corso e pirataria constante e a forma como, na prática e apesar das normas, os conceitos tendiam a esbater-se e a confundir-se, começo por lembrar um outro termo e conceito com eles relacionados: a represália e o direito de represália. Este era considerado um acto de coacção, em regra proibido, mas admitido de forma extraordinariamente, com vista a realisar, por equivalência, um direito lesado. Assim, na impossibilidade de punir o primeiro infractor, o prejudicado dirigia-se contra um terceiro, ligado ao agente da infracção por certos vínculos, por exemplo o facto de ser súbdito do mesmo reino. Para que o exercício da represália fosse legítimo eram necessárias algumas condições: primeiro que os danos não tivessem sido ainda reparados e, depois, que essa reparação deveria ser quantitativamente proporcional ao dano sofrido. Além disso, para alguém poder exercer o direito de represália deveria ter ou obter uma autorização de uma autoridade legítima: a chamada “carta de marca”. Como, normalmente, quem sofria a represália a considerava injusta, tentava obter da autoridade uma “carta de contramarca” para repôr os seus direitos. Estes processos arrastavam-se e tornavam-se mais complicados e morosos já que tantas vezes misturavam-se com as tentativas de penhora, de sequestro e o arresto de bens; em qual-

⁶ LEWIS, Edward. “Responsability for Piracy in Middle Ages” in *Journal of Comparative Legislation and International Law*, vol. 19, nº 1, pp. 77-87, Cambridge University Press, Cambridge.

⁷ *Libro del consulado del Mar*, Edição texto original y traducción para castelhano de Antonio de Campana, Edição da Câmara Oficial de Comercio y Navegación de Barcelona, Barcelona, 1965, Tit. XII, Artº 275, p. 409.

quer caso, como se imagina, este processo, quando decorria mesmo num estrito quadro legal, podia dar origem a uma dinâmica de violência interminável, em processos que se arrastavam no tempo e iam aumentando os montantes reclamados.

Note-se que este quadro jurídico é mais o resultado de uma construção racional actual e menos um direito claro por todos assimilado. Provavelmente, o já acima referido Edward Lewis tem razão e, provavelmente, existiria uma aceitação, mesmo que difusa, da responsabilidade do príncipe pelas acções dos seus súbditos.

Num exemplo há muito apresentado⁸ como paradigmático desta situação e que agora relembro; no mês de Agosto de 1366, uma embarcação portuguesa assaltou o navio do judeu Jacob Xambell, mercador de Valência ou de Maiorca, que carregara várias mercadorias na barca de um certo Guilherme Juliano. O processo de uma enorme complexidade só terminou cerca de vinte anos depois, concretamente em Fevereiro de 1388. Mas as perdas calculadas no início, avaliadas que foram em 962 libras, 2 soldos e 6 dinheiros em moeda de Valência, tinham-se transformado com reavaliações e juros em 5.768 libras, 10 soldos e 1 dinheiro da mesma moeda⁹! Junte-se a este resultado as desvalorizações cambiais que as moedas então sofriam, muito em especial nestes anos a portuguesa, e pode-se imaginar as somas extraordinárias que podiam estar em causa.

Mas uma conclusão é segura; o corso e a pirataria ajudavam a violência a perpetuar-se: o esbulho dava ao ofendido um direito de retaliar contra os bens pessoais, familiares ou nacionais do primeiro presor, o qual retaliaria de volta, numa permanente espiral de agressão. Ninguém escapava a esta lógica. Mesmo os genoveses e venezianos, aparentemente os grandes beneficiados pela pacificação das vias marítimas medievais, partilhavam essa atitude, que tanto os incluía do lado das vítimas como dos autores do corso ou da pirataria.

Para mais, na região de que Ceuta era uma chave, a presença do Islão tendia a diluir as diferenças entre corso e pirataria, já que, pelo menos após a tomada de Ceuta, o ataque à navegação muçulmana era uma acção considerada, por princípio, legitimada. Mas, como se referiu, não se pense que a violência era usada exclusivamente contra o Islão ou que fosse exercido de uma forma completamente indiscriminada. Muitos mercadores não hesitavam em arredondar os lucros de uma viagem assaltando uma aldeia ou uma embarcação indefesa.

Também por isso, cedo se percebeu que, apesar das dificuldades em controlar esta violência, ela estava indissolúvelmente ligado a opções políticas do reino, ou pelo menos dessas acções resultavam consequências políticas que era preciso controlar. Numa carta de Andreas Guardiola, tesoureiro do rei de Aragão na Sicília, advertia os diferentes senhores e comunidades locais das zonas costeiras da chegada da frota portuguesa que, regularmente, praticavam assaltos e pilhagens na ilha¹⁰.

⁸ BARATA, Filipe Themudo, *Comércio e Navegação de Portugal com o Levante Peninsular (1280-1415)*, Provas de Aptidão Científica, Universidade de Évora, 1987, pp. 321 e ss.

⁹ BARATA, Filipe Themudo, *Navegação, comércio e relações políticas: os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*, JNICT/Fundação C. Gulbenkian, Lisboa, 1998, pp. 322 e 323.

¹⁰ *Ibidem*, p. 307.

A necessidade de controlar o corso

Estas atitudes não eram exclusivas dos portugueses. O acentuar da presença biscaina e castelhana no Mediterrâneo, além das trocas comerciais, parece estar ligada também a um forte incremento do corso¹¹. Do mesmo modo, a rivalidade comercial e política entre as cidades de Génova e Veneza passou por momentos que incluíam alguma violência mútua e de que o corso era o fenómeno mais visível¹².

Como se referiu, as práticas de corso obedeciam a interesses estratégicos que variavam, consoantes os casos. Os reis de Aragão, por exemplo, alternavam bastante as suas atitudes. Uma vez, aceitavam os protestos dos povos, que se insurgiam contra os malefícios do corso¹³, empenhavam-se na perseguição a corsários estrangeiros e piratas e limitavam as áreas de corso, bem como as gentes que podiam ser perseguidas¹⁴. Outras vezes, ao contrário, eram eles próprios a promoverem a concessão de cartas de corso e os ataques a rivais e inimigos¹⁵.

Portugal que, cada vez mais, era país de corsários era, ao mesmo tempo, também vítima do corso. Nas contas com a Inglaterra, por exemplo, não é certo qual dos reinos ficou mais beneficiado¹⁶. Mesmo junto à costa as frotas do reino não deixavam de ser atacadas, como aconteceu, em 1397, com as seis galés que regressavam de Génova¹⁷. Sendo assim, o uso desta violência tinha de ser controlada, organizada e enquadrada, pois cedo se percebeu que era um instrumento político fundamental. Estas reformas, feitas em momentos diferentes nos vários reinos, apontaram para cinco grandes objetivos: em primeiro lugar, tentativa de definir alguns princípios legais que enquadrassem a actividade de corso. A par disso, procurava-se garantir, através de outro conjunto de medidas, a manutenção da regularidade do comércio e do abastecimento das cidades. Em

¹¹ Ver, por exemplo: SUAREZ FERNANDEZ, Luis, *Navegacion y Comercio en el Golfo de Vizcaya. Un estudio sobre la politica marinera de la Casa de Trastamara*, CSIC, Madrid, 1959.

¹² TINTÓ, M. “Un genoves intervieni en actos de pirateria en el Mediterraneo durante el reinado de Fernando I” in: *Acti del I Congreso Storico Liguria Catalognia*, Bordighera, 1974, pp. 398 e 399.

¹³ “le sia estat offert altre partit satisfadio a la dicta seguret de les mars e extirpacio de cossaris” (*Cortes de los Antiguos Reinos de Aragón y Valencia*, Madrid, 1901, vol. IV, p. 373).

¹⁴ Arquivo del Reino de Valencia (A.R.V.), Bailia, nº 193, fol. 210, doc. de 14 de Julho de 1433. As Ordenanças do rei Pedro de Aragão de 1356 referem especificamente que os corsários “no farán mal ne dany à amichs del Senyor Rey, sino à aquells quel dit Senyor los dona de bona guerra”. Ainda: AZCÁRRAGA Y DE BUSTAMANTE, Jose Luis de, *El corso marítimo*, CSIC, Madrid, 1950, p. 237.

¹⁵ FONSECA, Luís Adão da, *Navegacion y Corso en el Mediterraneo Occidental Los Portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, 1978. O Capítulo II, em especial, dedicado à navegação militar na Catalunha durante o governo do Condestável D. Pedro, ilustra bem a situação.

¹⁶ *Monumenta Henricina*. Ed. da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 15 vols. Coimbra, 1960/1974. Vários documentos desta *Monumenta Henricina* (MH) fazem eco, ainda em meados do século XV, dessa actividade corsária de ingleses e portugueses: em 1450, os nacionais conseguiram, por fim capturar um corsário inglês que molestava a navegação lusa (MH, X, 66, pp. 101, 104 e 245, pp. 326 e 328). Só para o reinado de Ricardo II (1377-1399) vejamos os *Calendar of Close Rolls*, Vol. I Londres, 1914, p. 268 e os *Calendar of Patent Rolls*, vol. III, Londres, 1904, p. 9, e vol. VI, pp. 361 e 367.

¹⁷ SUAREZ FERNANDEZ, Luis, *Relaciones entre Portugal y Castilla en la epoca del Infante Don Enrique (1393-1460)*, Madrid, 1960, p. 22.

terceiro lugar, a documentação demonstra (legislação, relatórios, cartas de vários tipos) que se procurou equacionar os problemas resultantes do corso, em especial numa base dos efeitos políticos que provocava. Seguidamente e para tentar travar a proliferação de um espécie de “corso popular”, em Portugal nomeadamente, foram definidos um conjunto de regras sobre a forma como as presas e os rendimentos do corso deveriam ser partilhadas e, finalmente, apontaram-se os critérios de responsabilização de todos os que se dedicavam a essa actividade.

O primeiro propósito era essencial para separar o corso da pirataria, actividade teoricamente marginal e criminalmente perseguida. De facto, esta distinção nem sempre era fácil de fazer. Anna Unali, na sua obra dedicada ao corso¹⁸, narra um caso paradigmático: em 1413, uma frota de navios catalães assaltou no porto de Tunes, a embarcação genovesa *Santa Maria*, com cuja cidade Aragão estava numa fase de bom relacionamento. Ora, entre essas embarcações catalãs, encontravam-se dois navios corsários, que não hesitaram no momento do ataque. Isto significava, como refere esta autora, que “*a pirataria e o corso convivem nas mesmas empresas e pessoas*”¹⁹, o que, em certa medida, transformava os corsários em piratas e vice-versa. Afinal, todos eles acabavam por prosseguir um único objectivo: o enfraquecimento, por todos os meios, de inimigos ou concorrentes e a obtenção de rápidos lucros.

Esta situação está, também, bem atestada nas peripécias que a frota luso-borgonhesa, enviada a Constantinopla, sofreu enquanto andou pelo Mediterrâneo. João Pires, cidadão de Lisboa e patrão de um navio do Duque da Borgonha, assaltou, por volta de 1455, no decurso do seu combate contra os Turcos, uma embarcação cristã, de cuja mercadoria se apropriou²⁰. Como das suas credenciais estava excluído tal direito, só encontrou uma solução: pedir ao Papa que sancionasse os casos passados e até os que, eventualmente, se viessem a passar, dada a grandiosidade e importância da sua acção.

Apesar de só lhe terem sido relevados os erros que cometera, o interessante foi esta necessidade de garantir a legalidade da sua actuação, pelo recurso ao único poder que o poderia fazer. Este episódio revela ainda como, ao menos, se tinha enraizado a ideia de que era preciso respeitar alguma legalidade e ter legitimidade para operar como corsário. O caso era ainda mais complicado numa região que, por envolver duas religiões, trazia consigo o problema da legitimidade da guerra. Como já se referiu, neste aspecto, em relação ao mundo muçulmano, as políticas dos diversos reinos cristãos variaram bastante, o que também criava desavenças entre eles. Todas estas situações justificavam que a prática do corso e das represálias estivessem dependentes, respectivamente, da concessão da carta de corso ou de marca, sendo as primeiras dadas só por um tempo determinado e para certa viagem de um navio específico.

¹⁸ UNALI, Anna, *Mariners, pirates i corsaris catalans a l'època medieval*, Institut Municipal d'Història, Barcelona, 1985, pp. 121 e 123.

¹⁹ *Ibidem*, pp. 123 e 124.

²⁰ Esta peripécia pertence ainda aos acontecimentos que envolveram a expedição borgonhesa ao Mediterrâneo e vem descrita em: NUNES, Eduardo, “Guerra Santa Santa «Pirataria»: um caso português de 1455”, Lisboa, 1970, separ. de *Brotéria*, Vol. XC, pp. 242-248 (1970).

No Mediterrâneo tendia a haver corso um pouco por todo o lado. Todavia, porque as motivações políticas e económicas, públicas e privadas, eram mais ou menos constantes, era natural portanto que as áreas de prática do corso apresentassem alguma regularidade. No caso português, por exemplo, as zonas de corso mais acentuado não foram sempre as mesmas.

Confinados no início do século XV às áreas próximas de Ceuta, posteriormente, quando os portugueses, passaram a frequentar as rotas que os colocavam entre as costas do Levante peninsular e as ilhas Maiorca, Minorca e Ibiza, aproveitavam a situação para atacar o comércio marítimo que corria na região. Contra a navegação e as costas norte-africanas de Orão, Bugia e Tunes o corso, de esporádico no século XIV, tornar-se-á, após a tomada de Ceuta, mais sistemático e devastador; mas alcançará as costas atlânticas. É verdade que, em certos momentos, as vantagens comerciais podiam justificar a protecção especial de certas rotas, excluindo-as dos objectivos dos corsários. Foi o que o monarca português fez, em 1481, dando uma carta de seguro geral para navios e mercadorias que circulassem entre Portugal e Tremlecem²¹. Basta ler a *Crónica de D. Pedro de Meneses* de Gomes Eanes de Zurara para perceber que muito depressa o corso português abrangia uma vastíssima área que vai das costas Atlânticas, perto de Casablanca, e chega perto da actual Tunísia.

Mas, como o corso vivia à sombra do comércio regular, atingia também o abastecimento das cidades e regiões que precisavam de importar alimentos, nomeadamente os do reino português. Por isso, e ainda pela necessidade de controlar o tráfego de produtos estratégicos²², divulgaram-se as práticas das “cartas de seguro”, que subtraíam os seus destinatários ao corso e às represálias e daí a vantagem de serem solicitadas²³. A generalização das cartas de seguro também se justificava para permitir a mensageiros e embaixadas poderem circular. Como o comércio português no Ocidente do Mediterrâneo tinha como base o comércio alimentar (cereais e pescado), era comum os barcos do reino receberem das autoridades aragonesas essas cartas de seguro²⁴. Mesmo com esta garantia geravam-se enormes confusões e polémicas e os exemplos são inúmeros.

A terceira grande razão que levou os monarcas portugueses a imporem algumas regras no domínio do corso, dizia respeito à necessidade de poderem equacionar os problemas dele derivados de uma forma, digamos, eminentemente política. Com efeito, a actividade corsária poderia ser economicamente compensadora, mas era, sem dúvida, uma ameaça permanente à paz e às opções de política externa entre os diversos reinos.

²¹ MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, Instituto de Alta Cultura, 3 vols. e Supl. ao vol. I, Lisboa, 1944/1971, vol. III, nº 148, documento de 10 de Janeiro de 1481. Doravante DP seguido do número do volume e número de documento.

²² DP, I, 68.

²³ Um bom exemplo: em 30 de Novembro de 1443 é solicitado à cidade de Barcelona um salvo-conduto para a nau *Santo António*, cujo mestre era um certo Vasco Gonçalves (DP, Supl. I, 113).

²⁴ BARATA, Filipe Themudo. *Navegação...*, Anexo IV, ver os números [59], [128], [132], [135], [154], [148], [149], [161], [193] e [194].

Muitos dos problemas emergentes do corso eram de difícil resolução e colocavam delicadas soluções. Tome-se o caso discutido numa das sessões de Setembro de 1461 do Conselho dos Vinte do Consulado do Mar de Barcelona²⁵. Em apreciação estava o caso de 3 navios desta cidade terem apresado uma nau, pertença do rei de Portugal, na qual existiriam mercadorias de dois cidadãos de Barcelona, o mercador Jacme Bertran e o notário Matheu Ça Font. O Conselho decidiu que o navio ficasse retido e, até se dissiparem as dúvidas sobre a proveniência das mercadorias, os dois queixosos prestariam uma caução. Como o rei de Aragão se interessou pelo assunto, foram enviados dois mensageiros ao monarca, a fim de explicarem as razões das decisões tomadas e obterem deste o seu apoio. Afinal, a embarcação portuguesa pertencia a um rei, e os conselheiros percebiam bem que não se podiam abstrair da dimensão política do caso.

Como nem sempre foi possível manter uma parte substancial do corso dentro de limites politicamente aceitáveis, em momentos de maior distensão, como a negociação e celebração de tratados, procuravam-se resolver as sequelas deixadas pelo corso e as represálias a que davam origem. No texto de muitos desses tratados constavam até cláusulas que previam a constituição de comissões de arbitragem entre os beligerantes.

Nestas ocasiões, os reinos tentavam também negociar algumas regras para o exercício do corso. Num aditamento de 20 de Setembro de 1427 ao Tratado de Paz de Portugal com Castela, definiram-se alguns grandes princípios²⁶. Os navios e os portos de Portugal e Castela deveriam ser excluídos do corso, mesmo que transportassem mercadorias de inimigos de um deles, a não ser que levassem os próprios inimigos ou fossem apanhados num ataque a porto de inimigo. Em segundo lugar, as autoridades das cidades onde o navio se armara respondiam como fiadoras. Por fim, cada um dos reinos comprometia-se a não receber embarcações que tivessem capturado navios de qualquer deles.

Não se pense que estes acordos eram letra morta. A introdução de regras, mesmo no corso, a aceitação do complexo e caro processo que poderia levar à concessão de cartas de marca e o respeito pelos salvo-condutos eram razoavelmente respeitados. Na sessão da Vereação do Porto de 11 de Agosto de 1431, concluiu-se pela necessidade de pagar uma dívida ao duque da Borgonha dado que este poderia provocar “*dampno e perda que se a esta terra recrecera se o duc filhar todallas mercadorias deste regno ataa aver cumprimento do que lhe ha de seer pagado...*”²⁷. Os mercadores, fossem de que nacionalidade fossem, quase sempre apoiados pelo seu monarca, ao solicitarem deste uma carta de

²⁵ Archivo Historico de la Ciudad de Barcelona (A.H.C.B.), Consolat de Mar, *Registre de Deliberacions*, vol. I, fols. 89/90v.

²⁶ MH, III, 82, pp. 165 e ss. Confirmado em 27 de Janeiro de 1432 (MH, IV, 15, pp. 60 e ss.) e em 30 de Outubro de 1432 (MH, IV, 9, pp. 18 e ss.); DP, Supl. I, 84.

²⁷ FERREIRA, J. A. Pinto, “Vereações: anos de 1401-1449; o segundo Livro de Vereações do Município do Porto existente no seu Arquivo” in: *Documentos e Memórias para a História do Porto*, Porto, 1980, nº XL, p. 33.

marca, tinham a preocupação de esclarecer os passos que já haviam dado para reaver de outro modo os seus bens²⁸.

O passo final foi o de organizar o corso enquanto empresa. Mas, esta perspectiva de olhar esta actividade como um negócio, em especial pela importância que ele teve em Portugal, merece uma análise em separado.

O corso, um negócio popular

Se quiséssemos medir a importância que, em termos económicos e financeiros, o corso representava nos séculos XIV e XV, vale a pena lembrar as conclusões a que Luís Adão da Fonseca chegou para o reinado do Condestável D. Pedro em Aragão, ou seja, de 1464 a 1466²⁹. Segundo este autor, a actividade de um só barco de corso poderia significar rendimentos mais elevados que as controladas por alguns dos seus tesoureiros. Mesmo dentro do quadro político excepcional em que o Condestável actuou, todos os elementos apontam para que o corso devia ser considerado como uma das grandes fontes de rendimento da época. E, se houve reino onde esta conclusão tem mais pertinência, foi o português.

A rápida obtenção de rendimentos que implicava, face aos riscos que comportava e ao investimento que exigia, fazia do corso um negócio ou uma actividade que poderia ser considerada popular. Popular no sentido em que todos aqueles que tinham disponibilidades financeiras para investir, ou os que, de alguma forma, frequentavam as diversas rotas estavam interessados em a promover ou nela participar. A este propósito é interessante verificar o quase silêncio das questões relativas ao corso, nos temas apresentados nas Cortes do século XV³⁰. Actividade que envolvia gentes de diversas proveniências, estava, pelos vistos, suficientemente organizada para não suscitar grandes conflitos entre os seus mais empenhados intervenientes.

É claro, para quem consulta a documentação disponível, que, ao longo dos séculos XIV e XV, houve momentos em que variava a intensidade do corso. Assim, se no último quartel do século XIV se assiste a um crescendo da intervenção portuguesa no assalto à navegação comercial que frequentava as rotas do Mediterrâneo e do Atlântico, a partir dos anos que se seguem a 1470 pode observar-se como este tipo de actuação foi rareando. Entre estes dois marcos, alternaram os períodos de maior violência, com outros em que as acções corsárias tiveram menos importância. Não admira também que, quando a opção

²⁸ Num caso ocorrido por volta de 1434 com Génova, perante os protestos da Senhoria face aos actos de guerra contra navios e património da cidade, D. Duarte explicou os passos que já haviam sido dados para repôr a situação (MH, V, 22, pp. 52, 53 e 50, pp. 115 e 117). Outro processo conhecido foi o que envolveu os mercadores portugueses “estantes” em Harfleur (DP, Supl. I, 512 e 513). No mesmo sentido vai o processo citado das embarcações portuguesas apresadas em Maiorca em 1454 (A.H.C.B., Consellers, VII (Armadas i Port), 22, Pasta 6).

²⁹ FONSECA, Luís Adão ob. cit., pp. 89 e 91.

³⁰ No levantamento levado a cabo por Armindo de SOUSA (*As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)*, 2 vols., INIC, Porto, 1990, vol. II) nunca os povos levantaram qualquer questão relativa ao corso do reino.

pela expansão dirigida para a costa da África Ocidental se tornou primordial, a presença portuguesa no Mediterrâneo tivesse diminuído e, com ela, a conflitualidade e os níveis de influência que acarretava.

Para os monarcas portugueses, além dos aspectos relativos ao controlo político do corso, rapidamente se impôs a necessidade de definir algumas regras que visassem regular problemas surgidos com o lado económico desta actividade. Aqui, havia que acautelar questões fundamentais: definir o regime de partilha das presas, organizar as jurisdições que tratavam dos problemas do corso, defender os interesses económicos do reino, em confronto com os dos outros, e até garantir rendimentos para a Coroa da acção dos corsários nacionais.

Poucos anos depois da sua chegada ao poder, D. João I emitiu uma Ordenação que regulamentava a partilha das presas feitas em terra ou no mar³¹. Este verdadeiro regimento do corso, como o atesta Fernão Lopes³², vinha pôr cobro às disputas que havia com a partilha dos saques. Determinando os quinhões a constituir e formas da sua divisão, estipulava as regras a seguir na repartição de presas, consoante a acção se tivesse desenrolado em terra ou no mar, esclarecia os critérios a respeitar em função do tipo de navio capturado e definia a parte que cabia ao rei. Esta última era especialmente relevante, visto o monarca guardar para si a parte das presas mais ricas: ouro e prata, pedras preciosas, os navios, os seus aparelhos e tripulações, os panos mais ricos e os prisioneiros que valessem mais.

O valor da parte que cabia ao rei não era de desprezar. Por isso, a concessão do quinto do rei das presas, que, por exemplo, D. Duarte fez aos seus irmãos, D. Pedro e D. Henrique³³, não eram meros actos simbólicos, antes significavam importantes doações³⁴.

Além da partilha das presas, os monarcas portugueses procuraram intervir também no sentido de disciplinarem os inevitáveis problemas surgidos entre os diversos interessados e intervenientes neste negócio. Como acontecia noutras paragens, é muito provável que os juízes do mar tivessem, entre as suas competências, jurisdição sobre as presas realizadas por acções corsárias e que, ao conceder a carta de corso, se exigisse ao corsário o depósito de uma fiança, como garantia do respeito pelas regras existentes³⁵.

A par desta regulamentação directa, algumas práticas foram sendo ajustadas ao longo dos anos. Uma delas era a tendência dos reis portugueses para controlarem a circulação de certos produtos, considerados de valor estratégico. Assim, mesmo quando se concediam cartas de seguro, não era raro permitir que se apresassem estas mercadorias, desde que se dirigissem ou viessem de terras inimigas.

³¹ DP, I, 170.

³² LOPES, Fernão. *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, INCM, Lisboa, 1968, parte segunda, Cap. CXXVII, pp. 263 e 265.

³³ DP, I, 259 e MH, IV, 79, pp. 266 e 88, p. 281.

³⁴ Esta questão não tem sido muito estudada pela historiografia. Todavia, alguns cálculos que à frente se fazem apontam para conclusões similares às de L. Adão da Fonseca (ob. cit., pp. 89 e 91), o que tornava estas doações bastante atraentes.

³⁵ AZCÁRRAGA Y DE BUSTAMANTE, J. L., ob. cit., p. 91.

Afinal, o que valia o corso como negócio? Já numa ocasião se tentou avaliar o valor do mercado de escravos e cativos, a maior parte deles, apesados em acções de corso³⁶. Mas é ao nível da acção individual que melhor se percebe o significado económico do corso. Gostaria de voltar ao caso da embarcação de Jacob Xambell, antes apresentado, para podermos ter um termo de comparação.

É curioso acompanhar a verdadeira evolução do valor desta dívida. As 962 libras, 2 soldos e 6 dinheiros de Barcelona, à medida que, no reinado de D. Fernando, a moeda portuguesa se desvalorizava, ía-se tornando cada mais difícil de pagar. A preços de 1416, as 962 libras, 2 soldos e 6 dinheiros de Barcelona valeriam uma 468.000 libras nacionais, enquanto a dívida, em 1388, já andaria pelas 2.800.000 libras³⁷. Para perceber o alcance desta quantia, basta dizer que as rendas das alfândegas e moedas, em 1398-1402, foram arrematadas, em segunda avaliação em 42 contos por dois anos³⁸. Isto quer dizer que, um só navio capturado poderia ultrapassar 10 % de uma das melhores fontes de rendimentos régios!

Não se pense que estamos em presença de um caso excepcional. Numa carta datada de 12 de Maio de 1389³⁹, D. João I promete a Ambrogli de Manni, enviado especial de Génova, pagar, em 3 anos, as 2.107.425 libras portuguesas que eram devidas, em razão do valor das mercadorias apesadas em navios de Génova que tinham sido capturados junto à costa por corsários do reino.

Para obter um valor médio das cargas transportadas nas embarcações que navegavam entre o Mediterrâneo e o Atlântico, basta acompanhar o quantitativo das multas a pagar por desrespeito das cartas de seguro concedidas por monarcas. O navio típico português, transportaria cargas cujo valor oscilava, para datas que vão de 1432 a 1456, entre os 1.000 e os 2.000 florins de Aragão⁴⁰.

Tudo isto fazia do corso uma actividade que, em última análise, todos praticavam. Foi certamente baseado nos proventos derivados do corso, que o primeiro Governador de Ceuta, D. Pedro de Meneses, ergueu a fortuna da sua casa senhorial⁴¹. Excluindo os muitos negócios a que se dedicou⁴², não é fácil avaliar o valor das imensas presas de que se

³⁶ BARATA, Filipe Themudo, *Navegação e Comércio...*, Cap. II, nº 2, da 1ª Parte.

³⁷ (TAVARES) FERRO, Maria José, *Estudos de História Monetária Portuguesa (1383-1438)*, Lisboa, 1974, pp. 124-125.

³⁸ FARO, Jorge de, *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481. Subsídios documentais*, Lisboa, 1956, pp. 19 e 26.

³⁹ Archivio di Stato di Genova (A.S.G.), *Archivio Segretto*, nº 2729, doc. 30.

⁴⁰ Multas de 1.000 florins: quem violasse os “guiatges” concedido a Álvaro Vasques (A.R.V., Bailia, nº 1147, fols. 685v/686), a Fernando Janeiro (A.R.V., Bailia, nº 1151, fol. 113 r/v) e a Andre Gallart (A.R.V., Bailia, nº 1152, fol. 1261 r/v). Multas de 2.000 florins: quem violasse os salvo-condutos concedidos a Álvaro Vasques (A.R.V., Bailia, nº 1147, fol. 416 r/v), a Álvaro Estevão (A.R.V., Bailia, 1147, fols. 472 r/v) e a Pero Vicente (A.R.V., Bailia, nº 1147, fol. 669 r/v). Note-se que não é seguro que a multa fosse correspondente ao valor real da carga.

⁴¹ SOUSA, João Silva de, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, 1990, pp. 266 e 267.

⁴² BARATA, Filipe Themudo, *Navegação, Comércio e Relações Políticas...*, onde, no ponto dedicado ao comércio de escravos (Cap. II, nº 2, da 1ª Parte) se deram exemplos desses negócios que envolviam o Governador de Ceuta. Do mesmo modo, no Cap. I, nº 2, desta 2ª Parte, também se avalia a intervenção do Conde D. Pedro no comércio do Mediterrâneo.

apoderou com a ajuda dos seus corsários⁴³. O que não há dúvida é que o corso o tornou um dos homens ricos de Portugal no primeiro quartel da centúria de Quatrocentos.

O papel que Ceuta teve na ampliação do corso precisa de ser sublinhado, pois esta cidade foi o verdadeiro centro dessa actividade. Nuno Silva Campos mostrou como, após os primeiros anos de políticas defensivas em Ceuta, pouco a pouco, as ofensivas no mar foram ganhando importância e tornaram-se pilares essenciais da presença portuguesa⁴⁴. Era esse papel que Zurara queria sublinhar quando traçar Ceuta como o lugar por onde passavam todos os que se dedicavam ao corso no Mediterrâneo Ocidental:

*“Como a Cidade de Cepta seja casa huma chave do mar Medio terreno, quaesquer Navios, que se armavaõ contra os infieis, vinham ali fazer devisa”*⁴⁵

As vantagens meramente económicas do corso alargavam-se, assim, a todos os grupos. Reconhecendo a importância que tinham, o rei fazia valiosas doações aos seus corsários. Como já D. Fernando e D. João tinham procedido com Afonso Ramos⁴⁶ e conforme atesta a documentação publicada por Jorge de Faro⁴⁷, D. Afonso V, em 4 ocasiões, entregou 22.000 dobras ao corsário Culão, chegando mesmo a encontrar-se com ele em Lagos.

Seguindo o exemplo régio, as grandes casas senhoriais lançaram-se, em especial desde o século XV, na promoção de acções de corso, que lhes traziam boas rendas. Como é sabido, os Infantes D. Henrique e D. Pedro, como depois D. Fernando, irmão de D. Afonso V, tinham os seus próprios corsários⁴⁸. Se, como se viu, os mercadores e navegantes em geral, nas suas viagens, não hesitavam em capturar outros navios para arredondarem os lucros, os oficiais da administração não perdiam eventuais oportunidades.

Todos estes exemplos servem para mostrar como o corso era, de facto, um negócio popular: para os armadores das embarcações, nobres ou não, para os mercadores que arredondavam os seus lucros, para as tripulações que partilhavam o saque e até para as populações ribeirinhas que não desdenhavam deitar mão de uma presa de ocasião. E, mais uma vez, Ceuta era o centro desta actividade e desta política.

⁴³ *Ibidem*, Anexo I, Quadros XXIII a/b.

⁴⁴ CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Meneses. O primeiro capitão de Ceuta*, Sete Caminhos: Lisboa, pp.69-73.

⁴⁵ ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*. Programa nacional de Edição Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses: Porto, 1988, p. 156.

⁴⁶ DP, Supl. I, 422 e cf. com o nº 2, do Cap. I, da 2ª Parte.

⁴⁷ FARO, Jorge de, ob. cit., p. 73.

⁴⁸ Numa carta ao rei de Portugal, com data de 8 de Março de 1442, o Bailio de Valência queixava-se dos atropelos praticados por corsários do Infante D. Henrique (A.R.V., Bailia, nº 1149, fol. 170 r/v). Noutra carta, vinte anos depois (21 de Junho de 1462), a mesma autoridade, denunciava agora os corsários do Infante D. Fernando, irmão do monarca de Portugal (A.R.V., Bailia, nº 1153, fols. 319v/320). Cf. Cap. I, nº 2, desta 2ª Parte.

GUERRA E CORSO EM CEUTA DURANTE A CAPITANIA DE D. PEDRO DE MENESES (1415-1437)

Nuno Silva Campos

Introdução – A guarnição

No dia 21 de Agosto de 1415, o rei D. João de Portugal, à frente de uma impressionante força militar, tomou a cidade norte-africana de Ceuta, velha sentinela do Estrito de Gibraltar. Nos dias seguintes, depois de se decidir pela sua manutenção, teve de escolher um comandante e a capitania da praça veio a recair, como se sabe, no alferes do Infante D. Duarte, D. Pedro de Meneses, depois do condestável D. Nuno Álvares Pereira, do alferes Gonçalo Vasques Coutinho e do guarda-mor do rei, D. Martim Afonso de Melo, terem declinado o cargo¹.

É possível ter uma ideia bastante aproximada da guarnição de Ceuta a partir da *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*. Sob o comando de D. Pedro de Meneses terão ficado aproximadamente 2.500 ou 2.700 homens², entre os quais: 300 escudeiros da Casa do Rei, 300 escudeiros da Casa do Infante D. Duarte, 250 escudeiros da Casa do Infante D. Pedro, 300 escudeiros da Casa do Infante D. Henrique, 600 besteiros de conto, cavalo e garrucha, mais de 100 “*Arnezados*” de Lisboa (fora a gente de pé) e um número indeterminado de escudeiros de Évora e Beja. A estes é necessário acrescentar muitos outros, designadamente nobres que ficam com homens seus, obviamente em destacamentos bem mais modestos, como acontece com Rui de Sousa, que pede para ficar na cidade com quarenta homens disponíveis, número bastante apreciável³. D. Afonso, conde de Barcelos, terá deixado também um contingente substancial⁴. Devem ainda referir-se os homens, como os artesãos, que não tinham por principal actividade a guerra, mas que contribuíam para esta⁵.

¹ O condestável é citado pelo conselho, o marechal proposto pelo rei a este órgão. Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, apresent. José Adriano de Freitas Carvalho, [ed. fac-similada de ed. do Abade Correia da Serra de 1792, pela Academia das Ciências de Lisboa], Porto, Programa Nacional de Edições Comemorativas dos Descobrimientos Portugueses, pp. 25-27. Adiante esta obra será citada abreviada como **CDPM**.

² Na **CDPM**, são apontados 2.500 (Liv. I, cap. VI, p. 29); em Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, intr. e notas de Reis Brasil, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1992, p. 284 [adiante citada abreviada como **CTC**], são indicados 2.700 homens.

³ Cf. **CTC**, p. 283.

⁴ Cf. **CDPM**, 102.

⁵ Cf. Paulo Drumond Braga, “A Expansão no Norte de África” in *A Expansão Quatrocentista*, coord. por A. H. de Oliveira Marques, vol. II da Nova História da Expansão Portuguesa, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Estampa, 1998, p. 304.

Convém distinguir desde logo um aspecto: a guarnição compreende homens que permanecem por vontade própria e outros que ficam porque a isso são ordenados pelos seus senhores. É visível a insatisfação da maioria, sobretudo os «populares», como os designa Zurara⁶, em permanecer em Ceuta. De facto, a perspectiva em ficar numa situação de guerra constante, afastados do reino por mar, cercados por inimigos ansiosos por vingar o assalto à praça, em contraposição com o regresso vitorioso a Portugal, fazia com que a permanência na cidade fosse indesejada pela maior parte dos membros da expedição⁷. Contudo, outros houve que ficavam por vontade própria, como o mencionado Rui de Sousa, que requer a incorporação na guarnição. Certamente outros também se disponibilizaram, com o fito de buscar fama e fortuna na actividade militar. Tratar-se-iam de homens de armas, profissionais da guerra, sobretudo nobres, acompanhados por dependentes seus, que “*haviam grande folgança por ficarem em aquela cidade, esperando que pelo bem, que em ela fizessem, acrescentariam muito mais em suas honras*”⁸.

Capacidade militar

Em boa verdade, a defesa de Ceuta, dada a sua localização e a conjuntura política, não se veio a revelar uma missão inexecutável. Em primeiro lugar, saliente-se que, não obstante os assédios a fortalezas serem, à época, bastante comuns, o seu sucesso dependia de uma série de factores e poucas eram aquelas que eram tomadas pela força⁹. A forma mais comum de as conquistar era rendição provocada pela falta de víveres dos sitiados, o que exigia um esforço bastante considerável por parte dos sitiados. Estes tinham de ser suficientemente numerosos de modo a conseguir reter os primeiros dentro dos muros e enfrentar eventuais reforços vindos em auxílio destes. Ao mesmo tempo, necessitavam de ter garantido um abastecimento de alimentos regular enquanto impediam a sua provisão aos adversários, de modo a que estes cedessem pela fome e sede. O assalto pela força, ainda que os atacantes se encontrassem em número muito superior, raramente era bem-sucedido sem elevadas perdas, razão pela qual, compreensivelmente, não se empreendia o assalto sem significativas garantias de êxito e, muitas das vezes, como último recurso. Na realidade, o sucesso de um assédio, na maioria das vezes, acontecia porque a disparidade de forças era bastante elevada, pela míngua de víveres ou de armas, pela fragilidade da fortaleza, por traição ou através de um bem elaborado estratagema¹⁰. Estando Ceuta implantada num istmo, permitia a concentração de um modo bastante eficaz de forças defensivas. E, junto da costa, beneficiava da possibilidade de ser auxiliada por via marítima.

Além disso, o contexto político na região impediria os muçulmanos de organizar um ataque com força suficiente para colocar em perigo a posse da cidade ao longo dos

⁶ Cf. **CDPM**, p. 38.

⁷ Cf. **CDPM**, pp. 38-41; e **CTC**, 285.

⁸ **CTC**, p. 285.

⁹ Cf. João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, s.l., Ed. Notícias, 1998, p. 337 *et passim*.

¹⁰ *Ibidem*, p. 339. Sobre os vários aspectos relacionados com os cercos cf. pp. 337-373.

primeiros anos. Apenas em 1418 terá lugar um grande cerco, delineado pelo rei de Fez, Abu Sa'id Uthman III, com a ajuda do rei de Granada, Muhammad VIII, a quem foi prometido o senhorio da cidade¹¹. Até aí, os portugueses tiveram oportunidade de tomar a iniciativa da guerra.

À partida, poder-se-ia pensar que tal não seria facilmente praticável, uma vez que a guarnição estava sobretudo preparada para a defesa. Destacavam-se, neste âmbito, os corpos de besteiros e os trons, que viriam a infligir elevadas baixas aquando dos ataques muçulmanos¹². A fortaleza estava, sabe-se, bem fornecida de apetrechos defensivos, visto que o rei “*mandou, que ficassem todo-los almazens, e artelharias, que levava com toda-las outras cousas, que sentio, que poderiam aproveitar para defensão da Cidade*”¹³, aos quais se somavam as coisas que ali foram encontradas, como “*muitos virotões e bestas e escudos e uma bombardas e muita pólvora e cera e cebo e pez*”¹⁴ bem como outras, adquiridas posteriormente para reforçar as defesas¹⁵.

Estando as muralhas bem defendidas, e podendo concentrar as defesas apenas num pano, seria fundamental evitar os desembarques na Almina¹⁶, cujo perigo residia no facto de aumentar substancialmente a frente de combate, pois obrigariam os portugueses a dispersar-se por toda a muralha, enfraquecendo a capacidade defensiva. Para precaver tal eventualidade, e para que a cidade não ficasse isolada por mar, o rei deixa na cidade duas galés a patrulhar o Estreito¹⁷. Mais tarde, outros navios, quer de D. Pedro de Meneses, quer de outros que se encontravam na cidade, se acrescentariam a estes.

Um aspecto que, de facto demonstra que, inicialmente, a capacidade ofensiva da guarnição estava limitada é a escassez de cavalos, algo que terá sido uma constante. Insofritamente, e segundo Zurara, no início da ocupação portuguesa existem apenas três: um do capitão, outro de João Pereira *Agostinho*, e outro de Álvaro Mendes Cerveira, ainda que na cidade estivessem “*nobres homens, e Fidalgos de valôr*”¹⁸. É uma situação que se percebe, uma vez que, tratando-se de uma previsível guerra defensiva, com grandes perío-

¹¹ Cf. Paulo Drumond Braga, *ob. cit.*, p. 247; e António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV*, dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1.º vol, exemplar mimeografado, Lisboa, 1990, p. 74.

¹² Sobre algumas vindas de mouros sobre a cidade, escreve Zurara na **CDPM**: “*os contrarios recebiam danno das beestas de cima dos muros*” (p. 53); “*os nossos tinhaõ suas beestas aparelhadas, de guisa que do primeiro tiro feriram delles muitos; e quando os Mouros viraõ tal recebimento, afastaraõ-se afõra*” (83); “*assy como chegãraõ de golpe, assy deceraõ muitas setas sobr’elles, de cujas chagas alguns corpos ficãraõ sem almas, e outros foram feridos, (...) onde lhe os trõos fezeraõ grande depno; caa mataãraõ muitos delles, e outros desmembrãrom*” (p. 117); “*com muy grande alarido comecãraõ de correr contra os muros; mas os trõos, e as beestas fezeraõ em elles tal dapno, que chorando tornãraõ atraõ*” (p. 120).

¹³ **CDMP**, p. 36. Na **CTC**, p. 284, também são mencionadas as coisas deixadas pelo rei: “*armaria, assim armas do corpo como bestas e armazém*”.

¹⁴ **CTC**, p. 284.

¹⁵ São apresentados por Filipe Themudo Barata números verdadeiramente impressionantes de importações de armas, em Valência e Barcelona, para o ano de 1416, com destino a Ceuta. Cf. *Navegação, Comércio e Relações Políticas: Os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*, Lisboa, FCG-JNICT, [d.l. 1998], pp. 136 *et passim*, e 469.

¹⁶ O assalto português utilizou esta estratégia. Cf. **CTC**, pp. 208-209.

¹⁷ **CDPM**, p. 106.

¹⁸ **CDPM**, p. 53.

dos de tempo intramuros, os cavalos representariam uma despesa significativa, sobretudo na eventualidade de haver, pela ameaça de ataques, uma impossibilidade de forragear os campos limítrofes.

Assim, que exército era aquele que se podia encontrar em Ceuta após a sua tomada? Observando a natureza das tropas, encontramos primeiramente um corpo de “oficiais” escolhido entre os mencionados “nobres homens e fidalgos de valor”, uma pequena elite dentro da composição da guarnição. Seriam estes os nobres que integravam o conselho de notáveis e com os quais Pedro de Meneses se aconselhava regularmente. Neste grupo incluíam-se os comandantes dos destacamentos e outros que ficavam com homens seus, alguns dos quais já mencionados atrás. Tínhamos depois elementos da baixa nobreza, os cavaleiros, escudeiros e os “homens de armas”¹⁹, muitos deles inseridos nas forças daqueles senhores, ou então directamente comandados pelo capitão. Pelo menos os primeiros corresponderiam, em situação normal, à cavalaria. Todavia, a falta de cavalos e a evolução das técnicas de guerra ocidentais levavam a que a maior parte combatesse em forças apeadas²⁰. Formavam, portanto, um corpo de combatentes pesados profissionais, tradicionalmente familiarizados com a luta a cavalo, mas aptos a combater a pé, bem armados e bem equipados, e que constituíam a base principal da guarnição não pelo número, mas pela qualidade. Também a pé combatiam os bastante mais numerosos peões, armados de forma mais ligeira e de origem social humilde a quem Zurara chama “populares”. Recordem-se os importantes atiradores, já citados, sobretudo os besteiros, provenientes de meios semelhantes. Por fim, destaquem-se os *almogávares*, um grupo de guerreiros que desempenhavam funções de escutas e batedores, e de fulcral importância para o sucesso das várias missões²¹. Rápidos e ligeiramente armados, compreendiam sobretudo “populares”, mas também soldados experimentados, e por vezes escudeiros²². Era neles que assentava muita da capacidade para desenvolver as muitas incursões que os portugueses viriam a fazer em território inimigo e eram fundamentais para a identificação prematura de ataques muçulmanos. O seu primeiro almocadém, ou comandante, terá sido Afonso Munhoz, a cujos serviços D. Pedro recorreu repetidamente, quer para organizar as surtidas²³, quer para funcionarem como vigias na defesa²⁴. É com este exército e com estes recursos que D. Pedro de Meneses se prepara para desempenhar aquilo a que fora encomendado, a defesa e manutenção de Ceuta. E seria com eles que, aproveitando as circunstâncias, viria a tomar a iniciativa da guerra.

¹⁹ Muitas vezes as três definições mencionadas podem aplicar-se aos mesmos indivíduos, devido à falta de precisão do vocabulário social utilizado pelos cronistas Cf. *ob. cit.*, p. 32 *et passim*.

²⁰ Cf. *ibidem*, pp. 278-290.

²¹ Cf. *Ibidem*, pp. 237-244.

²² Cf. **CDPM**, p. 71; p. 73; pp. 79-81; p. 112.

²³ Os *almogávares* participam em praticamente todas as expedições da cidade, espionando e analisando o terreno antes de se desencadear o ataque. Vejam-se alguns episódios onde o seu papel é mais relevante: **CDPM**, p. 63; p. 71; p. 73; pp. 79-81; pp. 84-86, entre muitos outros.

²⁴ No cerco de 1418, os *almogávares* dormem junto à barreira da cidade, como escutas. Cf. **CDPM**, p. 220.

Os primeiros confrontos

É natural que as primeiras iniciativas pertencessem aos muçulmanos e que tivessem lugar logo que a frota de D. João I regressasse ao reino. Assim era esperado por todos. Apesar do rei informar ao capitão a sua vontade em regressar a Ceuta no ano seguinte, em Março, a verdade é que nunca mais voltará a Ceuta. O monarca assegura ao capitão acudir, sempre que necessário, em ajuda à defesa²⁵, bem como o regular abastecimento dos bens e víveres necessários à manutenção da praça²⁶ e dá-lhe ainda algumas recomendações sobre a melhor forma de administrar a cidade, designadamente ao nível do trato com as gentes que ficavam na guarnição²⁷. Aconselha-o a tratar os fidalgos “*com toda a honra, e favor, de guisa que se assenhoriasse de suas vontades, dizendo-lhe Que nunca poderia ser temido, se não fosse amado, dando-lhe porem castigo, onde comprisse, com aquelle resguardo, que elle bem conheceria ser razão*”²⁸. Aos populares, que “*sempre mostrasse de sy bom gasalhado, e os animasse, especialmente logo pelo primeiro começo, até que se fossem fazendo a seu senhorio; caa se os assy trautesse, que se acharia com elles muito melhor, que d’outra guisa; caa nom somente lhes faria coração, para lhes muito melhor obedecer, mas ainda lhe faria suportar quaesquer mingoas, e trabalhos, que lhe viessem*”²⁹. O propósito do rei é impedir a contestação ao capitão ou as divergências entre os que ficam e fazer com que todos se unam com vista à defesa e à posse da cidade.

Apesar de a defesa o grande objectivo da guarnição, D. João I não se opõe a ofensivas, como Zurara o ilustra em palavras que atribui ao rei: “*quando se fazer poder com bom resguardo, nom me desprazerá de fazerdes aos infieis qualquer danno*”³⁰. Obviamente, desde que se possam fazer com “bom resguardo”. As ordens são simples: garantir primeiro a defesa e só depois conceber a possibilidade, com a maior segurança possível, de atacar os infiéis. Segundo o monarca: “*deveis de tomar muy grande cuidado, de vos sempre muy cautelosamente meterdes nos perigos, consirando, que Eu nom vos leixo aqui tanto por offender, como pera defender bem*”³¹.

Sendo verdade que em Ceuta ficava um destacamento composto maioritariamente por gentes descontentes por permanecerem aí, e que, pela sua condição social, não esperam outra coisa senão acarretar com as principais despesas da guerra, é necessário sublinhar a existência de uma minoria que espera prosperar através do exercício das armas. Apesar de minoria, são estes que detêm o poder na cidade, incluindo o capitão, a quem foi ordenado como primeira responsabilidade a defesa da cidade. O problema é que o enriquecimento pelas armas dificilmente se coaduna com uma guerra defensiva. Daí as

²⁵ Nas palavras ditas pelo rei a D. Pedro: “*sobre todo terei especial cuidado de vos acorrer a qualquer pressa, e trabalho, que vos sobrevenha*”, CDPM, p. 32.

²⁶ Fala o rei: “*dos mantimentos, e cousas, que vos comprirem para vossa governança, Eu vós leixarei, ante que desta Cidade parta; e daqui em diante vos proverei, que com a graça de Deos não vos falleção nenhuma daquellas cousas, que Eu sentir, que pera vossa governança serem necessárias*”, CDPM, pp. 31-32.

²⁷ CDPM, pp. 36-37.

²⁸ CDPM, p. 36.

²⁹ CDPM, pp. 36-37.

³⁰ CDPM, p. 34.

³¹ CDPM, p. 34.

importantes recomendações do rei e o primeiro problema do capitão, que aquele bem identificara. Era necessário, ao mesmo tempo, controlar os ensejos de agressão e saque de uns e elevar a moral e confiança dos outros, e isto partindo de situação de expectativa.

A iniciativa da guerra

Zurara narra como as pessoas que haviam fugido de Ceuta aquando do ataque português se tinham refugiado em quintas, hortas e pomares dos vales próximos³². Não sabendo se os cristãos pretendem ou não ficar na cidade, estão esperançados que os portugueses, depois do saque, a abandonem, para então ali tornarem. Mesmo que estes decidam permanecer, confiam na sua reconquista. São precisamente estes mouros que fazem a primeira investida à praça, de um modo desorganizado, mal a frota portuguesa desaparece rumo a Portugal, quando a maior parte dos defensores que ficam ainda estão a trabalhar no seu estabelecimento e na organização da defesa³³.

Os homens que se encontravam perto reagiram imediatamente e “*nom quiseraõ esperar licença, nem mandado do Capitaõ, mas assy como poderom tomáraõ suas armas, e mui ousadamente sahirom a elles, onde se volueo huma forte, e grande escaramuça*”³⁴. Apesar de saírem desorganizadamente, o entusiasmo com a recente vitória e o facto de enfrentarem atacantes militarmente menos capazes fizeram com que rapidamente obrigassem os mouros a recuar para as hortas e pomares. Alertado do ataque e da reacção dos seus homens, que seguiam no encalço dos muçulmanos, D. Pedro acorre rapidamente, fazendo-os recolher à cidade, de modo a que não caíssem em eventuais ciladas mouras³⁵. Um receio que fundamentado pois esta era uma estratégia que os muçulmanos iriam utilizar com frequência: atrair os portugueses para fora da cidade e conduzi-los a emboscadas³⁶. Começa aqui o relato das dificuldades de D. Pedro em controlar as tropas. Percebe perfeitamente que não é difícil fazer com que este estratagemas resulte junto dos impulsivos cristãos, sempre prontos a partir para lutar com os mouros, mas também sabe que não pode constantemente evitar que o façam. Então “*tinha assy todos avisados, que nenhum nom movia da barreira pera fõra: pero porque vio que os Fidalgos se anojavaõ de estarem assy ociosos dava-lhes alguma licença, que escaramuçassem com os Mouros, pero que se não alongassem da Cidade com elles, e assy o fezerom per alguns dias*”³⁷.

Em boa medida, desde que evitassem as ciladas, o perigo era mínimo, pois todas as tentativas de recuperação da cidade, até ao cerco de 1418, apesar de numerosas, foram empreendidas pelos antigos habitantes de Ceuta e pelos moradores nas proximidades, incapazes de organizar um assalto susceptível de a tomar. Esta incapacidade permitiu aos portugueses não apenas defender facilmente a cidade, ao contrário do que muitos vatic-

³² CDPM, pp. 44-48.

³³ CDPM, pp. 49-50.

³⁴ CDPM, p. 50.

³⁵ CDPM, pp. 50-51.

³⁶ CDPM, p. 51.

³⁷ CDPM, p. 52.

navam, mas tomar a iniciativa da guerra, impedindo desta forma que os muçulmanos nas redondezas se organizassem e, por conseguinte, se tornassem mais perigosos.

Perante ataques diários, D. Pedro, em conselho com os notáveis da cidade que, pelo menos nos primeiros anos enquanto capitão, associa às principais orientações estratégicas, decide sobre os procedimentos a tomar³⁸ e que se orientam num sentido: levar a guerra para longe dos muros da cidade.

Claro que primeiramente este objectivo tinha alguns obstáculos. As características das tropas orientavam-nas para a defesa, algo perceptível desde logo pela carência de cavalos. Considerando que os portugueses desconheciam os terrenos circundantes, este factor, juntamente com a falta de cavalos, diminuía bastante o raio de alcance dos ataques a desencadear, pois uma eventual expedição obrigaria a que os homens tivessem de marchar, atacar o alvo e regressar à cidade antes que as ajudas muçulmanas fossem alertadas.

O diagnóstico da situação é exemplarmente resumido num discurso que Zurara atribui a D. Pedro, em que este propõe para discussão em conselho as orientações a seguir. Nele estão expostas claramente a as condições de partida e a estratégia empreendida pelos portugueses: “*Senhores Irmãos, Parentes, e Amigos verdade he, que antre as cousas, que me ElRey principalmente encomendou assy foi, que me trabalhasse de nom sahir fora desta Cidade, se não por muy grande resguardo, e que ainda não fosse se não por cousa muy necessaria; porem em consirando quem vós outros sois, e a vontade, que som certo, que tendes de acreditar em vosso nome, pensei de buscar maneira pera sahirmos a estes Mouros com serviço de Deos, e d’ElRey nosso Senhor, e guardada nossa honra; e como quer que cavallos nom tinhâmos, vamos de pee, e se quer ao menos nom poderemos sahir longe da Cidade, e seja assy que todos esteis percebidos, pera quando virmos tempo, que sahiâmos por tal modo, que afastemos estes infieis da cerca destes muros, e crêo, que se nos Deos com elles dêr vitoria, que os huma vez bem escarmentaremos, elles se hirão afastando, e nos darão lugar pera sahirmos per sua terra, como per nossa propria herdade; porque d’outra guisa nunca al fariamos todo o dia, se não estarmos com elles em rebates, e se isto bem nom parece podermoeis dizer; caa sem o vosso conselho não entendo fazer nenhuma cousa*”³⁹. O plano de afastar progressivamente os muçulmanos da cidade é bem aceite por todos e irá concretizar-se nos tempos seguintes.

Depois de repelirem mais um ataque muçulmano e de escaramuçarem fora de portas, vincando a superioridade militar portuguesa⁴⁰, D. Pedro mandará talhar as árvores das quintas, hortas e pomares onde os mouros se refugiavam e armavam as emboscadas, e derrubar os muros, torres e casas aí existentes, bem como cobrir os valados⁴¹. Esta terraplenagem tinha por fim facilitar a detecção à distância dos adversários, evitando assim que se aproximassem a coberto da vegetação e que montassem emboscadas. Além disso, obrigava-os a procurarem outros sítios para se refugiarem, afastando-os da cidade.

³⁸ Zurara ilustra este comportamento de D. Pedro de Meneses na sua crónica, onde coloca o capitão a proferir em conselho estas declarações: “*minha vontade he, nom soamente vos ter aqui como defensores desta Cidade, mas como participantes de todos meus conselhos, caa pois aveis de ser companheiros nos perigos, assy he razão, que sejais participantes nos conselhos*” (CDPM, p. 74).

³⁹ CDPM, Liv. I, cap. XV, p. 52.

⁴⁰ Cf. CDPM, p. 52.

⁴¹ Cf. CDPM, p. 56.

Em seguida irá encomendar cavalos a Castela⁴², o que indiciava nitidamente que os portugueses se preparavam para deixar de se remeter à defesa e ordenará a colocação de atalaias em torno da cidade, de forma a aumentar a distância de observação e descobrir com a maior antecedência a aproximação de inimigos⁴³.

A estratégia começa rapidamente a fazer efeito pois após mais algumas escaramuças, sempre com desaires para os muçulmanos, que sofrem elevadas baixas e vêem os portugueses refugiar-se na cidade sempre que se encontram em maior perigo⁴⁴. A ousadia dos portugueses também aumenta. Saem cada vez mais amiúde e a distâncias maiores, superiorizando-se sempre nos recontros militares⁴⁵. Isto leva a que os ex-habitantes de Ceuta abandonem os campos e se refugiem nas aldeias vizinhas, aguardando o momento em que os seus senhores organizam um ataque com possibilidades reais de recuperar a cidade⁴⁶.

Mas os portugueses estavam decididos a levar a guerra o mais longe possível, pelo que aquelas aldeias logo deixaram de constituir um refúgio seguro, e os portugueses passam declaradamente à ofensiva⁴⁷. Analisando cuidadosamente o contexto em que se encontravam, o capitão justifica por vários motivos a realização de ataques a efectuar às aldeias vizinhas: permitiria evitar a constante vinda de adversários sobre a cidade, as subsequentes escaramuças e riscos de ciladas; possibilitava o alívio do ambiente de tensão da guarnição perante uma ameaça próxima e constante; impediria que os habitantes das mencionadas aldeias pudessem fornecer qualquer tipo de apoio a exércitos que viessem atacar a cidade; e, além disso, o afastamento de inimigos das proximidades tornava possível a criação de gado, fundamental às provisões da guarnição⁴⁸.

Começam então os ataques, que dominam toda a narrativa de Zurara, ilustrando bem os índices verdadeiramente elevados que a actividade militar atingiu em Ceuta⁴⁹.

As primeiras expedições conjugam incursões furtivas de almogávares e desembarques de forças por meios navais, como acontece na que tem por alvo a Costa de Mouros. Em seguida, executam-se com sucesso os ataques previstos sobre as aldeias circundantes,

⁴² Existiriam então catorze, segundo Zurara (Cf. **CDPM**, p. 56). Teriam somado aos três iniciais mais alguns, capturados às forças que atacavam a cidade.

⁴³ Cf. **CDPM**, p. 59.

⁴⁴ Cf. **CDPM**, pp. 61-63 e pp. 63-65.

⁴⁵ No mesmo discurso: “*vêde como nos vem afastando pouco, e pouco da cerca da Cidade, e tomando tamanho ousio como vedes, que dez, ou doze delles correm após cento de nós outros*”, **CDPM**, p. 67. Não será de estranhar a vantagem militar portuguesa, apesar dos números apontarem, à partida, para uma posição de inferioridade. Acontece que os portugueses, quase todos com o ofício das armas e muitos deles experimentados na guerra, seja contra Castela, seja como participantes na Guerra dos Cem Anos, tinham como oponentes alguns guerreiros, comandados por Abu, senhor de Marraquexe, mas a maioria eram antigos habitantes da cidade, que tinham por necessidade pegado em armas.

⁴⁶ Cf. **CDPM**, p. 69.

⁴⁷ **CDPM**, p. 73.

⁴⁸ **CDPM**, p. 74.

⁴⁹ Relativamente às várias expedições efectuadas por terra (com apoio naval ou não) referidas adiante, cf. Nuno Silva Campos, D. Pedro de Meneses e a construção da Casa de Vila Real (1415-1437), Lisboa, Colibri-CIDEHUS, 2004, pp. 201-203: *Quadro de cavalgadas efectuadas desde Ceuta, por terra, com eventual apoio naval, descritas na Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*.

como a Vale de Laranjo, ondem participam mais de 100 homens de armas, cujo saque vem a ser dividido entre os que desencadearam o ataque e os que auxiliaram a retirada, cabendo, como estipulado, a quinta parte ao capitão⁵⁰.

Além dos motivos estratégicos, já referidos, para desencadear os ataques, existem outros mais frívolos mas que condicionam todas as decisões em Ceuta e que se prendem com o saque. A vontade geral é a de participar nas cavalgadas, rentabilizando, desta forma, estadia na praça. D. Pedro é um dos principais interessados, visto ter sempre direito a uma percentagem da presa.

Mas este interesse ignorava por vezes a autoridade do capitão. Ainda em 1415, é realizada uma expedição ao Vale de Bulhões, a cerca de 2 léguas da cidade, à revelia daquele. Conhecem-se os comandantes e encontravam-se entre eles o almocadém Afonso Munhoz, e o escudeiro Álvaro Guisado, entre outros, à frente de 109 homens de pé, entre almogávares, escudeiros e outros. Após ter sido alertado da expedição, D. Pedro terá mesmo de intervir, saindo com forças a fim de assegurar o regresso seguro dos portugueses.

Outras expedições se vão suceder a esta, narradas com bastante pormenor Zurara, cuja crónica do primeiro capitão de Ceuta constitui uma fonte inestimável para o conhecimento da actividade militar portuguesa no Norte de África.

Para além das razões já enunciadas, os ataques também eram uma forma, e bastante importante, de abastecer a cidade de alimentos, sobretudo gado. Muitas vezes são mesmo o principal móbil para que realizem as expedições⁵¹. Era natural que um dos principais alvos fosse o gado, que podia ser encaminhado rapidamente para a cidade.

Devido aos constantes ataques, os mouros vão sendo progressivamente afastados da cidade, e se em 1415, aquando do ataque ao Vale de Bulhões, já estariam a uma distância de duas léguas, por volta de Maio ou Junho de 1416, já “*em todo o Bulhões, e per hy até Almaça, que são quatro legoas de Cepta, nom morava jaa nenhum, nem da outra parte até Alalez, que são outras quatro leguas*”⁵². Os portugueses tinham conseguido, em sete ou oito meses, criar uma cintura de território despovoado num raio de 20 quilómetros, o que permitia desanuviar o ambiente de tensão e criar gado com alguma segurança, para além de exigir aos mouros que tencionassem atacar a cidade uma maior capacidade logística.

Os combates tinham já então adquirido a sua matriz preferencial, a *guerra guerreada*, que consistia em ataques específicos e rápidos, as “*cavalgadas*”⁵³ sobre alvos previamente estudados, de amplitude bastante variável, e que podiam ter vários objectivos: castigar o inimigo através da destruição dos campos e casas, do roubo dos gados e bens, e da sua morte ou captura; libertar companheiros e reaver despojos; ou debilitar psico-

⁵⁰ Esta expedição resulta na captura de 50 mouros e na morte de 8, e na presa de 50 cabeças de gado bovino, sendo feridos apenas 5 cristãos, que virão a recuperar.

⁵¹ D. Pedro, ao propor o ataque às aldeias do Vale do Castelejo, em 8 de Fevereiro de 1416, justifica-o informando que “*moram hy peça de Mouros, e que trazem gado em boa quantidade*” (Cf. CDPM, p. 88.). No ataque à Aldeia do Albejal, realizado em Junho ou Julho de 1416, observa que o lugar é uma “*boa povoação de Mouros abastados de gado*” (CDPM, p. 111).

⁵² CDPM, p. 152.

⁵³ CDPM, p. 78.

logicamente os adversários⁵⁴. Evitando a batalha campal, será este, ao longo dos vários anos, o método utilizado pelos portugueses para fazer a guerra no Norte de África, tendo João Gouveia Monteiro considerado este palco como o “*verdadeiro paraíso da «guerra guerreada»*”⁵⁵.

A guerra por mar

Mas a guerra teria um outro cenário de igual importância: o mar. É óbvio que as capacidades geo-estratégicas de Ceuta não seriam devidamente exploradas sem utilização intensiva de navios. A própria praça, controlando o Estreito de Gibraltar, exigia a sua utilização para as várias tarefas, pois as embarcações eram fundamentais para a comunicação da cidade, para a defesa e patrulhamento da área marítima próxima, no transporte de provisões para a guarnição, no transporte de tropas para alvos terrestres, ou, exercício muito comum, no corso, numa zona onde o fluxo comercial era intenso e esta prática usual⁵⁶.

Também neste aspecto, pelo menos inicialmente, as condições não seriam as melhores para passar ao ataque, pois as embarcações disponíveis não seriam muitas. Existiam as duas galés deixadas pelo rei para defesa da cidade e também “*alguns Navios em secco*”⁵⁷, que aí se encontravam aquando da tomada. Também foram encontradas quatro galés e uma galé real mas não se sabe se D. João I as leva para Portugal, embora vários acessórios, como “âncoras, cabres, treus, mastros, vergas, artimões, governalhos”, tenham permanecido na praça⁵⁸.

Também sabemos que na cidade estavam duas zavras, pois em Novembro de 1415 foram utilizadas para armar uma cilada aos mouros, em lugar aparentemente próximo da cidade⁵⁹. Apesar de tudo, seriam poucas as embarcações, sobretudo se para tomar a iniciativa atacante, como era objectivo. A estratégia de que visava o afastamento gradual dos mouros em relação à cidade tinha aplicação não só em terra como também no mar, onde, para garantir uma maior dimensão e amplitude das operações militares, eram necessários, à imagem dos cavalos para a guerra em terra, navios⁶⁰. Mas estes ganhavam uma progressiva importância, pois se os sucessivos ataques portugueses afastavam os mouros dos muros da praça, garantindo uma melhor defesa, distanciava ao mesmo tempo os alvos para novas expedições, o que tornava mais difíceis as cavalgadas. Uma maior distância a percorrer para efectuar estes assaltos traduzia-se num maior perigo, pois alargava-se

⁵⁴ Sobre a guerra guerreada, cf. João Gouveia Monteiro, *ob. cit.*, pp. 373-378.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 377.

⁵⁶ Para o fluxo comercial Cf. Filipe Themudo Barata, *ob. cit.*, pp. 73-85. Sobre o corso, *Ibidem*, pp. 279-327; e Luís Adão da Fonseca, *Navegacion e Corso en el Mediterraneo Occidental. Los Portugueses a mediados del siglo XV*, Pamplona, Ed. Universidad de Navarra, 1978.

⁵⁷ CDPM, Liv. I, cap. XIV, p. 50.

⁵⁸ Cf. CTC, cap. C, p. 284.

⁵⁹ Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 204-208.

⁶⁰ Disso tem D. Pedro total consciência, pois, ainda de acordo com Zurara, “*consiroou, que nom soamente lhe convinha ter bons cavallos, pera se ajudar dos imigos da terra; mas ainda Navios pera sojugar aquella parte do maar, que lhe era vizinha*”. CDPM, Liv. I, cap. XXXI, p. 106.

o período de exposição das tropas e diminuía a capacidade de ajuda vinda da cidade aumentando, por sua vez, a possibilidade de resposta inimiga. Para diminuir a ameaça que um maior afastamento pressupunha, os ataques começam a ser dirigidos às povoações próximas da costa, empregando meios navais para desembarcar tropas pedestres, muitas vezes em conjunto com a cavalaria, cuja resistência e rapidez lhe permitiam percorrer por terra o percurso definido⁶¹.

Dada a sua importância, começaram a ser encomendados barcos, tal como D. Pedro fez, ou foram adquiridos de modo mais económico, nomeadamente através da captura e posterior reutilização. Em Maio de 1416, parte de Ceuta uma frota com uma dimensão significativa, composta por nove embarcações (dois bergantins, três fustas e quatro barcas pequenas) em perseguição de duas fustas mouras que haviam capturado alguns portugueses⁶². Os portugueses acabam por tomar as ditas fustas mouras e, trazendo-as para a cidade, logo o capitão as mandou armar, pois “*consirou que não era bem, que ali estevessem ouciosas*”⁶³.

Obviamente que o raio dos ataques ia aumentando. Em Julho de 1417, D. Pedro de Meneses envia uma frota composta por quatro embarcações suas (uma galeota e três bergantins) e três barcos de outros com o objectivo de saquear e destruir Larache⁶⁴, na costa atlântica do Reino de Benamarim⁶⁵. Uma missão bem-sucedida que demonstra com clareza a capacidade de agressão que Ceuta tinha desenvolvido.

O corso

A par das cavalgadas, o corso apresentava-se, à época, uma elevada fonte de rendimentos⁶⁶ e os elementos da guarnição de Ceuta, dispoindo de um porto estrategicamente localizado no Estreito, praticavam-no quotidianamente⁶⁷. Ao contrário das saídas por terra, as operações de corso seriam mais facilmente realizáveis, uma vez que não eram tão exigentes do ponto de vista logístico nem dependiam da autorização do capitão da praça. Além disso, ao contrário das expedições terrestres, não era susceptível de originar grande ameaça para a defesa de Ceuta, era menos perigoso e requeria menos pessoas e precauções, podendo por isso ser praticado com mais frequência. Era portanto natu-

⁶¹ São disso exemplos as saídas à aldeia do Albagar, em 2 de Fevereiro de 1417, feita por mar, com 5 ou 6 barcas a transportar entre 50 a 60 homens e por terra, com 50 homens a cavalo; e ao Vale de Almarça, em 26 de Junho do mesmo ano, feita por mar, com 100 homens, e por terra, com 200 homens, nesta vez incluindo besteiros. Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 201-203.

⁶² Cf. *Ibidem*, pp. 204-208.

⁶³ **CDPM**, p. 143.

⁶⁴ Cf. **CDPM**, pp. 196-198.

⁶⁵ Designação retirada do nome da dinastia – Banu-Marim – que dominava a região. Cf. A. H. de Oliveira Marques, “A Expansão no Atlântico” in *A Expansão Quatrocentista*, coord. por A. H. de Oliveira Marques, vol. II da *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Estampa, 1998, pp.9-233, nomeadamente na p. 23.

⁶⁶ Filipe Themudo Barata aponta-o como “*uma das grandes fontes de rendimento da época*”. Cf. *ob. cit.*, p. 319.

⁶⁷ Esta popularidade da actividade do corso já foi referida por Filipe Themudo Barata, *ob. cit.*, p. 319.

ral que aportassem em Ceuta muitos navios orientados nesse sentido⁶⁸ pois o corso, funcionando quase sempre de forma transversal ao tráfico de escravos, pela proximidade das costas muçulmanas, tornou-se uma actividade muito atraente. Como Zurara bem elucida: “*Como a Cidade de Cepta seja casy huma chave do mar Medio terreno, quaesquer Navios, que se armavaõ contra os infeis, vinham alli fazer devisa*”⁶⁹.

Ora D. Pedro de Meneses, desde logo, e ao contrário das cavalgadas, não tinha grande poder de evitar que fossem feitas saídas *privadas* por mar, mas a actividade corsária desde Ceuta também se lhe apresentava como muito atractiva. Desde logo por razões pessoais, pois recebia o quinto das presas em troca da utilização do porto como base de apoio⁷⁰. Mas também por motivos administrativos e de defesa, pois criava uma área de segurança em torno da praça e os navios que dela zarpavam, visando embarcações mouras, combatiam muitos piratas muçulmanos que ameaçavam o tráfico comercial naquela zona, protegendo desta forma o comércio cristão.

O próprio capitão seria o principal promotor da actividade na praça, dispondo de várias embarcações armadas para o efeito. Ficou famosa na crónica de Zurara a sua primeira fusta, a *Santiago Pé-de-Prata*⁷¹, mas, segundo a mesma obra, D. Pedro teria, pelo menos, nove vasos: quatro fustas, três bergantins, uma galeota e um aláude⁷². E estariam dedicados regularmente ao corso, pois o cronista refere que o capitão “*trazia sempre seus navios aparelhados, que casy cada semana avia preza grande, ou pequena*”⁷³. Ainda com base na *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, verificamos que, as 47 saídas por mar feitas a partir de Ceuta mencionadas, em 36 delas é quase certa a presença de embarcações do capitão, e em 25 a sua realização é exclusiva destas⁷⁴. Estes números revelam bem a importância que D. Pedro dava àquela actividade, apesar da obra, pela sua natureza, dar maior relevo às matérias a si relativas.

Obviamente que não era o único a investir no corso, pois muitos outros o faziam, individualmente ou em parceria. Estivessem eles na cidade, como João Pereira “*Agostinho*”, comandante do destacamento deixado pelo Infante D. Henrique, que “*avia o principal Senhorio de duas Fustas*”⁷⁵; ou ali viessem para desenvolver desde o seu porto o corso, como Pedro Palhão, genovês, cujos barcos participaram em duas expedições em parceria com outros de D. Pedro⁷⁶. Esta última opção seria bastante comum, pois a associação de vários proprietários de navios permitiria uma diminuição dos riscos, dado que as frotas corsárias teriam uma maior envergadura e, além disso, possibilitavam multiplicar as operações junto a Ceuta.

⁶⁸ Cf. **CDPM**, Liv. I, cap. XLVI, p. 156.

⁶⁹ **CDPM**, Liv. I, cap. XLVI, p. 156.

⁷⁰ Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, p.55.

⁷¹ **CDPM**, p. 106.

⁷² Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 204-208.

⁷³ **CDPM**, p. 184.

⁷⁴ Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 204-208.

⁷⁵ **CDPM**, p. 143.

⁷⁶ Cf. **CDPM**, p. 165, e p. 206.

Saliente-se que os meios necessários para desenvolver o corso em Ceuta não seriam muito difíceis de reunir. Os primeiros barcos teriam sido encomendados pelos poderosos da cidade, mas rapidamente as embarcações capturadas, se em bom estado e aptas, seriam eventualmente utilizadas para aquele fito. Caso fosse rápido, de forma a conseguir perseguir eficazmente presas ou fugir de outros barcos, e suficientemente grande para que pudesse levar uma tripulação capaz de protagonizar ataques de alguma envergadura e de se defender em caso de assalto inimigo, reunia as condições necessárias. As embarcações utilizadas eram de vários tipos, embora se note uma maior presença de fustas e dos bergantins⁷⁷, navios de envergadura média, rápidos e manobráveis, e, portanto, apropriados⁷⁸. Todavia, a composição das frotas, em número e em tipologia, era variada⁷⁹.

Seguramente que não seria difícil conseguir encontrar, numa praça em que a maioria dos presentes se dedicava ao ofício das armas, indivíduos interessados em integrar uma expedição de corso, pois, como já foi referido, era uma fonte de rendimento bastante atractiva pela frequência com que era desenvolvida, sobretudo em comparação com as saídas por terra, em menor número. Muitas vezes, os navios apenas ficavam no porto de Ceuta o tempo necessário para descarregar o saque e se reabastecerem⁸⁰.

Sendo normal que à partida os alvos fossem as embarcações mouras que circulavam pela zona do estreito, como barcos de mercadorias e outros navios corsários – que rivalizavam com os portugueses – e vasos militares⁸¹, com o tempo os corsários de Ceuta alargaram os seus ataques e embarcações de outras origens, que não magrebina ou granadina, passam a sofrer os seus ataques. Filipe Themudo Barata apontou alguns exemplos de ataques mútuos entre portugueses e aragoneses, sobretudo para o final do século XIV⁸² e certamente que se terão prolongado para o século XV, principalmente porque os portugueses dispunham de uma base como Ceuta, que os lançava para o Mediterrâneo. Sabe-se ainda que os ataques se faziam a mercadores genoveses, que disso se queixavam com frequência⁸³.

Sabe-se que não eram apenas os corsários portugueses e muçulmanos a operar na zona do Estreito, e que aí se encontravam castelhanos⁸⁴, aragoneses, genoveses e venezianos⁸⁵, uma vez que os lucros desta actividade podiam ser muito elevados.

Os lucros da guerra e do corso

O interesse e disponibilidade que os homens em Ceuta demonstravam em participar nas expedições militares contra as aldeias mouras vizinhas justificava-se pelas expecta-

⁷⁷ Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 204-208.

⁷⁸ Sobre as características das duas embarcações, cf. Filipe Themudo Barata, *ob. cit.*, pp. 489 e 495.

⁷⁹ Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 204-208.

⁸⁰ Cf. *Ibidem*, p. 92.

⁸¹ Cf. *Ibidem*, pp. 204-208.

⁸² Cf. Filipe Themudo Barata, *ob. cit.*, pp. 321-325.

⁸³ Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, p. 94.

⁸⁴ Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 94-95.

⁸⁵ Cf. Filipe Themudo Barata, *ob. cit.*, pp. 303-309.

tivas que tinham de obter, conjuntamente, honra e proveito. Não se pode explicar apenas pela busca de feitos guerreiros, pois a maioria das aldeias não era ocupada por homens de armas e não pode ser percebida apenas como a busca de saques, já que os mesmos poderiam ser alcançados com maior êxito através dos assaltos marítimos. Mas ambos os motivos constituíam o móbil das participações em cavalgadas.

Como foi mencionado, foi levada a cabo uma estratégia que passava por alargar progressivamente o perímetro de segurança em torno de Ceuta através da aplicação sistemática da “*guerra guerreada*”, baseada numa primeira espionagem à zona-alvo, seguida de incursões rápidas e eficazes. Os muçulmanos das zonas envolventes, na sua maioria camponeses e pastores, pouca luta podiam dar aos portugueses, bem melhor preparados. Apesar de serem ataques de alguma dimensão, o perigo era baixo, dada a desigualdade das forças. Desta forma, os feitos de armas não residiam tanto na efectiva realização dos mesmos mas sim na carga simbólica conferida pelo facto de agredir o mouro na sua própria terra⁸⁶. Mas não deixavam de ser feitos de armas e ostentados como tal.

À oportunidade de ganhar honra, juntava-se o proveito proporcionado pelo saque das aldeias, onde, além dos bens, se devem salientar os cativos destinados ao mercado de escravos ou ao negócio da obtenção de resgates.

Ainda que na guerra, e sobretudo a «guerra guerreada», sempre tivesse sido dada grande importância ao saque como forma de rentabilizar os vários ataques, nem que fosse apenas contribuir para a manutenção dos atacantes, uma nova modalidade de entender os despojos começa a ser construída com o desenrolar da presença portuguesa no Norte de África.

Com efeito, em Ceuta, o saque passa a ser, senão o principal, pelo menos um dos principais motivos para fazer a guerra, a par da honra. O objectivo é conseguir o saque para o mercadejar ou, tratando-se de cativos, também para pedir resgates⁸⁷. E esse objectivo era transversal aos membros da guarnição, desde o capitão ao mais humilde homem de armas.

Não é fácil calcular os valores conseguidos nas cavalgadas, mas alguns relatos podem contribuir para entender a sua importância. Somando o total de presas de todas as saídas efectuadas por terra narradas por Zurara na sua crónica dedicada a D. Pedro, entre 1415 e 1437, chegamos ao número de 285 cativos mouros, 4.412 cabeças de gado graúdo e miúdo, 78 de gado cavalariço, roupa e alfaias, entre outras coisas. Mas tratam-se de números referentes apenas às saídas por terra e onde somente se contabilizam as expedições apontadas por Zurara, e não a totalidade. Teriam sido muitas mais. Sabemos, por exemplo, que no ataque de 8 de Fevereiro de 1416 às Aldeias do Vale do Castelejo,

⁸⁶ Como afirma Zurara: “*naõ abastava querer-se defender dos inimigos, sendo em mção de sua terra, mas ainda ofende-os desterrando-os per sua força sem algum temor*”, CDPM, p. 74.

⁸⁷ Segundo João Marinho dos Santos: “*o que de facto é novo na guerra dos séculos XV e XVI e designadamente na nossa guerra é o saque como finalidade em si, como objectivo, por ser uma actividade rendosa. (...) O guerreiro passa, portanto, a saquear com vista a poder mercadejar («resgatar») o produto do saque*” (“Sobre a guerra e as guerras na Expansão Portuguesa (século XVI)” in *Estudos sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, [d.l. 1998], pp. 37-50 (cit. da p. 40), onde é tratado o peso da honra e do proveito na prossecução da guerra.).

comandado pessoalmente pelo capitão à frente de todos os homens a cavalo e cerca de 600 a pé, foram capturados 80 mouros, além de muitos animais e outros bens⁸⁸. Tratava-se de um saque muito considerável, tal como o desenvolvido em Abril do mesmo ano sobre Almaça e Água de Ramel, onde uma força semelhante, liderada por Álvaro Mendes Cerveira, comandante do contingente de escudeiros de Évora e Beja⁸⁹, trouxe para a praça um número indeterminado de cativos e mais de 800 cabeças de gado⁹⁰. Perante tão elevados proveitos, ainda que se possam tratar, nestes casos, de situações excepcionais, não era de estranhar o entusiasmo e vigor com que as cavalgadas se desenvolviam.

Claro que se a estratégia de progressivo afastamento dos muçulmanos em relação a Ceuta implicou no início a multiplicação das expedições e, por conseguinte, dos saques⁹¹, a partir de determinada altura, dado o distanciamento dos alvos de ataque, as cavalgadas diminuíram, bem como os rendimentos obtidos através delas. Com a desvantagem adicional do risco passar a ser maior, pois o período de exposição a eventuais retaliações tornava-se mais extenso. Todavia, e por outro lado, essa exposição a um maior risco aumentava a façanha e a honra, o que fomentava a continuidade de uma elaboração regular de expedições. Assim, dando maior importância à honra ou ao proveito, as expedições militares vão sendo permanentemente requisitadas por quem se encontra em Ceuta.

Porém, verificamos que se num momento inicial são, como seria normal, os homens da guarnição a integrar as cavalgadas, com o passar do tempo começa a ser comum a vinda de outros indivíduos, do reino e estrangeiros, para integrarem as mesmas. E, aparentemente, vêm menos com o intuito de conseguir saques do que “*dezejosos d’acrecenar em suas honras*”⁹², como pretendem Estevão Soares de Melo e Rui Vasques de Castelo Branco, que chegam a Ceuta em 1417 requerendo autorização para realizar uma saída sobre os mouros. Esta expedição, que conjuga uma força por terra e outra anfíbia, terá lugar no dia 2 de Fevereiro, tendo como alvo a Aldeia do Albagar⁹³ e um aspecto particular do pedido que aqueles nobres fazem a D. Pedro é revelador dos moldes em que se fazia a guerra na praça africana. Solicitam ao capitão que aqueles que fossem destacados para a expedição pertencessem à sua casa, pois conheciam melhor o terreno, além de que “*eram melhor encavalgados, e que teriam mais tento em cumprir, o que lhes o Conde mandasse*”⁹⁴. Tudo indica que os habituais integrantes e principais beneficiados das expedições militares fossem os mais directos dependentes de D. Pedro, os homens de sua casa. Através deste caso se pode inferir que os nobres portugueses iam para a praça africana, provavelmente por curtos períodos, para ganhar honra no combate aos mouros

⁸⁸ CDPM, pp. 88-92.

⁸⁹ CDPM, pp. 116-117.

⁹⁰ CDPM, pp. 123-126.

⁹¹ Entre a tomada da cidade e o primeiro grande cerco de 1418 são relatadas por Zurara quinze saídas por terra sobre povoações mouras, contra apenas dez episódios enumerados para o período compreendido entre o segundo cerco, em 1419, e a morte do capitão, em 1437. Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 201-203.

⁹² CDPM, p. 169.

⁹³ A expedição compreende cerca de cinquenta homens a cavalo e cinco ou seis barcas a transportar entre cinquenta e sessenta homens. Cf. CDPM, pp. 169-173.

⁹⁴ CDPM, p. 170.

e que os homens da casa do capitão estavam numa posição privilegiada para alcançar a honra e o proveito.

Mas a busca de honra e proveito trazia gentes de outros reinos a Ceuta. Desde logo, porque próximos, gentes de Castela e de Aragão, mas também alemães⁹⁵, genoveses⁹⁶, polacos⁹⁷, entre muitos outros⁹⁸. Ainda durante os primeiros anos após a ocupação da praça, teria vindo à mesma um duque alemão, “*Tio do Emperador Sagismundo, e d’ElRey de Bohemia*”⁹⁹, com o intuito de praticar feitos de armas e armar cavaleiros dois parentes seus. Zurara atribui ao duque palavras dirigidas aos portugueses bastante elogiosas, que ajudam a caracterizar a especial aura que se construía em Ceuta: “*O’o (...) nobre gente, e nobre Cavallaria, per boa fee vós sois dignos de muita honra, e em toda-las partes do Mundo vosso nome he grande, e de muy honroso louvor*”¹⁰⁰.

De facto, se nos primeiros tempos a cidade norte-africana fora um lugar indesejado para muitos, tinha-se tornado, devido a uma adequada estratégia e a particular conjuntura política, numa montra internacional para os feitos de cavalaria e para a conquista de honra.

O acento do proveito, por sua vez, estava mais presente no tocante ao corso. Não é fácil calcular os lucros desta actividade mas, título de exemplo, apesar de excepcional, podemos, mais uma vez recorrer a Zurara, que nos relata uma presa de um navio mercante muçulmano que seguia de Málaga para Tãnger e que foi capturado por uma fusta armada por D. Pedro de Meneses. Consistiu a mesma em duas mouras e “*panos d’ouro, e de seda, e d’outra roupa talhada, cujo valor subio a dez mil coroas, contando as cousas ao menospreço, em muito mais baixo valor, do que com razão deviam ser vendidas*”¹⁰¹. Um valor impressionante, e que permite compreender os motivos pelos quais o corso era tão popular.

Uma das vertentes mais lucrativas das cavalgadas e do corso era o tráfico de escravos, que terá tido um aumento bastante significativo com a tomada de Ceuta, pois os portugueses, que até aí importavam escravos, passam a conseguir responder às exigências internas e até a desempenhar o papel de exportadores¹⁰². Do que se pode inferir da *Cronica do Conde Dom Pedro de Meneses*, o principal meio de abastecimento de escravos em Ceuta seria o corso. A partir de todas as expedições narradas, nesta actividade foram capturados 597 mouros, contra os 285 aprisionados através de cavalgadas¹⁰³.

⁹⁵ Cf. **CDPM**, pp. 210-211.

⁹⁶ Cf. **CDPM**, p. 165.

⁹⁷ Vindo com o Infante D. Pedro do seu périplo europeu, encontra-se em Ceuta, na década de trinta, Mateus, cavaleiro polaco. Cf. **CDPM**, p. 414.

⁹⁸ Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga indicam vários indivíduos de outras origens, além de portugueses, como hispânicos, franceses, italianos, ingleses, alemães, holandeses, húngaros, arménios, muçulmanos e judeus. Cf. *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes – Ciudad Autónoma de Ceuta, 1998, p. 17.

⁹⁹ **CDPM**, p. 210.

¹⁰⁰ **CDPM**, p. 211.

¹⁰¹ **CDPM**, pp. 107-108.

¹⁰² Cf. Jacques Heers, *Escravos e servidão doméstica na Idade Média no mundo mediterrânico*, Lisboa, Pub. Dom Quixote, 1983, p. 49 *et passim*; e Filipe Themudo Barata, *ob. cit.*, pp. 125-126.

¹⁰³ Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 201-208.

Tratam-se, obviamente, de valores inexactos, pois muitas das presas não foram alvo da crónica. A estes cativos estavam destinados dois fins: a remição individual, em troca de um resgate, que pode ser mais ou menos elevado consoante a categoria social do prisioneiro e a procura; e o mercado de escravos convencional¹⁰⁴. A opção por um ou por outro dependia do lucro ou do acesso a uma ou a outra hipótese por parte do captor. Se o processo de resgate podia ter a assistência dos alfaqueques, frequentes na cidade¹⁰⁵, a possibilidade de conseguir levar escravos aos mercados já poderia ser mais difícil, embora não fosse obstáculo aos detentores de navios¹⁰⁶.

Também neste caso se torna difícil calcular os rendimentos da remição de cativos e da venda de escravos. O preço do cativo dependia muito da sua categoria social. Zurara conta-nos que o mouro Abu, senhor de Marraquexe e principal opositor à presença portuguesa no período imediatamente posterior à tomada da cidade¹⁰⁷, poderia valer um resgate de 20.000 dobras¹⁰⁸. Um outro mouro, Xeber, capturado em 1419, pagava 2.000 dobras pela sua remição¹⁰⁹. E em 1422, D. João I resgatava dois cavaleiros portugueses por 3.000.000 libras. Valores bastante significativos, que faziam com que um cativo valioso tivesse como destino normal o “mercado de resgates”. Para que o resgate não fosse tão elevado, os cativos chegavam a esconder a sua identidade, como aconteceu com Rui Gomes da Silva, genro de D. Pedro de Meneses, que “*sempre mostrou ser pessoa miseravel, porque sendo sabido como elle era esposado com a filha do Conde, e pessoa nobre poseram seu resgate em tanta valia que se nom podéra tam cedo tirar; em tanto que aquelle, que o tinha nunca o conheceo, senão depois que o teve entregue ao Conde*”¹¹⁰.

Conclusão – A guerra como estratégia para o reino

Desde a sua tomada, Ceuta torna-se, em virtude de uma situação conjuntural favorável e da competência da sua administração, um campo de referência da guerra contra o mouro e um local onde os homens de armas conseguiam honra e proveito. Todavia, é importante questionar se a cidade correspondeu àquilo que dela se esperava.

A sua tomada permitiu um saque elevado e o eco de esse feito de D. João I foi levado a toda a cristandade, designadamente ao Concílio de Constança, que então decorria¹¹¹, tendo Ceuta sido ostentada como um forte elemento propagandístico da nova

¹⁰⁴ Filipe Themudo Barata afirma que “*de certo modo havia mesmo dois mercados: o dos escravos propriamente dito e o da remissão individual dos cativos*”, cf. *ibidem*, p. 130. Já A. H. de Oliveira Marques põe em relevo, para o caso do Norte de África, a segunda destas modalidades. Cf. *ob. cit.*, p. 27.

¹⁰⁵ É mencionada, algumas vezes, a presença de alfaqueques na cidade na **CDPM**. Cf. p. 105; p. 151; p. 193; p. 206; e p. 371.

¹⁰⁶ Sobre as formas de rentabilização dos escravos cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 96-104.

¹⁰⁷ Cf. **CDPM**, p. 57. São vários os ataques comandados por este nobre mouro narrados na **CDPM**: cf. pp. 61-63; pp. 63-65; e p. 85, entre outros.

¹⁰⁸ Cf. **CDPM**, p. 72.

¹⁰⁹ Cf. **CDPM**, p. 271.

¹¹⁰ **CDPM**, p. 183.

¹¹¹ Cf. Aires Augusto Nascimento (trad.), “Os portugueses no Concílio de Constança” in *Livro de Arautos*, Lisboa, 1977, pp. 323-338.

dinastia na Europa e uma credencial portuguesa junto do papado, que enviará nos anos seguintes várias bulas para promover a ajuda na sua defesa¹¹².

Mas a manutenção da cidade não era fácil ou pouco dispendiosa. É famosa a carta de 1426 escrita pelo infante D. Pedro desde Bruges, onde este afirmava que a cidade “*emquanto asy estiuer ordenada como agora esta que he muy bom sumydoiro de gente de uossa terra e d armas e de dinheiro*”¹¹³. Adiantava ainda que “*alguns bons homens de Ingraterra de autorjdade e daquy deixão Ja de falar na honrra e boa fama que he em a sy terem, e falam na grande Indiscrição que he em a manterem com tam grande perda e destruyçom da terra do que a mym parece que eles hão muyto peor Informação do que aJnda he*”¹¹⁴. Aparentemente, as vantagens propagandísticas que a cidade oferecia começavam a ser questionadas pelos muitos recursos que exigia, geridos pela Casa de Ceuta, criada para gerir o aprovisionamento da cidade¹¹⁵. Alguns anos depois, antes do ataque a Tãnger, o mesmo infante mantinha a sua posição, não considerando a guerra no Norte de África serviço de Deus, honrosa ou proveitosa¹¹⁶, sendo apoiado nessa posição por outros, como os membros da Casa de Bragança, designadamente o conde de Arraiolos¹¹⁷ e o conde de Barcelos¹¹⁸.

É certo que a posse da praça colocou nas mãos do rei português um porto de alto valor estratégico que beneficiou, em certa medida, a segurança dos navios cristãos que por ali circulavam¹¹⁹, que permitiu uma melhor defesa das costas meridionais da península contra ataques corsários muçulmanos e que possibilitou, em contrapartida, o desenvolvimento dessa actividade corsária pelos portugueses e cristãos em geral. Além disso, e aspecto bastante importante, Ceuta, como local de guerra endémica, absorveu muita nobreza guerreira criada ao longo dos anos anteriores à sua tomada, durante os conflitos com Castela, que as pazes de 1411 colocavam, de certa forma, numa situação de “desemprego”. Esta nobreza podia tornar-se num factor de desestabilização interna e até externa, colocando em causa as mencionadas pazes, algo que estava bem presente

¹¹² Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, pp. 313-132.

¹¹³ *Livro dos conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*, ed. A. H. de Oliveira Marques e J. J. Alves Dias, Lisboa, Ed. Estampa, 1982, doc. 4, p. 37.

¹¹⁴ *Ibidem*.

¹¹⁵ Cf. Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *ob. cit.*, p. 82.

¹¹⁶ Cf. Ruy de Pina, “*Chronica do Senhor Rey D. Duarte*”, in *Crónicas de Rui de Pina. D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II*, introd. e rev. de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 532-534.

¹¹⁷ Carta de 22 de Abril de 1433. Cf. *Livro dos conselhos... cit.*, doc. 8, pp. 56-64.

¹¹⁸ Carta escrita ao infante D. Duarte em 19 de Maio de 1433. Cf. *Livro dos conselhos... cit.*, doc. 9, pp. 65-68. Toma uma posição semelhante nas vésperas da expedição a Tãnger. Cf. Ruy de Pina, *ob. cit.*, 531.

¹¹⁹ Embora, como foi visto, os próprios navios de outros reinos cristãos não escapassem por vezes aos ataques dos portugueses.

no pensamento do rei quando preparava a expedição¹²⁰. Com Ceuta, desviou-se para o norte de África “*essa turbulência latente, pondo-a ao serviço do Estado e vinculando-a assim à Coroa*”¹²¹. Com efeito, num primeiro momento, e usando as palavras de Luís Filipe Thomaz, “*Marrocos interessa fundamentalmente à nobreza militar*”¹²².

Ceuta tornara-se, em poucos anos, numa verdadeira escola militar, onde se podia granjear honra e proveito na guerra ao serviço de Deus e no corso. O capitão é disso um exemplo excepcional, tendo conseguido, mercê do seu bom desempenho naquele cargo, a titulação como conde de Vila Real, em 1424¹²³, e como conde de Viana do Alentejo, em 1433¹²⁴, além de uma riqueza considerável. À praça aportavam a Ceuta os filhos segundos e membros da pequena e média nobreza, bem como os jovens primogénitos das grandes famílias, com o objectivo de praticar o exercício das armas¹²⁵.

Perante a realidade que então se definia, a de uma cidade muito exigente para a coroa mas muito importante para a sua imagem externa e fundamental para um grupo social ligado à guerra, parecem ter-se cristalizado dois partidos no reino que olhavam para a política norte-africa de maneiras opostas: um, liderado pelo Infante D. Henrique, defendia a conquista de mais praças e uma maior presença na região; o outro, que tinha à cabeça o infante D. Pedro, considerava que as despesas não compensavam os benefícios obtidos e propunha antes um investimento mais vincado nas potencialidades endógenas do reino e uma aposta na ao Mar do Norte¹²⁶.

Como se sabe, o partido apoiado pelo infante D. Henrique fará valer o seu peso e em 1437 dar-se-á o famoso desastre de Tânger, tendo o infante D. Fernando ficado refém para que as tropas portuguesas pudessem regressar ao reino¹²⁷, sendo ainda acordado que seria libertado em troca da entrega de Ceuta¹²⁸. Esta circunstância gerou acesa discussão no reino, onde os infantes D. Pedro e D. João, com o apoio da maioria das cidades e vilas, defendiam a entrega da cidade pela liberdade do irmão contra outros que recusavam tal hipótese, como o infante D. Henrique e os membros da Casa de Bragança¹²⁹. Como se sabe, Ceuta não será entregue e D. Fernando morrerá no cativeiro, não obstante

¹²⁰ Segundo o rei, “*se os fidalgos e os outros bons homens deste reino não acharem em quem exercitar suas forças, é necessário que de duas cousas façam uma, ou travarão arruídos e contendas entre si (...), ou farão tais danos aos de Castela qor que seja azo de se as pazes se quebrarem*” (*ibidem*, cap. XIV, pp. 77). A questão levantada não era teórica, pois em 1414, com as pazes firmadas, os moradores de Valverde fizeram uma correria na Estremadura castelhana, atacando e destruindo uma aldeia e capturando gado, o que criou um ligeiro problema diplomático (cf. *Monumenta Henricina*, vol. II, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960., doc. 37, pp. 95-97; e doc. 38, pp. 97-99.).

¹²¹ Luís Filipe Reis Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, p. 28.

¹²² *Ibidem*, p. 27.

¹²³ Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.*, p. 79.

¹²⁴ Cf. *ibidem*, p. 172.

¹²⁵ Cf. Mafalda Soares da Cunha, «A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2, 1996, pp. 133-134.

¹²⁶ Cf. Jorge Borges de Macedo, *ob. cit.*, p. 46.

¹²⁷ Cf. Nuno Silva Campos, *ob. cit.* pp. 136-138.

¹²⁸ Cf. Ruy de Pina, *ob. cit.*, pp. 557-558.

¹²⁹ Cf. *ibidem*, pp. 567-569 e p. 571.

D. Duarte estabelecer, antes da sua morte, que a cidade fosse entregue, caso esse fosse o único meio para resgatar o infante¹³⁰.

A verdade é que Ceuta se tornara numa cidade mítica para o reino e para a coroa, um estandarte a ostentar a toda a cristandade, cujo abandono, apesar de muitas razões – sobretudo económicas – existirem para tal, não poderia ser decidido facilmente¹³¹. Ao mesmo tempo, os interesses da nobreza guerreira, cujo peso político não era despidendo, acabaram por se impor: Ceuta manteve-se nas mãos da coroa e nas décadas seguintes D. Afonso V iria encarregar-se, com a conquista de mais praças, de aumentar a presença portuguesa no norte de África, na primeira experiência do reino enquanto potência ultramarina, que virá a ganhar uma dimensão mundial ao longo dos séculos posteriores.

¹³⁰ Cf. *ibidem*, p. 575.

¹³¹ Cf. José Marinho dos Santos, “O mar – factor determinante da independência nacional”, in *Estudos sobre os Descobrimentos... cit.*, pp. 11-21, nomeadamente pp. 15-16.

“...AS ABELHAS SIGNIFICAMOS NÓS OUTROS E OS PARDAIS SÃO OS CRISTÃOS”. A VISÃO DO MOURO NA CRÓNICA DE ZURARA

Pedro Gomes Barbosa

O tema que irei tratar não é simples nem fácil, e decorre de uma leitura do texto de Zurara para além dos factos militares.

Vamos começar por ver, como é inevitável, a forma como, na óptica de Zurara, mas não só, acreditamos, os portugueses justificavam o ataque a Ceuta. Não a questão da conquista do território, aliás já analisada por importantes historiadores, mas antes o da justificação religiosa das acções bélicas. Aliás, sabemos que na preparação da expedição, e para esconder o seu verdadeiro objectivo, foram postos a circular fins alternativos. E se Granada era o objectivo mais credível, para muitos, também o eram expedições contra partes cristãs. Este texto será a visão não do investigador de História Militar, que no caso se ocupa sobretudo de períodos mais recuados, mas de quem tem estudado desde há alguns anos a história das mentalidades e o Imaginário medievais.

D. João I, antes de se resolver a ir combater os mouros de Ceuta, pede a um conjunto de letrados do Reino que se pronunciem sobre a legitimidade de tal expedição. Seria ou não “*obra de Deus*” combater os mouros com os quais, aliás, e como nos indica a *Crónica*, estávamos em paz e, mesmo, com relações mercantis, como era o caso de Granada. Este reino vai enviar a Portugal uma delegação integrando importantes figuras do reino, e com os seus tradutores, para perscrutar a intenções do rei português, como se pode ler no capítulo XXXIV da *Crónica*. Aí se referem as boas relações comerciais, e mesmo a estima que o rei de Granada tinha pelo monarca português. “Estima” com origem na derrota de Castela pelos portugueses durante a passada guerra e, conseqüentemente, um eventual atraso no prosseguimento da conquista castelhana do reino mouro? Estamos, claro, a especular. Mas especular é ver através do espelho e, por isso, interpretar a imagem que poderá eventualmente estar invertida. Mas, continuando. Os embaixadores de Granada referem ainda o grande medo que têm os mercadores muçulmanos de frequentar os portos do Rino, não fossem ele tornados cativos.

Mas voltemos às razões que apoiam a expedição. A pedido de D. João I os letrados, como referimos, recolhem-se aos seus mosteiros (é curioso o Cronista referir apenas os mosteiros como locais de abrigo desses homens sábios). Mais tarde reúnem-se novamente com o Rei, relatando-lhe as suas conclusões (capítulo XI). Antes, Zurara faz algumas reflexões que poderiam ser normais, não fossem outros comentários em capítulos mais adiante. Referimo-nos ao gozo que anteviam esses homens de Deus em “*espadeivar os infiéis*”. Não será, porventura, comentário de Zurara. É, pelo menos o Cronista quer-nos fazer crer, sentimento expresso pelos próprios letrados: “*E viam-se [os letrados] no meio daquela cidade envoltos entre os mouros, alegrando-se com o espalhamento do seu sangue.*”

E tanta doçura sentiam em tais imaginações, que lhes pesava, quando se lhe oferecia cousa por que se tiravam delas.” E acrescentam: “*Saiba vossa mercê que o estado militar não é outra cousa tanto louvado entre os cristãos, como por guerrearem os infiéis”.*

Notamos aqui um sentimento de guerra santa, e não apenas de conquista de um território de importância estratégica e económica. Parece estarmos a ouvir S. Bernardo na sua carta *Em louvor da nova milícia*, quando condena firmemente o assassinio como pecado capital, a menos que fosse contra o muçulmano, caso em que seria não um homicídio, mas sim um “*malecídio*”. Veremos, mais abaixo, os comentários de Zurara aos momentos após a conquista da praça, e como são contraditórios com os comentários dos letrados.

Contudo, D. João I tem dúvidas. Por um lado, pelo número de homens que tinha que levar na expedição. O que era problemático, teria pensado o monarca, para um reino acabado de sair de uma guerra contra Castela, havendo múngua de homens e de cabedais. E ficaria o reino desguarnecido? E quanto custaria a expedição?

A essas e outras objecções do rei, os letrados começam por recordar os milagres ocorridos com os seus antepassados durante as guerras que tinham travado contra a moirama. Era a ajuda divina, que se tinha manifestado em socorro de monarcas “portugueses” (assim considerados pelos letrados), desde Ramiro II a Fernando Magno, de Afonso Henriques, em Ourique, a Afonso II nas Navas de Tolosa, embora o rei português não tenha participado “de corpo” nessa expedição. E continuam dizendo: “*E considerai isso mesmo, senhor, se ele [D. Afonso Henriques] duvidara se o seguinte trabalho [Ourique] era serviço de Deus, não tivéreis vós hoje esta mui nobre cidade nem a vila de Santarém com outros lugares em vosso reino...*”

Recordam ainda um preceito antigo da Igreja, que é o de ser pecado a guerra entre cristãos, porque enfraqueciam a Cristandade, mas é a guerra louvada “*como por guerrearem os infiéis...*” E não poupam os muçulmanos, dizendo que os Cristãos deviam afastar de si “*com toda nossa força, esta má e danada seita dos infiéis*”, e por esse facto “*nos desse absolvição perpétua, quando diretamente morrêssemos, guerreando os infiéis.*” Dizem por fim que eles, os opinantes, que tinham “*grau na sacra teologia, determinamos que vossa mercê pode mover guerra contra quaisquer infiéis, assim mouros como gentios, ou quaisquer outros que, por algum modo, negarem algum dos artigos da Santa Fé Católica, por cujo trabalho merecei grande galardão de Nosso Senhor Deus, para a vossa alma...*”

Mas avisam, não fossem voltar as dúvidas do rei: “*... não ouçais cousas que vos acerca disso seja dito, nem ainda que vos pareçam visões, em semelhança de cousas divinas, não lhes deis fé. Ca entendei, verdadeiramente, que é o espírito maligno que vem para vos tirar o vosso bom e santo propósito*”, já que o Demo protege os muçulmanos. Mas de sonhos e outros sinais se falará mais adiante.

Terminaremos com referência à carta escrita pelo rei aos comandantes, já a caminho do objectivo (cap. LIII): “*Amigos, deveis ter, que a vida destes infiéis não é entre nós por virtude da sua própria força, somente por vontade do Senhor Deus...*” E essa presença tem um claro propósito: a de Deus dar trabalho aos Cristãos, e fadiga, “*porque nós, afligidos e trabalhados pelo poder de tão vis inimigos, conheçamos os muitos erros que*

contra Ele cometemos...” Ou seja, era a expiação pelo combate contra o Mal, uma verdadeira Psicomaquia. Mas seria este o pensamento de Zurara?

Certamente que sim, como bom cristão que era... ou que supomos que era. Mas não nos esqueçamos do homem que se comoveu, e nos comoveu, com a descrição da partilha dos escravos, que ele via não como coisas, mas como seres humanos. É esse olhar que ele vai deitar sobre os momentos que se seguiram à conquista de Ceuta.

Aliás, no Capítulo LX, as referências que o Cronista aos habitantes da cidade maghrebina, que ele admira na sua beleza e riqueza, são muito positivas, e por vezes mesmo elogiosas. Nas palavras de Zurara, apenas eram nefastos os mouros que vieram à cidade para ajudar na sua defesa, trabalho que os de Ceuta julgaram inútil depois de que (provisoriamente e devido à tempestade, mas isso eles desconheciam) a frota se afastou. E coloca isso mesmo na boca dos mouros de Ceuta: “... *ca além dos vizinhos da cidade eram hi outros de fora... E porque os mouros de fora lhes faziam dano, ca eles por natureza são grandes estragadores de cousas alheias...*” Referia-se Zurara, supomos, aos berberes rifeños, conhecidos pela sua agressividade.

No Capítulo LXVIII ele mostra como os de Ceuta são diferentes. Quando se aproximou a hora do combate, os jovens corriam de um lado para o outro, nas muralhas, “*mostrando que nenhum medo não havia repouso nos seus corações*”. Ao contrário dos mais velhos que, temerosos pela experiência da vida, ou por terem sabido das premonições andavam a esconder os seus haveres, pensando talvez que os pudessem recuperar passada a tormenta, enquanto que outros “*estavam descalços em suas mesquitas, com os corpos tendidos ante as relíquias de seus profetas, pedindo mercê às divinas virtudes que quizeram trazer aquele feito a tal fim, que a sua cidade não ficasse quebrantada ante a ira daquele rei*”.

Temem os mouros que as ruas da sua cidade fiquem tintas com o seu sangue, o que veio a acontecer, segundo o nosso Cronista. Notamos aqui alguma... compaixão por aqueles que vão ser derrotados. Não são apresentados como feros inimigos. Os jovens são valentes, na inconsciência da sua idade. Os mais velhos, prudentes e piedosos. Zurara refere a prostração dos mouros, nas mesquitas, frente às relíquias dos seus profetas. Ou se trata aqui de algum engano do Autor, pensando em qualquer semelhança cultural com a Cristandade e as relíquias dos seus santos, ou mais provavelmente uma confusão (ou comparação) com as azóias de alguns marabus, homens santos do Islão, e que ainda hoje encontramos, por exemplo, em Marrocos. Mas existe aqui uma mostra de piedade sincera (o que não retira, minimamente, a piedade também sincera dos Cristãos), dirigindo-se os mouros a Maomé, do seguinte modo: “*E tu, santo profeta Mafamede, que na casa de Deus Padre [referência claramente cristã] tens segunda cadeira, por que não abres os olhos da tua divinal majestade?*” Contudo, se acontecesse a desgraça que parecia estar anunciada, isso terá sido consequência dos seus próprios pecados. Curiosamente, é neste capítulo LXVIII que Zurara coloca a dúvida nos corações muçulmanos: “*E que proveito nos veio a nos de guardarmos a tua lei e seguirmos os teus mandamentos, se na hora de tão estreita necessidade não acorres com a tua celestial ajuda?*”

Mas as grandes comparações guarda-as Zurara para os momentos após a conquista da cidade. Aqui sentimos o falar daquele que descreveu, com emoção, como já foi dito, a

partilha dos escravos. Em relação aos portugueses, os nobres, o rei e os príncipes reúnem-se para relembrar os feitos daquele dia, e os que morreram em combate, e que não terão sido tão poucos quanto indica Zurara. Eles repousam depois da refrega, e não tomam conta nem guarda da soldadesca, da arraia miúda descontrolada, como se a sorte dos moradores de Ceuta não lhes dissesse respeito. A mortandade dos mouros foi grande, diz o Cronista, mas grande parte desses mouros não eram combatentes. “...*como era grande mortandade dos mouros, que foi em aquele dia*”, pode ler-se no capítulo LXXVII. Lamenta-se o Autor que não se escrevesse logo ali os feitos, e sobretudo o número de mortos, muito impreciso, segundo ele, e isto por duas razões não foi feito. Por um lado, porque boa parte dos combates foi feita em ruas estreitas, o que não deu ideia de grande batalha, como aconteceria se fossa em campo aberto. Mas existe uma segunda, muito mais dolorosa. Escreve Zurara: “*E a segunda cousa foi a tardança que se pôs em escrever o acontecimento deste feito porque, como já disse no prólogo desta história, a maior parte de todos os bons eram já finados. Ca a outra gente do povo não trazia, em aquele dia, o cuidado senão em roubar, do que achavam bem assaz para fartar suas cobiças. E este era um caso muito perigoso, porquanto as casas tinham as portas baixas e estreitas, e eram feitas segundo ordenança dos mouros.*” Isto dito, e por causa disto, muitos desses portugueses entravam nas casas sem se poderem bem defender contra os seus donos, que dificilmente queriam deixar para outros o que lhes pertencia. E ficavam nas suas casas para aí, dignamente, morrerem. E morriam dizendo: “*Ah, Santo Profeta... e qual é o outro [o Paraíso] em que nos tu hás-de dar pela fieldade que guardamos em tua lei, se nos desamparas na hora de tamanho mister?*” E os mouros, em desespero, atiravam-se aos saqueadores sem arma ou outro instrumento. Mas a pilhagem da cidade, rica e opulenta no dizer de Zurara, era a principal ocupação da arraia miúda.

O nosso Autor refere que, devido à cobiça, “*não havia aí tão preguiçoso que se contentasse de a toda [noite] dormir. Ca uns se ocupavam de fazer trouxas daquelas cousas que apanharam. (...) outros andavam cavando as casas, onde achavam terra movediça e faziam nela mui grandes valas pensando acharem mui grandes riquezas soterradas. E por pouco que achavam, desfaziam grandes alicerces pensando de acharem mais. (...)*”

Oh! Como a verdade muda suas cousas como lhe praz e acrescenta e mingua, segundo seu querer! *Ca havia entre aqueles, que em este reino não tinham uma choça, e ali acertava por pousada grandes casas ladrilhadas com tijolos vidrados de desvairadas cores¹. E tetos forrados de oliva² com formosas açoteias cercadas de mármores mui alvos e polidos. E as camas brandas e moles e com roupas de desvairados lavores, como vedes que geralmente são as obras dos mouros.*” Zurara não se cansa de sublinhar, uma e outra vez, a beleza dos objectos e edifícios da cidade conquistada. E faz dizer a essas combatentes que eles próprios compreendiam a razão pela qual os mouros combatiam daquela forma desesperada para conservar o que lhes pertencia. E põe na boca desses portugueses: “*nós outros mesquinhos, que andávamos no nosso Portugal pelos campos, colhendo nossas messes, afadigados*

¹ Sublinhado nosso.

² Madeira de oliveira.

com a força do tempo e à derradeira não temos outro repouso, senão pobres casas que, em comparação destas, querem parecer choças de porcos.”

É claro que o nosso cronista exagera na sua apreciação. Certamente que essas ricas casas não seriam de todos os habitantes de Ceuta, mas descrevem eventualmente os bairros ou casas mais abastadas. Notamos aqui uma certa admiração em relação ao refinamento de uma parte desses (ou dos) muçulmanos, e eventualmente pelo grau de cultura e avanço científico de alguns destes homens, o que o leva a generalizar. É certo que o momento de brilho do Islão tinha passado havia muito, muito embora não possamos ignorar a riqueza que uma elite comercial seria capaz de acumular nessa cidade, ponto de chegada de caravanas e de partida de mercadorias para (pelo menos) a bacia ocidental do Mediterrâneo. Não nos esqueçamos que os genoveses ali tinham um entreposto³. E, evidentemente, o saque seria mais dirigido para esses bairros e casas do que para os humildes casebres dos mais pobres, tão miseráveis quanto os miseráveis do outro lado do Mediterrâneo. Mas talvez o tenha impressionado os relatos da “destruição” de uma cidade que estaria fora daquele espaço legitimamente reclamado pelos cristãos peninsulares, por lhes ter pertencido, e que ainda estava ocupado, numa parte, pelos mouros de Granada⁴. Esta passagem de Zurara acentua, de forma cruel, a diferença (que o Autor queria e cria) entre um Islão civilizado e um Cristianismo destruidor⁵.

Zurara não se fatiga de alabar as riquezas de Ceuta. O seu belo urbanismo, a riqueza das suas gentes, com muito exagero e, no capítulo XCIII, o desenvolvimento do seu comércio, vindo de todas as partes de África e do Oriente. Mas esses elogios e descrições têm um sentido, para além de demonstrar que foi economicamente proveitosa a expedição de D. João I à cidade do Estreito. Retomando a declaração dos letrados no capítulo XI: “...quanto a fortaleza dos vencidos é maior, tanto a glória dos vencedores fica maior e mais excelente”.

Não ficamos por aqui. Guardámos para o fim o que é, para nós, um conjunto de informações muito importante. Estava escrito nos astros e nos sonhos que os cristãos de Portugal haveriam de conquistar Ceuta. Zurara descreve-nos esses sinais, certamente criados por ele ou recolhidos de tradição oral, que poderia ter origem no carácter fatalista dos muçulmanos.

As principais informações são-nos transmitidas no capítulo LVIII da Crónica, muito embora o Cronista tenha feito referências, aqui e ali, a estes aspectos no máximo... não naturais. Por exemplo, no capítulo LXXXIX quando, após a perda de cidade, os mouros que dela tinham conseguido fugir, se lamentavam da sua sorte. Espantando-se

³ Não conta, nem nunca contou, a proibição de comércio entre estes dois blocos separados por religiões aparentemente contrárias. Nem as proibições papais, nem a de responsáveis religiosos islâmicos conseguia impedir este intercâmbio económico, que contribuiu para aproximar povos inimigos, mais do que inúmeras declarações de boa vontade. Era a “religião comum”.

⁴ Com quem comerciávamos. Mas Zurara não saberia, talvez, ou não se lembraria, de que esse espaço norte-africano tinha um dia sido Cristão, mesmo mais cristão do que a Península, com a sua Galiza e Astúrias a darem “dores de cabeça” aos pregadores da nova religião. Ou talvez que (e é meramente uma hipótese especulativa) estivesse já a ser atingido pelos ventos de contestação à Igreja, que começavam a abanar as estruturas religiosas neste final de uma Idade Média mergulhada na crise.

⁵ Zurara bem podia ser aproveitado por certas correntes actuais de... “pensamento”.

com a rapidez da conquista, atribuíam o facto a poderes sobrenaturais. Obviamente, interpretação de Zurara que revela, algumas vezes, desconhecimento das bases da religião islâmica. Diziam eles: “*Por certo não foram isto homens viventes, mas foram os poderes do inferno que chegavam sobre nós, cá semelhante obra mal se poderá crer que foi em tão breve tempo acabada, por nenhuma força ou poder terreal*”. Mas o Demo havia muito que tinha prevenido os mouros. Ou seria Deus? Porque, e continuamos a citar, “*os velhos diziam que ouviram os seus padres e avós falar naquela perdição, dizendo que dias haviam de vir que aquela cidade havia de ser toda regada com sangue dos seus filhos, isto é, dos seus moradores. Outros contavam sonhos que sonharam de cousas maravilhosas que lhe apareceram, as quais depois do dano declaravam*”⁶.

O sonho, um dos principais meios de comunicação do que o futuro reservava, fosse ao indivíduo, fosse à comunidade. O estado onírico era visto então, tanto entre cristãos quanto entre crentes de outras desvairadas religiões, como algo real. A alma percorria mundos fantásticos, conhecia perviamente coisas escondidas, e que haveriam de aparecer mais tarde, ou comunicava com vários seres, fossem os seus antepassados, fossem figuras que faziam parte dos *mirabilia*⁷, emanações do Bem ou do Mal. Muitas vidas de Santos contavam como estes tinham tido visões, enviadas por Deus ou pelo Demo, para salvar ou tentar.

Um dos sonhos merece aqui referência, por aquilo que encerra. Contava um velho que, tendo ido estudar para Tunes, e falando a um seu tio sobre as belezas e riquezas de Ceuta, este lhe contou que, estando um dia a dormir na mesquita, sonhou “*que via uma mulher com muitos filhos de arredor de si e que via uma ponte que começava de acerca de seus pés e chegava até ao reino do Algarve, pela qual vinham de terra dos cristãos grandes manadas de moços, os quais pelejavam com os filhos daquela mulher até que os matavam todos e mamavam em suas tetas*”. Isto vindo de um cristão, como Zurara, é para nós sinal de desaprovação *a posteriori*, e estranhamente semelhante ao do velho mouro de Lisboa à delegação dos Cruzados e Portugueses, em 1147⁸, na carta que relata a conquista desta cidade, escrita por Ranulfo de Glanville.

E a descrição dos sonhos continua. Mas fixemo-nos no que nos diz o capítulo LVIII. Aqui encontramos referências a sonhos, Astrologia e antigas profecias.

O primeiro sinal é astrológico-astronómico. Em Março de 1415, mês em que celebraram o Ramadão, ter-se-á dado um estranho fenómeno astronómico. Fazendo aqui um

⁶ São várias as obras que, a propósito das superstições e do Imaginário Medieval, referem os sonhos e as suas interpretações. Aliás, podemos encontrar em inúmeras obras medievais, tanto filosófico-teológicas quanto poemas e romances, das hagiografias aos sermões, um mundo de referências aos sonhos e à sua interpretação. Não é um exercício especificamente medieval, mas vem-nos da mais alta Antiguidade. Pode ver-se, embora para os princípios da Idade Média, o capítulo V (“Os sonhos”) da obra de Jacques Le Goff *O Imaginário Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994. Pode ver-se igualmente, para uma panorâmica geral, incluindo as questões dos milagres e da Astrologia, Robert Bartlett, *The Natural and the Supernatural in the Middle Ages*, Nova York, Cambridge University Press, 2008.

⁷ Sobre este conceito, ver Le Goff, obra citada na nota anterior.

⁸ Sobre este assunto ver Pedro Gomes Barbosa, “Mouros e Cristãos no Relato da Conquista de Lisboa” em *Rumos e Escrita da História. Estudos em Homenagem a A. A. Marques de Almeida*, Lisboa, Edições Colibri, 2006, págs. 697-705.

parêntesis, diga-se que Zurara explica a diferença de 11 dias entre o ano solar cristão e o lunar dos muçulmanos. Continua o Cronista explicando que no Ramadão os muçulmanos praticam a abstinência, tal como os cristãos na Quaresma. Ora, observou-se que a Lua, que deveria estar cheia, estava coberta a três-quartos, e que junto do nosso satélite se via uma estrela de enorme brilho, mais brilhante do que qualquer uma das mil e vinte e duas que os sábios tinham contado. E a estrela continuou onde não devia estar, por toda uma fase lunar⁹. Çalabençala, governador de Ceuta, juntou homens sábios para que lhe explicassem esse fenómeno, e outros de que falaremos. Um homem sábio, de propectas barbas brancas, símbolo de sabedoria acumulada no decorrer de uma já longa vida, e isto tanto para cristãos como para muçulmanos, deu a explicação. O mundo andava fora da sua lei, e isso só queria significar desgraças. Por um lado, porque a Lua coberta, total ou parcialmente (leia-se, eclipsada), era portadora de pestilências, ou fomes, ou discórdias¹⁰. Mas juntava-se a isso a estrela, que nenhum homem tinha então visto por esses lados. O mouro disse então que aquela estrela era Orion, porque traz a forma de espada¹¹, e que vem acompanhada de fogo e sangue. Ora, esses dois sinais combinados eram catastróficos. E isso porque, disse o sábio, “*ela era uma daquelas estrelas que caiu do cabo do [signo] do Carneiro, segundo é declarado nos textos de Ptolomeu*”. E sendo esse signo quente e seco, seria normal que essa estrela Orion trouxesse fogo. Segue-se um discurso sobre signos, planetas e conjunções, referindo-se que essa conjunção que agora estava no céu era semelhante àquela que se manifestara quando os mouros outra vez perderam Espanha¹². Mas o sinal não era tão forte, já que “àquele tempo mais estava na casa do Escorpião, o qual com o seu cabo ardente apremava Júpiter em sua alteza. E Vénus que é nosso planeta vejo-a triste e fora de toda a alegria. Mercúrio outrossim que lhe devia acorrer que sua rigança que traz pelo céu, acho mui afastado da sua companhia”.

Não sendo nós astrónomo, e muito menos astrólogo, é-nos difícil dizer se esta descrição que aqui nos dá Zurara, pela boca do velho mouro, era arbitrária, apenas para chamar a Astrologia à liça, e veremos porquê, ou se corresponde a uma “constatação” astrológica¹³. É um problema não de somenos, já que daria para saber se Zurara percebia

⁹ Tratar-se-ia de um cometa, ou de uma invenção que se foi fixando no enredo da história. Não digo que inventada por Zurara, mas sim recolhida por ele, como tradição oral, já que a população de Ceuta não foi toda passada “a fio de espada”.

¹⁰ São também várias as obras que tratam tanto da astrologia quanto da astronomia no período medieval. Indicaremos algumas apenas a título de exemplo. Richard Kieckhefer, *Magic in the Middle Ages*, 8ª edição, Cambridge, Cambridge University Press, 2000, especialmente o capítulo 6, “Arabic Learning and the Occult Sciences”; Antonio Linage e Antonio González Bueno, *Historia de la Ciencia y de la Técnica*, número 6, *El Occidente Medieval Cristiano*, Madrid, Ediciones Akal, 1992; Georges Minois, *L'Église et la Science. Histoire d'un malentendu*, tomo 1, *De saint Augustin à Galilée*, s. l., Fayard, 1990. Para a posição cristã das origens, Santo Agostinho, *A Cidade de Deus*, V, 7.

¹¹ A forma de espada reforça a hipótese de se tratar de um cometa. De qualquer forma, Orion é uma constelação em forma de trapézio, e não uma estrela, muito embora as suas estrelas, de grande brilho e visíveis em ambos os hemisférios, por ser uma constelação equatorial, possam ter após o seu nome o designativo “de Orion”, ou o genitivo latino, “Orionis”.

¹² Ver, sobre a Astrologia neste final da Idade Média, Eugénio Garin, *O Zodíaco da Vida. A polémica sobre a Astrologia do séc. XIV ao séc. XVI*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987.

¹³ Ou seja, construída para esse propósito.

algo da ciência dos astros, ou se tinha consultado qualquer desses humanistas astrólogos, ou se se tratava, como atrás referimos, de pura construção literária. Zurara parece perceber um pouco de astronomia quando refere, no capítulo LXVIII: *”Pequena tardança pôs o Sol em começar seu divinal trabalho, cá era isto uma quarta-feira, vinte e um dias do mês de Agosto, em a qual aquele imperial planeta entrava mais seis graus do signo de Virgo.”*

O interesse de sabermos se Zurara era familiar àquela ciência astrológica tem que ver com a forma, oficial e outra, como era encarada a Astrologia pela Igreja. É que, tanto quanto sabemos, a posição muçulmana era dúbia. A tradição do nijama, como se dizia na sua língua, era corrente no Próximo e Médio-Oriente. Sabe-se que antes do Islão, tribos beduínas faziam cálculos empíricos mais ou menos ligados à conjunção dos astros (quiran). No início o Islão proíbe a Astrologia, já que quem acredita nas estrelas não pode acreditar em Deus. Mas continuava-se a praticar a Astrologia, nomeadamente na busca de conhecer o devir colectivo. E apesar da condenação da “busca” astrológica por sábios como Ibn Khaldum (1336-1406), ela continuou a ter uma larga vida, acompanhada de tratados sobre essa ciência.

No Cristianismo passa-se algo semelhante. No seu início a proibição era total. Mas ela teimava em não desaparecer. Daí que, pragmaticamente, a Igreja tenha resolvido a questão. Era heresia e acto contra a ordem do mundo acreditar-se que o destino dos Homens, das sociedades ou do Universo seria regido pelos planetas, nas suas oposições ou conjunções. Deveria a observação do céu ficar confinada ao estudo do movimento dos astros? Não totalmente. A Igreja aceitava que Deus, que era quem tudo sabia e tudo podia, enviava sinais a estas criaturas feitas à sua imagem e semelhança, na forma e disposição dos planetas no firmamento¹⁴, código que Ele dominava, mas que só alguns homens mais sábios, e bafejados pela bondade divina, eram capazes de decifrar. Mas o que verificamos é que Zurara atribui, pela boca do mouro, o destino pela posição dos astros, e só por eles, e nos estranhos acontecimentos celestes. Atribuía ele aos muçulmanos, e apenas a eles, a crença de que os astros influenciavam a vida neste lugar de passagem, reafirmando assim o afastamento dos Agarenos desta Verdade transmitida pela ciência da Igreja? Ou acreditaria Zurara na versão “proibida” da Astrologia, mas versão essa que desde o século XIV tinha vindo a ganhar terreno em terra cristã? Os sofrimentos causados pela Grande Pestilência, atingindo devotos cristãos, mas poupando os judeus, fez abalar muito da fé nas verdades defendidas pela Igreja¹⁵. Não, a descrença que se verifica nesta época não era o ateísmo, mas a interrogação de algumas verdades impostas e inquestionáveis.

Finalizaremos com o sonho premonitório mais interessante. O bafejado pela onírica inspiração foi um santo homem (marabú?). E isso aconteceu durante o jejum do Ramadão. Zurara refere-nos os motivos pelos quais o Homem pode ter sonhos (ou pesadelos), e que nem todos devem ser tomados como premonições ou avisos. São quatro

¹⁴ Incluindo o Sol, que neste caso é reduzido à condição de planeta.

¹⁵ O “poupar”, de certa forma, os judeus, o que fez com que muitos cristãos os considerassem responsáveis pela propagação da Peste, devia-se sobretudo a duas causas: em primeiro lugar, a dieta alimentar, muito mais rica e saudável, recomendada pela sua religião; por outro, o isolamento imposto aos judeus, que não tinham grandes liberdades para se moverem em algumas partes da cidade cristã.

os motivos: em primeiro lugar, o excesso de comida; o segundo, é exactamente o oposto, o estômago vazio, o que se verificava durante o Ramadão, até ao pôr do Sol¹⁶; o terceiro eram os problemas que atormentavam as pessoas, na sua vida quotidiana; finalmente, a mensagem divina, a única que valia como informação do futuro.

Passando ao sonho. O santo homem sonhou que “*via aquela cidade coberta de abelhas e que pela boca do Estreito vinha um leão com uma coroa de ouro na cabeça e que trazia muitos grandes bandos de pardais depois de si que comiam todas essas abelhas*”. O sonho foi explicado pelo velho sábio já anteriormente referido. “*Outrossi as abelhas significamos nós outros e os pardais são os cristãos. Ca semelhante viu um mouro em Córdova em sonhos, quando os mouros a perderam. Porém o meu conselho é que nos socorramos à providência divinal, fazendo nossas orações mui devotamente que nos livre de tamanho perigo.*”

A imagem era clara. O leão era o rei português, metamorfoseado no animal que a Igreja tinha feito rei dos animais, em substituição do antigo rei urso, que a religião vencedora tinha afastado pois cheirava ao enxofre do paganismo. A menos que fosse uma imagem dupla, isto é, significaria o leão tanto D. João quanto a figura tutelar de Cristo, o Leão de David. Os mouros eram as abelhas. Estes animais, tal como acontecia na Cristandade, estavam relacionados com a ordem, o trabalho e a castidade¹⁷. O mel que produziam tinha a cor do Sol e a do ouro. Mas eis que chegam os pardais e comem as abelhas. Estes passos não têm, na simbólica, tratamento especial, mas é claro o sentido. São as aves que, nada produzindo, comem as sementes das searas, levando o prejuízo ao agricultor. E por aqui nos ficamos.

Em conclusão: Zurara não pode condenar o grande feito de D. João I, rei dos portugueses, e cristianíssimo. Antes, apoia-o porque é grande o serviço de Deus. Mas não deixa de admirar os mouros, a sua civilização, que não a sua religião, a sua arte e a sua forma de vida. Condena os desmandos feitos pela arraia miúda, e a mortandade que foi sua consequência. Zurara, mantendo-se no seio da sua cultura, compreende o Outro, e lamenta a violência, tal como lamentou e criticou a partilha dos escravos, separando aqueles que pertenciam a uma mesma família, tratados como coisas e não como pessoas. Fez o que ninguém na Europa, ou fora dela, tinha feito. Nem cristãos nem mouros, para quem a escravatura era algo de perfeitamente natural. Penso que poderemos, sem qualquer problema, considerar Zurara como um dos primeiros, senão o primeiro, Humanista português.

¹⁶ E, depois do pôr do Sol, nesse Ramadão, o excesso de comida provocado pelo *iftar*.

¹⁷ Malek Chebel, *Dictionnaire des Symboles Musulmans. Rite, Mystique et Civilisation*, Paris, Albin Michel, 1995.

A MISSIONAÇÃO FRANCISCANA EM CEUTA E NA MAURITÂNIA

Henrique Pinto Rema

Introdução

Neste ano de 2015 ocorre o sexto centenário da conquista da praça de Ceuta, situada no norte de África, à vista Gibraltar (Europa). Este feito, que poderia dizer-se temerário, levado a cabo por uma nação pequena e pobre, marca o início da aventura dos portugueses por esse mundo além, justamente recordada pelas Academias da História e da Marinha.

Tanto nesta como em outras aventuras, a Ordem dos Frades Menores (ou franciscanos) teve excepcional relevo, dentro do lema camoneano e português “*Dilatando a Fé e o Império*”, desde a primeira hora apadrinhado pelos romanos pontífices.

É o que vamos expor, alargando um pouco o leque para a acção missionária dos Frades Menores estendida à Mauritânia, em que estava inserida a praça-forte de Ceuta.

São Francisco de Assis e a missão de Marrocos

A vitória cristã contra as forças muçulmanas em Navas de Tolosa, no ano de 1212, degenerou em triunfalismo. A Francisco de Assis, então pelos 30 anos de idade, “*irmão de todas as criaturas e inimigo de ninguém*”, não agradavam tais sentimentos, por inadequados à doutrina ensinada e vivida por Jesus Cristo.

Francisco decide a primeira viagem ao mundo muçulmano e árabe no Capítulo do Pentecostes de 1212¹. Do porto de Ancona embarca para a Síria². Ventos de tempestade, porém, lançam o navio para a costa da Dalmácia, e assim se vê obrigado a regressar à Pátria. Francisco ia tentar vias pacíficas para aproximar os muçulmanos dos cristãos, consciente de que não se pode resistir ao mal com o mal, sim com o espírito das bem-aventuranças.

Em 1213, numa hora em que o Santo anelava pelo martírio em terras de mouros, empreende outra viagem missionária, esta rumo a Marrocos. Mas doença grave, quando já se encontrava na Espanha, obriga-o a regressar à Itália³.

Francisco participa no IV Concílio do Latrão (de 15 a 30 de Novembro de 1215). Dele sai aprovado o seu modo de viver e normas para a libertação da Terra Santa⁴. Este Concílio Ecuménico movimentava nova Cruzada para libertar os Lugares Santos, opondo

¹ São Boaventura, *Legenda Maior*, IX, 5.

² Teodosio Lombardi, OFM, *Storia del Francescanesimo*, Ed. Messaggero Padova, 1980, p. 60.

³ Cf. II *Legenda* de Celano, nº 56, e S. Boaventura, *Legenda Maior*, IX, 6.

⁴ Cf. *Chronica XXIV Generalium Ordinis Minorum*, in *Analecta Franciscana*, III, Quaracchi 1897.

a violência muçulmana à violência cristã, o que estava longe do espírito de Francisco de Assis.

No Capítulo Geral de 1217, a Ordem dos Frades Menores cria formalmente a Missão entre fiéis e infiéis e a divisão da Ordem em Províncias. Da Itália saem missionários para França, Alemanha, Inglaterra, Hungria, Espanha, Portugal, Marrocos e Síria. Fr. Elias, por exemplo, é nomeado para Ministro da Síria (de 1217 a 1220).

Participação de São Francisco na 5ª Cruzada (1219)

São Francisco participou, na segunda metade do ano de 1219, na 5ª Cruzada contra os muçulmanos⁵. Embarcou em Ancona a 24 de Junho com 12 frades. Fortini cita o cronista Mariano de Florença: “*Dentro de pouco tempo chegou à ilha de Cândia, onde ficou alguns dias e pregou a penitência e a paixão de Cristo. Depois navegou rumo à Síria e aportou na famosa cidade de Acre*”, onde os recebeu Fr. Elias. Ali Francisco tomou consigo o Fr. Iluminado de Arce, e, no fim de Julho ou começo de Agosto de 1219, chegaram ao campo dos Cruzados, perto de Damietta. O reencontro entre as duas forças estava marcado para o dia 29 de Agosto, no qual os cristãos sofreram pesada derrota⁶. A 14 de Setembro de 1219 começou a debandada dos que escaparam, uns 20 mil cruzados.

A 4 e 5 de Novembro dá-se a preparação dos cristãos para o assalto geral. Damietta foi tomada no meio de um horror para os sarracenos. Francisco estava presente na tragédia, cheio de sofrimento. Pediu ao Cardeal Pelaio permissão para se apresentar ao Sultão do Egipto, Malik-el-Kamil, o que lhe foi concedido com certa relutância. Com ele permaneceu até Fevereiro de 1220⁷.

Sucede um frente a frente único entre Cristianismo e Islamismo: este com a espada e aquele descalço. Francisco era o “*fundador duma nova regra que se propunha igualar todos os homens na admirável lei do amor*”⁸.

A narração de Ernoul⁹ é próxima da verdade histórica. Francisco e Iluminado saúdam o Príncipe, e este, em resposta à saudação, quer saber as razões que os levaram ali: se são portadores de especial mensagem, ou apenas cristãos que pretendem fazer-se sarracenos.

Responde o Santo: Sarracenos nunca nos faremos, mas na verdade somos mensageiros da parte de Deus, para salvar a vossa alma.

Replica o Sultão que tem muitos arcebispos e bispos da sua fé e bons clérigos e que sem eles não poderá ouvir o que os dois cristãos terão para lhe dizer.

⁵ Arnaldo Fortini, *Nova Vita di San Francesco*, volume I, parte II, Edizioni Assisi, tem um capítulo sobre Damietta, pp. 43-109.

⁶ Cf. II Legenda de Celano, 30.

⁷ A. Fortini, *Ibidem*, pp. 73-77; cf. Teodósio Lombardi, *Op., cit.*, p. 67.

⁸ A. Fortini, *Op. cit.*, vol. I, parte II, p. 94, citando Ernoul.

⁹ Cf. Erenoul, *Chronica*, capítulo 37, em *San Francisco de Asis, Escritos, Biografias, Documentos de la Época*, BAC, Madrid 1978, p. 968-970. Ernoul morreu pelo ano 1230.

E os frades observam: Estamos com isto muito contentes. Mandai-os vir, e se nós não pudermos demonstrar com bons argumentos ser verdadeiro o que afirmamos e que a vossa lei é falsa, mandai-nos decapitar.

O Sultão manda vir os homens mais eminentes e sábios do Estado, a quem explica o que acontece e o que afirmam os que estão na sua presença e o motivo por que os mandou chamar.

Os convocados pelo Sultão dizem imediatamente: Senhor, tu és a esperança da lei e é teu dever mantê-la e observá-la. Nós, portanto, mandamos-te que os mandes imediatamente decapitar, como manda a lei.

E vão-se embora, com desprezo pelos emissários cristãos.

A Corte do Príncipe e os dois cristãos aguardam a sentença. Kamil parece reflectir, lembrando o caso do avô Saladino com as três leis: sarracena, judia e cristã, e os três anéis, tão semelhantes, que não se poderia reconhecer qual o verdadeiro e o falso.

Passados longos minutos, o Sultão fala: – Senhores, os defensores da lei mandam cortar-vos a cabeça. Mas eu estou contra e não vos matarei. Dar-vos-ei um salvo-conduto para não perderdes a vida e eu salve a minha alma.

Assim continuaram no acampamento dos sarracenos estes dois hóspedes de consideração. Tanta magnanimidade e compreensão comoveram o Santo.

O Sultão mandou devolvê-los aos nossos acampamentos com demonstrações de honra e garantias de segurança. Disse-lhe à despedida: “*Roga por mim, para que Deus se digne revelar-me a lei e a fé que mais lhe agrada*”.

“*Os sarracenos costumam escutar de bom grado a pregação dos Frades Menores, quando se limitam a expor a fé de Cristo e a doutrina do Evangelho*”, mas quando chamam mentiroso a Maomé, batem-lhes e expulsam-nos¹⁰.

Os primeiros mártires franciscanos de Marrocos em 1220 e o primeiro missionário português em 1220-1221

Em 1219, “*S. Francisco enviou, por vontade de Deus, seis frades muito perfeitos ao Reino de Marrocos, a fim de pregarem firmemente a fé católica aos infieis*”¹¹. À passagem por Coimbra, alojaram-se no ermitério de Santo Antão dos Olivais, com frades menores desde 1217 ou 1218. Ali foram recebidos pela Rainha D. Urraca e em Alenquer pela sua cunhada D. Sancha, que lhes facilitaram a viagem para a capital de Marrocos, onde existia uma colónia portuguesa, tendo à frente o Príncipe D. Pedro, com o seu capelão D. João Roberto, cónego regente de Santo Agostinho, do mosteiro da Santa Cruz de Coimbra.

¹⁰ Tiago de Vitry, *Historia del Oriente*, c. 32, em *San Francisco de Asis, Escritos, Biografias, Documentos de la Época*, BAC, Madrid 1978, p. 967.

¹¹ *Annales Minorum*, de Waddingo, em Henrique Pinto Rema, OFM – *Santo António de Lisboa / Primeiro Missionário Português*, em “Encontro de Culturas / Oito séculos de Missionaço Portuguesa”, Lisboa 1994, pp. 69-72.

Toparam os mouros, pela primeira vez, em Sevilha, e o encontro complicou-lhes a vida, mas acabaram por ser extraditados para Marrocos, “*como eles desejavam, com D. Pedro Fernandez, nobre católico espanhol, e outros cristãos. E chegando a Marrocos, foram-se a casa do senhor Infante dom Pedro [...] fazendo-os prover de viandas*”¹².

Uma vez na capital marroquina, começaram a anunciar a fé cristã, o que exasperou o Miramolim. O Infante D. Pedro tentou acalmar os ânimos, mas os cinco franciscanos entenderam não poder calar o que lhes ia na alma, e acabaram por ser mortos às mãos do citado chefe mouro a 16 de Janeiro de 1220.

O Príncipe português tratou de enviar para Coimbra os restos mortais destes cinco mártires, ainda hoje guardados na igreja de Santa Cruz, o que deu azo à conversão, em meados de 1220, do agostinho D. Fernando Martins no frade menor Fr. António de Lisboa e sua ida para a Missão de Marrocos pelo Outono do mesmo ano.

A primeira Legenda antoniana¹³, redigida para a canonização (em 30 de Maio de 1232), conta assim a desistência de Fr. António de missionário *Ad gentes*: “*O Altíssimo, que conhece os corações dos homens, opôs-se aos seus projectos, ferindo-o com grave doença. [...] Depois de verificar que nada podia cumprir de quanto se propusera, viu-se obrigado a regressar ao solo pátrio*”, mas o barco levou-o à costa da Sicília. Irá ser um excepcional missionário, mas em países cristãos.

Ordem missionária a dos Franciscanos

Na Regra (não bulada), apreciada no Capítulo do Pentecostes de 1221, aparece pela primeira vez na história da Igreja um método de apostolado, no confronto com os muçulmanos, dentro dum espírito unicamente evangélico. Nela é dedicado o capítulo XVI *àqueles que vão para entre os sarracenos e outros inféis*. Os missionários são convidados a seguir o mandamento de Jesus Cristo: “*Eis que vos mando como ovelhas para o meio de lobos. Sede, portanto, prudentes como as serpentes e simples como as pombas*”¹⁴. Não se obrigava ninguém, mas quem se sentisse inspirado para essa delicada tarefa, tinha de obter prévia licença do seu “*ministro e servo*”. E ajunta-se: “*Não promovam disputas e controvérsias, mas por amor de Deus submetam-se a toda a humana criatura*”¹⁵, e *confessem que são cristãos*”.

Num segundo período do programa delineado pelo Santo surge a pregação explícita das verdades cristãs: “*Quando virem que agrada ao Senhor, anunciem a palavra de Deus [...] para que se batizem e se façam cristãos*”.

A Regra definitiva, aprovada por bula de Honório III a 29 de Novembro de 1223, no capítulo XII, confirma, em mais breves palavras, a mesma doutrina.

São Francisco não esquecia que os muçulmanos adoravam o verdadeiro Deus, o Deus de Abraão.

¹² Crónica dos 24 Gerais.

¹³ Legenda *Assídua*, capítulo 6.

¹⁴ Mateus 10, 16.

¹⁵ Cf. I Pedro 2, 13.

Franciscanos em Marrocos e em Ceuta antes de 1415

A missão franciscana em Marrocos prossegue depois de 1221, ao ponto de em 1226 o Papa Honório III ter pedido ao Arcebispo de Toledo o envio de missionários franciscanos e dominicanos para Marrocos, e, no mesmo ano, ter nomeado, “provavelmente”, o primeiro bispo de Marrocos, o franciscano Fr. Agnelo, que em 1233 aparece como Bispo de Fez¹⁶.

Na sequência dos citados protomártires da Ordem de 1220, São Daniel e seis companheiros, da Província da Calábria (Itália), exactamente no dia 10 de Outubro de 1227, um domingo, são decapitados na cidade de Ceuta às ordens do governador.

A tradição franciscana prossegue, pois o Papa Nicolau IV, pela bula *Assumpti*, expedida em Santa Maria Maior, Roma, a 11 de Dezembro de 1290, em resposta a pedido do nosso rei D. Dinis e de D. Sancho de Castela, nomeia Bispo de Marrocos o frade menor Fr. Rodrigo¹⁷.

A Conquista de Ceuta em 1415 e os Franciscanos

“Depois de 1411, D. João I associou o primogénito e herdeiro do trono, D. Duarte, ao governo do país. Ambos organizaram um plano de expansão militar no Norte de África”. “A expedição africana [...] foi um assunto muito complexo”. “Teve a vantagem de ter a nobreza ocupada fora das fronteiras portuguesas”. “Comandados pelo rei, pelo condestável e pela maior parte da nobreza, os Portugueses atacaram Ceuta” em 1415. “Regressaram depois a Portugal, bem carregados de despojos e deixando atrás forte guarnição. Mas depressa se deram conta de que Ceuta, por si só, de nada valia”¹⁸.

Este depoimento do historiador Oliveira Marques é completado por outro historiador contemporâneo, José Matoso, ao afirmar: D. João I *“não nasceu herói: fez-se. Não nasceu rei: aprendeu. Inteligente, tirou dos factos lição”. “O primeiro passo da expansão ultramarina concretizou-se na conquista de Ceuta”. “É difícil aduzir uma explicação fundamental para essas ânsias conquistadoras. Razões económicas, políticas, religiosas, históricas e sociais [...] devem ter-se coligado”. “Do ponto de vista económico e estratégico, Ceuta revelou-se um fracasso, um sorvedouro de gentes e dinheiro”, mas “baluarte de prestígio para a monarquia, credencial portuguesa em Roma”¹⁹.*

¹⁶ Cf. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, I, p. 522; cf. Fr. Manuel da Esperança, *História Seráfica*, I, 31; *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Círculo de Leitores, na entrada “Marrocos”, p. 176.

¹⁷ Levy Maria Jordão, *Bullarium Patronatus Portugalliae Regum in Ecclesiis Africae, Asiae atque Oceaniae...* Tomus I (1171-1600), curante Levy Maria Jordão, Olisipone MDCCCLXVIII (1868), p. 1; Fortunato de Almeida, *Op. cit.*, p. 523; Manuel da Esperança, *Op. cit.*, II, p. 236.

¹⁸ A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Palas Editores, I volume, 5ª Edição, Lisboa 1945, p. 189.

¹⁹ *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Editorial Estampa, II volume, pp. 498-499.

O grande conselheiro de D. João I nesta empresa foi Fr. João Xira, seu confessor, que o animou na tenção de conquistar Ceuta. Ao que parece²⁰, em 1410 o Rei mandou o dito confessor informar o papa (de Pisa²¹) João XXIII do projecto de Ceuta, e em 1413 obteve do mesmo Papa a nomeação para Bispo de Marrocos o franciscano D. Fr. Aimaro, então confessor da Rainha de Portugal, D. Leonor de Lencastre.

O excelente investigador António Domingues de Sousa Costa, OFM, na sua obra *Monumenta Portugalliae Vaticana*²², conta que Fr. João Xira participou no Concílio de Pisa com outros embaixadores portugueses e regressara a Portugal por 1411. Por ser natural do Porto, a sua Câmara concedeu-lhe bolsa para estudar no estrangeiro²³. Em 1391 aparece bacharel em teologia²⁴ e em 1396 figura como mestre e visitador do mosteiro de Santa Clara de Entre-os-Rios, que oportunamente tratará de transferir para o Porto, o que aconteceu em 1416 com pregação de Fr. João Xira, estando também presente o Bispo de Marrocos D. Fr. Aimaro. A volta de 1400, Fr. João Xira aparece confessor de D. João I, ocupado na reforma do convento de Leiria, o que significa a sua passagem para os franciscanos observantes²⁵.

Fr. João Xira, na qualidade de confessor do Rei, e mais 12 frades menores integraram-se na frota que largou do Tejo no dia 25 de Julho de 1415, constituída por mais de 200 navios, grandes e pequenos, transportando cerca de 20 mil homens. Lançou ferro na baía de Lagos, onde o Rei mandou a Frei João Xira pregar a Cruzada. Depois de expor e realçar os objectivos da expedição, desvendando-lhe assim o segredo, Fr. João Xira anunciou os privilégios inerentes à iniciativa, tendo concluído por afirmar ser pior que um infiel quem não se preparasse para defender a Fé com todas as forças.

As embarcações ligeiras foram as primeiras a chegar ao largo da costa africana. Na véspera da Assunção, trouxeram toda a frota para a enseada. Saltaram em terra a 21 de Agosto de 1415, seguindo da praia para dentro da cidade. Após renhida luta, em que morreram oito portugueses, ao cair da noite a bandeira de São Vicente, a bandeira de Lisboa, tremulava na torre mais alta da cidadela. Ceuta era a Praça mais importante da Mauritânia. Os mouros tinham-na desde há 700 anos, dada ao Rei Godo D. Rodrigo.

Gomes Eanes de Azurara, na sua *Crónica de El-Rei D. João I*²⁶, conta como na sexta-feira, dia 23 de Agosto de 1415, o Monarca mandou ao mestre Frei João Xira e Afonso Eanes, seu capelão-mor, que tivessem tudo preparado para no domingo imediato

²⁰ Cf. Edgar Prestage, *Descobridores Portugueses*, 2ª edição portuguesa. Lisboa 1942, II – A expedição de Ceuta, pp. 36ss, citando *Crónica de Ceuta*, de Zurara, Lisboa 1915, cap. 2.

²¹ Cf. Bernardino Llorca, SJ, *Manual de Historia Eclesiástica*, Editorial Labor. Barcelona, 1942, p. 466: Cisma do Ocidente (1378-1417): Papas em Roma: Urbano VI (1378-1389), Bonifácio IX (1389-1404), Inocêncio VII (1404-1406 e Gregório XII (1406-1415. Renunciou) e Martinho V (1417-1431); anti-papas em Avinhão: Clemente VII (1378-1394), Bento XIII (1394-1416. Deposto); anti-papas em Pisa: Alexandre V (1409-1410) e João XXIII (1410-1415. Deposto).

²² A. D. Sousa Costa, *Monumenta Portugalliae Vaticana*, III-I, Editorial Franciscana, 1982, p. 751.

²³ Cf. Fr. Fernando da Soledade, *História Seráfica...III*, Lisboa 1705, p. 110, e livro de despesa da Câmara do Porto.

²⁴ Cf. Fr. Manuel da Esperança, *História Seráfica*, II, Lisboa, 1666, p. 567.

²⁵ Cf. Idem, *Ibidem*, I, Lisboa 1656, p. 371.

²⁶ Em Biblioteca de Clássicos Portugueses, volume X, Lisboa 1900, pp. 89ss.

ser celebrada missa na mesquita maior. No sábado, o dito capelão-mor deslocou-se ao templo muçulmano, a fim de proceder a uma limpeza geral. Na manhã de domingo, já na presença do Rei e seus nobres acompanhantes, os clérigos (à falta de Bispo) procederam à purificação e aspersão ritual de água com sal, que assim de mesquita se transformou em igreja católica. No fim da bênção, cobriram o altar com toalhas, pedra de ara, corporais, rico frontal, muitos círios e tochas. Os clérigos cantaram o *Te Deum*, findo o qual “todas as 200 trombetas fizeram uma soada”.

“Em outro tempo, os mouros levaram de Lagos dois sinos para aquela cidade”, que foram agora achados e “logo em aquela missa serviram de seu ofício”.

O mestre Fr. João Xira pregou um sermão, resumido por Zurara em várias páginas. Nele afirma, por exemplo, que Ceuta é a “cabeça da Igreja de toda a terra de África”, porque tem três sílabas, que representam a Trindade, e “cinco letras, que representam as cinco Chagas de Cristo”²⁷. E termina: “Assim concluo que Ceuta é a perfeita glória e honra”.

Por seu lado, segundo o cronista da Ordem Seráfica²⁸, Fr. João Xira terá lembrado neste sermão o dito de César: *Veni, vidi, vici*, com o comentário: *Eu vim com esta armada; visitei Seita [Ceuta]; e Deus é que a venceu*.

Acabada a missa, os Infantes foram armados cavaleiros pelo pai. Por sua vez, os filhos concederam a “ordem da cavalaria” a muitos nobres, incluindo o conde D. Pedro de Meneses e Aires Gomes da Silva, aparentados com Rui Gomes da Silva, pais de Santa Beatriz da Silva e do Beato Amadeu da Silva, nascidos em Ceuta.

Depois de ouvido o seu Conselho, D. João I resolveu manter a cidade, dando o cargo dela a Martim Afonso de Melo, que não aceitou, e foi entregue ao conde D. Pedro de Meneses. Ali ficaram uns dois mil e 700 homens, amparados por “quatro galés e uma galé real, muitos viratões, béstas e escudos, uma bombardarda, muita pólvora, cebo, cera e pez, dardos, âncoras, cabres, treu, mastros, vergas, artimões, governalhos”²⁹.

A 2 de Setembro de 1415, uma segunda-feira, D. João I, com parte da frota e nobreza, partiu rumo ao Algarve, e em Tavira o Rei nomeou os filhos D. Pedro Duque de Coimbra e D. Henrique Duque de Viseu. Fr. João Xira pertenceu ao número dos acompanhantes do rei D. João I no regresso ao Reino³⁰.

Santa Beatriz da Silva e Beato Amadeu da Silva e a Conquista de Ceuta

Antes do regresso a Portugal do Rei D. João I e da sua numerosa comitiva, nomeiam para a capitania de Ceuta o Conde D. Pedro de Meneses, “alferes” de D. Duarte³¹.

²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 93.

²⁸ Cf. Fr. Manuel da Esperança, *História Seráfica...*, II, p. 565.

²⁹ G. E. d’Azurara, *Op. cit.*, p. 109.

³⁰ Fr. Manuel da Esperança, *História Seráfica...* II, Capítulo XVII, na p. 559 chama Seita a Ceuta. Dedicou o capítulo XIX à CONQUISTA DE SEITA em 1415 (pp. 564ss). Na p. 567 afirma explicitamente que o nome verdadeiro é Fr. João Xira e não Fr. João de Xira, ajuntando que uns autores o fazem natural do Porto, e outros, da Galiza. De certeza era franciscano (não dominicano), e chegou a Vigário Provincial dos Observantes, depois de ter sido claustral. Quando morreu? Ainda vivia a 16 de Outubro de 1425 e era morto a 22 de Outubro de 1427 (p. 568).

³¹ Cf. *Monumenta Henricina*, volume II (1411-1421), Coimbra 1960, pp. 212 e 217.

O Conde D. Pedro de Meneses haveria de casar, em 1419, a sua filha Isabel de Meneses com Rui Gomes da Silva, pais de Santa Beatriz da Silva e do Beato Amadeu da Silva, ambos dados como nascidos em Ceuta, respectivamente, por 1424 e 1430.

Assim sendo, podemos concluir que estas duas personalidades do hagiológico franciscano também andam ligadas à conquista de Ceuta.

De facto, Rui Gomes da Silva, a quem o Rei D. Duarte doou, em 1433, um quarto do lugar de Ouguela e a alcaidaria desse lugar e também a de Campo Maior, nasceu por 1391, serviu em Ceuta sob as ordens de D. Pedro de Meneses em sucessivas entradas por terras de mouros³².

A sua filha Beatriz da Silva foi escolhida para dama da Rainha D. Isabel quando casou com D. João II de Castela em 1447. Em Tordesilhas era muito apreciada pelos fidalgos, dada a sua esplendente beleza. Roída de ciúmes, a rainha encerrou-a num cofre, donde foi solta com vida três dias depois e se deslocou, por 1454, para o mosteiro de São Domingos de Toledo. Com 12 religiosas desse mosteiro fundou em 1484 a Ordem da Conceição de Maria, conhecidas por Concepcionistas, aprovada pela Igreja em 1489. Começou por seguir a Regra de Cister, tendo adoptado depois a Regra de Santa Clara, com estatuto próprio. Em 1511, a denominada Ordem da Imaculada Conceição sujeitou-se a governo dos Prelados da Ordem Franciscana.

Faleceu em Toledo a 17 de Agosto de 1490. O Papa Pio XI beatificou-a a 26 de Julho de 1926 e o Papa Paulo VI pô-la-ia no catálogo dos Santos a 3 de Outubro de 1976³³.

O seu irmão “Beato” Amadeu Meneses da Silva também teve uma vida por demais agitada. Na juventude apaixonou-se pela infanta D. Leonor, filha de D. Duarte, o que o obrigou a refugiar-se em Castela, donde se encaminhou para Granada e para Sevilha, tendo sempre em mira o regresso às origens no combate aos mouros. Mas os desígnios de Deus eram outros, e acabou por se fixar no mosteiro de São Jerónimo de Guadalupe. Dali partiu em 1452 para a Itália, e no Sacro Convento de São Francisco de Assis professou a Regra franciscana em 1455, tendo então mudado o nome de João para Amador ou Amadeu.

Tornado amigo do Duque de Milão, naquela região funda vários conventos, e o franciscano Papa Xisto IV (1471-1484) aprova a Congregação dos Amadeítas em 1472, dependentes do Ministro Geral. Foi mais um ramo da Ordem dos Frades Menores, mas com uma existência breve de 50 anos.

Nesse ano de 1572, o dito Papa escolhe Frei Amadeu para seu confessor e ofereceu-lhe o convento de São Pedro de Montório, no Vaticano. A Ordem dos Amadeus obteve rápido desenvolvimento na Itália, mas não chegou a Portugal.

Em 1482, o Papa permitiu-lhe sair da Cúria Pontifícia, para visitar as casas da Congregação. Durante a viagem adoeceu e foi morrer no seu convento de Santa Maria da Paz em Milão a 10 de Agosto de 1482.

³² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, verbete “Silva (Rui Gomes da)”, volume 28, pp. 842s.

³³ Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, verbete “Silva (Beata Beatriz da)”, volume 28, p. 774; cf. Henrique Pinto Rema, OFM, *Santos e Amigos de Deus*, Lisboa, 2007, pp. 218-220.

Pela bula da união *Ite vos in vineam meam*, de 30 de Maio de 1517, esta Congregação também passou para a Ordem dos Frades Menores (Observantes)³⁴.

O primeiro bispo de Ceuta

A 10 de Maio de 1413, estando vaga a cadeira episcopal de Marrocos, por morte de D. Fr. Diogo de Xerez, o Papa de Pisa João XXIII nomeou o sucessor na pessoa do franciscano D. Fr. Aimaro, confessor da Rainha D. Filipa de Lencastre (inglesa³⁵), mulher de D. João I, falecida a 17 de Julho de 1415³⁶.

Após a conquista de Ceuta, D. João I pede ao Papa um Bispo para lá. Agora é já o Papa de Roma, Martinho V, que de Constança expede a bula *Romanus Pontifex*, de 4 de Abril de 1417, executada pelos arcebispos de Braga, D. Fernando Guerra, e de Lisboa, D. Diogo Álvares de Brito, que de Sintra, a 6 de Setembro de 1420, deram sentença positiva, pelo que o mesmo pontífice, pelo breve *Romani Pontificis*, de 5 de Maio de 1421, confirma como primeiro Bispo de Ceuta o dito D. Fr. Aimaro.

A igreja, dedicada à Assunção de Nossa Senhora, implantara-se na mesquita principal dos sarracenos, purificada e convertida em templo cristão. A princípio foi apenas paróquia; catedral, só em 1432³⁷.

D. Fr. Aimaro, se chegou a deslocar-se à diocese, pouco tempo lá se terá demorado, por exercer cargos no Reino que disso o inibiam. Morreu em 1443 no mosteiro beneditino de Pombeiro.

A D. Fr. Aimaro sucedeu, na diocese de Ceuta, o carmelita D. Fr. João Manuel, a quem o Papa Eugénio IV, a 14 de Julho de 1444, concede o título de Primaz de África, dando-lhe para sua sustentação as administrações de Valença do Minho e de Olivença, anexadas à sua diocese³⁸.

A incorporação foi sucessivamente confirmada pelos Papas Nicolau V e Calixto III, tendo sido entregue, em 18 de Dezembro de 1473, ao arcebispado de Braga a administração de Olivença, e ao bispado de Ceuta a administração de Valença do Minho. A diocese de Ceuta, embora directamente sujeito à Santa Sé, nesta parte, é declarada, em 1475, sufragânea de Braga.

³⁴ Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, verbete “Silva (D. João de Meneses da)”, volume 28, pp. 803s; cf. *Enciclopédia VERBO Luso-Brasileira de Cultura*, Edição século XXI, volume 2, p. 323: “Amadeu da Silva (Beato)”, assinado por F. Fernando Lopes; cf. Henrique Pinto Rema, OFM, *Santos e Amigos de Deus da Ordem dos Frades Menores em Portugal*, pp. 66-70.

³⁵ Daqui resulta considerarem-no inglês. Outros autores, incluindo Waddingo, chamam-no Aimaro Aureliano ou d’Aurillac, portanto, francês.

³⁶ Fr. Manuel da Esperança, *História Seráfica*, II, pp. 561-562.

³⁷ Cf. *Bullarium Patronatus*, I, pp. 8, 14 e 16, e *História e Memórias da Academia Real das Ciências*, nova série, II, pp. 3 e 21.

³⁸ Fortunato de Almeida, *Historia da Igreja Em Portugal*, I, p. 521.

O Bispo de Ceuta D. Fr. Henrique de Coimbra

Passado quase um século, é nomeado Bispo de Ceuta pelo nosso rei D. Manuel outro franciscano, Fr. Henrique de Coimbra, teólogo e missionário. Foi ele quem celebrou no Brasil a primeira missa, aquando da sua passagem, em 1500, a caminho da Índia. Como Bispo de Ceuta foi confirmado por Júlio II a 30 de Janeiro de 1506.

A 4 de Dezembro de 1506, D. Manuel encarrega-o de ir apresentar pêsames à rainha de Castela pela morte do marido. Anos depois, a 10 de Dezembro de 1511, o Pontífice manda-o visitar as freiras clarissas de Vila do Conde.

A 20 de Setembro de 1512, o Arcebispo de Braga D. Diogo de Sousa troca com o Bispo de Ceuta a administração de Olivença, Campo Maior e Ouguela pela administração de Valença e mais território entre os rios Lima e Minho. Leão X, a 25 de Junho de 1513, sanciona a permuta.

A diocese de Ceuta, na sujeição imediata da Santa Sé, no tempo em que nela foi provido Fr. Henrique de Coimbra, abrangia a praça-forte de Ceuta e o território português de entre os rios Minho e Lima.

D. Fr. Henrique administrava a diocese, ora desde Valença do Minho, ora desde Olivença.

D. Fr. Henrique foi assíduo em residir nos territórios da diocese e esteve atento às necessidades da população. Em Ceuta, sede do bispado, passou de visita nos começos de 1528 e lá terá estado mais vezes. Nos territórios entre o Minho e o Lima, do bispado de Ceuta até 1513, residiu habitualmente. “*Apenas sagrado, logo ali empreendeu visita pastoral*”. De Valença, por exemplo, escreve a 22 de Agosto de 1510. Por Vila do Conde andou em Dezembro de 1511. Em 11 de Outubro de 1512, em Viana do Castelo, publicava provisão.

Feita a troca dos territórios com o Arcebispo de Braga, como se disse, em Olivença adquiriu casa para moradia e para os serviços da administração episcopal.

Por breve de 3 de Junho de 1517, o papa Leão X incumba D. Fr. Henrique de Coimbra de inquirir a morte de Gonçalo Vaz, martirizado pelos mouros em África.

“*E no pastoreio da sua diocese, em Olivença, o colheu a morte na sua casa episcopal a 14 de Setembro de 1532*”³⁹.

A Ordem dos Frades Menores contou ainda com outro Bispo de Ceuta, o D. Fr. Jerónimo de Gouveia, nomeado em 1600, mas renunciou em 1602.

Conventos de Frades Menores em Ceuta

O Infante D. Pedro fundou o convento de Santiago de Seita (Ceuta) “*onde antes havia mesquita*”, “*a modo de oratório*”, antes de vir licença do Papa. Os frades deste oratório tinham acompanhado o rei, os príncipes e Fr. João Xira.

³⁹ Cf. F. Félix Lopes, *Colectânea de Estudos de História e Literatura*, APH, Lisboa, 1997, volume III, capítulo X, “Fr. Henrique de Coimbra / O Missionário, o Diplomata, o Bispo”, pp. 409-421. Cf. Fortunato de Almeida, *Op. cit.*, volume II, p. 688, citando Fernando da Soledade, *História Seráfica*, IV, I. III, cap. XI; e Jerónimo de Belém, *Crónica Seráfica*, I, XII, cap. XIX e outros autores.

A licença do papa Martinho V, pedida pelo Infante D. Pedro, tem a data de 4 de Junho de 1420. Como a casa era só de “Observantes”, o Papa declara isso mesmo a 10 de Junho de 1421, já então com guardião e súbditos “*in civitate Septensi*”, concedendo aos frades “*todas as graças, favores e privilégios que estavam concedidos ao convento do Monte Sião na cidade de Jerusalém*”⁴⁰.

O primeiro guardião chamava-se Fr. Diogo de Lisboa, professo em Alenquer, o qual, em 1424, já estava no convento de Santa Catarina da Carnota.

O Rei sustentava os frades, dava as “ordinárias”, e por isso não precisavam de ir pedir esmola de porta em porta.

“*Enfim, encampamos o convento aos Claustrais desta Província, que, por serem dispensados nalguns pontos da Regra Seráfica, podiam viver melhor*”. “*Foi isto pelos anos de 1460*”⁴¹.

Saudosos dos Observantes, o Capitão da Praça D. Pedro de Meneses, Marquês de Vila Real, em 1472 impetrou de Xisto IV um Breve para fazer outro convento distinto, o de Santa Maria, o que ficou sem efeito. Também D. Miguel de Meneses, Duque de Caminha, tentou fundar outro em Almina, mas sem efeito.

Em 1568, os Claustrais cederam o convento aos Observantes, que o entregaram a D. Sebastião e ao Conde D. Henrique. Este, por sua vez, passou-o para os Padres da Santíssima Trindade, empenhados na remissão de cativos⁴².

Conclusão

Criado o bispado de Elvas em 1570, incorporaram Olivença no seu território, e a diocese de Ceuta, para sobreviver, passou a receber uma pensão anual de 1.500 cruzados da diocese do Algarve, até ao tempo em que passou ao domínio espanhol.

Por seu lado, São Pio V, a 9 de Junho de 1570, uniu o bispado de Ceuta ao de Tânger, tendo os seus Prelados, na sua maioria, continuado a ser portugueses. O último foi D. Gonçalo da Silva (1632-1645). A partir de 1645, a diocese de Ceuta deixa de pertencer à história de Portugal. Aliás, em 1640 os chefes de Ceuta, Tânger e Mazagão recusaram a chefia do Duque de Bragança, tornado rei com o nome de D. João IV de Portugal, passando para o domínio espanhol, o que foi consagrado pelo tratado de 1668, que pôs termo à Guerra da Restauração.

A derrota de Alcácer Quibir em 1578 marca o caminho para o fim do domínio português em Marrocos.

O abandono deste território, consumado com a retirada de Mazagão em 1769, porém, não significou o fim da presença de cristãos no Magrebe. Persistiram diversas possessões espanholas, como Ceuta e Melilla, e numerosos comerciantes e viajantes europeus visitavam Marrocos. A missionação continuou até aos nossos dias, um pouco à sombra do corpo diplomático.

⁴⁰ Cf. Fr. Manuel da Esperança, *História Seráfica...*, II, capítulo XVII, pp. 559-560. O Autor chama Ceita a cidade de Ceuta.

⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 591.

⁴² Idem, *Ibidem*, p. 592.

ICONOGRAFIA DO OUTRO E DO EXÓTICO NA ARTE SEQUENCIAL À CONQUISTA DE CEUTA (SÉCULOS XV E XVI)

Vítor Serrão

1. Hibridismos artísticos no limiar da Idade Moderna portuguesa

Estudam-se nesta comunicação alguns aspectos da arte portuguesa entre o Gótico do século XV e o Renascimento da primeira metade do século XVI, passando pelo designado *ciclo manuelino*, na transição das duas centúrias, à luz de novos hibridismos e de processos de miscigenação artística que, com a conquista de Ceuta, esse património artístico assimila.

Tais hibridismos e notas do exótico manifestam-se de modo abundante e heterogéneo, como aliás já foi documentado pelos historiadores de arte, na melhor produção dessas centúrias (tanto imagética como decorativa), em obras de arquitectura religiosa, militar e civil, bem como na pintura de cavalete e a fresco, na escultura, na carpintaria e na talha, no mobiliário e na ourivesaria, no azulejo e nos têxteis, no mobiliário, e em outras modalidades ¹. A influência de técnicas e gostos oriundos do Norte de África, os modos de ver a imagem do *outro* – a imagem do mouro infiel ou convertido –, e os novos ‘géneros’ de ornamentação artística dimanados desse contacto, a seguir à conquista de Ceuta, constituem um aspecto com relevância na caracterização da nossa cultura tardo-medieval e do limiar da Modernidade.

O panorama de crescimento do Reino português e do império que se forma com os territórios sob sua influência mostra, a propósito do ambiente de trabalho artístico desenvolvido no reinado de D. Manuel I (1495-1521), uma dinâmica nunca antes atingida através de um grande esforço de modernização sob tutela centralizada. Existiu uma dominante *ideia imperial* que amadurece na governação portuguesa a seguir a 1415, como diz o historiador Luís Filipe Reis Thomaz ², que recorda também o modo como, após 1503 e sob batuta da Ordem de Cristo, juntamente com os valores espirituais da Ordem de São Jerónimo, germinou o projecto de construção de um vasto império ultramarino e se desenhava mesmo a hipótese de conquista de Jerusalém como corolário de um destino messiânico de que Portugal se desejava catalizador ³.

¹ Cf., entre outros: DIAS, Pedro, *O Mudejarismo na arte Coimbrã: séculos XV e XVI*, Universidade de Coimbra, 1979; VIEIRA DA SILVA, José Custódio, *O Tardo Gótico em Portugal. A arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989; e PEREIRA, Paulo (coord.), *História da Arte Portuguesa*, vols. I e II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

² THOMAZ, Luís Filipe Reis, *De Ceuta e Timor. Col. Memória e Sociedade, Lisboa, Difel, 1994.*

³ PEREIRA, Paulo, «Do «Modo» Gótico ao Manuelino (Séculos XV-XVI)» in *História da Arte Portuguesa do Círculo de Leitores (dir. de Paulo Pereira), Vol. 2, 1995.*

Essa eufórica *idade de ouro*, que se assume com o reforço de um poder absoluto e centralizado, teve imensa repercussão no discurso da arquitectura e das artes sumptuárias gótico-manuelinas, abertas também a ressonâncias de um hibridismo exótico oriundo dos *novos mundos* com que, paulatinamente, elas se souberam miscigenar, enriquecendo sobremaneira os repertórios decorativos.

A nova sensibilidade espacial da arquitectura gótico-manuelina, que é manifesta tanto na unificação dos espaços como nas suas características de estilo, reflecte esta influência ⁴. No caso das elaboradíssimas abóbadas de arcos, com redes de nervuras pétreas formando uma espécie de gigantescas teias – como a abóbada única do corpo da igreja de Santa Maria de Belém, desenhada por João de Castilho –, dir-se-ia que essas e outras estratégias da construção portuguesa desejavam dar resposta à multiplicidade de direcções e rumos que se abriam num tempo de descoberta e expansão. Por outro lado, a riqueza dos velhos e novos ornamentos dos espaços, tanto sagrados como militares e civis, todos eles miscigenados em complexas associações repertoriais, celebram uma natureza e um mundo que se revelava pródigo de surpresas, desdobrando-se em encontros com povos desconhecidos, e enchendo os cofres do Reino com as riquezas extraídas de África. Abria-se a possibilidade de a sociedade portuguesa do tempo ousar sonhar com um «*alto Império* (que) *O Sol, logo em nascendo, vê primeiro; / Vê-o também no meio do Hemisfério, E quando desce o deixa derradeiro*», tal como o descreve o poeta Luís de Camões, em 1572, n.º *Os Lusíadas* ⁵...

Essa ideia mitificada e dir-se-ia quimérica de espaço imperial, que os Descobrimentos portugueses proporcionaram, com todos os resultados contrastantes dos seus sucessos e misérias, tem eco natural na cultura artística dos séculos XV e XVI, bem reflectida na abundante e variada heráldica de poder e em outros símbolos imperiais que inundam os prospectos da arquitectura, caso das esferas armilares e das cruzes de Cristo. Mas é também de assinalar o processo de hibridismo que se desenvolve, em que os gostos, técnicas e estilemas de outros povos tendem a imiscuir-se no vocabulário artístico português ⁶, enriquecendo-o, tal como aliás sucedia na arte dos reinos vizinhos ⁷, dentro de uma longa tradição mudéjar com raízes na Reconquista.

Todos estes aspectos, patentes na arte gótico-manuelina, se é certo que não podem ser vistos segundo as cores de um exacerbado nacionalismo como fez a historiografia do tempo do Estado Novo, não deixam contudo de reflectir esse caudal de influências extra-europeias, dando novos sentidos naturalistas e simbólicos aos discursos da decoração, numa espécie de *aggiornamento* que tanto soube incorporar a dimensão utópica, própria de uma cultura em tempo de *idade de ouro*, como absorver repertórios ornamentais das culturas contactadas, neste caso o mundo muçulmano. É essa dimensão de *obra moderna*

⁴ VIEIRA DA SILVA, José Custódio, *O Tardo-Gótico em Portugal, a arquitectura do Alentejo*, Lisboa, Livros Horizontes, 1989.

⁵ CAMÕES, Luís de, *Os Lusíadas*, edição príncipes, Lisboa, 1572, canto I, 8.

⁶ LEITE, Sílvia Gomes, *A Arte do Manuelino como Percurso Simbólico*, Lisboa, ed. Caleidoscópio, 2005.

⁷ MOGOLLÓN-CANO CORTÉS, Pilar, «El Real Monasterio de Santa María de Guadalupe y la arquitectura mudéjar en Extremadura» in *Arte mudéjar en Aragón, Léon, Castilla, Extremadura y Andalucía* (coord. de M. C. L. Ducay), Institución «Fernando el Católico» (C.S.I.C.), Zaragoza, 2006.

que torna a arte portuguesa pós-Ceuta um laboratório vivo de experimentações e hibridismos, com um impacto e um acolhimento que não encontra paralelo em nenhum outro contexto da Europa de então.

2. A conquista de Ceuta e a abertura a novos pólos artísticos

A cidade de Ceuta foi conquistada em 1415 pelas tropas portuguesas sob comando de D. João I e ficou sob domínio português, primeiro no quadro da Dinastia de Avis e, já sob governo da Monarquia Dual, sob o ceptro dos Áustrias. Após a Restauração de 1640, Ceuta continuou sob poder da Monarquia espanhola, e tal estatuto foi mais tarde confirmado através do Tratado de Lisboa de 1668, que assegurou a paz de Portugal com Castela após longos anos de guerra.

Durante este período de mais de dois séculos, a cidade cristianizou-se. A Medina islâmica torna-se um dos exemplos que manifestam as mudanças na conversão das antigas mesquitas em templos cristãos (com o exemplo da mesquita aljama que se consagra como Catedral)⁸. Ainda que alguns autores o defendam, não existem provas que assegurem que o *Santuário de Nossa Senhora de África* fosse já, antes da conquista, uma antiga mesquita em Ceuta. O que é claro é que ainda no século XV chegaram a Ceuta diversas obras artísticas e ornamentos para decorar os novos templos que aí se ergueram, de que se destaca a imagem gótica de *Nossa Senhora de África*, peça do século XV da antiga Catedral, doada pelo infante D. Henrique, a qual continua a ser nos nossos dias objecto de culto como patrona da cidade.

Do antigo acervo artístico da Sé Catedral de Ceuta, chegou-nos também, por revelação recente de Fernando Villada Paredes, a quem agradecemos a informação⁹, uma preciosa pia de baptismo de estilo gótico-manuelino (FIG. 5), que é datável em termos técnicos, estilísticos e morfológicos de princípio do século XVI e documenta o envio de peças portuguesas para essa possessão conquistada no norte de África. Essa muito desconhecida pia baptismal deve ter chegado a Ceuta cerca de 1500, juntamente com um retábulo, desaparecido, e outras peças litúrgicas. Foi entretanto submetida a um processo de restauro, dirigido pela restauradora Consuelo de Troya, no qual foram eliminados os repintes hodiernos e se consolidou a pedra. A pia consta de duas partes independentes, ambas em arenite de cor amarelada, unidas por argamassa, e mostra o típico trabalho português na modelação pétreia.

O antiquíssimo legado islâmico em território nacional é revalorizado, por efeitos da conquista de Ceuta, não só com a incorporação de uma série de elementos de miscigenação luso-mourisca no vocabulário artístico, ao longo do século XV e no início do XVI, mas também com o envio de peças para Portugal. No caso da antiga mesquita de

⁸ PAREDES, Fernando Vallada, «*De huma parte cercados do mar e da outra dos imigos? Notas sobre a defesa de Ceuta desde 1415 até ao reinado de D. Manuel I (1415-1521)*», *Artis – Revista de História da Arte*, 2ª série, nº 1, 2013, pp. 8-19.

⁹ Referência do Doutor Fernando Vallada Paredes (IDEM, *ibidem*).

Mértola transformada em igreja cristã e alvo de uma grande campanha manuelina, esse discurso de fusão é evidentiíssimo¹⁰.

Os frades franciscanos do convento da Carnota, em Alenquer, receberam para ornamento da sua casa um valioso legado de D. João I logo após a conquista de Ceuta: cerca de 1420, quando se alargou o edifício primitivo e se fez igreja, enfermaria e claustro, o rei dotou a comunidade com doze colunas de mármore que mandou trazer do espólio da conquista de 1415, e que aí ficaram a ser conhecidas como as *Colunas de Ceuta*, integrando um andar do claustro gótico. Seis dessas colunas estão de há muito aplicadas no jazigo da Casa Carnota, nº 4120 no cruzamento das ruas 9 e 28 no Cemitério do Alto de São João em Lisboa (FIG. 3). Segundo informa a documentação freirática recolhida por Guilherme J. C. Henriques em 1873, «quando se achou na tomada d'aquella cidade, (...) trouxe el-rei doze columnas de jaspe, que deu ao Mosteiro de Santa Catharina da Carnota, sobre as quaes se armaram aos arcos do claustro»¹¹. Estas colunas quatrocentistas passaram no fim do século XIX, após a exclausuração, para decoração do referido Jazigo da Casa Carnota, depois de o título *Conde de Carnota* ser criado por decreto do rei D. Luís I, em 1870, a favor de John Smith Athelstane, que foi seu único titular.

O espírito romântico-revivalista do tempo explicará a reutilização destes raros testemunhos da arte islâmica oriunda de Ceuta por via da pilhagem dos conquistadores, ainda que a memória da sua origem seja frequentemente olvidada. Também é muito de estranhar que o destino das seis restantes colunas seja ainda hoje desconhecido...

3. A cidade de Lisboa, *umbilicus mundi*

A Lisboa do tempo dos Descobrimentos, nos séculos XV e XVI, é uma grande centro mercantil aberto a colónias estrangeiras e que tende a abandonar o *facies* medievizante, assumindo uma dinâmica de desenvolvimento que impressiona quem a visita e a descreve em tons exóticos, dando conta de uma cidade cosmopolita, chamada *varanda do Atlântico* ou mesmo *umbilicus mundi*, que paulatinamente se miscigena e exotiza, tornando-se rota comercial onde acorrem as mais diversas gentes, que falam todas as línguas, têm cores, dialectos, usos, costumes, religiões e credos distintos, e enchem as ruas da cidade, tornando-a um grande mercado mundializado. Entre estes, naturalmente, muitos mouros, berberes, povos oriundos do Maghreb e do Norte de África, escravos ou libertos, com actividade frenética...

Com o início de Quinhentos este acento cosmopolita e mundializado de Lisboa mais se acentua: assume-se capital de império, onde acorriam gentes de todas as origens

¹⁰ Cf., entre outros: SANTOS, Reynaldo dos, *O estilo manuelino*, Lisboa 1952; AAVV, *A Igreja Matriz de Mértola*, in *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, nº 71, Lisboa, 1953; EWERT, Christian, *La Mezquita de Mertola (Portugal)*, Granada, 1965; SILVA, José Custódio Vieira da, *op. cit.*; FERREIRA DE ALMEIDA, Carlos Alberto, «Arte islâmica em Portugal», in *História da Arte em Portugal*, Publicações Alfa, Vol. II, Lisboa, 1986; TORRES, Cláudio e SILVA, Luís Alves da, *Mértola - vila museu*, Mértola, 1990; DIAS, Pedro, «Arquitectura Mudéjar Portuguesa: Tentativa de sistematização», *Mare Liberum*, nº 8, 1994.

¹¹ HENRIQUES, Guilherme J. C., *O ex-Convento da Carnota*, Alenquer, 1873.

geográficas e de todas as partes do Mundo, que faziam dela um empório de excepção, para espanto dos viajantes estrangeiros, inebriados por esse exotismo que extravasava das vivências da cidade e merecia ser destacado nos relatos de viagem e nas crónicas¹². Esses textos dão conta de uma Lisboa que no meio do século atinge 150 a 200 mil habitantes, que se miscigena e se assume rota comercial onde acorrem povos de quase todo o planeta¹³.

A recente descoberta de dois quadros quinhentistas, representando *A Rua dos Ferros (dos Mercadores)*¹⁴, juntamente com outro da mesma série que representa *O Chafariz d'El-Rei*¹⁵, existentes em colecções particulares, obras de um pintor anónimo da segunda metade do século XVI, mostram tais aspectos pitorescos da vivência olisiponense e atesta as referidas dinâmicas de desenvolvimento que impressionavam quem a visitava e descrevia, com uma abundante representação de escravos e alforriados de diversas raças, mostrando que, na altura, a Rua Nova dos Mercadores era uma pequena babel. Aí moravam italianos, flamengos, andaluzes, portugueses, cristãos-novos, judeus estrangeiros, escravos vindos de vinte nações africanas, e escravos árabes, envolvidos em múltiplas trocas comerciais¹⁶. Vemos na primeira destas pinturas uma centena de figuras que conversam, montam a cavalo, numa rua com uma fileira de edifícios; há homens, mulheres, negros, brancos, vestes apropriadas ao Outono ou Inverno. Lisboa tinha uma vasta população negra e mestiça, e nela assistem muitos estrangeiros, que ajudaram na altura a cidade portuguesa a tornar-se um grande pólo comercial. Também se mostram animais, um cão que abocanha uma ave, e um peru, ave que veio da América e que os portugueses tornaram numa ave global, levando-a para a Índia e outras partes do mundo.

A Rua Nova dos Mercadores media 286 m de comprimento e 8,8 de altura, e ficava atrás do que hoje é o Terreiro do Paço, entre o início da Rua do Ouro e a dos Fanqueiros, onde hoje é a Rua do Comércio; vê-se na pintura a fileira de edifícios que estão do lado do Tejo. Atrás destes, a Rua da Confeitaria e mais atrás o Terreiro do Paço e o Tejo. À esquerda vê-se o largo do Pelourinho Velho. Quarenta e cinco edifícios distribuíam-se de cada lado, com ocupação múltipla e três a seis andares. A cerca de ferro dava nome à Rua Nova dos Ferros, parte oriental da Rua Nova dos Mercadores. Dentro desta cerca, os comerciantes, lojistas e banqueiros tinham espaço semiprivado para conduzirem negócios.

O artista deste quadro tão interessante com a Rua dos Mercadores, dado a conhecer por Kate Lowe e Annemarie Jordan mostra a interacção social que testemunhou – a concentração de mercadores ricos vestidos ao estilo espanhol com capas pretas, separados

¹² SERRÃO, Vitor, «Os percursos da Olisipografia: Cristóvão Rodrigues de Oliveira, João Brandão, Damião de Góis, Francisco de Holanda», in nº 1 dos *Caderno de Olisipografia Rossio. Estudos de Lisboa*, CML, direcção de Hélia Tirano, revista on-line, 2013://www.dropbox.com/s/drhn6pauh3e3192/rossio.estudos.

¹³ MOITA, Irisalva (coord.), *Lisboa Quinhentista. A imagem e a vida de cidade*, catálogo de exposição, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1985.

¹⁴ GSCHWEND, Annemarie Jordan, e LOWE, Kate, *The global city. On the streets of the Renaissance Lisbon (A Cidade Global. Nas Ruas da Lisboa Renascentista)*, London, 2015.

¹⁵ SERRÃO, Vitor, «O Chafariz d'El-Rei em dia de festividades», catálogo da exposição *Encompassing the Globe. Portugal and the World in the 16th and 17th centuries*, Sacker Gallery, Washington, 2007.

¹⁶ GSCHWEND, Annemarie Jordan, e LOWE, Kate, *op. cit.*

dos habitantes que ficam fora da cerca. Sabemos que em 1581, após o início da dinastia filipina, havia nesta artéria seis lojas especializadas na venda de porcelana Ming chinesa, nove boticas – as “farmácias” que vendiam “produtos medicinais”, importados da Ásia, pedras bezoares, formadas no sistema digestivo dos ruminantes, cornos de rinoceronte – e artesãos, alfaiates, calceteiros, barreteiros e sirgueiros.

Era esta a dinâmica de uma cidade vibrante que recebia os frutos da rede comercial criada (só entre 1500 e 1521, D. Manuel I enviou 237 naus para a Índia) e de uma crescente população, cada vez mais misturada. Os dados estatísticos conhecidos falam por si. De 1551, há o testemunho de que 10% dos 100.000 lisboetas não eram europeus, com uma grande maioria de negros. Em 1568, tinha 150.000 habitantes, e a minoria mais representada eram escravos negros, mouros e índios. Em 1578, 20% dos 250.000 habitantes eram negros. Lisboa era muito misturada racialmente, havia gente de muitos povos, raças e credos¹⁷. Nos anos centrais de Quinhentos existiam em Lisboa cerca de dez mil escravos, cerca de um décimo da população total da cidade, segundo as estatísticas apresentadas por escritores tão atentos quanto Cristóvão Rodrigues de Oliveira, João Brandão de Buarcos, Duarte Nunes de Leão e Damião de Góis. O ambiente era, pois, propício para o desenvolvimento de todo o tipo de exotismos.

4. O fenómeno da arte mudéjar

A chamada *arte mudéjar* é um estilo artístico com desenvolvimento nos reinos cristãos peninsulares a seguir à Reconquista, incorporando influências, tecnologias, modelos e práticas de trabalho do mundo hispano-muçulmano, que tem grande fortuna entre os séculos XII e XVI. Um livro famoso do historiador de arte Florentino Pérez Embid¹⁸, em 1955, estuda bem as suas características, com incidência no caso português, decorrentes da convivência existente na Península, durante a Idade Média, entre as comunidades cristã e muçulmana, o que torna o *mudejarismo* uma arte exclusivamente peninsular. O que remanesce desta arte, no campo da arquitectura, da marcenaria, do estuque, do azulejo, do mobiliário, do guadamecil ou da pintura a fresco, é abundante e assaz original, e enriquece o património, tanto espanhol como português.

A conquista de Ceuta mais não fez do que cimentar essa vertente exótica e de alargar as formas de miscigenação nas artes pós-1415. Destaca-se neste acervo artístico, naturalmente, o acento refrescante dessa tradição hispano-mourisca, e que se documenta através de várias obras importantes da segunda metade do século XV e ao longo de Quinhentos. A seguir a 1415, tempo de Outono da Idade Média e dealbar da Modernidade, com o sucesso da expedição militar a Ceuta, a arte portuguesa foi tomando nos repertórios formais novas e alargadas *visões do mundo* em perspectiva islamizante, com uma série de estímulos que lhe marcaram o carácter em moldes absolutamente originais

¹⁷ MOITA, Irisalva, *op. cit.*

¹⁸ PÉREZ EMBID, Florentino, *El mudéjarismo en la arquitectura portuguesa de la época manuelina*, Sevilla, Instituto Diego Velázquez, 1955.

no contexto da arte europeia. Esses estímulos são evidentes em inúmeros casos artísticos, tanto em encomendas de corte como em ambientes periféricos.

Veja-se, por exemplo o figurino exótico que vai tomando a arquitectura gótico-mudéjar, tão relevante e original no contexto da paisagem construtiva alentejana, de Évora a Viana e ao Alvito ¹⁹, ou os pormenores exóticos da pintura retabular manuelina, como sucede numa tábuca do Monogramista M.Ñ., pintada cerca de 1520, no Hospital da Misericórdia de Montemor-o-Velho com figura de mouro maghrebino (FIG. 1) ²⁰, ou a formulação geometrizar dos tectos de *alfarge* de técnica e tradição muçulmanas ²¹, em igrejas raianas como São Miguel de Escarigo, Leomil, Sortelha, Figueira de Castelo Rodrigo, Vilar Formoso (FIG. 8), ou também na Sé do Funchal, com suas graciosas laçarias, com minúcia de ornato geométrico e um intenso cromatismo com ressonâncias dos ambientes norte-africanos ²². Uma das notabilidades da Sé do Funchal, como se disse, é preservar o extraordinário conjunto de tectos de marcenaria de alfarge mudéjares com pintura já renascentista de *grotesche* de c. 1515 inspirados em modelos renascentistas de Nicoletto Rosex da Modena e outras fontes clássicas, tal como demonstrado²³. De 1517 consta um pagamento ao pintor Martim Lopes nos registos da Alfândega, por serviço de pinturas na Sé, que devem ser os desta decoração dos tectos de alfarge.

As pinturas mudéjares afrescadas no corpo da Capela de Nossa Senhora da Glória da Sé de Braga mostram o exotismo da decoração mudéjar na arte portuguesa do século XV. Mas também há que recensear neste corpo de influências a gramática ornamental de colunas, fenestras, arcos e outros elementos da arquitectura, com motivos vegetais e geométricos, e a notável azulejaria hispano-mourisca, como a que reveste várias salas do Paço de Sintra ²⁴, obras onde se sente o frémito dessa tradição islâmica, colhida e assimilada pelo contacto com os gostos e práticas de um mundo que a conquista de Ceuta viera tornar mais visível. Na azulejaria de Sintra, sente-se a herança técnica desenvolvida e implementada pelos mouros na Península, com gosto pela decoração geométrica e vegetalista (FIG. 2). A presença de artistas mouriscos nestas artes, do azulejo à marcenaria, à carpintaria, aos guadamecis e aos têxteis, é outra das novidades deste tempo.

Também no campo dos têxteis a actividade de artistas muçulmanos, ou pelo menos de gosto *mudéjar*, é uma constante. Como demonstraram Jessica Hallett e Teresa Pacheco Pereira, os tapetes mudéjar com octógonos e estrelas, de fabrico andaluz, obrados no

¹⁹ VIEIRA DA SILVA, José Custódio, *O Tardo Gótico em Portugal. A arquitectura no Alentejo*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

²⁰ JIRMOUNSKY, Myron Malkiel, *O Mestre de Sardoal*, Lisboa, Realizações Artis, 1957.

²¹ Cf. MARTINS, João Sarrazola, *Tectos Portugueses do séc. XV ao Séc. XIX, tese de Mestrado em Recuperação e Conservação do Património Construído, Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2008.*

²² DIAS, Pedro, «Arquitectura Mudéjar Portuguesa: Tentativa de sistematização», *Mare Liberum*, nº 8, Dezembro de 1994.

²³ OLIVEIRA, Lina Maria Marrafa de, «Estrutura e decoração dos tectos de alfarge», revista *Monumentos*, nº 19, 2003, pp. 40-49.

²⁴ GOULÃO, Maria-José, «Alguns Problemas ligados ao emprego de azulejos mudéjares em Portugal nos séculos XV e XVI» in *Relaciones Artísticas entre Portugal y España. Coordinación de Jesús María Caamaño. Salamanca: Junta de Castilla y León, 1986, pp. 129-154*

século XV por oficinas de artífices muçulmanos, encontra abundante representação museológica, sendo muito interessante observar que aparecem também em pormenores de muitas pinturas retabulares portuguesas da época manuelina-joanina e mesmo da fase maneirista ²⁵. Assim, um tapete de octógonos e estrelas (de que existe exemplar em Berlim, no Museum für Islamische Kunst) ressurgue numa pintura de Francisco Henriques representando a *Apresentação no Templo* (1508-1511), existente em Alpiarça, na Casa-Museu dos Patudos. Quanto ao pintor régio Gregório Lopes, pintou c. 1527 uma *Anunciação*, do antigo retábulo da igreja do Paraíso em Lisboa, hoje no Museu Nacional de Arte Antiga, onde surge um tapete peninsular de produção islâmica.

5. As imagens do *outro* (negros, mouros, escravos) nas artes portuguesas

Árabe, mourisco, sarraceno, gentio trigueiro, islamita, muçulmano, não baptizado, inimigo da fé cristã, adepto da lei de Maomé, promotor da *jihad* islâmica, etc, são fórmulas distintivas com que se geralmente se identifica o Mouro ao longo da História portuguesa.

A designação *Mouro* cedo se generalizou a todo o tipo de muçulmanos, ainda que só coubesse, primitivamente, aos habitantes da Mauritânia. Assim, *mouros* eram tanto muçulmanos, como árabes, moçárabes, berberes, etc. O crescente fenómeno da *Dar-us-Harb* (terra infiel tomada na *Jihad*), tornada *Dar-us-Islão* (terra dos crentes), expande a fé maometana para a Síria, Pérsia, Turquia e outros territórios médio-orientais, para a Índia e para a Península Ibérica, já no século VIII, o que explica a generalização. Exclui-se de certa forma o *Mouro livre*, fosse moçárabe cristianizado ou vivendo em paz e submissão aparente em terras sob domínio cristão na Península Ibérica e no Norte de África.

O impacto da Reconquista, em que os cristãos lutaram contra os árabes (os *infieis*) que ocupavam desde 711 vastas regiões da Península, nunca teve o mesmo carácter que o que se verifica com a tomada de Ceuta em 1415. A influência islâmica será, então, muito significativa na arte e na sociedade portuguesa. Na Reconquista, havia judeus, árabes e cristãos lutando juntos tanto em exércitos cristãos como mouros. Mais tarde, a discriminação contra os conversos deu origem aos *estatutos de pureza de sangue*: nenhum descendente de judeu e mouro, até sexta ou sétima geração, podia integrar as corporações profissionais, cursar a Universidade, ingressar em ordens religiosas ou militares e ocupar qualquer posto oficial.

O facto de terem sido as corporações as primeiras instituições a adoptar tais estatutos, e não a Igreja, mostra que se tratava de um problema social profundo. A Igreja foi uma das últimas instituições a endossar os estatutos, e a Inquisição aplicou-os através da repressão. Quem aspirasse a um cargo (entrar numa confraria ou na Misericórdia, p. ex.) devia apresentar o chamado exame de habilitação *de genere* para provar que não possuía entre ascendentes nenhuma gota de sangue judeu ou mouro...

²⁵ HALLETT, Jessica, e PEREIRA, Teresa Pacheco (comissárias), exposição *O Tapete Oriental em Portugal*, Museu Nacional de Arte Antiga, 2007.

Com D. Manuel I e a era das grandes Descobertas, a Coroa tentou criar um programa legitimador de santos para consumo interno, e nesse sentido tentou promover a beatificação do mourisco Gonçalo Vaz, morto às mãos dos infiéis em prol da fé cristã, após a derrota militar de Mamora, em que morreu Nuno Fernandes de Ataíde, capitão de Çafim, e milhares de soldados portugueses. Pese a ambiguidade sempre activa de se integrar o *Outro*, e da hostilidade que esta «*figura de permeio*» sempre gozou, a ponto de nunca ser alcandorado a Santo da Igreja, Gonçalo Vaz foi alvo de muitos textos de louvor, desde o de Bernardo Rodrigues na *Historia de Arzila*, e inclusive no *Agiologio Lusitano* do Padre Jorge Cardoso (séc. XVII). Era um mouro convertido, espião dos portugueses, radicado em Arzila, e que veio a sofrer martírio em Tetuão (1516). Também seu irmão, o convertido João Vaz (1524), será morto pelos mouros. O rei de Portugal de imediato veio solicitar à Cúria papal que Gonçalo Vaz fosse declarado mártir da Igreja, com direito a ser venerado como tal. Mas com D. João III a causa esmoreceu... mais um dos «abandonos de África» que o rei levou a cabo, após o insucesso da beatificação do Infante Santo... As tentativas de recuperar a canonização, no séc. XVII, e no séc. XX (com António Brázio), também falharam ²⁶.

O tema da iconografia dos *outros*, incluindo os escravos e alforriados, na arte portuguesa de Quinhentos é, estranhamente, um assunto pouco estudado, apesar de ser abundante o que se depara de testemunhos artísticos remanescentes. A nossa pintura a óleo e fresco, a gravura, a iluminura, a escultura e o baixo-relevo, a ourivesaria, o mobiliário, os têxteis, incluem figuras de escravos e ex-escravos em contextos complementares, grupos de segundos planos e acessórios de quotidiano, sejam os da costa ocidental africana ou também etíopes, núbios, brancos muçulmanos, mouriscos, índios do Brasil, indianos, chinas, mulatos, turcos e de outras latitudes, que nos vêm mostrar uma vivência mais ou menos integrada. Falta um ‘corpus’ exaustivo dessas representações, trabalho certamente a impor os esforços coordenados de uma equipa pluridisciplinar. Uma das imagens mais antigas de representação de um escravo é, sintomaticamente, de um artista estrangeiro: trata-se do belíssimo retrato de Albrecht Durer com o retrato da negra Katherina, escrava da feitoria portuguesa de Antuérpia. Trata-se de um desenho a sanguínea sobre papel, 415 x 282 mm, assinado e datado de 20 de Junho de 1521. Foi oferecido pelo grande artista alemão ao feitor Rui Fernandes de Almada, e encontra-se em Florença, no Gabinete de Desenhos e Estampas da Galeria dos Uffizi ²⁷.

A iconografia do *escravo negro* na arte portuguesa pode considerar-se também – e estranhar-se que assim seja -- um campo de representação marginal, com uma componente mais complementar do que autónoma, que oscila entre o fascínio pelo exotismo inerente à sua figuração como “selvagem” e a normalização da *ideia de africano cristianizado*, inserido no quotidiano nacional, e cuja imagem se reduz à de um “cristão

²⁶ BRÁSIO, Pe António, *Monumenta Missionária Africana: África Ocidental, 1432*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 6 vols., 1960-1979.

²⁷ Publicado no catálogo *África nas Vésperas do Mundo Moderno*, coord. de Jill R. DIAS, Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1992, Exposição Universal de Sevilha, 1992, p. 43.

enegrecido” mesmo se integra em peças áulicas e de propaganda do poder régio ²⁸... O *Retrato de D. Juana de Áustria, princesa de Portugal* (1535-73), mãe de D. Sebastião, por Cristóvão de Morais, 1551, representa-a com o seu pajem, um menino negro da costa da Guiné.

Se a escravatura era uma velha prática em todo o continente africano, reconhecida e geralmente aceite, é com a exploração da costa africana pelos portugueses, no pleno século XV, que ela recebe um novo impulso que, no apogeu do Império, atinge 1.500 mil escravos na metrópole, e se transforma num lucrativo tráfico, que inclui terríveis páginas de um inominável sofrimento humano ²⁹... Estes escravos africanos (maioritariamente negros, mas não só), ao integrarem-se na sociedade metropolitana, ocupavam-se das lides domésticas e agrícolas, da venda ambulante, de serviços de segurança dos senhores, da pesca, de certos ofícios e artes mecânicas e, também de actividades como o fabrico de poções, a alcovitice e as práticas rituais, alvo de denúncias em processos da Inquisição e, com dose de pormenor, nas *devassas* realizadas pelo arcebispado de Lisboa, onde abundam referências a actos de mancebia com escravos e escravas, aos comportamentos de magia, festas idolátricas, bailes, folguedos, etc, etc ³⁰. Em meados de Quinhentos, os escravos ocupavam 10% da população activa de Lisboa (9.500 escravos em 100.000 habitantes); a média de escravos chegados anualmente era de 2 a 3.000, com preço que rondava, cada «peça», os 8 a 10.000 reais.

A presença do mouro, ou do negro africano, não constituía nenhuma novidade nem suscitava qualquer tipo de perturbação na sociedade portuguesa: com as missões diplomáticas dos Reinos cristãos da Etiópia, havia contactos antigos e conhecimento suficientes de outros povos, e tanto as conquistas afonsinas no Maghreb, como as Descobertas marítimas dos portugueses, alargaram profundamente esse conhecimento. Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica da Guiné*, faz a primeira descrição de um grupo de escravos e, embora admitindo que «*todos são de geração de Adão*», não deixa de revelar preconceitos seculares, salientando a inferioridade dos negros e a sua vocação para a escravatura, até que a fé os resgatasse... Entre a bestialidade e a dignidade da condição humana, a celebração do culto divino parece ser a grande linha divisória. A inserção do escravo na sociedade ocidental só será possível através de uma dupla assimilação, que é simultaneamente um duplo desenraizamento: a conversão e a aculturação levam-no a poder ser considerado, como diz Maria José Goulão, como um “quase-civilizado”.

²⁸ GOULÃO, Maria José, «O Negro e a negritude na arte portuguesa do séc. XVI», in Pedro DIAS (coord.), *A Arte na Península Ibérica ao tempo do Tratado de Tordesilhas*, Actas do Colóquio, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 449-484.

²⁹ HENRIQUES, Isabel Castro, *A Herança Africana em Portugal, Lisboa, CTT, 2009*.

³⁰ Cf. SAUNDERS, C.C. de C. M., *História Social dos Escravos e Libertos Negros em Portugal, 1441-1555*, ed. IN-CM, 1994; LAHON, Didier, *Esclavage et Confréries Noires au Portugal durant l'Ancien Régime, 1415-1830*, Paris, 2001; STELLA, Alessandro Stella, *Histoires d'esclaves dans la Péninsule Ibérique*, Paris, 2000; FONSECA, Jorge, *Escravos em Évora no século XVI*, Évora, 1997; IDEM, *Escravos no Sul de Portugal, sécs. XVI-XVII*, Lisboa, 2002, entre outros estudos relevantes.

6. Contributos para uma tipologias de representação do mouro

Incidindo mais precisamente na imagem do *mouro*, verificamos que ele surge na arte portuguesa ora como testemunho miscigenado, imagem dos *Novos Mundos dos portugueses*, como presença viva da recepção de gostos, como foco de orientalismos e como dimensão de exotismo; como infiel, ou seja, inimigo da fé, torturador, invasor, combatente, tal como aparece em cenas da *Paixão de Cristo* e martírio dos santos da Igreja e em cenas de *São Tiago Maior na batalha de Clavijo*; como personagem benfazeja, quando pelo contrário se torna o mouro-bom, rei mago da Epifania cristã, ou Nicodemo e José de Arimateia no Calvário, áspides do *maravilhoso cristão* do Novo Testamento; enfim, como figura do imprescutável, terreno em que mouros e mouras encantadas nos desvendam a dimensão do intangível e do lendário tradicional.

1. O mouro como testemunho miscigenado: parte integrante da imagem dos *Novos Mundos*, como presença viva da recepção de gostos, como foco de orientalismos e como dimensão de exotismo.

Neste campo, o mouro e o ‘mundo dos mouros’ representam-se como testemunho miscigenado e miscigenável na tradição humanística do final da Idade Média e do Renascimento português. A presença do elemento mouro no campo da cultura oral, da literatura, do lendário e das artes plásticas, atesta-se como integrante da imagem dos ‘*Novos Mundos dos portugueses*, como presença viva da recepção de gostos, como foco de orientalismos, como figura cristianizável (mouro-bom), e como veraz dimensão de exotismo.

Como exemplo pertinaz, o mouro assume a figura de Longuinhos no belíssimo *Calvário* de Vasco Fernandes (Museu Grão Vasco), de cerca de 1535-1540, quadro esse onde, tal como o índio brasileiro que se representa como Bom Ladrão, assume a visão humanística dos povos bons, antediluvianos, desprovidos de marca do pecado original... Em pormenores do fundo do *Calvário* de Gregório Lopes, um dos retábulos para a igreja do Santuário do Bom Jesus de Valverde (1544), hoje no Museu de Évora, a representação de Nicodemus e de José de Arimateia confunde-se com a de mouros, a cavalo, com seus turbantes. O fresco *Cavaleiros de turbante*, por Francisco de Campos, numa parede do Oratório de D. Teodósio I, de c. 1560, no Paço Ducal de Vila Viçosa, e o fundo de cavaleiros num painel do *Calvário* da oficina do Mestre de Abrantes, c. 1550 (M.N.A.A.), repetem esse tipo de figurinos islamizantes.

2. O mouro como infiel: inimigo da fé, torturador, invasor, combatente, ímpio, pirata dos mares. Da *Paixão de Cristo* e martírio dos santos da Igreja às cenas de *São Tiago Maior na batalha de Clavijo*.

O mouro como inimigo da fé constitui a representação mais usual, seja ele berbere, maghrebino, sarraceno, mourisco, muçulmano, entendido em termos genéricos como inimigo dos cristãos, torturador, invasor, bárbaro, eterno combatente. Assim aparece representado em inúmeras pinturas retabulares e a fresco, em esculturas e em baixos-relevos, em azulejos, em marfins, em cenas da *Paixão de Cristo* e de martírio dos santos da Igreja e, sempre, nas cenas da iconografia de *São Tiago Maior* (ora no passo do milagre

da Rainha Loba, ora em pregação e missão apostólica, ora combatendo os mouros na batalha de Clavijo).

O tríptico do *Infante Santo D. Fernando*, que pertenceu à Capela do Fundador no Mosteiro da Batalha (hoje no Museu Nacional de Arte Antiga) (FIG. 4), obra de oficina portuguesa do 3º quartel do século XV (c. 1450-60), atribuível a Mestre Pêro, executada a têmpera sobre madeira de carvalho, mostra nas «cenas» laterais os suplícios a que foi submetido o mártir de Fez às mãos dos mouros. Uma gravura com o Infante Santo D. Fernando e os passos da sua Paixão às mãos dos mouros em Fez, que ilustra a *Acta Sanctorum* do padre Daniel Papebroeck, de fim do séc. XVII, retoma a mesma narrativa lendária.

O pintor Jorge Afonso e seus colaboradores, na *Crucificação*, do retábulo da igreja do Mosteiro de Jesus em Setúbal, de c. 1525-30, representou-os com traços malévolos, tal como numa gravura de Michel Wolgemut (*Der Schatzbehalter*, 1491) em que aquela pintura portuguesa tomou inspiração. Também se destaca a imagem de mouro torturador na cena do *Martírio dos Santos Mártires de Lisboa, Veríssimo, Júlia e Máxima* do antigo retábulo da igreja de S. Gens (?), por mestre anónimo de c. 1530 (hoje no Museu de Ponta Delgada). Judeus, Mouros e Gentios aparecem lado a lado numa tábuia de Garcia Fernandes, *São João Baptista e os padres do Templo*, c. 1530, do Museu Nacional de Arte Antiga, aliás tal como numa gravura anónima alemã em que se inspirou, integrada no *Peregrinatio in Terram Sanctam* (Mainz, 1486). O quadro *O Mestre D. Paio Peres Correia invocando a Virgem na batalha de Tentúdia* (FIG. 6), pelo Mestre da Lourinhã, c. 1520-25, do antigo retábulo da igreja do Convento de S. Tiago de Palmela, hoje no M.N.A.A., com o numeroso grupo de soldados mouros em pose ameaçadora, aprestando-se para o combate, e o painel de Francisco Henriques com a *Degolação dos Mártires de Marrocos*, do antigo retábulo da igreja do Mosteiro de São Francisco de Évora, c. 1508, também no M.N.A.A., ou ainda o *Martírio dos franciscanos de Marrocos*, pintura da oficina de Jorge Afonso, c. 1525-30, no Museu Municipal de Setúbal, ou o painel de *Santiago aos Mouros*, de c. 1554, na Igreja Matriz de Mértola, hoje no Museu de Arte Sacra da Porta da Ribeira, são bons exemplos dessa imagem de diabolização do mouro. O último dos referidos painéis, encomendado pelo Comendador local, D. João Mascarenhas, trata a evocação da Reconquista e o papel da Ordem de São Tiago de Espada na luta pelo contróllo do território e sua expansão a Sul, com grande agitação e violência, representando os *mouros* em toda a sua crieza, destacando etnias, trajas e armas dos islamitas,

3. O mouro como personagem benfazeja: o mouro-bom, o mouro-forro liberto, o ‘mouro das pazes’, o rei mago da Epifania cristá, ou como Nicodemo e José de Arimateia, áspides do *maravilhoso cristão* do Novo Testamento.

Nesta esfera se situa o mouro-bom, o mouro-santo (caso dos citados irmãos Vaz, mouros convertidos), o mouro rei mago da Epifania cristá, ou o mouro como Nicodemo e José de Arimateia, ou como Longuinhos, áspides do *maravilhoso cristão* do Novo Testamento.

Citam-se como exemplos: a esbelta figura de José de Arimateia trajando com vestes muçulmanas no *Cristo deitado da cruz* do Hospital de Nossa Senhora de Campos, em Montemor-o-Velho (obra do Monogramista M.Ñ., artista da oficina coimbrã geralmente identificado com Manuel Vicente, c. 1520), Museu da Misericórdia de Montemor-o-Velho; a *Adoração dos Magos* (FIG. 7) de Vasco Fernandes, de c. 1530, painel do antigo retábulo da igreja matriz de Freixo de Espada à Cinta, com figura de núbio como rei mago; o *Pentecostes* de António Leitão, c. 1580, da Capela de Santo António, também em Freixo de Espada à Cinta, com uma representação de sinal ecumenista, em que a *Descida do Espírito Santo sobre a Virgem e os Apóstolos* se multiplica pela presença de japoneses, maghrebinos, mouros, e outros povos de várias raças e credos, tocados pela expansão portuguesa e pelo espírito da missão cristã, porta maior da expansão portuguesa para Oriente³¹; uma *Deposição no túmulo*, pintada a fresco, da igreja matriz de Bavães, de c. 1520, inspirada numa gravura de Albrecht Dürer (1511), com representações de mouros de turbante.

Conclui-se que, na pintura do século XVI, casos como estes se contam por largas dezenas, e precisam de ser bem estudados no seu conjunto, precisando tipos, influências, caracterizações, tipo de vestes e feições e demais características étnicas...

4. O mouro como figura do imprescritível: mouros e mouras encantadas, a dimensão do intangível e do lendário tradicional.

Resta referir, enfim, a dimensão antropológica, na qual a personagem do mouro se multiplica em acções, lendas, narrativas, mistérios, encantações, relatos tradicionais, por vezes com seu lastro imagético. Também neste campo se impunha a realização de um trabalho de levantamento o mais possível exaustivo, complementando o ‘corpus’ de representações artísticas atrás recomendado como programa de trabalho.

Nota final: o presente texto sumaria o essencial da nossa comunicação sobre «Iconografia do Outro e do Exótico na Arte sequencial à conquista de Ceuta (séculos XV-XVI)», apresentada à Academia de Marinha, no âmbito do *XIV Simposio de História da Marinha*, a 11 de Novembro de 2015.

Agradecimentos: a Adriano Beça Gil, Ana Paula Avelar, António Dias Farinha, Cláudio Torres, Fernando Grilo, Fernando Villada Paredes, Filipe Themudo Barata, Francisco Bilou, Francisco Contente Domingues, Isabel Cristina Ferreira Fernandes, João Abel da Fonseca, José Meco, José Manuel Fernandes, Luís Filipe Barreto, Luís Filipe Reis Thomaz, Luís Urbano Afonso, Margarida Valla, Maria Adelina Amorim, e a Sérgio Campos Matos, pelas trocas de opiniões frutuosas.

³¹ SERRÃO, Vítor, «*Ecumenism in images and trans-contextuality in Portuguese 16th century art: Asian representations in Pentecostes by the painter António Leitão in Freixo de Espada à Cinta*», *Bulletin of Portuguese-Japanese Studies*, C.H.A.M., nº 20, June 2010, pp. 125-165.



Fig. 1. *Cristo deposto da cruz*, pormenor de uma tábuia manuelina, da autoria do chamado Monogramista M.Ñ. (Manuel Vicente?), c. 1520, com figura de mouro maghrebino. Museu de Arte Sacra do Hospital da Misericórdia de Montemor-o-Velho.



Fig. 2. Azulejos hispano-mouriscos do Paço Real de Sintra, dos séculos XV-XVI, correspondente a uma das campanhas decorativas palatinas do início do reinado de D. Manuel, com forte tónus de gosto islâmico.

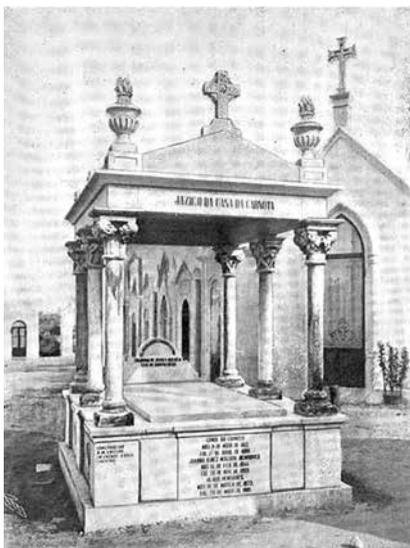


Fig. 3. Colunas de Ceuta (séc. XV), vindas para Lisboa após a tomada de Ceuta, colocadas no fim do século XIX no Jazigo da Casa Carnota, no Cemitério do Alto de São João, em Lisboa, depois de integrarem o claustro do Convento franciscano da Carnota (Alenquer).



Fig. 4. *Tríptico do Infante Santo D. Fernando*, oriundo da Capela do Fundador no Mosteiro da Batalha e hoje nas reservas do Museu Nacional de Arte Antiga, obra de oficina portuguesa do 3º quartel do século XV, atribuível a Mestre Pêro. Representam-se nos laterais várias cenas do cativo do infante em Fez.



Fig. 5. Pia de água benta gótico-manuelina, do acervo artístico da Sé Catedral de Ceuta (revelação de Fernando Villada Paredes, a quem agradecemos). Princípio do século XVI.



Fig. 6. Cavalaria sarracena aprestando-se para o combate, pormenor do painel *O Mestre D. Paio Peres Correia invocando a Virgem na batalha de Tentúdia*, do Mestre da Lourinhã, c. 1525, do antigo retábulo da igreja do Convento de São Tiago de Palmela. Museu Nacional de Arte Antiga.



Fig. 7. *Adoração dos Magos* de Vasco Fernandes, c. 1530, painel do antigo retábulo da igreja matriz de Freixo de Espada à Cinta. Pormenor do rei mago, em figura de núbio.

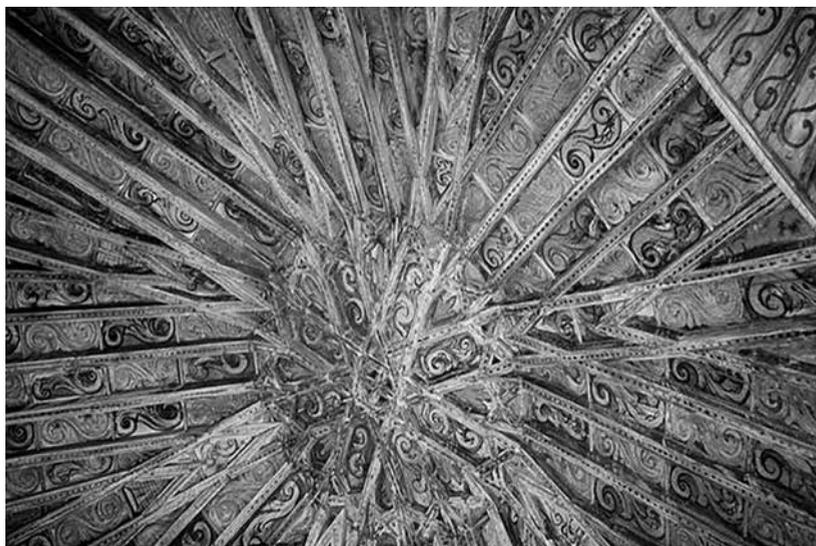


Fig. 8. Tecto de alfarge hispano-mourisco da igreja de São João Baptista de Vilar Formoso, do início do século XVI, ainda com a antiga policromia.

REPENSAR CEUTA. DA ARMADA DE CONQUISTA ÀS ARMADAS DE PATRULHA (SÉCULOS XV E XVI)

Amândio Morais Barros

Introdução

No Verão de 1553 andava D. Pedro da Cunha por capitão-mor das galés e armada da costa do Algarve e um dia avistou sete galés de turcos. Olhando para as quatro galés que tinha consigo, pareceu-lhe arriscado combater o adversário em tão grande desvantagem. E deixou-o ir sem lhe dar caça.

Essa atitude não caiu bem entre alguns companheiros; que viram receio onde se dizia cautela e avaliação realista do cenário por parte de um capitão experiente; e logo correram comentários sobre o assunto. Que lhe chegaram aos ouvidos, e neles ficaram, deixando-o incomodado, ansioso por calar quem em surdina o criticava.

Não teve de esperar muito tempo. A oportunidade de se redimir deparou-se-lhe no ano seguinte. Estando em Vila Nova com a mesma força naval de que era comandante, em Agosto, saíram-lhe ao caminho algumas galés de ‘turcos’. Sete, segundo uns, oito, segundo outros.

A aparição desses predadores era usual naquelas paragens. A enorme frequência com que os documentos portugueses e castelhanos referem assaltos e razias de turcos (na realidade, de corsários berberescos que com eles tinham aliança), a começar por estes dois episódios, não deixa margem para dúvidas. Vinham sem aviso da longa costa entre Marrocos e a Líbia, partindo de ninhos de piratas bem conhecidos como Tunes, Trípoli, Argel e Salé, sobretudo a partir do momento em que estas pequenas ‘repúblicas’ entraram na órbita do estado otomano, no século XVI¹.

As comunidades do litoral viviam em permanente sobressalto; as populações eram surpreendidas em suas casas, mesmo quando os povoados estavam recolhidos alguns quilómetros no interior, pelos caminhos, a caminho das hortas e dos campos; e os pescadores e navios mercantes eram capturados a cada recorte da costa, e as suas gentes levadas para os florescentes mercados de cativos do Mediterrâneo, onde eram postas a resgate.

Desta forma, todo o mundo costeiro permanecia em estado de alerta para tentar prevenir estes assaltos “*súbitos*”, como dizia o Padre Fernão de Oliveira, e minimizar as perdas. As gentes deviam evitar expor-se, e andar sempre atentas alçando atalaias de dia e de noite para vigiar o mar e não serem acometidas de surpresa e reduzidas a cativo; os donos dos navios mercantes eram aconselhados (e, em certos casos, obrigados) a meter

¹ Entre muitos estudos que tratam este tema, ver uma síntese em DIAGNE, P. “As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado”, cap. 2 da *História Geral de África*. Vol. V (África do século XVI ao XVIII), ed. Bethwell Allan Ogot. UNESCO, 2010, pp. 41-42.

artilharia a bordo e, de preferência, navegar em conserva. E todos, sem exceção, contavam com a força móvel da armada de guarda costas, mantida pela Coroa portuguesa, para os proteger.

Dessa vez, Pedro da Cunha não hesitou. À vista das galés, nem sequer esperou que se recolhesse a bordo a maior parte da sua gente, que então gozava licença em terra, ordenando ao comitre que “*desse à vela e mandasse remar rijo*” sobre elas. Diz-se que, na ocasião, a vontade dos homens era tal que dois irmãos da Beira vieram a nado meter-se na capitânia, e alguns mancebos honrados se embarcaram à pressa por voluntários².

A história entrou no anedotário nacional e nos anais da marinha portuguesa. “*Entendendo D. Vasco da Cunha, seu irmão, que era capitão de outra galé, o seu desenho, prolongando por ele [isto é, navegando a seu lado, bordo a bordo], disse-lhe que olhasse quanta gente tinha menos para poder pelejar. E D. Pedro respondeu-lhe: – Eu, Senhor Irmão, vos tenho em mercê o conselho: mas é em tempo que o não devo aceitar porque, por amor de rapazes, estou determinado de as seguir até Arzila.*

E, prosseguindo seu caminho, investiu com muito esforço a galé capitânia dos turcos, e duas galés de sua companhia outras duas dos inimigos, porque o capitão da quarta galé nossa não quis seguir a outra por acudir a capitânia, crendo que teria disso necessidade; e, por remate, tomaram os nossos as três galés dos turcos”³.

O combate foi rijo. Com perda de muitas vidas de parte a parte e actos de heroísmo devidamente recompensados; António Gomes de Carvalho, por exemplo, foi armado cavaleiro em pleno convés de uma das galés rendidas. No fim da refrega, Pedro da Cunha pôde aparecer de cara descoberta perante quem antes duvidara do seu valor: capturou duas galés, já que uma fora ao fundo de tão danificada que estava, prendeu o corsário Xaramet-Arrais e cerca de noventa homens, e libertou 220 cristãos que os ‘turcos’ traziam ao remo.

Numa das galés, debaixo da coberta, encontrava-se um homem “*em trajos de mouro*”, de pouca barba, grande de corpo, mulato, coxo, que mal se apercebeu dos cristãos começou a gritar “*Misericórdia*”; não era cena desconhecida para os homens do mar no Mediterrâneo neste tempo, nem era preciso que alguém lhes chamasse a atenção para ela, mas chamaram. Perante os portugueses estava um renegado, chamado Cardmenym e pouco estimado entre os cristãos cativos, pois dava-lhes maus tratos. Os renegados não eram particularmente benquistos naquele tempo; eram vistos como traidores que renunciavam à sua própria fé por uma vida melhor e, como este, não hesitavam em maltratar os antigos companheiros se isso fosse necessário para mostrar as novas lealdades e valer-lhes

² QUINTELLA, Ignacio da Costa – *Anais da marinha portuguesa*, tomo I. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1839, p. 466. No entanto, há confusão entre Tavira e Vila Nova de Portimão; apesar disso, o relato confere com as fontes existentes (que dão a armada de Pedro da Cunha a partir de Vila Nova – *Ditos dignos de memória* e processo da Inquisição), sobre a falta de gente (porque a maior parte estava em terra) e o embarque apressado da que estava por perto. A descrição do episódio nas páginas 465-467.

³ (Autor desconhecido) – *Ditos Portugueses dignos de memória. História íntima do século XVI anotada comentada por José Hermano Saraiva*. S/l: Publicações Europa-América, s/d, p. 351.

vida mais regalada⁴. Posto a ferros, foi conduzido a Lisboa com Xaramet e os restantes prisioneiros, entregue nos cárceres da Inquisição e submetido a interrogatório e processo que se estenderam por quatro anos.

Enquanto cristão chamara-se Simão Gonçalves e era natural de Ceuta, onde fora baptizado. Sua mãe chamava-se “*Ines Gonçallvez mulher preta nacida e cryada em Portugal*”, e seu pai era “*huum homem branco, chamado Jacome Gallego morador em Ceyta*”. Simão contraíra matrimónio em Lagos (para onde regularmente viajava) havia dezoito anos com “*Domynguas Soares mulher baça com a qual casou a porta da igreja da vila de Lagos*” e tivera um filho. Vivía em cativeiro há quase catorze anos “*e o cativaram em Napoles himdo elle com outros portugueses em hua caravella de Lagos a qual saya de Napoles pera Pallermo a carregar de trygo pera dahi vir pera Sevilha ou Genoa*”⁵.

Esta história de Simão Gonçalves, que em breve sairá em livro em resultado de parceria com Luís Miguel Duarte, podia ser muitas vezes repetida. É um episódio como tantos outros, que nos apresenta uma complexa movimentação de gentes entre o Algarve, o Norte de África e o Mediterrâneo, e que a tomada de Ceuta, ocorrida quase cento e quarenta anos antes deste sucesso, em grande parte suscitara.

Ceuta e a armação mercante

Nesses cento e quarenta anos muita coisa mudou. Hoje em dia tem-se escrito muito, e bem, sobre Ceuta, a propósito do sexto centenário da sua conquista⁶. O que aqui pretendo trazer é uma pequena e breve reflexão sobre alguns assuntos que têm muito a ver com o significado deste sucesso militar do ponto de vista dos portos e da evolução da história naval portuguesa.

A conquista de Ceuta pode, e deve, ser discutida (como no colóquio de que resultam estas Actas se fez) da perspectiva do arranque dos Descobrimientos e Expansão portugueses. Coisa que tradicionalmente se afirma e ainda corre nos programas escolares que introduzem o tema Descobrimientos. Não sou o único a pensar que Ceuta foi uma bela aventura de final de estação, entenda-se: da Idade Média. Expansão territorial, espécie de segundo episódio da Reconquista, com histórias de bravos guerreiros, de cavaleiros andantes, como esse Antoine de La Salle que teve na sua participação na batalha motivo para confortar uma dama enlutada, ou recordações de cruzadas que o espírito da nobreza teimava em conservar.

⁴ Sobre os renegados, ver BENNASSAR; Bartolomé; BENNASSAR, Lucile – *Les chrétiens d’Allah. L’histoire extraordinaire des renégats, XVIème et XVIIème siècles*. Paris: Librairie Académique Perrin, 1989.

⁵ Todas estas informações em Torre do Tombo (TT) – *Inquisição de Lisboa*, processo 12058.

⁶ DUARTE, Luís Miguel – *Ceuta. 1415. Seiscentos anos depois*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015; MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins – *1415 – A conquista de Ceuta*. Lisboa: 2015; BRAGA, Paulo Drumond – *Uma lança em África. História da conquista de Ceuta*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2015. Fora das comemorações, a bibliografia é também extensa. Mas por agora cite-se o seguinte título: BRAGA, Isabel R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Ceuta Portuguesa*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998.

“Pois que nos queiramos gloriar na gramdeza e uallor do esbulho da cidade, esto he assaz de pequena uitoria, porque por muy grande que a rriqueza seia, nunca poderá seer jguall aa gramdeza da nossa despesa, nem há nenhuũ que per sua uoomtade queira empregar seu dinheiro em semelhamte mercadoria”⁷.

Este argumento incorporou o longo discurso proferido por D. João I quando resolveu explicar aos infantas porque protelava a decisão de tomar Ceuta – juntamente com o primeiro motivo que lhes deu, a saber: a necessidade de muito dinheiro, que não tinha, só se o pedisse ao povo, arriscando protestos duros e quebra do segredo. Por estas falas do Rei mostra-se que o projecto da conquista era tudo menos burguês, opinião, de resto, já avançada há alguns anos por Alexandre Lobato⁸. Ora, se lhe retirarmos este pendor de empresa mercantil, o que é que fica? Fica muito de cruzada medieval, em parte confirmada pelo tipo de comportamento militar e cavaleiresco que essa operação anfíbia, a primeira grande deste género como há muito demonstraram Virgílio de Carvalho⁹ e António José Telo, revelou¹⁰. Pouco mais. Já voltarei a este assunto para expor, em conclusão, o que acerca dele penso.

De qualquer forma, há que dizer que à vista desarmada essa ‘deapuração’ compromete Ceuta como aquilo que a historiografia clássica lhe atribuíra: factor influenciador da história das navegações portuguesas; compromete, ou talvez não.

Pois se Ceuta (e, depois dela, as outras conquistas norte-africanas) não pode ser incluída no mesmo rol que regista as viagens marítimas subsequentes, terá proporcionado motivações para outros descobrimentos: porque não deu os resultados que se dela esperavam (isto é, se introduzirmos aqui um motivo económico forte que ainda precisamos de provar), por exemplo, porque o ouro que as célebres caravanas transaarianas vindas do Sudão ali costumavam trazer antes de 1415, ou as riquezas que as cáfilas transportavam do Cairo e de mais longe, de onde o mundo era refinado, deixaram de ali chegar. E como, desse ponto de vista os resultados desapontaram, os portugueses foram obrigados a mandar os seus navios mais longe, até às fontes do ouro, à exploração sistemática da costa ocidental africana e ao ‘fim do mundo’.

Como atrás procurei insinuar, o plano da conquista de Ceuta não terá entusiasmado muito a burguesia, dominante nos portos, nem, porventura, seria essa a intenção de quem queria avançar com ele. Mas cedo os portos perceberam que podiam retirar dividendos dessa presença lusa no Norte de África e num porto importante como era Ceuta. Logo no arranque da empresa, com o transporte de tropas, de pagamento incerto, é verdade, como se pode ver pelas queixas que o Porto profere repetidamente em cortes,

⁷ ZURARA, Gomes Eannes de – *Crónica da tomada de Ceuta por El Rei D. João I*, cap. XII, p. 41. (ed. de Francisco Maria Esteves Pereira). Lisboa: Academia das Ciências, 1915.

⁸ “Ainda em torno da conquista de Ceuta”. Separata de *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, vol. 5, 1984-1985, pp. 21-28.

⁹ “Portugal, pioneiro universal em estratégia marítima e naval”, in *Congresso internacional Bartolomeu Dias e a sua época*. Vol. 3. Porto: Universidade do Porto/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1989, pp. 31-44.

¹⁰ *Economia e império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994, pp. 103, 201.

lembrando essa dívida¹¹, mas depois, com o início de uma espécie de carreira regular, destinada a abastecer o presídio. A documentação existente mostra que os grandes beneficiários foram os armadores; porventura, os únicos em Portugal que verdadeiramente retiraram dividendos da empresa. E quem eram eles? À medida que o século XV discorreu, a sua identidade foi sendo desvendada. Vejamos.

Em 1441 saíram do Porto rumo a Ceuta as naus de Leonel de Lima e do Duque de Bragança, navios de grande porte e muito carregados, logo, necessitando de serviço de pilotos de barra, que ainda não estava institucionalizado¹². Eis algo importante que Ceuta obrigou a refinar neste porto, embora pareça que a prática não era de todo desconhecida; nem podia ser, com barra tão difícil de negociar. A nau de Leonel de Lima (chamada *Espírito Santo*) estará vários anos ao serviço. Em 1444, 1445, 1451, 1453, 1454, pelo menos. Também a nau do infante D. Fernando, que tinha mestre do Porto, onde era a sua base, esteve ao serviço por estes anos de meados do século, assim como a do Comendador de Leça do Balio, que também dali operava. E o navio do Conde de Odemira, mestre Vicente da Mata, encarregado de levar sardinha de Lisboa a Ceuta em 1454¹³.

À propriedade nobre de navios contrapunha-se a de burgueses e a do Rei, que também nesse circuito empregavam os seus navios. É a nau *Caminheira*, de Luís Afonso, ou a *Tanoeira*, do Porto, ou o navio *Pomares*, de Lisboa, que iniciam a sua actividade nas vésperas de Tânger (1437), e continuarão a frequentar o roteiro norte-africano depois desta data, assim como a nau *Enxobregas*, do Rei, que também se documenta em várias ocasiões¹⁴. E isto apenas para falar essencialmente de naus.

Nunca foi bom negócio trabalhar para a Coroa. O pagamento do serviço era normalmente feito ‘tarde e a más horas’, para não dizer nunca. Como sempre aconteceu na história dos negócios portuários de finais da Idade Média e da Época Moderna, esta participação tinha uma de duas explicações (ou ambas ao mesmo tempo): ou tratava-se de uma requisição forçada (como terá, em parte, acontecido logo no momento da armada de Ceuta quando foi preciso mobilizar praticamente todas as unidades navais existentes nos portos), ou de um recurso compensatório perante quebras da actividade que arriscavam imobilizar as frotas locais. Mas esta persistência não pode apenas ser explicada por eventuais requisições régias que, de resto, pouco se conhecem para outros momentos que não os da preparação de armadas, embora tenham existido; ela pode querer dizer que se estabelecera uma rota regular e que alguém ganhava dinheiro com esses transportes.

O período aqui em análise é marcante por vários motivos. A navegação ganhava uma importância que o século XIV já anunciava. Agora a navegação fazia-se negócio. E não apenas por causa de Ceuta nem das conquistas marroquinas subsequentes, mas sim

¹¹ Por exemplo, nas de Évora de 1436.

¹² TT – *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 162v, publicado por AZEVEDO, Pedro de – *Documentos das chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Tomo I. Lisboa: Academia das Ciências, 1915, p. 414.

¹³ Navios incluídos em diplomas (sobretudo cartas de quitação) copiados por AZEVEDO, Pedro de – *Documentos das chancelarias reais...*, cit., tomo II, 1934, pp. 342-364.

¹⁴ TT – *Estremadura*, liv. 10, fl. 102v, publicado por AZEVEDO, Pedro de – *Documentos das chancelarias reais...*, cit., tomo I, p. 170.

porque entretanto, a par dos circuitos de cabotagem europeus, começava a exploração dos mares: as expedições às Ilhas repetiam-se até se transformarem em circuitos rotineiros, o reconhecimento da costa ocidental africana, os percursos que conduziram ao Golfo da Guiné, e por aí de mar em fora até mais longe. Com isso, desenharam-se duas realidades e trilharam-se dois percursos distintos mas que, no entanto, se encontraram em muitos pontos do caminho: por um lado, a centralização dos serviços em Lisboa, nas Casas (de Ceuta, de Arguim...) onde se concretizarão monopólios (régios), na necessidade de aviamento dos despachos das frotas e concentração da logística da exploração; por outro lado, o mundo dos portos, das rotas comerciais há muito tempo consagradas, dos pilotos experientes, dos estaleiros e da evolução da construção de embarcações, da tecnologia. Que serviam os interesses dos homens de negócios desses mesmos portos, mas também serviam a Coroa e serviam à Coroa. Cada vez mais.

A lista de navios acima enunciada deve ser olhada com algum cuidado. Dos exemplos apontados, recordemos alguns: nau de Leonel de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, homem com frota muito activa no Porto; nau do Duque de Bragança; nau do Infante D. Fernando; nau do Comendador de Leça e, acrescento-lhe eu, nau do Prior do Hospital, nau do Prior do Mosteiro de Ancede e nau de Luís Álvares de Sousa¹⁵. E de mais gente da mesma qualidade. De que se fala aqui? De um fenómeno de partilha de um porto (e dos seus negócios marítimos) entre nobres (que nem sequer viviam na cidade pois os privilégios desta assim o impediam) e armadores burgueses, em ascensão desde a centúria de Trezentos. Activos neste mundo tardo-medieval da armação de navios (do *shipping* para usar expressão internacional em voga), demonstrando uma faceta que Vitorino Magalhães Godinho revelou para o negócio ultramarino: o cavaleiro-mercador¹⁶; porventura, talvez mais do que isso, refinando este tipo social, mostrando-nos nobres, da mais alta estirpe (o Infante D. Fernando ou o Duque de Bragança), a fazer as vezes de armadores e a ganhar dinheiro com a exploração de navios; e no sentido mais apurado do termo, pois o uso das naus não se reduz ao seu próprio serviço, antes são colocadas ao frete: de cereais, de ferramenta, de material de guerra, de géneros e mercadorias que sustentam e mantêm uma cidade e o seu porto. Ao seu lado estão, como se disse, os burgueses. Cada vez mais e cada vez mais poderosos. Mas não trilharão esses caminhos por muito tempo. Interessam-lhes outros negócios no âmbito do comércio europeu onde se sentem mais à-vontade e onde ganham muito mais dinheiro e de mais certo pagamento; e os arquipélagos atlânticos, que se estruturaram e abriam cada vez melhores perspectivas de negócio; e o Atlântico, em geral, num futuro prometedor que não tardará a concretizar-se. E assim, nos finais da centúria, será a Coroa (claro que, muitas vezes, recorrendo aos navios que os seus oficiais encontravam ancorados em Lisboa mas, com

¹⁵ Arquivo Paroquial de São Pedro de Miragaia – *Confraria de São Pedro de Miragaia*, liv. 1, fls. 3, 10; ver também as listas de navios que publico no meu trabalho “Barcos e gentes do mar do Porto (séculos XIV-XVI)”, in *Revista da Faculdade de Letras – História*, II Série, vol. XIV. Porto: Faculdade de Letras, 1997, pp. 222-223.

¹⁶ “A evolução dos complexos histórico-geográficos”, in *Ensaio II, Sobre História de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1968, p. 18; idem – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Vol. I. Lisboa: Editorial Presença, 1981, pp. 51-62.

maior frequência, com os seus próprios barcos, e isto é outra novidade) a garantir os abastecimentos.

Era aqui que eu queria chegar. Ceuta e o Norte de África acelerarão o processo de constituição de uma frota régia e, neste caso, de uma frota régia com uma componente mercante. Em Lisboa, ou nos próprios portos norte-africanos, apoiando a constituição de pequenas esquadras multi-funcionais que completavam as necessidades de transporte.

Ceuta e o patrulhamento dos mares

A instalação de guarnições militares em Ceuta e, depois, em Alcácer-Ceguer, Arzila, Tânger e Mazagão resultou na criação de rotas regulares a partir de portos como Lisboa, Porto e entrepostos algarvios. A eficácia do abastecimento e da exploração dependeram de igual eficácia dos meios de transporte e da sua capacidade de carga. Assim, os incentivos ao aumento da tonelagem e à participação dos mercadores seriam inspirados por estas necessidades, visíveis na ocupação (por vezes, mesmo, sobreocupação) dos estaleiros em vésperas de viagens dos navios rumo a Ceuta (por exemplo), com cargas de cereais. O norte de África surgiria como mais um laboratório, agora de experiências no campo da construção naval, desenvolvendo-se a apetência por navios mercantes de certa grandeza.

Mas desenvolvendo-se, essencialmente, competências técnicas e tecnológicas nos estaleiros, que foram inventivos nas sucessivas obras de adaptação dos mesmos navios, transformando-os em taforeias quando era necessário transportar cavalos, introduzindo-lhe baias debaixo da coberta, em graneleiros, como aconteceu, pelo menos uma vez, com a citada nau de Leonel de Lima, totalmente modificada no estaleiro de Miragaia para poder receber a carga, ou ainda como navios de transporte de vinhos. Ou de armas. Ou de tropas.

*

Nesses cento e quarenta anos também se assistiu a importante evolução na arquitectura das embarcações, como já comecei a dizer atrás.

Ceuta criou as condições para uma intervenção mais visível dos portugueses no Mediterrâneo, mar que nunca deixou de ser influente na estratégia dos estados europeus medievais e modernos¹⁷; mas tornou-se, também, terra de portugueses constantemente ameaçados, e isso terá tido também influência na criação de armadas de guarda costas, embrião da nossa marinha de guerra permanente e escola de guerra marítima.

Ceuta e o Norte de África são, neste domínio, bem mais complexos do que muitas vezes se disse. Tese recente de Luís Falcão da Fonseca¹⁸ analisa as condições variáveis no

¹⁷ Ver o estudo clássico de RAU, Virgínia – *Portugal e o Mediterrâneo no século XV. Alguns aspectos diplomáticos e económicos das relações com a Itália*. Lisboa: Centro de Estudos de Marinha, 1973, e o mais recente de FONSECA, Luís Adão da – “As rotas da navegação portuguesa entre o Mediterrâneo e o Atlântico na época de Colombo”, in *Atti del V Convegno Internazionale di Studi Colombiani (Navi e navigazione nei secoli XV e XVI)*. Génova: Civico Istituto Colombiano, 1990, pp. 519-535.

¹⁸ *Guerra e navegação a remos no Mar Oceano. As galés na política naval hispânica (1550-1604)*, dissertação de doutoramento policopiada. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2012.

Estreito e as diferentes ameaças, que pediam soluções também elas variáveis, adequadas e eficazes. Assim, a instituição das armadas de guarda costas, processo estudado há alguns anos por Artur Teodoro de Matos¹⁹, resultou na criação de esquadras que apresentavam um perfil variável consoante se tratasse de defender os comboios de navios no Atlântico (naus das carreiras da Índia e Índias de Castela, para o que eram destacados navios redondos) ou o Estreito e o interior do Mediterrâneo, para o que eram afectados navios de remo, combinados com embarcações de vela mais ligeiras. D. Pedro da Cunha, com quem ‘embarcámos’ no início deste texto, levava consigo três patachos e duas caravelas que não pôde usar por falta de vento.

O caso mais relevante, que remete para o tema mais vasto da transferência tecnológica entre oceanos, parece-me ser o do galeão, navio tão emblemático como problemático relativamente às suas origens, fisionomia e evolução, como nos dizem F. Contente Domingues, J. Virgílio Pissarra e A. Salgado²⁰.

Enviado para o Oriente ao longo do século XVI, é minha convicção de que foi nos mares do Índico que o navio conheceu a sua evolução decisiva, sobretudo quanto à volumetria e adaptação da sua arquitectura às águas, ventos e correntes dominantes nos diferentes teatros de guerra em que foi utilizado. Posteriormente ‘regressou’ à Europa já na sua versão mais evoluída, e passou a integrar, sistematicamente, as armadas de patrulhamento. De resto, Virgílio Pissarra nota o embaraço na utilização daquela que podemos considerar a primeira versão do navio, de porte e tonelagem exagerados que até desaconselhavam a sua ida para a Índia, já que os navios denotavam fracas qualidades náuticas e extrema vulnerabilidade com o mar de través; no Índico, os galeões tornaram-se menos volumosos, logo, mais rápidos, manobráveis, bem armados e temidos.

Ainda podemos ir um pouco mais longe: o mesmo Virgílio Pissarra, a propósito das batalhas navais de Chaul e Diu (1508-1509), diz que o investimento (inicial) português nos galeões como navios de guerra por excelência, deveu-se à observação e adaptação dos galeões mediterrânicos, venezianos ou “*levantiscos*”, na expressão dos documentos Portugueses, usando-os eficazmente no Índico²¹ sobretudo através do sistema de armadas e

¹⁹ *A Armada das Ilhas e a Armada da Costa no Século XVI (Novos Elementos para o seu Estudo)*. Lisboa: Academia de Marinha, 1990.

²⁰ DOMINGUES, Francisco Contente – *Os Navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval Portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, pp. 252-258; PISSARRA, José Virgílio – “O galeão S. João (c. 1530-1551). Dados para uma monografia”, in *Fernando Oliveira e o Seu Tempo. Humanismo e Arte de Navegar no Renascimento Europeu (1450-1650)*, Cascais: Patrimonia, 2000, pp. 185-224; SALGADO, Augusto – *Portugal e o Atlântico. Organização militar e acções navais durante o período filipino (1580-1640)*, PhD dissertation, Lisboa, p. 191 e seguintes, e a bibliografia indicada.

²¹ PISSARRA, José Virgílio, *Chaul e Diu (1508-1509). O domínio do Índico*, Lisboa: Tribuna da História, 2003. Entre os exemplos de literatura Portuguesa do século XVI referindo a qualidade dos navios do Levante, adaptados ao Atlântico, refira-se a “*nau*” do corsário calvinista Jacques Soria, “*que parecia uma formosíssima nau da Índia*” e, para adensar a problemática em seu torno, “*chamava-se o galeão de Jacques Soria a Nau Príncipe, e fora feita de uma nau levantisca veneziana, à maneira de um galeão*”. Ver *Memorial de Várias Cartas e Cousas de Edificação dos da Companhia de Jesus*, ed. de José Pinto, Porto: Marânus, 1942, pp. 229-230.

flotilhas bastante móveis²². Devidamente experimentado nestas águas, o galeão regressou com nova ‘cara’ ao Atlântico, integrou as armadas da costa e, logo depois, tornou-se o navio insígnia da primeira marinha de guerra portuguesa permanente²³.

Como contributo final para este debate acrescento que não me parece mera coincidência que a vulgarização do uso da nova geração de galeões em Portugal ocorra com a nomeação de D. João de Castro – um ‘veterano’ da Índia, conhecedor profundo, e participante, da evolução da arquitectura naval Portuguesa no Oriente – como comandante da armada de guarda costas do reino, em 1542²⁴. Depois desta data não parece haver dúvidas quanto ao facto de o navio se ter assumido, em definitivo, como vaso de guerra, em particular quando referido em relação ao serviço régio, já que nos portos e entre as comunidades mercantis ele continuou a ser o que eram todas as embarcações: um indispensável recurso multi-activo, empregado tanto para combater como para comerciar.

Conclusão

Ceuta valeu isto tudo? Talvez sim, talvez não. Mas que isso não nos impeça de reflectir sobre tais assuntos, independentemente dos centenários que escolhemos comemorar.

Se a olharmos do ponto de vista da cruzada, Ceuta (e posteriormente o restante norte de África), depois de 1415, passou a ser um palco para onde se encaminharam alguns aventureiros europeus desejosos de feitos de armas que lhes fizessem luzir os escudos. E esses feitos de armas, no final da Idade Média e no início dos tempos modernos também se concretizavam na guerra do mar. Para além das frequentes visitas de corsários dos portos cristãos do Mediterrâneo, combatendo lado a lado com os navios dos capitães e governadores de Ceuta e Alcácer-Ceguer, eis Monsieur de Lion, como lhe chamavam

²² Não por acaso, um dos primeiros aventureiros portugueses na Índia propôs-se comandar uma destas forças: Pêro Martins, que seguira na armada de João da Nova (1501-1502) “*que sabia muito de carpinteiro de bergantins, que aprendera em Veneza onde muito tempo andara a soldo nas galés*”, foi o autor desta proposta, que pareceu aos comandantes demasiado ambiciosa e perigosa. Martins foi liquidado e o projecto posto de parte. Ver BARROS, Amândio Jorge Morais – “O homem que sabia fazer bergantins e outras histórias de transferência de saberes entre oceanos”, in *Os Descobrimentos e as origens da convergência global*, Amândio Barros (coord.). Porto: Câmara Municipal do Porto/Associação para a Divulgação da Cultura de Língua Portuguesa, 20015, pp. 213-215.

²³ Não me refiro à problemática do galeão que Castela utilizava na sua carreira de Índias, embora seja seguro que houve “*contaminações e conversações*” (expressão de David Hanckok, a propósito da evolução histórica dos vinhos) das quais esse modelo resultou.

²⁴ Por alvará de 1 de Dezembro. D. João de Castro (1500-1548) é o exemplo de um agente divulgador de ideias e conhecimentos técnicos entre oceanos. Experimentado em diferentes ambientes marítimos e teatros de guerra, começou por uma comissão de serviço no Norte de África, combatendo em Tânger. Em seguida, pelejou no Mediterrâneo, em Tunes, contra o corsário Barba-Roxa. Seguiria então para a Índia, em companhia do governador D. Garcia de Noronha, seu cunhado (1538). Na nau *Grifo* ensaiou diversos instrumentos náuticos e colaborou na elaboração de um roteiro náutico. No Índico, participou no socorro de Diu e compôs o célebre *Roteiro do Mar Roxo*, ao comando de um galeão. Regressado ao Reino, foi nomeado comandante da armada da costa (1542). Nesta qualidade voltou ao Mediterrâneo para combater a segunda investida de Barba-Roxa. Retornado a Portugal, foi designado Vice-Rei da Índia. Regressou ao Oriente em 1545 onde prosseguiu a obra de desenvolvimento da marinha de guerra. Morreu em Goa em 1548. Elaine Sanceau, *D. João de Castro*, Porto: Livraria Civilização, 1946.

os portugueses, um gentil-homem da casa do rei de França, que em 1493 veio oferecer-se a D. João II para o servir com 300 lanças na guerra de África²⁵.

Por seu turno, do ponto de vista do negócio portuário, a presença portuguesa no Norte de África se não deu início a uma interessante actividade de transporte marítimo nacional, pelo menos aprofundou a relação entre a Coroa e os portos e obrigou os estaleiros a solucionar problemas no desenho dos navios.

O mesmo aconteceu com a marinha de guerra propriamente dita. Se é complexo estabelecermos uma relação directa entre o Norte de África e a criação de uma marinha militar permanente, a crónica dos eventos navais desenvolvidos nessa área, desde os corsários de D. Pedro de Meneses até às armadas de guarda costas, parece querer mostrar o cuidado que se teve na formação de quadros técnicos, desenvolvimento de recursos e modelos de actuação, permanentemente adaptados e aperfeiçoados. E uma escola naval aproveitada em todos os espaços marítimos percorridos pelos portugueses. Pero Lopes de Sousa, que em 1530 participou com o irmão Martim Lopes de Sousa na frota que, na prática, deu início à colonização do Brasil, fez-se homem do mar ao serviço da armada do Estreito. À qual regressou em 1533, para logo ingressar na expedição de Tunes com António de Saldanha, após o que foi nomeado comandante da armada de seis naus que em 1539 foi à Índia. E, claro, D. Álvaro de Castro, aqui evocado a propósito do desenvolvimento do galeão.

Enfim, o mulato renegado, Simão Gonçalves, depois Cardmenym, e novamente Simão depois de devidamente ‘reabilitado’ em cárcere inquisitorial, homem do mar experimentado que o Rei não deixou de aproveitar apesar do seu passado de lealdade duvidosa, entregando-lhe o comando de uma galé que mandava à Mina (“*El Rey nosso senhor ho mandava que ho fose servyr de patrão de hua gale que vay pera a Myna*”), fica como o exemplo de um novo e movimentado mundo criado pelas praças portuguesas do Norte de África e pelos movimentados caminhos do Atlântico.

²⁵ Sobre os episódios de guerra de corso ver as diferentes edições das crónicas de D. Pedro e D. Duarte de Meneses. Sobre o referido militar francês, assim como outros estrangeiros que dedicaram os seus serviços à Coroa portuguesa em Marrocos e na costa ocidental africana, ver Francisco de São Luiz [Cardeal Saraiva] – *Reflexões geraes ácerca do Infante D. Henrique e dos Descobrimentos de que elle foi autor no século XV*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1840, p. 25.

D. ÁLVARO DE CASTRO (SENHOR DE CASCAIS) EM CEUTA: SERVIÇO MILITAR E ABASTECIMENTO DURANTE AS DÉCADAS DE 1440 E DE 1450

Marco Oliveira Borges^{1*}

Introdução

A vida e os feitos de D. Álvaro de Castro² têm vindo a ser alvo de especial atenção nos últimos tempos. Depois de três estudos onde já havíamos destacado a importância deste fidalgo³, um deles abordando de forma desenvolvida a sua presença nas campanhas militares em Marrocos (1437-1471), embora não perdendo de vista a sua actividade no Reino⁴, retomamos agora o envolvimento de D. Álvaro de Castro no abastecimento e serviço militar em Ceuta durante as décadas de 1440-1450.

1. Linhagem familiar e elucidação quanto à morte de D. Álvaro de Castro

D. Álvaro de Castro (14??-1471) foi camareiro-mor de D. Afonso V, conselheiro régio, senhor de Cascais, de Ançã, 1.º conde de Monsanto, fronteiro-mor e alcaide-mor

^{1*} Centro de História da Universidade de Lisboa – UID/HIS/04311/2013 e Centro de Estudos Geográficos, IGOT, Universidade de Lisboa. Bolseiro de Doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

² Devido ao facto de D. Álvaro de Castro – durante o período tratado neste estudo – surgir na documentação como senhor de Cascais, não apenas mostrando que era titular daquele senhorio mas também distinguindo-o de outros seus homónimos coevos, acabámos por incluir essa intitulação no título deste estudo de modo a que se possa mais facilmente identificar a pessoa em foco. Só a partir de 21 de Maio de 1460 é que este fidalgo passou a 1.º conde de Monsanto, vindo doravante referido na documentação – de uma forma geral – como titular deste condado (cf. Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª ed., liv. seg., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, p. 88; Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, vol. II, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1980, p. 761).

³ Marco Oliveira Borges, “D. Álvaro de Castro”, in Francisco Contento Domingues, Jorge Moreira da Silva e Tiago Machado Castro (dir.), *Dicionário de História Marítima*, 2011, (<http://ww3.fl.ul.pt/DHM/DHM/page3/page29/page29.html>, consultado em 22/06/2012); idem, *O porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à navegação e defesa costeira*. Dissertação de Mestrado em História Marítima (FL/UL), 2012, *passim*.

⁴ Idem, “D. Álvaro de Castro (1.º conde de Monsanto) perante os desafios da expansão portuguesa do século XV”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 14, Coimbra, 2014, pp. 85-118.

da cidade de Lisboa (entre outros officios e títulos que foi acumulando)⁵. Era bisneto do célebre D. Álvaro Pires de Castro (m. 1384), que foi conde de Arraiolos, senhor do Cadaval, 1.º condestável do Reino, alcaide-mor de Lisboa e irmão de D. Inês de Castro. D. Álvaro Pires de Castro era pai de D. Pedro de Castro (o Torto), seu sucessor no senhorio do Cadaval e avô de D. Álvaro de Castro. Este D. Pedro de Castro, pai de D. Fernando de Castro, participou na tomada de Ceuta igualmente como o seu filho, isto depois de ter sido desculpado por ter aderido à causa castelhana e de ter estado exilado em Castela⁶. Por conseguinte, D. Álvaro de Castro era filho primogénito de D. Fernando de Castro, governador da casa do infante D. Henrique, alcaide-mor da Covilhã, 1.º senhor do Paul de Boquilobo, senhor de Ançã e de S. Lourenço do Bairro, e de D. Isabel de Ataíde, filha de Martim Gonçalves de Ataíde, senhor de Monforte e alcaide-mor de Chaves⁷.

Pelo primeiro casamento do pai tinha como irmãos D. Henrique de Castro, o qual fora eleito Prior do Crato mas morrera antes de tomar posse, D. Garcia de Castro, que combateu na batalha de Alfarrobeira integrando as hostes reais, D. Maria de Castro, 1.ª mulher de D. Álvaro de Sousa (mordomo-mor), D. Isabel de Castro, condessa de Viana do Alentejo, por casamento com D. Duarte de Meneses⁸ (1.º capitão de Alcácer Ceguer), e D. Catarina de Castro, condessa de Avranches, por casamento com D. Álvaro Vaz de Almada⁹. Do segundo casamento do pai, o nosso biografado tinha como irmãs D. Violante de Castro, senhora de Mafra, e D. Margarida de Castro.

D. Álvaro de Castro casou com D. Isabel da Cunha, filha de D. Afonso de Cascais e de D. Branca da Cunha, sendo D. Isabel neta do doutor João das Regras (4.º senhor de Cascais, 1386-1404) e legítima titular do senhorio cascalense, apesar de D. Afonso usar o título de senhor de Cascais¹⁰. Do seu casamento com D. Isabel, D. Álvaro de Castro teve como filhos D. João de Castro, 2.º conde de Monsanto, D. Jorge de Castro,

⁵ Cf. Anselmo Braamcamp Freire, *op. cit.*, 2.ª ed., liv. terc., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, pp. 280-281; Manuel A. P. Lourenço, “História de Cascais e do seu Concelho”, *A Nossa Terra*, n.º 71, 1954, p. 2, embora sem indicar fontes e com algumas afirmações bastante discutíveis; Ferreira de Andrade, *Cascais – Vila da Corte. Oito Séculos de História*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1964, pp. 47-51 e 74; Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, pp. 758-763; Joaquim Candeias Silva e Manuel da Silva Castelo Branco, *A Beira Baixa na Expansão Ultramarina (Séculos XV-XVII). Subsídios históricos*, Lisboa, Câmara Municipal de Belmonte/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 167; Marco Oliveira Borges, “D. Álvaro de Castro (1.º conde de Monsanto) [...]”, pp. 85-118.

⁶ Cristóvão Alão de Morais, *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, t. II, vol. II, Porto, Livraria Fernando Machado, [s.d.], pp. 108-110.

⁷ Idem, *ibidem*, pp. 110-111; António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. XI, pt. II, Lisboa, Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1745, cap. II, pp. 802-803.

⁸ Cristóvão Alão de Morais, *op. cit.*, p. 111.

⁹ Idem, *ibidem*, pp. 110-111; Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, p. 758.

¹⁰ D. Isabel recebeu o senhorio de Cascais a 31 de Maio de 1436, já depois da morte de D. Pedro da Cunha (seu irmão), ainda que sob tutela de seu pai, D. Afonso de Cascais, que continuava a assumir o título de senhor de Cascais (cf. *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*, vol. I, t. II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998, pp. 286-289, doc. 1024, pp. 296-301, doc. 1032; A. H. de Oliveira Marques, “Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média – I”, *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, pp. 114-115).

D. Joana de Castro e D. Leonor de Castro. Teve ainda, como filhos bastardos, D. Rodrigo de Castro¹¹, D. Guiomar de Castro¹² (duquesa de Nájera) e D. Margarida de Castro¹³.

Não se sabe a data e o local de nascimento de D. Álvaro de Castro, sendo que este fidalgo costuma ser confundido com um seu homónimo coevo¹⁴. No entanto, como não vem referido entre os combatentes que participaram na tomada de Ceuta, ao contrário do seu pai¹⁵, presume-se que, por essa altura, fosse muito novo ou ainda não tivesse nascido. Em todo o caso, D. Álvaro de Castro vai estar ligado a todas as outras campanhas militares a solo marroquino a partir de 1437 (Tânger), culminado em 1471 (Arzila), altura em que morreu, e a outros grandes acontecimentos da história portuguesa quattrocentista. Esteve igualmente envolvido em acções de combate contra corsários e noutros importantes serviços militares em favor da Coroa portuguesa¹⁶.

Por conseguinte, veio a ser recompensado gradualmente através de um vasto rol de benefícios, dignidades e ofícios, algo que foi típico entre as grandes famílias nobres do Reino nos séculos XIV e XV, nomeadamente no reinado de D. Afonso V¹⁷. Dada a sua constante actividade e cargos que desempenhou, pouco terá usufruído das terras que lhe foram doadas, chegando as mesmas a serem alvo de roubos. Com efeito, sabe-se que existiu um processo litigioso (carta de 28 de Abril de 1463) que opôs D. Álvaro de Castro a D. João de Meneses (fidalgo da casa do rei) devido à usurpação de jurisdição da parte deste último relativamente ao território de Ançã e suas aldeias, senhoriados pelo próprio conde de Monsanto, havendo-os herdado de seu pai, mas que pouco terá apro-

¹¹ Combateu e foi ferido na batalha de Toro (cf. Rui de Pina, “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”, in *Crónicas de Rui de Pina*, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1977, cap. CLXXXVI, p. 840).

¹² A mesma por quem Henrique IV, rei de Castela, veio a ter “amores” (cf. Damião de Góis, *Crónica do Príncipe D. João*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977, cap. XXXV, p. 87).

¹³ Cristóvão Alão de Moraes, *op. cit.*, p. 112. Estas informações divergem do que refere António Caetano de Sousa, *op. cit.*, cap. II, pp. 806-807, que não indica D. Jorge de Castro e apresenta D. João de Castro, D. Joana de Castro, D. Leonor de Castro, D. Guiomar de Castro, D. Rodrigo de Castro e D. Madalena de Castro (em vez de D. Margarida de Castro) como filhos directos do casamento entre D. Álvaro de Castro e D. Isabel da Cunha.

¹⁴ Existiram, pelo menos, dois homónimos de D. Álvaro de Castro que viveram na sua época. Um deles, enquanto fidalgo da casa do infante D. Henrique, também chegou a participar na expedição fracassada a Tânger, vivendo para lá do termo de vida do nosso biografado (cf. Rui de Pina, *Crónica do Rei D. Duarte*, Lisboa, Editorial Presença, [1966], cap. XV, p. 100; Anselmo Braamcamp Freire, “A honra de Resende”, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. IV, n.º 1-2, Lisboa, Officina Typographica – Calçada do Cabra, 1906, pp. 30-31; *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*. Pub. e pref. por João Martins da Silva Marques, vol. III, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1971, p. 125, doc. 92; Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, pp. 757-758; Luís Miguel Duarte, *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média (FL/UP), vol. I, 1993, p. 260 e *passim*; Joaquim Candeias Silva e Manuel da Silva Castelo Branco, *op. cit.*, pp. 167-168).

¹⁵ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*. Pref. e actualização de textos de Carlos Miranda, Lisboa, Editorial Escol, [s.d.], cap. LXXXVI, p. 160.

¹⁶ Cf. Marco Oliveira Borges, “D. Álvaro de Castro (1.º conde de Monsanto) [...]”, pp. 85-118.

¹⁷ Na análise das famílias portuguesas mais importantes que acompanharam os monarcas em finais da Idade Média, Rita Costa Gomes notou que “a sucessão das gerações da mesma família no serviço régio” foi “acompanhada por um processo de alargamento e de diversificação no âmbito da actuação e nas funções desempenhadas pela nobreza” (Rita Costa Gomes, *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, p. 87). Os Castro não foram excepção.

veitado. Assim, D. João de Meneses, fidalgo proprietário de uma quinta junto às terras de D. Álvaro de Castro, aproveitava o facto de o conde de Monsanto nunca estar por ali para atacar – sem razão aparente – as aldeias pertencentes ao queixoso, “*tomando rroupas e palhas e çeuadas galinhas carneiros cabritos e outras coussas nom lhe pertencendo nem temdo derreito alguim de o fazer em tall guissa que lhe fazia despouorar a terra e fugir os lavradores della*”¹⁸. Para fazer face a tal abuso, D. Afonso V ordenou que o fidalgo respeitasse a jurisdição de D. Álvaro de Castro e que não tomasse ou mandasse tomar aos moradores de Ançã e aldeias contíguas alguma coisa contra suas vontades, sob pena de pagar 100 coroas de ouro por cada vez que o fizesse. Metade pendia a favor do rei e a outra a favor de D. Álvaro de Castro ou dos seus sucessores no senhorio da terra.

D. Álvaro de Castro viria a morrer em Agosto de 1471, durante o assalto a Arzila. No entanto, Theresa Schedel de Castello Branco refere que parece ter “*havido erro da parte de Ruy de Pina quanto à data em que morreu o conde D. Álvaro, porque existe um documento de 1469 pelo qual se constata que nesse ano, D. João, filho do conde de Monsanto, D. Álvaro, é empossado pelo rei em todos os bens de seu pai, sendo enviadas ordens para as justiças do Reino para que reconhecessem a autoridade de D. João. Ora isto é claramente indicativo de impossibilidade de administração, e decerto por doença, por parte do conde de Monsanto, D. Álvaro. Pelo que não seria provável que o mesmo tivesse combatido em Arzila em 1471, é antes muito provável que tenha morrido de doença por essa altura*”¹⁹.

O argumento da autora baseia-se apenas na informação contida num documento de 1469 – o qual não é referido, mas que temos poucas dúvidas de que se trata de uma carta de 8 de Dezembro deste ano²⁰ –, faltando o estudo de outra documentação relativa a D. Álvaro de Castro e a D. João de Castro. É verdade que esta carta de 1469 mostra que D. Afonso V ordenava que certos bens, títulos e ofícios de D. Álvaro de Castro – por consentimento do próprio – passassem para D. João de Castro, mas isto teria efeito somente após a morte de D. Álvaro. Portanto, não era algo para ocorrer de imediato. A carta não revela qualquer estado de doença por parte do conde de Monsanto, sendo que o rei parece ter agido por vontade própria, se bem que com consentimento de D. Álvaro de Castro e da sua mulher.

Para além disso, existindo documentação que nos revela que D. Álvaro de Castro ainda estava vivo em 1471, restava saber se participou ou não na expedição a Arzila. Existe uma carta concedida a este nobre com data de 25 de Julho de 1471, um mês antes da tomada de Arzila, na qual D. Afonso V atribuiu-lhe uma tença anual de 28.571 reais brancos. Contudo, a ordem era para que o conde começasse a usufruir dessa tença apenas a partir de 1 de Janeiro de 1472²¹, algo que nunca chegou a acontecer. Se o conde estivesse gravemente doente e impossibilitado de dar o seu contributo em Arzila, vislumbrando-se ainda que o seu possível estado de doença poderia levá-lo à morte brevemente, teria o rei

¹⁸ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 85 (em anexo).

¹⁹ Cf. Theresa Schedel de Castello Branco, *Os Painéis de S. Vicente de Fora. As Chaves do Mistério*, Lisboa, Quetzal Editores, 1994, pp. 51 (n. 1) e 195.

²⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 118 (em anexo).

²¹ Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, p. 763.

concedido tal tença para que D. Álvaro de Castro começasse a recebê-la apenas a partir do ano seguinte? Aliás, numa carta de 1497 em que é confirmada a mercê de fronteiro-mor de Lisboa e seu termo (concedida ainda no reinado D. Afonso V e confirmada pelo príncipe D. João) a D. Rodrigo de Castro, fidalgo do conselho do rei, alcaide-mor da Covilhã e filho de D. Álvaro de Castro, é referido que o conde de Monsanto “*morreo em a filhada da nosa vila d’arzilla*”²². Portanto, não restará dúvida de que o conde morreu naquela praça africana, sendo que num momento posterior o seu corpo terá sido trazido para Portugal, desembarcado em Cascais e sepultado na Penha Longa²³.

Embora D. Afonso V pareça ter agido por vontade própria, sem referir qual o motivo que o levou a ordenar que certos bens, títulos e ofícios do D. Álvaro de Castro passassem para D. João de Castro, fê-lo após consultar o conde e a condessa de Monsanto, D. Isabel (m. 1482). O monarca e o conde eram bastante chegados, pelo que deverá ter havido um gesto por parte de D. Afonso V no intuito de reconhecer toda uma vida de serviço à Coroa e de assegurar que essas terras, títulos e ofícios provenientes do esforço e feitos do conde continuassem na sua linhagem familiar após a sua morte.

Seja como for, a morte de D. Álvaro de Castro, fidalgo muito próximo de D. Afonso V, foi muito sentida “*porque certo elle no campo e na Corte, na paz e na guerra era por seu siso, discryçam, e esforço homem muy principal*”²⁴. Para D. Álvaro de Castro chegavam ao fim mais de 34 anos de serviço militar à Coroa portuguesa em várias frentes, morrendo em combate tal como o seu pai e um dos seus filhos. Contudo, ao contrário de muitos combatentes que morreram anónimos e sem reconhecimento do seu valor, este fidalgo teve a graça de a cronística o eternizar. Aliás, D. Álvaro de Castro, tal como D. João Coutinho, conde de Marialva, poderá mesmo ter tido a honra de figurar nos *Painéis de S. Vicente de Fora*²⁵.

²² ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fls. 6v-7 (em anexo).

²³ De acordo com Ferreira de Andrade, D. Álvaro de Castro foi sepultado na capela-mor da Penha Longa (Sintra). Ali mesmo existe um cenotáfio onde, traduzindo do latim, se pode ler: “*Debaixo desta breve lápida, dedicada à Mãe de Deus, estão sepultados os gloriosos restos mortais de D. Álvaro de Castro, 1.º Conde de Monsanto e de sua esposa Isabel, de cuja real estirpe e bondade muitas coisas por muitos foram escritas*” (Ferreira de Andrade, *op. cit.*, pp. 50 e 75 (n. 38)).

²⁴ Rui de Pina, “*Chronica do Senhor Rey [...]*”, cap. CLXV, pp. 821-822.

²⁵ D. Álvaro de Castro e D. João Coutinho (cf. António Belard da Fonseca, *O Mistério dos Painéis*, 2.ª ed. Lisboa, [s.n.], 1963, pp. 157-158; José Sarmiento de Matos, *A Invenção de Lisboa*, liv. II – *As Vésperas*, Lisboa, Temas e Debates, 2009, p. 484), tal como D. João de Castro, filho primogénito de D. Álvaro de Castro e futuro conde de Monsanto (cf. Theresa Schedel de Castello Branco, *op. cit.*, pp. 55, 189 e 195), têm sido identificados como possíveis figurantes nos *Painéis de São Vicente de Fora*, embora as suas pessoas sejam atribuídas a diferentes figuras, isto consoante as interpretações dos diversos autores. Para além disso, existe uma pintura no Museu de Vaduz (Liechtenstein), datada de 1456, que se reporta a um cavaleiro desconhecido e que José dos Santos Carvalho pensa ser D. Álvaro de Castro. A pintura teria sido feita por Nuno Gonçalves em colaboração com João Anes (cf. José dos Santos Carvalho, *Iconografia e Simbólica do Político de São Vicente de Fora*, Lisboa, Edição do Autor, 1965, pp. 297 e 303).



Fig. 1 – Torre-porta da muralha medieval de Cascais (geralmente chamada castelo).
Ao centro, as arruelas das armas dos Castro, sobrepostas por uma esfera armilar.
À direita, uma troneira.

2. Serviço militar em Ceuta

Após a conquista de Ceuta, “*chave de todo o mar Mediterrâneo*”²⁶, e perante a recusa de D. Martim Afonso de Melo, D. João I deixou o posto de fronteiro desta praça de guerra a D. Pedro de Meneses²⁷ (1.º conde de Vila Real), o qual manifestou pronto interesse em ocupar tal cargo, vindo a desempenhar o seu primeiro período de funções até 1424²⁸. Ao infante D. Henrique, por carta de 18 de Fevereiro de 1416, o monarca entregou a administração “*de todallas cousas que conpreem pera a dita nossa cidade de Ceuta e pera sua defensom*”²⁹, passando a ser, a partir do Reino, o coordenador de toda a logística destinada a solo ceptense.

Desde os primeiros tempos de ocupação de Ceuta que as escaramuças entre portugueses e mouros se tornarão frequentes, mas só em 1418 é que os inimigos conseguiram

²⁶ Gomes Eanes de Azurara, *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*. Introd., actualização de texto e notas de Reis Brasil, [s.l.], Publicações Europa-América, [s.d.], cap. V, p. 46.

²⁷ Idem, *Crónica da Tomada de Ceuta*, caps. XCIX e C, pp. 178-180.

²⁸ João Gouveia Monteiro e António Martins Costa, *1415. A conquista de Ceuta*, Lisboa, Manuscrito, 2015, pp. 142-143.

²⁹ *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Dir. de Pedro de Azevedo, t. I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, pp. 450-451; *Monumenta Henricina*. Dir., org. e anot. crít. de António Joaquim Dias Dinis, vol. II, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1972, pp. 240-241.

cercar a cidade (por terra e mar)³⁰, obrigando assim ao aprestamento de uma frota de socorro aos sitiados. Existem igualmente informações de ataques ou cercos documentados para 1419, 1426, 1428, 1453, 1454³¹, 1463-1464³², 1475, 1476, 1490, 1514, 1528, 1532, 1558, subsistindo ainda notícias de ameaças e receios de ataques para outros anos (1458, 1518, 1528, 1533, 1534 1568, etc.)³³.

Ceuta, única cidade portuguesa no Norte de África entre 1415 e 1458, achava-se numa situação particularmente difícil a nível defensivo, não só por estar encravada entre muçulmanos mas também pelo seu isolamento³⁴. A defesa da cidade, por terra e mar, era feita pela guarnição ceptense, composta por cerca de 2.500 a 3.000 homens³⁵, mas também pela população civil. Chegou ainda a ser colocada a hipótese de nela servirem efectivos das ordens militares, mas isso nunca chegou a acontecer³⁶. A mobilização de homens, que na sua maioria serviam no Norte de África contra a sua vontade, constituiu, a par do abastecimento daquela cidade, um problema crescente. Ceuta foi uma constante placa giratória de gente que para ali ia obrigada e que, logo que possível, regressava à sua terra³⁷. As clientelas nobres garantiam uma parte importante dos homens que serviam naquela cidade, sobretudo do ponto de vista qualitativo. Ao partirem para o Norte de África para fazerem a guerra, os fidalgos levavam diversa gente, por vezes vastas comitivas. Quer por razões de conforto pessoal, quer por motivos de eficácia e segurança militar, não queriam abdicar do séquito a que estavam habituados³⁸. Se as comitivas nobres foram o núcleo duro da guarnição portuguesa em Ceuta, diversa gente comum era retirada da lavoura, da pesca ou dos mesteres (carpinteiros, pedreiros, ferreiros, etc.), sendo reforçada por pessoas a contas com a justiça e que ali cumpriam os respectivos degredos³⁹.

³⁰ Gomes Eanes de Azurara, *Crónica do Descobrimento [...]*, cap. V, p. 46; idem, *Crónica de D. Pedro de Meneses*. Ed. e estudo de Maria Teresa Brocardo, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997, liv. I, cap. LXII, pp. 246-247 e 448-449; *Monumenta Henricina*, vol. II, p. 319-320.

³¹ *Documentos das Chancelarias [...]*, t. II, p. 330.

³² António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no Século XV*. Dissertação de Doutoramento em História (FL/UL), vol. II, 1990, pp. 289-295 e 327-328.

³³ Paulo Drumond Braga, "A Expansão no Norte de África", in *Nova História da Expansão Quatrocentista*. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. II – *A Expansão Quatrocentista*. Coord. de A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 321; Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *Ceuta portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1998, pp. 33-34 e 109-111; Paulo Drumond Braga, *Uma lança em África. História da conquista de Ceuta*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015, pp. 63-64 e 72-73; João Gouveia Monteiro e António Martins Costa, *op. cit.*, p. 143.

³⁴ Paulo Drumond Braga, "A Expansão no Norte de África", p. 320.

³⁵ João Gouveia Monteiro e António Costa Martins, *op. cit.*, p. 153.

³⁶ Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *op. cit.*, pp. 132-133; Paulo Drumond Braga, *Uma lança em África [...]*, pp. 73-74.

³⁷ Sabe-se que existiu um "apontador" de toda a gente fixa em Ceuta, tanto dos homens que pertenciam ao séquito do capitão da praça, como de todos os moradores e fronteiros que ali estavam, assim como de todas as pessoas que recebiam soldo, tenças e mantimentos (João Gouveia Monteiro e António Costa Martins, *op. cit.*, p. 153).

³⁸ Idem, *ibidem*, pp. 154-155.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 155.

Com o desenrolar de outras expedições militares a Marrocos e a manutenção dos locais conquistados, aumentou o movimento nos portos do Reino onde se aprestavam os navios com mantimentos, guarnições e as forças de socorro. Para Ceuta, Tânger, Alcácer Ceguer, Arzila e outras praças de guerra africanas partiram numerosas expedições que movimentaram toneladas de alimentos, materiais e milhares de homens de diferentes condições sociais e origens geográficas. D. Álvaro de Castro foi um entre os muitos nobres que comandaram grupos militares em solo marroquino com gentes de diferentes origens. O facto de senhorear várias terras elevava as possibilidades de prestar auxílio armado ao rei, quando este decidisse levar a cabo uma expedição militar, e de comandar as forças dos seus senhorios em qualquer parte.

No caso cascalense, aquele que conhecemos melhor, sabe-se que a ligação às campanhas militares vem desde as origens do poder senhorial nesta vila (1370), se bem que em 1282 já houvesse um alcaide do mar neste local⁴⁰, situação que poderia facilitar o recrutamento de pescadores e outros homens do mar para as armadas de guerra. Em 1370 foi fundado o senhorio de Cascais, sendo entregue, juntamente com o castelo da vila, a Gomes Lourenço do Avelar⁴¹. Esta doação, feita de forma hereditária, surgiu em consideração dos serviços prestados por este poderoso valido do rei e heróico defensor de Ciudad Rodrigo na luta que no ano anterior havia estalado contra Castela. Daí em diante, e sempre que necessário, Gomes Lourenço do Avelar e os seus sucessores continuariam a assegurar o auxílio militar à Coroa com determinado número de lanças e a proceder à defesa do seu senhorio⁴². Porém, com o início da expansão marítima do século XV, foi em Marrocos que os senhores de Cascais se destacaram e garantiram esse auxílio armado, fazendo-se acompanhar dos seus combatentes e de outros recrutados para a ocasião – expedicionários de baixa condição social que arriscaram a vida numa terra mal conhecida e que as crónicas não registaram⁴³.

Embora não tenha participado na tomada de Ceuta, uma vez que deveria ser muito novo ou nem sequer havia nascido, D. Álvaro de Castro esteve presente logo na campanha militar seguinte a solo marroquino: Tânger (1437). Juntamente com seu pai, D. Fernando de Castro⁴⁴, e seu irmão, D. Henrique de Castro, D. Álvaro de Castro esteve entre os capitães, fidalgos e pessoas principais da casa do infante D. Henrique que participaram nesta malograda expedição⁴⁵. Por esta altura, D. Álvaro de Castro ainda não era senhor de Cascais, título que estava na posse de D. Afonso de Cascais, seu sogro. Só mais tardia-

⁴⁰ ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. I, fl. 46v.

⁴¹ ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. I, fl. 56.

⁴² A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 130.

⁴³ Sobre a presença dos nobres nas expedições militares ao Norte de África, cf. Abel dos Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV (1415-1464)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval (FL/UP), 1995. Para uma visão da construção do discurso cronístico perspectivada no campo das representações, cf. Paulo Vicente, *A violência na cronística sobre Marrocos nos séculos XV-XVI: representações e vivências*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2009.

⁴⁴ Tal como o infante D. Henrique, D. Fernando de Castro surge associado às pessoas que tiveram cargo nas despesas com a frota de Tânger (cf. *Descobrimientos Portugueses*, sup. vol. I, p. 515, doc. 919).

⁴⁵ Rui de Pina *Crónica do Rei D. Duarte*, caps. XV e XXIII, pp. 100 e 136; Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, pp. 758-759.

mente é que D. Álvaro iria assumir aquele senhorio. Em 1439, aquando da crise suscitada pela morte de D. Duarte e a questão da regência do Reino, D. Afonso de Cascais, senhor daquela vila, optou pelo lado da rainha em vez do partido de D. Pedro. Posteriormente, a 29 de Dezembro de 1440, viu-se obrigado a deixar Portugal juntamente com o seu filho (D. Fernando de Cascais), exilando-se em Castela, vindo a morrer em Agosto do ano seguinte⁴⁶. Foi após a fuga do sogro que D. Álvaro de Castro passou a intitular-se senhor de Cascais⁴⁷. No entanto, na expedição que rumou a Tãnger não terá participado D. Afonso de Cascais⁴⁸, o qual havia comandado as forças cascalenses em Ceuta (1415 e 1418-1419)⁴⁹. Na ausência deste fidalgo, talvez pela sua idade avançada, por doença ou por um impedimento de outra ordem que o tenha levado a ficar em Portugal⁵⁰, teria sido D. Álvaro de Castro a comandar as forças militares de Cascais em Tãnger⁵¹.

Apenas três anos depois, em Abril de 1440⁵², D. Álvaro de Castro participou numa expedição a Ceuta com o objectivo de resgatar o infante D. Fernando (cativo desde a expedição a Tãnger) em troca da cidade ceptense. A expedição seria comandada por D. Fernando de Castro, seu pai. Contudo, durante a viagem, o navio de D. Fernando de Castro foi surpreendido por uma carraca de corsários genoveses, já perto do cabo de S. Vicente, travando-se um combate que resultou na morte do próprio D. Fernando de Castro⁵³. Já em Ceuta, D. Álvaro de Castro escreveu ao infante Regente a contar o triste sucedido⁵⁴, “*pedindo-lhe ordenança e provysam pera o futuro*”⁵⁵. A “*capitania e negócio*” da expedição acabaria por ser confiada a D. Álvaro de Castro, que não foi coroado de êxito, já que os mouros exigiram em primeiro lugar a entrega de Ceuta e só depois a libertação

⁴⁶ Rui de Pina, “Chronica do Senhor Rey [...]”, cap. XLI, pp. 77-81; António Caetano de Sousa, *op. cit.*, t. XI, pt. II, cap. I, pp. 784-785; Anselmo Braamcamp Freire, *op. cit.*, vol. I. [Lisboa], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, pp. 354-355.

⁴⁷ A. H. de Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 115.

⁴⁸ Rui de Pina não indica o nome deste nobre entre os combatentes que estiveram em Tãnger.

⁴⁹ *Documentos das Chancelarias [...]*, t. I, pp. 506-507; Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. L, pp. 109-110; Marco Oliveira Borges, *O porto de Cascais [...]*, pp. 131-132 e 139-141.

⁵⁰ Marco Oliveira Borges, *op. cit.*, p. 132.

⁵¹ Sabemos que D. Álvaro de Castro comandou uma companhia nesta expedição. A 13 de Abril de 1446 foi concedida a Diogo Pires a isenção de servir como besteiro do conto por ter servido na companhia de D. Álvaro de Castro, em Tãnger, com cavalos e armas (*Documentos das Chancelarias [...]*, t. I, p. 314).

⁵² Embora, erradamente, Rui de Pina e Frei João Álvares indiquem Abril de 1441 (cf. *Monumenta Henricina*, vol. VII, pp. 176-177 (n. 1); Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, vol. II, pp. 759 (n. 3) e 984 (n. 2)).

⁵³ O corsário haveria de ser identificado como sendo Bartolomeu Serrato, cidadão de Savona, tendo sido condenado a reembolsar em dinheiro D. Álvaro de Castro pela presa que os genoveses tomaram a seu pai dez anos antes (*Monumenta Henricina*, vol. VII, pp. 176-177 (n. 1), vol. X, pp. 163-164, doc. 103, pp. 169-170, doc. 111, pp. 178-179, doc. 119).

⁵⁴ Sobre a ideia do envolvimento dos genoveses num ataque previamente delineado para a não entrega de Ceuta por parte dos portugueses, cf. Luís Filipe Thomaz, “A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos”, in *De Ceuta a Timor*, 2.ª ed., [Lisboa], Difel, 1998, pp. 108-109 [1ª ed. 1994]; João Paulo Oliveira e Costa, *Henrique, o Infante*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, pp. 261-264; idem, “Ceuta, a chave do Mediterrâneo (1415-1443)”, in idem (coord.), José Damião Rodrigues e Pedro Aires Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, p. 45.

⁵⁵ Rui de Pina, “Chronica do Senhor Rey [...]”, cap. LIV, p. 653.

de D. Fernando. Bloqueada a missão, D. Pedro ordenou que D. Álvaro de Castro regressasse ao Reino para se discutir outra forma que permitisse a libertação de D. Fernando⁵⁶.

Já se viu que o senhor de Cascais participou na expedição desastrosa a Tânger, onde comandou um grupo militar, e que, em Abril de 1440, tomou parte da expedição mal sucedida que rumou a Ceuta com o objectivo de entregar esta cidade em troca do resgate do infante D. Fernando. Se bem que não tenha participado na tomada de Ceuta, são várias as cartas (especialmente de perdão e de comutação de penas a escudeiros e a degredados sob seu comando) que nos dão conta das suas movimentações para aquela praça. De facto, entre 1442 e 1456 surgem vários documentos que nos indicam – de forma directa ou indirecta – a presença de D. Álvaro de Castro em Ceuta com bastante frequência.

Uma carta de 8 de Maio de 1442 revela que Diogo Gonçalves de Aguiar, escudeiro de D. Álvaro de Castro, enquanto moço de treze anos, havia esfaqueado um lavrador após este ter desferido uma bofetada no seu pai. Esta carta remete para outra outorgada por D. Duarte em que o monarca havia perdoado tal acto a Diogo Gonçalves de Aguiar mediante o serviço de um ano e meio em Ceuta. Com efeito, o escudeiro acabou por servir durante esse período na companhia de D. Álvaro de Castro, comprovando esse serviço ao rei mediante um alvará do senhor de Cascais. Porém, como o serviço fora feito num espaço de tempo posterior ao que D. Duarte havia delimitado, o escudeiro temia ter incorrido em pena, daí que solicitasse que lhe fosse concedido o perdão. O perdão acabaria por ser concedido, contanto que Diogo Gonçalves de Aguiar fosse servir por quatro meses seguidos ao couto de Arronches, sendo que daí em diante teria liberdade para viver em qualquer lugar do Reino⁵⁷.

Esta carta não permite situar a data em que se desenrolou esse serviço militar de um ano e meio em Ceuta, na companhia de D. Álvaro de Castro. Aliás, os documentos que revelam as ligações de D. Álvaro de Castro ao serviço militar em Ceuta apenas mostram as penas aplicadas e cumpridas pelos homiziados e degredados e nunca as datas exactas das viagens e serviços prestados. No entanto, a dita carta permite perceber que, pelo menos desde 1441, ano em que foi nomeado coudel da vila da Lourinhã⁵⁸, D. Álvaro de Castro comandava forças militares em Ceuta.

A 28 de Maio de 1446, já durante a capitania de Ceuta exercida por D. Fernando I (1446-1451), 2.º duque de Bragança e 3.º conde de Arraiolos⁵⁹, casado com D. Joana de

⁵⁶ Idem, *ibidem*, cap. LIV, pp. 650-653; Fr. João Álvares, *Chronica do Infante Santo D. Fernando*, Coimbra, F. França Amado – Editor, 1911, cap. XXV, pp. 68-73; Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, vol. II, pp. 759 (n. 3) e 984 (n. 2); Abel dos Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa [...]*, p. 132 (n. 14); João Paulo Oliveira e Costa, *Henrique, o Infante*, pp. 261-262.

⁵⁷ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 35, fl. 101v; *Documentos das Chancelarias [...]*, t. II, pp. 660-661.

⁵⁸ Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, p. 759.

⁵⁹ Sobre este fidalgo e respectiva capitania, cf. Maria Barreto Dávila, *D. Fernando I, 2.º duque de Bragança: vida e acção política*. Dissertação de Mestrado em História Medieval (FCSH/UNL), pp. 86-96.

Castro⁶⁰ (prima de D. Álvaro de Castro), foi emitida uma carta que nos dá conta de uma vingança familiar levada a cabo por um escudeiro do fidalgo em estudo e que haveria de obrigá-lo a rumar a Ceuta. Esse escudeiro era Pedro de Lisboa, o qual havia feito queixa de que a sua irmã, casada com Afonso Gonçalves do Soveral (colaço de D. Duarte), e enquanto grávida, havia sido atacada por Afonso Anes da Pederneira. Ao disparar uma besta, Afonso Anes acertou-lhe num olho tirando a sua vida e a da criança de sete meses que trazia no ventre. Consequentemente, o criminoso refugiou-se no couto do mosteiro de Alcobaça. Sem respeito à justiça, vinha de vez em quando à cidade de Lisboa onde o irmão da vítima o ameaçava com o mesmo tratamento, até que um dia o feriu mortalmente pela espada. Por esta razão, Pedro de Lisboa saiu para Castela e mais tarde teve de seguir com D. Álvaro de Castro para Ceuta onde serviu dois anos. No retorno ao Reino o escudeiro incorporou uma expedição a Castela sob comando do condestável. Posteriormente, veio a solicitar que a pena que lhe fora aplicada fosse perdoada, facto que ficou estipulado mediante outro serviço “*aa nossa cidade de Cepta per sseu corpo sseis anos conpridos*”⁶¹.

Por uma carta de quitação de 2 de Março de 1456, relativa às despesas feitas entre 1453-1454 pelo tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa, é referido que D. Álvaro de Castro, para além de vários alimentos, recebeu 13.150 reais de soldo e mantimento de dois meses para servir naquela praça com cinquenta escudeiros, besteiros e quinze homens de pé. Ao que parece, e conforme se vê para outros casos, este tipo de pagamento adiantado destinava-se a cobrir um serviço de 2 a 3 meses, sendo feito em reais mas também em trigo, vinho, carne e em outros géneros alimentares⁶². Uma carta de 6 de Março de 1456 revela que D. Álvaro de Castro e outros fidalgos (sem referência a nomes) partiram em 1454 numa força enviada para o socorro de Ceuta⁶³, pelo que ambas as situações deverão corresponder a uma única viagem.

Para Ceuta também partiam algumas mulheres. Logo após ser tomada a decisão de que se deveria conservar permanentemente aquela praça de guerra, algumas mulheres portuguesas foram enviadas para Ceuta com os seus companheiros, situação que também aconteceu noutras fortalezas costeiras à medida que a presença portuguesa se ia estabelecendo no Norte de África⁶⁴. Assim, por exemplo, numa carta de 24 de Março de 1453 é referido que Leonor de Beja, natural de Lisboa e manceba de Gil Gusmão, escudeiro de D. Álvaro de Castro, havia partido com ambos para Ceuta. Não se sabe a data em que partiram, mas presume-se ter sido pelo ano de 1452. Posteriormente, já no Reino, Leonor de Beja haveria de ser açoitada e condenada ao degredo “*pera sempre*”⁶⁵.

⁶⁰ Era filha de D. Leonor da Cunha e de D. João de Castro, irmão de D. Fernando de Castro, este último pai de D. Álvaro de Castro (cf. Cristóvão Alão de Moraes, *op. cit.*, t. II, vol. II, pp. 110-111).

⁶¹ *Documentos das Chancelarias [...]*, t. I, pp. 321-322.

⁶² João Gouveia Monteiro e António Costa Martins, *op. cit.*, p. 155.

⁶³ *Documentos das Chancelarias [...]*, t. II, p. 330.

⁶⁴ C. R. Boxer, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica 1415-1815. Alguns factos, ideias e personalidades*. Trad. de Saúl Barata, Lisboa, Livros Horizonte, 1977, p. [13].

⁶⁵ *Documentos das Chancelarias [...]*, t. II, pp. 155-156.

D. Afonso V, no entanto, acabaria por lhe conceder o perdão, sendo que o mesmo só seria válido consoante outras contrapartidas da parte da manceba.

Por carta de 29 de Setembro de 1456 tem-se conhecimento de que João Lourenço, morador na Castanheira, “*querellara*” de Henrique da Costa (escudeiro de D. Álvaro de Castro) por este ter levado sua mulher, Briolanja Rodrigues, e outras coisas de sua casa “*pequando lhe com ella na ley do casamento*”. Por esta razão Henrique da Costa andava homiziado “*con temor das nosas justiças*”, acabando por se oferecer para servir na cidade de Ceuta depois de Janeiro de 1456. Ao oferecer-se para servir naquela cidade, Henrique da Costa esperava, posteriormente, conseguir ser perdoado da dita querela mediante o perdão geral concedido aos que foram na armada contra o turco. O caso prolongou-se por algum tempo, vindo Henrique da Costa a solicitar a D. Álvaro de Castro que intervisse a seu favor perante o rei. Posto isto, ficou determinado que Henrique da Costa teria de servir por três anos em Ceuta, sendo que os dois primeiros seriam à sua custa e o postumeiro à do rei⁶⁶.

Não obstante as várias indicações surgidas na documentação revelarem que seria corrente a presença de D. Álvaro de Castro em Ceuta, aonde poderá ter chegado a estar ano e meio sem interrupção⁶⁷, não nos surge nenhuma indicação de gentes de Cascais a servir nessa praça durante esse período. Contudo, tal não significa que assim tenha sido visto que o mesmo D. Álvaro tinha escudeiros oriundos daquela vila e termo ao seu serviço.

Durante o período em que D. Álvaro de Castro senhoreou Cascais, mais precisamente por carta de 20 de Novembro de 1445, D. Afonso V nomeou Álvaro Afonso, escudeiro do próprio D. Álvaro e morador em Cascais, para o cargo de coudel da dita vila durante cinco anos. Álvaro Afonso substituíra assim Fernão Vasques, que havia terminado o seu tempo de exercício do cargo durante cinco anos, período que se infere pelas indicações da carta, tal como os anteriores coudéis⁶⁸. Desta feita, o escolhido seria, aliás, um homem da confiança do senhor de Cascais, o que lhe garantiria certamente uma melhor gestão dos recursos humanos disponíveis para a guerra. Note-se que “*os nobres a quem eram doadas terras, rendas e outros bens para servirem o monarca com um determinado número de lanças tratavam de assegurar o recrutamento destas nos seus próprios senhorios, nas terras sobre as quais tinham jurisdição ou influência, junto dos seus próprios vassallos e dependentes*”⁶⁹. Todavia, as populações também chegavam a enfrentar arrolamentos ilegais levados a cabo pelos fidalgos que não obedeciam ao apuramento seguido pelos coudéis⁷⁰,

⁶⁶ *Ibidem*, p. 585.

⁶⁷ Carta de 8 de Maio de 1442. Vide supra, n. 56.

⁶⁸ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 3v. Os coudéis eram oficiais de nomeação régia que teoricamente exerciam a sua função entre 3 a 5 anos, embora por vezes se eternizassem nos seus cargos o que facilitava o tráfico de influências e muitos abusos, sendo que o momento propício para tal era na altura dos alardos, ou seja, “*das revistas ou mostras*” (João Gouveia Monteiro, “Organização e formação militares”, in Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 197).

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 193.

⁷⁰ Amândio Barros, “A Preparação das Armadas no Portugal de Finais da Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II sér., vol. VII, Porto, 1990, p. 125.

sendo que muitos acabavam por ser recrutados sem ter qualquer experiência no manejo de armas⁷¹. Para além disso, muitos dos destacados eram obrigados a servir em Ceuta para além do tempo inicialmente previsto⁷², situação que levava a diversos protestos. Os procuradores de Guimarães chegaram mesmo a levantar queixas nas cortes de Évora de 1442, alegando que os besteiros do conto vimaranenses, destacados para um serviço de um ano naquela praça de guerra marroquina, ao chegarem a Ceuta o capitão não mais os deixava partir, exceptuando dois, três, quatro ou cinco indivíduos⁷³. Até mesmo os oficiais concelhios não escapavam ao apuramento militar com destino a Ceuta e a outras partes, sendo que no caso de Loulé, em 1444, havia uma queixa de que os seus juízes, vereadores, procurador e escrivão da câmara, ou seja, aqueles a quem era dado o encargo de servir e governar a sua terra, eram obrigados a rumar àquela cidade⁷⁴.

No entanto, sabe-se que era, sobretudo, com condenados, prisioneiros e degredados que se aumentava a população ceptense, tal como acontecia em “*tantas zonas inhóspitas continentais*” e nas ilhas Atlânticas⁷⁵. Os crimes mais comuns que davam direito ao degredo diziam respeito à fabricação de moeda falsa, traição, morte, adultério, homossexualidade e roubo. Para os criminosos acusados de sodomia a pena capital seria a morte pelo fogo⁷⁶. Porém, ocorriam casos em que o monarca perdoava como gesto de compensação aos que tinham servido ou fossem servir na guerra sob condição de degredados. Foi o caso de João da Mata, um dos criados do conde de Monsanto que, juntamente com outros indivíduos mouros, foi acusado de que “*com certos delles obrava de sodomia e a outros alcouveitava chistãaos com que dormia*” na cidade de Lisboa. Todavia, por carta de 4 de Fevereiro de 1464, beneficiou do perdão geral concedido aos homiziados presentes na armada real que rumou a Ceuta⁷⁷.

Entre Novembro de 1463 e a Páscoa de 1464, D. Afonso V esteve entre Ceuta e Alcácer Ceguer onde desenvolveu três tentativas mal sucedidas de conquistar Tânger e outra de Arzila. A 19 de Janeiro de 1464, numa das investidas a Tânger levadas a cabo pelo infante D. Fernando, irmão do rei, D. Álvaro de Castro veio a perder um dos seus filhos, D. Jorge de Castro, quando este apoiava o infante⁷⁸. Posteriormente, D. Álvaro de Castro partiu de Ceuta com D. Afonso V rumo a Gibraltar. Ali mesmo, por influên-

⁷¹ Reportando-se desde logo ao recrutamento das gentes da Beira que D. Henrique fez para a tomada de Ceuta, Zurara dizia: “*uma coisa é lidar com porcos monteses na Beira, outra é pelejar com homens armados que se sabem defender*” (Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. XLIX, p. 109).

⁷² Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *op. cit.*, p. 128.

⁷³ *Documentos das Chancelarias [...]*, t. I, pp. 195-196.

⁷⁴ Alberto Iria, *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XV (subsídios para a sua história)*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1990, p. 129.

⁷⁵ João Silva de Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 120. Se o degredado abandonasse o local antes do cumprimento da pena era condenado ao dobro do tempo que lhe restava. Caso a sua pena fosse de dez anos ou mais e fosse interrompida antes do tempo estabelecido pela justiça, o indivíduo seria condenado a pena perpétua sendo que, caso quebrasse o degredo perpétuo, seria condenado à morte (*Ordenações Afonsinas*, liv. V, tit. LXVII, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 272-274).

⁷⁶ “*Seja queimado, e feito per fogo em poo*” (cf. *ibidem*, liv. V, tit. XVII, p. 54).

⁷⁷ Pub. por António Dias Farinha, *op. cit.*, vol. II, p. 278.

⁷⁸ Rui de Pina, “*Chronica do Senhor Rey [...]*”, cap. CLIII, p. 808.

cia do conde de Ledesma e a pedido do próprio rei de Castela, o monarca português encontrou-se com o seu homólogo, Henrique IV⁷⁹. Durante oito dias esboçou-se “*uma perspectiva de colaboração futura entre os reinos*” devido aos problemas de sucessão relativos ao trono de Castela que tinham surgido com a revolta dos nobres castelhanos, isto após “*Henrique IV, cedendo às pressões da rainha e de D. Beltran, ter declarado a pequena Joana como sucessora legítima*”⁸⁰.

Decidido a não partir para o Reino sem nenhum feito de destaque, D. Afonso V, logo nos primeiros dias de Fevereiro de 1464⁸¹, investiu sobre a serra de Benacofú (provavelmente *Beni Gorfot*⁸²), local onde existiam mouros “*ferozes em armas*”⁸³. Contudo, as condições do terreno dificultaram as operações dos portugueses, nomeadamente dos cavaleiros, com os mouros a reprimirem as forças portuguesas através da encosta⁸⁴, causando muitos mortos e chegando ao ponto de se colocar em risco a vida do próprio rei. Esta atitude imprudente do monarca, que se aventurava por uma serra que não conhecia e que, para além disso, havia deslocado para Tetuão alguma gente de armas que o acompanhava (besteiros, espingardeiros e peões)⁸⁵, obrigou a que D. Duarte de Meneses, capitão de Alcácer Ceguer, cobrisse a sua fuga, vindo este a sacrificar a sua vida enquanto garantia a segurança real.

Quem também não deixou de estar em perigo durante a fuga foi D. Álvaro de Castro, um dos principais capitães presentes na aventura a Benacofú⁸⁶, e que tentou o salvamento de D. Duarte de Meneses, seu cunhado. Zurara diz que tendo os mouros morto o cavalo de D. Duarte e ferido este “*na traseyra*”, chegou a ele D. Álvaro de Castro com um escudeiro chamado Nuno Martins que lhe disponibilizou o seu cavalo. O escudeiro ali mesmo veio a morrer enquanto que D. Duarte foi auxiliado a montar pelo conde de Monsanto. Todavia, o esforço de D. Álvaro de Castro foi em vão e pouco depois D. Duarte também veio a ser morto⁸⁷.

⁷⁹ Idem, *ibidem*, cap. CLIV, pp. 808-809; Humberto Baquero Moreno, *op. cit.*, p. 762.

⁸⁰ Manuela Mendonça, *O Sonho da União Ibérica. Guerra Luso-Castelhana. 1475-1479*, Matosinhos, Quidnovi, 2007, p. 27.

⁸¹ Data apontada por Braamcamp Freire para a morte de D. Duarte de Meneses (cf. Anselmo Braamcamp Freire, *op. cit.*, liv. terc., pp. 281-282).

⁸² Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *op. cit.*, p. 38.

⁸³ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1978, cap. CLVIII, p. 350.

⁸⁴ Abel dos Santos Cruz, “O Rei e a Lança: História de uma campanha militar no Magrebe Ocidental (1463-1464)”, in *Actas do IX Colóquio de História Militar. Os Militares na Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1999, p. 86.

⁸⁵ Luís Miguel Duarte, “África”, in *Nova História Militar de Portugal*, vol. I, pp. 428-429.

⁸⁶ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Duarte [...]*, cap. CLVIII, p. 350.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, cap. CLVIII, p. 354.



Fig. 2 – Ceuta segundo Georg Braun e Franz Hogenberg, *Civitates Orbis Terrarum*, I, 1572 (© Universitätsbibliothek Heidelberg).

3. Abastecimento de Ceuta

Era a partir do Reino que se abastecia Ceuta⁸⁸, cuja guarnição, conforme já foi referido, era composta por cerca de 2.500 a 3.000 homens⁸⁹. O abastecimento desta cidade foi sempre um problema, envolvendo diversos mecanismos e abundantes meios financeiros que permitissem adquirir os mantimentos e navios para transportar o que fosse necessário até ao Norte de África, constituindo um fardo permanente para a Coroa e para os povos. No entanto, “fica na sombra o outro lado, o da fortuna que proporcionava aos seus governadores, aos corsários, aos negociantes de mantimentos e armas, aos armadores de navios”⁹⁰.

Coube ao infante D. Henrique a administração de Ceuta até 1451, sendo que no ano anterior chegou mesmo a ser avançado por D. Afonso V que o infante, seu tio, iria rumar àquela cidade para assumir a capitania ceptense e substituir D. Fernando, 3.º conde de Arraiolos⁹¹, algo que nunca chegou a acontecer⁹². Aliás, D. Afonso V afastou o duque de Viseu daquele negócio e assumiu pessoalmente a gestão da cidade, situação que não terá estado alheia à ruínosa gestão que D. Henrique havia feito daquele local durante 35 anos⁹³. Parece ter sido corrente a transferência atrasada para Ceuta dos recursos que lhe chegavam às mãos através do imposto extraordinário que todo o Reino pagava para

⁸⁸ Ainda que “com fruste auxílio da zona da Tarifa e Cádiz” (António Dias Farinha, *op. cit.*, vol. I, p. 186).

⁸⁹ João Gouveia Monteiro e António Costa Martins, *op. cit.*, p. 153.

⁹⁰ António Borges Coelho, *História de Portugal*, vol. III – *Largada das naus*, Alfragide, Editorial Caminho, 2011, p. 145.

⁹¹ *Monumenta Henricina*, vol. X, pp. 245-247, 306-307 e 345-346; *ibidem*, vol. XI, pp. 21-22 (n. 1).

⁹² Sobre o assunto, cf. João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 324-329; Maria Barreto Dávila, “O infante D. Henrique e a gestão dos dez reais para Ceuta”, sep. de *A Herança do Infante*, Lisboa, 2011, pp. 352-354.

⁹³ Gomes Eanes de Azurara, *Crónica do Descobrimento [...]*, cap. V, p. 48.

a manutenção daquela praça⁹⁴, sendo célebre a avultada dívida que contraiu para com o conde de Arraiolos (2.251.776 reais brancos) por este ter contribuído nos fornecimentos e abastecimento ceptense em 1450⁹⁵.

Seja como for, e para o cumprimento das suas funções a partir do Reino, desde cedo que D. João I colocou às ordens de D. Henrique as elevadas somas de um novo imposto criado especialmente para as despesas da cidade: os “*dez reais para Ceuta*”, cobrados nos almoxarifados do Reino⁹⁶. Entre 1431 e 1435, o infante D. Henrique recebeu, só do almoxarife da Guarda, 138.800.000 libras, acrescentando ainda 22.500 reais que os judeus da Guarda pagavam para os ferreiros ceptenses⁹⁷. Para além destes rendimentos exigidos, D. João I mandou apropriar várias lezírias no Ribatejo, campos de trigo no Alentejo⁹⁸,

⁹⁴ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *op. cit.*, pp. 324-329; Maria Barreto Dávila, *op. cit.*, pp. 345-354.

⁹⁵ A 17 de Fevereiro de 1451, celebrou-se uma avença em que o infante D. Henrique se comprometeu a pagar ao conde de Arraiolos, em prestações anuais de 112.588 reais brancos e 8 pretos durante 20 anos, o valor total de 2.251.776 reais brancos, isto devido às despesas com os fornecimentos (em gente, animais e víveres) para Ceuta que o dito conde fez no ano anterior (cf. *Monumenta Henricina*, vol. XI, pp. 25-28 e 34).

⁹⁶ Os dados que a historiografia apresenta nem sempre são concordantes (cf. António Dias Farinha, *op. cit.*, vol. I, p. 186; Paulo Drumond Braga, “A Expansão no Norte de África”, pp. 314-315; Isabel Drumond Braga e Paulo Drumond Braga, *op. cit.*, p. 85; Maria Barreto Dávila, *op. cit.*, p. 347; António Borges Coelho, *op. cit.*, vol. III, p. 146).

⁹⁷ António Borges Coelho, *op. cit.*, vol. III, p. 146.

⁹⁸ A questão dos cereais marroquinos, em especial de Ceuta, levou a diferentes perspectivas historiográficas e a larga discussão na procura de se tentar compreender os motivos que levaram D. João I a ordenar a tomada daquela cidade, havendo uma forte posição historiográfica que considera indefensável que a obtenção do trigo era o móbil essencial daquela empresa (cf. Luís Filipe Thomaz, “Expansão portuguesa e expansão europeia – reflexões em torno da génese dos descobrimentos”, in *De Ceuta a Timor*, pp. 24-25). Alguns investigadores referiram mesmo que, pela altura da conquista de Ceuta, ao contrário do que por vezes se pensa, a produção cerealífera em Marrocos estaria numa fase de enfraquecimento, de tal modo que, em 1414, os portugueses venderam trigo em Fez (cf. Maria Teresa Rabaça Gaspar, *A Circulação de Cereais entre Portugal e o Norte de África no século XV*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (FL/UL), 1997, p. 30). Com base num contrato firmado entre D. João I e uma companhia de cinco mercadores portugueses e três genoveses, garantia-se o abastecimento de Ceuta entre 1423-1424 com trigo vindo de Castela, da Sicília e de outras partes (cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.^a ed., vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1982, p. 248). Em 1442, Ceuta recebeu 1.920 alqueires de trigo; nos anos de 1451 e 1452 foram embarcados, em Mértola, 241 moios de trigo provenientes das colheitas do Sul do Alentejo para aquela praça (cf. idem, *ibidem*, pp. 248-249). Em 2014, João Paulo Oliveira e Costa, “Ceuta, a chave do Mediterrâneo (1415-1443)”, pp. 35-36, descartou a questão do trigo como objetivo da expedição de 1415. No entanto, já em 2015, Luís Miguel Duarte voltou à questão, acabando por referir que, pela altura da conquista de Ceuta, afinal aquela cidade tinha uma grande abundância de trigo, embora a própria e os territórios envolventes não fossem produtores. Baseado em al-Ansari, o investigador refere que o trigo que ali chegava em grandes quantidades era armazenado, havendo perto de 40.000 silos espalhados por lojas e casas particulares. Esse trigo vinha das planícies atlânticas mais a Ocidente, sendo Ceuta um grande porto comercial especializado na exportação desse cereal. No entanto, com a conquista portuguesa esse comércio acabaria por ser interrompido (cf. Joaquín Vallvé Bermejo, “Descripción de Ceuta Musulmana en el siglo XV”, *Al-Andalus*, vol. XXVII, 1962, pp. 425 e 428; Luís Miguel Duarte, *Ceuta, 1415*, Lisboa, Livros Horizonte, 2015, pp. 136-137). A importação de cereais para Ceuta já seria uma actividade com peso séculos antes da chegada dos portugueses, estando documentada a vinda de trigo procedente de Mazagão (cf. José M. Hita Ruiz y Fernando Villada Paredes, “La Ceuta que vio nacer a al Idrisi”, in *El mundo del geógrafo ceuti al Idrisi*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 2011, p. 176).

bem como os sáveis pescados nas avargas do rio Tejo⁹⁹. Contribuições vindas do próprio monarca, das casas senhoriais, do mestrado de ordens, do arcebispado de Lisboa, dos bispados, da câmara apostólica, dos tributos dos mouros de pazes e de judeus também eram importantes¹⁰⁰. Por outro lado, também se recorria ao corso¹⁰¹ e às almogaverias para abastecer aquela praça, sendo que para este último caso, e para um período entre 1415 e 1464, Gomes Eanes de Zurara e Rui de Pina referem a seguinte quantidade de gado capturado pelos habitantes da cidade aos muçulmanos das imediações: 251 asnos, 18 azémolas, 56 bestas, 5 bestas cavaleares, 232 cabras, 45 cavalos, 16 éguas, 7.580 cabeças de gado grande, 7.410 de gado miúdo e 53 podengos¹⁰².

Do exterior também vinham contributos para o abastecimento de Ceuta. Em 1419, D. João I obteve uma bula papal que permitia ao próprio monarca, aos seus filhos e aos demais cristãos a autorização para adquirirem, nos reinos das Espanhas e noutras partes da cristandade, cavalos, armas, víveres e outros bens necessários ao aprovisionamento e defesa de Ceuta. Tinham igualmente a liberdade de fazer esse transporte, tanto por terra como por mar¹⁰³.

Com o desenrolar do século XV assiste-se ao envolvimento do chamado cavaleiro-mercador¹⁰⁴ nos negócios de abastecimento das praças de guerra africanas, situação à qual D. Álvaro de Castro não escapou. Por uma carta de quitação de 1 de Maio de 1456, referente às “*cousas*” de Ceuta despendidas entre 1451-1452, ficamos a saber que este nobre era dono de uma barca que levava trigo, cevada e pão para aquela praça. Com efeito, em 1452 foram entregues 103 moios, 24 alqueires de trigo e 6 moios e 16 alqueires de cevada a Luís de Deus, morador em Lisboa e mestre da barca de D. Álvaro de Castro, para transportar até Ceuta¹⁰⁵. Foram disponibilizados ainda 621.5 reais para compra de 8 dúzias “*desteiras*”, de 9 dúzias “*destiba*” e de 50 pregos para o telhado da dita barca¹⁰⁶.

Outra carta de quitação, desta vez de 2 de Março de 1456, relativamente às despesas feitas entre 1453-1454, revela-nos outros produtos que entravam nestas viagens. É referido que foram entregues 576 reais a Antão Martins Caiado, “*arrumador que avya daver por quaremta e oito tonees de vnyho e carnes e augua que arumou na naoo que foy de Pero Vydall quando foy dom Alvoros [de Castro] e dom Garcia e dom Fernando e Alvoros*”

⁹⁹ *Documentos das Chancelarias [...]*, t. I, pp. 457-458; António Dias Farinha, *op. cit.*, vol. I, p. 194; Abel dos Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa [...]*, pp. 273-274; Paulo Drumond Braga, “A Expansão no Norte de África”, p. 315; idem, *Uma lança em África [...]*, p. 57.

¹⁰⁰ *Documentos das Chancelarias [...]*, t. I, p. 451; Abel dos Santos Cruz, *op. cit.*, p. 273.

¹⁰¹ Paulo Drumond Braga, “A Expansão no Norte de África”, pp. 322-323.

¹⁰² Abel dos Santos Cruz, *op. cit.*, p. 286; idem, “As Almogaverias em Marrocos”, in *Actas do VI Colóquio de História Militar. Portugal na História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1995, pp. 115-116.

¹⁰³ João Gouveia Monteiro e António Costa Martins, *op. cit.*, p. 168.

¹⁰⁴ Vide infra, n. 120 e 121.

¹⁰⁵ *Documentos das Chancelarias [...]*, t. II, p. 348.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 350.

de Faria” para Ceuta¹⁰⁷. Para além disso, a referida carta de quitação menciona que D. Álvaro de Castro recebeu 648 alqueires de trigo, 405 almudes de vinho, 11 cascos de tonéis, 2 soas de carne, 4 pipas, 24 lixas, 24 raias, 1.332 cavalas e 13.150 reais de soldo e mantimento de dois meses para si, 50 escudeiros e besteiros e 15 homens de pé que levou para Ceuta¹⁰⁸.

Para estes casos ocorridos entre 1451-1454 nada é referido quanto a uma possível contribuição de Cascais em alimentos, nem que o embarque de produtos fosse feito no porto daquela vila. Todavia, Manuel A. P. Lourenço – sem aduzir provas – indica que, em 1451, Cascais já fazia “*largo comércio com Ceuta*”¹⁰⁹ e que, para “*além das suas ocupações na corte do rei e na sua própria, na vila [...]*”, D. Álvaro de Castro “*possuía uma barca que fazia constantes viagens àquela cidade africana, levando víveres e munições, com o que o comércio de Cascais muito lucrava*”¹¹⁰. Manuel A. P. Lourenço chega mesmo a dizer que “*pelo fim do século XV, com o desenvolvimento do comércio para a África, se impôs o alargamento de Cascais para norte e para leste*”¹¹¹.

Estas afirmações de Manuel A. P. Lourenço merecem uma análise cuidada da nossa parte. Ora, sabemos que D. Álvaro de Castro tinha uma barca, aliás, até tinha outros navios para frete que andavam nas lides comerciais, e que de Cascais saíam alimentos para o abastecimento de Ceuta, mas as fontes não revelam que a barca do senhor de Cascais rumava a Ceuta por existirem ligações comerciais específicas entre os dois locais. Como noutros casos, pelo seguimento de ideias e informações fornecidas por Manuel A. P. Lourenço, dá para perceber que o mesmo se inspirou nas fontes publicadas por Pedro de Azevedo. Porém, o que a documentação publicada por este último investigador deixa perceber é que D. Álvaro de Castro era proprietário de uma barca que fazia o transporte de produtos para Ceuta, sendo que o próprio embarcava frequentemente para aquela praça com forças militares destacadas para servirem às suas ordens. É sabido que muitos “*negociantes e homens de cabedais concorriam aos contratos de abastecimento das praças*” marroquinas¹¹², o que poderá ter sido o caso do senhor de Cascais. Presume-se, neste seguimento, que D. Álvaro de Castro tivesse um contrato para abastecimento de Ceuta, sendo que os seus navios transportariam produtos de diversas proveniências embarcados em Lisboa, local onde se aprestavam as armadas, não se conhecendo uma ligação especí-

¹⁰⁷ *Ibidem*, pp. 684-685.

¹⁰⁸ Segundo consta, em 1454, já no seu regresso, D. Álvaro de Castro entregou 5 cascos de tonéis e 4 cascos de pipas “*que trouve de cepta*” ao tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa (*ibidem*, pp. 688 e 703; *Descobrimientos Portugueses*, sup. vol. I, p. 353, doc. 228).

¹⁰⁹ Manuel A. P. Lourenço, “História de Cascais e do seu Concelho”, *A Nossa Terra*, n.º 72, 1954, p. 2.

¹¹⁰ *Idem*, *ibidem*, n.º 75, 1954, p. 2.

¹¹¹ *Idem*, *ibidem*, n.º 76, 1954, p. 2.

¹¹² António Dias Farinha, *op. cit.*, vol. I, p. 21.

fica à vila de Cascais, apesar de esta também contribuir com produtos dos seus solos para o abastecimento ceptense¹¹³.

Aliás, as fontes não revelam qualquer proveito marítimo que D. Álvaro de Castro possa ter tirado pelo facto de dominar uma vila portuária às portas de Lisboa, ainda que Cascais pudesse ter servido de base naval das suas plataformas de transporte e de apoio aos seus negócios¹¹⁴. Assim sendo, estas questões têm de ser vistas sob a forma de hipótese explicativa e não como dados adquiridos. Não podem ser vistas nem transmitidas como se fossem factos históricos¹¹⁵.

Foi entre 1440 e 1471 que D. Álvaro de Castro senhoriou Cascais. Este fidalgo também estava ligado ao frete de navios que tinham como destino a Flandres. Sabe-se que era proprietário das naus *Bretoa* (cujo mestre era Luís de Deus) e *Ingressa* (da qual era mestre João Cão, possível familiar de Diogo Cão¹¹⁶), fretadas para o tráfico com o Norte da Europa, o grande abastecedor de armamento de Portugal, muito embora este também fosse procurado “*com avidex [...] nos portos mediterrânicos*”¹¹⁷. Entre 1441 e 1443 ambas as naus estiveram em Bruges, principal centro de comércio do Norte europeu nos séculos XIV e XV, e outras partes do condado da Flandres. Numa delas, já no regresso a Portugal e entre vários materiais que deverá ter transportado, ficou registado o transporte de pólvora (15 quintais em 2 botas), arneses compridos com “*barretas e baueiras*” (10), arneses de pernas (5 pares), bem como de bombardas de duas (2) e três câmaras (3) encaixadas em madeira, tudo com destino ao armazém de Lisboa¹¹⁸. É muito provável que este armamento vindo na nau de D. Álvaro de Castro, juntamente com semelhantes exemplares e outros tipos de armamentos vindos noutros navios, fosse para, posteriormente, abastecer os soldados portugueses em Ceuta.

¹¹³ Por intermédio de uma carta de quitação de 12 de Julho de 1443, na qual é referido o que recebeu e despendeu o tesoureiro das coisas de Ceuta entre 1 de Janeiro de 1440 e 1 de Janeiro de 1442, menciona-se que, tal como Lisboa e Sintra, Cascais era uma das regiões que fornecia peixe àquela cidade (cf. *Descobrimientos Portugueses*, sup. vol. I, p. 523, doc. 951). Embora por esta altura o rio de Colares (Sintra) já não fosse navegável, funcionando Cascais como porto de Sintra, presume-se que tenha subsistido, na praia das Maçãs, algum tipo de actividade piscatória (cf. Marco Oliveira Borges, “Portos e ancoradouros do litoral de Sintra-Cascais. Da Antiguidade à Idade Moderna (I)”, in *Jornadas do Mar 2014. Mar: uma onda de progresso*, Almada, Escola Naval, p. 160).

¹¹⁴ Ferreira de Andrade já havia questionado se o tráfico marítimo dos navios de D. Álvaro de Castro seria feito através do porto de Cascais (cf. Ferreira de Andrade, *op. cit.*, p. 74 (n. 27)).

¹¹⁵ Ferreira de Andrade chegou a levantar dúvidas quanto às afirmações categóricas proferidas por Manuel A. P. Lourenço sem apoio em qualquer base documental, mais concretamente no que respeita à destruição que os terramotos de 1356 e 1404 teriam causado em Cascais, ainda que de forma ligeira (cf. Ferreira de Andrade, *A Vila de Cascais e o Terremoto de 1755*, 2.º ed., Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1964, p. 52 (n. 53) [1.ª ed., 1956]).

¹¹⁶ Cf. Quirino da Fonseca, *Os Portugueses no Mar. Memórias Históricas e Arqueológicas das Naus de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa, Comissão Cultural da Marinha, 1989, p. 117; A. H. de Oliveira Marques, “Notas para a História da Feitoria Portuguesa na Flandres, no século XV”, sep. de *Studi in onore di Amintore Fanfani*, vol. 2, Milano, A. Giuffrè, 1962, p. 470 (n. 127).

¹¹⁷ Filipe Themudo Barata, *Navegação, Comércio e Relações Políticas: os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*, [Lisboa], Fundação Calouste Gulbenkian, [1998], p. 28.

¹¹⁸ Anselmo Braamcamp Freire, “Maria Brandoa, a do Crisal”, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. VI, Lisboa, Officina Typographica – Calçada da Cabra, 1908, pp. 350-351; *Descobrimientos Portugueses*, vol. I, pp. 428 e 432, doc. 337.

Se já tínhamos referido que, em 1452, Luís de Deus, mestre da barca de D. Álvaro de Castro, transportava alimentos para Ceuta, agora vimos que logo nos inícios da década de 1440 já era mestre de uma das naus que foram a Bruges buscar armamento. Portanto, fica notório que D. Álvaro de Castro era proprietário de navios para frete que buscavam no Norte da Europa armamentos necessários ao abastecimento das praças de guerra marroquinas e que, juntamente com outros produtos alimentares, seriam embarcados rumo ao seu destino. O senhor de Cascais não teria interferência directa no carregamento dos navios, apenas proporcionaria transporte mediante pagamento.

É verdade que em muitos casos o frete dos navios que rumavam a África surgia associado a embarcações estrangeiras, o que “*significava também automaticamente o recrutamento de tripulações e a obtenção de determinadas mercadorias, que colmatavam as faltas em Portugal*”¹¹⁹, mas os navios nacionais eram igualmente fretados para as expedições de socorro e abastecimento a Marrocos¹²⁰. Este é, aliás, o tempo do cavaleiro-mercador que se lança no comércio internacional e ultramarino como armador ou até mesmo como capitão de navios, fazendo face à concorrência dos mercadores estrangeiros que negociavam em Lisboa e que se ligam “*ao comércio de grosso trato com os países europeus*”¹²¹. De facto, se a nobreza estava quase exclusivamente envolvida nas actividades militares, com o desenrolar do século XV os valores, posições sociais e as condutas vão alterar-se. Os mercadores passam a pretender foros de cavalaria enquanto que os cavaleiros se dedicam cada vez mais ao corso, assaltos a aldeias mouras, à navegação e ao comércio. É o tempo do mercador-cavaleiro e do cavaleiro-mercador¹²².

Em todo o caso, o assunto dos fretes e o envolvimento destes nobres e de armadores nos negócios ultramarinos não terá deixado de estar isento de problemas com a Coroa. Estando perante uma necessidade regular, a Coroa chegava a ordenar a tomada de navios à força aos seus armadores, obrigando ao transporte de homens e bens necessá-

¹¹⁹ Paula Limão, *Portugal e o Império Turco na área do Mediterrâneo (século XV)*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (FL/UL), vol. I, 1994, p. 182.

¹²⁰ O próprio D. Duarte de Meneses, cunhado de D. Álvaro de Castro, tinha navios para frete que andavam no abastecimento de Ceuta (cf. *Documentos das Chancelarias [...]*, t. II, p. 346). Em 1462, D. Afonso V concedeu autorização a D. Duarte de Meneses para enviar caravelas e outros navios com mercadorias à costa da Guiné, a fim de recuperar os 444.000 reais brancos que o infante D. Henrique, falecido em 1460, lhe ficara a dever pelo seu casamento com D. Isabel de Castro (Maria Barreto Dávila, “O infante D. Henrique [...]”, p. 349).

¹²¹ Humberto Baquero Moreno, “Ritmos de desenvolvimento da sociedade portuguesa nos séculos XIV e XV”, *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XIV e XV. Estudos de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 14-15.

¹²² Vitorino Magalhães Godinho, “Complexo histórico-geográfico”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 646; idem, “Inovação e permanências nos séculos XV e XVI – entre mito e utopia”, in *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Séculos XIII-XVIII*, Lisboa, Difel, 1990, p. 96. “*Os mercadores dos séculos XIV e XV não se limitavam, em geral, a comprar para vender a retalho, especificamente a comprar panos por grosso para revender a côvados, mas exerciam simultaneamente outras actividades: lavradores, arrematantes das rendas reais, do clero e dos nobres, funcionários da coroa (feitores, vedores da fazenda, almoxarifes, escrivães, administradores de nau), mestres de navio, cambadores, fretadores, senhorios de nau, pescadores (armadores de pesca)*” (cf. António Borges Coelho, “Mercadores portugueses nos séculos XIV e XV”, in *Questionar a História – II. Clérigos, Mercadores, «Judeus» e Fidalgos*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994, p. [25]).

rios à cidade e à guarnição, situação que levou a diversos protestos¹²³. Um dos exemplos envolve o Porto, sendo que desde 1415 que D. João I ordenava que os seus oficiais tomassem na dita cidade os navios necessários para daí levarem armas, mantimentos e homens para a defesa e governo de Ceuta, mas sem se passarem cartas de fretamento aos mestres e senhores desses navios e sem que lhes fosse pago o serviço, salvo pelo montante que conviesse ao rei¹²⁴. Em 1459, respondendo ao pedido dos senhores e mestres dos navios enviados a Ceuta e a Alcácer Ceguer, no intuito de que fossem pagos os respectivos fretes, D. Afonso V estabeleceu que assim não se fizesse, alegando que nos reinados de D. João I e D. Duarte “*nom se acostumauam de pagar*” esses serviços¹²⁵.

Ainda não conseguimos perceber se havia uma época definida para as viagens a Ceuta, sendo que o mais plausível é que as mesmas ocorressem à medida que as necessidades ditassem o aprovisionamento e a substituição das guarnições, partindo sobretudo do Porto, de Lisboa e do Algarve. Quanto às escalas, e embora pareça não haver um estudo que sistematize os dados disponíveis relativos a este e a outros aspectos que temos vindo a referir, sabe-se que os portos algarvios mantiveram uma relação estreita com os navios que iam e vinham de Ceuta, como são os casos de Tavira e Faro. Este último porto chegou mesmo a ser referido como o principal local de embarque e desembarque dessas ligações marítimas¹²⁶.

Um documento de 1 de Abril de 1455 revela que, na vinda de Ceuta, as forças militares de D. Álvaro de Castro escalaram em Faro¹²⁷. O documento remete para cerca de três meses antes, pouco mais ou menos, pelo que a chegada teria ocorrido algures entre Janeiro e Fevereiro desse ano. Não se sabe exactamente o motivo que levou à passagem das forças militares por Faro, mas, contrariamente ao que havíamos referido num outro estudo¹²⁸, esta era uma escala frequente no retorno de Ceuta. Provavelmente, esta passagem estaria relacionada com a costumeira escala naquele porto algarvio e com a possibilidade de que parte das forças militares sob comando de D. Álvaro de Castro seriam daquela região, voltando agora às suas terras. No entanto, essa escala poderia estar igualmente associada a negócios ilegais, nomeadamente ao descaminho e ao contrabando de mercadorias. Fosse qual fosse o motivo, a ligação de D. Álvaro de Castro a Faro deverá ter sido mais enraizada do que aquilo que possa parecer, sendo que, em 1455, o senhor de Cascais já tinha um criado fixo naquela vila algarvia, o qual haveria de ficar ligado às salinas locais¹²⁹.

Proprietário de 1 barca e de 2 naus que estiveram em trânsito para Ceuta e para o Norte da Europa, respectivamente, teria D. Álvaro de Castro outros navios? Estariam os

¹²³ João Gouveia Monteiro e António Costa Martins, *op. cit.*, p. 172.

¹²⁴ Idem, *ibidem*, p. 172.

¹²⁵ *Monumenta Henricina*, vol. XIII, pp. 224-225.

¹²⁶ Alberto Iria, *op. cit.*, p. 113.

¹²⁷ *Documentos das Chancelarias [...]*, t. II, pp. 263-264.

¹²⁸ Marco Oliveira Borges, “D. Álvaro de Castro (1.º conde de Monsanto) [...]”, p. 100.

¹²⁹ O criado era Álvaro Afonso, o qual, a pedido do próprio D. Álvaro de Castro, foi nomeado para o ofício de medidor do sal das salinas e casa do sal da dita vila. A carta (em anexo) é de 14 de Fevereiro de 1455 (ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 7v).

navios referidos somente envolvidos na actividade de frete para transporte de alimentos, armamento e combatentes? Para além de Ceuta e Flandres, os seus navios tiveram outros destinos? Por outro lado, estes navios teriam sido construídos de raiz para D. Álvaro de Castro ou adquiridos de outra forma?

Referindo-se a uma expedição à costa ocidental africana ocorrida em 1445, Zurara menciona que Dinis Dias (descobridor do cabo Verde) armou uma caravela de D. Álvaro de Castro e que, juntamente com Álvaro Fernandes Palenço, piloto de uma fusta velha, pretendia chegar à “*terra dos negros*”. A primeira paragem foi na ilha de Arguim, local onde fizeram aguada. Após passarem a ponta de Santa Ana doze dos tripulantes saltaram em terra vindo a capturar nove indígenas, três dos quais acabaram por conseguir fugir¹³⁰. Embora Zurara não refira a sua presença, somente que “*Dinis Dias armou uma caravela de Dom Álvaro de Castro, tomando logo de começo companhia com Palenço*”¹³¹, Ferreira de Andrade¹³² e João Silva de Sousa¹³³ afirmaram que D. Álvaro terá participado nesta mesma expedição. Dado os ofícios que desempenhava e as responsabilidades acrescidas referentes a isso, e que deveriam ocupar-lhe bastante tempo, não é de crer que tenha seguido viagem. Aliás, nem era esse o seu tipo de envolvimento pessoal na empresa africana. De qualquer forma, fica por saber se D. Álvaro de Castro colocou excepcionalmente uma caravela sua à disposição dos navegadores do infante D. Henrique, mediante frete, ou, por outro lado, se o envolvimento dos seus navios poderia ter outro tipo de frequência nas viagens de exploração pela costa ocidental africana. O mais provável é que a caravela apenas tenha sido fretada a D. Álvaro, não havendo qualquer ligação habitual com as viagens de exploração henriquinas.

É de crer, no entanto, que D. Álvaro de Castro pudesse ter tido outros navios e até mesmo com outras ligações marítimas. Se já vimos a possibilidade de Cascais ter funcionado como base de apoio aos seus navios, Faro até poderá ter tido um papel mais importante. Este porto, para além das ligações a Ceuta, também era um local de carga e descarga de mercadorias com outras procedências, sobretudo do Mediterrâneo para o Norte da Europa¹³⁴, pelo que isso leva-nos a pensar que D. Álvaro de Castro tenha aproveitado essa situação.

Outro dos aspectos que chama a atenção e que precisa de ser referido tem a ver com o nome das naus deste fidalgo: *Bretoa* e *Ingressa*. É possível que as mesmas tivessem o seu nome associado à área geográfica onde haviam sido compradas, ou talvez tomadas. Por outro lado, estes nomes podem denunciar os destinos mais usuais das embarcações¹³⁵. Portanto, seguindo este raciocínio, ou as naus teriam sido compradas na Bretanha e na Inglaterra, respectivamente, sido tomadas nessas ou noutras áreas a bretões e a ingleses,

¹³⁰ Gomes Eanes de Azurara, *Crónica do Descobrimento [...]*, cap. XXXI, p. 110, cap. LXXI, pp. 192-195.

¹³¹ Idem, *ibidem*, cap. LXXI, p. 192.

¹³² Ferreira de Andrade, *op. cit.*, p. 74 (n. 27).

¹³³ João Silva de Sousa, *op. cit.*, p. 399.

¹³⁴ Alberto Iria, *op. cit.*, p. 113.

¹³⁵ Amândio Barros, *Porto. A construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*. Dissertação de Doutoramento em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. I, Porto, 2004, p. 762; António Borges Coelho, *História de Portugal*, vol. III, p. 149.

ou rumariam àqueles locais com frequência em ligações comerciais. Não era nada de estranhar que tivessem sido tomadas e vendidas a D. Álvaro de Castro, ou, por outro lado, que o próprio pudesse ter estado envolvido na actividade de corso e os navios sido apresados por corsários que, eventualmente, trabalhassem para si. Sabendo que o corso e a pirataria eram actividades muito lucrativas e que alguns nobres portugueses tiveram navios usados nesse âmbito, inclusive entre a costa algarvia, o Estreito de Gibraltar e Ceuta, não é de excluir que D. Álvaro de Castro – para além de ter navios para frete – também possa ter seguido o mesmo caminho. Neste sentido, Faro até poderia ter sido um apoio a essas actividades. No entanto, esta é apenas uma hipótese e que apenas poderá vir a ser confirmada ou desmentida com o avanço das investigações. Até ao momento, sabemos apenas que este fidalgo comandou navios contra corsários, actividade em que esteve igualmente envolvido seu pai, D. Fernando de Castro, pelo menos na área do Mediterrâneo, após a conquista de Ceuta¹³⁶.

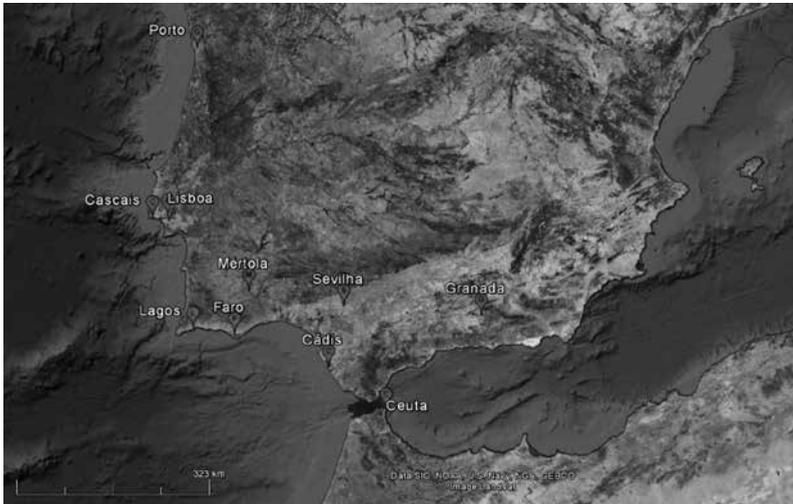


Fig. 3 – Alguns dos locais em contacto com Ceuta ou ligados a D. Álvaro de Castro.

Conclusão

D. Álvaro de Castro foi um dos vários fidalgos portugueses que prestou serviço militar em Ceuta nas décadas de 1440-1450. Contudo, e ainda que várias cartas (especialmente de perdão e de comutação de penas a escudeiros e a degredados sob seu comando) nos dêem conta da sua presença – de forma directa ou indirecta – naquela praça entre 1441 e 1456, onde serviu e comandou forças militares portuguesas, a verdade é que a

¹³⁶ Abel dos Santos Cruz, “A Guerra de Corso e a Pirataria no Mediterrâneo Ocidental ao tempo do Conde D. Pedro de Meneses (1415-1437)”, in Francisco Contente Domingues e Jorge Semedo de Matos (org.), *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV-XIX)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, p. 80.

documentação existente é bastante lacónica. Estes documentos apenas mostram as penas aplicadas e cumpridas pelos homiziados e degredados sob seu comando, nunca as datas exactas das viagens e serviços prestados, exceptuando num caso (1454). No entanto, um dos documentos conhecidos também permite perceber que D. Álvaro de Castro servia em Ceuta pelo menos desde 1441.

A presença do senhor de Cascais naquela cidade ganharia forma através de serviços militares periódicos, em que deveria render outros fidalgos ali destacados, mas também através de expedições de socorro devido a cercos inimigos, algo que se pode comprovar para 1454. Quanto ao tempo de serviço em Ceuta, os abastecimentos para aquele local e os pagamentos adiantados (sendo feitos em reais mas também em trigo, vinho, carne e em outros géneros alimentares) mostram que se destinavam a cobrir um serviço de 2 a 3 meses, se bem que essa presença pudesse acabar por se estender no tempo. D. Álvaro de Castro poderá mesmo ter chegado a estar um ano e meio em Ceuta sem interrupção. Por agora, os dados explorados permitem perceber que este fidalgo esteve, pelo menos, 6 vezes naquela cidade durante as décadas em estudo. Em Abril de 1440 (durante a malograda expedição que visava resgatar o infante D. Fernando), em 1441, algures passados poucos anos, em 1452, em 1454 e 1454-1455, sendo de suspeitar de mais presenças.

No entanto, a actividade deste fidalgo foi mais complexa, não se resumiu aos feitos guerreiros e ao serviço militar. Na verdade, D. Álvaro de Castro parece enquadrar-se na figura do cavaleiro-mercador surgido com o advento de um novo complexo histórico-geográfico e que se vai estruturando ao longo de Quatrocentos. O senhor de Cascais era proprietário de navios para frete que buscavam no Norte da Europa armamentos necessários ao abastecimento das praças de guerra marroquinas e que, juntamente com outros produtos alimentares, seriam embarcados rumo ao seu destino. Para além de 2 naus, 1 caravela e 1 barca, é exequível que pudesse ter tido outros navios e até mesmo com outras ligações marítimas. Possivelmente até envolvidos no corso, actividade muito lucrativa e a que estiveram associados alguns nobres portugueses do seu tempo. Os portos de Cascais e Faro deverão ter tido utilidade no apoio aos navios de D. Álvaro de Castro, acrescentando a importância deste último em ligação com Ceuta e com os navios que seguiam para o Norte da Europa vindos do Mediterrâneo.

O conhecimento em torno de D. Álvaro de Castro poderá vir a ganhar novos contornos com o prosseguimento das investigações, sendo necessário continuar a seguir os escudeiros e degredados que a ele estiveram associados. Para além disso, e para se compreender melhor o serviço militar prestado em Ceuta e a questão do abastecimento, é importante estabelecer paralelos com outros casos de nobres que tiveram navios igualmente envolvidos nesta actividade e serviram em Ceuta. Ficam, igualmente, por compreender melhor as ligações de D. Álvaro de Castro a Faro.

Anexo documental¹³⁷

Doc. 1 – Almeirim, 1455-2-14; D. Afonso V. Registo de carta régia de doação a Álvaro Afonso, criado de D. Álvaro de Castro, morador na vila de Faro, do ofício de medidor do sal nas salinas e Casa do Sal de Faro.

ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 7v.

¹³⁸*Dom afomsso et cetera a quantos esta carta virem fazemos saber que nos querendo fazer graça E merçee a aluaro afomsso criado de dom aluaro de castro Senhor de cascaes noso |² camareiro-moor E do nosso conselho morador em faarom pollo do dicto dom aluaro que no-llo por elle pedio Teemos por bem E damo-llo por medidor do sal que sse mede nas |³ saynhas E na casa do sal da dicta villa de faarom porquanto nos foy dicto que o nom tem nenhuum per nossa carta E porem mandamos ao nosso contador do Regno |⁴ do algarue E aos Rendeiros E Reçebedores que ora som E ao diante forem do dicto sal E a outros quaaesquer ofiçiaaes E pessoas a que o conheçimento desto perteençer per quall |⁵ quer guisa que metam logo o dicto aluaro afomsso em posse do dicto ofiçio E o leixem serujr E husar delle E auer as (sic) prooes E dereitos que a elle perteeençem E a outro nenhuum nom |⁶ Sem lhe sobre'llo seer posto nenhuum embargo O quall et cetera dada em almeirim xiiij dias de feuereiro Gonçallo cardoso a fez ano de noso Senhor Jesu cristo |⁷ de mjl iiij Lb.*

¹³⁷ Transcrição por Eduardo Condeço de Castro.

¹³⁸ Nota marginal esquerda: “aluaro afomsso”.

Doc. 2 – Lisboa, 1463-4-28; D. Afonso V. Registo de carta régia de sentença entre D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, e D. João de Meneses, fidalgo da Casa do Rei, na qual se ordena que D. João de Meneses não faça tomadias na terra de Ançã e suas aldeias, sob pena de cem coroas de ouro.

ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 9, fl. 85.

*dom aluaro de crasto Com[de de momsanto Semtemça que(?)]
ouue Comtra dom Joham de meses (sic) per que lhe foy defeso
que nam faça tomadia nem mamde tomaar nenhuum morador da [terra(?)] d'am cãa
nem das aldeas de rrador cousa alguãa / E cetera*

¹³⁹ *Dom afomsso cetera A todo-llos Corregedores Juizes E Justiças de nossos rregnos a que esta Sentença [for] mostrada ² Saude sabede que peramte nos sse hordenou huum fflecto amtre dom aluaro de castro comde de monssanto como autor de ³ hũa parte E dom Joham de meneses fidalgo de nossa cassa Reeo da outra dizemdo o autor comtra o Reeo que ⁴ he uerdade que elle autor tem hũa terra que sse chama da ançãa que Ja herdara de sseu padre da quall he Senhor ⁵ E tem a Jurdiçom E ha toda-llas Remdas E dereitos ssem outra algũa pessoa hi teer parte nem outro ⁶ alguum dereito E que o dicto Reeeo tem Junto com a dicta ssua terra hũa quintaa E por sseer fidalgo ⁷ E poderosso na terra E elle autor nuunca¹⁴⁰ hi estar E estar em outras partees o dicto Reeeo sse me ⁸ tia por a dicta ssua terra E em espiçiall na aldeia da seoga E n'aldea de lauarralos E na ⁹ aldeia de ssam faguundo¹⁴¹ E n'aldea da Juarua E n'aldea da çidreira que ssam todas dentro na ssua ¹⁰ terra d'ançãa E ssem teer alguum dereito nem rrezam lhe fazia em ellas tomadia tomando rroupas ¹¹ E palhas E çeuadas galinhas carneiros cabritos E outras coussas nom lhe pertencemdo nem temdo dereito alguum ¹² de o fazer em tall guissa que lhe fazia despouonar a terra E fugir os lauradores della E per o lhe elle autor ¹³ Requeresse que tall tomadia nom fizesse em ssua terra elle o nom queria fazer pidindo o autor comtra ¹⁴ o dicto Reeeo que per nossa Sentença declarassemos elle autor sseer Senhor da dicta terra E auer della toda-las ¹⁵ Remdas E Jurdiçom E o dicto Reeo lhe fazer tomadia nas dictas aldeas ssem lhe pertencer E per essa mesma ¹⁶ o condanassemos que mais tall tomadia lhe nom fizesse em algũa aldeia nem cassall de ssua terra sob ¹⁷ çerta penna sse o mais fizesse Segundo em ssua auçom mais conpridamente era contheudo a quall nos ¹⁸ aa Reuelia do rreeo que nom quis vjr aa çitaçom que lhe foy fflecta Julgamos que proçedia E lhe manda ¹⁹ mos que a contestasse E porque nom contestou comtestamos nos por elle per a clausulla Jeerall E Julga ²⁰ mos que era contestado quamto avomdaua E porque o libello do autor era articollado Julgamos ²¹ os arrtiqnos por pertencemtes E mandamos ao Reeo que viesse com comtrairos E porquamto com elles nom veo ²² o lançamos delles E mandamos ao autor que desse proua*

¹³⁹ Nota marginal esquerda: “conde // de mon//santo //”.

¹⁴⁰ Está incompleto o traçado do segundo <u>, tendo só o primeiro traço. Nesse sentido, poderia considerar-se esse mesmo traço o resultado de um automatismo gráfico e não de uma decisão do escritor em traçar uma letra. Opto por considerá-lo uma letra plena por analogia com “alguum”, palavra cujo final apresenta o mesmo <u> incompleto.

¹⁴¹ Passa-se aqui uma situação idêntica à descrita na nota anterior. O fenómeno é sistemático, pelo que não o voltarei a assinalar.

aa ssua auçom a quall deu E foy acabada a |²³ berta E prouycada E sobre ella per o autor aa Reuelia do Reeo tamto rrezoado que o fecto foy concludo E visto |²⁴ per nos em rrolaçom com os do nosso desenbarguo¹⁴² E o que sse per elle mostra E a Inquiriçom por parte do dicto conde |²⁵ autor oferiçida per a quall sse proua o dicto dom Joham rreoo fazer tomadia de quaeesquer coussas que lhe praz na dicta terra |²⁶ d'ançaa do dicto autor E aldeas della E como por parte do dicto Reeo sse nuunca mostrou coussa algũa de proujlegio |²⁷ nem autoridade que teuesse pera a poder fazer pero pera ello mujtas vezes fosse rrequerido E atendido Acordamos |²⁸ que o dicto dom Joham Reeo nom possa a dicta tomadia fazer E lhe defendemos que mais daqui en diamte em |²⁹ nenhũa coussa a nom faça nem tome nem mande tomar a nenhuum dos moradores da dicta terra d'ançaa |³⁰ nem aldeas della coussa algũa comtra vomtade E prazer dos moradores della E esto sob pena de çem coroas |³¹ d'ouro por cada uez que o comtrairo fezer das quaees a metade SeJa pera nos E a outra meetade pera o dicto conde |³² ou sseus soçesores que forem Senhores da dicta terra em cuJo perJuizo E dano a dicta tomadia fezer |³³ E condanamos mais o dicto Reeo nas custas E Porem vos mandamos que conpraees E façaes comprar |³⁴ E guardar esto como per nos he acordado E determynado E fazee vender E rrematar tamtos dos beens do dicto |³⁵ Reeo moues E de rraiz ao tempo que a nossa hordenaçom manda per que o dicto conde autor aJa de custas que sobre |³⁶ ello fez mjll duzentos E vijnte E noue rreais E meo E per que aJamos de dizima que delles em a nossa chamçellaria pagou |³⁷ cento E vijnte E tres Reais bramcos E all nom façades dada em lixboa xxix dias d'abrill El Rej o mandou |³⁸ per o doutor nuno gomçalluez caualeiro de ssua cassa do sseu desenbarguo E Juiz dos sseus fectos afomsso trijgo por Joham de |³⁹ lixboa a fez anno de nosso Senhor Jesu cristo de mjll E iiif lxiij.

¹⁴² A letra <a>, em “desenbarga”, foi corrigida para “desenbarguo”, por sobreposição.

Doc. 3 – Évora, 1469-12-8; D. Afonso V. Registo de carta régia de doação a D. João de Castro do condado de Monsanto, do senhorio de Castelo Mendo, dos reguengos de Póvoa-del-Rei e Bouça Cova, e da frontaria-mor de Lisboa e alcaidaria-mor do castelo desta cidade, tal como os possuía ao tempo o seu pai, conde de Monsanto. A doação entra em vigor à hora do falecimento deste último, ou quando vagarem os títulos e ofícios, sem necessidade de nova carta régia que a confirme.

ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 118.

*dom Joham de crasto*¹⁴³ *doacam do condado \castelo/ E*¹⁴⁴ *uilla de momsamto*
*E titollo dela E*¹⁴⁵ *villa de castell memdo*¹⁴⁶ *E do Regemgo \da pouoa/ Junto com*
trancosso
*e bouca coua E da frontarya-moor E alcaidarya-moor*¹⁴⁷ *da cidade de lixboa*
E coutaria das perdizes

¹⁴⁸ *Dom afonso cetera A quantos esta carta virem fazemos saber que querendo nos fazer graça E merçee a dom Joham de castro fidallgo |² de nossa cassa E do nosso comsselho. | nos de nosso moto propio E çerta siençia com acordo do prinçipe dom Joham meu sobre |³ todos mujto preçado E amado filho ssem elle nem outro por elle no-llo pedijr. | Teemos por bem E nos praz queremos E |⁴ mandamos que per falleçimento do comde de monssanto seu padre o dicto dom Joham aJa logo o dicto condado de Monsanto |⁵ E titullo delle E sse chame logo comde do dicto condado de monssanto E aJa E tenha pera si o dicto castello E villa |⁶ de monssanto E Jso mesmo aJa logo a posse E Senhorio do castello E villa de casteell mendo com todos sseus termos |⁷ lemjtes E Jurdiçoes E rremdas mero mysto Jnperio E com o rregengo que he Junto com trancosso que sse chama |⁸ a pouoa del Rej villa franca E bouça coua E cetera com todas ssuas rremdas E tributos asi E tam conpridamente |⁹ como o dicto sseu padre ora tem E pessuee as dictas villas casteellos E rregengo E lhe de dereito pertençem rreseruamdo |¹⁰ pera nos alçada das Jurdiçoes como nas cartas que dello tem he majs conpridamente contheudo | Outrosi nos praz |¹¹ E queremos que per falleçimento do dicto comde o dicto dom Joham sseu filho aJa E tenha em toda ssua vida a fron |¹² taria-moor desta çidade de lixboa E alcaidaria-moor do casteello da dicta çidade E coutaria das perdizes |¹³ com todas ssuas rrendas E dereitos E pertenças E coutadas poderes E primjnências honrras liberdades E franquezas que |¹⁴ a dicta frontaria-moor E alcaidaria-moor E coutaria das perdizes pertençem asi E tam conprida-*

¹⁴³ A forma abreviada do apelido é “*crast*”, em que o <o> sobrescrito seria desabreviado em *or/ro* (cf. Eduardo Borges Nunes, *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*, Lisboa, [s.n.], 1981, p. 6). No entanto, vista a metátese do [r] do ataque ramificado da última sílaba para o da primeira, opto por expandir esta abreviatura sem o <r>.

¹⁴⁴ Estou em crer que a conjunção copulativa abreviada (nota tironiana) emenda por sobreposição a palavra “*da*”.

¹⁴⁵ O texto original foi eliminado por raspagem ou lavagem. O que se actualmente observa foi registado após essa acção.

¹⁴⁶ Aqui termina a área eliminada.

¹⁴⁷ Nova correcção por eliminação do texto original, agora circunscrita ao espaço ocupado pela palavra “*alcaidarya*”.

¹⁴⁸ Nota marginal esquerda: “*Dom Joham de castro |l*”.

mente |¹⁵ como os dictos ofiços teem E ora pessue o dicto sseu padre E lhe de direito pertença E nas cartas que dello tem |¹⁶ he contheudo. / O quall condado E titullo delle com as sobredictas vjllas casteellos terras Jurdiçoes trabutos (sic) E |¹⁷ rrendas dellas pouoa del Rej villa franca E bouça coua com todas ssuas rremdas E tributos da dicta frontaria- |¹⁸ moor E alcaidaria-moor de lixboa E coutaria das perdizes nos praz E queremos que aJa o dicto dom Joham per falleçimento |¹⁹ do dicto sseu padre ou per quallquer outro modo E maneira que o dicto condado E terras sobredictas casteellos |²⁰ E ofiços Ja dictos vagarem / E per esta pressente damos poder E autoridade ao dicto dom Joham de castro que |²¹ falleçendo o dicto sseu padre ou vagamdo o dicto condado ofiços E coussas sobredictas per quallquer outra maneira que seJa o dicto |²² dom Joham per sua propria autoridade E sem outra nossa carta. / tome E possa logo tomar a posse corporall E autoall do dicto |²³ condado E terras E ofiços E cada huum delles E auer E leuar as rrendas E proueitos das dictas terras E ofiços |²⁴ E hussar das Jurdiçoes das dictas terras E cetera. / porquamto des agora lhe fazemos de todo merçee E lho auemos |²⁵ por dado E outorgado como sse ao pressente o dicto condado E terras E ofiços sobredictos vagassem E vagos rrealmente |²⁶ fossem E porem mandamos a todo-llos rregedores¹⁴⁹ da nossa Justiça veedores da nossa fazenda Corregedores Juizes |²⁷ Justiça dos nossos rregnos E a outros quaesquer ofiçiaees E perssoas a que o conhecimento desto pertença E esta nossa |²⁸ carta for mostrada que leixem logo per esta nossa carta ao dicto dom Joham tomar a posse do dicto condado terras E Jurdiç |²⁹ çoes E casteellos E villas E ofiços sobredictos E hussar das dictas Jurdiçoes E alcaidarias E ofiços E auer |³⁰ pera si toda-llas rremdas E direitos que ao dicto condado terras Jurdiçoes E ofiços E alcaidarias pertença asy E |³¹ tam compridamente como os ora tem E pesue o dicto seu padre E lhe de direito pertença deue sem outra carta nossa |³² que pera ello aJa a quall carta asijnamos de nosso proprio signall E o dicto príncipe meu filho E mandamos |³³ sseellar do nosso ssello de chunbo E dar ao dicto dom Joham por ssua guarda do prazimento E consentimento do |³⁴ dicto comde sseu padre E da condessa sua molher dada em a nossa çidade d'euora biijo dia de dezenbro lourenço |³⁵ aabell a fez anno do nosso Senhor Jesu cristo de mjl iiij^r E lxxix annos.

¹⁴⁹ Rasurado: "Corregedores".

Doc. 4 – Évora, 1497-11-21; D. Manuel I. Registo de carta régia de doação do ofício de fronteiro-mor de Lisboa a D. Rodrigo de Castro, tal como o tinha D. João de Castro, conde de Monsanto e seu irmão. A presente carta confirma a mercê de D. Afonso V e do príncipe D. João, na qual se prometia a D. Rodrigo de Castro o dito ofício aquando do falecimento de D. João de Castro.

ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fls. 6v-7.

*dom Rodrigo de crasto*¹⁵⁰ *Carta do ofício de fromteiro-moor da cidade de lixboa*

¹⁵¹*Dom Manuell cetera A quantos esta carta virem fazemos ssaber que esguardamdo nos |² aos muitos E grandes seruiços que dom aluaro Comde de momsamto que deus perdoee |³ tem feitos a El Rey dom afonsoo meu tio que samta grorea aJa E a estes Regnno |⁴ E como morreo em a filhada da nosa vila d'arzila E yso mesmo aos muitos E |⁵ Comtenuados seruiços que dom Rodrigo de castro seu filho do noso comçelho E alcaide-moor |⁶ da vila de couilhãa ao dito senhor Rey E a el Rey meu Sennhor que deus aJa E a nos |⁷ tem feitos E esperamos que ao diamte faça polos quaes temos muita Razam de |⁸ lbe fazermos acrecentamemto E merçee E queremdo-lho em algũa maneira galar |⁹ doar Como a nos Cabe Cremdo dele que em tall carreggo nos ha-de servir |¹⁰ muy bem E como a noso seruiço em tall caso pertemçee o damos por fromteiro-moor em |¹¹ a nosa muy noble E sempre leal çidade de lixboa E seus termos asy E por a gui |¹² sa que era dom Joam Comde de momsamto seu Jrmão o tinha per CuJo fa |¹³ leçimemto o dito dom Rodrigo avia d'auer a dita fromtaria-moor per vertude |¹⁴ de huũa Carta de merçee que ele tinha do dito senhor Rey dom afonsoo a qual |¹⁵ Carta era Comfirmada per El Rey meu senhor Semdo primçepe na qual |¹⁶ lbe prometia a dita fromtaria-moor per faleçimemto do dito Comde seu Jrmão |¹⁷ E Porem mamdamos a todo-los fidalgos Caualeiros escudeiros alcaide-moor homens |¹⁸ d'armas anadel E Coudel Corregedores Juizes E Justiças Comçelho E homens-boons |¹⁹ E a todo-los outros da dita çidade E termos que asy o aJam por noso fromteiro-moor |²⁰ E lbe obedeçeaes em todo o que deuees E vos ele da nosa parte diser em as |²¹ Cousas que hao dito carreggo pertemçem E vos aJuntas Com ele ou com quem |²² Elle mamdar Cada uez que vos per ele ou per seu mamdado for dito E Reque |²³ rido por noso seruiço fazemdo E Comprimdo asy todo o que ele diser E mandar |²⁴ ou acordar que se faça por booa guarda E defensam desa Cidade E termo |²⁵ E fromtaria asy E tam Compridamemte Como o fariees per nosa pesoa mesma |²⁶ estamdo nos hy presemte E lbe seJaees em elo bem prestes E deligemtes segundo nos |²⁷ de vos Comfiamos que façaes Como boons E leaees vasalos E naturaes |²⁸ por noso seruiço E por esa terra ser bem defesa E guardada Outrosy damos |²⁹ todo noso Comprido poder E mamdado especial ao dito dom Rodrigo que chamando |³⁰ Elle ou mamdamdo Chamar o dito noso alcaide-moor da dita çidade que ve |³¹ nha E vaa a seu mamdado que hele o faça loguo E cunpra asy leixamdo |³² tall pesoa em seu nome no dito Castelo que ho guarde Como deue E tambem |³³ o dito alcaide Como aquele que hem seu nome ficar sigam por noso seruiço |³⁴ aquelo que lbe per ele ou per suas Cartas for declarado*

¹⁵⁰ Vide supra, n. 142.

¹⁵¹ Nota marginal esquerda: “*dom Rodrigo fromteiro-moor*”.

E se acomteçer amte desto |³⁵ ou depois querer hyr emtrar E ver o dito castelo E forteleza que o dito alcaide |³⁶ que dele for lhe abra E o Recebam em ele no alto E baixo Com quamtos ele quiser |³⁷ E o leixem hy estar ou quaesquer fidalgos ou Jemtes d'armas que hy leixar por noso |³⁸ seruiço em quamto a ele aprouuer E aos tempos que hele esteuer demtro ou leixar |³⁹ outras pessoas no dito castelo uos emcarregem ao dito dom Rodrigo a dita menaJem |⁴⁰ E avemos por quite dela o dito alcaide mostramdo ele per sua carta ou estpirtura |⁴¹ pubrica Como ele emtroy ou leixou as ditas pessoas demtro no dito castelo per bem |⁴² deste noso poder Outrosy mamdamos ao dito alcaide E aos almoxarifés do noso |⁴³ almazem E terecenas E quaesquer outros nosos ofiçiaes que lhe mostrem todo-los |⁴⁴ almazees E artelharias da gerra E lhe leixem tomar as armas que lhe /. [fol. 7]|¹⁵² Comprirem E o dito alcaide almoxarifés E oficiaes Recebam Suas(?) Cartas(?) desas armas E cousas |² da gerra que ele asy tomar asynadas per sua mão pera lhos depois Requererem |³ ou mostrarem a nos Como lhe per ele foram leuados outrosy damos poder E autoridade |⁴ ao dito dom Rodrigo que vimdo alguuns cosarios sobre aquela Costa que seJa noso seruiço <E> proueito |⁵ de noso pouo E defemsam do dito porto ou d'alguuns nosos naturaes E a Jmigos de nosos |⁶ Regnnos d'armar sobre eles E nos seJamos alomgado da dita Cidade em tall maneira |⁷ que se queira maior trigamça E se dar [...(?)] fazem|⁸ do-no-lo Saber ele posa armar E mamdar armar sobre eses cosarios em maneira que vijr que he |⁹ neçesareo sem no-lo fazer saber E per esta nosa Carta mamdamos ao veador da nosa |¹⁰ fazemda Comtador-moor E a outros nosos ofiçiaes da dita cidade a que pertemcer que em |¹¹ tall caso lhe dem E mamdem dar os mamtimentos E facam fazer de nosas Remdas |¹² as despesas pera elo neçesareas E queremos E damos poder per esta mesma ao dito dom |¹³ Rodrigo que vimdo alguuns nauios de cosarios ou Jmigos E queiram emtrar no dito porto da dita |¹⁴ Cidade ou em alguuns outros de seus termos E ele vijr que he bem E neçesareo lhe dee E posa dar |¹⁵ as Seguramças Como se dam aos outros nauios Reseruamdo as(?) pesoas(?) merchantes as quaes |¹⁶ seiam dadas as ditas Seguramças se d'avamte da dita çidade vijr quizerem [per(?)] o noso vedor |¹⁷ da fazemda E comtador-moor Como se ora faaz E he nosa ordenamça outrosy mamdamos ao |¹⁸ noso Corregedor Juizes E Justiças desa çidade E termos que vão E estem Com ele ou sem ele Como lhe per |¹⁹ Elle da nosa parte for dito E mamdamos por noso seruiço a alguuns lugares E partes da dita çidade |²⁰ E termo E yso mesmo que façam Jr os ditos Caualeiros E fidalguos Cidadãos Comçelho E homens |²¹ d'armas besteiros E homens de pee que na dita çidade E termo/ ouuer E que o Cunpram E facam |²² Comprir sem tardamça tamto que per ele ou da sua parte for dito E mamdado ou pera |²³ elo forem Requeridos Como dito he E o cream de todo o que lhes em esto falar E diser |²⁴ E tambem mamdamos ao dito noso Coudell da dita cidade E termos que facam aproua |²⁵ cões das Jemtes que hy ouuer E vaa Com elas ou com parte dellas omde quer E como lhe per ele |²⁶ ou de sua parte for dito E mamdado E seJa a todo bem prestes E deligemte E por se esto my |²⁷ lhor Comprir nos mamdamos E damos lugar(?) E poder noso alsoluto ao dito dom Rodrigo que se al |²⁸ guuns forem negriJemtes ou desobedientes aos seus mamdados ou daquelas a que ele cometer |²⁹ ou der carrego dalgũuas das sobre ditas cousas por noso seruiço que ele lhe posa poer aque |³⁰ las pennas que vijr que em tall caso se deue dar Outrosy se vos sobre dito dom Rodrigo achar |³¹ des que halguũas pesoas de

¹⁵² O estado de conservação deste fólio, que se apresenta manchado e com a tinta desvanecida, em especial na periferia direita, dificultou e impediu a leitura de algumas passagens. Assinalo-as por [...(?)].

nosos Regnnoos fazem E fezerem algũuas Represairas sem |³² autoridade de Justiça ou alguãas de fora deles quizerem fazer aca prouede o trauto da |³³ paaz E nosa ordenacam E guardaes em todo E fazee guardar E no que achardes douidoso |³⁴ faze-no-lo Saber pera vos mandarmos a maneira que tenhaes dada em a nosa çidade d'euora |³⁵ a xxj dias do mes de nouembro o sacretareo Jorge garçees a fez anno do naçimemto de noso senhor Jesu cristo |³⁶ de mil E iiij lRbij.

CEUTA NA NARRATIVA DE NICOLAU LANCKMANN DE VALCKENSTEIN (C.1467)

Carlos Guardado da Silva¹

“30. No dia vinte e dois do mês de novembro, ou seja, dia de Santa Catarina, próximo do nascer do sol, chegámos de barco a África, do outro lado do mar junto a Ceuta. Toda a gente se pôs de joelhos, rezando a Deus que nos desse porto de salvamento. Aí tivemos o primeiro porto, desde a saída do reino de Portugal. Foi determinado que nesse dia iriam a terra a senhora desposada, a imperatriz, com alguns homens e mulheres, os embaixadores do senhor imperador, o senhor Cristóvão Ungenad, e também algumas pessoas designadas de outros navios. E assim, depois do meio-dia, a senhora desposada, com trezentas pessoas da comitiva, entrou na cidade de Ceuta, ao som de trombetas e charamelas (...)”²

Partimos da narrativa de viagem de Nicolau Lanckmann, capelão imperial de Frederico III da Alemanha (futuro bispo de Hipona, entre 1491 e 1497, e confessor da casa imperial), um dos dois embaixadores³ enviados a Portugal para celebrar os esponsais com D. Leonor, irmã de D. Afonso V e filha de D. Duarte e de D. Leonor de Aragão, em Lisboa, no ano de 1451, e acompanhá-la a Itália, onde seria recebida pelo Imperador, para depois celebrarem matrimónio perante o papa Nicolau V. Um texto inconcluso que, independentemente do seu objetivo, a sua publicação ou uma simples recolha de notas de viagem, apresenta, para além do *Diário da viagem dos embaixadores*, desde a sua saída de Neustadt até ao regresso a esta mesma cidade, também o nascimento dos príncipes, terminando com o falecimento da imperatriz⁴, acontecimento que tivera lugar em 3 de Setembro de 1467⁵. Um texto que teria tido, portanto, a sua redação, total ou parcial, por volta deste ano de 1467 ou em momento posterior a esta data.

¹ Investigador do Centro de Estudos Clássicos e Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Membro da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História e Responsável pelo Arquivo Municipal de Torres Vedras. carlosguardado@campus.ul.pt; carlosguardadodasilva@gmail.com.

² NASCIMENTO, Aires A., ed. e trad., *Leonor de Portugal, imperatriz da Alemanha: Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, Lisboa, Cosmos, 1992, p. 57.

³ Acompanhara-o Tiago Motz, bacharel em Teologia, também seu capelão. Cf. COELHO, Maria Helena da Cruz, “A política matrimonial da dinastia de Avis: Leonor e Frederico III da Alemanha”, *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Faculdade de Letras, 2002-2003, Tomo XXXVI, vol. 1, p. 51 [pp. 41-70].

⁴ NASCIMENTO, Aires A., ed. e trad., *Leonor de Portugal, imperatriz da Alemanha: Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, Lisboa, Cosmos, 1992, pp. 11-12.

⁵ SILVA, Carlos Guardado da, “Leonor, imperatriz da Alemanha”. *Torres Vedras antiga e medieval*, Torres Vedras, Câmara Municipal; Lisboa, Colibri, 2008, p. 141.

Seguimos a edição de Aires A. Nascimento efetuada a partir do *Codex Vindobonensis Palatinus 3286*, manuscrito que o editor confrontara com a edição de Augsburg de 1503⁶ para o estabelecimento do texto.

No itinerário da viagem de ida, que tivera lugar entre 5 de Novembro de 1451 e Junho de 1452, a armada, que conduziria D. Leonor a terras italianas e, posteriormente, a Neustadt, aportou em Ceuta, a 20 de novembro de 1451. Nesta cidade D. Leonor permanecera três dias (ou seis dias⁷), fazendo-se de novo ao mar, em 29 de novembro.

A cidade é descrita por Nicolau Lanckmann, encontrando-se essa descrição entre os fólhos 23 e 25 do manuscrito Vindobonense. São cerca de duas páginas dedicadas à cidade magrebina, que acolhera Leonor, infante que nascera em Torres Vedras, em 1434⁸, no mesmo paço em que, 20 anos antes, por volta dos dias 23 e 24 de julho de 1414, D. João I reunira os seus conselheiros privados, reunião assaz decisiva na preparação da armada com destino à conquista de Ceuta⁹.

Recordemos apenas, que D. João I, desde pelo menos 1409, se não em data anterior, já trazia a ideia da conquista de Ceuta em mente, segundo Gomes Eanes de Zurara, assim como a decisão era já dada como definitiva antes de 22 de Agosto de 1412, quando o monarca enviara o prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Camelo, e o capitão do mar Afonso Furtado, numa embaixada à Sicília dissimulada sob a proposta de casamento do infante D. Pedro com D. Branca, cujo verdadeiro intuito da viagem, de *espionagem*, assim classificada pelo cronista, era a de estudar as condições de conquista e defesa da cidade magrebina.

36 anos depois da sua conquista, Ceuta foi observada e vivenciada por Nicolau Lanckmann, o qual a descrevera como uma ‘*grande cidade, duas vezes maior que Viena*’, referência de comparação que o autor do relato bem conhecia, acrescentando, na cidade ‘*houve muitos templos dos sarracenos dedicados a Maomé, seu deus*’. À parte da confusão registada entre *Allah* e o seu profeta *Muhammad*, o capelão destaca, então, três igrejas, entre as quais, ‘*a igreja principal que foi em tempos de pagãos, e construída ao seu estilo*’, que descreve do seguinte modo:

“(…) *Tem cento e oitenta colunas e estátuas de mármore de diversas cores que sobem até à abóbada. Junto ao altar-mor há duas colunas de pedra serpentina, de cor quase*

⁶ British Library 811.e.21, Ex coloph, *De nuptiis Inuictissimis Friderici Imperatoris terti ac Leonore uxoris deque eorundem coronatione ac prolium propagatione A Reverendissimo domino Nicolao Ypponen(s) compilatus libellus feliciter finit. Impensis prouidi uiri Jacobi Wachter de Saltzburga Auguste impressus, Anno domini M. CCCC. III sexto idus decembris.*

⁷ Seis dias se as datas de chegada e de partida da comitiva estiverem de acordo com os acontecimentos.

⁸ Não em 1437, nem em Lisboa, como refere Nicolau. NASCIMENTO, Aires A., ed. e trad., *Leonor de Portugal, imperatriz da Alemanha: Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, Lisboa, Cosmos, 1992, pp. 31-33.

⁹ Acerca deste acontecimento veja-se: FREITAS, Judite A. Gonçalves de, “A reunião magna de Torres Vedras de 1414: um Conselho de Estado?”. In: SILVA, Carlos Guardado da, coord., org., *A Conquista de Ceuta: Conselho Régio de Torres Vedras*, Lisboa, Colibri, Universidade de Lisboa, Faculdade de letras; Torres Vedras, Município, 2015, pp. 53-64; SILVA, Carlos Guardado da, “Torres Vedras: um Conselho Régio na preparação da conquista de Ceuta”, REIS, Maria de Fátima, coord., *Boletim*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, [no prelo], p.

verde. Agora é a igreja catedral dos cristãos dedicada à Bem-aventurada Virgem Maria. Ai são dadas medalhas de chumbo aos peregrinos, como em Aquisgrana, e também com outras representações.”



Fig. 1¹⁰ - Desenho de Ceuta em *Civitates Orbis Terrarum* (séc. XVI)
c/ referências urbanísticas do século XV

Legenda¹¹: 1 – catedral; 2 – igreja de São Tiago (convento franciscano/trinitário, denominado na estampa São Tiago, antiga madrassa al-Yadida; 3 – Almina (o monte Hacho era chamado, na época islâmica, *Yabal-al-mina*; com o tempo, o topónimo alterou-se, servindo, atualmente, para nomear o espaço entre o monte Hacho e a cidade, razão por que ‘porta da Almina’ aparece na documentação como a porta de comunicação entre a cidade e a Almina; 4 – Porta da Almina; 5 - *ambas as uillas* (neste contexto, Gomes Eanes de Zurara referia-se, muito provavelmente, por um lado à cidade/medina, e, por outro lado, aos arrabaldes ocidentais de Ceuta); 6 – Medina (*A Cidade*, assim designada na época portuguesa); 7 – Torre da Moura, porque se supõe que tenha ocorrido nela o episódio da morte de Ataíde (pelo menos aí se encontrava a lápide); 8 – castelo (antigo *Afrag*/cidadela; a torre de Fez citada por Gomes Eanes de Zurara parece, umas vezes, referir-se a uma torre do castelo e, em outras, a uma das torres do Afrag merinida); 9 – as edificações denominadas na estampa por ‘castrum’ correspondem ao palácio do governo; 10 – *al-Jazira*, ‘*Las Algeciras*’, ‘*al-Mansura*’, *Afrag*, etc... (sítio que teve

¹⁰ BRAUN, Georg; HOGENBERG, Frans, *Civitates Orbis Terrarum*, Band 1, 1572 Ausgabe Beschreibung vnd Contrafactur der vornembster Stät der Welt, Köln 1582.

¹¹ Para uma descrição mais profunda dos espaços da cidade, veja-se DUARTE, Luís Miguel, *Ceuta, 1415: seiscentos anos depois*, Lisboa, Livros Horizonte, 2015, pp. 140 e ss.

vários nomes, constituindo o recinto fortificado sobre o monte situado a oeste da cidade e que aparece, na estampa, com uma dupla cerca e um elevado minarete; entre *al-Jazira* e a cidade situava-se o ‘Arrabalde de fora’); 11 – *Bahr Abū Sūl*, que significa o ‘mar do sul’, a ‘baía do sul’, que originaria Barbaçote, no qual se erguia um castelo da Água (*bury al-ma*), que não consta, porém, da estampa. Para ajuda na localização dos edifícios e dos microtopónimos registamos o nosso mais sincero agradecimento ao investigador e amigo Fernando Villada Paredes.



Fig. 2 - A catedral de Ceuta (2015)

A sumptuosidade do templo fora também, seis anos depois, testemunhada por Jorge de Eingham, na sua estada em Ceuta no ano de 1457¹². A então catedral, dedicada a Santa Maria, sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção, imagem que recebera em 1425¹³, era a antiga mesquita maior de Ceuta, preparada e sagrada logo após a conquista cristã da cidade, na qual se celebraria a Eucaristia e pregaria no domingo seguinte a 25 de Agosto de 1415, para que D. João I pudesse aí armar solenemente os seus filhos cavaleiros, cumprindo-se, deste modo, o objetivo maior da empresa. Para tal, D. João I mandara chamar Frei João de Xira, seu pregador, e Afonso Eanes, seu capelão mor, ordenando-lhes que preparassem a mesquita de modo que no mesmo edifício se pudesse celebrar missa no domingo seguinte.

A urgência da tarefa e o estado do templo tornavam o trabalho árduo. Pois, segundo conta Zurara:

“E logo no outro dia o capellam moor foy ueer aquella mezquita, e achou que lhe compria de seer limpa, ca posto que ella fosse muy bem ladrilhada açerca do chaão, jazia em ella grande multitudam destercos. E esto era por rrezam das mujtas esteiras uelhas e podres que era ella jaziam, por quamto os mouros quamdo fazem sua oraçam, mujtas uezes jazem em terra e outras uezes estam descalços, lamçam assy aquellas esteiras por

¹² GUICCIARDINI, Francisco; NAVAJERO, Andrés, *Viajes por España de Jorge de Eingham, del barón de León de Rosmihal de Blatana*, Madrid, Librería de los bibliófilos, Fernando Fé, 1879, p. 34.

¹³ BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond, *Ceuta Portuguesa: 1415-1656*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1998, pp. 146-147.

rrezara da friellidade. E segundo parece, que depois que a primeira esteira que alli lamçaram apodreço, nom a quiseram tirar, e lamçaram outras sobre ella. E assy fizeram sempre ataa aquelle tempo, de guisa que as primeyras esteyras eram saãs, e todallas outras se moeram jazemdo, per tall guisa que eram tornadas em esterco, por cuja rrezam em aquelle sabado foram juntadas mujtas emxadas e cestos, com que lamçaram toda aquella esterqueyra fora. E alimparam muy bem toda a casa. E trouxeram hi isso meesmo huã tauoa larga pera o altar com seus pees. E per semelhante todollos outros corregimentos, que perteeçiam pera aquelle offiço do dia seguinte¹⁴.”

Purificada que estava a antiga mesquita, ora transformada em catedral, faltavam ainda os sinos, tendo lembrado o infante D. Henrique que ‘em outro tempo os mouros leuaram de Lagos dous sinos pera aquella cidade’¹⁵, os quais, depois de procurados, foram encontrados, segundo o cronista.

Gomes Eanes de Zurara refere, ainda, “acho que des o fundamento desta cidade teue o nosso Senhor Deos hordenado de seer aqui posta a cabeça da jgreia de toda a terra d’Affrica”¹⁶. Data, porém, de 4 de Abril de 1418, a bula *Rex regnum* na qual o papa, Martinho V, reconhecia a praça de Ceuta como integrante do reino de Portugal, ordenando, através da mesma, às autoridades eclesiásticas a pregação da Cruzada.

D. João I havia também solicitado ao papa a instituição da catedral de Ceuta com cabido e as respetivas insígnias, assim como a nomeação de um prelado¹⁷. Na mesma data daquela bula, Martinho V dirigiu aos arcebispos de Braga e de Lisboa a bula *Romanus pontifex*¹⁸, incumbindo os prelados de se informarem acerca das condições de Ceuta para poder ser elevada a cidade, assim como a mesquita a catedral, como lhe solicitara o monarca português. Ao mesmo tempo, ordenara o papa, que sendo a resposta positiva, tudo se fizesse para isso¹⁹. Dois anos depois, em 6 de setembro de 1420, os arcebispos de Braga e Lisboa, D. Fernando da Guerra e D. Diogo respetivamente, elevaram a vila de Ceuta a cidade, transformando a antiga mesquita, já sagrada, em catedral, instituindo *de*

¹⁴ ZURARA, Gomes Eannes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*. Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, Cap. LRV, pp. 251-2.

¹⁵ ZURARA, Gomes Eannes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, Cap. LRVj, p. 254.

¹⁶ ZURARA, Gomes Eannes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, Cap. LRVj, p. 255.

¹⁷ DINIS, António Joaquim Dias, dir. e org., *Monumenta Henricina*, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, vol. 2, N.º 142, pp. 277-281.

¹⁸ FONSECA, João Abel da, “Dúvidas de D. João I sobre a ida a Ceuta”. In SILVA, Carlos Guardado da, coord., org., *A Conquista de Ceuta: Conselho Régio de Torres Vedras*. Lisboa, Colibri, Universidade de Lisboa, Faculdade de letras; Torres Vedras, Município, 2015, p. 99.

¹⁹ DINIS, António Joaquim Dias, dir. e org., *Monumenta Henricina*, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, vol. 2, N.º 144, pp. 287-289.

jure, a nova diocese com os respetivos termos²⁰, que integravam todo o reino de Fez e os territórios do reino de Granada mais perto do mar²¹.

Em 5 de Março de 1421, Martinho V dirigiu nova missiva a D. João I, a bula *Gratie diuine Premium*, pela qual nomeava para prelado da igreja de Ceuta Aymar de Aurillac, confessor de D. Filipa de Lancaster²², que se manteria no cargo até 1433. Aimaro encontrava-se estabelecido em Portugal como bispo de Marrocos, tendo D. Martinho V transferindo-o da Igreja do Norte de África, colocando-o em Ceuta e nomeando-o bispo da Igreja, *per apostolice auctorita*, e outorgando-lhe a plena administração e cura temporal e espiritual²³. Acompanhava aquela a bula *Romani pontificis*, dirigida a D. Aimaro, através da qual recordava ser Ceuta um lugar de certa importância e muito populoso, assim como uma cidade que reunia as condições para ser sede de um bispado, com prelado e clero permanentes. No fundo, o papa diligenciava consolidar a *praxis* católica na terra ‘recém batizada’, procurando aumentar a comunidade dos fiéis.

Todavia, no tempo em que Nicolau visitara Ceuta, era o seu sucessor que ocupava o cargo, D. Frei João Manuel, um carmelita, filho bastardo do rei de D. Duarte, nomeado em 1444²⁴.

A par da catedral, Nicolau Lanckmann descreve outras duas igrejas: uma fora das muralhas maiores, também dedicada a Santa Maria, certamente Santa Maria de África, que acolhe a Virgem de África²⁵, e outra na cidade, dedicada ao apóstolo S. Tiago, que integrava o convento dos Frades Menores.

Santa Maria de África fora instituída, por D. Henrique, antes do cerco de 1418. Em 1443, Eugénio III doou a igreja à Ordem de Cristo, constituindo-a como Comenda²⁶. Quanto à igreja de São Tiago, esta foi criada na sequência de um pedido do infante D. Pedro, datado de 4 de junho de 1420, para que, em um antigo eremitério da mesma invocação, no sítio da atual Plaza de África, se instituísse o convento. A autorização para a fundação da nova casa franciscana seria recebida pelo guardião e convento franciscano de Ceuta, concedida pelo papa Martinho V, através da bula *Sacre religiones obseruantia*,

²⁰ MARQUES, João Martins da Silva, ed., *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a sua História*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944, Vol. 1, N.º 243, pp. 259-261.

²¹ MARQUES, João Martins da Silva, ed., *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a sua História*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1944, Vol. 1, N.º 241, pp. 255-256; SOUSA, João Silva de, “Ceuta de vila a cidade, de mesquita a igreja”. In *1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV/XV: Jornadas de história medieval: Actas*, Lisboa, História & Crítica, 1985, p. 174 [173-180].

²² BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond, *Ceuta Portuguesa: 1415-1656*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1998, p. 143.

²³ SOUSA, João Silva de – *Op. cit.*, p. 175.

²⁴ DINIS, António Joaquim Dias, dir. e org., *Monumenta Henricina*, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1967, vol. 8, pp. 205-211.

²⁵ Acerca da Virgem de África veja-se a síntese de Fernando Vilatoro Iglesias em VILLADA PAREDES, Fernando, coord. general edit., *Historia de Ceuta: de los orígenes al ano 2000*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, Ciudad Autónoma de Ceuta, 2009, vol. 1, pp. 376-377.

²⁶ BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Op. cit.*, p. 148.

de 10 de junho de 1421, com idênticos privilégios aos da casa de Monte Sião, em Jerusalém²⁷.

No mesmo ano que Nicolau Lanckmann visitara Ceuta, também aí se fundou o convento do Espírito Santo ou de São Jorge de Ceuta, da Ordem de São Domingos, que o autor do *Diário* silencia²⁸.

Depois, Nicolau Lanckmann acrescenta, de modo expressivo, um comentário alusivo à riqueza e à beleza da urbe, ainda que denunciando alguma decadência: *Oh! Que grandes palácios e fortes e maravilhosas construções de torres e baluartes os desta cidade! Como teria sido Ceuta dizem-nos as suas ruínas.*

Em outros passos, dois outros elementos urbanísticos: um fontanário público, que ficava *sob uma alta abóbada*, e *três banhos lindíssimos e apazíveis* no castelo real.

Comparativamente à descrição de Nicolau Lanckmann, Gomes Eanes de Zurara oferece-nos, certamente, uma descrição mais pormenorizada de Ceuta. Desde logo, pela boca do prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Camelo, na descrição que faz da cidade em reunião com o rei no paço de Sintra, depois da viagem à Sicília, recorrendo a uma maquete:

“Tomou aquella escudella e fez logo o monte da Almina com toda a çidade assy como jaz com suas alturas e os ualles e fumdos dellas, e desy a Aljazira com a serra de Xemeyra assy como jaz em sua parte, e homde auia de fazer mostra de muro çercaua com aquella fita. E homde auia dassijnar casas poinha aquellas fauas, em tall guisa que lhe nom ficou nada por deuisar²⁹.”

A cidade era muito grande³⁰, com o casario era denso, *seemdo as rruas tam estreitas como eram, cuja estreytura nom comssemntia em ssi senam muy poucos, (...) [com] casas [que] tijnham as portas baixas e estreitas, e eram feitas segumdo hordenamça dos mouros³¹*, onde não faltavam *as cisternas e huñ chafariz que alli esta, em que sse coaua agua quamdo uijnha de çima daquelles outeiros*, próximo da porta de Almina. Marcava presença na cidade uma esterqueira, para onde se lançavam as imundícies das casas³².

Destacam-se as muralhas, com a sua cidadela, o muro do Barbaçote (do árabe *Bahr Bassûl*³³), que bordejava a costa sul do istmo, assim como o muro que departe *as uillas ambas*³⁴, compreendendo-se, no conjunto, de leste para oeste, o sítio da Almina, o centro

²⁷ DINIS, António Joaquim Dias, dir. e org., *Monumenta Henricina*, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961, vol. 3, pp. 20-21; BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Op. cit.*, p. 149.

²⁸ BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Op. cit.*, p. 150.

²⁹ ZURARA, Gomes Eannes de, *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, Cap. XVIII, p. 59.

³⁰ IDEM, *Ibidem*, Cap. LXXIII, p. 206.

³¹ IDEM, *Ibidem*, Cap. LXXVII, p. 213.

³² IDEM, *Ibidem*, Cap. LXXIII, p. 206.

³³ O mar de *Bassûl*, nos textos árabes.

³⁴ IDEM, *Ibidem*, Cap. LXXVIII, p. 216. Muro que separava a medina islâmica do espaço exterior a oeste constituído pelos arrabaldes.

da cidade, no istmo, e a Aljazira, a poente, junto da *outra uilla de fora*, onde se encontravam a torre e a porta de *Feez*³⁵. Em outra passagem, Zurara descreve ainda parte das muralhas defensáveis, com suas ameias, uma torre e três portas³⁶.

A par da imagem exterior da urbe, aqueles que acompanharam D. João I na armada em 1415, não deixaram de se maravilhar com o interior das casas particulares, sem comparável formosura ao que conheciam no reino português, mesmo quando aparentemente, humilde:

“Oo como a uentura muda suas cousas como lbe praz, e acreçemta e mimgua segundo seu querer, ca tall auia amtre aquelles, que em este rregno nom tijnha huia choça, e alli açertaua por pousada gramdes casas ladrilhadas com tigellos uídrados de desuayradas coores. E os teitos forrados dolliuell com fremosas açoteas çerquadas de marmores muy aluos e pollidos. E as camas bramdas e molles e com rroupas de desuairados lauores, como ueedes que geerallmente sam as obras dos mouros. E em forte ora deziam elles, aquelles pelleiassem sobre tamto uiço, pera nos outros mezquinhos, que amdamos no nosso Portugall pollos campos colhemdo nossas messes, afadigados com a força do tempo, e aa derradeira nom teemos outro rrepouso, senam proues casas, que em comparaçam destas querem parecer choças de porcos³⁷.”

Mas em meados do século XV, Ceuta permanecia ainda uma terra de fronteira, dominada pela conquista e pelo espírito cavaleiresco e cruzadístico (este distinto das primeiras Cruzadas) que levou à sua conquista, e que a bula *Eximie devocionis* do papa pisano João XXIII³⁸, de 20 de Março de 1411 ‘alimentava’, permitindo a todos os cristãos que participassem *diariamente* na luta contra os muçulmanos a obtenção da absolvição geral e da remissão de todos os seus pecados. Era a permanência da situação que se impôs em 1415.

Com a presença de um bispo, Ceuta fora elevada à categoria de cidade. Mas Ceuta já apresentava então, independentemente do seu estatuto, uma fisionomia urbana, bem vincada pelo seu passado remoto, como atesta Nicolau Lanckmann e, mais pormenorizadamente, Gomes Eanes de Zurara, mantendo vestígios de distintas civilizações. Assim se entende a referência, naquele autor, *a um grande palácio, no qual, em outros tempos, tiveram morada o rei de África e Aníbal*. Uma referência, certamente, ao palácio merínida, junto da urbe (*a Cidade*).

³⁵ IDEM, *Ibidem*, Cap. LXXXVI, p. 232 e LXXXVII, p. 234.

³⁶ IDEM, *Ibidem*, Cap. LXXIX, p. 217.

³⁷ IDEM, *Ibidem*, LXXXVIII, pp. 235-6.

³⁸ João XXIII (1410-1415) foi eleito, em 17 de maio de 1410, e sagrado em Bolonha, tendo sucedido ao antipapa Alexandre V, o primeiro papa cismático eleito em Pisa, no Concílio aí realizado em 26 de Junho de 1409. Opôs-se a Gregório XII, papa legítimo de Roma, e a Bento XIII, antipapa de Avinhão. Com a ajuda de Luís de Anjou, estabeleceu-se em Roma, governando a partir da cidade. Cf. KELLY, J. N. D. [John Norman Davidson], *The Oxford Dictionary of Popes*, Oxford, Oxford University Press, 1986, p. 238.

Ceuta era já centro de um poder, não político, mas económico, mormente comercial, fruto do seu posicionamento no Estreito de Gibraltar³⁹, à entrada e *a chaue de todo o mar medyo terreno*⁴⁰. Um entreposto comercial, com uma alfândega, ainda existente no tempo da escrita da *Crónica*⁴¹, para carga e descarga de mercadorias, que em 1415, acolhia uma comunidade de genoveses:

“huñas casas, homde descarregauam as mercadorias, que uijnham de fora, e ajmda pousauam alli Genoeses, e chamauasse a aduana, e ajmda sse agora chama, as quaaes casas tijnham huña porta barreyrada d’aquella parte d’Almina.”

Cada vez menos virada para as rotas terrestres provenientes da África subsaariana⁴², Ceuta abrir-se-ia cada vez mais ao mar e para o comércio marítimo. E voltava-se então para Roma, enquanto sede de uma nova diocese do reino de Portugal, instituída com o esforço dos cavaleiros portugueses, e mormente de D. João I, que procurava em Ceuta a legitimação da sua bastardia, na certeza de que Ceuta legitimara o monarca, assim como a novel dinastia. Legitimidade que custaria cara ao reino de Portugal, tornando-se difícil a manutenção da cidade, como, já em 1426, o infante D. Pedro manifestara ao seu irmão D. Duarte, por carta remetida de Bruges, Ceuta *emquanto asy estiuer ordenada como agora esta que he muy bom sumydoiro de gente de uossa terra e d’armas e de dinheiro*⁴³.

A cidade exigia, sobretudo devido à permanente guerra aos mouros, de que Nicolau Lanckmann faz eco, assim como muitos outros na centúria de quatrocentos⁴⁴, elevados recursos de que o reino não dispunha, também esta uma das causas de se encontrar em ruínas, em meados do século XV. Com esta memória visual, Nicolau Lanckmann partira da cidade, então sob a jurisdição do 2º conde de Arraiolos, D. Fernando⁴⁵, *no penúltimo dia de Novembro* de 1451, em direção à península itálica.

³⁹ Ideia já presente no *Livro dos Arautos*. NASCIMENTO, Aires Augusto, ed., *Livro de Arautos - De Ministerio Armorum: estudo codicológico, histórico, literário, linguístico*, Lisboa, [s.n.], 1977, p. 26.

⁴⁰ ZURARA, Gomes Eanes, *Crónica dos feitos notáveis que se passaram na conquista da Guiné por mandado do infante D. Henrique*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1978, Vol. 1, p. 31.

⁴¹ A *Crónica da Tomada de Ceuta* teria sido terminada em Silves em março de 1450. Cf. MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins, *1415: a Conquista de Ceuta: o relato empolgante da última grande vitória de D. João I*, Lisboa, Manuscrito, 2015, Nota 3, pp. 189-190.

⁴² KALBY, Mohamed, presente et dir., *Histoire du Maroc: réactualisation et synthèse*. Rabat, Institut Royal pour la Recherche sur l’Histoire du Maroc, 2011, pp. 238 e ss.

⁴³ DIAS, João Alves, transcrição, *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte: Livro da Cartuxa*, Ed. Diplomática, Lisboa, Estampa, 1982, p. 37.

⁴⁴ BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond, *Ceuta Portuguesa: 1415-1656*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 1998, p. 11.

⁴⁵ BRAGA, Paulo Drumond, *Uma lança em África: história da conquista de Ceuta*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2015, p. 61.

Anexo

“30. No dia vinte e dois do mês de novembro, ou seja, dia de Santa Catarina, próximo do nascer do sol, chegámos de barco a África, do outro lado do mar junto a Ceuta. Toda a gente se pôs de joelhos, rezando a Deus que nos desse porto de salvamento.

Aí tivemos o primeiro porto, desde a saída do reino de Portugal. Foi determinado que nesse dia iriam a terra a senhora desposada, a imperatriz, com alguns homens e mulheres, os embaixadores do senhor imperador, o senhor Cristóvão Ungenad, e também algumas pessoas designadas de outros navios. E assim, depois do meio-dia, a senhora desposada, com trezentas pessoas da comitiva, entrou na cidade de Ceuta, ao som de trombetas e charamelas. Vieram da cidade, ao seu encontro, os capitães, cavaleiros, fidalgos, homens de armas com suas armaduras militares maravilhosas e todo o clero com o povo da cidade, em alegria, a receberem a senhora desposada, com os seus. Até então, poucos de toda a comitiva tinham visto esta cidade, porque nela o senhor rei de África tivera a sua morada. Também Anibal nela construíra, em moldes maravilhosos, um grande palácio. Mas o sereníssimo rei de Portugal conquistou a cidade com pesados e grandes custos, e desbaratou os africanos. E desencadeou grande luta contra os africanos, mas Deus omnipotente, de modo admirável, concedeu a vitória aos cristãos.

Oh! Que grandes palácios e fortes e maravilhosas construções de torres e baluartes os desta cidade! Como teria sido Ceuta dizem-nos as suas ruínas.

Nesta cidade descansámos por três dias e duas noites. Era então a época do ano de muito calor e o sol e a temperatura eram intensos naquela terra, pelo que os habitantes plantavam legumes e faziam sementeiras nos campos e hortas, do mesmo modo que é costume fazer pela festa de S. Vito⁴⁶ na Estíria, em Graz, e em Neustadt, para além do Monte Semering⁴⁷.

31. Ceuta é uma grande cidade, duas vezes maior que Viena, no ducado da Áustria. Nela houve muitos templos dos sarracenos, dedicados a Maomé, seu deus. A igreja principal que foi em tempos de pagãos, e construída ao seu estilo, tem cento e oitenta colunas e estátuas de mármore de diversas cores que sobem até à abóbada. Junto ao altar-mor há duas colunas de pedra serpentina, de cor quase verde. Agora é a igreja catedral dos cristãos dedicada à Bem-aventurada Virgem Maria. Aí são dadas medalhas de chumbo aos peregrinos, como em Aquisgrana, e também com outras representações. Há ainda, fora das muralhas maiores, outra igreja desta cidade, também dedicada a Santa Maria, Virgem da Graça, onde se fazem muitas medalhas. Nessa igreja, a mandado da nossa senhora, a rainha e desposada, Dona Leonor, eu, Nicolau Lanckmann de Valckenstein, celebrei missa na sua presença.

Uma terceira igreja, nessa cidade, possui grande envergadura e grandes construções, e é dedicada ao apóstolo S. Tiago. Aí têm os Frades Menores o seu convento. Nele reencontrei um devoto frade, da referida Ordem, que, em dia de Santa Margarida, estivera comigo

⁴⁶ Festa que ocorria a 15 de junho.

⁴⁷ A sul de Neustadt.

em Santiago na Galiza; foi ele quem me conduziu aos vários locais desta cidade.

Aí, em Ceuta, há um fontenário público, que fica sob uma alta abóboda, como se fosse uma grande igreja. Nessa cidade, há um grande palácio, no qual, em outros tempos, tiveram morada o rei de África e Aníbal. Esse palácio tem as estruturas a grande distância umas das outras, sendo as paredes e os pavimentos de uma beleza admirável, com pedras variegadas e talhadas em diversas cores, como as paredes da igreja de São Marcos de Veneza. Nesse mesmo palácio ficou a desposada, senhora imperatriz Dona Leonor.

Nesse castelo real há três banhos lindíssimos e aprazíveis, dispostos de modo admirável. Junto está um horto bellissimo, com diversas árvores e plantas. Nesse jardim, a senhora imperatriz e desposada tomou com os seus a merenda e por suas próprias mãos plantou um jardinzinho, para memória, e recomendou-o muito ao hortelão, deixando-lhe um ducado por arras. Havia aí uma árvore de fruto que tinha umas folhas tão compridas e largas, que, de duas folhas, a imperatriz fez a um menino de seis anos um manto que quase chegava ao chão.

Durante estes dias, o senhor capitão daquela cidade e conde do domínio, com mil homens de armas, saiu a defrontar os pagãos a uma certa cidade de infiéis, denominada Tãnger, que fica a seis milhas de distância. Regressou triunfante, trazendo cativos alguns infiéis, bem como asnos, mulas, vacas, etc. A senhora imperatriz e desposada, ao ver isto, ordenou que, em seu nome e memória, os infiéis partissem em liberdade, sem qualquer entrave.

Nessa cidade de Ceuta tiveram os pagãos muitos, grandes e altos templos, construídos em tempos para os seus ídolos.

Nesse domínio, todos os cristãos têm, da Sé Apostólica, absolvição geral e remissão de todos os pecados, de acordo com o teor da bula, em razão das lutas que diariamente travam contra africanos e infiéis, no mar e em terra.

Poucos anos se passaram, desde que o rei de Túnis, em África, levou, cativo, Dom Fernando, filho do rei de Portugal e irmão do pai da imperatriz, para certa cidade, chamada Fez, onde próximo se situou a catedral de Hipona, de que foi bispo Santo Agostinho, que nasceu numa cidade que em árabe se chama Dagaze⁴⁸, e que fica perto da grande cidade de Cartago, na qual Aníbal e Asdrúbal tiveram fortíssimos castelos que os Romanos destruíram. Ouvi dizer a muitos africanos que, junto ao sepulcro de Dom Fernando de boa memória, filho do rei de Portugal, morto em África, pela fê cristã e pela libertação do seu povo, às mãos dos infiéis, se operam muitos milagres no povo.

Ó África, boa e fértil terra! Mas como são tão poucos os cristãos!

32. No penúltimo dia de Novembro, de manhã, após a missa, a senhora imperatriz entrou no navio com os seus...⁴⁹

⁴⁸ Tagaste (?), cidade de nascimento de Santo Agostinho.

⁴⁹ NASCIMENTO, Aires A., ed. e trad., *Leonor de Portugal, imperatriz da Alemanha: Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, Lisboa, Cosmos, 1992, pp. 57-61.

EM TORNO DA ORDEM DE CRISTO E DA CONQUISTA DE CEUTA

Fernando Larcher¹

1. A não singularidade da Ordem de Cristo no contexto das Ordens Militares, ao tempo da conquista de Ceuta; 2. a escassez das fontes; 3. o mestre da Ordem de Cristo na preparação da acção de Ceuta, no contexto da “nação mobilizada”; 4. a participação do mestre na expedição; 5. nos doze dias da permanência régia em Ceuta; 6. comendadores da Ordem presentes; 7. a Ordem e Ceuta *post* regresso de D. Lopo a Portugal.

1. A “Ordem de Cristo e Ceuta” é um tema recorrente nas comemorações e evocações de 1415. Recorrência compreensível. Associam-se o início da expansão, figurado em Ceuta, e a Ordem de Cristo como sendo a naturalmente vocacionada para os descobrimentos.

Mas, em boa verdade, as expectativas de ver a cruz de Cristo em particular destaque nesta gesta não poderão deixar de se manifestar decepcionantes, porque extemporâneas. Razão compreensível. Não tinha chegado ainda a hora da vocação marítima da Ordem de Cristo.

Ordem militar continental como as demais, a de Cristo não terá então nem um papel, nem uma propensão, que a singularize das outras. Com efeito, se houve mestre de Ordem que assumiu destaque na preparação da conquista de Ceuta, foi como sabemos o Prior do Hospital, D. Fr. Álvaro Gonçalves Camelo, que fora marechal do Reino e que a um tempo caíra em desgraça, a quem el-Rei envia em embaixada à rainha da Sicília com a finalidade última, não de tratar do enlace matrimonial de um dos infantes, mas de averiguar na sua passagem as condições de tomada de Ceuta.

Será preciso esperar um lustre sobre a conquista para que, com a assunção do Infante D. Henrique ao governo da Ordem, em 1420, esta vá encontrar a rota que a história lhe traçará. Infante que tivera acção destacada na conquista daquela praça, e a quem seu pai, já intitulado *Senhor de Ceuta*, cedo terá eleito para timoneiro da expansão, como o prova a entrega que lhe faz, em 18 de Fevereiro de 1416, do encargo do *provisamento e defesa* de Ceuta.

Escatológico pois esse ano de 1420 que, pelo elo do Infante D. Henrique, unindo pessoalmente os alvares da acção ultramarina e o governo da Ordem, abre rotas novas e

¹ Licenciado em Direito e em História pelas Faculdades de Direito e de Letras da Universidade de Lisboa, e Doutor pela Universidade Católica de Lovaina, no domínio da História do Direito, investigador integrado do CHAM - FCSH/Universidade Nova – Universidade dos Açores, presidente da Secção “A Ordem de Cristo e a Expansão” da Sociedade de Geografia de Lisboa, professor no IPT.

novos destinos a esta. Foi este elo que ditou os rumos que salgaram de grandeza a Ordem de Cristo...

2. Mas em 1415, ainda que sem o papel primordial, a Ordem está inegavelmente presente, e será esse o objecto da nossa abordagem aqui, malgrado a ingrata escassez das fontes.

Não é de estranhar a insuficiência das informações directas coevas sobre a acção de Ceuta, que traduz o secretismo da preparação. O tempo e as vicissitudes fariam desaparecer o cartório da Ordem de Cristo. E minguem as fontes coetâneas indirectas que permitiriam cruzamento de dados, porque Zurara e, setenta anos mais tarde Tomé Lopes, na sua qualidade de Guardas Mores da Torre do Tombo, eliminaram parte significativa da documentação das chancelarias reais de D. Pedro I, D. Fernando, D. João I e D. Duarte. Só Tomé Lopes eliminou 76 dos 80 livros que restavam das mesmas.

Desvaneça-se também a esperança, no que respeita à acção da Ordem de Cristo em 1415, nos testemunhos das fontes historiográficas.

Percorrendo-as, constata-se que só há duas verdadeiras fontes historiográficas nacionais assinalando a história da tomada de Ceuta: a anónima *Chronica do Condestabre de Portugal Dom Nuno Alvarez Pereira*, silenciosa sobre a Ordem de Cristo como seria natural, e a *Crónica da Tomada de Ceuta* de Zurara.

Esta integra-se já nas obras resultantes da encomenda régia de D. Afonso V. Foi, aliás, a primeira dentro delas, sob o título de *Terceira parte da Chronica d'Elrei D. João, o Primeiro e dos Reis de Portugal o decimo*². O seu objecto, centrado na tomada da cidade, contou com o labor de Gomes Eanes de Zurara, entre 1448 e 1450, ou seja aproximadamente trinta e quatro anos depois dos acontecimentos.

Não será, pois, difícil inferir que esta *Chronica*, esteja à partida atingida por duas pechas: esvaimento da memória directa e parcialidade.

Porque encomendada por D. Afonso V, já atingida a maioria e assumido o governo do reino em 1448³, a *Crónica*, relato tardio, só é começada em 1449 e acabada a 25 de Março de 1450⁴. Para a sua elaboração, não poderia Zurara rebuscar a sua memória pessoal, porque ao tempo da conquista não ultrapassava os cinco anos de idade. Talvez seja, aliás, por tão tardia, que a *Crónica* se ressentia claramente da falta de referências cronológicas.

Porque escrita sobre o trágico desenlace de Alfarrobeira, ocorrido em 20 Maio de 1449, portanto no auge da indisposição régia contra o ex-regente D. Pedro, não será arriscado fazermos coro na presunção de parcialidade do autor. Mas não é ocasião de reabordar a questão. Limitemo-nos, por ora, a constatar que Zurara, que foi comendador da Ordem de Cristo, e que teve como fonte oral o autorizadíssimo testemunho do próprio Infante D. Henrique, desde 1420 Governador da mesma, concedeu reduzidas

² Vide Alberto BAEZA HERRAZTI, "Gomes Eanes de Zurara y sus Crónicas sobre Ceuta" in Alberto BAEZA HERRAZTI, ed., *Ceuta Hispano-Portuguesa, Ceuta 1993*, p. 45-86.

³ ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap.3.

⁴ ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap.105.

referências à acção dela. Se bem as contámos, seis ao mestre D. Lopo Dias de Sousa, duas ao seu filho D. Diogo e uma ao claveiro da Ordem. E é tudo!

Não seria lógico encontrar informações acrescidas na *Gesta Illustrissimi Regis Johannis de Bello Settensi*, (*Livro da Guerra de Ceuta*) escrita em 1460, ou seja já 45 anos depois da tomada, por ordem de D. Afonso V, versão latina da obra de Zurara, ainda que feita com bastante liberdade e recurso a outras fontes, composta pelo seu mestre de latim e francês Mateus de Pisano, para dar a conhecer, além Pirinéus, os episódios da conquista.⁵

Percorrendo estas e as outras encomendas de D. Afonso V, bem como a bibliografia dos séculos seguintes,

– quer nacional, como a África Portuguesa, do Cavaleiro da Ordem de Cristo Manuel de Faria y Sousa; a *Vida de D. Nuno Alvares Pereira, segundo Condestavel de Portugal, Conde de Ourem*, do eremita de Santo Agostinho Padre Fr. Domingos Teixeira, impressa em 1723, que traz, na p.690, a descrição da partida da armada para Ceuta e enuncia os nomes dos principais capitães; ou o livro I da *Vida do Infante D. Henrique...*, de Candido Lusitano, já de 1758;

– quer estrangeira, seja a trintena de páginas do francês Antoine de la Salle⁶, expedicionário de Ceuta, escritas entre 1457 e 1459, ultrapassadas que eram quatro décadas sobre os acontecimentos que presenciou; do historiador marroquino Açaleuí, que afirma o carácter ardiloso da conquista; ou, do castelhano Afonso Fernandez de Palencia, nascido oito anos depois dos acontecimentos, as suas páginas sobre Henrique IV, não avançamos muito mais.

Não nos socorre o cronista da Ordem de Cristo Fr. Jerónimo Román, referindo-se à acção do Mestre D. Lopo em escasso e pouco substancial parágrafo: “y despues quando se trato la jornada de Seupta ayudo mucho en el aparejo que se hiço y llevo sempre lugar onrradisimo porque sirvio en ella como del se esperaba y assy se ase mucha memoria del en lo que anda escrito desta jornada”.

Faz cem anos, deram ênfase as academias às comemorações do Quinto centenário da conquista. Então, sob a chancela da Academia das Ciências, além de se republicar a *Crónica* de Zurara, deu-se à prensa a obra do devotado tomarense José Vieira Guimarães, *Marrocos e três mestres da Ordem de Cristo*, que não logrou trazer contributos novos neste particular.

Eganadora consolação é o destaque, da acção em Ceuta do Mestre da Ordem e do seu filho, dado por Manoel de Sousa Moreyra, no *Theatro Historico Genealogico y Pane-gyrico: eregido a la immortalidad de la excelentíssima casa de Sousa*, de 1694.

Eganadora e ilusória porque Moreira, que não hesita mesmo em citar *ipsis verbis* o discurso do Mestre D. Lopo em Ceuta (!), cumpre o encargo de apologista e não de historiador. Para além da glorificação dos 17º e 18º senhores da Casa de Sousa, o Mestre D. Lopo e o seu filho primogénito, ambos homens de Ceuta, nada se recolhe de concreto

⁵ A propósito vide Fernando CALAPEZ CORRÊA, “Propaganda Europeia da Tomada de Ceuta (O “Livro da Guerra de Ceuta” de Mateus de Pisano)” in Alberto BAEZA HERRAZTI, *Ceuta Hispano-Portuguesa*, Ceuta, 1993, p.101-120.

⁶ Publicado por Anselmo BRAAMCAMP FREIRE, *Um aventureiro na empresa de Ceuta*, Lisboa, 1913.

sobre a sua acção ou da da Ordem em que ambos professaram. Ilustram iconograficamente as palavras duas gravuras *Invenit et fecit Parisiis* pelo célebre gravador Pierre Giffart em que se destacam as cruces e os estandartes da Ordem de Cristo na conquista. Glorificam o retrato equestre do mestre, imponente e com a cruz de Cristo ao peito, as naus e a fortaleza da cidade que ilustram o fundo.

3. Tal penúria de fontes e informações não retira, seguramente, o contributo da Milícia no seio da “nação mobilizada” entre a quaresma de 1414⁷ e Agosto de 1415, que nos propomos reaveriguar, socorrendo-nos do itinerário do Mestre D. Lopo Dias de Sousa e da constatação da presença de várias figuras da Ordem.

Sabemos que D. Lopo, enquanto Mestre de Cristo, conjuntamente com os mestres das outras Ordens, é chamado ao conhecimento da régia intenção da expedição a Ceuta tomando assento no conselho que D. João I convoca para Torres Vedras, em Abril de 1414, numa quinta-feira depois da Páscoa, para revelar a sua vontade e ouvir os pareceres a esse respeito. Não temos informação precisa da posição do Mestre, mas admitimos que tivesse acordado com a deliberação adoptada de embarcar *no S. João* do ano seguinte⁸.

À decisão régia segue-se a execução, enquadrada na mobilização plena da nação. A estrutura constitucional e administrativa adaptara-se já a este período de excepção, tendo D. João I assumido como principal tarefa a organização da expedição, e feito substituir-se por seu filho D. Duarte no expediente régio corrente, como este mesmo testemunha:

“Quando eu era de xxj anos⁹ elrey meu senhor e padre, comprido de muytas virtudes, cuja alma Deos aja, despoendosse pera filhar a cidade de Cepta, mandoume que tevesse carrego do consselho, justiça e da fazenda que em sa corte se trautava, porque tanto averia de trabalhar nos feitos que pertenciam pera sua hida, que doutros sem grande necessidade se nom entendia curar. Eu, [...], recebi sem outro reguardo todollos dictos carregos, aos quaes me pus assy fora de boa descliçom que, na primeira quareesma¹⁰ que logo veeo, fazia tal vyda.¹¹”

Como corresponde a Ordem a esta mobilização?

São as fontes nacionais silenciosas quanto ao papel da Ordem na preparação. Já o constatámos e já o justificámos. Mas da participação nos preparativos da armada chegou-nos informação pela epistolografia do perspicaz observador castelhano Ruy Diaz de Vega, na qual se destaca a carta-memorial, *cuaderno* como a ela alude o seu autor, datada de 23 de Abril de 1415.

⁷ Cfr.o testemunho *infra cit.* de D. Duarte, corroborado por ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap.16.

⁸ Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, caps.27-28.

⁹ Fê-los em 31 de Outubro de 1413.

¹⁰ Quaresma cujo primeiro Domingo caíu nesse ano em 25 de Fevereiro.

¹¹ D.DUARTE, *Leal Conselheiro*, cap.19.

Enviado à Corte portuguesa, no início da primavera de 1415, por Fernando de Antequera, rei de Aragão e Sicília (1412-1416) e corregente de Castela, receoso do eventual destino, para o seu reino da Sicília, da frota que em Portugal se preparava, sabemos que Ruy Díaz, recebida a incumbência em Valência de Alcântara, na noite de 9 de Abril, parte célere para Portugal. Já a 16 beijava a mão de D. João I e o saudava em nome do rei, da rainha e dos infantes aragoneses, à saída da missa em Santa Maria dos Mártires, em Sacavém. Atendendo, sem dúvida, à sua qualidade, D. João dá-lhe pousada e o escrivão da puridade Gonçalo Lourenço de Gomide vai buscá-lo *para comer*, sendo-lhe concedida audiência régia dois dias depois. Perto do poder, estava-lhe assim aberto o caminho a muita da informação não reservada da expedição.

A sua permanência alongar-se-á três meses, e conhecemos razoavelmente o seu percurso até 28 de Julho, data em que de Santarém, escreve a presumivelmente última carta desta sua missão, posterior pois à partida da frota para Ceuta, e na qual dá notícia do enterro de D. Filipa de Lancastre, falecida vítima da peste em 19, e anuncia o seu regresso.

Este enviado diplomático, certamente homem experiente e de confiança, ou não faria sentido Fernando I fazer o seu correio ir, da sua Valência aragonesa, procurá-lo à castelhana e longínqua Valência de Alcântara para lhe comunicar, na noite de 9 de Abril, esta sofisticada incumbência informativa encoberta por uma artificiosa missão diplomática¹², para a qual ele parte aliás com uma imediata prontidão, não é o mero espião para que a historiografia tendeu a remetê-lo. Já tivemos ocasião¹³ de o identificar como cavaleiro da Ordem de Alcântara, de constatar o seu chegada parentesco com o Mestre homónimo dessa Ordem¹⁴ e de sondar o seu eventual parentesco pela via da bastardia

¹² Cfr. a instrução de Fernando I de Aragão, constante da carta datada de 3 de Abril: “Como nos queremos ser certificados elrey de Portugal qjntos pilotes lieua consi en la armada nj de do son nj de que lengatge e assi mismo qjntos vitualles e mercadjas; mandamovos expressamente que certifiqjdes clarament e distincta e de todas otras circunstancias que sobre las ditas cosas saber e sentir podredes.”

¹³ Conferência proferida na Sociedade de Geografia em 9 de Dezembro de 2014 “*A Ordem de Cristo na preparação da expedição a Ceuta*”, integrada no Ciclo de Conferências sobre o 6º Centenário da Tomada de Ceuta (1415), e *EVE Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, “Ruy Diaz de Vega, O.Alc., enviado de Fernando I de Aragão a Portugal”.

¹⁴ Como escrevemos in *EVE Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*, “Ruy Diaz de Vega, O. Alc., enviado de Fernando I de Aragão a Portugal”: «Abonam nesse sentido, o facto de ele acusar ao rei Henrique a recepção da carta “en la villa de Valência de Alcantara, que es de mj señor el jnfante don Sancho, vuestro fijo”, aludindo obviamente ao jovem infante D. Sancho, 32º mestre desta Ordem, de 1408 a 1416. Por outro lado, encontrámos, neste período, dois primos homónimos e membros da mesma, em Alcântara, quer em 17 de Setembro de 1385 (“Ruy Diaz de Vega, hijo del Maestre Don Ruy Diaz, e Ruy Diaz de Vega su primo”), um mês e três dias precisos depois da batalha de Aljubarrota onde participara o mestre alcantarense, Gonzalo Núñez de Guzmán, quer em 1394. Incliamo-nos para que o nosso Ruy Diaz seja o filho homónimo do 26º mestre da Ordem, de 1371 a 1375, que virá a ser comendador de Herrera na mesma, pelo menos entre 1408 e 1416, estando portanto vivo em 1415.»

com as casas régias castelhana e portuguesa¹⁵. Não perdemos a esperança de vir a encontrar registo de outros encargos diplomáticos seus.

Parte inferior do formulário

No respeitante ao tema que aqui abordamos, devemos-lhe uma importante referência aos preparativos das Ordens, constantes do seu *cuaderno* enviado a Fernando de Aragão, já de Lisboa, em 23 de Abril de 1415, como referimos, seis dias depois do seu primeiro encontro com o rei em Santarém. Dela retiramos significativas informações:¹⁶

1º) o contributo das Ordens militares para a frota em preparação, com a construção de galeotas de sessenta remos, por ordem do prior do Hospital e dos mestres de Cristo e de Avis:

“El Prior et los maestros mandan fazer sendas geleotas de sessenta rremos cada vna, saluo el maestre de Santyago.”

Como elucida João Veloso¹⁷, pode-se concluir que seriam embarcações com 15 bancos por bordo, com dois remadores por banco, o que totalizaria o número de sessenta remos.

2º) a localização do estaleiro naval na foz do rio Zêzere:

“Et fazenlas en el rryo de Sesar, que es çerca de Puñete, et entra en Tajo aquel rrio a syete léguas de Santaren.”

Localizado, pois, na zona limite dos territórios da Ordem de Cristo, na foz do Zêzere no navegável Tejo, sita entre os promontórios do desaparecido castelo de Ozêzere, extremo dos limites do isento de Tomar, e a fronteira vila de Punhete, que desde 1836, como prémio do seu apoio à causa liberal, viu o seu nome trocado pelo de Constância.

¹⁵ No nosso *supra* citado artigo in *EVE* consideramos como provável pai do nosso Ruy Diaz de Vega o mestre de Alcântara Ruy Diaz, filho e neto respectivamente, segundo Francisco de RADES (aduzido na *Cronica da Orden de Alcantara* de TORRES Y TAPIA, v.II, p.132), de Diego Lasso de la Vega e de Ruy Perez de la Vega, o pai de Garcilaso I de la Vega, adiantado mor e meirinho mor de Castela, e chanceler mor de Afonso XI, assassinado em 1328 (ascendência do mestre contestada por Roberto MUNIZ, *Medula histórica cisterciense*, t.VII, p.343, que o considera irmão de Fernan Sanchez de Vega, pai de Elvira Íñiguez de Vega). Ruy Diaz, imposto como mestre à Ordem de Alcântara por Henrique II Trastâmara, é referido por alguns genealogistas antigos como irmão de Inês Diaz de las Vegas, identificada, não sem contestação, como a Elvira Íñiguez (de la Vega), amante de Henrique II, referida no testamento deste de 1374, e mãe de D. Afonso, conde de Noronha e Gijon, que casou em 1375 com Isabel de Portugal, filha ilegítima de D. Fernando I de Portugal. A confirmar-se esta hipótese, por entre várias quebras de bastardia, Ruy Diaz de Vega, o enviado de 1415, seria primo direito de D. Afonso de Noronha e Gijon, marido de Isabel, sobrinha de D. João I.

¹⁶ *Archivo de la Corona de Aragón, Cartas reales*, caja nº1, Fernando I, nº3 [Original da carta-memorial de 23 de Abril de 1415]. Publicada pela primeira vez, em texto integral, in JAVIER DE SALAS, “Dos cartas sobre la Expedición a Ceuta en 1415” in *O Instituto*, v. 81º, Coimbra, 1931, p.318-336, in *Monumenta Henricina*, v.II, Coimbra, 1960, p.132-147, doc.57, cuja transcrição seguimos, e entrecortado e anotado in Alberto BAEZA HERRAZTI, “Ruy Diaz de Vega, un espía de Aragón en la Reconquista de Ceuta” in *Transfretana: revista del Instituto de Estudios Ceuties*, Nº. 6, 1994, p.33-52.

¹⁷ *A Armada de D. João I para a conquista de Ceuta in Ceuta hispano-portuguesa*, Ceuta, 1993, p.337-347, maxime p.339.

3º) a presença do Prior e dos Mestres nos seus domínios para preparação da sua partida com D. João I:

“Et ellos [el Prior e los maestros] estan todos en sus tieras, adereçando pera la partyda, que an todos de partyr com el rrey.”

De presumir, assim, que o Mestre da Ordem, estaria, em Abril, em Tomar, aliás relativamente próximo da foz do Zêzere.

4º) a incumbência das Ordens, de preparação da organização do abastecimento das suas forças na armada:

“[...] en sus tieras, fazendo biscochos et seçinas de vacas et carneros, afueras lo que tyenen fecho. En esta manera: cada vno que lyeue pera cada ome três fanegas¹⁸ de pan cocho et três cantaras¹⁹ et medja de vjno et su carne et pescado, en tal manera que lyeuen complaymento de três meses, et la gente que esta aperçeyda et pagadas las tjeras del año passado et deste en que estamos.”

Procedia-se à preparação do biscoito e da carne seca de vaca e carneiro, que conjuntamente com pão, vinho, carne e peixe deviam permitir a subsistência durante três meses, das suas forças cujos efectivos não conhecemos:

É-nos lícito presumir que tenha tido acção significativa no abastecimento, no que diz respeito à Ordem, a Quinta da Cardiga.

Podemos conjecturar que, de Tomar, o Mestre visitaria o estaleiro na não muito distante foz do Zêzere, nos limites de território da Ordem, e mesmo a Cardiga.

É-nos lícito também considerar que pronta a frota, o mestre aí embarcara, descendo nela o Tejo, rumo a Lisboa, onde se encontrará quando o infante D. Henrique regressar do Porto.

Questão institucional relevante é a da articulação das Ordens e nomeadamente a de Cristo com a organização central da expedição. Parece-nos justificar-se interrogarmos sobre se houve alguma coordenação do Mestre da Ordem de Cristo com o Infante D. Pedro, uma vez que sabemos que em 1414/1415 D. João I atribuiu a coordenação das comarcas da Estremadura, Entre Tejo e Guadiana e Algarve ao Infante D. Pedro, da mesma forma que entregara a das da Beira e Trás-os-Montes a D. Henrique e a das de Entre-Douro-e-Minho ao conde de Barcelos.

¹⁸ Em Castela a *fanega*, unidade tradicional de volume ou capacidade equivale a 55,5 litros, equivalência que no entanto era variável segundo os lugares.

¹⁹ O *cântaro* era uma medida de volume utilizada, quer em Espanha que em Portugal, preferentemente para medir o vinho. O seu valor era variável. Na Extremadura espanhola a arroba ou cântaro para líquidos eram quatro quartas, e cada quarta, nove quartilhas, equivalendo cada quartilha a 0,512 l, o que se traduz em que o cântaro correspondia a perto de 18 litros e meio (18,432 l).

Se sabemos que ao Infante D. Henrique incumbiu o embarque das forças das suas comarcas no Porto, não poderá ter sido incumbido ao infante D. Pedro a coordenação da frota preparada no Tejo, que ficava na sua zona de acção?

Inútil rememorar que sobre a eventual acção do Infante D. Pedro caíu, pós Alfarrobeira, o véu do absoluto silêncio.

4. Preparada a expedição, acompanhemos o rumo do Mestre a Ceuta.

Em Julho, as forças navais reúnem-se em Lisboa. O Mestre da Ordem de Cristo vai na segunda das oito galés que, estando em Lisboa, foram receber o Infante D. Henrique quando vinha com a armada do Porto.²⁰ Terá sido esta galé uma das embarcações feita, a cargo da Ordem, na foz do Zêzere?

A morte da rainha ocorrida no Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, a 19 de Julho, levanta hesitações sobre a manutenção da expedição, que levam à reunião do conselho. Qual terá sido nele a posição de D. Lopo Dias de Sousa? Uma vez mais, nenhum registo nos chegou.

Certo é que, foi como capitão de uma das galés que D. Lopo saíu o Tejo, no dia de Santiago, 25 de Julho.

Naturalmente, a sua função de mestre de uma Ordem militar assegura-lhe a presença nos conselhos que o rei reúne entre Lisboa e a Ponta do Carneiro, de finais daquele mês a 20 de Agosto.

Sabemos que em 11 de Agosto, encontrando-se a frota na Ponta do Carneiro, o rei reúne o seu conselho e decide avançar sobre Ceuta no dia seguinte, como é certo que, em 20 de Agosto, no mesmo local, o rei o reúne de novo, dividindo-se este em 3 posições: regresso a Portugal; conquista de Gibraltar em vez de Ceuta; manutenção do objectivo da conquista desta última.

Uma vez mais, é crível que D. Lopo, na sua qualidade de Mestre da Ordem de Cristo, tenha estado presente, e uma vez mais ignoramos a sua posição.

5. Sabemo-lo presente no dia da conquista, sem informação concreta da sua acção, que não é mencionada senão por Manuel de Sousa Moreira, que naturalmente o antecede a todos os outros “principais de sangue e valor”:²¹

“Rayava el Sol los horizontes, quando el Infante Don Henrique, receloso de que otras plantas primero que las suyas pisassen la enemiga arena, abordando a la orilla saltò com su gente en tierra, por mas que do uma espessa nube, cubierto el ayre se derramava en flechas: y baraxados todos com los enemigos, que con la ultima resolucion de morir matando, se defendian de suerte, que si el Infante D. Duarte com el Maestro de Christo, el Condestable, y todos los principales en sangre, y valor, casi al mismo tiempo no abordaran; corrieran sin duda riezgo evidente oprimidos entre la innumerable multitude, sin que el prodígio valor serviesse entonces mas que de hazer mas preciso el estrago.”

²⁰ Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap.100.

²¹ *Theatro...*, cit., p.462.

Conhecemos, com referência mais precisa, vários dos passos de D. Lopo, e do círculo que lhe é mais próximo, nos doze dias da permanência régia em Ceuta, que medeiam entre a conquista e o regresso da frota régia a Portugal.

Cumprir recordar esse dia determinante que foi o primeiro Domingo depois da conquista, 25 de Agosto. Data de solenidade e de importantes deliberações: é benzida a Mesquita Maior, são armados cavaleiros os infantes e muitos dos participantes, reúne-se conselho em que se determina o destino de Ceuta e em conformidade com esta determinação designa-se o seu *fronteiro*.

Em boa verdade, se 21 fora o dia da conquista, 25 é aquele em que se determinou que Ceuta permaneceria território português.

Evoca Zurara a chegada, à mesquita agora benzida, de “elRey e seus filhos com elle, e assy ho condestabre e o meestre de Christo e o prioll do Espital²² com todollos outros baroós e rricos homeës, e gramdes senhores que alli eram. [...]”

Relata-nos que acabada a missa, em que pregou Fr. João de Xira, os infantes foram armar-se, e regressaram à igreja onde seu pai os fez cavaleiros, e depois foi cada um “pera fazer os da sua quadrilha caualleiros.” Entre os os principais senhores armados cavaleiros encontrava-se Diogo Lopes de Sousa, filho do mestre D. Lopo Dias de Sousa, que assiste, seguramente, às investiduras.

Foi depois que se reuniu o conselho em que se determina o destino de Ceuta, e que em conformidade com a determinação de que seria terra portuguesa se designa o *fronteiro* de Ceuta.

Foi excluído o Condestável e recusou a indigitação o marechal Gonçalo Vaz Coutinho. Não o Mestre D. Lopo Dias de Sousa como afirma o seu apologista Manuel de Sousa Moreira²³. Afastadas naturalmente as duas primeiras figuras da hierarquia militar, negou-se, à vontade régia, Martim Afonso de Melo. O impasse é propício a D. Pedro de Menezes, 2º conde de Viana, que pede apoio, para que lhe seja atribuído o encargo, ao mestre da Ordem de Cristo, seu primo segundo, e protector desde 1403 como se lê na *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*. E D. Lopo Dias de Sousa interfere efectivamente junto de D. Duarte pela sua nomeação para *fronteiro* de Ceuta²⁴, o que D. João deferiu.

Fazendo jus ao título da obra, não hesita mesmo Manuel de Sousa Monteiro, no seu apologético teatro da Casa de Sousa, a páginas 466-467, em transcrever as palavras com que o Mestre e ilustre 17º senhor da Casa propõe D. Pedro a D. João I!

²² Recorde-se que o mestre de Avis, D. Fr. Fernão Rodrigues, não foi a Ceuta porque ficou incumbido da administração régia durante a ausência de D. João I e dos seus filhos mais velhos.

²³ Como escreve MOREIRA, *Theatro...*, cit., p.466: “Era justa la suspencion de el Rey, pues no ignorando, que ni el Condestable, ni el Maestro podian satisfacer aquel deseo; este por la precisa ocupacion del Maestrazgo; y aquel per respectos mas allá de la mortalidade;” Segundo Zurara, em quem fazemos mais fé, e a quem provavelmente Moreira foi buscar referência adulterando-a, quem de facto tinha sido indigitado para o governo de Ceuta, uma vez afastada a ideia do condestável, teria sido o marechal e não o mestre, subentenda-se da Ordem de Cristo, como refere Moreira.

²⁴ ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cit., cap.100.

6. Não nos restou memória, nem do corpo militar, nem dos soldados anónimos que sob a cruz da milícia de Cristo partiram na frota que arribou a Ceuta, mas temos por segura a presença de pelo menos cinco protagonistas da conquista, que viriam a ser comendadores da Ordem²⁵: Diogo da Cunha²⁶, comendador de Castelejo, Castelo Novo e Casével, Diogo Lopes²⁷, comendador de Castro Marim, Diogo Lopes de Sousa²⁸, Fernão Lopes de Azevedo²⁹, comendador de Casével e mais tarde comendador-mor, e Gonçalo Rodrigues de Sousa³⁰, comendador de Niza, Montalvão, Alpalhão, Idanha.

Não terá sido Diogo Lopes de Sousa o único dentre eles a ter sido armado cavaleiro na cerimónia triunfante da benzida mesquita maior, no primeiro Domingo de Ceuta portuguesa, embora só a ele Zurara registasse, porque filho do Mestre.

Os seus percursos cruzar-se-ão com as praças do Norte de África, o cabido geral de Tomar de 1426, o confronto de Alfarrobeira, o serviço régio e o serviço da Ordem...

Ainda em 1438, no ano seguinte à desastrosa expedição a Tânger, veremos serem agraciados Diogo da Cunha com 15.781 reais de soldo e mantimento, Diogo Lopes com 2.619³¹, e com a legitimação, e Diogo Lopes de Azevedo com 4.800 reais de soldo e mantimento³², verbas todas elas relativas ao tempo que tinham servido em Ceuta.

²⁵ Podem-se encontrar referências a várias destas personagens na tese de António M.F. PESTANA DE VASSCONCELOS, *Nobrezia e Ordens militares, Relações sociais e de poder (séculos XIV a XVI)*, v.II, Porto, 2008.

²⁶ Diogo Álvares da Cunha, filho do Senhor do morgado e vila do Pombeiro. Permanecerá em Ceuta até 1437. Presente na qualidade de comendador de Castelejo no Cabido geral de Tomar de 19 de Maio de 1426 (ANTT, OC-CT, cod.234, f.51v-52v., BNP, Fundo Geral, cod.735, f.90-91v. e Col.Pombalina, cod.648, f.106).

²⁷ Diogo Lopes filho de Pedro Lopes, prior de Sta.Maria de Faro e de Leonor Gil, solteira, receberá legitimação em 1438 pelos serviços prestados em Ceuta e Tânger, sendo então morador em Castro Marim. Referem-se-lhe ZURARA, quer na *Cronica do Conde D. Pedro de Meneses, liv,II, cap.37, p.406-411*, quer na *Cronica do Conde D. Duarte, cap.17, p. 70-75* e D. Jeronimo de MASCARENHAS, *Historia de la Ciudad de Ceuta*, cap.40, p.161.

²⁸ Filho do mestre D.Lopo e seu sucessor na Casa de Sousa, é armado cavaleiro na purificada mesquita maior, em 25 de Agosto, e escolherá ficar em Ceuta, como referimos. Será conselheiro, mordomo-mor, senhor de Miranda, Porto de Germanil, Folgoso e Vouga, Comendador da Ordem de Cristo. Manoel de Sousa Moreyra, *Theatro Historico Genealogico y Panegyrico: erigido a la immortalidad de la excelentissima casa de Sousa*, 1694, dedica-lhe algumas páginas apologéticas como 18º senhor da Casa.

²⁹ Fr. Fernão Lopes de Azevedo, o destacado embaixador do infante D. Henrique junto à Santa Sé. Presente na qualidade de comendador de Casével no Cabido geral de Tomar de 19 de Maio de 1426 (ANTT, OC-CT, cod.234, f.51v-52v., BNP, Fundo Geral, cod.735, f.90-91v. e Col. Pombalina, cod.648, f.106). Referenciado a partir de 1434 como comendador-mor da Ordem de Cristo (*Monumenta Henricina*, v.IV, doc.128 e 145, respectivamente p.335-338 e 362-363), qualidade em que participa na fracassada conquista de Tânger em 1437. Membro do Conselho de D. Duarte e conselheiro do Infante D. Henrique. Para uma síntese biográfica deste partidário de D. Afonso V em Alfarrobeira, vide BAQUERO MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira*, v.II, *cit.*, p.731-732.

³⁰ Filho de Rui de Sousa e, conseqüentemente, sobrinho de D. Lopo Dias de Sousa, o primeiro fidalgo que solicitou ao rei para permanecer em Ceuta à frente de 40 homens armados, como referido. Por carta régia de 17 Nov.1431 viria a ser nomeado alcaide do Castelo de Marvão em condições análogas às que tivera seu pai. Com este, participaria na malograda expedição a Tânger em 1437. Foi, na Ordem, comendador de Niza, Montalvão, Alpalhão, Idanha. Para a sua biografia BAQUERO MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira, Antecedentes e significado histórico*, v.II, Coimbra, 1980, p.969-971.

³¹ *Monumenta Henricina*, v. XII, doc.30, p.32.

³² ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, l.13, f.163v. Publ. in *Monumenta Henricina*, v.XII, doc.20, p.31.

7. Na 2ª feira, 2 de Setembro, a frota régia regressa de Ceuta, fundeando em Tavira. Nela regressa o mestre da Ordem de Cristo, que deixa na nova praça portuguesa o seu filho Diogo Lopes de Sousa e o seu sobrinho Rui Rodrigues de Sousa, que fora o primeiro fidalgo português a requerer ao rei para aí ficar ao serviço à frente de 40 homens armados³³. A ambos, os anais da Ordem registarão como comendadores. Não aludem as fontes a qualquer papel significativo da Ordem em Ceuta durante os anos que restam de vida a D. Lopo, o último dos Mestres “eleitos”.

Quando o seu longo mestrado acaba, sucede-lhe por solicitação régia, como governador, o Infante D. Henrique. Na bula *In apostolice dignitatis specula* de 25 de Maio de 1420³⁴ que aquiescia à súplica régia, Martinho V fazia, nos termos da prática da chancelaria pontifícia, reproduzir as razões régias. Em prol da nomeação de seu filho, D. João I aduzia a necessidade de reencontrar a esquecida missão da Ordem de combate aos infiéis, e de aproveitar para tão onerosa missão em Ceuta os seus bens e rendimentos, com escândalo desviados para outros fins:

“[...] porque instituída outrora aquela Ordem para combater os sarracenos e outros infiéis e para defender os cristãos e dotada para tanto de castelos, vilas e outras possessões e bens, alguns dos Mestres Gerais aplicaram os rendimentos dela a outros fins, com escândalo do reino, os quais o monarca referido [D. João I] deseja aproveitar agora na guarda e defesa da cidade de Ceuta, por ele subtraída aos mouros e que lhe causa grandes despesas, na certeza de que, cometida a administração da dita Ordem ao infante D. Henrique, os seus rendimentos serão aproveitados em benefício da fé cristã, da luta contra os infiéis e ainda na conservação e honra da própria Ordem.”

O deferimento pontifício do rogo régio foi escatológico. Doravante a Ordem de Cristo, reencaminhada na sua missão, e a expansão de que Ceuta foi precursora, a um primeiro tempo sob o impulso do Infante Governador, partilharão as rotas do mundo.

O deferimento pontifício do rogo régio foi escatológico. Doravante a Ordem de Cristo, reencaminhada na sua missão, e a expansão de que Ceuta foi precursora, a um primeiro tempo sob o impulso do Infante Governador, partilharão as rotas do mundo.

Sob Henrique de Avis, o desastre de Tânger de 1437 fará suceder à cruzada do norte de África o desafio da vastidão dos mares e terras a conhecer.

³³ Cfr. ZURARA, *Crónica da tomada de Ceuta*, cap.100.

³⁴ Cfr. sumário in *Monumenta Henricina*, v.II, doc.180.

VIAGEM AO ESTREITO EM 1524. O LIVRO DE CONTAS DE FRANCISCO ANES GAGO

Tiago Machado de Castro

1. Apresentação

O Livro de contas de Francisco Anes Gago¹, que aqui se apresenta e edita, é um caderno manuscrito de 15 fólios, encadernado numa capilha de couro, à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com a cota *Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo 617*; e descrito como *Livro do pagamento de soldos à armada do capitão Pêro Botelho que foi ao estreito de Gibraltar levar as pagas aos lugares de além*².

Observando os seus dados físicos e de conteúdo este caderno retira-se que foi composto dentro de um período limitado de tempo. O seu conteúdo mostra um conjunto de registos referentes à tripulação e despesas efetuadas durante a missão desempenhada pela armada de Pero Botelho³, ao longo dos meses de Agosto a Outubro de 1524. É visível que foi composto em diversas fases, dadas as diversas adições que o escrivão foi introduzindo nas margens dos fólios, e pelos quais se pode ver a evolução da informação de determinados itens. Aparenta ter sido escrito ao longo do trajeto e finalmente confirmado aquando da chegada a Lisboa⁴.

A coloração, textura e tipo de papel dos seus fólios apresenta-se uniforme, não revelando ser uma compilação de documentos. Também os fólios são da mesma dimensão,

¹ Os seus dados biográficos são por enquanto imprecisos adiantando-se esta informação: Era cavaleiro fidalgo da Casa Real e pai de Álvaro Fernandes Gago e de André Calvo da Costa. Nomeado em 1533 para o ofício de Contador e Juiz dos resíduos e Provedor dos órfãos, hospitais e capelas, confrarias e gafarias das ilhas de Cabo Verde no lugar de seu filho que era menor. Para isto veja-se: Iva Maria de Ataíde Vilhena Cabral - *A primeira elite colonial atlântica. Dos «homens honrados brancos» de Santiago à «nobreza da terra» (Finais do séc. XV – início do séc. XVII)*. Apêndice II - *Os «Homens Honrados Brancos» da Ilha de Santiago (Finais do séc. XV – início do séc. XVII)*, Praia, Universidade de Cabo Verde, 2013, pp. CLXXXVIII e CXCIV. Vem mencionado em documentos do início da década de 530: ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mc. 46, n.º 117; ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mc. 50, n.º 9.

² Após a leitura e transcrição a partir do original manuscrito foi pedida a digitalização deste livro, sendo já possível a sua visualização no *site* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sob o código PT/TT/CRC/B/16/617. A ligação eletrónica é: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4621344>

³ Encontra-se em preparação uma biografia de Pero Botelho, integrada nas investigações de doutoramento que agora prossigo. Pelos dados recolhidos foi ele que desempenhou o cargo de capitão dos bombardeiros do Reino durante o reinado de D. João III o que motivou o interesse na sua personagem e permitiu a descoberta do livro de contas que aqui se apresenta. Era cavaleiro da Casa do Rei e terá servido na década de 510 como almoxarife da sisa dos panos em Lisboa, sendo provido no cargo de procurador dos armazéns de Lisboa e dos lugares de Além-mar em 1516. Para já veja-se: ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 25, fl. 134; ANTT, Chancelaria de D. João III, liv. 8, fl. 69v.

⁴ Veja-se em anexo *Livro de Contas de Francisco Anes Gago*, fl. 13r-14r.

não aparentando ter sido aparados, como ocorre por vezes em alguns casos onde este trabalho foi feito para obter um livro com dimensões uniformes.

Esta evolução proporciona uma mancha gráfica irregular ao texto manuscrito que motivou algumas preocupações de edição, que importam referir. São vários os casos, como dito foi, em que, no espaço disponível do fólio ou em entrelinha, foram acrescentadas informações pertinentes aos itens, pelo que, tentando obter uma melhor legibilidade da informação, estes apontamentos foram introduzidos no seguimento do texto, estando devidamente anotados. Foram igualmente tomadas outras opções de edição que são descritas em anexo.

Este caderno refere-se à ação de uma armada em 1524. Esta nota é pertinente pela existência de um rótulo na capa onde se lê: *Livro da <despeza> da armada que ElRey mandou ao estreito anno de 1527.*

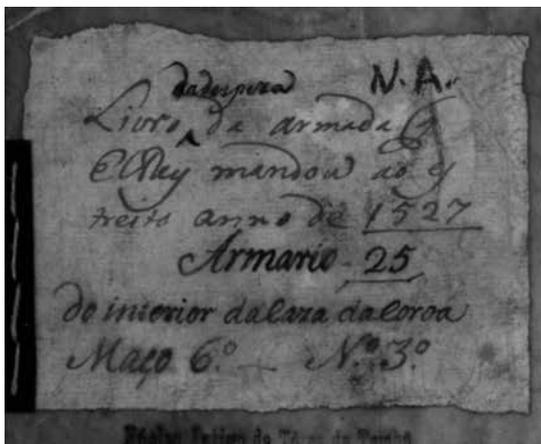


Fig. 1 - Rótulo de capa

No entanto na intitulação que existe no fólio 1r pode-se ler: *Livro da despeza que pero botelho capitão darmada que foy ao estreito cõ as pagas aos lugares dalem o Anno de bc xxiiij (524).* Felizmente os serviços arquivísticos da Torre do Tombo não tomaram esta informação de capa como certa e no seu sítio eletrónico este caderno está datado corretamente.

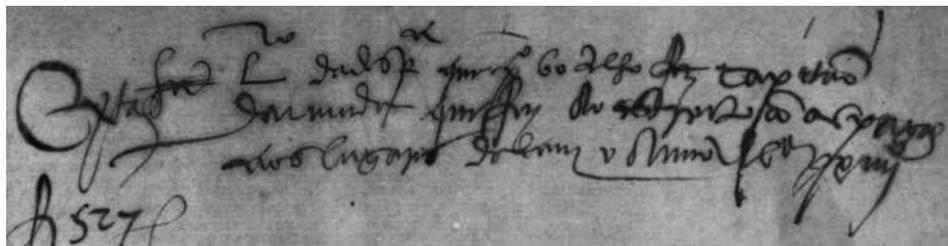


Fig. 2 - Título do livro

2. Objetivos e composição da armada de Pero Botelho

No termo de abertura deste livro de contas fica definido que o objetivo principal desta armada é levar o pagamento às guarnições das praças de Marrocos, sendo o termo utilizado “aos seus lugares dálem”. Esta armada prepara-se para sair de Lisboa em meados de Agosto, e é composta pelo navio *Espadarte*, comandado pelo capitão-mor Pero Botelho, pelo navio *Santo António*, capitaneado por Belchior de Proença⁵, e pela chamada caravela do Algarve, capitaneada por André de Salema⁶. Especifica-se que os assentos contidos neste livro de contas se referem unicamente aos navios *Espadarte* e *Santo António*, pois a caravela ficará no Estreito, sendo a sua contabilidade feita noutra local. Aliás poucas são as informações sobre ela que o livro nos fornece, ficando a ideia de que terá acompanhado as outras duas embarcações até ao momento em que regressaram a Lisboa⁷. No regresso, adiantando alguma informação, os dois navios trouxeram consigo a chamada nau *Francesa*, capitaneada por Vasco Fernandes César, que por ordem do rei entregou o seu comando ao capitão Pero Botelho.

2.1 As tripulações dos navios *Espadarte* e *Santo António*

Entre o fólio 2r e o fólio 5v é feito rol dos tripulantes e gente de guerra dos navios *Espadarte* e *Santo António*. O *Espadarte*, “em que anda o capitão-mor”, Pero Botelho, tem como piloto João Vaz e como mestre Pero Fernandes, o condestável dos bombardeiros é Lopo Dias e o despenseiro um Pero Anes, que está igualmente listado como marinheiro. O meirinho é Estevão da Rosa, que também serve de bombardeiro.

São indicados para esta embarcação nove marinheiros, com destaque para um Tomasin Genovês, a quem o capitão-mor deu 700 reais de adiantamento, correspondentes a um mês de serviço. A contratação deste elemento sucedeu em Belém, em cima da saída para o mar da armada, motivada pela deserção de alguns marinheiros, tal como indicam apontamentos feitos no fólio 2v e no fólio 11r. Também o marinheiro Fernão de Álvares foi substituído após um mês de serviço, sem indicação do motivo. Os nomes de oito grumetes são listados em seguida. Um nono, de nome Jorge, está riscado, surgindo um homónimo entre os grumetes do navio *Santo António*, o que aponta para um eventual erro de registo do escrivão que foi posteriormente corrigido. Além dos referidos condestável e meirinho, são apresentados ainda sete bombardeiros, que completam esta tripulação.

⁵ Não foram encontrados dados precisos sobre ele.

⁶ Tanto Belchior de Proença como André de Salema estão marcados como sendo cavaleiros da guarda do rei D. João III.

⁷ Existem duas cartas, de data incerta, que referem a presença de André Salema capitaneando uma caravela num combate com galeotas turcas, ao largo da “ilha de Pirixel” (atual Perejil). Veja-se ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 877, n.º 341; ANTT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 877, n.º 327.

 Quadro 1 - Tripulação do navio *Espadarte*

Capitão	1
Piloto	1
Mestre	1
Condestável	1
Meirinho	1
Despenseiro	1
Marinheiros	8
Grumetes	8
Bombardeiros	7

O navio *Santo António*, é capitaneado por Belchior de Proença, cuja referência abre este título. Álvaro Afonso é o piloto e Luís Dias o mestre do navio. Estão arrolados nove marinheiros, entre os quais, um Diogo Martins Galego, caiu ao mar a treze de outubro, e dez grumetes. O homem que foi originalmente designado em Lisboa para despenseiro deste navio só cumpriu quinze dias de serviço, sendo substituído durante a viagem por Aleixo Dias, um dos homens de armas que seguia embarcado. O complemento de bombardeiros é composto por seis homens, comandados por Cristóvão Alemão, o seu condestável. Um destes bombardeiros, que o autor do livro declara não saber o nome, transitou, durante a missão, em data não indicada para a caravela do Algarve, por troca com um outro bombardeiro dessa embarcação. Ainda outro dos bombardeiros é simplesmente tratado por Oleiro da Mouraria. Este duplo desconhecimento por parte do escrivão da armada pode ser indicador que não era neste navio que navegava.

 Quadro 2 - Tripulação do navio *Santo António*

Capitão	1
Piloto	1
Mestre	1
Condestável	1
Despenseiro	1
Marinheiros	9
Grumetes	10
Bombardeiros	6

2.2 Título dos espingardeiros, besteiros e homens de armas

O título dos espingardeiros, besteiros e homens de armas está nos fólhos 4r a 5r. Desde logo é explicado que só estão arrolados os combatentes dos navios *Espadarte* e *Santo António*, e renova-se a explicação da caravela ficar a servir no Estreito. Outro dado importante é que estes homens vêm apresentados numa lista única, pela razão de servirem em ambos os navios, o que dá um interessante exemplo da mobilidade de serviço entre estes meios navais. Estão registados vinte e um espingardeiros, com um vigésimo segundo nome riscado, seguido de uma lista dos “besteiros e espingardeiros de outro soldo e homens de armas”. Não fica exposto aqui qual o soldo dos primeiros nem dos segundos. Nesta segunda lista, que contém quinze nomes, surgem diversos apontamentos laterais ou em entrelinha explicativos de saídas de serviço e substituições efetuadas no decurso da missão. Destes quinze homens que iniciam a missão com a armada, sete deles foram substituídos após um mês de serviço, provavelmente em Arzila como se verá adiante.

Francisco Anes Gago, rematando este título, numa declaração feita a 24 de Outubro de 1524, explica que estes são os homens de que é sabedor, ou somente lembrado, que embarcaram e serviram na armada até ao seu regresso a Lisboa nos dois navios a que o livro se refere. Explica também que todas as substituições foram anotadas nos respetivos itens.

Descontando os homens de guerra, ambas as tripulações têm cerca de trinta homens de efetivo e uma distribuição de funções em tudo semelhante, exceção feita ao posto de meirinho que apenas existe no *Espadarte*.

2.3 Despesa do navio *Espadarte*

Feito o elenco dos homens embarcados na armada, o escrivão apresenta as despesas feitas nos dois navios e as circunstâncias em que ocorreram. Em nome do mestre do *Espadarte*, Pero Fernandes, ficaram registadas diversas reparações feitas no aparelho do navio por ordem do capitão-mor.

Estando o navio em Ceuta, a 4 de setembro, foi convertida em guardas⁸ uma “moneta velha” do traquete, sendo o excedente aplicado em remendos para outras velas⁹. Já em 11 de setembro, durante a navegação partiu-se um dos cabos do aparelho do navio, a ostaga da verga grande, sendo feita uma substituição de recurso com outro cabo que o

⁸ *Gardas* no original, sem explicação do que é.

⁹ Moneta é o acrescento que era cosido na esteira dos papa-figos para lhe aumentar a superfície. Papa-figos qualquer das velas grande ou do traquete, primeiras a contar debaixo. Veja-se: Humberto Leitão e J. Vicente Lopes – *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual* (2ª edição). Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974, pp.362 e 392. (Doravante mencionado como *Dicionário de Linguagem de Marinha*).

escrivão designa por “meia guindareza”¹⁰. Uma outra “meia guindareza”, foi utilizada em boças para as âncoras¹¹. Em obras do navio gastaram-se quatro cordas de esparto e um arinque¹². Já no recife de Arzila, perderam-se quatro remos e a fateixa do batel que servia o *Espadarte*.

No título do despenseiro, que é o que imediatamente se segue, ficou registado o gasto de pedra, em quantidade não indicada que serviu para se fazer pelouros de artilharia, e a perda de uma câmara de berço, que se embrulhou no aparelho do navio durante manobras e caiu ao mar na viagem de regresso. Este último tem indicação de ficar carregado na conta do meirinho.

Quanto aos gastos feitos pelo meirinho, Estevão da Rosa, em material de guerra, estão registados no seu título entre os fólhos 7r e 8r, e são resumidos na tabela seguinte com indicação das quantidades gastas e do motivo:

3 Barris de pólvora	Para disparar a artilharia.
2 Barris de pólvora de espingarda	Para distribuir entre os espingardeiros de ambos os navios.
2 Pães de chumbo	Para os espingardeiros fazerem os seus pelouros.
2 Pelouros de espera	Quando se deu caça a duas naus perto de Farão.
S.n. Pelouros ¹³	Gastos quando o capitão mandou disparar artilharia.
4 Peles de carneiro	Para as bocas das bombardas.
3 Lanças	Para fazer tornos das roldanas da polé, arpões ¹⁴ e outras obras.
3 Piques	Para varas de bomba, um carregador de espera e outras coisas.
16 Chapas de ferro	Para bordos e portinholas para as peças de artilharia.

¹⁰ Trata-se aqui do cabo principal que serve para arriar a verga do mastro grande. A verga é a peça de madeira que corre ao longo da parte superior da vela e onde ela se fixa. Pela designação dada pelo escrivão, fica a ideia de o mastro grande do navio *Espadarte* ostentar um pano redondo e não um latino, o que constitui um contributo para a identificação do tipo de embarcação. Ostaga, cabo com que se arria ao longo do mastro uma verga de gávea. Cf. *Dicionário de Linguagem de Marinha*, pp. 384. A guindareza ou guindaleta é dado o mesmo sentido: cabo ou corrente que labora no guindaste. Cf. *Dicionário de Linguagem de Marinha*, pp.300-301 e 537-538.

¹¹ No texto a expressão é *boca* sem a cedilha. Pela descrição dada no texto da sua aplicação a âncoras, e pelo significado dado a *boças*, “Nome genérico de vários cabos destinados a prender ou a segurar alguns objetos de bordo...” entre as quais se contam as *boças do ferro*, “que aguentam a âncora para a borda quando está espatilhada.” Cf. *Dicionário de Linguagem de Marinha*, pp.97-98.

¹² *Obras* designa genericamente cabos utilizados no aparelho de um navio de vela. Um arinque, no texto “hourique”, é um cabo utilizado para ligar um objeto que está no fundo a um sinal flutuante. Exemplo visto será uma âncora a uma bóia. Cf. *Dicionário de Linguagem de Marinha*, pp.378 e 55.

¹³ No texto o escrivão deixou um espaço em branco no local onde ia assentar o número de pelouros gastos.

¹⁴ O termo utilizado pelo escrivão é arpos. Veja-se arpão e arpéu em: *Dicionário de Linguagem de Marinha*, p.58.

Além dos gastos aqui postos, verificou-se uma troca de peças de artilharia entre o navio *Espadarte* e a caravela do Algarve, da qual também ficou registado. O *Espadarte* cedeu um canhão pedreiro, sem carreta, com o seu atacador e carregador e treze pelouros em pedra, à caravela do Algarve. Por seu lado, para o *Espadarte*, veio um camelo, considerado como grande demais para ser usado na caravela. Francisco Anes Gago chama a esta permuta um “aresto”.

Em nenhum momento deste documento é indicado o artilhamento completo que esta embarcação dispunha, mas ficamos a saber que estava equipada com falcões e berços, como peças mais ligeiras, assim como pelo menos de uma espera e um canhão pedreiro, o tal que foi substituído por um camelo, e talvez mesmo de bombardas, onde se gastaram as peles de carneiro¹⁵, se assumirmos que este termo não está aqui a designar as diversas tipologias de peças embarcadas.

Outros detalhes que interessam mencionar é a distinção feita entre pólvora, usada nos tiros de artilharia, e pólvora de espingarda, indicando que seriam diferentes em algum aspeto¹⁶, e a obrigação dos espingardeiros fazerem os seus projéteis com o chumbo que lhes é dado¹⁷. Também cabia ao meirinho gerir os géneros de botica, que mais abaixo veremos.

2.4 Despesas do navio *Santo António*

O título seguinte refere as despesas do navio *Santo António* e aqui nota-se uma organização diferente dos dados, comparando com o que vimos no anterior caso do *Espadarte*. Aqui todos os tipos de despesa são carregados no piloto do navio, mediante pedidos ao capitão-mor, e não subdivididos nos títulos de diversos oficiais. Contratações, reparações, gastos e perdas de material confundem-se aqui num título único.

O primeiro caso presente, descreve a necessidade de contratar em Lagos, que foi a primeira escala da armada, um calafate para acompanhar o navio durante a missão. O piloto declara que as bombas existentes a bordo eram insuficientes para controlar a água

¹⁵ A aplicação de peles de carneiro na boca das bombardas constitui uma das novidades reveladas por este documento e o real objetivo da sua aplicação não é claro. Recordando o debate que se seguiu à apresentação pública deste texto foi avançada a hipótese de, cortadas em pequenos pedaços, servirem para calçar os pelouros dentro das peças de artilharia, evitando que rolassem para fora delas com a oscilação do navio. Pessoalmente, seguindo outra hipótese avançada na altura, serviriam como selo, evitando que o interior das peças estivesse húmido e impedisse o disparo. Sobre esta hipótese veja-se o que diz Fernão de Oliveira: “Teram as bocas dellas e escorvas tapadas, que lhes nam entre agoa, nem molhe a pólvora que tem dentro...”; Fernando de Oliveira, Pe. – *Arte da Guerra no Mar. Estratégia e guerra naval no tempo dos descobrimentos*. Lisboa, Edições 70, 2008, p.80.

¹⁶ Sobre pólvora de espingarda e de artilharia. José Virgílio Pissarra – *A Armada da Índia. Computo, tipologia e funcionalidade das Armadas de guerra portuguesas do Oriente (1501-1510)*. Lisboa, [s.n.], 2001, pp.123-126.

¹⁷ Sobre esta obrigação veja-se que já em 1505, quando é concedido privilégio aos bombardeiros e espingardeiros, esta obrigação já existia e fazia parte, segundo entendemos, da sua formação. Veja-se o privilégio em versão publicada em Tiago Machado de Castro – *Bombardeiros na Índia. Os homens e as artes da artilharia portuguesa (1498-1557)*, Lisboa, [s.n.], 2011, Anexo I, pp.146-148. Para o original manuscrito veja-se: ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 5, n.º 85.

que o navio metia, perigando a carga de quinhentos quintais de biscoito que transportava para as fortalezas de Marrocos e a própria embarcação. Foi pedido ao juiz de Lagos que indicasse um calafate, mencionado como o Biscainho, que recebeu adiantados setecentos reais, correspondentes a um mês de serviço a bordo. Foi exatamente o tempo que serviu, segundo o registo feito¹⁸. No item seguinte regista-se que, em Arzila, em 17 de setembro, o batel do navio *Santo António* se desmanchou, custando a sua reparação quatrocentos e cinquenta reais, gastos em mão de obra de carpinteiro e calafate e pregadura necessária. As restantes despesas e as razões dos seus gastos mostram-se no quadro abaixo. Os ferros de lança e os paveses estavam montados nas amuradas por ordem do capitão, portanto num apresto defensivo, e são derrubados ao mar durante a manobra do aparelho do navio. Quanto à artilharia embarcada ficamos a saber que incluía berços grandes e pequenos.

Quadro 4 – Despesas do navio *Santo António*

5 Lanças	Gastas numa bomba, num carretel e noutras obras do navio.
11 Ferros de lança	Iam amarrados fora do navio e caíram ao mar.
3 Paveses	Iam amarrados fora do navio e caíram ao mar.
2 Picadeiras ¹⁹	S.d.
2,5 Barris de pólvora	Para tiros de artilharia.
55 Pelouros	De berços pequenos e grandes. Para tiros de artilharia.

2.5 A botica e alimentos

Reunimos aqui as listagens de géneros de botica gastos nos “doentes, escalavrados e feridos” da armada, que estavam na responsabilidade do meirinho do navio *Espadarte*. Talvez curiosamente pois nesta armada até seguia um individuo conhecido como boticário, mas que pelos vistos não desempenharia o cargo¹⁹. Alguns dos nomes são facilmente reconhecíveis e a sua função até será fácil de imaginar: lençol para ligaduras; tábuas de pau para talas.

A existência de boticas a bordo é registada desde cedo, nalguns casos apenas como propriedade pessoal de um individuo ou dentro inventário geral de um navio, como parece ser este caso. O seu volume e composição, perante alguns os casos vistos nesta época, estava longe de ser padronizado²⁰.

¹⁸ Veja-se em anexo *Livro de Contas de Francisco Anes Gago*, fl.9r.

¹⁹ Veja-se em anexo *Livro de Contas de Francisco Anes Gago*, fl.5r.

²⁰ Como obras de referência, entre outras veja-se: José de Vasconcellos e Meneses – *Armadas Portuguesas. Apoio sanitário na época dos descobrimentos*. Lisboa, Academia de Marinha, 1987, p.113-209; Germano de Sousa – *História da medicina Portuguesa durante a expansão*. Lisboa, Temas e Debates – Circulo de Leitores, 2016, pp.103-148.

 Quadro 5 – Géneros de botica

1 Cântaro de mel
1 Barril de ovos
2 “hourinos” ²² e farelos
2 Cristes roídos pelos ratos
1 Púcaro de unguento amarelo
1 Púcaro de “termyntina” ²³
1 Barril de óleo rosado
3 Lençóis velhos
12 Tabuas de pau de bainhas de espada

No dia 1 de outubro, com a armada estacionada em Ceuta, Pero Botelho dá ordem para a aquisição de mantimentos, para suprir a escassez de alimentos que existia à cerca de oito dias. Em virtude disso os homens recusavam-se a trabalhar e ameaçavam começar a abandonar a armada, segundo nos afirma o escrivão Francisco Anes Gago. Estas aquisições são feitas já a contar com a nau Francesa e destinam-se à etapa final da missão, que durou ainda mais dezanove dias. Além da contribuição que este rol presta ao conhecimento sobre a alimentação de bordo nas armadas portuguesas quinhentistas é também de interesse para uma investigação que aborde relações e evoluções de preços nesta época. Com base nos dados do projeto *Prices, Wages and Rents in Portugal 1300-1910*, veja-se, como simples exemplo, que o arrátel de carne de porco custava em Lisboa 5 reais nos anos de 1527 e 1528. Quanto ao porco inteiro só temos valores para o final do século XVI, onde em 1590 custava 2.900 reais e em 1598 custava 2.580 reais²³. Não é por certo muito conclusivo mas mostra mais uma área onde este livro de contas pode prestar contributo.

 Quadro 6- Mantimentos comprados em Ceuta a 1 de Outubro de 1524 (folio 12r)

4 Porcos	1000 Reais a unidade	4 mil reais
6 Botas de vinho	S.d.	2 mil reais
1 Jarra de azeite	S.d.	2 mil reais
20 Dúzias de cações	250 Reais a dúzia	5 mil reais
1 Jarra de vinagre	400 Reais a jarra	400 reais
S.n. Candeias de sebo	S.d.	400 reais
2 Porcos ²⁴	1000 Reais a unidade	2 mil reais

²¹Não se encontrou um significado para este produto ou objeto.

²²*Indicado como anticatarral e antinevrálgico. Cf. José de Vasconcellos e Meneses – Armadas Portuguesas. Apoio sanitário na época dos descobrimentos. Lisboa, Academia de Marinha, 1987, p.152. Veja-se também Germano de Sousa – História da medicina Portuguesa durante a expansão. Lisboa, Temas e Debates – Circulo de Leitores, 2016, pp.306.*

²³ ICS – *PRICES, WAGES AND RENTS IN PORTUGAL 1300-1910*, [Em linha] Consultado em 30-4-2016. Disponível na internet em: <http://pwr-portugal.ics.ul.pt/>.

²⁴*Destinados à nau Francesa. Veja-se em anexo Livro de Contas de Francisco Anes Gago, fl.12r.*

3. Encerramento e contas

Francisco Anes Gago, ao encerrar o seu livro do fólho 13r em diante, recupera a informação de se tratar de uma armada que tem como missão levar os pagamentos às fortalezas de Marrocos, e que estas são apenas as contas dos navios *Espadarte* e *Santo António*. Nesta recapitulação final recupera os diversos títulos que foram sendo enumerados, descrevendo a estrutura física deste documento, declarando que assinou todas as suas folhas em rodapé. Dá o livro por encerrado em 22 de Outubro de 1524.

Mas na verdade ainda tinha mais para dizer. No fólho seguinte introduz um outro assento feito na mesma data, declarando que no regresso a Lisboa, o capitão Pero Botelho, trouxe consigo a nau Francesa de Vasco Fernandes César, com toda a tripulação, equipamentos e armamento, seguindo uma instrução régia que havia recebido. Também descreve, como outra ação desta missão, um reforço da guarnição de Arzila, composto por vinte cavaleiros da guarda do rei e moços da sua camara, acompanhados dos seus homens e criados, juntamente com nove bombardeiros e seis carpinteiros, além de outros moradores dos quais não dá número. Estes anteriores não são contabilizados para efeito deste livro.

No fólho 15r apresenta o valor total da despesa desta armada de 1524: 27.850 reais gastos em mantimentos e outras coisas necessárias à armada. A estes acrescenta outros 19.122 reais referentes ao soldo de dezanove dias da tripulação da nau francesa. O valor total é de 46.972 reais, que foi pago a Pero Botelho já durante 1525 por Diogo Vasques, “almoxarife da Casa da Guiné”²⁵.

Outro documento confirma este pagamento. Diogo Vasques (e não Vaz²⁶) recebe em 29 de dezembro de 1524 ordem do rei para pagar a Pero Botelho os 46.972 reais despendidos nesta expedição. Confirmando os dados do caderno de Francisco Anes Gago são descritas as duas parcelas deste pagamento: a despesa feita com a armada, no valor de 27.850 reais, e o pagamento de soldos da nau francesa, que monta a 19.122 reais. O capitão Pero Botelho reconheceu e confessou ter recebido a referida verba a 3 de abril de 1525²⁷.

²⁵ Veja-se em anexo *Livro de Contas de Francisco Anes Gago*, fl.15r.

²⁶ Perante os originais manuscritos toma-se a opção de desdobrar o *Vaaz*, sobrelinhado ou marcado com traço superior, indicação de uma abreviatura, por *Vasques*, seguindo critério de transcrição paleográfica proposto em, pelo menos: Eduardo Borges Nunes – *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*, Lisboa, Faculdade de Letras [Universidade de Lisboa], 1981, p.115.

²⁷ Comparem-se os valores do *Livro de Contas de Francisco Anes Gago* com o que diz Diogo Vasques na seguinte transcrição:

“Mostrou se despedmder pero botelho capitão que ffoy d’Armada que vosa alteza mamdou com as pagas aos lugares dalem quorenta e seis mil novecentos setemta e dous *Reaes* – RBJ ixc lxxij (=46972) *reaes*

Per esta maneira -scilicet- XXBIJ biiij L (=27850) *reaes* em mantimentos carne pescados e outras cousas a dita armada neçesaryas segundo da fee o sprevam de seu careguo emtramdo neles algumas despesas meudas.

E os XIX cxxij (=19122) *reaes* pagou as pesosas -scilicet- pilotos mestres marinheiros e omens darmas que vinham na naao francesa de seus soldos de tempo de dezanove dias segumdo se tudo mostra per huum quaderno pelo qual o dito pero botelho fez o pagamento no almazem peramte diogo guomez sprevam dele [ass.] pero botelho”; ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, mç. 31, n.º 111.

4. A nau *Francesa* de Vasco Fernandes César

Pelo que o livro de contas nos informa a nau *Francesa* estava de serviço no Estreito e acompanhou o *Espadarte* e o *Santo António* no seu regresso a Lisboa. A duração deste convívio terá sido de pelo menos dezanove dias, pois são estes os dias de serviço que Pero Botelho é obrigado a pagar à sua tripulação e que se iniciam a 1 de Outubro.

Por um documento passado em Málaga a 9 de Setembro de 1524, fica-se a saber que Vasco Fernandes César recebeu aí, do feitor da Andaluzia, Bastião Álvares²⁸, cento e setenta e cinco ducados para pagar soldos à tripulação da nau *Francesa* e para fazer face a outras despesas. Queixou-se que este valor não bastava para pagar aos oitenta homens que trazia embarcados, justificando-se o feitor que não dispunha de mais verba e que mesmo estes ducados lhe haviam sido emprestados para o efeito²⁹. Já antes a 12 de Agosto havia recebido de Luís Ribeiro, em Cádiz³⁰, cem cruzados em ouro para contratar marinheiros e bombardeiros, além de mantimentos, para a mesma nau, que tinha vindo aquela cidade “para acabar de se armar”³¹.

Pela informação de Francisco Anes Gago ficamos a saber quais as funções que existiam a bordo, a razão mensal de soldo para cada uma delas e o valor pago a cada conjunto, como se mostra aqui:

Função	Razão de soldo/mês	Recebido
Patrão, Mestre, Piloto e Contramestre		2.833 Reais
Marinheiros, Espingardeiros e Besteiros	800 Reais	9.951 Reais
Bombardeiros (7)	1000 Reais	S.d.
Grumetes (21)	533 Reais e 1/3	6.338 Reais

Outro documento descreve a tripulação da nau *Francesa* no seu regresso a Lisboa, notando-se de imediato que o posto de capitão é ocupado pelo mesmo Francisco Anes Gago, escrivão do livro que temos vindo a descrever³². Neste documento são apresentados os itens de cada um dos tripulantes indicando o seu nome, função a bordo, dias de

²⁸ É Bastião que está no documento e não Sebastião como indica a descrição do documento na Torre do Tombo. Sobre a existência de feitor em Málaga e em Cádiz veja-se o que diz Magalhães Godinho sobre a organização e função da Feitoria da Andaluzia no abastecimento das praças de Marrocos e no apoio à armada do Estreito: Vitorino Magalhães Godinho – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 2ª edição, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp.270-271.

²⁹ ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 119, n.º 24.

³⁰ Neste documento Cádiz vem na forma antiga de Calez. Sobre esta equivalência veja-se entre outras: Joaquín Vallvé Bermejo e Emilio García Gómez – *Nuevas ideas sobre la conquista Árabe de España. Toponímia y Onomástica*. Madrid, Real Academia de História, 1989, pp.36 e 95-96.

³¹ ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 118, n.º 13.

³² ANTT, Coleção de Cartas, Núcleo Antigo 877, doc.443.

serviço, razão mensal do seu soldo e valor recebido individualmente. Note-se que o cargo de patrão, indicado no Livro de Contas, corresponde neste documento ao de capitão, além da existência de um contramestre, algo que não existe no *Espadarte* e no *Santo António*³³. Explicitamente marcados estão nove marinheiros, oito grumetes e sete bombardeiros, sem indicação de condestável. Parte dos tripulantes recebe dezanove dias de soldo e outros recebem nove dias de soldo. Apesar de estar indicado em título a existência de espingardeiros, nenhum dos nomes está marcado com este ofício de guerra. Também não há indicação de despenseiro nem de meirinho recordando outros cargos que vimos ao longo do Livro de contas.

O valor de encerramento deste rol da gente da nau Francesa é de 19.122 reais, correspondendo ao indicado por Francisco Anes Gago, no seu livro, e no alvará de Diogo Vasques.

Quadro 8 - Soldos do Rol da gente da nau Francesa (1524)³⁵

Função	Dias	Razão de soldo/mês	Recebido/pessoa
Capitão	19	2.000 Reais	1266 Reais 4 Ceitis
Piloto	9	1.000 Reais	300 Reais
Mestre	19	1.000 Reais	633 Reais 2 Ceitis
Contramestre	19	1.000 Reais	633 Reais 2 Ceitis
Marinheiros, Espingardeiros e Besteiros	19	800 Reais	506 Reais 4 Ceitis
Besteiros	9	800 Reais	240 Reais
Calafate	19	600 Reais	380 Reais
Bombardeiros	9	1.000 Reais	300 Reais
Grumetes	19	533 Reais 2 Ceitis	335 Reais 4 Ceitis

5. Trajeto da armada de Pero Botelho

Quanto ao trajeto desta armada desde a sua saída até ao regresso a Lisboa pode ser definido com alguma certeza a partir da informação fornecida pelo escrivão. Nalguns casos conseguimos situar no tempo e no espaço determinados eventos, pois o escrivão foi preciso nos seus dados. Tendo a noção de que os itens contidos dentro dos diversos títulos que apresenta foram sendo inscritos em sequência cronológica, tornou-se possível colocar grande parte dos eventos e propor no quadro abaixo uma cronologia geral desta viagem coerente, e assim determinar o trajeto aproximado que a armada cumpriu.

³³ Esta conclusão foi obtida somando os valores recebidos individualmente pelo capitão, piloto, mestre e contramestre da nau *Francesa*, tal como os vimos no documento, e comparando com o valor do item do Livro de Francisco Anes Gago, que é de 2.833 reais. Também pelas contas feitas obtivemos que cada mês é de 30 dias.

³⁴ ANTT, Coleção de Cartas, Núcleo Antigo 877, n.º 443.

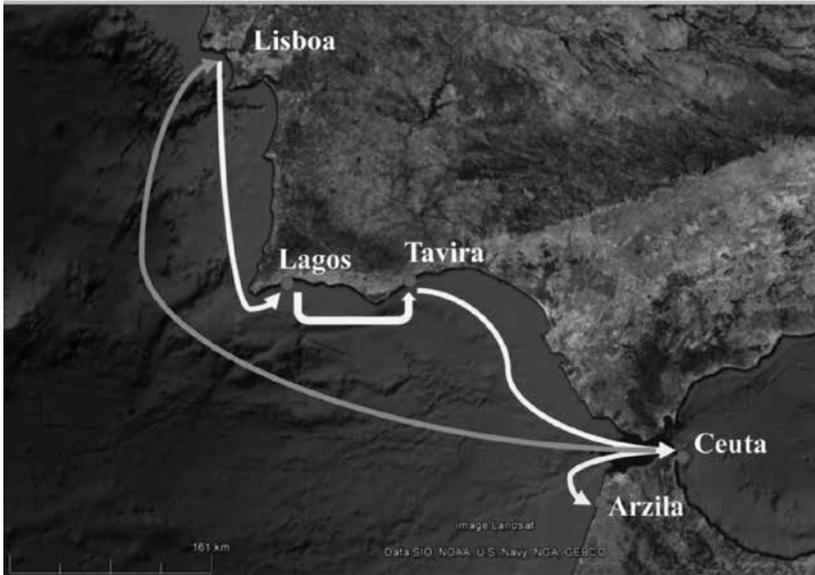


Fig. 3 - Provável trajeto da armada de Pero Botelho

Em tabela organizámos os dados fornecidos pelo escrivão e observa-se que entre 18 e 19 de Agosto a armada transitou de Lisboa para Belém, onde fez os últimos preparativos antes de partir para Marrocos. A sua primeira escala sabe-se que foi em Lagos, em data não mencionada, onde se contratou o calafate que embarcou no navio *Espadarte*. Na escala que se seguiu, feita em Tavira, é contratado um piloto com conhecimento da navegação no Estreito. Deve ter sido durante o trajeto entre Lagos e Tavira que se deu caça a duas naus e foram registados gastos em pelouros para as peças de artilharia. Nas referências dadas o local está identificado como Cabo de Santa Maria e “Farão”, a forma antiga de Faro, tratando-se a meu ver do mesmo episódio. Ambos os registos dizem respeito ao navio *Espadarte*, sendo que o primeiro deles foi tomado no título do despenseiro e o segundo no do meirinho. Acreditando que a ordem em que foram inscritos no livro foi sequencialmente cronológica, ambas as entradas são anteriores à presença em Ceuta, e estando Faro situado no meio-caminho entre Lagos e Tavira, parece seguro colocar estes eventos nesta fase inicial da viagem e não no regresso.

Quando voltamos a ter uma data precisa já vemos, em 4 de Setembro, a armada ancorada em Ceuta, o que dá cerca de quinze dias de trajeto com as escalas mencionadas. “Talvez confirmando esta ideia veja-se o caso do despenseiro que inicialmente servia o navio *Espadarte*, que saiu de serviço após quinze dias de missão, o que corresponderá a esta escala³⁵. A permanência aí durou pelo menos até dia 11 desse mês, altura em que já no mar com destino a Arzila, se partiu e substituiu a ostaga. A chegada a Arzila terá ocorrido antes de dia 17 de Setembro. Nesse dia são assentadas as reparações feitas no

³⁵ Veja-se em anexo *Livro de Contas de Francisco Anes Gago*, fl.3r.

batel e já está contabilizada a mão-de-obra que foi gasta, que a nosso ver implicará que o acidente com o batel se verificou em dia anterior a esse.

A estada em Arzila ocorre um mês após a saída da armada de Lisboa. Observando o título que descreve os espingardeiros e besteiros de outro soldo nota-se que é exatamente após um mês de missão que sete deles deixam de servir após um mês de missão, significando que foi em Arzila que ficaram³⁶. Também ficou visto que uma das missões da armada foi reforçar esta fortaleza com cavaleiros, bombardeiros e outra gente. Talvez estes factos não estejam interligados de forma absoluta mas fica a sugestão de que também os elementos que saíram da armada ficaram a reforçar a guarnição.

Também não é possível apurar a data em que saíram de Arzila, nem quanto durou a navegação de regresso a Ceuta. A compra de alimentos está registada no dia 1 de Outubro e aplicando a ideia de que para se fazer o registo dos valores nesse dia, parece obrigatório que já antes estivessem ancorados neste porto, procedendo à aquisição dos bens. De notar que entre os alimentos adquiridos, dois porcos destinam-se especificamente à tripulação da nau *Francesa*, resultando que terá sido nesta segunda permanência em Ceuta que se deu o encontro das embarcações, e antes do primeiro dia de outubro, dando o necessário tempo para se efetuar a transição de comando e alguma avaliação ao estado da nau³⁷.

A 12 de Outubro já decorre a viagem de regresso, supondo-se que diretamente para Lisboa, dada a falta de mais eventos para além da perda de uma camara de berço em alto-mar, e entre 19 e 22 desse mês o escrivão faz a concertação do livro, já em Lisboa, segundo se vê por diversos apontamentos que introduz. No *Rol da gente da nau Francesa (1524)* podemos observar que grande parte dos membros da tripulação recebeu dezanove dias de soldo, enquanto na dependência do capitão-mor Pero Botelho, enquanto outros apenas nove dias de soldo. O documento não explica a razão desta diferença. Avançamos a seguinte hipótese: os que recebem dezanove dias são os que já estavam embarcados na nau no momento da transição de comando e vencem desde o início do mês até à entrada no porto de Lisboa, tal como o escrivão afirma³⁸; os que vencem apenas nove dias poderão ser elementos que não estavam originalmente afetos à nau e que só entraram ao serviço quando esta zarpou para Lisboa. Acreditando nesta segunda ideia a partida de Ceuta teria ocorrido ao redor de 10 de Outubro, cumprindo-se depois nove dias de mar, o que os colocaria em Lisboa a 19 de Outubro.

Quanto à caravela do Algarve nenhuns dados sobre o seu paradeiro são fornecidos, apenas se assume que acompanhou as outras duas embarcações até à segunda passagem por Ceuta, pois é aí que a 8 de Outubro troca peças de artilharia com o navio *Espadarte*, mas nada neste livro o certifica.

³⁶ Veja-se em anexo *Livro de Contas de Francisco Anes Gago*, fls.4v-5r.

³⁷ Nos *Anais de Arzila* é mencionado que Vasco Fernandes César veio a Arzila nesse Verão, na sua nau e acompanhado de outras duas caravelas da armada do Estreito. Aí travou combate com um bergantim de mouros. Este relato não encontra equivalência no Livro de Contas de Francisco Anes Gago, mas não deixa de ser mais um importante contributo e uma pista para uma investigação mais abrangente. Veja-se: Bernardo Rodrigues – *Anais de Arzila. Crónica inédita do século XVI*. Direção David Lopes, tomo I, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915, pp.479-480.

³⁸ Veja-se em anexo *Livro de Contas de Francisco Anes Gago*, fl.5r.

Quadro 9 – Eventos da armada de Pero Botelho

Data	Local	Evento	Fólio
18-08-1524	Lisboa	Partida de Lisboa.	1r
19-08-1524	Belém	Partida de Belém.	1r
19-08-1524	Belém	Contratação do marinheiro Tomasin Genovês.	11r
S.d.	Lagos	Contratação de um calafate.	8v
S.d.	Lagos	Reparações em falcões e berços.	11r
S.d.	Cabo de Santa Maria, Faro	Caça a duas naus e tiros de artilharia.	7r
S.d.	Faro	Caça a duas naus e tiros de artilharia.	7v
S.d.	Tavira	Contratação de um piloto com conhecimento do estreito, para ensinar o piloto que ia na armada.	11v
04-09-1524	Ceuta	Capitão manda fazer guardas para o navio Espadarte.	5v
08-09-1524	Ceuta	Acerca da troca de um castelhano boticário que saiu em Ceuta e foi substituído por homem tratado por saboiano.	5r?
11-09-1524	No mar	Partiu-se a ostaga da verga grande do navio Espadarte.	5r
17-09-1524	Arzila	Reparação e despesa do batel do navio Santo António.	6r
S.d.	Arzila	Perda da fateixa do batel.	6r
01-10-1524	Ceuta	Mantimentos comprados em Ceuta.	11v
04-10-1524	Ceuta	Troca de peças de artilharia entre a caravela do Algarve e o navio Espadarte.	8r
12-10-1524	No mar	Queda de camara de berço ao mar.	7r
13-10-1524	No mar	Queda ao mar do marinheiro Diogo Martins Galego.	3r
19 a 22-10-1524	Lisboa	Confirmação do Livro de Contas.	Vários

6. Notas finais

A viagem desta armada de Pero Botelho ao Estreito parece ter permanecido escondida até hoje, o que causa alguma estranheza perante a documentação manuscrita encontrada que aqui trazemos. Os *Anais* de Quintela não a mencionam³⁹; os *Anais de Arzila*, local onde a armada esteve fundeada também não lhe dedicam nenhuma informação direta⁴⁰ e o mesmo sucede nas *Sources Inédites*, no volume português desses anos⁴¹, e no relatório de Saturnino Monteiro⁴². Naturalmente as hipóteses de investigação não se esgotam nos exemplos fornecidos, reforçando a necessidade de um estudo mais profundo, que ultrapasse a edição e o comentário direto que aqui foi feito.

Se Vasco Fernandes César, que é um interveniente indireto, tem abundantes menções e estudos dedicados⁴³. Pero Botelho e Francisco Anes Gago, elementos nucleares desta fonte, já não o têm. Uma melhor investigação sobre estes dois homens, que exceda as curtas referências dadas acima, e a sua relação com o sistema de abastecimento a Marrocos afigura-se fulcral para a compreensão desta missão e da fonte que a descreve.

A armada cumpre uma missão de militar, transportando homens e levando mantimentos e pagamentos para Marrocos, pois o abastecimento das fortalezas fronteiras é na sua essência uma missão de guerra e é assim que deve ser considerada. Não pode ser englobada no movimento regular de abastecimento das praças, pois não é isso que nos é indicado⁴⁴. Não é uma das armadas do Estreito, com sentido de patrulhar os mares e exercer pressão na navegação contrária⁴⁵. É sim uma armada que vai ao Estreito no cumprimento de uma missão específica que o escrivão detalha.

³⁹ Veja-se para os anos de 1523 a 1526: Ignácio da Costa Quintella – *Annaes da Marinha Portuguesa*. vol. I, Lisboa, Typ. da Academia Real das Ciências, 1839-1840, pp. 374-378.

⁴⁰ Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*. [...], passim.

⁴¹ CENIVAL, Pierre de (ed.) – *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc, Archives et Bibliothèques du Portugal*. tomo II, 1ª parte (Mai 1516 – Décembre 1526), Publiées par David Lopes e Robert Ricard, Paris, Éditions Paul Geuthner, 1939, passim.

⁴² Armando da Silva Saturnino Monteiro – *Batalhas e combates da Marinha Portuguesa. Volume II - Cris-tandade, comércio e corso 1522-1538*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1991, passim.

⁴³ Não contando com as fontes, veja-se para uma biografia: José Virgílio Pissarra – “Vasco Fernandes César: capitão da armada do Estreito”, *A Guerra Naval no Norte de África (Sécs. XV-XIX)*. Organização Francisco Contente Domingues e Jorge Semedo de Matos, Lisboa, Edições Culturais de Marinha, 2003. Mencionado também em: Rui Landeiro Godinho – “A Armada do Estreito de Gibraltar no século XVI”, *A Guerra Naval no Norte de África (Sécs. XV-XIX)*. Organização Francisco Contente Domingues e Jorge Semedo de Matos, Lisboa, Edições Culturais de Marinha, 2003, pp.123-124.

⁴⁴ Magalhães Godinho engloba o abastecimento marítimo de trigo às praças marroquinas, num complexo a que chamou *As guerras do pão*. Veja-se: Vitorino Magalhães Godinho – *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*. 2ª Edição, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1987, pp.245-267. Para uma visão do abastecimento a Ceuta veja-se: Isabel M.R. Mendes Drumond Braga e Paulo Drumond Braga – *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*. Ceuta, Instituto de Estudos Ceutíes, 1998, pp.81-98.

⁴⁵ Rui Landeiro Godinho descreve uma institucionalização e presença constante desde 1520, reforçada com outros meios navais, uns ligados ao abastecimento e outros às praças marroquinas, reforçados por vezes com aquilo a que chama de “armadas extraordinárias”. Nos casos que menciona a de Pero Botelho não aparece. Vasco Fernandes César é extensamente mencionado. Veja-se: Rui Landeiro Godinho – “A Armada do Estreito de Gibraltar no século XVI”, [...], pp. 123-127.

Os seus diversos títulos são enquadráveis em diversas áreas de estudo, o que aumenta o valor desta fonte. Alimentação e saúde a bordo; preços de produtos; regras de vencimento; mobilidade das tripulações; usos da artilharia são apenas algumas das áreas que, em jeito de palavras-chave, quero aqui deixar à atenção dos leitores.

A tipologia dos dois navios da armada é incerta. Não é indicada a sua tonelagem, apenas que uma delas transportava 500 quintais de biscoito, e que eram operadas por cerca de 20 homens cada uma, excluindo aqui gente de guerra e bombardeiros, o que resulta em pouco. E note-se também que navios *Espadarte* e *Santo António*, espalhados ao longo da cronologia da expansão portuguesa e nas fontes impressas e manuscritas, são demasiados para serem aqui dados como exemplo. A diferenciação constante, que é feita ao longo do texto, entre o termo navio, referindo o *Espadarte* e o *Santo António*, em relação à caravela do Algarve e a nau *Francesa*, que pelo nome e tamanho da tripulação implicará um porte maior⁴⁶, parece afastar claramente os navios de Pero Botelho destas outras duas tipologias. Francisco Domingues comenta alguns pontos, apontando obstáculos à investigação tipológica das embarcações a partir do relato das fontes: o conhecimento de um autor da realidade náutica; a utilização de termos diferentes para tratar o mesmo objeto-embarcação; a aplicação de termos genéricos ao objeto, do qual navio é o exemplo que elege⁴⁷. Sobre o primeiro caso agora mencionado considero Francisco Anes Gago como autor que, pelo rigor das suas informações, conhece a realidade náutica. Se acreditarmos que a sua opção pelo termo navio é por estes serem tipologicamente diversos de caravelas latinas e naus, então o *Espadarte* e o *Santo António* serão classificáveis como galeões ou caravelas redondas, ou ditas de armada. E no entanto Estevão da Rosa vem como “meirinho da nau”⁴⁸.

E muito mais também deveria ser dito sobre o Livro de Contas de Francisco Anes Gago, e sobre ele próprio, mas por agora deixemos a fonte falar por si.

⁴⁶ Veja-se novamente o documento sobre o pagamento de 175 ducados a oitenta tripulantes que poderá certificar este maior porte; ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, mç. 119, n.º 24. No *Rol da gente da nau Francesa (1524)*, presente em anexo, já vemos uma tripulação mais reduzida o que faz sentido dado que está de regresso a Lisboa, já fora da sua missão de patrulha no Estreito.

⁴⁷ Francisco Contente Domingues – *Os Navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, p.225.

⁴⁸ Veja-se em anexo *Livro de Contas de Francisco Anes Gago*, fl.2v.

Fontes e Bibliografia

Fontes:

- *Arquivo Nacional da Torre do Tombo.*
- Chancelaria de D. João III, liv. 8, fl.69v.
- Chancelaria de D. Manuel I, liv. 25, fl. 134.
- Colecção de cartas, Núcleo Antigo 877, n.º 341.
- Colecção de cartas, Núcleo Antigo 877, n.º 327.
- Colecção de Cartas, Núcleo Antigo 877, n.º 443.
- Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo 617.
- Corpo Cronológico, Parte I, mç. 5, n.º 85.
- Corpo Cronológico, Parte I, mç. 31, n.º 111.
- Corpo Cronológico, Parte I, mç. 46, n.º 117.
- Corpo Cronológico, Parte I, mç. 50, n.º 9.
- Corpo Cronológico, Parte II, mç. 118, n.º 13.
- Corpo Cronológico, Parte II, mç. 119, n.º 24.

Bibliografia:

- BARROS, Amândio Jorge Morais, “Algumas questões a propósito das armadas de proteção dos mares, a partir do percurso militar de Fernão de Magalhães Caldeira (segunda metade do século XVI)”, *XI Simpósio de História Marítima – O Poder do Estado no Mar e a História*. Lisboa, Academia de Marinha, 2013, pp.341-378.
- BRAGA, Isabel M.R. Mendes Drumond e BRAGA, Paulo Drumond, *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*. Ceuta: Instituto de Estudos Ceuties, 1998.
- BRAGA, Paulo Drumond, *Uma Lança em África. História da Conquista de Ceuta*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2015.
- CABRAL, Iva Maria de Ataíde Vilhena, *A primeira elite colonial atlântica. Dos «homens honrados brancos» de Santiago à «nobreza da terra» (Finais do séc. XV-início do séc. XVII)*. Praia, Universidade de Cabo Verde, 2013.
- CASTRO, Tiago Machado de, *Bombardeiros na Índia. Os homens e as artes da artilharia portuguesa (1498-1557)*. Lisboa, [s.n.], 2011. Dissertação de Mestrado em História Marítima, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CENIVAL, Pierre de (ed.), *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc, Archives et Bibliothèques du Portugal*. tomo II, 1ª parte (Mai 1516-Décembre 1526), Publiées par David Lopes e Robert Ricard, Paris, Éditions Paul Geuthner, 1939.
- COSTA, Pe. Avelino de Jesus da, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos. 3ª edição muito melhorada*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/ Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.

- CUNHA, João Teles e, “Casa da Guiné”, *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*. Direção Francisco Contente Domingues, vol. I, Lisboa, Circulo de Leitores, 2015, pp.245-247.
- DOMINGUES, Francisco Contente (Coord.), *História da Marinha Portuguesa. Navios, Marinheiros e Arte de Navegar 1500-1668*. Lisboa, Academia de Marinha, 2012; *Os Navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004; *Navios Portugueses dos séculos XV e XVI*. Vila do Conde, CM Vila do Conde, 2006.
- ESPARTEIRO, António Marques, *Dicionário Ilustrado de Marinha*. 2ª Edição, Lisboa, Clássica Editora, 2001.
- FARINHA, António Dias, *Os Portugueses em Marrocos*. Lisboa, Instituto Camões, 1999.
- GODINHO, Rui Landeiro, “A Armada do Estreito de Gibraltar no século XVI”, *A Guerra Naval no Norte de África (Sécs. XV-XIX)*. Organização Francisco Contente Domingues e Jorge Semedo de Matos, Lisboa, Edições Culturais de Marinha, 2003, pp.117-138; “Armadas”, *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*. Direção Francisco Contente Domingues, vol. I, Lisboa, Circulo de Leitores, 2015, pp.80-85; “Vida a bordo”, *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*. Direção Francisco Contente Domingues, vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores, 2015, pp.1045-1049.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. 2ª edição, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1987.
- LEITÃO, Humberto e LOPES, J. Vicente, *Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual* (2ª edição). Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974.
- MENESES, José de Vasconcellos e, *Armadas Portuguesas. Apoio sanitário na época dos descobrimentos*. Lisboa, Academia de Marinha, 1987.
- MONTEIRO, Armando da Silva Saturnino, *Batalhas e combates da Marinha Portuguesa. Volume II - Cristandade, comércio e corso 1522-1538*. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1991.
- NUNES, Eduardo Borges, *Abreviaturas Paleográficas Portuguesas*. Lisboa, Faculdade de Letras [Universidade de Lisboa], 1981.
- OLIVEIRA, Pe. Fernando de, *Arte da Guerra no Mar. Estratégia e guerra naval no tempo dos descobrimentos*. Lisboa, Edições 70, 2008, p.80.
- PINTO, Pedro, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na torre do Tombo”, *Anais de História de Além-Mar*. vol. XI, Lisboa, CHAM, 2010, pp.249-380.
- PISSARRA, José Virgílio, *A Armada da Índia. Computo, tipologia e funcionalidade das Armadas de guerra portuguesas do Oriente (1501-1510)*. Lisboa, [s.n.], 2001. Dissertação de Mestrado em História dos descobrimentos e da Expansão Portuguesa, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; “Vasco Fernandes César: capitão da armada do Estreito”, *A Guerra Naval no Norte de África (Sécs. XV-XIX)*. Organização Francisco Contente Domingues e Jorge Semedo de Matos, Lisboa, Edições Culturais de Marinha, 2003, pp.139-159.
- QUINTELLA, Ignácio da Costa, *Annaes da Marinha Portuguesa*. 2 vols., Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1839-1840.
- RICARD, Robert, *Études sur l’histoire des Portugais au Maroc*. Coimbra, Por ordem da Universidade, 1955.

RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila. Crónica inédita do século XVI*. Direção David Lopes, 2 tomos, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

SOUSA, Germano de, *História da medicina Portuguesa durante a expansão*. Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2016.

VALLVÉ BERMEJO, Jóaquin e GÁRCIA GÓMEZ, Emílio, *Nuevas ideas sobre la conquista Árabe de España. Toponimia y Onomástica*. Madrid, Real Academia de História, 1989.

VICENTE, Paulo David, “Arzila”, *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*. Direção Francisco Contente Domingues, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, pp.133-134; “Ceuta”, *Dicionário da Expansão Portuguesa 1415-1600*. Direção Francisco Contente Domingues, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, pp.271-274.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam/publicado em benefício da litteratura portugueza por fr. Joaquim de Santa Rosa Viterbo, 2ª ed. revista, correcta e copiosamente adicionada de novos vocábulos, observações e notas críticas com um índice remissivo*. 2 vols., Lisboa, A. J. Fernandes Lopes, 1865.

Sítios eletrónicos:

CLUL – *Corpus Lexicográfico do Português* [Em linha]. Consultado em 30-07-2015. Disponível na internet em: <http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx>.

ICS – *PRICES, WAGES AND RENTS IN PORTUGAL 1300-1910*, [Em linha] Consultado em 30-4-2016. Disponível na internet em: <http://pwr-portugal.ics.ul.pt/>.

Anexo Documental⁴⁹

Lisboa, 19 a 22 de Outubro de 1524⁵⁰ – *Livro de Contas de Francisco Anes Gago*.
 ANTT, Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo 617.

[*Capa*]

Livro <da despeza> da armada que ElRey mandou ao estreito anno de 1527⁵¹

Armario 25, do interior da caza da coroa, maço 6º - nº3 [fól. 1r]

Livro da despesa que Pero botelho fez capitão darmada que foy ao estreito com as pagas aos lugares dalem o Anno de bc xxiiijo <Folio 527>

Livro darmada que hora elRey noso *senhor* mandou hao estreito *com* has paguas aos seus lugares dalem de que he capitão moor Pero botelho e capitaes dos outros navyos belchior de proemça cavaleiro da guarda do dito *senhor* e andre çalema outrosy cavaleiro da guarda do dito *senhor* capitão da carravela do algarve. e aquy somente estão *espritos* ha as gente *que* handou e ffoy e v nos navios espadarte e samtantonyo *por* a caravela la ffiguar *com* sua gente *asy* como handava *por* mando do dito *senhor* no estreito e *asy* sam

⁴⁹ Foram seguidas as orientações de transcrição paleográfica propostas em: Pe. Avelino de Jesus da Costa – *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos. 3ª Edição muito melhorada*. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/ Instituto de Paleografia e Diplomática, 1993.

Foram ainda introduzidos os seguintes critérios de transcrição:

- Os títulos foram realçados a negrito.
- Supressão da assinatura do escrivão, presente no rodapé de todos fólhos escritos.
- Supressão dos numerais romanos no canto superior direito dos fólhos-rosto.
- Supressão e substituição das marcas // presentes no manuscrito por ponto final. Nos casos em que encerram itens simples, casos de títulos e nomes, são apenas suprimidas.
- Foram eliminadas as mudanças de linha para produzir texto corrido.
- As aberturas e mudanças de fólio ficam assinaladas entre parenteses retos. Ex. [fól. 1r]
- Fólhos em branco ou cancelados pelo autor são assinalados da mesma forma, com indicação do caso em nota de rodapé.
- Apontamentos em entrelinha são inseridos no texto e assinalados com <...>.
- Apontamentos postos nas margens do fólio, que completem a informação do item, ficam no seguimento do texto e estão assinalados com <...>. Ex. <ouve certidão a xix>.
- Numerais romanos com valor de mil, sobrelinhados no manuscrito, são transcritos em maiúsculas. No final dos valores em numeral romano é apresentada uma versão em numeral árabe. Ex. I b^{c (=1500)}.
- Texto entre parenteses retos marca leituras difíceis e conjeturas de transcrição. Ex. [navyo].
- As formas abreviadas são desdobradas em itálico. Ex. sór = *senhor*; Pº = *Pero*.
- Substituição de UU com valor de VV.
- Substituição de JJ com valor de II e vice-versa.
- Foram mantidas as rasuras de texto feitas pelo autor no local onde se encontram. Ex. h̄o.
- Percalços de escrita do autor e repetições são assinalados com (*sic*).
- Outros casos existentes aqui não apontados terão chamada em nota de rodapé.

⁵⁰ A datação escolhida corresponde à concertação do livro, após a chegada a Lisboa.

⁵¹ A data de 1527, como já mencionado no artigo, está errada. Todos os factos constantes deste livro de despesa dizem respeito ao ano de 1524.

aquy espritas as cousas *que* se despendem *por* os ditos navyos *por* mandado do capitão mor. e asy as despesas *que* ho dito capitão moor ffez comigo esprivão em mantimentos e outras cousas nesecarias armada a quall armada partio de lixboa aos dezoito dagosto de quinhentos e vintaquatro e de belem quimta ffeira seginte dezanove do dito mes esprito *por* mym ffrancisco anes esprivão da dita armada. [fól. 1v]⁵²[fól. 2r]

Titulo da gemte do navyo espadarte em que handa ho capitão moor

Item joham vaasquez piloto

Item mestre do navyo pero ffernandez

marinheiros

Item manoell affomso

Item gaspar ffernandez

Item bastiam luis

Item aguostinho ffernandez

Item jusarte dias mulato

Item ffenarin jenoos

Item tomasin jenoos. este tomou ho capitão *em* belem e lhe deu setecentos *reais* adiantados do *primeiro* mes *por* lhe o *mestre* dizer que levava menos marinheiros dos *que* se ordenarom *por* serem fugidos. <o *que* hera Recebydo na casa e [novo] foy he *antão martinz*>

Item Fernão dalvarez. não *servio* mais de *huum* mes e sayo se. <*entrou por* ele *Pero* gago preto de ffrancisco anes.>

Item pereannes despenseiro do navyo [fól. 2v]

Gurumetes

Item pero sezibram

Item ffreitas

Item amtão de malegua

Item bras ffernandez

Item dominguos ligero

Item dioguo negro castelhano

Item joane do porto

Item ffrancisco negro de joham vaasquez piloto

Item jørje

Bonbardeiros

Item lopo diaaz comdestabre

Item symão doliveira

Item joham moleiro

⁵² Fólio cancelado pelo escrivão.

Item affonso eannes
 Item Rodrigo affonso carpenteiro
 Item fernão rodriguez
 Item ffrancisco carca
 Item geldez alemão/
 Item estevam da rosa meirinho da naao [fól. 3r]

Titulo da gente do navyo santantonyo

Capitão belchior de proença
 Item alvaraffonso piloto
 Item luis diaz mestre do navyo

marinheiros

Item nycolao moteiro
 Item dioguo martinz galeguo <cayo ao mar e perdeo se aos treze doutubro>
 Item antonyo diaz
 Item andre ffernandez
 Item jam gardo espravo preto
 Item antonyo ffernandez
 Item Lourenco rolam
 Item vicemte diaz
 Item jorje ffernandez

Gurumetes

Item joham de palmela
 Item damiam mulato
 Item dominguos
 Item ffrancisco espravo do piloto [fól. 3v]
 Item pero espravo de fernão gomez
 Item manoell espravo de fernão gomez
 Item christovam
 Item duarte da levada
 Item jorje
 Item antonyo criado de ruy serão

Bonbardeiros

Item christovam alemão condestabre
 Item abelree alemão
 Item hãas alfaiate alemão
 Item drique alemão
 Item pereannes da mouraria de saquavem
 Item ho holeiro da mouraria

Item outro bombardeiro *servio* também e não lhe sey o nome e foy troquado com outro da caravela *que* fica no estreito e asy he verdade.

Item ffoy daqui *por* despenseiro deste navyo *huum* criado do valenceano *que* era capitão. não lhe soube ho nome. e não *servio* mais de quinze dias e sayo se. ffizerão despemseyro aleixos diaz *que* vem *por* homem *darmas*. e *servio* sempre [fól. 4r]

Titulo dos espingardeiros e besteiros que servem em santantonyio e espadarte somente porque ha caravela ffigua no estreito e asy besteiros e homes *darmas* todos juntamente por serem mudados as vezes de *huum* a outro e servirem em ambos

Espingardeiros

Item rodrigo affonso

Item symão mendez

Item manoell rodriguez

Item pere eannes de chelas

Item fernão daffonso

Item affonso alvarez

Item ffrancisco vilarte

Item dioguo affonso

Item danyell rodriguez

Item joham de couva

Item fernão de annes

Item dioguo martinz

Item joham gonçallvez

Item joham affonso

Item pero ffernandez criado de fernão lopez

Item pero diaaz [fól. 4v]

Item pero gomez

Item pero diaz

Item roque leitão

Item dioguo lopez

Item dominguos ffernandez

Item joham de goes

besteiros e espingardeiros doutro soldo e homens *darmas*

Item pero ffernandez criado do leitão

Item bastiam afonso

Item Rodrigo eannes

Item andre fereira. *servio* *huum* mees e sayo se. <*servio* *por* este martim gago criado de ffrancisco ans (*sic*). com besta>

Item joham garçia

Item alonso maças. *servio hum mes e sayo se.* <entrou por ele *joham diaz besteiro.* de lourosa>

Item *christovão* de cordova. ou se chama alonso de cordova. *servio huum mes e sayo se* <entrou por o de cordova. *antonyo ffernandez* homem darmas>

Item *pero ffernandez* galheguo

Item *torgilho.* *huum mes e sayo se* <entrou por *torgilho* e por *joam de molina jorje mendez* e *ffrancisco rodriguez* homens darmas achegados ao capitão>

Item *joham* de molina *huum mes sayo se*

Item *dioguo nunez*

Item *joham martiz* [fól. 5r]

Item *pero ffernandez.* *servio huum mes e sayo se.* entrou <por ele *ffrancisco* botelho>

Item *dioguo* de fereira. *servyo huum mes e sayo se* entrou por *pero affonso* homem dar<mas>

Item *huum* castelhano a *que* chemavão ho botyquario se say em ceyta aos oito dias de setembro e não *servyo* mais *nem* lhe soube outro nome. mandou o capitão assentar *huum* homem *que* leva belchior de proença *que* chamão ho saboyano ho qual veyo ja no navyo de purtugall com elle. <Item ho saboyano de belchyor de proença>

Estes homens todos forão daqui desta cidade os atras espiritos e servirão em estes dous navyos ate tornarem dentro ao porto dentro neste rio e asy por hos que se sayram como diguo quando e em *que* esp tempo nas cabeças do ytes de seus nomes entaron (*sic*) por eles os *que* nos seus ytes são nomeados e *servyrão* ate dentro neste rio *que* e por asy *ser* verdade *que* não *servirão* mais *que* hos *que* aquy sam espiritos de *que* eu seja lenbrado *nem* sabedor quanto he nestes dous navyos *ffiz* esta deccaração por *mym* feita e asynada aos vimte doutubro de 1524. [fól. 5v]

Titulo das despesas do espadarte que fazem ao mestre daparelhos do navyo

Item em ceita mandou ho capitão aos quatro dias de setembro mandou *ffazer* gardas por as não haver e serem muito nessarias *pera* o que se desfez huma moneta velha do traques e o mais se gastou em ramendos da vela e outras cousas. <ouve certidão aos xxij doutubro>

Item aos honze de setembro hindo a ma vela se quebrou a ostaga da vergua grande e o capitão mandou por outra de huma meya gindaresa nova e a outra ostagua velha mandou gastar em seves. <ouve certidão aos xxij doutubro>

Item huma meya gidaresa *que* *servia* em se cavide desta [ges] se gastou em bocas das ancoras

Item mais se gastou em hobras do navyo *huum* hourique.

Item mais se gastaram quatro cordas desparto de *servir* em hobras do navyo. [fól. 6r]

Item *arzila* no arecyfe estando ho batel sobre fateixa se lhe cortou amara e perdeu se a fateixa.

Item em serviço do navyo hindo ho batel a tera *per* vezes se perderam e quebram quatro remos. <de tudo acima ouve certidão aos xxij doutubro>

Titulo do despenseiro do santantonyo do navyo espadarte [fól. 6v]⁵³ [fól. 7r]

Item em dar caca a duas naos que achamos ao cabo de santa maria a que o capitão mandou tirar com artelharia e asy quando os bonbardeiros as ffazia se quebrarem as pedras se gastaram pelouros <de pedra> e pedras que hiam pera delas os ffazerem e por asy passar lhos deytey em despesa por mando do capitão.

Item quarta ffeira doze dias doutubro himdo ho navyo ha vela semburilhou a poja da mezena em huma camara de huum berco que hia no chab piteo e a deitou ao mar e por asy ser que ffoy por mais se não poder ffazer a mandou ho capytão deytar em despesa a estevam da rosa meirinho por ffazer sobre ele por mym esprivão. <ouve certidao aos vynte doutubro>

Titulo do meirinho de sam do navyo espadarte/ que se chama estevão da rosa

Item se gastaram no dito navyo espadarte has vezes que tirou artelharia por mandado do capitão em salvar hos luguares <dos cabos> e navyos a que ele mandava tyrar tres baris de pólvora. e por se fazer por seu mandado lhos mandou deytar em despesa <ouve certidão aos xix doutubro> [fól. 7v]

Item mais mandou ho capitão ao dito meirinho que da polvora despingarda que leva desse aos espingardeiros todos dos navyos a necessaria pera carregarem as espingardas e terem pera quando fosse necessário tirar em que se gastaram tres dous baris por todos os espingardeiros. <ouve certidão aos xix doutubro>

Item asy mais lhe mandou ao dito meirinho que lhe dese chumbo pera fazerem pelouros em que se gastaram dous pães de chumbo. <ouve certidão a xix doutubro>

Item mais se gastaram por mando do capitão que mandou tirar a duas naos a que deu caça atraves de farão dous pelouros despera e asy mais das vezes que ho capitão mandou tirar se gastaram [...] ⁵⁴ pelouros de falquão e berços e por asy ser lhe mandou deitar em despesa. <ouve certidão a xix doutubro>

Item mais se despemderão no dito navyo quatro peles de carneiro nas boquas das bombardas. <ouve certidão a xix doutubro>

Item e asy mais se guastaram tres lancas na boca em tornos pera roudanas das poles e (sic) em arpos e outras obras. <ouve certidão a xix doutubro>

Item asy mais em varas pera bonba e em huum caregador da espera e outras cousas [fól. 8r] se gastaram tres piques. e por asy ser lhos mandou o capitão deitar em despesa <ouve certidão a xix doutubro>

Item mais asy se pregarom per bordo e portinholas pera os falcões e bercos quator dezaseis chapas de fero e por ho navyo ser delRey mandou o capitão que se não despre-gassem. <ouve certidão como ouve esta a xix doutubro>

Item aos quatro dias doutubro mandou ho capitão moor estamdo armada surta em ceita ao dito meirinho que dese a fernão gomez da caravela do algarve da sua companhia

⁵³ Este fólio está parcialmente cancelado pelo escrivão.

⁵⁴ O escrivão deixou aqui um espaço em branco, onde presumivelmente iria inserir o número de pelouros gastos.

huum pedreiro dos do navyo asencaretado como estava com seu ataquador e carregador e treze pelouros de pedreiro pera ha dita caravela e que tomase dele huum camelo que lhe mandava tirar por ser grande pera caravela por aver de ffixuar no estreito darmada por mandado delRey noso senhor ho qual se fez asy por mandado do dito capitão e por asy ser se fez este aresto per mym. <ouve certidão>

Item mais se gastou nos navyos de toda armada que ho dito meirinho trazia huum em doemtes escalavrados e feridos huum cantaro de mell e huum barill dovos e dous hourinos e farelos e dous cristes que hos ratos roerão e em huum puquoro de ungoento amarelo e huum pucoro de termyntina e huum barill dolio rosado e tres lencoes velhos. huma duzia de tavoas de pazo de baynhas despada. e por asy ser lha mandou o capitão deitar em despesa <ouve certidão aos vynte doutubro> [fól. 8v]

Titulo das despesas das cousas que caregarão sobre alvaro affonso pyloto e mestre de santantonyo

Em laguos loguo como fomos de lixboa ffez alvaro affonso piloto de santantonyo requerimento ao capitão mor que ho dito navyo fazia muita haguoa que com bombas a não podiam esgotar e trazia perto de quynhentos quyntaes de biscouto que elrey manda aos lugares dafrica que lhe reperia que provese nyso come se não perdesse e o navyo se não fose ao fumdo e o capitão por lhe parecer servico de elRey lhe mandou que foy em tera e requerese ao juiz que lhe desse huum calafate pera amdar no v navyo enquanto fose necesario ho quall ffoy e o juiz lhe deu huum por nome bezcaynho e ele alvaro affonso lhe deu setecentos reais por huum mes adiantados por ele não querer hir doutra maneira e por lhe mandar ho capytão que lhos <desse> que lhe mādaria dar dyso certidão ele lhos deu peramte mym em ho dito dia <servio huum mes e sayo se por nam ser mais necessário.> <ouve alvaro certidão pera ho almazem deste dinheiro per mym asynada per o capitão aos xix de novembro doutubro> [fól. 9r]

Item por se desmanchar ho batell ao navyo santantonyo requereo alvaro affonso piloto (sic)⁵⁵ ao capitão mor que lho mandase coreger por não ter com que se servir e o capitão lhe mandou que ho mandase coreger e o pagase peramte mym esprivam que ele lhe mandara dar dyso huma certidao pera lho pagarem por que ho dito capitão não trazer dinheiro darmada. ho qual se coregeio e se gastou nele de mãos a carapenteiros e calafates e pregadura quatrocentos <e cinquenta> reais os quaes pagou peramte mym esprivão e por asy ser o esprevy. a qual despesa e coregimento se fez em arzila aos xbij de setembro. são quatrocentos e cinquenta reais <ouve certidam pera o almazem deste dinheiro. aos onze doutubro>

Item ffez certo alvaro affonso gastar na bonba e em huum caretel e outras obras do navyo neçesarias cimquo lancas e por asy ser ho capitão lhos mandou deytar em depesa. <ouve çertidam>

⁵⁵ O autor escreveu apenas *pilo*.

Item e asy fez mais certo ho dito piloto *por* mingua dabelmazes⁵⁶ e lhe darem os aparelhos e se lhe perderão ho nove ferros de lancas os quaes vynham amarados de fora do navyo homde todos [fól. 9v] cair ao mar e *por* asy *ser* lhas mandou o capitão deitar *em* despesa. <ouve certidão aos dezanove doutubro>⁵⁷

Item e asy mais fez certo *que* hindo ho navyo a vela *per* vezes lhe deytar ho navyo *com* hos aparelhos tres padeses *por* hirem amarados a bordo *que* hasy mandava o capitã *que* handasem apadesados e *por* *ser* asy lhos mandou deitar *em* despesa. <ouve certidão aos dezanove doutubro>

E asy mais se gastou *em* ho navyo duas piquadeiras. <ouve certidao>

Item *em* <dar caça a duas naus>⁵⁸ e atyrrar aos navyos a *que* ho capitão mandava se gastarão no dito navyo dous baris e meyo de polvora e *por* asy *ser* se lhe deytou *em* despesa.

Item asy fez mais certo o dito alvaro affômso se guastar no navyo das vezes *que* hartelharria tirou cinquenta e cinco pelouros dos bercos pequenos e grandes e *por* asy *ser* lhos deitey *em* despesa. [fól. 10r]⁵⁹ [fól. 10v]⁶⁰ [fól. 11r]

Titulo das despesas que ho capitão mor ffez em esta viagem do estreito em mantimentos e cousas per armada. comigo ffrancisco ans (sic) esprivam

Item *em* belem aos xix dagosto *por* ho mestre dizer ao capitão *que* lhe fugira ou era preso huum marinheiro *que* chamavão amtão martinz e tomava outro a chamão tomasim jenoos ho quall não queria hir sem *que* lhe pagassem *em* primeiro huum mes adiantado como aos outro e *por* *ser* muyto necesaryo e aver migoa de marynheiros o capitão ho tomou e lhe deu os setecentos reais –bijc (=700) reais

Item *em* laguos estamdo armada surta mandou o capitão Requerer ao juiz *que* lhe mandase dar huum pao *que* lhe hera muito neçesario *per* agulhas de ffallquos e berços e a asy preguadura de *que* havia mymgoa no v navyo e ele lha mandou e pediu cem reais *que* tanto davão ho pao e de pregos outro tostam e ele lho mandou dar *per*amte mym. –ijc (=200) reais [fól. 11v]

Item estando surtos sobre a bara de tavyla *por* o capitão saber *que* ho piloto *que* levava [narmada]⁶¹ nunca fora ao estreito *por* segurança [darmada]⁶² e do dinheiro *que* nela hia mandou a tavyla ao coregedor *que* lhe mandase dar huum homem *que* fosse bom piloto do estreito pera aquela armada *por* serviço delRey e o coregedor lhe mandou joham leitão

⁵⁶ “belmaz, belmãs. Casta de preguinhos de latão, com que se pregão caxas pequenas.”; Raphael Bluteau –*Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra, Lisboa, Lisboa Colégio das Artes, Pascoal da Sylva, Joseph Antonio da Sylva, Patriarcal Officina da Musica, 1712-1728. Consultado através de: CLUL – *Corpus Lexicográfico do Português* [Em linha]. Consultado em 30-07-2015. Disponível na internet em: <http://clp.dlc.ua.pt/Inicio.aspx>

⁵⁷ Este apontamento encontra-se na margem esquerda inferior do fólio 9r e foi para aqui transportado para melhor legibilidade do Item.

⁵⁸ Este excerto encontra-se em entrelinha superior e substitui texto riscado pelo escrivão.

⁵⁹ Fólio cancelado pelo escrivão.

⁶⁰ Fólio cancelado pelo escrivão.

⁶¹ O escrivão escreveu apenas “narma”.

⁶² O escrivão escreveu apenas “darma”.

ao quall ho capitão deu oitcentos *reais* por vintaseis dias que narmada com ele andou ate ho piloto ter conhecimento do estreito e portos e por asy ser o mandou esprever. *biijc (=800) reais*

Item em ceita ao primeiro dia doutubro por não haver ja em toda armada nenhuma carne havia mais de oito dias e asy nenhum vinho nem azeite nem pesquado nem vinagre e lhe ser muytas vezes requerydo por os capitaes dos outros navyos que lhe mandase dar mantimento por a gente não podia trabalhar e se lhe queriam hir e por não ter requado de quando se [vi]ria⁶³ e ser muyto nesçesario mandou pedir a dom antonyo <o capitão> que da carne que na cidade ouvese lhe mandase dar per a gente e asy vinhos e outros mantimentos e ele lhe mandou dar os quaes mandou ho capitão [fól. 12r] comprar os seguintes. Item quatro porquos que custarom a myll *reais* cada huum que são –IIIJ (=4000)

Item seis botas de vynho que custarom ho vynho sem a lousa dous myll *reais* que montou –XIJ (=12000)

Item huma jarra dazeite cheia sem se medyr senão asy como estava custou dous myll *reais* –IJ (=2000)

Item vinte duzias de cacoes que custarom a duzentos e cinquenta em que monta. –B (=5000)

Item huma jarra de vinagre cheia que custou quatroçentos *reais* –iiiijc (=400)

Item de candeas de sevo –iiiijc (=400)

E por ter Requado delRey que tomase entrega de huma naao ffrançaesa em que handava vasquo ffernandez e saber que não tinha mantimentos e elRey mandava que ha trouxe pera purtugall mandou mais tomar dous porquos os quaes custarom quatro dous myll *reais*. [fól. 12v]

E asy mandou ffero huma argola de ffero pera cabeça do mastro da mezena que fendeo pera baixo que custou huum tostam –j (=1)

E asy mandou concertar huum piam de huum ffalquão que breisbrou (sic) por debaxo do tiro que custou cinquenta *reais* –Lta *reais* (=50)

Item mais pera pera (sic) ho batel e outras obras do navyo que heram necessarias mandou ho capitão comprar duzentos *reais* de pregos de toda sorte –ijc *reais* (=200)

Os quaes mantimentos de pam carne vynho pesquado azeite vynagre candeas de sevo mandou ho dito capitão mor repartyr por ho navyo em que vinha e santantonyo e a caravella do algarve e asy pela nao ffrançaesa e asy se despenderão os pregos por os navyos delRey e por asy ser ho esprivy. [fól. 13r]

Eu ffrancisco anes gago criado delRey noso senhor diguo que he verdade que eu esprevy este livro tudo do comeco dele ate quy asy da gemte que servirão nestes dous navyos espadarte e satátonyo que forão nesta armada que elrey noso senhor mandou ao estreito com as paguas de que foy por capitão moor pero botelho. porque ha da caravela ficou la ho conto da gente pera se la aver de pagar na feitoria por elrey noso senhor mandar que ha caravela handase la no estreito e asy esprevy as despesas que hos meirinhos mestres pilotos despenseiros fezerom do que traziam em seu cargo por mandado do capytão. e asy esprevy as despesas que ho dicto capitão ffez em mantimentos e cousas a dicta armada neçesarias.

⁶³ Mancha que tapa 2 letras.

as quaes cousas *que* hasy esprevy estão espritas em doze folhas *que* se contem da primeira ate esta e afora esta deste asento entrando aquy huma folha *que* esta em meyo branca e duas laudas doutras *que* não são espritas e as espritas são asynadas ao pe das laudas por mym e por asy ser verdade *que* eu tudo esprevy ffyz este asento por mym asynado feito em lixboa aos vintadous doutubro de quynhentos e vintaquatro e por [fól. 13v] me o dito capitão pedir este livro pera sua conta do *dinheiro* *que* gastara lho dey com esta deccaração asynado por mym. [fól. 14r]

E asy mais diguo eu ffrancisco anes esprivão da dicta armada e dou ffe *que* he verdade *que* halem dos navyos *que* ho dicto capitão moor de lixboa levou tomou mais no estreito huma nao francesa em *que* handava por capitão Vasco ffernandez çesar a qual tomou com toda sua gente asy como handava armada a qual tomou por huma carta delRey noso *senhor* em *que* mandava *que* nela trouxe a feitoria darzila e asy mais forão e andaram na dita armada vinte criados delRey cavaleiros da guarda e moços da camara e seus homens e criados e a seis carapenteiros e nove bonbardeiros *que* hiam de sobresalentes pera os porem em o lugar mais neçessarios e asy outros moradores *que* hiam pera ditos lugares. a qual gente hia demais *que* ha ordenada aos dictos navyos e por me asy o dito capytão mandar *que* diso dese minha ffe ffiz este asento per mym asynado feito em o dito lugar dia mes atraz esprito [fól. 14v]⁶⁴ [fól. 15r]

Val a despesa deste livro ao todo –XXBIJ biiij L (=27850) reais

Os quaes despeneo o dito pero botelho em mamtimentos -*scilicet*- carne pescado e outras cousas a dita armada neçessarias segumdo da fe o esprivão darmada.

E asy despeneo mais –XIX Cto xxij (=19122) reais

Que pagou ao mestre piloto e patram da no⁶⁵ (sic) francesa e aos marinheiros gurumetes e homens darmas da dicta naao de dezanove dias porque da demasia per vasco fernandez *que* amdou por capitam da dicta naao foram todos pagos. e isto de seus soldos -*scilicet*- IJ biiij xxxiiij (=2833) reais ao patram mestre e piloto. e ao contramestre da dita não. do dito soldo de dezanove dias. e IX ix c bj (=9906) reais aos marinheiros espimgardeiros e besteiros do dito tempo a razam de biiijc (=800) reais por mees entrando aqui sete bombardeiros a razam de J (=1000) reais por mees e os BJ iijc xxxbiiij (=6338) reais pagou [fól. 15v] a xxj gurumetes a razam de bc xxxiiij (=533) reais 1/3 por mees dos ditos xix dias do qual *dinheiro* *que* asy o dito pero botelho pagou o esprivão dos almazes de guinee da fee como foram pagas as ditas pessoas peramte elle pelo dito pero botelho em a dita casa o *que* tudo mais craramente se mostra pelo dito quaderno *que* neste livro fica co se esto.

E asy val toda a dita despesa *que* o dito pero botelho fez ao todo –RBJ ix c lxxij (=46972) reais

E estes RBJ ix c lxxij (=46972) reais ouve pagamento pero botelho em diogo vaasquez almoxarife do allmazem da guinee per desembarguo delRey noso *senhor* o anno de bc xxb E foy esta verba aqui asentada e outra tall no dicto desembarguo per pero da mota *que* hora tem carguo de provedor dos contos da casa

⁶⁴ Fólio deixado em branco pelo autor.

⁶⁵ Nau.

ENTRE CEUTA, TÂNGER E O ESTREITO: O PERCURSO NORTE-AFRICANO DE D. JOÃO DE CASTRO (1518-1544)

Roger Lee de Jesus

D. João de Castro (1500-1548) é uma das figuras mais emblemáticas da presença portuguesa na Ásia de Quinhentos. Aliou uma vasta carreira militar ao serviço da Coroa a uma vertente humanista e de perfeito cientista – facto comprovado pela escrita dos seus famosos roteiros de navegação, aquando da sua primeira ida à Índia, entre 1538 e 1541. É, no entanto, especialmente lembrado pelo seu papel enquanto Governador do “Estado da Índia” entre 1545 e 1548, destacando-se por largas campanhas militares, donde sobressai a resistência e posterior vitória em batalha campal no segundo cerco à fortaleza portuguesa de Diu, em 1546¹. A sua passagem pelo Norte de África é assunto frequentemente esquecido da sua biografia. Teve, no entanto, uma importância fulcral para a sua formação militar, permitindo-lhe entrar em contacto com as tácticas e técnicas de combate então utilizadas e com a presença portuguesa além-mar. Pretendendo aqui analisar essa sua experiência norte-africana, este estudo de caso permitirá reforçar a ideia de que a actividade bélica em Ceuta, Tânger e nas restantes fortalezas, serviu, para muitos soldados e fidalgos, como modelo de guerra e trampolim para uma carreira que se consolidaria noutras paragens.

Iniciemos então por afirmar que pouco se sabe concretamente acerca do percurso desta personalidade no reino e no Norte de África. Muito do que ainda hoje se escreve segue o itinerário traçado sobretudo por Jacinto Freire de Andrade em *Vida de Dom João de Castro, Quarto Viso-Rey da India*, publicada em 1651 – que podemos considerar a biografia “oficial”. A obra foi encomendada pelo próprio neto do contemplado, o inquisidor-geral D. Francisco de Castro e, enquanto texto laudatório, contém dezenas de erros, imprecisões e, claro, deturpações com o objectivo de glorificar o biografado. Menos conhecido do que este livro é o panegírico *Elogio do muy valeroso e de raras virtudes dom João de Castro*, de Sebastião Torresão Coelho e com comentários de João Pinto

¹ Poucos são os estudos recentes sobre D. João de Castro. Aquele que melhor utiliza a documentação conhecida é de José Manuel Garcia – «D. João de Castro: um homem de guerra e ciência» in Francisco Faria Paulino (coord.) – *Tapeçarias de D. João de Castro*. CNCDP, 1995, pp. 13-48. A tese de J.-B. Aquarone peca por desconhecer parte da documentação inédita do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, usando somente aquela publicada por Elaine Sanceau e pelo Cardeal Saraiva - *D. João De Castro, Gouverneur et Vice-roi des Indes Orientales, 1500-1548: Contribution à l'histoire de la domination Portugaise en Asie et à l'étude de l'astronautique, de la géographie et de l'humanisme au XVIe Siècle*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, 2 vols. Não esqueçamos, claro, a biografia clássica de Sanceau, por vezes demasiada laudatória - *D. João De Castro*. Porto: Livraria Civilização-Editora, 1946. Veja-se também a recente tese de doutoramento de Nuno Gomes Martins - *Império e Imagem: D. João de Castro e a retórica do Vice-Rei (1505-1548)*. Lisboa: ICS-UL, tese de doutoramento policopiada, 2013, e os múltiplos estudos que Luís de Albuquerque dedicou a este fidalgo.

Ribeiro, publicado em 1643². Uma análise do texto de Torresão Coelho leva-nos a crer que vários dados foram aproveitados e ampliados por Freire de Andrade para o seu livro publicado apenas oito anos depois. Apesar da documentação manuscrita deixada por Castro ser vastíssima³, maior parte dela remete-nos para a primeira viagem dele à Ásia ou para a sua governação. Não obstante todas estas lacunas, tentaremos, tanto quanto possível, reconstituir o percurso de Castro dividindo-o em dois momentos distintos: 1. Entre 1518 e 1538 (entre a sua primeira passagem para África e a sua primeira viagem à Índia) e 2. Entre 1542 e 1544 (entre o regresso da primeira viagem e a preparação da armada da Índia).

Apesar dos esforços recentes de Elaine Sanceau⁴, Armando Cortesão e Luís de Albuquerque⁵, muita documentação relativa a D. João de Castro permanece inédita. *As Obras Completas*, publicadas entre 1968 e 1981, sumariaram e transcreveram grande parte da correspondência existente mas nem sempre seguiram os mesmos critérios de edição – deparamo-nos frequentemente com transcrições truncadas que distorcem o conteúdo da documentação. Para além destes autores, também o Cardeal Saraiva publicou meia centena de documentos sobre Castro, em 1835, numa reedição da biografia de Freire de Andrade⁶. Optámos por publicar, no final, vários documentos inéditos que permitem sustentar o presente artigo e dar a conhecer novas fontes para o estudo deste fidalgo e do seu tempo.

1. Entre 1518 e 1538

Podemos tomar como ponto (quase) certo que D. João de Castro partiu para o Norte de África, pela primeira vez, em 1518. É ele próprio que diz a D. João de III, em carta de 1539, “*De dezoito annos tomei as armas em seu serviço; seis vezes pasei em Afrigua e la me naceram as barbas*”⁷. De acordo com a biografia de Freire de Andrade, e em parte com o *Elogio* anterior de Coelho, Castro terá fugido, num acto de rebeldia juvenil, para Tãnger, colocando-se sob o comando do capitão D. Duarte de Meneses. Nada nos leva a por em causa este facto, visto que, na carta de entrega da comenda de Salvaterra, em 1538, o monarca referia os seus serviços “*na guerra contra os imffies*” e ter

² Sobre ambas obras veja-se José Manuel Garcia – *A historiografia portuguesa dos descobrimentos e da expansão portuguesa (séculos XV a XVII): autores, obras e especializações memoriais*. Porto: FLUP, tese de doutoramento policopiada, 2006, vol. I, pp. 36-38 e 109.

³ Preservada, na sua maioria, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, nos fundos *Colecção de São Lourenço e Cartas de D. João de Castro*.

⁴ *Cartas de D. João de Castro*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1955.

⁵ *Obras Completas de D. João de Castro*. Coimbra: Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1968-1981, 4 vols – abreviaremos doravante esta obra por *OCDJC*, seguindo-se o respectivo volume e página.

⁶ Edição da Academia Real das Sciencias. As notas e as transcrições aí incluídas foram republicadas em *Obras completas do Cardeal Saraiva*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876, tomo VI, obra adiante citada apenas por *Obras completas do Cardeal Saraiva*. Os manuscritos utilizados foram posteriormente entregues ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo formando a actual colecção “Cartas de D. João de Castro”.

⁷ *OCDJC*, III, p. 26.

servido “*dous annos em Tangere à sua custa*”⁸. Não sabemos quanto tempo terá lá estado. A biografia “oficial” menciona uma presença de aproximadamente 9 anos (até 1527)⁹ mas vários investigadores já contestaram este dado visto que o seu primeiro filho (D. Álvaro) nasceu por volta de 1524/1525, implicando então o seu regresso ao reino e, claro, o casamento prévio com D. Leonor Coutinho¹⁰. Estes nove anos parecem-nos advir do simples processo de escrita de Freire de Andrade: tendo muito certamente usado a documentação particular de D. João de Castro, disponibilizada pelo seu neto – que, relembramos, encomendou a obra –, o autor terá encontrado a referência de que iniciou o seu serviço à Coroa com 18 anos. Da mesma forma encontrou a primeira carta de D. João III a Castro datada precisamente de 1527 (que ainda hoje existe). De forma a preencher a lacuna entre 1518 e 1527, bastou-lhe afirmar que se manteve em Tânger durante esse período. Na realidade pouco sabemos o que motivou o rei a pedir a sua presença em 1527 – a carta apenas menciona que “*eu me queria servir de vós em cousa que muyto compre a meu serviço*”¹¹. Somente sabemos que, em 1532, lhe é atribuído um padrão de tença de 30 mil reais pelos então já serviços prestados à Coroa¹².

Só voltamos a encontrar referências a D. João de Castro em 1534. Segundo uma carta do Conde da Castanheira para o monarca, o futuro governador da Índia teria sido enviado para Safim capitaneando um navio carregado de biscoito, juntamente com outras embarcações que iriam abastecer a cidade¹³. O nome dele surge ainda, nesse mesmo ano, elencado num rol de diversas personalidades a quem D. João III pedia parecer acerca do abandono de Safim e Azamor¹⁴ – infelizmente, se tal chegou a acontecer, o texto opinativo de Castro não sobreviveu até aos dias de hoje. No ano seguinte, em 1535, sabemos que esteve em Tânger, pois após o seu regresso, e já em Lisboa, solicitou autorização ao Conde da Castanheira e ao Rei para participar na armada que então se preparava para integrar a expedição do imperador Carlos V a Tunes.¹⁵ Aí capitaneou uma caravela, e destacou-se no bombardeamento da fortaleza de La Goulette¹⁶.

⁸ Carta transcrita em José Manuel Garcia – «D. João de Castro: um homem de guerra e ciência»..., p. 26.

⁹ Jacinto Freire de Andrade – *Vida de Dom João de Castro, Quarto Viso-Rey da India*. Lisboa: Na Oficina Craesbeeckiana, 1651, fl. 3.

¹⁰ José Manuel Garcia – «D. João de Castro: um homem de guerra e ciência»..., p. 6.

¹¹ ANTT, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 1 – esta coleção será doravante referida como ANTT, *CDJIII-DJC*. Este documento encontra-se publicado em *Obras completas do Cardeal Saraiva*, tomo VI, p. 192.

¹² Cf. o documento em José Manuel Garcia – «D. João de Castro: um homem de guerra e ciência»..., 46.

¹³ Frei Luís de Sousa – *Anais de D. João III*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1954, vol. II, pp. 238-239.

¹⁴ *As Gavetas da Torre do Tombo*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, vol. I, pp. 827-829, Gaveta II, Maço 7, N.º 1.

¹⁵ *Letters of John III King of Portugal: 1521–1557*, ed. J.D.M. Ford, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1931, p. 223, carta 185 e ANTT, *CDJIII-DJC*, fl. 2, pub. *Obras completas do Cardeal Saraiva*, VI, 192-193.

¹⁶ Sobre a participação portuguesa na expedição de Tunes veja-se Hélder Carvalhal e Roger Lee de Jesus – «The Portuguese participation in the Conquest of Tunis (1535): a Social and Military Reassessment» in *War and Society in the Spanish Monarchy: Politics, Strategy and Culture in Early Modern Europe (1500-1700)*, no prelo.

Nada mais sabemos desta sua primeira fase. Apesar da referência, de 1539, de que passou seis vezes a África, só conseguimos comprovar documentalmente três delas.

2. Entre 1542 e 1544

Depois de uma primeira experiência asiática, iniciada em 1538, D. João de Castro regressa de Goa em 1542¹⁷. Não vale a pena aprofundar a sua suposta presença na armada que apoiou a evacuação de Safim e Azamor, pois tal episódio – atribuído pela primeira vez por Frei Luís de Sousa, nos seus *Anais de D. João III*¹⁸ – é completamente inverosímil visto que o visado se encontrava ainda na Índia quando tal aconteceu, em 1541. Em todo o caso, depois do seu regresso à quinta da Penha Verde, em Sintra, voltou a ser convocado por D. João III a 25 de Setembro¹⁹. Pouco sabemos dessa reunião, tendo somente notícias a 1 de Dezembro, data do regimento dado a Castro pelo rei em que o nomeava “capitão mor d’armada, que ora mandey fazer pera goarda da costa destes reinos”²⁰, armada que, como bem sabemos e o próprio nome indica, guardava a costa do reino português de qualquer perigo – especialmente, nesta época, de corsários franceses. É neste cargo de capitão que o “Forte Castro” (como lhe viria a chamar Camões) veio a ocupar os anos de 1542 a 1544.

Conseguimos localizar pelo menos quatro saídas da armada da guarda da costa. Do seu primeiro serviço, iniciado em 1542, nada sabemos além do regimento atribuído²¹. Este documento simplesmente define as linhas gerais de actuação do cargo: o patrulhamento, num primeiro momento, da região do cabo de S. Vicente e, caso não fossem aí avistados corsários, a armada voltaria para Norte e vigiaria o mar entre o cabo Espichel e o cabo de São Chete (o cabo Raso); a necessidade de interrogar todos os navios suspeitos que fossem avistadas, para além de outros procedimentos a ter durante o serviço em alto mar²². Curiosamente, o monarca pedia a Castro que, caso tivesse ventos favoráveis quando estivesse perto da costa Algarvia, que rumasse a Ceuta para descarregar um dos galeões da frota que fora previamente carregado com mantimentos – não sabemos se tal acabou por acontecer. O seu segundo serviço enquanto capitão da armada da guarda da costa iniciou-se em Abril de 1543, depois de uma eventual paragem no início desse

¹⁷ Chega, de acordo com Diogo do Couto, nos inícios de Julho numa nau apenas manobrada por fidalgos por falta de marinheiros e outros profissionais – cf. *Ásia*, Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1780, Década V, livro VIII, capítulo II, fl. 177-180.

¹⁸ Frei Luís de Sousa – *Anais de D. João III...*, p. 207. O caso já foi amplamente desmistificado por J.-B. Aquarone – *D. João De Castro, Gouverneur Et Vice-roi Des Indes Orientales...*, I, pp. 284-285.

¹⁹ ANTT, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 6.

²⁰ ANTT, *CDJIII-DJC*, fl. 7, pub. *Obras completas do Cardeal Saraiva*, VI, 197.

²¹ ANTT, *CDJIII-DJC*, fls. 7-9v, pub. *Obras completas do Cardeal Saraiva*, VI, 197-202.

²² O tipo de regimento pouco difere daquele dado três décadas depois, em 1578, a Pero Correia de Lacerda para o mesmo cargo – cf. Artur Teodoro de Matos – «A Armada das Ilhas e a Armada da Costa no Século XVI (novos elementos para o seu estudo)», separata da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVI, 1991, p. 257-259.

ano²³. Sabemos, pela documentação preservada, que D. João de Castro tinha ordem expressa para “*isperar as naaos da Imdia naquella paragem da dita costa em que parcer que ellas devem de vir ter por ser emformado que não vêm juntas*”²⁴. Depois de alguns percalços, como a quebra do mastro do galeão *São João*, que necessitou de ser concertado em Lisboa²⁵, sabemos que a armada acabou por entrar em confronto com corsários franceses tendo apreendido uma nau que foi prontamente levada a Cascais, onde foi feito o respectivo auto pelos desembargadores do Paço²⁶. Após este episódio o capitão manteve-se ao largo, continuando a missão, apesar de dois navios da armada terem partido para as ilhas para patrulhar aquelas águas e aguardar os navios da Carreira da Índia²⁷.

Entretanto, a situação das praças do Norte de África piorava. Ceuta via-se, naquele ano, sob ameaça do soberano oatácida de Fez²⁸. Neste contexto, e após receber múltiplos pedidos de ajuda àquela fortaleza, D. João III convocou, a 5 de Agosto, D. João de Castro para jantar, “*porque queria falar comvosquo alguuas cousas de meu serviço*”²⁹. Poucos dias depois, dia 9, era emitido o regimento onde especificava que a armada levava “*em vosa companhia os navios em que vay a gente, artelharia, monições, e todalas outras cousas, que ora mando aa dita cidade, pera nela ficarem*”³⁰. Castro tinha ainda ordens para, quando chegasse a Ceuta, reunir com D. Afonso de Noronha (capitão da fortaleza), Francisco de Sousa, Simão Guedes e Miguel de Arruda, para debaterem as obras a realizar na fortaleza. Pedia-lhe até que analisasse “*a traça que Miguel d’Arruda leva da obra que ao diante se ha de fazer*” pois, como bem sabemos, a fortaleza encontrava-se num longo processo de reformulação e adaptação ao novo estilo abaluartado, iniciado em 1541. D. João III requeria ainda ao capitão da armada que este fosse visitar as fortalezas de Alcácer-Ceguer, Tânger e Arzila e avaliar os muros – “*daneficamente que tem e o corregimento que cumpre que se nelles faça*”; o provimento dos almazéns (o que necessitavam); a gente de armas e o armamento disponível³¹. Desta forma D. João de Castro serviria para analisar a situação das fortalezas e a forma de as melhorar e prover. O rei haveria de voltar a escrever, antes da partida da armada para Ceuta, dando então especial ênfase à visita a realizar a Alcácer-

²³ Cf. ANTT, *CDJIII-DJC*, fl. 10.

²⁴ ANTT, *CDJIII-DJC*, fl.11.

²⁵ Cf. a carta de D. João III a Castro, de 3-VI-1543, dando conta que soubra do episódio (ANTT, *CDJIII-DJC*, fl. 13) e o regimento dado por Castro ao seu filho, D. Álvaro, encarregue de levar o galeão até Lisboa: ANTT, *Colecção São Lourenço*, Livro 4, fl. 277. Este regimento foi publicado por Elaine Sanceau (*Cartas de D. João de Castro...*, p. 84-85) e nas *Obras Completas (OCDJC*, III, p 46), sem nunca se mencionar o outro documento que explicita o problema do galeão S. João.

²⁶ A nau francesa foi certamente apreendida na primeira quinzena de Junho, pois D. João III felicita Castro pelo feito numa carta do dia 16 (ANTT, *CDJIII-DJC*, fl. 14, pub. *Obras completas do Cardeal Saraiva*, VI, 202-203), informando-o da ida dos desembargadores no dia 20 (ANTT, *CDJIII-DJC*, fl. 16), tendo sido realizado o auto no dia 23 do mesmo mês - ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte 1, Maço 73, Doc. 125.

²⁷ Cf. ANTT, *CDJIII-DJC*, fl., fl. 15.

²⁸ Cf. Nuno Vila-Santa – *D. Afonso de Noronha, Vice-Rei da Índia. Perspectivas políticas do Reino e do Império em meados de Quinhentos*. Lisboa: CHAM, 2011, pp. 40-41.

²⁹ ANTT, *CDJIII-DJC*, fl. 19, pub. *Obras completas do Cardeal Saraiva*, VI, 203.

³⁰ ANTT, *CDJIII-DJC*, fs. 22-23, pub. *Obras completas do Cardeal Saraiva*, VI, 203-206.

³¹ *Idem, ibidem*.

-Ceguer³². Pedia concretamente a D. João de Castro para anotar a localização certa do porto (largura e altura), a sua profundidade, que navios conseguiam aí entrar, se havia capacidade de poder defender os navios que estavam fora do porto e caso não se pudesse de onde é que se poderiam defender as embarcações e se tal local merecia ser fortificado.

A armada chegou a Ceuta por volta de dia 16 ou 17 de Agosto, como nos indica o próprio capitão da cidade. É também ele que nos informa que “*Dom Joam capitam-mor d’armada e Dom Álvaro seu filho e os fidalgos que com ele vêm trabalharam muito com as vygas e artelharya às costas*”³³. Castro reuniu o pequeno conselho para discutir o avançar das obras mas nada sabemos de concreto³⁴. Cremos que o capitão da armada terá também chegado a ir a Alcácer-Ceguer, mas mais uma vez, não temos fontes que o comprovem³⁵.

No mês seguinte, em Setembro, Alcácer-Ceguer sentiu novamente a ameaça muçulmana – daí se justifica o envio de uma pequena armada, comandada por D. Álvaro de Castro, filho de D. João, com um rígido regimento para simplesmente desembarcar cerca de 100 soldados de Ceuta e algumas vitualhas³⁶. O regimento avisava até que caso o jovem capitão da armada não respeitasse as ordens do capitão de Alcácer que “*disto vos castigarey milhor que ao mais ruy gromete que tenho*”. Ignoramos se o capitão da armada da costa se manteve no Norte de África entre Setembro e Novembro, mas um novo regimento endereçado ao filho a 27 de Novembro, de Ceuta, envia-o para Lisboa precisamente com o título de capitão-mor da armada da guarda da costa “*per mandado e ordenaçam del Rey noso senhor*”³⁷. D. João de Castro regressou ao reino no final de Dezembro desse ano de 1543, tendo entrado em combate contra sete naus de corsários ao largo do cabo de S. Vicente – somente uma carta de D. João III menciona este acontecimento, não especificando o desfecho concreto do confronto³⁸. Nesse mesmo final do ano, a 28 de Dezembro, o monarca renovava a nomeação, atribuindo novo alvará de poderes enquanto capitão-mor da armada da costa³⁹ e pedindo, simultaneamente, a Pero Afonso d’Aguiar, provedor dos armazéns da Guiné e da Índia, para aprovisionar a

³² Cf. ANTT, *CDJIII-DJC*, fl. 25, 26-26v (pub. *Obras completas do Cardeal Saraiva*, VI, 206-207) e 27 (pub. *Ob. cit.* pp. 207-208).

³³ ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte 1, Maço 74, Doc. 7, fl. 1v.

³⁴ D. João III chegou a agradecer a Castro a lembrança feita sobre o cegar dos portos e calhetas da almina - não sabemos se a título individual ou como conclusão da reunião – cf. ANTT, *CDJIII-DJC*, fl. 29, pub. *Obras completas do Cardeal Saraiva*, VI, 209.

³⁵ Em 1549 iniciou-se a construção de um pequeno forte no monte sobranceiro do Seinal, precisamente para defender os navios da cidade – cf. Nuno Vila-Santa – *D. Afonso de Noronha...*, pp. 50-57. Talvez algum parecer de Castro tenha sido relevante nesta decisão.

³⁶ ANTT, *Colecção São Lourenço*, Livro 4, fls. 278-279, pub. Elaine Sanceau – *Cartas de D. João de Castro*, pp. 85-87.

³⁷ ANTT, *Colecção São Lourenço*, Livro 4, fls. 281-282, pub. Elaine Sanceau – *Cartas de D. João de Castro*, pp. 87-89.

³⁸ ANTT, *CDJIII-DJC*, fl. 31, pub. *Obras completas do Cardeal Saraiva*, VI, pp. 209-210. Veja-se uma breve descrição do episódio em Armando da Silva Saturnino Monteiro – *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1992, vol. III, pp. 69-70 baseado em Ignacio da Costa Quintella – *Annaes da Marinha Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1839, tomo I, p. 433.

³⁹ ANTT, *CDJIII-DJC*, fl. 32, pub. *Obras completas do Cardeal Saraiva*, VI, pp. 211-212.

armada para mais mês de navegação⁴⁰. Efectivamente, o rei dava conta, em Fevereiro de 1544, de ter recebido notícias da armada, recomendando que esta se desarmasse visto que não tinha notícia de corsários⁴¹. Mais tarde nesse ano, em Julho, D. João III acabaria por pedir um parecer a Castro relativamente a quantos navios haveria de enviar na armada da costa desse ano (comandada por Rui Lourenço de Távora) e durante quanto tempo⁴². Depois deste episódio apenas voltamos a ter referências a Castro em Janeiro de 1545, mas já dizendo respeito à preparação da armada da Índia onde iria tomar posse enquanto governador.

Simão Torresão Coelho, no seu *Elogio* de 1643, menciona ainda o suposto envio de Castro ao Estreito para se juntar à armada do capitão castelhano D. Alvaro de Bazan (o Velho), que aguardava a chegada da armada de Barbaroxa⁴³. A história é contada muito vagamente mas foi aproveitada e ampliada por Jacinto Freire de Andrade, na sua biografia⁴⁴. A armada luso-castelhana terá supostamente esperado três dias pelo famoso corsário Otomano tendo este desistido de atacar a costa castelhana ao saber do poderio aí reunido. Apesar de conhecermos vários episódios de colaboração militar durante os reinados de D. João III e Carlos V, este levanta fortes dúvidas quanto à sua autenticidade⁴⁵. Para além de quase nenhuma fontes coevas o mencionarem, as datas apresentadas por Freire de Andrade não correspondem ao percurso que a documentação nos deixa traçar. Para além disso, fontes castelhanas dão conta da presença de D. Alvaro no Norte do reino vizinho, preparando uma armada para levar à Flandres D. Pedro de Guzman tendo também chegado a entrar em confronto com corsários franceses na Batalha de Muros, ao largo da Galiza⁴⁶. Parece-nos assim mais seguro acreditar que, neste caso, a veia poética e laudatória dos seus biógrafos seiscentistas foi responsável por este episódio fictício.

Como concluir então este percurso norte-africano de D. João de Castro? Recapitulando o que foi dito: iniciou as suas lides na guerra contra os mouros em Tânger. Aí certamente apreendeu todas as vicissitudes da presença portuguesa na região, recebendo um treino e um conhecimento militar que viria a aplicar no Oriente, pois, como bem sabemos, foi este modelo de guerra que serviu de referência aquando da expansão Portu-

⁴⁰ ANTT, *CDJIII-DJC*, fl. 30.

⁴¹ ANTT, *CDJIII-DJC*, fl. 33, pub. *Obras completas do Cardeal Saraiva*, VI, p. 212.

⁴² ANTT, *CDJIII-DJC*, fl. 34, pub. *Obras completas do Cardeal Saraiva*, VI, pp. 212-213.

⁴³ Simão Torresão Coelho - *Elogio do muy valeroso e de raras virtudes dom João de Castro*. Lisboa: Na Officina de Domingos Lopes Rosa, 1642, fls. 24-29.

⁴⁴ Jacinto Freire de Andrade - *Vida de Dom João de Castro...*, fl. 23-27.

⁴⁵ Veja-se, por exemplo, Isabel Drummond Braga - *Um espaço, Duas monarquias (interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V)*. Lisboa: CEH-UNL/Hugin, 2001, pp. 175-214.

⁴⁶ Encontramos estas referências na fonte inédita publicada por Cesáreo Fernández Duro - "I. Centenario tercero de D. Álvaro de Bazán, marqués de Santa Cruz", *Boletín de la Real Academia de la Historia*, Tomo 12, 1888, Cuadernos III, Marzo e do mesmo autor *Historia de la Armada Española (desde la unión de los reinos de Castilla y Aragón)*. Tomo 1. Año 1476-1559. Madrid: Museo Naval, 1973, c. XX: Batalla de Muros, pp. 269-279. Don Alvaro tinha também uma forte ligação com a Cantábria como se pode ver no artigo de Eduardo Trueba - "Galezas cantábricas de don Álvaro de Bazán. Arqueos, mediciones e historial marítimo", *Revista de historia naval*, Año nº 14, Nº 54, 1996, pp. 69-96.

guesa no Índico⁴⁷. A sua participação na campanha de Tunes po-lo em contacto com uma estrutura militar à qual os Portugueses dificilmente aspiravam – não esqueçamos que Carlos V reuniu c. 30 mil soldados para a expedição, armando aproximadamente uma centena de navios. Quer neste campo de batalha quer no das investidas portuguesas entre Ceuta e Tânger, Castro observou o poder destrutivo da artilharia que então se afirmava. D. João III tinha perfeita noção dos seus profundos conhecimentos no domínio militar quando o enviou a Ceuta em 1543. Seguiu aí de perto a reestruturação do sistema defensivo da cidade e, anos mais tarde, aquando da reconstrução da fortaleza de Diu, entre Novembro de 1546 e Abril de 1547, viria a afirmar ao rei que “*a maneira de que faço a fortaleza he pello debuxo de Ceyta*”⁴⁸, ou seja, adaptando-a ao modelo abaluartado. D. João de Castro mantinha, aliás, uma profunda ligação com a sua ligação norte-africana e tal é visível na carta de D. Afonso de Noronha, capitão de Ceuta, a Castro em Novembro de 1545 (já este estava na Índia), onde, depois de algumas notícias do dia a dia justifica-se dizendo que “*dou estas novas a vosa mercê por que sey que não lhe haa de pezar com ellas por serem desta sua casa*”. Mais à frente viria mesmo a testemunhar a amizade que se estabeleceu entre estes dois capitães, afirmando que “*o galleão [da armada da guarda da costa] tornou aquy e certefico a vosa merce que nunca pude hyr a elle porque havia medo de morer de saudade de o não achar dentro*”⁴⁹.

Apesar da documentação não especificar, em concreto, a vivência de D. João de Castro no Norte de África, estamos certos de que este foi um período fulcral no seu percurso enquanto soldado e fidalgo ao serviço da Coroa. Foi aí que iniciou uma profícua carreira na arte da guerra que viria a aplicar enquanto capitão-mor da armada da guarda da costa e governador do “Estado da Índia”. Jacinto Freire de Andrade interrogava-se, em 1651, se Castro fora “[...] *mais felice na vida ou na posterioridade, victorioso sempre, dos inimigos então e hoje dos anos*”⁵⁰. Talvez o fosse mais em vida, mas é certo que, praticamente 500 anos depois do início da sua carreira, em 1518, D. João de Castro venceu certamente os anos ao ser aqui lembrado o seu percurso, a sua carreira e os seus feitos de armas.

⁴⁷ Veja-se o estudo de Vitor Luís Gaspar Rodrigues – «Organização militar e práticas de guerra dos Portugueses em Marrocos no século XV, princípios do século XVI: sua importância como modelo preferencial para a expansão portuguesa no Oriente», *Anais de História de Além-Mar*, 2, 2001, pp. 157-168.

⁴⁸ *OCDJC*, III, 305. Sobre a reconstrução de Diu veja-se o nosso artigo «As despesas da reconstrução da fortaleza de Diu em 1546-1547», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 12, 2012, pp. 217-243.

⁴⁹ Para ambas cf. ANTT, *Colecção São Lourenço*, Livro 4, fl. 396.

⁵⁰ ANDRADE, Jacinto Freire de – *Vida de Dom João de Castro, Quarto Viso-Rey da India*. Lisboa: Na Oficina Craesbeeckiana, 1651, dedicatório ao príncipe D. Teodósio, fl. 2.

Apêndice Documental⁵¹

Doc. 1

1542 Setembro 25, Lisboa – *Carta de D. João III a D. João de Castro a solicitar a sua presença.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 6.

[fl. 6]

†

Dom Joham eu el rey vos envio muyto saudar. Encomendo vos e mando vos que tanto que esta vos for dada vos partaes e venhaes logo a mym porque compre asy muyto a meu serviço. Pero d'Alcacova Carneiro a fez em Lisboa a XXb dias de Setembro de 1542.

[assinatura] Rey

Pera dom Joham de Castro vyr a Vossa Alteza

[fl. 6a-v, na vertical] Senhor el rey

A Dom Joham de Crasto fidalguo de Sua Cassa na sua quinta junto de Simtra

Doc. 2

1543 Abril 14, Almeirim – *Carta de D. João III a D. João de Castro a solicitar a sua presença.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 10.

[fl. 10]

†

Dom Joam de Crasto eu el rey vos envio muito saudar porque conpre a meu serviço falar convosco vos encomendo e mando que tanto que vos esta for dada venhaes a mim. Scprita em Almeirim a XIII dias d'Abryl. Manuel de Mouraa a fez de 543

[assinatura] Rey

Pera dom Joam de Castro que venha a Vossa Alteza [assinatura] ho Conde

[fl. 10a-v, na vertical] †

Por el rey

A dom Joam de Castro

⁵¹ Os critérios de transcrição adoptados seguem, no fundamental, as *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos* de Avelino de Jesus da Costa (Coimbra: FLUC/IPD, 3ª ed., 1993). Entre outros: desdobram-se as abreviaturas sem assinalar as letras que lhes correspondem; actualizou-se o uso de maiúsculas e minúsculas, do *i* e do *j*, do *u* e do *v*, conforme eram vogais ou consoantes; ignoraram-se alguns sinais de pontuação colocados no texto, e inseriram-se outros para tornar o documento mais compreensível; os acentos foram introduzidos apenas para evitar erros de pronúncia ou interpretação; separaram-se as palavras incorrectamente juntas e uniram-se os elementos dispersos da mesma palavra; mantiveram-se as consoantes e vogais duplas insertas no meio do vocábulo, reduzindo-as a uma só quando no início da palavra; as leituras duvidosas foram seguidas de (?); as palavras proclíticas e aglutinadas foram separadas por apóstrofo. Agradecemos a Pedro Pinto a ajuda dada na leitura de algumas palavras e na revisão final.

Doc. 3

1543 Maio 10, Almeirim – *Carta de D. João III a D. João de Castro solicitando que reunisse com outros oficiais antes de partir como capitão da armada da costa, e que fizesse assento sobre onde esperar as naus da Índia.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 11.

[fl. 11]

†

Dom Joham de Castro eu el rey vos envio muito saudar porque o que aguora mais cumpre a meu serviço que façaes com a armada de que vos ora envio por capitam-mor pera amdardes em guarda da costa he irdes isperar as naaos da Imdia naquella paragem da dita costa em que parcer que ellas devem de vir ter por ser emformado que nao vem juntas escrevo a Fernão d’Allvarez que se ajumte no allmazem comvosco e com Fernão Peres d’Amdrade Pero Afonso d’Aguiar e os ofiçiaes do allmazem com os mais pilotos que parecerem neçesareos e pratiquem sobre a derota per que as ditas naaos da Imdia devem de vir e a paragem e alltura em que as deveis d’aguardar e que diso se faça hum asemto bem declarado e que tanto que for feito vo lo dê o dito Fernão D’Allvarez asinado por elles e por vos por tanto vos emcomendo e mando que como vollo der vos partaes loguo e cumpraes imteiramente o dito asemto asy como nelle for comteudo e todo o mais que se comtem no regimento que levastes quoando fostes por capitão mor da outra armada da costa o anno pasado cumprireis e usareis do poder e allçada que então levastes porque asy o ey por meu serviço. Scprita em Almeirim aos X dias de Mayo Geronimo Coreia a fez de 1543 e o conteudo em voso regimento cumprireys emquanto nom for contra o que no dito asento for declarado que fareis.

[assinatura] Rey

Pera dom Joam de Castro [assinatura] ho Conde

[fl. 11a-v, na vertical] †

Por el rey

A dom Joam de Castro

Doc. 4

+1543 Maio 12, Galeão S. João, Lisboa – *Resumo da reunião tida entre os oficiais dos Armazéns da Casa da Índia e D. João de Castro sobre a rota a tomar pela armada da guarda da costa.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 12.

[fl. 12]

†

Em XII dias de Maio de 543 no gualcão São João em que vay por capitão-mor d’armada da costa dom João de Castro estamdo presentemte Fernão d’Allvarez e o provedor Pero Afonso d’Aguiar e o dito dom João e Fernão Perez d’Amdrade e Vasco Fernandez Cesar

guarda-mor e Symão Vaaz patrão mor e João Farinha piloto-mor da dita armada e Roque Lopez mestre do dito gualleão e Aires Fernandez piloto da Imdea que vay na dita armada e os ofiçiaes do allmazem aos quaes todos juntos dise o dito Fernão d'Allvarez que el rey noso senhor lhe mandara hua sua carta acerqua da paragem em que esta armada devia d'andar a qual se leo presentem todos e despois d'avido pratica sob'iso como su'Alteza pela dita carta mandava se asentou que a dita armada devia d'ir dereitamente a paragem das Berlemguas omde devia d'andar e antes dez leguoas a balravento da bamda do Norte que cimquo de julavemto⁵² da bamda do Sull e que devia tamto que fose na dita paragem de descobrir de corenta ate cimquenta leguoas ao mar e tornar loguo na vollta da tera omde sempre trabalhe por andar na dita paragem n'altura de trimta e nove graos ate corenta por que todallas naos que vem da Imdea demandam a dita paragem por caso dos Nortes e Noroestes que sempre ventão neste tempos e que sendo caso que vemte muito vemto Norte ou Noroeste que nam posa armada pairar nesta paragem que va sorguir as berlemguas pera se não meter armada a sottavemto das ditas berlemguas. E asy lhes pareço que temdo caso que com a dita armada de Dom João venha ter alguma nao da Imdea a qual lhe dee nova que partyo das ilhas em companhia d'outras mais e que devem de vir loguo apos ella então deve o dito dom João de trazer consyguo a dita nao ate virem as outras pera que juntamente venha com ellas ate Cascaes e como as ditas naos ahy forem e estiverem seguras se tornara o dito dom João a dita paragem das berlemguas aguardar as outras naos que se esperarem pela maneira acima declarada e asynarão aquy todos no dito dia mês e anno acima neste asento feito per mym Amtonio Diaz scprivão do allmazem de Guiné e Imdeas no sobredito dia acima.

[*assinaturas*]

Fernam d'Alvarez, Pero Afonso d'Aguiar, Fernamdo Perez d'Andrade, Dom Joham de Crasto

Amtonio Diaz, Yoam d'Afonsequa, Joham Farynha, † Roque Lopez

[fl. 12v] Mamda ell rey noso senhor que dom Joam de Castro capitão-moor desta armada que sua Alteza manda em guarda da costa cumpra imteiramentem nesta viagem este asento desta outra parte escryto e em todo o mais que na dita viagem sobecer e for necesaryo cumpra o regimento e poder que lhe foy dado o ano pasado na viagem que fez da guarda da dita costa nom saymdo do parecer conteudo no dito asemto e esto me scpreveo o dito senhor que disese ao dito dom João de sua parte e lho dise e per lembrança e certeza diso fiz e asyney oje em Bellem aos XII dias de Mayo de 543

[*assinatura*] Fernam Alvarez

[fl. 12a-v, *na vertical*] [...]

em que dom Joam de Castro deve d'andar com a armada da costa de que vay por capitão-moor

⁵² De acordo com o *Dicionário da linguagem de Marinha antiga e actual*, de Humberto Leitão e J. Vicente Lopes (Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 1990, 3ª ed.), é o mesmo que sotavento.

Doc. 5

1543 Junho 3, Vila Franca de Xira – *Carta de D. João III a D. João de Castro dando conta que recebeu a sua carta sobre a quebra do mastro do galeão S. João.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 13.

[fl. 13]

†

Dom Joam de Castro eu el rey vos envio muito saudar vi a carta que me scprevestes em que dezeis como por se quebrar o masto do galeão São João mandareys o dito galeão a Lixboa pera se lhe la concertar o dito masto o que ouve por bem feyto e meu serviço e receby desprazer de acontecer ese desastre pelo desavyamento e desscontentamento que diso aveis de ter vos fezeistes bem em ficar com os outros navyos e o dito galeão irá loguo ter convosco porque ja se lhe concertou o dito maasto. Manuel de Moura a fez em Vila Franca a três dias de Junho de 543

[*assinatura*] Rey

Resposta a dom Joam de Castro [*assinatura*] ho Conde

[fl. 13a-v, *na vertical*] †

Por el rey

A dom Joam de Castro capitão-mor d'armada que anda em guarda da costa

Doc. 6

1543 Junho 20, Sintra – *Carta de D. João III a D. João de Castro dando ordem para enviar António de Loureiro e João Nunes para os Açores por ter notícia de corsários.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 15.

[fl. 15]

†

Dom João de Castro eu el rey vos envio muito saudar por ter nova de amdarem cosarios na paragem das ylhas tinha determinado que vos com esa armada foseis as ditas ilhas como vereys por minhas cartas e ora por ter sabido que nesta costa andão tãobem alguns ey por mais meu serviço andardes nella como ate gora andastes e que Antonio de Loureiro nese navio em que amda e a caravela em que vay João Nunez velho que nesa bahia esta se partão logo caminho das ilhas e encomendo-vos e mando-vos que como esta virdes façaes vir a ese galeão em que estaes os ditos Antonio de Loureiro e João Nunez e lhe deys as cartas minhas que pera eles vão e os façaes loguo partir e aos mestres e pilotos das naaos que nese porto estão pera ir pera as ilhas com a artelharia que levão do almazem direys que se partão loguo em companhia dos ditos navios e ao dito Antonio de Loureiro o obedeção como a seu capitam que eu ey per bem que seja ate chegarem a dita ilha Terceira omde am de descaregar a artelharia que levão e o navio de que vay por capitão Francisco Luis que ja deve de ser nesa bahia amdara comvosco e ao dito Francisco Luis dareys a carta minha que lhe scprevo por que lhe mando que o faça asy e ao dito Antonio

de Loureiro e João Nunez fareys partir com a mais deligencia que poder ser. Manuel de Moura a fez em Sintra a XX de Junho de 543 e ao dito Antonio de Loureiro dareys duas cartas que com esta vão scilicet hua pera Symam de Mello e outra pera o corregedor da ilha Terceira

[assinatura] Rey

Pera dom João de Castro [assinatura] ho Conde

[fl. 15a-v, na vertical] †

Por el rey

A Dom Joam de Castro capitão-mor da armada que amda em guarda da costa

Doc. 7

1543 Junho 20, Sintra – *Carta de D. João III a D. João de Castro dando conta do envio de Gaspar de Carvalho, Francisco Dias do Amaral e Francisco Machado a Cascais para avaliarem a nau francesa tomada.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 16.

[fl. 16]

†

Dom Joam de Castro eu el rey vos envio muito saudar ca vos scprevy que vos virseys [*sic*] a Cascaes com a naao francesa que tinheys reteuda pera depois de ahy serdes vos mandar o que sobre iso aveyes de fazer e porque eu envio ora la o doutor Guaspar de Carvalho do meu conselho e meu desembargador do paaço e os doutores Francisco Diaz do Amaral e Francisco Machado meus desembargadores pera fazerem certas diligencias acerca do dito caso vos encomendo e mando que lhes deys toda a enformação que conprir do moodo em que achastes a dita naao e a causa porque a retivestes e toda a mais ainda que lhes for necessaria pera melhor poder fazer as ditas dyligencias e o mais que lhes acerca diso mando que fação e tanto que as fezerem fareys no reter ou desembargar da dita naao e gente dela aquyllo que per elles for determinado. Manuel de Moura a fez em Syntra a XX de Junho de 543.

[assinatura] Rey

Pera dom João de Castro

[fl. 16a-v, na vertical] †

Por el rey

A dom Joam de Castro capitam-mor da armada que amda em guarda da costa

Doc. 8

1543 Junho 23, Sintra – *Carta de D. João III a D. João de Castro ordenando-o a regressar à guarda da costa e que mude o piloto do galeão S. João.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 17.

[fl. 17]

†

Dom João de Castro eu el rey vos envio muito saudar muito vos encomendo e mando que tanto que for acabado de fazer a diligência com a naao francesa e vos fordes desembarçado della vos vades loguo com esa armada a parajem das berlengas e andeis na derota que vos tenho mandado pelo asento que vos Fernão d'Alvarez do meu conselho e meu tesoureiro-moor entregou asinado por elle e pelo provedor e offiçiaes do almazem o qual cumprireis ynteiramente porque na dita derota ey por bem que andeis emquanto não virdes outro meu mandado em contrayro

Porque sou enformado que João Farinha que anda por piloto no galeão São João he velho e mal desposto e pera o trabalho e vegia delle he neçesario outro que o melhor posa suprir vos lhe direis de minha parte que ey por bem que va descansar a sua casa e mandareis pasar ao dito galeão Ayres Fernandez que anda em hua das caravellas desa armada ao qual scprevo que syrva de pilloto delle e na dita caravella mandareys poer dos [*sic*] homens do maar que convosco andão o que vos pera yso parecer mais auto. Francisco Anrique ha fez em Sintra aos XXIII dias de Junho de mill bc quarenta e tres

[*assinatura*] Rey

Pera dom João de Castro [*assinatura*] ho conde

[fl. 17a-v, *na vertical*] †

Por el rey

A dom Joam de Castro capitão-moor da armada que anda em guarda da costa

Doc. 9⁵³

1543 Junho 23, Cascais – *Carta de Gaspar Carvalho, Francisco Dias do Amaral e Francisco Machado a D. João III acerca da nau francesas capturada por D. João de Castro.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Corpo Cronológico*, Parte 1, Maço 73, Doc. 125.

[fl 1]

†

Senhor

Tanto que a esta vila chegamos fomos ao galeom da armada de Vossa Alteza que no porto desta esta e nos informamos por ho capitão... de... passara o caso da tomada da naao francesa que aqui esta retida e como tivemos sua informação tiramos inquirição de testemunhas e vimos a nau e a maneira em que estava e... perguntas... e alguas pessoas... eram necessarias e por... que indo esta nau da cidade com outras duas naus francesas em sua companhia na paragem de... huua noute vendo hua das caravelas de Vossa Alteza que hia afastada das outras se fora a ela cada uma por sua parte e lhe começaram de tirar e a caravela a ellas e que trabalharom para abalroar com ella posto que conhecessem ser

⁵³ Devido ao actual mau estado do documento e à impossibilidade de solicitar o original no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a transcrição foi feita com base na digitalização disponível no website da Digitalarq e completada pela ficha de leitura de Ana Maria Ferreira disponível em Arquivo Municipal de Cascais, *Arquivo Ana Maria Ferreira*, Caixa sem número, Ficha de Leitura 1382 de 23 de Junho de 1543. Agradecemos mais uma vez a Pedro Pinto o imprescindível apoio dado para consultar esta ficha.

caravela latina e ainda que se nom prove bem sabiam elles que era portuguesa haa porem contra eles alguns indicios que posto que o souberam nam deixarom por iso de fazer e por a conhecerem e as caravelas da armada ha alargaram e se fizeram na volta do mar e as caravelas foram seguindo as ditas naaos atee de manhã e por esta se ficar atras das outras duas e se ver aprestada delas lançou ho batel fora pera haver seguro das caravelas e como tiveram sinal diso se foy [fl. 1v] pera ellas e levarom ao capitão-moor da armada que a trouxe a este porto e por a gente desta naao nom matar nem roubar alguém nem fazer dano mais que ho cometimento acima dito sabendo que era na costa de voso reino parece que por esta soo culpa deviam ser presos ho capitão e ho mestre e ho piloto e tres bonbardeiros que haa na dita naao por estas serem as pessoas que a mandavao e tiravam a dita caravela e que se proceda contra elles e se livrem per sua justiça por que nam allegando elles ou não piorando (?) cousa tal que os escuse de pena parecia por agora que merecia o capitão ser condenado em sete annos de degredo pera o Brasil e ho mestre e piloto em cinco cada um, dos bonbardeiros tres havendo respeito a diferença de suas culpas e porque o delicto... é de qualidade... parece que lhes deve ser.... desembargada a nau e toda a fazenda que nela esta <no entanto conforme a resposta que derem a pena pode ser diminuida ou mesmo absolvidos> e quanto aos outros todos da dita companhia e nau e passageiros que nela vão parece que nam ha culpas contra eles pera haverem de ser presos nem retidos e que devem ser livremente desembargados poderem hir es.... pera mandar os actos a Vossa Alteza pera se ha poderem por..... sua..... e pera... dar causa ao escrivão que esta leia.... saber ao que vay deixamos de fazer e por ho caminho... tam pequeno que [fl. 2r] brevemente se podem emviar se ho Vosa Alteza ouver por louvar Fernão Rodrigues nos dise que deera conta a Vosa Alteza de huas cartas do embaixador de França que levava pera laa e que lhe mandara que nos desse diso informação e do mais a que vinha pareceo nos que nom seria serviço de Vosa Alteza tratar se delas e por iso ho nom fizemos e nos parece que lhe deviamos de dizer q... tornase ao embaixador asy como as delle recebera e lhe disese que lhes tornava por nom saber quando hiria sem lhe mais dar outra conta e lhe disemos que as tevese asy atee lhe dizermos o que niso avia de fazer. Vossa Alteza nos mande ho que avemos de fazer em cada huma destas cousas porque ficamos esperando a resposta. De Cascaes aos XXIII de Junho de 543

[assinatura] Francisco Diaz d’Amaral, ho doutor Francisco Machado; Gaspar de Carvalho

[fl. 2v, na vertical] A el rey

[fl. 3r] Ho doutor Gaspar de Carvalho

Ja respondida

Doc. 10

1543 Junho 30, Sintra – *Carta de D. João III a D. João de Castro informando-o que Pero Afonso de Aguiar é responsável por reabastecer a armada.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 18.

[fl. 18]

†

Dom João de Castro eu el rey vos envio muito saudar eu escrevi a Pero Afonso d'Aguiar que com muyta diligencia proveja esta armada dos mantimentos que ouver mester pera ate fim do mes de Setembro e que se loguo nom pode prover todos os ditos mantimentos mande os que poder con todo o mais de que a dita armada tener necesydade pera vos poderdes loguo partir dahy e nom fazerdes mais detença encomendo vos que como o dito Pero Afonso vos prover do que vos loguo poder mandar vos torneys a costa e o que vos ele deixar de mandar agora vos mandara ao maar omde quer que amdardes o mais cedo que poder. Manuel de Moura a fer em Sintra a XXX de Julho de 543

[assinatura] Rey

Pera dom João de Castro

[fl. 18a-v, na vertical] Por el rey

A dom Joham de Castro capitão-moor d'armada que amda em guarda da coosta

Doc. 11

1543 Agosto 7, Sintra – *Carta de D. João III a D. João de Castro pedindo que agradeça a D. Álvaro de Castro, António de Soutomaior e restantes capitães da armada o esforço tido quando a nau S. Felipe bateu num baixo e que fosse para Lisboa reabastecer a armada.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 20.

[fl. 20]

†

Dom João de Castro eu el rei vos envio muito saudar Fernam d'Alvarez do meu conselho e meu tesoureiro me deu conta do que lhe scprevestes acerca da naao São Felipe que tocou no cachopo⁵⁴ e me dise como dom Álvaro voso filho acudira a iso e o que fezera e asy o trabalho que nysso levava Antonio de Soutomayor e os capitaes das caravelas que se hy acharão o que eu ouve por muito bem feyto e como cumpria a meu serviço encomendo vos que vos digueis de minha parte a voso filho e asy ao dito Antonio de Soutomayor e aos capitães que lhe agradeço o trabalho que nysso levarão e a boa diligencia com que me servirão eu envio Fernão d'Alvarez a Lixboa pera mamdar fazer prestes a gente e cousas que em vosa companhia am d'ir a Ceyta com a mais brevidade que for posyvel e porque compre que ele fale convosco na dita cidade vos encomendo muito que hamanhã que he quarta feira oyto dias deste mes d'Agosto vos vaades a cidade pera ele e o provedor do almazem praticarem alguas cousas convosco e leixareys a armada a tal recado que pera algua dela nom saya em tera. Manuel de Moura a fez em Syntra a bII dias d'Agosto de 543

[assinatura] Rey

pera dom João de Castro

⁵⁴ Segundo o *Dicionário da linguagem de Marinha antiga e actual* (já citado anteriormente), trata-se de um penedo ou baixo à flor da água ou a profundidade relativamente pequena, onde o mar rebenta.

[fl. 20a-v, *na vertical*] †

Por el rey

A dom Joam de Crasto capitão-moor da armada que anda em guarda da costa

Doc. 12

1543 Agosto 10, Sintra – *Alvará de D. João III aos fidalgos, cavaleiros e criados da armada da costa informando-os da ida dos navios a Ceuta e do comando de D. João de Castro.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 21.

[fl. 21]

†

Eu el rey faço saber a vos capitães dos navios d'armada de que he capitão-moor dom Joam de Castro e aos fidalgos cavaleiros e criados meus que amdaes nos ditos navios que o dito Dom Joam me disse a boa vomtade cuidado e diligencia com que todos folgaveis de fazer o que vos ele da minha parte requeria e mamdava no que me ey por muito bem servido de vos e vos agradeço fazer delo asy e porque eu mando ora o dito Dom João a cidade de Ceyta a fazer algumas cousas que cumpre a meu serviço pera as quoaes lhe ha de ser muito necessario vosa ajuda vos encomendo e mamdo que en tudo o que vos ele na dita cidade da minha parte diser que o ajudeis pera o que lhe asy mando fazer poder aver efeyto o façaes com a vontade e diligencia que de vos confio e como a calidade do neguocio o rrequere porque nyso me fareys muyto serviço. Manuel de Moura o fez em Sintra a X dias d'Agosto de 543

[*assinatura*] Rey

Alvará que leva dom João de Castro pera Vosa Alteza

[fl. 21a-v, *na vertical*] Alvara pera os capitaes e gente dos navios

Doc. 13

1543 Agosto 10, Sintra – *Carta de D. João III a D. João de Castro solicitando a sua presença.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 24.

[fl. 24]

†

Dom Joham eu el rey vos envio muyto saudar porque queria falar convosquo algumas cousas de meu serviço vos encomendo muyto que como esta vos for dada venhaes a mym e muyto vo lo gradecerey. Pero d'Alcacova Carneiro a fez em Sintra a X dias de Agosto de 1543

[*assinatura*] Rey

Pera dom Joham de Castro vyr a Vossa Alteza

[fl. 24a-v, *na vertical*] Por el rey

A dom Joham de Crasto capitam-mor d'armada que anda em guarda da costa

Doc. 14

1543 Agosto 13, Sintra – *Carta de D. João III a D. João de Castro rectificando o regimento dado anteriormente para somente fosse a Alcácer e não a Tânger e Arzila.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 25.

[fl. 25]

†

Dom Joam eu el rey vos envio muito saudar no regimento que levais do que aveys de fazer nesta ida a Ceyta omde vos ora envio vay hum capitulo por que vos mamdo que nom avendo na dita cidade novas de virem os turcos vaades a vila d’Alçaçere e dahi a Tamger e a Arzila a fazer alguuas cousas de meu serviço que convosco pratiquey e se contem no dito capitollo e ora ey por meu serviço que tanto que na dita cidade de Ceyta se tomar asento na pratica que se ha de ter acerca da obra que se ha de fazer como no dito regimento que levais vay declarado e nom temdo nova que os turcos vem vaades a dita vila d’Alcacer deixamdo na dita cidade de Ceyta a armada e no galeão em que amdaes hua pessoa auta pera ter nela boa guarda e recado e vos levareys as pessoas que vos parecerem necessarias pera irem convosco a Alcacer omde fareys as diligencias que vos dise que fezeseys e tanto que as tiverdes feytas vos tornareys a Ceyta e dahy me scprevereys o que fezeistes em Alcacer e asy o que das cousas de Ceyta ouver pera me poderdes scprever e ahy esperareys ate verdes meu recado e quando asy fordes a dita vila d’Alcacer deixareys muito encomendado a gente da dita armada que fação em tera tudo o que for necesario e cumpre a meu serviço. Manuel de Moura a fez em Sintra a XIII dias d’Agosto de 543 e o recado que me mandardes sera pela posta e todo o tempo que desta armada estiver em Ceyta encomendareys e mandareis a gente dela que faça em tera tudo o que vires que he necesario.

[assinatura] Rey

Pera dom Joam de Castro

[fl. 25a-v, na vertical] †

Por el rey

A dom Joam de Castro capitão-mor d’armada da costa

Doc. 15

1543 Dezembro 27, Almeirim – *Carta de D. João III a Pero Afonso de Aguiar ordenando que fosse ter com a armada de D. João de Castro em Belém e que reabastecesse os navios.*

A) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartas a D. João de Castro – Cartas de D. João III a D. João de Castro*, fl. 30.

[fl. 30]

†

Pero Afonso d’Aguiar eu el rey vos envio muito saudar. Vy vosa carta feyta a XXIII dias deste mes de Dezembro e parece-me muito bem o conselho que nela dizes que destes a dom Joam de Castro que se recolhese com sua armada ao rio desa cidade e depois soube per outra carta de dom Joam como jaa era emtrado nese rio e tudo me pareçeo muyto bem feyto. E porque ey por meu serviço que elle torne a sayr ao maar como lhe

fizer tempo pera yso vos encomemdo e mamdo que vades ter com elle a Belem e ambos praticues o moodo que se tera com a jente desa armada pera que este certa cada vez que cumprir e que o que ambos sobre yso asemtardes se faça e porque parece que lhe serão neçsareos alguns mantimemtos alem dos que levou quamdo partio lhe fares daar mantimento pera mes hum mes e aperceberes de todas as outras cousas de que a vos e a dom João parecer que a armada deve de ser provida e com esta vos vay hua provisão minha pera nos fornos entregarem o bizcoutho que per vosos asinados decrarardes que he neçsareo pera minhas armadas e asy lhe fares daar hua caravela pescarsa que diz que lhe he neçsarea. Bertolameu Froez a fez em Allmeyrum a XXbII de dezembro de 546

[*assinatura*] Rey

Pera Pero Afonso d'Aguiar [*assinatura*] Ho conde

[fl. 30a-v, *na vertical*] †

Por el rey

A Pero Afonso d'Aguiar fidalguo de sua casa e provedor de seus almazéns

CEUTA COMO TÓPICO NARRATIVO NO DISCURSO HISTORIOGRÁFICO DA EXPANSÃO PORTUGUESA

Ana Paula Avelar

Logo nos séculos XV e XVI construiu-se em Portugal um discurso historiográfico sobre a tomada de Ceuta. Tomo como eixo nuclear da minha análise a crónica elaborada por Eanes Gomes de Zurara, visto a mesma ser frequentemente analisada enquanto documento expositor de um acontecimento, não tendo em atenção, quem o lê, o facto do mesmo integrar um programa de uma escrita da expansão portuguesa. Zurara é um cronista que serve a casa de seu rei. O público a que se dirige é o do reino de Portugal, sendo a sua narrativa usada como fonte para a transmissão da notícia da conquista desta praça para os circuitos europeus. Recorde-se como Mateus Pisano, a pedido, decerto, de Afonso V, que serviu como secretário, redige, por volta de 1460, o *Gesta Illustrissimi Regis Iohannis de Bello Septensi*, usando palimpsesticamente¹ Zurara como fonte². Aliás, os dois letrados cruzar-se-iam na corte portuguesa³.

É a partir dos conceitos de História e de Memória e do modo como estes foram intuídos nos diferentes discursos historiográficos coevos que se devem descodificar as narrativas sobre esta praça marroquina, usando ferramentas interrogativas próprias através de um trabalho de índole arqueológica: «*Traiter l'archéologie comme une recherche de l'origine, des a priori formels, des actes fondateurs, bref comme une sorte de phénoménologie historique.*»⁴ Paralelamente dever-se-á ter em atenção as interacções desenvolvidas a uma escala global que se indiciam sequencialmente⁵ após o evento histórico da tomada de Ceuta. O discurso narrativo sobre esta «*easy huma chave do mar Medio terreno*»⁶ é postulado por Gomes Eanes de Zurara. É certo que, como ainda recentemente João Paulo Oliveira e Costa sistematizou: «(...) *Portugal aspirava à conquista do reino de Fez desde meados do século anterior(séc. XIV), mas no caso concreto da expedição de 1415 não se pode*

¹ Cf. Sarah Dillon, *The Palimpsest. Literature, Criticism, Theory*, London and New York, Continuum, 2007, p. 3.

² Na tradução que Roberto Correia Pinto efectuou do livro de Mateus Pisano poderemos encontrar referências sobre Eanes Gomes de Zurara: “*O primeiro que, em vernáculo português, escreveu a crónica destes factos, por êle coligidos com sábio critério, e que foi, como é sabido. Gomes de Zurara, varão de muita bondade e saber, deixou escrito (...)*” Roberto Correa Pinto, *Livro da Guerra de Ceuta escrito pelo Mestre Mateus Pisano*, Lisboa, Academia das Ciências, 1915, p.21.

³ Recorde-se que Zurara serviria D. Afonso V na livraria real, sendo igualmente encarregado das escrituras da Torre do Tombo (1454). Em 1467 este cronista foi incumbido pelo rei de escrever uma crónica sobre D. Pedro de Meneses.

⁴ Michel Foucault, *L'archéologie du savoir*, Paris, Editions Gallimard, 1969, p. 269.

⁵ Cf. Jean-Claude Guillebaud, *Le commencement d'un monde – Vers une modernité métisse*, Paris, Seuil, 2008, p.48.

⁶ Categorização defendida logo por Gomes Eanes de Zurara na sua crónica do conde Dom Pedro de Meneses. Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do conde Dom Pedro de Menezes*, Porto, Universidade do Porto, 1988, p. 360.

afirmar peremptoriamente que ela foi concebida como sendo o primeiro passo para a conquista sistemática do reino africano.»⁷ Contudo, e apesar das hesitações de D. João I sobre a praça relativamente à qual incidiria a sua acção militar, o espaço estratégico era a zona do estreito sob domínio muçulmano.

Logo no século XVI, estes sequenciais contextos históricos corporizar-se-iam e cristalizariam a metáfora fundacional de Ceuta como o primeiro momento de *construção de um império*. Serge Gruzinsky defende que: «*C'est au XVI siècle que l'histoire humaine s'inscrit sur une scène qui s'identifie avec le globe. C'est alors que les parties du monde s'accélèrent: Europe / Caraïbes à partir de 1492, Lisbonne/Canton à partir de 1513, Séville/Mexique dès 1517, etc.*»⁸

A nuclearidade de Ceuta, como momento iniciador desta sequência histórica global, merece toda a nossa atenção e cuidado no precisar do modo como este espaço se constituiu enquanto tópico narrativo fundacional no discurso historiográfico da expansão portuguesa. Esta é, aliás, a proposição que demonstrarei ao longo da minha reflexão. Para tal, centro a minha análise exactamente no início da construção de um discurso historiográfico sobre a expansão portuguesa, i.e., a segunda metade do século XV e os inícios do XVI. Centrar-me-ei nas suas diferentes modalidades discursivas que seguem o modelo cronístico, ou seja, a narração diacrónica do ocorrido no âmbito de um acontecimento ou actor histórico.

Detenho-me, por isso, axialmente, na crónica da tomada de Ceuta, tendo em atenção a forma como o seu autor, Gomes Eanes de Zurara, praticou o exercício da História, legitimando um monarca, D. Afonso V através de seu avô D. João I, e a dinastia avisina. Este meu objecto de estudo não se valida através de um exercício de revisão historiográfica positivista, mas sim subscreve uma análise que, como Ricoeur sintetizou, intui o discurso historiográfico no seu primado referencial⁹.

Recordo que, tal como o seu autor postula, esta crónica da tomada de Ceuta constitui-se como uma terceira parte, na sequência das I e II partes da crónica de el-rei D. João I, de Boa Memória, escrita por Fernão Lopes. É, deste modo, na sacralização memorativa de uma conquista, de um rei e de seus infantes, muito em particular de D. Henrique, que se inscreve o discurso historiográfico de Zurara, o qual ordena, “sequen-

⁷ João Paulo Oliveira e Costa (coord.) José Damião Rodrigues, Pedro Aires Oliveira, *História da Expansão e do Império Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2014, p.35. A síntese efectuada nesta obra, ainda que destinada ao grande público, vectoriza os factos nucleares para a apreensão do quadro geral de compreensão de uma presença portuguesa no espaço extra-europeu ao longo dos séculos.

⁸ Serge Gruzinski, *L'Aigle et le Dragon-Démesure européenne et mondialisation au XVI e siècle*, Paris, Fayard, 2012, p. 12.

⁹ Cf. Paul Ricoeur, *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Editions du Seuil, 2000, pp. 236-237. Subscrevo Christian Delacroix quando considera que: «*Pour Ricoeur, la contrainte de la preuve documentaire s'exerce tout au long de l'opération historiographique et la «représentation scripturaire» ou «représentation littéraire» (c'est à dire l'écriture proprement dite), si elle affiche bien l'appartenance de l'histoire au domaine littéraire, n'engage en aucun cas une «dérive esthétisante» ou formaliste. Les figures de style, les modalités de l'écriture littéraire ajoutent leur propre mode d'intelligibilité au travail de compréhension/explication. C'est donc l'autonomisation de l'organisation rhétorique de l'écriture de l'histoire que refuse Ricoeur.*» C. Delacroix, F. Dosse, P. Garcia & N. Offenstadt, *Historiographies, II – concepts et débats*, Paris, Editions Galimard, 2010, II, p.738.

cial e sucessivamente, causas e efeitos”, procurando a *re-presentação* do passado, seguindo o princípio do apurar da verdade¹⁰.

Com efeito, a escrita da História atravessa a nossa medievalidade; refiram-se os *Scriptores* recolhidos no *Portugaliae Monumenta Historica*, os *Nobiliários* de D. Pedro, e a própria *Crónica Geral de Espanha*. Contudo, os elementos propiciadores de um trabalho histórico continuado, perseguidor de uma finalidade legitimadora, só seria programaticamente adoptado pelo rei de Portugal com o aparecimento da figura do cronista do reino. Recorde-se a carta dada a Fernão Lopes por D. Duarte para que este pusesse em crónica: «(...) *as estorias dos Reys* (...)»¹¹. Nesta missiva o monarca solicita ao cronista que este redija os: «(...) *grandes feytos e altos do muy uertuosso E de grâdes uertudes ElRey meu Senhor e padre*(...)»¹². Ora, realmente, as crónicas escritas por Fernão Lopes, e cuja autoria não se questiona, seriam as elaboradas sobre o reino de D. Pedro I, D. Fernando e D. João I.

Atente-se no facto de, no reinado de D. Pedro, se ir afirmando o Estado civil, separando-se este da Igreja, adoptando o direito romano, o qual é cada vez mais o direito dos “príncipes”. Por seu turno, o período fernandino é aquele em que, por um lado, se dá a intervenção em várias guerras, e, por outro, se prossegue na consolidação do estado civil, através de toda uma série de medidas administrativas, que vão desde a reforma da administração pública à legislação contra os abusos senhoriais, passando por leis protectoras dos mercados nacionais e leis reguladoras dos privilégios jurisdicionais da nobreza. Já o período joanino é aquele em que o reino defende a sua independência e em que se fortalece a nação portuguesa face a Castela, prosseguindo, numa segunda fase, a guerra expansionista em Marrocos e o início da exploração atlântica. Dá-se igualmente o reforço, no plano interno, da reorganização administrativa, tendo em vista a centralização do poder na figura do rei¹³.

Como brevemente sintetizei, estes reinados marcam momentos de afirmação do poder real e legitimam uma Casa – a de Avis. Outras questões se podem colocar relativamente ao escrever a História neste nosso século XV, nomeadamente se as narrativas históricas produzidas em Portugal revelam algumas das linhas de força expressas na historiografia europeia de então, a qual, como escreveu Ernst Breisach: «*Although the traditional ways of medieval Christian historiography were not quickly abandoned, it was apparent that*

¹⁰ Atente-se na sistematização de Fernando Catroga: “*Também para autores como Lucien Febvre (1953), Marrou (1954) ou Nora (1984), a memória sacraliza as recordações, enquanto que o discurso historiográfico constitui uma operação intelectual crítica, que desmistifica e laiciza as interpretações, objectivando-as através de narrações que ordenam sequencial e sucessivamente, causas e efeitos, de modo a convencerem que a sua re-presentação do passado é verdadeira (Krzysztof Pomian, 1999)*”. Cf. Fernando Catroga, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001, p. 39.

¹¹ Cf. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 19, fl.22 in *Crónica del rei dom João I da boa memória por Fernão Lopes*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977, p. XLV.

¹² Cf. Serrão, Joaquim Veríssimo, *A Historiografia Portuguesa-Doutrina e Crítica*, Lisboa, Editorial verbo, 1972, p.42.

¹³ Este movimento e refletir-se-à numa nova realidade normativa que se traduziria no campo jurídico com o fenómeno da centralização do poder real recorde-se a compilação da legislação realizada entre 1446-1447 (*Ordenações Afonsinas*), retomada em 1512-14 (*Ordenações Manuelinas*) e em 1603 (*Ordenações Filipinas*). Cf. António M. Hespanha, *Panorama Histórico da Cultura Jurídica Europeia*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1997, pp.130-131.

chronicles were straining hard to accommodate the information and ideas produced by the knowledge explosion of the twelfth and thirteenth centuries.»¹⁴

Importa salientar que esta dupla dimensão também se vivencia em Portugal: por um lado, permanecem vertentes narrativas de uma historiografia medievo-cristã; por outro, acomodam-se as informações dos “novos tempos”. Esta hibridéz conceptual pode ser evocada em Fernão Lopes quando inscreve no discurso historiográfico a sua metafórica “sétima Idade”, a inaugurada por D. João I, de *Boa Memória*:

«(...) na quall se levantou outro mundo novo, e nova geeraçom de gemtes; porque filhos dhomeẽs de tam baixa condiçom que nom compre de dizer, per seu boom serviço e trabalho, neste tempo foram feitos cavalleiros, chamamdosse logo de novas linhageẽns e apellidos. Outros se apegarom aas amtiigas fidallguias, de que ja nom era memória, de guisa que per dignidades e homrras e offiçios do rreino em que os este Senhor seemdo Meestre, e depois que foi Rei, pos, montarom tanto ao deamte, que seus deçendemtes oje em dia se chamam doões, e som theus em gram comta.»¹⁵

Não cabe no âmbito desta reflexão delinear as permanências medievais que se plasam na escrita de Fernão Lopes, nem sequer apontar os traços mitificadores/ milenaristas/messiânicos de que se reveste a figura joanina¹⁶. Considero, aliás, que, nesta escrita da História, não assistimos a declaradas rupturas, mas sim à inclusão de outras “novas” formas de registo, cuja adopção se intensifica ao longo do século XVI, modelando e finalmente estruturando o discurso historiográfico da cronística da expansão, a praticada por Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia, João de Barros, João Baptista Lavanha, Diogo do Couto.

Retomemos os traços mitificadores/milenaristas/messiânicos de que se reveste a figura de D. João I, os quais, de certo modo permanecem em Gomes Eanes de Zurara, o primeiro cronista que regista temporalmente as suas narrativas, seguindo a era de Cristo, e abandonando o registo pela era dita de César¹⁷. Veja-se como perduram em Zurara os traços milenaristas. Recorde-se, a título de exemplo, o sonho do frade dominicano que, no Porto, no momento em que D. Henrique aí preparava a sua frota, teve a visão de D. João I que, armado e ajoelhado perante a virgem Maria, com as mãos erguidas para o céu, veria uma “resplandescente” espada. Usando um prudente decoro *retórico*, Zurara acrescentaria: *«(...) mas o portador daquella espada nom conheço elle, como quer que a sua uista quanto ao seu conhecimento lhe parecia cousa diuinall. E porque este boom homem era*

¹⁴ Ernst Breisach, *Historiography – ancient, medieval & modern*, Chicago, Chicago University Press, 1994, p. 145.

¹⁵ *Crónica del Rei dom João I da boa memória por Fernão Lopes – Parte Primeira*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977, p. 308.

¹⁶ Vejam-se os sucessivos acontecimentos milagrosos narrados por Fernão Lopes em torno da figura de D. João, os quais aliás acompanham a escrita de Zurara.

¹⁷ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *Henrique – O Infante*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, p. 35.

*simpres, nom quis comtar esta uisom, senam a huũ outro frade, seu amiguo, que era samcristaão daquelle moesteiro.»*¹⁸

Importa sublinhar que, tal como em Fernão Lopes, também em Zurara é o feito militar que perpetua a memória do monarca. Fernão Lopes seria sucedido no cargo de cronista do reino por Gomes Eanes de Zurara que, sob a protecção de D. Afonso V, no momento em que se vivia no rescaldo de Alfarrobeira (1449), escreveria a *Crónica da Tomada de Ceuta*, a qual concluiria em 1450. Nas suas palavras: «*O tempo e grandeza das obras nos constringem fortemente que scpreuamos nos seguintes capityllos a gloriosa fama da muy notauual empresa tomada per este uirtuoso e nunca vençido príncipe senhor Rey Dom Joham que seu preposito detreminou forçosamente per armas conquistar huũa tam nobre cidade como he Cepta.»*¹⁹

Refere Saúl Gomes, na sua biografia de D. Afonso V, que Zurara pertencia aos círculos do infante D. Henrique, comendador da sua Ordem de Cristo²⁰. A sua primeira obra é inicial e sintomaticamente impressa em 1644, com o título de *Chronica delrei D. João I de Boa-memoria, e dos reis de portugal o decimo. Terceira parte em que se conta a tomada de Ceuta*²¹. Nesta edição sairiam igualmente a primeira e segunda partes da crónica sobre este mesmo monarca escritas essas por Fernão Lopes.

A pedido de D. Afonso V, o seu monarca protector, Zurara escrevera *A Crónica da Tomada de Ceuta*, que sequenciaria ao elaborar a crónica de D. Pedro de Meneses (começada em 1458 e acabada em 1463), onde narra a actuação do primeiro capitão daquela praça. Este tópico historiográfico em torno de Ceuta culminaria com a *Crónica de D. Duarte de Meneses*, o primeiro capitão de Arzila que morreria em 1654 ao salvar o rei D. Afonso V numa emboscada na serra de Benacofu. Para Zurara, este era o paladino do seu monarca, D. Afonso V. Ao deslocar-se a Alcácer-Ceguer em Agosto de 1467, Zurara cumpriria aquele que defende ser o seu princípio da escrita, concretizando o objectivo de obter *um verdadeiro conhecimento dos factos*²². Aí recolheria informações para a elaboração desta encomenda régia que seria a sua última obra.

Se a *Crónica de D. Duarte de Meneses* encerra o círculo em torno do tópico de Ceuta, logo na sua primeira narrativa historiográfica – a terceira parte da crónica de D. João – se indicia aquilo que considero ser a segunda vertente programática de Gomes Eanes de Zurara, a de cronista henricino. Mas explicita-se esta ideia.

Na sua segunda obra Zurara redigiu a *crónica de Guiné*, que concluiu por volta de 1453. A sua elaboração dever-se-á ao facto de Afonso V lhe ter confidenciado o quanto

¹⁸ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. João I*, Lisboa, Academia das Sciencias de Lisboa, 1915, p. 112.

¹⁹ *Ibidem*, p.8.

²⁰ Cf. Saul António Gomes, *D. Afonso V*, Lisboa, Temas & Debates, 2009, p. 20.

²¹ Cf. Figanière, Jorge Cesar de, *Bibliographia Historica Portugueza*. Lisboa, Typographia do Panorama, 1850, p. 31.

²² Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde Dom Pedro de Meneses*, Porto, Universidade do Porto, 1988, p. 9.

desejava ver postos em escrito os feitos do Infante D. Henrique, seu tio²³. Tal desejo fá-lo-ia retomar o percurso do Infante que, pela sua pena, teria já, de certo modo, *protagonizado* o feito na *Crónica da Tomada de Ceuta*. Aquando da conquista da fortaleza em terras de Ceuta o cronista escreveria que: «(...) *não posso partir damte meus olhos a uirtude de huũ príncipe simgullar, que com tamanha força e grandeza de seu coração arrimcou tamanha multidom demfies fora da terra da sua natureza.*»²⁴

Refira-se, contudo, que, Zurara declarou que teria salvaguardado a todos a devida atenção. Com efeito, no fluir dos acontecimentos ele referiu que: «*No rrecebimento que o Iffante Duarte fez a seu jrmaão [D. Henrique] não fallei alguũ cousa, porque mujtas uezes disse o grande amor, que amtre eles auia. e jssso meesmo como o Iffante Duarte foy huũ príncipe muito mauioso e agasalhador.*»²⁵

Zurara justificar-se-ia: «*Fazemdo conclusom de todolloss aqueeçimentos do Iffante Dom Hamrrique, nos quaaes foy a força de todallas cousas, que sse em aquelle dia fezeram que de notar seiam. nem presuma alguũ que eu nom puz tamanha dilligemçia em rrequerer e buscar todollos os aqueeçimentos dos outros senhores, e nom ajnda daquelles príncipaaes, mas de quallquer outro do pouoo escpreuera seu feito, se o achara em mereçimento, ou o podera saber per quallquer guisa conheçemdo bem que a uoontade delRey meu senhor he perfeitamente saber todolos os mereçimentos de seus naturaes pera homrriar a memoria dos mortos, e remunerar aos uiuos per os trabalhos de seus padres ou deles meesmos.*»²⁶

Segundo Zurara, D. Afonso V é o “*mui alto e excelente príncipe e senhor*”, aquele que queria preservar os feitos de seu avô, os quais tinham ficado por acabar, guardando a memória de tão notáveis cousas²⁷. Deste modo, legitimava-se e cristalizava-se no discurso memorativo historiográfico o desígnio afonsino de transposição para o: «*Mediterrâneo das cruzadas antiotomanas ou para o Magrebe norte-africano os seus desejos de católicas e gloriosas conquistas.*»²⁸

As vertentes modelares e programáticas enunciadas na narrativa historiográfica de Zurara poderão ser sistematizadas diacronicamente em três momentos. Em primeiro lugar surge a crónica régia onde, inscrevendo-se no labor de Fernão Lopes, Zurara redige a terceira parte da crónica de D. João I. Realça-se aí, porém, já outro percurso legitimatório, o da partida para outro espaço, Ceuta.

De seguida, o cronista prossegue nesta vertente e escreve a narrativa histórica sobre os feitos, que considera notáveis, que se passaram na conquista da Guiné e onde a figura de um Infante – membro da casa real mas não o Rei – ganha a centralidade do texto: «*E porque a dita cronica espacialmente é intitulada a este senhor, queremos logo começar em seus costumes e virtudes, e ainda nas feições corporaes, por seguirmos o estilo de alguns*

²³ Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, Porto, Livraria Civilização, 1973, p.4. Carta que acompanha a crónica.

²⁴ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. João I*, p.219.

²⁵ *Ibidem*, p.227.

²⁶ *Ibidem*.

²⁷ *Ibidem*, p.13.

²⁸ Cf. Saul António Gomes, *op.cit.*, p.21.

verdadeiros autores, de que já vimos algumas crónicas.»²⁹ Refira -se que a formalização do discurso narrativo segue a logicidade do discurso cronístico.

Em terceiro lugar, foram escritas as crónicas sobre a actuação de dois fidalgos no palco da Expansão Marroquina. Acompanha-se um tempo, narram-se os seus feitos e a acção de vassallos que servem a Coroa, num outro espaço.

Gomes Eanes de Zurara não escreveria uma crónica régia dedicada ao seu “*mui alto e excelente príncipe e senhor*”. Seria Rui de Pina que cronicaria as “*Reaes virtudes e feytos Ymperiaes do muy glorioso Rey Dom Affonso o quynto*”, servindo-se, decerto, de apontamentos deixados por Zurara. Mas esta questão deverá ser motivo para outra reflexão.

Gomes Eanes de Zurara cumpre os desígnios afonsinos na afirmação de um rei que, à sua intitulação: «(...) *de rei de Portugal e de senhor de Ceuta acrescenta ao património da coroa portuguesa os termos de “Álcacer em África” e, mais tarde, a fórmula mais duradoura de “Aquém e de Além-Mar em África”.*»³⁰ Além disso, as suas crónicas vão modelar a cronística da Expansão e determinar a sua elaboração. Fernão Lopes de Castanheda louva o seu método de inquirir *in loco* sobre as cousas da história, e João de Barros admite que tomará *a maior parte dos seus fundamentos, por não roubar o seu a cujo é*³¹.

Na cronística portuguesa da Expansão expressar-se-á então a vontade de um *poder político*, o de Portugal no século XVI, no contexto das nações europeias, legitimando-se a sua presença noutros espaços europeus. Corporiza-se a vertente pedagógico-didáctica, decorrente do conceito de História como matéria de formação do príncipe, e concorrente a uma legitimação do poder. Para além de ser um guia moral, visto ensinar pelo exemplo, a História e a sua escrita expõe, afinal, a casa do Rei e o *seu império*.

Enfim, Gomes Eanes de Zurara na sua *crónica da tomada de Ceuta* enuncia o momento iniciador da nossa “histórica global”, redigindo aquele que se constituiu como um tópico narrativo fundacional no discurso historiográfico da expansão portuguesa.

²⁹ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica de Guiné*, p.12.

³⁰ Saul António Gomes, *op.cit.*, p.369.

³¹ João de Barros, *Ásia... Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente – Primeira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988, p. 3.

CEUTA: DA PRIMEIRA REPÚBLICA AO ESTADO NOVO. ASPECTOS ICONOGRÁFICOS E HISTORIOGRÁFICOS

Rui da Costa Pinto

A obra de Richard Henry Major, editada em 1868 e traduzida para português em 1876, *Vida do infante D. Henrique de Portugal apelidado o navegador e seus resultados comprehendendo o descobrimento, no espaço de um século, de metade do mundo... conforme documentos authenticos contemporâneos*, é uma referência do romantismo na biografia histórica nacional.

C. Raimond Beazley prossegue com o mesmo tipo de discurso ao publicar, em 1895, *Prince Henry the Navigator -The Hero of Portugal and of Modern Discovery 1394-1460 A.D.*

Fortunato de Almeida, três anos depois de Oliveira Martins ter publicado *Os Filhos de D. João I*, publica *O Infante de Sagres* por ocasião do quinto centenário do seu nascimento. Fortunato faz uma aproximação à escrita de Oliveira Martins baseado sobretudo em Zurara como fonte exclusiva (...) *Parece que desde muito cêdo, e com certeza ainda antes da conquista de Ceuta, tinha o Infante D. Henrique fixo no seu espírito o pensamento de descobrir novas terras, a fim de levar a fê christã aos povos infieis e promover o engrandecimento do nome portuguez*¹.

A Filipa de Lencastre traça um forte elogio:

*(...) dotada das mais nobres qualidades de espírito e de coração, esposa affectuosa e dedicada, mãe extremosissima, D. Filippa era verdadeiramente o anjo do seu lar e o ídolo querido do seu reino. Ocupava-se com o maior interesse dos negocios domésticos, cultivava as mais sublimes virtudes christãs, deu aos seus filhos aquella educação austera que de todos fez heroes, e introduziu na côrte, sobretudo pelo seu levantado exemplo, os costumes mais correctos e a vida mais exemplarmente regrada*².

Outros se seguiram, mas nenhum se destacou tão bem como Oliveira Martins e porque Ceuta, como feito colectivo, se personifica na figura de D. Henrique, é todo um conjunto de personagens que desvanece, dando origem a especulações e factos não provados resultantes de más interpretações e de falta de espírito crítico na leitura das fontes. O facto histórico é colocado muitas vezes ao serviço dos actos políticos das gerações, neste caso subsequentes ao século XIX.

Para Oliveira Martins reconquistar (...) *Ceuta, (...) seria a mais gloriosa empresa, de D. Henrique, menos escrupuloso do que o herdeiro da Coroa, (...) mostrava a força de um*

¹ ALMEIDA, Fortunato de, *O Infante de Sagres*, Porto, Livraria Portuense de Lopes & C^a., Porto, 1894, p. 13.

² Idem, *Ibidem*, p. 26.

homem de acção, obedecendo cegamente a impulsos que não contraria, ainda quando a razão e a consciência lhe murmurem que pode errar³. Mas não para D. Duarte a quem acusava de *passividade cuja virtude tinha o quer que fosse doentio, ou sequer fraco, e menos integro do que o seu antecessor* D. Pedro de *inclinações de filósofo*⁴. O diálogo adjectivado lembrava o acontecimento como se de uma epopeia se tratasse.

Henrique Lopes de Mendonça, profundo admirador da figura do Infante, chegou mesmo a propor a alteração da divisa *A patria honrae que a patria vos contempla* para *Talant de Bien Faire* que acabaria por não vingar por ser de língua não materna.

Em 1915 redige o artigo *As duas políticas* no boletim comemorativo do V centenário da tomada de Ceuta da Sociedade de Geografia de Lisboa. Na mesma linha de Oliveira Martins, num processo de criatividade romântica, torna a praça numa espécie de Bagdad das mil e uma noites: *Ceuta é nos fastos nacionais uma encruzilhada. Por dois caminhos alonga o Infante o seu olhar de vidente, ao encontrar-se nessa exígua península que reparte a vaga atlantica, turva ainda de misterios, da onda azul do Mediterraneo, espelhada de civilisações. Dois destinos se antolham á pequena grei que ousa encetar a nova e definitiva cruzada. (...) Onde a empresa do Infante é finalizada com a acção de Afonso de Albuquerque. (...) figura tão sobrehumana, que só encontra émulos no heroe da Macedonia ou no gigante da Corsega. (...) Ceuta, uma aurora; Albuquerque, um zenith*⁵.

Joaquim Bensaúde marcaria uma das maiores discussões no campo da historiografia nacional gerando anticorpos numa nova forma de ver a História. Para este Engenheiro o plano de vida do Infante consistia na cruzada aberta contra o Islão obcecado que estava com esta ideia. Achava que D. Henrique vivia tão intensamente a sua fé que duvidava que a sua vida fosse apenas promover navegações geradas por interesses comerciais, afirmando que estas *eram simplesmente ruinosas e a tenacidade, com que nelas persistiu até morrer, prova, ao contrário, que outra aspiração, outro intuito o animava e não o de enriquecer ou o de enriquecer o reino*⁶.

Duarte Leite foi o primeiro a contestar tão prosaicas afirmações ao redigir um artigo intitulado *Talent de bien faire*:

A tese de Joaquim Bensaúde assenta fundamentalmente no seguinte: o carácter político-religioso da cruzada do infante D. Henrique, continuada por D. João II, visava a expansão da cristandade pelo aniquilamento do islão, daí a sua obsessão guerreira em Marrocos e a concepção do plano da chegada por mar à Índia para aí combater os inimigos da fé católica. (...) Acusa-me Bensaúde de proclamar como móvel de D. Henrique sua avidez comercial, o que é inexacto, pois apenas fiz ver que, ao lado do seu aspecto político-religioso, também havia a considerar o utilitário, nem sempre aliás relacionado com o comércio... Desculpo-me da profunda divergência com o desejo de

³ MARTINS, Oliveira, *Os filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & C^a, 1983, p. 25.

⁴ Idem, *Ibidem*, p. 25.

⁵ “As Duas políticas”, Sociedade de Geografia de Lisboa, *Boletim comemorativo do V centenário da tomada de Ceuta*. p. 89.

⁶ LEITE, Duarte, *História dos Descobrimentos: colectânea de esparsos*, Lisboa, Cosmos, 1958-1960 (1959-1962). p.81.

vincar traços de carácter de D. Henrique, aos quais o ilustre escritor não ligou apreço sensível. A verdade está porventura num médio termo... tudo era pouco para levar a bom fim a empresa a que metera ombros e é esta a origem da sua ânsia comercial, que não impediu, porém, não obstante a sua grande fortuna, que D. Henrique morresse endividado e na penúria...

Bensaúde responde:

Este ponto de V. Ex.^a foi o que mais me impressionou, por ser o fulcro em torno do qual gira a argumentação tendente a refutar a minha tese, procurando provar que o lucro era a mola real dos esforços marítimos de D. Henrique. Ora, a verdade é que as suas navegações, consideradas como especulação comercial, eram simplesmente ruinosas e a tenacidade com que D. Henrique nelas persistiu até morrer prova, ao contrário, que outra aspiração, outro intuito o animava e não apenas o de enriquecer-se ou o de enriquecer o reino (...) a única vantagem apreciável que Ceuta poderia trazer à economia portuguesa era reprimir a guerra de corso dos Mouros⁷.

Ao que parece esta contenda verbal afectou-os a ponto de colocarem um término nas suas pesquisas e investigação científica. Mas também arrastou outros historiadores para a questão, como foi o caso do arabista David Lopes que também foi crítico, com Oliveira Martins e António Sérgio, na sua obra *A expansão em Marrocos*.

Elogiava a escrita poética de Oliveira Martins dando como exemplo alguns trechos como este *Ceuta precedeu Veneza, que precedeu Lisboa, no empório do comércio das índias. (...), de que Ceuta era a Nova Iorque e Fez a capital. No seu entender eram apenas lindas frases e mais nada. Muitas vezes o escritor, levado da música das palavras, embarca distraído para o reino da fantasia⁸.*

Queixava-se da sua inobservância perante as fontes documentais e no exagero que dava em relação às riquezas provenientes da praça: *Como dizer, pois, que ela era Washington e Ceuta nova Iorque⁹?*

Sobre António Sérgio achava que este, querendo fugir à visão romaneada de Oliveira Martins, acabara por cair no mesmo erro ao considerar que fora João Afonso de Azambuja a propor a conquista de Ceuta, e se o vedor da fazenda assim pensava era porque se tratava de uma alternativa financeira que agradaria decerto à burguesia alfacinha de que ele fazia parte. Todavia para David Lopes o argumento podia parecer ser certo, mas estava errado pois Ceuta não seria centro de enorme comércio e a praça passou a viver confinada nos seus muros – *a corrente que levava a ela as mercadorias do Oriente e a que as escoava, quando muito continuaria a ser o porto de trânsito da navegação que se fazia entre os dois mares, trânsito que se faria agora com mais segurança e com menos extorsões, se*

⁷ LEITE, Duarte, *Op. Cit.*, p. 84.

⁸ LOPES, David, *A expansão em Marrocos*, Lisboa, Editorial Teorema, 1989, p. 9.

⁹ LOPES, David, *Op. Cit.*, p. 4.

*se quiser. Ceuta nas mãos dos portugueses estancou, pois, as suas fontes de riqueza, como de todas as praças que depois tomámos, pelo estado de guerra permanente em que elas viviam*¹⁰.

O vedor da fazenda falhara nas suas previsões.

Tal como Duarte Leite, David Lopes criticava Bensaúde no perfil que traçava do Infante, um obcecado pelo norte de África, e cita-o:

*Contra os murmúrios da nação no começo da empresa, contra a oposição tenaz das hostilidades que o rodeavam, contra todas as desgraças que se lhe despenham sobre a família, o infante guarda intacta a vontade de bem fazer e avante a leva com energia sobre-humana. Nada e ninguém pode acordá-lo daquele sonho imenso, gerado nas angústias da Fé e da civilização ameaçadas... Em Marrocos trata-se de manter Ceuta e outros postos avançados da costa marroquina, para proteger a Península contra os mouros; no Oceano a acção visa conquistar os mares para esmagar na Índia e no mar Vermelho o poderio comercial do Islame. D. Henrique concebeu um plano único contra os sarracenos, mas esse plano tinha duas alas, uma nos mares para a conquista da Índia, outra em Marrocos para salvaguardar a Península*¹¹.

Não ficando por aí achava que as afirmações de Bensaúde eram exageradas e sem fundamentação, não passavam de meras suposições.

Não vemos assim D. Henrique fechar os olhos às realidades e querer conquistar um país que Portugal, de pouca população e pobre, não podia abarcar. Um realista que ele sempre se revelou não podia ter tão estulta pretensão; e se algum dia teve esse sonho, filho da inexperiência primeira, deve ter acordado dele quando o mar imenso se começou a abrir diante das suas caravelas. Os perigos eram aí, afinal, menores e as vantagens maiores. É possível que pensasse fazer do estreito de Gibraltar um mar português, cortando inteiramente as comunicações de Marrocos com a Península muçulmana: dominando o mar com os seus navios, podia Portugal manter-se aí facilmente... Cremos que não, se não queremos diminuir a sua craveira. Um reino português em Marrocos era sonho irrealizável com os nossos poucos recursos em gente e dinheiro; bem o viram desde logo pessoas que não possuíam certamente as qualidades eminentes dele, mas tinham a clara visão das realidades, como vamos ver nos homens que se manifestaram contra a aventura marroquina.

Comecemos pelo infante D. Pedro. Ele trabalhara com afincos nos preparativos da expedição de Ceuta, como vimos, mas parece ter sido desfavorável à sua conservação, o que, na verdade, contraria a crença corrente da existência do plano, ou então mudou de opinião, desde que viu os inconvenientes da sua manutenção.

“Ceuta é grande sumidouro de gente, de armas e de dinheiro; e os homens de autoridade de Inglaterra e desta Flandres já não falam na honra e boa fama que a sua conquista deu, mas sim no grande desacerto que é conservá-la com tanta perda e prejuízo do

¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 10.

¹¹ Idem, *Ibidem*, p.11.

país.” É a condenação da política de aventura que foi a ida a Ceuta, porque até os que tinham trabalhado para ela a viam agora com outros olhos. Ao seu espírito esclarecido e experimentado, pois viajara muito além dos Pirinéus, isto é, em países de fria razão e ponderados, ela aparecia alguns anos depois uma empresa insensata. É a voz da razão que assim se exprime. (...)

Não devia, não, ser Ceuta um lugar de delícias, nem na imaginação e realidade populares ser para desejar; devia ser antes de castigos e de repulsa. (...)¹²

Para o homem da práxis da história, Gago Coutinho na sua *Náutica dos Descobrimentos* considerava que a conquista de Ceuta não fora encorajadora *dando mais honra que proveito* cabendo ao Infante despersuadido das controversas regalias nas conquistas em Marrocos, preferindo o caminho do sul em direcção à Guiné com possível intenção na Índia aproveitando espiritualmente para difundir a fé cristã, com a preocupação da navegabilidade em alto-mar.

António Sérgio virá a publicar as suas *Considerações Histórico-Pedagógicas* em 1918 e *A Conquista de Ceuta (ensaio de interpretação não romântica do texto de Azurara)* em 1920. Aqui apresenta as razões de ordem económica e sociológica que levaram à gesta dos Descobrimentos que originou polémica e viria a ser contestada e desenvolvida por Duarte Leite, Jaime Cortesão e Vitorino Magalhães Godinho. No entanto foi reconhecido por ser o primeiro a levantar a questão sobre o possível abastecimento de trigo marroquino no abastecimento a Portugal. Mas foi opinião corrente (desenvolvida por Godinho) que as praças marroquinas só trariam prejuízo pois o abastecimento era realizado por mar. A problemática levou David Lopes, P.Cénival e R. Ricard a distinguir as zonas e os tempos em que ocorria o provimento.

O ensaísta António Sérgio começou por colocar duas questões que retinham a base de toda a polémica, discussão porque se escolheu Ceuta e de quem resultou a iniciativa, considerando, no entanto, que até à data os historiadores não se tinham detido sobre este assunto. Assim preceituava uma atitude mais crítica na explicação das fontes do que Oliveira Martins fazia ao sujeitar a história a aspectos embebidos de belas prosas. Uma conquista sonhada com apartes, como refere Sérgio, em que Zurara se desdobra em situações pouco credíveis. (veja-se SÉRGIO, António, “A conquista de Ceuta”, In *Ensaios*, Tomo I, 2ª edição, Lisboa, Sá da Costa, 1977, pp.264-265):

Estas dúvidas que provoca o texto, combinadas com o que é sabido acerca da época de D. João I, levam-me a propor-vos como probabilidades (não tenho a estólida pretensão de encontrar certezas nestes assuntos [, nem em assunto algum]) e sujeitas à emenda dos historiadores, as seguintes hipóteses e verosimilhanças, que vou dispendo ordenadamente das menos poderosas para as mais graves¹³.

¹² LOPES, David, *Op. Cit.*, pp. 11-15.

¹³ SÉRGIO, António, “A conquista de Ceuta”, In *Ensaios*, Tomo I, 2ª edição, Lisboa, Sá da Costa, 1977, p. 265.

Vejamos, pois, algumas dessas questões:

- Qual o interesse do vedor perante a demora do soberano e o encontro com os filhos?
- Como devia ser o financiamento da empresa?
- Era Ceuta apenas o início dum intenso tráfico ultramarino?
- Eram os infantes os intermediários entre o vedor da fazenda e o monarca?
- O vedor da fazenda alvitra Ceuta, segundo Azurara, justificado na descrição de um criado que por lá teria estado?

António Sérgio nega essa possibilidade:

Ora, não é presumível que a conquista de Ceuta provenha dos arroubos maravilhosos de um serviçal de João Afonso. O verosímil, creio eu, é que ao fãmulos de João Afonso o enviassem os interessados expressamente, sob o pretexto de resgatar cativos para colher informes mais seguros acerca da cidade e das suas forças¹⁴.

Depois do rei ter manifestado os obstáculos como podiam os infantes garantir as verbas necessárias? Estes afirmavam que os comerciantes o emprestariam, os navios e as tripulações seriam os do comércio, o armamento e os mantimentos apareceriam.

Questionava Sérgio:

Que significa tudo isto? Como prometiam os infantes o dinheiro do comércio, os tripulantes do comércio, os navios do comércio – fossem de Biscaia, da Galiza, de Alemanha ou de Inglaterra? Porque é que o comércio fornecia tudo? O rei não necessita de levantar impostos. Como procedeu¹⁵?

Jaime Cortesão considerava que as hipóteses colocadas por António Sérgio eram escassas, já que os portugueses, que conquistaram Ceuta, pretendiam chegar ao comércio do oriente mas também ao de África e no resto repete o que já Sérgio referira a respeito do vedor da fazenda e da ingerência em todo este projecto da burguesia mercantil, ainda que explicitamente que João Afonso o tenha realizado sem qualquer representatividade de algum grupo social, mas pelo todo nacional.

Jaime Cortesão que começou por sustentar nos seus primeiros trabalhos os objetivos de carácter *político-geográficos* dos descobrimentos, acabaria por defender que estes seriam um meio para atingir um bem superior – o derrube do Islão em defesa da fé cristã¹⁶.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 267.

¹⁵ SÉRGIO, António, *Op. Cit.*, p. 268.

¹⁶ CORTESÃO, Jaime, *História dos Descobrimientos Portugueses*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1978, pp. 94-103.

A escolha de Ceuta era para Cortesão um *malogro dramático, considerada como empório do tráfico oriental, constituiu a base negativa do plano de alcançar a Índia asiática*. Sendo o seu actor principal o Infante, um “*homo economicus*”, *teríamos uma visão falsa, por truncada, do Infante, se o considerássemos apenas e stricto sensu, como um descobridor de terras novas, ou seja, um mero descobridor geográfico. O Infante foi acima de tudo um descobridor económico*¹⁷.

Defende que, *o Infante oscilou, na complexidade do seu carácter, cultura e acção, entre duas épocas – a Idade Média e o Renascimento – consideradas nas suas directivas essenciais. Colocado entre as duas, como um fiel de balança, pendeu pouco a pouco e cada vez mais para a última, que melhor se casava com a sua estrutura íntima*.

*Foi, é certo, nas primeiras décadas da sua vida activa, um cruzado medieval, mas no aspecto negativo da palavra – o antimuçulmano. A inumana cena da partilha dos escravos em Lagos, a que ele preside impassível, do alto do seu cavalo, tal foi descrita pelo insuspeito Azurara, é um teste fundamental e irrecusável. Esse cruzado era mais capaz de acender-se no ódio contra o islamita do que no fogo do amor e da caridade cristã. (...) Seja como for, o Infante foi irrecusavelmente homem de ardente fé católica. Bastaria a documentá-lo o seu testamento em que se ocupou durante os últimos meses de vida encerrado na Vila do Infante. (...)*¹⁸

Para Damião Peres o Infante havia sido muito mal tratado nos primeiros anos do último quartel do século XIX. Embora elogiado por alguns como um cruzado, um semi-deus, foi por outros considerado como um desconhecedor, *essa figura permanece, contudo, acima de tais exageros de apreciação, depreciadores ou laudatórios, mas sempre unilaterais. O Infante D. Henrique não foi, realmente, um geógrafo, mas tudo mostra que a sua inteligência se abria à curiosidade geográfica; não foi cartógrafo, mas soube compreender e utilizar os merecimentos dos que o eram; não foi um missionário, mas promoveu o proselitismo cristão; não foi um cruzado, mas combateu contra os muçulmanos na conquista de Ceuta e na tentativa da de Tãnger; não foi um descobridor, mas estimulou a exploração mercantil do ultramar português, não foi um economista, mas soube criar o intercâmbio de produções, tão característico da expansão ultramarina de Portugal. Sem ser enorme em um só aspecto, foi muito grande no conjunto deles*¹⁹.

Das considerações elogiosas, de que Ceuta fora o primeiro objectivo expansionista de D. Henrique, Costa Brochado defende a leitura de Joaquim Bensaúde *demonstrando a originalidade e o valor da ciência náutica dos Portugueses na época dos Descobrimentos*²⁰ mas também de alguma forma a concepção poética em detrimento do saber científico de Oliveira Martins:

¹⁷ CORTESÃO, Jaime, “O Infante D. Henrique grande mercador”, *Diário de Lisboa*, 18 de Maio de 1960, Ano 40, número 13448, pp. 1 e 11.

¹⁸ CORTESÃO, Jaime, *História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Vol I, Círculo de Leitores, 1978, pp. 94-103.

¹⁹ SÉRGIO, António, *Op. Cit.*, p. 268.

²⁰ BROCHADO, Costa, *Historiôgrafos dos Descobrimentos*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960, p. 20.

O poeta (...) abunda em rasgos de intuição histórica, tão reais, tão verídicos, tão maravilhosos que eles só por si apresentam em poucas linhas ao leitor todo o brilho de uma época inteira. São estes rasgos de intuição, brilhantíssimos clarões em plena noite, muito mais do que a lenta tarefa do investigador, que dão aos quadros históricos de Oliveira Martins o seu imenso valor que os torna tão sugestivos, tão preciosos, tão admiráveis²¹.

Em 1942 Costa Brochado edita o livro *O Infante D. Henrique*, premiado com o galardão Alexandre Herculano, do Secretariado de Propaganda Nacional, dois anos depois publica a *História de uma polémica*, em que o autor pretende defender as suas ideias das apreciações que lhe foram dirigidas, nomeadamente por Duarte Leite.

Já num discurso politizado defende o regime por comparação a uma história mitificada e romanesca que viria a servir o estado novo. De perfil salazarista não se contém em promover esta pequena história cujo fim é educar as novas gerações para os grandes vultos e para os grandes factos em detrimento do colectivo. A mocidade devia trabalhar à luz da história para de novo restaurar o brilho da Pátria, a História, especialmente a História nacional, sem falsificar os factos nem deturpar a verdade, pode e deve mesmo dar todo o relevo ao que é grande, generoso, altruísta, abnegado, e passar de leve sobre as pequeneses, as fraquezas, inerentes à fragilidade humana. Se as intenções e sobretudo os resultados foram bons para a grei, o resto, os desfalecimentos intercorrentes, os abusos do poder, os erros de administração, emendados a tempo, tudo isso pode perdoar-se, em vista da excelência da obra considerada no seu conjunto, tudo isso pode passar-se em claro na História educativa da mocidade²². Um recorrente discurso de algumas das figuras do estado-novo onde até a lenda (por poder conter uma pequena essência de veracidade histórica) era permitida porque continha o fascínio e a atracção para uma população de cultura diminuta.

Atente-se nas palavras do discurso censório de Costa Brochado:

A outra maneira de escrever a História, ou melhor de fazer crítica histórica, ou ainda a Filosofia da História, essa não é para a juventude, é para os homens feitos, talvez mesmo só para os eruditos e para os dirigentes. Para estes sim, para estes é necessário dizer tudo, o bom e o mau, o refulgente e o insignificante, o heróico e o baixo.

(...) Mas, desgraçadamente, há ainda outra maneira de escrever História.

Empregam essa maneira aqueles que, ou por insciência ou por propósito, levando ao extremo o defeito acima apontado a alguns críticos históricos, põem no escuro, ignoram ou esquecem o que é para aplaudir, e avolumam, embrulham, inventam mesmo, defeitos e erros²³.

Não era para estranhar todo este discurso ideológico pois estávamos na altura destas palavras a comemorar o V Centenário da morte do Infante D. Henrique.

²¹ Idem, *Ibidem*, p. 54.

²² BROCHADO, Costa, *Op. Cit.*, p.85.

²³ Idem, *Ibidem*, pp.86-87.

Os descobrimentos eram uma missão em prol da fé cristã e um apelo à união das províncias ultramarinas tal como havia acontecido na formação do *império entendendo-se por isso as normas jurídicas-morais e a filosofia política que presidiram à nossa expansão ultramarina*²⁴.

Recorda Costa Brochado que Joaquim Bensaúde defendera que o empreendimento das descobertas fora acompanhado pelo *espírito das Cruzadas* e que apesar das circunstâncias não serem as impostas por Roma eram cruzadas *políticas movidas pelo estado português*²⁵.

Para Vitorino Magalhães Godinho, que partilhava a mesma opinião de Duarte Leite e David Lopes, Joaquim Bensaúde vivia, tal como já referimos, do recorrente projecto de cruzada sem qualquer ambição comercial que não fosse o alicerce das futuras viagens atlânticas, daí que o Infante nunca tenha desejado abandonar Ceuta (de acordo com Bensaúde) ao contrário do irmão D. Pedro *porque considerava a unidade nacional sustentáculo necessário da cruzada cristã*²⁶. Segundo Vitorino Magalhães Godinho eram fantasias: *(onde a cronologia sofre tratos de polé) Bensaúde apontou tão só Barrès, Taine, Romain Rolland – que nem sequer se ocuparam do Infante – e não cita uma única fonte*²⁷.

Na sua obra *A economia dos descobrimentos henriquinos* Vitorino Magalhães Godinho responde directamente ao historiador sem apelo nem agravo, e desconstrói a tese de Bensaúde cujos artigos, desde 1930, foram reeditados num único trabalho em 1942, de título *A Cruzada do Infante D. Henrique*:

*Esta obra de Bensaúde foge às mais elementares exigências da fundamentação histórica. Bibliografia extremamente desigual; ao lado de obras como as de La Roncière e Bovill cita-se compêndio liceal (e nem sequer na última edição corrigida...); e além disso extraordinariamente deficiente; não se utilizam as grandes colecções de história geral, nem as obras fundamentais de René Grousset e F. Grenard sobre a Ásia; não se apresenta nenhuma história económica – uma, ao menos; passa-se inteiramente em claro sobre os ensaios de Sérgio e os estudos de Veiga Simões, e não se tiveram na devida conta os trabalhos de Duarte Leite, David Lopes, Jaime Cortesão. Mas o mais grave ainda está em que nenhuma das afirmações é fundamentada por referência directa às fontes. Em que (pág. 105) se baseia Bensaúde para afirmar que D. Henrique era um cruzado, que D. João I e D. Duarte não pensaram em conquistar Marrocos, que a tomada de Ceuta é da iniciativa de D. João I apoiado pelo Condestável, que em 1453 Ceuta e a própria Península se sentem em perigo, que os marinheiros e soldados eram todos almas generosas, cheios de abnegação e sacrifício, com fé de cruzados? Como não há uma única citação de passagem precisa de crónica, diploma ou relato, o mais que podemos conceder é tratar-se de hipóteses para futuras pesquisas mas por ora inteiramente inverificadas; a verdade, porém, é que, como tais, se afiguram gratuitas e sem fecundidade*²⁸.

²⁴ Idem, *Ibidem*, p.104.

²⁵ BROCHADO, Costa, *Op. Cit.*, p.104.

²⁶ GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Economia e os Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1962, p. 40.

²⁷ Idem, *Ibidem*.

²⁸ GODINHO, Vitorino Magalhães, *Op. Cit.*, pp.104-105.

Vitorino M. Godinho não encarava a possibilidade de determinar quais as verdadeiras razões do comportamento do Infante, mas considera-o *cioso da sua autonomia, que por vezes desobedece às instruções régias e pratica abusos de poder (como nomeações para que lhe falta competência). Não há provas de que fosse um carácter de dureza implacável, asceta que tudo sacrifica ao misticismo de abrasador amor de Deus, ou consagrado a pleno a um ideal exclusivista; como não as há também de ser um espírito meramente prático dominado pelas ideias de utilidade e de luxo, nem um puro cavaleiro “medieval”*²⁹.

Para o historiador a mistificação do Infante inicia-se a partir da Batalha de Alfarrobeira com a intenção de impedir a hábito da regência, nomeadamente do Regente D. Pedro. *Vir-se-á a apresentar D. Henrique como impolutamente virgem – espécie de eleito de Deus – até que o humanismo quinhentista cria a figura do sábio lendo e meditando dia e noite a literatura clássica*³⁰.

Vitorino Magalhães Godinho opinava que o debate historiográfico se reduzia apenas ao espírito cavaleiresco e de cruzada que estaria por detrás dos descobrimentos sem se saber ao certo o que se entendia por estes conceitos mentais.

*A verdade é que se têm limitado a generalidades não documentadas e não realizaram uma análise efectiva. Espanta que não examinassem com paciente minúcia as fontes quatrocentistas e quinhentistas para relevar os ideais da época, as correntes de opinião, as concepções morais e a maneira de compreender a religião, o tipo do herói e o tipo de santo, as noções políticas e económicas, e ainda mais surpreende que, atendo-se exclusivamente ao espírito de cruzada, não só o não soubessem discernir de outras manifestações ideológicas como até se esquecessem de o caracterizar*³¹.

Visconde de Lagoa, João António de Mascarenhas Júdice, recusou que na tomada de Ceuta e de outras praças no norte de África estivesse subjacente a conversão dos muçulmanos por ser puramente inexequível a cristianização dos islamizados.

Diz Vitorino nesta matéria que:

*As Faculdades de Letras tendiam para a fossilização, e não contavam no seu elenco com tais matérias. Jaime Cortesão e Duarte Leite, António Sérgio foram publicados por editoras particulares. Não era porém só falta de condições de investigação que a cerceava. Uma ideologia única era imposta: O Infante D. Henrique, virgem e sábio, é que lançara e dirigira a expansão*³².

Em pleno estado-novo Vitorino Magalhães Godinho viria a ser alvo da censura quando a Comissão Executiva das Comemorações Henriquinas lhe pediu para elaborar uma obra sobre a *Economia dos Descobrimientos Henriquinos*, a ser incluída na Colecção

²⁹ Idem, *Ibidem*, p.97.

³⁰ Idem, *Ibidem*, p.98.

³¹ Idem, *Ibidem*, pp.99-100.

³² GODINHO, Vitorino Magalhães, *Op. Cit.*, pp. 27-28.

Henriquina, e após a entrega da mesma recusou-se a publicá-la sob o falso pretexto de a mesma exceder *largamente os limites propostos e criou, por isso, dificuldades orçamentais que foi preciso estudar, com as demoras inevitáveis em tais casos*. Quando a realidade era *que procedendo à leitura do referido original, verificou que o trabalho de V. Ex.^a, sem dúvida valioso, foi orientado num espírito bem diferente do que presidiu as comemorações henriquinas*³³.

José Caeiro da Mata não considerou os novos modelos historiográficos da revista *Annales d'Histoire Economique et Sociale* e não considerava uma ciência fundamentada uma interpretação crítica das fontes.

Magalhães Godinho encontrara um regime político que preferia viver envolvido de um passado desarticulado da verdade histórica e preso a um conjunto de ideias retrógradas que só interessava a quem defendia a colonização.

A sua obra foi substituída por uma de Amaro D. Guerreiro intitulada *Panorama económico dos descobrimentos Henriquinos*. Sem valor científico e repetindo ideias já de há muito repetidas, a obra apresentava-se como uma espécie de hino ao *dejá vu*.

O Ministro do Ultramar de então, Adriano Moreira, produziu um texto sobre o pensamento henriquino em que transporta a questão para o campo da ciência política, em que o Infante *foi o tipo acabado do homem do dever na história política portuguesa. O homem do dever, na tipologia corrente, é aquele que encara a vida como uma interminável devoção e não como uma cadeia de direitos e de interesses pessoais. Aceita a existência e valores superiores a si próprio, e quando se encontra integrado numa instituição política, que condiciona o seu modo de ser, devota-se inteiramente ao bem comum*.

O decalque da imagem do infante assenta que nem uma luva em Salazar, senão vejamos:

O homem assim devotado ao interesse colectivo tem a vocação da chefia, e encontra a base da própria força na grandeza da sua virtude. O debatido fenómeno da rebelião das massas não deve impedir que se evidencie que a organização política e social da época do Infante não pode entender-se sem ter em conta o valor do chefe e da sua personalidade carismática. Como foi observado, “O possuidor de valor carismático elege a missão que lhe é adequada e exige obediência e submissão por imperativo da sua missão. O seu êxito determina se o consegue. A sua vocação carismática frustra-se no caso de a sua missão não ser reconhecida por aqueles a quem sente que foi enviado. Se o reconhece, ele é o chefe – na medida em que souber manter tal aceitação dando testemunho de si próprio. Mas não deriva o seu direito da vontade dos que o seguem, à maneira de uma eleição. Antes se dá o contrário: é dever daqueles a quem respeita a sua missão reconhecê-lo como seu chefe carismaticamente qualificado”.

Uma “coragem” que foi sempre assumida por Salazar que na verdade não se importava minimamente com o “método comparativo” usado.

³³ GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão quatrocentista portuguesa*, Lisboa, Dom Quixote, 2008, p.16.

Os ventos da futura ocupação do Estado da Índia aproximavam-se da metrópole onde se viria a desenrolar um desaire político-militar, nem a ideia do Quinto Império podia ser recuperada. O alerta já havia sido dado em 1954 quando Portugal perdera Dadrá e Nagar-Haveli.

Adriano Moreira assimilou um discurso muito semelhante a Henrique Lopes Mendonça, onde o Infante seria uma representação peregrina que conduziu os marinhos pelo obscuro servindo de exemplo de liderança, como se pode verificar no texto abaixo:

A Nação voltou-se para o Infante no momento da expansão, e apelou para a inspiração do Infante quando viu em perigo a sua própria integridade e personalidade institucional. Esta actualidade da imagem peregrina do Infante corresponde a tão profunda realidade portuguesa que nos encontramos a celebrar o centenário da sua morte, numa das maiores veladas nacionais de todos os tempos, justamente no momento histórico em que se defronta a mais séria das conjunturas ultramarinas, sem paralelo no passado. Não houve qualquer premeditada relação entre a consciência da conjuntura que atravessamos e a grandeza de que rodeamos a evocação do Infante: houve, sim, a natural e como que instintiva afirmação nacional de fidelidade ao génio tutelar da expansão no momento em que a estrutura do Estado, configurado como um caso único no mundo contemporâneo, defronta a mais severa das conjunturas.

Adriano Moreira reconquista o princípio da síntese que o Infante faz entre o estilo de vida determinado pelas classes sociais do clero e da nobreza medievais e do pensamento racional moderno perspectivado nas viagens e no comércio marítimos. E conclui que a *compreensão do plano como programa do Estado diminui enormemente a importância da querela histórica entre os que sustentam a prioridade da motivação religiosa e os que sustentam a prioridade da motivação económica. (...) D. Henrique, o obreiro da sobrevivência, viveu abrasado em ardente fé católica*³⁴.

Segundo Luís de Albuquerque a confirmação da nova dinastia passava pela segurança que esta poderia dar ao reino, nomeadamente no alargamento das fronteiras e Ceuta parecia ser o ponto de partida desta expansão. Ainda que a coroa espanhola tivesse por direito a primazia da conquista. E no caso da conquista do reino de Granada Castela reforçaria o seu poder militar, não restava, pois, muita opção que não passasse pelo norte de África. Ceuta seria o último reduto de possível “direito de conquista” em relação a Castela, e após a tomada cortava-se o contacto de Granada com o melhor porto marroquino, o que era uma mais valia perante Castela, os outros reinos cristãos e a Santa Sé.

Sobre Alberto Veiga Simões, Luís Albuquerque classifica a sua tese de brilhante no que diz respeito a Ceuta (tão *lucidamente analisada, repetia-se, por António Sérgio*)³⁵.

³⁴ MOREIRA, Adriano, “O pensamento do Infante D. Henrique e a actual política ultramarina de Portugal”, *Boletim geral do ultramar*, Ano 36º, nº 422-423, (Agosto-Setembro de 1960), pp. 243-262.

³⁵ ALBUQUERQUE, Luís de, *Os descobrimentos Portugueses*, Lisboa, Publicações Alfa, 1985, p.17.

Para Charles Ralph Boxer *a ocupação de Ceuta possibilitou indubitavelmente aos portugueses a obtenção de informações acerca das terras negras do Alto Níger e do Senegal, de onde o ouro vinha, se é que não possuíam já essas informações a partir de fontes como o mapa catalão de 1375 ou as narrativas dos mercadores judeus. Mais cedo ou mais tarde, começaram a compreender que poderiam talvez estabelecer contacto com essas terras por mar e desviar o comércio de ouro das caravanas do Sudão Ocidental e dos intermediários muçulmanos da Berberia. Tinham o maior incentivo para o fazer, porquanto havia uma enorme procura de ouro nos dois últimos séculos da Idade Média na Europa Ocidental*³⁶.

Vitorino Nemésio no seu livro *Vida e obra do Infante D. Henrique*, inspirado na historiografia do seu tempo, procura reunir textos menos acessíveis ao público e colocá-los numa linguagem mais simples, com destaque para o grande empreendedor por detrás da vontade dos príncipes para convencer a coroa, enumerando as razões que o convenceram: o combate à pirataria e corso que se abrigava nos portos marroquinos, a segurança do litoral algarvio, a rota do ouro do Sudão, e a segurança da navegação veneziana e genovesa que aportava Lagos e Lisboa, em direcção a Inglaterra e à Flandres.

Negava o engenho de cruzada, pois não seria vantajoso para uma efectiva permanência no norte de África com sucesso.

Permitia assim que Ceuta portuguesa apoiasse a expansão do nosso vizinho ibérico onde poderíamos impedir a saída de reforços marroquinos a Granada em caso de cerco. Como já outros o tinham referido.

O Secretariado Nacional de Informação criou as colecções “Grandes Portugueses” e “Grandes Portuguesas”, sob a direcção de Virgínia de Castro e Almeida, José Estêvão Pinto e Teresa Leitão de Barros.

A História da Maravilhosa Tomada da Cidade de Ceuta aos Mouros de Virgínia de Castro e Almeida e publicada pelo Secretariado de Propaganda Nacional enquadra-se num âmbito da história juvenil. Todavia como obra de grande divulgação, acaba por se direccionar também a um público não especialista (moldava sempre quem a lia) tornando todas as outras para especialistas.

Estes é que acabavam por dar a “veracidade histórica”, daí que tivessem muita importância se eram baseados na nossa historiografia mais recente ou se eram apenas uma retórica romanceada de nenhum valor historiográfico.

Analisemos, pois, os conceitos preconizados na obra:

- O de que a Praça era rica em trigo e outros mantimentos;
- O da afirmação da nova dinastia marcada desde Aljubarrota;
- O da glorificação dum exército destemido e do heroísmo particular do Infante D. Henrique, mas também do Infante D. Pedro, D. Duarte e do Condestável;
- O da cruzada em África em direcção ao extremo oriente;
- O orgulho nacional junto da *opinião pública, nacional e estrangeira*;
- O feito que marcaria em definitivo a história europeia.

³⁶ BOXER, C.R., *O Império Marítimo Português 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 2001, p.36.

De facto, a obra seguiu de perto a *Crónica* de Zurara de forte linguagem romantizada a que não foi alheia a data em que saiu (1940), a da exposição do Mundo Português.

Em 1915 a Sociedade de Geografia de Lisboa propôs que se celebrasse não só o V centenário da Conquista de Ceuta, como o começo das descobertas marítimas dos portugueses, e também o IV centenário da morte de Afonso de Albuquerque.

Contudo as comemorações indicadas por uma comissão criada para o efeito, e nomeada pelo governo, ao apresentarem o respectivo programa no parlamento não tiveram prosseguimento.

Mas a Sociedade de Geografia de Lisboa com um ciclo de conferências e o lançamento de um *Boletim Comemorativo do V Centenário da Tomada de Ceuta* a 21 de Agosto de 1915 e a Academia das Ciências com uma sessão solene a 16 de Dezembro de 1915, deram algum relevo aos eventos. Simultaneamente publicaram-se algumas obras como os *Anais de Arzila*; os *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*; o *Livro da Guerra de Ceuta escrito por Mestre Mateus de Pisano em 1460*; o estudo de António Baião *Alguns Antecedentes de Albuquerque e o Seu Filho à Luz de Documentos Inéditos*; a *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, de Gomes Eanes de Zurara (reedição por Francisco Maria Esteves Pereira); os *Livros Paroquiais da Sé de Tânger*; as *Consolações dirigidas a Catarina de Neufville, senhora de Fresne*; *Um livro de Ceuta*; *Marrocos e três mestres da Ordem de Cristo*; *História de Ceuta seus sucessos militares e políticos* e um Corpo Cronológico, com documentos respeitantes a Marrocos. (JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império comemorações em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002)

No relatório da Sociedade de Geografia, publicado no seu *Boletim Comemorativo*, a mesma faz um desabafo sobre os eventos que tem organizado ou participado em nome de Portugal, cujo Governo não o faz, mas tinha esperança de que *ainda há-de reconhecer-lhe os serviços em toda a plenitude; porque não parará no caminho que se traçou em prol da patria, sem que o Estado a reconheça como instituição de Utilidade Publica com as inherentes vantagens.*

*Quizemos, apesar de tudo, levantar o espirito publico por meio de uma celebração nacional, comemorando dois acontecimentos mundiais: O Centenario da Tomada de Ceuta, como inicio das descobertas portuguesas, e o da Morte de Affonso de Albuquerque, marcando o apogeu das nossas grandezas; mas, não fomos atendidos, antes se votou verba para uma despesa no estrangeiro – a Exposição Panamá-Pacífico, que, em coisa alguma, trará a animação e a vida ao nosso comercio, que seria regado com o ouro que os estrangeiros aqui viriam deixar, se a iniciativa desta Sociedade fosse levada á pratica. (...)*³⁷

Em 1955 Salazar nomeou uma comissão, dirigida pela Academia da História, incumbida de planear as comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique a comemorar em 1960. Presidida por José Caeiro da Mata da referida Academia, sendo os vogais o director do Arquivo Histórico Militar, Alberto Faria de Novais, o presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, A. A. Esteves Mendes Correia, Damião Peres e Manuel Lopes de Almeida da Faculdade de Letras de Coimbra.

³⁷ *Boletim comemorativo do V centenário da tomada de Ceuta*, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1915, p.121.

Instituíram comissões para diferentes cidades do País, a de Coimbra presidida pelo reitor da Universidade Maximino José de Moraes Correia e como vogais o presidente do Instituto de Coimbra, Diogo Pacheco de Amorim, os directores das Faculdades, o presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Joaquim de Moura Relvas, o director do Museu Machado de Castro Luís Reis Santos (também secretário do Instituto) e o presidente da Associação Académica de Coimbra, Manuel Henriques Mesquita.

A Exposição Henriquina, no Museu de Arte Popular em 1960, mostrava a vida e acção do Infante D. Henrique. Editaram-se a *Portugaliae Monumenta Cartographica* (1959-60), coordenada por Armando Cortesão e pelo almirante Avelino Teixeira da Mota, e a *Monumenta Henricina* (1960-65) por José Caeiro da Mata e pelo Padre Dias Dinis.

A exposição ao serviço do regime enaltecia a obra pública. A população chegou a ver em Salazar um alter-ego do Infante, muito instrumentalizada, claro está, a força como a epopeia agira era a força civilizadora do ainda império colonial português, os Descobrimentos apelavam às novas forças criativas para renovar a ideia de Pátria e Nação.

Em 1939, por diligência de Sá da Bandeira, colocou-se uma lápide evocativa do Infante em Sagres, em 1844 propôs-se a construção de uma estátua em sua memória em Belém, e cerca de 40 anos depois a Sociedade de Geografia de Lisboa pretende a colocação de um monumento em Sagres. A Sociedade de Instrução do Porto já em 1882 teve o desejo de comemorar o V Centenário do seu nascimento e da execução de um monumento, mas não foi bem-sucedida.

As comemorações do duplo centenário da independência (1140) e da Restauração (1640) de 23 de Junho a 2 de Dezembro de 1940 tiveram a sua maior expressão com a Exposição do Mundo Português. António Ferro que dirigia o Secretariado de Propaganda Nacional, modificado em 1944, para Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, publicaria a *Revista dos Centenários* (24 fascículos) entre 1939 e 1940.

Acabaria por ser o Padrão dos Descobrimentos, a substituir os diversos projectos que se arrastaram por muitos anos, mas não foi o único.

Marcos comemorativos espalharam-se por Lisboa, Tavira, Porto Santo, Pico, São Miguel, Guiné, Moçambique, S. Tomé, Índia, Porto, tendo sido este último estabelecido como consagração dos homens do mar, dos mesteres e das tripulações que estiveram ligados à conquista de Ceuta.

No prefácio da entrevista que Salazar deu a António Ferro em 1933 refere:

Por mim atrevo-me a dizer que estamos demasiadamente presos à memória dos nossos heróis – nunca, aliás, querida e venerada em excesso –, demasiadamente escravizados a um ideal colectivo que gira sempre á roda de glórias passadas e inigualáveis heroísmos. (...) o nosso passado heróico pesa demais no nosso presente (...) A quereremos agarrar-nos às concepções dos tempos heróicos, corremos o risco de parecermos como braços desocupados num mundo que nos não entende³⁸.

³⁸ JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império comemorações em Portugal (1880-1960)*, p.522.

Na obra *O Centenário do Infante D. Henrique* de Teófilo Braga, este designava D. Henrique como tendo um carácter *taciturno e apathico* reconhecido.

A possível beatificação do Infante D. Henrique ainda chegou a ser levantada por alguns como António Leite, director da revista *Brotéria*, no final de 1960, mas não surtiu efeito ao contrário do processo de D. Nuno Alvares Pereira.

No Colégio Militar sempre se realizaram colóquios henriquinos bem como na Academia Militar.

A Mocidade Portuguesa deu todo o apoio necessário às cerimónias e não só, publicou uma revista precisamente em 1960, e que se prolongaria até Janeiro de 1964, como o fez a sua congénere feminina.

No início de Abril de 1960, com a prévia ajuda do Presidente da República, do cardeal-patriarca, do comissário português na Exposição de Sevilha, do coronel Silveira e Castro, de Gago Coutinho e de António Ferro, aconselhava-se a edificação de uma estátua do Infante. Ferro referia que a Exposição Ibero-Americana sem um monumento ao Infante D. Henrique seria o mesmo que uma catedral onde faltasse o altar-mor³⁹.

Em 1928 Alfredo de Magalhães, Ministro da Instrução Pública, planeou a edificação em Sagres de um monumento ao Infante que devia incluir a escultura de Simões de Almeida (sobrinho), realizada em gesso em 1915-16.

O capitão Leonel Vieira, da Comissão de Iniciativa da Região de Turismo de Sagres, e o pintor Falcão Trigo defendiam incondicionalmente a passagem do modelo de Simões de Almeida a estátua, que acabaria por ficar em 1932 em Vila Franca do Campo, ilha de São Miguel, para festejar os 500 anos da chegada dos portugueses ao Arquipélago dos Açores.

Em Março de 1931 o escultor Francisco Franco executa uma estátua do Infante. Destinava-se a figurar no pavilhão português da Exposição Colonial Internacional – Vincennes.

No mesmo ano, a 18 de Julho no *Diário de Notícias*, Henrique Lopes de Mendonça relembra a vontade de se pegar de novo na ideia de Sagres em termos de *subscrição internacional (...) para a erecção do monumento colosso do infante D. Henrique no promontório de Sagres*, no que era seguido por Rocha Martins, mas acabou por não vingar.

Dois anos depois, o director do *Diário de Lisboa* e do *Notícias Ilustrado* Joaquim Manso propagava as nove reproduções do Infante (duas de Costa Mota, duas de Simões de Almeida, uma de Tomás Costa, uma de Canto da Maia, uma de Francisco Franco e duas do Jardim de São Pedro de Alcântara e dos Jerónimos). Muitos dos aderentes a esta iniciativa foram entrevistados pelo jornal ao longo dos dois meses como: Gago Coutinho, João de Barros, Júlio Dantas, Rocha Martins, etc.

A 13 de Março de 1933 o *Diário de Lisboa* noticiava o seguinte:

³⁹ Ver SAIAL, Joaquim, *Estatuária Portuguesa nos anos 30*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1991, p.146.

O GOVERNO VAI TOMAR A PEITO
A CONSTRUÇÃO DO MONUMENTO
AO INFANTE D. HENRIQUE

Devidamente autorizado pelo sr. Presidente do ministério, dr. Oliveira Salazar, o Diarrio de Lisboa comunica aos seus leitores que o monumento ao Infante D. Henrique, em Sagres, vai deixar de ser uma simples aspiração patriótica, porque o govêrno está no firme propósito de o levantar rapidamente – com a grandeza que requere a honra da Nação e a obra das Descobertas.

Depois de quasi cinco séculos de ingratidão, o Navegador torna-se ao Promontorio. Os mares saúdam o seu Capitão. O Diarrio de Lisboa agradece ao sr. Dr. Oliveira Salazar o interesse com que ouviu a sua voz – ao serviço da causa nacional, na certeza de que envidará todos os seus esforços para que Sagres seja, para o passado e para o futuro, o esteio dos que lutam e o premio dos que vencem⁴⁰.

Nomeação da comissão para o estudo do projecto do monumento ao infante D. Henrique (Diário do Governo, 16 de Junho 1933, II Série)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Presidente do Conselho, nomear, para constituírem a comissão encarregada de proceder ao estudo do projecto do monumento ao Infante D. Henrique, em Sagres, e à determinação das condições do respectivo concurso, o Dr. Júlio Dantas, que servirá de presidente, o almirante Gago Coutinho, o Dr. José de Figueiredo, o pintor António Soares, o Dr. Reynaldo dos Santos, o arqueólogo Matos Sequeira, o escultor Simões de Almeida, o Dr. Joaquim Manso e o architecto Cristino da Silva, que servirá de secretário, devendo apresentar o resultado dos seus trabalhos no prazo de um mês a contar da data da posse.

Presidência do Conselho, 16 de Junho de 1933. – O Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar⁴¹.

Na altura da festividade, Gago Coutinho declarou que o monumento seria construído para ser observado do oceano, e que deveria ser mais do que *uma simples figura mas conjunto simbólico, talvez uma caravela...*

Durante a exposição do Mundo Português, o grupo escultórico do Infante D. Henrique criado por Irene Lapa para a Sala do Infante do Pavilhão dos Descobrimentos é considerado como uma monstruosidade por Adriano de Gusmão.

A Sociedade de Geografia de Lisboa refere na sua publicação *75 anos de actividades ao serviço da ciência e da Nação: Para que à memória do Infante D. Henrique seja erigido em Sagres o grande monumento que não só a nação mas todo o Mundo Civilizado ainda lhe*

⁴⁰ *Diário de Lisboa*, Ano 12º (13 de Março de 1932), Segunda-Feira, nº 3710, p. 1.

⁴¹ SAIAL, Joaquim, *Op. Cit.*, p.272.

*devem, algumas diligências têm sido promovidas pela Sociedade de Geografia de Lisboa, como instituição a que o assunto nunca poderia, sem quebra de lógica, deixar de estar afecto*⁴².

Em Dezembro de 1933, recuperou-se a proposta anunciada, em 1882, à Sociedade de Geografia por Batalha Reis, de numa estátua de cobre rebatido e ferro com 44 metros de altura, ajustada sobre um pedestal de 22 metros de altura com o Infante de pé, com a mão esquerda sobre uma esfera e com o braço direito alvejando para África.

A ex *Comissão Infante D. Henrique* da Sociedade de Geografia de Lisboa, dirigida pelo Almirante Gago Coutinho, tinha impulsionado esforços para que a casa do Porto, onde o Infante nasceu, fosse adquirida pelo governo para funções mais adequadas. O Arquitecto José Cortez apresentou o seu projecto. Foi defendido suplementarmente que a casa acomodasse um Museu Henriquino.

Em nota oficiosa da Presidência do Conselho, publicada na *Revista dos Centenários* de Janeiro de 1939, lamenta-se que o monumento passado tantos anos não possa ser inaugurado e *assistir ao espectáculo maravilhoso que seria desfilar em grande parada naval, diante da ponta de Sagres, em face do monumento ao propulsor da navegação e dos descobrimentos nos tempos modernos, luzidas representações de tôdas as marinhas do Mundo*⁴³.

A imagem mais fidedigna do Infante D. Henrique é estátua jacente do túmulo na Capela do Fundador do mosteiro da Batalha. Em relação a ela apontou Rocha Madahil (1960) que *os olhos abertos, sem marcação de pupilas, exoftalmia evidente, antinatural, pálpebras rudimentares modeladas, faces balofas, proporção excedendo muito as da figura humana*⁴⁴. A cabeça foi estropiada só restando a coroa-grinalda que acabou por ser restaurada.

O naturalista Roque Gameiro 10 anos depois ilustra, com uma aguarela do Infante isolado no Promontório, a obra *Quadros da História de Portugal* de João Soares e de Francisco Chagas.

Raquel Roque Gameiro elabora uma imagem do Infante para a capa do livro *Vêdor de Sagres* de Rocha Martins.

No Estado Novo os escultores eram, muitas vezes, requisitados pelo governo para relembrar a imagem do Infante com propósitos deliberadamente ideológicos. O herói seguia os trâmites iconográficos de imagem dos painéis de Nuno Gonçalves e da Crónica de Ceuta (consenso ainda hoje por confirmar).

*A Arte e a Historiografia apresentam, assim, como se verificará melhor, uma assinalável consonância interpretativa que radica no envolvimento ideológico do regime salazarista*⁴⁵.

⁴² *75 anos de actividades ao serviço da ciência e da Nação*, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1950, p. 115.

⁴³ “Independência de Portugal”, *Revista dos Centenários*, (nota oficiosa da presidência do conselho), Ano I, nº 1, Lisboa, Edição Comissão Nacional dos Centenários, (31 de Janeiro de 1939).

⁴⁴ SERRÃO, Vitor (coordenação de Francisco Faria Paulino), “Do Túmulo do Infante ao Políptico de São Vicente”, In *Rosto do Infante*. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p.29.

⁴⁵ ROSMANINHO, Nuno (coordenação de Francisco Faria Paulino), “Os Artistas do Estado Novo e a Visão do Infante”, In *Rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p.138.

A crónica de Zurara, o grande panegírico do Infante, foi usada pelo Estado Novo para, numa leitura literal, mitificar a sua acção histórica e, através dela, a dos Descobrimientos portugueses, adequando-a aos objectivos propagandísticos do regime.

O efeito propagandístico que teve na educação foi enorme, Salazar aproveitava o passado para justificar o regime. Entre 1931 e 1960, 20 das 27 imagens inventariadas por Luís Reis-Santos foram requisitadas pelo Governo, Câmara Municipal do Porto, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Embaixada de Portugal em Berlim, entre outras.

Na memória justificativa e descritiva do projecto – *Mais Além* – de Raúl Lino, este sustenta que o *Monumento há-de ser ao mesmo tempo obra de Arte, para que o contemplemos com enlevo, e bom fermento para o nosso patriotismo* (Lino, 1934, p.5). Mas também uma estratégia política moldada pela obediência ao estado-novo:

*Devemos reconhecer nesta obra força e sentido daquele que, dentro da sua época, foi íman, guia, iniciador do prolongamento da Nação pelos mares além. Devemo-nos confirmar na importância e vantagem que resultam da coesão íntima entre as classes de um povo para a realização de altos desígnios sob a tutela do verdadeiro “princeps” que o destino nos conceda*⁴⁶.

José Cortez, em cooperação com Francisco Franco e em reacção à exclusão do concurso, em relação à estátua do Infante via-a *abençoada pela Cruz, como cavaleiro e condutor da Fé, olhando a inquietude e grandeza do mar. (...) / Quanto à máscara do herói, profunda na visão e flexível na vontade, vêjo-la através dos painéis de Nuno Gonçalves*⁴⁷.

O triunfo no concurso de 1933-36 dos irmãos Rebelo de Andrade e Rui Gameiro gerou controvérsia, pese a qualidade das obras dos mesmos.

Fechado o primeiro concurso foi nomeado em 1936 um novo júri para outro concurso, que na prática era quase o mesmo. Só em 1938 é que foi outorgada a vitória ao programa do arquitecto Carlos Ramos, Almada Negreiros, Leopoldo de Almeida e engenheiros Ricardo Amaral e Joaquim Oliveira.

O último concurso deu-se em 1954-55 com 49 projectos, 27 dos quais estrangeiros tendo o júri escolhido cinco: *Caravelas*, de António Maria Veloso Reis Camelo e Leopoldo de Almeida; *Dilatando a Fé, o Império*, dos irmãos Rebelo de Andrade e de Rui Gameiro, com a colaboração de Álvaro de Brée e dos pintores Jaime Martins Barata e Manuel Lapa; *Mar Novo*, de João de Melo Breyner Andersen, Barata-Feyo com a colaboração do pintor Júlio Resende; *Nau*, de Filipe Nobre de Figueiredo e António Duarte; e *Talent de Bien Faire*, de Cassiano Branco e António dos Santos⁴⁸.

A escolha foi decidida no ano seguinte. O primeiro lugar foi para o *Mar Novo*, ficando logo atrás, e respectivamente, os projectos *Nau*, *Caravela*, *Dilatando a Fé, o Império* e *Talent de Bien Faire*.

⁴⁶ Idem, *Ibidem*, p.150.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p.153.

⁴⁸ ROSMANINHO, Nuno, *Op. Cit.*, pp 158-159.

Oliveira Salazar transmite que o Conselho de Ministros resolveu desistir da concretização do empreendimento.

Apesar disso a totalidade dos projectos foram expostos no mosteiro dos Jerónimos entre 20 de Dezembro de 1956 e 10 de Janeiro de 1957.

As Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique mais conhecidas por Comemorações Henriquinas foram organizadas pelo arquitecto Frederico Jorge e pelo seu adjunto, o pintor Daciano Costa.

A 9 de Agosto de 1960 inaugura-se o Padrão dos Descobrimentos em substituição de um provisório em estafe e com 33 figuras, com uma estrutura em ferro e cimento.

António José Lopes, presidente da Câmara Municipal de S. Tomé, mostrava a ligação entre D. Henrique e Salazar:

É difícil para quem estuda o Infante, não estabelecer o paralelo evidente entre as vidas destes dois homens públicos – o Infante e Salazar, separados, no tempo, pelo largo intervalo de cinco séculos de História⁴⁹.

Em 1943, Olavo d'Eça Leal efectuou uma composição na *História de Portugal para Meninos Preguiçosos*, e em 1959 uma capa para o livro de Adolfo Simões Muller denominado *O Príncipe do Mar*.

Dordio Gomes pintou para as escadas da Câmara Municipal do Porto estando figurado o Infante e Fernando Pessoa, numa simbiose de protagonismo simbólico.

Sousa Lopes pinta os painéis parietais do Salão Nobre da Assembleia da República na senda do pensamento de António Ferro – *Política do Espírito e pela Campanha do Bom Gosto* – em reacção ao modernismo. Não estando a obra assinada, é aceitável que tenha pintado o painel da cabeceira direita (*O Infante entrega do plano das descobertas ao capitão da Armada*)⁵⁰. A narrativa pictórica é criada em torno da principal personagem – D. Henrique.

Domingos Rebelo, ao contrário de Sousa Lopes, assinou e datou de 1945 os painéis da *Tomada de Ceuta, Bartolomeu Dias dobrando o Cabo das Tormentas, Tomada de Malaca por Afonso de Albuquerque e Vasco da Gama recebido pelos emissários do Samorim*.

Azulejaria, pintura, escultura e outros

Partida da Armada do Infante D. Henrique para a conquista de Ceuta, Jaime Martins Barata, 1961, Palácio de Justiça do Porto, Porto.

D. Henrique no promontório de Sagres, Jorge Colaço, 1922, Pavilhão Carlos Lopes, Lisboa.

Infante D. Henrique, Jorge Colaço, 1922, Igreja do Corpo Santo de Massarelos, Porto.

⁴⁹ Idem, *Ibidem*, p. 177.

⁵⁰ <https://www.parlamento.pt/VisitaParlamento/Paginas/SalaoNobrePainelDHenrique.aspx>.

Infante D. Henrique na conquista de Ceuta, Jorge Colaço, 1933, Centro Cultural Rodrigues de Faria, Esposende.

Infante D. Henrique na conquista de Ceuta, Jorge Colaço, 1915, Estação de São Bento, Porto.

Infante D. Henrique, Rogério Amaral, anos 50, Chafariz Velho de Paço de Arcos, Paço de Arcos.

Infante D. Henrique, Vitorino Ribeiro 1960, Arquivo Histórico do Porto, Porto.

Infante D. Henrique, Acácio Lino, 1935, Arquivo Histórico do Porto, Porto.

A conquista de Ceuta, Rocha Vieira, s/d.

A tomada de Ceuta, Domingos Rebelo, 1945, Salão Nobre do Parlamento, Lisboa.

O Infante D. Henrique que faz a entrega do plano das descobertas ao Capitão da Armada, Adriano Sousa Lopes, 1944-1945, Salão Nobre do Parlamento, Lisboa.

Infante D. Henrique, Henrique Moreira, 1960, Mata Nacional dos Sete Montes, Tomar.

Infante D. Henrique, Joaquim Martins Correia, 1960, Praça do Infante D. Henrique, Viseu.

Infante D. Henrique, Leopoldo de Almeida, 1960, Praça Infante D. Henrique, Lagos.

Infante D. Henrique, José Simões de Almeida (sobrinho), 1932, Vila Franca do Campo, Ilha de São Miguel.

Infante D. Henrique, Oliveira Ferreira, 1932, Arquivo Histórico Municipal do Porto, Porto.

Infante D. Henrique, Ruy Roque Gameiro, 1936, Sagres, Arquivo Histórico Municipal do Porto, Porto.

Infante D. Henrique, Ruy Roque Gameiro, 1960.

Painéis decorativos no exterior do pavilhão de Portugal – Infante D. Henrique, Ernesto do Canto Faria e Maia, 1937, Pavilhão de Portugal, Exposição Internacional de Artes e Técnicas de Paris.

Infante D. Henrique, Barata Feyo, 1956, Praça Portugal, Brasília, Brasil.

As Três Espadas, Fernando Bento, *Diabrete* n° 201, 1944, Lisboa.

História de Portugal para os meninos preguiçosos, Manuel Lapa, Livraria Tavares Martins, 1943, Porto.

História da maravilhosa tomada da cidade de Ceuta aos moiros, Virgínia de Castro e Almeida, 1940, S. P. N. Edições, Lisboa.

O Primeiro inventor dos Descobrimentos, Baptista Mendes, *Cavaleiro Andante* n° 430, 1960, Lisboa.

A Conquista de Ceuta, José Garcês, *Cavaleiro Andante* n° 104, 1953, Lisboa.

Dom Henrique, o Navegador, José Garcês, *Camarada*, em 1960, Lisboa.

História de Portugal, Carlos Alberto, Caderneta de cromos, 1960.

Infante Don Henrique, José Ruy, 1960, reeditado em *O Templário* de 6 de Abril a 13 de Julho de 1979.

Henrique, o Navegador, Liliane e Fred Funcken, *Mundo de Aventuras* n° 504.

Os quatro cavaleiros invencíveis, José Manuel Soares, 1956, Coleção “Manecas”, edição Romano Torres, Lisboa.

Imagens

Infante D. Henrique, Alberto de Souza, 1932, 34X43cm, In *Quadros da História de Portugal*, de João Soares e Franco Chagas.

Infante D. Henrique em Sagres, Leopoldo de Almeida, 1934, Desenho sobre papel, 122X152cm, Lisboa, Escola Superior de Belas Artes.

Infante D. Henrique, Júlio Gil, 1960, 21X15 cm, In *De Tomar*, de Amorim Rosa, Lisboa, 1960.

Infante D. Henrique Maria Helena Abreu, 1959, 18,5X12,5 cm, In *Descobrimientos Portugueses*, de Elaine Sanceau, Porto, 1959.

O Vedor de Sagres, Raquel Gameiro, S/d., 190X120 cm, In *Heroes, Santos e Mártires na Patria*, Rocha Martins, Lisboa, 1928.

Infante D. Henrique, Manuel Lapa, 1959, 16,4X12,5 cm, In *O Príncipe do Mar*, de Adolfo Simões Muller, Porto, 1959.

Infante D. Henrique, Emmérico Nunes, 1943, 15X14 cm, In *Historiazinha de Portugal*, de Adolfo Simões Muller, Lisboa, SPN/Casa Portuguesa, 1943.

Esboceto – Infante D. Henrique, Diogo de Macedo, 1935, Vila Nova de Gaia, Casa-Museu Teixeira Lopes, Galerias Diogo de Macedo.

Infante D. Henrique, Leopoldo Neves de Almeida, Escultura em gesso patinado, alt.312 cm, Lisboa, Museu de Marinha.

Estátua do Infante D. Henrique, Álvaro de Brée, Bronze, alt. 150 cm, Lisboa, Museu de Marinha.

Estátua do Infante D. Henrique, Autor desconhecido, S/d, Coimbra, Portugal dos Pequenos.

Infante D. Henrique, Salvador Barata-Feyo, 1956, Escultura em bronze, Brasília, Embaixada de Portugal.

Estátua do Infante, Francisco Franco, C.1931, Bronze, alt.250 cm, Lisboa, Museu Militar.

Os artistas do Estado Novo operaram uma renovação da iconografia henriquina, tanto pela quantidade de representações produzidas como pela repercussão artística de algumas delas.

O *Infante D. Henrique*, Manuel Lapa, 1940, Gravura, 49X35 cm, Lisboa, Museu de Marinha.

Infante D. Henrique orando, Francisco Franco, 1934, Desenho sobre papel, 152X152 cm, Lisboa, Escola Superior de Belas-Artes.

Infante D. Henrique, Álvaro de Brée, Maqueta da escultura para o concurso do monumento de Sagres, 1955, Alt.182 cm, Lisboa, Museu de Marinha.

Esta representação piedosa do Infante, comum durante o Estado Novo, espelha a mitificação operada no seu perfil moral.

Infante D. Henrique, Salvador Barata-Feyo, Esboço de escultura destinada ao concurso do monumento de Sagres, 1955, Caldas da Rainha, Museu de António Duarte.

Existe uma forte solidariedade entre as representações artísticas do infante D. Henrique e o discurso historiográfico e apoloético de índole nacionalista.

O *Promontório de Sagres* – Sítio eleito para um grande monumento comemorativo do infante D. Henrique que nunca chegou a ser construído, apesar do lançamento de três concursos públicos durante o Estado Novo: 1933-36, 1936-38 e 1954-56.

Busto do Infante D. Henrique, José Luís Brandão de Carvalho, 1944, 47,5X41,3 cm, Porto, Casa do Infante.

Alegoria para a História de Portugal (estudo para o mural), Severo Portela Júnior, 1950, Desenho sobre papel, 56X55 cm, Coimbra, Faculdade de Letras.

O *Infante*, Elisa Felismino, 1957, Óleo sobre tela, 275X190 cm, Lisboa, Museu de Marinha, Biblioteca Central da Marinha.

Alegoria do Infante, Pormenor, Severo Portela Dínar, 1970, Óleo sobre tela, 50X40 cm, Lisboa, Museu de Marinha.

Genealogia do Infante, Augusto Gomes, C. 1960, Vitral, alt.500 cm, Lisboa, Museu de Marinha.

Monumento ao Infante, Diogo de Macedo, 1934, Baixo-relevo em gesso patinado, 2X430X210 cm, Vila Nova de Gaia, Casa-Museu Teixeira Lopes, Galerias Diogo de Macedo.

Efígie do Infante, António M. Ribeiro, C. 1958, Baixo-relevo em bronze, 83X59 cm, Lisboa, Museu de Marinha.

Estátua do Infante D. Henrique, F. Batalha, S/d, Viseu, Café do Infante.

Concurso para o Monumento de Sagres de 1854-56 projecto vencedor, Autores: arquitecto João de Melo Breynner Andersen, escultor Barata-Feyo e pintor Júlio Resende.

Concurso para o Monumento de Sagres de 1854-56 projecto classificado em segundo lugar, Autores: arquitecto Filipe Nobre de Figueiredo e escultor António Duarte.

Concurso para o Monumento de Sagres de 1854-56 projecto classificado em terceiro lugar, Autores: arquitecto António Maria Veloso Reis Camelo e escultor Leopoldo de Almeida.

Infante D. Henrique, Martins Correia, Escultura em bronze, alt. 300 cm, Viseu, Praça do Infante D. Henrique.

Infante D. Henrique, Lima de Freitas, 1960, 240X175 cm, In *Infante D. Henrique*, Carlos Selvagem, Lisboa, 1960.

A Morte do Infante, Lima de Freitas, 1960, 30X24 cm.

Infante D. Henrique, José Almada Negreiros, 1922, Desenho a pena, 18X25 cm, In *Contemporânea*, ano I, nº1, Lisboa, Maio de 1922.

Retrato do Infante, Simão César e Dordio Gomes, 1957, Pintura mural, Porto, Câmara Municipal, Escadaria.

Epopéia, Júlio Resende da Silva Dias, 1945, Óleo sobre tela, 142,5X110 cm, Porto, Escola Superior de Belas-Artes, Museu da Escola.

Estatueta do Infante, Domingos Soares Branco, 1955, Alt. 54 cm, Lisboa, Museu de Marinha.

Alegoria às Matemáticas, José de Almada Negreiros, 1973, Pintura a fresco, Coimbra, Átrio da Faculdade de Matemática.

O Infante D. Henrique, Lima de Freitas, Serigrafia, 65X49 cm, Lisboa, Col. do autor.

Infante D. Henrique, João Oom, 1962, Escultura em bronze, alt. 45 cm, Lisboa, Col. do autor.

O Fantasma do Infante, João Abel Manta, 1970, Desenho a tinta-da-china sobre fotografia, 30X26 cm, Lisboa, Museu da Cidade.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Luís de, *Os descobrimentos portugueses*, Lisboa, Publicações Alfa, 1985.
- ALBUQUERQUE, Luís de, *Dúvidas e Certezas na História dos Descobrimientos Portugueses*, 1ª Parte, 2ª Edição, Lisboa, Vega, 1990.
- ALBUQUERQUE, Luís de (Direção de), *Portugal no Mundo*, I Volume, Lisboa, Alfa, 1989.
- ALMEIDA, Fortunato de, *O Infante de Sagres*, Porto, Livraria Portuense de Lopes & Cª., 1894.
- ALMEIDA, Virgínia de Castro e, *História da maravilhosa tomada da cidade de Ceuta aos mouros*, Secretariado da Propaganda Nacional, 1940.
- 75 anos de actividades ao serviço da ciência e da Nação*, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1950.
- Boletim comemorativo do V centenário da tomada de Ceuta*, Sociedade de Geografia de Lisboa, Lisboa, 1915.
- BOXER, C. R., *O Império Marítimo Português – 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, 2001.
- BROCHADO, Costa, *Historiôgrafos dos Descobrimientos*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.
- Colóquio Internacional Conhecimento e Ciência Colonial*, Lisboa, 26-29 de novembro de 2013, Centro de Filosofia das Ciências da Universidade de Lisboa, Centro de História do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2013.
- CORTESÃO, Jaime, *História dos Descobrimientos Portugueses*, I Vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1978.
- CORTESÃO, Jaime, “O Infante D. Henrique grande mercador”, *Diário de Lisboa*, 18 de Maio de 1960, Ano 40, número 13448, pp. 1 e 11.
- COUTINHO, Gago, *A náutica dos descobrimentos*, II Volumes, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1969.
- Diário de Lisboa*, Ano 12 (13 de Março de 1932), Segunda-Feira, nº 3710.
- Diário de Lisboa*, Ano 40 (18 de Maio de 1960), Quarta-feira, nº 13448.
- “As Duas políticas”, Sociedade de Geografia de Lisboa, *Boletim comemorativo do V centenário da tomada de Ceuta*.
- FARINHA, António Dias, *Os portugueses em Marrocos*, 2ª ed., Lisboa, Instituto Camões, 2002.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, Volume III, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1982.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Economia e os Descobrimientos Henriquinos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1962.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, “Sobre teoria da história e historiografia”, In *Ensaio III*, Lisboa, Sá da Costa, 1971.
- “Independência de Portugal”, *Revista dos Centenários*, (nota oficiosa da presidência do conselho), Ano I, nº 1, Lisboa, Edição Comissão Nacional dos Centenários, (31 de Janeiro de 1939).

- JOÃO, Maria Isabel, *Memória e Império comemorações em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002.
- LEITE, Duarte, *História dos Descobrimentos: colectânea de esparsos*, Lisboa, Cosmos, 1958-1960 (1959-1962).
- LOPES, David, *A expansão em Marrocos*, Lisboa, Teorema, 1989.
- MARRONI, Luísa, *Portugal não é um país pequeno. A lição de colonialismo na Exposição Colonial do Porto de 1934*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MARTINS, Oliveira, *Os filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & C^a, 1983.
- MOREIRA, Adriano, “O pensamento do Infante D. Henrique e a actual política ultramarina de Portugal”, *Boletim Geral do Ultramar*, Ano 36, nº 422-423, (Agosto-Setembro de 1960).
- NEMÉSIO, Vitorino, *Vida e obra do Infante Dom Henrique*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1959.
- PERES, Damião, *A História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, Vertente, 1959.
- Revista dos Centenários*, Ano I, nº 1, Lisboa, Edição Comissão Nacional dos Centenários, (31 de Janeiro de 1939).
- ROSMANINHO, Nuno (coordenação de Francisco Faria Paulino), “Os Artistas do Estado Novo e a Visão do Infante”, In *Rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.
- SAIAL, Joaquim, *Estatuária Portuguesa dos Anos 30 1926-1940*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1991.
- SANCEAU, Elaine, *D. Henrique, o navegador*, Porto, Civilização, 1949.
- SANTOS, João Marinho dos, SILVA, José Manuel Azevedo, *A historiografia dos descobrimentos através da correspondência entre alguns dos seus vultos (Joaquim de Carvalho, Joaquim Bensaúde, Duarte Leite e Fontoura da Costa)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2004.
- SÉRGIO, António, “A conquista de Ceuta”, In *Ensaio*, Tomo I, 2^a edição, Lisboa, Sá da Costa, 1977.
- SERRÃO, Vitor (coordenação de Francisco Faria Paulino), “Do Túmulo do Infante ao Político de São Vicente”, In *Rosto do Infante*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.
- THOMAZ, Luís Filipe, *De Ceuta a Timor*, Algés, Difel, 1998.
- TORGAL, Luís Reis, *História e Ideologia*, Coimbra, Edições Minerva, 1989.
- TORGAL, Luís Reis, MENDES, José Maria Amado, CATROGA, Fernando, *História da história em Portugal: sécs. XIX-XX*, II Volume, Lisboa, Temas e Debates, 1998.

O CLUBE MILITAR NAVAL E OS CENTENÁRIOS DA CONQUISTA DE CEUTA E DA MORTE DE AFONSO DE ALBUQUERQUE (1915)

Carlos Baptista Valentim

Em 1915 comemoravam-se o Quinto Centenário da conquista de Ceuta (1415) e o Quarto Centenário da morte de Afonso de Albuquerque (1515). Nesse ano, Portugal mergulhou numa grave crise política, na qual as divisões iam aprofundar-se, resvalando em certos momentos, como por exemplo a 14 de maio, para uma “guerra civil intermitente”¹ entre fações e grupos, movimentos e partidos. Uns defendiam a declaração de guerra à Alemanha e o envio de tropas para combater na Flandres ao lado da aliada Inglaterra, a fim de defenderem a República e o Império; outros, sustentavam a neutralidade portuguesa e a equidistância da beligerância. A sociedade portuguesa atravessava de facto um dos seus momentos mais dramáticos de todo o século XX.

Situavam-se estas evocações centenárias, da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque, no seio de uma tradição que remontava à Revolução Francesa, onde se recorria a formas ritualistas de evocar o passado visando criar representações simbólicas que pudessem transportar a vivência da História para a realidade social, isto é, funcionassem como “*lições vivas de memorização*.”²

Todos os regimes se comemoram a si mesmos, ao evocar e celebrar um determinado passado, que possa solidificar e dar consistência às suas estruturas políticas e institucionais, pelo que é nesse âmbito que surge a utilidade social da História³. Em Portugal, este tipo de comemoração data das últimas décadas do século XIX⁴, não se podendo ocultar o peso que o Ultimato de 1890 teve na revalorização das tradições e das memórias, do ponto de vista nacionalista⁵.

Releve-se o facto de que a República terá um papel fundamental no surgimento de uma “religião cívica”, ao reinventar as tradições e substituir todo um sistema de valores e crenças que perdurava na antiga sociedade, numa conjuntura dominada, a nível internacional, pela afirmação do Estado-Nação.⁶ Ao pretender uma continuidade entre o passado e o presente, as elites, enquanto desenvolviam o sistema educativo, reforçavam

¹ Fernando Rosas utiliza esta expressão num trabalho sobre os conflitos da Primeira República; António Telo recupera o termo para atribuir força argumentativa à explicação sobre a participação de Portugal na Grande Guerra, na qual se mistura a realidade interna com a vertente externa.

² Fernando Catroga, “As Comemorações como Liturgias Cívicas”, *História da História em Portugal, Séculos XIX-XX, Volume II – Da Historiografia à Memória Histórica*, Lisboa, Temas & Debates, 1998, p. 221.

³ Idem, *ibidem*.

⁴ Por exemplo em 1880 comemora-se o Tricentenário da Morte de Luís de Camões.

⁵ Veja-se Maria Isabel João, *Memória e Império*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2002, p. 74.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 73.

a consciência e o sentido pertença ao que era da “nação”, dotando-lhe de características próprias e únicas, ao divulgar os grandes feitos nacionais e enaltecer os heróis que haviam com os seus atos de bravura, narrados em muitos casos como feitos sobre-humanos, construído a “Pátria”.

Durante a Primeira República, não foram muitas as ocasiões para celebrar os centenários, em face da recorrente instabilidade política, social, financeira e económica, a que se associou a Grande Guerra⁷, que levou a um esforço suplementar do Estado para colocar milhões de homens e material militar nos campos de batalha em África e na Europa.

A 14 maio de 1915 a esquadra, estacionada no Tejo, liderada por Leote do Rego, revolta-se e derruba o Governo liderado pelo general Pimenta de Castro, para forçar, com o aprisionamento dos navios em portos nacionais, no início do ano seguinte, à declaração de guerra da Alemanha a Portugal, o que aconteceria em março desse ano (1916). A insubordinação dos navios de guerra, no mês de maio de 1915, saldou-se em centenas de mortes. Entre as vítimas encontravam-se os comandantes do cruzador “Vasco da Gama”, Assis Camilo, e do “Almirante Reis”, Nunes da Silva. O primeiro era Vice-presidente da Assembleia Geral do Clube Militar Naval. Por seu turno, o Presidente dessa Assembleia, o almirante Xavier de Brito, fazia parte do Governo deposto, tendo sido preso e deportado para os Açores.

O Clube Militar Naval e o seu periódico, os “Anais do Clube Militar Naval”, apesar dos acontecimentos dramáticos que afetavam e dividiam em certa medida, a Marinha, vai participar ativamente na onda comemorativista que rodeia os centenários, da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque, porque, referia o número comemorativo de 1915: “*Entre os serviços da marinha portuguesa distinguem-se os de descobrimento e os da conquista.*”⁸

Era evidente que se pretendia associar a “grandeza imperial” da nação aos feitos da Marinha e dos muitos heróis marinheiros que haviam sacrificado a sua vida em prol do Império. É com esse intuito que surgem, por um lado, nesse ano de 1915 estudos técnicos, que irão marcar indelevelmente a historiografia portuguesa, propiciando avanços decisivos no conhecimento de áreas pouco estudadas, como a evolução da arte de navegar, a história da cartografia, a arqueologia naval, a cosmografia, publicados pelos sócios do Clube Militar Naval, Vicente Almeida d’Eça, Henrique Lopes de Mendonça, Henrique Quirino da Fonseca, Braz de Oliveira; e por outro lado, aparecem outros trabalhos de índole mais técnica, que contribuirão para os avanços científicos do País, da autoria de Gago Coutinho, Hugo de Lacerda Castelo Branco; ou ainda estudos que discutem o valor operacional da Marinha e o seu futuro, abordando questões estratégicas e políticas, pela mão de dois dos maiores estrategistas, de sempre, da Marinha Portuguesa: Fernando Augusto Pereira da Silva e Alfredo Botelho de Sousa.

A autonomia estatutária e administrativa perante o comando e as chefias da Marinha, e os órgãos de governo, primeiro na Monarquia e depois na República, permitindo

⁷ Idem, *ibidem*, p. 74.

⁸ Anais do Clube Militar Naval, “Comemorações dos Centenários da Tomada de Ceuta em 1415 e da Morte de Afonso de Albuquerque em 1515”, Vol. XLVI, Número Especial, Dezembro de 1915, p. 5.

um maior grau de independência e a livre opinião dos seus membros⁹, foi sempre uma forte marca identitária da já longa memória dos corpos que compõem o Clube Militar Naval. E neste caso é de mencionar a independência da linha editorial dos Anais do Clube Naval, desde logo a partir da sua autonomia financeira, assim como a coexistência de opiniões e de ideias não-convergentes, necessariamente, que traduzem uma isenção, pouco vulgar aliás em associações congéneres.

Estas características terão reforçado o contributo do Clube para a sociedade portuguesa a vários níveis, em particular no campo cultural científico e técnico

Importa, pois, discutir e analisar as comemorações de 1915, do ponto de vista científico e técnico, problematizando o ambiente social e político, e os atores, como nos exemplifica o Clube Militar Naval, que através da atividade dos seus membros dinamizaram, nas poucas atividades levadas a cabo, os centenários nesse ano.

Em 1912 a Sociedade de Geografia a propôs para daí a três anos a realização, com pompa e circunstância, da comemoração dos centenários da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque. A proposta encontrou recetividade no Governo presidido por Duarte Leite, matemático e diplomata, que se interessava pelo estudo da História dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa. Foi promulgado então a 27 de outubro de 1912 o diploma com a designação das corporações e associações que deviam integrar a comissão organizadora dos centenários¹⁰. Um diploma oficial nomeou uma grande comissão dos centenários, presidida por Anselmo Braamcamp Freire, com poderes para eleger uma comissão executiva incumbida de organizar o programa dos festejos, que seriam aprovados pela grande comissão, que os submetteria, por sua vez, ao Governo.

A primeira sessão da grande comissão teve lugar numa sala da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 20 de fevereiro de 1913, com a participação de muitos membros, acordando-se agregar à comissão algumas associações que ainda não se encontravam representadas. Nessa primeira reunião é aprovada a proposta do comandante Henrique Lopes de Mendonça, para que a Academia de Ciências de Lisboa ficasse encarregada dos trabalhos históricos e literários relativos às comemorações. Finalmente, elegeu-se a comissão executiva, com os respetivos delegados¹¹. O Governo, liderado por Afonso Costa, em finais de 1913 não se pronunciou nem atuou sobre a questão. Ao tomar posse em fevereiro de 1914 um Executivo chefiado por Bernardino Machado, a comissão requereu de novo, a 6 de março, um despacho governamental sobre a proposta de comemorações para 1915, mas não obteve resposta¹². Por fim, a 4 de agosto de 1914, pela mesma altura em que eram enviadas para África as primeiras forças militares, devido ao início da Grande

⁹ João Freire, *Homens em Fundo de Azul Marinho. Ensaio de Observação Sociológica sobre Uma Corporação nos Meados do Século XX: a Armada Portuguesa*, Oeiras, Celta Editora, 203, p.99.

¹⁰ António Baião, "Relatório dos Trabalhos da Comissão Académica dos Centenários pelo Secretários da mesma", Centenários de Ceuta e de Afonso de Albuquerque, Sessão Solene da Academia de Ciências de Lisboa em 16 de Dezembro de 1915, Quarto Centenário da morte de Afonso de Albuquerque, Lisboa, Academia de Ciências de Lisboa, 1916, p. 25; Cfr. Maria Isabel João, *Op. cit.* p.7.

¹¹ Anselmo Braamcamp Freire, "Discurso", Centenários de Ceuta e de Afonso de Albuquerque, Lisboa, 1916, p. 27.

¹² Idem, *ibidem*, p. 29.

Guerra, foi enviado ao Governo um terceiro e último ofício, a um ano apenas de distância do início das comemorações, que também não obteve resposta. A explicação para esta falta de correspondência devia-se ao início da guerra, mas das obras vezes, o que levou à ausência de despacho dos governantes, questionava-se no relatório sobre os centenários¹³. Foi assumido que a grande comissão se encontrava dissolvida, esperando-se a altura mais apropriada para acentuar o facto de que os centenários não iriam ter “*«o carácter de uma verdadeira festa nacional, e não se concentraram todos os esforços no patriótico intuito de interessar no esplendor desta celebração todas as actividades da sociedade portuguesa»*, [porque] *a culpa não foi da grande comissão, nem da sua comissão executiva, mas da entidade governo que no preâmbulo do decreto expedido para a organização da primeira pôs as palavras acima transcritas, tão discordantes da indiferença depois sempre mantida.*”¹⁴

Repare-se, que apesar da vontade de enaltecer de forma grandiosa um duplo centenário: a conquista de Ceuta e a morte de Afonso de Albuquerque, ou seja, o início e o apogeu do Império português, realizou-se somente uma sessão solene na Sociedade de Geografia de Lisboa, com a cooperação da Academia de Ciências de Lisboa; e outro encontro haveria de realizar-se na Academia de Ciências, que foram o resultado mais palpável das efemérides¹⁵ Magro resultado para dar corpo e forma a um sonho grandioso de grandes comemorações¹⁶.

Seria, no entanto, redutor se não se desse notícia das publicações que tiveram lugar em 1915, com destaque para um conjunto impresso de fontes e de novos estudos e interpretações, que vieram a contribuir para a renovação da historiografia portuguesa nas décadas seguintes. Ora, o interesse dessas edições insere-se na polémica sobre as causas dos Descobrimentos, com lugar de destaque para António Sérgio, que publica nesse ano um ensaio sobre as razões da conquista de Ceuta, centrando a sua problemática nas questões sociais e económicas que motivaram a expedição ao Norte de África em 1415, interpretação que não deixaria de agitar a historiografia portuguesa durante dos anos seguintes, nomeadamente através da recuperação da temática, fosse para criticar ou seguir as suas propostas¹⁷.

Valerá a pena citar algumas das publicações que saíram do prelo em 1915. Surgem nesse ano os “Anais de Arzila, crónica inédita do século XVI”, com a direção de David Lopes; “Os Documentos das Chancelarias Reaes anteriores a 1531 relativos a Marrocos”, publicados por Pedro de Azevedo; A tradução por Roberto Corrêa Pinto do “Livro da Guerra de Ceuta”, da autoria de Mateus Pisano, de 1460; António Baião publicaria também “Alguns ascendentes de Albuquerque e o seu filho à luz de documentos inéditos”; “Chronica da tomada de Ceuta por el-rei D. João I” de Gomes Eanes de Zurara, com edição crítica de Francisco Maria Esteves Pereira. Estas fontes irão mostrar-se decisi-

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ Idem, *ibidem*, p. 30.

¹⁵ Maria Isabel João, *Op. cit.* p. 78.

¹⁶ Veja-se Henrique Lopes de Mendonça, *Alocução, Centenários de Ceuta e de Afonso de Albuquerque*, Lisboa, 1916, pp. 7-8.

¹⁷ Fernando Catroga, *Op. cit.* pp. 244-245.

vas para a investigação sobre a conquista de Ceuta, e acerca da vida e da ação de Afonso de Albuquerque, que veem a luz do dia ao longo do século XX.

De que forma é que o Clube Militar Naval se vai integrar nas comemorações do Quinto Centenário da Conquista de Ceuta e o Quarto Centenário da Morte de Afonso de Albuquerque? Fundamentalmente através de duas vias: o número comemorativo publicado em 1915; a participação através dos seus associados, cientificamente reconhecidos, na comemoração dos centenários coordenada pela Academia de Ciências de Lisboa. Os delegados do Clube Militar Naval que vieram a integrar a grande comissão foram o almirante Ferreira do Amaral e os comandantes Jaime da Fonseca Monteiro e Alberto Carlos dos Santos¹⁸.

Situemo-nos em cada um destes pontos das comemorações: da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque.

O número comemorativo dos Anais do Clube Militar Naval sai do prelo em dezembro de 1915, data em que se comemoraria em particular a morte do Afonso de Albuquerque, cuja imagem se encontra inserida na folha de rosto do número comemorativo. Ceuta, vem contemplada neste número especial em segundo plano, e nem sequer é tema de estudo, pois o assunto relativo ao Norte de África é a perda de Mazagão. Afinal o conquistador de Goa, dos feitos de Ormuz e Malaca, era alvo de uma atenção especial, cada vez mais minuciosa e cuidada, por parte de alguns oficiais da Marinha, que lhe dedicavam estudos sobre a arte de comando de forças navais e das formas de conquista terrestre com utilização de poderosas armadas e artilharia naval, que ilustravam o poder naval que Portugal dispusera no século XVI, mas no século XX se relegara a uma marinha pobre e sem os meios suficientes para acudir a todas as necessidades do Império e no atlântico europeu.

Na introdução deste número, salientava-se que “*os serviços da Marinha portuguesa distinguem-se dos de descobrimento e os da conquista.*” Na verdade, para os elementos da Comissão de Redação que escreveram o texto introdutório, “*coube ao Infante D. Henrique o início dos Descobrimentos em busca do caminho da Índia. O Mestre de Aviz, o rei eleito pelo povo, conquistando Ceuta, forjou o primeiro elo da cadeia que avassalou África ao domínio português; Afonso de Albuquerque, engrandecendo o império da Índia, coroou a empresa que atingiu então o maior fulgor e culminância.*”

Mas Afonso de Albuquerque, a par de ser um guerreiro ilustre foi um notável marinheiro.”¹⁹

Esta última frase é exemplificativa de como se enaltecia a vida e os feitos do “grande Leão dos Mares”, para se exaltar os feitos marítimos, pois, como é escrito: “*Celebrando as glórias de soldado [de Afonso de Albuquerque], não se podem esquecer as de Marinheiro.*”²⁰

¹⁸ “Delegados das Corporações e Associações que Faziam parte da Grande Comissão dos Centenários de Ceuta e de Afonso de Albuquerque”, Centenários de Ceuta e de Afonso de Albuquerque, Lisboa, 1916 p. 34.

¹⁹ Anais do Clube Militar Naval, “Comemorações dos Centenários da Tomada de Ceuta em 1415 e da Morte de Afonso de Albuquerque em 1515”, Vol. XLVI, Número Especial, Dezembro de 1915, p. 5.

²⁰ Idem, *ibidem*.

Perpassava no pequeno texto, é certo, a necessidade de regressar à História, como lição, como aprendizagem das glórias passadas, com o intuito de enaltecer a Armada e provar que só com um poder naval consistente Portugal construiria novamente um império e se engrandeceria entre as nações, na mediada em que, defendiam os ofícios do Clube Militar Naval, “É uma homenagem modesta, mas sincera, comprovativa do alto conceito que merecem as virtudes de Albuquerque, afirmação de que a marinha portuguesa ainda vibra entusiástica ao recordar os feitos do ínclito capitão, o mais nobre exemplo do que foi o serviço da Marinha engrandecendo e glorificando o nome de Portugal.”²¹

Seguem-se dois estudos da autoria de oficiais conceituados no estudo da história da arte e técnica de navegar ao longo dos séculos, ambos ilustres professores da Escola Naval: o almirante Vicente Almeida d’Eça, que publicava o texto com o título: “Afonso de Albuquerque Oficial de Mar”; e o almirante João Braz de Oliveira, com um estudo sobre a “Perda de Mazagão”.

O artigo de Almeida d’Eça centra-se sobretudo na análise da náutica no século XVI, no papel desempenhado a bordo pelos capitães, pelos mestres, pelos pilotos. Almeida d’Eça que embarcou, no início da sua carreira naval, durante dez anos seguidos em vários navios à vela, de classes e tipos de aparelho diferente, era lente da Escola Naval, membro da Academia das Ciências e da Sociedade de Geografia, que desempenhará cargos de direção de grande relevo nas duas instituições, considerava que a História de Portugal estava inelutavelmente associada ao uso do mar: “*hábitos, linguagem, expressão, instituições, costumes, defeitos, provavam na sua ótica essa ligação – a tristeza, o sentimentalismo, a intensidade da paixão amorosa, o desleixo em assegurar o dia seguinte, tanto podiam ser herança atávica, como resultados do mar.*”²²

Problemáticas historiográficas, como a da existência, ou não, da Escola de Sagres mereceram igualmente a atenção de Almeida d’Eça sempre com relevância para as questões técnicas.

Armas ou letras? Questionava-se, Almeida d’Eça. Para o lente da Escola Naval, os tempos haviam mudado; as «armas» não eram só as de âmbito guerreiro, militar; não só os serviços militares, mas todos os outros nos quais as letras, as dissertações, o pensamento e a vontade batalhavam “*pela conquista de benefícios para a Nação*”, os engenheiros, os comerciantes, os médicos, os exploradores coloniais, o diplomata, surgiam como “soldados” da construção do Império português. As Armas e as Letras formavam dessa forma um todo ao serviço da construção imperial. Os Descobrimientos marítimos eram considerados a parte mais importante para se estudar a História da Geografia, que se ligava à História Marítima. A análise da vida de Afonso de Albuquerque abrangeria todas estas temáticas, todas estas problemáticas, com base em fontes fiáveis e fidedignas que, no caso em apreço, seriam entre outras as cartas escritas pelo próprio punho de Albuquerque.

O segundo artigo do número do comemorativo dos Anais do Clube Militar Naval é dedicado à “Perda de Mazagão”. No texto que lhe serve de apresentação, a Comissão

²¹ Idem, *ibidem*, p. 6.

²² Carlos Valentim, “Vicente Almeida d’Eça”, Dicionário dos Historiadores Portugueses, no Prelo.

de Redação da revista do Clube Militar Naval explica a opção pelo assunto, que se liga, é certo, à conquista de Ceuta, pelo facto do tema a desenvolver se relacionar com o Norte de África. Era referido que “*Ceuta é a lavorada de luz diáfana e puríssima iluminando o céu da nossa terra; Mazagão é um poente sombrio, com cor amarelecida d’um dia nefasto, como se a Natureza partilhasse da magoa de ver carbonizadas pelo fogo, e apagadas no mar as cinzas das quinas vencedoras em cem combates, e que tinham rebrilhado por séculos glorificando para todo o sempre Portugal.*”

Hoje seria uma utopia pensar em reaver as praças de África. Nem sequer figuramos no convénio de Tarifa.”²³

Neste trecho de feição poética encontram-se presentes as angústias e as perplexidades com que as elites portuguesas se debatiam nas primeiras duas décadas do século XX. Por um lado, a temeridade em relação ao vizinho peninsular, que começara a erguer no Norte de África um novo império, após o desastre de Cuba e a perda de todas as possessões territoriais imperiais para os Estados Unidos; por outro lado, o desastre de Naulila no ano anterior (1914), e as dificuldades de toda a espécie, logísticas, militares, sanitárias, que as forças portuguesas enfrentavam no norte de Moçambique e no sul de Angola perante as tropas alemãs. O quadro político e estratégico em que estava envolvido Portugal não era auspicioso, em vésperas –seria no ano seguinte em fevereiro - da declaração formal de guerra da Alemanha, e de serem enviados para a Flandres milhares de soldados portugueses, com necessidades de toda a ordem.

“A Perda de Mazagão” no século XVIII é abordada minuciosamente por João Braz de Oliveira. Para os oficiais da Marinha do Clube Militar Naval, as praças de África eram apenas uma “saudade dolorosa”, Ceuta e Mazagão, nas suas palavras, são o princípio o fim de uma epopeia. Contudo o Império português deveria tomar outra forma, mais a sul, nos territórios que ainda se encontravam na posse de Portugal.

A questão colonial é um assunto que não perde importância durante a Primeira República. Pelo contrário, os partidos republicanos tentam mobilizar a opinião pública, através dos jornais e revistas, para a necessidade de Portugal construir um império em África. Associações como o Clube Militar Naval, a Sociedade de Geografia, a Liga Naval, ou a Academia das Ciências são centros de debate, onde se encontram académicos e eruditos para discussões acaloradas, onde se produz uma vasta bibliografia sobre os feitos de armas, as descobertas geográficas, os contactos com os povos dos espaços que se pretende que constituam um império ultramarino. Porém, as divisões internas, a Grande Guerra, a instabilidade governativa, uma guerra civil intermitente, são factos que não passam incólumes quando se constata a fraca adesão às festas comemorativas dos Centenários e Ceuta e da Morte de Afonso de Albuquerque em 1915.

Como se fez referência em passo anterior, para a maior parte da elite académica e militar, incluindo aqui em particular o Clube Militar Naval, Ceuta e Afonso de Albuquerque balizavam o início e o apogeu da grandeza imperial portuguesa. Nesse intervalo de tempo caberiam as figuras do império que se encontravam na galeria dos heróis nacionais, e que os manuais escolares lhes dedicavam especial tratamento: o Infante, na

²³ Idem, *ibidem*, p. 51

sua Escola de Sagres, rodeado de sábios; D. João II, o Príncipe Perfeito, os navegadores, com obras de grande feito: Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral.

Para 1915 planeavam-se desfiles terrestres e marítimos, regatas, encontros desportivos, várias exposições, mas foi o fraco o entusiasmo; as expectativas mais otimistas não se realizaram, e apesar da adesão de sociedades científicas, em lugar de destaque a Sociedade de Geografia e a Academia das Ciências, e de associações, como o Clube Militar Naval, as comemorações, presididas por Anselmo Braamcamp Freire acabaram por se reduzir numa sessão solene na Sociedade de Geografia e outra na Academia das Ciências a 16 de Dezembro de 1915.

Qual foi o papel do Clube Militar Naval nestes centenários?

O Clube Militar Naval, apesar dos acontecimentos dramáticos que afetam a sociedade e a Marinha portuguesas em 1915 vem a dar o seu contributo para os centenários da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque, sendo evidente que se pretendia associar a “grandeza imperial” da Nação aos feitos da Marinha. É no seio dessas comemorações que surgem os trabalhos da autoria dos consócios Vicente Almeida d’Eça, Henrique Lopes de Mendonça, Henrique Quirino da Fonseca, Braz de Oliveira, sobre a evolução da arte de navegar, a história da cartografia, a arqueologia naval, a cosmografia. Tais estudos irão marcar a historiografia portuguesa ao longo do século XX, do ponto de vista da abordagem técnica. Acresce, que nessas comemorações publicam-se, igualmente, trabalhos da autoria de outros oficiais da Marinha, entre os quais Gago Coutinho e Hugo de Lacerda Castelo Branco, que contribuem para os avanços científicos do País; ou ainda artigos que discutem o poder naval e a estratégia da Marinha ao serviço da República, com a assinatura de Fernando Augusto Pereira da Silva, Alfredo Botelho de Sousa e Nunes Ribeiro. Em suma, quando se analisa as comemorações de 1915, deverá ter-se em conta o ambiente social e político, e a atividade de instituições associativas como o Clube Militar Naval, através da ação dos seus membros.

CEUTA: UMA CONTROVÉRSIA HISTORIOGRÁFICA

Sérgio Campos Matos

Iniciativa da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia das Ciências, a evocação do quinto centenário da conquista de Ceuta, em 1915, foi discreta. Nada de comparável às anteriores comemorações dos centenários da morte de Camões (1880), do nascimento do Infante D. Henrique (1894) ou da viagem de Vasco da Gama – o Centenário da Índia (1898). No entanto, nela se chamou a atenção para um acontecimento de grande relevância na história ocidental. E foi na sua sequência deste primeiro centenário que em Portugal se desenvolveu uma controvérsia histórica que contribuiu decisivamente para esclarecer esse acontecimento. Como explicar historicamente a conquista de Ceuta? Esta foi a grande pergunta com que historiadores e ensaístas se confrontaram, antes e depois das comemorações de 1915.

A controvérsia, iniciada há cerca de um século, vem até aos dias de hoje. É significativo aliás que os mais recentes trabalhos publicados dediquem algumas páginas às diversas teses historiográficas que se foram desenvolvendo a esse respeito¹. Pretende-se reavaliar criticamente essas interpretações. Centrar-me-ei sobretudo no debate que se desenvolveu nos anos 20 e 30 do século passado, sem esquecer contudo o legado dessa polémica nos tempos mais recentes.

Ceuta na periodização da história nacional

Ninguém duvidará que a conquista de Ceuta foi um acontecimento marcante na História de Portugal e da Europa. Que lugar ocupou a tomada de Ceuta na memória histórica nacional construída nos séculos XIX e XX? A pergunta faz sentido, sobretudo se começarmos por notar que raramente o sucesso foi considerado um marco na divisão em períodos da história nacional. Porquê?

Até ao século XX bem entrado, na periodização da história nacional dominou o critério dinástico². Compreende-se, nesse contexto, que a conquista de Ceuta não fosse valorizada, pois não coincidia com nenhuma mudança de dinastia ou de reinado. E os historiadores que não seguiram esse critério tradicional? Nas interpretações do percurso histórico nacional de Herculano e de Oliveira Martins, o acontecimento não é visto como marco significativo na delimitação de épocas. Para Herculano são as grandes mudanças institucionais e políticas do reinado de D. João II patentes nas cortes de 1482

¹ Luís Miguel Duarte, *Ceuta 1415, 600 anos depois*, Lisboa, Livros Horizonte, 2015, pp. 149-158 e João Gouveia Monteiro e António Martins Costa, *1415 A Conquista de Ceuta*, Lisboa, Letras & Diálogos, 2015, pp.103-107.

² Sobre o assunto veja-se Vitorino Magalhães Godinho, “A concepção da história de Portugal”, *Ensaios e estudos*, vol.I, Lisboa, Sá da Costa, 2009, pp. 21, 47.

(uma monarquia centralizadora que se impunha aos municípios e ao elemento feudal) e as instituições introduzidas por D. João III (Inquisição, Companhia de Jesus) que determinam a passagem para o tempo da decadência³. Também na periodização organicista de Oliveira Martins, com a revolução de 1383-85 a assinalar a emergência de um “*ser orgânico diferenciado*”, portador de um pensamento, Ceuta não é relevante. Ainda assim, nas suas *Tábuas de cronologia* (1883), a tomada de Ceuta abre um segundo tempo que é intitulado de “*Descobertas e conquistas ultramarinas*”, que vai até 1595 (extinção do monopólio mercantil, com a primeira esquadra holandesa na Índia)⁴.

N’ *Os filhos de D. João I* (1891), uma obra marcante que teria numerosas edições ao longo do século XX⁵, Oliveira Martins situava Ceuta na memória nacional como um sucesso inicial e fundador do Império ultramarino⁶, uma promessa de futuro a assinalar o pioneirismo da expansão portuguesa. Se tivermos em conta o peso que o colonialismo e o conceito de império tiveram na memória do republicanismo, da I República e do Estado Novo, não surpreende que à luz de um futuro antecipado, 1415 tenha sido uma data valorizada na cultura histórica portuguesa. Esta escolha prende-se não raro com uma visão historicista, *a posteriori*, do processo histórico: a tomada de Ceuta resultaria de uma ideia bem mais vasta que, alegadamente, envolvia já a expansão portuguesa em África e noutros continentes. Na leitura do passado antecipava-se um desenvolvimento posterior (que não podia ser previsto em 1415 mas que lhe foi atribuído). Foi o caso de Jaime Cortesão.

Dois historiadores do século XX consideraram aliás a tomada de Ceuta como baliza significativa na separação de épocas, ou melhor, de início de uma nova época. João Lúcio de Azevedo, em *Épocas do Portugal Económico* (1929) introduzia uma viragem histórica na conquista de Ceuta, final do período que designava de “*Monarquia agrária*” e o início de uma “*Jornada de África*”, a começar pelo ciclo dos escravos, depois seguido pelo ciclo da pimenta, um primeiro ciclo do ouro (africano), um ciclo do açúcar, etc. Por seu lado, muito mais tarde, Joaquim Veríssimo Serrão considerá-la-ia “*marco inicial*” da chegada ao trono da dinastia de Avis, desvalorizando do mesmo passo Aljubarrota enquanto possível “*viragem no processo histórico português*”⁷. Em contrapartida, a conquista de Ceuta teria levado Portugal “*a deixar os limites ibéricos e a expandir-se por mares e continentes*”. Donde, considera-a “*a verdadeira abertura dos Tempos Modernos*”, e citando Mário de Albuquerque, “*o início da Idade Oceânica*”⁸.

Por outras razões, de ordem estrutural, Vitorino Magalhães Godinho inscreveu a conquista de Ceuta num tempo de viragem (que remontaria à revolução de 1383-85), no

³ Alexandre Herculano, “Carta V”, *Opúsculos* (ed. de Jorge Custódio e J. M. Garcia), vol. IV, Lisboa, Ed. Presença, s.d. (texto de 1842), p. 233.

⁴ J. P. Oliveira Martins, *Tábuas de cronologia*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, s.d. (1883), p. 293.

⁵ 8 edições até 1960. Carlos C. Maurício, *A invenção de Oliveira Martins*, Lisboa, INCM, 2005, p. 351.

⁶ J. P. Oliveira Martins, *Os filhos de D. João I*, ed., Lisboa, Guimarães Ed., 1983 (1891), p. 49, David Lopes, *História de Portugal*, dir. Damião Peres, III, Barcelos, Portucalense Editora, 1931, p. 396.

⁷ Lúcio de Azevedo, *Épocas do Portugal Económico. Esboços de História*, Lisboa, Imp. Portuguesa, 1929 e Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol.I, Lisboa, Verbo, 1976, pp. 14-15.

⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *Op.cit.*, p. 15.

sentido de um novo complexo histórico-geográfico que se seguiu a uma regressão económica internacional e a uma conjuntura de “*crise social em toda a Europa*” (descida de preços, contracção de negócios, baixa de rendimentos da nobreza, *jaqueries* e motins...).⁹ Noutras histórias de Portugal, preferem-se habitualmente outras balizas cronológicas: 1383-85 (Oliveira Martins, Fortunato de Almeida, Hermano Saraiva) ou 1411 (Damião Peres). Note-se, contudo, que a escolha da tomada de Ceuta como facto histórico significativo não foi um exclusivo da historiografia marcada pelo historicismo nacionalista, nem das narrativas que se reduziram a uma óptica política, militar ou religiosa. Como vimos, também a história económica valorizou o acontecimento.

O V centenário da conquista de Ceuta

O V centenário da conquista de Ceuta, ocorrido em 1915, inscreve-se num contexto histórico instável ainda dominado pelo problema da legitimação da I República, regime marcado por uma instabilidade política e económica acentuada pela I Guerra Mundial e a ameaça alemã sobre as colónias portuguesas na África austral. Impunha-se a valorização de uma memória colonial quando o futuro da África portuguesa era incerto (lembrem-se as negociações anglo-germânicas em 1912-13 sobre a possibilidade de uma partilha dos territórios de Angola e Moçambique). Compreende-se nesta conjuntura que se procurasse a valorização historicista da memória imperial, com destaque para a evocação da figura do Infante D. Henrique, uma das personalidades históricas portuguesas de maior projecção internacional. Mas este não era um herói consensual entre os historiadores: nos finais do séc. XIX, ainda antes do IV centenário do nascimento do Infante, em 1894, Ernesto do Canto, João Teixeira Soares, Teófilo Braga e Teixeira Bastos combateram a “*lenda infantista*”¹⁰.

Por que razões esse centenário foi relativamente apagado? O que dele resultou? Em 1912, com grande antecedência, a Sociedade de Geografia de Lisboa apresentou ao governo, então chefiado por Duarte Leite, a intenção de celebrar um duplo centenário da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albuquerque. A ideia era celebrar conjuntamente o início e o apogeu da expansão ultramarina. O governo aceitou e emitiu um decreto em que se elencavam as associações que integrariam uma comissão organizadora que deveria ser presidida pelo historiador Anselmo Braamcamp Freire. Desta grande comissão faziam parte 21 associações ou organizações de carácter científico, cultural ou profissional: além da Sociedade de Geografia e da Academia das Ciências (esta última encarregue dos estudos históricos e de carácter literário), nela estavam representadas a Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, A Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos (os delegados desta última eram Fidelino de Figueiredo, Edgar Prestage e António Aurélio Costa Ferreira), o Conselho de Arte e Arqueologia, A Liga Naval

⁹ Vitorino Magalhães Godinho, 2ª ed., *Ensaio II*, Lisboa, Sá da Costa, 1978 (1963), p. 21.

¹⁰ Veja-se a este respeito Sérgio Campos Matos, *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*, Lisboa, Ed. Colibri, 1998, pp. 455-458 e Mª Isabel João, *Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/FCT, 2002, pp. 553-555.

Portuguesa, o Clube Militar Naval, a Associação da Imprensa Portuguesa, a Sociedade de Propaganda de Portugal e a Associação dos Escritores e Jornalistas, entre muitas outras. Entre os seus representantes encontravam-se vários historiadores, entre eles, além de A. Braamcamp Freire, Vicente Almeida d'Eça (pela SGL) e Henrique Lopes de Mendonça (pela Academia das Ciências).

A iniciativa partiu pois, naturalmente, das elites intelectuais organizadas em associações que então proliferavam. Neste sentido, como bem viu Maria Isabel João, a concepção deste centenário intentava prolongar as práticas do comemorativismo histórico levado a cabo no final do séc. XIX em sintonia com um modelo de inspiração liberal e positivista do culto dos grandes homens¹¹. Mas havia algumas novidades no programa das comemorações, minuciosamente concebido e aprovado pela comissão organizadora em Julho de 1913. Entre as novidades, destaque-se o recurso às novas tecnologias que se difundiam nesse início de século: corridas de aviação, de automóveis e de motos; ou a realização de diversos congressos coloniais, entre eles um Congresso de Turismo e um Congresso Histórico Luso-Hispano-Brasileiro que, tal como outros, não chegariam a realizar-se. Dele constavam também iniciativas habituais noutras ritualizações comemorativistas – caso de uma Exposição Internacional Colonial, de concursos literários, do cortejo cívico ou de um projecto para um monumento à memória do Infante D. Henrique¹².

Em Julho de 1913 a comissão aprovava este programa detalhado das comemorações que deveriam ter lugar dois anos depois. Mas os diversos governos que se sucederam não tomaram qualquer iniciativa relacionada com o centenário, apesar das insistências da comissão organizadora. O que levou esta grande comissão a demitir-se, considerando que, nessas condições, as comemorações não poderiam ser uma “*verdadeira festa nacional*”¹³.

O centenário acabou por ser relativamente apagado, decerto em virtude da difícil conjuntura nacional e internacional que então se vivia, nada que pudesse evocar a expressão pública dos centenários da Índia (1898) e, anos antes, o do nascimento do Infante D. Henrique (1894), para só referir os que, pelas temáticas conexas com ele estavam mais próximos. Ainda assim, tiveram lugar duas sessões solenes, uma na Sociedade de Geografia a 21 de Agosto (3 semanas após o início da Guerra), acompanhada de uma exposição de produtos industriais portugueses. Outra na Academia das Ciências a 16 de Dezembro, evocando Afonso de Albuquerque. O extenso programa, do qual fazia parte, inclusivamente, uma viagem a Ceuta num paquete fretado para o efeito, ficaria na sua maior parte por realizar. A instabilidade política da I República e a difícil conjuntura da Grande Guerra para tanto contribuíram. Não foram emitidos selos nem medalhas alusivas ao acontecimento (mas em 1924, aquando do centenário de Camões, sairia um selo intitulado *Camões em Ceuta*). No entanto, no plano editorial destacaram-se diversas publicações: a *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Zurara, editada por Esteves Pereira, os *Anais de Arzila*, editados por David Lopes, os *Documentos do Corpo Cronológico relativos*

¹¹ Maria Isabel João, *Memória e Império...*, p. 264.

¹² Henrique Lopes de Mendonça, *Centenário de Ceuta e de Afonso de Albuquerque*. Sessão solene na Academia das Ciências de Lisboa em 16-12-1915, Lisboa, 1916, pp. 36-38.

¹³ Id., *Centenário de Ceuta e de Afonso de Albuquerque...*, p. 28.

a *Marrocos*, edição de António Baião ou os *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, edição de Pedro de Azevedo.

O debate

O debate historiográfico deve considerar-se também num contexto em que se desenvolviam outras controvérsias que, nos anos 20, ocupavam os historiadores e mostram a relevância que a história desempenhava na cultura portuguesa e na política: as origens de Portugal, o paradigma do herói nacional, a decadência, a restauração de 1640 e a revolução liberal¹⁴. No século XIX dominara uma interpretação da conquista de Ceuta muito presa a uma leitura literal da crónica de Zurara: a iniciativa teria resultado de um propósito ligado ao ideal de cavalaria: armar os infantes cavaleiros. Neste contexto, valorizava-se sobretudo a acção do Infante D. Henrique no empreendimento de 1415 e não só: em toda a expansão ultramarina. Refira-se o francês Ferdinand Denis que faz do infante o grande herói do acontecimento, não só pela sua inteligência e firmeza mas na própria acção, comandado que era por “*un secret instinct [qui l'] entretenait toujours vers les plages d'Afrique*”¹⁵. Por seu lado, Oliveira Martins chegou a considerá-lo “*inventor do nosso império ultramarino*”¹⁶. Para Martins, a conquista de territórios em Marrocos teria partido do Infante, impulsionado por um espírito de aventura de ascendência semítica e fenícia, e obedecendo ao Inconsciente.

Entretanto, a reedição da *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Zurara aquando do Centenário de Ceuta e de Albuquerque não terá contribuído pouco para a revisão historiográfica do acontecimento. Na introdução do livro, entre outros tópicos, Esteves Pereira, o historiador responsável pela reedição, notava com razão que “*para poder avaliar-se a importância desta empresa*” seria necessário estudar múltiplos assuntos, entre eles, “*as razões que determinaram a empreender-se a sua conquista*”¹⁷. No entanto, num desenvolvido estudo sobre Zurara, limitava-se a dar um contributo para a biografia do cronista.

Um novo contributo para compreender o acontecimento viria do outro lado do Atlântico. Em 1919, num texto escrito no Rio de Janeiro, onde se encontrava à época, António Sérgio distanciava-se de uma historiografia tradicional que acentuava a mentalidade de Cavalaria e o espírito de aventura dos Portugueses (caso de Oliveira Martins) e deslocava a problemática, ao centrar a razão num outro ponto, presente na *Crónica da tomada de Ceuta*: a proposta da conquista de Ceuta ter partido do vedor da fazenda João Afonso. António Sérgio articulava este facto com a sua tese sobre o carácter social da revolução de 1383-85: uma revolução impulsionada pela burguesia comercial, marítima e cosmopolita. Na sua argumentação, três outros passos completavam a sua tese:

¹⁴ Desenvolvo um estudo sobre estes debates em “Historiografia e consciência nacional na I República portuguesa”, ainda inédito.

¹⁵ Ferdinand Denis, *Portugal. L'Univers. Histoire et description de tous les peuples*, Paris, Firmin Didot Ed., 1846, pp. 57-59.

¹⁶ J. P. Oliveira Martins, *Os filhos...*, p. 18.

¹⁷ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta por El-Rei D. João I*, ed. Francisco M^a Esteves Pereira, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1915.

- 1) João Afonso seria um “representante dessa classe” junto de D. João I;
- 2) Ceuta era um relevante centro de comércio proveniente do Mar Roxo, através do Norte de África;
- 3) A conquista seria um movimento prévio no sentido de se resolver um problema não apenas português, mas europeu, para o alto comércio: o do tráfico ultramarino¹⁸.

A hipótese de António Sérgio valorizava uma problemática social e económica. Por essa época, nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, a história económica dava passos significativos. Neste último país, nos inícios do século, fundavam-se revistas e cátedras de história económica em Manchester, Cambridge e Londres¹⁹. Arnold Toynbee (tio do célebre filósofo da história do mesmo nome) cunhava o conceito de revolução industrial e acentuava-se a ideia da prioridade inglesa nesta grande transformação histórica. R.H. Tawney publicava *Religion and the rise of capitalism* (1926). Em França, a institucionalização da história económica seria um pouco mais tardia. Estaria António Sérgio a par destes desenvolvimentos? É duvidoso. Sérgio não era historiador nem economista. Mas interessava-se pela problemática económica, como ficaria bem patente em diversos ensaios de temática histórica e na *Antologia dos economistas portugueses* (1924). E como é sabido foi muito marcado pela cultura anglo-saxónica. Dito isto, convém sobretudo notar que o seu interesse pelo factor económico – em termos bem diversos do determinismo económico marxista – era comandado por um racionalismo iluminista à luz do qual procurava compreender a história nacional. Esta seria o resultado da acção esclarecida de uma elite económica e política dotada de um projecto nacional para o seu tempo e para o futuro.

Não se tem reparado aliás que já antes de Sérgio outros autores – aliás historiadores de mérito – Lopes de Mendonça e João Braz de Oliveira tinham, de passagem, chamado a atenção para a motivação comercial da empresa (entre outras). Até mesmo Pinheiro Chagas lembrara que a posição de “*Ceuta tornara-a um empório de comércio importantíssimo entre o Oriente muçulmano e o Ocidente cristão*”²⁰. E já nos finais do século XIX Henrique Lopes de Mendonça considerara Ceuta “*o porto mais importante da costa de Marrocos (...), cidade riquíssima na embocadura do Mediterrâneo, a qual era o centro do comércio entre as cidades do Levante e a Europa Ocidental* [referia-se, evidentemente, aos princípios do século XV]”²¹. Por outro lado, o autor de *A Portuguesa* insistira num outro tópico que Sérgio e Cortesão retomariam: os descobrimentos portugueses como resultado de um plano científico estudado que visava o Oriente, como se numa lógica historicista o movimento em direcção a Ceuta antecipasse já os desenvolvimentos futuros. Só que, enquanto Lopes de Mendonça atribuía esse plano ao Infante D. Henrique, o autor dos

¹⁸ António Sérgio, *Ensaio I*, Lisboa, Sá da Costa, s.d. (1ª ed., 1920), p. 267.

¹⁹ Michel Margairaz, “Histoire économique”, Delacroix, C. et alia (dirs.), *Historiographies. Concepts et débats*, vol. I, Paris, Ed. Gallimard, 2010, p. 296.

²⁰ M. Pinheiro Chagas, *História de Portugal popular e ilustrada*, vol. III, Lisboa, Escritório da Emoresa, s.d., p. 506.

²¹ Lopes de Mendonça, *De Ceuta ao Cabo da Boa Esperança*, Lisboa, Liv. Profissional, [18--] s.d., p. 4.

*Ensaio*s atribuía esse “*plano de conjunto*” a um pensamento profundamente elaborado por uma elite. Note-se, por último, que a sua hipótese explicativa *a priori* (como ele próprio reconhecia) se inspirava numa ideia reacionalista, num *dever-ser*: Sérgio sublinhava que o pensamento precedia o acontecimento. No contexto da instabilidade política e da incerteza da I República esta tese encerrava uma mensagem pragmática evidente: a necessidade de uma elite bem preparada e dotada de um projecto e que, tal como no século XV, desse corpo a um desígnio nacional. Nesse sentido a elite seria exemplar.

A partir de decénio de 1920 Ceuta viria a ter grande relevo na historiografia portuguesa até aos princípios do séc. XX. Como explicá-lo? Em momentos diferentes, o ousado e controverso ensaio de António Sérgio suscitou reacções por parte de três outros historiadores e ainda uma posterior réplica por parte do seu autor em 1932 (depois incluída nos *Ensaio*s IV, em 1934). Em 1925, Jaime Cortesão valorizou a novidade da reflexão do ensaísta: a intuição de que Ceuta poderia ser “*um passo decisivo para a solução do problema do alto comércio, o tráfico do Oriente*”. Mas logo observava que Sérgio não tinha considerado um aspecto essencial: o do “*excepcional valor estratégico de Ceuta*”²². Para Cortesão a questão era tanto mais significativa quanto estava bem consciente do isolamento em que Portugal se encontrava relativamente aos outros povos peninsulares: nesse sentido era como que uma ilha comparável à Inglaterra. Por outro lado, distanciava-se da sobrevalorização da burguesia comercial e marítima, admitindo contudo que João Afonso defendia os interesses da burguesia comercial – mas não atribuindo ao vedor da Fazenda qualquer “delegação” que poderia estar implícita no ensaio de António Sérgio. Cortesão sublinhava, na linha de David Lopes, o valor estratégico da cidade na defesa do comércio marítimo do Mediterrâneo e na vigia dos movimentos oceânicos de Castela.

Contributo marcante para a compreensão do acontecimento foi o do arabista David Lopes. Este historiador traçou um balanço crítico das principais teses para esclarecer a problemática das razões que motivaram a conquista de Ceuta (Oliveira Martins, António Sérgio, Cortesão)²³. Pôs de parte a ideia de que teria havido uma motivação de busca de trigo, pois não haveria *déficit* cerealífero. Fundamentando-se em Fernão Lopes, admitia a existência de uma burguesia comercial dinâmica e punha em causa a tese de Oliveira Martins que centrara a empresa na vontade e determinação do Infante D. Henrique – no que concordava com António Sérgio. Mas também divergia deste último. Por outro lado, David Lopes distanciava-se da tese de Joaquim Bensaúde, que sobrevalorizava o pensamento político religioso do Infante e a ideia de cruzada. É que a seu ver o chamado perigo turco só se tornaria evidente mais tarde, após a queda de Constantinopla²⁴. A tomada de Ceuta não teria resultado num golpe sobre os Turcos que não foram afectados no seu poderio terrestre nem marítimo. A tese de Bensaúde também seria contestada

²² Jaime Cortesão, *A tomada e ocupação de Ceuta*, Lisboa, Impr. Limitada, 1925, p. 22. Note-se que nos finais do século XIX, Angel Ganivet vira também a Espanha como “quase ilha”. Cf. *Idearium Español, el porvenir de España*, 8ª ed., Madrid, Espasa-Calpe [1970].

²³ David Lopes, *História de Arzila durante o domínio português*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1924.

²⁴ Id., “Os Portugueses em Marrocos: Ceuta e Tanger”, *História de Portugal*, dir. de Damião Peres, vol. III, Barcelos, Portucalense Ed., 1931, p. 402.

por Duarte Leite. Mas o contributo fundamental de David Lopes centrava-se na problemática geo-estratégico:

“Ceuta era pela sua posição geográfica uma base naval de primeira ordem, não só serviria de apoio à navegação ítalo-portuguesa que se fazia pelo estreito, como também para reprimir ou tolher a pirataria dos mouros nas costas do Atlântico.” E notava que a conquista não foi feita ao acaso, “mas fazia parte de um plano de expansão económica”²⁵.

A motivação religiosa e o espírito de Cavalaria teriam ainda ajudado (mas estes factores eram sobrevalorizados sobretudo por Joaquim Bensaúde, o que motivaria uma posterior polémica com Duarte Leite)²⁶.

Ainda em 1925, na revista *Lusitânia*, António Sérgio respondeu aos seus críticos. Elogiava os trabalhos de Cortesão e de David Lopes (sem esquecer Lúcio de Azevedo e Paulo Mereia), notava os pontos de convergência entre a sua posição e as dos referidos historiadores, mas também os contributos novos que estes tinham dado. E aproveitava as suas observações críticas para melhor esclarecer a sua posição racionalista. Aceitava a crítica de Cortesão segundo a qual haveria exagero na importância mercantil que atribuíra a Ceuta. Mas continuava a admitir – contra o reparo de Cortesão que negava um acordo prévio entre a burguesia e o vedor da Fazenda João Afonso²⁷ – que por detrás deste último se movia uma força decisiva, a de uma burguesia comercial e marítima, numa cumplicidade entre financeiros e mercadores. Quanto à hipótese que formulara nas *Considerações histórico-pedagógicas...*, em 1915 – o recurso ao trigo de Marrocos para abastecimento de Portugal como motivação para o expansionismo nesta região do Norte de África – António Sérgio hesitava contudo em abandoná-la.

Impõe-se ainda uma breve referência à crítica de Mário de Albuquerque ao ensaísta na sua tese de doutoramento defendida na Faculdade de Letras de Lisboa (1930)²⁸. Albuquerque desqualificava António Sérgio (chamava-lhe “publicista” e acusava-o de diversas “fantasias”), criticava em diversos passos a interpretação que o ensaísta fizera da crónica de Zurara e sobretudo fazia notar uma insuficiência da sua tese: este não teria conseguido

²⁵ Id., *Idem*. p. 406.

²⁶ Sobre a tese de Joaquim Bensaúde veja-se Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaios*, 1ª ed., vol. II, Lisboa, Sá da Costa, 1968, pp. 65-96 e Jorge Semedo de Matos, “Bensaúde, Joaquim”, *Dicionário de Historiadores Portugueses* (coord. de Sérgio Campos Matos) http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_bensaude.htm, sem esquecer, também sobre a polémica entre Bensaúde e Duarte Leite João Marinho dos Santos e José M. Azevedo e Silva, *A historiografia dos descobrimentos através da correspondência entre alguns dos seus vultos*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2004, pp. 96-101 e pp. 121-127.

²⁷ António Sérgio, “Repercussões duma hipótese: Ceuta, as navegações e a génese de Portugal”, *Ensaios IV*, Lisboa, Sá da Costa, s.d., pp. 199-201.

²⁸ Mário de Albuquerque, *O significado das navegações e outros ensaios*, Lisboa, s.n., 1930. Sobre a polémica veja-se Armando Luís de Carvalho Homem, “Mário de Albuquerque e António Sérgio: reavaliação de uma polémica” *Estudos em memória do Prof. Doutor Mário de Albuquerque*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 177-235.

comprovar a participação de uma alegada burguesia cosmopolita na tomada de Ceuta. Por outro lado, Mário de Albuquerque propunha a sua explicação para a conquista da cidade: para ela teriam concorrido causas sociais e causas espirituais, a desocupação da nobreza, o espírito de cavalaria, a religiosidade, a crise económica²⁹.

O ensaísta responder-lhe-ia em 1932³⁰ (texto depois reunido nos *Ensaio IV* em 1934) em termos contundentes, não o nomeando e considerando-o um exemplo típico da mentalidade que dominava na Universidade portuguesa da época e um “*crítico atrabiliário*”. Aproveitava para esclarecer qual a sua posição em ciência:

“... não é realizável na interpretação histórica a fase final da verificação da hipótese. Impossível ressuscitar o monarca de Avis, ou os filhos do rei, ou a burguesia de então, e meter-se a nossa alma para dentro deles, a fim de verificarmos uma certa hipótese acerca dos intuitos que os fizeram agir. Não se pode exigir de uma hipótese histórica uma certeza que as da ciência não pretendem ter. A única verificação de uma hipótese histórica (*refiro-me às relativas aos movimentos gerais*) é a própria coerência do conjunto de ideias a que preside a hipótese que se imaginou. Assim sucede precisamente com as hipóteses gerais das ciências físicas. A prova da hipótese – repito – é o grau de clareza com que nos faz ver as coisas, a unidade inteligível que introduz nos factos, nos testemunhos variados, nas percepções havidas. É essa a prova, e essa só” [sublinhado meu]³¹.

Mas sobretudo Sérgio aproveitava para desenvolver a sua crítica ao eruditismo e à “*mentalidade arquivística*” ou “*historicismo arquivístico*” que, a seu ver, dominava no meio historiográfico português. O que importava a seu ver era uma atitude de livre exercício intelectual de análise e relação, o “*fantasiar*” hipóteses, com gostava de dizer. E evocar um caso de sucesso de uma elite económica, associada a uma elite política dotada de um desígnio nacional bem estruturado e concreto.

Que resultou de toda esta série de interpretações diferenciadas? A discussão sobre a tomada de Ceuta inscreve-se (e em parte antecede) numa outra mais geral sobre as raízes dos descobrimentos e da expansão ultramarina portuguesa em que intervieram também, entre outros, Jaime Cortesão, Joaquim Bensaúde, Duarte Leite, Veiga Simões e, depois, Magalhães Godinho (a partir dos anos 40) e Borges Coelho (anos 60). Pelo seu carácter parcial e demasiado centrado no ponto de vista nacional algumas das teses produzidas acerca da conquista de Ceuta têm hoje um mero interesse histórico, também é verdade que estes debates contribuíram não pouco para o avanço da investigação. A interpretação de David Lopes deixaria marcas na historiografia portuguesa no que respeita à problemática geo-estratégica: refiram-se os mais recentes trabalhos de Jorge Borges de Macedo,

²⁹ Id. *Idem*, p. 66.

³⁰ António Sérgio, “Repercussões duma hipótese: Ceuta, as navegações e a génese de Portugal”, *Op.cit.*, s.d. (texto datado de 1932), pp. 204-224.

³¹ Idem, p. 207.

António Dias Farinha e Luís Miguel Duarte ³². No final dos anos 80, Jorge Borges de Macedo teceu considerações críticas que configuravam uma nova visão da problemática:

“... não havia razões imediatas, económicas ou religiosas, para a conquista de Ceuta naquele momento. Foi até necessário consultar os teólogos sobre a sua legitimidade e a resposta não foi clara. De todos os textos contemporâneos a respeito desse acontecimento, resulta um aspecto de grande interesse: só dão, justamente, justificações gerais. Na verdade, assim tinha de ser. As razões para a conquista eram outras. A operação militar é o resultado de uma estratégia, deriva directamente da insuficiência do apoio provável da Inglaterra a Portugal no século XV e tem em vista assegurar para Portugal uma maior área de intervenção para o equilíbrio peninsular ibérico, de modo a poder agir como forma de pressão sobre Castela, por um lado, e de valorização do reino aragonês no Sul, por outro”³³.

Borges de Macedo situava o problema num plano europeu de diplomacia internacional e reavaliava o valor estratégico de Ceuta, agora num quadro mais amplo. E, como já procedera noutros contextos, contestava em termos críticos a pertinência do conceito de burguesia aplicado à época. Mas a valiosa tese de David Lopes não deixou de ser controversa: ainda recentemente, Vitorino Magalhães Godinho veio contestar a sua suposição de que na conquista não teria havido motivação de busca de trigo³⁴.

Finalmente, se as comemorações de 1915 tiveram escassa projecção pública e mediática, também é verdade que contribuíram não pouco para colocar a temática de Ceuta na agenda de ensaístas e historiadores. A reedição da crónica de Zurara teve grande relevância: durante décadas continuaria a ser a fonte principal (quando não exclusiva) à luz da qual se formularam as mais variadas interpretações.

A fortuna do tema da conquista de Ceuta na historiografia do século XX dever-se-á também à permanência, até bastante tarde, de um conceito de nação ultramarina e a uma marca historicista e nacionalista que prevaleceu na escrita da história durante o Estado Novo. Essa marca historicista com referência a Ceuta está aliás bem presente na memória colectiva: na toponímia e no comércio – há diversas ruas e estabelecimentos de restauração com esse nome em cidades portuguesas como Lisboa, Porto e Coimbra –, na filatelia – se em 1915 não foi emitido nenhum selo, como referi, aquando do centenário do nascimento de Camões, circulou um selo intitulado *Camões em Ceuta*, com desenho de Alberto de Sousa, e exemplares a várias cores e vários preços – sem esquecer as artes decorativas – caso do painel de azulejos de Jorge Colaço na Estação de São Bento, no Porto 1905. E mais recentemente, aquando do VI centenário do acontecimento (2015)

³² Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa Constantes e linhas de força*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, s.d., pp. 41-43, António Dias Farinha, *Portugal e Marrocos no século XV*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990 e Luís Miguel Duarte, *Ceuta 1415, 600 anos depois*, Lisboa, Livros Horizonte, 2015.

³³ Jorge Borges de Macedo, *História diplomática...*, pp. 42-43.

³⁴ Vitorino Magalhães Godinho, *Portugal. A emergência de uma nação*, Lisboa, Ed. Colibri, 2004, p. 55.

foi emitida uma medalha comemorativa³⁵ e uma colecção de selos³⁶. O que bem mostra como o tema permanece bem vivo numa cultura histórica portuguesa que não ultrapassa o âmbito memória nacional. No entanto, já desde finais do século XX o olhar historiográfico se descentrou para ter em conta fontes marroquinas, espanholas e francesas. Essa é contudo uma outra história da história.

³⁵ No “VI Centenário Da Conquista De Ceuta – Início da Expansão Marítima Portuguesa Pelo Mundo”. No anverso está representada uma gravura da cidade de Ceuta e no reverso um baixo-relevo representando o Infante D. Henrique com uma caravela na mão. Foi editada por Clube Militar Naval, o Clube do Sargento da Armada e o Clube de Praças da Armada e concebida por Herlander Zambujo. Além da anterior medalha em prata “Conquista de Ceuta-1415 Nau de S. Cristovão” “D. João I - Mestre de Avis 1357-1433”, que não conseguimos datar.

³⁶ No recente *site* dos CTT e justificando esta colecção de selos, surge ainda uma interpretação historicista e determinista da conquista de Ceuta: “Foi a chegada dos portugueses a Ceuta *que determinou o modo como decorreria a expansão portuguesa no Norte de África, a exploração do Atlântico, e depois as viagens dos nossos navegadores pelo mundo*”, Cf. “CTT Dedicam Selos aos 600 Anos da Chegada dos Portugueses a Ceuta”, <https://www.ctt.pt/ctt-e-investidores/comunicacao-e-patrocinios/media/noticias/ctt-dedicam-selos-aos-600-anos-da-chegada-dos-portugueses-a-ceuta>.

AS COMEMORAÇÕES DO V CENTENÁRIO DA TOMADA DE CEUTA EM 1915 VISTAS PELOS RELATOS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA E DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

Luís Aires-Barros

I

Este ano decorrem as comemorações do VI Centenário da tomada de Ceuta e ainda o V Centenário da morte de Afonso de Albuquerque.

Por todo o país tem havido manifestações culturais evocando estes acontecimentos de significado maior na História de Portugal e que tiveram repercussão de âmbito geral nos seus tempos históricos, bem como para além deles.

Sucedem que há cem anos, as duas principais instituições científico-culturais sediadas em Lisboa dedicaram particular atenção a estes dois centenários. Foram os casos da Academia das Ciências de Lisboa e da Sociedade de Geografia de Lisboa.

O mesmo se passa hoje, mas agora com maior participação das instituições culturais, como é o caso das Academias Portuguesa da História, da Marinha, da Comissão Portuguesa de História Militar, da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e do Instituto de Cultura Europeia e Atlântica, entre outros.

Tendo participado em boa parte das manifestações actuais tive necessidade de ler o essencial dos textos publicados há cem anos aquando das comemorações centenárias em apreço. Dedicarei especial atenção à Tomada de Ceuta.

Farei, de modo breve, uma releitura daqueles textos, não só importantes como marcantes da época em que foram produzidos.

A Academia das Ciências de Lisboa, realizou uma sessão solene a 16 de Dezembro de 1915 para comemoração de duas datas memoráveis.

Sigamos as palavras de Henrique Lopes de Mendonça então Presidente da Academia das Ciências na sua alocução perante o Presidente da República. “*Dentro do ano presente, por coincidência que algo de misterioso aparenta, caía o quinto centenário da conquista de Ceuta, a 21 de Agosto, e o quarto centenário da morte de Afonso de Albuquerque, a 16 de Dezembro. No mesmo ano, rememorava-se o início da expansão portuguesa além das fronteiras continentais, e o auge da grandeza marítima de Portugal: uma aurora e um meio dia esplêndido*”. (Lopes de Mendonça, 1916, pp. 5 e 6).

E mais adiante prossegue este autor: “*Um Jubileu nacional, retumbante e radioso devera preencher êsse intervalo de quatro mezes, síntese comemorativa do maior século de Portugal*”. (op. cit. p. 6).

A Academia com a Sociedade de Geografia de Lisboa se muito sonhavam quanto às comemorações a promover, ficaram-se, por uma sessão solene naquela Sociedade, e uma outra na Academia das Ciências agora com a colaboração da Sociedade de Geografia.

As contribuições nestas sessões foram publicadas, na Sociedade de Geografia em 1915, e na Academia das Ciências em 1916.

É a releitura de alguns destes textos que apresentamos.

II

Começaremos pelos estudos inseridos no Boletim da Sociedade de Geografia.

Há um estudo sobre *La prise de Ceuta par les portugais*. Este trabalho é de autoria do General de Divisão Carlos Roma do Bocage que, além de engenheiro militar foi publicista, político e diplomata tendo sido Ministro dos Negócios Estrangeiros no Ministério de Wenceslau de Lima. É um texto interessante, por vezes grandiloquente. É particularmente metucioso ao mencionar e até comentar os rumores que atravessavam a Europa de então procurando desvendar as intenções e os fins de expedição tão vasta e bem preparada, mas sem destino conhecido.

O autor termina o seu trabalho com duas conclusões e uma consequência.

Ei-las: “*Les deux villes de Tétouan et de Ceuta comptaient parmi leurs repaires les plus importants et les plus dangereux pour la navigation des chrétiens, à le fin du XIV siècle et au commencement du XV^e; à tel point que nous ne croyons pas formuler une thèse trop hardie en attribuant la destruction de Tétouan (...) et la conquête de Ceuta (...) à la nécessité d’assurer la navigation côtière et le commerce maritime de leurs nationaux contre les corsaires majuresques, dont les deux villes étaient les ports d’attache*” (Bocage, 1951, pp. 32 e 33).

A segunda conclusão é que a tomada de Ceuta ficou a dever-se, muito “*à la division du Maghrib, à l’indifférence du sultan de Fez et à l’incurie de son gouverneur Salah-ben-Salah*”.

A consequência decorrente das duas conclusões referidas é que “*le 21 août 1415 est le jour où Jean I (...) initia (...) la série des conquêtes et des découverts, qui se succédèrent pendant tout de XV^e et première moitié du XVI^e siècle*” (op. cit. p. 34).

Um segundo trabalho deve-se a Ernesto de Vasconcellos e refere-se a *Uma planta de Ceuta de 1774 dedicada ao Marquês de Pombal*. Ernesto de Vasconcelos, almirante, secretário-geral perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa foi obreiro fundamental do lançamento do conhecimento geográfico dos territórios ultramarinos então governados por Portugal.

Diz o autor: “*A planta de Ceuta (...) tem para nós grande interesse, não só por ser exemplar único, executado à pena e aguarelado, mas também pela sua dedicatória ao Marquês de Pombal (...)*” (Vasconcellos, 1915, p.40). Convém recordar a existência deste documento pertencente aos arquivos da Sociedade de Geografia, cuja edição em *fac-simile* se publicou.

Detendo-se um pouco sobre este estudo geográfico e cartográfico, o autor cita os dois exemplares existentes na Sociedade de Geografia de Lisboa. Um “*é um trabalho das plantas de Ceuta original manuscrito, feito por Dechermont et St. Louis, em 1774 e dedicado ao Marquês de Pombal; o outro é de Montojo, reproduzido pelo Almirantado Britânico para uso da navegação*” (Vasconcellos, 1915, pp. 37 e 38). Cita ainda três vistas perspectivas que reproduziu e comentou em pormenor.

Em relação à planta dedicada ao Marques de Pombal de 1774 e que foi descrita e publicada, o autor do artigo que comentamos fez ainda a sua comparação com a planta do almirantado inglês disponível à época. Por este estudo comparativo conclui Vasconcellos (op. cit. p. 42) que “*comparando também a planta da parte que corresponde propriamente à cidade, notar-se há, por ambos os espécimens, que poucos progressos se tem realizado. Algumas novas edificações se denunciam, mas o delineamento geral mantém-se em ambas as plantas*”.

Pelo seu interesse inserimos a planta de Ceuta pela primeira vez descrita por Ernesto de Vasconcelos.

O trabalho que comentarei agora é a nota extensa de Vicente Almeida d’Eça com o título *Ainda a Escola de Sagres*.

Vicente Maria de Moura Coutinho de Almeida d’Eça, vice-almirante, escritor, professor da Escola Naval, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa de 1922 a 1924 foi uma personagem saliente da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX.

O mito da Escola de Sagres merece alguma atenção e o trabalho de Vicente de Almeida d’Eça aborda-o não só com seriedade, mas procurando fundamentos históricos para averiguar da sua existência.

Recorda Almeida d’Eça: “*Há na História nomes e factos que parecem ter o triste condão de provocar discussões e por vezes discórdias, sempre que alguém se lembre de os citar...*” (Almeida d’Eça, 1915, p. 63). Chama à colacção a designada Escola de Sagres e afirma: “*Parece que, para uns, negar a existência da imaginada escola, demonstrar, com torrente caudalosa de argumentos, que ela não é mais que uma lenda, é obra de maior benemerência, pois assim se consegue demolir parte importante da imerecida fama do Infante; ao passo que outros, por sua vez, pensam que é indispensável manter, a todo o transe, como verdade histórica, a existência da escola, para que não se espedace um florão sequer de apoteose do Navegador*”. (op. cit. p. 64).

Após discorrer ao longo de uma dezena de páginas conclui “*que durante a primeira dinastia, e considerando principalmente os tempos a partir de D. Diniz, a função marítima era exercida pelos Portugueses nas seguintes aplicações, pela sua ordem de importância: pescarias, comércio, guerra e corso. Segue-se apurar como era o instrumentado, o órgão para exercer essa função, isto é, o navio, e como se empregava esse órgão, como se navegava*” (op. cit. p. 70).

E mais adiante, após nova incursão histórica afirma: “*Parece-me, porém, que tudo se pode reduzir a quatro tipos: para a guerra a galé, para o comércio e navegação longínqua a nave, para a pesca a pequena distância dos portos a lancha, para a pequena cabotagem e pescas*

mais afastadas, principalmente no Algarve, a barca. Da barca saiu a caravela, empregada por D. Henrique de certa época em diante". (op. cit. p. 72).

Discorre, o Almirante Almeida de Eça sobre o "*saber prático dos mareantes do século XIV e alvares do século seguinte*". Citando Gaspar Correia na *Lenda de Vasco da Gama*: "*porque então nom havia navegar per altura, nem cartear, somente a agulha para conhecer os ventos e as sondas de prumo correndo costas, conhecença das terras e boa estimativa do entendimento que lhe Deos dava*". E termina o nosso Almirante: "*conhecença das terras, este, sim era o principal guia dos navegadores d'aqueles tempos*" (op. cit. p. 75).

O autor que estou seguindo faz, então, uma listagem de factos que resumo:

1. O Infante D. Henrique passou longas temporadas em Sagres.
2. Jayme de Maiorca esteve em Sagres, com o Infante, algum tempo.
3. D. Pedro ofereceu a D. Henrique o livro de Marco Polo e um mapa-mundo.
4. Os homens do Infante descobriram as ilhas de Porto Santo, Madeira, Açores e dobraram o Cabo Bojador e navegaram mais para sul.
5. Estes navegadores levavam instruções adequadas e iam munidos de cartas aperfeiçoadas, embora rudes e agulhas melhoradas.
6. A partir de certo tempo estes navegadores passaram a embarcar em caravelas usando pano latino.
7. Falecido o Infante a direcção da continuação dos descobrimentos passou para Lisboa sob orientação de D. João II.

E continua Almeida d'Eça "*se todos esses factos são verdadeiros, Sagres é a palavra simbólica do Infante e dos seus homens, Sagres foi a escola da navegação no tempo do Infante D. Henrique, como as praças d'África foram a escola da arte de guerra por aqueles mesmos tempos*" (op. cit. p. 83).

Prosseguindo no seu interessantíssimo estudo o Almirante procura descobrir "*quem primeiro praticou o negregado delicto de falar na Escola de Sagres*" (op. cit. p. 83).

E passo a citar pelo verdadeiro interesse que tem para o assunto em estudo. "*A diversos se tem atribuído o malefício, escrevendo-se em geral que ele só começou a ser praticado nos fins do século XVIII. Ora em 1758 publicou-se em Lisboa um livro intitulado A vida do Infante D. Henrique, de que foi autor Francisco José Freire, que nas letras adoptará o nome poético de Candido Lusitano; edição excelente, bom papel, optima letra, como se imprimia naquela época; estilo empolado com falas á Tito Livio, como também era da época; critica de pouco ou nenhum valor; pobreza de fontes, pois quase se reduzem a João de Barros. Não sei que efeito produziu a obra ao sair a publico: sei que mais tarde se disse mal dela e ninguem a leu. Mas, em verdade, todo o livro tem alguma vantagem, pelo menos, para evitar os erros que nele se descubram. É o caso com a obra de Candido Lusitano; denunciemos as passagens criminosas: «O estudo da geografia lhe havia levado grande aplicação... Na sua vila, a que dera o nome da Terça Nabal, e depois lh'ò trocaram pelo de Sagres, fundada por ele na enseada do Sacro Promontorio, como sitio mais acomodado para suas observações, facilitando-lh'as a desmedida eminencia daquele Cabo... Para isso os instruiu (a Zarco e Tristão Vaz) nas Taboas de Pto-*

meu, em que tinha um estudo de professor (pág. 150 a 154)... O seu palacio seminario de Sabios astronomicos e professores...» E por fim, na peroração do altisonante elogio: «Com efeito a sua casa era uma escola, onde os reis se proviam dos fidalgos mais dignos para os cargos da guerra e da politica... O palacio de tão grande principe... seminario de sábios astronomicos e geografos, que deram luz áqueles tempos pouco experimentados, a que outros chamarão rudes. Tais quais foram, o mundo os reconhece ainda hoje por mestres da navegação; magistério alcançando ora pela disciplina do Infante, ora pela lição perigosa de mares escondidos, sulcados com tal atrevimento, que se a empreza se contara de idades mais escuras, que não teria fabulado a fama dos novos Argonautas?».

Que tal? Instruir, taboas de Ptolomeu, professor, seminario, observações, sabios astrónomos, estudo da geografia, escola, magisterio, mestres, lição - não ha que vêr; é a Escola de Sagres, inteira e acabada. Caiu o livro sob os olhos d'algum estrangeiro, pouco entendido no nosso estilo retumbante do seculo XVIII; tomou a nuvem por Juno; e assim nasceu e correu mundo a fantasia, a lenda". (pp.83 e 84).

A designada Escola de Sagres é um dos grandes mitos da História Portuguesa. Recordo duas opiniões abalizadas. A primeira do Prof. Luís de Albuquerque que diz taxativamente: *“que resta da «Escola de Sagres», pensada como uma verdadeira instituição de ensino de matemática e de astronomia? Absolutamente nada! E entende-se porquê: não era possível preparar marinheiros com exposições teóricas que lhes haviam de ser completamente inúteis; mas tão-pouco era viável prepará-los praticamente, porque se ignorava de todo as dificuldades que iam enfrentar e vencer. Eles mesmos encontraram na prática das navegações os meios para as resolver, com auxilio de astrólogos a quem bastava, para isso, usar conhecimentos rudimentares de astronomia.*

Quer dizer: em sentido completamente diferente, que tenha em vista as práticas do mar, de uns para outros transmitidas, a «Escola de Sagres» (ou preferentemente: «Lagos») existiu. De Lagos partiam, com efeito, navegadores que no dia-a-dia de bordo reconheceram ventos e correntes: ensaiaram as mais aconselháveis derrotas para as navegações desejadas: acabaram por recorrer a homens apetrechados com outro saber para lhes indicarem um meio de determinarem, aproximadamente, a sua posição ocupada durante os muitos dias do mar aberto que sulcavam; e indagaram as condições a que deviam satisfazer os seus navios para vencerem do melhor modo as dificuldades que o mar ou o reconhecimento das costas lhes ofereciam”. (Albuquerque, 1990, pp.26 e 27).

Já para o Prof. Luciano Pereira da Silva referindo-se à “Escola nova”, de observação directa da Natureza diz taxativamente que *“as bancadas de estudo iam ser as pranchas das caravelas, impedidas pelos ventos sobre as ondas”* (Pereira da Silva, 1954, p. 227).

Henrique Lopes de Mendonça numa bela síntese que intitulou *As duas políticas* termina esta nota de escassas quatro páginas, dizendo *“É por isso que neste ano fatídico de 1915, cheio de horrores da guerra, Portugal deve saudar com entusiasmo patriótico essas duas grandes tradições: Ceuta, uma aurora; Albuquerque, um zenith”.* (Lopes de Mendonça, 1915, p. 92).

No volume editado pela Sociedade de Geografia de Lisboa comemorativo do V Centenário da tomada de Ceuta, há ainda um texto de A. Braancamp Freire sobre

Albuquerque no Cancioneiro, outro de Afonso de Dornellas sobre *Os túmulos de D. Pedro e D. Duarte de Menezes* primeiro e segundo Governadores de Ceuta. Já referi a nota de Lopes Mendonça e deve referir-se o estudo *Marrocos* de Carneiro de Moura.

Neste artigo o seu autor sustenta a tese de que “*se Portugal, depois de levar a toda a parte a influencia da sua civilização, se tem confinado na obra politica e de domínio que se limitasse á acção mediterrânica, com base no domínio marroquino, outro teria sido o seu caminho através da História. Tudo teria mudado*”. (Moura, 1915, p. 94).

Mais adiante continua este professor da antiga Escola Colonial, fundada em 1906 na Sociedade de Geografia “*teria sido possível a Portugal, com firme e habil politica, criar, defender, sustentar e engrandecer uma prolongação do seu domínio do Gharb d’além mar. Mais facilmente o teria feito do que sustentar o imperio da India, onde ficou perdido muito e mal empregado esforço de gente portugueza. Hoje, Marrocos é um anacronismo junto à civilização europeia*”. (op. cit. p. 95). É uma visão original do que poderia ter sido o nosso destino histórico...

Segue-se uma nótula de duas páginas de João Cardoso Júnior sobre *Plantas toxicas e medievais de Marrocos*.

Fecha o boletim comemorativo com o trabalho *Subsidio bibliográfico para a História da Conquista de Ceuta* onde se indicam as 54 obras existentes na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa, fazendo para cada uma sucinto comentário. Evidencia bem a riqueza desta Biblioteca.

III

A Academia das Ciências de Lisboa dedicou, também, especial atenção aos centenários de Ceuta e de Afonso de Albuquerque. Realizou uma Sessão Solene comemorativa destas efemérides em 16 de Dezembro de 1915, quarto centenário da morte de Afonso de Albuquerque.

Faremos, também, uma releitura do essencial das comunicações apresentadas na mencionada Sessão Solene da Academia das Ciências que foram publicados em 1916.

Abre esta publicação com a alocução do Presidente da Academia, na altura Henrique Lopes de Mendonça, que historia as vicissitudes por que passou o “*sonho grandioso*” que se cingiu à Sessão Solene de 16 de Dezembro de 1915 com a colaboração da Sociedade de Geografia. E salienta com alguma mágoa: “*Um jubileu nacional, retumbante e radioso, devera preencher êsse intervalo de quatro mezes, síntese comemorativa do maior século de Portugal. Nele cabia a evocação das mais límpidas glórias da nossa raça, desde o infante D. Henrique, o visionário de mundos, até Afonso de Albuquerque, o construtor de impérios; ciclo fulgurante onde cabiam os nomes de Gil Eanes, de Afonso V, de João II, de Diogo Cão, de Diogo de Azambuja, de Bartolomeu Dias, de Vasco da Gama, de Duarte Pachêco, de Alvares Cabral, de D. Francisco de Almeida... Espalho ao acaso um punhado de poeira diamantina, que durante êsse período levantariamos das entranhas da história aos olhos do mundo deslumbrado. Isto se deveria fazer, para honra nossa*”. (Lopes de Mendonça, 1916, p. 6)

Todavia a “*magra contribuição*” no dizer de Lopes de Mendonça se resumiu em “*uma sessão solene ali se realizou então, para a qual a benemérita Sociedade amavelmente solicitou a cooperação da Academia. Outra sessão solene realiza hoje a Academia das Ciências, reciprocamente honrada com a colaboração da Sociedade de Geografia de Lisboa, comemorando o quarto centenário da morte de Afonso de Albuquerque*”. (op. cit. p. 8).

O segundo texto que comentarei é o *Relatório dos trabalhos da Comissão Académica dos Centenários* apresentado pelo seu secretário António Baião, eminente historiador e pedagogo, director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, sócio efectivo da Academia Portuguesa da História.

Neste Relatório, o seu autor refere que “*bem longa seria a enumeração das comunicações científicas feitas no decurso das nossas reuniões; bem longa e bem interessante. Mas a comissão tem no prélo as suas actas e delas constam todas com a devida e precisa minúcia. Bastará por agora que lancemos os olhos para as publicações já feitas e para as já principia-das*”. (Baião, 1916, p. 13).

São mencionadas, de seguida as quatro publicações feitas a que António Baião acrescenta comentário judicioso. As publicações feitas foram: *Anais de Arzila, crónica inédita do século XVI* por Bernardo Rodrigues publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa e sob a direcção de David Lopes, sócio efectivo da mesma Academia.

Documentos das Chancelarias Reaes anteriores a 1531 relativos a Marrocos publicados por ordem da Academia sob a direcção de Pedro de Azevedo, seu sócio correspondente. *Livro de Guerra de Ceuta* escrito por Mestre Mateus de Pisano em 1460 publicado por ordem da Academia das Ciências de Lisboa e vertido em português por Roberto Corrêa Pinto, coronel de engenharia e antigo professor do Colégio Militar. *Alguns ascendentes de Albuquerque e o seu filho à luz de documentos inéditos – A questão da sepultura do Governador da Índia*, memória publicada por ordem da Academia das Ciências de Lisboa por António Baião, seu sócio correspondente.

Quanto a publicações em prelo cita sete que também comenta.

O terceiro texto inscrito na publicação em análise é o discurso do presidente da Comissão Oficial dos Centenários, Anselmo Braamcamp Freire.

Trata-se de um escritor, arqueólogo e genealogista de renome. Foi deputado às Constituintes de 1911 e presidente do Congresso até à proclamação da Constituição da República de 1911. Foi presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa de 1913 a 1921 ano da sua morte.

O discurso historia os antecedentes da constituição desta Comissão Oficial das Comemorações recordando que o Presidente da Republica que ora presidiu à Sessão Solene, Bernardino Machado era em 1912 presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e chamara a atenção do governo para a “*conveniência de se solenizarem aquelas datas*”.

Cita a incumbência da Academia das Ciências de Lisboa de “*ficar encarregada dos trabalhos históricos e literários relativos às comemorações*” (op. cit. p. 27) e refere a eleição da Comissão Executiva nomeando os seus treze elementos, sendo quatro da Sociedade de Geografia (Vicente de Almeida d’Eça, Ernesto de Vasconcelos, Alfredo da Cunha

e Francisco da Silva Teles). O Presidente desta Comissão Executiva, era o mesmo da Grande Comissão, ou seja, o Presidente da Academia das Ciências, Henrique Lopes de Mendonça.

Foi elaborado e aprovado o “programa das festas” em sessão de 22 de Julho de 1913.

Braamcamp Freire é cáustico ao referir-se a este “programa de festejos”, ao dizer: “*não o lerei porque, alem de extenso, não passa hoje de um bocado de papel, sem outra valia senão a de salvar as responsabilidades das comissões. Não o lerei pois, mas enviá-lo-hei para ser transcrito na acta da presente sessão*”. (op. cit. p. 28).

É muito interessante ler o projecto do programa geral inserto como anexo ao texto de Braamcamp Freire. Previa-se a realização de uma Exposição Internacional Colonial, concursos literários e artísticos de conteúdos devidamente estabelecidos. Nos concursos artísticos previa-se um sobre a Tomada de Ceuta representado em quadro a óleo e outro sobre um projecto para um monumento ao Infante D. Henrique.

Seriam promovidos vários Congressos Internacionais cuja temática se descrevia e ainda Congressos Nacionais sobre Medicina e Agricultura.

A Biblioteca, Arquivos e Museus do Estado e outros estabelecimentos públicos organizariam, de acordo com a Comissão Executiva, várias exposições especiais. Deviam realizar-se regatas internacionais de vela e de remo com prémios pecuniários e também “*uma grande reunião naval de dreadnoughts e transatlânticos. Haveria corridas de barcos automóveis, de aviação, de automóveis, de motocicletas, de touros à antiga portuguesa. Não se esquecendo outros tipos de concursos como de tiro, de bandas regimentais e filarmónica, etc., etc*”.

Referiam-se as verbas a atribuir não só para os prémios, mas também para as ornamentações de praças, avenidas e ruas, bem como os fogos de artifício no mar e iluminação na Outra Banda.

Prevvia-se “*a transladação dos ossos de Afonso de Albuquerque da igreja da Graça para o templo dos Jerónimos que deverá ser acompanhada de um grande cortejo cívico*” (op. cit. p. 40). Este cortejo cívico deveria ter duas partes: a terrestre (da Graça ao Cais do Sodré) e a marítima (do Cais do Sodré a Belém).

Prevvia-se também a inauguração do monumento a Vasco da Gama.

De interesse especial é o artigo 14 deste “projecto de programa” onde se estabelecia que “*inaugurar-se-há por ocasião da celebração o palácio das associações coloniais, nos quais se compreendia a Sociedade de Geografia, para o respectivo projecto será aberto a concurso*”. (op. cit. p. 41).

Prevvia-se ainda uma grande parada militar e uma excursão marítima a Ceuta e às antigas praças de Marrocos.

Braamcamp Freire recorda as vicissitudes porque passou a tão desejada concretização do “programa de festas”. Refere como o tempo foi correndo sem qualquer resolução governamental e a troca de correspondência com o mesmo governo. Refere a mudança de governo em princípios de 1914 e os problemas decorrentes do início da Grande Guerra.

Com tristeza Braamcamp Freire diz: “*Desde logo entendi estar a grande comissão dissolvida; Saturno devorara a filha*”. (op. cit. p. 29).

E mais adiante conclui: “*Felizmente duas corporações não desanimaram e sem auxilio oficial, de todo, uma, e apenas compensador de verdadeiras espoliações padecidas, a outra modesta mas patrioticamente celebraram os dois centenários*”.

João de Almeida Lima, sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa, membro da sua Direcção e académico da Academia de Ciências de Lisboa, como representante daquela Sociedade fez um discurso evocando a figura de Afonso de Albuquerque.

Desta intervenção bastante laudatória para Afonso de Albuquerque retiro esta afirmação cheia de interesse e que não perdeu actualidade: “*Mas se Albuquerque foi como guerreiro de um valor difficil de atingir, talvez não fossem menos notáveis os seus méritos de politico e de diplomata, e creio que para conscienciosamente se estudar a obra de Albuquerque, é necessário considerá-la sob êsse tríplice aspecto*”. (Lima, 1916, p. 52).

É a Baltazar Osório, professor da Escola Politécnica e Director do seu Museu de História Natural que se deve um estudo sobre *Uma descrição de Ceuta*. É uma descrição a um tempo imaginária mas sobretudo suportada em opiniões e citações retiradas de diversos autores desde a Antiguidade sobre o interesse estratégico e comercial de Ceuta.

A fechar a sua descrição de Ceuta afirma: “*Nada lhe faltou, para ser conhecida na idade média; pregoavam-lhe o nome os homens de maior saber e talento, espalhavam a fama de que era hospitaleira e culta os que a procuravam para comerciar ou repousar-se*”. E prossegue: “*O comércio e o interesse parecem ter sido os seus verdadeiros fundadores*” e ainda “*parece que cuidara sempre mais de alindar-se do que de armar-se; em todos os tempos*”. (Osório, 1916, p. 65).

Termina a publicação da Academia das Ciências que estamos comentando com o discurso de Henrique Lopes de Mendonça *Sobre Afonso de Albuquerque*.

Abre este discurso de modo fulgurante dizendo: “*Retalho insignificante de uma península acantonada no extremo sudoeste da Europa, Portugal entrou abruptamente na história pela porta de Ceuta, dominou-a pela mão de Afonso de Albuquerque*”. A fechar a sua evocação do grande Albuquerque afirma: “*Arrebataram de Gôa o seu corpo, que era como o paládio da metrópole indiana. Nenhum governo de Portugal quis até agora dar-lhe o jazigo que lhe compete, em frente de Vasco da Gama e de Luís de Camões. Faça-o finalmente a República. Aliás, julgar-se-há que o regimen ciumento se arreceia da possível romagem de agravados à sepultura do Justo*”. (op. cit. pp. 88 e 89).

A releitura dos dois livros que vimos comentando, lembra-nos factos significativos no país nos alvares da República relacionados com a Tomada de Ceuta e a figura de Afonso de Albuquerque. É verdade que cem anos volvidos foram de novo evocados episódios maiores da nossa História. Meditando nisto me pergunto se hoje foram tão sentidamente evocados como há cem anos. Duvido!

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, L. (1990), “Dúvidas e certezas na História dos Descobrimentos Portugueses”, *Veja*, Lisboa.
- ALMEIDA D’EÇA, V. (1915), “Ainda a Escola de Sagres”, *Bol. Comemorativo do V Centenário da Tomada de Ceuta*, pp. 63-87, Soc. Geog. de Lisboa.
- BAIÃO, A. (1916), “Relatório dos trabalhos da Comissão Académica do Centenário”, *Centenário de Ceuta e de Afonso de Albuquerque*, pp. 11-21, Acad. Scien. de Lisboa.
- BOCAGE, C.R. du (1915), “Etude préliminaire sur la Prise de Ceuta por les Portugais – Le 21 Aout 1415”, *Bol. Comemorativo do V Centenário da Tomada de Ceuta*, pp. 15-34, Soc. Geog. de Lisboa.
- FREIRE, A.B. (1915), “Albuquerque no Cancioneiro”, *Bol. Comemorativo do V Centenário da Tomada de Ceuta*, pp. 5-13, Soc. Geog. de Lisboa.
- LIMA, J. de A. (1916), “Discurso do Representante da Sociedade de Geografia de Lisboa”, *Centenário de Ceuta e de Afonso de Albuquerque*, pp. 45-56, Acad. Scien. Lisboa.
- MOURA, C. (1915), “Marrocos” *Bol. Comemorativo do V Centenário da Tomada de Ceuta*, pp. 93-98, Soc. Geog. de Lisboa.
- LOPES MENDONÇA, H. (1915), “As duas políticas”, *Bol. Comemorativo do V Centenário da Tomada de Ceuta*, pp. 89-92, Soc. Geog. de Lisboa.
- LOPES DE MENDONÇA, H. (1916), “Sobre Afonso de Albuquerque”, *Centenários de Ceuta e de Afonso de Albuquerque*, pp. 67-89.
- OSÓRIO, B. (1916), “Uma descrição de Ceuta”, *Centenário de Ceuta e de Afonso de Albuquerque*, pp. 57-66, Acad. Scien. de Lisboa.
- PEREIRA DA SILVA, L. (1945), *A arte de navegar dos portugueses do Infante a D. João de Castro*, Obras completas, Vol. II, Univ. de Coimbra, Coimbra.
- VASCONCELLOS, E. (1915), “Uma planta de Ceuta de 1774”, *Bol. Comemorativo do V Centenário da Tomada de Ceuta*, pp. 35-43, Soc. Geog. de Lisboa.

Conferência de encerramento

CEUTA E A EXPANSÃO: UMA NOVA DEFINIÇÃO DA FRONTEIRA MARÍTIMA PORTUGUESA

Luis Adão da Fonseca

Esta é a derradeira intervenção de um colóquio dedicado à evocação da conquista de Ceuta pelos portugueses, no verão de 1415. Sendo uma reunião de média dimensão. Estão publicadas neste volume trinta e sete textos, número revelador de adesão a esta meritória iniciativa da Academia de Marinha.

A.

Numa intervenção de encerramento – como é o caso -, é evidente que a questão central tem de perguntar pelo balanço global destes três dias de trabalho. Por outras palavras, que nos revela este simpósio sobre Ceuta e sobre o ano de 1415? A pergunta, a meu ver, tem sentido. Há conhecimentos e tópicos que, abordados nas diferentes comunicações apresentadas, podem ser destacados como temas importantes. Neste simpósio, consegui encontrar 10. Vou referir cada um deles, aproveitando para incluir um ou outro comentário que considero útil.

1. Para começar, chamo a atenção para o reconhecimento da função legitimadora subjacente tanto à decisão da conquista quanto à forma como a vitória portuguesa foi aproveitada em termos de legitimação dinástica. Na sua intervenção de abertura – intitulada *Ceuta: um marco no processo legitimador da dinastia de Avis*¹-, Maria Helena Coelho sublinhou bem este problema fundamental. Como aponta, a conquista de Ceuta apresenta-se como corolário de um processo legitimador, que remonta a 1385-1386 (com as Cortes de Coimbra, a batalha de Aljubarrota, ou a Aliança Inglesa e o casamento de D. João I com D.^a Filipa de Lencastre). De facto, no verão de 1415, o que sobressai é a afirmação vitoriosa do rei de Portugal. Nestas circunstâncias, uma tal propósito não pode deixar de estar relacionado com a preocupação da monarquia castelhana de acentuar a legitimidade dos Trastâmara na realidade vitoriosa da dinastia. Mas, depois de Aljubarrota, em 1415, a dinastia de Avis era, de facto, a dinastia vitoriosa².
2. Em segundo lugar, sublinho a relação entre a conquista desta praça marroquina e a primeira expansão portuguesa no Atlântico. Durante muito tempo, foi

¹ P. 21 ss.

² Cfr. o que escrevi em “Significado da Batalha de Aljubarrota no contexto da conjuntura política europeia no último quartel do séc. XIV”, *A Guerra e a Sociedade na Idade Média* (Actas das VI^{as} Jornadas Luso-espanholas de História Medieval [2008]), Torres Novas: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, vol. 1, pag. 57-74. É evidente que este propósito não pode deixar de ter em consideração a forma como é encarada a recordação de Aljubarrota em Castela ao longo do século XV (veja-se o estudo de César Olivera Serrano, “La memoria de Aljubarrota en Castilla”, *Idem*, 2009, vol. 2, pp. 277-294).

tradicional na historiografia portuguesa defender de forma bem afirmativa uma relação de continuidade entre uma e outra coisa. Hoje em dia, sem se negar uma tal relação, os termos em que ela se desenvolveu são objeto de importantes matizações. Como seria de esperar, o tema foi abordado neste simpósio, nas comunicações de José Rodrigues Pereira (*De Ceuta para o Atlântico. As primeiras expedições marítimas portuguesas*³) e de António Manuel de Andrade Moniz (*Ceuta e as duas políticas da expansão portuguesa*⁴). Neste sentido, merece ser ainda referido o texto apresentado por Ana Paula Avelar, e intitulado *Ceuta como tópico narrativo no discurso historiográfico da expansão portuguesa*⁵. Como esta autora escreve:

A nuclearidade de Ceuta, como momento iniciador desta sequência histórica global, merece toda a nossa atenção e cuidado no precisar do modo como este espaço se constituiu enquanto tópico narrativo fundacional no discurso historiográfico da expansão portuguesa.

3. Em terceiro lugar, é relevante destacar a importância do condicionalismo geográfico. Na verdade, como acertadamente afirma Vasco Gil Mantas, *Ceuta faz parte, como Gibraltar, de uma região não isenta de problemas e de particular relevância estratégica*⁶. A este respeito, pode-se dizer que, neste caso, a geografia tem direito de veto⁷. Isto é, estamos perante uma articulação da história com os condicionalismos geográficos que afetam de forma decisiva a importância e o significado da história de cada lugar. Como escreve este mesmo autor: *Não é possível interpretar a história da cidade a não ser no contexto do Estreito de Gibraltar. Em termos pragmáticos este acidente geográfico pode definir-se como um simples local de travessia regular, não só entre o Mediterrâneo e o Atlântico, naturalmente, como entre a África e a Europa, em ambos os casos nos dois sentidos, ainda que na Antiguidade o primeiro aspeto tenha sido considerado dominante, por razões culturais e políticas, o que não sucedeu a partir do alvorecer da Idade Média, quando o segundo eixo ganha um valor acrescentado, num ou noutro sentido.*

Esta ligação entre a história e os condicionalismos geográficos revela-se assim ser da maior importância, possibilitando ao estudioso uma melhor compreensão de muitos aspetos da história de Ceuta. Neste sentido, a análise de *O condicionalismo físico do Estreito de Gibraltar e a expedição a Ceuta*, apresentada por José Malhão Pereira⁸, pode ser considerada como um trabalho verdadeiramente exemplar. Como este autor escreve no início do seu texto, antecipando algo que bem poderia ser a conclusão, *a conquista de Ceuta, que envolveu um elevado número de meios navais operando numa zona marítima de características muito peculiares,*

³ P. 167 ss.

⁴ P. 239 ss.

⁵ P. 513 ss.

⁶ Num texto intitulado *Dos feitos de Hércules aos feitos lusitanos. Ceuta e o Estreito no mundo antigo e medieval* (p. 33 ss).

⁷ Adapto, aqui, a conhecida expressão de Koselleck de que as fontes têm direito de veto (Reinhart Koselleck, *Futuro Pasado. Para una semántica de los tiempos históricos*, Barcelona: Paidós, 2993, p. 201).

⁸ P. 71 ss.

só terá tido êxito [...] porque o planeamento do assalto a uma cidade portuária fortificada, o tipo de navios empregues na missão e as decisões táticas tomadas durante a sua execução, foram as mais adequadas às características físicas, hidrográficas e meteorológicas da área.

4. Relacionadas com o condicionalismo geográfico, estão a tática e a estratégia naval, tópicos esses diretamente ligados à conquista da cidade. É o caso do tema da comunicação de Jorge Semedo de Matos (*Ceuta e o Estreito; vantagens táticas e estratégia naval, no século XV*⁹). Como este autor escreve, para compreender o valor estratégico de Ceuta, é *preciso encontrar nela um valor continuado, suficientemente forte para que tenha justificado o sacrifício da sua manutenção. Algo que está para além do entusiasmo de 1412-15 e que, de algum modo, entrou na consciência nacional e na maneira de viver de muitos portugueses. Não encontro outra razão que não esteja na relação da cidade com o Mediterrâneo e os benefícios que daí se colhem sempre. Benefícios que não se descobriram em 1415, bem entendido, mas que se vislumbrou muito antes disso, quando o comércio português e o curso que lhe esteve sempre associado, alcançou a dimensão que tinha no final do século XIV.*

E, logo a seguir, a rematar esta sua contribuição, afirma: *Hoje, as considerações de natureza estratégica são suportadas por uma área disciplinar estruturada, que não está patente na documentação medieval ou moderna. É difícil e ingrato tentar encontrar linhas de orientação estratégica de longo prazo no comportamento dos poderes do século XV ou XVI, quando elas próprias não as documentaram. Não o conhecemos na forma organizada como hoje está definida a estratégia. Mas é inegável a existência de pensamento político que não depende apenas de um soberano e que se apoia num conjunto de conselheiros e representantes de forças vivas que têm a ver com interesses de vária ordem. No caso português, no reinado de D. João I, são tomadas várias medidas que é impossível não relacionar com um objetivo concreto ligado a este comércio internacional que vai do Mediterrâneo ao Norte. A assinatura do Tratado de Windsor, em 1386, é uma delas e a conquista de Ceuta, em 1415, é outra. São dois elementos de uma só política, onde está patente a complementaridade funcional de Portugal e Grã-Bretanha, sobre uma determinada rota marítima. E é bem evidente que esta conquista, com todas as valências que trouxe ao país, foi um valor essencial no jogo internacional de alianças em que Portugal se envolveu.*

5. Como resultado deste conjunto de considerações, levanta-se a questão de saber o que representa a atuação da marinha portuguesa no Estreito e, mais particularmente, na conquista da praça. São várias as perguntas a fazer. O que é uma marinha de guerra na Baixa Idade Média? Como reconstruir, séculos mais tarde, uma frota, a sua tipologia e o número de barcos? O que representou nessa altura o embarque e o desembarque? E o que significou a conquista de Ceuta para a população portuguesa? São temas abordados com pertinência por Luís Miguel

⁹ P. 275 ss.

Duarte, num texto intitulado *A marinha na conquista de Ceuta em 1415*¹⁰ e por Amândio Morais Barros em *Repensar Ceuta. Da armada de conquista às armadas de patrulha (séculos XV e XVI)*¹¹. Também importa referir o texto de Tiago Machado de Castro, em *Viagem ao Estreito em 1524. O livro de contas de Francisco Anes Gago*¹², onde se apresenta um estudo de caso sobre a navegação de uma armada no Estreito, na primeira metade do século XVI. Relacionadas com estes assuntos têm também interesse as comunicações de Roger Lee de Jesus intitulada *Entre Ceuta, Tânger e o Estreito: o percurso norte-africano de D. João de Castro (1518-1544)*¹³ e de Marco Oliveira Borges sobre *D. Álvaro de Castro (Senhor de Cascais) em Ceuta: serviço militar e abastecimento durante as décadas de 1440-1450*¹⁴.

6. Complementarmente, esta reflexão sobre o papel da marinha não pode deixar de sublinhar a importância do curso, nas suas diferentes dimensões: estratégica, militar, política e financeira. Cada vez se torna mais evidente a necessidade de se perceber o que o curso representa na história da expansão marítima portuguesa. E, no quadro geográfico do Estreito de Gibraltar, na sua expressão mais ampla, esta importância tem um carácter verdadeiramente matricial (na proximidade ao poder régio e no sentido do espaço, definido, por um lado, pela relação entre rota e costa e, por outro, pela relação entre mar aberto e ponto de controlo). Por estas razões, é significativo o número de intervenções que estão dedicadas a esta temática: Fernando Gomes Pedrosa falou sobre *A pesca e o curso nos antecedentes da expansão marítima*¹⁵, João Marinho dos Santos sobre *Ceuta base-escola do curso ultramarino português*¹⁶, Nuno Silva Campos sobre *Guerra e curso em Ceuta durante a capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437)*¹⁷ e Filipe Themudo Barata sobre *O Curso e a Pirataria a partir de Ceuta: instrumento político e negócio popular*¹⁸.

Como este último autor escreve: *A presença em Marrocos teve objetivos e desenvolvimentos distintos, em função do tempo e dos lugares. É perceptível como a lógica de ocupação das praças do estreito, em que Portugal promoveu as primeiras conquistas fora do reino, não foi a mesma daquela outra, mais a Sul, relacionada com a expansão marítima e o comércio.*

7. Finalmente, importa ressaltar o conjunto de textos que, a despeito da sua variedade temática e metodológica, podem ser englobados no âmbito da análise historiográfica. A saber: Carlos Manuel Baptista Valentim escreve sobre *O Clube Militar Naval e os centenários da conquista de Ceuta e da morte de Afonso de Albu-*

¹⁰ P. 265 ss.

¹¹ P. 397 ss.

¹² P. 463 ss.

¹³ P. 493 ss.

¹⁴ P. 407 ss.

¹⁵ P. 179 ss.

¹⁶ P. 203 ss.

¹⁷ P. 337 ss.

¹⁸ P. 325 ss.

*querque (1915)*¹⁹, Luís Aires-Barros sobre as *As comemorações do V Centenário da Tomada de Ceuta em 1915 vistas pelos relatos da Academia das Ciências de Lisboa e da Sociedade de Geografia de Lisboa*²⁰ e Rui Costa Pinto sobre *Ceuta: da Primeira República ao Estado Novo. Aspetos iconográficos e historiográficos*²¹. Finalmente, Sérgio Campos Matos, em *Ceuta: uma controvérsia historiográfica*²², apresenta um típico e esclarecedor texto de história da historiografia.

B.

Para além destes sete temas, há outros assuntos que foram abordados ao longo deste simpósio, e que merecem ser referidos. Alguns aparecem de forma episódica, em um ou dois textos, outros têm uma relação mais distante com o tema central desta reunião. É o caso:

8. Da necessidade de desenvolver de modo sistemático a investigação sobre a prosopografia portuguesa ligada a Ceuta, nomeadamente nos tempos mais recuados. Neste sentido, vale a pena fazer um levantamento sistemático de todos os nomes que aparecem nas fontes, dos grupos familiares e/ou institucionais.
9. Da urgência em promover o estudo e a publicação de fontes, condição indispensável para se poder progredir no conhecimento da presença portuguesa nas praças marroquinas, em especial em Ceuta. Neste simpósio, foram apresentados três contribuições sobre fontes: de Francesco Guidi-Bruscoli, *A conquista de Ceuta vista através de fontes italianas contemporâneas*²³, de Tiago Machado de Castro – *Viagem ao Estreito em 1524. O livro de contas de Francisco Anes Gago*²⁴ e de Carlos Guardado da Silva – *Ceuta na narrativa de Nicolau Lanckemann de Valckenstein (c. 1467)*²⁵. São trabalhos úteis, mas é necessário desenvolver um maior esforço.
10. Há ainda outros assuntos abordados neste simpósio e que importa assinalar, como o porto de Ceuta²⁶, a dimensão social de objetos artísticos, com análises interessantes sobre a presença de formas híbridas com interessantes manifesta-

¹⁹ P. 547 ss.

²⁰ P. 567 ss.

²¹ P. 521 ss.

²² P. 555 ss.

²³ P. 155 ss.

²⁴ P. 463 ss. Neste mesmo simpósio Abílio Pires Lousada, com um texto intitulado *As tapeçarias de Pastrana no contexto das conquistas de Arzila e Tânger por D. Afonso V* integra a conquista de Ceuta no conjunto da estratégia portuguesa em Marrocos no século XV (p. 219 ss)

²⁵ P. 439 ss.

²⁶ Veja-se o texto de Fernando Villada Paredes, *Puertos, abrigos y fondeaderos de Ceuta (siglos XIV-XVI)*, p. 95 ss, onde se analisam o contexto geográfico, o porto medieval e moderno, o equipamento portuário, a construção naval e a análise arqueológica. Estes tópicos devem ser pensados em comparação com as recentes monografias sobre portos portugueses na transição da Idade Média para a Moderna. Por exemplo: Amélia Polónia, *A expansão ultramarina numa perspectiva local. O porto de Vila do Conde no século XVI* (Lisboa: IN-CM, 2007) e Amândio Jorge Morais Barros, *A construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos* (Lisboa: Academia de Marinha, 2016).

ções de interculturalidade²⁷, o problema das motivações da empresa relacionado com o problema da alteridade²⁸ e da missionação²⁹, ou o da relação das Ordens Militares com Marrocos³⁰.

C.

É evidente que, num acontecimento com esta importância, é difícil não aparecer uma reflexão sobre o problema das suas causas (para recorrer a uma expressão clássica). Neste simpósio, fê-lo João Abel da Fonseca, num prolixo estudo intitulado *A empresa de Ceuta – dos antecedentes às circunstâncias que ditaram as causas próximas*³¹. Este autor, partindo do conhecido comentário de Zurara (“*Cá nós de uma parte nos cerca o mar e da outra temos muro no reino de Castela*”³²), procura, com razão, valorizar a dimensão geoestratégica da conquista, enquadrando-a no tempo longo de uma linha política que remonta D. Dinis. Inspirado na interpretação feita por Jorge Borges de Macedo (na sua *História Diplomática Portuguesa – constantes e linhas de força*³³), insere a conquista de Ceuta na preocupação medieval da monarquia portuguesa de assunção de uma fronteira estratégia marítima associada à valorização do oceano como retaguarda³⁴.

Este é, de facto, um tema importante. Por isso, as minhas palavras finais têm relação com a dimensão de fronteira. É o *muro do reino de Castela* que já foi referido. Ou seja, é o problema da fronteira estratégica, tema muito mais amplo do que a mera questão do relacionamento de Portugal com a monarquia vizinha. No fundo, é o problema da integração do Reino no contexto mais amplo do espaço europeu, mais particularmente no sul da Europa.

²⁷ É o caso do texto de Vitor Serrão intitulado *Iconografia do outro e do exótico na arte sequencial à conquista de Ceuta (séculos XV e XVI)* (p. 379 ss). Logo no início do seu texto, o autor escreve que se estudam, nesta comunicação, *alguns aspetos da arte portuguesa entre o Gótico do século XV e o Renascimento da primeira metade do século XVI, passando pelo designado ciclo manuelino, na transição das duas centúrias, à luz de novos hibridismos e de processos de miscigenação artística que, com a conquista de Ceuta, esse património artístico assimila*. É especialmente interessante a parte deste trabalho intitulada *As imagens do outro (negros, mouros, escravos) nas artes portuguesas*. Sob o ponto de vista metodológico, esta forma de aproximação aos contatos culturais tem o maior interesse no sentido de uma valorização da dimensão relacional na compreensão da realidade histórica (veja-se Jean-Loup Amselle, *Logiques métisses. Anthropologie de l'identité en Afrique et ailleurs*, Paris: Payot, 1990 e Peter Burke, *Cultural Hybridity*, Cambridge: Polity Press, 2009).

²⁸ Pedro Gomes Barbosa - “...*As abelhas significamos nós outros e os pardais são os cristãos*”. *A Visão do Mouro na crónica de Zurara*, onde se analisam as motivações da conquista e da visão da alteridade (p. 357 ss).

²⁹ Henrique Pinto Rema - *A missionação franciscana em Ceuta e na Mauritânia* (p. 367 ss).

³⁰ Fernando Larcher - *Em torno da Ordem de Cristo e da conquista de Ceuta* (p. 451 ss)

³¹ P. 63 ss.

³² Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da tomada de Ceuta*, Lisboa: Publicações Europa-América, 1992, p. 52.

³³ Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa. Constantes e linhas de força*, 1, Lisboa: Instituto da Defesa Nacional, s.d. [1987].

³⁴ Pela minha parte, tive oportunidade de desenvolver uma ideia semelhante em “Portugal e o Mediterrâneo, entre Castela e Marrocos. A formação da fronteira marítima nos séculos XIV-XV e a noção de espaço político descontínuo”, *População e Sociedade*, vol. 17, 2009, pp. 45-60.

Aliás, o Senhor Presidente da Academia, tanto nas palavras de abertura como de encerramento deste colóquio colocou, e bem, este tópico fundamental quando apontou os objetivos estratégicos da empresa. Por isso, a consciência da importância de tais objetivos impõe que, da nossa parte, a questão seja colocada no contexto da própria Baixa Idade Média. No entanto, porque não a podemos analisar aqui em todas as suas dimensões, limitar-me-ei a um simples apontamento geral, aproveitando algumas reflexões já publicadas em trabalhos anteriores..

Desde finais do século XIV - para ser mais exato, desde meados da segunda metade da centúria -, o debate político e estratégico fundamental na sociedade portuguesa desenvolve-se à volta do problema das suas relações com a vizinha monarquia castelhana. Tanto as cortes de Coimbra de 1385 como o tratado assinado com Inglaterra no ano seguinte (tratado de Windsor) tinham defendido o princípio que o país necessitava de um espaço marítimo que contrabalançasse a sua inferioridade territorial em relação a Castela. Tal como este objetivo foi assumido naquelas circunstâncias em termos políticos e militares, a aliança britânica deve ser entendida como a expressão diplomática da doutrina de liberdade de rotas marítimas, afirmada claramente em oposição à doutrina castelhana de rotas controladas; esse controlo, na altura, estava nas mãos da marinha vasca. E quando, nos textos complementares do referido tratado, se preconiza que Portugal envie uma armada a policiar o canal da Mancha, torna-se claro que, nos anos que imediatamente se seguem a 1386, a monarquia portuguesa define uma fronteira estratégica setentrional para o país, colocando-a no referido canal. A meu ver, estamos perante uma doutrina estratégica muito importante, que deve ser situada na sequência de uma outra - anterior, datada de inícios do século XIV -, pela qual Portugal tinha definido uma fronteira estratégica meridional, apontada para o Estreito de Gibraltar. Em certa medida, complementam-se. Na verdade, a continuidade desta orientação mostra como a doutrina defendida pelos responsáveis portugueses ao longo do século XIV, e que o Portugal do século XV vai diretamente herdar - e desenvolver - assenta na conjugação de duas ideias-força: só é possível desenvolver uma política de âmbito europeu (continental ou peninsular) a partir do domínio das articulações de um espaço marítimo delimitado em função de Gibraltar, por um lado; e, por outro lado, o domínio de tais articulações pressupõe a definição de novos horizontes em função do papel fundamental da retaguarda marítima, que, no caso português, terá de ter uma indispensável dimensão oceânica.

A partir de 1411 (para escolher uma data significativa, o ano da assinatura da “paz” com Castela), e em conexão direta com importantes transformações na política ibérica, o poder lusitano viu-se obrigado a associar a defesa de uma doutrina de espaço marítimo, entendida como uma exigência indispensável de autonomia política, a uma crescente aproximação diplomática a Castela. O tratado de 1431 assim como o tratado das Alcáçovas-Toledo de 1479-1480, constituem certamente os diplomas mais significativos desta orientação política que atravessa todo o século XV. A alteração de perspetiva que a referida aproximação implicava não era pequena: não só a doutrina estratégica de defesa de uma retaguarda marítima deixa de ser entendida diplomaticamente em termos de distanciamento em relação a Castela (como tinha acontecido nomeadamente em

1385-1386), como formalmente se vai traduzir na aceitação, por parte de Portugal, da posição tradicional castelhana, defensora do *mare clausum*.

A conquista de Ceuta situa-se, assim, num momento-chave do processo de concretização, por parte da monarquia portuguesa, de um programa estratégico de âmbito mediterrânico assente em Gibraltar, programa esse que praticamente atravessa todo o século XV. Esta é, a meu ver, uma das constantes da política externa portuguesa nestes anos, vigente na prática até ao reinado de D. João II, o que, no meu ponto de vista, nos obrigará a rever muita coisa do que se tem escrito sobre as opções de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V.

É evidente que há, em tudo isto, um processo de decisão política. E, naturalmente, tendo como propósito o atingir determinados objetivos, o desenvolvimento de uma ação diplomática. Neste sentido, se insere a comunicação de Margarida Garcez Ventura intitulada *Informação e contra-informação na “Empresa de Ceuta”: a embaixada do duque da Holanda*³⁵.

A terminar, permito-me citar palavras proferidas nesta Academia em 2011, no encerramento da minha intervenção no XII Simpósio de História Marítima:

*Quando os responsáveis portugueses do início do século XV, assumindo uma tradição que remonta a inícios da centúria anterior mas que tinha sido atualizada como decisão central da estratégia do reino durante a crise dinástica de 1383-1385, definem como princípio básico da estratégia nacional a noção de uma dupla fronteira articulada com a noção de retaguarda marítima, estão a lançar as bases da grande ideia estratégica da expansão marítima portuguesa no séculos XV e XVI: refiro-me à noção de espaço político descontínuo*³⁶.

E, quando chegamos à convicção de que este espaço descontínuo se situa no núcleo central do processo decisório dos descobrimentos portugueses, percebemos a lógica de todo este processo. Por isso, reconhecer que Ceuta é a primeira concretização territorial desta forma de encarar os problemas constitui, a meu ver, o maior reconhecimento que podemos fazer a esta acontecimento de que agora celebramos os seus 600 anos.

Não quero, finalmente, deixar de referir os textos que, embora não diretamente relacionados com a conquista de Ceuta, constituem contribuições interessantes. É o caso de Manuel Cadafaz de Matos, que procura *patentear, no essencial, todo um universo espiritual, cultural e científico que o mundo muçulmano detinha já nesse período, em particular no norte de África, na região marroquina (Meios culturais e religiosos em Ceuta entre 1400 e 1415: o testemunho de um historiador do livro e das mentalidades)*³⁷, de Maria Andrade Moniz, com um texto intitulado *Os Painéis de S. Vicente de Fora, manifesto sociopolítico do regente D. Pedro*³⁸, ou de José Manuel Garcia, que apresenta uma reflexão sobre *Lisboa e o início dos Descobrimentos portugueses*³⁹.

³⁵ P. 291 ss.

³⁶ “Raízes da estratégia subjacentes à primeira expansão marítima portuguesa”, *A formação da marinha portuguesa. Dos primórdios ao Infante* (Actas do XII Simpósio de História Marítima [2011.11.08-09]), Lisboa; Academia de Marinha, 2015, p. 29.

³⁷ P. 119 ss.

³⁸ P. 249 ss.

³⁹ P. 297 ss.

PALAVRAS DO PRESIDENTE DA COMISSÃO CIENTÍFICA

Após a crise dinástica de 1383 - 1385, o reino de Portugal e do Algarve entrou, gradualmente, em período de pacificação interna depois das discórdias entre as facções rivais terem provocado algumas alterações no tecido político e social. D. João I conseguiu um notável predomínio em termos de autoridade e de governação, rodeado de uma família numerosa e prestigiada. A nobreza saiu reforçada da crise devido à ascensão de elementos jovens que tinham sido apoiantes do grupo do Mestre de Avis e prontos a reiterar-lhe a confiança. Alguns membros da fidalguia adversa ao novo monarca, ou seus familiares, foram sendo recuperados pela nova ordem triunfante. Entre eles, o futuro capitão de Ceuta, D. Pedro de Meneses, pertencia a uma família inicialmente afectada a Castela. Grande parte do Terceiro Estado estava pronto, como se verificou em 1383, a apoiar o monarca de Avis contra a submissão aos interesses castelhanos e, certamente, a favor de novos empreendimentos militares destinados a alargar os benefícios das vitórias anteriores.

D. João I era filho ilegítimo e, naturalmente, desejava alcançar o maior prestígio de modo a fazer esquecer a deficiência da sua origem. Depois de ter estado implicado na morte do Andeiro, obteve o poder no Reino e lutou para legitimar a autoridade da dinastia de Avis na ordem interna e assegurar-lhe a maior audiência no plano internacional. A posição pessoal do monarca, da rainha e dos filhos convergiam neste propósito. Do seu leito de morte, D. Filipa de Lencastre deu a bênção aos expedicionários que partiam para Ceuta e, cinco dias após o seu passamento, as cores e os símbolos da alegria substituíram os de dó para a grande festa de consagração da dinastia triunfante sobre o estigma da bastardia e da morte pela obtenção da Coroa. Os membros da expedição possuíam panos de muito preço e adornos variados que haviam sido comprados anteriormente. Em carta de 12 de Novembro de 1415, passada a Bartolomeu Gomes, contador do rei e antigo escrivão da Fazenda, o rei deu-lhe quitação *“de certo ouro e pescadas que recebeu e despendeu na compra de tecidos de seda, veludos, penas e outros adornos de ouro e pedras preciosas”*. O ambiente de festa e ostentação criado à volta da expedição previa um acontecimento que todos queriam mostrar, em palco engalanado, ao auditório nacional e estrangeiro. Tratava-se de uma corte que procurava rivalizar com os habitantes das cidades árabes ricas (como Zurara descreveu Ceuta).

Portugal manteve, no final do século XIV, muitos anos de lutas com Castela. Este país com maior superfície, população mais numerosa e recursos económicos abundantes, constituía uma vizinhança ameaçadora para a viabilidade política do Estado português. A dependência comercial e alimentar de várias regiões do interior em relação ao reino vizinho era manifesta, apesar da progressiva valorização da vida marítima nessa época, graças à actividade comercial, à pesca e à indústria do sal. Depois das tréguas com Castela, os portugueses tinham perfeita consciência do perigo que haviam passado, da fragilidade da sua posição geográfica, e da absoluta necessidade de encontrar formas de assegurar a independência. Estas só poderiam vir do além-mar, dado *“o muro que temos em Castela”*

(Zurara), da diminuição da força do reino vizinho, ou de alianças sempre problemáticas. Neste aspecto, uma força pontificava no horizonte internacional, o Papado, que, apesar dos problemas derivados do Grande Cisma, continuava a apoiar as iniciativas contra o poder dos mouros e outros infiéis.

Os muçulmanos na Península Ibérica tinham perdido grande parte do seu território depois da batalha de Navas de Tolosa, em 1212. Este combate foi decisivo por várias razões: em 1º lugar pela primeira vez todos os cristãos (em Castela reinava Afonso VIII) uniram-se contra os mouros. O papa Inocêncio III tinha enviado breves pelos quais dava à luta carácter de Cruzada com as indulgências correspondentes e pedira aos restantes monarcas cristãos que adiassem as questões que existissem entre eles. O derrotado foi o emir al-Nāsir, último soberano almóada com relevo no norte de África. Os almóadas (os defensores da unicidade de Deus) assumiram o poder califal e o título de príncipes dos crentes (todos) *amīr al-mu'minin* (o Miramolín). Os almorávidas (*al murabitun*), eram apenas *amīr al-muslimīna*, os chefes dos muçulmanos. A fuga de al-Nāsir, almóada, representou também o fracasso da dinastia que tentara estabelecer uma linha religiosa própria.

A época em que se travou o prélio de Navas de Tolosa foi também aquela em que se renovaram as forças cristãs com os Franciscanos (1209), empenhados em lançar a recristianização de Marrocos e que levaram S. Berardo e companheiros ao martírio em Marraquexe (os “Santos Mártires de Marrocos” cujos restos vieram para Portugal) e também com os Dominicanos (1215). Estas Ordens Religiosas foram nos séculos seguintes responsáveis pela nomeação de bispos *in partibus infidelium* e, dessa forma, mantiveram uma permanente tensão religiosa, ao sugerir o refluxo da islamização de vastos territórios (como S. Francisco de Assis na Terra Santa e Santo António ao propor-se para evangelizar Marrocos).

A grande expedição projectada por D. João I e seus próximos era facilitada pela situação geográfica de Ceuta, pela relativa tranquilidade com o vizinho castelhano, pela distância a que ficavam os conflitos europeus, onde se travava a Guerra dos Cem Anos e pelo apoio do Papado. A dinastia merídina, reinante em Fez, então capital de Marrocos, não soubera unificar as forças do país que se fragmentara em numerosas tribos e obediências diversas, algumas ligadas a grupos e chefes religiosos, como as azóias e os marabutos.

A conquista de Ceuta foi um momento na História, mas foi o princípio do movimento da Expansão, do descobrimento de novas terras e de gentes diferentes, da gesta marítima que levou os Portugueses a sulcar os mares e os oceanos da ecúmena, da fundação de um vasto império marítimo com âncoras seguras em muitos pontos desses territórios. Finalmente, com a viagem de 1497 - 1499 à Índia, a iniciar a época gâmica, ou alvorada dos tempos modernos, e a unir os diferentes povos espalhados pelo globo.

A Academia da Marinha elaborou o plano para a realização de um grande congresso que pudesse contribuir para o esclarecimento dos factos históricos ligados a Ceuta, ao seu tempo e às suas consequências. Os estudos numerosos e bem documentados que foram apresentados dizem respeito à situação geográfica da cidade do Estreito, aos condicionamentos da navegação e, em particular, dos ventos que sopram na zona, aos portos

e ancoradouros e às fortificações que defendiam a famosa cidade, palco da ligação milenar entre os territórios ocidentais da Europa e da África. As comunicações ao congresso procuraram dilucidar as diferentes fases do longo planeamento da expedição, tais como as condições políticas da expedição, a necessidade do rigoroso sigilo do alvo a atingir e a contra-informação gizada com a anuência do duque de Holanda. As condições económicas foram equacionadas desde as necessidades de transporte, para o qual o vedor da Fazenda procedeu ao açambarcamento do sal para pagar os fretes dos navios que foram induzidos a transportar os expedicionários. Esteve sempre presente a importância do ouro marroquino, proveniente do Sudão ocidental, com o qual eram cunhados os morabitinos, moeda de ouro então corrente em Portugal.

Durante os trabalhos do congresso foram valorizados diferentes sucessos e aspectos que tornaram a conquista de Ceuta um momento singular na História da Expansão: a necessidade do transporte marítimo, o estudo das soluções para localizar os navios no oceano, a importância das pescas, dada a grande riqueza da costa ocidental africana nesse recurso, e o interesse das operações de corso, então considerado uma opção comercial.

A publicação das Actas do XIV Simpósio de História Marítima realizado em 2015 na Academia de Marinha permanecerá como testemunho da importância dada a uma das principais efemérides de Portugal e do Mundo, mas ficará, sobretudo, como o repositório dos estudos que com tanta devoção e mestria os Senhores Académicos e distintos Confrades dedicaram ao tema solicitado: “Ceuta e a Expansão Portuguesa”.

António Dias Farinha

PALAVRAS DO PRESIDENTE DA ACADEMIA DE MARINHA

Cumprimento SExa. o Senhor Almirante CEMA, os senhores almirantes, o senhor Presidente da Academia das Ciências de Lisboa e da Sociedade de Geografia de Lisboa, a Senhora Presidente da Academia Portuguesa da História, as senhoras e senhores académicos e todos os participantes no Simpósio que agora termina. Muito obrigado pela vossa prestigianete presença.

Ao encerrar este nosso XIV Simpósio, cumpre-me fazer diversos agradecimentos e começo por um muito encomiástico dirigido aos nossos oradores que atingiram o número excepcional de 34. Muito obrigado a todos.

Naturalmente, que a intervenção de encerramento merece uma menção especial, uma vez que o seu autor, o Senhor Prof. Adão da Fonseca, nos fez uma síntese notável de tão vasto leque de apresentações. Bem-haja.

Fico também muito reconhecido às comissões Organizadora e Científica pelos esforços bem conseguidos, assim como à guarnição da Academia, sempre incansável no cumprimento das suas tão diversificadas tarefas. Fico muito grato a todos.

Nesta minha intervenção de encerramento, e porque o dia já vai longo, tenciono apenas aflorar algumas curtas notas de finalização, sem pretender fazer qualquer sinopse conclusiva.

De facto, penso que cada um de nós se deve interrogar sobre as conclusões a retirar de tão vasto universo de ideias, transmitidas pelos 34 oradores, e formular a sua própria síntese. E julgo que vale a pena fazê-la, uma vez que, como dizem os entendidos, todo o conhecimento implica uma análise entre duas sínteses. Ora, as ideias sintéticas com que aqui entrámos há dois dias foram, detalhadamente, objecto de análise com o variado conjunto de intervenções. Cabe agora a cada um dos simposiastas sistematizar todo esse universo de ideias e retirar as lições sobre a epopeia de Ceuta, ou seja, sobre o início do derrube da parede do mar, alargando o espaço que a espada castelhana limitava a Portugal.

Por mim, fico mais convicto de que a expedição a Ceuta correspondeu, na verdade, aos imperativos do interesse nacional e aos consequentes objectivos estratégicos que aqui referi na minha curta intervenção de abertura. Isto é, continuo a pensar que Ceuta foi onde se começou a concretizar o propósito do “*aumento do poder nacional*”, ao fim de 166 anos, durante os quais, Portugal não conseguiu alargar mais as suas fronteiras terrestres.

Para concretizar essa visão do interesse nacional, mantenho que os objectivos estratégicos do jovem e ambicioso Portugal não andarão muito longe dos que agora repito:

- (1) Alargamento das frágeis fronteiras de segurança;
- (2) Aumento do diminuto território;
- (3) Valorização da posição portuguesa perante o mundo cristão;
- (4) Desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico;
- (5) Desenvolvimento da reduzida economia;
- (6) Aumento do poder militar-naval.

E termino fazendo um apelo que gostaria que pudesse chegar a todos os nossos concidadãos. É o de que também hoje precisamos de nos expandir, de aumentar o poder nacional.

Para isso, existe uma nova conquista a fazer... Trata-se da Ceuta de hoje. E essa chama-se o Mar Português com a sua gigantesca plataforma continental que se espera possa atingir os 4 milhões de quilómetros quadrados. A conquista terá de englobar componentes científicas, tecnológicas, económicas e também de segurança, com estas a assumir um papel importante, face às ambições de que o nosso mar é objecto.

Hoje, de novo, temos de conquistar Ceuta, ou seja, o grande, o gigantesco Mar Português. Temos de nos lançar a essa empresa.

Nuno Vieira Matias
Almirante

